



RELATÓRIO 2014 LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO



FUNDAÇÃO AIS
ORGANIZAÇÃO DEPENDENTE DA SANTA SÉ

RELATÓRIO 2014

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO

EDIÇÃO INTERNACIONAL

Aid to the Church in Need (ACN) Internacional
Bischof-Kindermann-Straße 23
D-61462 Königstein - Germany

EDIÇÃO PORTUGUESA

Fundação Ajuda à Igreja que Sofre (AIS)
AIS é uma Fundação Pontifícia da Igreja Católica

COMISSÃO EDITORIAL

Editor-Chefe: John Pontifex, Editor: Reinhard Backes, Assistente
Editorial: Mark Banks
Presidente do Comité Editorial: Peter Sefton-Williams, Comité Editorial:
Marc Fromager, Maria Lozano, Raquel Martin, Roberto Simona, Benedikt
Steinschulte, Paul Stenhouse, Mark von Riedemann.

AUTORES DOS RELATÓRIOS

Antoine Arjakovsky, Vishal Arora, Bernardo Cervellera, Laurent Balas,
Stefano Caprio, Rodolfo Casadei, Ana Maria Celis Brunet, Ivan Cigic,
John Dayal, Alberto J. Eisman Torres, Martin Kugler, Annie Laurent,
Johannes Mehlitz, Davide Maggiore, Andrea Morigi, José Carlos
Rodríguez Soto, Benedict Rogers, Ernst Sagemüller, Alexander Tyra,
Chiara Verna

AUTORES DAS ANÁLISES

Bernardo Cervellera, Peter Humeniuk, Austen Ivereigh, Adèle Keim,
Martin Kugler, John Newton, Eric Rassbach, José Carlos Rodríguez
Soto, Paul Stenhouse

REVISORES DE PROVAS

Véronique Belle, Alexandra Ferreira, Pilar Rocha, Catarina Martins,
Amélie de La Hougue, Albert Inderbitzin, Antonio Molina, María Muñoz
Andrés, Questa Newill, Elvira Zito

TRADUTORES

Margarete Bambas, Mattia Cicoira, Gerlinde Cisar, Paolo Colonnetti,
Frank Davidson, Philippe Joas, Sofia Roborg-Søndergaard, Mercedes
Lucini, Pierre Rossi, Claudia Seele-Nyirna, Elisabeth Steinweg-Fleckner,
Claire van der Vliet

MAPAS

© De Agostini Libri SpA – Novara 2014

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Clássica - Artes Gráficas

DATA

Outubro de 2014

ISBN

978-972-8991-36-4

© FUNDAÇÃO AIS
Rua Professor Orlando Ribeiro 5 D
1600-796 LISBOA
www.fundacao-ais.pt

É autorizada a publicação parcial ou integral dos textos desde que se cite a fonte. Todas as informações disponibilizadas neste livro dizem respeito ao período entre Abril de 2012 e Junho de 2014.

ÍNDICE DOS PAÍSES

RELATÓRIO 2014	3	CAMBOJA	108
AFEGANISTÃO	27	CANADÁ	111
ÁFRICA DO SUL	30	CATAR	116
ALBÂNIA	33	CAZAQUISTÃO	119
ALEMANHA	35	CHADE	124
ANDORRA	38	CHILE	127
ANGOLA	40	REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	130
ANTÍGUA E BARBUDA	42	CHIPRE	138
ARÁBIA SAUDITA	44	COLÔMBIA	139
ARGÉLIA	46	COMORES	142
ARGENTINA	48	CONGO BRAZAVILLE	145
ARMÉ니아	51	COREIA DO NORTE	147
AUSTRÁLIA	53	COREIA DO SUL	151
ÁUSTRIA	56	COSTA DO MARFIM	153
AZERBAIJÃO	58	COSTA RICA	155
BAAMAS	61	CROÁCIA	158
BANGLADECHE	63	CUBA	161
BARBADOS	68	DINAMARCA	164
BARÉM	70	DOMINICA	166
BÉLGICA	74	EGIPTO	168
BELIZE	77	EL SALVADOR	174
BENIM	79	EMIRADOS ÁRABES UNIDOS (EAU)	176
BIELORRÚSSIA	81	EQUADOR	178
BOLÍVIA	84	ERITREIA	180
BÓSNIA-HERZEGOVINA	86	ESLOVÁQUIA	186
BOTSUANA	90	ESLOVÉNIA	188
BRASIL	91	ESPAÑA	190
BRUNEI	93	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	193
BULGÁRIA	95	ESTÓNIA	198
BURKINA FASO	97	ETIÓPIA	200
BURUNDI	99	FIJI	203
BUTÃO	100	FILIPINAS	206
CABO VERDE	104	FINLÂNDIA	208
CAMARÕES	105	FRANÇA	210

GABÃO	214	LIECHTENSTEIN	312
GÂMBIA	216	LITUÂNIA	314
GANÁ	217	LUXEMBURGO	316
GEÓRGIA	219	MACEDÓNIA	319
GRANADA	222	MADAGÁSCAR	322
GRÉCIA	224	MALÁSIA	324
GUATEMALA	226	MALÁUI	328
GUIANA	228	MALDIVAS	330
GUINÉ-BISSAU	230	MALI	334
GUINÉ-CONACRI	231	MALTA	338
GUINÉ EQUATORIAL	233	MARROCOS	339
HAITI	235	ILHAS MARSHALL	342
HOLANDA	237	MAURÍCIAS	343
HONDURAS	240	MAURITÂNIA	345
HUNGRIA	242	MÉXICO	347
IÉMEN	244	MIANMAR	350
ÍNDIA	247	MICRONÉSIA	355
INDONÉSIA	253	MOÇAMBIQUE	357
IRÃO	258	MOLDÁVIA	360
IRAQUE	261	MÓNACO	362
IRLANDA	265	MONGÓLIA	363
ISLÂNDIA	267	MONTENEGRO	364
ISRAEL	268	NAMÍBIA	368
ITÁLIA	272	NAURU	371
JAMAICA	277	NEPAL	373
JAPÃO	279	NICARÁGUA	376
JIBUTI	280	NÍGER	378
JORDÂNIA	283	NIGÉRIA	380
KIRIBATI	286	NORUEGA	386
KOSOVO	288	NOVA ZELÂNDIA	388
KUWAIT	292	OMÃ	390
LAOS (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DO LAOS)	295	PALAU	392
LESOTO	297	PANAMÁ	394
LETÓNIA	299	PAPUA-NOVA GUINÉ	396
LÍBANO	301	PAQUISTÃO	398
LIBÉRIA	305	PARAGUAI	404
LÍBIA	307	PERU	406
		POLÓNIA	409

PORTUGAL	414	TIMOR-LESTE	516
QUÊNIA	416	TOGO	518
QUIRGUISTÃO	419	TONGA	520
REINO UNIDO	423	TRINIDAD E TOBAGO	521
REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	430	TUNÍSIA	523
REPÚBLICA CHECA	436	TURCOMENISTÃO	525
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	438	TURQUIA	530
REPÚBLICA DOMINICANA	440	TUVALU	533
ROMÉLIA	442	UCRÂNIA	535
RUANDA	444	UGANDA	538
RÚSSIA	446	URUGUAI	542
SALOMÃO	450	USBEQUISTÃO	544
SAMOA	451	VANUATU	549
SÃO CRISTÓVÃO E NEVES	452	VENEZUELA	550
SÃO MARINHO	453	VIETNAME	552
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	454	ZÂMBIA	557
SÃO VICENTE E GRANADINAS	456	ZIMBABUÉ	558
SANTA LÚCIA	457		
SEICHELES	459		
SENEGAL	461		
SERRA LEOA	463		
SÉRVIA	464		
SINGAPURA	468		
SÍRIA	471		
SOMÁLIA	476		
SRI LANKA	480		
SUAZILÂNDIA	484		
SUDÃO	486		
SUDÃO DO SUL	492		
SUÉCIA	496		
SUIÇA	498		
SURINAME	500		
TAILÂNDIA	502		
TAIWAN	504		
TAJIKUISTÃO	506		
TANZÂNIA	509		
TERRITÓRIOS PALESTINIANOS	513		

METODOLOGIA

Este Relatório é publicado de dois em dois anos pela Ajuda à Igreja que Sofre (AIS), uma organização católica internacional que tem estatuto de Fundação Pontifícia. O período em análise vai de Outubro de 2012 a Junho de 2014. O Relatório descreve o grau segundo o qual a liberdade religiosa é permitida nos 196 países do mundo e abrange todos os grupos religiosos, não apenas os Cristãos.

Como complemento ao Relatório integral, os colaboradores da AIS compilaram e escreveram um resumo das principais conclusões.

Os relatórios nacionais individuais foram escritos por cerca de vinte jornalistas independentes, académicos e autores sediados sobretudo na Europa, mas incluindo alguns da América do Sul e da Ásia. As fontes a partir das quais estes textos foram criados são referidas nas notas de rodapé do Relatório, mas são retiradas de um leque alargado de materiais publicados de origem fidedigna.

Foi pedido aos autores destes relatórios que os elaborassem em conformidade com directivas editoriais estandardizadas, salientando-se a objectividade, a ausência de parcialidade editorial e a necessidade de descrever a situação de todas as minorias religiosas por igual. As directivas editoriais também solicitaram que os autores descrevessem a situação legal e constitucional que afectava a liberdade religiosa num dado país e depois que descrevessem até que ponto, na realidade, a lei era respeitada. Finalmente, foi pedido aos autores que avaliassem se a liberdade religiosa no período em análise tinha melhorado, se se tinha deteriorado ou se tinha permanecido na mesma. A Ajuda à Igreja que Sofre reconhece um inevitável elemento de subjectividade nesta avaliação.

Além disso, os colaboradores da Ajuda à Igreja que Sofre colocaram cada país, com base nos factos do texto, na categoria de nível de liberdade religiosa “Alto”, “Médio”, “Preocupante” e “Baixo”.

Os textos foram sujeitos a extensa verificação cruzada. Três editores internacionais reviram cada texto com os autores individuais. Foram também verificados, na maior parte dos casos, pelo especialista de projecto correspondente contratado pela Ajuda à Igreja que Sofre na sua sede em Königstein, Alemanha.

Os textos foram finalmente revistos pelos oito membros do ‘Comité Editorial’, constituído por membros da AIS de seis países diferentes.

Além disso, oito especialistas foram incumbidos de escrever sobre desenvolvimentos recentes na Ásia, no Médio Oriente, na Rússia e Ásia Central, na Europa Ocidental, na América do Norte e na América Latina, para acrescentar abrangência à análise.

Foram contratados onze tradutores para traduzirem os textos fundamentais – que estavam escritos em inglês – para cinco línguas: francês, alemão, italiano, espanhol e português.

Fontes dos Dados

Para uma lista específica das fontes dos dados estatísticos para cada país, veja por favor os ficheiros de Excel disponíveis para descarregar na página de Internet do Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo da AIS (www.religion-freedom-report.org).

População:

As fontes mais comuns de dados populacionais são o Banco Mundial e as Nações Unidas. Contudo, vários países têm dados populacionais retirados de outras fontes para além destas duas instituições. Veja por favor o ficheiro de Excel para fontes específicas por país.

Filiação religiosa:

Na vasta maioria dos casos, os dados de filiação religiosa foram retirados das estatísticas do *PEW Religious Futures*, 2010 (www.globalreligiousfutures.org/countries).

Em diversos casos, estes dados foram retirados de *The Arda* (www.thearda.com).

Apenas uns quantos países têm estatísticas de filiação religiosa retirados de outras fontes para além das duas fontes acima referidas.

Contudo, chamamos a atenção para algumas alterações importantes que a AIS fez às estatísticas PEW:

- (i) A categoria PEW de 'Folk religion' foi alterada para 'Religião tradicional' neste relatório. Esta alteração foi feita sobretudo para facilitar a tradução para outras línguas para além do inglês.
- (ii) Originalmente, a PEW tem uma quarta categoria para denominações cristãs a que chama 'Outros cristãos'. Neste relatório, esta categoria foi incorporada na categoria 'Protestantes' (ou seja, os dois grupos foram adicionados em conjunto).

Refugiados e deslocados internos:

Todos os dados referentes a refugiados e deslocados internos foram retirados das estimativas de meados de 2013 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (www.unhcr.org).

Vários destes conjuntos de dados têm notas associadas a eles. Para ler estas notas, veja por favor o ficheiro de Excel disponível para descarregar na página de Internet do Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo da AIS (www.religion-freedom-report.org).

A LIBERDADE RELIGIOSA EM ÁFRICA

Uma vez que África é um continente constituído por cinquenta e quatro países, podemos esperar encontrar uma grande variedade de situações no que diz respeito à liberdade religiosa. Estas são as principais situações identificadas durante o período abrangido por este relatório:

- 1) Há países onde o Islamismo é a religião oficial do Estado: Argélia, Marrocos, Djibouti, Comores, Sudão, Tunísia e Mauritânia. Nalguns destes países, como o Sudão e a Mauritânia, a conversão a uma religião diferente do Islamismo equivale a apostasia, um crime que pode ser gravemente punido. Noutros países islâmicos, como acontece em Marrocos e na Argélia, embora a conversão possa não atrair medidas tão duras, as autoridades limitam seriamente a possibilidade de mudar de fé. A Líbia é um caso peculiar: embora não tenha legislação que proíba a conversão fora do Islamismo, fazê-lo pode trazer graves problemas à pessoa, como por exemplo a detenção e o encarceramento.
- 2) Nalguns outros países africanos, embora a Constituição reconheça o direito à liberdade religiosa, na prática há fortes restrições ao exercício desta liberdade fundamental. É o caso da Eritreia, onde o Governo obriga todos os membros do clero a prestar serviço militar prolongado e esforça-se por exercer um controlo apertado sobre os diferentes grupos religiosos, nomeando por exemplo o Grande Mufti da comunidade muçulmana e o Patriarca Ortodoxo. A Igreja Católica na Eritreia, que recusou sujeitar-se a esta política e tem criticado a falta de liberdade religiosa no país, sofre graves restrições, como por exemplo a recusa de vistos aos missionários estrangeiros. Outro caso semelhante é o do Ruanda, onde vários sacerdotes foram detidos e/ou multados por causa dos seus pontos de vista sobre a reconciliação que não correspondiam à oficial. Dentro desta categoria podemos incluir os países cuja legislação requer que os grupos religiosos tenham um número mínimo de seguidores para poderem registar-se. Este critério recusa na prática a alguns grupos evangélicos e pentecostais o direito a exercerem a liberdade de culto em diversos países. E também causou situações extremas como a proibição oficial do Islamismo em Angola, que foi proclamada pelas autoridades no final de 2013.
- 3) Os casos acima referidos não devem ensombrar a realidade de que, na maior parte dos países africanos, os seus cidadãos gozam do direito à liberdade religiosa, que é exercida num pano de fundo de uma cultura favorável de tolerância e respeito mútuo entre diferentes denominações religiosas. As Constituições da maior parte dos países africanos reconhecem o carácter secular do Estado, mesmo em países com uma maioria de muçulmanos, como no Senegal, no Níger e na Guiné-Conacri. Alguns destes países até têm uma tradição de liberdade religiosa que podia funcionar como modelo: Benim, Burkina Faso, Gana, Serra Leoa, por exemplo. Alguns países africanos protegem este direito com legislação específica que penaliza a discriminação e os ataques contra outros por razões religiosas, como é o caso da Etiópia e do Gabão. Estas leis repousam em culturas de tolerância religiosa de longa data, manifestadas em fenómenos como os casamentos mistos e a presença na mesma família de pessoas de diferentes religiões. Independentemente disto, nos últimos anos alguns destes países africanos com uma longa história de coexistência religiosa pacífica viram uma deterioração séria desta atmosfera de harmonia. Podemos referir o caso do Quênia, onde os Muçulmanos se

queixam frequentemente de receberem um tratamento discriminatório por estarem associados a grupos terroristas. Também na Tanzânia os extremistas estão a erodir a tradição nacional de coexistência religiosa pacífica entre Cristãos e Muçulmanos, sobretudo na ilha de Zanzibar.

Em relação às tendências no campo da liberdade religiosa que se desenvolveram durante os últimos dois anos, estas são as que sobressaem mais fortemente:

- 1) O fundamentalismo islâmico está em constante crescimento e está a ser encabeçado por grupos radicais violentos como a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (na África Ocidental), o Boko Haram (na Nigéria e em alguns dos países vizinhos) e o Al Shabaab, que a partir do seu bastião na Somália se tornou numa ameaça grave a alguns outros países da África Oriental. Os países afectados pela ameaça jihadista estão basicamente a reagir com meios militares, muitas vezes com a ajuda de potências estrangeiras. Mesmo assim, isto é insuficiente e deve ser complementado com políticas que favoreçam o desenvolvimento, o diálogo religioso e a confiança no Governo nas áreas onde os muçulmanos vão buscar os seus apoiantes.
- 2) Os casos de intolerância religiosa aumentaram em inúmeros países africanos, particularmente no Egipto, na Líbia e no Sudão. O caso de Meriam Ibrahim, uma mulher sudanesa cristã que foi condenada à morte por apostasia e mais tarde libertada, atraiu um grande interesse internacional, mas alguns outros casos semelhantes foram menos conhecidos. Por exemplo, Nadia Abdel, uma mulher egípcia que em Janeiro de 2014 foi condenada a quinze anos de prisão por ter regressado à sua fé cristã original após a morte do seu marido. Na Líbia e no Egipto, as comunidades cristãs, em particular as igrejas coptas, sofreram inúmeros ataques. A República Centro-Africana merece uma menção especial. Após a violenta campanha de ataques contra os Cristãos lançada pelos rebeldes muçulmanos Séléka em 2012 e 2013, as milícias conhecidas como “anti-balaka” reagiram com ondas de vingança contra a minoria muçulmana, que incluiu a destruição sistemática de mesquitas e uma dura campanha de eliminação religiosa. O conflito centro-africano assumiu um perigoso carácter de ódio político e intolerância.
- 3) Quando se interpretam as estatísticas, deve ter-se em conta que muitos africanos não têm problemas em seguir em simultâneo as crenças de mais de um grupo religioso. Além disso, nalguns países, um segmento da população muitas vezes não detectado está a começar a identificar-se com o ateísmo ou o agnosticismo.
- 4) A existência de plataformas inter-religiosas para o diálogo e a acção social a favor da paz e dos direitos humanos é uma tendência positiva que continua a evoluir progressivamente. Existem grupos inter-religiosos a vários níveis em países como os Camarões, a Nigéria, a República Centro-Africana, o Uganda, a Zâmbia, a África do Sul e o Quénia, entre outros.

Por José Carlos Rodríguez Soto

A LIBERDADE RELIGIOSA NA ÁSIA: FACTOS E TENDÊNCIAS

A Ásia continua a ser o continente onde a liberdade religiosa é mais violada. Com excepção de países como o Japão, Taiwan, Singapura, Filipinas (excepto alguns episódios em Mindanao) e Camboja, todos os outros países relatam vários graus de violações da liberdade religiosa de comunidades cristãs, muçulmanas, hindus e sikhs, além de grupos considerados “hereges” pelas maiorias locais, incluindo ahmadis e sufis.

O primeiro lugar para o país com mais violações, tanto em termos quantitativos como qualitativos, vai para a Coreia do Norte, um lugar onde é proibido professar qualquer religião para além da dos semideuses reinantes da dinastia Kim. Os pequenos grupos que o regime apresenta nas missões diplomáticas como sinal do seu respeito pelas religiões (em particular os chamados grupos “católicos” e “protestantes”) parecem ser actores num espectáculo e não pessoas que levam uma verdadeira vida religiosa.

A China, por outro lado, é o país onde os controlos sobre a religião são os mais metódicos e literalmente completos, como evidenciado pela violenta campanha contra as comunidades não oficiais católicas, protestantes, budistas e muçulmanas.

Em países com uma religião maioritária, as minorias já se vêem como socialmente marginalizadas, porque as oportunidades de emprego, de assistência social, de ajuda da rede de apoio social são quase inevitavelmente moldadas pelos laços étnico-religiosos.

O que está claramente em crescimento é o fundamentalismo, não apenas o fundamentalismo muçulmano (muito referido na comunicação social), mas também os fundamentalismos hindus e budistas, como se viu claramente nos mais recentes incidentes ao longo do último ano em Mianmar e no Sri Lanka. As crises económicas (onde “os outros” são vistos como uma ameaça ao bem-estar próprio), a globalização e o crescimento do secularismo nas cidades estão entre as razões principais para esta tendência, pois as pessoas receiam o possível desaparecimento da sua religião em favor da modernidade ou de outras religiões.

Muitas vezes, os governos apoiam o fundamentalismo ao serem incapazes de fazer cumprir a lei e proteger a liberdade, mesmo quando esta está consagrada nas suas Constituições (é o caso, por exemplo, da Indonésia). Com muito mais frequência, os políticos aproveitam-se do fundamentalismo para aumentarem a sua base eleitoral, explorando a questão da religião à custa dos seus opositores. É o caso da Índia (com o Partido Bharatiya Janata), do Paquistão e do Bangladesh. As leis anti-conversão na Índia, a lei da blasfémia no Paquistão e a incapacidade do Bangladesh combater a violência e a injustiça exemplificam claramente a cumplicidade entre o Estado e os fanáticos religiosos.

Nos países ateus (comunistas) como a China e o Vietname, o patriotismo desempenha o papel do fundamentalismo. Na China, Cristãos, Muçulmanos e Budistas tibetanos não são perseguidos por razões ideológicas mas porque “perturbam a ordem pública”, “ameaçam o bem da sociedade”, ou minam a riqueza ou a honra do país.

Além disso, devido à crise económica global, erros de políticas, males sociais (o fosso entre ricos e pobres, a poluição, o desemprego, os cuidados de saúde fracos, etc.), os governos sentem-se vulneráveis e expostos, o que os leva a assumirem posições de linha dura e a procurarem bodes expiatórios.

Outra tendência que deve ser reconhecida é o desaparecimento dos direitos humanos e da liberdade religiosa das conversações diplomáticas, agora reduzidas a um simples instrumento para a assinatura de contratos comerciais. China, Rússia, Vietname – para referir apenas

alguns exemplos – impulsionaram os seus laços internacionais apesar das violações diárias de direitos humanos e da liberdade religiosa. O mundo ocidental já não é o defensor desses direitos (se é que alguma vez foi).

Oriente e Ocidente são igualmente obtusos porque não conseguem compreender que as violações da liberdade religiosa não só criam vítimas (e mártires), mas são o padrão para medir a forma como uma sociedade consegue crescer em harmonia e prosperidade para todos. Sem liberdade religiosa, todos os direitos são humilhados e as sociedades ficam em risco de implosão ou guerra.

Pe. Bernardo Cervellera,
editor da AsiaNews

AMÉRICA LATINA

A América Latina e as Caraíbas são indiscutivelmente a região cristã mais dinâmica do mundo, abrangendo quase metade dos católicos do mundo, bem como uma população evangélica em rápida expansão. No Brasil de língua portuguesa e na América Latina de língua espanhola – países com um passado colonial ibérico partilhado – entre 60 a 90% da população define-se como católica, e a Igreja Católica tem um estatuto especial em muitas das Constituições republicanas desses países. Mas a história é muito diferente nos países pequenos, em especial nas Caraíbas, onde as Igrejas Protestantes dominam as ilhas anglófonas.

Há também uma maior diversidade religiosa nos países ibéricos do que muitos assumem, fruto da inserção da América Latina na economia global no século XIX. Daí os grandes números, em Cuba e no Brasil, dos que praticam o espiritismo (em Cuba, *santería*), uma mistura de crenças sustentadas pelo animismo dos escravos africanos trazidos pelos espanhóis e portugueses para trabalharem nas plantações de açúcar e café. A imigração em larga escala no início do século XX para a Argentina (bem como para o Chile, o Uruguai, a Colômbia e a Venezuela) também deixou a sua marca: a população judaica em Buenos Aires, por exemplo, tem cerca de 200 mil pessoas e a cidade tem uma dúzia de sinagogas. E embora a maior parte dos milhões de descendentes de sírios e libaneses na Argentina sejam cristãos, há mais de 100 mil muçulmanos na Argentina e talvez 35 mil no Brasil.

Após a independência em relação a Espanha e de Portugal no século XIX, quando a América Latina se tornou numa série de repúblicas autónomas, um padrão comum nas Constituições ia introduzir a liberdade religiosa ou pelo menos a liberdade de culto, embora o Estado afirmasse o seu controlo sobre a Igreja e em muitos casos tornasse o Catolicismo na religião oficial. Nalguns países, o Estado subsidiou a Igreja, um legado que subsiste até aos dias de hoje: os bispos argentinos, por exemplo, são pagos pelo Estado; e no Haiti, onde o Catolicismo já não é a religião oficial, o clero católico recebe um subsídio público não disponível para os pastores de outras religiões.

Contudo, noutros locais – nomeadamente no México e na Colômbia – a atitude do Estado para com a Igreja variou de acordo com quem estava no poder, os liberais ou os conservadores: os liberais procuraram reduzir o poder da Igreja, enquanto os conservadores viram-na como um baluarte da ordem social. O México foi o exemplo mais extremado da primeira situação: a Constituição revolucionária de 1917 expropriou todos os bens da Igreja, ilegalizou as escolas religiosas e impediu que se usassem vestes clericais. E, na década de vinte, uma revolta de camponeses e clero contra o Governo mexicano levou à perseguição e à morte de sacerdotes católicos pelo Estado. Contudo, na mesma década, a Igreja e o Estado separaram-se amigavelmente no Chile, cuja Constituição protege a liberdade de consciência e o exercício livre de todas as religiões que não se oponham à moral, aos bons costumes ou à ordem pública.

Após a liderança da Europa e da América do Norte, o compromisso com a liberdade religiosa difundiu-se na América Latina depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo entre partidos e movimentos cristãos-democratas, um processo tornado possível porque a Igreja Católica renunciou a qualquer solicitação de privilégios especiais no Concílio Vaticano II. Contudo, nas décadas de sessenta-setenta, quando as tendências marxistas da teologia da libertação levaram a que a Igreja se dividisse entre linhas políticas, algumas hierarquias da Igreja continuaram a agarrar-se às políticas autoritárias como defesa contra a percepção de ameaça do comunismo. Ao mesmo tempo, centenas de milhar de latino-americanos pobres

foram atraídos para as Igrejas Evangélicas e pentecostais: o Brasil, por exemplo, tem agora mais de 20% de evangélicos, enquanto nalguns estados da América Central um terço da população se descreve como protestante.

Em geral, as Igrejas Evangélicas têm total liberdade de culto e expressão, tanto na lei como na prática. Onde existem restrições, elas resultam habitualmente de regimes oficialmente laicos e ateus, e aplicam-se igualmente à Igreja Católica. Assim, no México, onde as mais graves restrições legais às Igrejas foram levantadas em 1992, estas continuam a ser impedidas de realizarem emissões radiofónicas ou televisivas, ou de organizarem actos religiosos sem autorização do Governo. E os líderes religiosos de qualquer denominação que falem sobre questões políticas ou sociais são relembrados pelo Governo que o México é oficialmente secular e que a religião é um assunto da esfera privada. O mesmo acontece em Cuba, onde o Estado comunista continua a restringir seriamente a liberdade religiosa, mesmo que permita a liberdade de culto. Embora as restrições à Igreja não sejam diferentes das que todos os intervenientes não estatais enfrentam, o seu efeito é sentido de forma intensa, porque a Igreja permanece como o interveniente mais importante na sociedade civil.

Sob o regime autoritário populista na Venezuela, entretanto, a hostilidade oficial à religião levou a queixas por parte de bispos católicos em relação a expropriações, assédio, vigilância electrónica (sobretudo escutas telefónicas) e remoção de sacerdotes dos hospitais e prisões. Para lá dos Andes, no Equador, o Governo de esquerda de Rafael Correa tem sido acusado de fazer uma purga dos capelães católicos nas prisões e de crucifixos nos hospitais.

Mesmo nos locais onde existe liberdade religiosa tanto na lei como na prática, as minorias podem enfrentar intolerância e por vezes violência, como no Brasil, onde os praticantes de crenças sincréticas como o umbanda e o candomblé relatam terem sido atacados por evangélicos que os acusam de adorarem o diabo.

A liberdade religiosa precisa de se desenvolver na América Latina de três formas principais: no levantamento das sanções que ainda se mantêm, tanto legal como não oficialmente, às entidades religiosas; numa maior cooperação entre religiões, nomeadamente entre evangélicos e católicos, permitindo acções conjuntas sobre assuntos de preocupação comum; e numa maior aceitação por parte dos governos da região da voz da religião na vida nacional. A eleição de um Papa argentino em Março de 2013, que enquanto arcebispo e cardeal de Buenos Aires foi pioneiro de um modelo singular de diálogo e colaboração inter-religiosa, pode ter um efeito positivo nas três áreas.

Austen Ivereigh

A LIBERDADE RELIGIOSA NA AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos

A Constituição federal tem várias disposições que protegem a religião, em particular a “Cláusula do Livre Exercício” que protege o exercício livre da religião. A lei federal estatutária também contém muitas protecções da liberdade religiosa, incluindo a lei *Religious Freedom Restoration Act* (RFRA) de 1993 e a lei *Religious Land Use and Institutionalized Persons Act* (RLUIPA) de 2000. Ambas as leis proíbem a imposição governamental de encargos substanciais sobre o exercício da religião na ausência de justificações convincentes.

Em Junho de 2014, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos decidiu o caso *Burwell v. Hobby Lobby Stores, Inc.*, um caso que envolvia a aplicação da lei RFRA a uma regulamentação federal emitida pelo Departamento de Saúde e Serviços Humanos que requer que todos os empregadores paguem pacotes de seguros de saúde que incluam contraceptivos. Os donos da *Hobby Lobby*, a família Green, são protestantes que se opõem aos contraceptivos que possam causar abortos precoces, mas não se opõem aos contraceptivos em geral. O Supremo Tribunal concluiu, numa votação de 5-4, que a família Green podia excluir os contraceptivos abortivos sem penalização governamental. Espera-se que o Supremo Tribunal ouça um caso semelhante relativo a instituições sem fins lucrativos e o mandato federal de contraceptivos algures no início de 2015. O Tribunal já concedeu medidas provisórias tanto à ordem religiosa das Irmãs Pobres como ao instituto universitário protestante Wheaton College.

Em Julho de 2014, o presidente Obama emitiu uma ordem executiva a proibir os empregadores federais de discriminarem com base na orientação sexual ou identidade de género. Apesar do pedido de muitas organizações religiosas, a ordem não incluía excepções para prática religiosa. Por isso, pode haver processos judiciais para decidir se as instituições religiosas que têm contratos com o Governo federal – por exemplo para prestarem serviços sociais aos pobres ou aos sem-abrigo – estão a envolver-se em discriminação por causa da orientação sexual, o que é proibido, caso requeiram que os seus colaboradores adiram a um padrão religioso de conduta pessoal.

Em Outubro de 2014, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos vai ouvir os argumentos no caso *Holt v. Hobbs*, um caso referente à lei RLUIPA que envolve um prisioneiro muçulmano no Arkansas que deseja deixar crescer uma barba de meia polegada de acordo com a sua fé. Esta prática religiosa é permitida em quase todos os sistemas prisionais estatais e federais, mas o Arkansas proíbe-a. O Supremo Tribunal vai decidir se a lei RLUIPA protege a actividade religiosa do prisioneiro queixoso, apesar dos interesses afirmados pelo Governo em combater o contrabando e em tornar mais fácil a identificação dos prisioneiros.

As Constituições e leis estatais também protegem a liberdade religiosa. Muitas destas protecções estão agora em questão em processos judiciais que colocam as normas anti-discriminação contra a liberdade religiosa. Por exemplo, no caso da empresa *Elane Photography v. Willock*, uma fotógrafa cristã recusou-se com base nas suas convicções a fotografar um casamento entre pessoas do mesmo sexo e mais tarde foi multada por violar a lei anti-discriminação. O Supremo Tribunal do Novo México decidiu contra a fotógrafa, tendo um dos juizes afirmado que sacrificar a liberdade religiosa fazia parte do “preço” que a fotógrafa tinha de pagar por fazer parte da sociedade norte-americana. O Tribunal decidiu desta forma apesar da existência no Novo México da lei *Religious Freedom Restoration Act*. O Supremo Tribunal

dos Estados Unidos recusou-se a rever o caso, mas fica claro que a liberdade religiosa por um lado e as normas anti-discriminação (em particular quando se aplicam a pessoas LGBT) por outro estão cada vez mais a entrar em conflito e que o Supremo Tribunal vai ter de abordar o conflito num futuro próximo.

Canadá

A “liberdade de consciência e religião é protegida pela Carta dos Direitos e Liberdades. Muitas províncias disponibilizam financiamento estatal parcial a escolas religiosas primárias e secundárias. Em casos como *Daly v. Attorney General of Ontario* (1999) e *Trinity Western University v. British Columbia College of Teachers* (2001), os tribunais canadianos protegeram os direitos das escolas religiosas – incluindo as que são financiadas pelo Estado – de contratarem professores cujas crenças e conduta reflectem os compromissos religiosos das escolas.

Recentemente, contudo, esta liberdade esteve sob fogo cerrado. Em 2008, o Governo do Quebec procurou implementar um currículo de religião para toda a província em todas as escolas públicas e privadas. Uma escola secundária jesuíta centenária privada em Montreal desafiou o currículo do Governo com base no facto de este requerer o ensino de todas as religiões, incluindo o Catolicismo, numa perspectiva “neutra”. O Supremo Tribunal ouviu o caso em Março de 2014 e ainda não deu a conhecer a sua decisão.

No caso de 2006 *Multani v. Commission scolaire Marguerite-Bourgeoys*, o Supremo Tribunal do Canadá decidiu que um aluno sikh podia usar um *kirpan* – uma faca com bainha obrigatória segundo a sua religião – numa escola pública no Quebec. Em parte em resposta a esta decisão, o Governo do Quebec propôs uma proibição do uso de símbolos religiosos ostensivos por parte dos trabalhadores do Estado, incluindo médicos e funcionários de creches. A proibição proposta foi retirada em 2014 depois de o partido que a propôs ter perdido as eleições seguintes, mas a questão da expressão pública da identidade religiosa permanece controversa nalgumas áreas, em particular no Quebec.

Finalmente, a Universidade evangélica protestante Trinity Western, que limita as suas faculdades aos que partilham a sua fé, enfrentou uma campanha pública que se opunha à sua tentativa de abrir uma faculdade de direito. Os opositores da faculdade de direito argumentam que a crença religiosa da Trinity Western na definição tradicional de casamento é discriminatória e não a qualifica para oferecer educação jurídica. O resultado desta disputa vai afectar todas as instituições religiosas que demonstrem uma preferência pelos correligionários na selecção de lideranças ou faculdades.

A liberdade de consciência esteve também recentemente sob ataque noutras áreas da vida canadiana. Os médicos em Ontário e Alberta que se recusaram a prescrever contraceptivos por razões religiosas foram sujeitos a queixas e a Faculdade de Médicos e Cirurgiões do Ontário está actualmente a reconsiderar a sua orientação aos médicos que tenham crenças religiosas ou morais que possam afectar a prestação de serviços médicos.

Eric Rassbach and Adèle Keim

RÚSSIA E ÁSIA CENTRAL

A Rússia é, por natureza, complexa e enquanto país é muitas vezes incompreendida. A questão da Rússia pós-União Soviética é tanto mais crítica numa altura em que o mundo bipolar da era da Guerra Fria deu lugar a um mundo com uma única superpotência. Nestas circunstâncias, após o fim da URSS, surgiram novos estados. A Rússia assumiu as responsabilidades da União Soviética e cumpriu-as. Nos vinte e cinco anos que se seguiram à sua criação, a Federação Russa passou por uma transformação dolorosa e sem precedentes.

A dimensão, a história, a cultura, a diversidade étnica e, não menos importante, a ortodoxia da Rússia exigem uma abordagem cuidadosamente diferenciada. Uma preocupação fundamental é que muitas pessoas por vezes não têm paciência para um entendimento mais profundo. Argumenta-se que a ignorância e os interesses próprios dos conselheiros ocidentais durante os “loucos anos noventa” deixaram a sua marca na Rússia. Até hoje, por exemplo, o termo democracia tem uma certa conotação negativa.

O que é que está a acontecer à Rússia? Que resultados vão emergir da contínua avaliação do seu passado recente, que por vezes foi tão trágico? Que metas quer o país estabelecer para si próprio e para o seu futuro? Será que o *status quo*, a divisão interna de poderes, vai mudar? Vai ser redefinida ou vai ser completamente reformulada?

A Europa não pára em Riga ou Tallinn, nem de facto nos Montes Urais. Vladivostok, por exemplo, tem um carácter europeu e cristão. Além disso, a Europa não é o centro do mundo e para a Rússia também não é a única opção. Moscovo tem os seus próprios interesses e um tema comum tem a ver com o facto de os seus líderes e o seu povo esperarem ser tratados com maior respeito pelo Ocidente. De momento, a questão que se coloca é se uma parceria aparentemente óbvia e promissora com o Ocidente vai escorregar uma vez mais para um confronto perigoso. A resposta também vai ser parcialmente determinada pelo comportamento do Ocidente.

A abordagem à identidade nacional e religiosa na nação multi-étnica que é a Rússia é de importância vital, tanto historicamente como no momento actual. As chamadas ‘religiões tradicionais’ – Cristianismo Ortodoxo russo, Islamismo, Judaísmo e Budismo – para além da Igreja Católica, os Luteranos, os Arménios, etc., são reconhecidos pelo Estado e tratados com respeito. Estas são comunidades nas quais a linha entre os grupos destrutivos ou radicais tipo seita é vista como difícil de marcar, e aqui pode muito bem haver restrições. A partir de meados da década de noventa, a antiga União Soviética ateia foi verdadeiramente inundada por um leque completo de diferentes seitas e comunidades que, fornecidas com amplos recursos financeiros, estiveram activas dentro deste vasto domínio, mas a longo prazo permaneceram relativamente sem sucesso. Algumas minorias religiosas são associadas a essas seitas hoje em dia. Talvez até mais urgentemente do que nos países ocidentais, a Rússia deve lutar por integrar a sua “própria” forma de Islamismo, cuja radicalização já tem consequências para a sociedade. A linha divisória entre uma comunidade religiosa exótica e uma célula terrorista activa pode ser muito estreita.

Os cinco países centro-asiáticos do Cazaquistão, Usbequistão, Turquemenistão, Quirguistão e Tajiquistão cobrem em conjunto uma área de cerca de 4.000.000 km² – aproximadamente igual ao território da União Europeia – e têm uma população total de cerca de 62 milhões, praticamente equivalente à população do Reino Unido. A região pertence à área nuclear da histórica Rota da Seda, confinando com a Rússia a norte, com a China a leste, e com o Irão e o Afeganistão a sul.

Aparte da sua situação geográfica, estes países partilham a característica histórica comum de até 1991 terem sido repúblicas da União Soviética. O russo era a língua oficial e a ideologia era socialista. A vida económica, científica e cultural tinha Moscovo como o seu ponto de referência dominante, com todas as diversas vantagens e desvantagens que daí resultam. Com o colapso do império soviético, estes países tiveram de reconstruir rapidamente novas estruturas estatais, definir a sua identidade nacional e posicionar-se regional e internacionalmente. Todos os países autónomos vassallos da União Soviética em última análise tinham-se baseado numa administração central, parcialmente para excluir tendências separatistas dada a natureza do sistema. As inter-relações económicas eram muito próximas e daí que o seu desmembramento tenha sido penoso.

A elite dirigente e os quadros do partido tinham um passado de carreiras profissionais e experiências semelhantes. Com o colapso do todo, os valores partilhados e as formas de pensar tornaram-se também insustentáveis. Após a independência, foi difícil encontrarem o seu rumo – a Rússia tinha os seus próprios problemas; a União Europeia não era uma opção. Muitos russos, ucranianos, pessoas de origem alemã e outros sentiram-se obrigados durante este tempo a deixarem estes países com todos os seus pertences. Para a maioria deles, esta foi uma experiência traumática.

No final, os quadros soviéticos das antigas repúblicas socialistas mantiveram-se em cada caso. Formaram-se regimes autoritários mais ou menos rígidos, baseados essencialmente em clãs familiares. A procura de um sentido de identidade está longe de ter terminado.

A base económica para os países da Ásia Central foram, e ainda são em muitos casos, os ricos recursos naturais (combustíveis fósseis, em especial no Turquemenistão) e matérias-primas (por exemplo, algodão de elevado valor no Usbequistão). Os rendimentos destes recursos estão distribuídos de forma desigual. Um factor económico importante são os trabalhadores migrantes da Ásia Central que ganham a vida sobretudo na Rússia, permitindo desta forma que as suas famílias sobrevivam nos seus países de origem. A vida pública nas duas principais cidades russas de Moscovo e São Petersburgo depende hoje em dia praticamente destes trabalhadores dos serviços. Por outro lado, os migrantes muçulmanos representam um potencial para agitação étnica e religiosa, daí serem um potencial perigo para a Rússia enquanto país etnicamente diversificado.

O Cazaquistão desempenha um papel estabilizador na região e posicionou-se globalmente através da sua união aduaneira com a Rússia e a Bielorrússia.

Para o país escassamente povoado mas rico em gás que é o Turquemenistão (classificado em quarto lugar no mundo), o fluxo de petróleo/gás (por exemplo o projecto falhado de Nabuco) desempenha um papel fundamental. Os gasodutos são planeados para transportar gás através do Mar Cáspio e do Cáucaso para a Turquia e daí para a União Europeia – como alternativa suplementar aos gasodutos existentes que transportam gás para a Rússia e para a China. O país mais povoado e etnicamente unificado que é o Usbequistão é relativamente estável – embora à custa de restrições austeras. Economicamente frágil, o Tajiquistão foi palco de agitação interna e, em conjunto com o Quirguistão, está entre os países mais frágeis e instáveis da região. Ambos são países montanhosos e com fronteiras difíceis de patrulhar.

Os países da Ásia Central pertencem à esfera de influência política, militar e económica da Rússia. Também para a China esta região tem importância estratégica. Podem ser aqui explorados potenciais mercados, juntamente com os recursos naturais muito necessários e talvez a futura utilização de terras. Para os Estados Unidos, bases militares são interessantes

como forma de se posicionarem em relação à Rússia e à China. Contudo, esta foi apenas uma opção temporária no Usbequistão, em ligação com a campanha do Afeganistão.

Uma ameaça a estes países são os actuais desenvolvimentos no Afeganistão. Após a retirada das potências ocidentais de Hindu Kush, há um perigo crescente de que o Islamismo radical possa expandir-se na região. Esta é uma perspectiva assustadora para os regimes autoritários, nos quais o Islamismo é controlado pelo Estado, considerado como uma componente da identidade nacional e presente de forma bastante moderada na esfera pública. Além disso, com a retirada das forças militares do Afeganistão, pode esperar-se o crescimento da produção de droga, com as óbvias consequências. Também consideradas como uma ameaça são as séries de “revoluções coloridas” na Europa de Leste e as “Primaveras Árabes”, que em circunstâncias semelhantes fizeram cair regimes autoritários mas deixaram o caos atrás de si. O que as pessoas procuraram foi a democracia e os direitos humanos, mas o resultado foi que a Al-Qaeda, o Estado Islâmico, os Talibã, etc. ganharam força, com o consequente êxodo em massa de cristãos... Quem é que se segue?

Estas considerações não justificam necessariamente as restrições, mas até certo ponto explicam as razões para elas existirem. Para os Cristãos Católicos e Ortodoxos, esta região – apesar de certas restrições – é um lugar de paz e segurança. Noutros países, os Cristãos representam uma minoria muito pequena, que deve lidar de forma sábia tanto com os respectivos regimes como com a sociedade muçulmana alargada. Outras comunidades religiosas que não estão enraizadas tradicionalmente na sociedade são vistas essencialmente – tal como outras organizações não controladas pelo Estado – como uma potencial ameaça e em muitos casos tratadas de forma restritiva.

Peter Humeniuk
Ajuda à Igreja que Sofre Internacional

EUROPA OCIDENTAL LIBERDADE RELIGIOSA ENTRE AMEAÇAS POLÍTICAS E SOCIAIS

Na Europa Ocidental hoje em dia há ameaças tanto à liberdade religiosa como à liberdade de consciência. No âmbito da União Europeia, o artigo nono da Convenção Europeia dos Direitos Humanos garante a liberdade de pensamento, consciência e religião, mas vários países viveram conflitos de valores em que a liberdade religiosa é vista como estando em conflito com a liberdade de outros sectores da sociedade, e os direitos dos grupos religiosos não são sempre robustamente defendidos pelo Estado nestas situações. Por vezes, estes conflitos têm mais a ver com a implementação de leis, outras vezes é a própria lei que limita a liberdade religiosa.

O Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos sediado em Viena documentou 241 casos em toda a União Europeia durante o ano de 2013 – incluindo uma bomba que explodiu na Basílica de Saragoça em Espanha e um *cocktail Molotov* que foi atirado a uma igreja recentemente restaurada em Lucca, Itália.¹ O Observatório também identificou quarenta e uma leis que afectam negativamente os Cristãos – e isto pode fornecer um indicador para áreas onde os grupos religiosos também sofrem discriminação –, incluindo quando os pais não podem optar por manter os seus filhos isentos das aulas obrigatórias de educação sexual que estão em directa oposição às suas convicções religiosas, e quando as enfermeiras e os médicos são forçados a realizar actos que consideram não éticos. Na realidade, as restrições às objecções de consciência por motivos religiosos afectam cada vez mais o pessoal médico e os farmacêuticos em vários estados-membros da União Europeia, incluindo França, Noruega, Reino Unido e Suécia.¹¹

De facto, a investigação sobre os Cristãos é indicativa da discriminação enfrentada por outros grupos religiosos, que nalguns casos também enfrentaram períodos contínuos de ataques violentos. Em inúmeros casos de violência contra muçulmanos e judeus, um tema comum surge: estas religiões tornaram-se bodes expiatórios para as acções de indivíduos ou grupos com ligações a estas comunidades. O aumento dos ataques à comunidade judaica em França, na Alemanha e em Itália em Julho de 2014 – incluindo o lançamento de *cocktails Molotov* à Sinagoga de Bergische na vila de Wuppertal no oeste da Alemanha – estavam ligados à morte de palestinianos, incluindo crianças, durante o bombardeamento israelita de Gaza; e uma série de ataques contínuos a muçulmanos e mesquitas no Reino Unido seguiu-se ao assassinio do soldado Lee Rigby por extremistas islâmicos em Maio de 2013. Há a preocupação de que este tipo de violência possa ser um facto no aumento dos níveis de emigração judaica. Nos primeiros três meses de 2014, partiram para Israel 407 judeus franceses – o quádruplo do que aconteceu no mesmo período tanto em 2012 como em 2013.¹¹¹ Um estudo de 2012 sobre o povo Judaico em oito países europeus concluiu que, em média, 21% dos entrevistados foi assediado ou atacado no último ano e 29% considerou a

¹ *Observatory on Intolerance and Discrimination against Christians Report 2013* (Viena: Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos), pp. 6, 23, 25.

¹¹ www.zenit.org/en/articles/firing-health-professionals-who-refuse-to-abort-babies-is-watershed-moment-for-europe; www.lifenews.com/2014/01/28/nurse-fired-for-refusing-to-participate-in-abortions/; www.thelocal.se/20140124/anti-abortion-nurse-claims-religious-bias

¹¹¹ *New York Times*, 21 de Junho de 2014; mas ver também www.jta.org/2013/03/20/news-opinion/the-telegraph/is-french-jewish-emigration-driven-by-anti-semitism

possibilidade de emigrar.^{iv} Mas este tipo de violência, embora profundamente preocupante, ainda é em grande medida excepcional e não caracteriza a situação predominante da maioria dos grupos religiosos. Na realidade, as formas contínuas de discriminação e intolerância na Europa são habitualmente mais subtis.

Em inúmeros países europeus, uma tendência laicizante movimentou-se no sentido de excluir as manifestações religiosas da vida pública, restringindo qualquer financiamento estatal a actividades religiosas e proibindo os símbolos religiosos em locais públicos, como por exemplo a exibição de crucifixos em escolas. Em relação à exibição pública de símbolos religiosos, o uso dos véus islâmicos continua a ser altamente contencioso – e um relatório de 2012 da Amnistia Internacional apelou aos governos para que “garantam que quaisquer restrições impostas ao uso de véus que cobrem totalmente a face, a nível nacional ou de acordo com políticas ou legislação adoptada por autoridades regionais ou locais, sejam manifestamente necessárias e proporcionais ao alcance de um fim reconhecido como legítimo segundo o direito internacional dos direitos humanos.”^v Paradoxalmente, os proponentes do secularismo têm estado dispostos a ser intolerantes *em nome da tolerância*. Por exemplo, enquanto as abordagens seculares como a da laicidade em França são ostensivamente concebidas para disponibilizar espaços neutros, as aplicações cada vez mais proactivas desses princípios arriscam-se a restringir os direitos dos grupos religiosos. Preocupado com a nova *Carta da Laicidade*, que, numa tentativa de inculturação total da laicidade nas escolas, restringe os direitos religiosos e a liberdade de consciência (cf. art. 13), Joël Mergui, Presidente do Consistório Central dos Judeus de França, alertou para uma “*laïcité d’exclusion*” – um secularismo de exclusão.^{vi}

À medida que os activistas LGBT e outros activistas de género procuram desafiar as perspectivas tradicionais e da lei natural sobre sexualidade e alcançar a total aceitação social da homossexualidade como normativa, tem havido confrontos com grupos religiosos. Os membros destes grupos religiosos criticaram os argumentos subjacentes a estas campanhas e os estilos de vida adoptados pelos parceiros do mesmo sexo. Inserido nesta mudança cultural em curso, tem havido movimentações para legalizar o casamento e a adopção homossexual que foram bem-sucedidas nalguns países, como a Dinamarca e o Reino Unido, com implicações muito diferentes para os grupos religiosos. De facto, o Cristianismo é muitas vezes visto como sendo *a priori* antagonista para com todos os direitos dos homossexuais. Folhetos para escolas na Bélgica intitulados “Combater a homofobia” descreviam o Cristianismo como um obstáculo a ultrapassar os preconceitos anti-LGBT. Com estereótipos tão negativos sobre os grupos religiosos a tornarem-se mais divulgados, tem havido preocupações nalguns países de que a promoção dos direitos dos homossexuais leve a uma censura, na prática, das comunidades religiosas que têm perspectivas morais tradicionais em relação à homossexualidade. Por exemplo, houve receios de que a proposta de lei Scalfarotto-Leone em Itália, embora pretendesse combater a homofobia, pudesse levar a que toda a crítica da homossexualidade fosse classificada como “homofobia” e punível por lei. Quando a proposta de lei foi debatida, o Arcebispo Luigi Negri argumentou a necessidade de também proteger a liberdade de expressão e a liberdade religiosa dos indivíduos e grupos religiosos, enquanto o Magistrado Domenico Airoma descreveu a proposta de lei como uma “expressão agressiva do relativismo”.

^{iv} *Discrimination and Hate Crime against Jews in EU Member States: Experiences and Perceptions of Antisemitism* (Viena: Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais, 2013), p. 30, 39ss.

^v *Choice and Prejudice: Discrimination against Muslims in Europe* (Londres: Amnistia Internacional, 2012), p. 113.

^{vi} *Libération*, 10 de Setembro de 2013.

Há, de facto, preocupações de que uma imposição de linha dura das posições relativistas vá inibir uma acomodação razoável das crenças religiosas. Esta ideia foi sublinhada pelo Papa Bento XVI em 2011: “É claro que, *se o relativismo é considerado um elemento essencial da democracia*, nos arriscamos a *ver a secularidade apenas no sentido de excluir... a importância social da religião*. Mas esta abordagem cria confronto e divisão, perturba a paz, prejudica a ecologia humana e, ao rejeitar qualquer abordagem de princípios que não seja a própria, acaba num beco sem saída.”

Os países europeus ainda estão a braços com a questão de saber como permitir a liberdade de expressão de diferentes perspectivas na praça pública e promover contributos de diversas partes da sociedade quando os grupos têm perspectivas conflitantes – e até inerentemente contraditórias. Mas há receios de que os grupos religiosos que subscrevam princípios morais mais tradicionais, quando houver um confronto de valores, acabem por ser forçados pelo Estado a conformar-se a normas sociais recentemente consagradas às quais eles se opõem por consciência.

Dr. John Newton
Ajuda à Igreja que Sofre, Reino Unido

Dr. Martin Kugler
*Observatório da Intolerância e Discriminação
contra os Cristãos na Europa*

O ISLÃO E O MÉDIO ORIENTE

De acordo com o *Pew Research Center*, as hostilidades sociais que envolvem a religião atingiram um pico de seis anos em 2012 em cada uma das principais regiões do mundo, excepto as Américas. O mesmo relatório de 2012 dizia que aos Cristãos era negada a liberdade religiosa em 151 países e aos muçulmanos em 135 países. Tal como nos anos anteriores, as hostilidades sociais que envolvem a religião estiveram no seu nível mais elevado em 2012 em todo o Médio Oriente e Norte de África, com a mediana a subir de 3,7 em 2007 para 6,4 em 2012. A mediana global era 2.0.^{vii}

Algumas *ressalvas* podem ser úteis à medida que os leitores verificam os dados contidos neste relatório bienal sobre a liberdade religiosa no Médio Oriente e Norte de África para o período de 2012 a 2013.

1. Uma vez que a liberdade religiosa está estreitamente ligada aos direitos humanos, deve referir-se que as atitudes dos Muçulmanos em relação aos direitos humanos ‘vão desde a rejeição total à adopção incondicional.’^{viii} Por exemplo, não há liberdade religiosa na Arábia Saudita. Mas Omã, por outro lado, garante a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e não permite discriminações com base na religião.
2. O ‘politicamente correcto’ levou muitos no Ocidente a serem cúmplices da negação dos direitos humanos às minorias muçulmanas e não muçulmanas nas sociedades islâmicas, com base em falsos pressupostos sobre as tradições legais e a cultura islâmica relativamente a direitos e liberdade permitidas pela *sharia*. Estas lógicas distorcidas, habitualmente defendidas por indivíduos e governos ultraconservadores que se opõem a qualquer concessão de direitos, aproveitam-se da ignorância dos políticos e meios de comunicação social ocidentais.^{ix}
3. Os EUA e os países ocidentais continuam a manifestar uma confiança ingénuo nos benefícios da ‘democracia’ ao estilo norte-americano imposta – por vezes através da força – aos países em desenvolvimento. A ‘democracia’, tal como o ‘Islão’, é um termo ambíguo. Até mesmo a ideia de um ‘estado nação’ tal como consagrado, mais ou menos, nos estados islâmicos descritos neste relatório, emergiu no Islão apenas recentemente e não era sequer contemplada pelos juristas islâmicos nos tempos antigos.^x
4. Entre os estados que analisámos, apenas o Afeganistão, o Irão, a Arábia Saudita e a Turquia nunca foram colonizados por europeus ou sujeitos a ocupação estrangeira europeia de longo prazo. O Irão e o Afeganistão, claro, foram conquistados e colonizados por exércitos árabes muçulmanos. O antigo Império Bizantino [Turquia] tinha sido colonizado pelas forças muçulmanas seljuques e otomanas. Com excepção da Turquia, entraram na era moderna com as suas estruturas tribais, culturas políticas e economias mais ou menos intactas. A Turquia, por sua vez, herdou um legado de repetidas tentativas otomanas de reforma.^{xi}

^{vii} <http://www.pewforum.org/2014/01/14/religious-hostilities-reach-six-year-high/> [accedido a 18 de Julho de 2014]. *The Pew Research Center's Religion & Public Life Project*, 14 de Janeiro de 2014.

^{viii} Ann Elizabeth Mayer, *Islam and Human Rights: Tradition and Politics*, Westview Press, 1991, p. xi.

^{ix} *ibid.* p. xiv.

^x <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/book/islam-9780195107999/islam-9780195107999-chapter-13> [accedido a 18 de Julho de 2014]. Ver também Mayer, *op.cit.* p.12.

^{xi} Ver, entre muitas outras fontes, Youssef M. Choueiri, *Islamic Fundamentalism*, Pinter, Londres, 1990, p. 64.

5. De todos os países islâmicos analisados para este Relatório, apenas a Arábia Saudita não tem Constituição e não admite liberdade religiosa, embora os Cristãos sejam, de acordo com a página de internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido^{xii}, supostamente autorizados a possuírem uma Bíblia puramente para uso privado. A Arábia Saudita não tem partidos políticos ou sindicatos.^{xiii}
6. A Turquia tem restringido seriamente a liberdade religiosa, reconhecendo Judeus, Greco-Ortodoxos ou Cristãos apostólicos armênios, mas limitando o seu acesso a cargos públicos. Os Católicos dos ritos assírio-caldeu, arménio, maronita ou latino, ou os Protestantes, não têm estatuto legal.
7. O Irão merece especial menção. Na sua Constituição, Zoroastrianos, Cristãos e Judeus gozam de liberdade religiosa. A profanação e destruição de igrejas ou sinagogas – uma característica do extremismo islâmico em muitos estados sunitas – está notavelmente ausente das comunidades e sociedades xiitas. No Irão, esforços contínuos de reforma, ao mesmo tempo que respeitando a natureza do estado xiita, puseram em movimento forças reformistas liberais que promovem os direitos humanos e a democratização na república islâmica. A eleição em 2013 do candidato reformista Hassan Ruhani como presidente refutou alegações de que a retórica ofensiva do antigo presidente Ahmadinejad representava a mentalidade de toda a nação iraniana.
8. A expressão ‘Roma não foi feita num dia’ não é apenas uma banalidade. Substitua ‘Roma’ por ‘democracia’ e ‘reformas liberais em países com pouca ou nenhuma experiência de democracia’. Estas não podem ser ‘feitas’ num dia. Contudo, boas e más decisões tomadas por governos seculares ocidentais, sempre à procura dos seus interesses económicos e militares, não toleram atrasos sob a pressão dos grupos de *lobbying* com interesses próprios. A geração ‘Y’, que prospera com as chamadas ‘redes sociais’ e a ligação permanente uns aos outros e à Internet, é por definição impaciente.
9. Os países onde a liberdade religiosa é salvaguardada constituem um baluarte contra a ascensão do terrorismo. Os países onde a liberdade religiosa é sistematicamente negada tornam-se instáveis terrenos férteis para o extremismo e o terrorismo.^{xiv}

Paul Stenhouse, MSC

^{xii} www.gov.uk/foreign-travel-advice/saudi-arabia/local-laws-and-customs

^{xiii} *ibid.* p.76.

^{xiv} Timothy Samuel Shah *et al.*, *Religious Freedom, Why Now? Defending an Embattled Human Right*, The Witherspoon Foundation, Princeton, NJ, 2012.



PAÍSES

AFEGANISTÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESLOCADOS:
30.551.674	652.864 km ²	16.866	2.552.208	631.286

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Estado e a liberdade religiosa

O Afeganistão¹ é uma república islâmica que partilha fronteiras com o Turcomenistão, o Uzbequistão e o Tadjiquistão a norte, a China a nordeste, o Paquistão a leste e sul, e o Irão a oeste. O país é um complexo de diferentes grupos étnicos que lutaram uns com os outros durante décadas² antes de finalmente se unirem num único país desde a queda do regime talibã em 2001. Os grupos étnicos mais importantes são os pashtun (42%), os tadjiques (27%), os hazara (9%), os uzbeques (9%) e os turcomanos (3%).³ Aproximadamente 99% da população é muçulmana, sendo a esmagadora maioria (80%) constituída por muçulmanos sunitas, enquanto os muçulmanos xiitas representam cerca de 19%, predominantemente dos grupos étnicos hazara e tadjique.⁴

A Constituição de 2004, promulgada após a derrota do regime talibã (1997-2001) declara que o país é uma república presidencial islâmica. A natureza religiosa do Estado é um dos elementos-chave da nova Constituição, embora isso seja atenuado por uma combinação de medidas, fruto de intenso debate, concebidas para prevenir a possibilidade de o país resvalar para uma interpretação fundamentalista da *sharia*. Mesmo assim, a *sharia* permanece como uma das principais fontes de Direito na sociedade, em particular nas zonas tribais. O Artigo 2 da Constituição afirma que o «Islamismo é a religião oficial do Estado», embora o segundo parágrafo do mesmo artigo também proclame a liberdade religiosa. O Artigo 3 estipula «a conformidade de todas as leis» aos princípios e normas da religião islâmica, tornando a *sharia*, embora não nominalmente, na primeira fonte da lei.⁵

¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Afghanistan

População: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Afghanistan>

Desalojados: www.unhcr.org/pages/49e486eb6.html

² www.nytimes.com/2014/02/19/world/asia/afghan-ethnic-tensions-rise-in-media-and-politics.html?_r=0

³ Calendário Atlante De Agostini 2013

⁴ www.minorityrights.org/?lid=5429

⁵ www.constituteproject.org/constitution/Afghanistan_2004

Assim, na prática, em nome do respeito pela lei islâmica no país, é impossível uma pessoa converter-se a outra religião, professar livremente uma fé diferente, exibir símbolos religiosos ou envolver-se no trabalho de missionação.

A situação dos Cristãos

Além das restrições impostas pelo Estado e pela sociedade tradicional fortemente muçulmana, há também um clima de desconfiança em relação aos Cristãos. A principal causa são dez anos de controlo militar por forças internacionais. Uma década de guerra contra os talibãs deixou 2,7 milhões de pessoas a viver no exílio nos países vizinhos. Procuraram refúgio sobretudo no Paquistão e no Irão. Em 2012 – pelo 32.º ano consecutivo – o Afeganistão ficou em primeiro lugar na lista anual do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (UNHCR). Além do radicalismo dos talibã, que tem aumentado nos últimos anos com ataques e atrocidades contínuas, sobretudo contra civis,⁶ um factor que nalguns casos fomentou o ódio em relação aos Cristãos e a outras religiões consideradas como ‘estrangeiras’ tem sido a presença contínua das forças militares internacionais. Um exemplo disto foi a queima de exemplares do Corão a 20 de Fevereiro de 2012 na base militar norte-americana em Bagram, no Norte do país, por soldados norte-americanos. O incidente desencadeou protestos violentos em todo o Afeganistão, ceifando dezenas de vidas e levando a manifestações em massa nas quais os manifestantes queimaram cruzeiros e outros símbolos cristãos, bem como cartazes gigantes do Presidente norte-americano Barack Obama.⁷

O Governo afegão declarou a primazia do Islamismo sobre todas as outras religiões. Falando no Parlamento em Setembro de 2013, o deputado Nazir Ahmad Hanafi deu voz aos rumores de que havia muçulmanos afegãos a converter-se ao Cristianismo na Índia. «O povo Afegão», afirmou, «está a continuar a converter-se ao Cristianismo na Índia. Isto é uma afronta à lei islâmica e, de acordo com o Corão, devem ser mortos.» O presidente do Parlamento afegão, Abdul Rauf Ibrahim, também condenou as alegadas conversões, pedindo ao comité de segurança nacional que «acompanhasse a questão com cuidado».⁸

Não há dados fidedignos sobre o número preciso de não-muçulmanos no Afeganistão. Algumas organizações protestantes calculam que haja cerca de 5.000 cristãos afegãos, ou seja, convertidos do Islamismo, mas até agora este número nunca foi confirmado.⁹

A Igreja Católica está presente no Afeganistão sob a forma de uma missão *Sui Iuris*, sob a direcção do sacerdote italiano barnabita Padre Giuseppe Moretti. Ao todo, o número de sacerdotes, e religiosos do sexo feminino e masculino a trabalhar no Afeganistão totaliza apenas quinze. O grupo com a presença mais firmemente estabelecida no país é o das Irmãs de Jesus. Estas religiosas (quatro no total) foram respeitadas até pelos talibãs e estão a trabalhar em Cabul há cinquenta anos. A queda do regime talibã tornou possível que as Irmãs da Madre Teresa entrassem no país em 2006 e trabalhassem com os doentes e os pobres. Outro grupo respeitado e reconhecido pela população é a associação de caridade italiana para crianças *Associazione Pro-bambini di Kabul*, que trabalha com crianças órfãs e deficientes.

⁶ De acordo com estimativas da Missão da ONU para o Afeganistão (UNAMA), na primeira metade de 2013 o número de vítimas civis aumentou 23% em relação ao ano anterior. De Janeiro a Junho, o número de mortes ligado a incidentes de guerra aumentou de 1.158 em 2012 para 1.319 em 2013. Durante o mesmo período, o número de civis feridos aumentou de 1.976 em 2012 para 2.533 em 2013.

⁷ Cf. *AsiaNews.it*, «Afghanistan: i talebani preparano nuovi attentati. I timori dei cristiani», 14/03/2012.

⁸ Cf. *Christian Today*, «Afghan Member of Parliament: 'Execute Afghan Christian converts'», 09/09/2013.

⁹ Cf. *Frontline Missions International*, «Afghanistan's Mosque-to-Church Ratio as of June 2013», 25/06/2013.

Olhando para a questão da liberdade religiosa como um todo no país, a Constituição é baseada na *sharia* e isto torna quase impossível a melhoria da situação. O clima contínuo de insegurança deu muito poder aos talibã e aos seus seguidores, não apenas nas zonas rurais, mas também na capital, Cabul. A intolerância em relação a outras religiões e aos costumes que não os do Islamismo foi reforçada pelas declarações contra as conversões ao Cristianismo por parte de alguns deputados e demonstrada pelas actuais circunstâncias de justiça sumária – por exemplo, casos de adultério punidos por apedrejamento.¹⁰

¹⁰ www.reuters.com/article/2013/11/25/us-Afeganistão-rights-idUSBRE9AO0EB20131125

ÁFRICA DO SUL



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
50.460.000	1.221.037 km ²	65.233	403	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informações gerais e estatuto legal

Na Constituição sul-africana de 1996, a liberdade religiosa é reconhecida no capítulo 2 da Carta dos Direitos. A Secção 9 proíbe a discriminação injusta, entre outros por motivos religiosos. A Secção 15 afirma: «Todos têm direito à liberdade de consciência, religião, pensamento, crença e opinião.» Esta secção também afirma: «As observâncias religiosas devem ser orientadas por instituições estatais e apoiadas pelo Estado, desde que: a) essas observâncias sigam normas criadas pelas autoridades públicas adequadas; b) sejam orientadas numa base equitativa; c) e a frequência seja livre e voluntária.» Prevê também o reconhecimento de quase todas as formas de casamento religioso e lei da família no país: «Esta secção não impede a legislação de reconhecer os casamentos celebrados de acordo com: (i) qualquer tradição, ou um sistema de lei religiosa, pessoal ou de família; (ii) ou sistemas de lei pessoal e de família segundo qualquer tradição, ou a que aderem as pessoas que professam uma religião específica.» A Secção 31 protege o direito dos que pertencem a uma comunidade religiosa: a) de gozarem da sua cultura, de praticarem a sua religião e de usarem a sua língua; b) e de formarem, aderirem e manterem associações culturais, religiosas e linguísticas, e outros órgãos da sociedade civil.

As disposições encontradas nas secções 185 e 186 da Constituição também criam uma comissão para a promoção e protecção dos direitos das comunidades culturais, religiosas e linguísticas.

Os grupos religiosos¹¹ não são obrigados a registar-se ou a procurar outro tipo de auto-regulação. No entanto, podem requerer o registo como organizações humanitárias sem fins lucrativos e ficar assim isentos do pagamento de imposto sobre o rendimento.

O Governo permite a educação religiosa opcional nas escolas públicas, mas proíbe a promoção de qualquer fé específica. O calendário escolar de exames tem em consideração os festivais religiosos de todas as principais religiões. Os feriados nacionais incluem o dia de Natal e a Sexta-feira Santa.

¹¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/south-africa
População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=South Africa>

Entre as instituições encarregadas de garantirem o respeito pela Constituição está a Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos (SAHRC na sigla inglesa), que lida com alegadas violações da liberdade religiosa.

Anti-semitismo

O Conselho Judeu Sul-Africano de Deputados (SAJBD na sigla inglesa) reportou vários actos de anti-semitismo em 2013. O «ponto mais baixo» do ano foi identificado como a perturbação de um recital de piano de Yossi Reshef por parte de manifestantes anti-Israel, que ocorreu no *campus* da Universidade de Wits. Outros incidentes reportados pelo SAJBD incluem: um escândalo relativo a uma cerimónia de iniciação ao primeiro ano com aparentes gestos de ‘Sieg Heil’ realizados por estudantes da Universidade North-West em Março de 2014; um homem branco de meia-idade responsável por inúmeros actos de abuso verbal anti-semita e ameaças ao longo de um período alargado de tempo, que foi detido em Junho de 2013; e duas suásticas desenhadas na parede de uma residência judaica em Sandringham, Joanesburgo, em Abril de 2013.

Cristãos

Em Fevereiro de 2013, Lulu Xingwana, a ministra para as Mulheres, Crianças e Deficientes, pediu desculpas aos Cristãos calvinistas depois de ter afirmado numa entrevista que os homens africânderes não tinham respeito pelas mulheres e crianças por causa da educação calvinista que tinham recebido.

A SAHRC teve conhecimento de uma Academia de Arte Cristã ligada à *Our Father's Home Church*, culpada de discriminação por ter dito que conseguia oferecer «cursos de reabilitação» a quaisquer alunos homossexuais para lhes permitir «mudarem a sua orientação sexual». Esta comissão descobriu que, embora isto não «violasse os direitos» das pessoas homossexuais, «podia potencialmente resultar em danos físicos e psicológicos para os membros da comunidade LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais]». Foi exigido à academia a rever o seu programa educativo no prazo de três meses e a instruir o seu pessoal sénior para que frequentasse cursos de reeducação sobre consciência da diversidade.

Alguns grupos católicos protestaram contra a produção teatral *The Testament of Mary*, que consideraram blasfema e insultuosa para a Virgem Maria e Jesus.

Escolas católicas

De acordo com o Instituto Católico de Educação, há duas categorias de escolas católicas em termos da Lei das Escolas Sul-africanas:

i) Escolas Públicas em Propriedade Privada – Estas são escolas situadas em terrenos da Igreja. Formalmente, chamam-se ‘escolas apoiadas pelo Estado’ e agora existem sob a Secção 14 da Lei das Escolas Sul-africanas (1996). Segundo os acordos assinados com os departamentos provinciais de educação, estas escolas têm o direito de promover e preservar a sua natureza religiosa especial.

ii) Escolas Independentes – Estas escolas pertencem a dioceses e congregações religiosas. A maioria serve comunidades predominantemente desfavorecidas. Um total de 75% destas escolas estão em bairros pobres ou zonas rurais e oferecem educação superior, apesar de terem poucos recursos.

Várias políticas governamentais actuais, nomeadamente a política de Religião e Educação (2003), e o Currículo Nacional e Declarações de Avaliação de Políticas (CAPS) afectam a educação religiosa nas escolas católicas. As escolas são obrigadas a desenvolver e aplicar

estas políticas juntamente com a *Fostering Hope* [política de Educação Religiosa para as escolas católicas aprovada pela Conferência Episcopal Sul-africana Católica], de tal forma que haja harmonia entre elas.

Muçulmanos

Em Outubro de 2013, um homem que espancou um muçulmano até à morte, numa discussão sobre a sua barba, foi preso por oito anos. Rudolph Viviers foi condenado a doze anos (quatro dos quais de pena suspensa), por homicídio culposo, e a quatro anos por agressão com intenção de causar danos corporais graves. Viviers e Zayne van Tonder insultaram Muhammad Fayaz Kazi e o seu amigo Anser Mahmood por causa das suas barbas, numa loja da cadeia alimentar Chicken Licken em Magaliesburg, a 6 de Agosto de 2012. Seguiram-se uma discussão e uma luta, sendo Kazi gravemente espancado. Mais tarde faleceu no hospital. As acusações contra Van Tonder foram retiradas. Depois da condenação e através do seu representante legal, Viviers pediu autorização para se dirigir às famílias e pediu perdão.¹²

A 28 de Setembro de 2012, a Associação Nacional de Muçulmanos Unidos realizou uma manifestação autorizada no consulado geral, em Joanesburgo, para protestar contra um vídeo anti-islâmico. Calcula-se que tenham participado cerca de 700 pessoas, representando uma coligação alargada de organizações muçulmanas e grupos de apoio filiados. O líder da manifestação apelou a que se realizasse um fórum de diálogo para abordar as preocupações. Afirmou também que os manifestantes estavam a defender o carácter do Profeta Maomé.¹³

Outras religiões

Os Hindus protestaram contra a utilização do deus hindu Ganesh num filme de banda desenhada que descreveram como desrespeitador.

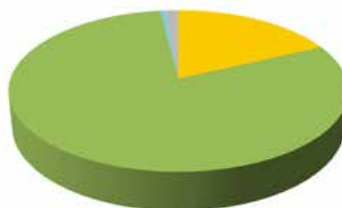
¹² News24, 11 de Outubro de 2013

¹³ Departamento de Estado norte-americano, Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012

ALBÂNIA



Confissões Religiosas



■	Cristãos (18%)
■	- Católicos (10,2%)
■	- Ortodoxos (7,5%)
■	- Protestantes (0,3%)
■	Muçulmanos (80%)
■	Outras Religiões (0,6%)
■	Sem Religião (1,4%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
3.216.000	28.700 km²	93	10.084	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Em termos de religiões, a Albânia¹⁴ é um país profundamente tolerante. Após um período de ateísmo extremamente repressivo imposto pelo Estado sob o regime de Enver Hoxha, existe um optimismo duradouro até aos dias de hoje e uma vontade de construir a sociedade de forma positiva. A relação entre as várias comunidades de fé é em geral de cooperação mútua. Esta situação é apoiada pelo Governo, que procura conscientemente estabelecer uma identidade multi-religiosa na Albânia.¹⁵

O quadro legal estabelece as condições da liberdade religiosa. Embora, de acordo com a Constituição, a Albânia se defina como um estado secular, enfatiza contudo o papel histórico das religiões, em especial das “religiões tradicionais” – muçulmanos sunitas, bektashis (uma vertente sufi xiita), católicos e ortodoxos. A Constituição recomenda acordos bilaterais entre o Estado e as comunidades de fé individuais. Não há restrições formais ao registo e cada grupo pode registar-se como uma “associação sem fins lucrativos”, independentemente de ter uma natureza religiosa, cultural, humanitária ou outra. O registo confere às comunidades os direitos das entidades legais, como por exemplo o direito a abrir contas bancárias, o direito de propriedade e o direito a isenções fiscais limitadas.

Não há instrução religiosa nas escolas estatais. Contudo, as escolas confessionais estão autorizadas a disponibilizá-la, desde que obtenham uma licença para tal do Ministério da Educação.¹⁶ Para que isto aconteça é necessário que disponibilizem um currículo escolar que corresponda aos padrões das escolas estatais. Em princípio, é legal usar símbolos religiosos. No entanto, os directores das escolas têm o direito de estabelecer directivas para “vestuário apropriado”, o que lhes permite pelo menos a possibilidade de proibirem o uso de símbolos religiosos.

Esta imagem relativamente positiva é no entanto perturbada por uma tendência preocupante: nos últimos anos, jovens imãs formados na Arábia Saudita ou na Turquia estão a propagar

¹⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/albania
População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Albania>

¹⁵ www.justitia-et-pax.de/28092011_JP_Europa_Schlusserklaerung_Albanien.pdf

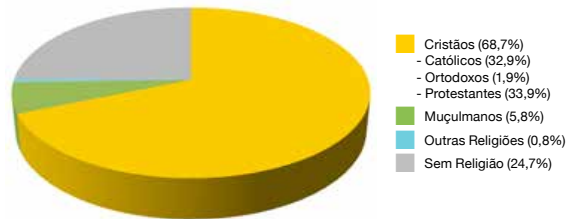
¹⁶ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dliid=208282#wrapper

uma interpretação radical do Islamismo que é intolerante em relação a outras religiões. Neste sentido, os conflitos religiosos estão a ser importados para o país a partir do exterior.¹⁷

ALEMANHA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
80.996.685	357.022 km²	187.567	180	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

No período coberto por este relatório tem havido uma deterioração da situação em relação à liberdade religiosa.

As relações entre o Estado e as Igrejas Católica e Evangélica (Luterana e Reformada) são governadas por acordos entre ambos ao nível federal e ao nível dos *Länder*. Para a Igreja Católica, ainda se aplica a Concordata de 1933.

O reconhecimento dos grupos religiosos está coberto pelas leis federais gerais. Os Governos regionais têm o poder de conceder o estatuto de «entidades de direito público», o que tem particulares vantagens para as confissões religiosas, como por exemplo o direito a receber uma contribuição obrigatória por parte dos seus próprios membros.

Para além das Igrejas tradicionais na Alemanha¹⁸ – a Igreja Católica e as comunidades evangélica, luterana e reformada – foram também reconhecidos outros grupos religiosos, incluindo a religião judaica, a Igreja Metodista, os Adventistas do Sétimo Dia, os Baptistas e o Exército de Salvação.

Contudo, ao nível legal, através de diversas incursões na área da liberdade religiosa, o Supremo Tribunal alemão, com as suas decisões, parece estar a tentar limitar a existência de «sociedades paralelas» – entre as quais cita explicitamente as escolas domésticas, o sistema de educação em casa, escolhido como preferencial por inúmeras famílias cristãs que não estão dispostas a confiar a educação dos seus próprios filhos às autoridades civis.

Nalguns casos, este conflito entre as instituições e as famílias chegou a níveis elevados de tensão, como aconteceu a 29 de Agosto de 2013, quando uma equipa de vinte assistentes sociais, a polícia e agentes armados invadiram a casa da família Wunderlich perto de Darmstadt e retiraram à força as suas quatro crianças, com idades entre os 7 e os 14 anos. A razão declarada para esta acção foi o facto de os pais, Dirk e Petra Wunderlich, terem continuado a educar em casa os seus filhos, desafiando a proibição da lei alemã contra esta forma de educação. As crianças foram devolvidas à sua família três semanas mais tarde,¹⁹ após um

¹⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/germany

População e Superfície: www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gm.html

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48e5f6&submit=GO

¹⁹ www.welt.de/vermischtes/article120256781/Unsere-Kinder-gehoren-nicht-dem-Staat.html

protesto internacional liderado pela *Home School Legal Defense Association* (HSLDA).²⁰ Mesmo assim, como condição para voltarem a ver os seus filhos, o tribunal impôs que a família ficasse obrigada a enviá-los para escolas estatais.

Na sequência desta ocorrência, o juiz que tinha ordenado a remoção forçada das crianças da família Wunderlich em Agosto bloqueou o pedido dos pais para emigrarem para outro país europeu onde o ensino em casa é legal.²¹

O líder da secção de assuntos internacionais da HSDLA, Michael Donnelly, garantiu que a organização vai continuar a apoiar a família Wunderlich e continua a ter esperança de que uma mudança na lei alemã legalize o ensino escolar em casa. «Estamos a trabalhar com o advogado para a família e esperamos levar esta situação à atenção internacional», afirmou Donnelly. «Enquanto república federal, é a legislatura federal que vai decidir sobre a questão do ensino em casa. Precisamos que algum político alemão acorde e faça o que está certo. A nação alemã tem sido culturalmente hostil em relação ao ensino em casa há já algum tempo. A nossa estratégia tem sido tentar mudar a situação. Procurar mudar a mentalidade de uma nação inteira é um enorme empreendimento. A Alemanha é um país de 80 milhões de habitantes, com uma longa história de conformismo educativo e cultural. Mas combatemos obstáculos semelhantes no passado nos Estados Unidos e hoje em dia o ensino doméstico é legal e está a prosperar em todos os cinquenta estados. Os Americanos já ajudaram a salvar o povo Alemão do totalitarismo no passado. Talvez consigamos fazê-lo novamente.»²²

Michael Farris, o presidente da HSDLA, afirmou que ao negar aos pais o direito de educarem os próprios filhos a Alemanha falhou para com as suas obrigações internacionais em relação aos direitos humanos. «A Alemanha faz parte de inúmeros tratados de direitos humanos que reconhecem aos pais o direito a prestarem uma educação diferente da disponibilizada nas escolas públicas, para que as crianças possam ser educadas de acordo com as convicções religiosas dos pais. A Alemanha simplesmente não cumpriu com as suas obrigações de acordo com estes tratados, ou enquanto democracia liberal», disse. Farris acredita que o tratamento reservado por parte da Alemanha aos pais que educam os filhos em casa é uma clara violação dos direitos humanos e mostra uma atitude totalitária. «Os juízes e políticos alemães têm as suas razões, na minha perspectiva razões erradas, mas de qualquer forma estamos a falar de um direito humano. De que lado quer a Alemanha estar quando se trata de direitos humanos?»²³

A dificuldade em encontrar um equilíbrio entre as crenças religiosas e a sua proibição total no horizonte educativo é também evidente na proibição, comunicada à *International Gideons* em Outubro de 2012 por parte do Ministério da Educação em Berlim, de distribuir exemplares da Bíblia nas escolas estatais.²⁴

Entre as limitações à expressão pública da liberdade religiosa, e de facto à liberdade de expressão como um todo, podemos ainda apontar a proibição de protestar contra o aborto na proximidade de hospitais e clínicas dentro das cidades de Freiburg e Munique, na Baviera, e mesmo de oferecer alternativas ao aborto às mulheres grávidas. Estas limitações são a consequência de veredictos de tribunais, embora a batalha jurídica ainda esteja em curso e

²⁰ www.hslda.org/hs/international/Germany/201308300.asp

²¹ www.hslda.org/LandingPages/Wunderlich/

²² *Ibidem*

²³ www.christianpost.com/news/police-raid-home-seize-children-of-homeschooling-family-in-germany-103435/

²⁴ *Observatory on Intolerance and Discrimination Against Christians in Europe, 2012 Report*, «Europe: Legal Restrictions Affecting Christians; 2012: Cases of Intolerance or Discrimination against Christians», Kairos Publications 2013, www.IntoleranceAgainstChristians.eu

haja esperança em relação ao sucesso de alguns pedidos apresentados por organizações pró-vida.²⁵

Não existe o mesmo tipo de hostilidade institucional contra os Muçulmanos, embora menos de um em cada cinco cidadãos alemães acredite que o Islamismo é compatível com a cultura alemã, de acordo com um estudo sociológico realizado pela Universidade de Bielefeld ao longo de uma década.²⁶ Neste caso, há tolerância, mesmo em relação às «estruturas paralelas» que desafiam o sistema legal alemão. Entre os Muçulmanos que vivem na Alemanha há o hábito difundido de recorrer a árbitros islâmicos para resolver questões relacionadas com o direito da família, mesmo quando as decisões são confiadas às autoridades religiosas islâmicas e baseadas no direito corânico, desrespeitando as concepções ocidentais de direitos humanos – e em especial dos direitos das mulheres.²⁷

²⁵ *Ibidem*

²⁶ Ulriche Hummel, «Why Germans distrust Islam», Deutsche Welle, 23 de Janeiro de 2013, <http://dw.de/p/17Nw1>

²⁷ Joachim Wagner, «In the Name of Allah: Islamic Mediators and Germany's 'Two Legal Systems'», *Der Spiegel*, 20 de Junho de 2012, www.spiegel.de/international/germany/islamic-mediators-facilitate-two-legal-systems-in-germany-a-839580.html

ANDORRA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
78.360	470 km ²	5	---	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Artigo 11 da Constituição (1993) garante total liberdade religiosa para todos, mas reconhece uma relação especial entre o Estado e a Igreja Católica «de acordo com a tradição de Andorra» e reconhece a «capacidade legal total» das entidades da Igreja Católica, concedendo-lhes estatuto legal «de acordo com as suas próprias normas». Andorra²⁸ é um principado governado pelo chefe de Estado francês e pelo Bispo da Diocese católica espanhola de Urgell.

Católicos

As relações com a Igreja Católica são regulamentadas pela Concordata de 2008.²⁹ O acordo diz respeito à nomeação do Bispo de Urgell, ao estatuto da Igreja Católica em Andorra, ao casamento canónico e à instrução religiosa.

Outras religiões

Durante o período analisado não houve incidentes nos quais os princípios da liberdade religiosa tenham sido violados. Contudo, o Governo negligenciou responder a certos pedidos de grupos religiosos minoritários. Alguns trabalhadores religiosos imigrantes não conseguiram obter autorizações de trabalho religioso por causa de uma falta de definição em relação ao termo «trabalhador religioso». Expressaram a sua preocupação no Parlamento, mas na altura em que escrevemos este relatório ainda não tinham recebido uma resposta.³⁰

Num relatório publicado a 22 de Maio de 2012, a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) do Conselho da Europa referiu que ainda havia um conhecimento público limitado sobre os diferentes grupos religiosos presentes no país e recomendou que as autoridades promovessem iniciativas para informar a população. O relatório também afirmava que os grupos religiosos minoritários não têm cemitérios onde possam enterrar os seus mortos de acordo com as suas crenças religiosas e costumes. A comunidade judaica, por exemplo,

²⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/andorra

População e Superfície: <http://databank.worldbank.org>

Refugiados: <http://unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48e1e6&submit=GO>

²⁹ Pontificia Università della Santa Croce – José T. Martín de Agar, *I Concordati dal 2000 al 2009*, Libreria Editrice Vaticana, Cidade do Vaticano 2010, pp. 19-28

³⁰ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper

usa cemitérios em Toulouse (França) e em Barcelona (Espanha). A ECRI recomendou que o Governo encontrasse uma solução para este problema crescente.³¹

O Governo não atribui nem concede terrenos para locais de culto. Essas decisões são tratadas ao nível do Governo local (freguesia). Apesar das negociações durante alguns anos entre a comunidade muçulmana e o Governo, não foi construída nenhuma mesquita, aparentemente como consequência da divisão dentro da comunidade muçulmana. Mesmo assim, os cerca de 1.000 muçulmanos têm «locais de oração». Parece não haver restrições em relação ao número destes locais de culto, que estão espalhados pelo país.³²

Não tem havido outros problemas ou desenvolvimentos negativos em relação à liberdade religiosa neste país.

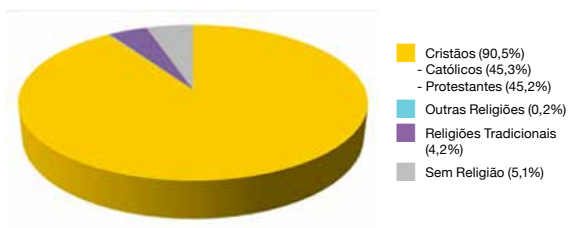
³¹ *Ibidem*

³² www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper

ANGOLA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
21.471.618	1.246.700 km ²	23.783	10.297	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição de 2010, e outras leis e políticas protegem a liberdade religiosa em Angola³³, que é definida como um Estado secular. A Constituição respeita o princípio da separação entre Estado e religião e reconhece que as denominações religiosas devem ser respeitadas. O Artigo 10 declara: «O Estado reconhece e respeita as diferentes religiões, que são livres de organizarem e exercerem as suas actividades desde que cumpram a Constituição e as leis.» O Estado também garante protecção às «Igrejas e religiões, e aos seus locais de culto, desde que elas não ameacem a Constituição e a ordem pública». O Artigo 41 também prevê a liberdade de consciência, religião e culto, e prevê o direito a ser objector de consciência. Finalmente, afirma que «nenhuma autoridade pode questionar qualquer pessoa em relação às suas convicções ou práticas religiosas, excepto para recolher dados estatísticos que não podem ser identificados individualmente.»

Todos os grupos religiosos devem candidatar-se ao estatuto legal concedido pelos Ministérios da Justiça e Cultura. Um dos requisitos é um número mínimo de 100 mil membros e a presença em pelo menos doze das dezoito províncias do país. Esta política resultou numa negação de facto do reconhecimento oficial de alguns grupos religiosos minoritários, como os Muçulmanos e certas Igrejas Evangélicas pequenas.³⁴

Apenas os grupos oficialmente registados têm direito a fundar escolas e edifícios para o culto. Contudo, não tem havido relatos de grupos não registados serem impedidos de realizarem as suas actividades.

O Governo observa os seguintes feriados religiosos como feriados nacionais: Sexta-feira Santa, Dia de Todos os Santos e Natal.

As Igrejas têm total liberdade para evangelizar, dar catequese e gerir instituições como rádios e publicações escritas. Durante os últimos anos, alguns grupos religiosos minoritários queixaram-se que os responsáveis governamentais do MPLA mostram favoritismo para com a Igreja Católica.

³³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/angola

População: <http://data.worldbank.org/country/angola>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=4a03e30d6&submit=GO

³⁴ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/#wrapper

Os Muçulmanos queixaram-se com frequência de discriminação governamental e propaganda negativa.³⁵ A 22 de Novembro de 2013, o ministro da Cultura Rosa Cruz e Silva anunciou que o Governo proibia o Islamismo, acrescentando que «uma vez que o processo de legalização do Islamismo não tinha sido aprovado pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos, as suas mesquitas seriam encerradas até nova ordem». O ministro disse alegadamente que a proibição era necessária pois o Islamismo «é contrário aos costumes da cultura de Angola» e que a decisão do Governo incluía ordens para demolir mesquitas no país. Calcula-se que em Angola haja entre 80 mil a 90 mil muçulmanos. Segundo o Departamento de Estado Norte-Americano, a maioria destes são da África Ocidental e de famílias de origem libanesa.

Além disso, algumas práticas animistas – sobretudo as trazidas pelos imigrantes da República Democrática do Congo – foram ridicularizadas publicamente por certos jornais e foram atacadas em campanhas de sensibilização governamentais nas quais são descritas como feitiçaria.³⁶

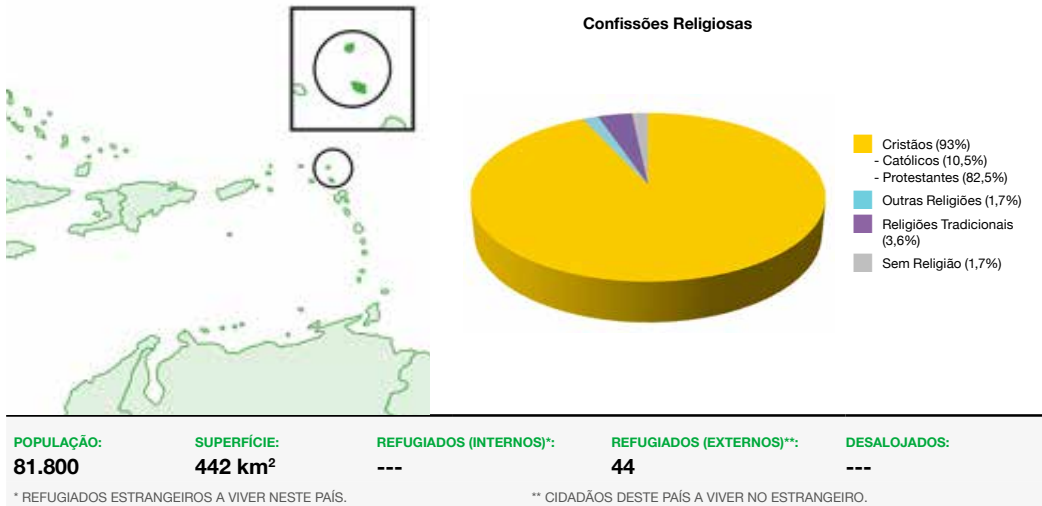
A 27 de Outubro de 2013, atacantes desconhecidos vandalizaram o santuário mariano de Muxima e danificaram a estátua da Virgem Maria. Várias centenas de católicos acorreram à igreja em protesto. O Bispo Joaquim Ferreira Lopes de Viana pediu aos fiéis que se mantivessem calmos e descreveu a acção como «fria e covarde». Pouco depois, a polícia deteve suspeitos, todos eles membros de um grupo evangélico chamado 'Igreja Profética do Arco de Belém'.³⁷

³⁵ www.onislam.net/english/shariah/special-coverage/466341-angola-ban-islam-mosque-outlaw-africa-islamophobia.html

³⁶ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/#wrapper

³⁷ <http://vaticaninsider.lastampa.it/es/en-el-mundo/dettagliospain/articolo/29074/>

ANTÍGUA E BARBUDA



Informação geral

A composição étnica de Antígua e Barbuda³⁸ consiste em 91% de negros ou mulatos, 4,4% de mestiços, 1,7% de brancos e 2,9% de outras raças (sobretudo indianos ou asiáticos).³⁹

A língua oficial é o inglês e o sistema político é uma monarquia constitucional com um sistema parlamentar semelhante ao do Governo britânico. A monarca britânica reinante é representada em Antígua por um governador-geral que é efectivamente o chefe de Estado. O Governo tem os habituais três poderes, nomeadamente legislativo, executivo e judicial.⁴⁰

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição de Antígua e Barbuda acolhe a liberdade religiosa e de pensamento como um dos direitos fundamentais. Os pais têm o direito de escolher a educação religiosa dos seus filhos em instituições de ensino (incluindo cerimónias e celebrações religiosas) e do mesmo modo têm o direito de se abster de fazer um juramento contrário à sua própria religião.

A Constituição também afirma a necessidade de providenciar protecção contra a discriminação religiosa. Entre os explicitamente desqualificados para o cargo de senadores ou membros do Parlamento estão os ministros religiosos.⁴¹ Não existem mudanças significativas por parte do Governo em relação ao respeito pela liberdade religiosa.⁴²

Acontecimentos durante o período em análise

Em Março de 2013, o Departamento de Assuntos Eclesiásticos dentro do Gabinete do primeiro-ministro organizou um Dia Nacional de Oração, Jejum e Culto na zona recreativa de Antígua. O objectivo proposto pelo Departamento era «procurar a intervenção divina e a orientação espiritual de Deus para deter o comportamento anti-social que está a infiltrar-se

³⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/antigua-and-barbuda
População: http://issuu.com/antiguabarbuda0/docs/census_2011_preliminary_data_release_-_february_2_?e=3331183/3220619#search
Superfície: [http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Antigua and Barbuda](http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Antigua+and+Barbuda)

³⁹ www.antiguabarbuda.alloexpat.com/antigua_barbuda_information/people_language_religion_antigua_barbuda.php

⁴⁰ www.ab.gov.ag/article_details.php?id=182&category=66

⁴¹ www.ab.gov.ag/article_details.php?id=177

⁴² www.state.gov/documents/organization/208660.pdf

na sociedade». O dia foi orientado pelo Bispo católico Kenneth Richards, presidente do Conselho Cristão de Antígua. Outros líderes religiosos também desempenharam um papel fundamental, incluindo representantes do Conselho Ministerial de Barbuda, a Associação de Igrejas Independentes de Antígua e Barbuda, a Aliança Evangélica de Antígua e Barbuda, o Centro Baptista Independente dos Ministérios Cristãos, as Assembleias Baptistas e os Adventistas do Sétimo Dia. O dia incluiu a participação de figuras políticas, incluindo o governador-geral, o primeiro-ministro e o líder da oposição. O Governo apelou igualmente aos chefes de departamento e aos empregadores privados para que exercessem a devida reserva permitindo que os trabalhadores estatais e outros participassem no Dia de Oração.⁴³

O Governo proíbe o uso de marijuana, incluindo por razões de culto religioso. Durante o período deste relatório, alguns grupos rastafarianos queixaram-se de discriminação, alegando que o uso de marijuana faz parte dos seus ritos religiosos.⁴⁴

Em Junho de 2013 houve uma discussão política relativamente à possibilidade de elevar a idade legal do consentimento sexual dos 16 anos para os 18. O Bispo Kenneth Richards da Diocese católica de Saint John's-Basseterre disse que era a favor da proposta, mas acrescentou que a simples mudança da lei não era suficiente, argumentando que deveria ser procurado o conselho e a orientação de sociólogos.⁴⁵

⁴³ www.caribarena.com/antigua/religion/latest-religion-stories/103453-nation-urged-to-attend-day-of-prayer.html#ixzz2fNHmHTFO

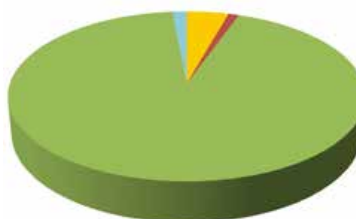
⁴⁴ www.state.gov/documents/organization/208660.pdf

⁴⁵ www.antiguaobserver.com/catholic-bishop-supports-raising-age-of-consent

ARÁBIA SAUDITA



Confissões Religiosas



■	Cristãos (4,4%)
-	- Católicos (3,8%)
-	- Ortodoxos (0,2%)
-	- Protestantes (0,4%)
■	Hindus (1,1%)
■	Muçulmanos (93%)
-	- Sunitas (83%)
-	- Xiitas (10%)
■	Outras Religiões (1,5%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
28.083.000	2.004.965 km²	565	439	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Com o Islamismo wahabita em primeiro plano, aplicado por uma poderosa dinastia reinante, às outras religiões é negado um lugar na vida religiosa da Arábia Saudita⁴⁶. O reino não tem Constituição, desempenhando o Corão essa função. Da mesma forma, a *sunna* ou tradição islâmica tem um lugar de destaque na elaboração das leis do país. Toda a vida política, social e pessoal é regulamentada pelas disposições da *sharia*, de acordo com a interpretação da escola hanbali, a mais rigorosa das quatro escolas jurídicas reconhecidas pelo Islamismo sunita.⁴⁷

O Islamismo, na sua versão sunita, é a única religião autorizada no país e nenhum outro culto religioso é permitido, nem sequer em privado. Isto cria enormes problemas num país com mais de 1,5 milhões de católicos (além de outros cristãos não-católicos), os quais são estrangeiros, a quem não são autorizados locais de culto. A razão é que toda a Arábia Saudita é considerada como uma grande mesquita, não podendo por isso ser aí construídos nenhuns locais de culto para outras religiões. Pela mesma razão, um não-muçulmano que morra na Arábia Saudita não pode ser enterrado no país.

Estas restrições também se aplicam a membros de outras tradições muçulmanas, como por exemplo os xiitas e os ismaelitas, que constituem cerca de dois milhões de pessoas ou até 15% da população. Embora sejam membros do reino, estão excluídos de todas as funções públicas. Os centros de proselitismo islâmico têm a tarefa de persuadir os estrangeiros que vivem na Arábia Saudita a converterem-se ao Islamismo. Quanto aos muçulmanos que se convertem a outras religiões, em princípio ficam sujeitos à pena de morte.⁴⁸

Há um órgão oficial, o Comité para a Promoção da Virtude e a Prevenção do Vício, que tem a responsabilidade de supervisionar e fazer cumprir a aplicação destes preceitos. Este comité tem a sua própria força de polícia religiosa, a *mutawwa'in*. Esta força policial faz cumprir o respeito rigoroso pelos preceitos religiosos, como por exemplo o jejum do Ramadão, que mesmo os não-muçulmanos são obrigados a observar em público.⁴⁹

⁴⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/saudi-arabia
Muçulmanos: www.thearda.com/internationalData/countries/Country_196_2.asp
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Saudi Arabia>

⁴⁷ www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t236/e0473

⁴⁸ http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/4850080.stm

⁴⁹ www.spa.gov.sa/english/popdetails.php?id=1248184&catid=9

A desigualdade perante a lei é evidente em relação às questões penais. Por isso, quando os crimes são cometidos contra muçulmanos, as penas impostas são mais graves do que quando as vítimas são não-muçulmanos.

É proibido trazer para o reino da Arábia Saudita qualquer livro ou objecto piedoso de qualquer religião que não o Islamismo sunita. Isto inclui Bíblias, missais, catecismos, terços, medalhas, cruzes, etc. O Governo saudita não permite que entrem sacerdotes no país, privando assim os Cristãos dos sacramentos. Os sacramentos são por vezes celebrados dentro das embaixadas, uma vez que estas têm estatuto extra-territorial. No entanto, os fiéis são informados sobre os serviços religiosos futuros através de meios encobertos. Por exemplo, a polícia tenta impedir que se reúnam em qualquer local destinado à celebração da Missa. Os cristãos dos países mais pobres, como por exemplo a Índia, as Filipinas e a Eritreia, são particularmente vigiados de perto e maltratados⁵⁰ pela *mutawwa'in*. Muitas vezes detidos sob acusações forjadas, os tribunais obrigam-nos a converter-se ao Islamismo ou a enfrentar castigos corporais.

A 12 de Março de 2012, o Xequé Aziz bin Abdullah, Grande Mufti da Arábia Saudita, declarou que é «necessário destruir todas as igrejas da Península». Esta afirmação surgiu em resposta a um inquérito, de uma delegação do vizinho Kuwait, sobre legislação proposta para impedir que fossem construídas igrejas no emirado. Comentando esta afirmação uns dias mais tarde, o *The Washington Times* declarou num editorial: «Se o Papa apelasse à destruição de todas as mesquitas na Europa, o alvoroço seria catastrófico. Os analistas ridicularizariam a Igreja... e agitadores no Médio Oriente matar-se-iam uns aos outros na sua dor. Mas quando o líder mais influente do mundo muçulmano emite uma *fatwa* para destruir igrejas cristãs, o silêncio é ensurdecedor.»⁵¹

Em Dezembro de 2012, a *mutawwa'in* deteve pelo menos quarenta e uma pessoas que se tinham reunido numa casa privada. Foram acusadas de «conspirar com o objectivo de celebrar o Natal».

A 8 de Fevereiro de 2013, cinquenta e três cristãos etíopes, dos quais quarenta e seis mulheres, foram detidos na cidade de Damman, onde se reuniram para rezar numa casa privada.⁵²

Um homem libanês a residir na Arábia Saudita recebeu uma pena de seis anos de prisão e 300 chicotadas por ter incentivado uma mulher saudita de 28 anos a converter-se ao Cristianismo e a deixar o país. Um homem saudita foi também condenado a dois anos de prisão e a 200 chicotadas por ter ajudado a mesma mulher a deixar o país. A sentença foi pronunciada por um tribunal em Khobar, no leste da Arábia Saudita, onde os três indivíduos em questão tinham sido contratados por uma seguradora.⁵³

A situação em relação à liberdade religiosa na Arábia Saudita pode ser descrita como estagnada.

⁵⁰ <http://freedomhouse.org/report/freedom-world/2014/saudi-arabia-0#.U7Jq-dKKAdu>

⁵¹ *The Washington Times*, sexta-feira, 16 de Março de 2012

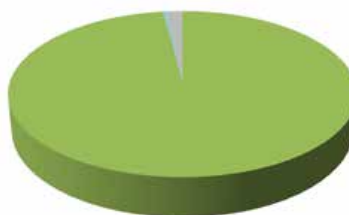
⁵² EDM, op. cit.

⁵³ *L'Orient-Le Jour*, 13/5/2013

ARGÉLIA



Confissões Religiosas



Muçulmanos (97,9%)
Outras Religiões (0,3%)
Sem Religião (1,8%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
35.980.000	2.381.741 km²	94.140	3.752	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Argélia⁵⁴ é actualmente governada de acordo com a Constituição de 1963, revista em 2008 enquanto se aguardava uma reforma devido ao referendo a realizar em 2014. O preâmbulo do texto define a Argélia como uma ‘terra do Islão’, acrescentando que o Islamismo é uma componente fundamental da sua identidade. A Constituição também declara que o Islamismo é a ‘religião do Estado’ (artigo 2), ao mesmo tempo que garante que não haverá discriminação baseada no nascimento, raça, sexo ou opinião (artigo 29) e que proclama a liberdade de consciência (artigo 36). No entanto, não há nenhuma disposição que garanta a liberdade religiosa, e a liberdade de consciência não inclui a possibilidade de conversão do Islamismo a outra religião.

Pensa-se que haverá cerca de 70 mil cristãos estrangeiros no país, a maior parte dos quais católicos. Ao mesmo tempo, nos últimos vinte anos, um número considerável de argelinos escolheram tornar-se cristãos. Os números destas conversões variam, indo dos 50 mil aos 200 mil. Estão a acontecer particularmente entre a população cabila ou berbere. De acordo com o Governo argelino, os cristãos nascidos na Argélia representam hoje em dia cerca de 0,7% de uma população de cerca de 36 milhões, enquanto em 2006 representavam apenas 0,06%. A maior parte destas conversões realizaram-se para comunidades neo-protestantes. Em 2011, Mustapha Krim, o presidente da Igreja Protestante da Argélia, conseguiu inclusivamente o reconhecimento por parte do Estado, juntamente com as vinte e sete comunidades que constituem esta entidade.

No entanto, as autoridades civis estão atentas de modo a limitarem este movimento no sentido da conversão, adoptando várias medidas para tal. Desde 2005 que o controlo da pregação se alargou e a distribuição de textos religiosos está sujeita a uma vigilância apertada.

A 28 de Fevereiro de 2006, o Presidente da Argélia promulgou um decreto que regulamenta o exercício da prática religiosa. Este decreto requer que a devoção religiosa seja realizada apenas em edifícios especificamente aprovados pelo Estado. Esses edifícios devem ser dedicados à adoração e ser externamente identificáveis, uma medida que impede qualquer celebração ao ar livre e qualquer devoção em casas privadas. Outro aspecto do decreto tem a ver com

⁵⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/algeria
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Algeria>

a supressão da actividade missionária. É estabelecida uma pena de prisão de dois a cinco anos e uma multa de 500 mil a 1 milhão de dinares (5 mil a 10 mil euros) para quem quer que “incite, pressione ou use meios de sedução com o objectivo de converter um muçulmano a outra religião, ou use instituições educativas, de cuidados de saúde, sociais ou culturais, ou institutos de formação, ou qualquer outro estabelecimento, ou quaisquer meios financeiros para este fim”, ou ainda para quem quer que “fabrique, armazene, distribua documentos impressos, materiais audiovisuais, ou qualquer outro suporte ou meio destinado a perturbar a fé de um muçulmano”. O Arcebispo católico de Argel, Ghaleb Bader, que está em funções desde 2008, apelou a que o decreto fosse revisto, mas até agora os seus apelos foram em vão.

Outras medidas foram igualmente tomadas no mesmo sentido, por exemplo, a proibição de os argelinos darem nomes não muçulmanos aos seus filhos e o ensino obrigatório do Islamismo em todas as escolas.⁵⁵

No início de Setembro de 2012, o Ministério dos Assuntos Religiosos apresentou ao Governo uma nova proposta de decreto para governar a organização das associações religiosas. Na realidade, esta é uma aplicação de uma lei aprovada a 12 de Janeiro de 2012. O novo texto proposto apela a que estas associações “respeitem a unidade nacional e a referência religiosa da sociedade”. E continua, especificando que a criação dessas associações deve ser “submetida a uma declaração constitutiva antes de ser submetida às autoridades dos Assuntos Religiosos”, encarregadas de examinar os seus pedidos. Se este texto for adoptado, o Governo vai ter o poder, em qualquer momento, de pôr um ponto final nas actividades sociais e caritativas da Igreja.⁵⁶

Finalmente, os controlos em relação à observância de certas proibições religiosas foram apertados nos últimos dois anos. Isto refere-se ao consumo de álcool, entre outros. Diversos bares foram encerrados desde o início de 2012, por isso, agora não há mais de quinze bares em Argel e já não há nenhum em Constantine, Chlef, Batna e Boumerdès. Apenas a região de Kabilyie e a província de Oranare resistem a estas mudanças. Estes encerramentos resultam de uma circular enviada pelo Ministério do Comércio em 2006, cujo responsável é membro do partido islâmico, o Movimento da Sociedade pela Paz. A circular requer que todos os donos de bares renovem anualmente a sua licença na Câmara do Comércio. Para o fazerem, têm de se candidatar na prefeitura local, que muitas vezes não dá resposta. Como consequência, os proprietários dos bares são forçados a encerrar.⁵⁷

O Governo argelino ajudou, no entanto, a financiar a renovação da Basilica de Santo Agostinho, em Anaba. Após um período de três anos de restauro, a igreja foi oficialmente inaugurada a 19 de Outubro de 2013, na presença do presidente do Conselho da Nação (o Senado), Abdelkader Bensalah, em representação do chefe de Estado, Abdelaziz Bouteflika.

⁵⁵ *L'Église dans le monde*, n.º 157, Fevereiro de 2012 ; *France-Catholique*, n.º 3331, 7 de Dezembro de 2012

⁵⁶ *La Croix*, 12 de Setembro de 2012

⁵⁷ *Le Monde*, 1 de Fevereiro de 2012

ARGENTINA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
40.117.000	2.780.400 km ²	3.604	425	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

A desagregação étnica da Argentina⁵⁸ revela uma população indígena de 955.032 pessoas no país como um todo, ou de 2,4% do total da população, enquanto o número total de indivíduos que se identificam como sendo de descendência africana é de 149.493, ou 0,4% da população.

A língua oficial é o espanhol e o Governo é uma democracia parlamentar federal republicana. Em 2010, 77,7% dos estrangeiros eram de países que fazem fronteira com a Argentina, bem como do Peru.⁵⁹

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição da Argentina afirma que o Governo federal apoia a fé católica romana. Ao mesmo tempo, garante a todos os que vivem no país o direito de professarem livremente a sua fé de acordo com a lei. Além disso, existem várias leis que governam o exercício deste direito básico. Por exemplo, a Resolução 1323 do Ministério da Educação⁶⁰ isenta os jovens adventistas de irem à escola ou fazerem trabalhos de casa desde o pôr-do-sol de sexta-feira até ao pôr-do-sol de domingo. Igualmente, a Lei n.º 24.541⁶¹ autoriza dias de dispensa do trabalho para todos os cidadãos judaicos e a Lei n.º 24.575⁶² concede direitos semelhantes aos Muçulmanos. O registo das organizações religiosas para além da Igreja Católica é regulamentado pela Lei n.º 21.745.⁶³

Acontecimentos durante o ano em análise

A 2 de Outubro de 2012, na província de Entre Ríos, uma proposta para tornar o dia 31 de Outubro, Dia da Reforma Protestante, num dia feriado para os Protestantes foi aprovada numa

⁵⁸ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/argentina>

População: http://censo2010.indec.gov.ar/archivos/censo2010_tomo1.pdf

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Argentina>

⁵⁹ http://censo2010.indec.gov.ar/archivos/censo2010_tomo1.pdf

⁶⁰ <http://libertadreligiosa.org.ar/web/Resolucion1325.htm>

⁶¹ <http://crearmdq.files.wordpress.com/2010/08/ley-24571-dias-no-laborables-para-la-religion-judia.pdf> (acedido em 30/09/2013)

⁶² <http://inforeg.mecon.gov.ar/inforegInternet/anexos/40000-44999/41168/norma.htm>

⁶³ <http://estudioatr.com.ar/index.php?s=ley21745>

primeira fase no Senado. Os protestantes que trabalhassem para o Governo provincial não teriam de trabalhar neste dia, nem os estudantes protestantes seriam obrigados a frequentar as escolas estatais. Cada comunidade local conseguiria fazer pressão junto dos empregadores estatais para que ajustassem esta decisão de forma semelhante.⁶⁴

A 23 de Novembro de 2012 celebrou-se o Dia Nacional da Liberdade Religiosa, organizado pelo Conselho Argentino para a Liberdade Religiosa e pelo Governo municipal da cidade de Buenos Aires. A vice-líder da administração da cidade, Maria Eugenia Vidal, enfatizou que as pessoas na cidade podiam escolher livremente a sua religião e viver juntas em respeito mútuo. Entre os presentes estiveram também os líderes da ACIERA (Aliança Cristã de Igrejas Evangélicas da República da Argentina), os pastores Ruben Proietti (Presidente), Christian Hoft, Gaston Bruno e Jorge Ibarbalz, e também Susana Ibarbalz, da ACIERA Mulher e outros líderes religiosos – protestante, católico, judeu, muçulmano, adventista, baptista, budista, etc.⁶⁵

Em Novembro de 2012 surgiram notícias de que diversos indivíduos tinham sido abusados física e psicologicamente por certas seitas na província de Corrientes. O incidente desencadeou um debate sobre a necessidade de regulamentar as seitas. Óscar Negrelli, um representante parlamentar, propôs um projecto-lei para combater o abuso por parte das seitas através da introdução de um «registo de movimentos religiosos e pseudo-religiosos, e seitas», argumentando que, apesar da necessidade de respeitar a liberdade de crença, e sem estigmatizar ninguém, o Estado tem o dever de intervir quando os direitos humanos são infringidos. No entanto, o presidente do Conselho Argentino para a Liberdade Religiosa, Octavio Lo Prete, sugeriu que a legislação penal existente era suficiente e que leis específicas iriam levar a abusos.⁶⁶

A 18 de Novembro de 2012, Alfredo Lazzarretti, membro provincial da província de Buenos Aires, propôs um projecto-lei que procurasse alargar a proibição de uso de símbolos religiosos e cerimónias religiosas de modo a incluir todos os departamentos do Governo provincial e municipal, supostamente para promover a igualdade de participação nos assuntos oficiais. A proposta também procura garantir o carácter secular do programa oficial de estudos nas escolas primária e secundária, subsidiando apenas o programa oficial de estudos. Ao mesmo tempo, iria proteger dados pessoais ligados à liberdade de pensamento, consciência ou crença. Lazzarretti alegou que isto iria garantir a todos os cidadãos «um Estado independente de qualquer convicção filosófica, religiosa ou ideológica».⁶⁷

No início de 2013, a presidente Cristina Kirchner prometeu introduzir nova legislação sobre as religiões, em resposta aos contínuos pedidos por parte das comunidades protestantes, que até agora apenas se podem registar como associações. Isto vai incluir em primeiro lugar o estabelecimento de um novo estatuto jurídico, nomeadamente o estatuto de personalidade jurídica religiosa. Depois disto será introduzida uma nova lei que irá refazer o registo de associações religiosas existente, dando assim maior estatuto a todas as religiões. Até ao presente, a Igreja Católica tem gozado de tratamento preferencial, sendo já reconhecida na Constituição.⁶⁸

Em Março de 2013, o Cardeal Jorge Bergoglio, Arcebispo de Buenos Aires, foi eleito Papa e tomou o nome de Francisco. Tornou-se no primeiro jesuíta e no primeiro latino-americano a ser

⁶⁴ <http://elobservadordellitoral.com/2012/10/12/proponen-que-el-31-de-octubre-sea-feriado-para-los-protestantes>

⁶⁵ *Boletín Jurídico CELIR*

⁶⁶ http://clarin.com/politica/Coronel-Suarez-aviva-debate-sectas_0_813518707.html

⁶⁷ <http://parlamentario.com/noticia-50190.html>

⁶⁸ http://clarin.com/politica/Compromiso-oficial-iglesias-evangelicas_0_867513313.html

Pontífice. Após a sua eleição, a presidente Cristina Kirchner enviou-lhe uma curta mensagem de saudação e felicitações, desejando-lhe um ministério pastoral fecundo.⁶⁹

Os Muçulmanos e os Judeus na Argentina disseram que tinham esperança num diálogo fecundo com o novo Papa. Em Março de 2013, após o anúncio da sua eleição, houve inúmeras declarações que apontaram neste sentido. Mario Sabán, um advogado argentino e autor de diversas investigações históricas sobre as origens judaicas das famílias tradicionais argentinas, lembrou o diálogo que Jorge Bergoglio tinha mantido com o rabino de Buenos Aires e disse que o povo Judaico deveria rejubilar perante a sua eleição. Da mesma forma, fontes islâmicas expressaram a sua esperança em ter melhores relações com o Vaticano, afirmando que assim que houvesse uma nova política eles retomariam o diálogo.⁷⁰

Em Março de 2013, manifestantes ocuparam a Catedral de Buenos Aires em protesto contra o facto de o Governo local continuar a subsidiar a educação privada, que é clara e maioritariamente de natureza confessional. O Conselho Argentino para a Liberdade Religiosa condenou a manifestação, afirmando que ela revelava desrespeito pelo lugar sagrado. Acrescentaram que «a concessão de subsídios estatais para pagamento dos salários dos professores nas instituições públicas de educação geridas de forma privada, em cooperativas ou sociedades, está coberta pela lei nacional de educação e pela Constituição da própria cidade de Buenos Aires».⁷¹

Em Setembro de 2013, a Lei n.º 26.891 foi aprovada, reconhecendo a vila de Jujuy como a capital nacional de Pacha Mama e instituindo o dia 1 de Agosto como a data da celebração do festival anual nacional de Pacha Mama. Foi enfatizado que esta veneração era um legado cultural ancestral dos povos indígenas. Dizia-se que permitia que o povo Andino autóctone prestasse culto à Deusa Mãe Terra, a sua divindade feminina.⁷²

Em Outubro de 2013, um grupo de assaltantes atacou a Paróquia de Nosso Senhor dos Milagres em Mailín, roubando a igreja. Além de roubarem a iluminação e o equipamento de amplificação eléctrica, os ladrões também destruíram portas e janelas.⁷³

No final de Outubro, realizou-se um acto deliberado de profanação contra a Catedral de Mar del Plata. Os assaltantes urinaram sobre o altar e também roubaram cálices e outros itens preciosos, além de partirem bancos e confessionários.⁷⁴

Em Novembro de 2013 foi condenado um ataque à paróquia de Santo António de Pádua, na qual uma imagem de Cristo foi destruída e o confessionário dentro da igreja foi incendiado. Durante o mesmo mês, uma igreja metodista em Buenos Aires foi também atacada. A cruz foi virada de cabeça para baixo e o órgão da igreja foi igualmente danificado.⁷⁵

⁶⁹ <http://losandes.com.ar/notas/2013/3/13/nuevo-papa-argentino-jorge-bergoglio-701870.asp>

⁷⁰ <http://tarbutsefarad.com/cat/articulos0/5577-por-mario-saban-el-papa-francisco-y-el-dialogo-con-los-judios.html>; <http://dw.de/musulmanes-esperan-di%C3%A1logo-fruct%C3%ADfero-con-nuevo-papa/a-16678102>

⁷¹ *Boletín Jurídico CELIR* do Observatório de CALIR 14/3/2013

⁷² <http://jujuyaldia.com.ar/2013/09/16/por-ley-no-26891-jujuy-es-capital-nacional-de-la-pachamama>

⁷³ <http://cronica.com.ar/diario/2013/10/27/58293-no-tienen-perdon-destrozaron-iglesia-en-robo.html>

⁷⁴ <http://citizengo.org/es/783-proteccion-para-templos>

⁷⁵ <http://citizengo.org/es/783-proteccion-para-templos>

ARMÉNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
3.070.000	29.740 km²	13.732	12.021	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Arménia⁷⁶ foi evangelizada nos tempos antigos pelo Cristianismo e a esmagadora maioria da população pertence à Igreja Apostólica Arménia, de tradição pré-Calcedónia.

A Constituição arménia garante a liberdade de religião, com algumas restrições à liberdade religiosa dos grupos de fé minoritários. A Igreja Apostólica Arménia é reconhecida oficialmente como a Igreja do Estado e goza de diversos privilégios em relação às outras religiões. A Assembleia Nacional Arménia aprovou recentemente uma revisão legal 'sobre liberdade religiosa e associações religiosas', com novas sanções contra os chamados 'caçadores de almas', ou seja, os culpados de proselitismo religioso.⁷⁷

O estatuto da liberdade religiosa no país

Durante o período em análise, houve alguns casos controversos relacionados com as convicções religiosas das Testemunhas de Jeová. Em Novembro de 2012, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos ordenou que o Governo arménio pagasse 12 mil euros de danos a dezanove testemunhas de Jeová. Estas tinham-se recusado a prestar serviço militar, afirmando que ia contra as suas crenças religiosas. Tinham-se também recusado a realizar um programa alternativo de serviço comunitário controlado pelo Governo e supervisionado pelos militares. Em resposta a isto, o Governo enviou essas dezanove pessoas para a prisão. Quando o caso chegou ao Tribunal Europeu, este decidiu em seu favor, reconhecendo a validade das suas objecções de consciência. A 8 de Maio, o Governo concordou em aceitar a sentença do tribunal sem apresentar recurso. As questões à volta da recusa das Testemunhas de Jeová em realizarem o serviço militar ou civil foram discutidas num encontro de diálogo intercultural do Conselho da Europa realizado em Yerevan no início de Setembro de 2013. Este encontro, cujo tema foi 'A liberdade religiosa no mundo moderno – desafios e garantias', ocorreu enquanto a Arménia tinha a presidência do Conselho de Ministros da União Europeia.⁷⁸

⁷⁶ Confissões Religiosas: www.thearda.com/internationalData/countries/Country_12_2.asp

População: Estes dados foram recolhidos a partir de diversas fontes: Faktinfo, Voice of Freedom, CRS Issue, Report News Kavkaza, Express.am, News.am STYLE, Novosti-Arménia, Irs.in.ua.

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48d126&submit=GO

⁷⁷ www.hra.am/en/events/2003/07/24/Armenian_human_rights_activist_want_punishment_for_soul_hunters

⁷⁸ *Kavkaskij Uzel*, Setembro-Dezembro de 2013

Membros da comunidade protestante Palavra de Vida expressaram a sua preocupação com o ensino do Cristianismo nas escolas, dizendo que outros grupos religiosos estavam a ser discriminados. A história da Igreja Apostólica Arménia tem estado no currículo escolar desde 2002 e a história das religiões é uma disciplina obrigatória desde 2005 para todos os alunos acima dos 9 anos. À Igreja Apostólica Arménia foi concedido o direito de nomear os professores desta disciplina em 2007. Ogan Oganessian, um especialista em religião que ensina na Universidade estatal de Yerevan, declarou que «o ensino da história das religiões é acompanhado de propaganda que promove a intolerância em relação às religiões que não são a religião do Estado, apesar do facto de as leis sobre liberdade religiosa proibirem este tipo de propaganda, considerando-a como contrária aos princípios da democracia». Emil Sarkisian, um paroquiano da Igreja Palavra de Vida, alegou que o seu filho Edgar de 16 anos era sistematicamente sujeito a pressões por parte de sacerdotes e professores na sua escola, que alegadamente o censuravam em público por pertencer a uma suposta seita. Armen Lusian, porta-voz da comunidade Palavra de Deus, confirmou que estava consciente de inúmeros casos semelhantes.⁷⁹

A 18 de Outubro, Sevak Ovannisian e Daniel Petrosian, da Liga da Juventude Unida, convocaram uma conferência de imprensa em Yerevan para denunciar certas figuras públicas como «sectárias». Encaminharam as pessoas para o seu blogue para obterem mais detalhes sobre os indivíduos em questão, entre os quais actores e cantores, como por exemplo Lilit Ovanissian e o seu marido. Sevak Ovannisian alegou que tinha sido atacado devido à sua actividade anti-seita.⁸⁰

O Arquimandrita Komitas Ovnianian, director e inspector de centros infantis e de juventude da Sé Matriz de Etchmiadzin da Igreja Apostólica Arménia, alegou que havia 220 organizações religiosas tipo seita sem registo oficial. Komitas disse que as seitas recebem apoio financeiro regular de cerca de 396 milhões de euros do estrangeiro e que não declaram estes apoios às autoridades. Alegou que os objectivos das seitas eram políticos e não religiosos, e que o seu objectivo último era minar o Estado arménio. Pediu por isso que o Governo tomasse medidas para defender os interesses da Arménia.⁸¹

Conclusões

A liberdade religiosa na Arménia permaneceu em geral inalterada. Enquanto religião do Estado, a Igreja Apostólica Arménia tem privilégios em relação aos outros grupos de fé. As Testemunhas de Jeová alegam que sofreram perseguições. A divulgação de literatura religiosa é restrita pelas leis contra o proselitismo.

⁷⁹ *wolarm.org*, Novembro de 2013

⁸⁰ *Zham.am*, Setembro de 2013

⁸¹ *IA Regnum*, Dezembro de 2013

AUSTRÁLIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
22.606.000	7.741.220 km ²	30.083	28	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Considerações gerais

A Austrália⁸² assistiu a uma queda significativa na adesão religiosa, sobretudo ao Cristianismo, no século passado. Segundo o Centro Berkley da Universidade de Georgetown: «Em 1901, 97% da população aderiu a uma denominação cristã; em 2006, apenas 64% se identificavam como cristãos, 6% declararam serem membros de alguma outra religião e mais de 18% afirmaram que não tinham filiação religiosa.»⁸³ Esta percentagem voltou a cair no recenseamento de 2011 quando os que se identificam como Cristãos totalizaram apenas 40%. Enquanto o Cristianismo está a diminuir, o Islamismo está a aumentar. O Centro Berkley também afirma que os líderes islâmicos dizem que «acreditam que a sua comunidade na Austrália aumentou para mais do dobro do número oficial de 330 mil».⁸⁴

Discriminação dos Cristãos

Nos últimos anos, vários episódios mostraram uma intolerância à liberdade religiosa através da legislação que inibe a prática livre da objecção de consciência. O episódio de maior nota entre estes foi a aprovação da revisão da Lei de Discriminação Sexual. A lei original, que se destinava a proteger os direitos das mulheres trabalhadoras, sofreu uma revisão aprovada em Junho de 2013 para incluir a não-discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de género. Embora fosse garantido que a liberdade religiosa continuaria a ser protegida, num esforço de última hora, a revisão foi ligeiramente alterada de tal forma que agora recusa às instalações religiosas de cuidados para idosos financiadas pelo Governo federal o direito a discriminar com base na orientação sexual, identidade de género ou estatuto inter-sexual de acordo com as suas religiões.⁸⁵

Em última análise isto pode não ser uma questão no sentido prático, dado que não há muitos casais do mesmo sexo que se transfiram para lares de idosos. Contudo, tanto a

⁸² Confissões Religiosas: www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Austrália>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

⁸³ <http://berkeleycenter.georgetown.edu/resources/countries/Austrália>

⁸⁴ *Ibidem*

⁸⁵ www.newsweek.com.au/article.php?id=5628

injustiça moral como o precedente que é criado são desconcertantes. A questão que surge no horizonte é se esta intolerância vai propagar-se para além dos lares de idosos. Será que vai começar a afectar os hospitais e as escolas, por exemplo?⁸⁶ O Cardeal George Pell refere que uma semana depois da aprovação da revisão da Lei da Discriminação Sexual, um membro do Parlamento da câmara alta propôs uma revisão à Lei Anti-Discriminação que efectivamente retiraria a protecção da liberdade religiosa às escolas religiosas.⁸⁷

Numa reacção contra outro caso de opressão legislativa, foi apresentada ao Parlamento do estado de Victoria em Novembro de 2013 uma petição a protestar contra a Lei da Reforma da Lei do Aborto de 2008 no estado de Victoria.⁸⁸ Esta lei anula de facto o direito de os profissionais de saúde obedecerem aos ditames da sua consciência em relação ao aborto. Afirma que um profissional de saúde que não queira realizar um aborto deve encaminhar o paciente para um profissional que não tenha objecção de consciência.⁸⁹

O Dr. Mark Hobart, um médico de 55 anos, foi investigado pela Ordem dos Médicos de Victoria por não encaminhar um casal casado para um profissional a favor do aborto depois de o casal ter expressado o seu desejo de abortar o seu bebé saudável por razões de selecção sexual, por quererem um rapaz e não uma rapariga. Segundo o Dr. Hobart, ele não conhece quaisquer médicos que abortem um bebé saudável cujos pais simplesmente não gostam do sexo da criança. «A resposta geral dos meus colegas é a descrença e a revolta»,⁹⁰ disse o Dr. Hobart.

A queixa não foi apresentada pelos pais, que obtiveram um aborto por outros meios pouco depois, mas sim por membros da própria Ordem numa «moção própria».⁹¹

Em Outubro de 2013, uma marcha pró-vida em Melbourne foi atrasada e os seus participantes foram violentamente atacados por defensores do aborto. Entre as vítimas, o americano Bryan Kemper diz que foi «atirado ao chão e pontapeado repetidamente».⁹² A *Life site news* relata que «Bernie Finn, deputado a favor da vida no Estado de Victoria, também disse à imprensa que foi 'agredido com um cinto na cabeça' e atingido com ovos».⁹³ De acordo com Finn, a polícia foi inútil na situação e simplesmente ignorou o problema.

Os manifestantes pró-vida acabaram por concluir a sua marcha depois de muito atraso e muita perturbação, enquanto os defensores do aborto ocuparam o seu palco e começaram a pegar nas suas faixas e cartazes. Kemper afirmou: «Finalmente, conseguimos regressar ao palco e terminámos, mas muitos dos participantes foram atacados. Contudo, nunca desistimos e eu fiz o meu discurso.»⁹⁴

Durante toda a situação, a polícia foi desconcertantemente indiferente à crise e, de acordo com o relato da *Life site news*, uma porta-voz da polícia mais tarde desvalorizou a gravidade do incidente, afirmando à *Sky News* que «Ninguém foi acusado de agressão e nenhuma questão foi trazida à atenção da polícia.»⁹⁵

⁸⁶ www.theAustralian.com.au/opinion/columnists/distracted-mps-destroy-religious-freedom/story-fn562txd-1226671620405#mm-premium

⁸⁷ <http://abc.net.au/religion/articles/2013/08/23/3832073.htm>

⁸⁸ http://media.wix.com/ugd/4118d3_c8c199e4f61149dcb7d3307ec2bc9a6a.pdf

⁸⁹ www.doctorsconscience.org/#!/section-8/c1ell

⁹⁰ www.heraldsun.com.au/news/opinion/doctor-risks-his-career-after-refusing-abortion-referral/story-fni0ffsx-1226733458187

⁹¹ *Ibidem*

⁹² www.lifewatchnews.com/news/Australian-march-for-babies-turns-violent-u.s.-pro-life-activists-mps-assau

⁹³ *Ibidem*

⁹⁴ *Ibidem*

⁹⁵ *Ibidem*

Outros incidentes religiosos anti-semitas

O Conselho Executivo da Comunidade Judaica da Austrália (ECAJ) publicou dados no seu relatório anual que indicam um aumento de 21% nos incidentes anti-semitas de 2012 a 2013. De acordo com o *Kantor Center for the Study of Contemporary European Jewry*, o relatório «revelou 657 incidentes de violência racista contra australianos judeus e edifícios da comunidade judaica entre 1 de Outubro de 2012 e 30 de Setembro de 2013, o que constituiu o segundo maior recorde. Contudo, os ataques físicos graves estiveram no seu nível mais baixo desde 2005.»⁹⁶

Em Outubro de 2013, oito homens atacaram cinco judeus a caminho de casa vindos da celebração do *Sabbath*. Um destes cinco judeus era uma mulher. Os ferimentos incluíram cortes, um nariz partido e um crânio fracturado, além de fracturas faciais. De acordo com Peter Wertheim, que é presidente do ECAJ, este episódio «pareceu ser o incidente mais grave de violência anti-semita espontânea na Austrália de que há memória».⁹⁷ O *Jerusalem Post* afirma igualmente que «Jeremy Jones do Conselho de Assuntos Judeus e da Austrália/Israel, que tem seguido os incidentes anti-semitas há vinte e cinco anos, disse ao *Jerusalem Post* que este foi o incidente mais extremista de que tinha ouvido falar no país».⁹⁸

⁹⁶ www.kantorcenter.tau.ac.il/Austrália-ecaj-published-its-annual-report-antisemitism

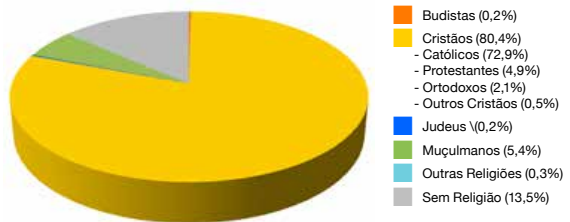
⁹⁷ www.jpost.com/Opinion/Editorials/Anti-Semitism-in-Austrália-329882

⁹⁸ *Ibidem*

ÁUSTRIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
8.221.646	83.900 km ²	55.598	4.635	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Sistema de governo: República federal⁹⁹

Língua nacional: alemão (oficial em todo o país)

Outras línguas faladas: turco: 2,3%; sérvio: 2,2%; croata (oficial na região de Burgenland): 1,6%

Outras línguas (incluindo o esloveno que é oficial em Carínia, e o húngaro que é oficial em Burgenland): 5,3%

Durante o período coberto por este relatório, não houve mudanças na situação em relação à liberdade religiosa. O estatuto das confissões religiosas está coberto pela lei de 1874 e por uma lei revista de 1998 sobre as comunidades confessionais religiosas. A entidade responsável por esta área é o Ministério Federal da Educação, Ciência e Cultura. No âmbito destas leis, os grupos religiosos são divididos em três categorias: sociedades religiosas oficialmente reconhecidas, comunidades confessionais religiosas e associações.

Para o primeiro destes três grupos – as sociedades religiosas reconhecidas –, a instrução religiosa dos seus filhos nas escolas estatais é financiada pelo Estado. Há também cursos obrigatórios em todas as escolas sobre ética e educação contra a intolerância. No entanto, há limites à liberdade de escolha educativa, tal como referido pelo Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos¹⁰⁰, que relata o caso de inúmeras famílias cristãs de língua inglesa que, em 2012, foram pressionadas e multadas pelas autoridades escolares por realizarem a educação escolar dos seus filhos em casa em inglês, e foram mesmo ameaçadas de lhes serem retirados os seus filhos, embora haja escolas na Áustria que também ensinam exclusivamente em inglês. Os pais tinham inscrito os filhos através de um curso de ensino à distância na Escola Mãe da Divina Graça nos Estados Unidos.

⁹⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/austria

População: Dados retirados de *The World Factbook* - www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/au.html; UNHCR, Global Trends 2012 www.unhcr.org/51bacb0f9.html
Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48e256&submit=GO

¹⁰⁰ Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos na Europa, Relatório de 2012, *Europe: Legal Restrictions Affecting Christians*; 2012: *Cases of Intolerance or Discrimination against Christians*, Kairos Publications 2013, www.IntoleranceAgainstChristians.eu

Em Novembro de 2012, em Viena, foi fundado o Centro para o Diálogo Religioso Rei Abdullah, com o apoio das autoridades estatais da Áustria, Espanha e Arábia Saudita, como plataforma para o diálogo inter-religioso.

Actos de violência e intolerância religiosa

Durante o ano foram documentados inúmeros casos de ‘cristianofobia’ pelo Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos.¹⁰¹ Nalgumas ocasiões, esta foi direccionada contra locais de culto, como por exemplo a 1 de Junho de 2012, quando uma ou mais pessoas desconhecidas entraram na Igreja de São João Evangelista em Viena e partiram uma série de janelas. A 23 de Dezembro do mesmo ano foi feita uma tentativa de incendiar três igrejas diferentes na pequena vila de Amstetten.

A 3 de Junho de 2013, o convento dos Irmãos Salvatorianos em Hörbranz, na região de Vorarlberg, foi atacado por três homens com máscaras que ameaçaram um dos monges com uma arma e roubaram vários milhares de euros.

Embora a lei castigue o incitamento a actos hostis contra os grupos da Igreja e as associações religiosas, um grupo de cerca de setenta cristãos foi atacado por activistas defensores da homossexualidade enquanto os cristãos caminhavam em oração e respondendo pacificamente a uma ‘parada de orgulho gay’ em Viena. Em Outubro do mesmo ano, novamente em Viena, os escritórios da organização pró-vida *Human Life International* (HLI) foram atacados e vandalizados.

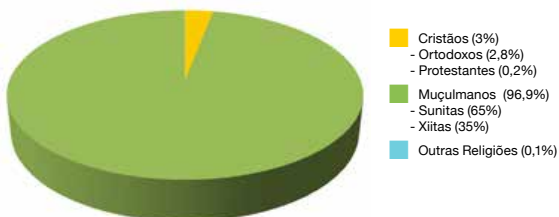
Em Julho de 2012, a ONG de esquerda *Infoladen* apelou publicamente à violência contra os cristãos pró-vida e a favor de uma contra-manifestação à marcha pró-vida das «1.000 cruces» de 25 de Julho em Salzburgo. Na realidade, a manifestação foi atacada por um grupo de cerca de oitenta activistas pró-aborto, que partiram janelas e tentaram obstruir a manifestação.

¹⁰¹ *Ibidem*

AZERBAIJÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
9.416.598	86.600 km ²	1.495	10.956	600.336

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A República do Azerbaijão¹⁰² é referida como um dos estados mais seculares no mundo islâmico.¹⁰³ Nos últimos tempos, tem havido sinais de um aumento da pressão e controlo estatais em relação aos vários grupos religiosos. Esta abordagem resulta em parte de uma tentativa de verificar o potencial crescimento do extremismo islâmico. Contudo, está também ligada ao desejo de consolidar um regime absolutista criando obstáculos legais aos grupos religiosos minoritários e, ao mesmo tempo, restringindo os que fazem campanha pela defesa dos direitos civis e políticos, que são «vistas pelo Estado como uma ameaça a ser neutralizada».¹⁰⁴

A Constituição reconhece o direito de cada pessoa a escolher e alterar a sua religião, e a participar livremente em actividades religiosas. A Lei da Liberdade Religiosa promulgada em 2009 e revista em 2011 proíbe expressamente o Governo de interferir nas actividades religiosas dos indivíduos ou grupos. Contudo, são colocadas várias restrições às organizações religiosas. Por exemplo, todos os grupos são obrigados a registar-se junto do Comité Estatal para trabalharem como organizações religiosas no Azerbaijão. Este comité tem o dever de aprovar toda a literatura religiosa antes de ela ser vendida ou distribuída. Os cidadãos estrangeiros estão proibidos de se envolverem em 'propaganda religiosa'. A 12 de Outubro de 2012, a Comissão de Veneza do Conselho da Europa emitiu uma declaração conjunta com a OSCE criticando a controversa lei do Azerbaijão sobre a liberdade religiosa revista em 2011. A comissão considerou que esta lei entrava em conflito com os compromissos internacionais do país e recomendou que fossem feitas certas alterações. Foi pedido especificamente ao Governo do Azerbaijão que retirasse a proibição sobre as actividades de proselitismo, para garantir maior autonomia às organizações religiosas em termos de fé, organização interna e escolha de locais de culto. Foi também pedido que retirassem a exigência de os ritos e rituais islâmicos apenas poderem ser realizados por cidadãos azerbaijanos que tivessem estudado no Azerbaijão, e que permitissem a liberdade de prática religiosa tanto aos indivíduos como

¹⁰² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Azerbaijan
Muçulmanos: www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper
População: <http://data.worldbank.org/country/Azerbaijan>
Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

¹⁰³ Ver *Eurasianet*, 15 de Agosto de 2013

¹⁰⁴ *International Christian Concern, Special report*, 12 de Fevereiro de 2013

aos grupos, incluindo às entidades não registadas junto do Estado. Foi ainda pedido que retirassem as restrições à produção, importação e distribuição de materiais religiosos e que permitissem o direito à objecção de consciência.¹⁰⁵

No seu relatório de 2013, a Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional classificou o Azerbaijão entre os países de «Nível 2» (anteriormente na Lista de Observação) na sua lista, ou seja, entre os países à beira da categoria mais grave («Nível 1») devido à sua sistemática incapacidade de respeitar as liberdades religiosas e os direitos associados.¹⁰⁶

Mudanças na legislação

A 15 de Fevereiro de 2013, o Parlamento aprovou certas alterações à Lei das Doações, exigindo que todas as comunidades religiosas e todas as organizações não governamentais submetam à aprovação do Estado acordos específicos para receberem apoio financeiro do estrangeiro. No mesmo dia, aprovou também alterações ao Artigo 18 da Lei Religiosa, proibindo as comunidades religiosas de oferecerem bênçãos e outras vantagens materiais em troca de donativos. Na semana seguinte, o Parlamento também aprovou alterações ao Artigo 22 da mesma lei. Este artigo requer que todo o material religioso seja não só vendido em espaços oficialmente destinados a esse fim, mas também especificamente validado através de hologramas que certifiquem que o material foi verificado pelas autoridades estatais e está também em conformidade com os requisitos fiscais e de protecção do consumidor.¹⁰⁷ Num decreto de 6 de Fevereiro de 2013, o presidente Aliev alargou o controlo do Comité Estatal para abranger não apenas a literatura religiosa mas também todos os bens e produtos de carácter religioso.¹⁰⁸

Obstáculos à liberdade religiosa: a obrigação de registo e a censura estatal

A pressão e o controlo dos grupos cristãos não-tradicionais e dos grupos muçulmanos fora do Conselho Muçulmano Caucasiano (controlado pelo Governo) é constante. Muito poucas dessas entidades conseguem funcionar livremente. O órgão governamental encarregado desta supervisão é o Comité Estatal para o Trabalho com Organizações Religiosas, que tem poder para conceder ou recusar o registo às comunidades religiosas, para exigir a suspensão das suas actividades e para autorizar ou proibir a importação, impressão, venda e distribuição das suas publicações religiosas.¹⁰⁹

A obrigação de registo é um sério obstáculo à liberdade religiosa das diversas comunidades religiosas. Das 570 comunidades religiosas actualmente registadas no Azerbaijão, 550 são islâmicas, doze são cristãs, seis são judaicas, duas são bahá'í e uma é hare krishna.¹¹⁰

A 9 de Janeiro de 2013 ocorreu a primeira repressão violenta de uma comunidade religiosa desde o decreto da Lei da Liberdade Religiosa.¹¹¹ A Igreja Protestante da Grande Graça em Baku perdeu finalmente a sua batalha contra a decisão das autoridades de proibir as suas actividades¹¹² após uma audiência do Supremo Tribunal que durou apenas oito minutos. Esta Igreja, que foi reconhecida em 1993 e que tem mais de 400 membros, não conseguiu obter o registo no seguimento de requisitos mais rigorosos introduzidos com a revisão de 2009.

As comunidades islâmicas também tiveram inúmeros problemas no registo. Isto aplica-se sobretudo aos que funcionam fora da jurisdição do Conselho Muçulmano Caucasiano, que é

¹⁰⁵ Ver *Forum 18 News Service*, 23 de Outubro de 2012

¹⁰⁶ Ver *The Moscow Times*, 15 de Agosto de 2013

¹⁰⁷ <http://iwpr.net/report-news/Azerbaijan-tightens-grip-islamic-literature>

¹⁰⁸ Ver *Forum 18 News Service*, 4 de Abril de 2013

¹⁰⁹ www.fiu.az/en/cooperation/domestic-cooperation/state-committee-for-the-work-with-religious-organizations

¹¹⁰ Ver *AzerNews*, 25 de Julho de 2013

¹¹¹ Ver *Forum 18 News Service*, 24 de Janeiro de 2013

¹¹² www.releaseinternational.org/Azerbaijan-greater-grace-church-loses-final-appeal/

de facto um órgão semi-oficial na velha tradição soviética cuja aprovação é necessária para que qualquer grupo islâmico solicite a reconciliação. Além disso, o Conselho também supervisiona a organização e todas as actividades das organizações islâmicas registadas, incluindo a nomeação dos líderes das várias comunidades, a monitoria regular da sua pregação e a organização das peregrinações a Meca. Em Janeiro de 2013, a única Comunidade Islâmica registada na vila de Hirdalan, perto da capital Baku, foi de facto destituída do reconhecimento estatal.¹¹³

No período em análise houve também frequentes incursões da polícia, muitas vezes apoiadas pela polícia secreta, a encontros de grupos religiosos não autorizados. Na maior parte dos casos, estas incursões levaram a pesadas multas e à confiscação de material religioso encontrado durante o decorrer das operações. A 12 de Maio, após uma incursão na comunidade dos Adventistas do Sétimo Dia em Gyanja, um dos participantes foi punido com uma multa equivalente a 1.700 euros.¹¹⁴

Também em Maio de 2013, dois pastores baptistas no distrito de Zakatala conseguiram persuadir o Tribunal de apelação de Sheki a inverter as pesadas multas que lhes tinham sido impostas (equivalentes a 1.500 euros ou aproximadamente um ano do salário médio no Azerbaijão) por se terem envolvido em encontros de grupos religiosos não registados.¹¹⁵ O incidente relaciona-se com uma incursão da polícia às suas casas a 17 de Novembro de 2012. Os dois pastores já tinham recebido sentenças de prisão no passado por praticarem a sua fé.

Outro problema no Azerbaijão é a dificuldade em obter publicações religiosas, tanto por causa da censura restritiva dentro do país como pela dificuldade em importar do estrangeiro. Na realidade, toda a literatura religiosa tem de ser melhorada pelo Comité Estatal. O castigo para quem quer que infrinja estas leis pode também incluir penas de prisão e multas. A lei requer igualmente uma licença para venda de publicações religiosas. O Comité Estatal reconheceu que em Abril de 2012 mais de 100 lojas deste tipo que se tinham candidatado a esta autorização ainda estavam à espera da autorização necessária. Em Abril de 2012, as autoridades civis de Baku proibiram a venda de literatura religiosa nos quiosques e bancas de jornais das estações e paragens de autocarros.¹¹⁶

A importação de literatura religiosa do estrangeiro é controlada de forma rigorosa. O Pastor Ilya Zenchenko protestou contra estas restrições numa carta de 12 de Março de 2013 dirigida ao Comité Estatal que, na sequência de um pedido desta Igreja mais de três meses antes, tinha finalmente autorizado a importação para o país de apenas 1.000 dos 3.500 exemplares da Bíblia que a comunidade tinha solicitado para as suas necessidades.¹¹⁷

Até agora, não existe uma lei no Azerbaijão que permita o serviço civil alternativo para os que se opõem ao serviço militar, isto apesar do facto de, ao entrar no Conselho da Europa em 2001, o país se ter comprometido a aprovar uma lei até Janeiro de 2003. No entanto, no âmbito de uma amnistia aprovada pelo Parlamento a 7 de Maio de 2013,¹¹⁸ foi anunciada a libertação de duas testemunhas de Jeová que tinham sido presas por objecção de consciência. Foram eles Fakhraddin Mirzayev, libertado a 22 de Maio depois de ter cumprido oito meses de prisão, e Kamran Mirzayev, libertado a 20 de Junho depois de ter cumprido três meses de prisão.

Concluindo, uma mudança-chave durante o período em análise foi que o controlo estatal sobre os vários grupos religiosos continuou a ser cada vez mais rigoroso.

¹¹³ Ver *Forum 18 News Service*, 17 de Janeiro de 2013

¹¹⁴ Ver *Forum 18 News Service*, 18 de Maio de 2012

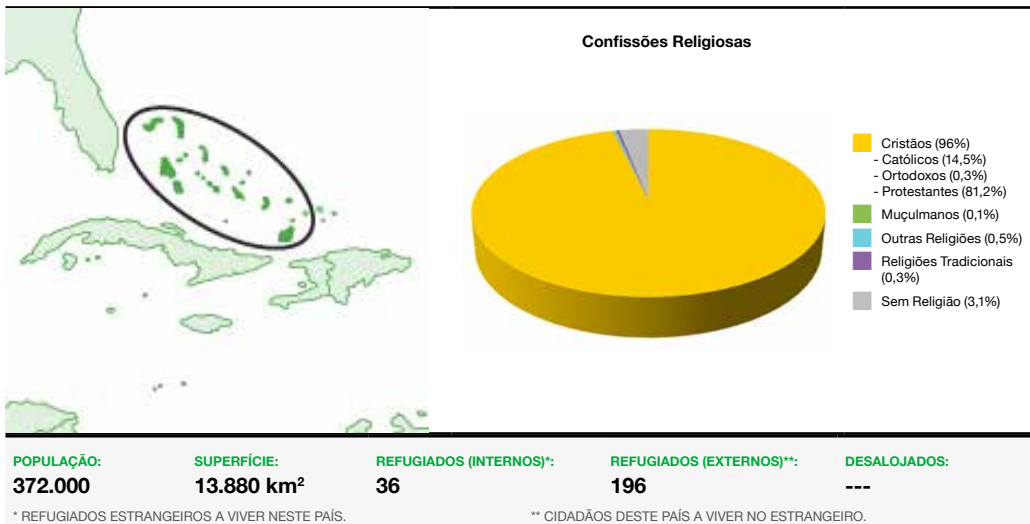
¹¹⁵ Ver *Forum 18 News Service*, 2 de Maio de 2013

¹¹⁶ Ver *Vesti.az*, 7 de Abril de 2012

¹¹⁷ Ver *Forum 18 News Service*, 4 de Abril de 2013

¹¹⁸ Ver *Forum 18 News Service*, 28 de Junho de 2013

BAAMAS



Informação geral

A língua oficial é o inglês. O país¹¹⁹ é uma monarquia constitucional e é membro da Commonwealth britânica sob a autoridade da Rainha Isabel II. Existe uma divisão tripartida dos poderes entre o poder legislativo, o executivo e o judicial.¹²⁰

A lei e a liberdade religiosa

A Constituição das Bahamas garante «liberdade de consciência, de expressão e de reunião e associação», o que inclui a liberdade individual de pensamento e de religião, a liberdade para mudar de religião ou crença e a liberdade, isoladamente ou em conjunto com outros, e tanto em público como em privado, de manifestar e propagar a própria religião ou crença. A Constituição afirma igualmente que nenhuma pessoa pode ser obrigada, sem o seu consentimento, a participar em qualquer cerimónia religiosa relacionada com uma religião que não seja a sua. Afirma ainda que nenhuma entidade ou denominação religiosa será impedida ou proibida de prestar instrução religiosa aos seus membros e que nenhuma pessoa será obrigada a fazer qualquer juramento que seja contrário à sua religião ou crença.

São proibidas a 'obia' ou as práticas ocultas semelhantes, bem como todas as tentativas de causar danos a outra pessoa ou aos seus bens, ou de a intimidar. Estas práticas estão sujeitas a penas até três meses de prisão. O termo 'obia' pode ser usado para denotar um leque alargado de práticas religiosas e de magia tradicional com origem na África Ocidental e tem diferentes matizes de significado ao longo das Caraíbas. O entendimento legal da 'obia' nas Bahamas é de que é «uma falsa suposição de poderes naturais... para fins fraudulentos e ilícitos, ou para obter ganhos, ou para causar danos a qualquer pessoa».¹²¹

¹¹⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/bahamas
População: <http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx>
Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

¹²⁰ www.bahamas.gov.bs (acedido em 30/09/2013)

¹²¹ http://laws.bahamas.gov.bs/cms/images/LEGISLATION/PRINCIPAL/1873/1873-0015/PenalCode_1.pdf

Prática governamental

O Governo sublinha constantemente o forte legado cristão do país, reforçado pela obrigação constitucional de respeitar os valores cristãos, reunindo com os líderes das principais denominações cristãs e o Conselho Cristão das Bahamas (BCC) para discutir assuntos sociais, políticos e económicos. O clero cristão exerce considerável influência nestas áreas. O procurador-geral realiza encontros trimestrais com o BCC no âmbito do compromisso governamental de consultar a sociedade civil sobre assuntos de interesse nacional.¹²²

O único relato de alegada discriminação veio da comunidade rastafariana. Em Novembro de 2012, um grupo de rastafarianos queixou-se de discriminação após os responsáveis da prisão estatal de Fox Hill terem cortado as rastas de prisioneiros rastafarianos que estavam a ser detidos por posse de pequenas quantidades de marijuana. O Governo alegou que fazia parte dos procedimentos normais da prisão cortar o cabelo dos presos por razões de higiene. Os rastafarianos também se queixaram que a prisão «não correspondia aos seus requisitos alimentares religiosos». A 10 de Dezembro de 2012, Dia dos Direitos Humanos, houve uma manifestação pacífica de um pequeno grupo de rastafarianos no centro da cidade contra estas acções e contra o alegado assédio e brutalidade policial.¹²³

¹²² http://bahamaislandsinfo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=14194:attorney-general-consults-with-bahamas-christian-council&catid=34:Bahamas%20National%20News&Itemid=147 (acedido em 05/11/2013)

¹²³ www.state.gov/documents/organization/208664.pdf (acedido em 19/09/2013)

BANGLADECHE



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
152.518.000	147.570 km ²	231.154	9.839	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Antecedentes do Governo e do povo

O Bangladesh¹²⁴ (oficialmente conhecido como República Popular do Bangladesh) é uma república independente integrada na Commonwealth. Tornou-se independente do Paquistão a 26 de Março de 1971. Em 1975, o exército tomou o poder num golpe de Estado e manteve o controlo do país até 1990. Em 1991 realizaram-se as primeiras eleições verdadeiramente democráticas, marcando o início, de facto, da República. Desde essa altura, o país tem estado dividido por tensões políticas entre os dois principais partidos políticos, a Liga Awami (secular e socialista) e o Partido Nacionalista do Bangladesh (BNP – nacionalista, como o próprio nome indica, mas também aliado aos partidos islâmicos). Em 2007/2008, o Bangladesh esteve à beira de uma guerra civil que foi prevenida pela imposição de um estado de emergência.¹²⁵ Desde então, o poder tem estado entregue a um Governo interino, apoiado pelo exército. Na prática, durante quase dois anos o país permaneceu num impasse.¹²⁶ Os direitos civis foram efectivamente suspensos.

Apesar da sua área relativamente pequena, o Bangladesh é o nono país mais populoso do mundo. Excluindo certos países como o Mónaco e Taiwan, que foram fundados na época colonial, o Bangladesh tem a segunda maior densidade populacional do mundo, nomeadamente 1.099 habitantes por quilómetro quadrado. Os refugiados no país são de origem birmanesa:¹²⁷ na sua maior parte são muçulmanos da tribo Rohingya, forçados a sair do país devido a tensões com a maioria budista de Mianmar. Quanto aos refugiados do Bangladesh noutros países do mundo, calcula-se que sejam cerca de 10 mil. Não é possível definir o número exacto de refugiados internos (ou pessoas internamente deslocadas) causados pelos

¹²⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/bangladesh
População: www.bbs.gov.bd
Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Bangladesh>
Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e487546&submit=GO

¹²⁵ *AsiaNews*, 12 de Janeiro de 2007

¹²⁶ *AsiaNews*, 5 de Junho de 2008

¹²⁷ *The World Factbook of the Central Intelligence Agency*

conflitos armados e apreensão de terras, uma vez que esta categoria não tem sido incluída nos recenseamentos populacionais.¹²⁸ A língua oficial é o bengali, seguida do inglês.

Demografia religiosa e situação constitucional

O maior grupo étnico é o grupo dos Bengalis (97,7%), seguido dos grupos indígenas tribais e de muçulmanos não Bengalis (2,3%).¹²⁹ O Islamismo é a religião do Estado, mas o Governo garante direitos iguais e total liberdade de culto aos cidadãos de outras confissões religiosas. Esta questão está abrangida pelo Artigo 2, alínea a) da Constituição (revisão de 2011). Esta revisão recuperou em parte o espírito da Constituição original de 1972 que consagrava o secularismo, o nacionalismo, a democracia e o socialismo como os seus quatro princípios fundamentais. Embora não apoie directamente a lei da *sharia*, o primeiro-ministro Sheikh Hasina manteve contudo algumas das alterações introduzidas pelo Governo militar entre 1979 e 1990. Além da natureza ‘confessional’ do país, estas alterações incluem igualmente o título *Bismillahir Rahmanir Rahim* (‘Em nome de Alá, o misericordioso, o compassivo’) e a presença no Parlamento de partidos políticos de natureza religiosa.¹³⁰ Embora seja um dos países muçulmanos do mundo mais abertos, a predominância cultural e social do Islamismo no Bangladesh tem enormes consequências na sociedade. Ela é visível em particular na área das conversões religiosas. Embora em teoria sejam livres, as religiões estão na prática sujeitas a pressões poderosas por parte da comunidade de origem, quando se trata de uma conversão do Islamismo para outra fé (em geral, o Cristianismo). Por lei, o convertido tem de apresentar a um notário um documento assinado no qual declara que mudou de religião por razões pessoais, que não foi pressionado para o fazer e que o fez de livre vontade. Quando se trata de um cristão, budista ou hindu que se converte a outra religião e apresenta este documento, o procedimento é quase uma formalidade. Para um muçulmano, pelo contrário, é frequente encontrar resistência por parte do notário, que por vezes se recusa mesmo (o que é ilegal) a registar o documento.¹³¹

O renascimento do fundamentalismo

Em geral, nos últimos anos tem havido uma diminuição dos casos de violação da liberdade religiosa e perseguição das minorias. Os ataques contra cristãos, hindus e budistas – ou contra os respectivos lugares de culto – têm estado na sua maior parte ligados a disputas pessoais, questões de terras ou outras questões deste tipo, nas quais a fé religiosa é apenas um aspecto ‘colateral’. Com efeito, habitualmente os conflitos ocorrem entre a maioria Bengali – e muçulmana – e as comunidades tribais ou outros grupos étnicos, que frequentemente também pertencem a minorias religiosas. A área mais ‘crítica’ para os Cristãos são os Chittagong Hill Tracts, uma região montanhosa no sudeste do Bangladesh. Durante algum tempo, houve uma campanha nesta região contra as conversões ao Cristianismo, conduzida pelos muçulmanos mais radicais, que acusam os missionários de proselitismo e de conversões forçadas, alegadamente com a intenção de criarem uma região maioritariamente cristã.

No entanto, também é necessário apontar uma tendência que tem estado em evidência desde o início de 2013, nomeadamente o ressurgimento do fundamentalismo islâmico após vários anos durante os quais a mentalidade secularista estava em ascendência. O cúmplice ‘involuntário’ deste ressurgimento tem sido de facto o Governo actualmente em funções, liderado por Sheikh Hasina e pela sua Liga Awami, um partido que é secular e socialista.

¹²⁸ Centro de Monitoria de Deslocamentos Internos do Conselho Norueguês de Refugiados

¹²⁹ Calendário Atlante De Agostini

¹³⁰ *AsiaNews*, 8 de Junho de 2011

¹³¹ *AsiaNews*, 30 de Março de 2012

Cumprindo uma das promessas feitas durante a campanha eleitoral, que o viu surgir como primeiro-ministro, criou o chamado Tribunal Criminal Internacional (ICT na sigla inglesa). A tarefa deste tribunal é instaurar procedimentos penais e de julgamento em relação a crimes cometidos durante a guerra que levou à independência do Bangladesh (a guerra de libertação de 1971). Na prática, estes tribunais levaram a julgamento todos os principais líderes do *Jamaat-e-Islami*, o partido fundamentalista islâmico, e alguns membros do Partido Nacionalista do Bangladesh, o BNP, partido que actualmente lidera a oposição. Os indivíduos levados a tribunal eram de facto culpados de crimes de guerra. No entanto, o *Jamaat* denunciou imediatamente estes tribunais como estando ‘politizados’, considerando-os como um instrumento da Liga Awami para eliminar os seus adversários políticos, e lançou a primeira de uma longa série de greves (*hartal*) em protesto. A cada novo veredicto dos tribunais, o partido islâmico lançou greves a nível nacional, que degeneraram sistematicamente em violência de todo o tipo, causando mais de 250 mortes ao longo do ano.

Estas greves tiveram três consequências: primeiro, o *Jamaat* ganhou força e popularidade; segundo, as minorias religiosas, em especial os Hindus e os Budistas, viram-se uma vez mais na mira dos fundamentalistas islâmicos; e, terceiro, novos grupos radicais emergiram das inúmeras madrassas (escolas corânicas) espalhadas por todo o país.

A mais violenta destas organizações extremistas é o *Hefajat-e-Islam* (‘Protectores do Islão’). A 6 de Abril de 2013, os seus apoiantes realizaram marchas em várias cidades do Bangladesh, apresentando “treze pontos” que descreveram como indispensáveis para um país islâmico. Entre estas exigências estava o seguinte: uma Constituição baseada na *sharia*; uma lei contra a blasfémia e a pena de morte para quem insultar Alá, Maomé ou o Islão; a introdução da segregação entre os sexos em todos os níveis da sociedade; a declaração oficial dos Ahmadi¹³² como ‘não muçulmanos’; o encerramento de toda a actividade ‘anti-islâmica’ por parte das ONG no país, incluindo as ‘tentativas malignas’ dos missionários cristãos de converterem as pessoas. Numa entrevista à Empresa de Radiodifusão do Bangladesh, o primeiro-ministro respondeu – em parte – às exigências do grupo, assegurando que ‘o Bangladesh não precisa de leis anti-blasfémia’ e insistindo na natureza da ‘democracia secular’ do país. A 5 de Maio de 2013, estes extremistas marcharam uma vez mais pelas ruas de Daca. Concentrando-se no centro da cidade, desencadearam uma verdadeira guerra de guerrilha urbana contra as forças de lei e da ordem, armados com catanas, bastões e pedras. Estes confrontos foram dos mais sangrentos do ano e causaram mais de cinquenta mortes na capital num só dia.

A conversão de um antigo imã e o boicote social resultante

Não são muitos os casos de agressão aberta contra cristãos e católicos. Tal como já referimos, essas situações estão muitas vezes ligadas a casos de expropriação forçada de bens nos quais as vítimas são com frequência grupos tribais. Nesses casos, a discriminação étnica e social sobrepõe-se à discriminação religiosa. Noutros casos, são as conversões religiosas que desencadeiam a agressão dentro da comunidade (muçulmana) de origem, apesar de ser totalmente legal a decisão de mudar de religião. É este o caso de um antigo imã cuja história viu a luz do dia – embora anonimamente – apenas em 2012. Este homem tornou-se primeiro cristão presbiteriano no estrangeiro. Mais tarde, casou-se com uma mulher católica e decidiu abraçar a fé católica. O casal regressou ao Bangladesh, onde alguns membros da sua comunidade o espancaram selvaticamente, deixando-o quase à beira da morte. Depois

¹³² Uma minoria muçulmana considerada como herege pelos muçulmanos sunitas (que formam a maioria no país) porque não consideram Maomé como o último Profeta.

de sair do hospital, ele e a sua família foram alvo de um intenso ostracismo social. Ele quase perdeu o emprego e a família foi forçada a mudar de casa várias vezes¹³³.

O ataque ao seminário de Dinajpur

A 6 de Junho de 2013, uma multidão de cerca de sessenta pessoas atacou o seminário de Jisu Niloy em Bolakipur (na Paróquia de Marimpur, Diocese de Dinajpur), ferindo o reitor, Padre Uzzal, e alguns dos seminaristas. Os extremistas muçulmanos atacaram primeiro o sacerdote, encurralando-o no seu quarto e atacando-o fisicamente. Depois, espancaram também alguns dos alunos que por acaso estavam no seminário nessa altura. Umhas semanas antes, estes mesmos fanáticos saquearam as aldeias tribais de Tivipara e Bagjia, ambas maioritariamente católicas, e ameaçaram os habitantes¹³⁴.

Conversões forçadas ao Islamismo

Em Setembro de 2012 houve um escândalo com a descoberta de um negócio criminoso de tráfico e rapto de crianças cristãs do grupo étnico Tripura para as forçar a converterem-se ao Islamismo. O tráfico estava a ser realizado através de intermediários da mesma tribo, que se ofereciam aos pais para cuidar dos seus filhos, levando-os para ‘albergues’ que não existiam. Os traficantes enganavam os pais levando-os a pagar os supostos custos de alojamento, mas na realidade estavam simplesmente a pôr o dinheiro ao bolso e a transferir as crianças para várias madrassas espalhadas por todo o país. De acordo com fontes católicas locais da *AsiaNews* (anónimas por razões de segurança), pensa-se que terá havido centenas de crianças cristãs que foram vítimas deste esquema¹³⁵.

Violência contra hindus

A violência perpetrada pelos grupos islâmicos fundamentalistas provou ser mais feroz contra a comunidade hindu. Há três razões: primeiro, por tradição (devido à partição e à guerra de libertação)¹³⁶; segundo, porque a minoria hindu é a maior; e terceiro, porque muitos dos que prestaram testemunho nos tribunais de crimes de guerra eram hindus¹³⁷. Os piores actos de agressão que foram dirigidos explicitamente contra a comunidade hindu como tal ocorreram na sequência dos primeiros veredictos dos tribunais de crimes de guerra, entre Fevereiro e Março de 2013. Em Khulna, uma cidade no sudoeste do país, muitos activistas do *Jamaat-Shibir* (a ala juvenil do partido islâmico) e do BNP atacaram o bairro de Dhopapara, uma parte muito pobre da cidade com uma maioria hindu. Aqui, incendiaram oito casas, saquearam dez lojas e atacaram mulheres e raparigas. Na aldeia de Aditmari, no distrito norte de Lalmonirhat, um grupo de fundamentalistas islâmicos forçou a entrada no templo hindu Sree Sree Shoshan Kali Mandir, que é dedicado à deusa Kali. Aqui cometeram diversos actos de vandalismo, destruindo estátuas da deusa. Incidentes semelhantes ocorreram noutros templos hindus nas aldeias de Lakhirpar e Satkania.

Uma consequência deste clima tenso – embora não directamente atribuível à violência política – foi a perseguição anti-hindu que ocorreu a 15 de Novembro de 2013 na aldeia de Charaicha. Uma multidão de aproximadamente 1.000 muçulmanos atacou o bairro hindu a meio da noite, incendiando mais de dezasseis casas e espancando brutalmente quem quer

¹³³ *AsiaNews*, 3 de Abril de 2012

¹³⁴ *AsiaNews*, 7 de Junho de 2013

¹³⁵ *AsiaNews*, 6 de Setembro de 2012

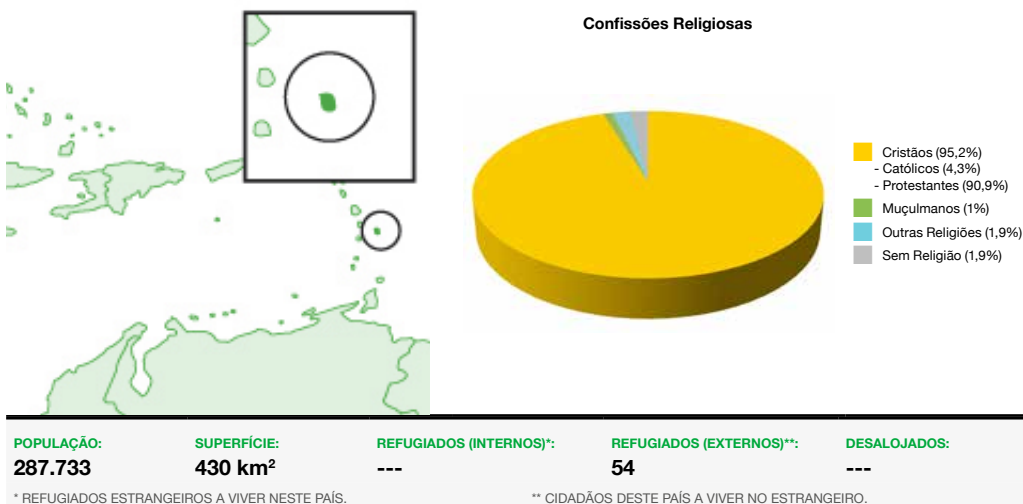
¹³⁶ *AsiaNews*, 8 de Março de 2013

¹³⁷ Embora não haja dados validados e rapidamente disponíveis, durante a guerra de libertação de 1971 pensa-se que aproximadamente 1,5 milhões de civis foram mortos e cerca de 200.000 mulheres foram violadas. A grande maioria destas vítimas pertencia à comunidade hindu, enquanto mais de 60% dos refugiados do Bangladesh na Índia eram também hindus.

que tentasse intervir. De acordo com a polícia, o acontecimento que desencadeou a ira muçulmana foi a morte de um rapaz muçulmano, Parvez Gazi, que faleceu em circunstâncias inexplicáveis durante um jogo de *badminton* dois dias antes. Parvez estava a jogar com o seu irmão e dois amigos quando se envolveram numa discussão com dois rapazes hindus da mesma idade. A troca de insultos degenerou em violência física, mas durante o incidente Parvez foi esfaqueado até à morte. Os outros três rapazes foram levados para a Faculdade de Medicina de Daca, onde relataram o incidente aos seus familiares. Assim que se souberam as notícias, os habitantes muçulmanos da aldeia decidiram lançar uma perseguição organizada.

Ou seja, a imagem do Bangladesh em termos de liberdade religiosa é uma imagem mista se olharmos para o que se passou desde o último relatório publicado em Outubro de 2012. Melhorou em termos de situações individuais de violência e perseguição, mas deteriorou-se em termos de um deslizar em direcção ao fundamentalismo islâmico.

BARBADOS



Informação geral

Em Julho de 2012, a população de Barbados¹³⁸ totalizava 287.733, a maioria da qual era de origem africana, embora houvesse igualmente números menores de outras etnias, nomeadamente pessoas de origem indiana, asiática e europeia. A língua oficial é o inglês e a ilha está dividida em onze freguesias, que devem o seu nome à Igreja Anglicana e à influência britânica na cultura.

Barbados tem um sistema de governo parlamentar representativo. Neste país, onde o Governo central é supremo, a Rainha Isabel II é reconhecida como chefe de Estado. A lei de Barbados desenvolveu-se tendo por base a lei comum inglesa.¹³⁹

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante a liberdade de consciência, que inclui a liberdade de pensamento e religiosa, a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar ou propagar a própria religião ou crença, seja individualmente ou em comunidade, no culto religioso. As comunidades religiosas têm igualmente o direito a estabelecer locais de educação para os seus fiéis. Ninguém pode ser obrigado a fazer um juramento contrário à sua própria religião ou crença.¹⁴⁰

A educação religiosa está incluída no currículo geral das escolas estatais sob a forma de «educação nos valores». O principal foco está no Cristianismo, mas os representantes de outras religiões também vão às escolas para falar aos alunos.

Prática governamental e outros incidentes

O Governo reconhece as seguintes celebrações religiosas como feriados nacionais: Natal, Sexta-feira Santa, Segunda-feira de Páscoa e Pentecostes. O uso de marijuana é proibido pelo Governo, incluindo para fins religiosos. Entre Março de 2012 e Agosto de 2013 houve

¹³⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/barbados

População: www.indexmundi.com/barbados/demographics_profile.html

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

¹³⁹ www.foreign.gov.bb/pageselect.cfm?page=18

¹⁴⁰ www.barbados.org/constitution.htm

queixas de rastafarianos que argumentaram que o uso da substância fazia parte dos seus rituais religiosos. Queixaram-se igualmente de discriminação no local de trabalho e nas escolas.¹⁴¹

Em Maio de 2012 houve acusações de anti-semitismo contra Sir Roy Trotman, responsável do Sindicato de Trabalhadores de Barbados, após este ter atacado publicamente o director da *Diamonds International*, Jacob Hassid, chamando-lhe «judeu egípcio». As observações surgiram após sete trabalhadores terem sido dispensados da empresa – Sir Roy acreditava que injustamente – depois de descobrir que os trabalhadores locais recebiam menos do que os trabalhadores estrangeiros. A Câmara de Comércio de Barbados pediu a Sir Roy que «verificasse os seus factos e retirasse as suas observações» e houve apelos de outras esferas para que se despedisse e para que lhe fosse retirado o título de *Sir*. No entanto, o primeiro-ministro Freundel Stuart insistiu que «não conseguia encontrar qualquer ofensa» nos comentários de Sir Roy.¹⁴²

O Conselho Cristão de Barbados e a Conferência de Igrejas das Caraíbas envolveram-se em várias actividades destinadas a promover maior entendimento mútuo e respeito entre os seguidores de diferentes confissões cristãs.¹⁴³

¹⁴¹ www.state.gov/documents/organization/208666.pdf

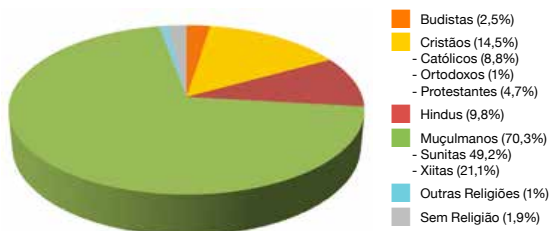
¹⁴² <http://barbadosfreepress.wordpress.com/2012/05/03/barbados-knighted-labour-leader-shows-hatred-against-jews/>

¹⁴³ www.state.gov/documents/organization/208666.pdf

BARÉM



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:
1.324.000

SUPERFÍCIE:
760 km²

REFUGIADOS (INTERNOS)*:
296

REFUGIADOS (EXTERNOS):**
249

DESALOJADOS:

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

De acordo com o recenseamento oficial do Barém¹⁴⁴, a população é quase totalmente muçulmana. Contudo, os cidadãos de origem estrangeira constituem cerca de 54% dos 1,3 milhões do Barém e a proporção muçulmana em relação ao total da população cai para cerca de 70% quando estes cidadãos de origem estrangeira são incluídos. Entre os que são muçulmanos, cerca de 70% são xiitas e 30% são sunitas.

Há cerca de 350 mesquitas sunitas licenciadas, 863 mesquitas xiitas licenciadas e 589 *matams* (centros culturais religiosos) xiitas no Barém.¹⁴⁵

Entre os cidadãos de origem estrangeira, a maioria vem do Sul e Sudeste Asiático. Cerca de metade dos estrangeiros são não-muçulmanos: incluindo cristãos, hindus, budistas, bahá'ís e sikhs.

Os Cristãos no Barém constituem cerca de 14% da população. O Barém é um dos poucos países do Conselho de Cooperação do Golfo que tem uma população local cristã, nomeadamente católica, de diversos ritos. Os cristãos com cidadania bareinita são cerca de 1.000. A maior parte destes cristãos foram imigrantes que chegaram ao Barém entre 1930 e 1950 e a quem acabou por ser concedida a cidadania. No entanto, muitos outros obtiveram a cidadania recentemente. Os que constituem a vasta maioria dos Cristãos no Barém são cidadãos estrangeiros de todo o mundo que vivem e trabalham no Barém.¹⁴⁶ Há cerca de 140 mil católicos no Barém.¹⁴⁷

Governança e situação legal

No reino do Barém, o Islamismo é a religião do Estado e a nacionalidade é sinónimo de pertença ao Islamismo. O país é governado por uma dinastia muçulmana sunita, cujo actual governante é o rei Hamad Ben Issa Al Khalifa.

Os muçulmanos xiitas são reconhecidos oficialmente e têm direitos iguais perante a lei em relação aos muçulmanos sunitas. No entanto, na prática não lhes é concedida total igualdade

¹⁴⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Bahrain

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Bahrain>

¹⁴⁵ Departamento de Estado norte-americano, *U.S International Religious Freedom Report 2012*

¹⁴⁶ Prefeitura Apostólica da Arábia do Norte – A Igreja Católica no Barém (www.avona.org)

¹⁴⁷ «Building a cathedral – and a future, for faithful of Bahrain», *The Universe*, 30 de Março de 2014

em relação aos seus compatriotas sunitas, sobretudo nos cargos públicos. Entre os vinte e nove ministros do Governo, apenas cinco são xiitas. Muitos na comunidade xiita expressam igualmente a sua preocupação por não terem acesso a funções de responsabilidade na força policial ou no sector da educação.¹⁴⁸

Todos os grupos muçulmanos devem obter uma licença junto do Ministério da Justiça e Assuntos Islâmicos. Todos os grupos não-muçulmanos devem registar-se no Ministério do Desenvolvimento Social.

A Constituição não protege explicitamente a liberdade religiosa, mas prevê a liberdade de consciência e a liberdade de culto. A Constituição não proíbe os Muçulmanos de mudarem de religião. Contudo, não tem havido exemplos públicos recentes de pessoas a tentarem fazê-lo e é contra a lei que as outras religiões critiquem a fé islâmica.¹⁴⁹

Desenvolvimentos recentes

Em Fevereiro de 2011, na sequência das revoluções árabes que varreram a região, muitos muçulmanos xiitas manifestaram-se contra a norma da liderança sunita não eleita. Os protestos foram liderados por um grupo que ficou conhecido como a 'Coligação 14 de Fevereiro'. Ao longo dos dois meses seguintes, pelo menos trinta locais religiosos xiitas foram destruídos, dezenas de pessoas foram mortas e milhares de manifestantes anti-Governo, a maior parte dos quais xiitas, foram presos e/ou perderam os seus empregos como funcionários públicos. Vieram militares da Arábia Saudita para ajudar a esmagar o levantamento popular e este foi rapidamente reprimido.¹⁵⁰

Na sequência dos protestos, e da condenação internacional dos abusos relacionados com direitos humanos na altura, o rei do Barém criou uma Comissão de Inquérito Independente do Barém (BICI na sigla inglesa). Entre as recomendações do relatório produzido pela BICI estava a reconstrução dos locais religiosos xiitas e a reintegração dos que tinham perdido os seus empregos. O xeque Maytham al-Salman, um porta-voz do Centro Inter-Religioso do Barém e um importante crítico do Governo, tinha afirmado que as demolições eram «não só um crime, mas um genocídio cultural». Al-Salman afirmou: «Foi um castigo colectivo, para o Governo mostrar que estava disposto a ir o mais longe possível para impedir as exigências de transição democrática no Barém.»¹⁵¹

Desde o levantamento popular de Fevereiro de 2011 tem havido manifestações regulares de protesto contra o Governo e em particular contra a forma como este trata a comunidade xiita. Esta oposição cresceu quando, em Setembro de 2013, um tribunal condenou cinquenta muçulmanos xiitas da 'Coligação 14 de Fevereiro' até quinze anos de prisão por acusações de formarem um movimento clandestino e acusando o jovem movimento de terrorismo. Dezasseis réus receberam sentenças de quinze anos de prisão, quatro foram presos por dez anos e os restantes trinta por cinco anos.¹⁵²

Em Janeiro de 2014, o príncipe herdeiro do Barém, Salman al-Khalifa, reuniu com os líderes do principal grupo da oposição muçulmana xiita para conversações. O príncipe conduziu as negociações com o responsável do grupo da oposição Al Wefaq, o Xeque Ali Salman, e com os líderes de outros grupos da oposição. Este encontro foi o primeiro ao mais alto nível entre as partes desde o levantamento popular de 2011. «O encontro foi especialmente franco e muito transparente», disse o grupo Al Wefaq numa declaração, acrescentando que tinha sido

¹⁴⁸ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm

¹⁴⁹ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm

¹⁵⁰ www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12729786

¹⁵¹ *BBC Online News*, 27 de Março de 2014 (www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-26721084)

¹⁵² *BBC Online News*, 30 de Setembro de 2013 (www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-24323939)

realizado por iniciativa do príncipe herdeiro. A maioria xiita exige uma amnistia para os mais de 3 mil presos políticos alegadamente detidos nas prisões do Barém. Pedem igualmente uma monarquia constitucional com um Governo escolhido entre um Parlamento eleito.¹⁵³

Apesar das conversações, os protestos contra o Governo continuaram e, a 3 de Março de 2014, três polícias foram mortos na explosão de uma bomba na aldeia de Daih, no exterior da capital Manama, elevando o total de polícias mortos a treze desde o levantamento de 2011. A oposição e os activistas dos direitos humanos disseram que, além disso, mais de oitenta civis tinham sido mortos nos últimos três anos.¹⁵⁴ Outras fontes alegaram que foram mortas mais de 120 pessoas.¹⁵⁵ O Centro de Direitos Humanos do Barém coloca este número perto das noventa mortes, com mais de 3.800 pessoas na prisão por «detenções arbitrárias» até Março de 2014.¹⁵⁶

Resumo sobre os muçulmanos xiitas

Até Fevereiro de 2014, apenas dez dos trinta locais religiosos xiitas demolidos tinham sido reconstruídos, estando dezassete em construção.¹⁵⁷ As medidas policiais e de segurança contra a comunidade xiita continuam a ser pesadas e os progressos na implementação das outras recomendações contidas no relatório da BICI continuam a ser dolorosamente lentos. Sem progressos significativos no diálogo e nas reformas práticas significativas, os protestos da comunidade xiita vão forçosamente continuar, com a possibilidade de aumento da violência.

A Igreja Católica

Em Agosto de 2012, o Bispo Camillo Ballin, Vigário Apostólico da Arábia do Norte, anunciou num comunicado de imprensa que a sede da Prefeitura Apostólica da Arábia do Norte iria em breve ser transferida do Kuwait¹⁵⁸ para o Barém.¹⁵⁹

Os planos detalhados em relação à construção de uma nova catedral católica em Awali, no Barém, chamada Catedral de Nossa Senhora da Arábia, foram revelados em Março de 2014. A catedral foi concebida para uma congregação de 2.500 fiéis. O rei Hamad do Barém doou mais de um hectare de terreno para a construção do complexo da catedral, que inclui a catedral propriamente dita, uma residência para o bispo, dezasseis salas multiusos, alojamento residencial e uma casa de hóspedes para formação social, inter-religiosa e humana (catequistas, etc.). Prevê-se que a construção fique concluída em 2016. A catedral irá servir a população católica em expansão no Barém, que cresceu muito nos últimos anos devido ao número crescente de trabalhadores que se mudaram para este país rico em petróleo para realizar trabalho manual e serviço doméstico. A maior parte dos católicos são da Índia e do Sudeste Asiático.¹⁶⁰

O Bispo Ballin disse que, embora a estrutura da igreja propriamente dita seja um símbolo do Cristianismo, a catedral não terá símbolos cristãos exteriores, como por exemplo cruces. Disse também que, dentro da catedral, as cruces e outros símbolos religiosos podem ser exibidos. E acrescentou que os Católicos no Barém têm «total liberdade de culto dentro dos limites da igreja» sem interferência do Governo ou da polícia, mas que não podem prestar

¹⁵³ *Al Jazeera Online News*, 16 de Janeiro de 2014 (www.aljazeera.com)

¹⁵⁴ *BBC Online News*, 3 de Março de 2014 (www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-26421744)

¹⁵⁵ *Al Jazeera*, 13 de Março de 2014 (www.aljazeera.com)

¹⁵⁶ Centro de Direitos Humanos do Barém (www.bahrainrights.org)

¹⁵⁷ *BICI Implementation Report*, Fevereiro de 2014 (www.bna.bh/pdf/BICI_Implementation_report_ENGLISH.pdf)

¹⁵⁸ www.patheos.com/blogs/catholicnews/2014/03/bishop-hopes-to-create-new-home-for-catholics-in-arabia/

¹⁵⁹ www.avona.org/events/new_headquarters_for_avona.htm#_Uz01E7uKAdW

¹⁶⁰ http://gulffnews.com/news/gulf/Bahrain/Bahrain-is-home-to-19-churches-1.932485#SÁ@quence_1

culto em público. O Bispo Ballin disse que usa a sua batina e cruz peitoral em público, e que foi «sempre respeitado».¹⁶¹

Quando foram anunciados os planos para construir a catedral em 2012, mais de oitenta clérigos muçulmanos sunitas assinaram uma petição contra qualquer iniciativa para construir igrejas na Península da Arábia. «Quem acredita que uma igreja é um verdadeiro local de culto é alguém que quebrou a sua fé em Deus», disse o xeque Adel Hassan al-Hamad, um clérigo importante.¹⁶² Em Agosto do mesmo ano, o Ministério da Justiça e dos Assuntos Islâmicos transferiu temporariamente o clérigo sunita xeque Adel Hassan al-Hamad para longe da sua mesquita, depois de este ter expressado oposição aos planos do rei para doar terrenos para a catedral.¹⁶³

Actualmente, há duas igrejas católicas no Barém. A Igreja do Sagrado Coração localiza-se em Manama e hoje em dia serve cerca de 80 mil católicos. O segundo local de culto mais pequeno em Awali é partilhado com as comunidades anglicana e protestante. Este centro de culto corresponde às necessidades espirituais dos católicos que residem em Awali, Riffa e nos distritos à sua volta. A paróquia católica é dedicada a Nossa Senhora da Visitação.¹⁶⁴

No Barém, a Igreja Católica gere a Escola do Sagrado Coração, que está ao cuidado das Irmãs Carmelitas Apostólicas. Tem 1.200 alunos, da primária ao secundário, dos quais 20% são muçulmanos do Barém.¹⁶⁵

As relações entre a Santa Sé e o reino do Golfo viram progressos significativos em 2008 quando o Vaticano recebeu o primeiro embaixador do Barém e o rei Hamad se encontrou com o Papa Bento XVI. Depois do seu encontro, o soberano convidou o Santo Padre a visitar o Barém. A 19 de Maio de 2014, o Papa Francisco recebeu o rei do Barém numa visita oficial.

¹⁶¹ «Building a cathedral – and a future, for faithful of Bahrain», *The Universe*, 30 de Março de 2014

¹⁶² *Christian Post*, 4 de Setembro de 2012

¹⁶³ Departamento de Estado norte-americano, *U.S International Religious Freedom Report 2012*

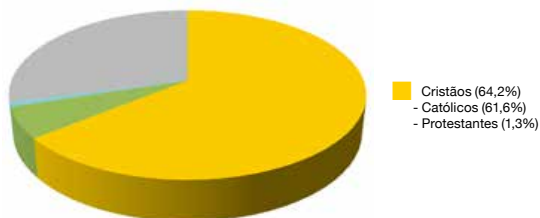
¹⁶⁴ Prefeitura Apostólica da Arábia do Norte – A Igreja Católica no Barém (www.avona.org)

¹⁶⁵ *L'Eglise dans le monde*, n.º 164, Junho de 2013

BÉLGICA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
10.754.000	30.528 km ²	22.024	87	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Sistema de governo: Monarquia constitucional¹⁶⁶

Línguas nacionais (oficiais): flamengo 60%, francês 40%, alemão menos de 1%

As comunidades religiosas reconhecidas por lei incluem a Igreja Católica, a Igreja Protestante (EPUB, *The United Protestant Church of Belgium*), a Comunidade Judaica, a Igreja Anglicana, as Igrejas Grega e Russa Ortodoxa, a comunidade muçulmana e uma comunidade filosófica não-religiosa, representada pelo Conselho Central das Comunidades Filosóficas não-Confessionais de Laicos (CCL).

A entidade encarregada dos Assuntos Religiosos e Filosóficos, e das relações com as Igrejas é o Ministério da Justiça, através da sua Direcção-Geral da Legislação Civil e dos Cultos.

Em Novembro de 2012, foi desencadeado um debate sobre o secularismo e as instituições estatais públicas nos meios de comunicação social e no mundo académico, na Bélgica, após a decisão das autoridades da cidade de Bruxelas de não fazer a tradicional árvore de Natal nem o tradicional presépio na principal praça da capital, caso isso pudesse ser considerado ofensivo para a população muçulmana local.¹⁶⁷

De um lado do debate estava o advogado Marc Uyttendaele, que escreveu, a 20 de Novembro de 2012, no jornal *La Libre*, propondo «uma separação radical entre o Estado e as Igrejas». ¹⁶⁸ Em resposta a isto, no mesmo jornal, Charles Delhez contrapôs que, embora fosse apropriado manter uma distinção entre a esfera pública e a privada, que mesmo assim não corresponde a uma «separação radical», não é possível obrigar os crentes «a deixarem para trás as suas convicções religiosas, que trazem consigo necessariamente uma visão particular do ser humano e valores específicos (nem todos os seres humanos são idênticos).

¹⁶⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/belgium

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Belgium>

¹⁶⁷ «Kerstboom weg wegens verwijzing naar christelijk feest», *Brussels Nieuws*, 8 de Novembro de 2012, www.brusselnieuws.be/nl/nieuws/debaets-kerstboom-weg-wegens-verwijzing-naar-christelijk-feest

¹⁶⁸ Marc Uyttendaele, «D'un Etat neutre à un Etat laïque», *La Libre*, 20 de Novembro de 2012 www.lalibre.be/debats/opinions/d-un-etat-neutre-a-un-etat-laique-51b8f4abe4b0de6db9c8adec

Toda a verdadeira democracia deve permitir-lhes expressarem-se e, de facto, tornar esta expressão possível.»¹⁶⁹

Outra proposta feita no início de 2013 foi a introdução nas escolas secundárias da Bélgica de aulas de filosofia, cidadania e história cultural das religiões, com o objectivo de substituírem o ensino da religião,¹⁷⁰ que é actualmente disponibilizado, conforme a preferência dos alunos, em qualquer dos sete sistemas de crença reconhecidos pelo Estado, incluindo o do humanismo secular.

Em Maio de 2013, as autoridades responsáveis pela educação pública no sistema de língua francesa publicaram um guia intitulado «Combater a homofobia – por uma escola aberta à diversidade»,¹⁷¹ que propõe aulas para prevenir e combater a «homofobia» a todos os níveis, desde o infântario até ao final da educação secundária. No texto do documento, a tradição cristã – com particular referência a São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino – é descrita como um «obstáculo» e sugere-se a noção de que dentro da Igreja Católica houve rituais homossexuais que alegadamente envolveram até os Papas.

Discriminação religiosa

Um relatório da Amnistia Internacional de Abril de 2012 fala de discriminação em relação aos muçulmanos nos campos da educação, trabalho e liberdade religiosa, na Bélgica e noutros países. A principal questão parece ser a do véu islâmico, que não é permitido por algumas leis nacionais ou por autoridades locais. O relatório refere que as escolas e os empregadores podem também impor uma proibição relativa ao uso de símbolos religiosos. Contudo, em Maio de 2013, a cidade de Ghent aboliu a proibição anteriormente imposta pelo Conselho Municipal em 2007.

Violência e intolerância religiosa

Várias situações de violência foram direccionadas contra os Católicos em particular. Em Março de 2012, as portas de sete igrejas separadas em Couvin foram vandalizadas por desconhecidos, que desenharam nelas frases como «A religião é o ópio do povo» e o símbolo «14,26 euros/h» que corresponde aos subsídios *per capita* atribuídos localmente à Igreja Católica.¹⁷² A 7 de Novembro de 2013, cerca de vinte e duas pedras tumulares foram partidas no cemitério de Thorembais-les-Béguines, no município de Perwez.¹⁷³

A 18 de Abril de 2013, na Universidade Livre da Bélgica em Ixelles, quatro militantes feministas, em *topless*, pertencentes ao grupo *Femen*, tentaram perturbar uma conferência dada pelo Arcebispo católico André Léonard de Malines-Bruxelles e Guy Haarscher, um professor honorário da universidade, sobre o tema «Blasfémia – ofensa ou liberdade de expressão?» Gritaram insultos contra o arcebispo, que acusaram de homofobia por causa da sua defesa da

¹⁶⁹ Charles Delhez, «Non, M. Uyttendaele...», *La Libre*, 4 de Dezembro de 2012, www.lalibre.be/debats/opinions/non-m-uyttendaele-51b8f543e4b0de6db9c8cb85

¹⁷⁰ C. Ern., «Trois constitutionnalistes donnent leur feu vert aux cours de philo», *L'Avenir*, 13 de Março de 2013, www.lavenir.net/article/detail.aspx?articleid=DMF20130313_00281462

¹⁷¹ Cabinet de la Ministre-Présidente du Gouvernement de la Communauté française, «Combattre l'homophobie, pour une école ouverte à la diversité», www.enseignement.be/index.php?page=25938&id=4851

¹⁷² B. Th., «Couvin: on a taggé les portes d'églises», 25 de Março de 2012, <http://couvin.blogs.sudinfo.be/archive/2012/03/25/couvin-on-a-tagge-les-portes-d-eglises.html>

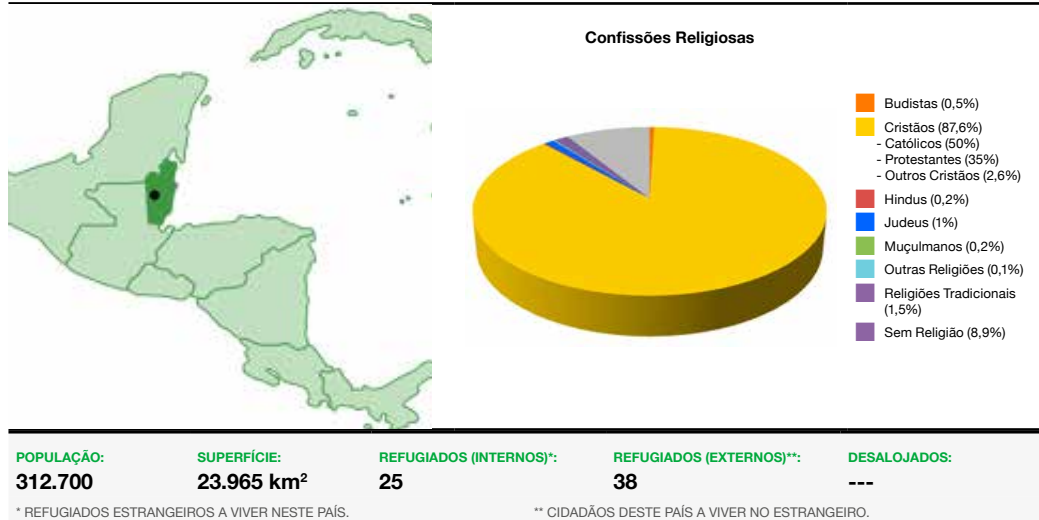
¹⁷³ Adrien Vigneron, «Perwez: 23 tombes vandalisées au cimetière de Thorembais-les-Béguines», *La Capitale*, 7 de Novembro de 2013, www.lacapitale.be/853082/article/regions/brabant-wallon/actualite/2013-11-07/perwez-23-tombes-vandalisees-au-cimetiere-de-thorembais-les-beguines

doutrina católica tradicional em relação à homossexualidade, e atiraram-lhe água de garrafas com a forma de estátuas da Virgem Maria.¹⁷⁴

A 24 de Maio de 2014, um homem armado com um espingarda Kalashnikov abriu fogo no Museu Judaico em Bruxelas, matando três pessoas no local e ferindo gravemente uma quarta pessoa, que foi levada para o hospital e faleceu quase duas semanas mais tarde, a 6 de Junho. Os três que faleceram no local incluíam dois israelitas (Emanuel e Miriam Riva, um casal de meia idade de férias vindo de Telavive) e uma mulher francesa. A quarta vítima foi Alexandre Strens, um jovem belga que trabalhava no museu. Tinha nascido em Marrocos de mãe judia e pai berbere argelino. A 30 de Maio, Mehdi Nemmouche, um cidadão francês de 29 anos que tinha passado mais de um ano na Síria e tinha ligações a islamitas radicais, foi detido em Marselha em ligação com o tiroteio. O incidente destaca a preocupação crescente da comunidade judaica em toda a Europa, sobretudo em França e nos países vizinhos, de que estão a sofrer um nível elevado de perseguição.

¹⁷⁴ Didier Zacharie, «André Léonard chahuté par des Femen seins nus à l'ULB», *Le Soir*, 24 de Abril de 2013, <http://lesoir.be/230985/article/actualite/belgique/2013-04-23/andre-leonard-chahute-par-des-femen-seins-nus-l-ulb>

BELIZE



Informação geral

A língua oficial do Belize¹⁷⁵ é o inglês, mas o espanhol também é largamente falado, bem como as línguas indígenas maya e garifuna. O sistema político é uma mistura de Governo local e estatal, com tendência para a descentralização e a autonomia local.¹⁷⁶

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição do Belize reconhece a liberdade de consciência, pensamento e religião, e também estabelece o direito a mudar de religião e a manifestar a própria religião tanto em público como em privado. Não existe religião oficial do Estado. Contudo, o preâmbulo da Constituição reconhece a «supremacia de Deus». A Constituição também afirma que ninguém acima dos 18 anos pode ser obrigado, sem consentimento pessoal, a receber instrução religiosa que não seja a própria religião, seja num estabelecimento educativo, nas forças armadas ou na prisão.

As comunidades religiosas têm o direito de estabelecer os seus próprios locais de educação e nenhum indivíduo pode ser forçado a prestar um juramento contrário à sua religião.¹⁷⁷

Todos os grupos religiosos são obrigados a registar-se – da mesma forma que as empresas – no Registo Oficial de Empresas, de modo a obterem o reconhecimento do Estado. Deve ser paga uma taxa de registo. Contudo, as igrejas e outros locais de culto (embora isto não se aplique às residências paroquiais e outras) estão isentos do pagamento de taxas de propriedade.

Os trabalhadores religiosos estrangeiros podem entrar no país para evangelizar, mas são obrigados a registar-se e a pagar uma pequena taxa anual.¹⁷⁸

O Conselho das Igrejas e a Associação Evangélica de Igrejas têm alguma influência na eleição para o Senado, uma vez que o governador-geral nomeia um dos treze membros do Senado de acordo com o conselho destas duas entidades. Os seus membros incluem as

¹⁷⁵ Confissões Religiosas: <http://features.pewforum.org/global-christianity/map.php#/Belize,ALL>

População: http://statisticsbelize.org.bz/dms20uc/dynamicdata/docs/20110511165337_2.pdf (acedido em 30/09/2013)

¹⁷⁶ <http://belize.gov.bz/index.php/our-governance/how-we-are-governed/local-government> (acedido em 30/09/2013)

¹⁷⁷ http://belizelaw.org/web/e_library/constitution_02.html (acedido em 20/09/2013)

¹⁷⁸ <http://state.gov/documents/organization/208668.pdf> (acedido em 19/09/13)

Igrejas Anglicana, Católica, Metodista e Presbiteriana, o Exército de Salvação, a Missão Cristã Chinesa e os Adventistas do Sétimo Dia. Estes grupos trabalharam com os responsáveis em programas sociais, por exemplo, o Conselho das Igrejas participou no Comité Nacional para as Famílias e Crianças, e na Comissão Nacional da Sida.¹⁷⁹

Práticas governamentais e outros acontecimentos/incidentes

O Estado reconhece as seguintes celebrações religiosas como feriados nacionais: Sexta-feira Santa, Sábado Santo, Segunda-feira de Páscoa e dia de Natal.

A Fundação Kolbe, uma ONG cristã patrocinada pelo Rotary Clube da Cidade de Belize, é responsável pela gestão do sistema de prisões na Prisão Central de Belize, a única prisão do país, que é uma instituição do Estado. A Fundação atribui o sucesso do seu programa de reabilitação à «presença de Deus», e à colaboração do pessoal e de outros órgãos. O apoio religioso e educativo é disponibilizado mas não é obrigatório, juntamente com outras formas de formação vocacional e competências para a vida. A educação religiosa é coordenada por um capelão e por um missionário, e há também pastores de várias denominações que visitam os presos.¹⁸⁰

A educação religiosa faz parte do currículo geral obrigatório das escolas estatais, e cobre sobretudo a história religiosa e as tradições cristãs. No entanto, os alunos podem não frequentar as aulas de estudos religiosos se os pais se opuserem a isso. Isto está de acordo com a Constituição, que proíbe qualquer instituição educativa de obrigar uma criança a receber instrução religiosa ou participar em qualquer cerimónia ou observância religiosa. De acordo com o Relatório de Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado Norte-Americano, «As situações em que os administradores não conheciam a lei ou a aplicaram mal são habitualmente resolvidas através de conversas entre os pais e a escola. Em casos raros, o Ministério da Educação interveio para corrigir a situação.»¹⁸¹

¹⁷⁹ *Ibidem*

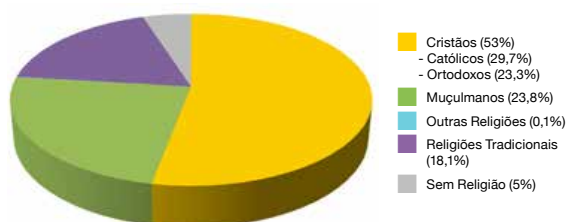
¹⁸⁰ <http://kolbe.bz/about-kolbe/history-and-vision/> (acedido em 14/11/2013)

¹⁸¹ <http://state.gov/documents/organization/208668.pdf> (acedido em 19/09/13)

BENIM



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
10.323.474	114.763 km ²	194	305	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

No Benim¹⁸², um pequeno país da África Ocidental, não só a liberdade religiosa está ancorada na Constituição como um direito humano básico, como também é respeitada na vida diária. Praticamente não há outro país na região que apresente tão grande diversidade de crenças religiosas como o Benim. O Governo respeita e promove esta diversidade e anualmente disponibiliza o equivalente a aproximadamente 736 mil euros em subsídios estatais. Todas as comunidades religiosas beneficiam destes subsídios.¹⁸³ Claramente, esta não é de forma nenhuma uma grande quantia. Contudo, para um país pobre como o Benim, mesmo assim é importante. Uma característica significativa do quadro religioso do país é que 17% da população pratica o vudu, uma religião ainda bastante difundida na África Ocidental, e 5% da população pertence à *Eglise du Christianisme Céleste*, uma comunidade cristã fortemente baseada na Bíblia, fundada em 1947, no Benim, e agora também bastante difundida noutros países da África Ocidental.

Na prática há um grau alargado de sobreposição entre as diferentes comunidades religiosas. Por exemplo, o vudu não é de forma nenhuma desconhecido de inúmeros católicos e muçulmanos, mesmo que muitos não o professem oficialmente.¹⁸⁴ No Benim, este tipo de sobreposição é muito comum e é por isso largamente tolerado. Além disso, este sincretismo – que pode até ocorrer entre famílias – está presente em todos os níveis da sociedade e em cada região do país e tende a promover a tolerância religiosa. A situação relativa às relações inter-religiosas não se alterou manifestamente no período abrangido por este relatório.

A visita do Papa Bento XVI ao Benim, em 2011, não foi esquecida pela população. Até mesmo muitos não-católicos a viram como um estímulo à religião e como o início de um novo período de despertar religioso.

A Igreja Católica no Benim goza de boa reputação como autoridade moral, não apenas em assuntos teológicos mas também nos assuntos sociais e políticos. Por exemplo, em Agosto de 2013, os bispos responderam de forma crítica a uma mudança planeada da Constituição

¹⁸² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Benin

População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Benim>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e483d46&submit=GO

¹⁸³ Departamento de Estado norte-americano, Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012

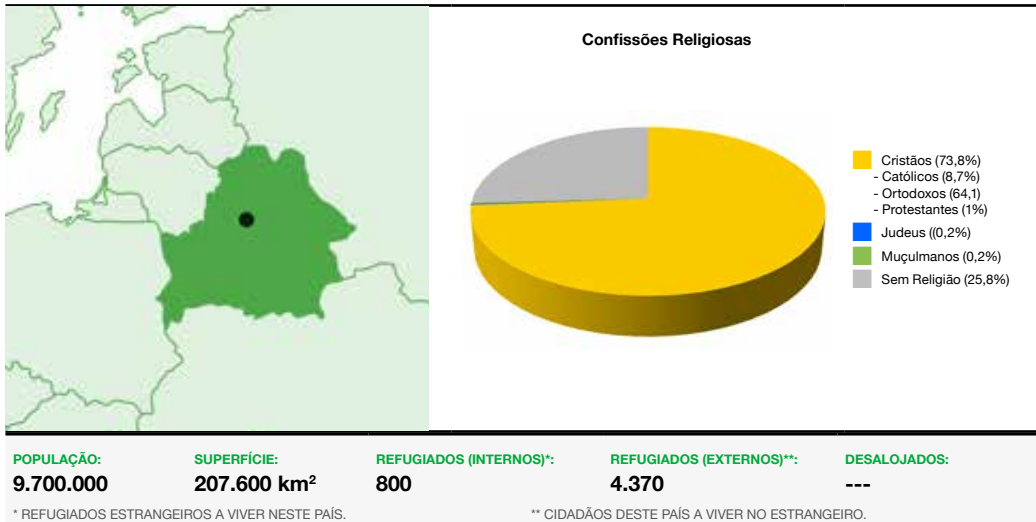
¹⁸⁴ *Ibidem*

destinada a permitir que o actual presidente tivesse um terceiro mandato (um fenómeno generalizado em África que é cada vez mais visto como causa de tensões). Numa carta pastoral, os bispos escreveram: «No Benim há actualmente um clima de tensão, divisão e grande desconforto. O medo, a agitação e a desconfiança estão presentes nos corações das pessoas e isto é perigoso.» Os bispos acrescentaram que o debate sobre a reforma está a ocorrer num contexto de «pobreza e destituição entre grande parte da população, que não possui nem sequer as necessidades básicas da vida, embora se encontrem em confronto com a riqueza de uma pequena minoria». Os bispos também referem o «crescente desemprego jovem, a discriminação, as acusações recíprocas e a aparente conspiração contra o presidente da República».¹⁸⁵

Durante o período abrangido por este relatório, não houve mudanças significativas na área da liberdade religiosa. A continuação da coexistência pacífica entre as diferentes comunidades religiosas torna o Benim em muitos aspectos num exemplo e num ponto de estabilidade de referência na região.

¹⁸⁵ Agência de notícias *Fides*, 28.08.2013, www.radiovaticana.va

BIELORRÚSSIA



Mais de 70% dos quase 10 milhões de habitantes da Bielorrússia¹⁸⁶ são cristãos. Contudo, quase 25% da população não professa qualquer religião. Antes de 1992, a propaganda ateia patrocinada pelo Estado foi mais forte na Bielorrússia do que em qualquer outra república soviética. Segundo o Artigo 16 da Constituição de 1994 da República da Bielorrússia, com as suas sucessivas alterações e acrescentos, «as religiões e as confissões religiosas são iguais perante a lei». A Lei da Liberdade Religiosa de 2002 afirma que «cada pessoa tem direito à liberdade de escolher as suas convicções religiosas ou ateias, e assim determinar de forma autónoma a sua relação com a religião e professar, individualmente ou em conjunto, qualquer religião, ou não professar nenhuma».

A situação da liberdade religiosa no país

Algumas queixas vieram de representantes da Igreja Pentecostal Nova Vida, que acredita que tem sido objecto de discriminação estatal. De acordo com o seu representante legal, Sergej Lukanin, em Dezembro de 2012 a comunidade de Minsk foi obrigada a deixar o edifício da sua igreja, que tinha sido construído com contributos dos fiéis no local de umas cavalariças abandonadas. Na sequência desta ocorrência, o tribunal administrativo de Minsk revogou a ordem de encerramento. Lukanin afirma que a sua comunidade sofreu pressões repetidas e invasivas.¹⁸⁷

Tem havido algumas críticas em relação à Igreja Ortodoxa Russa. Alega-se que em vários casos foi exercida pressão ilegal sobre as pessoas para que dessem contributos para o custo da construção de novas igrejas e outros itens exigidos pela Igreja Ortodoxa Russa. Por exemplo, um mineiro de Soligorsk alegou que os trabalhadores foram pressionados a retirarem parte dos seus magros salários para ajudar a financiar uma nova igreja local. Os trabalhadores não protestaram por receio de perderem os empregos. Até mesmo os mineiros judeus e muçulmanos foram alegadamente obrigados a contribuir para a igreja.

De acordo com Aleksej Shein, coordenador da iniciativa *Khriszianskij Ruch*, a verdadeira liberdade religiosa não é suficientemente observada e a lei de 2002 sobre a Liberdade de

¹⁸⁶ Confissões Religiosas: <http://features.pewforum.org/global-christianity/map.php#/Belarus,ALL>

¹⁸⁷ *Newsru.com*, Junho de 2013

Consciência e as Organizações Religiosas é uma das mais repressivas da Europa. Torna quase impossível que as novas associações religiosas se registem e impede os crentes de divulgarem as suas próprias doutrinas fora dos seus locais de culto. De acordo com Shein, os crentes só são livres de rezar dentro da igreja, no cemitério ou no crematório. Nos outros locais arriscam-se a pesadas multas e mesmo a penas de prisão. Além disso, recentemente, os crentes foram frequentemente punidos segundo o Artigo 193.1 – o artigo ‘político’ do Código Penal – relativo à «organização ilegal ou actividades de associações públicas, grupos religiosos ou fundações...».¹⁸⁸

Um caso particularmente grave e controverso tem a ver com a detenção de um sacerdote católico, o Padre Vladislav Lazar, Pároco da Igreja do Pentecostes, em Borisov. O Padre Lazar, um cidadão da Bielorrússia de cerca de 40 anos, ‘desapareceu’ a 31 de Maio de 2013 quando regressava de casa dos seus pais. Os pais perderam qualquer contacto com ele e telefonaram para os hospitais e morgues. Reportaram o seu desaparecimento à polícia, mas não lhes foram dadas quaisquer notícias. Por lei, as autoridades são obrigadas a notificar os parentes próximos no prazo de doze horas após uma detenção. Só no dia 26 de Julho é que o próprio presidente Aleksandr Lukashenko anunciou a sua detenção: «...há algum tempo atrás, prendemos um traidor, que estava a trabalhar para os serviços secretos». Não foi dada mais nenhuma explicação oficial para a sua detenção. Estava previsto que ele seria acusado segundo o Artigo 356.1 do Código Penal (traição ao Estado) por ter dado dinheiro e bens materiais a uma pessoa acusada de espionagem em nome de um estado estrangeiro. O representante legal do Padre Lazar foi forçado a assinar um compromisso de não revelar qualquer informação sobre o inquérito em curso. A irmã do sacerdote, Janina Ljambovich, contou que recebeu algumas cartas do seu irmão, nas quais ele apenas afirmava que estava de boa saúde. O Arcebispo católico Tadeusz Kondrusiewicz de Minsk pediu aos seus sacerdotes que rezassem por este irmão padre. O Arcebispo Claudio Guggerotti, Núncio Apostólico da Bielorrússia, encontrou-se com o Padre Lazar a 25 de Outubro, na cela onde ele estava detido em regime de isolamento. O núncio assegurou ao sacerdote a proximidade do Papa Francisco e de toda a Igreja Católica na Bielorrússia. O Padre Lazar parecia tenso, mas lúcido e determinado. Garantiu ao núncio que continuava a viver sustentado pela sua fé, que era um patriota convicto, e que amava a Bielorrússia e esperava por um julgamento justo. Disse igualmente que tinha perdoado os que estavam na origem do seu sofrimento e pediu ao núncio que transmitisse a todos o pedido de oração por ele. Entretanto, os fiéis católicos lançaram uma campanha de apoio ao Padre Lazar. Alegaram que o regime estava inclinado para se vingar da Igreja Católica na Bielorrússia e tentar intimidar a sociedade bielorrussa. Oleg Volchek, director da organização “Ajuda Legal às Pessoas” na Ucrânia, disse que o regime tinha estado descontente com as homilias sem rodeios do Padre Lazar. Em Novembro, o comité organizador do Partido Democrático Cristão da Bielorrússia, a associação pública internacional “Frente Juvenil” da República Checa e o movimento de defesa dos direitos humanos “Pela Liberdade” apelaram em conjunto à organização de direitos humanos Amnistia Internacional, pedindo-lhes que reconhecessem o Padre Vladislav Lazar como prisioneiro de consciência.¹⁸⁹

Além do caso do Padre Lazar, diversas fontes confirmaram que as autoridades pressionam frequentemente os ministros da religião. Os missionários estrangeiros, o clero, e os voluntários da Igreja Católica e das denominações protestantes enfrentaram obstáculos contínuos, como

¹⁸⁸ *Belaruspartizan.org*, Outubro de 2013

¹⁸⁹ Fontes: *Belorusskoye Novosti*, *religia.by*, *Palitviazni.info*, *Gazeta.ru*, *ex-press.by*, *udf.by*, *camarade.biz*, *Catholic.by*

por exemplo deportações e recusas de emissão de vistos. Houve também inúmeros actos de vandalismo contra edifícios religiosos. Houve complicações quando crentes tentaram arrendar ou comprar edifícios e terrenos. Outros experimentaram problemas em relação ao registo de bens da Igreja. Vários diplomatas, incluindo o secretário de Estado norte-americano John Kerry, falaram em defesa da liberdade religiosa. Kerry afirmou: «As autoridades investigam de forma muito esporádica e pouco eficiente as acções anti-semitas. Limitam-se a descrever as actividades dos grupos neonazis como actos de vandalismo.»¹⁹⁰

A organização de direitos humanos *Fórum 18* afirmou que as incursões violentas contra baptistas na Bielorrússia continuaram, com a polícia a usar da força para interromper encontros de oração. Estas tácticas são usadas contra todos os grupos que se encontram para rezar sem autorização oficial. Na vila de Gomel, três líderes baptistas foram multados por esta ofensa: os Pastores Nikolaj Varushin, Petr Jashenko e Valentin Schedrenok. Os próprios membros da polícia disseram aos membros do *Fórum 18* que uma das incursões tinha sido organizada pelo KGB para «desmascarar grupos criminosos de baptistas não registados». Os membros do Conselho de Igrejas Baptistas recusaram-se a registar-se junto do Estado (esta é uma das razões pelas quais foram perseguidos com tanta brutalidade durante o período soviético) e na Bielorrússia isto é visto como uma violação das leis da liberdade religiosa. Os três pastores recusaram-se a pagar a multa, dizendo que a oração em grupo não pode ser considerada como acção criminosa.¹⁹¹

Em Novembro de 2013, um relatório intitulado *Half an hour to Spring – Addressing discrimination and inequality in Belarus* foi publicado pela organização de direitos humanos *Equal Rights Trust*, em colaboração com a Comissão de Helsínquia da Bielorrússia. O relatório contém uma análise detalhada da situação de direitos humanos na Bielorrússia, examinando a liberdade religiosa, a língua e a identidade étnica (páginas 34-116).

Conclusões

Na Bielorrússia, a liberdade religiosa está ligada à preservação dos direitos da Igreja Ortodoxa, que está estreitamente alinhada com o Estado. Os outros grupos religiosos, por contraste, estão sujeitos a constantes controlos estatais. A liberdade religiosa na Bielorrússia degradou-se no período em análise. Os que enfrentam perseguições incluem católicos, pentecostais, baptistas e outros protestantes, testemunhas de Jeová e outros – no total, 2 milhões de pessoas.

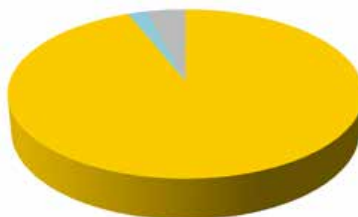
¹⁹⁰ *nmbny.eu*, Outubro de 2013

¹⁹¹ Ver *Tovarish.online*, *Palitviazni.info*, *udf.by*

BOLÍVIA



Confissões Religiosas



- Cristãos (93,9%)
 - Católicos (78,9%)
 - Protestantes (13,7%)
 - Outros Cristãos (1,3%)
- Outras Religiões (2%)
- Sem Religião (4,1%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
10.027.254	1.098.581 km²	739	592	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

De acordo com o recenseamento de 2012, a Bolívia¹⁹² tem uma população de 10.027.254 de cidadãos. Tem uma grande proporção de índios autóctones, sobretudo Quechua e Aymara, com populações mais pequenas de Guarani e Chiquitano.¹⁹³ O país tem uma área de 1.098.581 km². A língua oficial é o espanhol e o sistema político é uma república parlamentar unitária com uma democracia representativa e participativa. A Bolívia observa a habitual separação de poderes entre o poder legislativo, executivo e judicial.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição descreve a Bolívia como um «Estado unitário social de direito comunitário plurinacional», fundado na pluralidade e no pluralismo político, económico, jurídico, cultural e linguístico. Dentro deste quadro, a Constituição respeita e garante a liberdade religiosa e de crenças espirituais. Contudo, o Estado é independente de todas as religiões.¹⁹⁴

Em Março de 2013, o Governo promulgou uma nova lei, a Lei 351, que rege o procedimento para aquisição de personalidade jurídica corporativa para ONG e também para igrejas e grupos religiosos, ou grupos com crenças espirituais, que não tenham natureza comercial. O procedimento de registo formal é complexo e difícil, e as organizações em causa podem perder o seu estatuto legal se não cumprirem todos os requisitos legais necessários, ou se exercerem outras actividades que não as indicadas nos seus estatutos.¹⁹⁵

Medidas governamentais e outros incidentes

No chamado «Estado plurinacional» da Bolívia, os conflitos relacionados com a liberdade religiosa também afectaram algumas populações de índios autóctones. Neste espírito, eles reivindicaram terras ancestrais ou outras áreas que, por razões espirituais, acreditam que não

¹⁹² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/bolivia

População: www.ine.gob.bo:8081/censo2012/PDF/resultadosCPV2012.pdf

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Bolivia> (Estado plurinacional da Bolívia)

¹⁹³ www.ine.gob.bo/indice/visualizador.aspx?ah=PC20113.HTM (30/09/2013)

¹⁹⁴ www.patrianueva.bo/constitucion

¹⁹⁵ <http://bolivia.infoleyes.com/shownorm.php?id=4373>

devem ser sujeitas a exploração comercial. Ao mesmo tempo, alguns actos de violência para com bens ou pessoas tornam difícil distinguir entre motivação política de «neo-indigenismo» e interesses de natureza mais espiritual.

Em Julho de 2012, o secretário-geral da Conferência Episcopal Católica Boliviana publicou um comunicado no qual condenou actos de violência cometidos contra povos indígenas (raptos e confrontos no município de Mallku Khuta) e as acções repressivas da polícia contra os manifestantes e os activistas no conflito TIPNIS. O comunicado apela ao diálogo e ao respeito pela dignidade humana.¹⁹⁶

No recenseamento recente, em Novembro de 2012, a questão relativa à filiação religiosa foi retirada pela primeira vez. A ministra do Planeamento e Desenvolvimento, Viviana Caro, procurou justificar esta decisão por parte do Governo com base no facto de a Bolívia ser «um Estado secular». «Não existe religião oficial e há liberdade religiosa», acrescentou. Contudo, um porta-voz da Igreja Católica referiu que o Governo retirou um dos instrumentos mais importantes para compreender as características religiosas do povo Boliviano.¹⁹⁷

No final de 2013, a Igreja Católica reiterou a sua preocupação com o crescente número de roubos de igrejas e santuários religiosos¹⁹⁸ e apelou uma vez mais a que se retomassem e intensificassem as investigações por parte das autoridades para encontrar os responsáveis e repor o extremamente importante património religioso, histórico e cultural da nação. A declaração também expressou a indignação da Igreja perante as acusações sem fundamento do presidente Evo Morales que, no dia anterior, tinha acusado «alguns dos bispos» de serem responsáveis pelos roubos de igrejas em Potosí e Copacabana.¹⁹⁹

Como consequência das mudanças na legislação em relação ao registo das comunidades religiosas, alguns grupos preferiram evitar o registo oficial e funcionar de maneira informal.²⁰⁰ Em Setembro de 2013, alguns grupos protestantes também se manifestaram em diversas cidades contra o novo procedimento, que vêem como um ataque à liberdade religiosa, pois sujeita as Igrejas ao controlo estatal e obriga-as a pagar impostos. Além disso, de acordo com o presidente da Associação Nacional de Evangélicos, o enquadramento da lei implica a obrigação de exercerem as suas actividades «en el horizonte del Vivir Bien» («no contexto do Viver Bem»), impondo assim a visão cosmológica da espiritualidade andina indígena, alheia às suas crenças cristãs.²⁰¹

O presidente Evo Morales reuniu durante o ano com os líderes da Associação de Igrejas Reformadas e participou nas suas cerimónias pascais. De acordo com o Departamento de Estado Norte-Americano, «ele elogiou a Constituição por garantir a liberdade religiosa e direitos iguais para os membros de todos os grupos religiosos».²⁰²

¹⁹⁶ *Boletín Jurídico CELIR*, www.iglesiaviva.net/index.php/1790-comunicado-condena-a-la-violencia

¹⁹⁷ <http://eldeber.com.bo/vernotanacional.php?id=120808230237>

¹⁹⁸ www.foxnews.com/world/2013/08/26/sacred-art-plundered-from-andean-churches-in-ever-more-brazen-thefts/

¹⁹⁹ *Boletín Jurídico CELIR*, www.iglesiaviva.net/component/content/article/35-noticias/relevantes/3244-ceb-aclaraciones-necesarias.html

²⁰⁰ www.state.gov/documents/organization/208670.pdf and <http://berkeleycenter.georgetown.edu/essays/religious-freedom-in-bolivia>

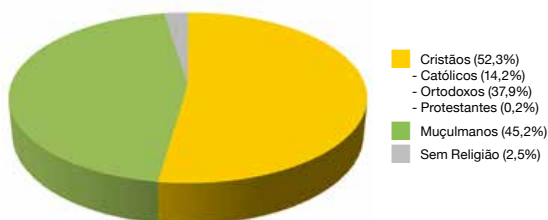
²⁰¹ <http://adlr.org/2013/09/10/n-e-bolivia-evangelicos-se-manifiestan-contra-ley-que-limita-la-libertad-religiosa/>

²⁰² www.state.gov/documents/organization/208670.pdf

BÓSNIA-HERZEGOVINA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
3.829.307	51.210 km²	6.927	27.419	103.368

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Bósnia-Herzegovina²⁰³ situa-se no sudeste da Europa, na península dos Balcãs. Faz fronteira com a Croácia, o Montenegro e a Sérvia, e tem 20 km de linha costeira no mar Adriático. O país está dividido em duas entidades: uma Federação Bósnia/Croata (cerca de 51% do território) e a República Srpska Bósnia liderada pela Sérvia (cerca de 49% do território). Há também um distrito administrativo separado, Brcko, no nordeste da Bósnia.

A Constituição e outras leis protegem a liberdade religiosa. A lei proíbe qualquer forma de discriminação contra qualquer comunidade religiosa. O Ministério da Justiça mantém um registo unificado de todas as comunidades religiosas e o Ministério dos Direitos Humanos e Refugiados é responsável por documentar violações da liberdade religiosa. Qualquer grupo de 300 cidadãos adultos pode candidatar-se a formar uma nova Igreja ou comunidade religiosa através de uma candidatura por escrito ao Ministério dos Direitos Humanos. O ministério deve emitir a sua decisão no prazo de trinta dias após receber a candidatura. As organizações religiosas minoritárias estão autorizadas a registar-se legalmente e a operarem sem restrições.

A educação religiosa na Bósnia-Herzegovina é em grande parte descentralizada. As escolas públicas disponibilizam aulas de educação religiosa apenas para a religião maioritária no município. Se um número suficiente de alunos de um grupo religioso minoritário frequentar uma escola primária ou secundária particular (vinte na República Srpska e quinze na Federação), a escola deve organizar aulas de religião para eles. Em cinco cantões maioritariamente bósnios (a Federação Bósnia/Croata está dividida em dez cantões), as escolas primárias e secundárias disponibilizam instrução religiosa islâmica sob a forma de aulas opcionais de duas horas por semana.

Nos cantões com maiorias croatas, os alunos frequentam uma aula opcional de uma hora por semana de religião católica nas escolas primárias e do segundo ciclo. Em treze escolas primárias e secundárias de maioria croata, os alunos podem escolher entre aulas de religião católica e aulas de ética. O Ministério da Educação do cantão de Sarajevo introduziu aulas alternativas à educação religiosa chamadas 'Sociedade, Cultura e Religião' nas escolas

²⁰³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Bósnia-herzegovina

População: <http://data.worldbank.org/country/Bósnia-and-herzegovina>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

primárias e ‘Cultura da Religião’ nas escolas secundárias para alunos que não queiram frequentar aulas de educação religiosa.

O Governo central não observa quaisquer feriados religiosos como feriados oficiais. As entidades e as autoridades cantonais observam feriados religiosos celebrados pelos membros da religião maioritária na área. Os feriados observados a nível local incluem a Páscoa e o Natal ortodoxos na República Srpska; a Páscoa e o Natal católicos em Herzegovina; e o Ramadão Bajram (Eid al-Fitr) e o Kurban Bajram (Eid al-Adha) em Sarajevo e no centro da Bósnia.

Existe uma pequena comunidade judaica de aproximadamente 1.000 membros que tem um papel activo no Conselho Inter-Religioso. Este conselho existe desde 1997 e faz mediação entre as quatro comunidades religiosas consideradas como ‘tradicionais’ (Muçulmanos, Ortodoxos, Católicos e Judeus).

A Bósnia-Herzegovina é formalmente um estado secular, mas a religião desempenhou um grande papel desde a guerra. Segundo dados disponíveis, cerca de 3.290 edifícios religiosos foram destruídos ou danificados na Bósnia-Herzegovina durante a guerra.²⁰⁴

Na Bósnia-Herzegovina há um fenómeno único no Islamismo, que é ser-se muçulmano por religião e nacionalidade. O nome muçulmano foi usado pelos eslavos que viviam na antiga Jugoslávia e pertenciam à religião islâmica. Em 1971 foi-lhes dado o estatuto de nação jugoslava. Antes disso, tinham de optar entre declararem-se como servos, como croatas ou como jugoslavos – sem definição nacional. Em 1993, os Muçulmanos da Bósnia adoptaram o termo ‘bósnio’ para identificarem a sua nação mais especificamente. Para muitos bósnios seculares, a sua identidade muçulmana tem muito mais a ver com raízes culturais do que com crenças religiosas.

Os Muçulmanos bósnios são sunitas que seguem a escola de pensamento hanafita. A principal organização muçulmana no país é a Comunidade Islâmica na Bósnia-Herzegovina (ICBH na sigla inglesa). Esta organização gere as principais actividades muçulmanas: mesquitas, orações, educação, publicações, obras de beneficência. Há oito muftis (estudiosos islâmicos) localizados nos principais municípios: Sarajevo, Bihać, Travnik, Tuzla, Goražde, Zenica, Mostar e Banja Luka. As comunidades islâmicas mais conservadoras na Bósnia localizam-se em cidades como por exemplo Travnik, Zavidovici, Tesanj, Maglaj, Bugojno e Zenica.

A educação islâmica é disponibilizada em mais de 1.400 *maktabs* (escolas primárias religiosas informais) para 60 mil alunos regulares, treze escolas secundárias islâmicas (*madrasas*), duas academias islâmicas para formação de professores de educação religiosa nas escolas estatais e a Faculdade de Estudos Islâmicos em Sarajevo.²⁰⁵

A Comunidade Islâmica combateu uma grande batalha com o cantão de Sarajevo em 2012 por causa dos estudos religiosos. O ministro da Educação do cantão deu ordens a escolas para que retirassem as notas de religião do cálculo das médias escolares oficiais dos alunos e para que permitissem que os alunos optassem por não frequentar as aulas. Isto provocou uma forte reacção da Comunidade Islâmica.²⁰⁶ O ministro demitiu-se dois dias depois de receber uma carta de ameaça com uma bala lá dentro. O Governo cantonal adiou a implementação das suas ordens. Está em fase de desenvolvimento um acordo entre o Governo e a Comunidade Islâmica.

Durante e depois da guerra de 1992-95, surgiram os primeiros salafistas, conhecidos localmente como *wahabis*. O seu número exacto não é conhecido, mas calcula-se que corresponda a uns milhares. Existem alguns muçulmanos xiitas e algumas associações pró-xiitas,

²⁰⁴ Nadzida Cano, *BIRN Justice Report*

²⁰⁵ Velko Atanasoff, «Islamic Revival in the Balkans»

²⁰⁶ «Bosnia's Dangerous Tango: Islam and Nationalism Crisis Group Europe Briefing no.70»

mas não há mesquitas xiitas. Combatentes estrangeiros muçulmanos receberam um estatuto oficial quando foi criada a unidade El Mujahed em 1993. Entre 2.000 a 5.000 combateram na Bósnia-Herzegovina contra Sérvios e Croatas.²⁰⁷ A Bósnia concedeu cidadania a quase 1.500 combatentes estrangeiros muçulmanos depois da guerra, como recompensa pelo seu apoio.

Muitos muçulmanos conservadores aceitam a Comunidade Islâmica e a autoridade do Governo bósnio. A sua principal preocupação é a pureza da fé e da prática islâmicas. Existem vários grupos salafistas mais pequenos que não aceitam a supremacia da Comunidade Islâmica ou do Estado. Estes grupos defendem a introdução da *sharia* e não reconhecem o Governo bósnio. É frequente adoptarem interpretações extremistas do Islão e considerarem os bósnios como pagãos. Na medida em que participam na política, estão envolvidos na *umma* (a Comunidade Islâmica Global) e em questões como a Palestina e a guerra na Síria. A maioria dos Muçulmanos não integrados escolhem viver em zonas remotas. Nalgumas comunidades causam problemas por incentivarem os Bósnios a denunciarem outros muçulmanos como não-crentes. Os principais apoiantes das ideias salafistas foram as agências humanitárias – o Alto Comité Saudita, a Fundação Al-Haramain e a Sociedade para o Renascimento do Legado Islâmico. De acordo com o Monitor de Segurança para o Sudeste Europeu (SEE), há mais de 250 organizações humanitárias religiosas na Bósnia originárias do Médio Oriente e da Europa.

Os Muçulmanos na Bósnia sofreram imensos danos nos seus locais de culto. Segundo os seus dados, de um total de 1.144 mesquitas anteriores à guerra, 614 foram destruídas e 307 ficaram danificadas. Dizem também que foram destruídos 557 *mesdzids* (mesquitas pequenas), 954 *mektebs* (escolas para leitores corânicos), quinze *tekkes* (alojamentos derviches), noventa *turbes* (santuários islâmicos) e 1.425 edifícios comunitários.

A maior parte dos ortodoxos no país são de origem étnica sérvia. A história independente da Igreja Ortodoxa na Bósnia-Herzegovina começa em 1219, quando a Eparquia de Zajumlje e Herzegovina foi fundada por São Sava como fazendo parte da Igreja Ortodoxa sérvia. Desde o final de 1760 até 1880, os Ortodoxos na Bósnia-Herzegovina ficaram directamente sob o Patriarcado de Constantinopla. Em 1920, após a Primeira Guerra Mundial e a criação do Reino da Jugoslávia, a área recaiu novamente sob a autoridade religiosa da Igreja Ortodoxa Sérvia recentemente reunida. O Estado ratificou um acordo com a Igreja Ortodoxa Sérvia em 2008. De acordo com dados da Igreja Ortodoxa Sérvia, 125 igrejas e sessenta e seis objectos paroquiais e objectos sagrados foram destruídos na guerra, e 172 igrejas e cinquenta outros objectos foram danificados.

Uma concordata com a Santa Sé que foi ratificada em 2007 concede personalidade jurídica, criação de instituições educativas e de beneficência, educação religiosa e reconhecimento oficial de feriados católicos à Igreja Católica na Bósnia-Herzegovina. A Igreja Católica é composta por uma província eclesiástica, com sede em Sarajevo, pela Arquidiocese de Vrhbosna e três dioceses sufragantes: Banja Luka, Mostar-Duvno e Trebinje-Mrkan, bem como pelo Ordinariato Militar da Bósnia-Herzegovina. Há duas províncias franciscanas no país, a Província Franciscana da Assunção da Virgem Maria com sede em Mostar e a Província Franciscana de Bosna Srebrena com sede em Sarajevo.

A Igreja Católica sofreu grande destruição durante a guerra. De acordo com dados da Igreja, 269 edifícios religiosos católicos foram totalmente destruídos na guerra e 731 ficaram danificados. As estruturas demolidas incluem capelas, conventos e cemitérios. O Papa João Paulo II visitou a Bósnia-Herzegovina duas vezes, tendo estado em Sarajevo em 1994 e em Banja Luka em 2003.

²⁰⁷ «Bosnia's Dangerous Tango: Islam and Nationalism Crisis Group Europe Briefing no. 70»

O Cristianismo chegou ao território da Bósnia-Herzegovina no século I, através dos discípulos de São Paulo e do próprio São Paulo. Depois do Édito de Milão, o Cristianismo espalhou-se rapidamente, e os Cristãos e os bispos da área que hoje é a Bósnia-Herzegovina reuniram-se em torno de duas catedras metropolitanas, Salona e Sirmium. Várias dioceses cristãs iniciais desenvolveram-se nos séculos IV, V e VI.

Os bósnios e os herzegovinos viveram separadamente até os otomanos conquistarem a Bósnia em 1463 e depois a Herzegovina em 1482. O Congresso de Berlim colocou a Bósnia-Herzegovina sob o domínio austro-húngaro em 1878. Mais tarde, em 1918, a Bósnia-Herzegovina passou a fazer parte de um estado eslavo do sul conhecido como Reino do Sérvios, Croatas e Eslovenos.

A Bósnia-Herzegovina está na fronteira entre as culturas ocidental e oriental. Três nações e três religiões encontram-se neste pequeno território. Este é um país complexo onde as tensões étnicas e a coexistência pacífica ocorrem ao mesmo tempo. A guerra na Bósnia-Herzegovina não ocorreu por causa de ódio religioso ou pela necessidade de propagar o Catolicismo, o Islamismo ou o Cristianismo Ortodoxo. Houve, contudo, uma ameaça real de que esta guerra pudesse tornar-se numa guerra religiosa depois de o Governo bósnio ter aceite a ajuda de países islâmicos quando ficou desiludido com as políticas da Europa Ocidental. A religião e as comunidades religiosas não causaram a guerra e não conseguiram impedi-la, como frequentemente se pensa.

Durante os quatro anos de guerra na Bósnia-Herzegovina, entre 250 mil e 280 mil pessoas foram mortas ou estão desaparecidas. Cerca de 50 mil pessoas foram sujeitas a tortura. Cerca de meio milhão de pessoas passaram por 900 prisões e campos de concentração improvisados. Até à data foram descobertas mais de 160 valas comuns. Cerca de 1,2 milhões de habitantes da Bósnia-Herzegovina tornaram-se refugiados (pessoas deslocadas dentro da Bósnia-Herzegovina). Cerca de 1,3 milhões de pessoas refugiaram-se num de trinta e cinco países de todo o mundo.

Os Acordos de Paz de Dayton que puseram fim à guerra foram concebidos como a solução menos má na altura. Os Sérvios Bósnios chegaram a acordo em Dayton devido ao elevado grau de descentralização que efectivamente reconhecia um estado dentro de outro estado (a República Srpska), mais a Federação da Bósnia-Herzegovina (muçulmana-croata), altamente descentralizada em dez cantões. No entanto, dezassete anos mais tarde, ambas as entidades ainda têm receio uma da outra. Ultrapassar esta desconfiança pode ainda levar uma década, até mesmo uma geração.

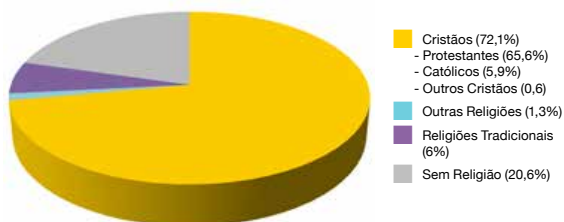
Uma moeda comum, segurança interna e a reforma do poder judicial apenas foram estabelecidas devido à pressão da comunidade internacional (a UE e a NATO) e ao apoio económico de doadores internacionais.

Recuperar da guerra tem sido mais doloroso na Bósnia-Herzegovina do que nas outras antigas repúblicas jugoslavas. Embora a Bósnia-Herzegovina seja reconhecida como um estado soberano, a sua identidade ainda é disputada. O principal objectivo da Bósnia-Herzegovina hoje em dia é tornar-se membro da União Europeia.

BOTSUANA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
2.021.000	581.730 km ²	2.773	168	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição da República do Botsuana²⁰⁸, consagrada em 1966, revista em 1994 e novamente em 1997, garante no Artigo 11 «liberdade de pensamento e de religião», bem como «liberdade de mudar de religião ou crença, e liberdade de, sozinho ou em comunidade com outros, tanto em público como em privado, manifestar e propagar a sua religião ou crença sob a forma de culto, ensinamento, prática e observância». Acrescenta igualmente que «cada comunidade religiosa tem o direito de estabelecer e manter locais de educação: nenhuma destas comunidades será impedida de oferecer instrução religiosa aos seus membros». Os grupos religiosos devem registar-se, mas o processo é habitualmente simples e não é demorado. Sem este registo, os grupos religiosos não podem assinar contratos válidos nem abrir uma conta bancária.

O Governo considera as seguintes celebrações religiosas como feriados nacionais: Sexta-feira Santa, Segunda-feira de Páscoa, Dia da Ascensão e Natal. No país, há minorias religiosas significativas, como por exemplo muçulmanos e hindus, cujos membros são habitualmente imigrantes estrangeiros. Em Dezembro de 2012, o vice-presidente exerceu funções oficiais na inauguração de um templo Sikh na capital, Gaborone, e aproveitou a oportunidade para destacar a importância da tolerância religiosa.²⁰⁹

Em Novembro de 2012, alguns vândalos desconhecidos pulverizaram as paredes da principal mesquita de Gaborone com *graffiti* elogiando Jesus Cristo e apelando aos Muçulmanos para que se convertessem. Os líderes cristãos condenaram os *graffiti*, considerando-os provocadores. Os líderes muçulmanos viram o acto de vandalismo como um incidente isolado.²¹⁰

Durante o período em análise neste relatório, não houve casos de abusos da liberdade religiosa.

²⁰⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/botswana

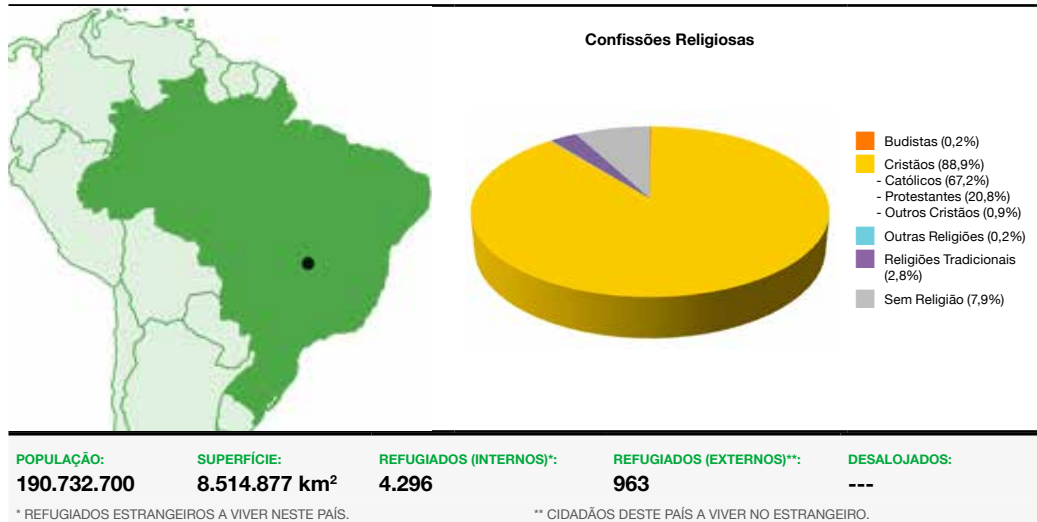
População e Superfície: <http://data.worldbank.org>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e485456&submit=GO

²⁰⁹ www.olddailynews.gov.bw/cgi-bin/news.cgi?d=20121211

²¹⁰ www.state.gov/documents/organization/208332.pdf

BRASIL



O maior grupo religioso no Brasil²¹¹ é a Igreja Católica, seguida das comunidades protestantes (incluindo Metodistas, Episcopalianos, Pentecostais, Luteranos e Baptistas). Há também pequenos grupos de religiões não-cristãs presentes no país, incluindo Judaísmo, Islamismo e Budismo, e grupos mais pequenos de rastafarianos e seguidores do Candomblé, Umbanda e Espiritismo.²¹²

Informação geral

De acordo com o recenseamento de Novembro de 2010, a população total do Brasil era de 190.732.694. A língua oficial é o português e a forma de Governo é uma república constitucional federal com vinte e seis distritos federais. Em relação às políticas de imigração, o Governo brasileiro tem expressado a perspectiva de que a imigração é necessária para alimentar o desenvolvimento e, como consequência, o país acolhe em geral os estrangeiros.²¹³

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição afirma que ninguém pode ser privado dos seus direitos devido às suas crenças religiosas, ou convicções filosóficas ou políticas, excepto quando estas são invocadas para que a pessoa fique isenta de uma obrigação legal.²¹⁴

A Lei n.º 7716 afirma que os crimes de discriminação, seja por motivos de raça, etnia ou religião, serão punidos. Incluídos especificamente entre estas ofensas estão a discriminação, ou a indução ou incitamento a que outros discriminem, com base na raça, etnia, religião ou proveniência nacional.²¹⁵

²¹¹ Confissões Religiosas: <http://features.pewforum.org/global-christianity/map.php#/Brazil,ALL>
População: www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm (acedido em 30/09/2013)
Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Brazil>

²¹² www.brazil.org.za/religion.html#Ukr4BdJg96k (acedido em 30/09/2013)

²¹³ <http://elnuevoherald.com/2013/03/26/1439657/brazil-abre-puertas-a-millones.html> (acedido em 30/09/2013)

²¹⁴ http://wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file_id=218272 (acedido em 9/12/2013)

²¹⁵ <http://observatoriointernacional.com/?p=147> (acedido em 30/09/2013)

Em 2010 foi dada autorização a certos grupos religiosos, como por exemplo o Santo Daime e a União do Vegetal, para que usassem substâncias alucinogênicas tradicionais ayahuasca nos seus ritos religiosos.²¹⁶

Incidentes no período de 2012-13

Em Setembro de 2012, a Comissão para Combater a Intolerância Racial no Brasil condenou o documentário *The Innocence of Muslims*, declarando-o desrespeitador em relação ao Profeta do Islão. A Comissão também condenou as reacções violentas desencadeadas pelo filme americano, afirmando que estas eram igualmente «contrárias à visão islâmica».²¹⁷

Em Novembro de 2012, o presidente da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos queixou-se de discriminação contra indivíduos que não professam qualquer fé num ente superior. Afirmou que tem havido relatos de pessoas que são ameaçadas fisicamente ou despedidas dos seus empregos porque são ateias.²¹⁸

Em Maio de 2013, os líderes religiosos das principais denominações religiosas no país celebraram um festival patrocinado pela Associação Internacional de Liberdade Religiosa, comprometendo-se a continuar a defender a liberdade religiosa no Brasil e enfatizando o espírito de coexistência que existe em geral entre os vários grupos religiosos.²¹⁹

Em Outubro de 2013, o Governo lançou uma nova campanha de diversidade procurando combater a discriminação religiosa por parte de responsáveis públicos e o abuso religioso por parte de indivíduos, em resposta a ataques contra praticantes de movimentos religiosos como o Umbanda e o Candomblé. Alguns sectores da sociedade consideram que os grupos religiosos sincréticos – que combinam práticas religiosas africanas tradicionais com elementos do Catolicismo e, no caso do Umbanda, do Espiritismo – se envolvem em práticas de culto ao diabo. No pior caso de 2012, um praticante de Candomblé, Marcos António Marcelino, foi abatido a tiro pelo seu vizinho enquanto colocava uma lâmpada no seu quintal. O homem que cometeu o assassinio era membro de uma Igreja evangélica e tinha estado a beber. Rosa Maria Lopes, a mulher do falecido, disse: «Sofremos anos de abuso por parte do nosso vizinho por causa das nossas crenças religiosas e, embora nos queixássemos à polícia sobre isto muitas vezes, foi-nos dito que não era suficientemente grave para serem tomadas medidas.» Em 2012, foram relatados 109 incidentes e espera-se que os números de 2013 sejam ainda mais elevados, com noventa e uma queixas registadas até Agosto.²²⁰

²¹⁶ <http://elcomercio.pe/mundo/411889/noticia-brasil-legalizo-uso-ayahuasca-sus-comunidades-religiosas> (acedido em 30/09/2013)

²¹⁷ <http://ipsnoticias.net/2012/09/grupos-religiosos-de-brasil-condenan-ataques-al-islam/> (acedido em 17/11/2013)

²¹⁸ <http://publimetro.pe/actualidad/noticia-ateos-brasil-son-extranjeros-su-propio-pais-14225> (acedido em 17/11/2013)

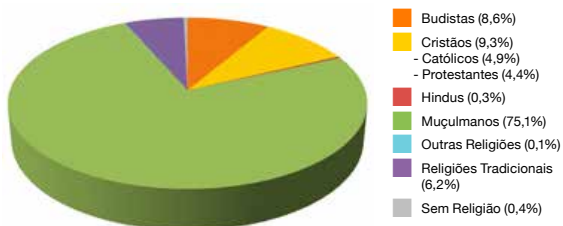
²¹⁹ <http://news.adventist.org/es/archive/articles/2013/05/28/religious-freedom-celebration-in-brazil-highlights-peaceful-co-existence> (acedido em 19/09/2013)

²²⁰ <http://religionnews.com/2013/10/10/brazil-tries-combat-religious-intolerance-minority-faiths/> ; <http://religionclause.blogspot.co.uk/2013/10/brazil-launches-campaign-to-promote.html>

BRUNEI



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
417.800	5.765 km ²	---	1	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Segundo a Constituição de 1959, o Islão Salafista é a religião do Estado²²¹. A liberdade religiosa é reconhecida, mas a lei restringe a prática de outras religiões que não o Islão. Existe um programa de islamização para os nacionais. A *Associated Press* reportou que, num discurso na abertura oficial da conferência Majlis Ilmu a 22 de Outubro de 2013, o Sultão Hassanal Bolkiah anunciou que as novas leis criminais islâmicas seriam aplicadas na prática no prazo de seis meses. Estas leis podem implicar a amputação por roubo ou o apedrejamento por adultério.²²² Segundo o Sultão, o Código Penal da *sharia*, apenas aplicável aos Muçulmanos, deve ser considerado como uma forma de «orientação especial» de Deus e fazer «parte da grande história» do país. Como governante absoluto, o Sultão disse: «Pela graça de Alá, com a entrada em vigor desta legislação, o nosso dever para com Alá está assim a ser cumprido.» O tribunal islâmico da *sharia* decidiu até ao momento sobre disputas familiares e assuntos pessoais semelhantes. Apaziguando os receios das minorias religiosas, o Mufti Awang Abdul Aziz, o principal estudioso islâmico do país, disse que a lei da *sharia* «garante a justiça para todos e salvaguarda o seu bem-estar». As leis gerais do Brunei já prevêm a flagelação com um junco como pena por crimes que incluem infracções de imigração, inclusive para não muçulmanos.

O Governo tem um Ministério dos Assuntos Religiosos cuja função é «acolher e promover» o Islamismo em todo o país. O Centro de Estudos Asiáticos da *Michigan State University* refere que o Ministério da Educação requer cursos de Islamismo em todas as escolas e proíbe o ensinamento de outras religiões. Além disso, todos os alunos devem aprender a escrita árabe. Embora a educação religiosa não islâmica não possa ser disponibilizada nas escolas, os pais são livres de instruir os filhos nas suas próprias casas. Todos os residentes devem ter consigo um bilhete de identidade que declara qual a sua religião.

Apesar de o programa de islamização incentivar a conversão dos nacionais e de outros ao Islamismo, as conversões do Islamismo a outras religiões são pura e simplesmente proibidas.

²²¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/brunei
População: [http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Brunei Darussalam](http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Brunei%20Darussalam)
(<http://data.worldbank.org/country/brunei-darussalam>)

²²² <http://bigstory.ap.org/article/bruneis-sultan-announces-strict-islamic-penalties>

A maior parte dos Cristãos no Brunei são expatriados, de acordo com a organização *Open Doors*. Os imigrantes estão autorizados a praticarem a sua fé, mas não a partilhá-la com a maioria da população malaia. No passado, os Cristãos foram investigados em relação a este assunto. Os muçulmanos que queiram mudar de religião devem obter uma autorização pública. No entanto, devido a casos de pressão familiar e social, não há casos registados deste tipo de conversões no país. Os casamentos entre Muçulmanos e não muçulmanos não são permitidos. Nos casos de casamento misto, o parceiro não muçulmano deve converter-se ao Islamismo. Dito isto, é possível que os cidadãos que vivem no estrangeiro casem com pessoas de outras religiões.

Os grupos religiosos não salafistas devem registar-se e fornecer o nome de todos os seus membros. A participação em grupos não registados é um crime punível com pena de prisão. O Governo reconhece apenas as Igrejas Católica e Anglicana. As Igrejas devem registar-se, mas o processo não é fácil. As Igrejas não registadas são consideradas como «seitas ilegais» e são vulneráveis a consequências legais. No mesmo sentido, as igrejas domésticas e os encontros religiosos em casas privadas são sujeitos a autorização e regulamentação. Existem sete igrejas cristãs, vários templos budistas chineses ou daoístas e dois templos hindus.

As seis escolas cristãs no país não estão autorizadas a ensinar a fé, nem mesmo aos alunos cristãos. Os cursos sobre Islamismo são obrigatórios para todos os alunos.²²³ A lei requer que todos os encontros públicos, sejam eles religiosos, sociais ou políticos, tenham autorização prévia por parte do Estado.

Segundo as leis existentes, não são permitidas ligações a agências cristãs estrangeiras. A *Open Doors*, que monitoriza de perto a situação dos Cristãos no país, disse que a Igreja não consegue funcionar livremente. Os Cristãos estão proibidos de aceitar conversões da comunidade muçulmana. Os grupos evangélicos reportaram que as Igrejas são 'espiadas' pelos funcionários governamentais.

É proibida a importação de Bíblias e de qualquer outro material religioso não islâmico. Existe censura de materiais escritos ou audiovisuais impressos e dos meios de comunicação televisivos.

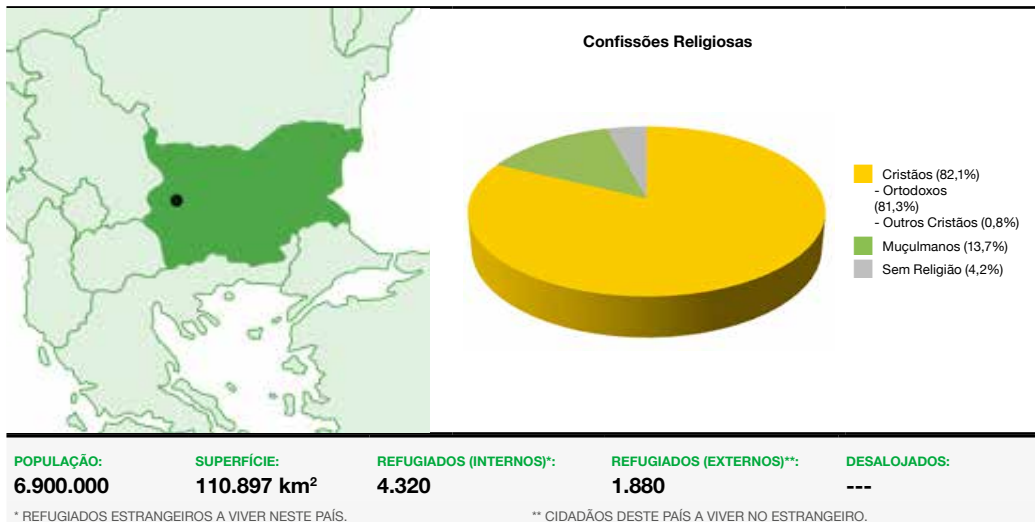
A *Open Doors* reportou que os Cristãos sofrem discriminação no local de trabalho. Não existem cristãos nas posições de topo no Estado.

A organização *International Christian Concern* disse que «com o aumento das restrições à liberdade religiosa, o maior controlo sobre os Cristãos e a ausência de preocupação com as religiões minoritárias, o Brunei permanece um dos lugares mais difíceis no mundo para os Cristãos».²²⁴ Os grupos de cristãos internacionais temem que, com a implementação das leis criminais islâmicas em 2014, o ambiente possa piorar para os Cristãos e para outros grupos religiosos não salafistas.

²²³ www.opendoorsuk.org/resources/worldwatch/brunei.php

²²⁴ www.persecution.org/?p=43459

BULGÁRIA



A Constituição declara que a Igreja Ortodoxa Búlgara²²⁵ é a «religião tradicional» da Bulgária. Ao contrário de todos os outros grupos, esta Igreja não necessita de se registar e recebe igualmente a grande maioria dos subsídios estatais para as suas comunidades religiosas. Ao mesmo tempo, a Constituição proíbe o estabelecimento de partidos políticos com base na identidade religiosa ou étnica.

As relações com a minoria muçulmana são difíceis. De acordo com o Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012 do Departamento de Estado Norte-Americano, os imãs e os muftis queixam-se que são frequentemente levados para interrogatório pelas autoridades, de modo a intimidá-los.²²⁶

De acordo com um relatório do jornal alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, muitos búlgaros – sobretudo ortodoxos – vêem os muçulmanos no país como uma espécie de «quinta coluna turca», indicando assim uma componente étnica subjacente²²⁷ nas diferenças religiosas. Estes críticos também encontram confirmação das suas perspectivas no facto de o Movimento para os Direitos e a Liberdade, um partido político fundado em 1990 – embora representando teoricamente todos os búlgaros – ser de facto visto como o partido da minoria turca. Nas últimas eleições em Maio de 2013, este partido ganhou 11,3% dos votos. O partido faz actualmente parte de um Governo minoritário de coligação, em conjunto com o Partido Socialista – que não deixa de ser dependente da colaboração do Partido Ataka de extrema direita.²²⁸ No recenseamento recente de 2011, 8,8% da população assinalou a sua identidade étnica como «turca». No recenseamento anterior de 2001, este número era de 9,4%.²²⁹

²²⁵ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/bulgaria/#/?affiliations_religion_id=0&affiliations_year=2010®ion_name=All%20Countries&restrictions_year=2012

População: Estimativa, Julho de 2013: www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bu.html

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48db16&submit=GO

²²⁶ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dldid=208298#wrapper

²²⁷ Num recenseamento anterior (2001), perto de 95% dos que se definiram como «búlgaros» eram ortodoxos, enquanto mais de 95% dos que se definiram como «turcos» eram muçulmanos.

²²⁸ www.faz.net/aktuell/politik/ausland/europa/tuerkische-minderheit-in-bulgarien-kolonne-fuenf-antwortet-nicht-12188757.html

²²⁹ <http://censusresults.nsi.bg/Census/Reports/1/2/R7.aspx>

Nos últimos anos, pregadores islâmicos mais radicais vindos do estrangeiro têm ganho maior influência entre os búlgaros muçulmanos sunitas de origem turca. Inúmeros relatórios indicam que organizações islamitas como a Al Qaeda, o Ansar Al Islam e o Hezbollah estão agora activas na Bulgária. No Verão de 2012 houve um ataque terrorista em Burgas, no mar Negro, quando um bombista suicida se fez explodir em conjunto com seis outras pessoas, das quais cinco judeus e um muçulmano búlgaro. O Hezbollah foi o principal suspeito deste ataque. No entanto, as medidas do Governo contra estas tendências islâmicas são vistas por muitos entre a minoria muçulmana como uma forma de intimidação. É difícil medir até que ponto a acção do Governo é adequada. De acordo com um relatório da Fundação Konrad Adenauer em 2013, as relações entre búlgaros e turcos são marcadas por cada vez maior polarização. Embora as relações na vida diária não sejam totalmente negativas, há um problema na cada vez maior falta de vontade da minoria muçulmana de se integrar, sugere o relatório. Embora os Muçulmanos ainda vejam o estado de forma positiva, o sentido de ligação emotiva é mínimo. O relatório fala de uma cada vez maior «guetização mental» da minoria turca.²³⁰

A vida é por vezes dificultada pelos que não pertencem a comunidades cristãs tradicionais. Embora a lei permita a divulgação de literatura religiosa, há inúmeros casos relatados de restrições arbitrárias – por exemplo, em Hashovo, Roussen e Pleven. As Testemunhas de Jeová e os Muçulmanos relatam dificuldades em obter autorizações para construção. O ataque mais brutal a uma minoria religiosa ocorreu em Abril de 2012 em Burgas, quando membros da Organização Revolucionária da Macedónia Interior (IMRO na sigla inglesa), uma organização de extrema-direita, invadiu um encontro de testemunhas de Jeová e atacou fisicamente os presentes. Cinco pessoas necessitaram de tratamento médico a seguir ao ataque.²³¹ Em Maio de 2012, um grupo de mórmones foi também atacado por nacionalistas búlgaros. A polícia não interveio.

De acordo com uma declaração das Testemunhas Cristãs de Jeová Europeias de Setembro de 2011, o canal de televisão com tendências nacionalistas SKAT TV ataca regularmente os Mórmones e as Testemunhas de Jeová. O objectivo declarado da IMRO, alega o relatório, é ver as Testemunhas de Jeová banidas da Bulgária. A IMRO é também acusada de incentivar ao preconceito contra os grupos religiosos minoritários, em especial as Testemunhas de Jeová. Como consequência, alega-se que a população local reage muitas vezes de forma agressiva aos esforços missionários daquelas e chama a polícia ou usa de violência.²³²

²³⁰ www.kas.de/wf/doc/kas_34963-544-2-30.pdf?130819133829

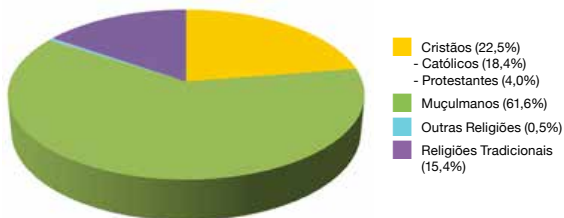
²³¹ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dld=208298#wrapper

²³² www.osce.org/odihr/82928

BURKINA FASO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
17.275.000	274.220 km ²	44.140	1.688	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Burkina Faso situa-se na África Ocidental, na região do Sael. Oficialmente, é um estado secular e a sua Constituição reconhece o direito à liberdade religiosa.²³³ À semelhança de muitos outros países na região, o Burkina Faso²³⁴ é marcado por uma larga diversidade de credos religiosos, embora o Islamismo seja claramente dominante. Cerca de 61,6% da população de 17 milhões de habitantes são muçulmanos, enquanto 18,4% pertencem à Igreja Católica. Além disso, 15,4% aderem às religiões africanas tradicionais, enquanto cerca de 4% pertencem a uma variedade de denominações protestantes.²³⁵ Tradicionalmente, existe uma coexistência harmoniosa entre as diferentes religiões. Todas as religiões, e de facto todas as organizações, são obrigadas a registarem-se junto das autoridades. O processo de registo demora de duas a três semanas. Qualquer grupo que não se registre fica sujeito a multas. No entanto, não tem havido problemas consideráveis durante o período deste relatório. Todas as organizações são tratadas de forma igual e, como consequência, cada uma é sujeita à burocracia complicada e por vezes laboriosa habitual no Burkina Faso.

Muçulmanos, Católicos e Protestantes têm todos as suas próprias escolas primárias e secundárias, que são livres em termos de contratação de pessoal e currículo. Contudo, as autoridades devem ser notificadas em relação à nomeação dos directores das escolas.

Um problema humanitário específico no ano passado foi a enchente de refugiados do vizinho Mali para o Burkina Faso. Cerca de 40 mil pessoas procuraram refúgio no país.²³⁶ A Cáritas local do Burkina Faso está a disponibilizar ajuda a estes refugiados, com o apoio de outras associações Cáritas.

Durante o período abrangido por este relatório, não houve deterioração fundamental na área da liberdade religiosa. No entanto, houve um acontecimento que causou fricção na

²³³ *International Religious Freedom Report*, US-Department of State (<http://state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper>)

²³⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/burkina-faso
População: US Census Bureau, Estimativa 2012
Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>
Refugiados: UNHCR 2013, <http://unhcr.org/pages/49e483de6.html>

²³⁵ *Idem*

²³⁶ UNHCR 2013, www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e483de6&submit=GO

relação entre Muçulmanos e Católicos. Os jornais locais relataram um incidente no qual jovens muçulmanos salafistas atacaram verbalmente o seu próprio líder religioso, o Grande Imã de Ouagadougou, por ter feito uma visita de cortesia ao Arcebispo católico de Ouagadougou, Philippe Ouédraogo.²³⁷ Os bispos do Burkina Faso condenaram as acções dos jovens. Em princípio, as relações entre as duas religiões mantêm-se boas, tal como foi demonstrado pelo posterior apelo conjunto do arcebispo e do imã à tolerância e à compreensão entre a população.

²³⁷ www.observateur.bf/index.php?option=com_content&view=article&id=21543:integrisme-religieux-au-burkina-vite-il-faut-circonscrire-ce-cancer-&catid=28:a-la-loupe&Itemid=37

BURUNDI



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
10.162.532	27.830 km ²	45.490	78.948	78948

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição de 2005²³⁸ garante o direito à liberdade de expressão, religião, pensamento, consciência e opinião (Artigo 31), bem como o direito à liberdade de reunião e associação e o direito a fundar organizações de acordo com a lei (Artigo 32). O quadro jurídico relativo às questões de liberdade religiosa é governado pela mesma legislação relativa ao registo e funcionamento das associações sem fins lucrativos.

Todos os grupos religiosos são obrigados a registar-se no Ministério do Interior, apresentando os seus estatutos e uma lista de nomes e currículos dos membros da direcção. A aprovação do ministério permite que os grupos realizem as suas actividades sem impedimentos.

O Burundi²³⁹ adere a uma visão secular do Estado. Assim, respeita todas as denominações religiosas e trata-as por igual, evitando qualquer discriminação. Os seus cidadãos têm direito a converter-se a uma religião à sua escolha sem quaisquer restrições. O presidente Pierre Nkurunziza, a sua mulher e um grande número de líderes do partido no poder são membros muito activos de algumas das Igrejas Neo-Pentecostais que surgiram nos últimos anos.²⁴⁰ Independentemente disso, não tem havido relatos de casos de discriminação religiosa de funcionários públicos.

Todos os grupos religiosos têm o direito a envolver-se na evangelização, catequese, ensino em escolas e hospitais e nos diferentes meios de comunicação social (rádio, televisão e imprensa). Alguns dos meios de comunicação social mais influentes pertencem a grupos religiosos. O Estado também garante a liberdade de construir locais de culto e angariar fundos, dentro e fora do país, sem interferência estatal.

Embora em anos passados tenha havido casos de violência contra religiosos, durante o período abrangido por este relatório não foram relatados quaisquer casos. Desde Outubro de 2012, a situação da liberdade religiosa no Burundi permanece estável.

²³⁸ www.constituteproject.org/constitution/Burundi_2005.pdf

²³⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/burundi

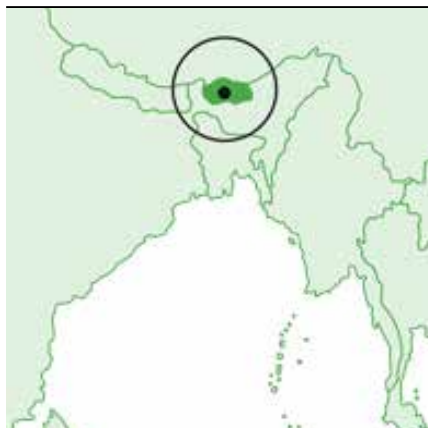
População: <http://data.worldbank.org/country/burundi>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

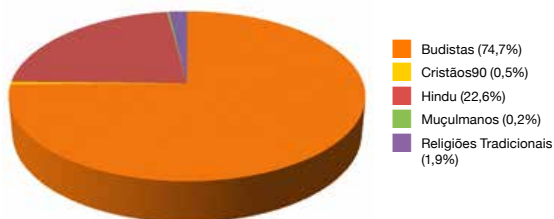
Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e45c056&submit=GO

²⁴⁰ <http://burundi-agnews.org/sports-and-games/?p=8173>

BUTÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
753.900	38.394 km ²	---	36.506	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Características únicas

O Butão²⁴¹ tornou-se numa monarquia democrática constitucional em 2008, após um século de monarquia absoluta. O Butão era um dos países mais isolados do mundo até ao final do século XX. Pôs fim ao sistema de troca directa em 1971 quando introduziu a sua própria moeda, o Ngultrum, abrindo as portas aos turistas em 1974. Só autorizou a entrada da televisão e da Internet no final de 1999.

Este país nunca foi colonizado e a maior parte do seu povo vê o país como um dos mais pacíficos e unidos na região do Sudeste Asiático e para além dela.

O Butão põe ênfase na preservação e na promoção da religião aprovada pelo Estado, o Budismo Mahayana, e da sua cultura distintiva através da promoção da política da felicidade interna bruta, que procura medir o progresso do país em termos de bem-estar do seu povo e não em termos de produto interno bruto ou PIB.

Embora o primeiro-ministro seja o chefe do Governo do Butão, os monarcas da nação são altamente reverenciados por quase todas as pessoas. O rei Jigme Khesar Namgyel Wangchuck é o chefe de Estado.

Disposições Legais para a Liberdade Religiosa

A secção 1 do Artigo 3 da Constituição do Butão de 2008 afirma que o «Budismo é o património espiritual do Butão, que promove os princípios e os valores da paz, da não-violência, da compaixão e da tolerância». A secção 3 do Artigo 3 responsabiliza as instituições religiosas e as autoridades religiosas pela promoção do 'património espiritual' do país. Além disso, afirma que a religião deve manter-se separada e acima da política.

²⁴¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/bhutan Ver também o Índice de Felicidade Interna Bruta 2012, página 153

www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/10/An%20Extensive%20Analysis%20of%20GNH%20Index.pdf

Cristãos: O estudo da Felicidade Interna Bruta de 2010 revelou que os Cristãos constituem 1,2%. No entanto, os cristãos locais alegam que correspondem a 2% da população. A maior parte dos Cristãos são dos estados do sul, onde os Hindus nepaleses formam a maioria. Estimativas não oficiais feitas por cristãos locais sugerem que há apenas cerca de 100 católicos.

População: <http://data.worldbank.org/country/bhutan>

A secção 2 do Artigo 3 da Constituição afirma que ‘o Druk Gyalpo’, ou seja, o rei, é o protector de todas as religiões no Butão.

A secção 4 do Artigo 7 da Constituição afirma que um cidadão butanês tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, e acrescenta: «Nenhuma pessoa será obrigada a pertencer a outra fé através de coerção ou incitamento.»

A secção 15 do Artigo 7 afirma que todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito à protecção igual e efectiva da lei, e que não serão discriminadas com base na raça, sexo, língua, religião, política ou outro estatuto.

A secção 463 (A) da Lei do Código Penal (revista) de 2011 afirma: «Um réu será considerado culpado da ofensa de obrigar outros a pertencer a outra fé se o réu usar de coerção ou outras formas de incitamento para causar a conversão de uma pessoa de uma religião ou fé para outra.»

A Lei das Organizações Religiosas de 2007 é a única base legal para a existência de grupos religiosos. O seu objectivo principal é «beneficiar as instituições religiosas e proteger o património espiritual do Butão».

Liberdade Religiosa no Terreno

Embora os Butaneses sejam legalmente livres de se converterem a outra religião, os Budistas enfrentam pressão social para não o fazerem, porque a Constituição concede um estatuto especial ao Budismo Mahayana.

O Budismo Mahayana ajuda a afirmar a soberania butanesa: as expressões únicas desta religião moldam a identidade distintiva da nação. Sendo um pequeno país entre a Índia e a China, o Butão teve historicamente apreensões de invasão cultural por parte destes seus dois vizinhos gigantes. O sentido de vulnerabilidade geopolítica do Butão está enraizado na alegada invasão chinesa do Tibete em 1950 e na integração de Sikkim na Índia em 1975. O Tibete e a China eram reinos budistas até então.

O Cristianismo é visto como uma religião ocidental e os convertidos são olhados com suspeição devido à noção de que os missionários dão benefícios monetários para converterem as pessoas de outras religiões.²⁴² A sociedade e o Governo butaneses são, por isso, mais tolerantes com os Hindus, cuja existência é legalmente reconhecida no país, do que são com os Cristãos.

Os Cristãos e os Hindus gozam de considerável liberdade no ensino da respectiva fé às pessoas das respectivas comunidades.

Há ambiguidade em relação a se o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião inclui o direito de propagar a própria religião. O Supremo Tribunal do Butão terá ainda de interpretar esta cláusula constitucional, se e quando um caso deste tipo surgir. Entretanto, a evangelização por parte de religiões não budistas é limitada à partilha pessoal da própria fé apenas em ambientes informais e privados.

O registo dos grupos religiosos não é obrigatório, mas até agora apenas os Budistas e os Hindus têm a liberdade de formar legalmente organizações e instituições religiosas. O *Chhoedey Lhengtshog*, a entidade que regulamenta as organizações religiosas de acordo com a Lei das Organizações Religiosas de 2007, apenas registou grupos budistas e hindus.

Os Cristãos tentaram registar uma confederação de acordo com a Lei de 2007. Ainda estão à espera de resposta das autoridades, que aparentemente estão a analisar a lei para perceber se os grupos cristãos podem proteger e preservar o património espiritual do Butão,

²⁴² *Compass Direct News*, «Buddhist Bhutan Proposes ‘Anti-Conversion’ Law», 21 de Julho de 2010

tal como exigido pela legislação.²⁴³ Por isso, não há escolas, hospitais ou quaisquer outras instituições cristãs no país.²⁴⁴

Além disso, também não há cemitérios cristãos. O Governo alega que não há espaço para um cemitério para cristãos, pois as montanhas são consideradas como sagradas pelos Budistas.²⁴⁵

Isto força os Cristãos a levarem os seus mortos para a vizinha Índia para serem enterrados. Alguns cristãos que não têm meios para o fazer, enterram secretamente os corpos em regiões de selva isoladas, mas, de acordo com o jornal *Bhutan Observer*, houve túmulos que foram escavados, tendo-se exumado esqueletos e ossos dos fêmures para uso em rituais budistas tântricos.²⁴⁶

Os Cristãos são autorizados a reunir-se em privado para prestar culto, embora não haja nenhuma igreja no país com uma indicação ou uma cruz ou qualquer outro símbolo para marcar a identidade religiosa do lugar de culto. Todos os edifícios no Butão devem estar em conformidade com a arquitetura tradicional do país e a construção de igrejas com cruzes no cimo não é permitida.²⁴⁷

No entanto, não há restrição a que os Cristãos trabalhem para o Estado ou tenham uma profissão.

Embora a Constituição garanta a liberdade de expressão de todas as pessoas, não são permitidas críticas ao Budismo. As normas de conteúdo da autoridade que regulamenta os meios de comunicação social no Butão afirmam o seguinte: «O Budismo é o património espiritual do Butão que promove, entre outros, os princípios e valores da paz, da não-violência, da compaixão e da tolerância. Os fornecedores de conteúdos devem reconhecê-lo ao mesmo tempo que respeitam os direitos constitucionais de liberdade religiosa de todas as outras comunidades.»²⁴⁸

A Comissão Eleitoral do Butão impôs uma proibição temporária a todos os encontros religiosos públicos no país de 1 de Janeiro de 2013 a 13 de Julho de 2013, por causa das eleições legislativas nacionais. A Comissão estava a agir para garantir que a religião não influenciasse a política.²⁴⁹ Mais tarde, a Comissão aliviou a proibição, depois de a decisão ter sido largamente criticada.

As leis eleitorais do país também proíbem que as personalidades religiosas tenham direito a votar nas eleições.²⁵⁰

Discriminação

Até 2008, a minúscula comunidade cristã no Butão manteve-se na clandestinidade. Hoje em dia, os Cristãos não precisam de esconder a sua identidade religiosa. No entanto, enquanto os Budistas e os Hindus podem registar as suas associações para se tornarem entidades legais, os Cristãos não foram até agora autorizados a fazê-lo, tal como acima referido.

²⁴³ *Compass Direct News*, «Official recognition eludes Christian groups in Bhutan», 1 de Fevereiro de 2011

²⁴⁴ *ibid.*

²⁴⁵ *The Bhutanese*, «Christians Want A Graveyard, Govt. Says It's Illegal Unless They Are Registered Officially», 29 de Fevereiro de 2012

²⁴⁶ *Compass Direct News*, «Christians' skulls, bones used for Buddhist ritual», 21 de Julho de 2010

²⁴⁷ *Morning Star News*, «Equal Rights for Christians in Bhutan Stalled», 7 de Dezembro de 2012

²⁴⁸ Ponto 2.10(1), Normas sobre o Conteúdo por parte da Bhutan Infocomm e da Autoridade da Comunicação Social (<http://bicma.gov.bt/paper/rc.pdf>)

²⁴⁹ *Religion News Service*, «Bhutan Bans Religious Activity Ahead Of Election», 16 de Outubro de 2012

²⁵⁰ *Religion News Service*, «Buddhist Bhutan Bans Clergy From Voting In Elections», 29 de Setembro de 2010

Da mesma forma, embora haja locais de culto budistas e hindus reconhecidos publicamente, os Cristãos não têm nenhum lugar de culto reconhecido publicamente porque a sua existência não é reconhecida legalmente no país, tal como acima referido.

Apesar de a sociedade olhar os Cristãos com suspeição, dada a noção de que as conversões são procuradas pelos missionários através do uso de incitamentos, não houve manifestações de intolerância social. A incidência de violência contra os Cristãos é muito baixa, mas não é inédita. Por exemplo, Pema Wangda, funcionário de uma subdivisão na cidade de Gelephu no sul do país, bateu na testa e no peito de um pastor independente, Pema Sherpa, e ameaçou matá-lo, a 31 de Julho de 2012. O Pastor Sherpa tinha-se recusado a deixar de realizar temporariamente um serviço religioso em sua casa, tal como pedido pelo funcionário.²⁵¹

²⁵¹ *The Christian Post*, «Official Beats Christian Pastor in Buddhist Bhutan», 31 de Julho de 2012

CABO VERDE



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE*:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
538.535	4.033 km ²	---	21	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

As leis e a Constituição da República de Cabo Verde²⁵² consagram o direito à liberdade religiosa e à expressão religiosa.²⁵³ Quase 90% da população é constituída por cristãos, e os Católicos formam o maior grupo por uma larga margem. Os grupos evangélicos e pentecostais estão a crescer. Não houve mudanças significativas em relação à liberdade religiosa durante o período em consideração. As relações entre as diferentes comunidades religiosas foram basicamente isentas de tensões.

De acordo com a lei, cada pessoa é livre de escolher, e também de alterar, a sua religião. Não existe uma religião do Estado. Em vez disso, a separação estrita entre o Estado e a religião é consagrada na Constituição.²⁵⁴

Todas as organizações, sejam elas religiosas ou seculares, são obrigadas a registar-se junto do Ministério da Justiça. As condições para o registo incluem um compromisso de não violência e uma oposição ao racismo. Nenhuma religião tem direitos preferenciais. Contudo, a Igreja Católica, por ser de longe a maior comunidade de fé, é ocasionalmente alvo de favoritismo.

²⁵² CIA World Factbook, estimativa de Julho de 2013

²⁵³ Departamento de Estado dos EUA, *International religious Freedom Report for 2012*

²⁵⁴ Departamento de Estado dos EUA, *International religious Freedom Report for 2012*

CAMARÕES



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
20.030.000	475.650 km ²	114.753	11.442	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição, promulgada em 1972 e recentemente revista em 2008, reconhece no seu preâmbulo que «a pessoa humana, sem distinção de raça, religião, sexo ou credo, possui direitos sagrados e inalienáveis». O texto continua, dizendo que nenhuma pessoa «será assediada com base na sua origem, opiniões ou crenças religiosas, filosóficas ou políticas, estando sujeita ao respeito pelas políticas públicas.» O Estado²⁵⁵ é definido como secular e a sua «neutralidade e independência» são garantidas em relação a todas as confissões religiosas. Da mesma forma, a liberdade religiosa, incluindo a liberdade de culto, é garantida.²⁵⁶

Segundo a lei da liberdade de associação, os grupos religiosos são obrigados a registar-se no Ministério da Administração Territorial, que deve depois solicitar a aprovação do registo ao gabinete do presidente da República. Este procedimento não é necessário para as religiões tradicionais, que são consideradas como um assunto privado e estão limitadas a certos grupos étnicos ou a regiões específicas do país. O registo traz consigo vários benefícios, incluindo isenções de impostos sobre donativos de propriedades a grupos religiosos para fins de culto religioso, a concessão de vistos de residência de longa duração para missionários, a liberdade de reunir em público e celebrar culto religioso. No entanto, alguns grupos pequenos tiveram de esperar anos pelo registo oficial, devido à lentidão dos procedimentos burocráticos envolvidos, embora continuassem a poder realizar as suas actividades. O *World Watch Monitor* diz que cerca de 500 denominações cristãs estão activas no país, embora apenas quarenta e sete vistos tenham sido concedidos a grupos religiosos entre 1990 e 2009²⁵⁷. Em Setembro de 2013, o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos apelou às autoridades para que evitassem a discriminação em relação ao registo e para que estabelecessem e respeitassem «critérios claros e limites temporais» para esses procedimentos²⁵⁸.

Até agora, o Governo tem evitado tomar medidas contra os grupos não registados. Contudo, recentemente decretou o encerramento de dezenas de locais de culto pertencentes às Igrejas

²⁵⁵ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/cameroon

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Cameroon>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=4a03e1926&submit=GO

²⁵⁶ <http://digitcamlaws.com/ConstitiioDuCameroun1996.htm>

²⁵⁷ www.worldwatchmonitor.org/2013/2683079/

²⁵⁸ www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=13711&LangID=E

Pentecostais do Novo Despertar na capital Yaoundé e noutras partes do país. A decisão foi alegadamente desencadeada pela ausência de registo e por «actividades contrárias à lei e aos bons costumes». No entanto, muitos destes pastores pentecostais atribuíram a decisão das autoridades a motivos políticos.²⁵⁹ Em relação à Igreja Católica, foram recentemente concluídas negociações entre o Governo e a Santa Sé em relação a um acordo sobre o estatuto jurídico da Igreja Católica nos Camarões. Espera-se que este acordo seja assinado em breve.

Embora o Governo do presidente Paul Biya tenha sido acusado ao longo dos anos de inúmeras violações dos direitos humanos, nos últimos anos estas acusações nunca foram relacionadas directamente com a religião (embora entre a década de oitenta e 2008 diversos religiosos cristãos tenham perdido a vida em circunstâncias que não ficaram claras). Durante as eleições para o Senado a 14 de Abril de 2013, a Conferência Episcopal Católica destacou cerca de oitenta observadores eleitorais para o terreno, que conseguiram documentar irregularidades nos seus relatórios.²⁶⁰ Uma outra intervenção por parte dos bispos teve a ver com as eleições legislativas e autárquicas de 30 de Setembro. Numa carta pastoral divulgada antes da votação, os bispos apelaram a um processo eleitoral pacífico e democrático, ao mesmo tempo sublinhando as necessidades essenciais do país. Após a votação, identificaram certos aspectos problemáticos relacionados com as leis eleitorais, e propuseram integrar estes aspectos no texto.²⁶¹

A televisão estatal emite regularmente as celebrações das principais festas cristãs e islâmicas, e o Governo participa com frequência nestas cerimónias. Os grupos religiosos também gerem escolas e universidades privadas. A lei requer que as escolas privadas sigam o mesmo currículo e adiram aos mesmos padrões educativos e de infra-estruturas das escolas estatais, tal como devem fazê-lo todos os outros estabelecimentos educativos primários e secundários. Além disso, as escolas geridas por comunidades religiosas também recebem um subsídio do Estado.

Na sociedade, como um todo, parece haver um respeito geral pelas práticas religiosas dos outros. Os líderes comunitários cristãos e muçulmanos participaram em debates sobre liberdade religiosa. Mas há razões para preocupação com a infiltração – possível e real – de grupos extremistas armados actualmente a operar nos países vizinhos. O grupo terrorista islâmico Boko Haram, sediado na Nigéria, também está activo dentro das fronteiras dos Camarões. No Parque Nacional Waza, no norte dos Camarões, seis membros da família Moulin-Fournier (incluindo quatro crianças) foram raptados e feitos reféns pelos militantes do Boko Haram de 19 de Fevereiro a 19 de Abril de 2013.²⁶² De acordo com as autoridades locais, a 15 de Novembro, um sacerdote francês, o Padre Georges Vandenbeusch, pároco em Nguetchewe no norte do país, a 30km da fronteira nigeriana, foi também raptado, novamente por militantes do Boko Haram. O Padre Vandenbeusch estava a celebrar com cerca de 10 mil refugiados nigerianos, a maior parte dos quais lhe tinham dito que eram «cristãos forçados no seu próprio país a escolherem entre a conversão forçada, a morte ou a fuga». O Padre Georges tinha anteriormente chamado a atenção para «o potencial para tensões religiosas» que estava presente em toda a região.²⁶³ O Padre Vandenbeusch foi finalmente libertado a 31 de Dezembro.²⁶⁴

²⁵⁹ www.la-croix.com/Actualite/Monde/Le-Cameroun-ferme-des-dizaines-d-eglises-pentecotistes-2013-08-24-1001967; www.refworld.org/docid/52565ef24.html

²⁶⁰ <http://fr.allafrica.com/stories/201304190438.html>

²⁶¹ www.camer.be/index1.php?art=29317&rub=10:1

²⁶² www.reuters.com/article/2013/04/19/us-cameroon-kidnapping-idUSBRE93I0I82130419

²⁶³ http://it.radiovaticana.va/news/2013/11/15/camerun:_rapito_da_boko_haram_il_sacerdote_francese_georges/it1-746979

²⁶⁴ www.news.va/it/news/il-presidente-hollande-annuncia-la-liberazione-del

Numa tentativa de combater a infiltração por parte deste movimento fundamentalista, o Governo camaronês colocou tropas na região do extremo Norte, junto à fronteira com a Nigéria (que por seu lado tinha encerrado a fronteira de Novembro de 2011 até Fevereiro de 2012).²⁶⁵ De acordo com fontes governamentais, as autoridades também fizeram monitoria das mesquitas e dos pregadores islâmicos na área. Dezenas de escolas corânicas foram igualmente encerradas e membros suspeitos de pertencerem ao Boko Haram foram entregues pelas autoridades de Yaoundé às autoridades na Nigéria. A segurança na área foi também fortalecida, com a colocação de tropas e o estabelecimento de postos de controlo. No âmbito desta luta contra o terrorismo, as autoridades camaronesas também procuraram a colaboração de líderes religiosos locais.²⁶⁶

Em Agosto de 2013, na sequência de diversos incidentes na fronteira, os Camarões também decidiram encerrar a sua fronteira com a República Centro Africana, temendo acções por parte de militantes da coligação rebelde Séléka, que em diversas ocasiões tinha já sido responsável por ataques a edifícios religiosos cristãos dentro do território da República Centro Africana.²⁶⁷ Apesar disso, ocorreu de facto em Novembro de 2013 uma incursão no território camaronês por parte de elementos armados da República Centro Africana – cuja identidade não foi confirmada, embora fossem quase certamente também elementos da coligação rebelde Seleka.²⁶⁸

1. Em relação às garantias constitucionais e legais, não houve mudanças significativas em termos de liberdade religiosa. Contudo, a acção do Governo em relação a pequenos grupos não registados tornou-se mais invasiva. A situação dos Cristãos tornou-se mais perigosa em resultado da infiltração documentada do movimento nigeriano Boko Haram.

2. Dentro do país como um todo não existe perseguição ou discriminação no sentido estrito envolvendo um número significativo de fiéis.

3. A liberdade religiosa nos Camarões é garantida pela Constituição e cobre todos os aspectos relevantes (liberdade para se converter, para catequizar, para evangelizar, para praticar a própria fé num ambiente institucional, para construir locais de culto, etc.). A obrigação de registo não constitui, no entanto, um limite, e a liberdade religiosa num sentido lato pode ter um impacto negativo tanto por parte de uma abordagem autocrática do Governo como pela situação turbulenta em países vizinhos.

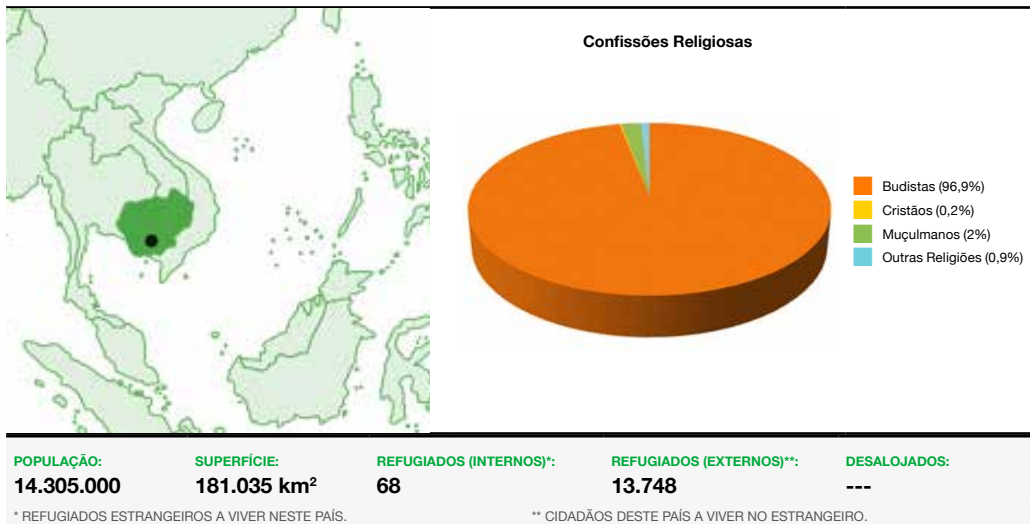
²⁶⁵ www.irinnews.org/report/97942/boko-haram-threat-chokes-trade-with-cameroon

²⁶⁶ www.state.gov/j/ct/rls/crt/2012/209979.htm

²⁶⁷ www.foxnews.com/world/2013/08/21/cameroonian-closes-border-with-central-african-republic-after-clash-kills/

²⁶⁸ www.rfi.fr/afrique/20131119-cameroun-enquete-gbati-attaque-frontiere-centrafrique-rca

CAMBOJA



A Constituição do Camboja²⁶⁹ garante o direito à liberdade religiosa. As leis estatais e as políticas governamentais aderem ao princípio da liberdade religiosa até um grau considerável. O Artigo 31 afirma claramente que «cada cidadão é igual perante a lei, goza dos mesmos direitos e liberdades, e deve aderir às mesmas obrigações, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, credo religioso, orientação política, nascimento, estatuto social, saúde ou outro.» Este princípio é também estabelecido no Artigo 43 (alínea 2), que aborda especificamente a questão da prática religiosa: «Todos os cidadãos de ambos os sexos têm direito à liberdade de crença. A liberdade de crença e culto religioso é garantida pelo Estado sob condição de essa liberdade não afectar outras crenças religiosas ou violar a ordem e a segurança públicas.» A alínea 3 afirma que «o Budismo é a religião do Estado», e na prática o Governo apoia as celebrações budistas e os monges que ensinam nos pagodes.

Numa população com cerca de 14,3 milhões de pessoas, os Budistas representam a esmagadora maioria, com 96,9% da população. São seguidos pelos Muçulmanos, com 2%, e pela comunidade cristã, calculada em cerca de 0,2% – embora esta tenha vindo a crescer gradualmente nos últimos anos, um facto confirmado tanto por sacerdotes como por voluntários leigos. As melhorias na liberdade religiosa foram destacadas por um missionário argentino, presente no país durante muitos anos, inclusive durante os massacres da década de setenta pelo regime dos Khmer Vermelhos. Este missionário disse à *AsiaNews*: «Estamos no período de ressurreição da Igreja do Camboja... as perspectivas para os próximos anos são de crescimento continuado e o que é extraordinário para nós, como sacerdotes, é fazer parte da reconstrução da Igreja e conseguir voltar a dar-lhe um autêntico rosto cambojano.»

Segundo a actual legislação, todos os grupos religiosos, incluindo a maioria dos Budistas Theravada, são obrigados a registar-se no Ministério da Cultura e das Religiões. Este pré-requisito é necessário caso desejem construir locais de culto ou realizar actividades de natureza religiosa e com um carácter claramente confessional. Ao solicitar o registo, o grupo em questão deve explicar claramente os seus objectivos e actividades. Essas actividades são

²⁶⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/cambodia

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Cambodia>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e487c66&submit=GO

regidas por leis que incluem a proibição de causar ofensas a outros grupos e pôr em perigo a segurança nacional. Em 2007, o ministério tinha procurado introduzir nova legislação exigindo que as Igrejas voltassem a registar-se, de modo a obterem uma licença de funcionamento, mas até à data esta iniciativa não teve seguimento.

Em relação à construção de locais de culto, há directivas precisas – primeiro deve ser obtida autorização, devem ser respeitadas distâncias mínimas em relação a outros locais de culto, e é proibido transformar os locais de culto em locais de actividade política ou abrigar pessoas que fogem à justiça. Contudo, até à data, não houve casos em que estas disposições tenham sido usadas para impedir a construção de qualquer igreja ou mesquita. Uma vez que o Budismo é a religião do Estado, o Governo autorizou o ensino desta religião nas escolas estatais. No entanto, esta prerrogativa não foi concedida às outras religiões, que não são ensinadas dentro das estruturas escolares estatais. De qualquer forma, o ensino do Cristianismo ou do Islamismo, ou de outras religiões não budistas, pode ser realizado livremente em escolas privadas. Especificamente, o Estado permite que todos os alunos muçulmanos e todos os funcionários estatais muçulmanos usem o véu islâmico tanto na sala de aula como nos edifícios do Governo. Esta decisão ilustra o respeito por todas as religiões.

Em relação à liberdade religiosa em geral, não há leis ou disposições legais do Estado que procurem reprimi-la, condicioná-la ou limitá-la. Os missionários estrangeiros, incluindo os católicos, podem também, em geral, operar livremente em todo o território nacional e não encontram quaisquer restrições particulares ou dificuldades em exercer a sua missão. Pelo contrário, em diversas ocasiões os oficiais estatais mostraram genuíno apreço pelo trabalho dos grupos e associações estrangeiros, sobretudo os Cristãos, em situações de catástrofes naturais e também em projectos de longo prazo nas áreas da educação, desenvolvimento agrícola e melhorias da capacidade produtiva. Em Outubro de 2013, a *Christian Aid* e uma organização humanitária holandesa ajudaram vítimas das monções que causaram quase 200 mortos. Tal como relatado pela Rádio Vaticano²⁷⁰ na altura, estas duas ONG cristãs distribuíram alimentos, pacotes com produtos de higiene e lonas de protecção para os milhares de vítimas desalojadas. No entanto, apesar da aprovação geral do trabalho destas ONG, o Governo emitiu declarações polémicas e avisos contra os que «usam a religião para fins políticos ou ilegais».

Embora não tenha havido infracções específicas em relação ao culto e à prática religiosa, a situação permanece instável em relação aos direitos humanos e à liberdade de expressão de ideias políticas. O país foi dominado durante vinte e oito anos pelo Partido Popular Cambojano (CPP na sigla inglesa) e pelo seu líder, Hun Sen. Em Setembro de 2013 realizaram-se eleições gerais, que deram a vitória e um quinto mandato ao primeiro-ministro, embora não sem protestos e acusações de fraude por parte de secções da oposição. As manifestações do Partido Cambojano de Salvação Nacional (CNRP na sigla inglesa) provaram ser inúteis e o seu líder, Sam Rainsy, regressou ao país apenas em Julho, poucas semanas antes das eleições, após um longo período no exílio. O Governo rejeitou repetidamente todas as acusações de irregularidades e recusou permitir a presença de terceiros imparciais como observadores para verificarem que a votação tinha sido realizada de acordo com princípios justos, democráticos e participativos.

Além das eleições, 2013 foi o ano do funeral memorável do rei Norodom Sihanouk, que ocorreu em Fevereiro após meses de luto nacional (o rei idoso tinha falecido a 15 de Outubro de 2012 em Pequim, a uns dias do seu 90.º aniversário). Dezenas de milhares de pessoas participaram nas cerimónias fúnebres de uma das figuras mais amadas e no entanto mais

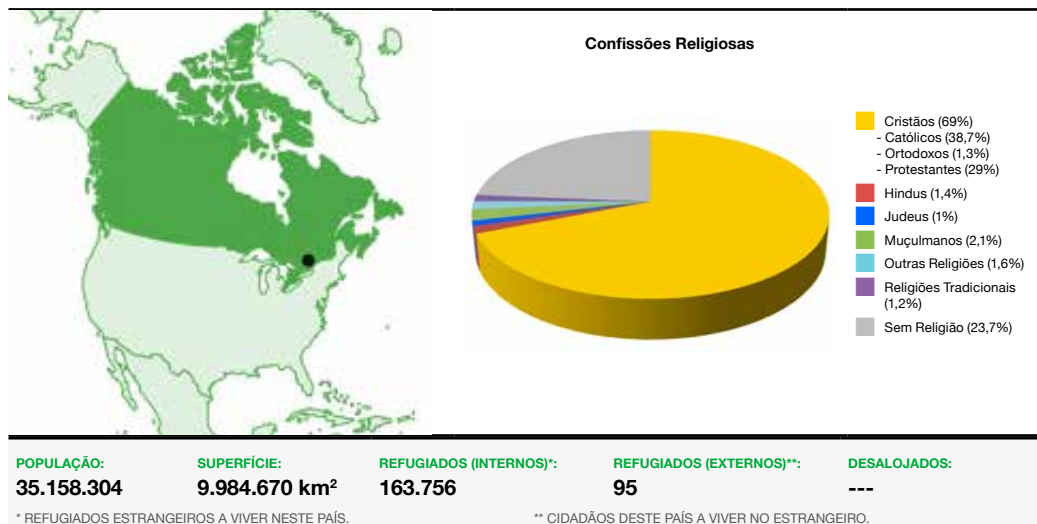
²⁷⁰ Rádio Vaticano, 29/10/2013

controversas da história recente do país. Esta é uma nação que também passou pelas atrocidades das guerrilhas maoístas lideradas pelo fanático Pol Pot, que entre 1975 e 1979 levou ao extermínio de um quarto da população do Camboja. Em Junho de 2013, o Parlamento aprovou uma lei que tornava ‘ilegal’ negar as atrocidades dos Khmer Vermelhos, após décadas de silêncio, cumplicidade e trauma não resolvido. Esta é outra demonstração do facto de serem os desenvolvimentos políticos, ao contrário dos aspectos étnicos e religiosos, que causam maior preocupação. Vale a pena lembrar que foram os líderes das três principais religiões – Budistas, Cristãos e Muçulmanos – que se juntaram no final de Fevereiro em Choeng Ek, um dos famosos ‘campos de morte’ do país, para relembrar as vítimas da tragédia num momento de oração ecuménica. Tal como relatado pela agência noticiosa do Vaticano *Fides*²⁷¹, a iniciativa fez parte das celebrações da ‘Semana de Harmonia Inter-Religiosa’ que foi marcada com vigílias de oração, encontros e debates. No final da semana, os líderes religiosos plantaram árvores no local, como símbolo da paz e sinal de esperança.

Concluindo, a situação não mudou em relação à liberdade religiosa durante o período avaliado neste relatório. Nenhuma comunidade religiosa foi sujeita a perseguições. A liberdade religiosa no país é em geral considerada como liberdade de culto e sem restrições específicas à evangelização. Dito isto, há normas rigorosas que impedem a religião de ser usada para fins políticos.

²⁷¹ *Fides*, 26/02/2013

CANADÁ



Considerações gerais

O Canadá²⁷² tem sofrido uma mudança na demografia religiosa nos últimos anos. O país mantém a sua herança católica, com os católicos declarados a apresentarem uma vantagem substancial sobre todos os outros grupos religiosos, embora os relatórios digam que a adesão às religiões minoritárias alcançou um momento alto nos últimos anos.²⁷³ Embora o Catolicismo se mantenha em maioria no cenário religioso, nos últimos quarenta anos a adesão católica diminuiu, juntamente com outras denominações protestantes. De acordo com o Fórum sobre Religião e Vida Pública do *Pew Research Center*, «A percentagem de canadianos que se identificam como católicos caiu de 47% para 39% ao longo das últimas quatro décadas, enquanto os que se identificam como protestantes caíram ainda mais acentuadamente, de 41% para 27%.»²⁷⁴ A mesma fonte relata um aumento no número de canadianos que não indica qualquer filiação religiosa. Em 1971, este número era de 4% e aumentou para 24% em 2011.

Discriminação contra os cristãos

A proposta de carta de valores por parte do Governo do Quebec está sob intenso debate, pois muitos são de opinião que ela constitui uma violação grave dos direitos religiosos. A carta, conhecida habitualmente como Proposta de Lei 60, «proíbe os funcionários públicos de usarem símbolos religiosos visíveis, incluindo *hijabs*, turbantes, solidéus e cruzeiros maiores do que a média.»²⁷⁵ A proposta de lei, apresentada a 7 de Novembro de 2013 no Parlamento do Quebec,²⁷⁶ ainda não foi aprovada e a Comissão dos Direitos Humanos da província considera que é pouco provável que uma proposta deste tipo consiga passar pela Carta de Direitos e Liberdades do Quebec sem modificações sérias. Contudo, continua a ser uma preocupação para os que consideram esta proposta de lei como uma violação da liberdade

²⁷² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Canada
População: www.stats.gov.nl.ca/statistics/population/PDF/Annual_Pop_Prov.PDF
Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Canada>

²⁷³ www.pewforum.org/2013/06/27/Canadas-changing-religious-landscape/

²⁷⁴ *Ibidem*

²⁷⁵ www.ctvnews.ca/Canada/quebec-s-human-rights-commission-says-values-charter-won-t-pass-legal-challenges-1.1644363

²⁷⁶ www.cbc.ca/news/Canada/montreal/quebec-s-secular-charter-bill-60-1.2418245

religiosa.²⁷⁷ De acordo com a Comissão, «Muitas disposições legais da proposta de carta de valores do Quebec têm pouca probabilidade de resistir aos desafios legais e apenas servem para criar mais confusão do que clareza.»²⁷⁸ O presidente da Comissão, Jacques Fremont, declara que «a proposta de lei prenuncia um declínio acentuado nos direitos e liberdades individuais e é provável que crie o clima perfeito para que haja mais conflitos e litígios na sociedade quebequiana».²⁷⁹ Mas, após as eleições de 2014 no Quebec, o projecto mantém-se em suspenso.

Em Fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal canadiano divulgou a sua decisão de manter a natureza obrigatória do Programa Cultural de Ética e Religião introduzido em 2008,²⁸⁰ apesar do pedido de pais católicos numa escola pública em Drummondville, no Quebec, que tentaram isentar os seus filhos do programa, afirmando que os seus ensinamentos eram contrários às suas crenças, pois promoviam ideias como o relativismo e a trivialização da religião. Conhecido vulgarmente como o «Curso», o programa substituiu os programas católicos, protestantes e de ética secular, e ensina que a homossexualidade é normal e que nenhuma religião é superior a outra.²⁸¹ O curso universal aplica-se igualmente nos contextos escolares da escola pública, privada e do ensino em casa.²⁸²

Mesmo assim, manteve-se a questão de saber se as escolas religiosas privadas devem ou não ser forçadas a adoptar este currículo. Em Dezembro de 2012, a Escola Secundária Loyola, uma escola privada católica gerida pelos jesuítas em Montreal, pediu ao ministro da Educação que a autorizasse a ensinar um currículo que abrangesse basicamente os mesmos materiais, mas com uma perspectiva católica. O pedido foi negado e a escola recorreu da decisão, ganhando o caso no Tribunal Superior do Quebec, mas perdendo-o no Tribunal de Recurso do Quebec. O caso vai agora ser apresentado perante o Supremo Tribunal e aguarda uma decisão.²⁸³

Qualquer que seja a decisão do tribunal, terá efeitos de longo alcance e não apenas no estabelecimento de um precedente para as escolas privadas religiosas no Canadá. Paul Faris da *Home School Legal Defense Association* do Canadá expressou a sua preocupação relativamente às implicações desta decisão. Segundo Faris, «Qualquer que seja a decisão do tribunal, vai aplicar-se a todos em todo o país. Uma perda pode restringir gravemente a liberdade do ensino escolar em casa.»²⁸⁴

Os pedidos para actualizar o currículo de educação sexual no Ontário voltaram a surgir após a controvérsia de 2010, na qual o Governo recuou na proposta de política de educação sexual, perante inúmeras queixas contra este currículo. De acordo com o *Life Site News* (LSN), em Dezembro de 2013 «Uma coligação de grupos encabeçada pela *Ontario Physical Health Education Association* (OPHEA) tentou criar aceitação pública pelo currículo, que tinha sido posto na gaveta em 2010, publicando anúncios nos jornais, criando um *site* e realizando encontros públicos numa tentativa de branquear o programa de educação sexual.» Um encontro público marcado para 10 de Dezembro de 2013, destinava-se a dar continuidade a estas intenções.

²⁷⁷ www.ctvnews.ca/Canada/quebec-s-human-rights-commission-says-values-charter-won-t-pass-legal-challenges-1.1644363

²⁷⁸ *Ibidem*

²⁷⁹ *Ibidem*

²⁸⁰ www.cbc.ca/news/Canada/quebec-students-must-take-ethics-religion-course-1.1239053

²⁸¹ <http://chalconedon.edu/research/articles/united-kingdom-Canada-forcing-christian-schools-to-teach-anti-christian-values/>

²⁸² www.mondaq.com/Canada/x/237932/Education/Qubec+Court+Of+Appeal+Finds+That+Private+Catholic+High+School+Cannot+Teach+Ethics+And+Religious+Culture+Course+From+A+Catholic+Perspective

²⁸³ *Ibidem*

²⁸⁴ www.wnd.com/2014/03/christians-ordered-to-teach-wiccan-pagan-rites/

O LSN relata que «O currículo de educação sexual de 2010 foi controverso porque planeou ensinar conceitos sexuais explícitos a crianças muito pequenas. Por exemplo, iria ensinar:

«a alunos de 6 anos, as partes sexuais do corpo, incluindo ‘pénis’, ‘testículos’, ‘vagina’, ‘vulva’, etc.

a alunos de 8 anos, a teoria contestada da ‘identidade de género’, ou seja, a noção de que sermos um rapaz ou uma rapariga não se relaciona necessariamente com a nossa anatomia física.

a alunos de 8 anos, que as estruturas familiares homossexuais são normais, naturais e saudáveis, sem consideração pelas crenças religiosas dos pais.

a alunos de 12 anos, que a masturbação é uma actividade ‘agradável’ e que ‘é comum e não é prejudicial, e é uma forma de aprendermos sobre o nosso corpo’.

a alunos do 7.º ano, o ‘sexo anal’».²⁸⁵

A plataforma da OPHEA e os seus apoiantes referiram que o actual currículo está totalmente desactualizado. Contudo, a *Campaign Life Coalition* (CLC) afirma: «Na realidade, 87% do actual currículo de Saúde e Educação Física data de 2010. A única parte que não foi actualizada em 2010 foi a parte sobre Educação Sexual que McGuinty (Governador do Ontário) retirou.»²⁸⁶ De acordo com a presidente da organização *Parents as First Educators*, Teresa Pierre, «Eles dizem que estão a tentar levar o Governo a concordar em actualizar o currículo para Setembro de 2014. Se não lutarmos contra isto, vamos ter as crianças a receberem informação na escola que nunca permitiríamos em nossas casas.» A CLC pediu insistentemente aos pais que participassem no encontro de 10 de Dezembro para garantir que «a voz de pais verdadeiros possa ser ouvida».²⁸⁷

O caso de William Whatcott recebeu um veredicto em 2013. Múltiplas queixas foram apresentadas à Comissão de Direitos Humanos contra Whatcott por distribuir folhetos em 2001 e 2002 que continham mensagens como por exemplo «Mantenham a homossexualidade fora das escolas públicas de Saskatoon!» e «Pederastas nas nossas escolas públicas». Além disso, referiu-se às pessoas LGBT como «sujos», «imundos» e «degenerados».²⁸⁸ Embora tanto o Tribunal dos Direitos Humanos como o Tribunal de Saskatoon de Queen’s Bench tenham condenado os folhetos de Whatcott como discurso de ódio, o Tribunal de Recurso negou que isso se qualificasse como violação do Código dos Direitos Humanos.

Contudo, o Supremo Tribunal apresentou o veredicto final em Fevereiro de 2013. A decisão determinou efectivamente que as críticas ao estilo de vida homossexual podiam ser consideradas legalmente como crime de ódio. Segundo uma fonte: «O tribunal rejeita como possível defesa contra uma acusação de discurso de ódio o tradicional ensinamento da Igreja Católica para ‘amar o pecador mas não o pecado’, decidindo que quando se trata de sexo homossexual, as críticas ao ‘comportamento’ são susceptíveis de ser consideradas iguais a um ataque à pessoa homossexual. Na realidade, esta decisão do tribunal considera ilegal a expressão pública do ensinamento bíblico contra actos homossexuais.»²⁸⁹ O tribunal determinou que os dois folhetos fossem considerados como discurso de ódio e decidiu igualmente que a distribuição destes folhetos deveria terminar.

²⁸⁵ www.lifesitenews.com/news/ontario-sex-ed-activists-renew-push-for-graphic-curriculum/

²⁸⁶ *Ibidem*

²⁸⁷ *Ibidem*

²⁸⁸ <http://leaf.ca/cases/saskatchewan-human-rights-commission-v-whatcott/>

²⁸⁹ www.campaignlifecoalition.com/.../Persecution_of_Christians-SSM_revJun28-2013.pdf

Crimes de ódio contra cristãos

Em Outubro de 2013, Faye Arellano, uma mulher de 40 e poucos anos, foi atacada enquanto protestava pacificamente num evento a favor da vida em Toronto. Segundo o *Life Site News* (LSN), Arellano «estava a participar num evento de silêncio e oração a favor da vida organizado pela *Life Chain* na tarde de domingo quando foi atacada, de repente, por um homem que primeiro a encharcou com água de uma garrafa, depois atirou a garrafa vazia para o rosto dela, agarrou-a pelos cabelos, atirou-a ao chão e começou a socá-la e a pontapeá-la repetidamente antes de puxar de uma faca.»²⁹⁰ De acordo com o relato da LSN, o homem atirou Arellano para o chão e deu-lhe socos, virando-se depois para se ir embora. Nessa altura, ela agarrou-o pelo casaco e começou a gritar para que alguém chamasse a polícia. Então, o homem virou a faca contra ela e um desconhecido interveio nesse momento para ajudar, tendo sofrido durante o processo uma ferida na mão provocada pela faca. A polícia foi rápida a reagir e deteve o agressor, que se entregou imediatamente e sem incidentes.

Anti-semitismo

Segundo a organização de direitos humanos *B'nai Brith Canada*, uma auditoria revela um aumento surpreendentemente baixo dos incidentes anti-semitas no Canadá. Quando comparado com o aumento global de 30% em 2012, o Canadá apresentou um mero aumento de 3,7%, um número surpreendentemente pequeno em contraste com o aumento de 58% visto em França.²⁹¹

O relatório indica algumas diferenças regionais que não devem ser ignoradas. Por exemplo, a região do Quebec viu um aumento de quatro vezes, enquanto as três províncias mais a ocidente juntas viram apenas um aumento de 25%. De acordo com o mesmo artigo publicado pela *B'nai Brith*, «A auditoria revela uma diminuição geral do vandalismo e da violência, mas um aumento de 10,6% dos incidentes de assédio. Os judeus foram alvo de ataques nas suas casas e nos seus locais de trabalho, a caminho da sinagoga ou no regresso da escola. A linguagem mudou de 'F*-se os judeus' para 'Matem os judeus', com os casos de negação do Holocausto a aumentarem 77% e as ameaças a tornarem-se mais fortes, explícitas e abertas.»²⁹²

Houve uma onda de vandalismo por crimes de ódio, sobretudo no mês de Agosto de 2013, quando foram encontradas suásticas pintadas em casas e carros.²⁹³ Talvez o exemplo mais notável tenha sido o vandalismo de 10 de Agosto, no Clube de Golfe de Richmond Hill, quando duas suásticas foram gravadas no relvado.²⁹⁴ Isto ocorreu um dia após um jogo para comemorar o 80.º aniversário da Revolta de Christie Pits, na qual uma suástica foi exibida num jogo de *baseball* em 1933 causando distúrbios sem precedentes. Contudo, a correlação temporal foi apenas uma coincidência, segundo o Sargento Clint Whitney.²⁹⁵

Islamismo

Em Ontário, em Setembro de 2013, uma rapariga muçulmana de 17 anos que usava um lenço na cabeça foi assediada verbal e fisicamente por várias raparigas adolescentes quando regressava a pé, à noite, de uma mesquita em Santa Catarina. As agressoras eram supostamente três jovens que primeiro gritaram: «Não é contra a tua religião estares na

²⁹⁰ <http://lifesitenews.com/news/pro-life-activists-knifed-severely-beaten-during-attack-by-knife-wielding-m>

²⁹¹ <http://bnaibrith.ca/attacks-on-jews-in-Canada-defies-global-trends-but-perpetrators-extremist-propaganda-cyberbullying-still-a-concern/>

²⁹² *Ibidem*

²⁹³ <http://bnaibrith.ca/surge-in-hate-based-vandalism/>

²⁹⁴ <http://torontosun.com/2013/08/12/swastika-vandalism-at-richmond-hill-golf-club>

²⁹⁵ *Ibidem*

rua?»²⁹⁶ depois encostaram-na contra uma parede e atacaram-na fisicamente. Uma mulher que passeava o seu cão interveio e uma testemunha num consultório de optometria próximo telefonou à polícia.²⁹⁷ A vítima foi levada ao hospital para fazer uma radiografia por precaução. Duas raparigas de 16 anos foram acusadas de agressão e uma terceira não foi acusada.²⁹⁸

²⁹⁶ <http://sunnewsnetwork.ca/sunnews/Canadá/archives/2013/09/20130925-191358.html>

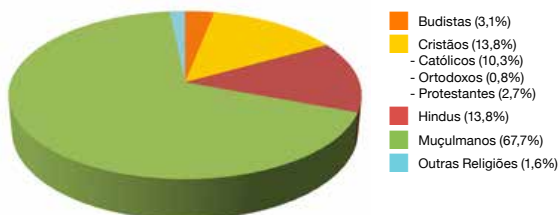
²⁹⁷ Ibid.

²⁹⁸ Ibid.

CATAR



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.870.000	11.607 km ²	113	15	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Antecedentes e situação legal

O emirado do Catar²⁹⁹ tem um total de cerca de dois milhões de habitantes, dos quais 80% são estrangeiros. O Artigo 1 da Constituição de 2004 afirma: «O Catar é um país árabe independente. O Islamismo é a sua religião e a *sharia* é a fonte da sua legislação». A monarquia do Catar segue um Islamismo baseado na ideologia wahabita da Arábia Saudita. Daí que seja impossível a qualquer muçulmano no país renunciar ao Islão e converter-se a outra religião.

Mesmo assim, o emirado tolera a prática de religiões não-muçulmanas, nomeadamente as religiões dos Cristãos, todos eles estrangeiros, que vivem no país temporariamente. De acordo com o *PEW Research Centre*, em 2010 havia no Catar 190 mil católicos; 50 mil protestantes; e menos de 10 mil cristãos ortodoxos, todos eles representando cerca de 14% da população nessa altura. Segundo o *site* da Prefeitura da Arábia do Norte, vivem no Catar entre 200 mil a 300 mil católicos.³⁰⁰

A primeira igreja cristã a ser construída foi na capital, Doha, em 2005. Esta igreja protestante foi erigida sobre de terreno concedido pelo Emir Hamad ibn Khalifa El-Thani. Em Março de 2008, a primeira igreja católica no Catar foi consagrada e dedicada a Nossa Senhora do Rosário. A Rádio Vaticano disse que a abertura da igreja no Catar era «um acontecimento de importância histórica passados catorze séculos».³⁰¹ Nenhum destes locais de culto cristãos tem qualquer torre sineira, campanário ou cruz visível no exterior.

Educação escolar

Toda a educação escolar estatal é gratuita, mas reservada aos cidadãos do Catar. A missão francesa secular abriu duas escolas primárias, ou *lycées*, em homenagem a Bonaparte e Voltaire (a última a receber o nome foi inaugurada em 2008). A educação religiosa islâmica é disponibilizada nestas escolas, embora seja reservada aos alunos muçulmanos. Mas as autoridades do emirado exercem uma constante supervisão sobre o conteúdo de todos os

²⁹⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/qatar
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Qatar>

³⁰⁰ www.avona.org/qatar/qatar_about.htm

³⁰¹ AVONA, *The Catholic Church in Qatar* (www.avona.org)

ensinamentos, ao ponto de entre 2011 e 2013 três directores de escolas se terem demitido ou terem sido forçados a deixar o país. Foram acusados de ter proibido (de acordo com a lei francesa) a entrada nas suas escolas de mulheres com o véu islâmico, de terem levantado questões históricas sobre o programa escolar em relação ao Cristianismo, de terem apresentado obras de arte que revelavam demasiada nudez, ou de terem introduzido programas de ciências naturais que não estavam em conformidade com a visão islâmica do mundo. Até aos 18 anos, os jovens muçulmanos no Catar não têm direito de ouvir nada sobre outras religiões para além do Islamismo. A 28 de Janeiro de 2014, a França e o Catar assinaram uma nova convenção que transfere a gestão do Lycée Voltaire para as autoridades do emirado.³⁰²

Desenvolvimentos recentes

A comunidade cristã celebrou a abertura de um novo centro anglicano, a 21 de Setembro de 2013, num complexo conhecido localmente como Complexo das Religiões, a 20 km de Doha. No coração do centro está a Igreja Anglicana da Epifania, que foi consagrada uma semana mais tarde. «Estamos todos muito contentes por finalmente celebrar a consagração da nossa nova igreja, após cinco anos de trabalho muito duro», disse o Reverendo Bill Schwartz, reitor da Igreja da Epifania, que supervisionou o desenvolvimento do centro desde antes do início da construção, em Agosto de 2008. Gerido pela Diocese Anglicana de Chipre e do Golfo, o centro é usado por cerca de sessenta congregações evangélicas, pentecostais e protestantes, e pode acomodar até 15 mil crentes.³⁰³

A 20 de Fevereiro de 2014, o príncipe de Gales levantou a questão dos Cristãos no Médio Oriente durante uma discussão inter-religiosa em que participou, integrada numa visita oficial ao Catar. Em Dezembro anterior, o príncipe tinha expressado preocupação pelos Cristãos do Médio Oriente, que disse serem cada vez mais os «alvos» dos muçulmanos. A discussão de Fevereiro sobre a «relação entre Cristãos e Muçulmanos no Médio Oriente» juntou clérigos e académicos muçulmanos, e cristãos na capital do Catar, Doha. Embora o que o príncipe disse não tenha sido tornado público, o Dr. Nazila Ghanea, professor de Direito Internacional dos Direitos Humanos na Universidade de Oxford, comentou depois: «Damos as boas-vindas [ao príncipe Carlos] por levantar a questão dos Cristãos no Médio Oriente... Mas ele foi claro ao dizer que esta questão precisa de ir para além de personalidades como ele próprio e envolver todos. Não é uma questão de Oriente *versus* Ocidente, é uma questão de direitos humanos e igualdade para todos os seres humanos.» O presidente do Centro Internacional de Doha para o Diálogo Inter-Religioso, professor Ibrahim Al Naimi, afirmou que o grupo falou sobre o papel que os líderes religiosos podem desempenhar para evitar o conflito violento. «Concordámos que esses conflitos não têm a ver com o ser cristão ou ser muçulmano, mas sim com o facto de as pessoas usarem a religião como forma negativa de provocar conflitos...». Participava também o capelão da Igreja Anglicana em Doha, o Cónego Bill Schwartz, o Arcebispo Makarios Mavrogiannakis, Diácono greco-ortodoxo, o Padre Joseph Forbes e o académico islâmico sírio Dr. Muhamed Al Habash.³⁰⁴

Em Março de 2014, um casal cristão americano, Matthew e Grace Huang, foi acusado de fazer morrer à fome a sua filha adoptiva de 8 anos e condenado a três anos de prisão, um veredicto que espantou e chocou a família, segundo o advogado de defesa do casal. Os Huang foram detidos e presos com acusações de homicídio, em Janeiro de 2013, após a morte da sua filha Gloria, e podiam ter enfrentado a pena de morte pelas acusações que

³⁰² *La Croix*, 29/1/14 e *website JOL*, 7/2/14

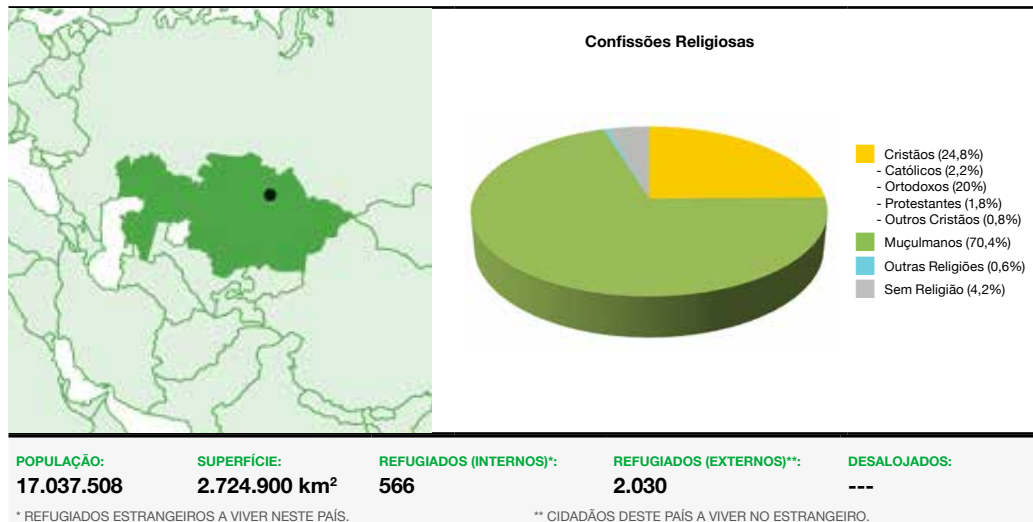
³⁰³ Serviço de Notícias Episcopal, 2 de Outubro de 2013

³⁰⁴ *The Tablet*, 21 de Fevereiro de 2014

pesavam sobre eles. Alegadamente, as autoridades questionaram o casal sobre a sua escolha de adoptar crianças que não tinham «bom aspecto» ou que não partilhavam os seus «traços hereditários». O *California Innocence Project* (CIP), que representou o casal, relatou que Gloria, que tinham adoptado no Gana, em 2009, falecera inesperadamente de um distúrbio alimentar enquanto estavam no Catar. Antes da audiência do casal, em Março de 2014, o CIP afirmou: «Este é um caso de ciência deficiente e o que parecem ser mal-entendidos raciais e culturais por parte dos responsáveis do Catar sobre as normas americanas em relação às adopções internacionais...». Os Huang foram inicialmente libertados da prisão em Novembro de 2013, mas foram proibidos de sair do Catar durante o julgamento. Observadores disseram que o tribunal revelou preconceitos culturais no Catar em relação a famílias que adoptam crianças de raças diferentes. Os Huang vão recorrer da decisão. Contudo, se esta se mantiver, o casal vai cumprir dezasseis meses de prisão, o que resta da sentença após a sua anterior estada, seguidos de deportação.³⁰⁵

³⁰⁵ *Christianity Today*, 28 de Março de 2014; *Christian Post*, 21 de Agosto de 2013; e *The Daily Mail*, 27 de Março de 2014

CAZAQUISTÃO



O Cazaquistão³⁰⁶ ocupa uma posição crucial na cena geopolítica. Com as suas quase inesgotáveis reservas energéticas, espera-se que nos próximos cinco anos se torne numa das três economias mais dinâmicas do mundo em termos de crescimento do PIB. O Cazaquistão também tem sido visto até agora como a mais estável das antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central.

Independentemente disso, a situação em relação à liberdade religiosa tem vindo a deteriorar-se gradualmente, sobretudo desde que foi aprovada a Lei da Religião em 2011. Dois anos mais tarde, a lei levou a Comissão Norte-Americana sobre a Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF) a incluir o Cazaquistão pela primeira vez na sua lista (a antiga 'lista de vigilância') de países de «nível 2». Esta categorização é definida como representando os países que devem ser mantidos sob estreita vigilância devido ao seu desrespeito sistemático da liberdade religiosa e de outros direitos relacionados.³⁰⁷

Aprovada pelo Governo, supostamente como forma de combater o terrorismo, a Lei da Religião de 2011 impôs, na prática, fortes restrições à liberdade religiosa. Em primeiro lugar, proíbe toda a actividade religiosa não registada. Ao mesmo tempo, introduz requisitos muito rigorosos de registo, incluindo a presença de pelo menos cinquenta membros fundadores ao nível local, 500 membros ao nível regional e 5 mil membros ao nível nacional. Agora é obrigatória a autorização do Estado para abrir qualquer local de culto e a distribuição de material religioso é restrita a um número de espaços autorizados pelo Governo. Além disso, todas as formas de expressão religiosa, incluindo a oração, são agora proibidas nos locais públicos.

Nos meses que se seguiram à sua aprovação, a lei provocou aceso debate nacional e internacional. Perto do fim de 2012, muitos dos líderes religiosos do país, incluindo os bispos católicos, escreveram ao presidente Nazarbayev apelando ao regresso a uma política de tolerância religiosa no Cazaquistão.³⁰⁸

³⁰⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/kazakhstan

População: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

³⁰⁷ *The Moscow Times*, 15 de Agosto de 2013

³⁰⁸ *Forum 18 News Service*, 21 de Novembro de 2012

O prazo final para o registo segundo a nova lei foi 25 de Outubro de 2012. De acordo com estimativas oficiais, apenas 32% dos grupos religiosos anteriormente registados segundo a antiga disposição tinham na realidade conseguido registar-se oficialmente dentro do prazo.³⁰⁹ O principal problema dos grupos religiosos minoritários foi o de satisfazer a obrigação do número mínimo de membros fundadores. Nalguns casos, mesmo que o grupo conseguisse obter as cinquenta assinaturas exigidas, as autoridades desafiaram a validade dos nomes submetidos. Um grupo religioso foi eliminado imediatamente por ter dado «informações falsas», porque um dos cinquenta e quatro membros fundadores da lista de candidatura tinha entretanto falecido.³¹⁰ Nalguns casos, incluindo o da Igreja da Graça no distrito de Yenbekshikazakh, as autoridades locais contactaram alguns dos membros fundadores dizendo-lhes que retirassem as suas assinaturas do pedido de registo e descrevendo o seu grupo de fé como uma seita perigosa.³¹¹

No caso da Cientologia, da Igreja da Unificação e dos Muçulmanos da comunidade de Ahmadiyya, contudo, o registo foi recusado com base em razões religiosas e teológicas.

Por contraste, os grupos religiosos considerados como «tradicionais» pelo Governo – Muçulmanos pertencentes ao Conselho Islâmico (SAMK), Ortodoxos russos, Luteranos e Judeus – não tiveram quaisquer problemas específicos com o registo. Quanto à Igreja Católica, um acordo entre a Santa Sé e o Cazaquistão, ratificado em 1998 e confirmado pelo Parlamento cazaque a 19 de Setembro de 2012³¹², significa que a Igreja está isenta do actual sistema de registo.

No caso da comunidade muçulmana, a sua existência depende da filiação no Conselho Islâmico (SAMK), a entidade que nomeia os imãs para as várias mesquitas e é responsável por lhes disponibilizar os textos para os seus sermões e orações de sexta-feira.

As poucas mesquitas independentes que existiam foram forçadas a encerrar. A Mesquita Tatar Bashkir Din-Muhammad em Petropavl, no norte do país, é a única mesquita que ainda está em funcionamento. A frequência a esta mesquita tem vindo a decair de umas centenas de pessoas para pouco mais de cinquenta. Este declínio está ligado ao processo de espera pela formalização da ordem de liquidação promulgada pelas autoridades judiciais.³¹³ A outra mesquita independente, a de Tautan Molla na pequena vila de Prishakhtinsk na região de Karaganda, já fechou as suas portas em Dezembro de 2012.³¹⁴ No mesmo mês, um tribunal baniu oficialmente a comunidade muçulmana xiita de Azera Fatimai no distrito Zhetisu de Almaty.³¹⁵ Esta comunidade, que também era independente do Conselho Islâmico, sofreu o confisco dos seus bens, que incluíam um edifício e mais de 600m² de terrenos adjacentes, com um valor comercial equivalente a 230 mil euros. Durante o ano anterior à sua liquidação, estas comunidades islâmicas independentes tinham sido pressionadas a aderir ao SAMK.

Novas medidas legais

No decorrer do ano de 2013 foram propostas várias alterações aos códigos penal e administrativo que ainda não foram aprovadas definitivamente. Nos termos da versão preliminar do novo código penal, que foi disponibilizada em meados de Março de 2013, o exercício livre da própria religião pode tornar-se numa infracção passível de sanção.³¹⁶ Os líderes das

³⁰⁹ Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, Relatório de 2013

³¹⁰ *Forum 18 News Service*, 11 de Dezembro de 2012

³¹¹ *Forum 18 News Service*, 24 de Outubro de 2012

³¹² *Forum 18 News Service*, 22 de Novembro de 2012

³¹³ *Forum 18 News Service*, 2 de Outubro de 2013

³¹⁴ *Forum 18 News Service*, 11 de Dezembro de 2012

³¹⁵ *Forum 18 News Service*, 7 de Dezembro de 2012

³¹⁶ *Forum 18 News Service*, 18 de Março de 2013

comunidades religiosas não registadas e quem quer que seja apanhado a realizar actos de «proselitismo» ficarão sujeitos a penas de três a quatro meses de prisão.

Além disso, em meados de 2013, o Governo apresentou planos oficiais para a luta contra o terrorismo de 2013 a 2017. Das setenta e quatro medidas previstas neste plano, muitas podem ter um impacto directo ou indirecto na liberdade da prática religiosa. Especificamente, o plano propõe controlos ainda mais apertados para pôr um ponto final na actividade religiosa em locais de culto ilegais, na distribuição de materiais informativos religiosos em centros não autorizados e na actividade missionária ilegal.

Para o conseguir, o programa estatal propõe a instalação de câmaras de vídeo em todos os locais de culto, o estabelecimento do estudo escolar obrigatório das religiões tradicionais e uma supervisão mais próxima dos alunos que estudam teologia no estrangeiro.³¹⁷

Penalizações impostas

Tem havido inúmeros casos durante o último ano de penalizações impostas por violações da lei religiosa (Artigo 375 do Código Administrativo). Só nos primeiros seis meses de 2013³¹⁸ houve cerca de 100 penalizações impostas aos crentes por se terem reunido sem a autorização governamental necessária ou por terem partilhado a sua fé com outros.

Entre as primeiras vítimas da nova lei de 2011 esteve o líder baptista Aleksei Asetov, que foi condenado em Fevereiro de 2012 e multado no equivalente a 2.500 euros – ou 300 vezes o valor monetário mínimo (fixado em Janeiro de 2012 no equivalente a 8 euros) –, uma quantia equivalente a dezoito meses do salário médio, por ter organizado encontros religiosos na sua casa, em Ekibastuz. Em Maio de 2013 foi detido por três dias por não ter pago a multa imposta.

Em Janeiro de 2013, três outros pastores baptistas foram também multados, desta vez no equivalente a dois meses do salário médio, por terem dirigido comunidades religiosas não registadas.³¹⁹ E o Pastor Pavel Leonov foi forçado a pagar uma multa de mais de 800 euros por uma infracção semelhante.

Em Abril de 2013, seis baptistas, entre os quais duas mulheres de 76 e 77 anos, foram multados no equivalente a 440 euros cada por terem participado num encontro religioso não-registado na vila de Ayagoz. Entre Junho e Agosto de 2013, mais dezoito baptistas foram também multados. Uma mulher cristã, Tatyana Degterenko, foi multada porque o seu filho de 9 anos queria dar à sua professora um CD com mensagens cristãs. Uma das outras professoras, vendo a prenda, alertou imediatamente a polícia.³²⁰ Em Junho de 2012, uma testemunha de Jeová, Zarina Burova, foi multada simplesmente por ter enviado uma mensagem de telemóvel a alguns amigos convidando-os a participarem num encontro religioso.³²¹ Durante os meses de Maio e Junho de 2012, mais quinze testemunhas de Jeová foram multadas até 100 vezes o valor monetário mínimo.

De acordo com o Ministério da Justiça, o crime de actividade missionária ilegal também resultou em sanções punitivas para mais de sessenta e sete missionários não-registados durante o ano de 2012.³²² No caso de Viktor Lim, um pastor baptista uzbeque que estava a viver no Cazaquistão desde 1993 com a sua mulher e três filhos (que são de nacionalidade cazaque), o mesmo crime levou à sua deportação do Cazaquistão em Agosto de 2013 e a uma multa equivalente a 830 euros.

³¹⁷ *Forum 18 News Service*, 6 de Maio de 2013, e Eurasianet, 19 de Junho de 2013

³¹⁸ *Forum 18 News Service*, 12 de Junho de 2013

³¹⁹ *Forum 18 News Service*, 5 de Fevereiro de 2013

³²⁰ *Baptist Press*, 27 de Agosto de 2013

³²¹ *Forum 18 News Service*, 3 de Setembro de 2012

³²² Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, Relatório de 2013

A 9 de Julho de 2012 foram tomadas medidas semelhantes contra o Pastor protestante Vyacheslav Li, que também tem uma mulher e filhos cazaques, com a acusação de ter cometido certas infracções administrativas menores (não usar cinto de segurança, não observar o regulamento aplicável aos cidadãos expatriados não-cazaques, etc.) durante os oito anos em que esteve a viver no Cazaquistão. Das infracções alegadamente cometidas, apenas uma se relacionava com as suas actividades enquanto líder religioso (anteriormente, a 11 de Junho, após uma inspecção dos bombeiros, tinha-lhe sido dito que havia falta de medidas de prevenção de incêndio no centro comunitário).³²³

Por contraste, o Padre Sofrony, um sacerdote ortodoxo de nacionalidade russa com 44 anos, que vivia no Cazaquistão desde 1991 e que era muito conhecido por ter fundado um orfanato perto da sua igreja na aldeia de Tuymebayev na região de Almaty, conseguiu – após recurso – inverter a sentença de deportação que lhe fora imposta. Anteriormente, em Fevereiro de 2013, a polícia secreta do KNB tinha-lhe recusado uma autorização de residência, alegando «razões de segurança nacional». Contudo, outros foram impedidos de deixar o país depois de não terem pago as multas pelas chamadas actividades religiosas ilegais.³²⁴

Apesar de inúmeros apelos internacionais, o Cazaquistão extraditou Khayrullo Tursunov, um muçulmano uzbeque que regressou ao Uzbequistão em Março de 2013 e que foi aí condenado a doze anos de prisão por extremismo religioso.³²⁵ No entanto, outro uzbeque, o Pastor protestante Makset Djabbarbergenov, que tinha fugido para o Cazaquistão após ser acusado de ensino religioso e distribuição ilegal de material religioso, teve um pouco mais de sorte. Tinha sido detido pelas autoridades cazaques através de um mandado internacional de captura emitido pelo Uzbequistão, mas foi depois libertado e conseguiu escapar para Frankfurt, na Alemanha, em Dezembro de 2012.³²⁶

O Pastor presbiteriano Kashkumbayev Bakhytzhan, da Igreja da Graça em Astana, foi novamente detido. A sua detenção anterior teve a ver com o facto de alegadamente ter prejudicado a saúde de uma das suas seguidoras, Lyazzat Almenova. Mais tarde, esta escreveu ao Ministério da Justiça a afirmar que o pastor não lhe tinha feito qualquer mal. O pastor cumpriu seis meses de pena de prisão preventiva enquanto aguardava julgamento. A segunda detenção e o posterior julgamento parecem estar relacionados com as acusações de extremismo e propaganda terrorista, que são puníveis até seis anos de prisão.³²⁷ A sua Igreja também enfrenta inúmeras acusações que vão desde a espionagem e a lavagem de dinheiro até à distribuição de bebidas que contêm alucinogénios durante a comunhão. Durante algum tempo, o pastor foi também internado num hospital psiquiátrico, alegadamente para ser submetido a testes, por ordem do tribunal.

Um destino semelhante sofreu Aleksandr Kharlamov, um escritor ateu conhecido pelas suas campanhas anti-corrupção, que foi libertado depois de seis meses em prisão preventiva por ter «incitado ao ódio religioso» ao escrever artigos que criticavam a religião.³²⁸

Em Março de 2012, foi aprovada uma nova lei da censura segundo a qual toda a literatura religiosa e outro material devem primeiro ser submetidos para «análise de especialistas» antes de serem usados ou distribuídos, devendo depois obter aprovação da autoridade estatal para os Assuntos Religiosos.³²⁹

³²³ *Forum 18 News Service*, 4 de Outubro de 2013

³²⁴ *Forum 18 News Service*, 10 de Junho de 2013

³²⁵ *AsiaNews*, 27 de Junho de 2013

³²⁶ *Forum 18 News Service*, 5 de Dezembro de 2012

³²⁷ *Forum 18 News Service*, 9 de Outubro de 2013

³²⁸ *Forum 18 News Service*, 4 de Setembro de 2012

³²⁹ *Forum 18 News Service*, 8 de Maio de 2012

No mesmo mês, no prazo de uma semana, cinco baptistas foram detidos na região norte de Akmola. Foram acusados de distribuir literatura cristã. Alguns membros do Hare Krishna na região oriental do país foram também acusados pelas autoridades de terem distribuído «literatura extremista». O Pastor baptista Vasily Stakhnev, de Serebryansk no leste do Cazaquistão, foi condenado a uma pena equivalente a 850 euros por ter distribuído ilegalmente material religioso. Negou veementemente que os materiais religiosos encontrados durante a busca à sua casa tivessem sido distribuídos.³³⁰

As autoridades também usaram o pretexto das irregularidades administrativas para forçar grupos religiosos a porem fim às suas actividades. Estes grupos foram sujeitos a multas e outras sanções.

Acusações de violação das leis de propriedade foram usadas contra a comunidade muçulmana Ahmadi, que foi acusada de usar para fins religiosos uma propriedade designada para uso residencial. A comunidade foi multada no equivalente a 250 euros e forçada a encerrar as suas actividades.³³¹

Uma pequena comunidade de cristãos metodistas em Taldykorgan, perto de Almaty, foi igualmente sujeita a uma busca por parte das autoridades. Larissa Kim, a mulher do pastor, foi multada por usar a sua casa privada para encontros religiosos, casa essa que foi reportada como não estando registada para este fim. Posteriormente, o pastor decidiu encerrar a comunidade religiosa.³³²

A Igreja Presbiteriana do Amor em Kentau, no sul do Cazaquistão, foi forçada a encerrar após uma sentença do tribunal alegando violações do regulamento contra incêndios.³³³

A situação relativa à liberdade religiosa no Cazaquistão é agora muito grave, com o Governo a impor restrições apertadas que controlam a vida religiosa. Quando a Lei da Religião de 2011 foi promulgada, a liberdade religiosa entrou em declínio acentuado ao longo do período em análise. Em Março de 2014, numa avaliação deste país da Ásia Central, os observadores da liberdade religiosa do *Forum 18* referiram «contínuas violações da liberdade religiosa ou de crença e dos direitos humanos relacionados. As violações incluem: condicionamento do exercício dos direitos humanos à autorização estatal; aumento sistemático do leque de “infracções” possíveis pelas quais os indivíduos podem ser punidos se exercerem liberdade religiosa ou de crença e os direitos humanos relacionados; violação frequente do estado de direito com impunidade por parte dos responsáveis; encerramento de mesquitas independentes e continuação da procura de encerramento de outras pequenas comunidades religiosas; censura de literatura e objectos religiosos, incluindo graves limitações ao número de instalações onde essa literatura e objectos podem ser distribuídos; uso abusivo da psiquiatria contra os indivíduos de que as autoridades não gostam; proibições de saída e encarceramentos impostos aos que se recusam a pagar multas por exercerem liberdade religiosa ou de crença sem autorização estatal.»³³⁴

³³⁰ *AsiaNews*, 26 de Maio de 2012

³³¹ *AsiaNews*, 27 de Abril de 2012

³³² *Forum 18 News Service*, 30 de Maio de 2012

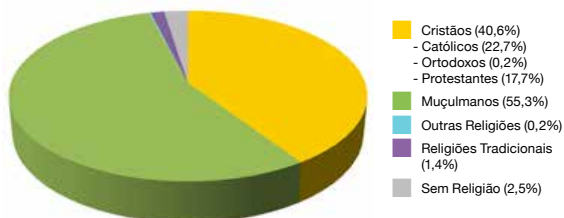
³³³ *Forum 18 News Service*, 13 de Agosto de 2012

³³⁴ *Forum 18 News Service*, 20 de Março de 2014

CHADE



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
11.526.000	1.284.000 km ²	418.451	39.329	90.000

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O preâmbulo da Constituição³³⁵ (adoptada em 1996 e revista recentemente em 2005 – de forma considerada ‘controversa’ por muitas ONG³³⁶) afirma a vontade do povo do Chade³³⁷ «de viverem juntos em respeito pelas diversidades étnicas, religiosas, regionais e culturais». O Artigo 1 estabelece o princípio do Estado secular e a separação entre o Estado e as religiões, enquanto o Artigo 5 proíbe todas as formas de propaganda que tenham por objectivo prejudicar «o carácter secular e a unidade do Estado», incluindo qualquer coisa de natureza «confessional». No Artigo 14, o Estado garante a todos os seus cidadãos «igualdade perante a lei, sem distinção de origem, raça, sexo, religião, opinião política ou classe social», enquanto a liberdade «religiosa» surge no Artigo 27 da Constituição na lista de liberdades que podem ser limitadas apenas por respeito pelas liberdades e direitos dos outros, e por necessidade de salvaguardar a ordem pública e a boa moral. O Artigo 54, contudo, coloca limites à objecção de consciência e afirma que «ninguém pode valer-se das suas crenças religiosas ou opiniões filosóficas para se abster do dever ditado pelo interesse nacional».

Em relação às leis comuns, a lei do trabalho (em conformidade com o Artigo 32 da Constituição) proíbe a discriminação com base na religião ou com base no sexo na selecção de candidatos a um emprego. O direito ‘natural’ dos pais a educarem os seus filhos é reconhecido no Artigo 38, mas a educação religiosa é proibida pelo Governo em todas as escolas estatais. Contudo, não existem limites ao estabelecimento de escolas privadas geridas por organizações religiosas – embora algumas escolas corânicas tenham sido encerradas por terem forçado crianças muito novas a mendigarem comida e dinheiro nas ruas. Foi iniciado um movimento no sentido de reformar este tipo específico de escola por duas figuras sêniores do Conselho Superior para os Assuntos Islâmicos, mas ainda não foram apresentadas propostas específicas.³³⁸

Enquanto entidade, o Conselho Superior para os Assuntos Islâmicos é responsável pelas actividades religiosas islâmicas que ocorrem no país, incluindo a supervisão de certas escolas

³³⁵ http://eueom.eu/files/dmfile/tchad_constitution_15_juillet_2005_fr1.pdf

³³⁶ Por exemplo, o Comité para Proteger os Jornalistas. Ver: <http://cpj.org/2005/10/chad-4.php>

³³⁷ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/chad>

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Chad>

³³⁸ <http://journaldutchad.com/article.php?aid=4777>

e estabelecimentos de ensino superior, e representa o Chade nos encontros internacionais das instituições islâmicas. Em teoria, o Conselho é uma ONG independente, mas o Grande Imã que a ele preside é nomeado pelo próprio Conselho em coordenação com o presidente da República. O Grande Imã actua como o supervisor dos vários imãs regionais e tem o poder de limitar as actividades de proselitismo dos grupos islâmicos, de se pronunciar sobre o conteúdo dos sermões feitos nas mesquitas e de supervisionar a actividade das organizações de caridade islâmicas. No entanto, estas prerrogativas teóricas não são exercidas na realidade. Dentro da organização do Governo, o director dos Assuntos Tradicionais e Religiosos, que responde perante o Ministério da Segurança Pública e Imigração, é o funcionário cuja tarefa específica é resolver os conflitos entre comunidades, pronunciando-se sobre práticas religiosas e garantindo o respeito da liberdade religiosa.

Todos os grupos religiosos, com excepção dos cultos tradicionais africanos, são obrigados a registar-se no ministério. Contudo, este é um mero procedimento de rotina e não há relatos de qualquer discriminação em relação a este processo. Além disso, o registo não permite que os grupos religiosos tenham acesso a quaisquer benefícios, fiscais ou outros. Em relação à Igreja Católica, foi assinado um acordo em N'djamena a 6 de Novembro de 2013 entre as autoridades do Chade e a Santa Sé. Este documento com dezoito artigos vai entrar em vigor com a troca dos artigos de ratificação. O acordo estipula o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica e das suas instituições eclesiais e, ao definir o quadro legal de relações entre a Igreja e o Estado, «afirma o valor social da sua colaboração na promoção da dignidade da pessoa humana e no estabelecimento de uma sociedade mais justa e pacífica».³³⁹ Por seu lado, o Governo decidiu ainda em Abril construir uma catedral católica em N'djamena que será a segunda maior no centro de África. Entre os presentes na cerimónia oficial de colocação da primeira pedra, além das autoridades civis e do Arcebispo local, Matthias Ngartéri Mayadi, estiveram representantes de outras comunidades religiosas.³⁴⁰ Ao nível oficial, o Governo promove activamente na prática a tolerância religiosa, cujo valor foi reafirmado em inúmeras ocasiões pelo próprio presidente Idriss Déby Itno ao falar para representantes das diferentes religiões.

Desde 2011, o país tem celebrado anualmente um Dia da Paz, a 10 de Dezembro, com o objectivo de juntar os diferentes grupos religiosos e alertar o país para a ameaça do extremismo violento.³⁴¹ Os grupos religiosos, por seu lado, são activos na sociedade, não apenas nos campos social, médico e do ensino académico, mas também no trabalho de educar as pessoas no respeito pelos direitos humanos e por valores como a tolerância, o perdão, a aceitação das diferenças e a coexistência pacífica. Este trabalho é realizado através de entidades como o Conselho Superior de Assuntos Islâmicos, acima referido, a Comissão Episcopal Justiça e Paz da Igreja Católica, e a iniciativa Ética, Paz e Justiça para o Entendimento, das Igrejas e Missões Evangélicas no Chade.³⁴² Um representante cristão e um muçulmano participam rotativamente num órgão encarregado de supervisionar a distribuição dos rendimentos das reservas petrolíferas do país, o *Collège de contrôle et de surveillance des revenus pétroliers*.

Durante os últimos dias de 2012, foi finalmente resolvido o impasse que tinha envolvido o Bispo Michele Russo de Doba. Ele tinha sido expulso do país pelas autoridades em Outubro desse ano, por causa de uma homilia na qual tinha criticado o Governo, precisamente por

³³⁹ <http://news.va/en/news/155395>

³⁴⁰ <http://ilsismografo.blogspot.it/2013/04/ciad-ndjamena-la-piu-grande-basilica.html>

³⁴¹ <http://state.gov/j/ct/rls/crt/2012/209979.htm>

³⁴² Cf. o documento da Conferência Episcopal «Les défis du prochain cinquantenaire», que pode ser consultado *online* no seguinte endereço http://ddata.over-blog.com/xxxxxy/1/44/13/03/REPERTOIR-2/A-TCHAD-DEFIS_CINQUANTENAIRE.MEMORANDUMpdf-20130226-061648-.pdf

causa da questão acima referida sobre a gestão dos rendimentos do petróleo. Na véspera de Natal de 2012, o Governo fez saber, através do ministro das Comunicações Hassan Sylla Bakari, que o bispo podia agora regressar à sua diocese.³⁴³ No entanto, o relatório da organização norte-americana *Freedom House* levantou dúvidas em relação às políticas do Governo relativas à religião.³⁴⁴ De acordo com este relatório, apesar da suposta natureza secular do Estado, a religião no Chade está a actuar como uma «força de divisão», sobretudo devido ao elevado número de postos governamentais confiados a muçulmanos, um número que excede igualmente a percentagem de muçulmanos na sociedade. «Algumas das decisões políticas na prática favorecem a religião islâmica», diz a *Freedom House*, embora a mesma organização sublinhe o facto de as autoridades também terem proibido diversos grupos muçulmanos que acusaram de «promoverem a violência».

Ao nível local, tem havido tensões entre cristãos e muçulmanos em várias partes do país, embora pareça que estas situações se relacionam mais com problemas internos ligados a questões locais específicas do que a questões religiosas de natureza mais geral.³⁴⁵ O Chade não parece ainda ser directamente afectado pelo fenómeno do terrorismo fundamentalista, embora, de acordo com as autoridades norte-americanas, indivíduos pertencentes a grupos como o Boko Haram da Nigéria e a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) possam ter passado pelo país.³⁴⁶

1. Embora do ponto de vista legislativo e constitucional a imagem pareça permanecer estável em termos de liberdade religiosa, na prática há indicações do Chade que revelam uma imagem mista, sobretudo em relação à Igreja Católica. Apesar da assinatura do acordo com a Santa Sé e da proposta de construção de uma nova catedral em N'Djamena parecerem encorajadoras, há também razões para preocupação com os acontecimentos em torno do Bispo de Doba e da sua expulsão do país, e igualmente em relação ao relato por parte da organização independente *Freedom House*, que fala de políticas governamentais que na prática privilegiam grupos islâmicos.

2. Não é possível falar de verdadeira perseguição a afectar uma parte significativa da população. Os actos de violência ao nível local estão ligados apenas em parte à questão da adesão religiosa.

3. Do ponto de vista legislativo, a liberdade religiosa no país inclui todos os principais aspectos deste direito. Contudo, a questão do «interesse nacional» poderá na prática colocar limites legais a certos aspectos desta liberdade.

³⁴³ http://ansa.it/web/notizie/rubriche/mondo/2012/12/24/Ciad-vescovo-italiano-espulso-puo-torn_7997596.html

³⁴⁴ <http://freedomhouse.org/report/freedom-world/2013/chad>

³⁴⁵ <http://state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dliid=208132#wrapper>

³⁴⁶ <https://osac.gov/pages/ContentReportDetails.aspx?cid=13895>

CHILE



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
17.619.708	756.102 km ²	1.719	948	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a população em 2012 era de 17.382.005 de pessoas. A maior parte da população vive no continente, que tem uma área de 756.102 km². A língua oficial é o espanhol e o sistema político é constituído por uma república democrática parlamentar representativa, com um Governo presidencial e uma divisão de poderes entre o poder legislativo, executivo e judicial.

A população imigrante no Chile³⁴⁷ aumentou nos últimos cinco anos, a maioria vinda do Peru e da Colômbia. Há também números mais reduzidos de residentes estrangeiros da Argentina, Estados Unidos, Espanha, Bolívia, Equador, Brasil e outros países, por ordem decrescente.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição protege a liberdade de consciência, e a manifestação e o exercício livre de todas as religiões que não se oponham à moral, aos bons costumes ou à ordem pública. As comunidades religiosas têm o direito a construir, e manter igrejas e outras instituições. Os edifícios destinados exclusivamente ao culto estão isentos de impostos.³⁴⁸

A Lei n.º 20609 estabelece proteções contra a discriminação arbitrária, que é entendida como qualquer restrição injustificada e não razoável que cause sofrimento ou ameace o indivíduo no exercício legítimo dos seus direitos fundamentais segundo a Constituição, sobretudo quando isto se baseia em razões como raça ou etnia, nacionalidade, estatuto socioeconómico, língua, ideologia ou opinião política, religião ou crença, envolvimento em sindicatos ou participação em órgãos sociais ou a falta destes, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, idade, parentalidade/paternidade, aparência pessoal e doença ou incapacidade.³⁴⁹

Em Março de 2013, foi introduzida uma nova lei relativa à disponibilização de assistência religiosa nos hospitais, dando um âmbito mais alargado aos ministros religiosos das religiões

³⁴⁷ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/chile

População: www.censo.cl/resumen_ejecutivo.pdf

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Chile>

³⁴⁸ www.leychile.cl/Navegar?idNorma=242302

³⁴⁹ www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1042092

reconhecidas, para que tenham acesso aos pacientes após o envio de cartas de apresentação pelos seus superiores religiosos. A lei também estabeleceu uma lista de ministros religiosos, sacerdotes, rabinos, pastores e diáconos reconhecidos que podem solicitar serem identificados com um credo específico, de modo a facilitar o seu acesso às instalações.³⁵⁰

Em Setembro de 2012, a autoridade fiscal interna publicou a Circular n.º 45 com instruções sobre isenções fiscais disponíveis às Igrejas, confissões e entidades religiosas reconhecidas pelo Estado. Estas entidades não serão responsáveis por impostos sobre o rendimento, desde que as suas actividades não sejam comerciais por natureza e que não possuam bens que gerem rendimentos. Neste sentido, não serão obrigadas a pagar impostos sobre donativos recebidos para projectos de construção ou fins caritativos. Além disso, também ficam isentas de pagar IVA.³⁵¹

Eventos e incidentes

Em Janeiro de 2012, o Centro da Comunidade Judaica do Chile (CJCH) condenou um incidente no qual três jovens espancaram um homem judeu numa festa em Ritoque, perto de Valparaíso, no Chile. Aparentemente, outras pessoas na festa recusaram-se a ajudá-lo ou a levá-lo ao hospital.

Em Julho de 2012, um grupo de estudantes protestantes pertencentes à Igreja Adventista do Sétimo Dia que estavam a estudar medicina na Universidade Católica do Norte, queixou-se de discriminação religiosa pelo facto de um exame ser realizado num sábado, impedindo-os assim de respeitarem o sábado como dia de oração e comunhão com Deus. A universidade explicou que este exame era realizado apenas duas vezes por ano.³⁵²

Em Setembro de 2012, o CJCH reportou que grupos de neonazis tinham danificado escolas judaicas e sinagogas, desenhando suásticas nas paredes e as palavras «Juden raus» (fora com o judeus). O centro referiu um aumento neste tipo de incidentes e aumentou as medidas de segurança dos seus membros.

Em Outubro de 2012, o presidente Piñera anunciou a nomeação de um rabino como um dos três capelães que estão ao serviço do palácio de La Moneda, o palácio presidencial da República do Chile, para além dos capelães católico e protestante que já estão ao serviço do palácio. O presidente agradeceu à comunidade judaica as suas contribuições para a sociedade chilena.³⁵³

Em Novembro de 2012, um grupo de jovens recrutas do exército realizou um retiro espiritual evangélico na cidade de Puerto Natales, na Patagónia chilena. Este foi o primeiro encontro deste tipo. O pastor que organizou o evento agradeceu ao coronel responsável e ao exército chileno por ter aberto as portas do regimento, de acordo com as leis da liberdade de culto.³⁵⁴

Em Abril de 2013, foi levada à Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos uma queixa de um grupo homossexual contra o Governo chileno. A queixa, alegando tratamento desigual uma vez que o Governo chileno não autoriza o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo, foi considerada admissível pela Comissão. A queixa tinha sido inicialmente apresentada em Setembro de 2010. Este é o primeiro desafio do género a acontecer na América Latina.³⁵⁵

Em Maio de 2013, foi introduzido um projecto-lei no Parlamento que procurava rever a Lei Orgânica dos Tribunais em relação ao juramento de admissão de juízes e outros repre-

³⁵⁰ <http://leychile.cl/Navegar?idNorma=1052228>

³⁵¹ <http://sii.cl/documentos/circulares/2012/circu45.pdf>

³⁵² *Boletín Jurídico CELIR*, www.elobservatodo.cl/node/26948

³⁵³ <http://state.gov/documents/organization/208676.pdf>

³⁵⁴ www.radiopolar.com/noticia_67484.html

³⁵⁵ *Boletín Jurídico CELIR*, <http://rbb.cl/4p5s>

sentantes do sistema de justiça. O objectivo da revisão era evitar qualquer referência a uma crença religiosa. Foi argumentado que a inclusão de uma referência deste tipo iria violar a consciência dos que não professavam qualquer religião.³⁵⁶

A 25 de Julho de 2013, um grupo de cerca de 300 manifestantes a favor do aborto invadiram a Catedral católica de Santiago durante a celebração da Missa na presença dos fiéis. Os manifestantes causaram estragos significativos, derrubando bancos e um confessionário, profanando um altar lateral e escrevendo *slogans* obscenos e anti-cristãos com *sprays* em estátuas e imagens. O Governo condenou este ultraje e afirmou que seria sempre a favor da liberdade religiosa, tal como estabelecido pelas leis do país.³⁵⁷

A 18 de Setembro 2013, dia da independência nacional do Chile ou *Fiesta Patrias*, os bispos do Chile celebraram o tradicional *Te Deum* em todo o país para marcar o 203.º aniversário da independência do país e agradecer a Deus a vida do Chile e do seu povo. Durante mais de quarenta anos, o *Te Deum* teve um carácter ecuménico, daí que os líderes e pastores de outras Igrejas cristãs se tenham juntado para partilharem as orações por esta ocasião. Foi também o 40.º aniversário do golpe militar no Chile e houve apelos à reconciliação, no meio de uma atmosfera de expectativa política à luz das eleições presidenciais próximas, em Novembro de 2013.³⁵⁸

Em Outubro de 2013, realizou-se um evento de três dias na capital, Santiago, organizado pela Universidade Católica Pontifícia do Chile e pela Arquidiocese de Santiago, com o título *Átrio de Santiago*. O objectivo era promover um alargado «diálogo entre crentes e não-crentes». O encontro juntou numa série de edifícios simbólicos na cidade representantes da Igreja Católica, do Protestantismo, do Islamismo e dos que não têm fé religiosa. Na luta por um diálogo sincero entre fé e cultura contemporânea, a procura da verdade e um desenvolvimento humano integral, o encontro abordou temas como a transcendência da arte, o diálogo inter-religioso para a paz, a liberdade de consciência e a dignidade da criação. Terminou com um grande espectáculo de luz e um coro de 2.000 vozes envolvendo muitas religiões e grupos diferentes.³⁵⁹

³⁵⁶ *Boletín Jurídico CELIR*, <http://senado.cl/>

³⁵⁷ <http://aciprensa.com/noticias/fanaticos-promotores-del-aborto-pretenden-desterrar-sustrato-cristiano-de-chile-alerta-obispo-42981/#.UootW9Jg96k>

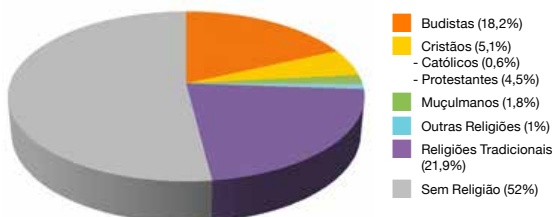
³⁵⁸ <http://zenit.org/es/articles/chile-te-deum-de-accion-de-gracias-por-el-203-aniversario-de-la-independencia>

³⁵⁹ <http://noticias.iglesia.cl/noticia.php?id=22482>

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.347.565.000	9.596.961 km ²	301.047	195.137	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informações gerais

A República Popular da China³⁶⁰ foi fundada a 1 de Outubro de 1949. Embora haja vários outros partidos mais pequenos no Parlamento, a Constituição dá ao Partido Comunista o monopólio do poder legislativo, judicial, executivo e militar. Teoricamente, a Constituição concede a liberdade religiosa, mas a consequência do poder absoluto do Partido Comunista Chinês (PCC) significa que é necessário que as religiões se conformem às suas políticas. Não há leis para governar a actividade religiosa, que é controlada através de decretos e regulamentos, sendo que a versão mais recente destes data de 2005. Os decretos e regulamentos descrevem a forma característica como o PCC governa as religiões: 1) Apenas cinco religiões são reconhecidas oficialmente, nomeadamente o Budismo, o Taoísmo, o Islamismo, o Protestantismo e o Cristianismo Católico. As outras religiões, incluindo o Judaísmo e o Cristianismo Ortodoxo, são consideradas ilegais. 2) O direito à expressão religiosa não pertence ao indivíduo, mas é concedido pelo Estado e apenas pode ser expresso por pessoal registado, em locais registados pela Administração do Estado para os Assuntos Religiosos. Qualquer tipo de expressão religiosa fora destas restrições é considerada como criminosa. Na prática, cada grupo religioso na China tem o seu lado 'oficial' e 'não oficial'. 3) O Governo arroga-se o direito de controlar as relações entre os fiéis de uma dada religião dentro da China e os que estão fora do país, e ao mesmo tempo exige-lhe que adira aos princípios da «autodeterminação» e da «independência» em relação às autoridades religiosas internacionais dessa religião, como por exemplo o Dalai Lama para os Budistas tibetanos e o Papa para os Católicos.

Para garantir que as várias religiões aderem às políticas do PCC («em nome do povo»), cada grupo religioso oficial é governado por uma «associação patriótica». Em teoria, a adesão como membro de uma associação patriótica é voluntária, mas na prática qualquer pessoa que recuse tornar-se membro é considerada como ilegal.

As actividades religiosas (culto, educação, trabalho caritativo e social) são permitidas no quadro das estruturas registadas. Contudo, todas as publicações devem ser aprovadas pela

³⁶⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/china
População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=China>
Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e487cd6&submit=GO

Administração do Estado para os Assuntos Religiosos e podem não ser divulgadas fora das instalações oficialmente aprovadas. Os postos de televisão e rádio, que são todos controlados pelo Estado, apenas transmitem os cumprimentos cerimoniais formais dos líderes religiosos em ocasiões festivas (por exemplo, o Dia Nacional a 1 de Outubro e o Ano Novo chinês).

Católicos

Para a comunidade católica na China, o período em análise foi marcado por prisões, detenções, destruição de igrejas, proibições de actividades religiosas e consagrações episcopais ilegais (pelo Governo chinês). A eleição do Papa Francisco e, quase ao mesmo tempo, a chegada ao poder do presidente Xi Jinping, que é considerado um moderado, levaram a que houvesse esperança de uma mudança de clima em relação à liberdade religiosa. Houve expressões de aprovação em relação ao Papa Francisco e ao novo secretário de Estado do Vaticano, inclusive por parte de pessoas do Governo. Mas, na prática, a situação permaneceu totalmente inalterada.

Prisões e detenções

No início de 2013, com o anúncio da abolição do *laojiao* («reforma através do trabalho» – uma série de campos de trabalhos forçados e sessões de ‘re-educação’ política) e a reforma do Código Penal, segundo o qual a polícia já não pode prender uma pessoa durante mais de seis meses sem acusação, muitos católicos começaram a ter esperança de que os seus bispos e sacerdotes, que estavam presos sem quaisquer acusações, pudessem ser libertados. Entre estes homens está o Bispo ‘na clandestinidade’ Su Zhimin, de 80 anos, que desapareceu sob custódia da polícia há quinze anos, o Bispo Cosmas Shi Enxiang, de 90 anos, o Bispo ‘na clandestinidade’ de Yixian, que está detido sem julgamento desde 2001, o Padre Joseph Lu Genjun, Vigário-Geral da Diocese ‘na clandestinidade’ de Baoding (província de Hebei), que está sob custódia da polícia desde 17 de Fevereiro de 2006, e dezenas de outros sacerdotes das comunidades católicas não oficiais. Contudo, até à data, não houve quaisquer notícias do seu paradeiro.

Igrejas destruídas

A 14 de Setembro de 2012, a pequena igreja da aldeia de Caibang (perto de Xiantao na província de Hubei) foi incendiada. Segundo os católicos locais, a igreja foi incendiada deliberadamente. Esta pequena capela tinha sido construída em 1993 no mesmo local onde tinha estado a anterior igreja, que tinha também sido demolida em 1954, durante a era maoísta. De acordo com alguns fiéis, a igreja foi incendiada numa tentativa de apropriação da terra e o Governo não mostrou qualquer interesse em procurar os responsáveis.³⁶¹

Interferência das autoridades

O Governo em Wuhan interferiu com mão pesada na vida da Igreja em Hubei, bloqueando a nomeação de novos párocos e suspendendo dos seus serviços o Padre Shen Guoan, administrador da diocese. Foi no final de Novembro de 2012 que o Padre Shen Guoan anunciou as transferências. Poucos dias mais tarde, representantes da Administração do Estado para os Assuntos Religiosos informaram-no que as transferências eram ilegais e a 13 de Dezembro o próprio Padre Shen Guoan foi demitido do seu posto. No seu lugar, o ministério criou um comité para a organização da igreja. Em 2011, o Governo tinha nomeado o Padre Shen Guoan como Bispo de Wuhan, mas sem permissão da Santa Sé. Os sacerdotes locais e o próprio Padre Shen tinham-se recusado a concordar com a ordenação ilícita. É possível que

³⁶¹ www.asianews.it/news-en/Hubei,-a-church-burned.-Catholics-call-for-justice-25851.html

a sua demissão deliberada fosse um acto de vingança por parte da associação patriótica. Entretanto, o Governo tinha nomeado outro sacerdote, o Padre Cui Qingqi, como responsável pelo comité, provavelmente com a intenção de o fazer bispo.³⁶²

A 24 de Maio de 2013, festa de Nossa Senhora de Sheshan, o Governo, uma vez mais, impôs uma proibição a todos os católicos de outras dioceses³⁶³ – com excepção dos de Xangai – de participarem na peregrinação anual ao santuário. Esta proibição tinha sido imposta desde 2008, quando o Papa Bento XVI proclamou o dia 24 de Maio como dia mundial de oração pela Igreja na China. A 26 de Maio de 2013, a polícia cercou a aldeia de Donglu, que é famosa entre os católicos por uma aparição de Nossa Senhora no início do século XX. A intenção era impedir que os peregrinos se reunissem no santuário numa peregrinação em honra da Virgem Maria.

De 7 a 28 de Outubro de 2012, o Vaticano realizou o sínodo sobre a nova evangelização. O Papa Bento XVI tinha convidado o Bispo Lucas Li Jinfeng de Fengxiang e o Bispo Aloysius Jin Luxian de Xangai para participarem. No entanto, o Governo chinês recusou-lhes a autorização para deixarem o país. O Bispo de Fengxiang é o único bispo chinês que não pertence à associação patriótica e que mesmo assim é reconhecido pelo Governo.

Ordenações episcopais

Imediatamente após a sua ordenação como bispo da Catedral católica de Xangai, a 7 de Julho de 2012, o Bispo Thaddeus Ma Daqin foi detido e colocado sob vigilância policial. Tinha havido um desentendimento entre o Vaticano, que o tinha nomeado como Bispo Auxiliar de Xangai, e o Governo, que o tinha nomeado como Bispo Coadjutor da diocese. Mas as autoridades apenas actuaram contra o bispo no dia da sua ordenação episcopal quando ele anunciou que ia deixar a Associação Patriótica Católica Chinesa. O bispo citou o Papa Bento XVI dizendo que os princípios da associação eram «irreconciliáveis com a doutrina católica». Segundo fontes da Igreja, durante a cerimónia de ordenação evitou a imposição das mãos e a partilha do cálice da comunhão com o Bispo Zhan Silu de Mindong, ordenado ilegalmente e excomungado pela Santa Sé. Poucas horas após a cerimónia, o Bispo Ma Daqin foi colocado em prisão domiciliária no seminário diocesano. As autoridades chinesas proibiram-no de concelebrar com outros sacerdotes.

A 12 de Outubro de 2012, o Concílio dos Bispos Chineses e a associação patriótica depuseram o Bispo Thaddeus Ma Daqin das suas funções como Bispo Coadjutor de Xangai, libertando-o de todos os seus deveres episcopais. O Vaticano descreveu esta acção como «tirânica» e como um abuso de autoridade, dado que apenas o Papa «tem o poder de nomear e revogar a nomeação de um bispo».

A 6 de Julho de 2012, o Padre Joseph Yue Fusheng foi «ordenado» Bispo de Harbin sem autorização papal. O Vaticano tinha emitido um aviso oficial em relação a esta ordenação. Pelo menos dois outros bispos oficiais, que tinham sido convocados pelo Partido para participarem numa ordenação ilícita em Harbin, se recusaram e encontraram forma de se ausentarem. A 10 de Julho, uma nota oficial da Santa Sé sobre a ordenação ilícita de Yue Fusheng anunciou que o Vaticano «não o reconhece como bispo da administração apostólica de Harbin».

Morte de bispo proeminente

O Bispo Joseph Fan Zhongliang, um Bispo de Xangai que passou décadas sob detenção por causa da sua fé, faleceu a 16 de Março de 2014, aos 97 anos. A Fundação Cardeal Kung

³⁶² www.asianews.it/news-en/Wuhan-Government-gravely-interferes-in-fate-of-priests-and-future-bishop-26688.html

³⁶³ www.asianews.it/news-en/Bishop-Ma-Daqin-and-Chinese-Catholics-pray-for-the-unity-of-the-Church-in-China-28012.html

relatou que o bispo faleceu «rodeado de alguns dos seus fiéis paroquianos». «Faleceu em sua casa, ainda sob prisão domiciliária, uma condenação que implicava vigilância estreita por parte do Governo durante a maior parte das duas últimas décadas», disse a fundação dedicada a apoiar a Igreja na China. São João Paulo II tinha nomeado o Bispo Fan como bispo legítimo de Xangai em Março de 2000, após a morte do Cardeal Kung. Contudo, os responsáveis chineses colocaram-no imediatamente em prisão domiciliária. Passou o resto da sua vida como prisioneiro e o Governo nunca o reconheceu como bispo.³⁶⁴

Protestantes

Durante vários anos, tem havido uma campanha contínua para eliminar as comunidades protestantes não oficiais ou para as integrar nas comunidades oficiais, que são vistas pelos fiéis comuns como demasiado comprometidas politicamente com o poder vigente.

O Instituto *PEW Research* calcula que haja actualmente (dados de 2010) cerca de 58 milhões de Cristãos protestantes na China. Destes, a maioria está em situação ‘não oficial’ e não registadas nas Igrejas aprovadas pelo Governo. Fenggang Yang, um professor de sociologia da Universidade Purdue, calcula que é provável que esta população aumente até 160 milhões até 2025, dando à China a maior comunidade cristã protestante do mundo. Yang disse ainda que a população cristã total na China, incluindo os Católicos, será de mais de 247 milhões até 2030 e irá assim tornar-se na maior congregação cristã no mundo.

De acordo com a *China Aid Association (CAA)* sediada nos Estados Unidos, a perseguição de cristãos na China continua a crescer, com igrejas domésticas e urbanas a serem os principais alvos. O relatório anual da CAA concluiu que a perseguição «piorou significativamente» de 2012 para 2013. A organização sem fins lucrativos relatou resultados semelhantes em 2012, referindo que houve um aumento da perseguição governamental pelo sétimo ano consecutivo. A CAA disse que tinha documentado 143 casos em 2013 em que foram perseguidos um total de 7.424 pessoas.³⁶⁵

Em Dezembro de 2013, o Parlamento chinês adoptou formalmente uma resolução que abolia o sistema controverso de campos de trabalho que tinha sido usado contra cristãos de igrejas domésticas, entre outros. De acordo com a *Human Rights Watch*, até ao início de 2013 o país tinha 260 campos de trabalho com 160 mil presos. Contudo, não se sabe quantos destes presos são cristãos. Além disso, o Parlamento também atenuou a política do filho único, segundo a agência noticiosa oficial Xinhua. De acordo com a nova política relativa às normas de controlo dos nascimentos, os casais são autorizados a ter dois filhos se ambos os pais forem filhos únicos.

Os receios de repressão sobre os Cristãos por parte das autoridades aumentaram quando em Abril de 2014 a enorme Igreja de Sanjiang em Wenzhou foi demolida sob as ordens dos responsáveis locais. A igreja tinha sido originalmente um projecto aprovado pelo Governo sob o «Movimento Patriótico das Três Autonomias», uma Igreja protestante aprovada pelo Estado e, em Setembro de 2012, foi elogiada pelo Governo local como um modelo de projecto de engenharia. Mas a retórica oficial mudou totalmente desde então. Jin Leibo, um porta-voz do departamento de propaganda do Condado de Yongjia, afirmou que a igreja foi destruída por ser «ilegal». «A área do edifício não deveria exceder os 1.881 metros quadrados, mas eles construíram 7.928 metros quadrados ilegalmente», disse Jin. Foi pedido à igreja que «se auto-corrigisse» até 22 de Abril, mas os trabalhadores apenas conseguiram deitar abaixo 500 metros quadrados até ao prazo dado, segundo os responsáveis. Na noite de segunda-feira,

³⁶⁴ www.catholicnewsagency.com/news/underground-chinese-bishop-in-shanghai-dies-at-97/

³⁶⁵ *Christian Post online*, 14 de Fevereiro de 2014 (www.christianpost.com)

28 de Abril, a igreja tinha sido deitada abaixo por buldózers. Cinco responsáveis governamentais locais estão actualmente sob investigação em relação à construção ilegal da igreja, segundo Jin.³⁶⁶

Em Maio de 2014, a *AsiaNews* publicou um total de sessenta e quatro fotografias, sem nomes nem datas, de igrejas demolidas (e/ou da remoção de cruzeiros) em Zhejiang, que tinham sido colocadas na Internet desde o início do ano. O artigo afirma que «há sinais de que no final de Maio as autoridades vão começar a tornar ilegais igrejas domésticas usadas pelos cristãos que não querem aderir às entidades estatais. Algumas fontes sugerem que o Governo vai começar com oitenta e cinco igrejas.»³⁶⁷

Ortodoxos

Embora esteja presente na China desde o século IX e seja constituída por vários milhares de fiéis, a Igreja Ortodoxa Chinesa ainda não é reconhecida pelo Governo como uma «religião oficial». A comunidade ortodoxa – que totaliza cerca de 15 mil fiéis – está muito concentrada em Harbin, incluindo igualmente comunidades em Pequim e Xangai, mas sofre de uma falta de sacerdotes locais e é incapaz de organizar serviços religiosos regulares, com excepção dos realizados na capela da embaixada da Rússia, em Pequim.

Budistas

Em geral, os Budistas não sofrem de violações específicas à sua liberdade religiosa. Pelo contrário, entre alguns líderes comunistas há os que gostariam de reforçar o Budismo e o Confucionismo como «religiões com características chinesas» para repor os valores na sociedade e combater a corrupção.

O Tibete é um lugar de particular perseguição religiosa e os Budistas tibetanos são as principais vítimas. A colonização chinesa e a militarização do Tibete estão a levar à marginalização da população tibetana – que está agora em minoria – e, de facto, ao ponto de alguns a descreverem como genocídio cultural e religioso. É proibido ensinar a língua tibetana. Antigamente, Pequim tinha estabelecido um diálogo com o Governo tibetano no exílio, mas as relações ficaram congeladas desde então. Pequim nem sequer permite que o Dalai Lama, a autoridade suprema do Budismo tibetano, regresse ao Tibete, mesmo que este tenha renunciado publicamente a qualquer papel político e deseje apenas exercer um papel espiritual. As campanhas de difamação contra o Dalai Lama são contínuas, como o são também as detenções e actos de violência contra quem quer que apele ao seu regresso. Esta situação desencadeou uma série de protestos de auto-imolação, habitualmente realizados por monges budistas, que aumentaram significativamente desde 2009. Até à data, houve 124 incidentes deste tipo. O Governo chinês impôs leis contra a auto-imolação e outras formas de protesto, ao ponto de proibir os actos de auto-imolação «sob pena de uma sentença de cinco anos de prisão». Além disso, Pequim acusa o líder espiritual do Budismo tibetano de «fomentar» estes actos de suicídio, mesmo que, da sua parte, o Dalai Lama tenha em várias ocasiões apelado aos seguidores para que «salvaguardem a vida acima de todas as coisas».

A 16 de Agosto de 2012, as forças de segurança chinesas mataram um tibetano e prenderam seis outros numa tentativa de dispersar uma manifestação de 1.000 pessoas contra o retomar dos trabalhos de extração de minério de uma mina no condado de Markham. A população tibetana local acusou a empresa de desrespeitar a natureza sagrada da localidade e de ignorar o impacto ecológico do trabalho de exploração mineira.

³⁶⁶ <http://edition.cnn.com/2014/05/01/world/asia/china-church-demolished/>

³⁶⁷ *AsiaNews*, 21 de Maio de 2014 (<http://asianews.it>)

A 8 de Fevereiro de 2013, o Tribunal Popular em Qinghai condenou um homem tibetano a treze anos de prisão por ter «incitado» um monge budista a pegar fogo a si próprio. Este homem, identificado apenas como Phagpa, foi considerado culpado de «homicídio voluntário», mesmo que o monge em questão não tenha concretizado a auto-imolação.

Lobsang Namgyal, um poeta tibetano de 26 anos, desapareceu a 15 de Maio de 2012. Dezasseis meses mais tarde, em Setembro de 2013, a sua família ficou a saber que ele estava na prisão³⁶⁸ por ter distribuído discursos do Dalai Lama, que são proibidos em toda a China, e por outras «declarações políticas» a favor da independência do Tibete. A sua família não teve autorização para o visitar.

Muçulmanos

Além de um Islamismo oficial, que está presente em várias regiões da China, há uma forma de Islamismo em Xinjiang que está ligada ao povo Uigure, um povo Turco que alimenta esperanças separatistas e é susceptível a influências islâmicas fundamentalistas, dada a sua proximidade do Afeganistão, do Paquistão e das repúblicas da Ásia Central.

Pequim enviou centenas de milhares de chineses da etnia han para a região, para os transformar no grupo étnico dominante. Protegidos pelo Governo central, os chineses han estão agora em posições dominantes em quase todos os campos. Numa tentativa de subjugar o povo Uigure, o Governo está a impor severas restrições à liberdade religiosa, ao culto religioso muçulmano, e ao ensino da língua e da cultura local uigure.

A 26 de Março de 2013, os tribunais em Kashgar e em Bayingol condenaram vinte uigures a longas penas de prisão (até e incluindo a prisão perpétua) sob acusação de terem sido «envenenados pelo extremismo religioso».

A 23 e 24 de Abril de 2013 houve um confronto em Selibuya, perto de Kashgar (Xinjiang), entre civis uigures e a polícia chinesa han que deixou pelo menos vinte e uma pessoas mortas, quinze das quais chineses han e seis uigures suspeitos de terrorismo.

A 20 de Agosto de 2013, um grupo de polícias de uma brigada anti-terrorismo na prefeitura de Kashgar cercou «pelo menos vinte e oito uigures» perto da vila de Yilkiqi. De acordo com as autoridades, estavam envolvidos em «actividades religiosas ilegais e exercícios terroristas». Depois de desafiarem os homens, abriram fogo. No tiroteio, quinze uigures foram mortos juntamente com um polícia han.³⁶⁹

Seitas

Em meados de Dezembro de 2012, a polícia chinesa deteve quase 1.000 pessoas, todas pertencentes à seita «Deus Todo-Poderoso» (também conhecida como «Relâmpago do Oriente»), que está classificada como uma «seita maléfica» por causa de ter propagado noções apocalípticas do fim do mundo, e sobretudo porque profetiza o fim do comunismo chinês e convida os seus seguidores a cortarem a garganta do «Dragão Vermelho». Pelo menos 350 membros desta seita foram detidos em Guizhou, enquanto mais 400 foram detidos em Qinghai, bem como grupos mais pequenos noutras partes do país.

Conclusões

A liberdade religiosa na China está a deteriorar-se. Embora no geral seja exercido controlo de acordo com os regulamentos oficialmente estipulados pelo Estado, é evidente que o maior controlo está a ser exercido sobre os Católicos, incluindo mesmo os membros e as comunidades da Igreja oficial controlada pelo Estado. Em relação aos Protestantes, aumentaram

³⁶⁸ www.asianews.it/news-en/Missing-for-16-months,-Tibetan-poet-reappears-in-prison-29115.html

³⁶⁹ www.asianews.it/news-en/Xinjiang,-more-violence:-15-Uyghurs-killed-by-police-for-terrorism-28834.html

os esforços para acabar com as comunidades não oficiais. A repressão violenta contra as comunidades budistas tibetanas continua, tal como a repressão contra os Muçulmanos uigures e as seitas evangélicas.

As promessas feitas pelo novo Governo de Xi Jinping para eliminar o *laojiao* (e assim acabar com a prisão de crentes sem qualquer julgamento) ainda não foram cumpridas na prática. É o que se passa, apesar de os novos regulamentos terem passado formalmente a lei. Da mesma forma, as promessas de rever o estatuto dos Judeus e dos Cristãos ortodoxos, incluindo-os entre as religiões reconhecidas pelo Estado, ainda não foram cumpridas.

Hong Kong

O período entre 2012 e 2014 foi importante para os Católicos e para outros Cristãos em Hong Kong, obrigados a lutar com a interferência da República Popular Comunista nos assuntos sociais, educativos e políticos do território.

Em 1997, o território de Hong Kong foi devolvido à China continental, embora ao mesmo tempo fosse garantido «um certo grau de autonomia» de acordo com a fórmula «um país, dois sistemas». Na prática, contudo, a China continua a exercer influência sobre a vida do território e a bloquear todos os desenvolvimentos políticos no sentido da democracia, apesar do facto de isto ter sido previsto nos acordos entre Londres e Pequim na altura em que Hong Kong foi devolvido à China.

Educação «patriótica»

A interferência mais flagrante ocorreu nas mudanças educativas introduzidas pelo Governo logo em 2002. Estas mudanças procuraram transferir o controlo das chamadas «entidades patrocinadoras» – as instituições educativas, como por exemplo os institutos religiosos, as comunidades monásticas, as dioceses, as associações católicas leigas – para o chamado «comité de gestão». Este comité é constituído por representantes dos pais, dos alunos e do pessoal, incluindo também um representante da «sociedade civil» escolhido pelo Governo. De acordo com os líderes das comunidades cristãs (Católicos, Anglicanos e Metodistas), esta acção mina o espírito educativo subjacente, ao ponto de o destruir, colocando novos comités acima das entidades patrocinadoras. Durante muitos anos houve resistência. A Diocese católica de Hong Kong chegou mesmo a levar o Governo a tribunal, acusando-o de agir contra a Constituição ou Lei Básica de Hong Kong. No final, as autoridades chinesas venceram em todas as frentes e desde 2012 que todas as escolas em Hong Kong foram obrigadas a conformar-se ao novo sistema de organização.³⁷⁰

Em protesto contra a decisão do tribunal de último recurso, o Cardeal Joseph Zen Ze-kiun, Bispo Emérito de Hong Kong, realizou uma greve de fome de três dias, de 20 a 22 de Outubro de 2011. Ao mesmo tempo, vários jornais e canais de televisão do Governo envolveram-se numa campanha de difamação contra ele, acusando-o de ter aceite donativos (equivalentes a cerca de 2 milhões de euros) do magnata católico Jimmy Lai e insinuando que estava a usar esses donativos para os seus próprios interesses e para apoiar o Partido Democrático de Hong Kong, a oposição política (que se opõe a Pequim).³⁷¹ Numa conferência de imprensa pública, o cardeal referiu que tinha usado o dinheiro para a Igreja na China, tanto a Igreja ‘oficial’ como a Igreja ‘na clandestinidade’, para a tradução de textos teológicos para a língua chinesa, e para bolsas de estudos para estudantes chineses no estrangeiro.³⁷²

³⁷⁰ *AsiaNews.it*, 14/10/2011. Para saber mais sobre todas as fases desta saga, ver *AsiaNews.it*, 25/10/2011.

³⁷¹ *AsiaNews.it*, 19/10/2011.

³⁷² *AsiaNews.it*, 20/10/2011.

O ano de 2012 viu outro julgamento de força – uma vez mais relacionado com as «reformas» educativas impostas pelo Governo – neste caso de introdução compulsiva de várias horas por semana de «educação nacional (ou ‘patriótica’)». Segundo esta disposição legal, as escolas são obrigadas a ensinar as grandes conquistas da história chinesa, que devem ser atribuídas ao Partido Comunista em Pequim. Deve também ser dado mais espaço ao desenvolvimento económico do «país-mãe», ao mesmo tempo que é proibido referir assuntos como direitos humanos, massacre da Praça de Tiananmen, liberdade religiosa ou a história controversa e violenta do Partido Comunista. Os católicos, liderados sobretudo pelo Cardeal Zen, condenaram imediatamente este esquema como uma tentativa de lavagem ao cérebro. Segundo estudos realizados em Hong Kong, pelo menos 74% dos estudantes opuseram-se à introdução destas aulas.

Em Setembro de 2012, na altura em que o Governo estava a tentar introduzir o seu esquema de «educação patriótica» com base numa experiência de três anos, 200 estudantes iniciaram uma greve de fome³⁷³ e houve também manifestações de cerca de 120 mil pessoas apelando ao desmantelamento do esquema.³⁷⁴ No final, o Governo decidiu retirá-lo, pelo menos por enquanto.³⁷⁵

Democracia

Outra área em que houve confrontos acesos entre católicos e o Governo em Hong Kong (e Pequim) tem a ver com a questão da democracia. O acordo entre o Reino Unido e a China, quando Hong Kong foi devolvido à China continental, propunha a introdução de um sufrágio universal para o Governo e para o Parlamento a partir de 2008. Contudo, isto não aconteceu. Pequim decidiu, pelo contrário, que não haverá discussão sobre o sufrágio universal até 2017. A insegurança sobre o futuro da democracia no território levou centenas de milhares de pessoas a manifestarem-se todos os anos, na véspera do 3 de Junho (em memória do massacre de Tiananmen) e a 1 de Julho (aniversário da devolução de Hong Kong à China). Durante o ano de 2013, grupos de jovens mantiveram os protestos durante meses, com um protesto permanente na zona central da cidade, sob o *slogan* «Ocupar o Centro».

O Governo recorreu inclusivamente à ameaça de remover os manifestantes pela força. Entretanto, a Diocese católica de Hong Kong defendeu os seus apelos para que seja acelerado o processo da democracia, lançando ao mesmo tempo avisos contra os atrasos excessivos, que disse poderem provocar gestos compreensíveis de desobediência civil. A diocese também publicou um documento defendendo a democracia como um aspecto importante da Doutrina Social da Igreja Católica.³⁷⁶ Uma série de artigos da comunicação social, sobretudo de fontes próximas de Pequim, procuraram fazer passar a declaração da diocese como uma «intervenção de um só homem», o Cardeal Zen que é conhecido pela sua hostilidade ao Governo chinês, e contrastar a sua posição com a posição mais «aberta» do seu sucessor, o Cardeal John Tong, Bispo de Hong Kong. A diocese respondeu com outro documento, afirmando que a Igreja em Hong Kong era «unida no apelo ao sufrágio universal» e que «não valia a pena procurar dividi-la».³⁷⁷

³⁷³ *AsiaNews.it*, 1/9/2012.

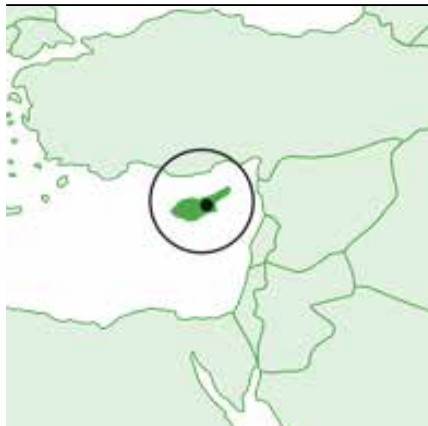
³⁷⁴ *AsiaNews.it*, 8/9/2012.

³⁷⁵ *AsiaNews.it*, 9/10/2012.

³⁷⁶ *AsiaNews.it*, 25/7/2013.

³⁷⁷ *AsiaNews.it*, 26/7/2013.

CHIPRE



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.117.000	9.250 km ²	3.883	10	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Não houve alterações na situação relativa à liberdade religiosa durante o período abrangido por este relatório.

A Constituição de 1960 reconhece no seu preâmbulo que há duas comunidades nacionais, linguísticas e religiosas distintas na ilha: Ortodoxos Gregos e Muçulmanos Turcos. Todos os cidadãos são obrigados a identificar-se com uma delas e a registar-se como membros de uma ou da outra comunidade³⁷⁸.

O Artigo 18 da Constituição garante a liberdade de pensamento, consciência e religião, juntamente com o direito a professar e manifestar a própria fé em qualquer contexto social, desde que isso não crie obstáculos à segurança, saúde, ordem pública e outros direitos consagrados no documento. É também especificamente autorizado o direito a mudar de religião ou credo. Mas as conversões forçadas são proibidas, bem como todas as tentativas de impedir a conversão de outros. A Constituição estabelece igualmente que as mulheres casadas pertencem à religião dos seus maridos e que os filhos pertencem à religião dos seus pais.

É também afirmado que todas as religiões são livres e iguais perante a lei (desde que os seus ritos religiosos e ensinamentos doutrinários não sejam secretos), e que gozam de total autonomia administrativa. Contudo, na prática, estes direitos apenas se aplicam na parte sul da ilha onde se fala grego, que é reconhecida internacionalmente e faz parte da União Europeia desde 1 de Maio de 2004.³⁷⁹

Na outra parte da ilha, que ainda está sob ocupação turca, há uma negação da liberdade religiosa e há também restrições à liberdade de movimentos. A 13 de Março de 2012, sem qualquer razão aparente, foi negado acesso às zonas ocupadas ao Bispo ortodoxo cipriota Christoforos de Karpasia, quando este se preparava para visitar a Igreja de São Mamas, em Morphou. Como consequência, em sinal de protesto contra esta violação dos direitos humanos, o Sínodo da Igreja Ortodoxa do Chipre anunciou que nenhum dos seus membros, quer clérigos quer leigos, irá visitar a parte norte da ilha até este obstáculo ser retirado.³⁸⁰

³⁷⁸ Confissões Religiosas: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Cyprus>

Superfície: www.globalreligiousfutures.org/countries/Cyprus

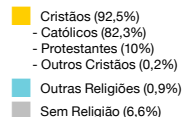
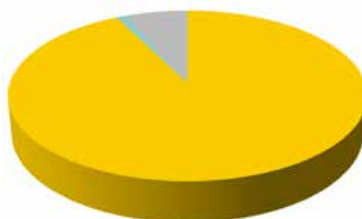
³⁷⁹ www.bbc.com/news/world-europe-17217956

³⁸⁰ «Karpasia Bishop Christoforos Condemns Regime of Occupied Chipre For Prohibiting Him From Visiting Church», <http://eu.greekreporter.com/2012/03/14/karpasia-bishop-christoforos-condemns-regime-of-occupied-Chipre-for-prohibiting-him->

COLÔMBIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
42.888.592	1.141.748 km²	223	394.007	4.744.096

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informações gerais

A língua oficial da Colômbia³⁸¹ é o espanhol e o sistema político é uma democracia republicana unitária descentralizada. Existe separação habitual entre os poderes legislativo, executivo e judicial, com entidades estatais que desempenham funções separadas e independentes, embora colaborem umas com as outras. Em 2013 houve um aumento dos imigrantes vindos dos Estados Unidos, Venezuela, Panamá e Equador.³⁸²

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição colombiana garante a liberdade de consciência e revela claramente que o Estado não tem qualquer religião oficial, mas ao mesmo tempo não se define como um Estado «ateu» ou «agnóstico». Como consequência, nenhuma pessoa pode ser discriminada com base nas suas convicções, nem obrigada a revelá-las, ou a agir contra a sua consciência. A Constituição também garante a liberdade de expressão religiosa, de acordo com a qual cada pessoa tem direito a professar a própria religião e a promovê-la, seja individualmente ou com outros. Ao mesmo tempo, fica também claro que todas as confissões religiosas são iguais perante a lei.³⁸³

As relações com a Igreja Católica são governadas por uma Concordata de 1973 assinada com o Vaticano. As relações com outras religiões reconhecidas são governadas por um acordo de direito público de 1977. O Ministério do Interior é responsável por dar reconhecimento oficial às Igrejas e a outros grupos religiosos. Uma vez reconhecidas, estas entidades podem então conceder o estatuto de filiado ou «reconhecimento público alargado» a outros grupos com as mesmas crenças. O registo é um processo longo mas não difícil, sendo o único requisito uma candidatura formal e informação básica sobre o grupo.

from-visiting-church/#sthash.OLU2YIHX.dpuf

³⁸¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Colombia
População: http://190.25.231.242/redatam/CG2005/Metodologia_conciliacion_censal.pdf
Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Colombia>

³⁸² www.migracionColombia.gov.co/phocadownload/boletin_migratorio_enero.pdf

³⁸³ <http://Colombia.justia.com/nacionales/constitucion-politica-de-Colombia/titulo-ii/capitulo-1/>

Em relação ao casamento, «o Estado reconhece como juridicamente vinculativos apenas os casamentos religiosos realizados pela Igreja Católica, bem como pelos treze grupos religiosos signatários do acordo de direito público de 1997, e os grupos religiosos com estatuto de filiados. Para que o Estado reconheça o casamento, os membros dos grupos religiosos que não são nem signatários do acordo nem filiados devem realizar uma cerimónia civil.» A discriminação religiosa é uma ofensa punível com multas de 5,3 milhões a 8 milhões de pesos (1.987 a 3.017 euros) ou mesmo com pena de prisão de um a três anos.³⁸⁴

Os missionários estrangeiros têm de candidatar-se junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros à obtenção de um visto especial, que é válido até dois anos. Antes disso, devem obter um certificado do Ministério do Interior que certifique que pertencem a um grupo religioso já registado. Também são obrigados a apresentar uma carta de responsabilidade financeira por parte das autoridades do grupo religioso a que pertencem.³⁸⁵

Acções governamentais e outros eventos

Nalgumas partes do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), movimento de guerrilha rebelde, continuaram a fazer ameaças e a levar a cabo assassínios e raptos de líderes religiosos. O Departamento de Direitos Humanos do Gabinete do Procurador-Geral continuou a investigar vários casos de assassinato de clérigos conhecidos por terem criticado abertamente organizações terroristas. Recentemente, a Igreja Católica relatou que quatro sacerdotes católicos foram assassinados.³⁸⁶

Em Setembro de 2012, um pastor da Igreja Pentecostal Unida da Colômbia foi assassinado em Bogotá por um assaltante desconhecido, que se pensava ter pertencido a um dos muitos grupos armados ilegais. Na realidade, tal como relatado pelo Conselho das Igrejas Evangélicas da Colômbia (CEDECOL), uma média de vinte a trinta líderes religiosos protestantes são assassinados todos os anos por estes grupos.³⁸⁷ Em Fevereiro de 2013, a Igreja Católica na Colômbia apelou a que as guerrilhas FARC cessassem os seus ataques violentos e participassem no diálogo. O presidente da Conferência Episcopal da Colômbia referiu que os ataques estavam a dificultar as negociações de paz.³⁸⁸

Em Abril de 2013, a autoridade sanitária colombiana emitiu uma circular relativa ao aborto, que (após uma decisão altamente controversa do Supremo Tribunal) tinha sido legalizado – ou melhor, descriminalizado – em Maio de 2006, em três circunstâncias específicas: quando a vida da mãe está em perigo, quando há deformações congénitas incompatíveis com a vida e em caso de violação. Agindo supostamente com base na Constituição, em tratados internacionais e em sentenças do tribunal constitucional, a circular instruía todos os profissionais de saúde, tanto públicos como privados, laicos ou confessionais, a tomarem as medidas necessárias para prestar este «serviço» às mulheres nas circunstâncias acima referidas. Embora reconhecendo o direito à objecção de consciência aos médicos individualmente, a circular alegava que este direito não se aplicava às instituições mas sim a pessoas individuais. Assim, caso solicitadas, as instituições eram obrigadas a ter disponível o pessoal médico e outro necessário para realizar abortos. Além disso, afirma-se que os médicos que apresentaram uma objecção de

³⁸⁴ www.state.gov/documents/organization/208678.pdf

³⁸⁵ *Ibidem*

³⁸⁶ *Ibidem*

³⁸⁷ www.noticiacristiana.com/sociedad/policialjudicial/2012/09/pastor-colombiano-es-asesinado-por-sicarios-por-razones-aun-desconocidas.html

³⁸⁸ www.wradio.com.mx/noticias/internacional/pide-iglesia-colombiana-a-farc-frenar-ataques-para-blindar-dialogo/20130206/nota/1837870.aspx

consciência a um aborto eram, mesmo assim, obrigados a referenciar as mulheres a outros médicos dispostos a realizar o procedimento.

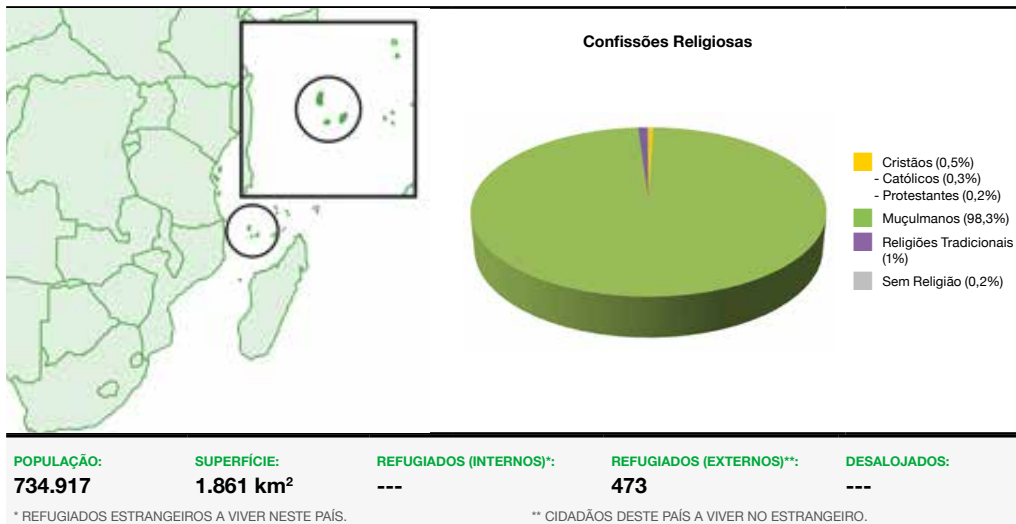
A circular foi publicada, apesar do facto de um decreto anterior para o mesmo efeito (o Decreto n.º 4444, de 2006) publicado pelo Departamento de Saúde ter sido, antes de mais, suspenso em 2009 e depois rejeitado como inconstitucional um mês antes, em Março de 2013. Os profissionais de saúde católicos e outros argumentaram não só que a autoridade de saúde não tem autoridade legal para emitir este tipo de ordens, como também que a própria ordem – tal como o decreto antes dela – se baseia numa mentira: nomeadamente, a tentativa de interpretar a decisão do Supremo Tribunal de 2006 como conferindo um «direito» ao aborto, enquanto na realidade esse direito não existe na lei colombiana (uma vez que o aborto não foi legalizado mas apenas descriminalizado e apenas em três circunstâncias específicas acima descritas).³⁸⁹ Na realidade, tem havido tentativas persistentes por parte dos promotores do aborto de manipular a decisão do Supremo Tribunal neste sentido – tentativas que tiveram forte oposição tanto por parte de opositores como de constitucionalistas. Recentemente, por exemplo, em Maio de 2014, ao debater uma proposta de lei para a protecção das vítimas de violência sexual, o Congresso colombiano retirou especificamente as palavras relativas ao aborto como um direito.

Na sequência do chumbo de uma lei no Congresso que teria legalizado as uniões entre pessoas do mesmo sexo, uma decisão anterior do Tribunal Constitucional teve efeito, pelo que, se até 20 de Junho de 2013 não houvesse legislação sobre este assunto, os juízes e os notários teriam de celebrar «contratos vinculativos solenes» entre pessoas do mesmo sexo. Numa entrevista, em Abril de 2013, a uma agência noticiosa colombiana, o conservador-geral dos Registos Jorge Enrique Vélez afirmou que os notários e conservatórias teriam a obrigação de testemunhar e validar parcerias entre pessoas do mesmo sexo sem qualquer direito a oporem-se por razões de consciência. Vélez afirmou que o acordo envolvido era «um documento, um acordo voluntário em que duas pessoas realizam um contrato, em que o notário é uma simples testemunha. Isto é algo que pode ser feito entre dois homens ou duas mulheres, ou entre duas pessoas de ambos os sexos, conforme desejarem».³⁹⁰

³⁸⁹ www.celir.cl/v2/legislacion/SuperintendenciaDeSaludColombia.pdf

³⁹⁰ www.vanguardia.com/actualidad/Colombia/205851-notarios-no-pueden-alegar-objecion-de-conciencia-en-las-uniones-gay

COMORES



A União das Comores³⁹¹, no preâmbulo da Constituição³⁹² de 2001, revista em 2009, declara que o Islamismo é a «religião do Estado» e acrescenta que dele retira permanente inspiração para «os princípios e normas que governam a União». Os seus cidadãos são descritos como iguais «em direitos e deveres, sem distinção de sexo, origem, raça, religião ou crença». Independentemente disso, um decreto presidencial de Janeiro de 2013 limita as práticas religiosas públicas e autoriza-as explicitamente apenas aos que são muçulmanos sunitas.³⁹³ O Artigo 41 da Constituição³⁹⁴ lida com os «órgãos consultivos» (incluindo especificamente o Conselho dos *Ulema* – sábios e intelectuais muçulmanos) que vão «apoiar o Governo» da União e os responsáveis executivos das ilhas «na elaboração das decisões que afectam a vida religiosa, económica e social do país». Quanto à forma que esta consulta assume e ao funcionamento destes órgãos, isso é referido numa lei seguinte, a Lei da União. Especificamente, os *ulema* podem apresentar as suas perspectivas sobre as leis e decretos propostos e as várias autoridades (presidente, ministros, presidente do Parlamento, presidentes dos conselhos e governadores das ilhas individuais) podem consultá-lo sobre qualquer assunto relacionado com a religião. Pela sua parte, os *ulema* podem submeter recomendações ao Governo, ao Parlamento e aos governadores das ilhas sempre que considerem que a legislação está em conflito com os princípios do Islamismo.³⁹⁵

O sistema judicial baseia-se na lei islâmica (*sharia*) e no código civil herdado do poder colonial francês. Em teoria, as leis ordinárias, como por exemplo a Constituição, proclamam a liberdade religiosa, mas ao mesmo tempo proíbem o proselitismo por parte de qualquer outra religião que não o Islamismo, sendo a pena por infracção a expulsão do país. As penalidades para os que se convertem do Islamismo a outra religião não estão claramente definidas, embora isto seja explicitamente proibido por lei. Desde 2012 que não tem havido

³⁹¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/comoros

População: <http://data.worldbank.org/country/comoros>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

³⁹² <http://mjp.univ-perp.fr/constit/km2009.htm>

³⁹³ http://alwatan.net/index.php?home=actu.php&actu_id=4894

³⁹⁴ https://constituteproject.org/constitution/Comoros_2009

³⁹⁵ Cf. *Comoros Constitution and Citizenship Laws Handbook – Strategic Information and Basic Laws*, IBP USA, 2013.

registos de situações de condenações por estas ofensas. Os grupos religiosos não são obrigados a registar-se, nem lhes é concedido qualquer reconhecimento oficial. O grande mufti (um muçulmano sunita) é nomeado pelo presidente e é incluído no Governo (no âmbito do Ministério da Justiça, Administração Pública, Direitos Humanos e Assuntos Islâmicos), onde lida com questões religiosas, incluindo os seus aspectos administrativos. Além disso, funciona como conselheiro do Governo nos assuntos relacionados com o Islamismo e a *sharia*. Periodicamente, também aconselha os *ulema* para garantir o respeito pelos preceitos islâmicos e intervém regularmente em questões sociais através de emissões de rádio para todo o país.

O estudo do Islamismo não é obrigatório nas escolas, embora alguns elementos sejam ensinados juntamente com a língua árabe nalgumas escolas estatais. Além do sistema das escolas estatais, também surgiram instituições de ensino privadas. Entre estas há algumas escolas de língua francesa e também inúmeras madrassas. Estas escolas privadas, que ensinam a recitar e a ler o Corão, são frequentadas por quase todas as crianças com idades entre os 4 e os 7 anos, embora nem sempre a tempo inteiro. Ao nível social há pressão para frequentar estas escolas, mas elas não são obrigatórias por lei, nem há qualquer tipo de sanções oficiais para os que não as frequentam. Os estrangeiros podem solicitar que os seus filhos não participem nas aulas de Islamismo e língua árabe, embora não haja aulas religiosas alternativas no programa de ensino.

Ao nível académico, a única universidade estatal nas ilhas é financiada pelo Governo. De acordo com o relatório da liberdade religiosa internacional de 2012 do Departamento de Estado Norte-Americano, isto deve-se em parte às preocupações de que os jovens estudem alternativamente no estrangeiro e regressem com culturas islâmicas diferentes ou não islâmicas. Daí a influência do Islamismo tradicional 'sunita moderado' das Comores.³⁹⁶

Nalguns casos, as pessoas que se converteram a uma religião que não o Islamismo preferiram deixar a escola devido à discriminação social. Sobretudo os cristãos não ligados à paróquia católica ou ao grupo da missão protestante enfrentaram pressões para não praticarem a sua fé. E embora o Governo permita que os grupos religiosos não-muçulmanos estabeleçam locais de culto e se envolvam em actividades religiosas pacíficas, as pressões sociais e a intimidação fizeram com que muitos cristãos das Comores ficassem afastados das principais Igrejas, que são usadas sobretudo por estrangeiros (que geralmente encontram pouca ou nenhuma discriminação ou pressão).

Existe uma catedral católica na capital, Moroni, e duas outras igrejas cristãs nas outras duas ilhas. Há também duas mesquitas xiitas e um templo hindu. O último relatório da *Freedom House* cita «restrições, detenções e assédio» de não-muçulmanos.³⁹⁷

A comunidade muçulmana xiita também enfrenta pressões sociais e discriminação, sobretudo ao nível local, nas aldeias. O nível desta hostilidade depende acima de tudo da atitude e influência dos imãs e líderes religiosos locais. Um incidente, sobre o qual há informação relativamente detalhada, relativo à detenção de dezanove muçulmanos xiitas no início de Fevereiro de 2013 em Mutsamudu, a principal cidade da ilha de Anjouan. Estes seguidores do líder religioso Mahmoud Abdallah Ibrahim foram acusados de «minar a coesão social».³⁹⁸ Foram todos considerados culpados e condenados a penas de prisão que iam dos cinco meses (pena suspensa) aos dez meses de prisão efectiva, juntamente com multas

³⁹⁶ <http://state.gov/j/drl/ris/irf/2012/af/208134.htm>

³⁹⁷ <http://freedomhouse.org/report/freedom-world/2013/comoros>

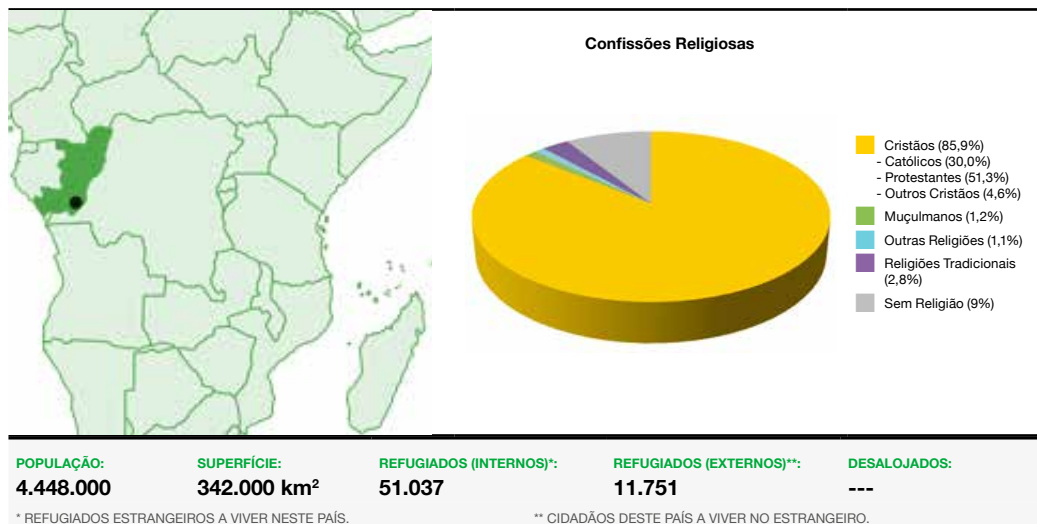
³⁹⁸ http://en.indian-ocean-times.com/Comoros-Arrest-of-19-Shiite-whose-doctrine-is-prohibited-by-Presidential-Decree_a837.html

correspondentes.³⁹⁹ Os preconceitos em relação aos Muçulmanos Xiitas são também em parte políticos, pois os membros deste ramo do Islamismo são considerados como não estando alinhados com a religião dominante das ilhas. São também vistos como estando ligados aos círculos que se opõem ao Governo no poder. Houve ainda alguns episódios de violência entre as comunidades xiitas e sunitas. De uma maneira geral, todos os habitantes das Comores estão sujeitos a pressões sociais para observarem certos preceitos exteriores do Islamismo, em especial o jejum durante o mês do Ramadão.

Em resumo, o quadro legal e os problemas relacionados com a liberdade religiosa permaneceram substancialmente inalterados durante o período em análise. Não tem havido registos de perseguições em sentido estrito e sistemático. No entanto, quase todos os membros da população que não aderem ao Islamismo sunita experimentaram alguma forma de pressão ligada às suas crenças religiosas. No caso dos Muçulmanos Xiitas, estas pressões assumiram ocasionalmente a forma de surtos de violência e detenções. A liberdade religiosa, tal como definida na Constituição, não inclui uma obrigação de registo estatal, mas na prática consiste apenas na liberdade de culto, enquanto os que têm uma observância religiosa diferente do Islamismo sunita oficial são sujeitos a poderosas pressões sociais.

³⁹⁹ <http://watwan.over-blog.com/article-la-sentence-est-tombe-hier-pour-les-19-prevenus-chiites-121455173.html>

CONGO BRAZAVILLE



A Constituição de 2002 define o Estado⁴⁰⁰ como secular (Artigo 1). Todas as formas de discriminação, incluindo a intolerância religiosa, são proibidas (Artigo 8). A liberdade de consciência e crença é descrita como «inviolável» (Artigo 18). Além disso, «o uso da religião para fins políticos» é proibido, bem como qualquer tipo de fanatismo religioso.

Tal como acontece com todas as organizações que funcionam no país, cada grupo religioso é obrigado a obter o registo oficial e aprovação governamental. Não há relatos de casos de discriminação envolvendo grupos religiosos que procuram acreditação, embora tenha havido queixas de que o processo é moroso. Os grupos que não se registem podem ser multados, os seus bens podem ser confiscados, os seus contratos podem ser invalidados e o seu pessoal deportado, no caso de serem de outros países.

A educação religiosa não faz parte do currículo das escolas públicas. Contudo, as escolas privadas são livres de incluir instrução religiosa.

As seguintes celebrações religiosas são consideradas como feriados públicos: Segunda-feira de Páscoa, Ascensão, Pentecostes, Todos os Santos e Natal. O Governo não inclui os dias religiosos muçulmanos, mas concede feriado aos Muçulmanos (calcula-se que sejam menos de 2% a nível nacional) para as suas principais celebrações, como o Eid al-Fitr e o Eid al-Kebir. As autoridades recomendam que os empregadores privados façam o mesmo.⁴⁰¹

O Congo Brazzaville é um dos poucos países africanos onde um crescente número de cidadãos se declara como ateu. Os números aumentaram para 9%, de acordo com o relatório sobre a liberdade religiosa internacional de 2012 do Departamento de Estado Norte-Americano. Tal como acontece com outros países da região do centro de África, crê-se que um número significativo de líderes políticos sejam membros de lojas maçónicas,⁴⁰² embora não haja provas de que isto tenha qualquer impacto negativo em relação à liberdade religiosa.

⁴⁰⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/republic-of-the-congo

População: <http://data.worldbank.org/country/congo-republic>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

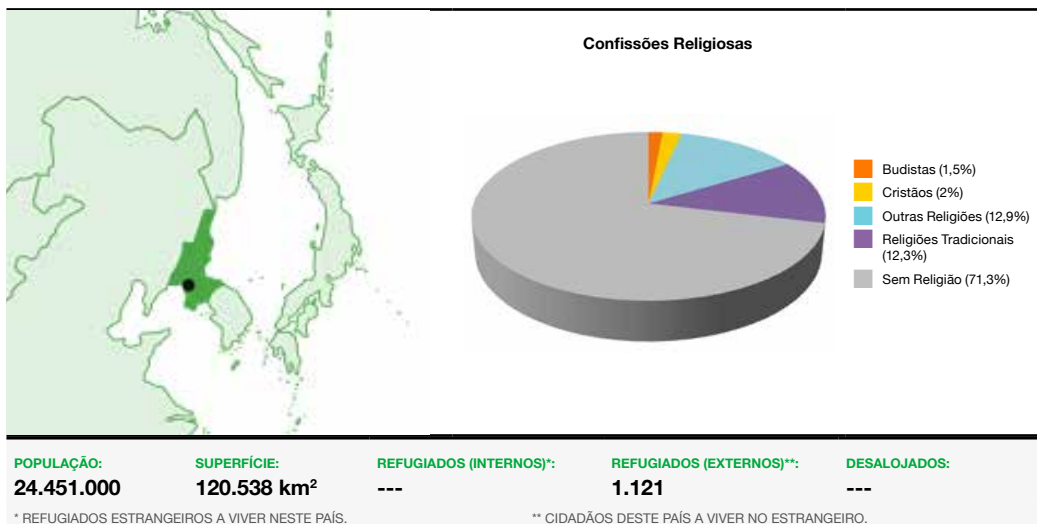
Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e45c442&submit=GO

⁴⁰¹ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/#wrapper

⁴⁰² www.slateafrique.com/88481/congo-sassou-nguesso-parrain-franc-maconnerie

Durante o período abrangido por este relatório, não há relatos de casos de discriminação religiosa. Nem houve quaisquer casos de conflitos inter-religiosos. Em geral, há uma coexistência pacífica entre pessoas e comunidades de diferentes religiões e há respeito mútuo.

COREIA DO NORTE



A República Democrática da Coreia do Norte⁴⁰³ é amplamente considerada como o país mais fechado do mundo, governado pelo regime mais repressivo do mundo, com um dos piores registos mundiais de direitos humanos. Embora a Constituição da Coreia do Norte preveja a «liberdade de crença religiosa», na realidade esta não existe e continua a haver ‘graves’ abusos da liberdade religiosa, de acordo com a Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional.⁴⁰⁴

Em Dezembro de 2011, Kim Jong-il (conhecido como o ‘Querido Líder’) morreu e o seu filho, Kim Jong-un, assumiu o poder. A Coreia do Norte tem sido governada por uma família desde a sua criação, e talvez seja a única ditadura no mundo que é uma dinastia que se apresenta como uma divindade. O avô de Kim Jong-un, Kim Il-sung, conhecido como o ‘Grande Líder’, é efectivamente adorado e o culto da personalidade continuou através das duas gerações de liderança seguintes. De facto, é exigida lealdade absoluta à família Kim e ao regime, não sendo tolerada qualquer outra crença. Cada casa, escritório e edifício público é obrigado a exibir imagens do ‘Grande Líder’ e do ‘Querido Líder’.

Kim Jong-un mantém o poder através da repressão brutal do seu povo. Em Dezembro de 2013, num exemplo ao mais alto nível, mandou que o seu tio, Jang Song-thaek, que tinha sido seu mentor e era o segundo líder mais poderoso, fosse detido e executado. No mês anterior, pelo menos oitenta pessoas foram alegadamente executadas num único dia por posse de Bíblias ou por verem programas televisivos sul-coreanos. Anteriormente, em 2013, uma antiga namorada de Kim Jong-un foi alegadamente executada a tiro de metralhadora e um antigo ministro-adjunto da Defesa foi morto por fogo de morteiro.

Em 1988, o Governo criou federações religiosas para protestantes, católicos, budistas e chondoístas (seguidores de um sistema sincrético de crença baseado no Confucionismo), num reconhecimento superficial dos grupos religiosos. Foram construídas uma igreja católica, duas igrejas protestantes e uma igreja ortodoxa russa em Pyongyang, mas pensa-se em geral que estas sejam igrejas de fachada ao estilo Potemkin para beneficiar os visitantes estrangeiros.

⁴⁰³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/north-korea

População: [http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Democratic People's Republic of Korea](http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Democratic+People's+Republic+of+Korea)

⁴⁰⁴ Relatório da Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, 2013

A Igreja Católica não tem sacerdote e por isso não é celebrada Missa. Sacerdotes em visita ocasional são autorizados a celebrar Missa, mas sobretudo na privacidade das embaixadas estrangeiras. O Vaticano declarou as três dioceses norte-coreanas – Pyongyang, Hamhung e Chunchon – como sedes vacantes, sob administração de bispos diocesanos da Coreia do Sul. O Bispo Francisco Hong Yong-ho de Pyongyang não é visto desde 10 de Março de 1962.

É impossível recolher estatísticas precisas sobre o número de cristãos ou outros crentes devido à natureza fechada do país e ao secretismo com que muitos crentes prestam culto. Os números oficiais afirmam que há 3.000 católicos no país, mas o número pode ser maior se forem tidos em conta os crentes secretos. Os registos revelam que havia aproximadamente 50 mil católicos no norte da Coreia antes da divisão da península. Desde o estabelecimento do regime em 1953, calcula-se que cerca de 300 mil cristãos de várias denominações desapareceram.

Os refugiados norte-coreanos que fugiram do país relatam consistentemente que não há liberdade religiosa dentro do país. A maioria diz que nunca conheceu um cristão no país, nem viu uma Bíblia. Um novo relatório sobre 'Liberdade Religiosa na Coreia do Norte', publicado em 2013 pelo Centro de Dados sobre Direitos Humanos na Coreia do Norte, relata que 99,6% dos desertores norte-coreanos entrevistados disseram que não existe liberdade religiosa na Coreia do Norte, enquanto 75,7% afirmaram que as actividades religiosas são punidas com detenção e prisão.⁴⁰⁵

A maior parte dos novos convertidos tornam-se cristãos após fugirem através da fronteira com a China, onde entram em contacto com missionários cristãos que ajudam refugiados. No entanto, a China tem uma política de repatriamento forçado. No regresso à Coreia do Norte, uma das primeiras perguntas que são colocadas aos pretensos desertores é se se encontraram com um missionário, se possuem uma Bíblia ou se tiveram contacto com sul-coreanos. As mulheres grávidas enfrentam o aborto forçado ou o infanticídio para os recém-nascidos.

Uma nova publicação de 2013 da organização Justiça para a Coreia do Norte, *The Persecuted Catacomb Christians of North Korea*, relata: «Os norte-coreanos são enviados para campos de prisioneiros políticos perpétuos, sem julgamento, por posse ou leitura da Bíblia. Os norte-coreanos são forçados a realizar trabalhos forçados extremamente duros, como escravos em campos de treino pelo trabalho ou prisões normais, pelo simples facto de rezarem. Muitos cristãos morrem à fome nestes campos e prisões ou devido ao tratamento degradante.»⁴⁰⁶

No coração do sistema de repressão na Coreia do Norte estão os brutais campos de prisioneiros, conhecidos como *kwan-li-so* e por vezes referidos como 'gulags', onde se calcula que sejam mantidos mais de 200 mil prisioneiros em condições muito duras, sujeitos a torturas sistemáticas e graves, privados dos alimentos adequados e sujeitos a um sistema muito duro de trabalhos forçados que viola a lei internacional, incluindo a exploração mineira, o abate de árvores e o trabalho fabril intensivo com rações alimentares mínimas, o que causa fadiga extrema e doença, e acaba em muitos casos por levar à morte. Foi sugerido que pelo menos 25% dos cristãos norte-coreanos são mantidos em campos de prisioneiros. A culpa por associação é aplicada às famílias dos presos, pelo que até três gerações podem ser punidas.

O acesso aos campos por parte de monitores internacionais tem sido impossível e por isso a informação só é facultada por sobreviventes dos campos, e por imagens de satélite e outro tipo de informação secreta. Uma análise detalhada dos campos foi escrita por David

⁴⁰⁵ Centro de Dados sobre Direitos Humanos na Coreia do Norte, «Religious Freedom in North Korea», 2013

⁴⁰⁶ Justiça para a Coreia do Norte, «The Persecuted Catacomb Christians of North Korea», por Kim Hi-tae e Peter Jung, 2013

Hawk em *The Hidden Gulag: The Lives and Voices of 'Those Who are Sent to the Mountains'*, publicado pela primeira vez pelo Comité de Direitos Humanos na Coreia do Norte em 2003, com uma segunda edição actualizada em 2012.⁴⁰⁷ Em 2011, a Amnistia Internacional publicou imagens de satélite que revelam a escala dos campos de prisioneiros,⁴⁰⁸ e em 2013 publicou novas informações que sugerem uma tentativa por parte das autoridades de esconderem a existência dos campos fundindo-os com aldeias existentes.⁴⁰⁹

Um aspecto fundamental do controlo da sociedade norte-coreana por parte do regime é o sistema *songbun* de classificação social, que divide a população em cinquenta e uma categorias de classes políticas, agrupadas em três grandes castas: classes 'nucleares', 'vacilantes' e 'hostis'. A classe de uma pessoa é determinada pelo nascimento, tendo em consideração o registo político e os antecedentes da família, e afecta todos os aspectos da vida, incluindo o acesso à educação, saúde, rações alimentares e oportunidades de emprego. O sistema foi analisado em pormenor num grande relatório do Comité de Direitos Humanos na Coreia do Norte intitulado *Marked for Life: Songbun – North Korea's Social Classification System*, publicado em 2012.⁴¹⁰ Os Cristãos e outros crentes são automaticamente considerados como fazendo parte das classes 'hostis' e como consequência sujeitos a graves punições e perseguições.

Em Agosto de 2010 foi relatado que vinte e três cristãos tinham sido detidos e três tinham sido executados.

A 16 de Junho de 2009, Ryi Hyuk Ok,⁴¹¹ de 33 anos e originária de Ryongcheon-si Pyonganbuk-do, foi executada, alegadamente por distribuir Bíblias. Foi também acusada de organizar oponentes ao regime, de praticar espionagem e de ser uma católica com ligações aos Estados Unidos e à Coreia do Sul. O seu marido, os três filhos e os pais foram enviados para a Divisão Provincial de Segurança de Pyungbuk, a 17 de Junho de 2009, e enviados para o 22.º asilo da Divisão Nacional de Segurança, uma prisão para criminosos políticos localizada em Hweryung, Hambuk.

A 10 de Março de 2009, Seo Keum Ok, de 30 anos, oriunda de Sineuiju-si Pyonganbuk-do, foi detida por distribuir Bíblias e CD, e acusada de espionagem e de ser uma católica com ligações aos Estados Unidos e à Coreia do Sul. Além disso, foi acusada de espionagem em relação às instalações nucleares em Keumchang-ri e Pyonganbuk-do. De acordo com o relato, sofreu «torturas indescritíveis» e desconhece-se se ainda está viva. O seu marido, Kim Pyung Cheol, foi também detido e preso, e os seus dois filhos estão desaparecidos.

A 4 de Outubro de 2008, Kim Kwang Myung, um católico de Wonsan-si Gangwon-do, de 45 anos, foi detido e acusado de distribuir rádios de onda curta. De acordo com o relato, «desconhece-se se ainda está vivo».

Em Novembro de 2012, Kenneth Bae, um coreano-americano cristão, foi detido na cidade de Rason enquanto liderava um grupo de turistas com cinco europeus. Em Maio de 2013, foi condenado a quinze anos de trabalhos forçados por «crimes destinados a derrubar a República Democrática Popular da Coreia com hostilidade para com o país».

⁴⁰⁷ Comité de Direitos Humanos na Coreia do Norte, *The Hidden Gulag: The Lives and Voices of 'Those Who are Sent to the Mountains'*, 2012 http://hrnk.org/uploads/pdfs/HRNK_HiddenGulag2_Web_5-18.pdf

⁴⁰⁸ Amnistia Internacional, «Images reveal scale of North Korean political prison camps», 3 de Maio de 2011, www.amnesty.org/en/news-and-updates/images-reveal-scale-north-korean-political-prison-camps-2011-05-03

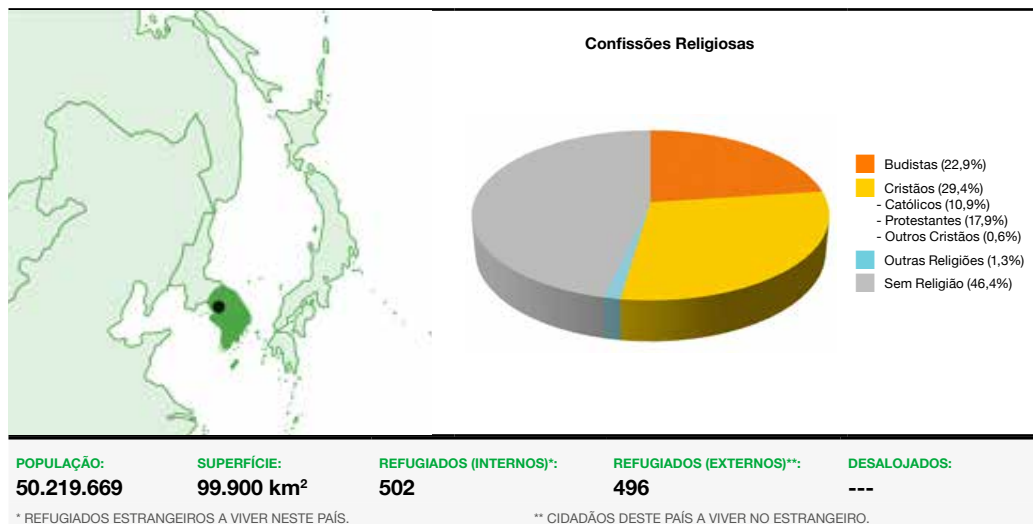
⁴⁰⁹ Amnistia Internacional, «North Korea: New images show blurring of prison camps and villages», 7 de Março de 2013, www.amnesty.org/en/news/north-korea-new-images-show-blurring-prison-camps-and-villages-2013-03-07

⁴¹⁰ Comité de Direitos Humanos na Coreia do Norte, *Marked for Life: Songbun – North Korea's Social Classification System*, 2012 http://hrnk.org/uploads/pdfs/HRNK_Songbun_Web.pdf

⁴¹¹ CSW, «North Korea – CSW condemns reported execution of Christian woman», 30 de Julho de 2009, <http://dynamic.csw.org.uk/article.asp?t=press&id=889>

Relatos de Dezembro de 2012 sugerem um crescimento no número de espiões na China que procuram activistas dos direitos humanos e cristãos que ajudam refugiados norte-coreanos. Em Janeiro de 2013, dois cristãos norte-coreanos foram mortos: um foi alvejado na fronteira enquanto viajava para um encontro de formação sobre a Bíblia na China e outro morreu num campo de prisioneiros. A segunda vítima tinha-se tornado cristã na China e depois regressado à Coreia do Norte, mas as autoridades descobriram a sua fé e enviaram-na para a prisão, onde foi cruelmente torturada e obrigada a trabalhos forçados. Em Março de 2013, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas votou por unanimidade o estabelecimento de uma Comissão de Inquérito para investigar as violações de direitos humanos na Coreia do Norte. O inquérito, presidido pelo juiz australiano Michael Kirby, realizou uma série de audições públicas em Seul, Tóquio, Londres e Washington, e visitou Banguécoque e outros locais para recolher provas, tudo com o objectivo de entregar um relatório ao Conselho de Direitos Humanos.

COREIA DO SUL



A Constituição de 1948 da República da Coreia⁴¹² (Coreia do Sul), revista por diversas vezes até 1988, garante a liberdade de consciência (Artigo 19) e a liberdade religiosa (Artigo 20) para todos os cidadãos. Além disso, não reconhece nenhuma religião estatal e oficialmente defende o princípio da separação entre Igreja e Estado.⁴¹³

A lei não requer que as organizações religiosas se registem. Do ponto de vista organizacional, elas são completamente autônomas. Os únicos feriados religiosos oficiais são o Natal e o aniversário de Buda.⁴¹⁴

A Coreia do Sul⁴¹⁵ é um país de grande diversidade religiosa, mas 46,4% da população não pertence a qualquer comunidade religiosa. O Cristianismo está a crescer continuamente desde 2010, com 29% da maior comunidade no país. Com um aumento de 2 a 3%,⁴¹⁶ a Igreja Católica está a crescer ainda mais depressa do que a população da Coreia do Sul, cuja taxa de nascimentos se ficou pelos 0,8%.⁴¹⁷ Segundo o Centro Berkley da Universidade de Georgetown, a Coreia do Sul «é notável por ser o único país do leste asiático onde uma fé historicamente ocidental ultrapassa em número a maior fé historicamente asiática, reflectindo o trabalho missionário cristão sustentado ao longo do último século». Apenas pequenos grupos pertencentes a outras religiões estão também presentes.⁴¹⁸

Em princípio, não há problemas em relação à liberdade religiosa, seja envolvendo as autoridades ou entre cidadãos privados. A Conferência Episcopal Católica criou uma Comissão para o Diálogo Inter-Religioso⁴¹⁹ e há diversos encontros regulares entre Budistas e Cristãos. Nalgumas Igrejas protestantes, o diálogo com os Budistas é rejeitado. Nos últimos anos,

⁴¹² www.constituteproject.org/constitution/Republic_of_Korea_1987

⁴¹³ http://korea.assembly.go.kr/res/low_01_read.jsp

⁴¹⁴ www.asia-pacific-connections.com/korean_holidays.html

⁴¹⁵ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/south-korea

População: <http://data.worldbank.org/country/korea-republic>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e489036&submit=GO

⁴¹⁶ www.catholicnewsagency.com/news/report-finds-catholic-population-growing-in-south-korea/

⁴¹⁷ www.ft.com/cms/s/0/3be6ec40-4dd4-11e2-9e71-00144feab49a.html#axzz36P5nRVvz

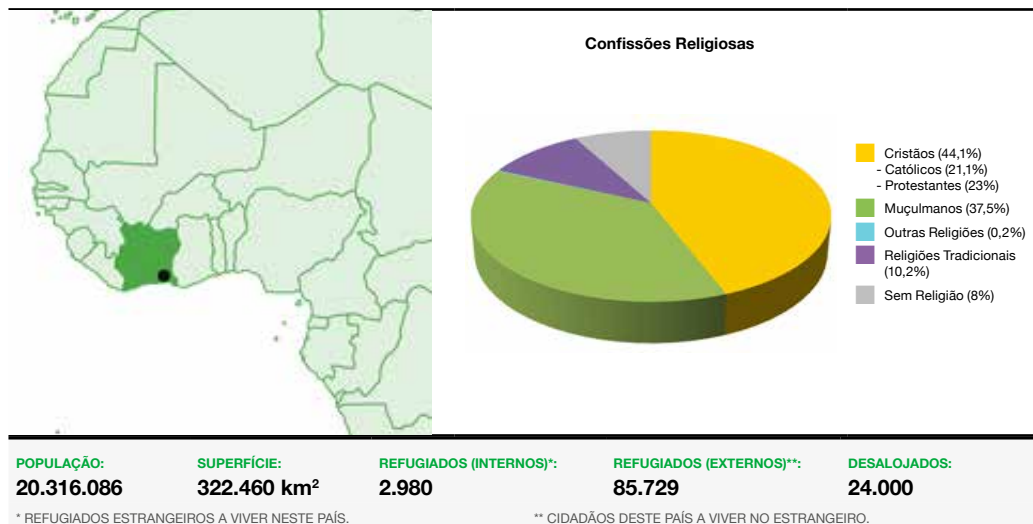
⁴¹⁸ <http://berkeleycenter.georgetown.edu/resources/countries/south-korea>

⁴¹⁹ www.asianews.it/news-en/Lent,-a-%E2%80%98bridge%E2%80%99-for-interfaith-dialogue-in-Seoul-21217.html

os Budistas queixaram-se de ataques dos Cristãos protestantes na Coreia do Sul e da sua atitude agressiva para com as pessoas de outra religião.⁴²⁰

⁴²⁰ www.ucanews.com/story-archive/?post_name=/2010/12/23/academics-blame-religions-for-conflicts&post_id=59519

COSTA DO MARFIM



A Costa do Marfim⁴²¹, na África Ocidental, tem um número invulgarmente elevado de elementos étnicos e religiosos diferentes. As estatísticas da ARDA⁴²² mostram que há aproximadamente o mesmo número de Cristãos, Muçulmanos e seguidores de religiões tradicionais, representando cada uma cerca de um terço do total da população. Pouco mais de metade dos Cristãos são Católicos, enquanto cerca de 23% são Protestantes convencionais. Uma quantidade semelhante pertence a grupos cristãos independentes. Abidjan, Bouaké, Gagnoa e Korhogo são as sedes das principais arquidioceses católicas. Uma característica visível, famosa para além das fronteiras do país, é a grande Basílica de Nossa Senhora da Paz em Yamoussoukro, uma imitação da Basílica de São Pedro em Roma. É vista por muitos africanos como um símbolo da fé cristã na África Ocidental, embora tenha sido gozada e criticada noutros locais como uma ‘basílica no mato’.

De acordo com a Constituição, a Costa do Marfim é um Estado secular.⁴²³ O Artigo 9 da Constituição do ano 2000 garante «liberdade de crença religiosa».⁴²⁴ Tradicionalmente, as relações entre as diferentes comunidades religiosas são globalmente harmoniosas, o que, num país multi-étnico e multi-religioso como a Costa do Marfim, é uma condição prévia fundamental para a coexistência pacífica. Há, no entanto, uma espécie de divisão religiosa em dois sentidos no país: o Cristianismo é a religião dominante no sul, enquanto no norte é o Islamismo. A força do Islamismo no norte tem sido impulsionada pela chegada de novas pessoas dos países vizinhos a norte da Costa do Marfim, sobretudo do Burkina Faso. Em geral, não houve mudanças em relação à liberdade religiosa durante o período abrangido por este relatório.

Independentemente disso, o passado recente ainda lança uma sombra pesada. Para muitos cristãos, a agitação que se seguiu às eleições presidenciais de 2011 foi traumática. Os

⁴²¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/ivory-coast

População: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e484016&submit=GO

⁴²² Associação de Arquivos de Dados Religiosos

⁴²³ www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/CoteDIvoire/Innenpolitik_node.html

⁴²⁴ http://abidjan.usembassy.gov/ivoirian_constitution2.html

apoiantes do derrotado presidente Laurent Gbagbo, um cristão (de acordo com a sua própria afirmação), e os apoiantes do chefe de Estado recém-eleito, o presidente Alassane Ouattara, um muçulmano, envolveram-se em fortes confrontos durante muitas semanas. Segundo informação de sacerdotes católicos, cerca de quarenta igrejas foram atacadas por gangues armados.⁴²⁵ A situação acalmou desde então, mas mesmo em 2013 não era possível falar sobre uma normalização das relações. O sacerdote jesuíta Padre Hyacinthe Loua SJ falou na Rádio Vaticano: «Há três anos que as pessoas falam de reconciliação neste país, mas pouco aconteceu. Estamos a esforçar-nos por fazer o nosso melhor e totalmente conscientes de que vai demorar muito tempo. Se quisermos falar de curar as feridas da guerra, então precisamos de tomar consciência de que isso vai demorar anos.»

Neste momento, a Costa do Marfim enfrenta dois desafios fundamentais. Por um lado, nas últimas décadas o país absorveu uma grande quantidade de pessoas dos países vizinhos. Diz-se que há cerca de 4 milhões de pessoas que emigraram para a Costa do Marfim, em parte por razões económicas e em parte como refugiados das guerras civis noutros locais. Muitos deles são apátridas. Isto representa cerca de 20% da população total. Sem uma boa integração social e cultural destes emigrantes, a reconciliação, a justiça e a paz são quase impensáveis. O problema podia, no entanto, ser atenuado após o regresso de alguns refugiados aos seus países de origem, mas este processo está longe de ter terminado.⁴²⁶ Muitos ainda são refugiados, sobretudo na parte ocidental do país, ao longo da fronteira com a Libéria, que é estruturalmente mais frágil. Outro problema é que muitos costa-marfinenses vivem na pobreza. Este é o contexto para tensões ocasionais entre diferentes grupos religiosos. Essas tensões são menos uma expressão de zelo religioso ou ódio e mais um sinal de insatisfação com a situação económica e social. A polarização política e até o uso de violência contribuíram igualmente para a discordância.

O grau em que esta polarização aumentou no passado recente pode ser visto no julgamento de apoiantes do antigo presidente Gbagbo, que começou em 2013, dois anos após a agitação violenta que envolveu a sua queda do poder.⁴²⁷ Como consequência, oitenta e quatro dos seus colaboradores mais próximos foram considerados responsáveis pela morte de mais de 3.000 pessoas durante a campanha eleitoral de 2011. Não é de maneira nenhuma uma acção não controversa. Os críticos acusam o actual presidente Alassane Ouattara de usar estes julgamentos para exigir a «vingança dos vencedores» em relação a Gbagbo e aos seus apoiantes. Os bispos católicos do país apoiam a procura da verdade ao mesmo tempo que exigem justiça e paz.⁴²⁸ Contudo, os julgamentos instituídos contra os apoiantes de Gbagbo, um homem que já foi levado a tribunal, não deviam «ocorrer apenas numa direcção», acrescentam. Os bispos afirmaram: «Os apoiantes do actual presidente devem também ser levados perante a justiça e condenados.»

Em conclusão, a situação relativa à liberdade religiosa permaneceu maioritariamente inalterada durante o período em análise. Nas situações em que as tensões aumentaram, isso deveu-se sobretudo às questões étnicas e às diferenças políticas, embora outras formas de intolerância, incluindo a discriminação religiosa, não pudessem ser inteiramente excluídas.

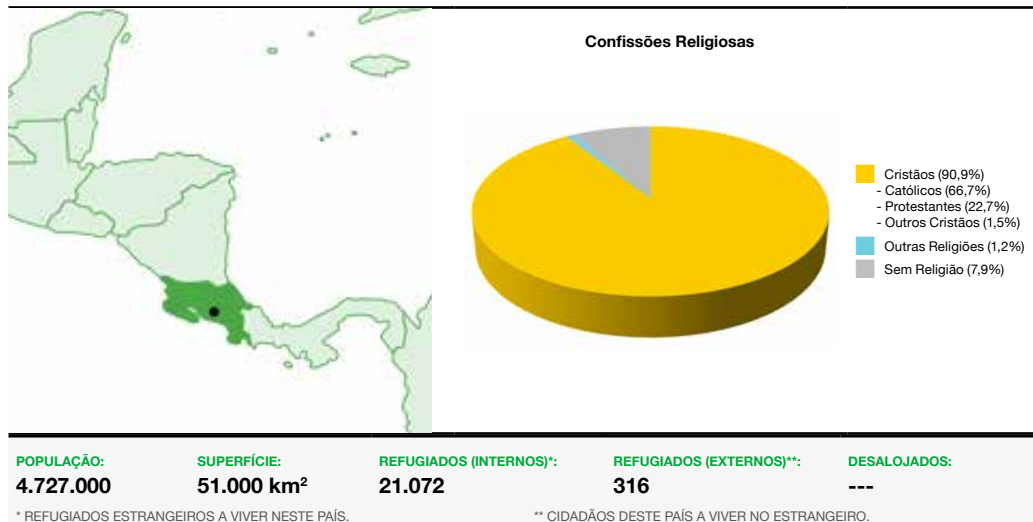
⁴²⁵ *Fides*, 09.11.11

⁴²⁶ www.unhcr.org/pages/49e484016.html

⁴²⁷ http://de.radiovaticana.va/news/2013/07/15/elfenbeink%C3%BCste:_prozessbeginn_gegen_gbagbo-mitarbeiter/ted-710543

⁴²⁸ *Ibidem*

COSTA RICA



Informação geral

A língua oficial da Costa Rica⁴²⁹ é o espanhol, mas o inglês é também largamente falado entre profissionais e os imigrantes jamaicanos. O sistema político é uma república parlamentar democrática. De acordo com o recenseamento, tem havido um aumento da imigração, em especial da Nicarágua, Colômbia, Estados Unidos, Panamá e El Salvador.⁴³⁰

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Segundo a Constituição, o Catolicismo é a religião oficial do Estado e o Estado é obrigado a contribuir para a manutenção da Igreja, mas não de forma a impedir o exercício livre de outras religiões. A Constituição também afirma que ninguém deve ser perseguido devido às suas opiniões. No entanto, afirma igualmente que ninguém, sacerdote ou leigo, pode fazer qualquer tipo de propaganda política invocando doutrina religiosa, fazendo uso das crenças religiosas como meio para um fim político. A Constituição proíbe o clero católico de assumir qualquer função política pública. Contudo, isto não se aplica ao clero não-católico.⁴³¹

Ao contrário das outras religiões, a Igreja Católica não está registada como uma associação porque lhe é garantido reconhecimento legal especial. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Religiões é responsável pelas relações entre o Governo e a Igreja Católica e também pelas relações com outros grupos religiosos. Uma parte do orçamento do Estado é atribuída à construção, manutenção e reparação de igrejas católicas em todo o país e a Igreja também está isenta de impostos sobre o rendimento e os bens. O Governo pode igualmente conceder terrenos à Igreja Católica através de legislação ocasional – em parte como forma de repor as terras apreendidas à Igreja durante o século XIX.

Além dos casamentos civis, apenas a Igreja Católica pode realizar casamentos reconhecidos pelo Estado. Os casais casados noutras comunidades religiosas devem também realizar uma cerimónia civil para serem reconhecidos pelo Estado. Todas as organizações

⁴²⁹ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/costa-rica>

População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Costa Rica; United Nations>

⁴³⁰ <http://inec.go.cr/Web/Home/GeneradorPagina.aspx>

⁴³¹ <http://cesdepu.com/nbdp/copol.htm>

religiosas devem apresentar um pedido ao município local para estabelecerem locais de culto. Os trabalhadores religiosos estrangeiros podem obter uma autorização de residência até dois anos e devem pertencer a uma religião reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Religiões. As escolas estatais disponibilizam instrução religiosa católica. Os alunos podem ficar isentos se os seus pais o autorizarem, mas devem chegar a um acordo com os professores e o director da escola em relação a aulas alternativas.⁴³²

Acontecimentos no Governo e na sociedade

Os líderes de certos grupos não-católicos queixaram-se que a lei não tem em conta os seus problemas específicos. Solicitaram um sistema separado de registo que lhes tornaria mais simples a construção de igrejas e a obtenção de autorizações para organizar eventos, bem como melhor acesso pastoral a hospitais e prisões. Queixaram-se que em muitas ocasiões o pessoal de segurança lhes tinha negado o acesso. Para a Igreja Católica, estas questões já estão regulamentadas através do seu estatuto jurídico especial.⁴³³

Em Julho de 2012, a Aliança Evangélica expressou a sua oposição a um novo programa estatal de educação sexual chamado Educação na Afectividade e Sexualidade. Este foi aprovado em 2013 e o seu objectivo declarado era a redução do número de gravidezes adolescentes. A Igreja Católica também se opôs ao programa, dizendo que este é um assunto que deveria ser abordado no contexto familiar. Argumentou também que não era possível separar a educação sexual das crenças religiosas. Em Agosto, o Tribunal Constitucional decidiu que os alunos deveriam primeiro obter autorização dos pais antes de frequentarem o curso de educação sexual.⁴³⁴

Em Agosto de 2012, foi uma vez mais levantada a questão da condição das igrejas evangélicas e outros locais de culto, a maior parte dos quais não cumpria os padrões governamentais de saúde e segurança. O assunto tem estado na ordem do dia há vários anos e em 2007 foi alcançado um acordo que deu dois anos para que os padrões exigidos fossem cumpridos. No entanto, este objectivo não foi alcançado, sobretudo por razões económicas.⁴³⁵

Em Outubro de 2012, uma funcionária judia solicitou autorização do director da escola onde trabalhava para um dia de folga a fim de participar numa celebração religiosa. Quando lhe foi recusada autorização, levou o caso ao Tribunal Constitucional, que lhe deu autorização para participar no dia da celebração religiosa. O tribunal indicou que o director da escola devia autorizar os funcionários a participarem em todas as celebrações religiosas importantes.

Alguns líderes evangélicos queixaram-se que era injusto que o Governo concedesse terras e isenções fiscais apenas à Igreja Católica. No entanto, na prática o Governo disponibiliza ocasionalmente apoio financeiro a outras Igrejas, como foi o caso da Igreja Adventista em Limón, que recebeu financiamento para um projecto de construção específico.⁴³⁶

Em Novembro de 2012, num teste (*Artavia vs. Estado da Costa Rica*), o Tribunal Inter-Americano de Direitos Humanos decidiu finalmente contra o Estado da Costa Rica por ter uma presumível proibição geral sobre a prática de fertilização *in vitro*. Esta prática tinha sido considerada inconstitucional pelo Estado costa-riquenho no ano 2000, por se considerar que ela envolve a destruição de embriões humanos e por isso infringe o direito à vida, tal como consagrado na Convenção Americana dos Direitos Humanos. Contudo, a decisão foi

⁴³² <http://state.gov/documents/organization/208680.pdf>

⁴³³ <http://state.gov/documents/organization/208680.pdf>

⁴³⁴ *Boletín Jurídico CELIR*, www.nacion.com/2012-07-17/EIPais/evangelicos-desatan-ofensiva--contra-educacion-sexual.aspx

⁴³⁵ *Boletín Jurídico CELIR*, www.noticiacristiana.com/sociedad/2009/08/mayoria-de-templos-evangelicos-en-costa-rica-no-cumple-normas-de-salud.html

⁴³⁶ <http://state.gov/documents/organization/208680.pdf>

alvo de recurso e em 2011 a Comissão Inter-Americana dos Direitos Humanos submeteu este recurso ao Tribunal Inter-Americano dos Direitos Humanos. Este alegou que a proibição absoluta por parte da Câmara Constitucional do Supremo Tribunal Costa-riquenho constituía uma «interferência arbitrária» no direito à vida privada e familiar, e no direito a formar família. Da mesma forma, dizia que era «uma violação da igualdade das vítimas» na medida em que o Estado bloqueava o seu acesso a tratamento que poderia permitir-lhes ultrapassar a sua situação desvantajosa em relação à possibilidade de terem filhas ou filhos biológicos».

Ao decidir contra a Costa Rica, o Tribunal Inter-Americano afirmou ainda (secção 185) que «em relação à controvérsia sobre quando é que a vida começa, o tribunal considera que esta é uma questão que é vista de formas diferentes numa perspectiva biológica, médica, ética, moral, filosófica e religiosa, e concorda com tribunais internacionais e nacionais no sentido de que não existe uma definição consensual sobre o início da vida». O tribunal reconhece «que há pontos de vista que vêem o óvulo fertilizado como uma vida humana completa», ideias que podem «contribuir para certos atributos metafísicos do embrião». No entanto, o tribunal diz igualmente que estas não podem justificar «dar prevalência a certos tipos de literatura científica» ao interpretar o âmbito do direito à vida, tal como consagrado na Convenção Americana. Caso isso fosse feito, isso significa «impor um tipo específico de crenças sobre outros que não as partilham».

O tribunal, cuja decisão é vinculativa para o Estado costa-riquenho, ordenou que o Governo autorizasse imediatamente todas as formas de fertilização *in vitro*. Potencialmente, criou um precedente perigoso, minando efectivamente os direitos do nascituro. Esta foi a primeira vez que um tribunal escolheu formular a sua interpretação do texto da Convenção Americana dos Direitos Humanos, que de facto afirma no artigo 4.1: «Cada pessoa tem o direito a ver a sua vida respeitada. Este direito é protegido por lei, e em geral, a partir do momento da concepção. Nenhuma pessoa será arbitrariamente privada da sua vida.»⁴³⁷

Em Outubro de 2013, um grupo de manifestantes pró-aborto atacou a sede da Conferência Episcopal Católica, desfigurando o edifício com *slogans* pró-aborto. Fizeram o mesmo à fachada do edifício do jornal católico *El Eco Católico*. O presidente da associação costa-riquenha pró-vida *Asociación por la Vida* especulou sobre o facto de este incidente estar ligado ao próximo Congresso Nacional pela Vida e a Família, a ser realizado no edifício do jornal na semana seguinte.⁴³⁸

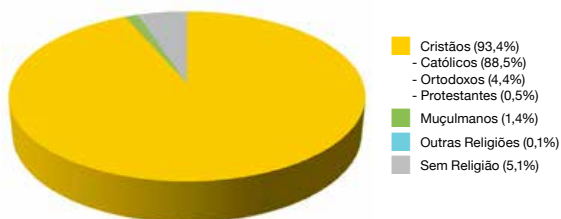
⁴³⁷ <http://cidh.org/Basicos/English/Basic3.American%20Convention.htm>

⁴³⁸ www.aciprensa.com/noticias/promotores-del-aborto-atacan-sede-de-conferencia-episcopal-de-costa-rica-46127/#.UopjUdJg96k

CROÁCIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
4.396.000	56.594 km ²	703	49.987	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Croácia⁴³⁹ situa-se no sudeste da Europa, voltada para o mar Adriático. Faz fronteira com a Eslovénia, a Bósnia-Herzegovina, a Hungria, a Sérvia e o Montenegro. Em Julho de 2013, a Croácia tornou-se membro da União Europeia.

A liberdade religiosa, os direitos religiosos e a protecção destes direitos estão definidos nos Artigos 14, 17, 39 e 40 da Constituição da República da Croácia. Não existe religião oficial do Estado.

A Igreja Católica recebe apoio financeiro significativo e outros benefícios estabelecidos em quatro concordatas entre o Governo e o Vaticano. As concordatas permitem que o Estado financie salários e pensões de alguns responsáveis religiosos através de um fundo de pensões e saúde gerido pelo Governo. As concordatas também regulamentam a instrução religiosa nas escolas públicas e os capelães militares.

Actualmente há quarenta e quatro comunidades religiosas registadas na Croácia. Têm estatuto jurídico, benefícios fiscais e outros. A lei requer que um grupo religioso tenha pelo menos 500 membros e seja registado como associação durante pelo menos cinco anos antes de ser registado como comunidade religiosa. Uma comunidade religiosa registada pode entrar em acordos com o Governo caso tenha estado historicamente presente na Croácia em 1941, ou caso tenha pelo menos 6.000 membros.

O Governo também tem acordos com a Igreja Ortodoxa Sérvia, a Igreja Ortodoxa Búlgara, a Igreja Cristã Adventista, a Igreja de Cristo, a Igreja de Deus, a Coordenação das Comunidades Judaicas na Croácia, a Antiga Igreja Católica na Croácia, a Igreja Evangélica, a Comunidade Islâmica da Croácia, a Igreja Ortodoxa Macedónia, a Igreja Pentecostal, a Igreja Cristã Reformada, a União das Igrejas Baptistas, o Movimento Reformado Adventista do Sétimo Dia, a União das Igrejas Pentecostais de Cristo e a Bet Israel (um grupo judaico).

O Governo requer educação religiosa nas escolas públicas, mas a frequência é opcional. O catecismo do rito latino católico é o texto religioso predominantemente usado. Os outros dezasseis grupos religiosos, que têm acordos com o Estado, são autorizados a disponibilizar educação religiosa nas escolas, desde que existam pelo menos sete alunos de uma dada

⁴³⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/croatia
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Croatia>

religião. As comunidades religiosas negociam em separado com o Governo as pensões para o clero, os serviços religiosos prestados aos militares e à polícia, e o reconhecimento dos casamentos religiosos.

A Igreja Católica é de longe a maior comunidade religiosa na Croácia. Desempenha um papel significativo na sociedade e goza de boa reputação.

A Igreja Católica na Croácia tem três arquidioceses metropolitanas: Zagreb, Split-Makarska e Rijeka. A Arquidiocese de Zadar não faz parte de qualquer província eclesiástica da Croácia, mas está sujeita à Santa Sé.⁴⁴⁰ Existe uma diocese para os Greco-Católicos (Križevci, sufrágnea de Zagreb) e uma diocese para as forças militares. A Conferência Episcopal Católica Croata realiza três encontros regulares cada ano.

Na Igreja Católica da Croácia, o papel da vida monástica é muito importante. A Ordem Franciscana (OFM) tem mais de 500 frades em três províncias. Ao todo, há mais de 1.100 monges no país. Ainda mais significativas são as ordens femininas. Há mais de 3.600 irmãs. As principais ordens femininas são as Irmãs Franciscanas e Dominicanas, as Carmelitas, as Vicentinas e outras congregações que foram fundadas principalmente no século XIX.

A Igreja Católica está presente no sistema de ensino. Tem os seus próprios jardins infantis e escolas. Há faculdades de teologia católica nas universidades estatais (Zagreb e Split) e há vários colégios eclesiásticos, sobretudo para a formação de sacerdotes. Em 2005, a Igreja criou uma Universidade Católica em Zagreb.

Na Croácia, a principal Igreja Ortodoxa é a Igreja Ortodoxa Sérvia que inclui a maior parte dos fiéis ortodoxos orientais. Os membros da Igreja Ortodoxa Sérvia, predominantemente de origem étnica sérvia, vivem sobretudo nas cidades e nas áreas que fazem fronteira com a Sérvia, o Montenegro e a Bósnia e Herzegovina. Outras grandes denominações são a Igreja Ortodoxa Búlgara e a Igreja Ortodoxa Macedónia. Estas três Igrejas são reconhecidas pelo Estado.

A Igreja Ortodoxa Sérvia não relatou quaisquer progressos em relação à devolução dos bens e propriedades confiscados, apesar das negociações em curso com o Governo. Isto diz respeito a edifícios em Zagreb, Vukovar e Vinkovci, a Capela da Santíssima Trindade em Osijek, várias florestas e terrenos agrícolas perto de mosteiros nas vilas de Gomirje, Lepavina e Pakra, bem como terrenos agrícolas em Dalj. Também tem havido poucos progressos em relação à construção de diversas igrejas ortodoxas sérvias financiadas pelo Estado.

Há um ano atrás, o Patriarca Irinej Gavrilovic da Igreja Ortodoxa Sérvia visitou a Croácia pela primeira vez desde a independência e abriu uma nova escola secundária ortodoxa em Zagreb. Na Catedral católica de Dubrovnik, o Bispo Grigorije de Zahumlje-Herzegovina da Igreja Ortodoxa Sérvia falou sobre a sua tristeza em relação aos bombardeamentos de Dubrovnik por forças sérvias durante a guerra, na década de noventa.

A Igreja Ortodoxa Sérvia está organizada de acordo com as seguintes eparquias: a sede metropolitana de Zagreb, Ljubljana e toda a Itália, a eparquia de Karlovac, a eparquia da Eslavónia, a eparquia de Osečkopolje e Baranja e a eparquia de Dalmácia. A Catedral da Transfiguração do Senhor em Zagreb é o principal local de culto ortodoxo na Croácia.

A Comunidade Islâmica da Croácia é oficialmente reconhecida pelo Estado. O *Pew Research Center*⁴⁴¹ identificou 60 mil seguidores do Islamismo, ou 1,4% do total da população. Os seguintes grupos étnicos foram reportados como predominantemente muçulmanos: bósnios (que são muçulmanos eslavos), turcos, albaneses e ciganos. *Zagreb*, a capital da Croácia,

⁴⁴⁰ www.catholic-hierarchy.org/diocese/dzada.html

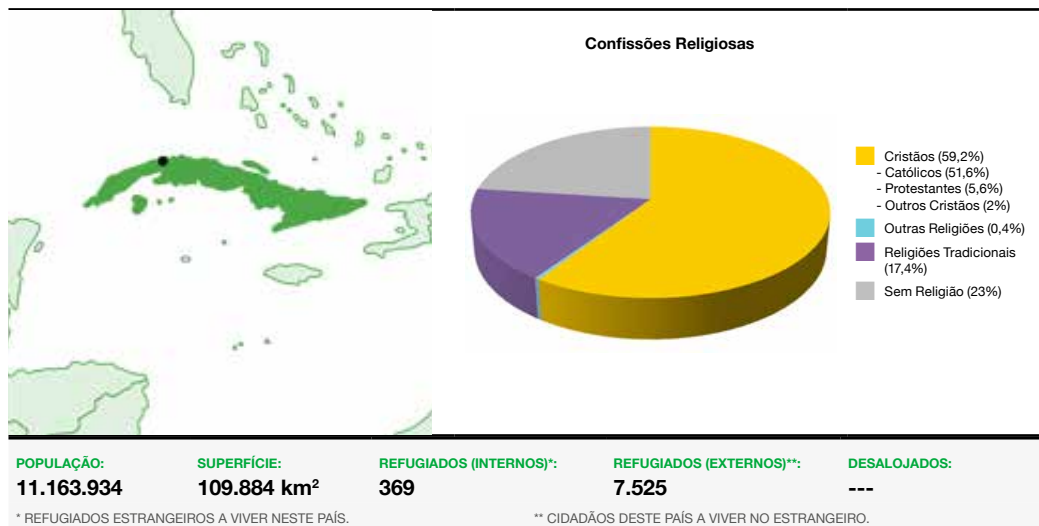
⁴⁴¹ www.globalreligiousfutures.org/countries

tem uma das maiores mesquitas da Europa, embora durante o Império Otomano não tivesse nenhuma, porque nunca foi ocupada pelos otomanos. Em Maio de 2013 foi aberta uma nova mesquita em *Rijeka*. A comunidade muçulmana está também a planear construir uma mesquita em *Osijek* e *Sisak*. Uma mesquita em *Karlovac* está também a ser considerada. O Islamismo na Croácia foi introduzido pelo Império Otomano. O Império Otomano Turco tomou posse de parte da Croácia do século XV ao século XIX e deixou uma marca profunda na sociedade. Inúmeros croatas converteram-se ao Islamismo, alguns após serem feitos prisioneiros de guerra. A fronteira mais ocidental do Império Otomano na Europa foi estabelecida em território croata. Em 1519, a Croácia foi chamada de '*Antemurale Christianitatis*' [guardiã do Cristianismo] pelo Papa Leão X.

A Santa Sé foi o primeiro estado a reconhecer a Croácia como um país independente em 1992. Durante os anos da guerra (1991-1995), o Vaticano apoiou politicamente a Croácia. Um dos principais acontecimentos para a Igreja Católica nos anos da guerra foi a visita do Papa João Paulo II ao país em Setembro de 1994. O Pontífice visitou a Croácia três vezes, uma durante a guerra, depois em 1998 e novamente em 2003. Durante a sua segunda visita foi a Zagreb, a Marija Bistrica e a Split. Em Marija Bistrica, o Papa beatificou o Cardeal Alojzije Stepinac, em tempos Arcebispo de Zagreb. Na sua última visita, João Paulo II visitou Dubrovnik, Osijek, Djakovo, Rijeka e Zadar, as dioceses onde ainda não tinha estado antes.

A guerra representou um desafio para a Igreja Católica sob diferentes formas. Muitas paróquias já não conseguiam funcionar, porque os fiéis tinham sido expulsos das suas casas. As únicas dioceses croatas onde havia acesso livre a todas as paróquias eram Hvar, Krk (que são ambas exclusivamente constituídas por ilhas no mar Adriático) e Poreč-Pula no topo nordeste do país. Nas outras dioceses, uma parte dos seus territórios estava inacessível ao bispo e a outros representantes da Igreja. A expulsão da população e a demolição de edifícios da Igreja foram consequências da guerra. As Cáritas Diocesanas nos países ocidentais, sobretudo na Áustria, Alemanha e Itália, disponibilizaram à Cáritas croata ajuda material, dinheiro e também conselhos sobre como organizar ajuda social numa situação de extrema necessidade para uma grande parte da população. Durante os quatro anos da guerra, 1.450 igrejas, mosteiros e edifícios religiosos foram totalmente destruídos ou danificados. Um total de 12 mil pessoas na Croácia foram mortas ou declaradas como desaparecidas. Como consequência da guerra, houve 500 mil refugiados e pessoas deslocadas. Cerca de 2 milhões de minas foram colocadas em várias partes do país. E 25% da economia croata foi destruída. Hoje em dia, a Igreja Católica na Croácia precisa de encontrar o seu lugar numa sociedade que se está a modernizar e precisa de corresponder aos novos desafios de globalização e secularização.

CUBA



A língua oficial de Cuba⁴⁴² é o espanhol e o sistema político é constituído por um Estado comunista de partido único. A participação é supostamente feita através de organizações políticas e de massas.⁴⁴³

A Constituição reconhece e garante a liberdade de consciência e religião, além da liberdade de cada cidadão alterar as suas crenças religiosas ou de não ter nenhuma crença religiosa. A lei regula as relações entre o Estado e as instituições religiosas.⁴⁴⁴

A Lei da Religião e das Associações Religiosas afirma que Cuba é um Estado secular e que o Estado não concede privilégios a qualquer instituição religiosa. As Igrejas são obrigadas a registar-se junto do Ministério da Justiça no Registo de Associações Religiosas. E os líderes religiosos não podem exercer cargos políticos. As Igrejas estão isentas de impostos territoriais. O registo pode ser revogado por certas ofensas graves, por decisão do Conselho Ecuménico Nacional ou por sentença de um Tribunal Popular.

O registo é necessário para estar legalmente autorizado a receber visitas estrangeiras. O registo é também necessário para importar materiais religiosos e para as pessoas se reunirem em casas autorizadas para o culto. É necessária autorização estatal para viajar para o estrangeiro para fins religiosos.⁴⁴⁵

Práticas governamentais e outros incidentes

O Partido Comunista exerce controlo sobre a vida religiosa através do seu poder para aprovar visitas religiosas, a compra de edifícios religiosos, o uso de veículos automóveis, a celebração de serviços religiosos em público e a importação de literatura religiosa.

Não são permitidas escolas religiosas, com excepção de dois seminários católicos e de vários centros de formação inter-religiosa. O serviço militar é obrigatório, não havendo

⁴⁴² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/cuba
População: www.one.cu/EstadisticaPoblacion/EstadisticaPoblacion.asp
Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Cuba>

⁴⁴³ www.cubaportal.org/paginas/conocercuba.aspx?id=312

⁴⁴⁴ www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm

⁴⁴⁵ www.uscifr.gov/reports-and-briefs/annual-report/3988-2013-annual-report.html

disposição legal formal para a objecção de consciência. Contudo, na prática, o Governo permitiu a substituição do serviço militar por uma forma de serviço civil público.

Passados muitos anos, as Testemunhas de Jeová e os Mórmones ainda aguardam que o Ministério da Justiça lhes conceda o reconhecimento formal. Durante o período em análise, algumas Igrejas Protestantes Evangélicas independentes queixaram-se de assédio e de multas por parte das autoridades quando tentaram reunir-se para o culto. Alguns dos seus pastores foram também detidos por terem pregado em público. O Departamento dos Assuntos Religiosos muito raramente concedeu autorização aos grupos religiosos para construir ou adquirir novos edifícios. Como consequência, houve uma proliferação de ‘igrejas domésticas’ mais pequenas entre os grupos religiosos minoritários. Em geral, o Departamento dos Assuntos Religiosos autorizou estas ‘igrejas domésticas’, mas exigiu que se registassem individualmente através de um processo de registo separado.

A Igreja Católica e o Conselho das Igrejas de Cuba estão autorizados a prestar serviços religiosos nas prisões e centros de detenção nas províncias. Contudo, houve casos em que as autoridades prisionais não informaram os presos dos seus direitos de participação nestes serviços, ou atrasaram a resposta a pedidos de visitas, ou limitaram essas visitas a duas ou três vezes por ano.⁴⁴⁶

O Governo cubano deu autorização ao Papa Bento XVI para visitar a ilha em Março de 2012, declarando a viagem de três dias como festival nacional. A visita foi também emitida nos canais televisivos estatais. Quando o Papa chegou, a 26 de Março, presidiu a uma Missa na cidade de Santiago de Cuba.⁴⁴⁷

Em Julho de 2012, Oswaldo Payá Sardinas, importante activista leigo católico e líder da oposição, morreu num acidente de automóvel em circunstâncias suspeitas. Viajava com três outras pessoas quando, segundo os primeiros relatos, o seu carro foi abalroado por outro veículo e atirado para fora da estrada. Contudo, no espaço de umas horas, o Partido Comunista tinha publicado uma nota oficial na sua página do *Facebook* alegando que testemunhas tinham insistido que o carro tinha perdido o controlo e batido contra uma árvore. A declaração estava acompanhada de uma fotografia, aparentemente do veículo danificado. O carro na fotografia era afinal outro veículo envolvido num acidente noutra lugar em Junho anterior.⁴⁴⁸

Em Fevereiro de 2013, o Governo cubano aprovou a devolução à Igreja Católica de inúmeras propriedades confiscadas pelo Estado em 1961. Estas incluíam uma antiga escola, uma capela e dois outros terrenos na Diocese de Bayamo-Manzanillo, no sudeste do país. Fontes da Igreja relataram que as negociações em relação a outras igrejas confiscadas estavam a decorrer e envolviam a Igreja de São Tarcísio em Manzanillo, que foi construída na década de cinquenta.⁴⁴⁹

A 25 de Janeiro de 2014, o Reverendo Mario Felix Leonart Barroso, pastor da Igreja Baptista em Taguayabon, foi detido e preso pela polícia durante a maior parte do dia. A polícia levou-o a casa ao fim da noite e colocou-o em prisão domiciliária. Os relatos afirmaram que durante a sua detenção foram tiradas impressões digitais das mãos e dos pés, foi tirada uma amostra de odor e recolhidas amostras de ADN das suas unhas e dentes. Após regressar a casa, foi-lhe dito que se fosse apanhado a tentar fugir seria colocado na prisão. Diz-se que a irmã do pastor afirmou que a sua detenção fazia parte de uma repressão alargada aos chamados

⁴⁴⁶ www.state.gov/documents/organization/208682.pdf e www.religionnews.com/2012/12/13/wcc-blasts-u-s-for-blocking-ecumenical-meeting-in-cuba

⁴⁴⁷ www.cubaencuentro.com/cuba/articulos/la-visita-del-papa-benedicto-xvi-a-cuba-275590

⁴⁴⁸ cafeuerte.com/cuba/cpolitica/2037-fallecio-oswaldo-paya-sardinas-lider-de-la-oposicion-politica-cubana

⁴⁴⁹ *Boletín Jurídico CELIR*, www.periodistadigital.com/religion/america/2013/01/26/cuba-devuelve-a-iglesia-catolica-bienes-nacionalizados-en-1961-iglesia-religion-papa-obispos.shtml

dissidentes políticos em todo o país. A detenção do Reverendo Leonart foi semelhante à de um colega, o Pastor Yordani Santi, dez dias antes.⁴⁵⁰

Também em Janeiro de 2014, o secretário de Estado norte-americano John Kerry visitou o secretário de Estado do Vaticano, o Arcebispo Pietro Parolin, para pedir a sua ajuda para negociar a libertação de Alan Gross da prisão em Cuba. Em 2009, Goss foi encarcerado por quinze anos por ter instalado redes para os judeus cubanos, num programa norte-americano que Cuba considera subversivo. Após o encontro com o Arcebispo Parolin, Kerry disse: «Falámos sobre Cuba e a necessidade de respeitar a liberdade religiosa, e a liberdade e o respeito pelos direitos humanos. Levantei a questão do Alan Gross e do seu encarceramento e espero conseguir [receber] apoio em relação a essa questão.»⁴⁵¹

Embora algumas comunidades religiosas, incluindo os Católicos, tenham visto sinais potencialmente significativos de melhoria durante o período em análise, incluindo a devolução de propriedades confiscadas à Igreja, para outros grupos o problema da intimidação e do controlo governamental permanecem. Algumas comunidades cristãs evangélicas referiram a continuação dos actos de violência. É bastante claro que as autoridades continuam a ligar certos líderes religiosos locais a actividades dissidentes que se recusam a tolerar.

⁴⁵⁰ *Christian Solidarity Worldwide*, «Cuba: Pastor under house arrest following detention», notícia de 28/01/14

⁴⁵¹ *Reuters*, 14 de Janeiro de 2014 <http://reuters.com/article/2014/01/14/us-kerry-vatican-idUSBREA0D14220140114>

DINAMARCA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.573.000	43.094 km ²	13.170	9	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A situação em relação à liberdade religiosa deteriorou-se durante o período coberto por este relatório. A Constituição reconhece a Igreja da Dinamarca⁴⁵² (Luterana Evangélica) como a Igreja nacional. O próprio rei é obrigado a ser membro desta Igreja.

As outras religiões são reconhecidas por decisão do Ministério dos Assuntos Eclesiásticos, que pode conceder-lhes certos poderes, incluindo o direito a celebrarem casamentos que são válidos perante a lei civil. Entre as religiões reconhecidas está a Igreja Católica, a comunidade baptista, a Comunidade Islâmica, a Igreja Metodista e a Igreja Ortodoxa Russa.

A entidade responsável em assuntos de religião e relações com as Igrejas é o Ministério da Igualdade de Género e dos Assuntos Eclesiásticos.⁴⁵³

Em Junho de 2012, houve uma quebra na cooperação entre o Estado e a Igreja Luterana Evangélica (ELC na sigla inglesa) quando o Parlamento aprovou uma lei que obriga os ministros desta religião a celebrarem casamentos na igreja entre pessoas do mesmo sexo. Esta lei, que entrou em vigor a 5 de Junho, permite que ministros individuais se recusem a celebrar esses casamentos por razões de consciência, mas obriga o bispo local a garantir que o casamento se realiza.

Tem havido uma forte oposição a esta lei por parte da hierarquia da ELC, cujo porta-voz, Christian Langballe, declarou que «o casamento é tão antigo como o ser humano e não se pode mudar algo tão fundamental». Independentemente disso, apenas o Partido Democrata Cristão, que de qualquer forma não está representado no Parlamento em Copenhaga, se opôs à lei. Per Orum Jorgensen, o líder do partido, afirmou que a lei «não respeita a liberdade religiosa e além disso viola a Constituição». Jorgensen anunciou a criação de «procedimentos legais para proteger a liberdade religiosa e os indivíduos que afirmam que a lei não respeita o seu direito a praticarem a sua fé».⁴⁵⁴

⁴⁵² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/denmark

População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Denmark>

Refugiados: <http://unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48e376&submit=GO>

⁴⁵³ Ministeriets opgaver for Kirke, <http://miliki.dk/ministeriet/om-kirkeministeriet/>

⁴⁵⁴ Marie Hjortdal – Jakob Hvide Beim Lovenervedtaget – homoseksuelle kan gifte sig, Politiken 27 de Maio de 2013, <http://politiken.dk/indland/politik/ECE1648296/loven-er-vedtaget---homoseksuelle-kan-gifte-sig/>

Actos de violência e intolerância

Embora haja um clima geral de crescente indiferença religiosa, que tem visto a participação no culto religioso reduzida a aproximadamente 2% dos que são apresentados nas listas como membros da ELC, tem havido mesmo assim alguns incidentes de intolerância religiosa, no seguimento da publicação em 2005 nalgumas secções da imprensa dos *cartoons* satíricos do Profeta Maomé. Embora a sociedade dinamarquesa se tenha em geral colocado a favor da noção de liberdade de expressão, e conseqüentemente também do direito de reproduzir imagens consideradas como ofensivas pelos seguidores de algumas religiões, tem contudo havido reacções violentas. Estas reacções incluíram uma tentativa de assassinato dos responsáveis pela publicação dos *cartoons*. A 4 de Junho de 2012, um tribunal em Copenhaga condenou quatro indivíduos a doze anos de prisão por terem planeado um ataque ao jornal diário *Jyllands Posten* em 2010.⁴⁵⁵

No entanto, as tensões permanecem e, de facto, intensificaram-se. Em Copenhaga, a 5 de Fevereiro de 2013, houve uma tentativa falhada de assassinar um historiador que tinha escrito de forma crítica sobre o Islão. Condenando o ataque, uma secção da comunidade muçulmana na Dinamarca também defendeu o direito deste intelectual específico a expressar críticas.⁴⁵⁶

A comunidade judaica também parece estar em perigo no seguimento de conselhos dados pelo embaixador israelita na Dinamarca aos seus próprios compatriotas, em Novembro de 2012, durante uma visita ao país. O embaixador urgiu-os a não revelarem abertamente os símbolos da sua religião e a não falarem hebraico demasiado alto em público. Foi também aconselhada cautela por parte da comunidade hebraica dinamarquesa aos seus próprios membros e aos que frequentam a Escola Hebraica em Copenhaga. Subjacentes a estes apelos estavam as manifestações de 19 de Novembro de 2012 dirigidas à Embaixada de Israel. Mas também resultaram de informação fornecida pelo Centro de Credo Judaico, *Mosaik Trosamfunn*, que alegou que tinha havido trinta e sete incidentes anti-semitas no território dinamarquês durante o ano de 2012.⁴⁵⁷

Outros casos alarmantes, desta vez dirigidos contra os Cristãos, incluíram um acto de vandalismo por parte de um jovem que, a 26 de Maio de 2013, esmagou as pernas da figura de Jesus num crucifixo na igreja católica de Esbjerg, na Jutlândia. O crucifixo já tinha sido danificado quando, na Páscoa de 2012, a figura de Jesus tinha sido separada da cruz.⁴⁵⁸

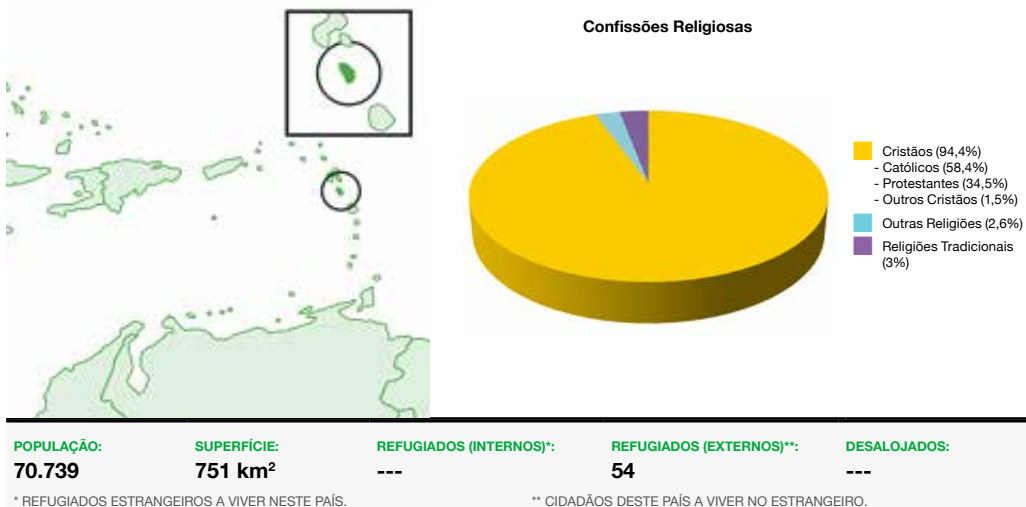
⁴⁵⁵ Mette Fraende, «Denmark jails Prophet cartoon plot gang for 12 years», Reuters, 4 de Junho de 2012, www.wrn.org/articles/37416/?&place=scandinavia

⁴⁵⁶ «Denmark shooting: Gunman targets Islam critic Hedegaard», *BBC News*, 5 de Fevereiro de 2013, www.bbc.co.uk/news/world-europe-21341878

⁴⁵⁷ «Jews in Copenhagen are being warned not to wear religious symbols in public», AFP, 12 de Dezembro de 2012, <http://org/articles/38712/?&place=scandinavia>

⁴⁵⁸ Ken Mathiesen, «Ung fyr brækkede begge ben på Jesus», *JydskeVestkysten -www.jv.dk/artikel/1578939:Esbjerg--Ung-fyr-braekkede-begge-ben-paa-Jesus*

DOMINICA



Informação geral

Na Dominica⁴⁵⁹, a língua oficial é o inglês, mas também se fala o francês. O sistema político é constituído por uma democracia parlamentar. Há uma considerável diversidade étnica entre a população, que inclui pessoas de descendência negra, mestiça, caribenha ameríndia e europeia branca.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição afirma que a todos deve ser garantida total liberdade de consciência, que inclui liberdade de pensamento e religião. Reconhece igualmente o direito a mudar de religião e crença, e a liberdade de manifestar a própria crença tanto em público como em privado. A liberdade de participar em cerimónias religiosas também é reconhecida. Ao mesmo tempo, nenhuma pessoa pode ser forçada a participar nessas cerimónias contra a sua vontade. Isto inclui as escolas e outros institutos educativos, os presos e os que prestam serviço militar. As comunidades religiosas têm o direito de estabelecer e manter os seus próprios locais de educação. Nenhuma pessoa pode ser forçada a prestar um juramento que seja contrário à sua própria religião.⁴⁶⁰

Práticas governamentais e outros acontecimentos

Em 2008, foi construída na Dominica a primeira mesquita para acomodar a pequena comunidade muçulmana. Não tem havido relatos de incidentes subsequentes.⁴⁶¹

Por lei, o Governo da Dominica tem o poder de estabelecer exceções aos direitos de consciência, de acordo com o interesse da ordem pública e da moralidade nas situações em que é «razoavelmente necessário» fazê-lo. O procurador-geral requer que os grupos religiosos se registem de modo a obterem o estatuto de organização sem fins lucrativos. Qualquer organização a quem é recusado o registo tem direito a pedir um recurso judicial. Os grupos religiosos devem também registar os edifícios usados exclusivamente como locais

⁴⁵⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/dominica

População e Superfície: <http://dominica.gov.dm/about-dominica/country-profile>

⁴⁶⁰ <http://dominicacompanies.com/dominica/constitution/const.html>

⁴⁶¹ <http://caribbeanmuslims.com/categories/Our-Region/Dominica/>

de culto, caso sejam aí publicadas proclamas de casamento. O currículo da escola estatal inclui educação religiosa cristã e também oração na assembleia matinal. Contudo, os alunos não-cristãos não são obrigados a participar. É proibido o uso de marijuana, incluindo para fins religiosos. Os rastafarianos protestaram contra esta proibição, alegando que o uso de marijuana faz parte integral dos seus ritos religiosos. O Governo observa os seguintes dias como feriados públicos: dia de Natal, Sexta-feira Santa, Domingo de Páscoa e Domingo de Pentecostes. O Estado subsidia os salários dos professores de educação religiosa nas escolas católicas, metodistas e adventistas do sétimo dia.⁴⁶²

⁴⁶² <http://state.gov/documents/organization/208684.pdf>

EGIPTO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
82.537.000	1.002.000 km ²	183.398	9.456	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

No Egípto⁴⁶³, o Islamismo sunita é a religião predominante (cerca de 95%). O país tem uma minoria xiita muito pequena, menos de 1%, mas esta não é reconhecida pelo Estado. A segunda maior religião é o Cristianismo. Tal como a Igreja Ortodoxa Copta, há pequenas comunidades cristãs, incluindo católicos coptas, católicos melquitas, católicos maronitas, armênios, católicos do rito latino, ortodoxos gregos, caldeus e várias denominações protestantes. A minúscula comunidade judaica, de origem muito antiga, totaliza hoje em dia algumas dezenas de membros. Finalmente, calcula-se que haja cerca de 10 mil Bahá'ís. Embora não reconhecidos pelo Islamismo como uma religião, a 19 de Março de 2009 os Bahá'ís conseguiram finalmente persuadir os tribunais a retirar a obrigação de a sua identidade religiosa ser revelada nos seus documentos de identificação civil.

Quando Mohammed Morsi, da Irmandade Muçulmana, foi afastado do cargo de presidente pelo Exército, a 30 de Junho de 2013, a Constituição por ele elaborada foi abolida. Esta Constituição tinha sido ratificada em Dezembro de 2012, depois de atrair cada vez mais controvérsia. No Outono, vários representantes principais num comité encarregado de elaborar o documento, incluindo cristãos e muçulmanos mais liberais, retiraram-se em protesto pela posição dominante que estava a ser dada ao Islamismo e pelo texto ambíguo de alguns dos artigos propostos.⁴⁶⁴

A Constituição de Morsi tinha mantido o Artigo 2 da Constituição anterior, em vigor no tempo do regime do seu antecessor, o presidente Hosni Mubarak. O Artigo 2 afirmava que o Islamismo é a religião do Estado e que «os princípios da *sharia* são a principal fonte da legislação». O termo «princípios» era menos restritivo do que «normas», que os membros salafistas tinham querido impor. Mas tinham conseguido inserir um artigo que definia o significado da palavra «princípios». O Artigo 219 estipulava que estes princípios deviam incluir «as provas gerais, os princípios fundadores da jurisprudência islâmica, as fontes seguras provenientes das escolas de pensamento sunitas». Este artigo era destinado a reduzir a liberdade dos

⁴⁶³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Egypt
População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Egypt>

⁴⁶⁴ www.washingtonpost.com/world/middle_east/muslim-brotherhoods-supreme-guide-the-focus-of-liberal-Egyptians-angst/2012/12/27/bc60a4c0-4bcb-11e2-8758-b64a2997a921_story.html

representantes parlamentares na elaboração das leis e também a liberdade do Supremo Tribunal Constitucional na interpretação dos princípios da *sharia*.⁴⁶⁵

Para o Bispo católico copta Kyrillos William de Assiut, esta Constituição constitui «um ataque aos direitos do homem [e] não mantém nada mais do que as prerrogativas dos muçulmanos extremistas».⁴⁶⁶

Na sequência desta alteração, os tribunais sentiram-se livres para decidir sobre a aplicação estrita da *sharia* – um facto que foi demonstrado por um caso que chegou a tribunal no início de 2013. A 14 de Janeiro, o tribunal criminal de Beni Soueif condenou a mãe de uma família, Nadia Abdelwahab, a quinze anos de prisão por ter regressado à sua fé cristã original após a morte do seu marido muçulmano, cuja religião ela tinha adoptado. Os sete funcionários públicos, que foram considerados culpados de substituir o seu primeiro nome muçulmano nos seus documentos de identificação pelo seu nome original de baptismo, foram também condenados à mesma pena.⁴⁶⁷

Após a queda do poder do presidente Morsi, foi estabelecido um comité para rever esta Constituição. Três comunidades cristãs estavam representadas neste comité: os Ortodoxos coptas, os Católicos coptas e os Protestantes evangélicos, cada um com um delegado. Vários outros cristãos também participaram no comité com várias funções.

Num referendo realizado a 14 e 15 de Janeiro de 2014, foi adoptada uma nova Constituição por 98% do eleitorado. A maior parte dos Cristãos votou «sim», mas no Alto Egipto (Assiut, Minya e Sohag) muitos cristãos coptas mantiveram-se afastados das mesas de voto por receio dos muçulmanos, que são muito activos nestas províncias, longe do Cairo.⁴⁶⁸ No novo texto, os princípios da *sharia* mantêm-se como a principal fonte da legislação. Contudo, o Artigo 219 foi suprimido e a interpretação destes princípios recai sobre o Supremo Tribunal Constitucional. O tribunal deve ter em conta o compromisso do Estado em relação aos acordos internacionais sobre direitos humanos assumidos pelo país.

O Egipto é agora definido como «um estado moderno democrático liderado por um Governo civil» (preâmbulo). O uso da palavra «civil» tem a intenção de evitar abusos resultantes da exploração política da religião. Além disso, os partidos baseados em ideologias religiosas são formalmente proibidos (Artigo 74). Quanto aos direitos das comunidades cristãs, a Constituição garante a possibilidade de construir locais de culto, um direito que pode ser exercido sem limitações ou restrições (Artigo 64). Neste sentido, na altura em que escrevemos este relatório, espera-se que o Parlamento promulgue muito em breve uma lei que permita o culto livre do Cristianismo (Artigo 235). A Constituição afirma que «todos os cidadãos são iguais em direitos, deveres e liberdade perante a lei, sem discriminação com base na sua religião, e com a discriminação e o incitamento ao ódio a serem considerados como um crime» (Artigo 53). Pretende-se com isto reduzir a violência anti-cristã.⁴⁶⁹

Sob a liderança do presidente Morsi, os Cristãos, sobretudo os coptas, sofreram as mesmas injustiças que durante o regime de Mubarak (pesadas restrições à construção de igrejas, exclusão dos Cristãos de cargos superiores de responsabilidade em instituições estatais), ao mesmo tempo que lhes foram acrescentadas mais injustiças. Por exemplo, os manuais

⁴⁶⁵ <http://english.al-akhbar.com/node/14200>

⁴⁶⁶ *Zenit*, 22 de Janeiro de 2013

⁴⁶⁷ *AsiaNews*, 16 de Janeiro de 2013

⁴⁶⁸ www.madamasr.com/content/upper-Egypt-copts-more-politically-apatetic-referendum

⁴⁶⁹ www.constituteproject.org/constitution/Egypt_2014

escolares contêm inúmeras referências ao Islamismo político e afirmam que o Islamismo é a única religião aceita por Deus.⁴⁷⁰

O Padre Rafic Greiche, director de Comunicações da Igreja Católica no Egipto, afirmou: «Os Católicos foram atingidos onde são mais eficazes e activos. Os programas escolares foram fortemente islamizados.» Referiu também as medidas tomadas contra a Cáritas Egipto e as outras associações cristãs de caridade e desenvolvimento. Os seus fundos e as quantias consideráveis de ajuda humanitária que receberam do estrangeiro foram congelados pelo Governo.⁴⁷¹

Antes e depois das eleições presidenciais de Junho de 2012 que trouxeram Morsi ao poder, o clima de hostilidade contra os coptas era intenso. Houve um aumento da violência física e moral. Esta incluiu mais condenações por «insultar o Islamismo», declarações provocatórias dos salafistas, discursos de ódio contra os Cristãos nas mesquitas, descrevendo-os nos meios de comunicação social como «cruzados» ou «canalhas», pressão sobre as mulheres coptas para usarem o véu islâmico, rapto de centenas de mulheres para casamentos forçados e conversão forçada ao Islamismo, bem como ameaças de expulsão de todos os Cristãos do Egipto.⁴⁷²

A seguir apresentamos uma lista dos actos de agressão contra os Cristãos coptas.

2012

Janeiro: Na província de Assiut, Alto Egipto, foram incendiadas casas de cristãos depois de um desenho a representar Maomé, alegadamente feito por um estudante copta, ter circulado na Internet. Os agressores também pegaram fogo ao negócio do pai de um estudante.⁴⁷³

Houve dois ataques realizados por salafistas na província de Nag-Hammadi. Um contra os habitantes coptas de Kebly-Rahmaniya, no qual ficaram feridas duas pessoas; o outro contra a Igreja de São Mateus em Bahteen.⁴⁷⁴

Dois coptas, pai e filho, foram mortos a tiro no exterior da sua loja em Baghoura, na província de Nag-Hammadi.⁴⁷⁵

Em Kobry-el-Charbat, perto de Alexandria, uma multidão de cerca de 3 mil muçulmanos liderada por salafistas pegou fogo às casas e lojas de cristãos coptas. Os atacantes forçaram um comerciante cristão a partir e abandonar os seus pertences, para que pudessem apropriar-se deles e vendê-los.⁴⁷⁶

Fevereiro: Oito famílias coptas de El Nahda, perto de Alexandria, foram obrigadas por salafistas a abandonarem as suas casas, para que as suas propriedades pudessem ser vendidas e o lucro revertesse para os salafistas. Quando as famílias recusaram, foram condenadas por um tribunal tradicional islâmico a serem expulsas das suas casas.⁴⁷⁷

Março: Um tribunal em Edfou condenou um sacerdote copta, o Padre Makarios Bolous, a seis meses de prisão e a uma multa de 300 libras egípcias por infringir uma lei sobre a altura das igrejas. Uma destas igrejas, em Elmarinab, tinha acabado de ser incendiada por

⁴⁷⁰ Youssef Sidhom, editor do principal jornal semanário da comunidade ortodoxa copta, citado em *Oasis*, 28 de Janeiro de 2013

⁴⁷¹ *Zenit*, 15 de Julho de 2013

⁴⁷² www.maghrebchristians.com/tag/coptic/

⁴⁷³ *El-Ahram hebdo*, 4-10/1/12

⁴⁷⁴ *AsiaNews*, 22/1/2012

⁴⁷⁵ *AED*, 30/1/12

⁴⁷⁶ *AsiaNews*, 10/2/12

⁴⁷⁷ *Website Solidarité copte*, 17 de Fevereiro de 2012

uma multidão muçulmana enfurecida porque a torre sineira era mais alta do que o minarete da mesquita próxima.⁴⁷⁸

Junho: Em El-Basraa, perto de Alexandria, uma multidão de muçulmanos impediu um autocarro cheio de visitantes de orar dentro de uma igreja cristã, que é igualmente um local de peregrinação. Ameaçaram incendiar o edifício e conseguiram, assim, forçar os peregrinos a ir-se embora.⁴⁷⁹

Julho: Em Dahchour, perto do Cairo, o dono cristão de uma lavandaria queimou a camisa de um cliente muçulmano. Acompanhado por várias centenas de outros muçulmanos armados, o muçulmano atacou a igreja e as casas pertencentes ao dono da lavandaria e a outros vizinhos cristãos, ferindo dezasseis pessoas.⁴⁸⁰ No total, 120 famílias coptas foram expulsas da aldeia e várias casas foram saqueadas e arrasadas.⁴⁸¹

Setembro: Uma professora copta foi condenada a seis anos de prisão por ter «insultado» o Islamismo em textos publicados na Internet.⁴⁸²

Outubro: Em Rafah, no Sinai, jihadistas muçulmanos distribuíram folhetos, ordenando os habitantes coptas a abandonarem a aldeia, sob pena de serem mortos. Dispararam sobre lojas pertencentes a cristãos, forçando-os a fugirem.⁴⁸³

- O Partido salafista El-Nour enviou cartas ameaçadoras a trabalhadores e comerciantes cristãos ordenando-lhes que deixassem de vender ícones e estatuetas, fossem estes cristãos ou dos faraós.⁴⁸⁴
- Uma professora cristã foi detida e mantida na prisão durante dois dias, numa aldeia perto de Assiut, porque um dos seus alunos a tinha acusado de blasfémia. A mesma acusação foi dirigida a duas crianças coptas, com 9 e 10 anos, porque tinham páginas rasgadas de um livro que continha versos do Corão.⁴⁸⁵

2013

Com a aproximação do Natal copta, o Comité Legítimo para os Direitos e a Reforma, uma associação islâmica, emitiu uma *fatwa* apelando aos Muçulmanos para que não dessem as boas festas aos Cristãos coptas por ocasião do seu dia festivo.⁴⁸⁶

A 5 de Abril, em Khoussous, a norte do Cairo, um homem muçulmano gritou com crianças cristãs que encontrou a desenharem uma cruz, num instituto religioso. Mais tarde, muçulmanos enfurecidos atacaram cristãos coptas na aldeia, que por sua vez reagiram com violência. Os muçulmanos cercaram a Igreja de São Jorge, e saquearam e pegaram fogo a uma loja e casa cristãs. Foram mortas quatro pessoas, três das quais coptas. O funeral dos coptas ocorreu a 7 de Abril na Catedral de São Marco em Abbassiya, no Cairo. Durante a cerimónia, muçulmanos atacaram a congregação, matando duas pessoas e ferindo outras 100.⁴⁸⁷

Após o afastamento do presidente Morsi, a Irmandade Muçulmana e os seus apoiantes aumentaram os actos de violência contra os coptas.

Em Julho, em El-Arich no Sinai, um sacerdote copta, o Padre Mina Aboud Charouine, e um leigo copta foram assassinados. O mesmo destino tiveram quatro outros cristãos coptas

⁴⁷⁸ *Site de La Vie*, 22 de Março de 2012

⁴⁷⁹ *El-Ahram hebdo*, Cairo, 4-10 de Julho de 2012

⁴⁸⁰ *L'Orient-Le Jour*, 1/8/12 ; AFP 4/8/12

⁴⁸¹ *El-Ahram*, 8-14/8/12 ; 29/8-4/9/12

⁴⁸² *Le Figaro*, 28/9/12

⁴⁸³ *El-Ahram*, 3-9/10/12

⁴⁸⁴ *El-Ahram*, 10-16/10/12

⁴⁸⁵ *La Croix*, 6/11/12

⁴⁸⁶ *L'Orient-Le Jour*, 6/1/13

⁴⁸⁷ *La Croix*, 10 de Abril; *El-Ahram*, 17-23 de Abril 2013

na província de Luxor.⁴⁸⁸ Em Port-Saïd, a Igreja de São Menas ficou cravejada de balas. Em Delga, perto de Minya, no Alto Egípto, muçulmanos atacaram o centro social da Igreja católica de São Jorge, saqueando-a e incendiando-a. Em Marsa Matrouh, a Igreja da Virgem Maria foi atacada com *cocktails molotov*. Em Nagaa Hassan, perto de Luxor, quatro cristãos foram assassinados e três outros ficaram feridos, enquanto várias casas foram incendiadas.⁴⁸⁹ Um comerciante cristão de Sheikh Zowayde, no Sinai, foi decapitado. A aldeia cristã de Dabayya foi também atacada, deixando quatro pessoas mortas e vinte e três casas incendiadas. Em Sohag, no Alto Egípto, a Igreja de São Jorge foi atacada por muçulmanos que ergueram a bandeira da Al Qaeda no telhado. Ao mesmo tempo, foi morto um católico. Uma menina de 10 anos foi morta quando saía de uma igreja protestante no Cairo. Em Assiut, uma multidão de cerca de 10 mil muçulmanos marchou pelo bairro cristão gritando «Teodoro é um cão!» e pintando cruzes nas lojas pertencentes a cristãos coptas.⁴⁹⁰

A situação dos Cristãos piorou consideravelmente após o dia 14 de Agosto de 2013. Numa mesquita no Cairo foi encontrada uma lista de alvos a assassinar, incluindo o Papa Ortodoxo Copta Teodoro II.⁴⁹¹

A organização *Oeuvre d'Orient* elaborou uma lista de propriedades cristãs incendiadas ou saqueadas entre 14 de Agosto e 10 de Setembro de 2013. Confirmada por autoridades religiosas cristãs no Egípto, a lista refere o seguinte: trinta e oito igrejas saqueadas, assaltadas e queimadas ou bombardeadas; vinte e uma igrejas cercadas e/ou atacadas com pedras, *cocktails molotov* e balas; o acesso ao Mosteiro de Abou Fana em Minya cortado por uma barricada na estrada que a ele conduz; sete escolas e conventos incendiados; oito propriedades da Igreja completamente queimadas... Quanto às propriedades e casas de cidadãos cristãos privados saqueadas, assaltadas ou queimadas, os números são estes: cinquenta a e oito casas cujos habitantes foram expulsos; oitenta e cinco lojas, dezasseis farmácias, três hotéis, setenta e cinco autocarros e automóveis. Todas as comunidades cristãs foram atacadas: Ortodoxos coptas, Católicos coptas, Católicos do rito latino, Católicos melquitas e Protestantes.

A 20 de Outubro, no bairro de El-Warak no Cairo, um ataque a um casamento cristão no exterior da Igreja de Nossa Senhora matou quatro pessoas e feriu dezassete.⁴⁹²

O novo Governo, que está em funções desde 3 de Julho de 2013, está a preparar-se para conceder o reconhecimento formal do negócio de «apanhadores de lixo» aos comerciantes de coisas velhas do Cairo, em resposta a uma iniciativa da ministra do Ambiente, Leila Iskandar.⁴⁹³ Esta é uma actividade que tem sido realizada nos últimos quarenta anos pelas famílias coptas mais pobres, que vieram do campo e se estabeleceram no bairro de Moqattam, nos arredores do Cairo. Até ao momento, estas famílias não tiveram reconhecimento legal, uma situação que as privou de todos os benefícios sociais concedidos a outros trabalhadores.⁴⁹⁴

A comunidade muçulmana xiita, que representa menos de 1% da população egípcia, também foi considerada um alvo pelos muçulmanos sunitas. Os xiitas são alvo de ataques hostis por parte da comunicação social e de pregadores muçulmanos, que os acusam de proselitismo, de estarem sob influência do Irão e de incentivarem a devassidão, a veneração

⁴⁸⁸ *La Croix*, 12 e 16/7/13

⁴⁸⁹ *Le Figaro*, 20-21 de Julho de 2013

⁴⁹⁰ *Reconquête*, Setembro de 2013

⁴⁹¹ *La Croix*, 9/8/13

⁴⁹² *Le Figaro-Magazine*, 25/10/13

⁴⁹³ <http://thecairopost.com/news/108136/news/iskandar-in-kafr-el-sheikh-for-recycling-projects>

⁴⁹⁴ <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/55025/Egypt/Politics-/Zabaleen-Egyptos-traditional-garbage-collectors-str.aspx>

dos santos e outros excessos. A 23 de Junho de 2013, na vila de Abou Moussallam a sul do Cairo, onde vivem mais ou menos vinte famílias xiitas, centenas de sunitas cercaram a casa de um muçulmano xiita depois de descobrirem que ele hospedava Hassan Shehata, um conhecido dignitário xiita. Gritaram frases como «Os xiitas são infiéis» e depois forçaram a entrada na casa, arrastaram Shehata para fora e lincharam-no na rua, juntamente com três muçulmanos xiitas, enquanto a polícia assistia impassível.⁴⁹⁵

Os incidentes de perseguição e discriminação continuaram em 2014. Em Fevereiro, Amira Hafez Wahib, uma rapariga cristã de 15 anos, foi raptada quando saiu de casa para participar num serviço religioso na sua igreja local de São Jorge, em Luxor. Desde então, nunca mais se soube dela. A família da rapariga acredita que conhece a identidade do seu raptor, um homem muçulmano que em tempos tinha sido contratado para guardar a igreja. O homem tinha alegadamente tentado raptar Amira uns meses antes numa loja perto da igreja.⁴⁹⁶

No mês seguinte, outra rapariga foi raptada em frente à sua escola. O pai da rapariga começou a procurá-la e foi interceptado por dois homens numa motorizada que lhe disseram que deixasse de tentar encontrar a filha. Quando o pai se dirigiu às autoridades para obter uma cópia do seu certificado de nascimento, descobriu que o nome dela tinha sido alterado e que a religião tinha sido mudada para Islamismo.⁴⁹⁷ No final de Março, uma multidão de muçulmanos espancou, esfaqueou e matou a tiro Mary Sameh George no Cairo, alegadamente porque ela tinha uma cruz pendurada no automóvel. Mary tinha estacionado naquele local para distribuir alimentos e medicamentos a pessoas idosas que viviam por perto. As associações coptas internacionais condenaram a sua morte, considerando-a «um acto insensível, cruel e sem motivo».⁴⁹⁸

Durante o período em análise, a situação da liberdade religiosa no Egipto entrou em declínio acentuado. Um aumento da violência e da intimidação contra os Cristãos e outros grupos minoritários atingiu o ponto máximo numa série de ataques em Agosto de 2013, quando muitas igrejas foram danificadas e destruídas. Os raptos de mulheres cristãs também se tornaram mais comuns e o clima de instabilidade levou a um aumento do medo entre as comunidades minoritárias, muitas das quais estão cada vez mais ansiosas por se irem embora. Os problemas em relação à Constituição mantêm-se, bem como uma ambivalência contínua em relação à protecção da liberdade religiosa no âmbito das estruturas legais e políticas do Egipto.

⁴⁹⁵ *Website State Afrique*, 28/6/13; *L'Orient-Le Jour*, 25/6/13

⁴⁹⁶ www.foxnews.com/world/2014/04/18/rate-christian-girls-abducted-and-attacked-by-extremists-on-rise-in-Egypt/

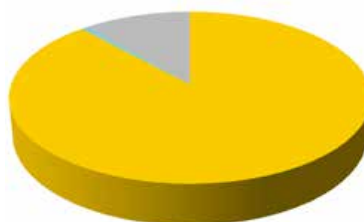
⁴⁹⁷ *Fox News* 18 de Abril de 2014

⁴⁹⁸ www.persecution.org/2014/04/08

EL SALVADOR



Confissões Religiosas



- Cristãos (88,2%)
 - Católicos (51%)
 - Protestantes (35,7%)
 - Outros Cristãos (1,5%)
- Outras Religiões (0,8%)
- Sem Religião (11%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.744.113	21.042 km²	43	8.235	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

A língua oficial de El Salvador⁴⁹⁹ é o espanhol e o sistema de governo é constituído por uma república democrática parlamentar representativa.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante o exercício livre de todas as religiões, sendo a única limitação que elas observem a moral e a ordem pública. Nenhum acto religioso tem validade no estabelecimento do estatuto civil dos indivíduos.⁵⁰⁰ A Constituição proíbe a discriminação com base na religião. É um crime ofender publicamente as crenças religiosas de outros ou destruir objectos religiosos. O código penal impõe penas de prisão por este crime, sobretudo se for realizado para fins de publicidade. A Constituição afirma que quem ocupa cargos governamentais superiores, como o presidente, os ministros do Governo, os juízes e outros responsáveis políticos, deve ser leigo. Os grupos religiosos oficialmente reconhecidos pelo Estado têm isenções fiscais. Esse reconhecimento deve ser obtido através de candidatura apresentada ao Gabinete do Director-Geral das Associações e Fundações Sem Fins Lucrativos (DGFASFL na sigla inglesa) do Ministério da Governação.

Os cidadãos estrangeiros presentes no país com intenção de fazer proselitismo devem obter um visto especial para este fim, indicando que a sua presença no país se deve a razões religiosas. O sistema educativo estatal é secular, mas as escolas privadas religiosas podem operar livremente.⁵⁰¹ A Constituição reconhece explicitamente a Igreja Católica e concede-lhe estatuto jurídico pleno. Outras religiões podem também registar-se livremente e adquirir estatuto jurídico pleno.⁵⁰²

⁴⁹⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/el-salvador

População: www.digestyc.gob.sv/index.php/temas/des/poblacion-y-estadisticas-demograficas.html ; 2007 census
⁵⁰⁰ www.elsalvador.law.pro/Leyes/CONSTITUCION_DE_LA_REPUBLICA_DE_EL_SALVADOR.pdf

⁵⁰¹ www.state.gov/documents/organization/208690.pdf

⁵⁰² www.elsalvador.law.pro/Leyes/CONSTITUCION_DE_LA_REPUBLICA_DE_EL_SALVADOR.pdf

Práticas governamentais e outros acontecimentos

Em Maio de 2013, numa resolução (não vinculativa), o Tribunal Inter-Americano dos Direitos Humanos ordenou que o estado salvadorenho autorizasse o aborto terapêutico a uma mulher de 22 anos, conhecida pelo pseudónimo 'Beatriz', argumentando que o país deveria adoptar medidas para garantir a vida, a integridade e a saúde da requerente. O tribunal afirmou que, de acordo com a Convenção Americana dos Direitos Humanos, o país estava obrigado a tomar as medidas médicas adequadas para garantir a protecção dos direitos desta mulher e evitar danos irreparáveis aos direitos à vida e à integridade pessoal da mulher em causa, que sofria de lúpus e alegadamente de problemas nos rins. De acordo com as ecografias, o seu bebé tinha sido diagnosticado como anencéfalo.⁵⁰³ O Governo não seguiu as medidas cautelares decididas pelo tribunal e, após vinte e sete semanas, 'Beatriz' deu à luz um bebé que faleceu cinco horas mais tarde.⁵⁰⁴

Também em Junho de 2013, a associação 'Derecho a Vivir' (Direito a Viver) relatou este caso. A associação felicitou o Tribunal Constitucional, o Instituto de Medicina Legal e o Governo salvadorenho por não cederem às pressões nacionais e internacionais que tinham pressionado os médicos a abortarem a criança.⁵⁰⁵ Para uma descrição detalhada do caso de 'Beatriz' veja a nota de rodapé.

Em Agosto de 2013, a Igreja Católica apelou a todos os candidatos que se iam apresentar às eleições presidenciais de Fevereiro de 2014 para que apresentassem propostas concretas para lidar com a violência que actualmente assola El Salvador. O Arcebispo José Luis Escobar de São Salvador apelou a uma solução global, verdadeira e transparente.⁵⁰⁶

⁵⁰³ *Boletín Jurídico CELIR*, www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp_08_13_esp.pdf

⁵⁰⁴ www.aciprensa.com/noticias/el-salvador-beatriz-no-aborto-y-dio-a-luz-a-su-hija-con-anencefalia-13586/#.U1WiBKJ_1-g

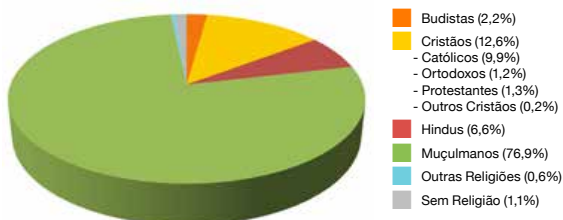
⁵⁰⁵ www.zenit.org/es/articles/el-salvador-el-caso-beatriz-demuestra-que-a-los-partidarios-del-aborto-solo-les-queda-la-mentira

⁵⁰⁶ www.zenit.org/es/articles/llamamiento-a-un-pacto-contr-la-violencia-en-el-salvador

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS (EAU)



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
9.346.129	83.600 km ²	603	90	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Esta federação de sete emirados, com a sua sede de poder no Dubai, tem uma população de nove milhões de pessoas. De acordo com o Artigo 7 da Constituição de 1971, o Islamismo é a religião do Estado e a *sharia* islâmica é a principal fonte de legislação. Mesmo assim, as outras religiões são pelo menos autorizadas a ter liberdade de culto. Contudo, os Cristãos não têm direito a falar sobre religião com os Muçulmanos, nem estão autorizados a usarem uma cruz visível ao pescoço ou a exibirem uma cruz nos seus carros. Dentro dos EAU⁵⁰⁷, há trinta e uma igrejas ou templos diferentes pertencentes a várias religiões e denominações, incluindo a Catedral de São José (católica do rito latino) e um templo hindu.⁵⁰⁸

Cristãos nos EAU

Para a Igreja Católica, Abu Dhabi é a sede da Prefeitura Apostólica do Sul da Arábia (AVOSA na sigla inglesa), sob a liderança do Bispo Paul Hinder.⁵⁰⁹ Um responsável do AVOSA informou a AIS que havia uma estimativa de 800 mil católicos nos EAU em 2012 (o que pode ser uma estimativa conservadora), que são servidos pelas sete paróquias católicas do país.⁵¹⁰

A 14 de Junho de 2013, o Cardeal Fernando Filoni consagrou a Igreja de Santo António de Pádua na vila de Jazirat Al Hamra, a nordeste, no emirado de Ras Al Khaimah, no Golfo Pérsico. Mais de 8.500 crentes de todos os Emirados Árabes Unidos celebraram a primeira Missa na nova igreja católica do emirado.⁵¹¹

A 29 de Junho de 2013, em Mussafah, na região do Dubai, o Bispo Paul Hinder abençoou a primeira pedra da futura Igreja de São Paulo. Esta igreja será a segunda paróquia da área de Abu Dhabi. Durante quase cinquenta anos, a Catedral de São José foi a única igreja para os Católicos perto de Abu Dhabi. O terreno necessário para esta igreja foi oferecido à Igreja Católica pelo município de Mussafah em Novembro de 2011.⁵¹²

⁵⁰⁷ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/united-arab-emirates

População: <http://data.worldbank.org/country/united-arab-emirates>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e486b46&submit=GO

⁵⁰⁸ gulfnews.com/news/gulf/uae/general/churches-and-temples-in-the-uae-1.96526

⁵⁰⁹ <http://avosa.org/>

⁵¹⁰ www.fides.org/en/news/35321-ASIA_UNITED_ARAB_EMIRATES_Dubai_has_a_parish_with_400_000_faithful#.U7QjENKKAdu

⁵¹¹ www.stjosephsabudhabi.org/news/st-anthony-of-padua-church-rak-blessed-by-cardinal-filoni/

⁵¹² *La Croix*, 29 de Setembro de 2013

Desenvolvimentos recentes

Em Novembro de 2012, o médico indiano cristão Rajan Daniel, de 58 anos, urologista no Hospital Ahalia em Abu Dhabi, foi morto com oito facadas por Mohamed Abdul Jamil, de 46 anos, cidadão paquistanês. Sajan George, presidente do Conselho Global dos Cristãos Indianos (GCIC na sigla inglesa), disse que o assassinato indica a «fragilidade da comunidade cristã» no estrangeiro, e denunciou a «indiferença grave» das autoridades perante o «assassinato brutal de um cristão». Menos de duas semanas após o incidente, Jamil cometeu suicídio na sua cela. Os relatórios afirmam que Jamil estava zangado porque os medicamentos que estava a tomar já não estavam a fazer efeito. Após o assassinato, começaram a circular rumores de que o fundamentalismo religioso estava por detrás do ataque. No entanto, a polícia [dos EAU] rejeitou rapidamente essa sugestão.⁵¹³

Em Abril de 2013, o Louvre de Abu Dhabi abriu as suas portas. A colecção do museu inclui secções antigas do Corão, juntamente com uma estátua do século XVI de Cristo a mostrar as suas feridas e uma Torá. Celine Hullo Pouyat, directora principal do projecto, enfatizou que as autoridades locais não tinham imposto quaisquer constrangimentos, permitindo a exibição de pinturas, estátuas, livros e artefactos de diferentes culturas, incluindo objectos sagrados cristãos e judaicos.⁵¹⁴

Em Julho de 2013, sessenta e quatro pessoas, num total de noventa e quatro, foram julgadas por prepararem um golpe de Estado para derrubar o Governo federal dos EAU. Receberam penas de prisão entre sete e quinze anos. A argumentação da acusação foi de que o grupo tinha formado uma «organização secreta» para forçar o Governo a cair, o que foi visto como demasiado «liberal» e culpado de desprezar a *sharia*. Afirmou-se que a ‘organização’ estava em contacto com vários indivíduos e organizações extremistas no mundo árabe e no Norte de África, incluindo a Irmandade Muçulmana, e que tinha criado ou investido em instituições financeiras e imobiliárias para financiar as suas actividades.⁵¹⁵

Em Janeiro de 2014, uma mulher muçulmana austríaca, que foi violada no Dubai, foi detida por ter relações sexuais fora do casamento e a polícia disse-lhe que ela só podia evitar a prisão se casasse com o seu atacante. A estudante de 29 anos originária de Viena enfrentava uma pena de prisão, tendo sido acusada de ter tido relações sexuais fora do casamento e de beber álcool, ambos ilegais na capital dos EAU. Depois de o Ministério dos Negócios Estrangeiros austríaco ter intervindo, conseguiu deixar o país e regressar a casa.⁵¹⁶ O incidente é um de inúmeros casos nos EAU nos últimos anos em que as vítimas de violação, incluindo cidadãs estrangeiras, foram tratadas como criminosas.⁵¹⁷

⁵¹³ *AsiaNews.it*, 3 e 22 de Novembro de 2012

⁵¹⁴ *AsiaNews.it*, 24 de Abril de 2013

⁵¹⁵ *AsiaNews.it*, 2 de Julho de 2013

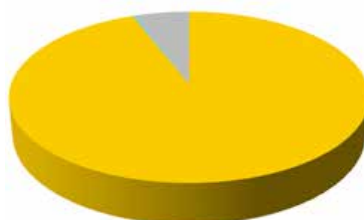
⁵¹⁶ *The Daily Mail*, 31 de Janeiro de 2014

⁵¹⁷ www.theguardian.com/commentisfree/2010/jun/29/uae-rape-victims-women

EQUADOR



Confissões Religiosas



- Cristãos (94,1%)
 - Católicos (83,3%)
 - Protestantes (9,6%)
 - Outros Cristãos (1,2%)
- Outras Religiões (0,4%)
- Sem Religião (5,5%)

POPULAÇÃO:

14.483.499

SUPERFÍCIE:

256.370 km²

REFUGIADOS (INTERNOS)*:

123.485

REFUGIADOS (EXTERNOS)**:

736

DESALOJADOS:

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

A língua oficial do Equador⁵¹⁸ é o espanhol e o sistema político é constituído por uma república democrática parlamentar com a habitual separação de poderes entre o poder legislativo, executivo e judicial. Há 181.848 estrangeiros registados a residirem no país.⁵¹⁹

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

O preâmbulo da Constituição do Equador reconhece as antigas raízes do país e celebra a natureza. A Constituição invoca o nome de Deus e reconhece as muitas religiões e formas de espiritualidade do país. Reconhece igualmente o direito a praticar, preservar, mudar e professar a própria religião ou crenças em público. O Estado promete proteger a prática religiosa voluntária e também a expressão dos que não professam qualquer religião. Promete também promover o pluralismo e a tolerância.⁵²⁰

As religiões estão igualmente abrangidas pela Lei Orgânica da Igualdade e Liberdade Religiosa.⁵²¹ Todos os grupos religiosos devem registar-se no Ministério do Interior, entregando uma carta que confirma que não têm fins comerciais e incluindo as assinaturas dos líderes do grupo e de pelo menos quinze membros. Existem 2.200 grupos registados, que são obrigados a prestar contas de qualquer financiamento recebido do Estado. A educação religiosa não é autorizada nas escolas estatais. Contudo, pode ser ministrada nas escolas privadas.⁵²²

Incidentes e acontecimentos durante o período em análise

Em Junho de 2012, por ordem do ministro da Saúde, todas as imagens religiosas foram retiradas dos hospitais regionais de Cuenca e Loja, desencadeando protestos generalizados entre os pacientes e o pessoal do hospital, muitos dos quais estavam habituados a rezar pela saúde dos pacientes perante essas imagens.

⁵¹⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/ecuador

População: www.inec.gob.ec/cpv/ 2010 census

⁵¹⁹ http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_del_Ecuador2011.pdf

⁵²⁰ www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf

⁵²¹ http://capuchinosdeecuador.org/index.php?option=com_content&view=article&d=411:ley-organica-de-libertad-religiosa&catid=47:ecuador-y-lam&Itemid=139

⁵²² www.state.gov/documents/organization/208688.pdf

O editor do Observatório Católico do Equador, uma agência de notícias católicas, apelou ao presidente Rafael Correa para que defendesse a liberdade religiosa no país, após a remoção de imagens religiosas e outros incidentes, incluindo a profanação da capela de um hospital. Referiu que as autoridades do hospital não estavam a proteger a liberdade religiosa.⁵²³

Em Junho de 2013, o Padre Pedro Reascos, capelão prisional num centro de reabilitação masculino em Guyaquil, relatou que as autoridades prisionais, agindo sob ordens de autoridade superior, tinham obstruído o trabalho pastoral em que ele estava envolvido na prisão, ao ponto de demolirem a prisão na velha capital sem oferecerem qualquer solução alternativa. Mais tarde, em Setembro do mesmo ano, referiu que ainda não tinha recebido nenhuma resposta oficial e que as autoridades continuavam a prevaricar, impedindo-o de dar continuidade ao seu trabalho como capelão da prisão.⁵²⁴

Em Agosto de 2013, diversos sacerdotes que trabalhavam em hospitais levando os sacramentos e prestando apoio espiritual foram demitidos e obrigados a sair. Os sacerdotes que tinham estado envolvidos no trabalho da capelania hospitalar durante anos foram demitidos pelas autoridades. Estas medidas foram tomadas sob autoridade directa do Instituto Equatoriano de Serviços Sociais (IESS) e fizeram parte das políticas implementadas pelo Governo revolucionário.⁵²⁵

Alguns líderes muçulmanos queixaram-se que membros da sua comunidade tinham sofrido discriminação ocasional nas áreas do emprego e do alojamento, e entre as crianças na escola. A comunidade muçulmana estava a tentar combater este preconceito com panfletos informativos que explicavam as práticas e tradições islâmicas.⁵²⁶

Durante o mês de Maio de 2013 houve alguns incidentes violentos envolvendo protestantes evangélicos contra a 'idolatria' das imagens religiosas católicas. Um grupo liderado por um pastor protestante, Eduardo Mora, queimou imagens do Papa Francisco em frente a uma igreja católica e tentou entrar na igreja. O mesmo tinha acontecido antes, na Sexta-feira Santa, durante a tradicional procissão de Sexta-feira Santa da Igreja de Cristo da Consolação (*Cristo del Consuelo*) na cidade de Guayaquil. O pastor foi condenado a um ano de prisão por crimes de ódio. Tinha sido detido antes, em Maio, após uma manifestação que degenerou em confrontos com crentes católicos.⁵²⁷

⁵²³ www.aciprensa.com/noticias/ecuador-observatorio-catolico-insta-a-rafael-correa-a-in-defender-libertad-religiosa-66956/#.UozHwNJg96k

⁵²⁴ www.observatoriocatolico.com/2013/08/demuelen-la-capilla-de-la-penitenciaria.html

⁵²⁵ www.observatoriocatolico.com/2013/08/alerta-nuevo-caso-de-ataque-la-libertad.html

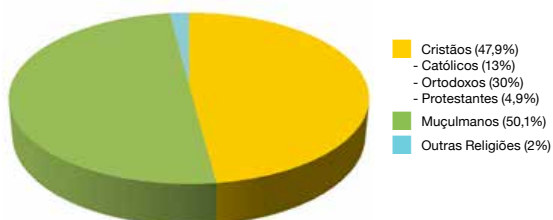
⁵²⁶ www.state.gov/documents/organization/208688.pdf

⁵²⁷ www.eluniverso.com/noticias/2013/10/30/nota/1656771/ano-prision-pastor-evangelico-que-destruyo-imagenes-religiosas

ERITREIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.415.000	117.600 km ²	3.166	308.022	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Antecedentes e história recente

Num decreto de 1995, o Governo indicou que apenas quatro comunidades religiosas seriam reconhecidas pelo Estado: a Igreja Tewahedo Ortodoxa da Eritreia; a Igreja Luterana Evangélica da Eritreia; a Igreja Católica; e o Islamismo. O Governo garantiu controlo próprio da liderança da Igreja Ortodoxa e da comunidade muçulmana, não só pagando às suas hierarquias mas também controlando as suas actividades e recursos financeiros. A Igreja Católica e a Igreja Luterana continuam a manter a sua autonomia.⁵²⁸

Em 1997, foi aprovada pela Assembleia Nacional uma Constituição que garante a liberdade religiosa⁵²⁹. Contudo, esta nunca foi implementada e as autoridades continuam a governar por decreto.⁵³⁰

As quatro comunidades religiosas autorizadas ainda precisam de autorização do Departamento de Assuntos Religiosos para imprimirem e distribuírem literatura religiosa pelos seus fiéis. Os seus líderes religiosos e os meios de comunicação social com quem têm ligações formais estão proibidos de comentar assuntos políticos. São também obrigados a submeter relatórios ao Governo de seis em seis meses sobre todas as suas actividades. Todos os anos, o Departamento de Assuntos Religiosos reitera a disposição legal contida no decreto de 1995 em relação às organizações religiosas.⁵³¹ Este instrui as quatro religiões reconhecidas para que deixem de aceitar fundos do estrangeiro, que funcionem com base na auto-suficiência financeira e que limitem as suas actividades ao culto religioso. O decreto afirma igualmente que, se as Igrejas desejam envolver-se em trabalhos sociais, devem registar-se como ONG e ceder a supervisão dos seus financiamentos do estrangeiro às autoridades. Na prática, contudo, estas proibições não são aplicadas nem observadas.

Além das quatro religiões reconhecidas, os outros grupos religiosos principais são os Cristãos Pentecostais, os Evangélicos e as Testemunhas de Jeová. Estes grupos foram tolerados até 2002, quando foi exigido, por decreto, que as suas organizações submetessem pedidos

⁵²⁸ <http://allafrica.com/stories/201405150777.html>

⁵²⁹ www.constituteproject.org/constitution/Eritrea_1997

⁵³⁰ www.sudantribune.com/spip.php?article51115

⁵³¹ www.minorityrights.org/3949/Eritrea/Eritrea-overview.html

de registo com informações detalhadas sobre os seus líderes. Foram avisados de que o não cumprimento desta exigência resultaria na declaração de ilegalidade das suas actividades. Até ao momento, nenhum dos pedidos submetidos recebeu uma resposta positiva. No máximo, certas autoridades locais toleram os grupos não registados e permitem-lhes que pratiquem a sua fé ao nível doméstico. Os membros destes grupos pentecostais e evangélicos, e das Testemunhas de Jeová são alvo de detenções, prisão prolongada sem julgamento, maus tratos e tortura por causa das suas actividades religiosas não autorizadas.⁵³²

Na Eritreia⁵³³, até mesmo os sacerdotes e os religiosos são obrigados a prestar serviço militar. O serviço militar obrigatório é organizado a critério das autoridades para os indivíduos até aos 50 anos. Na prática, contudo, até mesmo este limite é teórico e, na realidade, há muitos homens com mais de 50 anos que continuam a prestar serviço militar. No passado, foi acordada uma excepção parcial para os sacerdotes e seminaristas da Igreja Católica, mas desde 2005 que o clero e os seminaristas católicos ficaram, em princípio, sujeitos a serem chamados para prestar serviço militar. Na prática, no entanto, o Estado não força os sacerdotes e seminaristas católicos a fazerem-no. Calcula-se que haja cerca de 3 mil sacerdotes e seminaristas, imãs e estudantes religiosos da Igreja Ortodoxa da Eritreia e da fé muçulmana que são obrigados a prestar serviço militar todos os anos.⁵³⁴

Católicos

O Governo decretou em 1995 que as comunidades religiosas não estão autorizadas a receber financiamento estrangeiro. Em 2007, o Governo emitiu outro decreto anunciando a nacionalização de todos os serviços sociais, mas desde então as únicas confiscações foram as das instalações do Secretariado Católico em Asmara, uma quinta, uma escola e um jardim-de-infância na vila de Assab. A Igreja continua a gerir cinquenta escolas, vinte e cinco centros médicos, sessenta e um lares para crianças e um ou dois empreendimentos económicos.

Entre 2007 e 2008, o Governo em Asmara forçou dezoito missionários católicos (do sexo masculino e feminino) a abandonarem o país, recusando-se a renovar os seus vistos de residência. Nenhum missionário estrangeiro conseguiu obter um visto permanente. Mesmo os religiosos que visitavam o país temporariamente, por exemplo para orientar retiros religiosos para as congregações, não conseguiram obter vistos para fins religiosos, mas, pelo contrário, foram obrigados a pedir um visto de turismo e, pelo menos em teoria, a residir em hotéis.

Cristãos ortodoxos

Abuna Antonios, o terceiro Patriarca da Igreja Tewahedo Ortodoxa da Eritreia foi deposto em Janeiro de 2006, sob pressão governamental, por um sínodo que não foi reconhecido pelas outras Igrejas ortodoxas do rito alexandrino (como por exemplo a Igreja Ortodoxa Eritreia (rito Ge'ez) e a Igreja Ortodoxa Copta). O Patriarca tem estado em prisão domiciliária desde 2007, num edifício separado da residência patriarcal.⁵³⁵

Entre os refugiados que fugiram da Eritreia em busca de asilo no estrangeiro, há também muitos monges e sacerdotes da Igreja Ortodoxa Eritreia que fugiram do país desde que o Governo revogou a sua isenção do serviço militar em Julho de 2005. Três membros reformistas

⁵³² www.refworld.org/docid/51826efef.html

⁵³³ Confissões Religiosas: www.thearda.com/internationalData/countries/Country_76_1.asp

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Eritrea>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4838e6&submit=GO

⁵³⁴ www.refworld.org/docid/51826efef.html

⁵³⁵ www.abuneantonios.com/

da Igreja Ortodoxa Eritreia foram detidos em 2005 e desde então não há informações sobre eles.⁵³⁶

Denominações cristãs não reconhecidas

O Governo continua a perseguir, deter e prender muitos pentecostais e evangélicos, seja sem quaisquer acusações formais ou com a acusação de serem em perigo a segurança nacional. São detidos sem julgamento e sem acesso a apoio jurídico nem visitas dos seus familiares. Os crentes destas comunidades estão sujeitos a constante vigilância e espionagem, e são detidos colectivamente, quando se encontram para orar em casas privadas, ou individualmente.⁵³⁷ Alguns são descobertos e detidos durante o serviço militar. De acordo com organizações não governamentais, grupos cristãos de pressão e fontes oficiais norte-americanas, até 3 mil pessoas estão presas por razões religiosas na Eritreia, a vasta maioria das quais são cristãos evangélicos e pentecostais.⁵³⁸ Segundo a Aliança Evangélica da Eritreia, 1.200 cristãos estão actualmente encarcerados na Eritreia.⁵³⁹

Todos estes prisioneiros estão detidos em condições deploráveis, seja em celas subterrâneas ou em contentores metálicos expostos ao sol durante o dia e ao frio durante a noite, por longos períodos de tempo. Muitos destes centros de detenção situam-se dentro de bases militares, por exemplo em Mai Serwa, Sawa, Gelalo, Alla, Me'eter e Adi Abeto, enquanto outros estão situados próximo de esquadras de polícia na capital (Asmara) ou noutras cidades. Inúmeras testemunhas oculares destas prisões dão testemunho da brutalidade e tortura inflingidas aos presos, sobretudo com a intenção de os forçar a abandonarem a sua religião. O sofrimento a que estão sujeitos inclui trabalhos forçados, privação de alimentos e água, condições de higiene chocantes, recusa de cuidados médicos para os que ficaram doentes durante o tempo de prisão (malária e pneumonia) ou que já estão doentes na altura em que são presos (por ex., diabetes, hipertensão, cancro).

Outras formas de tortura relatadas por antigos presos incluem ser forçado a caminhar descalço sobre pedras pontiagudas e espinhos, e ser espancado com cassetetes de plástico rígido se não caminharem suficientemente depressa, ou serem forçados a rolar nus sobre areia a esquentar enquanto os guardas lhes batem. Um antigo detido chamado Asmerom, entrevistado pela organização *International Christian Concern*, relatou que tinha sido mantido numa solitária durante mais de um ano, numa cela que estava completamente às escuras e que lhe tinham sido dados apenas intervalos de cinco minutos durante o dia para usar a casa de banho.⁵⁴⁰

Muitos detidos religiosos são testemunhas de Jeová que se recusam a prestar serviço militar e a quem não é oferecida a possibilidade do serviço civil alternativo, enquanto outros foram encontrados na posse de literatura religiosa proibida por soldados ou foram encontrados a rezar segundo os ritos de um dos grupos religiosos não autorizados. No entanto, no caso de algumas unidades militares, as sanções contra os que são encontrados na posse de Bíblias ou literatura religiosa ilegal são limitadas à confiscação e destruição dos materiais em causa.⁵⁴¹

⁵³⁶ <http://worldea.org/prayer/500/Eritrea-Severe-Persecution-is-Expanding>

⁵³⁷ www.refworld.org/docid/51826efef.html

⁵³⁸ Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, *Annual Report 2013*

⁵³⁹ *Christian Today*, 10 de Dezembro de 2013

⁵⁴⁰ *International Christian Concern*, 21 de Março de 2013

⁵⁴¹ www.refworld.org/docid/51826efef.html

Relatos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) também testemunham o facto de um número crescente de refugiados que chegam da Eritreia serem cristãos pentecostais ou evangélicos, ou testemunhas de Jeová.⁵⁴²

Testemunhas de Jeová

Um decreto presidencial de 1994 declara que as Testemunhas de Jeová «renunciaram à sua nacionalidade» e aos direitos a ela associados, uma vez que se abstiveram de participar no referendo para a independência da Eritreia em 1993 e porque se recusaram a votar ou a prestar serviço militar. Como consequência, o Governo recusa-se a emitir-lhes cartões de identificação, licenças comerciais ou documentos de viagem, e impede-os de acederem a empregos no sector público. Sem esses documentos, não podem viajar, comprar terrenos ou obter o reconhecimento formal dos seus casamentos.⁵⁴³

Em geral, as penas infligidas às testemunhas de Jeová que se recusam a prestar serviço militar são mais duras do que as atribuídas aos outros que, embora cometam a mesma ofensa, não pertencem a este grupo religioso. De acordo com a *Human Rights Watch*, no início de 2013 o número de testemunhas de Jeová na prisão era de cinquenta e seis, das quais onze tinham mais de 70 anos. Três tinham estado na prisão desde 1994, apesar do facto de a pena máxima legal ser dois anos de prisão.⁵⁴⁴

Além disso, o sistema educativo escolar inclui uma forma de treino militar que tem início nas escolas secundárias e do qual não há isenção. Na prática, isto significa que os filhos adolescentes das Testemunhas de Jeová são forçados a desistir da sua educação escolar e muitos tentam fugir para o estrangeiro.⁵⁴⁵

Muçulmanos

Juntamente com o actual Patriarca Ortodoxo da Eritreia, o Grande Mufti da Eritreia foi nomeado pelo Departamento para os Assuntos Religiosos, apesar da oposição da maioria dos Muçulmanos.⁵⁴⁶ A maior parte dos Muçulmanos que ainda estão na prisão por razões ligadas à sua identidade religiosa foram detidos no período de 1992 a 1994, em 1995 ou em 2008. Muitos deles eram suspeitos de pertencerem à oposição política, mas alguns tinham simplesmente protestado contra a alegada discriminação dos Muçulmanos e a favor dos Cristãos ortodoxos institucionais. Muitos deles são originários da vila de Keren ou pertencem à tribo Saho, que vive dispersa ao longo da costa.

O Relatório de 2012 do Departamento de Estado Norte-Americano sobre a liberdade religiosa internacional sugere que o número de muçulmanos eritreus detidos como presos de consciência é de cerca de 180.⁵⁴⁷

Detenções, mortes e encarceramentos

No final de Fevereiro/início de Março de 2013, oitenta e cinco cristãos e membros de Igrejas evangélicas foram detidos e maltratados enquanto eram transportados das esquadras de polícia na vila de Barentu na Eritreia ocidental. A 27 de Fevereiro de 2013, quarenta e cinco homens e mulheres foram detidos por terem prestado culto em locais fora das igrejas

⁵⁴² *Ibidem*

⁵⁴³ *Ibidem*

⁵⁴⁴ Human Rights Watch, *World Report 2013*

⁵⁴⁵ www.refworld.org/docid/51826efef.html

⁵⁴⁶ www.refworld.org/docid/51826efef.html

⁵⁴⁷ Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, *Annual Report 2012*

autorizadas. Ao todo, crê-se que o número de cristãos detidos na área de Barentu entre o início de 2013 e o dia 1 de Março ronde os 125.⁵⁴⁸

Na segunda metade de Março, um preso faleceu na prisão da base militar de Ala, perto da vila de Dekamere. Diagnosticado com leucemia, foi recusado tratamento a Belay Gebrezgi Tekabo no hospital de Dekamere porque ele se recusou a renunciar à sua fé evangélica. Na mesma prisão, mais quarenta e cinco cristãos evangélicos e pentecostais foram presos em condições muito más.⁵⁴⁹

A 5 de Julho de 2013, outro prisioneiro faleceu num centro de detenção na região de Mendefera. O seu nome era Yosief Kebedom Gelai, um professor de 41 anos e recentemente convertido ao Cristianismo evangélico. Tinha sido detido em Dezembro último após as autoridades da escola terem reparado nele a rezar e a participar no estudo da Bíblia.⁵⁵⁰

Mais trinta e nove alunos cristãos do ensino secundário foram detidos no campo de treino militar de Sawa, no deserto, perto da fronteira sudanesa, e sujeitos a maus tratos e trabalhos forçados. Os estudantes do sexo masculino foram ameaçados de prisão por tempo indeterminado caso se recusassem a renunciar à sua religião.⁵⁵¹ A 14 de Outubro de 2013, uma prisioneira, que tinha anteriormente sido detida e mantida na prisão cerca de um ano devido a actividades religiosas ilegais, faleceu na prisão de Adi Quala, perto da vila de Mendefera. A causa da morte foi pneumonia, tendo-lhe sido recusado tratamento segundo a prática de recusar tratamento aos prisioneiros que se recusam a renunciar à sua fé. Wehazit Berhane Debesai, de 30 anos, tinha sido detida enquanto prestava o serviço militar. No mesmo dia em que faleceu, o seu noivo Yohannes foi detido e ainda está na prisão de Adi Quala.⁵⁵²

A 25 de Outubro de 2013, as forças de segurança detiveram cerca de 180 cristãos da Igreja do Deus Vivo que se tinham reunido para orar em Maitemenai, um subúrbio a norte de Asmara. O grupo estava a rezar em memória das vítimas do naufrágio, perto de Lampedusa, a 3 de Outubro (ver mais à frente).⁵⁵³

A 1 de Novembro de 2013, oitenta mulheres e crianças do grupo de 180 pessoas detidas no mês anterior, em Maitemenai, foram libertadas depois de assinarem um documento no qual concordavam não se reunirem para rezar. O Dr. Berhane Asmelash, director da organização *Release Eritreia*, afirmou: «As recentes detenções constituem a maior detenção em grupo nos últimos anos. Estas detenções, juntamente com outras ondas de detenções em Janeiro e Março deste ano, estão a tornar-se numa tendência preocupante contra a Igreja na clandestinidade. O facto de nem sequer as crianças terem sido poupadas é uma indicação da gravidade da perseguição contra a Igreja na Eritreia.»⁵⁵⁴

Naufrágio em Lampedusa

A 3 de Outubro de 2013, um barco que transportava mais de 500 imigrantes da Líbia para Itália naufragou ao largo da ilha de Lampedusa. Muitos dos imigrantes eram originários da Eritreia, Somália e Gana. Mais de 360 pessoas morreram na sequência do desastre.⁵⁵⁵

O Padre Mussie Zerai, presidente da Agência *Habeshia* (uma organização que apoia migrantes, refugiados e requerentes de asilo em Itália), informou o *World Watch Monitor* de que a maior parte dos envolvidos no naufrágio eram cristãos. «Olho para a lista de sobreviventes

⁵⁴⁸ *Worthy News*, 5 de Março de 2013

⁵⁴⁹ *Charisma News*, 28 de Março de 2013

⁵⁵⁰ *Missions Network News*, 17 de Julho de 2013

⁵⁵¹ *Worthy News*, 31 de Julho de 2013, e *Baptist Press*, 5 de Agosto de 2013, do relatório da organização Open Doors.

⁵⁵² <http://crossmap.christianpost.com/> 3 de Novembro de 2013

⁵⁵³ *Asmarino Independent*, 26 de Outubro de 2013 e 1 de Novembro de 2013

⁵⁵⁴ *Asmarino Independent*, 1 de Novembro de 2013

⁵⁵⁵ www.bbc.com/news/world-europe-24436779

e 90% são cristãos», disse. «Vêm da Eritreia e da Etiópia. A situação é muito má porque, politicamente, na Eritreia há um ditador e as pessoas vivem sem qualquer tipo de liberdade ou democracia. Muitos cristãos ortodoxos não eritreus são perseguidos por causa da sua fé. Não é fácil para eles viver na Eritreia neste momento.»⁵⁵⁶

Em Março de 2014, a Rádio Vaticano realizou uma conferência sobre a luta dos eritreus forçados a fugirem do seu país. O encontro foi patrocinado pela Organização Internacional para as Migrações, sob o tema «Da Eritreia para a Europa, notícias de uma emergência humanitária». A *Vatican News* afirmou: «Desde 2004, mais de 200 mil eritreus numa população de 5,6 milhões de habitantes fugiu para os campos de refugiados na fronteira no leste do Sudão e também para Israel. Milhares também tentaram escapar para a Europa atravessando o Mediterrâneo em barcos quase inavergáveis, muitos deles falecendo na viagem.»⁵⁵⁷

Resumo da situação na Eritreia

A manutenção dos direitos humanos básicos para os cidadãos eritreus continua a deteriorar-se à medida que as autoridades persistem em demonstrar um desprezo flagrante pelo bem-estar dos seus cidadãos. Este sofrimento é sentido muito fortemente pela comunidade cristã ortodoxa não eritreia.

Apesar de repetidas solicitações, ainda não foi concedido acesso ao país à Relatora Especial da ONU para a Eritreia, Sheila B. Keetharuth, desde a apresentação do seu pedido em Novembro de 2012. Por isso, a sua primeira missão oficial ao terreno, em Maio de 2013, foi levada a cabo através da realização de entrevistas em campos de refugiados eritreus na vizinha Etiópia e no Jibouti. «Estou extremamente preocupada com a situação dos direitos humanos na Eritreia», reforçou a especialista independente. «A excessiva militarização está a afectar o próprio tecido social da Eritreia e a sua principal unidade, a família... A obstrução grave da liberdade de movimento, opinião, expressão, assembleia, associação e o direito à liberdade religiosa justificam uma séria preocupação.»⁵⁵⁸

⁵⁵⁶ *Christian Today*, 10 de Dezembro de 2013

⁵⁵⁷ *News.va*, 6 de Março de 2014

⁵⁵⁸ *Asmarino.com*, 6 de Junho de 2013

ESLOVÁQUIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.414.095	49.000 km ²	701	304	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição⁵⁵⁹ da República da Eslováquia⁵⁶⁰ refere no seu preâmbulo o legado espiritual de São Cirilo e São Metódio. Contudo, o Estado rege-se pelo princípio da neutralidade religiosa e ideológica, segundo o qual a nenhuma religião é dado tratamento preferencial. O Artigo 24 garante a liberdade religiosa e a independência das comunidades religiosas. Cada pessoa é livre de exercer a sua religião sem impedimentos de a mudar ou de não ter qualquer convicção religiosa.⁵⁶¹

As comunidades religiosas são autorizadas a registar-se como tal para obterem o reconhecimento oficial. No entanto, as condições para este registo são a existência de um mínimo de 20 mil membros, o respeito pelo estado de direito democrático, e pela liberdade e direitos de todos os cidadãos. Dado este número mínimo tão elevado, o reconhecimento oficial é negado a muitas religiões minoritárias. Contudo, este reconhecimento não é essencial, embora tenha algumas vantagens. Assim, as dezoito comunidades religiosas registadas recebem mais de 30 milhões de euros em subsídios estatais, gozam de benefícios fiscais parciais ou mesmo totais e têm direito a realizar casamentos legalmente. As comunidades religiosas não-registadas não estão autorizadas a realizar visitas a prisões ou hospitais e ocasionalmente enfrentam dificuldades nos funerais. Embora a lei do registo das associações civis na realidade exclua os grupos religiosos, diversas comunidades religiosas registaram-se de facto como tal para adquirirem estatuto legal.

A restituição dos bens da Igreja confiscados durante a era comunista ainda não foi concluída. De acordo com a Conferência Episcopal Eslovaca, até agora o Estado devolveu cerca de 35% das propriedades que pertenciam originalmente à Igreja Católica ou a instituições católicas. A Lei das Restituições aprovada em 1993 não prevê qualquer indemnização em relação aos bens devolvidos que estejam em mau estado. E, no entanto, algumas comunidades religiosas

⁵⁵⁹ www.constituteproject.org/constitution/Eslováquia_2001

⁵⁶⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Eslováquia

População: <http://data.worldbank.org/country/slovak-republic>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48e016&submit=GO

⁵⁶¹ *Ibidem*

pura e simplesmente não têm os recursos necessários para restaurar os edifícios que lhes foram devolvidos.

Actualmente, há alguma controvérsia em relação ao papel da Eslováquia entre 1939 e 1945, quando o país era um satélite da Alemanha nazi. Os porta-vozes das comunidades judaicas criticaram a tendência nalguns sectores para a glorificação do estado eslovaco da altura. Entre outras coisas, acusam o Instituto estatal de Memória Nacional (UPN) de reabilitar algumas das personalidades políticas da época. Houve situações ocasionais de discriminação religiosa ou racista referida durante o período deste relatório. Foram expressas visões anti-semitas por cerca de 500 radicais de direita e vários milhares de simpatizantes. Houve situações isoladas de vandalismo em cemitérios judaicos, por exemplo a profanação de trinta e cinco campas judaicas em Abril de 2012, na vila de Kosice.⁵⁶²

Em Novembro de 2012, a Comissão Europeia criticou os planos da Eslováquia para representar as imagens de São Cirilo e São Metódio, com as auréolas e as duas cruzes, nas suas moedas de 2 euros. A França e a Grécia protestaram contra esta situação. Contudo, o Banco Central da Eslováquia venceu esta batalha em Dezembro de 2012 e introduziu a nova moeda sem modificações no Verão de 2013.⁵⁶³

⁵⁶² www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dlid=208366#wrapper

⁵⁶³ <http://thedaily.sk/saints-no-more-drop-the-halos-Eslováquia/> e <http://blog.radiovatican.de/der-schein-der-heiligen/>

ESLOVÉNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:
2.035.000

SUPERFÍCIE:
20.273 km²

REFUGIADOS (INTERNOS)*:
213

REFUGIADOS (EXTERNOS)**:
28

DESALOJADOS:

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Na Eslovénia⁵⁶⁴, as comunidades religiosas que desejem ser reconhecidas como pessoas jurídicas são obrigadas a registrar-se. Contudo, não há requisitos formais para o fazer ou restrições para os que não se registem. Os cidadãos que acreditam que o seu direito à liberdade religiosa está ameaçado podem dirigir-se ao provedor para os Direitos Humanos. Durante o período deste relatório, não houve relatos de situações de discriminação religiosa na Eslovénia e as relações entre as diversas comunidades religiosas foram qualificadas como boas.⁵⁶⁵

Foram, no entanto, suscitadas preocupações em relação à nova Lei da Família aprovada pelo Governo em Junho de 2011, que colocou as relações entre pessoas do mesmo sexo ao mesmo nível do casamento tradicional. Como reacção, formou-se um movimento chamado 'Iniciativa Civil para a Defesa da Família e dos Direitos das Crianças'. O movimento conseguiu forçar a realização de um referendo, apesar da feroz oposição por parte do então presidente Danilo Türk, que é obrigado a ser imparcial nas suas funções. O Governo de Borut Pahor também se opôs, bem como os meios de comunicação social e uma variedade de grupos de pressão social. Como consequência, em Março de 2012, a nova Lei da Família foi finalmente rejeitada no referendo, por uma maioria de 54,5% de votos válidos e perante uma afluência às urnas de 30,3%.⁵⁶⁶

Em 2013, o Governo planeou introduzir uma nova forma de tributação às igrejas e locais de culto. Os seus planos encontraram uma oposição generalizada por parte das comunidades religiosas, com as comunidades católicas, protestantes, ortodoxas sérvias, pentecostais evangélicas e islâmicas a descreverem estes planos como um ataque à liberdade religiosa. Conseguiram assim impedir que o Governo implementasse os seus planos. A Igreja Católica na Eslovénia auto-financia-se quase exclusivamente. Contudo, as Igrejas argumentaram que

⁵⁶⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Eslovénia
População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Eslovénia>
Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48e096&submit=GO

⁵⁶⁵ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dliid=208368#wrapper

⁵⁶⁶ www.katholisches.info/2012/04/02/slovenien-zeigt-man-kann-ideologischen-eu-vorgaben-widerstehen e <http://derstandard.at/1332323751064/Liberales-Familiengesetz-in-Referendum-abgelehnt>

a proposta de tributação faria com que muitas comunidades passassem por dificuldades financeiras.⁵⁶⁷

Em Maio de 2012, um autoproclamado ‘grupo de artistas’ pegou fogo a uma antiga cruz votiva do século XVII, na vila de Strujan, (construída por pescadores e homens do mar em 1600 para cumprir uma promessa), num acto deliberado de profanação. Este grupo leu igualmente declarações anti-cristãs em voz alta. O grupo de ‘artistas’ fez o mesmo em 2002 e foi posteriormente ilibado pelos tribunais.⁵⁶⁸ Num incidente isolado, em 2012 foram exibidos *slogans* anti-cristãos na Parada de Orgulho Gay, em Ljubljana. O Festival Iskreni, um evento organizado em defesa da família e da vida dos nascituros, foi também atacado por activistas homossexuais que, de acordo com os organizadores do festival, tentaram forçar potenciais patrocinadores a retirar o apoio financeiro ao evento.⁵⁶⁹

⁵⁶⁷ http://de.radiovaticana.va/news/2013/10/20/slowenien:_doch_keine_steuer_auf_kirchen_/ted-738953

⁵⁶⁸ www.intoleranceagainsthchristians.eu/case/cross-put-on-fire-in-strujan.html

⁵⁶⁹ <http://intoleranceagainsthchristians.eu/case/pride-parade-hurts-christians-religious-feelings.html>

ESPAÑA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
46.647.421	505.992 km ²	4.637	51	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A liberdade religiosa em Espanha⁵⁷⁰ é protegida pelo Artigo 16 da Constituição de 1978. As relações jurídicas entre a Igreja Católica e o Estado espanhol são regulamentadas pelos acordos com a Santa Sé datados de 1979.

A situação é estável, com excepção das repetidas ameaças da parte dos partidos de esquerda que estão actualmente na oposição e desejam rasgar estes acordos.⁵⁷¹ Procuram também pôr um fim à isenção da Igreja relativamente ao pagamento do imposto sobre imóveis para algumas propriedades.⁵⁷²

A primeira destas duas ameaças só se tornará relevante caso os partidos em causa regressem ao Governo. No segundo caso, algumas autoridades locais – e especificamente o Parlamento regional (Parlamento Foral) de Navarra – já pediram que a Igreja pague este imposto aos municípios por todos os seus edifícios, excepto os que são usados para o culto. Contudo, em Dezembro de 2013, o Tribunal Constitucional decidiu que a lei aprovada em Fevereiro desse ano pelo Governo regional de Navarra era inconstitucional e que a Igreja não tem de pagar este imposto.⁵⁷³

Deve referir-se que os partidos políticos, as associações públicas, os sindicatos, as ONG e muitos outros grupos estão também isentos de pagarem este imposto.

A Catedral de Córdoba⁵⁷⁴

O ataque mais significativo à liberdade religiosa veio do Governo regional da Andaluzia. Um grupo de pressão que se autodenomina «Plataforma para a Mesquita-Catedral de Córdoba»

⁵⁷⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/spain

População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Spain>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48eed6&submit=GO

⁵⁷¹ www.analisisdigital.org/2012/02/05/rubalcaba-nuevo-secretario-general-del-psoe-amenaza-al-pp-con-romper-los-acuerdos-con-la-santa-sede-y-los-consensos-constitucionales/

⁵⁷² www.periodistadigital.com/religion/opinion/2012/06/25/polemica-en-torno-al-ibi-religion-iglesia.shtml

⁵⁷³ www.diariodenavarra.es/noticias/navarra/mas_navarra/2013/12/05/

⁵⁷⁴ Esta catedral foi construída dentro de uma antiga – e magnífica – mesquita islâmica (que por sua vez foi construída no local de uma antiga igreja cristã). Desde o virar do século que grupos muçulmanos fizeram campanha (por vezes de forma agressiva) para serem autorizados a rezar neste lugar. Por isso, agora, uma aliança de muçulmanos e secularistas estão aparentemente a seguir uma agenda comum (embora a dos secularistas seja mais profunda, como as fontes parecem

lançou uma campanha, através da recolha de assinaturas numa petição na Internet, para retirar à Igreja Católica a posse da catedral, apelando a que esta seja entregue ao domínio público. O Governo regional da Andaluzia está a apoiar esta campanha e a estudar formas possíveis de tomar medidas legais e administrativas para reclamar a posse deste edifício, que é de facto a Catedral da Diocese de Córdoba, e retirá-la do controlo da Igreja Católica.⁵⁷⁵ O grupo de pressão envolvido alega que a sua posse por parte da Igreja pode pôr em perigo o reconhecimento da catedral pela UNESCO como local de Património Mundial. Alegam que a Igreja está a minar a harmonia entre as civilizações e enfatizam a história muçulmana do edifício.

Por sua vez, a Diocese de Córdoba tem defendido a posse da igreja como um direito consagrado na lei e apoiado pelos antecedentes históricos.⁵⁷⁶ A Igreja Católica tem exercido uma excelente gestão do edifício, mantendo o seu interesse cultural e social, o que tem atraído milhões de turistas e crentes de muitas religiões diferentes. Caso esta ameaça seja efectivada, isso poderá ter graves repercussões para a posse de outras igrejas que são propriedade da Igreja Católica.

Ataques a igrejas

Durante o último ano houve também ataques e/ou situações de vandalismo a igrejas, sobretudo realizados por grupos sociais radicais e minoritários, o que desencadeou alguma reacção por parte da comunicação social.

Em Fevereiro de 2013 houve uma ameaça de bomba na Catedral de Almudena, em Madrid, quando uma bomba caseira foi deixada próxima de um confessionário dentro da igreja. A responsabilidade pelo ataque foi mais tarde reivindicada pelo grupo anarquista «Comando Mateo Morral», que já tinha realizado uma série de ataques semelhantes contra igrejas em Espanha.⁵⁷⁷

Em Outubro, este mesmo grupo anarquista reivindicou a responsabilidade por um ataque à bomba à Basílica de Nossa Senhora do Pilar, em Saragoça, no qual uma bomba caseira explodiu e causou alguns danos dentro da igreja, ferindo uma mulher e quase atingindo um grupo de crianças em idade escolar que estava na igreja nessa altura.⁵⁷⁸

Em Julho, um grupo de jovens invadiu a Capela de Nossa Senhora do Monte Carmelo, em Vinaròs, na província de Castellon, danificou imagens sagradas, e empilhou cadeiras e livros litúrgicos, aos quais depois pegou fogo, causando muitos milhares de euros em danos.⁵⁷⁹

Com a reforma da Lei do Aborto iniciada pelo novo Governo, que desta vez pretendia proteger a vida dos nascituros e também os direitos das mulheres grávidas, vários grupos pró-aborto escolheram atacar a Igreja, que culpam pelas mudanças legais. Na Paróquia de São Félix, em Sabadell, na Diocese de Tarrasa (Barcelona), um grupo de manifestantes pró-aborto interrompeu a Missa do Galo na véspera de Natal, gritando insultos e gritando *slogans* anti-cristãos e pró-aborto.⁵⁸⁰ Incidentes semelhantes ocorreram noutras paróquias, incluindo na Igreja de São Miguel, em Palma de Maiorca.⁵⁸¹

Nalguns casos, foram os bispos católicos os escolhidos como alvos deste tipo de ataques. Assim, em Outubro de 2013, o Cardeal Antonio Maria Rouco Carela, Arcebispo de Madrid, foi

sugerir). Recentemente (Abril de 2014), o Governo parece ter definitivamente defendido os direitos de propriedade da Igreja: www.abc.es/sociedad/20140422

⁵⁷⁵ http://cultura.elpais.com/cultura/2014/02/21/actualidad/1392990506_604189.html

⁵⁷⁶ www.abc.es/cordoba/20140307/sevi-obispo-defiende-titularidad-catedral-201403071457.html

⁵⁷⁷ www.larazon.es/detalle_normal/noticias/992915/un-grupo-anarquista-asume-la-colocacion-de-la

⁵⁷⁸ http://politica.elpais.com/politica/2013/10/02/actualidad/1380717010_825583.html

⁵⁷⁹ www.levante-emv.com/comarcas/2013/07/06/asaltan-pira-libros-liturgicos-capilla/1013861.html

⁵⁸⁰ www.religionenlibertad.com/articulo.asp?idarticulo=33010

⁵⁸¹ www.elmundo.es/baleares/2014/02/09/52f7cf14e2704ed4598b456b.html

atacado por um grupo de feministas radicais que o abordaram e gritaram insultos enquanto ele realizava uma visita pastoral.⁵⁸²

Dentro do ambiente universitário houve também inúmeros ataques evidentes, como por exemplo a acção do reitor da faculdade de geografia e história na Universidade Complutense de Madrid, que tinha renovado uma tentativa anterior de encerrar a capela existente dentro da faculdade, apesar do acordo ainda em vigor com a Arquidiocese de Madrid que envolve a inexistência de despesas por parte da universidade.⁵⁸³

Nos últimos anos, vários líderes da Igreja foram fortemente criticados por exercerem o seu direito à liberdade de expressão e por diversas ocasiões foram impedidos de expressar as suas opiniões em debates públicos. Foi o que aconteceu com o Bispo Juan Antonio Reig Plà de Alcalá de Henares (Madrid), presidente do Comité Família e Vida da Conferência Episcopal Espanhola, que falou em público alertando para as consequências das uniões entre pessoas do mesmo sexo.⁵⁸⁴ Da mesma forma, o Arcebispo de Granada, Monsenhor Javier Martinez, foi fortemente criticado por publicar um livro sobre o papel das mulheres no casamento, que foi considerado ofensivo nalguns meios.⁵⁸⁵ Em ambos os casos, as críticas foram tão ferozes que as pessoas em questão foram quase impedidas do direito de expressarem a sua opinião.

Mesmo assim, com a chegada ao poder do Partido Popular, em 2002, houve um desenvolvimento positivo em relação ao ensino da religião segundo a nova Lei da Educação.⁵⁸⁶ Nos últimos anos, este assunto tem sido marginalizado no programa educativo. Contudo, segundo a nova Lei da Educação, ele foi novamente introduzido em toda a sua validade académica. O estudo da religião conta uma vez mais como qualificação académica e é incluído como disciplina que permite a candidatura a uma bolsa. Além disso, a lei estabelece uma disciplina «alternativa sólida» para os alunos que não desejem estudar religião.

Outras religiões

O Comité Islâmico de Espanha⁵⁸⁷ tem-se queixado que o Estado ainda não garantiu o ensino do Islamismo nas escolas. Actualmente, há quarenta e seis professores de religião islâmica em Espanha, enquanto a convenção de 1996 acordada com o Estado espanhol pretendia que o número de professores chegasse aos 400. Da mesma forma, não há imãs muçulmanos a prestarem um serviço de capelania espiritual nos hospitais do país, tal como era intenção do Acordo de Cooperação de 1992 entre o Estado e o Comité Islâmico de Espanha, segundo o OLRC.⁵⁸⁸ A Comunidade Islâmica em Espanha continua a apelar às autoridades públicas para que lhes disponibilizem mais instalações para locais de culto e enterro, pedidos estes que estão a encontrar resistência por parte de algumas autoridades locais.

⁵⁸² www.abc.es/sociedad/20140202/abci-femen-rouco-varela-201402022111.html

⁵⁸³ http://ccaa.elpais.com/ccaa/2013/01/09/madrid/1357769269_131466.html

⁵⁸⁴ www.zenit.org/es/articles/obispo-reig-pla-no-quiero-ofender-a-nadie-pero-no-renuncio-a-anunciar-la-verdad-en-la-caridad

⁵⁸⁵ http://ccaa.elpais.com/ccaa/2014/04/14/andalucia/1397472187_417793.html

⁵⁸⁶ www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2013-12886

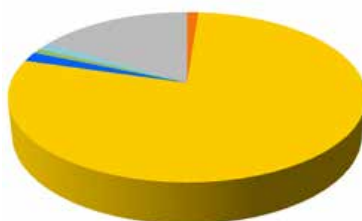
⁵⁸⁷ <http://ucide.org/>

⁵⁸⁸ www.zenit.org/es/articles/espana-casi-un-centenar-de-ataques-en-2013-contr-la-religion

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA



Confissões Religiosas



Budistas	(1,2%)
Cristãos	(78,3%)
- Católicos	(24,2%)
- Ortodoxos	(1%)
- Protestantes	(49,9%)
- Outros Cristãos	(3,2%)
Judeus	(1,8%)
Muçulmanos	(0,9%)
Outras Religiões	(1,4%)
Sem Religião	(16,4%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
313.085.000	9.831.500 km²	262.023	4.324	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

De acordo com um relatório, de Outubro de 2012, do *Pew Research Forum*, tem havido um aumento significativo das pessoas sem filiação religiosa nos Estados Unidos⁵⁸⁹. Este aumento foi classificado como «o aumento dos ‘de ninguém’» e é uma preocupação crescente para os líderes religiosos na América contemporânea, pois «os que não têm filiação religiosa são um segmento cada vez mais importante do eleitorado».⁵⁹⁰ Os últimos cinco anos viram um aumento desta demografia de pouco mais de 15% de todos os adultos para quase 20%, segundo o *Pew Research Forum*. Esta categoria inclui ateus e agnósticos, bem como todos aqueles que simplesmente não se identificam com qualquer grupo religioso específico.

Discriminação contra a religião

O *Liberty Institute*, em conjunto com o *Family Research Council*, publicou um relatório em 2013 que documentou 1.200 incidentes de hostilidade para com a religião. O número duplicou em comparação com o ano anterior. De acordo com o capítulo introdutório do relatório, «os ataques à liberdade religiosa no espaço público são talvez os mais amplamente reconhecidos e uma das formas de hostilidade à religião de crescimento mais rápido nos Estados Unidos hoje em dia».⁵⁹¹

Um caso citado pelo relatório envolveu Audrey Jarvis, uma estudante da Universidade do Estado de Sonoma a quem foi dito duas vezes que escondesse o crucifixo que usava enquanto ajudava numa feira de orientação para novos alunos patrocinada pela *Associated Students Productions* (ASP) da universidade.⁵⁹² Alegadamente, o seu supervisor disse que o reitor tinha uma política contra os itens religiosos e que o crucifixo de Jarvis «poderia ofender os outros, poderia fazer com que os novos alunos não se sentissem bem-vindos, ou poderia levar os novos alunos a sentirem que a ASP não era uma organização a que devessem aderir».⁵⁹³ Depois disto, alegadamente o supervisor disse a Jarvis pela segunda vez que ela

⁵⁸⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/united-states

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=United States of America>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

⁵⁹⁰ www.pewforum.org/2012/10/09/nones-on-the-rise/

⁵⁹¹ www.religiousfreedomcoalition.org/2013/10/11/liberty-institute-frc-release-religious-hostility-report/

⁵⁹² www.libertyinstitute.org/pages/issues/in-the-school/audrey-jarvis

⁵⁹³ *Ibidem*

tinha de esconder o crucifixo debaixo da camisa ou tirá-lo. Com a ajuda de advogados do *Liberty Institute*, Jarvis apresentou um pedido de aceitação religiosa na universidade e em Julho de 2013 a escola ofereceu-lhe um pedido formal de desculpas.

Há também muitos casos desencadeados por expressões religiosas em promessas e juramentos, bem como pela exibição de símbolos religiosos em espaços públicos ou ligados à autoridade estatal. Grupos ateus e seculares humanistas estão numa batalha constante para retirar símbolos religiosos da esfera pública. Um exemplo foi a tentativa de retirar um monumento de granito de seis toneladas com os Dez Mandamentos do topo do Tribunal do Condado de Dixie, em Cross City, na Flórida. A tentativa não foi bem-sucedida, mas só depois de uma batalha legal de seis anos. Em Agosto de 2011, um juiz federal tinha decidido que o monumento era uma violação inconstitucional da separação entre Igreja e Estado. Em Agosto de 2012, um tribunal federal de recurso em Atlanta referiu inconsistências nesta decisão e rejeitou o caso.

A 13 de Fevereiro de 2013, um juiz distrital sénior aprovou uma moção da *American Civil Liberties Union* para rejeitar voluntariamente o caso, porque o seu queixoso anónimo já não considerava mudar-se para o Condado de Dixie e por isso não tinha base legal para levar o caso a tribunal. Se um residente do Condado Dixie decidisse apresentar um caso, ele seria novamente admitido. Contudo, é pouco provável, tendo em conta que uma multidão de cerca de 1.500 pessoas se reuniu em Cross City, uma cidade com uma população de aproximadamente 1.700 pessoas, para se manifestar a favor da manutenção do monumento. Jason Holifield, presidente da Comissão do Condado de Dixie, descreveu o resultado do caso como uma «bênção» e um sinal de que «Deus está do nosso lado», acrescentando que «somos todos pessoas tementes a Deus aqui no Condado de Dixie».

Impacto da Lei dos Cuidados Acessíveis

Os exemplos mais destacados da luta pela liberdade religiosa são as inúmeras acções judiciais em curso desde 2012, em que os empresários e as instituições com filiação religiosa estão a lutar para exigir isenção por motivos religiosos das obrigações dos Serviços Humanos e de Saúde (HHS na sigla inglesa), que entraram em vigor a 1 de Agosto de 2012 (1 de Agosto de 2013 para as organizações católicas) de acordo com a Lei dos Cuidados Acessíveis da Administração Obama.

Os mandatos do HHS obrigam os que disponibilizam seguros de saúde aos seus trabalhadores a incluírem a cobertura de medicamentos abortivos, bem como de contraceptivos e esterilização, apesar das objecções religiosas por parte dos empregadores. A nova lei oferece uma janela muito limitada para isenções e mesmo as igrejas precisam de solicitar isenção, enquanto as instituições religiosas como as universidades e hospitais católicos devem cumprir a lei.⁵⁹⁴ Entre os que levaram o caso a tribunal está a rede televisiva católica EWTN, a Universidade Avé Maria, em Avé Maria, na Flórida, e as Irmãs Pobres.

Em Janeiro de 2014, o Supremo Tribunal concedeu às Irmãs Pobres uma isenção temporária do cumprimento das obrigações legais, permitindo-lhes continuarem a lutar pelo seu caso nos Tribunais de Recurso.⁵⁹⁵

Segundo o Fundo Becket para a Liberdade Religiosa, que representa a EWTN e as Irmãs Pobres, o caso da EWTN foi adiado por um ano, pois os tribunais prometeram que uma nova decisão em breve ultrapassaria qualquer objecção que a rede televisiva pudesse

⁵⁹⁴ www.catholicleague.org/hhs-mandate-targets-catholics/

⁵⁹⁵ www.ncregister.com/daily-news/little-sisters-put-up-big-fight-against-hhs-mandate/

ter em relação às obrigações legais.⁵⁹⁶ Contudo, isto não aconteceu e em Outubro de 2013 o estado de Alabama juntou-se à EWTN como co-queixoso numa nova acção judicial para combater as obrigações legais.⁵⁹⁷ Espera-se uma decisão sobre o caso da Universidade Ave Maria para o Verão de 2014.⁵⁹⁸

A oposição às obrigações legais também envolveu duas empresas privadas, a *Hobby Lobby*, uma cadeia de lojas de artes e ofícios propriedade de uma família baptista do sul,⁵⁹⁹ e a *Conestoga Wood Specialties Corp.* na Pensilvânia, cujos donos são menonitas. Segundo a *CBS News*, Lori Windham, um alto assessor do Fundo Becket que representa a *Hobby Lobby*, afirmou: «este caso vai decidir se uma família desiste da sua liberdade religiosa quando abre um negócio de família».⁶⁰⁰ David Gans, o Director de Direitos Civis do *Constitutional Accountability Center*, disse à *CBS News* que «a questão da personalidade empresarial está no centro do caso. Será que as empresas têm estes direitos fundamentais de dignidade humana e consciência que nunca tentaram reivindicar no passado?»⁶⁰¹

Uma resposta chegou a 30 de Junho de 2014, quando o Supremo Tribunal dos Estados Unidos apresentou a sua decisão nestes dois casos que desafiavam a legalidade dos mandatos da Lei de Protecção dos Pacientes e dos Cuidados Acessíveis de 2010, que obriga todos os empregadores a disponibilizarem cobertura para contraceptivos e medicamentos, e serviços abortivos nos planos de saúde dos trabalhadores. A *Hobby Lobby* e a *Conestoga Wood* tinham processado o Governo, exigindo a isenção dessas obrigações e citando objecções religiosas para a questão dos abortivos. O tribunal decidiu a *favor* das empresas e *contra* o Governo.

Oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo

No Colorado, um padeiro foi levado a tribunal por se recusar a fazer um bolo para um casamento entre pessoas do mesmo sexo, baseando-se nas suas crenças cristãs.⁶⁰² A *National Public Radio* (NPR) chamou a isto «a mais recente fatia num debate que tem ido na linha da frente com o casamento homossexual agora legalizado em dezasseis estados».⁶⁰³ Em 2012, Charlie Craig e David Mullins pediram a Jack Phillips, dono da *Masterpiece Cakeshop*, na vila de Lakewood, que fizesse um bolo para a recepção do seu casamento. Embora as uniões civis sejam permitidas no Colorado, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é ilegal neste estado. O casal que apresentou queixa tinha-se casado em Massachusetts, onde o casamento entre pessoas do mesmo sexo é legal, mas queria celebrar no Colorado. Phillips recusou-se, dizendo ao casal que isso ia contra as suas convicções religiosas. De acordo com a reportagem da *ABC News*, «Phillips disse aos homens: 'Faço-vos bolos de aniversário, bolos de apresentação, vendo-vos bolachas e *brownies*, só não faço bolos para casamentos entre pessoas do mesmo sexo.'»⁶⁰⁴

O casal voltou-se para a *American Civil Liberties Union*, que apresentou uma queixa à Comissão de Direitos Civis do Colorado, e o Juiz do Tribunal Administrativo Robert Spencer confirmou as constatações da comissão numa decisão em Dezembro de 2013,⁶⁰⁵ ordenando

⁵⁹⁶ www.al.com/living/index.ssf/2013/10/alabama_joins_ewtn_in_new_laws.html

⁵⁹⁷ www.becketfund.org/ewtn/

⁵⁹⁸ www.avemaria.edu/NewsEvents/News/articleType/ArticleView/articleId/217/Ave-Maria-University-Applauds-Decision-for-Supreme-Court-to-Hear-Obamacare-Challenge.aspx#.UzmJABwk_qI

⁵⁹⁹ www.usnews.com/news/articles/2014/03/24/hobby-lobby-case-goes-before-the-supreme-court

⁶⁰⁰ www.cbsnews.com/news/supreme-court-hobby-lobby-case-revisits-divisive-political-issues/

⁶⁰¹ *Ibidem*

⁶⁰² www.charismanews.com/us/42021-judge-rules-christian-baker-who-refused-cake-discriminated-against-gay-couple

⁶⁰³ www.npr.org/2013/12/10/250098572/no-cake-for-you-saying-i-dont-to-same-sex-marriage

⁶⁰⁴ <http://abcnews.go.com/US/judge-orders-colorado-bakery-cater-sex-weddings/story?id=21136505>

⁶⁰⁵ *Ibidem*

a Phillips que «pare e desista de discriminar»⁶⁰⁶ os casais do mesmo sexo ou enfrente penalizações financeiras. Spencer estava totalmente consciente de que esta acção iria contra as convicções religiosas de Phillips. O juiz reconheceu que «Phillips acredita que, se usar os seus talentos artísticos para participar em casamentos de pessoas do mesmo sexo ao criar um bolo de casamento, vai desagradar a Deus e agir contra os ensinamentos da Bíblia.»⁶⁰⁷ Mesmo assim, Spencer argumentou que a atitude de Phillips «não tem em conta o custo para a sociedade e a dor causada a pessoas a quem é negado um serviço simplesmente por causa de serem quem são.»⁶⁰⁸

De acordo com um relatório de 2013, «Jack Phillips tem actualmente uma ordem do tribunal para fazer bolos de casamento para pessoas do mesmo sexo, caso isso lhe seja pedido. Segundo uma lei do Colorado em vigor em 2012, Phillips pode ser enviado para a prisão até doze meses pela sua decisão. Embora essa lei tenha sido revogada, é possível que ele ainda seja processado criminalmente.»⁶⁰⁹ Nicole Martin, uma advogada da *Alliance Defending Freedom*, que representa Spencer *pro bono*, disse que o grupo pretende levar este caso ao Tribunal de Recurso.

Em Agosto de 2013, o Supremo Tribunal do Novo México confirmou a decisão do Tribunal de Recurso contra *Elane Photography*.⁶¹⁰ O caso de *Elane Photography versus Vanessa Willock* começou em 2006 quando a proprietária de *Elane Photography*, no Novo México, Elaine Huguenin, se recusou a fotografar uma «cerimónia de compromisso» entre duas mulheres, alegando as suas crenças religiosas. Vanessa Willock, a mulher que pediu os serviços da *Elane Photography*, apresentou uma queixa à Comissão de Direitos Humanos do Novo México, que em 2008 decidiu contra Elaine e o seu marido e co-proprietário, Jonathan Huguenin, obrigando-os a pagar 4.927 euros de honorários de advogado a Willock.

A *Alliance Defending Freedom*, cujos advogados representam a *Elane Photography*, relata que «numa divergência relativa ao parecer do [Supremo Tribunal do Novo México], um dos juizes escreveu que os Huguenins ‘são agora obrigados por lei a comprometerem as próprias crenças religiosas que inspiram as suas vidas’, acrescentando que ‘este é o preço da cidadania’». ⁶¹¹ O caso foi apresentado ao Supremo Tribunal dos Estados Unidos, mas no início do Verão de 2014 este ainda não tinha decidido se iria revê-lo ou não. ⁶¹²

Conclusão

Tal como este relatório indica, tem havido cada vez mais ameaças à liberdade religiosa nos Estados Unidos. Estas são vistas sobretudo em medidas recentemente tomadas pelo Governo nacional nos mandatos do Departamento Serviços Humanos e de Saúde que acompanham a nova lei de cuidados de saúde da América, a Lei da Protecção dos Pacientes e dos Cuidados Acessíveis. Tal como argumentou o Comité *Ad Hoc* para a Liberdade Religiosa da hierarquia católica norte-americana, estes mandatos – actualmente a serem desafiados por muitas organizações em vários tribunais – violam a liberdade religiosa.

Todos os desafios legais à lei têm em comum o facto de argumentarem que a Constituição norte-americana garante a liberdade religiosa e que um Governo não tem o direito de obrigar organizações e indivíduos a violarem crenças religiosas profundas. A 30 de Junho de 2014,

⁶⁰⁶ *Ibidem*

⁶⁰⁷ www.breitbart.com/Big-Government/2013/12/12/Christian-Baker-Willing-to-Go-to-Jail-for-Declining-Gay-Wedding-Cake

⁶⁰⁸ *Ibidem*

⁶⁰⁹ *Ibidem*

⁶¹⁰ www.nmcompcomm.us/nmcases/nmsc/slips/SC33,687.pdf

⁶¹¹ www.adfmedia.org/news/prdetail/5537

⁶¹² *Ibidem*

uma decisão do Supremo Tribunal deu enorme encorajamento aos que se comprometeram a defender a liberdade religiosa.

Como consequência, todos os outros casos pendentes – incluindo muitos apresentados por organizações católicas – são agora assumidos como tendo sido decididos a favor dos queixosos.

O aborto permanece legal, mas a decisão do tribunal dá esperança aos que limitariam o número de abortos negando o financiamento desta prática, considerada por milhões de pessoas de fé como sendo um acto gravemente pecaminoso, com dinheiro dos contribuintes.

A decisão também reafirma o compromisso da América com a liberdade religiosa.

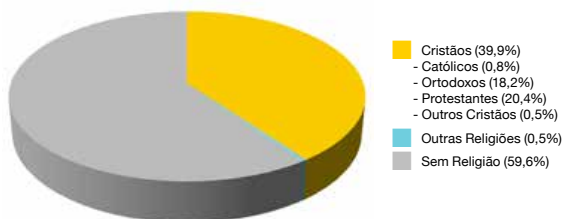
A religião na América continua a ser firmemente protegida na Carta dos Direitos do país, que afirma: «O Congresso não fará nenhuma lei relativa ao estabelecimento de uma religião, ou proibindo o exercício da mesma...» A América não pode ter religião oficial. E os cidadãos religiosos não podem ser legalmente constrangidos nas suas práticas religiosas. Perante isto, e embora cada sessão da legislatura nacional comece com uma oração (habitualmente não sectária), tal como cada reunião do Supremo Tribunal, e embora o juramento presidencial e cada juramento feito por testemunhas nos tribunais norte-americanos termine com as palavras «So help me God», a tendência no último meio século tem sido para a secularização da vida pública. No entanto, em conformidade com a Constituição, não há restrições específicas a *qualquer* religião na lei norte-americana.

Assim, embora tenha havido um número desconcertante de actos de agressão e abuso nos últimos dois anos dirigidos aos Cristãos, Muçulmanos e Judeus, as situações específicas de discriminação ou violência contra qualquer pessoa religiosa nos Estados Unidos são cometidas sem qualquer tipo de sanção legal. Estes actos são *ad hoc* e são em cada caso acções de indivíduos que são considerados criminosos tanto pela opinião pública como pela lei.

ESTÓNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.341.000	45.227 km ²	65	379	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Segundo dados oficiais, há mais de 500 associações religiosas registadas no país⁶¹³. Mas cerca de 34% da população não pertence a qualquer comunidade religiosa, enquanto 32% não define a sua relação com a religião de nenhuma forma e 6% não se identifica com qualquer religião. A maior parte dos crentes entre a população russóфона são ortodoxos e a maior parte vive na capital ou no nordeste do país.

Todas as comunidades oficialmente registadas estão autorizadas a realizar as suas actividades sem restrições. Todos os cidadãos têm direito a expressar as suas crenças religiosas. Os grupos religiosos são regulamentados por duas leis. As comunidades religiosas são registadas pelos tribunais civis. As Igrejas devem ter um órgão governativo. Os membros deste órgão podem ser cidadãos estónios ou estrangeiros autorizados a viver no país. Para obter o registo oficial, o órgão governativo da organização religiosa deve apresentar um pedido assinado por todos os membros da administração. Os requisitos exigem que uma comunidade ou congregação religiosa deve ter não menos de doze membros adultos. O Governo considera as Igrejas ou outras organizações religiosas registadas como organizações sem fins lucrativos capazes de se candidatarem a benefícios fiscais.

A lei requer que o oficial de comando de cada unidade nas Forças Armadas garanta aos seus soldados liberdade religiosa. O mesmo se aplica aos gestores de prisões em relação aos presos. Instrução religiosa básica é disponibilizada em escolas primárias geridas pelo Estado, desde que pelo menos doze alunos a solicitem. O estudo comparativo das religiões é incluído como disciplina opcional nas escolas privadas e públicas. A Estónia assinou compromissos internacionais para garantir que a memória do Holocausto é mantida viva.

A situação da liberdade religiosa em 2013

Os relatórios indicam que os grupos religiosos sofreram discriminações às mãos dos outros na sociedade.

A 6 de Setembro de 2013, o Patriarca Bartolomeu de Constantinopla chegou a Tallinn a convite do presidente Toomas Hendrik Ilves, onde se encontrou com o Chefe de Estado estónio

⁶¹³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/estonia

População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Estonia>

e o presidente do Parlamento Ene Ergma, o primeiro-ministro Andrus Ansip e o ministro dos Negócios Estrangeiros Urmas Paet. Os meios de comunicação social estónios referiram que o programa não incluía qualquer reunião entre o Patriarca e o Metropolitano Kornilij, chefe máximo da Igreja Ortodoxa estónia do Patriarcado de Moscovo (COEPM). A principal causa desta disputa é uma questão ainda não resolvida relativa a bens eclesiásticos que foram transferidos pelo Estado estónio para a Igreja Ortodoxa de Constantinopla (COAE). A COEPM é conseqüentemente obrigada a arrendar as igrejas da COAE que usa, embora por um valor simbólico. A COEPM tem 170 mil paroquianos, enquanto a COAE apenas tem 30 mil.⁶¹⁴

A 20 de Setembro de 2013, em Tallinn, na sétima conferência regional dos povos russos das nações do Báltico, o representante para os direitos humanos, democracia e Estado de direito do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, Konstantin Dolgov, expressou alguma preocupação com a falta de respeito pelos direitos civis e religiosos dos cidadãos estónios de origem russa. De acordo com Dolgov, há discriminação contra a população do país que fala russo enquanto minoria linguística. Segundo as suas declarações, a parte de língua russa do país não conseguia deixar de ter preocupações em relação à «abordagem dos países do Báltico que tendiam a exaltar os nazis e os seus cúmplices locais», algo que constitui «um assunto grave de intrusão deliberada por parte de tendências extremistas que são nacionalistas, xenofóbicas e anti-semíticas, e um assunto de intolerância religiosa e racial».

Conclusão

A liberdade religiosa na Estónia parece ter estado estável em 2013 por comparação com 2012. Não há números significativos de pessoas perseguidas por razões religiosas, mesmo que a minoria étnica russa, de cerca de 150 mil pessoas, acredite que é discriminada ao nível social.

⁶¹⁴ *nr2.ru*, Setembro de 2013

ETIÓPIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
94.100.756	1.104.300 km ²	433.936	73.926	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Aspectos legais e constitucionais

A Constituição⁶¹⁵ do estado multi-étnico e multi-religioso da Etiópia⁶¹⁶ reconhece a liberdade religiosa de todos os seus cidadãos, incluindo o direito de divulgar as próprias crenças e de se converter a outra religião, e o direito de os pais educarem os filhos na religião que praticam. O preâmbulo da Constituição expressa a convicção de que «o desenvolvimento igual das diversas culturas e religiões» é uma das condições indispensáveis para «garantir uma paz duradoura, uma democracia próspera e irreversível e um rápido desenvolvimento económico e social para o nosso país, a Etiópia». O Artigo 27, relacionado com a liberdade religiosa, de consciência e de pensamento, estipula nas suas cinco secções que «Todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião.» A Constituição estabelece a separação entre Estado e religião, e a lei proíbe a criação de partidos políticos baseados em confissões religiosas.

Segundo uma lei introduzida em Fevereiro de 2009 – a Lei da Proclamação das Instituições de Caridade e das Sociedades – as Igrejas e grupos religiosos são obrigados a submeterem um pedido de registo ao Ministério da Justiça para serem reconhecidos como pessoa jurídica e a renovarem esse pedido a cada três anos. Na ausência de tal registo, não podem realizar actividades como por exemplo a abertura de contas bancárias ou serem legalmente representados. A Igreja Ortodoxa da Etiópia (EOC) e o Conselho Superior de Assuntos Islâmicos da Etiópia (EIASC)⁶¹⁷ estão isentos deste processo de renovação de três em três anos. A Igreja e outros órgãos especializados em trabalho de caridade e de desenvolvimento são obrigados a registar-se junto da Agência das Instituições de Caridade e das Sociedades, em separado em relação ao órgão religioso ao qual pertencem, e estão por isso sujeitos à legislação actual sobre ONG. Há um limite de 10% sobre os financiamentos recebidos do estrangeiro.

⁶¹⁵ www.ethiopia.gov.et/constitution

⁶¹⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/ethiopia

População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Ethiopia>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e483986&submit=GO

⁶¹⁷ www.eiasc.org.et/

Em geral, os direitos constitucionais são respeitados. Contudo, ao nível local e regional há algumas violações da liberdade religiosa das minorias, que as autoridades federais não previnem com eficácia. Nalgumas regiões há uma hostilidade social alargada para com algumas minorias religiosas, em particular os Cristãos Evangélicos e Pentecostais. A Igreja Ortodoxa da Etiópia, que é o maior grupo religioso singular, domina as regiões de Tigray e Amhara, e algumas partes de Oromia, enquanto os muçulmanos sunitas, que representam aproximadamente um terço de todos os etíopes, são dominantes nas regiões de Oromia, Somali e Afar.

As principais celebrações cristãs ortodoxas do Natal, Epifania, Páscoa e Meskel (a celebração da descoberta da Verdadeira Cruz) e as celebrações muçulmanas do nascimento de Maomé, do Eid al-Adha e do Eid al-Fitr são reconhecidas como feriados nacionais. Os trabalhadores muçulmanos são autorizados a fazer uma pausa de duas horas às sextas-feiras para as orações do dia santo muçulmano.

Uma lei de 2008 considera crime a incitação à hostilidade entre as religiões através dos meios de comunicação social, além de considerar crime a blasfémia e a difamação de personalidades religiosas. Várias iniciativas governamentais e da sociedade civil procuram promover uma coexistência harmoniosa entre as religiões, e prevenir e resolver conflitos relacionados com a religião. A iniciativa do Governo deu origem a um Conselho Interconfessional Nacional para a Paz, que trabalha em conjunto com os Governos regionais na promoção da coexistência inter-religiosa.

Na Etiópia, toda a terra é propriedade do Estado ou das autoridades governamentais regionais, e os grupos religiosos, tal como os indivíduos e as empresas privadas, têm de submeter pedidos a estas autoridades caso queiram que lhes sejam atribuídas terras. Como consequência, são concedidas terras gratuitas às Igrejas, nas quais podem construir locais de culto, escolas, hospitais e cemitérios, mas a terra e os edifícios por elas construídas – incluindo escolas e hospitais – podem ser expropriados a qualquer momento e usados para outros fins. Muitos grupos religiosos ainda estão a solicitar a devolução dos bens confiscados pelo Governo central entre 1977 e 1991, mas apenas alguns destes, em Adis Abeba e em Oromia, que estão sob controlo do Governo federal, foram devolvidos, enquanto nenhum dos que estão sob a autoridade dos Governos regionais foram até agora devolvidos.

Vários grupos de minorias religiosas, em particular os Muçulmanos e os Protestantes, queixaram-se das injustiças locais e da discriminação na atribuição de empréstimos para a construção de edifícios para fins religiosos. Os protestantes alegam tratamento discriminatório por parte das autoridades locais, tanto muçulmanas como ortodoxas etíopes, em relação aos pedidos de terrenos para construir igrejas e cemitérios. Os Muçulmanos queixaram-se de dificuldades na obtenção de autorizações para construir mesquitas nas regiões a norte da Etiópia, onde a população é esmagadoramente ortodoxa etíope e onde a minoria muçulmana é muito pequena.

O Governo não concede vistos permanentes aos trabalhadores religiosos estrangeiros, a não ser que estejam envolvidos em projectos de desenvolvimento geridos por ONG registadas filiadas na Igreja à qual o missionário estrangeiro pertence. No entanto, esta política não é normalmente aplicada no caso dos Ortodoxos etíopes ou dos Muçulmanos.

A educação religiosa é proibida em todas as escolas, incluindo escolas privadas de denominação religiosa, mas são autorizados clubes de alunos baseados na filiação religiosa. A instrução religiosa fica por isso limitada à catequese dominical e aos estudos corânicos nas mesquitas às sextas-feiras.

Durante o ano de 2013 houve tensões contínuas e crescentes entre o Governo e partes da comunidade muçulmana, tensões essas que começaram em Dezembro de 2011. Um crescente número de muçulmanos acusa o Governo de interferir nos detalhes do seu culto religioso e em particular de ter manipulado as eleições para o novo Conselho de Assuntos Islâmicos (EIASC) em Outubro e Novembro de 2012 e de procurar, desde a primeira metade de 2011, impor uma versão específica do Islamismo consagrada na filosofia da associação beneficente al-Ahbash.

Em Fevereiro, a divulgação na televisão estatal do documentário *Jihadawi Harekat*, que implica intenção terrorista e ligações terroristas entre os activistas muçulmanos etíopes detidos durante o ano de 2012, levou às manifestações de protesto de muçulmanos em muitas cidades do país.⁶¹⁸

Os protestos islâmicos na vila de Kofele em Oromia na primeira semana de Agosto resultaram em cinco mortes. A 8 de Agosto, a maior manifestação de protesto de muçulmanos ocorreu em Adis Abeba. Apelavam à libertação de manifestantes e activistas detidos no decorrer de 2012 e ainda não libertados. Nesta ocasião houve igualmente confrontos e detenções. O Governo continua a insistir que os manifestantes são defensores de um Islamismo radical e que resultam de uma infiltração salafista no país.⁶¹⁹

Em Março, um cristão evangélico foi detido por terrorismo e alta traição em Dodola, na região de Oromia, por ter tentado fotocopiar um texto que criticava o Islamismo numa perspectiva cristã. As acusações de terrorismo foram mais tarde retiradas, mas em Junho deste ano o homem ainda estava na prisão.⁶²⁰

No final de Maio, um cristão da vila de Moyale, na região de Oromia, foi detido por razões não especificadas, mas que estão provavelmente ligadas aos procedimentos já realizados contra ele. Entre 2010 e 2012 passou quase dois anos em prisão preventiva, antes de ser libertado sob caução, por ter escrito «Jesus é Senhor» no seu caderno de exercícios enquanto era aluno de uma escola corânica.⁶²¹

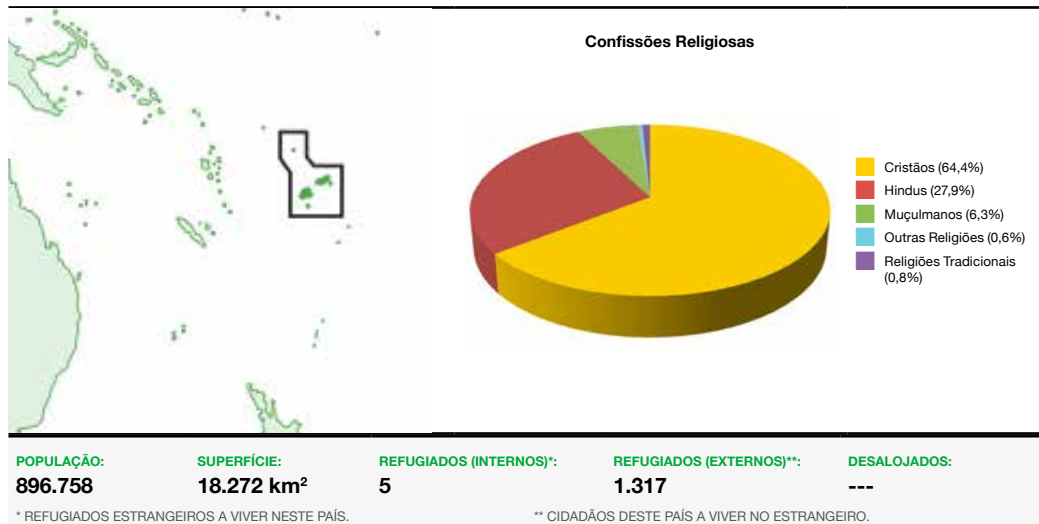
⁶¹⁸ *Awramba Times*, 9 de Fevereiro de 2013

⁶¹⁹ Reuters, 8 de Agosto de 2013

⁶²⁰ *Worthy News*, 28 de Junho de 2013

⁶²¹ *Worthy News*, 13 de Junho de 2013

FIJI



Grupos étnicos: iTaukei, indo-fijianos, rotumanos, banabanos, das Ilhas Salomão, tuvaluanos, kiribati, chineses, samoanos, melanésios, parcialmente europeus e comunidades de Tonga

Sistema de governo: democracia parlamentar

Antiga colônia britânica, Fiji⁶²² alcançou a independência em 1970, mas esta democracia tem sido marcada por instabilidade política enraizada em tensões internas entre fijianos nativos e cidadãos de descendência indiana. Em vinte anos, houve quatro Golpes de Estado militares.

A etnia e a religião afectam a política nesta nação ilha. A filiação religiosa está ligada à identidade étnica. A maior parte dos fijianos, 64,4% da população, são cristãos. Em relação aos cidadãos de descendência indiana, 37% são hindus e 20% são muçulmanos. Apenas 6% do grupo étnico indiano são cristãos. Os hindus, que a dada altura representavam 33,7% da população nacional, diminuíram em número até aos 27,9% como consequência de migrações na região. Outras comunidades étnicas incluem os chineses (96% dos quais são cristãos) e também europeus, rotumanos e outros habitantes das ilhas do Pacífico. A minúscula comunidade europeia é cristã. As forças armadas são constituídas predominantemente por cristãos fijianos nativos.

A quarta Constituição de Fiji foi assinada e passada a lei pela mão do presidente Epeli Nailatikau, em Setembro de 2013. É a primeira Constituição que elimina os cadernos eleitorais e as quotas de lugares baseados na etnia, a representação baseada no distrito, a câmara superior não eleita e o papel do Conselho de Chefes hereditário, concedendo autoridade legislativa exclusiva a uma única câmara, o Parlamento com cinquenta lugares, a ser convocado pela primeira vez após as eleições gerais em 2014. A Constituição define Fiji como um Estado secular, onde os cidadãos têm o direito, individual e colectivamente, em público e em privado, de manifestar a sua religião ou crença através do culto, da observância, da prática ou do ensinamento. Cada pessoa que exerça funções públicas é obrigada a tratar todas as religiões como iguais. Tanto o Estado como os seus cidadãos são obrigados a não impor

⁶²² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/fiji
População: Estimativa de Julho de 2013
Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Fiji>

crenças religiosas aos outros. A Constituição foi criticada por líderes da Igreja Católica por impedir as pessoas de praticarem a sua religião em público.

A nova Constituição afirma que nenhum dos seus artigos pode ser desconsiderado por razões religiosas. Esta restrição resulta da desconfiança do Estado em relação à Igreja, tanto a Igreja Metodista (apoiada pela maior parte dos chefes tradicionais do país) como a Igreja Católica minoritária. O Governo proibiu a conferência anual da Igreja Metodista de 2010 a 2014, acusando os ministros desta Igreja de fazerem parte da folha de pagamentos do deposto Governo Soqosoqo Duavata ni Lewenivanua (SDL) e de espiarem os militares antes do golpe de 2006. A Igreja tinha sido avisada que deveria manter-se afastada da política. Foram relatados incidentes de interferência policial. Por exemplo, a polícia exigiu que a Igreja revelasse a agenda de encontros realizados em Agosto de 2013. As notícias de Fiji citaram as afirmações dos líderes sêniores da Igreja Metodista de que os polícias também tinham alegadamente estado presentes durante os encontros do comité permanente da Igreja.

Perante esta pressão, o Reverendo James Bhagwan disse ao programa de rádio *Pacific Beat* que a Igreja Metodista vai adoptar uma Constituição que reforça a separação da Igreja em relação ao processo político do país. Esta estabelece os limites do envolvimento policial em Fiji e também se compromete a não apoiar quaisquer golpes futuros. Os líderes da Igreja seriam forçados a demitir-se se entrassem na política. Na altura em que foi escrita a nova Constituição, a Igreja também planeia reestruturar a forma como é financiada pelos seus membros. A certa altura, algumas secções da Igreja Metodista defenderam o estabelecimento de um estado cristão. Mas o *Fiji Times* relatou que a Igreja Metodista acolheu a nova Constituição. O Reverendo Teviot Nawadra, secretário-geral da Igreja, disse que estava agradecido ao Governo por ter mantido a sua promessa de uma nova Constituição antes das eleições gerais seguintes.

O Governo também foi crítico em relação à Igreja Católica. Em Setembro de 2013, o primeiro-ministro Commodore Voreqe Bainimarama disse aos líderes religiosos que a Igreja era responsável por não divulgar informações erradas. Disse ainda que os comentários da Igreja Católica a criticar a nova Constituição tinham potencial para inflamar a opinião pública. Em Dezembro de 2013, a agência noticiosa *Fides* relatou que o Arcebispo Peter Loy Chong de Suva tinha dito: «Não queremos uma teocracia, nunca dissemos que queríamos um estado cristão. Contudo, estamos preocupados se um estado secularista quer reduzir a fé a um assunto puramente individual.» A visão da Igreja, disse, é a de «um estado secular que respeita as crenças religiosas presentes na sociedade».⁶²³

Várias organizações missionárias cristãs são activas nas áreas do bem-estar social, saúde e educação. Adventistas, Anglicanos, Católicos, Hindus, Metodistas, Mórmones, Muçulmanos e outras denominações religiosas gerem inúmeras escolas.

De acordo com a Lei do Registo das Entidades Religiosas, os grupos religiosos são obrigados a registar-se junto do Governo.

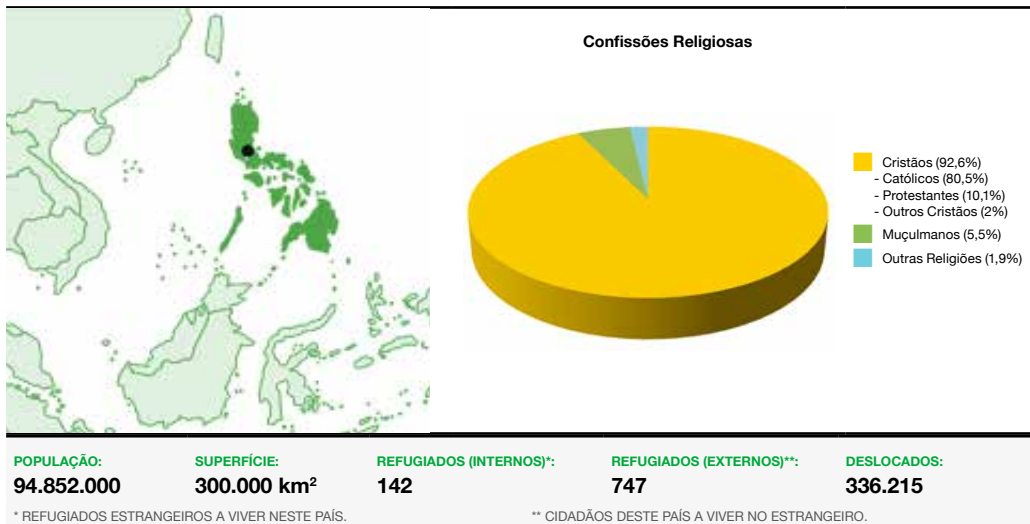
Agências internacionais de monitoria relataram abusos sociais ou discriminação com base na religião. Os grupos religiosos ou seitas fora da corrente dominante têm dificuldade em ser activos nas aldeias e nalgumas pequenas ilhas.

Durante o período em análise não foram relatados casos de violência contra minorias religiosas. Mas o *Fiji Times* relatou que, em Fevereiro de 2013, uma mãe preocupada cuja filha frequenta a Escola Primária de Saint Anne em Suva protestou contra o que apelidou de «discriminação religiosa» na escola. Patricia Mallam, uma não católica que tem uma filha na

⁶²³ <http://fides.org/en/news/34883>

escola, disse que não concordava que a escola católica forçasse os seus alunos a participarem na Missa se a criança não era católica. Numa carta, a escola informou os pais que, se não queriam enviar os seus filhos à Missa, deveriam procurar outra escola.

FILIPINAS



Juntamente com Timor-Leste, as Filipinas⁶²⁴ são o único país de maioria cristã na Ásia. Mais de 55% das pessoas vivem na ilha norte de Luzon, onde se situa a capital Manila. A área metropolitana de Manila, a região da capital nacional, tem uma população total de mais de 11 milhões. A Constituição aprovada em 1986 garante a liberdade religiosa, que é regulamentada no Artigo 3, secção V, e garante «o livre exercício e gozo da expressão e do culto religiosos, sem discriminação ou preferência».

Em Novembro de 2013, o tufão Haiyan (também conhecido como Yolanda) abateu-se sobre as Filipinas, matando pelo menos 6.268 pessoas. O tufão causou destruição catastrófica em Visayas, sobretudo em Samar e Leyte. De acordo com responsáveis da ONU, cerca de 11 milhões de pessoas foram afectadas e muitas ficaram sem casa.⁶²⁵

Extremismo islâmico na ilha de Mindanao

Não tem havido casos registados de violações da liberdade religiosa por parte do Estado. As situações de discriminação e ataques contra cristãos estão concentradas sobretudo na região autónoma de Mindanao, onde vivem a maior parte dos muçulmanos do país. Durante mais de quarenta anos, a região foi palco de conflitos entre o exército filipino e grupos extremistas islâmicos, com a perda de dezenas de milhares de vidas.⁶²⁶ Até hoje, muitos grupos extremistas estão a combater pela independência da ilha e pela introdução da *sharia*. A instabilidade política e a guerra de guerrilha entre o exército filipino e os rebeldes islâmicos da Frente Moro de Libertação Islâmica (FMLI) tornaram Mindanao numa das áreas mais perigosas das Filipinas e, de facto, numa das mais perigosas do mundo. Raptos e homicídios de pessoas famosas ocorrem frequentemente em toda a ilha. As vítimas tendem a ser pessoas inocentes: activistas de direitos humanos. A 1 de Abril de 2012, assaltantes desconhecidos assassinaram Arturo Eustaquio III, muçulmano e presidente da Universidade de Zamboanga,

⁶²⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/philippines
População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Philippines>
Desalojados: www.unhcr.org/pages/49e489296.html

⁶²⁵ www.bbc.com/news/world-asia-24891456

⁶²⁶ www.trust.org/spotlight/Philippines-Mindanao-conflict/?tab=briefing

que era membro activo do Movimento de Solidariedade Inter-Religiosa para a Paz, ligado ao movimento cristão-muçulmano Silsilah.⁶²⁷

Apesar de ter sido assinado um acordo regional de paz entre o Governo e a FMLI, a 15 de Outubro de 2012, dois outros movimentos islâmicos – o Abu Sayyaf ligado à Al-Qaeda e o movimento Jemaah Islamiyah – continuam a realizar raptos e outros ataques contra cristãos e edifícios públicos. Nos últimos anos, as comunidades católicas em Jolo e Basilan foram alvos frequentes dos seus ataques.⁶²⁸ O ataque mais grave (antes do acordo de paz) ocorreu a 7 de Julho de 2009 quando uma bomba foi detonada dentro da Catedral de Jolo, matando seis pessoas e ferindo outras quarenta.⁶²⁹ As hostilidades entre estes grupos extremistas, que se opuseram ao acordo, e o exército filipino foram novamente retomadas em Maio de 2013 na província de Sulu e em menos de um mês ceifaram mais de trinta vidas. Em Setembro de 2013, dois pequenos grupos de militantes atacaram a cidade de Zamboanga, o centro urbano mais importante da região de Mindanao, com uma população de 800 mil pessoas, das quais a maioria são católicos.⁶³⁰ A 8 de Setembro de 2013 atacaram os escritórios da câmara municipal, levando trinta pessoas como reféns. Nas semanas que se seguiram, os ataques continuaram, resultando num total de 140 mortes. Mais de 80 mil pessoas ficaram sem casa, quase todas cristãs.⁶³¹

O arquipélago de Mindanao – sobretudo as áreas de Sulu e Jolo – é o principal refúgio dos grupos extremistas islâmicos que são financiados pelo tráfico de drogas e de armas, bem como pelo rapto de pessoas a troco de resgate. Um caso envolveu Bakr Atyani, jornalista da *Al-Arabya*, raptado em Junho de 2012 em Sulu, juntamente com dois colegas filipinos, que foram libertados em Fevereiro de 2013 após um alegado pagamento de resgate. Bakr Atyani obteve finalmente a liberdade após um ano e meio em cativeiro, detido pelo Abu Sayyaf.⁶³²

Em Março de 2013, a Universidade Islâmica de Azhar, a mais importante universidade islâmica sunita, condenou os raptos e outras acções terroristas realizadas pelo Abu Sayyaf, nas Filipinas,⁶³³ e apelou ao fim destes actos de violência que, segundo a universidade, iam contra os princípios do Islamismo. O grupo islâmico em questão tornou-se famoso ao longo dos anos pelos seus raptos de sacerdotes. O caso mais recente foi o do Padre Michael Sinnott, raptado a 11 de Outubro de 2009 em Pagadian e libertado um mês mais tarde. O Padre Giancarlo Bossi foi raptado em 2007 em Zamboanga e libertado depois ser mantido na prisão durante trinta e nove dias.

⁶²⁷ Cfr. *AsiaNews.it*, *Ucciso il presidente dell'Università di Zamboanga. Appello ad Aquino di leader cristiani e musulmani*, 04/04/2012.

⁶²⁸ <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/8540275.stm>

⁶²⁹ <http://thephilsouthangle.com/?p=3836>

⁶³⁰ www.minda.gov.ph/site/Mindanao

⁶³¹ www.bbc.com/news/world-asia-24079198

⁶³² www.gmanetwork.com/news/story/338351/news/nation/jordanian-journalist-atyani-freed-after-18-months-as-abu-sayyaf-hostage

⁶³³ www.asianews.it/news-en/Al-Azhar-condemns-Abu-Sayyaf-over-un-Islamic-abductions-and-terror-acts-27275.html

FINLÂNDIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.385.000	336.851 km ²	9.919	7	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

No período coberto por este relatório não houve mudanças na situação da liberdade religiosa na Finlândia⁶³⁴. A secção 11 da Constituição reconhece expressamente o direito de cada cidadão finlandês à «liberdade religiosa e de consciência. A liberdade religiosa e de consciência implica o direito a professar e praticar uma religião, o direito a expressar as próprias convicções e o direito a ser membro – ou a não querer ser membro – de uma comunidade religiosa. Ninguém é obrigado, contra a sua consciência, a participar na prática de uma religião...».⁶³⁵

Contudo, de acordo com a secção 6 da Constituição, «Ninguém, sem uma razão aceitável, será tratado de forma diferente por outras pessoas com base no sexo, idade, origem, língua, religião, convicção, opinião, saúde, deficiência ou outra razão que diga respeito à sua pessoa.»⁶³⁶

A lei finlandesa reconhece a Igreja Luterana Evangélica (ELC na sigla inglesa) e a Igreja Ortodoxa Finlandesa como «Igrejas nacionais». Os outros grupos religiosos não-tradicionais, quando reconhecidos, têm o direito a professar livremente a sua fé e a divulgá-la. Para obter o reconhecimento por parte do Ministério da Educação, têm de ter pelo menos vinte membros, ter por objectivo a prática pública da religião e as suas actividades devem estar em conformidade com os seus próprios estatutos.⁶³⁷

A secularização da sociedade e a crise económica contribuíram nos últimos anos para uma crescente insatisfação entre os fiéis da ELC. A Igreja registou uma forte queda nas ofertas e no rendimento através dos impostos para as Igrejas, que são pagos individualmente à taxa de 1% do rendimento tributável. A ELC reagiu através da venda de mais de 300 das

⁶³⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/finland
População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Finland>
Refugiados: UNHCR, Global Trends 2012, www.unhcr.org/51bacb0f9.html

⁶³⁵ <http://web.eduskunta.fi/Resource.phx/parliament/relatedinformation/constitution.htm>

⁶³⁶ <http://web.eduskunta.fi/Resource.phx/parliament/relatedinformation/constitution.htm>

⁶³⁷ Cf. «The Evangelical Lutheran Church of Finland, The Church and the European Union. The Evangelical-Lutheran Church of Finland and European Affairs», Maio de 2012, [http://evl.fi/EVLen.nsf/Documents/22EF2A1B29FE3E63C22579FB004459E4/\\$file/Church%20and%20the%20EU.pdf](http://evl.fi/EVLen.nsf/Documents/22EF2A1B29FE3E63C22579FB004459E4/$file/Church%20and%20the%20EU.pdf)
cf. também: *Finnish Ecumenical Council, Religious Freedom and Foreign Policy. Recommendations for Finland*, Helsinki 2013, http://csc.ceceurope.org/fileadmin/filer/csc/Human_Rights/Human_Rights_Library/Religious_Freedom_and_Foreign_Policy.pdf

suas propriedades e da introdução de um plano de cortes nos custos, incluindo cortes com pessoal. De acordo com a porta-voz da ELC, Iiris Kivimäki, o número dos que cancelaram a sua condição como membros da Igreja durante o ano de 2012 situou-se acima das 41 mil pessoas.⁶³⁸

No debate sobre questões sociais e morais, as Igrejas continuaram a desempenhar um papel importante, como foi evidente em Julho de 2013, durante um encontro da ELC em Kankaanpää, quando a ministra do Interior, Päivi Räsänen, comparou o aborto a uma «carnificina» e afirmou que os animais na Finlândia eram mais protegidos por lei do que os nascituros. A ministra também criticou o facto de no seu país os médicos não conseguirem exercer o direito de objecção de consciência em relação a este assunto. O seu apelo ao povo para que «obedeçam a Deus e não aos homens» quando a lei contradiz a consciência humana desencadeou um debate aceso nos meios de comunicação social e na sociedade finlandesa, bem como na própria Igreja Luterana Evangélica finlandesa.⁶³⁹

Intolerância religiosa e violência

Em Agosto de 2013, uma igreja próxima do Centro Islâmico de Helsínquia foi atacada e danificada repetidas vezes. No passado, tinham sido atirados ovos contra as janelas da igreja e depois foram desenhados *graffitis* no edifício, incluindo frases como «Alá é Grande», «Jesus é muçulmano», «A liberdade é um cancro» e «O Islamismo é a resposta».⁶⁴⁰

⁶³⁸ «Lutheran church feeling pinch of desertions», YLE.fi, 16 de Junho de 2013, http://yle.fi/uutiset/lutheran_church_feeling_pinch_of_desertions/6691351

⁶³⁹ «Finlande: le ministre de l'Intérieur critique la 'boucherie' que représente l'avortement», *Nouvelles de France*, 12 de Setembro de 2013
<http://ndf.fr/article-2/12-09-2013/finlande-ministre-linterieur-critique-boucherie-represente-lavortement>

⁶⁴⁰ «Kristillisen seurakunnan tiloja tuhrittu islamia ihannoi villa iskulauseilla», *Seurakuntalainen*, 30 de Agosto de 2013, http://seurakuntalainen.fi/uutiset/kotimaa/3692/kristillisen_seurakunnan_tiloja_tuhrittu_islamia_ihannoivilla_iskulauseilla

FRANÇA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
66.028.487	549.190 km ²	221.869	107	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Quando é que termina a vigilância contra abusos sectários e começa a discriminação dos grupos religiosos? No seu relatório de 2011-2012, publicado em Abril de 2013, a Missão Interministerial para a Vigilância e o Combate aos Abusos Sectários (MIVILUDES) concentrou-se especificamente em potenciais práticas fraudulentas no campo das terapias e medicinas alternativas. No entanto, descobriu também tempo para atacar várias pequenas comunidades religiosas católicas, como por exemplo o grupo *Amour et Miséricorde*.⁶⁴¹

A 1 de Junho de 2012, o presidente da MIVILUDES, Georges Fenech, foi considerado culpado de difamação por um tribunal em Paris por ter descrito uma organização familiar francesa, a *Sociedade para a Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade*, como uma «seita». ⁶⁴² Fenech recorreu da sentença. ⁶⁴³

Em relação à liberdade de expressão, em Agosto de 2012 o conselho local de Broue, perto de Chartres, ordenou a remoção de uma cruz de aço à entrada do cemitério local, justificando a sua decisão com base no facto de este ser um local público, no qual os símbolos religiosos não eram autorizados, segundo a política estatal de laicidade. ⁶⁴⁴

A principal fonte de controvérsia dentro da sociedade foi o projecto-lei Taubira, que propunha a legalização dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo e os direitos de adopção por casais do mesmo sexo. A lei foi finalmente aprovada no Parlamento francês a 23 de Abril e promulgada a 23 de Maio de 2013, depois de ser aprovada pelo Conselho Constitucional.

Após a proposta de lei, e ao longo do processo parlamentar e dos meses que se seguiram, houve vários protestos em massa por parte de opositores à lei, organizados pela associação *La Manif pour tous*, que juntou milhões de pessoas de todas as esferas da sociedade, mas

⁶⁴¹ Mission interministérielle de vigilance et de lutte contre les dérives sectaires, *Rapport au Premier Ministre 2011-2012*, La documentation française, Abril de 2013, www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/134000269/index.shtml

⁶⁴² «Le Président de la Miviludes Georges Fenech condamné», *Paris Tribune*, 7 de Junho de 2012, www.paris Tribune.info/Le-President-de-la-Miviludes-Georges-Fenech-condamne_a6222.html?com#comments

⁶⁴³ «Miviludes : son président Georges Fenech fait appel de sa condamnation pour diffamation», *Le progrès*, 8 de Junho de 2012, www.leprogres.fr/rhone/2012/06/08/miviludes-son-president-georges-fenech-fait-appel-de-sa-condamnation-pour-diffamation

⁶⁴⁴ Jean-Pierre Faurie, «Polémique autour de la croix du cimetière», *L'Echo républicain*, 8 de Setembro de 2012, www.lechorepublicain.fr/eure-et-loir/actualite/pays/pays-dunois/2012/09/08/polemique-autour-de-la-croix-du-cimetiere_1262086.html; «La 'laïcité à la française' en marche: la croix d'un cimetière sciee en Eure-et-Loir», *L'Observatoire de la Christianophobie*, 17 de Setembro de 2012, www.christianophobie.fr/brevs/la-laicite-a-la-francaise-en-marche-la-croix-dun-cimetiere-sciee-en-eure-et-loir

que foram alvo de repressão por algumas secções da polícia,⁶⁴⁵ apesar do facto de o código de ética da polícia francesa afirmar que os oficiais devem «demonstrar total respeito por todas as pessoas, independentemente da sua nacionalidade, origem, situação social ou crenças políticas, religiosas ou filosóficas».⁶⁴⁶

A 18 de Outubro de 2013, o Conselho Constitucional francês decidiu que nenhum presidente de câmara local ou funcionário público se podia recusar a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo com base em razões morais ou religiosas e que não tinham direito a objecção de consciência. Caso persistissem na sua recusa em cumprir a lei, podiam ficar sujeitos a penas de prisão até três anos. O número de presidentes de câmara locais que se opuseram a esta lei, e de representantes eleitos locais e nacionais que os apoiaram em França, é actualmente superior a 20 mil. Os presidentes de câmara franceses vão recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.⁶⁴⁷

No início do ano escolar de 2012-2013, segundo ordens do ministro da Educação Vincent Peillon, foi afixada uma chamada 'Carta da Laicidade', «com uma certa solenidade» como o próprio recomendara oficialmente, nas paredes de todas as escolas públicas francesas. Esta 'carta' contém quinze artigos.⁶⁴⁸ Além de afirmações sobre a igualdade entre homens e mulheres, e respeito e compreensão pelos outros, o texto reafirma a proibição absoluta, imposta por uma lei de 2004, do uso de quaisquer símbolos religiosos na sala de aula, como por exemplo o véu para as raparigas muçulmanas, mas também uma cruz ao pescoço para os cristãos. O Artigo 12 da 'carta' afirma que «nenhum aluno pode invocar uma convicção religiosa ou política para desafiar o direito do professor de abordar um assunto que faz parte do programa». Impede assim qualquer possibilidade de desafiar questões eticamente sensíveis como o aborto, o divórcio, o casamento homossexual, a identidade de género ou a eutanásia.⁶⁴⁹

Além disso, a liberdade religiosa já tem estado sob ataque dentro das escolas, como foi demonstrado por um incidente em Narbonne, no qual um professor de história na Escola Thérèse Léon Blum que acompanhava a sua turma numa visita à Catedral de Saint-Jus proibiu os alunos de fazerem o sinal da cruz ao entrarem na catedral, sob pena de serem castigados posteriormente. Um pai que tinha expressado a sua preocupação com o comportamento deste professor não recebeu qualquer resposta das autoridades escolares.⁶⁵⁰

Até 2015 está também planeado inserir aulas sobre «moralidade secular», inicialmente para estudantes, mas este projecto de educação política pode também ser alargado para incluir os adultos,⁶⁵¹ em consonância com a ideologia professada por Peillon, de acordo com o qual «nunca será possível construir um país livre com a religião católica».⁶⁵²

Aparentemente, a mesma perspectiva foi defendida pelo grupo de homens vestidos de religiosas e mulheres com chifres de diabo que interromperam e tentaram impedir um simpósio

⁶⁴⁵ François Billot de Lochner, *La Répression pour tous?*, com um prefácio de Ludovine de La Rochère, Lethielleux-FX de Guibert 2013.

⁶⁴⁶ Decreto n.º 86-592 de 18 de Março de 1986 com o código deontológico da polícia nacional, Artigo 7. www.legifrance.gouv.fr/

⁶⁴⁷ Massimo Introvigne, «Francia: non sposi i gay? Tre anni di prigione», *La nuova bussola quotidiana*, 20 de Outubro de 2013 www.lanuovabq.it/it/articoli-francia-non-sposi-i-gay-tre-anni-di-prigione-7547.htm

⁶⁴⁸ «Charte de la laïcité à l'École», <http://education.gouv.fr/cid73666/charte-de-la-laicite-a-l-ecole.html>

⁶⁴⁹ Giovanni Belardelli, «Quella carta francese della laicità che ferisce i principi liberali», *Corriere della Sera*, 20 de Setembro de 2013, http://archivioistorico.corriere.it/2013/settembre/10/Quella_carta_francese_della_laicita_co_0_20130910_f25fa6e0-19dc-11e3-8e63-e49e995c9c8c.shtml

⁶⁵⁰ Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos na Europa, *Report 2012*, «Europe: Legal Restrictions Affecting Christians; 2012: Cases of Intolerance or Discrimination against Christians», Kairos Publications 2013, www.IntoleranceAgainstChristians.eu

⁶⁵¹ «Peillon confirme des cours de morale laïque à partir de 2015», *Libération*, 22 de Abril de 2013, www.liberation.fr/societe/2013/04/22/peillon-confirme-des-cours-de-morale-laïque-a-partir-de-2015_898019

⁶⁵² Vincent Peillon, *La Révolution française n'est pas terminée*, Éd. du Seuil, Paris 2008.

a favor da vida, em Biarritz, contra a proposta de lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a 18 de Novembro de 2012. Gritaram *slogans* anti-cristãos e cantaram «sim, sim à sodomia, não, não, não à Inquisição».⁶⁵³

Especialmente significativo em toda a França⁶⁵⁴ foi o fenómeno de ataques direccionados contra locais de culto cristãos durante o ano de 2012. Durante a noite de 4-5 de Fevereiro, um incêndio criminoso destruiu a residência paroquial da vila de Épiais, propagando-se depois também para a igreja vizinha. A polícia deteve cinco pessoas que se pensava serem responsáveis pelo ataque.⁶⁵⁵ A 8 de Fevereiro de 2013, desconhecidos invadiram a Igreja de São José em Châtillon-sur-Indre e roubaram hóstias consagradas do tabernáculo.⁶⁵⁶ Durante a noite de 18 de Fevereiro, cerca de setenta a 100 túmulos foram vandalizados no cemitério de Boué, em Aisne.⁶⁵⁷ Durante a Vigília Pascal, na Igreja de Cruseilles, alguns missais litúrgicos foram incendiados e o altar foi também danificado.⁶⁵⁸ A 20 de Abril, em Clouzeaux, a Igreja do Bom Pastor foi danificada por um incêndio criminoso.⁶⁵⁹ Na noite de 30 de Abril para 1 de Maio foram desenhados *graffitis* anti-cristãos e satânicos no cemitério de Canohès, na região dos Pirenéus Orientais.⁶⁶⁰ A 2 de Outubro, a Capela de Saint-Jacques em Nice, que tinha acabado de ser restaurada na sequência de um acto de vandalismo em Junho anterior, foi uma vez mais atacada, sendo as imagens alvejadas e algumas decapitadas.⁶⁶¹ Na noite de 22 para 23 de Agosto, foi retirado o crucifixo do jardim da abadia em Saint-Jacut-sur-Mer, na Bretanha, enquanto a Capela de Locmaria Carnac foi também vandalizada com desenhos de símbolos satânicos nas paredes.⁶⁶²

Na noite de 21-22 de Setembro, a Igreja de Chassieu foi atacada, pintada com *sprays* e coberta de frases a glorificar o Islamismo e um terrorista islâmico que tinha assassinado sete pessoas em França, incluindo as quatro vítimas judias referidas mais à frente.⁶⁶³

A 4 de Outubro, cerca de setenta túmulos foram profanados num cemitério perto da igreja na região de Albi, enquanto no mesmo dia duas igrejas em Soissons foram alvo de roubo, destruição e vandalismo.⁶⁶⁴ Durante a noite de 4-5 de Outubro, em Moustey (região de Landes), cerca de uma dezena de pedras tumulares foram reviradas e a cruz do cemitério foi danificada. Na noite seguinte, realizaram-se mais actos de vandalismo contra o cemitério de Tilleuls Royan.⁶⁶⁵ A 7 de Outubro, diversas imagens foram destruídas nas igrejas de Meslay-du-Maine e Bignon-du-Maine, e no mesmo dia, na Abadia de Saint Etienne em Marmoutier,

⁶⁵³ *Observatory on Intolerance and Discrimination Against Christians in Europe, Report 2012*, cit.

⁶⁵⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/France

População: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POPTOTL>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48e571e&submit=GO

⁶⁵⁵ «Incendie d'Épiais: trois suspects en garde à vue», *La Nouvelle République*, 17 de Fevereiro de 2012, www.lanouvellerepublique.fr/Loir-et-Cher/Actualite/Faits-divers-justice/n/Contenus/Articles/2012/02/19/Incendie-d-Epiais-cinq-suspects-en-detention

⁶⁵⁶ «Profanation dans l'église de Châtillon-sur-Indre», 14 de Fevereiro de 2012, http://lesalonbeige.blogspot.com/my_weblog/2012/02/profanation-dans-l%C3%A9glise-de-ch%C3%A2tillon-sur-indre.html

⁶⁵⁷ «Aisne: dégradations dans un cimetière», *Le Figaro*, 18 de Fevereiro de 2012, www.lefigaro.fr/flash-actu/2012/02/18/97001-20120218FILWWW00434-aisne-degradations-dans-un-cimetiere.php

⁶⁵⁸ «Des missels incendié dans l'église de Cruseilles», *Le Dauphiné*, 8 de Abril de 2012, www.ledauphine.com/haute-savoie/2012/04/08/des-missels-incendies-dans-l-eglise

⁶⁵⁹ *Observatory on Intolerance and Discrimination Against Christians in Europe, Report 2012*, cit.

⁶⁶⁰ «Tombs chrétiennes profanées dans les Pyrénées-Orientales», *L'Observatoire de la Christianophobie*, www.christianophobie.fr/breves/tombes-chretiennes-profanees-dans-les-pyrenees-orientales

⁶⁶¹ «Une chapelle de nouveau vandalisée à Nice», *L'Observatoire de la Christianophobie*, 4 October 2012, www.christianophobie.fr/breves/une-chapelle-de-nouveau-vandalisee-a-nice

⁶⁶² *Observatory on Intolerance and Discrimination Against Christians in Europe, Report 2012*, cit.

⁶⁶³ *Ibidem*

⁶⁶⁴ *Ibidem*

⁶⁶⁵ *Ibidem*

Alsácia, vários cálices foram roubados e várias hóstias consagradas foram deitadas ao chão.⁶⁶⁶ A 8 de Outubro, em Vauban, perto de Marselha, algum do mobiliário da Igreja de São Francisco de Assis foi incendiado.⁶⁶⁷ A 19 de Outubro, intrusos vandalizaram em primeiro lugar a sacristia da Igreja de Nossa Senhora das Neves e depois tentaram incendiar a igreja.⁶⁶⁸ Na Igreja Paroquial de Saint-Lys, a 28 de Outubro, diverso mobiliário religioso foi roubado.⁶⁶⁹ Em Dezembro de 2012, intrusos desconhecidos atacaram a Igreja de Saint Rambert em Lyon, abrindo o tabernáculo, profanando as espécies eucarísticas e roubando diversos itens litúrgicos. A 17 de Dezembro de 2012, o ministro do Interior, Manuel Valls, escreveu ao Arcebispo de Lyon expressando a sua condenação destes actos e garantindo-lhe que seriam feitos todos os esforços para identificar os responsáveis.⁶⁷⁰ A 16 de Dezembro de 2012, a imagem de Santa Genoveva em St-Germain-en-Laye foi vandalizada.⁶⁷¹ A 18 de Dezembro de 2012, o presépio foi incendiado em Barby, em Savoy.⁶⁷² Na noite de 27-28 de Dezembro de 2012, duas figuras do presépio no exterior do gabinete de turismo em Fréjus foram vandalizadas e decapitadas.⁶⁷³ Estes actos anti-cristãos continuaram ao longo de 2013. A 1 de Julho, um jovem de 18 anos incendiou um crucifixo em Villalbe, no exterior da escola local.⁶⁷⁴ A 6 de Julho de 2013, em Givry, a estátua de Nossa Senhora de Varanges, que foi restaurada recentemente, foi atacada e atingida a tiro.⁶⁷⁵

Entretanto tem havido igualmente um aumento de actos de violência anti-semita (em particular o ataque por um extremista islâmico, a 19 de Março de 2012, na cidade de Toulouse, no qual foram assassinados um professor judeu e três alunos, à entrada de uma escola judaica), o que desencadeou um êxodo de judeus de França para Israel. Em 2013, o número de membros da comunidade judaica que escolheram regressar a Israel subiu para 3.120, um aumento de 63% em relação ao ano anterior.⁶⁷⁶

Os ataques ou insultos verbais contra muçulmanos e instituições islâmicas também aumentaram durante o ano de 2012 em cerca de 57,4% em relação ao ano anterior, para mais de 400 ocorrências, segundo uma fonte islâmica.⁶⁷⁷

⁶⁶⁶ *Ibidem*

⁶⁶⁷ *Ibidem*

⁶⁶⁸ *Ibidem*

⁶⁶⁹ *Ibidem*

⁶⁷⁰ «Église catholique à Lyon», <http://lyon.catholique.fr/?Celebration-penitentielle-a-Saint-Rambert>

⁶⁷¹ Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos na Europa, *Report 2012*, cit.

⁶⁷² *Ibidem*

⁶⁷³ «Les santons Marie et Joseph décapités à Fréjus», *Varmatin*, 29 de Dezembro de 2012, www.varmatin.com/saint-raphael/les-santons-marie-et-joseph-decapites-a-frejus.1081534.html

⁶⁷⁴ «Carcassonne. Un adolescent met le feu au crucifix», *La Dépêche du Midi*, 2 de Julho de 2013, <http://ladepeche.fr/article/2013/07/02/1663449-carcassonne-un-adolescent-met-le-feu-au-crucifix.html>

⁶⁷⁵ C. Zahra, «Notre-Dame-de-Varanges a été vandalisée», *Le Journal de Saône-et-Loire*, 8 de Julho de 2013, www.lejsl.com/faits-divers/2013/07/08/notre-dame-de-varanges-a-ete-vandalisee

⁶⁷⁶ «Les juifs de France affluent en Israël», *L'Express*, 10 de Janeiro de 2014, www.lexpress.fr/actualite/monde/proche-moyen-orient/les-juifs-de-france-affluent-en-israel_1312553.html

⁶⁷⁷ «Collectif Contre l'Islamophobie en France», *Rapport annuel 2013 sur les valeurs 2012*, www.islamophobie.net/sites/default/files/file_attach/RAPPORT-ANNUEL-CCIF-2013.pdf



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.671.711	267.670 km ²	1.594	178	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição da República do Gabão⁶⁷⁸ de 1991, modificada em Agosto de 2003, reconhece no seu primeiro artigo «a liberdade de consciência, pensamento, opinião, expressão, comunicação e prática religiosa, desde que seja respeitada a ordem pública». Esta referência à ordem pública foi invocada pelo Ministério do Interior em Abril de 2012 quando proibiu uma Igreja chamada «Êxodo da Plenitude», depois de receber muitas queixas sobre orações nocturnas barulhentas.⁶⁷⁹ A Constituição também consagra a natureza secular do Estado. Este mesmo primeiro artigo garante «o direito a formar associações e comunidades religiosas segundo as condições estabelecidas por lei» e afirma que «as comunidades religiosas irão administrar os seus assuntos de forma independente, desde que sejam respeitadas a soberania nacional e a ordem pública». Finalmente, todas as formas de discriminação são proibidas, incluindo a intolerância religiosa.

Os grupos religiosos não são obrigados a registar-se, embora o Governo os aconselhe a fazerem-no para poderem gozar de total protecção legal. O Governo mantém um registo de todos os grupos religiosos. Estas comunidades estão isentas da obrigação de solicitarem autorizações de construção. A partir do momento em que obtêm o reconhecimento oficial como organizações sem fins lucrativos podem também candidatar-se a um certificado de isenção de impostos. Caso um grupo religioso não cumpra com estes procedimentos, consegue, mesmo assim, realizar as suas actividades, mas vai ser obrigado a pagar taxas aduaneiras por quaisquer importações e não vai ficar isento de pagar impostos.

Apesar de ter uma Constituição secular, o Gabão é membro da Conferência Islâmica, uma vez que os seus líderes são muçulmanos. Contudo, em 1977, o Gabão tornou-se no primeiro país africano a assinar um acordo global com a Santa Sé, documento que ainda hoje está em vigor.⁶⁸⁰ Este documento concede à Igreja Católica e às suas instituições todos os direitos legais, e os casamentos católicos são reconhecidas como tendo estatuto civil.

⁶⁷⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/gabon

População: <http://data.worldbank.org/country/gabon>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: <http://unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e45c4d6&submit=GO>

⁶⁷⁹ <http://gabonreview.com/blog/pollution-sonore-a-libreville-le-silence-des-autorites/>

⁶⁸⁰ www.zenit.org/fr/articles/historique-des-concordats-et-accords-conclus-par-le-saintsieg

O Estado promove activamente as relações inter-religiosas.

Um dos privilégios da Igreja Católica é ter tempo de antena gratuito na televisão estatal. Isto foi contestado por outros grupos religiosos minoritários que não gozam do mesmo direito.

Muitos dos líderes políticos do Gabão pertenceram tradicionalmente a lojas maçónicas, mas isso não teve um impacto prejudicial na sua abordagem aos diferentes grupos religiosos.⁶⁸¹

Um decreto de 1970 que proibiu as Testemunhas de Jeová continua em vigor, pelo menos teoricamente, no caso de praticarem a sua religião sem qualquer restrição e se envolverem em proselitismo.

Os principais grupos religiosos – Católicos, Protestantes e Muçulmanos – são proprietários, e gerem escolas primárias e secundárias. Estes centros educativos têm de estar registados no Ministério da Educação.

As seguintes celebrações religiosas são observadas como feriados públicos nacionais: Domingo de Páscoa, Segunda-feira de Páscoa, Ascensão, Pentecostes, Assunção de Nossa Senhora, Dia de Todos os Santos, Natal, Eid al-Fitr e Eid al-Kebir.

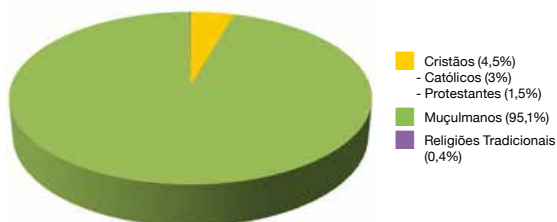
Durante o período abrangido por este relatório não houve relatos de incidentes que constituíssem ataques à liberdade religiosa.

⁶⁸¹ www.jeuneafrique.com/Articles/Dossier/JA2726p022.xml0/congo-tchad-gabon-togoafrique-les-nouveaux-francs-macons.html

GÂMBIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.849.285	11.300 km ²	9.563	2.700	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A República da Gâmbia⁶⁸² – um país longo e estreito ao longo do Rio Gâmbia na África Ocidental – é um estado secular, embora esmagadoramente muçulmano. Os Muçulmanos estão frequentemente organizados em irmandades sufis (por exemplo, Tijaniya, Qadiriya, Muradiya), que são conhecidas pelo seu misticismo específico e pela sua perspectiva não-violenta. Entre os Cristãos, os Católicos constituem a maioria, embora haja também comunidades anglicanas, protestantes e pentecostais.

O Artigo 25 da Constituição reconhece o direito à liberdade religiosa e o Governo em geral observa esta liberdade na prática. O Artigo 1 descreve a Gâmbia como uma república soberana e secular.⁶⁸³

Para os Muçulmanos, a lei da *sharia* aplica-se nas questões domésticas, como o casamento, o divórcio e as heranças. Os grupos religiosos não são obrigados a registrar-se. A instrução religiosa é permitida em todas as escolas estatais e privadas, incluindo a instrução islâmica e cristã. O Estado não interfere. As relações entre as autoridades islâmicas e a Igreja Católica são boas. Além das principais celebrações islâmicas, são também reconhecidas e publicamente celebradas as principais celebrações cristãs (Natal, Sexta-feira Santa, Páscoa).⁶⁸⁴ Os membros do ‘Grupo Inter-religioso para o Diálogo e a Paz’ – que inclui muçulmanos, cristãos e bahá’í – encontram-se regularmente para discutir questões importantes para todas as religiões na Gâmbia, sobretudo em relação à coexistência religiosa.

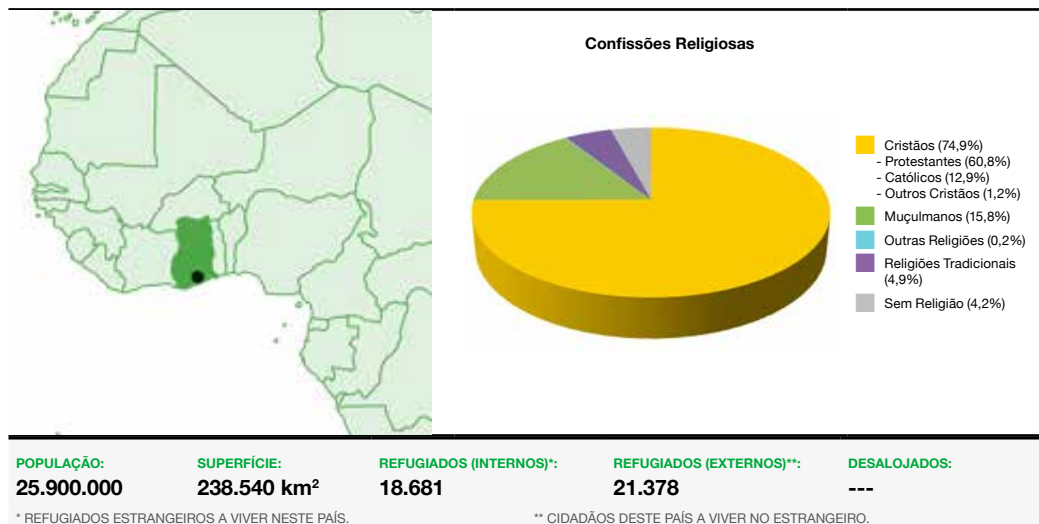
Durante o período em análise, não houve relatos de violações da liberdade religiosa. Em contrapartida, o direito à liberdade de expressão política é fraco, nomeadamente no que diz respeito à oposição política, ao poder judicial e aos meios de comunicação social.

⁶⁸² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/gambia
População: <http://data.worldbank.org/country/Gâmbia>
Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>
Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4848831&submit=GO

⁶⁸³ www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=221242

⁶⁸⁴ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper

GANA



O Gana⁶⁸⁵ não só tem uma economia particularmente dinâmica, em termos da África Ocidental, como também é visto como um exemplo de coexistência pacífica entre as várias comunidades religiosas.⁶⁸⁶ Na realidade, esta antiga colônia britânica, que alcançou a independência bastante cedo (1957), tem um notável leque alargado de crenças religiosas. Mais de 70% dos cerca de 25 milhões de habitantes do Gana pertencem a algum tipo de denominação cristã, enquanto 15,8% são muçulmanos e cerca de 5% são membros de religiões africanas tradicionais. Estão também presentes no Gana as comunidades bahá'í, budista, hindu, judaica e outras pequenas comunidades de fé.

Entre os Cristãos, os grupos dominantes são os Protestantes (60,8%) e os Católicos (12,9%). Os Muçulmanos pertencem sobretudo ao ramo moderado do Islamismo sunita. O Islamismo político extremista não tem base no Gana. Na muito respeitada Conferência do Gana sobre Religião e Paz (GCRP), tanto os Cristãos como os Muçulmanos trabalham juntos para a coexistência pacífica e não-violenta.⁶⁸⁷

A base para esta coexistência pacífica entre as religiões está no Artigo 21 da Constituição, que reconhece a liberdade religiosa.⁶⁸⁸ O registo é de facto obrigatório para os grupos religiosos, mas na prática muitas comunidades, sobretudo as religiões tradicionais africanas, não observam esta lei, que em teoria está em vigor desde a década de oitenta. Até agora, no entanto, o não cumprimento não teve quaisquer consequências.⁶⁸⁹

Em geral, as actividades religiosas sem fins lucrativos, como o trabalho de beneficência e a educação, estão isentos de impostos. Não há indicações de quaisquer problemas específicos entre as várias organizações religiosas.

⁶⁸⁵ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Ghana

População: <http://data.worldbank.org/country/Ghana>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=4a03e2f76&submit=GO

⁶⁸⁶ Departamento de Estado norte-americano, *International Religious Freedom Report for 2012*

⁶⁸⁷ Munzinger-Archiv 2013: www.munzinger.de/

⁶⁸⁸ www.Ganareview.com/parlia/Gconst5.html

⁶⁸⁹ Departamento de Estado norte-americano, *International Religious Freedom Report for 2012*

A Igreja Católica no Gana usa esta liberdade para desempenhar um papel activo na formação da sociedade ganesa. Um exemplo disso no período abrangido por este relatório é a campanha lançada em 2013 pela Conferência Episcopal Católica Ganesa intitulada ‘Agenda para o direito à boa saúde’. Os bispos apelaram a que a chamada ‘Lei dos Doentes’ actualmente consagrada na Constituição fosse substituída pelo ‘direito aos cuidados de saúde’ na nova Constituição, para garantir que cada cidadão ganês tem acesso a cuidados de saúde completos, por exemplo nutrição e higiene. Segundo a agência noticiosa *Fides*, a campanha está a ser promovida em cada diocese, paróquia e associação da Igreja.⁶⁹⁰

No período em análise neste relatório não houve deterioração da situação em relação à liberdade religiosa. Mas isso pode mudar. A ameaça de fundamentalistas religiosos com motivações políticas na África Ocidental está a ser reconhecida e levada a sério no Gana. Por exemplo, o Arcebispo Charles Palmer-Buckle de Acra avisou numa entrevista à Rádio Vaticano que o extremismo islâmico está a continuar a avançar em África a partir dos países árabes – sendo os actuais pontos de actuação a Nigéria, a Somália e o Mali.⁶⁹¹

Dito isto, a estabilidade política e a força económica do Gana dão razões de confiança de que o país vai aumentar em estatura como mediador e promotor da coexistência pacífica entre religiões.

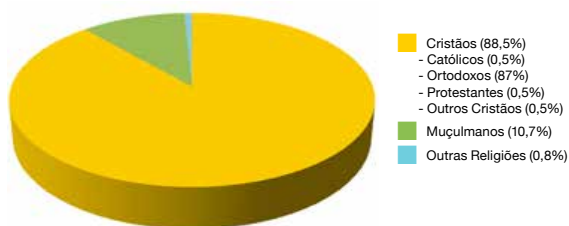
⁶⁹⁰ de.radiovaticana.va/news/2013/07/15/Gana:_recht_auf_gesundheit_in_verfassung_aufnehmen/ted-710484

⁶⁹¹ de.radiovaticana.va/storico/2013/01/19/erzbischof_zu_hollandes_krieg:_%E2%80%9Eich_traue_europa_nicht_mehr%E2%80%9C/ted-657151

GEÓRGIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO: 4.350.000	SUPERFÍCIE: 69.700 km²	REFUGIADOS (INTERNOS)*: 681	REFUGIADOS (EXTERNOS)**: 7.200	DESALOJADOS: 282.130
---------------------------------------	--	--	---	---------------------------------------

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Sendo tradicionalmente um país cristão, evangelizado nos tempos antigos, a Geórgia⁶⁹² tem igualmente uma significativa minoria muçulmana (sobretudo de nacionalidade azeri), uma vez que faz fronteira com o Azerbaijão, a Turquia e outras nações do Cáucaso com uma população de religiosidade mista e uma forte presença de grupos étnicos tradicionalmente islâmicos.

Em 2001, a Igreja Ortodoxa Georgiana assinou uma concordata com o Governo da Geórgia que lhe deu efectivamente um estatuto de religião privilegiada no país. Em 2011 foi aprovada uma lei que permite que todas as denominações religiosas adquiram personalidade jurídica civil.

A situação da liberdade religiosa em 2013

Nos últimos anos tem havido diversas situações de tensão e intolerância religiosa, muitas das quais levadas a cabo nos meios de comunicação social.

De acordo com Ucha Nanuashvili, a mediadora governamental de direitos humanos e líder do grupo de monitoria do Ministério Público (PDO), que monitoriza as queixas sobre infracções à liberdade religiosa, houve inúmeros incidentes em diferentes partes do país em que os Muçulmanos foram impedidos de realizar os seus ritos religiosos e encontros de oração. Nalguns casos foi usada violência. Ao mesmo tempo, na perspectiva de alguns, houve uma campanha dos meios de comunicação, incluindo declarações de certas figuras públicas, opondo-se à construção, reconstrução ou reabertura de mesquitas em áreas específicas. Os casos envolveram as aldeias de Kvemo Enteli, Zemo Enteli, Boladauri, Smada e Kakhareti na província de Adigeni, e também a vila de Batumi e vários outros locais na Província Autónoma (República) de Adjara na fronteira com a Turquia, onde as minorias azeris e muçulmanas são mais numerosas.

De acordo com Nanuashvili, em Agosto de 2013 foi usada força na aldeia de Chela, no município de Adigeni, para reprimir uma manifestação de protesto contra a remoção do minarete recentemente acrescentado à mesquita local (aparentemente foi substituído em Novembro). Em Kakhareti, o grupo de monitoria testemunhou a remodelação completa da mesquita, com

⁶⁹² Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/georgia>

População: Estatísticas retiradas de diversas fontes: CA&CC press, Governo do Presidente da Geórgia, AZE.az, RegnuMedia, Georgia Times, Gruzia Online, Telasi, Iveria, Media.ge, EkhoKavkaza

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Georgia>

a eliminação de qualquer elemento identificativo do edifício para que pudesse ser usado para outros fins. Incidentes semelhantes foram reportados noutras aldeias da região.⁶⁹³

Actualmente, há quatro organizações registadas na Geórgia, todas alegando representar a liderança da população muçulmana local. Todas obtiveram estatuto jurídico através da lei civil. A maior parte das organizações internacionais, em conjunto com o corpo diplomático na Geórgia e várias ONG, estão preocupados com a falta de transparência em relação à comunidade muçulmana. Os activistas de direitos humanos a trabalhar em áreas onde os Muçulmanos estão mais densamente concentrados, que são essencialmente as áreas onde vive o povo Azeri, enfatizam que as autoridades georgianas devem ser tanto quanto possível mais abertas aos pedidos das comunidades muçulmanas que professam, ou desejam professar, a sua fé de acordo com a lei.⁶⁹⁴

Segundo Tariel Nakaidze, que representa a União Adzhara de Muçulmanos Georgianos, os sacerdotes ortodoxos estão a «seguir uma política de agressão aberta contra as outras religiões» no país. Na Geórgia há muitos casos em que outras religiões foram totalmente marginalizadas, incluindo o Islamismo e o Catolicismo. Em resposta às questões relacionadas com a construção de mesquitas, o patriarca (isto é, as dioceses ortodoxas independentes da Geórgia) fez quase invariavelmente declarações como esta: «Há mais de 200 mesquitas abertas na Geórgia, mas não há uma única igreja ortodoxa na Turquia.» Tariel Nakaidze também refere que a 4 de Março de 2011, em Batumi, foi celebrada uma liturgia ortodoxa sob a forma de protesto contra a construção (reconstrução) da mesquita local, uma acção que podia ser vista como um acto discriminatório. Nakaidze alega que o clero ortodoxo georgiano tentou incitar os seus fiéis. Como tal, isto provocou uma onda de xenofobia na cidade, incluindo *graffitis* nas paredes com afirmações como «não aos turcos em Batumi».⁶⁹⁵

A 24 de Maio de 2013 houve um incidente de intolerância na aldeia de Samtazkaro, na província de Dedoplistskarsk. Os muçulmanos locais tinham-se reunido na casa onde habitualmente celebravam as orações tradicionais de sexta-feira quando os paroquianos da Igreja Ortodoxa Georgiana local, liderados pela responsável da aldeia, Gila Nadirashvili (funcionária pública), os atacaram, forçando-os a abandonar o edifício. Toda a literatura religiosa e os tapetes de oração foram ilegalmente confiscados e a comunidade muçulmana local foi também impedida de se reunir neste local para as orações de sexta-feira nas semanas que se seguiram.⁶⁹⁶

A 10 de Fevereiro de 2013, o edifício usado pela comunidade baptista evangélica na aldeia de Akhalsoeli, província de Kvarelsk (no leste da Geórgia, região de Kakhetia), foi destruído por um grupo de pessoas, incluindo vários adolescentes. A igreja tinha sido atacada anteriormente em Novembro de 2012.⁶⁹⁷

A 25 de Outubro de 2013, uma vez mais em Batumi, trinta pessoas atacaram três testemunhas de Jeová durante um encontro público de oração. Os seus atacantes disseram que eram cristãos ortodoxos e que as Testemunhas de Jeová não tinham direito de distribuir a sua literatura religiosa. Depois, começaram a agredi-los brutalmente. A mediadora do PDO, Ucha Nanuashvili, também mencionou outro incidente preocupante na aldeia de Zeda Ezeri, em Samegrelo, onde aparentemente foram disparados tiros em direcção a uma casa de oração das Testemunhas de Jeová.⁶⁹⁸

⁶⁹³ *Newsgeorgia.ru*, Agosto-Dezembro de 2013

⁶⁹⁴ *Adamalla.com*, Outubro de 2013

⁶⁹⁵ *Blackseanews.net*, Fevereiro de 2013

⁶⁹⁶ *Kavkaz-uzel.ru*, Julho de 2013

⁶⁹⁷ *Vgd.ru*, Fevereiro de 2013

⁶⁹⁸ *Wol.jw.org*, Maio-Novembro de 2013

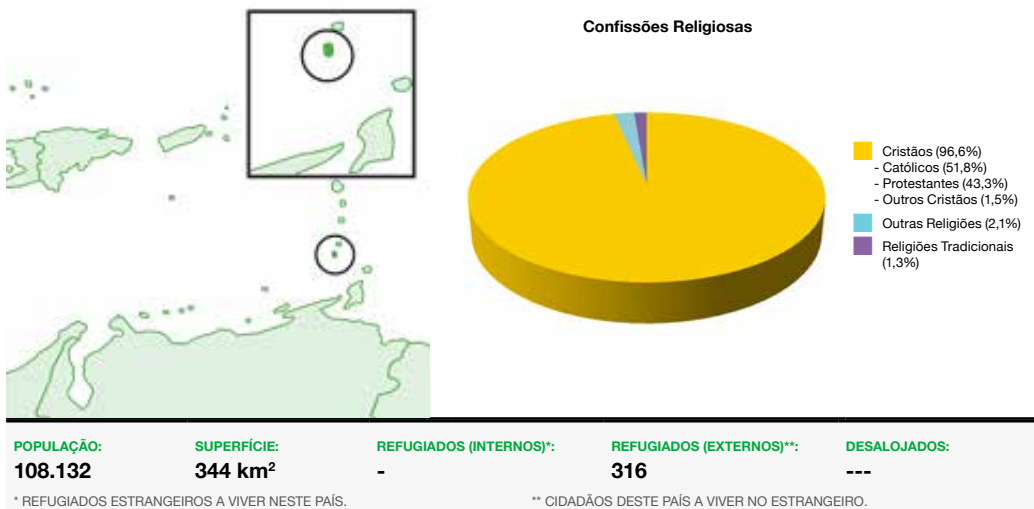
Em Novembro de 2013, o Ministério do Interior da Geórgia introduziu um projecto-lei relativo às violações do direito de liberdade de expressão e actividade religiosa por parte do indivíduo, com o objectivo de prevenir expressões públicas de hostilidade para com locais sagrados de organizações religiosas, os seus pastores e crentes e qualquer outro tipo de acção ofensiva contra os sentimentos religiosos das pessoas. O projecto-lei provocou um debate animado no país, tal como explicou o coordenador do grupo de trabalho sobre diálogo inter-religioso, Paata Gachechiladze. Segundo muitas associações religiosas e seculares, a proposta de lei podia contudo ser de facto usada contra a liberdade de expressão. Tanto o líder da União de Muçulmanos Georgianos, Tariel Nakaidze, como o líder da comunidade baptista evangélica, o Bispo Rusudan Goziridze, expressaram a sua oposição à proposta de lei, enquanto o representante da Igreja Apostólica Arménia considerou que o texto era aceitável.⁶⁹⁹

Conclusões

A liberdade religiosa na Geórgia diminuiu desde 2012. Os que sofrem maior perseguição no país são os 400 mil muçulmanos. A liberdade religiosa é vista acima de tudo como uma expressão da Igreja Ortodoxa dominante, enquanto as outras comunidades religiosas enfrentam muitas limitações.

⁶⁹⁹ *ekhokavkaza.com*, Novembro de 2013

GRANADA



Informação geral

Em Granada⁷⁰⁰, a língua oficial é o inglês, mas também se fala o francês. Como membro da British Commonwealth, Granada tem um sistema político que é oficialmente uma monarquia constitucional.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante a liberdade de consciência, pensamento e religião, bem como a liberdade de mudar de religião ou crença. O indivíduo tem o direito a manifestar a sua fé através do culto, do ensino e da observância religiosa, seja individualmente ou em comunidade, em público ou em privado. Além disso, ninguém que frequente uma instituição educativa pode ser forçado a receber instrução religiosa ou a participar em cerimónias religiosas de uma religião que não seja a sua. As comunidades religiosas têm o direito de estabelecer e manter locais de ensino às suas custas. Ninguém pode ser forçado a prestar um juramento contrário, ou de forma contrária, à sua própria religião.⁷⁰¹

Nos documentos de identidade, as pessoas podem usar vestuário religioso nas fotografias do bilhete de identidade, desde que a face seja sempre visível e reconhecível. O código penal proíbe os textos grosseiros e blasfemos contra as religiões, embora não na linguagem falada. A pena de prisão pode ir até dois anos.

O Governo financia certas escolas estatais administradas pelas denominações cristãs tradicionais. Contudo, os alunos não são obrigados a frequentar aulas de religião. Os grupos religiosos registados junto do Departamento de Assuntos Internos estão isentos de deveres alfandegários e gozam de outros privilégios. É necessária uma licença para alcançar este estatuto. Os missionários estrangeiros precisam de uma autorização de trabalho. Os pedidos devem apresentar provas da sua experiência prévia e autorização por parte do grupo religioso que representam, que deve estar registado no país.⁷⁰²

⁷⁰⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/grenada
População: www.gov.gd/people.html; 2008 census

⁷⁰¹ <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Grenada/gren73esp.html#mozToCld540344>

⁷⁰² www.state.gov/documents/organization/208692.pdf

Acontecimentos durante o período análise

Em Junho de 2013, realizou-se uma conferência de Igrejas e organizações comunitárias para discutir a situação da dívida de Granada e a questão geral da redução da dívida nas Caraíbas. O encontro incluiu representantes de São Vicente, Santa Luzia e Dominica. A discussão centrou-se no conceito do ‘Jubileu’ e na doutrina social da Igreja Católica. Foi marcante o papel da conferência como forma de oferecer uma perspectiva bíblica sobre temas sociais, em defesa dos membros mais vulneráveis da sociedade.⁷⁰³

Em Setembro de 2013, a reconstrução da Escola da Natividade foi finalmente concluída, nove anos após o furacão Ivan. A Igreja Católica prestou ajuda de emergência para a reparação de muitas escolas que ficaram danificadas. Foi também recebido financiamento de agências internacionais como o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento das Caraíbas.⁷⁰⁴

Em Outubro de 2013, vários grupos de jovens católicos de Granada e Carriacou reuniram-se para um encontro na ilha de Pequena Martinica, organizado pelo comité regional local e pela Paróquia de São Marcos. Esteve também presente o Vigário da Juventude Hugh Logan e o Bispo Vincent Darius.⁷⁰⁵ Da mesma forma, em Outubro realizou-se um fim-de-semana de cursilhos para adultos no Centro de Retiros do Monte Saint Ervan, onde os participantes ouviram várias palestras espirituais e celebraram juntos a Eucaristia.⁷⁰⁶

⁷⁰³ www.stgdiocese.org/diocese/the-catholic-focus/213-conference-of-churches-and-community-organizations-discuss-grenadas-debt-situation

⁷⁰⁴ www.stgdiocese.org/diocese/the-catholic-focus/215-nativity-school-vendome-reconstruction-completed-after-nine-years

⁷⁰⁵ www.stgdiocese.org/diocese/the-catholic-focus/237-cor-in-carriacou-a-petite-martinique

⁷⁰⁶ www.stgdiocese.org/diocese/the-catholic-focus/238-cursillo-weekend

GRÉCIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
11.390.000	131.957 km ²	2.100	96	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Na Grécia⁷⁰⁷ há cada vez mais relatos de ofensas à liberdade religiosa. Esta discriminação afecta acima de tudo as comunidades religiosas não-ortodoxas. Na raiz do problema está a doutrina semi-oficial segundo a qual a nacionalidade grega e a adesão à Igreja Ortodoxa Grega são vistas como sinónimas. As minorias religiosas são tratadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros mais ou menos como ‘religiões estrangeiras’. De acordo com o activista grego dos direitos humanos Panayote Dmitras do *Greek Helsinki Monitor*, a Igreja Ortodoxa Grega é uma Igreja estatal.⁷⁰⁸

O Artigo 3 da Constituição grega define o Cristianismo Ortodoxo Grego como a religião dominante.⁷⁰⁹ A Igreja Ortodoxa Grega tem vantagens financeiras e institucionais em relação às outras religiões. O Artigo 13 garante a liberdade religiosa, mas na prática esta é restringida através de inúmeras outras disposições legais. Por exemplo, há uma proibição de realizar «proselitismo» e práticas religiosas que «perturbem a ordem pública ou ofendam os princípios morais».

A Igreja Ortodoxa Grega, a comunidade judaica e a minoria muçulmana na Trácia são as únicas entidades religiosas reconhecidas pelo Estado que têm autorização para ter bens próprios em seu nome enquanto «pessoas jurídicas de direito público». As outras confissões e religiões apenas se podem registar como «pessoas jurídicas de direito privado» e apenas podem possuir bens através do estabelecimento de entidades legais corporativas como as associações sem fins lucrativos. Para o fazerem, precisam primeiro de ser reconhecidas como uma «religião conhecida», ou seja, ter uma doutrina ensinada em público, adoração religiosa aberta ao público, uma hierarquia religiosa clara e um carácter não comercial. É também necessária uma autorização para cada igreja ou instituição religiosa em separado. A instrução religiosa grega ortodoxa é obrigatória em todas as escolas estatais, embora os alunos não-ortodoxos possam ser dispensados. Contudo, não é disponibilizada nenhuma

⁷⁰⁷ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/greece>
População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Greece>

⁷⁰⁸ <http://pri.org/stories/2012-08-07/greece-turns-back-religious-minorities>

⁷⁰⁹ <http://hri.org/docs/syntagma/artcl25.html#A13>

instrução alternativa. A instrução religiosa de outras religiões apenas é permitida nas escolas privadas.⁷¹⁰

A minoria muçulmana na Grécia é também afectada pela discriminação religiosa. A situação dos muçulmanos na região da Trácia é especial. Segundo o Tratado de Lausanne de 1923, é-lhes concedida uma medida de apoio estatal e há também um sistema oficial de quotas que garante o acesso dos Muçulmanos às universidades estatais e aos empregos na função pública. Apesar disso, a minoria muçulmana está sub-representada em termos de emprego no sector público e nos níveis mais elevados do exército. O reconhecimento governamental oficial (e o apoio estatal) é restrito ao clero muçulmano nomeado pelo Governo na Trácia.⁷¹¹

A construção de mesquitas noutras partes do país é quase impossível, porque é socialmente inaceitável. De acordo com um relato no jornal diário alemão *Die Welt*, a construção planeada de uma mesquita com fundos estatais em Atenas ainda não teve início, passados mais de dez anos, mesmo que haja uma estimativa de 200 mil muçulmanos a viverem actualmente na capital grega. Em 2011, o Parlamento grego aprovou formalmente a construção da mesquita. Contudo, o que é significativo, a aprovação surge num parágrafo de uma lei sobre edifícios ilegais (actualmente, em Atenas, os Muçulmanos prestam culto em cerca de 120 mesquitas informais não registadas). A data para pôr o trabalho a concurso tem sido adiada uma e outra vez. A resistência social à mesquita é considerável, tendo sido submetidas objecções formais à sua construção pela associação cultural local, por uma iniciativa de residentes locais e por dois oficiais da Marinha. Foram também feitos protestos por parte do Serafim Metropolitano Ortodoxo Grego de Pireu e pelo partido radical de direita Golden Dawn Party.⁷¹²

Outro grande problema é o aumento da violência na sociedade. Desde que o Golden Dawn Party ganhou 7% dos votos e dezoito lugares no Parlamento, há um aumento evidente na violência anti-judaica, anti-muçulmana e racista, sobretudo contra os imigrantes. Uma vez que muitos destes imigrantes são, de facto, muçulmanos, não é fácil distinguir se os ataques resultam de motivos étnicos ou religiosos. Contudo, os cemitérios judaicos e muçulmanos foram profanados e houve ataques incendiários contra mesquitas não oficiais em Atenas e contra casas de oração das Testemunhas de Jeová em Tessalónica, Igoumenitsa e Seres.⁷¹³

Muitos destes ataques violentos foram ligados aos apoiantes do movimento do Golden Dawn Party. Por exemplo, em Agosto de 2012, estes deitaram bombas de fumo para dentro de uma mesquita.⁷¹⁴ No mesmo mês, um iraquiano de 19 anos foi assassinado por assaltantes desconhecidos em motorizadas⁷¹⁵ e em Janeiro de 2013 um paquistanês de 27 anos foi morto à facada por dois simpatizantes do partido.⁷¹⁶ Em Outubro de 2012, o Metropolitano Pavlos Ioannou de Siatista recebeu ameaças de morte anónimas porque tinha falado publicamente contra a violência do Golden Dawn Party.⁷¹⁷ Segundo o *New York Times*, cerca de metade dos polícias gregos simpatizam com os extremistas de direita e, de acordo com muitos imigrantes, muitas vezes usam eles próprios de violência. Na última década, a proporção de estrangeiros em Atenas aumentou significativamente e formaram-se guetos no meio da cidade. Foi sobretudo aqui que a violência aumentou visivelmente.⁷¹⁸

⁷¹⁰ <http://state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208320#wrapper>

⁷¹¹ <http://state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208320#wrapper>

⁷¹² <http://welt.de/politik/ausland/article120936538/Athen-straebt-sich-gegen-Bau-der-ersten-Moschee.html>

⁷¹³ <http://state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208320#wrapper>

⁷¹⁴ http://ekathimerini.com/4dcgi/_w_articles_wsite1_1_11/08/2012_456571

⁷¹⁵ <http://tagesspiegel.de/politik/die-saals-vorbild-griechenlands-rechtsextremisten-jagen-auslaender/7061348.html>

⁷¹⁶ <http://dawn.com/news/779686/two-greeks-charged-with-pakistani-immigrants-murder>

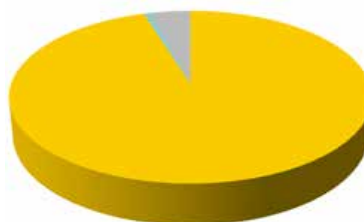
⁷¹⁷ <http://derstandard.at/1350259076480/Griechischer-Bischof-von-Rechtsextremisten-bedroht>

⁷¹⁸ http://nytimes.com/2012/11/18/opinion/sunday/europes-new-fascists.html?pagewanted=all&_r=1&

GUATEMALA



Confissões Religiosas



- Cristãos (95,2%)
 - Católicos (58,1%)
 - Protestantes (35,6%)
 - Outros Cristãos (1,5%)
- Outras Religiões (0,7%)
- Sem Religião (4,1%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
14.713.763	108.890 km²	161	6.395	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

A língua oficial da Guatemala⁷¹⁹ é o espanhol, embora até 40% da população fale também línguas indígenas como quiche, cackchiquel, kekchi, mam, garifuna e xinca.⁷²⁰ O sistema político é constituído por uma república democrática parlamentar constitucional. Há uma população imigrante total de mais de 49 mil pessoas,⁷²¹ predominantemente de El Salvador, México, Nicarágua, Honduras e Estados Unidos.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante a liberdade religiosa, incluindo a prática livre da religião, seja em público ou em privado, através do ensino, do culto e da observância, sujeita apenas aos limites requeridos pela ordem pública e pelo respeito pela dignidade da hierarquia e pelas outras crenças. Não existe religião estatal.⁷²² A Constituição também afirma os direitos dos grupos indígenas de praticarem as suas próprias tradições. O código penal pune as violações da liberdade de celebrar ritos religiosos e também a profanação dos locais de enterro religiosos. Nenhum membro do clero pode candidatar-se ao cargo de presidente. Os grupos religiosos não precisam de se registar para prestarem culto.

Contudo, com excepção da Igreja Católica, que já é reconhecida por lei, os grupos religiosos são obrigados a registar-se para obterem estatuto legal caso desejem arrendar ou comprar bens, assinar contratos legais, obter isenções fiscais, etc. A Constituição permite, mas não exige, a instrução religiosa nas escolas públicas. A Igreja Católica é formalmente reconhecida como pessoa jurídica na Constituição. As outras Igrejas devem obter este estatuto legal, de acordo com as normas da sua instituição. O Estado pode conceder títulos de propriedade à Igreja Católica em relação a propriedades que tinham pertencido à Igreja no passado. Os edifícios destinados ao culto religioso estão isentos do imposto sobre imóveis.⁷²³

⁷¹⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/guatemala
População: www.ine.gob.gt/np/poblacion/

⁷²⁰ www.crmsv.org/paises/guatemala/guatemala.htm

⁷²¹ <http://imprasc.net:29572/PERFILESNACIONALES/Paginas/Guatemala.aspx>

⁷²² <http://guatemala.justia.com/nacionales/constitucion-de-la-republica-de-guatemala/titulo-ii/capitulo-i/#articulo-36>

⁷²³ <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Guate/guate93.html>

Os missionários estrangeiros são obrigados a obter inicialmente vistos de turismo por três meses. Passados seis meses podem candidatar-se a autorizações temporárias de residência.⁷²⁴

Práticas governamentais e outros incidentes

Os grupos religiosos maias são autorizados por lei a realizar ritos religiosos e cerimônias nos locais históricos maias que são propriedade do Estado. Contudo, alguns líderes maias queixaram-se que na prática este direito é restringido, porque alguns destes locais são parques nacionais ou áreas protegidas cujo acesso não é permitido. Nalguns casos, as autoridades locais obrigaram-nos a solicitar autorização prévia, enquanto outros locais, incluindo grutas, lagoas, montanhas e florestas, estão em mãos privadas e os seus donos por vezes negam-lhes o acesso. Os líderes maias apelaram ao direito a ter acesso a todos os locais sagrados e também o direito a administrá-los e protegê-los.

Neste sentido, durante o ano de 2012, o presidente Otto Pérez Molina propôs reformas constitucionais que reconhecessem os direitos de acesso dos povos indígenas aos locais sagrados reconhecidos legalmente. Contudo, o debate sobre as propostas foi adiado de modo a permitir que o Governo concentrasse recursos para o trabalho de restauro após o terramoto de Novembro de 2012.⁷²⁵

Alguns líderes evangélicos afirmaram que as iniciativas tomadas pelo Governo para protecção e promoção das culturas indígenas representavam de facto um tratamento político preferencial dos grupos espirituais menores, uma vez que estes envolviam o apoio financeiro a programas de actividades culturais dos povos indígenas, incluindo as suas cerimônias religiosas. Durante o ano de 2012, o Governo patrocinou as celebrações que conduziram à conclusão do Oxlajuj B'aktun, a actual era no calendário maia, a 21 de Dezembro. No dia 21 de cada mês, os líderes espirituais de diferentes grupos maias realizaram cerimônias religiosas para este fim. Alguns líderes maias expressaram preocupação de que o apoio governamental estava a transformar este festival num acontecimento comercial orientado para o turismo. Após estas queixas, o Governo reduziu consideravelmente o seu apoio.⁷²⁶

Em Janeiro de 2012, um sacerdote católico, o Pe. David Donis Barrera, de 60 anos, foi assassinado. Os líderes da Igreja atribuíram o crime a um clima de crescente violência no país. O sacerdote foi morto a tiro num aparente ataque violento na auto-estrada, perto da fronteira com El Salvador. O seu bispo pediu uma investigação completa sobre o assassinato e incitou aos fiéis para que trabalhassem e orassem pela paz.⁷²⁷

Em Agosto de 2013, dois sacerdotes católicos salvadorenhos e três irmãs religiosas foram atacados e assaltados na auto-estrada perto de Escuintla, na Guatemala. Estavam a viajar juntos para celebrar as bodas de ouro de uma religiosa guatemalteca quando o seu veículo foi seguido e atacado numa parte isolada da estrada por homens armados com pistolas e com o rosto tapado por máscaras. Foi-lhes roubado todo o dinheiro e os documentos pessoais.⁷²⁸

⁷²⁴ www.state.gov/documents/organization/208694.pdf

⁷²⁵ www.state.gov/documents/organization/208694.pdf

⁷²⁶ *Ibidem*

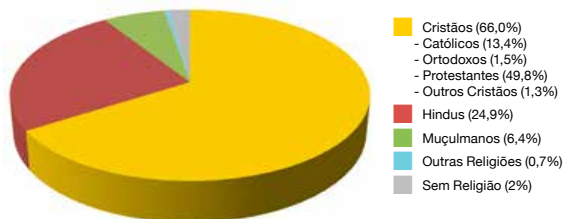
⁷²⁷ www.zenit.org/es/articles/asesinados-un-sacerdote-en-mexico-y-otro-en-guatemala

⁷²⁸ http://elsalvador.com/mwedh/nota/nota_completa.asp?idCat=47859&idArt=8112158

GUIANA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:

751.223

SUPERFÍCIE:

214.969 km²

REFUGIADOS (INTERNOS)*:

10

REFUGIADOS (EXTERNOS)**:

800

DESALOJADOS:

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

Na Guiana⁷²⁹, a língua oficial é o inglês (embora a língua mais falada seja o crioulo da Guiana) e o Governo é constituído por um sistema semi-presidencial, com um presidente eleito pelo partido maioritário no Parlamento, na sequência das eleições gerais que ocorrem a cada cinco anos. A Guiana é membro da British Commonwealth.

Disposições legais relacionadas com a liberdade religiosa

A Constituição garante que ninguém pode ser privado da sua liberdade de consciência, que inclui a liberdade de mudar de religião ou crenças, e de expressá-las e propagá-las em público ou em privado, individual ou colectivamente. Nenhum grupo religioso pode ser impedido de disponibilizar instrução religiosa aos membros da sua comunidade, mas ao mesmo tempo ninguém que frequente uma escola ou outro estabelecimento de ensino pode ser obrigado a receber instrução religiosa ou a participar em cerimónias religiosas de uma religião diferente da sua. Nenhuma pessoa pode ser obrigada a fazer um juramento contrário à sua religião ou crenças, ou que de qualquer forma lhes seja contrário.⁷³⁰

O delito de calúnia blasfema traz consigo uma possível pena de prisão de um ano. Não existe religião do Estado e os grupos religiosos e religiões são obrigados a registar-se junto do Ministério dos Assuntos Internos para obterem reconhecimento formal. O acesso por parte dos grupos religiosos estrangeiros é restringido por razões históricas e de acordo com o critério do presidente. O acesso às áreas ameríndias requer autorização prévia por parte do conselho local de aldeia. O ministério pastoral das Forças Armadas é coordenado pela Força de Defesa da Guiana em conjunto com os grupos religiosos em questão. Todos os grupos religiosos são autorizados a prestar serviços de capelania e aconselhamento. Entre as celebrações religiosas reconhecidas como feriados públicos pelo Estado estão as seguintes:

⁷²⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/guyana

População: www.statisticsguyana.gov.gy/census.html#popcenfinal ; 2002 census

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Guyana>

⁷³⁰ <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Guyana/guyana96.html>

Sexta-feira Santa, Páscoa, Segunda-feira de Páscoa, Natal, Phagwah, Diwali, Youman Nabi (Maulid al-Nabi) e Eid Al-Adha.⁷³¹

O aborto foi descriminalizado na Guiana desde 1995. Em Fevereiro de 2012, realizou-se uma série de fóruns inter-religiosos com o objectivo de combater a violência doméstica. Os fóruns foram organizados pela missão humanitária Arya Samaj de New Jersey. Houve um encontro inter-religioso de oração e uma vigília em Port Mourant. As três principais religiões na Guiana, o Cristianismo, o Hinduísmo e o Islamismo, estiveram todas representadas.⁷³²

Em Janeiro de 2013, a missão humanitária hindu Arya Samaj de New Jersey anunciou planos para construir um centro de formação para o desenvolvimento de competências em Port Mourant. O projecto está a ser construído com o apoio de agências governamentais e ONG. O objectivo é disponibilizar formação vocacional, sobretudo para os jovens, para lhes permitir quebrar o ciclo da pobreza.⁷³³

⁷³¹ <http://state.gov/documents/organization/208696.pdf>

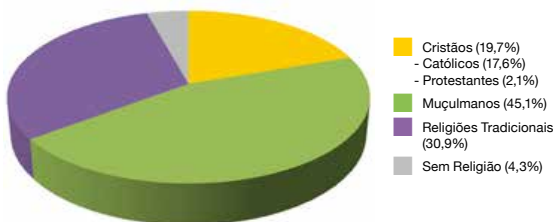
⁷³² <http://njaryasamaj.com/inter-faith-forum-come-out-against-domestic-violence-child-abuse/>

⁷³³ <http://njaryasamaj.com/category/news-and-articles/2013-news-and-articles/>

GUINÉ-BISSAU



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.704.255	36.130 km ²	8.535	1.236	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

De acordo com a sua Constituição, a Guiné-Bissau⁷³⁴ é um Estado estritamente secular.⁷³⁵ Daí que, segundo o Artigo 4, nenhum partido político se possa identificar com qualquer Igreja ou grupo religioso específico, ensinamento religioso ou forma específica de culto. Ao mesmo tempo, o direito básico à liberdade religiosa está consagrado na lei e na prática é protegido pelo Governo. Os grupos religiosos são de facto obrigados a registar-se, mas não há relatos de quaisquer pedidos de registo que tenham sido recusados no passado.⁷³⁶

A Guiné-Bissau é um país com uma considerável diversidade religiosa. Isto é também verdade para a sua composição étnica. Nas últimas décadas tem havido muito poucas tensões motivadas por questões religiosas, apesar da situação política instável e da crescente pobreza que remonta há muitos anos. A situação não mudou durante o período deste relatório. Os principais desafios que o país enfrenta são outros. Além da situação de segurança instável, a luta contra o tráfico de droga, que alastrou a partir da América Latina, coloca o país perante enormes problemas.

⁷³⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/guinea-bissau

População: <http://data.worldbank.org/country/guinea-bissau>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e484cd49&submit=GO

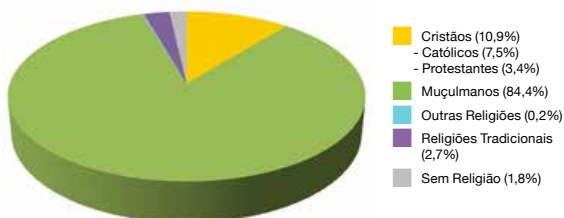
⁷³⁵ www.constitutionnet.org/files/Guinea-Bissau%20Constitution.pdf

⁷³⁶ Departamento de Estado norte-americano, Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012

GUINÉ-CONACRI



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS ⁷³⁷ (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
11.745.189	245.860 km²	8.560	14.594	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

No estado da África Ocidental da Guiné-Conacri⁷³⁷, o Islamismo tem uma grande influência cultural. As leis do país garantem liberdade religiosa total, por exemplo, o direito a escolher a própria religião e também a converter-se a outra religião.⁷³⁸ Na Guiné-Conacri estes direitos foram de facto incorporados na prática religiosa sem quaisquer grandes restrições, pois este é um país com uma grande riqueza em termos de diversidade étnica e prática religiosa. O Islamismo, por exemplo, tem seguido tradicionalmente uma linha moderada em relação às outras religiões. Além disso, existe um Conselho Inter-religioso que trabalha de perto com o Governo em matérias religiosas.

As comunidades religiosas são obrigadas a registar-se junto das autoridades relevantes e não há relatos de quaisquer grandes dificuldades em relação a este aspecto durante o período abrangido por este relatório. O registo traz consigo certas vantagens fiscais. Ao mesmo tempo o registo também obriga à submissão regular de relatórios às autoridades sobre as actividades das comunidades em questão. As comunidades religiosas não são autorizadas a terem as suas próprias estações de rádio ou televisão, embora sejam autorizadas a transmitir programas através dos canais comerciais de televisão. Além disso, são concedidos tempos de transmissão na televisão estatal às comunidades religiosas, incluindo a emissão das orações de sexta-feira, da Missa de domingo e da instrução na fé islâmica.⁷³⁹

No campo da educação há uma distinção estreita entre as funções do Estado e as funções da religião. Daí que o currículo estatal oficial não atribua tempo para a instrução religiosa nas escolas. Contudo, ao mesmo tempo, há escolas privadas em todo o país, tanto muçulmanas como da Igreja, e muitas recebem apoio das autoridades locais.

As relações entre os diferentes grupos religiosos são bastante boas. Assim, por exemplo, os líderes religiosos muçulmanos e cristãos lançaram um apelo conjunto aos fiéis antes das eleições parlamentares de Setembro de 2013, pedindo-lhes que renunciassem a toda a

⁷³⁷ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/guinea

População: <http://data.worldbank.org/country/guinea>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e484c66&submit=GO

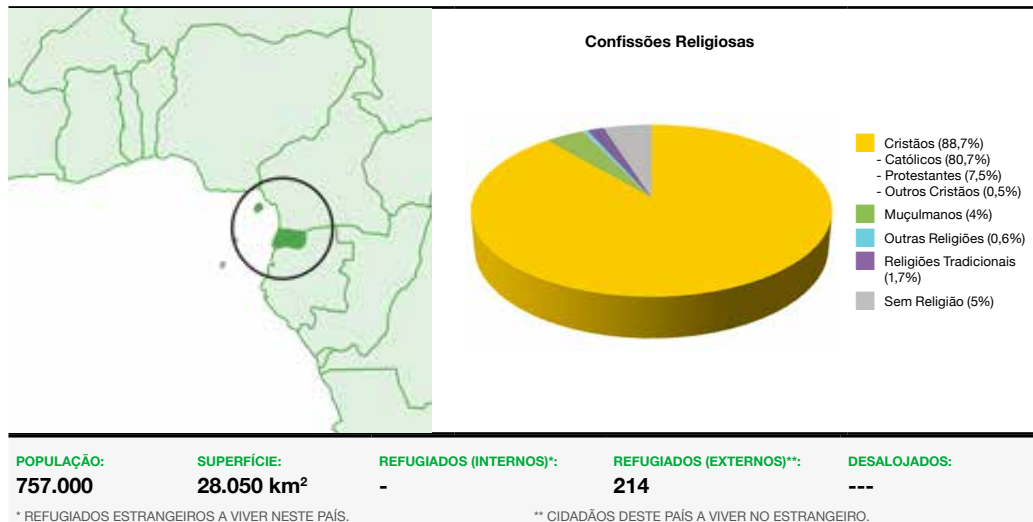
⁷³⁸ Departamento de Estado norte-americano, Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012

⁷³⁹ *Ibidem*

violência contra os opositores políticos.⁷⁴⁰ Até ao momento, o fundamentalismo islâmico não parece ter ganho espaço no país.

⁷⁴⁰ Reuters, afp, 28.09.13

GUINÉ EQUATORIAL



O Artigo 13 da Constituição⁷⁴¹ (adoptada em 1995 e revista recentemente em 2011) garante a liberdade «de religião e culto», enquanto o Artigo 15 afirma que «todos os actos discriminatórios cometidos com base na filiação tribal, no sexo ou na religião» são «puníveis por lei». O Artigo 23 acrescenta que «o Estado garante a cada pessoa, organização privada ou comunidade religiosa o direito a estabelecer escolas», desde que respeitem o programa escolar oficial. O mesmo artigo também permite a liberdade de escolha da instrução religiosa «com base na liberdade de consciência». Esta disposição legal é confirmada pela lei que afirma que cada pessoa é livre de se dedicar ao estudo da sua religião e não deve ser forçada a seguir outra religião contra a sua vontade.

Nas escolas estatais, o estudo da religião é opcional e pode ser substituído por uma aula de educação cívica ou social. Contudo, o Artigo 9 esclarece que a religião não é permitida como política definidora dos partidos políticos.

De acordo com a *Freedom House*, esta liberdade religiosa constitucionalmente consagrada é «na prática por vezes afectada pela repressão política mais alargada do país⁷⁴²». O direito à liberdade religiosa é definido por uma lei de 1991 que no ano seguinte foi integrada num decreto presidencial. A lei estabeleceu as normas para o registo dos grupos religiosos e oficialmente aprovou o tratamento preferencial em relação à Igreja Católica e à Igreja Reformada da Guiné Equatorial, nenhuma das quais é obrigada a obter o registo estatal. De acordo com o mais recente Relatório da Liberdade Religiosa do Departamento de Estado Norte-Americano de 2012, esta «preferência» também é demonstrada na prática, por exemplo através da inclusão da Missa católica em todas as cerimónias oficiais.⁷⁴³

Em relação à Igreja Católica, foi assinado a 13 de Outubro de 2013 um acordo entre o Governo da Guiné Equatorial e a Santa Sé, que se tornou efectivo doze dias após a troca dos instrumentos de ratificação ocorrida no Vaticano. O acordo, constituído por dezanove

⁷⁴¹ www.guineaecuatorialpress.com/imgdb/2012/LEYFUNDAMENTALREFORMADA.pdf

⁷⁴² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/equatorial-guinea

População: <http://data.worldbank.org/country/equatorial-guinea>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4840e6&submit=GO

⁷⁴³ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208144

artigos e um protocolo, «reconhece a personalidade jurídica da Igreja e as suas instituições. Refere-se igualmente ao casamento canónico, aos locais de culto, às instituições educativas, à assistência espiritual aos fiéis católicos nos hospitais e nas prisões».⁷⁴⁴

Os outros grupos religiosos são obrigados a registar-se através de um pedido escrito ao Ministério da Justiça, do Culto Religioso e das Prisões. A avaliação deste pedido é confiada ao director-geral deste ministério. Os grupos religiosos que não se registarem podem ser sujeitos a multas.

Na prática, o processo de registo é extremamente lento – nalguns casos pode levar vários anos – mas isto parece acontecer por causa da burocracia local e não por qualquer decisão política explícita. As comunidades religiosas que introduziram instituições educativas ou de saúde no país registaram-se em geral mais depressa. Em várias ocasiões, o Governo convidou os grupos não registados a completarem o processo, lembrando-lhes que, caso não o façam, podem ser sujeitos a sanções financeiras, ou mesmo ao encerramento. No entanto, na prática, só raramente é que estas multas foram aplicadas. O mesmo se aplica aos regulamentos que requerem autorizações para actividades realizadas fora dos locais de culto, incluindo retiros de oração. Em geral, esta norma não resultou em dificuldades práticas e foi até possível realizar evangelização porta-a-porta.

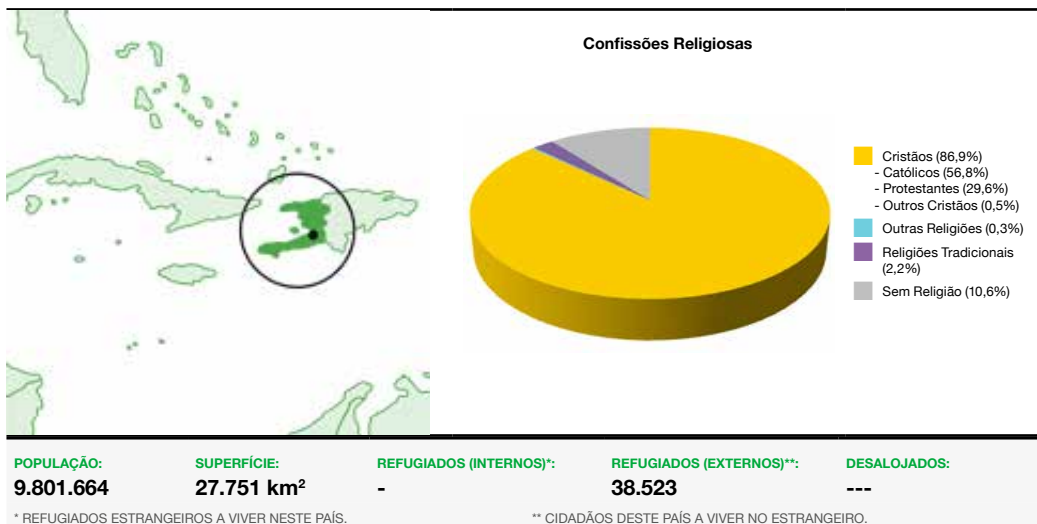
Recentemente, um comité criado pelo ministério tem estado a realizar um recenseamento das 'Igrejas Evangélicas do Despertar', lembrando-lhes que respeitem a lei do país. Na sua maior parte estas são comunidades eclesiais de origem estrangeira, sobretudo do Congo, Gana, Camarões e Nigéria, cujas actividades levaram a uma quebra no número de fiéis católicos na Guiné Equatorial.⁷⁴⁵

Em termos do quadro legal, não houve mudanças significativas em relação à liberdade religiosa. Contudo, na prática, esta liberdade tem de ser vista no contexto da repressão política mais alargada e da falta de respeito do Governo pelos direitos humanos básicos. Não tem havido actos de verdadeira perseguição contra qualquer parte significativa da população por razões especificamente religiosas. Dada a preocupação acima referida em relação aos direitos humanos em geral, a liberdade religiosa tal como definida na lei parece abranger todas as dimensões principais deste direito específico, com excepção da obrigação de autorização para eventos religiosos específicos e da obrigação de registo por parte dos grupos não reconhecidos automaticamente.

⁷⁴⁴ <http://press.vatican.va/content/salastampa/de/bollettino/pubblico/2013/10/25/0694/01550.html>

⁷⁴⁵ www.africanewswire.net/story.php?title=recensement-des-eacuteglises-dites-eacuterveilleacutees-en-guineacuttee-equatoriale-et-appel-au-respect-des-regravegles

HAITI



Informação geral

As línguas oficiais do Haiti⁷⁴⁶ são o francês e o crioulo. O sistema de governo é constituído por uma república presidencial na qual o presidente é o chefe de Estado e o primeiro-ministro é o chefe do Governo.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante o direito à liberdade de consciência e afirma que todas as religiões e crenças podem ser exercidas livremente e que cada pessoa tem o direito de professar a sua religião e de praticar a sua fé, com a única condição de esta não perturbar a ordem pública. Ninguém pode ser obrigado a pertencer a qualquer organização religiosa ou a seguir qualquer ensinamento contrário às suas convicções. A lei apresenta as condições para o reconhecimento das religiões.⁷⁴⁷

A Concordata de 1860 entre a Igreja Católica e Estado haitiano ainda está em vigor, embora o Catolicismo já não seja a religião oficial (desde 1987). Segundo a Concordata, o Governo disponibiliza um estipêndio mensal aos sacerdotes católicos e dá apoio financeiro a algumas escolas católicas. Esta ajuda não está disponível para outros grupos religiosos organizados.

A entidade responsável pela supervisão e administração dos grupos religiosos é o Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Denominações Religiosas. Dentro do ministério, é o Gabinete do Culto que regista igrejas, clérigos e missionários. Estas comunidades de fé são obrigadas por lei a apresentar um relatório anual das suas actividades.

Os grupos religiosos registados vêem reconhecidos os seus certificados de casamento e baptismo e estão isentos de obrigações alfandegárias sobre bens importados e de impostos sobre os edifícios da Igreja. O registo também confere estatuto legal aos grupos religiosos nas disputas legais e protege o seu estatuto de isenção fiscal. Para se registarem, precisam

⁷⁴⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/haiti

População: www.haiti.org/index.php/economic-xm-affairs-xm/26-the-embassy/content/121-haiti-at-a-glance

⁷⁴⁷ <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Haiti/haiti1987.html>

de submeter informação sobre as qualificações do líder do grupo, uma lista de membros e uma lista de projectos sociais do grupo.⁷⁴⁸

Práticas governamentais e outros incidentes

Não há relatos de abusos contra a liberdade religiosa, embora um grupo de representantes vudu e muçulmanos se tenham queixado de não terem a mesma protecção legal que os Cristãos.

Os líderes vudu e outros expressaram receios de que uma revisão constitucional possa criminalizar a prática do vudu e levar à discriminação contra os seus membros. Contudo, o primeiro-ministro assegurou-lhes que a revisão não limitaria a liberdade de expressão religiosa.

Alguns grupos muçulmanos queixaram-se que o Governo não concedeu ao casamento muçulmano o mesmo reconhecimento do casamento cristão e que os Muçulmanos podiam apenas obter o reconhecimento do seu casamento através dos tribunais civis. O Governo afirma que eles gozam de reconhecimento legal.⁷⁴⁹

Em Abril de 2013, um sacerdote missionário do Canadá foi assassinado no Haiti, uma semana antes de regressar ao Canadá. Numa tentativa de assalto falhada, dois jovens numa motorizada arrancaram-lhe um pacote depois de ele ter ido ao banco levantar dinheiro e dispararam sobre ele três vezes pelas costas. Na realidade, ele tinha o dinheiro noutra sítio e este ainda estava consigo quando a polícia chegou. O sacerdote estava no Haiti a tentar encontrar vagas nas escolas para alunos antes de concluir a sua missão no país.⁷⁵⁰

Em Novembro de 2013, um relatório da Comissão de Justiça e Paz dos bispos haitianos denunciou os níveis elevadíssimos de violência no país, que tinha assistido pelo menos 179 assassinatos entre Julho e Setembro. Os bispos culpavam as razões políticas subjacentes e a ausência de uma política coerente de desarmamento. Convidaram as autoridades haitianas a tomarem medidas urgentes para criar maior segurança e apelaram ao Governo para que garantisse maior independência ao poder judicial.⁷⁵¹

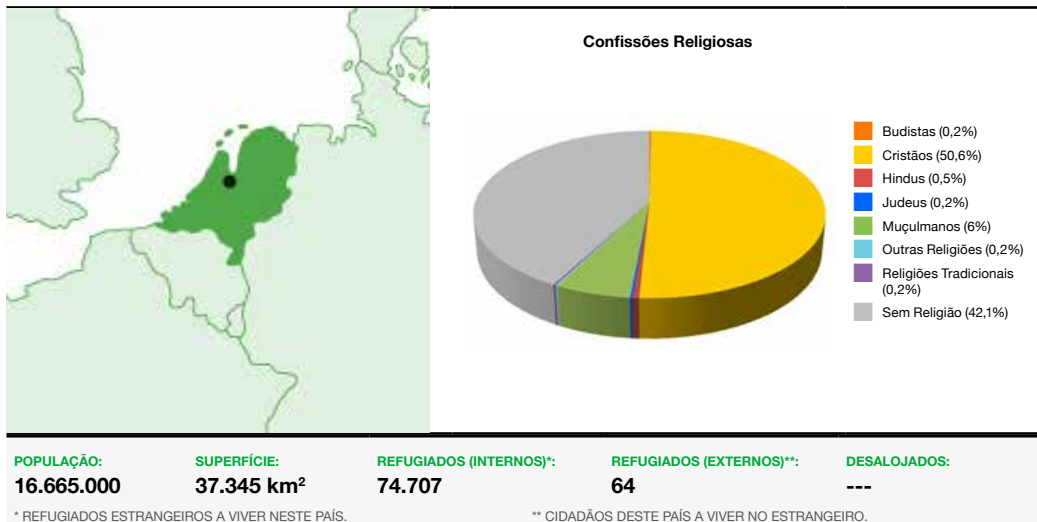
⁷⁴⁸ www.state.gov/documents/organization/208698.pdf

⁷⁴⁹ www.state.gov/documents/organization/208698.pdf

⁷⁵⁰ www.zenit.org/es/articles/misionero-canadiense-asesinado-en-haiti-para-robarle-poco-antes-de-regresar-a-su-pais

⁷⁵¹ www.zenit.org/es/articles/haiti-violencia-record-los-obispos-piden-un-plan-de-desarme

HOLANDA



O Artigo 1 da Constituição afirma: «Todas as pessoas na Holanda⁷⁵² devem ser tratadas de forma igual em circunstâncias iguais. A discriminação com base na religião, crença, opinião política, raça ou sexo ou qualquer outra razão não é permitida.»⁷⁵³

O Artigo 6 garante: «Todas as pessoas têm direito a professar livremente a sua religião ou crença, seja individualmente ou em comunidade, sem prejuízo da sua responsabilidade perante a lei. As normas relativas ao exercício deste direito fora de edifícios e espaços fechados podem ser estabelecidas através de uma lei do Parlamento para a protecção da saúde, no interesse do trânsito e para combater ou prevenir situações de desordem.»⁷⁵⁴ Desde o último relatório, no que diz respeito à liberdade religiosa, não houve mudanças significativas na situação geral na Holanda, mas tem havido relatos de casos de discriminação contra os Cristãos.⁷⁵⁵

Restrições governamentais vistas como repressão anti-cristã

Uma fundação cristã que trabalha com jovens perdeu, de forma surpreendente, a sua licença para servir café e refrigerantes sob a alegação de que o centro de jovens era um empreendimento gastronómico gerido com défice e que era necessário outro tipo de licença para actividades sem fins lucrativos. Em Março de 2013, a Fundação de Evangelismo Cristão Dordrecht (SDE na sigla holandesa) foi a tribunal para repor a sua licença para servir café e refrigerantes. Uns anos antes, a SDE tinha renovado um edifício obsoleto perto da sua igreja e tinha-o transformado num centro recreativo gerido por voluntários. O local foi planeado como espaço para café e oração, sobretudo para jovens cristãos, como alternativa aos *pubs* e bares, e funcionou muito bem. Em 2012, a autoridade local revogou a sua licença para servirem bebidas, alegando que esta actividade (com perda de lucro) era uma actividade gastronómica profissional não autorizada e não uma venda de café para apoiar actividades

⁷⁵² Confissões Religiosas: Wikipedia e «SCP-publicatie 'Godsdienstige veranderingen in Nederland'». Web.archive.org. 2008-05-29. Visualizado em 2013-09-07

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Netherlands>

Refugiados: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48eca6&submit=GO

⁷⁵³ www.denederlandsegrondwet.nl/9353000/1/j9vviHf299q0sr/vgrnb2er8avw

⁷⁵⁴ www.denederlandsegrondwet.nl/9353000/1/j9vviHf299q0sr/vgrnbhimm5zv

⁷⁵⁵ A informação sobre os casos veio do Observatório sobre Intolerância e Discriminação contra os Cristãos: <http://intoleranceagainstchristians.eu/>

comunitárias. Esta última é autorizada pela lei holandesa e para tal a SDE tinha a sua licença (agora revogada). Os responsáveis municipais foram muito duros a controlar a organização e chegaram mesmo a enviar a polícia quando os jovens estavam juntos numa oração da manhã, alegando que se tratava de 'uma festa'. A SDE levou então o caso a tribunal.

Foi reduzido o financiamento público para as organizações com convicções cristãs. As organizações podem basear o seu trabalho em quaisquer crenças ou convicções, mas, para receberem financiamento público, não devem ser contra a actual legislação. Isto cria um problema às organizações cristãs, sobretudo quando se opõem a procedimentos médicos.

Já em Dezembro de 2009, a Associação Holandesa de Pacientes (NPV) não recebeu um subsídio da câmara municipal de Rhenen à sua posição a favor da vida na questão da eutanásia. A recusa foi claramente motivada por uma atitude anti-cristã. Casos semelhantes ocorreram em Elburg e Vlissingen nos anos seguintes.⁷⁵⁶

Em Maio de 2013 foi reportado que os oficiantes de cerimónias num distrito de Amesterdão deviam sujeitar-se a avaliações anuais para garantir o seu apoio ao 'casamento' entre pessoas do mesmo sexo, depois de se descobrir que dois oficiantes se tinham recusado a officiar estas cerimónias de casamento. Desde 2007, o Governo no distrito de Nieuw Ocidental, em Amesterdão, apenas contratou oficiantes que concordassem em officiar 'casamentos' entre pessoas do mesmo sexo e os funcionários alegadamente acreditaram que o distrito não tinha «objectores de consciência».

Especialistas em direitos humanos e ONG cristãs descrevem um confronto crescente entre a liberdade religiosa e a proibição de discriminação. Em relação a esta área, houve várias questões específicas de elevada relevância nos últimos dois anos:

A 3 de Setembro de 2012, todos os partidos políticos, excepto os partidos cristãos, assinaram o «acordo da urna de voto cor-de-rosa». Neste acordo, afirmaram que iriam trabalhar para alcançar cinco objectivos: 1) a abolição da objecção de consciência por parte dos funcionários públicos em relação à realização do casamento homossexual; 2) a educação obrigatória sobre homossexualidade nas escolas; 3) um apelo a que não sejam despedidos professores e expulsos alunos nas escolas por terem atitudes homossexuais; 4) a melhoria da situação legal de mães lésbicas; 5) o reconhecimento da identidade de género dos transexuais.⁷⁵⁷

A Segunda Câmara do Parlamento holandês votou a favor de uma lei a 11 de Junho de 2013 que proíbe os funcionários públicos de se recusarem a casar casais homossexuais. Esta lei ainda vai ter de ser aprovada no Senado.⁷⁵⁸

A 22 de Outubro de 2013, o Tribunal de Haia decidiu que um município local tinha despedido legalmente um funcionário público por este se ter recusado a casar casais homossexuais.⁷⁵⁹

O Islamismo e a influência estrangeira

Para garantir que os residentes que se tornam imãs tenham uma compreensão básica das normas sociais locais, o Governo continua a apoiar universidades que disponibilizam formação básica. Isto é feito igualmente para reduzir a influência estrangeira indesejada, sobretudo por parte de turcos e marroquinos, que são as duas maiores comunidades muçulmanas no país. Os programas de formação são criados pelas principais organizações muçulmanas, com a ajuda de universidades seleccionadas. Antes de autorizar os imãs e outros líderes espirituais

⁷⁵⁶ A informação sobre os casos veio do Observatório sobre Intolerância e Discriminação contra os Cristãos: www.intoleranceagainstchristians.eu/

⁷⁵⁷ www.nrc.nl/verkiezingen/2012/09/03/partijen-ondertekenen-roze-stembusakkoord-coc-spreekt-van-historisch-moment/

⁷⁵⁸ www.nrc.nl/nieuws/2013/06/11/grote-kamermeerderheid-maakt-einde-aan-weigerambtenaar/

⁷⁵⁹ www.nu.nl/politiek/3609253/ontslag-haagse-weigerambtenaar-terecht.html

recrutados nos países islâmicos a praticarem a sua fé na Holanda, o Governo requer que realizem um curso de integração com a duração de um ano.

O problema da *burqa* islâmica

Em 2012, o recém-eleito Governo holandês anunciou uma proibição aos rostos cobertos, que entrará em vigor dentro do período legislativo. Devem ser impostas pesadas multas aos que violem a proibição. O Ministério do Interior emitiu a seguinte declaração: «As pessoas devem poder olhar para os rostos umas das outras e reconhecer-se mutuamente quando se encontram.» A proibição, que foi criticada desde o início por se destinar às mulheres muçulmanas, transformou num crime o uso da *burqa* ou do *niqab* em locais públicos. A proibição também se aplica às *balaclavas* e aos capacetes de motorizadas usados em locais não apropriados. O Governo afirmou: «Ter de usar uma *burqa* ou um *niqab* em público vai contra a igualdade entre homens e mulheres. Com esta legislação, o Conselho de Ministros está a retirar uma barreira à participação destas mulheres na sociedade.»⁷⁶⁰

Contudo, após uma modificação e uma limitação com efeitos em 2013, a proibição apenas se aplica a locais específicos, ou seja, instituições educativas e de saúde, transportes públicos e edifícios governamentais.

Considerações gerais sobre a liberdade religiosa

O direito à liberdade de expressão e pensamento parece cada vez mais entrar em confronto com a interpretação das leis contra o incitamento ao ódio religioso, racial e étnico. Até agora, nesses casos, são raras as condenações, porque, sobretudo no contexto do debate público, quando os jornalistas fazem afirmações que «ofendem, chocam ou perturbam», os tribunais têm relutância em restringir a liberdade de expressão.

Quando a liberdade de expressão e o exercício da liberdade religiosa entraram em confronto com a proibição rigorosamente aplicada sobre qualquer tipo de discriminação, surgiram por vezes disputas. Os tribunais ou os conselhos anti-discriminação abordaram estas disputas. Repetidas vezes foram arquivadas queixas contra porta-vozes religiosos ou políticos que condenaram publicamente a homossexualidade. Contudo, na sequência de uma jurisprudência de longa data, essas afirmações, quando feitas por motivos religiosos, não constituem um crime por não haver uma intenção de ofender ou discriminar os homossexuais.⁷⁶¹

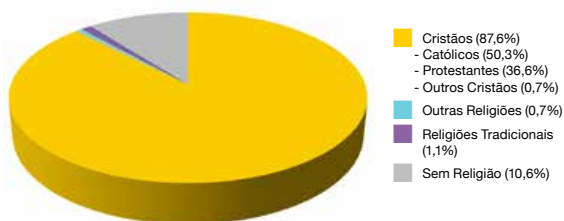
⁷⁶⁰ Leia mais em <http://digitaljournal.com/article/318703#ixzz2uRNKSG00>

⁷⁶¹ Departamento de Estado norte-americano: Relatório sobre a Liberdade Religiosa Internacional 2011

HONDURAS



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
6.535.344	112.492 km ²	16	2.699	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

A língua oficial das Honduras⁷⁶² é o espanhol e o sistema político é oficialmente uma república democrática parlamentar, com os habituais três poderes: legislativo, executivo e judicial.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante o exercício livre de todas as religiões e credos sem dar prioridade a nenhum, com a condição de não infringirem a lei ou a ordem pública. Os ministros das várias religiões não podem exercer cargos políticos ou fazer propaganda política por razões religiosas.⁷⁶³

A Lei de Bases da Igreja Evangélica das Honduras, em vigor desde 2010, garante a liberdade de culto e associação. A lei estabelece como base da sua missão os ensinamentos de Jesus Cristo, tal como apresentados na Sagrada Escritura, e estabelece os direitos e obrigações da Igreja. Estipula igualmente que o Governo concede personalidade jurídica a todos os grupos evangélicos que estavam presentes na república na altura em que a lei entrou em vigor – sob o nome geral de Confederação Evangélica das Honduras. Em Fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal de Justiça declarou esta lei inconstitucional. No entanto, no final do ano esta decisão ainda não tinha surgido no registo oficial. Isso significa que a actual lei continua por isso em vigor (ver mais abaixo).⁷⁶⁴

O estatuto de «Igreja» só pode ser concedido pelo poder legislativo, o que significa que actualmente apenas a Igreja Católica e a Confederação Evangélica das Honduras têm este estatuto. Os outros grupos, incluindo os grupos religiosos, apenas podem obter estatuto jurídico como associações, por autorização da Secretaria de Estado, obtendo assim benefícios fiscais e alfandegários, mas não os mesmos privilégios que as Igrejas reconhecidas, que também têm direito a isenções fiscais sobre os salários dos clérigos e ao reconhecimento legal dos seus casamentos religiosos. Os grupos religiosos não são no entanto obrigados a

⁷⁶² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/honduras

População: www.ine.gob.hn/drupal/node/77

⁷⁶³ www.oas.org/dil/esp/Constitucion_de_Honduras.pdf

⁷⁶⁴ www.tsc.gob.hn/leyes/Ley%20Marco%20de%20la%20Iglesia%20Evang%20C3%A9lica%20de%20Honduras.pdf e www.elheraldo.hn/Secciones-Principales/Pais/Derogada-la-Ley-Evangelica-en-Honduras

registar-se. Os missionários estrangeiros devem obter autorizações de entrada e residência. Contudo, a lei proíbe os que praticam feitiçaria e rituais satânicos.⁷⁶⁵

Práticas governamentais e outros incidentes durante o período em análise

A maior parte dos missionários obtiveram autorizações de residência. Contudo, os Mórmones e os Adventistas do Sétimo Dia não conseguiram estas autorizações, o que significa que foram obrigados a renovar os seus vistos temporários com mais frequência, dificultando assim as suas actividades até certo ponto.

O Arcebispo católico de Tegucigalpa promoveu activamente o diálogo religioso e ecuménico. Ao mesmo tempo, o Fórum Inter-Eclesiástico, composto sobretudo por grupos protestantes, mas também incluindo membros de grupos não-cristãos como os Muçulmanos, organizou uma série de discussões inter-religiosas sobre assuntos como a liberdade de assembleia, o diálogo inter-religioso e a igualdade das religiões perante a lei.⁷⁶⁶

Em Outubro de 2012 houve uma controvérsia em relação à Confederação Evangélica das Honduras, em particular sobre a questão da Lei de Bases (ver acima) e do envolvimento de pastores evangélicos na política. O facto de o presidente do Congresso Nacional não ter publicado a decisão do tribunal constitucional foi condenado como um abuso de poder por parte dos que se opunham à Lei de Bases. Como consequência desta não publicação, a decisão do tribunal não entrou em vigor e por isso o Supremo Tribunal Eleitoral autorizou o Pastor protestante Mario Tomás Barahona a candidatar-se a uma eleição política.⁷⁶⁷

Em Agosto de 2013 houve uma controvérsia em relação ao caso de um Pastor evangélico, Evelio Reyes, que, após a revisão por parte do Congresso Nacional do Artigo 321 do código penal, tinha sido acusado de discriminação e injúria contra os homossexuais durante um dia de oração. Segundo a acusação, ele foi acusado de ter orado para que Deus iluminasse o povo Hondurenho nas eleições seguintes, para que não votasse em «pessoas corruptas ou homossexuais». No fim do mês, as acusações contra ele foram retiradas pelo juiz com base em falta de provas. O Pastor Reyes expressou mais tarde preocupação com a reforma do Artigo 321, que segundo ele «restringe a liberdade religiosa e a liberdade de expressão».⁷⁶⁸

O Padre Carlos Rubio, Vigário da Catedral Metropolitana de Tegucigalpa, também apelou à liberdade religiosa e de expressão, comentando que a lei devia ser elaborada de forma clara e não se prestar a interpretações que favoreciam um lado e condenavam o outro. Acrescentou que tinha sido levado a entender que as alterações do artigo polémico iam ser revistas. O Padre Rubio avisou que este tipo de leis, «ao favorecerem uma minoria, podem ir contra os princípios e direitos da maioria».⁷⁶⁹

⁷⁶⁵ <http://state.gov/documents/organization/208700.pdf>

⁷⁶⁶ *Ibidem*

⁷⁶⁷ *Boletín Jurídico CELIR*, www.laprensa.hn/Secciones-Principales/Honduras/Tegucigalpa/Sigue-vigente-Ley-de-Iglesias-Evangelicas#.ULK9_obe93t

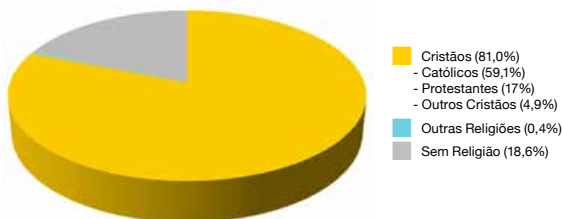
⁷⁶⁸ www.acontecercristiano.net/2013/08/pastor-evelio-reyes-queda-libre-de.html

⁷⁶⁹ www.acontecercristiano.net/2013/08/sacerdote-pide-se-respete-libertad-de.html

HUNGRIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
9.966.000	93.030 km ²	4.054	1.276	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A nova Constituição húngara, que entrou em vigor em 2012, enfatiza a herança cristã do país⁷⁷⁰, a separação entre a Igreja e o Estado e a autonomia das comunidades religiosas. Ao mesmo tempo, propõe a cooperação com as Igrejas e outras organizações religiosas. As associações religiosas registadas são livres de oferecerem instrução religiosa nas escolas estatais, fora do currículo escolar normal, se lhes for solicitado por alunos ou pais. A forma de instrução religiosa é deixada ao critério das comunidades religiosas em questão, mas as instalações da escola estão disponíveis.

Em Janeiro de 2012, os requisitos para o registo de comunidades religiosas foram reforçados com base no facto de muitas organizações de natureza pseudo-religiosa ou de facto não-religiosas estarem a procurar o reconhecimento como comunidades religiosas para obterem subsídios estatais e isenções fiscais.

Para se registar como Igreja, é necessária a aprovação de pelo menos dois terços dos representantes do Parlamento. Com base nos novos regulamentos, cerca de 350⁷⁷¹ comunidades perderam o reconhecimento do estatuto como Igrejas, incluindo muitas minorias religiosas. O estatuto de Igreja foi concedido inicialmente a catorze comunidades religiosas. Contudo, após protestos internacionais, mais dezoito candidatos foram reconhecidos em Fevereiro de 2012, enquanto outros sessenta e seis grupos foram rejeitados, sem serem dadas razões para tal.

Durante o período em análise, houve alguns casos de incidentes de vandalismo contra cemitérios judaicos e também cristãos. No total foram reportados oitenta e sete casos. O Partido Jobbik, que tem apoio considerável na Hungria, abraçou certas visões anti-semitas. Na lei, a discriminação religiosa é punível com penas pesadas, por exemplo até três anos de prisão por difamação ou ameaças, até cinco anos por abuso de uma pessoa devido às suas convicções religiosas, até dez anos por ataques a clérigos, que são tratados na lei ao mesmo nível que os funcionários públicos. Desde 2012, a imunidade parlamentar dos deputados que

⁷⁷⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/hungary

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Hungary>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados: <http://unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48dd76&submit=GO>

⁷⁷¹ Deste número, 177 grupos foram de alguma forma já associados às Igrejas actualmente reconhecidas, por exemplo como dioceses ou ordens monásticas. Tinham o estatuto de Igreja independentemente da organização principal à qual pertenciam.

expressam perspectivas consideradas como incitamento ao ódio, ou que negam os crimes das eras comunista ou nazi, pode ser automaticamente suspensa. Durante o ano de 2014, uma das comissões estatais criadas para marcar o 70.º aniversário da deportação para os campos de concentração de judeus húngaros planeou uma série de eventos comemorativos.⁷⁷²

⁷⁷² www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&did=208322#wrapper

IÊMEN



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
24.800.000	527.968 km²	240.371	2.228	306.791

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A República do Iémen⁷⁷³ tem uma população de cerca de 25 milhões, dos quais 60% são muçulmanos sunitas e 40% são muçulmanos xiitas (zaidis e ismaelitas). A nacionalidade iemenita é sinónimo de religião muçulmana. A Constituição de 1990 afirma que «a lei islâmica é a fonte de toda a legislação» (Artigo 3).⁷⁷⁴

Após a rebelião de 2011 contra o presidente Ali Abdallah Saleh, um acordo negociado levou à eleição de um novo chefe de Estado, em Fevereiro de 2012, Abd Rabbo Mansour Hadi, que até então tinha sido o vice-presidente. As eleições ocorreram num clima de violência. O mandato de Mansour Hadi foi temporário, com um período de transição fixo de dois anos desde a data da sua eleição. Durante este período, era suposto ter sido elaborada uma nova Constituição. Contudo, no final deste período, em Fevereiro de 2014, não se tinha alcançado nenhum acordo sobre o texto da lei básica, devido a um bloqueio no diálogo nacional.

Como consequência, o país continua a viver uma situação de instabilidade. Relizaram-se diversos ataques terroristas, sendo um dos mais sérios a explosão de um carro-bomba, a 5 de Dezembro de 2013, que teve como alvo um hospital militar em Sanaa, provocando mais de cinquenta vítimas mortais.⁷⁷⁵ A maior parte dos ataques foram realizados pela Al-Qaeda, cuja base principal na península Arábica é o Iémen. No Norte do país, os combates continuaram entre os rebeldes xiitas houthi e os muçulmanos sunitas.⁷⁷⁶

Há cerca de 9 mil cristãos expatriados a viver no Iémen. Têm cinco igrejas (quatro católicas e uma anglicana) e conseguem prestar culto em várias vilas no país, seja em igrejas ou em casas privadas. Mas nenhuma igreja é autorizada no Norte do país. Os Judeus que vivem no Iémen são também estrangeiros e têm uma sinagoga. Muitos estrangeiros deixaram o país nos últimos três anos devido à violência e ao risco de rapto.⁷⁷⁷

⁷⁷³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/yemen

Muçulmanos: www.pewforum.org/files/2009/10/Shiarange.pdf

População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Yemen>

⁷⁷⁴ www.al-bab.com/yemen/gov/con94.htm

⁷⁷⁵ www.theguardian.com/world/2013/dec/05/yemen-suicide-car-bomb-attack-hallmarks-al-qaida

⁷⁷⁶ www.theatlanticpost.com/culture/religion/houthi-salafist-conflict-yemen-spillover-sunni-shiite-strife-6220.html

⁷⁷⁷ <http://world.time.com/2013/09/30/for-yemens-few-remaining-jews-time-has-run-out/>

Também se pensa que haverá entre 500 e 1.000 cristãos de origem muçulmana no Iémen. Mas, uma vez que a apostasia é punível com a pena de morte, são obrigados a viver a sua fé em segredo e apenas se podem encontrar clandestinamente.⁷⁷⁸

Desenvolvimentos recentes em relação aos Cristãos no Iémen

Em Setembro de 2012, segundo um relato vindo do Líbano, pelo menos um homem foi crucificado e outros dois foram executados pelo grupo jihadista *Ansar al-Shariah*, que tinha tomado o controlo de uma região no Iémen e imposto a *sharia*. Os jihadistas acusaram os três homens de serem agentes ou espiões dos Estados Unidos e mataram-nos vários meses antes, durante um período em que o Governo iemenita enfrentou distúrbios e rebelião.⁷⁷⁹

Em Janeiro de 2013, um relatório do Instituto Gatestone citou o activista dos direitos humanos Abdul Razzaq al-Azazi, que afirmou que «os Cristãos no Iémen não podem praticar a sua religião nem podem ir livremente à igreja». Acrescentou: «O Governo não permite o estabelecimento de edifícios ou locais de culto sem autorização prévia», referindo que os responsáveis católicos, por exemplo, aguardam uma decisão governamental sobre se vão ser autorizados a construir um edifício e ser oficialmente reconhecidos. O relatório também afirmou que «existem de facto algumas organizações e instituições cristãs, sobretudo estrangeiras, incluindo a Missão Baptista Americana, que gere o Hospital Jibla e uma igreja que presta serviços a órfãos, aos pobres e a mulheres presas.» No entanto, também refere que: «estas organizações trabalham em primeiro lugar para servir a comunidade e não para tornar possível o culto cristão».⁷⁸⁰

Em Janeiro de 2014, uma ex-muçulmana que abraçou o Cristianismo foi condenada por um tribunal iemenita a internamento obrigatório e a tomar medicação num hospital psiquiátrico da vila de Al Hadidah. De acordo com a imprensa, Fatima Mohammad As-Salem, advogada de 30 anos, abandonou o Islamismo após a carnificina cometida pela Al-Qaeda no hospital 'Al Ardi' da capital, que provocou cerca de 200 vítimas [feridos ou mortos].⁷⁸¹

Desenvolvimentos recentes em relação aos Muçulmanos

Em Julho de 2013, os relatórios afirmavam que os rebeldes sunitas e xiitas zaidi no Iémen travavam uma batalha para controlar as mesquitas.⁷⁸² O confronto esteve primeiro confinado à província norte de Saada (uma região no noroeste do Iémen, na fronteira com a Arábia Saudita). Os salafistas tentaram tomar o controlo de uma mesquita liderada por um imã zaidi em Sanaa em resposta a um movimento semelhante por parte de apoiantes ansarullah contra outra mesquita liderada por um clérigo sunita na capital. Isto desencadeou confrontos nos quais foram usadas facas e também um ataque à bomba que feriu cinco pessoas, de acordo com testemunhas e a polícia. Na semana anterior, homens armados numa motorizada mataram a tiro dois xiitas e feriram quatro outros que estavam a organizar um protesto passivo na capital, disse um rebelde ansarullah à AFP. Num esforço para aliviar as tensões, as autoridades conseguiram um compromisso de ambos os lados «de não usar a força para impor os seus próprios ritos nas mesquitas», segundo Hmoud Obad, o ministro de Waqf. «No Iémen, não há mesquitas para zaidis e outras para sunitas. As pessoas vivem

⁷⁷⁸ *Portes ouvertes*, 7 de Julho de 2014

⁷⁷⁹ *Spero News*, 18 de Setembro de 2012 (www.speroforum.com)

⁷⁸⁰ *The Gatestone Institute* (<http://gatestoneinstitute.org/3563/yemen-christians>), 29 de Janeiro de 2013

⁷⁸¹ www.pravoslavie.ru/english/69676.htm, 1 de Abril de 2014

⁷⁸² www.thenational.ae/news/world/middle-east/battle-for-control-of-mosques-in-yemens-sectarian-divide

e rezam juntas há séculos, mas a polarização política que está a ocorrer ameaça dividi-las», disse Obad à AFP.⁷⁸³

Em Novembro de 2013, a Al-Qaeda na Península da Arábia (AQAP na sigla inglesa) jurou vingança contra os rebeldes xiitas houthi no Norte do país, pelo seu assalto a uma escola salafista em Dammaj. A luta entre houthis e salafistas na escola tradicional de Dammaj, no coração do território xiita, levou a mais de 100 mortes no início de Novembro, ameaçando causar mais tensões sectárias no Iémen. O aviso da AQAP de que procuraria vingança foi expressado na transcrição de uma gravação de vídeo feita por Harith bin Ghazi al-Nadhari, um responsável religioso do grupo militante. «Declaramos a nossa total solidariedade para com os nossos irmãos sunitas no centro em Dammaj e noutras áreas sunitas que o grupo houthi atacou», dizia a declaração de Harithi. «Os vossos crimes contra o povo Sunita não vão ficar sem castigo ou medidas disciplinares», acrescentou.⁷⁸⁴

A 11 de Janeiro de 2014, a *Reuters* relatou que tinham terminado os combates no Norte do Iémen entre muçulmanos xiitas houthis e sunitas salafistas quando se realizou um cessar-fogo, de acordo com o comité presidencial que procurava pôr um fim ao conflito. A agência de notícias afirmou que mais de 100 pessoas tinham sido mortas desde que a revolta tinha eclodido a 30 de Outubro de 2013, quando os rebeldes houthi, que controlam a maior parte da província de Saada na fronteira saudita, acusaram os salafistas na vila de Dammaj de recrutarem milhares de combatentes estrangeiros para se prepararem para os atacar.⁷⁸⁵ Dammaj tornou-se num campo de batalha no Iémen. Localizada a cerca de 40 km a sul da fronteira com a Arábia Saudita, tem uma escola religiosa sunita que existe desde o final da década de setenta e agora tem milhares de estudantes, muitos dos quais estrangeiros. De acordo com as tribos xiitas, a escola forma agora radicais islâmicos sunitas que procuram matar os xiitas.

A 9 de Março de 2014, responsáveis governamentais iemenitas e insurgentes relataram que pelo menos trinta e cinco pessoas tinham falecido nos últimos três dias em confrontos entre rebeldes xiitas e milícias tribais sunitas na província de Al Jawf, no noroeste do Iémen, perto da capital Sanaa.⁷⁸⁶

Em Abril de 2014, rebeldes xiitas que se crê estarem a procurar avançar sobre a capital do Iémen atacaram um posto do exército na cidade vizinha, matando três soldados e sofrendo duas mortes, dizem fontes tribais. Os rebeldes zaidi, também conhecidos como ansarullah ou houthi, realizaram um ataque em Amran, 50 km a norte de Sanaa, a 9 de Abril, dizem fontes tribais. Fontes militares relataram que o objectivo dos rebeldes xiitas era tomar Amran e depois cercar a capital.⁷⁸⁷

⁷⁸³ *The Express Tribune* (<http://tribune.com.pk>), 22 de Julho de 2013

⁷⁸⁴ *The Express Tribune* (<http://tribune.com.pk>), 13 de Novembro de 2013

⁷⁸⁵ *Reuters*, 11 de Janeiro de 2014

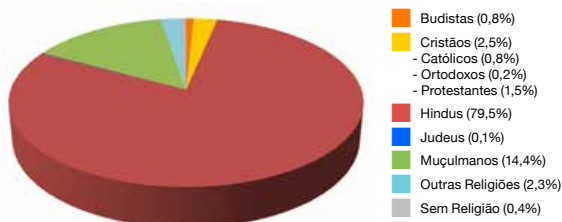
⁷⁸⁶ *Fox News Latino* (<http://latino.foxnews.com>), 9 de Março de 2014

⁷⁸⁷ *The Daily Star Lebanon* (<http://dailystar.com.lb>), 10 de Abril de 2014

ÍNDIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.252.139.596	3.287.260 km ²	187.024	11.784	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Índia⁷⁸⁸ é o segundo país com mais população no mundo, ficando apenas atrás da China, e é a maior democracia. É uma república democrática parlamentar cuja Constituição se diz socialista e «secular», uma palavra cujo uso indiano não significa uma separação entre a Igreja e o Estado, mas sim que o país não tem uma religião oficial do Estado e que o Governo trata todas as religiões por igual.

De acordo com a Lei da Comissão Nacional de Minorias de 1992, Muçulmanos, Sikhs, Cristãos, Parsis ou Zoroastrianos, e Budistas eram considerados minorias religiosas. Os jainistas foram acrescentados recentemente à lista depois de uma longa campanha. Os povos tribais e indígenas foram contados em conjunto com os Hindus. Embora mais de quatro em cada cinco indianos sejam hindus, o país tem a terceira maior população muçulmana a nível mundial. A percentagem de muçulmanos é considerável em Assam (30,9%), Bengala Ocidental (25,2%), Kerala (24,7%), Uttar Pradesh (18,5%) e Bihar (16,5%). O Cristianismo é a principal religião em Nagaland, Mizoram e Meghalaya. O Cristianismo também é significativo em Manipur (34%), Goa (26,7%), Andaman e Ilhas Nicobar (21,7%), Kerala (19,0%) e Arunachal Pradesh (18,7%). O Punjab contém 75% do total da população sikh do país. Os Budistas dominam o distrito de Jammu e Caxemira.

Os dados oficiais mais recentes sobre a composição religiosa da Índia vêm do recenseamento de 2001. O Governo sente que a divulgação dessa informação vai incendiar e inflamar paixões numa sociedade profundamente dividida em termos de religião. Os últimos anos testemunharam o surgimento de receios entre a maioria da população hindu de que as minorias religiosas vão ultrapassá-los e esmagá-los. A população das minorias religiosas no recenseamento de 2011 não pode ser extrapolada a partir do recenseamento de 2001, uma vez que cada comunidade tem uma taxa de crescimento diferente. Como um todo, a

⁷⁸⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/india

Ver também o recenseamento de 2001: Hindus: 80,5%; Muçulmanos: 11,4%; Cristãos oficiais: 2,3% (o recenseamento não enumera denominações. Dados não oficiais: católicos romanos: 55%; protestantes: 45%, incluindo metodistas, metodistas livres, luteranos, presbiterianos, baptistas, Igreja dos Crentes, Irmãos, pentecostais, Igreja de Deus, Assembleias de Deus); sikhs: 1,9%; budistas: 0,8%; jainistas: 0,5%; outras religiões: 0,6%.

População: <http://data.worldbank.org/country/india>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

totalidade da população cresceu 17,6% nos dez anos entre os dois recenseamentos. A taxa de crescimento da década para os Muçulmanos foi de cerca de 36%, enquanto a taxa de crescimento dos Hindus diminuiu para 20%.

A Índia britânica foi dividida a 14 de Agosto de 1947 com o Paquistão, separado como país de maioria muçulmana. A partição viu cerca de um milhão de hindus e muçulmanos serem mortos em ambos os lados da nova fronteira, e assistiu a uma troca forçada da população que teve impacto em mais de dez milhões de pessoas. Os repetidos confrontos violentos entre hindus e muçulmanos – mais de 20 mil grandes incidentes foram registados pelo Governo em sessenta anos – têm a sua origem na suspeição e no ódio enraizado na experiência da partição do país. Desde a década de setenta, houve ataques realizados por sikhs a hindus, numa insurreição sangrenta que procurava obter uma nação sikh na região do Punjab. No Verão de 1984, a primeira-ministra Indira Gandhi ordenou um ataque ao Templo Dourado para o expurgar de militantes armados. O templo é considerado sagrado pela comunidade sikh e dois dos guarda-costas da primeira-ministra, ambos sikhs, foram assassinados a 31 de Outubro desse ano. Em retaliação, grupos hindus irados mataram mais de 5.000 sikhs, cerca de 3.500 dos quais na capital de Nova Deli. Desde a década de noventa, grupos hindus militantes atacaram cristãos, em especial grupos evangélicos e pentecostais. Em 2007 e 2008, houve ataques organizados contra cristãos, sobretudo nos estados de Orissa e Karnataka. Os grupos hindus militantes de direita, como por exemplo o Rashtriya Swayamsewak Sangh e o Vishwa Hindu Parishad, levam o discurso ainda mais longe, descrevendo as «religiões que não são do Índico» como «religiões estrangeiras» que não têm lugar no país.⁷⁸⁹

Não há unanimidade sobre a população exacta a que corresponde a comunidade cristã no país. A Igreja Católica, os grupos protestantes e sobretudo as Igrejas Pentecostais alegam colectivamente um número total que pode ser duas ou três vezes os 2,3% do recenseamento oficial. Muitos convertidos das antigas comunidades de 'intocáveis' das castas inferiores evitam registar-se oficialmente como convertidos, para continuarem a tirar vantagem das quotas do Governo em instituições académicas, na função pública e na legislatura, para as quais a conversão oficial ao Cristianismo deixaria de os tornar elegíveis perante a lei. Esta lei foi contestada pelo Supremo Tribunal da Índia. Outros, como os Khrist Bhakts de Varanasi, expressam uma devoção a Cristo mas não exclusiva. Estes «fiéis escondidos» ou «crentes silenciosos», muitos dos quais se dirigem regularmente às igrejas das pequenas aldeias, são chamados 'cripto-cristãos' e 'quase cristãos' por parte dos seus críticos hindus.

Os estatísticos Todd Johnson e Kenneth Ross⁷⁹⁰ calculam que os Cristãos na Índia constituam 4,8% da população de 58 milhões. Outras estimativas elevam o número aos 9%. As estatísticas sobre o crescimento da Igreja também variam. Johnson e Ross calculam que a comunidade cristã na Índia cresceu aproximadamente 2,75% anualmente, entre 2000 e 2010. A Igreja Católica tem três ritos na Índia: o rito latino universal que é predominante e tem mais de 10 milhões de membros, o rito siro-malabar alegadamente com 6 milhões de membros, e o rito siro-malancar com um milhão de membros. O Catolicismo goza de um respeito alargado devido à sua rede de escolas, hospitais e centros sociais. Com 2 milhões de membros, a Igreja do Sul da Índia é a maior Igreja Protestante no país. A Igreja Adventista do Sétimo Dia, as Igrejas Ortodoxas Orientais, as Igrejas Luteranas Evangélicas Unidas e a Igreja dos Crentes (associada à Missão Americana, Evangelho para a Ásia) alegam ter cada uma entre 1 e 2 milhões de membros. A Igreja do Norte da Índia alega ter 1,5 milhões de membros.

⁷⁸⁹ Ram Punyani, *Communal Politics, Facts versus Myths*, SAGE Publications.

⁷⁹⁰ *Atlas of Global Christianity*, Todd Johnson; Kenneth Ross, Oxford.

Lei e liberdade religiosa

A Constituição da Índia garante a liberdade religiosa. O Artigo 25 (alínea 1) diz que todas as pessoas têm igual direito à liberdade de consciência e o direito a professarem, praticarem e propagarem livremente a religião. O Artigo 27 diz que haverá liberdade relativamente ao pagamento de impostos para promoção de qualquer religião específica, no âmbito do qual nenhuma pessoa será obrigada a pagar quaisquer impostos destinados à promoção ou manutenção de qualquer denominação religiosa específica. O Artigo 28 assegura que nenhuma educação religiosa será disponibilizada nas escolas totalmente mantidas com fundos do Estado. O Artigo 26, sobre os direitos dos grupos, diz que toda a denominação religiosa ou qualquer secção dessa denominação tem direito a gerir os seus assuntos religiosos; a estabelecer e manter instituições para fins religiosos e caritativos; e a possuir, adquirir ou administrar bens de todos os tipos. O Artigo 29 assegura que qualquer grupo de indivíduos que tenha uma língua ou cultura distinta tem direito a preservá-las. E o Artigo 30 afirma que as minorias religiosas e linguísticas são livres de estabelecer e administrar instituições educativas à sua escolha.

Mas o Estado reserva-se o direito de impor restrições e muitas vezes tem-no feito. O direito à liberdade religiosa está, no geral, sujeito à ordem pública, à moral, à saúde e a outras disposições da Constituição. De acordo com o Conselho Cristão de Toda a Índia, a Conferência Episcopal Católica da Índia e outros grupos de Igrejas, três leis específicas violam a liberdade religiosa e na prática são muito discriminatórias. São elas o Artigo 341 (alínea iii) que efectivamente impede as castas catalogadas, ou *dalits*, de se converterem ao Cristianismo ou ao Islamismo, sob a ameaça de perderem os benefícios da discriminação positiva, como por exemplo os lugares reservados nas legislaturas, empregos e bolsas de estudos; as chamadas Leis de Liberdade Religiosa em sete estados – que o partido Bharatiya Janata ameaça transformar em lei nacional – que monitorizam as conversões religiosas; e a Lei de Regulamentação da Contribuição Estrangeira, ostensivamente contra as organizações não-governamentais, mas usada com frequência de forma selectiva contra grupos ou ONG cristãos vistos como organizações que fortalecem a capacidade dos pobres ou marginalizados.⁷⁹¹

O Ministério dos Assuntos das Minorias, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (NHRC) e a Comissão Nacional para as Minorias (NCM) são entidades estatais criadas para investigar alegações de discriminação religiosa e outras formas de discriminação e para fazer recomendações de compensações às autoridades estatais relevantes a nível local ou nacional. Mas os grupos da sociedade civil afirmaram que estas entidades estão enfraquecidas e são pouco eficazes.

Violência e perseguição

A violência física contra o clero e contra as congregações, bem como os ataques a pequenas e grandes igrejas, são manifestações comuns de intolerância religiosa. A comunidade permanece traumatizada pela violência no distrito de Kandhamal, no estado de Orissa, durante o Natal de 2007 e os meses de Agosto a Novembro de 2008, nos quais, de acordo com a submissão ao Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, mais de 5.600 casas e 300 igrejas foram destruídas num acto de violência em massa, 400 aldeias foram purgadas das suas populações cristãs, mais de 56 mil pessoas foram deslocadas e obrigadas a viver durante um ano em campos de refugiados geridos pelo Governo e pela Igreja. Mais de 100 homens e mulheres cristãos foram queimados ou mortos à machadada nesses actos de violência. A justiça tem tardado. Em trinta e um casos de assassinio julgados nos

⁷⁹¹ Relatório da comunidade cristã ao Relator Especial das Nações Unidas para a Liberdade Religiosa e de Crença, 2008 e 2014, Nova Deli

tribunais distritais, houve apenas uma condenação.⁷⁹² Um grupo que trabalha com as vítimas movimentou o Supremo Tribunal da Índia para novas investigações e um novo julgamento dos casos de assassinato.

John Dayal do Conselho Cristão de Toda a Índia diz que os grupos extremistas nas comunidades hindu e muçulmana são paranóicos em relação às conversões ao Cristianismo e que esta é a raiz de toda a violência. Em Caxemira, são os fanáticos muçulmanos e noutras partes do país são os membros do Rashtriya Swayamsewak Sangh e dos grupos com ele relacionados, como por exemplo o Bajrang Dal, o Vishwa Hindu Parishad, o Rame Sene, o Shiv Sena e vários grupos mais pequenos. O Conselho Cristão de Toda a Índia, a *Evangelical Fellowship* e outras entidades apresentaram uma lista de mais de 200 casos de violência entre Outubro de 2012 e Outubro de 2013. A maior parte da violência foi registada em quatro estados – Karnataka, que teve a maior incidência, Andhra Pradesh, Madhya Pradesh e Chhattisgarh, com outros estados a reportarem incidentes esporádicos ao longo do ano. O Conselho Cristão de Toda a Índia organizou uma audiência pública em Abril de 2013 sobre a violência no estado de Karnataka, que registou testemunhos de oitenta pastores, incluindo as suas mulheres, de violência contra eles nas zonas rurais e nas pequenas vilas. A advogada Tehmina Arora, que encabeça a Aliança para a Defesa da Liberdade na Índia e que disponibiliza auxílio legal a pastores e Igrejas perseguidas, diz que os pastores independentes em todo o país sofrem as consequências da violência.

Leis anti-conversão

Há décadas que as leis anti-conversão têm feito parte dos estatutos em estados como Orissa, Madhya Pradesh e Arunachal Pradesh. Nos últimos anos, estas leis têm até sido promulgadas em Chhattisgarh, Gujarat, Himachal Pradesh e Rajastão. O Partido Bharatiya Janata afirmou repetidas vezes que vai introduzir uma lei nacional anti-conversão caso chegue ao poder no Governo federal. A Aliança para a Defesa da Liberdade na Índia diz que as leis anti-conversão são legislações draconianas que apenas promovem a animosidade religiosa e as divisões e que fomentaram a violência contra os Cristãos. A Igreja diz que as leis violam a Constituição da Índia, colocando restrições irrazoáveis ao direito à liberdade de opinião e expressão, à liberdade de consciência e ao direito de praticar e propagar a religião escolhida pela pessoa. O Supremo Tribunal e diversos tribunais superiores defenderam a lei.

Liberdade de angariar dinheiro, controlar fundos e procurar donativos no estrangeiro

A Lei de Regulamentação das Contribuições Estrangeiras,⁷⁹³ promulgada durante o período de Emergência Interna imposto pela primeira-ministra Indira Gandhi em 1975, monitoriza e controla as remessas, subsídios e donativos de países estrangeiros às organizações não governamentais indianas e ao sector voluntário, incluindo grupos das Igrejas e pastores individuais. Abusou-se frequentemente desta lei para pressionar as Igrejas e outros grupos. Em 2013, foram canceladas as autorizações de 400 organizações, entre as quais a de uma diocese católica. Várias organizações de ajuda ocidentais também foram colocadas na lista negra.

A Índia tem leis de difamação e disposições criminais fortes contra a satirização da religião. Mas isto não impediu a ridicularização do Islamismo e do Cristianismo em muitos jornais e

⁷⁹² Relatório da sociedade civil ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Genebra, *India's Universal Periodic Review*, 2012, submetido pelo Fórum de Liberdade Religiosa, Bangalore.

⁷⁹³ http://creative.sulekha.com/fcra-returns-to-haunt-church-ngos_486853_blog. Ver também <http://mha1.nic.in/fcra.htm>

por vezes em filmes. Há grupos hindus que classificam frequentemente os Muçulmanos como terroristas e os Cristãos como agentes do Papa que tentam converter a Índia ao Cristianismo. Por vezes, as leis foram usadas contras os pastores cristãos.

Limitações à evangelização

A actividade de evangelização, incluindo pequenos encontros de oração, encontros de cura e libertação, e distribuição de Bíblias e folhetos, atrai a ira de vários grupos hindus militantes, muitas vezes apoiados pela polícia local. Um caso típico foi o de um grupo de homens e mulheres missionários que distribuíram panfletos na estrada em Bayyanagudem, Koyyalagudemmandal e West Godavari no distrito de Andhra Pradesh em Agosto deste ano. Um grupo de pessoas atacou-os e agrediu-os gravemente, ferindo vários homens e mulheres.

Dificuldade em construir igrejas

Muitas comunidades cristãs, desde os grupos independentes pastorais e pentecostais mais pequenos até à Igreja Católica, relatam que se está a tornar cada vez mais difícil construir novas igrejas. As questões vão desde a recusa do Governo em autorizar igrejas nas terras indígenas de Orissa às objecções por parte dos vizinhos hindus, incluindo em partes de Nova Deli. Algumas Igrejas processaram o Governo. Dois pastores da Igreja Evangélica da Índia em Thiruvananthapuram relataram à Comissão de Direitos Humanos este ano que compraram terrenos em Melamcode, onde lhes foi dada autorização pelos responsáveis locais para construírem uma igreja. Mas, quando a igreja estava quase concluída, os responsáveis deram ordens para que o trabalho parasse. Activistas hindus também interromperam o culto dominical realizado num templo provisório. Um tribunal superior tinha autorizado o culto dominical, mas os responsáveis locais voltaram a proibi-lo.

A polícia e as agências governamentais por vezes encarregaram-se de demolir igrejas, considerando que tinham sido construídas em terrenos indígenas, ou que não tinha sido obtida autorização prévia, embora os templos estejam a ser construídos em aldeias e vilas, e mesmo em zonas de passagem no meio de distritos florestais sem qualquer obstáculo. Em Rangareddy, distrito de Andhra Pradesh, um funcionário das Finanças de Dundigl panchayat (governo local) demoliu uma igreja a 15 de Julho de 2013, considerando que era uma construção não autorizada. Os pedidos dos fiéis não tiveram qualquer impacto.

Outra forma comum de impedir a construção de uma igreja numa área consiste na rejeição por parte das associações para o bem-estar dos residentes ou do conselho da aldeia, afirmando que não querem um local de culto cristão na sua área maioritariamente hindu. Um exemplo desta situação são os esforços repetidos do Pastor BVN Bhaskar Rao dos Ministérios da Vida em Cristo, de Cherlapally-Ghatkeser em Andhra Pradesh, para construir uma igreja na aldeia. Os vizinhos não querem nenhuma igreja. A polícia e os responsáveis civis parecem impotentes.

Violência contra pastores

O maior número de casos de perseguição de cristãos são os ataques a pastores individuais de Igrejas Pentecostais independentes, e por vezes às suas mulheres, ou às suas pequenas igrejas nas aldeias ou nas pequenas vilas. O ano de 2013 registou a maior parte dos casos nos estados de Karnataka, Andhra Pradesh, Madhya Pradesh e Chhattisgarh. Alguns casos ilustrativos de Karnataka reportados pelo Conselho Cristão para Toda a Índia mostram a barbaridade da violência. A reacção da polícia tem sido mista: por vezes estiveram do lado do agressor e por vezes ajudaram as vítimas. Num caso típico, a 5 de Outubro, um sacerdote protestante, o Reverendo Anil Kumar da vila de Hubli, visitou uma viúva para rezar com ela pelo

seu marido. Foi arrastado para fora, acusado de realizar conversões forçadas e espancado. Mais tarde, foi novamente espancado pela polícia.⁷⁹⁴

Na cidade de Belgaum, activistas do Sri Rama Sene, um grupo de extrema direita, irromperam por um serviço de oração adentro que estava a ser orientado pelo grupo *New Life* e atacaram os fiéis. Só pararam quando a polícia veio finalmente em socorro dos cristãos. Em Bhovi Colony, Tumkur, a polícia interrompeu um encontro de oração de uma missão pentecostal e deteve o sacerdote, T. K. Naik.

Proposta de lei contra a violência intercomunitária e direccionada

Perante as campanhas de ódio e violência contra a comunidade muçulmana em particular e a violência de 2008 contra os Cristãos, o Conselho Consultivo Nacional do Governo elaborou um projecto-lei de Prevenção (mitigação, indemnização e reparação) da violência intercomunitária e direccionada, para repôr a confiança entre as populações muçulmanas e cristãs. O projecto-lei, que ainda tem de ser apresentado no Parlamento, procura acabar com a impunidade da polícia e das autoridades civis em incidentes de violência contra minorias religiosas. Além disso, apresenta o conceito de responsabilidade do comando, responsabilizando os altos funcionários pelas acções dos que reportam a eles.

Eleições gerais de 2014⁷⁹⁵

Depois de o partido nacionalista hindu de Narendra Modi, Partido Bharatiya Janata (BJP), ter surgido como vitorioso nas eleições gerais de 7 de Abril a 12 de Maio, certos comentadores políticos expressaram preocupações em relação às consequências para as minorias religiosas. No jornal *The Guardian* no Reino Unido, o jornalista Jason Burke escreveu: «As relações entre os 150 milhões de muçulmanos da Índia e a maioria hindu tornaram-se num tema chave na amarga campanha de cinco semanas, à medida que os candidatos trocavam acusações de procura de votos tornando determinadas comunidades alvos preferenciais ou criando tensões sectárias.»⁷⁹⁶

Num comunicado de imprensa, a Conferência Episcopal Católica da Índia assegurou ao primeiro-ministro designado, Narendra Modi, o seu «total apoio... no seu esforço para levar a nação para novos níveis de paz, prosperidade e harmonia».⁷⁹⁷ O Arcebispo John Barwa de Cuttack-Bhubaneswar, no estado de Odisha a leste da Índia, palco de graves tumultos anti-cristãos em especial em 2007-8,⁷⁹⁸ expressou optimismo cauteloso. Disse: «As primeiras palavras do primeiro-ministro designado, Narendra Modi, dão-me razão para me sentir optimista. Talvez as nossas preocupações e dúvidas fossem na realidade infundadas. Vamos esperar para ver. Claro que respeitamos o voto do povo. O BJP ganhou com uma vitória estrondosa e as expectativas são naturalmente muito, muito elevadas.»⁷⁹⁹

⁷⁹⁴ www.nac.nic.in/pdf/pctvb.pdf

⁷⁹⁵ <http://timesofindia.indiatimes.com/home/lok-sabha-elections-2014/news/Election-results-2014-India-places-its-faith-in-Moditva/articleshow/35224486.cms>

⁷⁹⁶ [www.theguardian.com/world/2014/may/16/narendra-modi-bjp-sweep-power-indian-elections](http://theguardian.com/world/2014/may/16/narendra-modi-bjp-sweep-power-indian-elections)

⁷⁹⁷ <http://cbci.in/FullNews.aspx?ID=1451>

⁷⁹⁸ www.news.va/en/news/asiaindia-mass-attack-against-christians-in-orissa

⁷⁹⁹ www.acn-aed-ca.org/1-anglais/eindex2.htm

INDONÉSIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
249.865.631	1.904.570 km ²	2.078	15.168	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A tradição de pluralismo religioso e harmonia da Indonésia⁸⁰⁰ está cada vez mais sob ameaça, com um aumento significativo da intolerância religiosa impulsionado pelo Islamismo radical. Os ataques contra igrejas estão a aumentar e um número crescente de igrejas são forçados a fechar. Outras comunidades religiosas, como por exemplo as seitas ahmadiyya e xiitas dentro do Islamismo, bem como os Budistas, os Hindus, os Bahá'í, os Confucionistas, os membros das religiões tradicionais indígenas e os muçulmanos sunitas progressistas que se expressam contra a intolerância, estão também a enfrentar cada vez maior assédio e violência. O encarceramento de um ateu, Alexander Aan, condenado a dois anos e meio de prisão por declarar nas redes sociais que não acreditava em Deus, ilustra que o aumento do Islamismo extremista tem um impacto muito alargado em toda a Indonésia.⁸⁰¹

A 30 de Maio de 2013, o presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, recebeu um *World Statesman Award* para a liberdade religiosa por parte da Fundação *Appeal of Conscience*, em Nova Iorque. O prémio foi acolhido com um coro de indignação e incredulidade em toda a Indonésia. Foi lançada uma petição, assinada por 8.396 pessoas, protestando contra o prémio.⁸⁰² Foram realizadas manifestações no exterior do palácio presidencial. Foram enviadas cartas ao Rabino Arthur Schneier, fundador e presidente da Fundação *Appeal of Conscience*, por inúmeras organizações indonésias, incluindo o Instituto para o Diálogo Inter-Religioso na Indonésia (*Interfidei*).⁸⁰³ Talvez a mais significativa tenha sido uma carta aberta à Fundação *Appeal of Conscience* do Padre Franz Magnis-Suseno SJ, o muito respeitado sacerdote católico e professor de filosofia na *Driyarkara School for Philosophy*, Universidade da Indonésia, em Jacarta. Nesta sua carta aberta, o jesuíta escreve:

«Na Indonésia, ficámos a saber que vai entregar o *World Statesman Award* deste ano ao nosso presidente Susilo Bambang Yudhyono por causa dos seus méritos em relação à tolerância

⁸⁰⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Indonesia

População: <http://data.worldbank.org/country/Indonesia>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

⁸⁰¹ «Intolerance in Indonesia is becoming mainstream», Benedict Rogers, *Catholic Herald*, 24 de Setembro de 2013

⁸⁰² «No World Statesman 2013 for Susilo Bambang Yudhoyono», petição: <http://change.org/natoSBY>

⁸⁰³ «A Letter of Protest for the World Statesman Award to President SBY», <http://interfidei.or.id/index.php?page=news&id=151&lang=en>

religiosa. Isto é uma vergonha, uma vergonha para si. Desacredita qualquer pretensão *que possa ter como instituição com intenções morais. Como é que pode tomar tal decisão sem perguntar às pessoas em questão na Indonésia?... Não conhece as dificuldades crescentes dos Cristãos em obterem autorizações para abrirem locais de oração, o número crescente de encerramentos forçados de igrejas, o aumento dos regulamentos que tornam mais difícil o culto para as minorias e a intolerância crescente ao nível das bases? E, sobretudo, nunca ouviu falar das atitudes vergonhosas e bastantes perigosas dos grupos religiosos de linha dura em relação aos chamados ‘ensinamentos desviantes’, ou seja, aos membros das comunidades ahmadiyya e xiitas? ... Centenas de pessoas destas comunidades foram levadas, sob a presidência de Susilo Bambang Yudhoyono, a abandonarem as suas casas. ... O senhor está a fazer o jogo daqueles, ainda poucos, radicais que querem purificar a Indonésia de todos os que consideram como hereges e pagãos.»⁸⁰⁴*

Uma combinação de factores está a impulsionar a cada vez maior intolerância religiosa. São levados a cabo actos de violência por organizações islâmicas justiceiras, como por exemplo a Frente Pembela Islam (FPI) ou ‘Frente dos Defensores Islâmicos’, que realiza ataques contra igrejas, mesquistas ahmadi, comunidades xiitas e outras, com impunidade. O discurso dominante é influenciado pela propaganda islâmica espalhada em *campus* universitários, mesquitas e escolas internas islâmicas. A propagação das ideias islâmicas é em grande parte importada do Médio Oriente, sobretudo através do financiamento para bolsas de estudos na Arábia Saudita e no Iémen, e do apoio financeiro para publicação e distribuição de literatura islâmica.⁸⁰⁵

O próprio Governo tem sido parcialmente responsável por criar uma situação em que a intolerância religiosa aumentou, fazendo-o de três formas: primeiro, através da introdução de regulamentações discriminatórias, como por exemplo a Regulamentação Conjunta de 2006 sobre as Casas de Culto, e o Decreto Conjunto de 2008 que restringe as actividades dos Ahmadiyya. O Dr. Musdah Mulia, presidente da Conferência Indonésia sobre as Religiões para a Paz (ICRP na sigla inglesa), alega que há pelo menos 147 «leis e políticas públicas discriminatórias em relação à religião» e acredita que «enquanto for permitido que essas leis vigorem, há sempre um potencial para a violência na sociedade. São precisos esforços para realizar reformas e também para criar novas leis que acolham melhor os princípios dos direitos humanos, da democracia, da tolerância e do pluralismo.»⁸⁰⁶

Em segundo lugar, o Governo tem sido responsável pelas declarações públicas inflamadas que dão abertura aos extremistas. Por exemplo, em 2005, pouco após ter sido eleito pela primeira vez, o presidente Yudhoyono fez um discurso à *Majelis Ulema Indonesia* (MUI), o órgão máximo dos clérigos islâmicos, prometendo-lhes um «papel central» na elaboração de políticas sobre religião. Noutro discurso de 2007, o presidente prometeu que, após uma *fatwa* ou édito religioso ser emitida pelo MUI, «as ferramentas do Estado podem cumprir o seu dever... Todos devemos tomar medidas rigorosas contra as crenças desviantes». O ministro dos Assuntos Religiosos sugeriu que os Cristãos provocaram a perseguição contra si próprios por protestarem contra os encerramentos de igrejas, e fez repetidos apelos a uma proibição total dos Ahmadiyya. Em 2013, descreveu o conflito inter-religioso como «uma parte normal da natureza humana».⁸⁰⁷

⁸⁰⁴ Carta aberta de Franz Magnis-Suseno: <http://progresivenews.com/2013/05/17/open-letter-of-franz-magnis-suseno-to-the-acffiled-under-public-awareness/>

⁸⁰⁵ www.Indonesia-investments.com/doing-business/risks/radical-islam/item245

⁸⁰⁶ Musdah Mulia, «The Problem of Implementation of the Rights of Religious Freedom in Indonesia», EU-Indonesia Conference: Human Rights and Faith in Focus, 24-25 de Outubro de 2011

⁸⁰⁷ *The Jakarta Globe*, «‘Religious Conflict is Normal’, says Religious Affairs Minister», 16 de Novembro de 2013

Em terceiro lugar, as autoridades são cúmplices por repetidas vezes não tomarem medidas para defender o Estado de Direito, por não trazerem perante a justiça os autores da violência e por não protegerem as minorias religiosas. Num caso, o presidente da Câmara de Bogor, em Java Ocidental, desafiou uma decisão do Supremo Tribunal que estabelecia que Igreja Kristen Indonesia (GKI) Yasmin, uma igreja protestante em Bogor, deveria manter-se aberta. O presidente da câmara ordenou que a igreja fosse fechada à força, mesmo que esta tivesse licença e estivesse aprovada para uso eclesiástico. Até à data, não foram tomadas quaisquer medidas para implementar a decisão do Supremo Tribunal. O provedor de justiça apelou ao presidente para que interviesse de modo a defender o Estado de Direito, mas a sua recomendação foi ignorada.

O Dr. Ahmad Suaedy, do Centro Abdurrahman Wahid para o Diálogo Inter-Religioso e a Paz, acredita que a Indonésia está agora a ver «a integração da intolerância» como consequência não apenas dos «equilíbrios políticos» mas das «próprias políticas».⁸⁰⁸

De acordo com o Fórum de Comunicação Cristã de Jacarta, o número de ataques contra igrejas cristãs alcançou um total de setenta e cinco em 2012.⁸⁰⁹ Isto marca um crescimento constante, com o número de incidentes anti-cristãos a aumentar de apenas dez em 2009 para quarenta e sete em 2010 e para sessenta e quatro em 2011. Segundo a Comunhão das Igrejas na Indonésia, pelo menos 430 igrejas foram atacadas, encerradas ou incendiadas desde 2004. No geral, o Instituto Setara relata que os incidentes de violações da liberdade religiosa aumentaram de ano para ano, de 200 em 2009 para 216 em 2010, 244 em 2011 e 264 em 2012.⁸¹⁰

Muitas Igrejas experimentam dificuldades consideráveis em obter autorizações para construir. As autoridades eclesiásticas tiveram de esperar vinte e três anos por uma autorização para construir a Igreja de Santa Bernardete em Tangerang, Java Ocidental. Ao longo do período em análise, a paróquia sofreu graves assédios por parte de extremistas que protestaram contra a construção. A congregação reúne-se actualmente em seis localizações diferentes e não tem um local de culto permanente.⁸¹¹

Da mesma forma, a Igreja Católica Damai Kristus (Paz de Cristo) em Kampung Diri, um subúrbio de Jacarta, enfrentou manifestações que pediam o seu encerramento e recebeu ameaças.

Foram destruídas algumas igrejas. A 21 de Março de 2013, as autoridades destruíram o novo edifício da igreja construída pela Igreja Setu HKBP, em Bekasi.⁸¹² Um membro da congregação disse à *Christian Solidarity Worldwide*: «É meu direito prestar culto, é o meu direito humano básico. Porque é que não posso ter este direito? Sinto-me como um hóspede neste país.»⁸¹³

A 14 de Fevereiro de 2013, duas igrejas em Makassar, Sulawesi do Sul, foram atacadas com *cocktails molotov*.⁸¹⁴ A situação em Aceh é particularmente grave. Em Maio de 2012, dezassete igrejas foram encerradas e, em Outubro de 2012, mais nove igrejas e cinco templos budistas foram forçados a fechar. «As pessoas prestam culto em segredo», disse um pastor à *Christian Solidarity Worldwide*. Em Dezembro de 2013, a Assembleia Consultiva *Ulema* (constituída por sábios e intelectuais muçulmanos) emitiu um édito a proibir os muçulmanos de Banda Aceh de desejarem bom Natal ou celebrarem a passagem para o Ano Novo. Reuniram-se

⁸⁰⁸ Entrevista ao *Christian Solidarity Worldwide*, 2013

⁸⁰⁹ Relatório de Theophilus Bela, Jakarta Christian Communication Forum, 14 de Janeiro de 2013

⁸¹⁰ Setara Institute, «Leadership Without Initiative: The Condition of Freedom of Religious Belief in Indonesia 2012»

⁸¹¹ *The Jakarta Globe*, «Tangerang Church Site Shattered by Protestors», 23 de Setembro de 2013

⁸¹² *The Jakarta Post*, «Issues of the day: Church in Bekasi demolished», 25 de Março de 2013

⁸¹³ Entrevista ao *Christian Solidarity Worldwide*

⁸¹⁴ *The Jakarta Globe*, «Two More Churches Hit in Makassar Molotov Cocktail Attacks», 14 de Fevereiro de 2013

então manifestantes no exterior das instalações do Governo para exigir uma proibição das celebrações do Natal.⁸¹⁵

Outra preocupação é a crescente ‘criminalização’ das vítimas. Na véspera de Natal de 2012, o Reverendo Palti Panjaitan, Pastor da Igreja Filadélfia HKBP em Bekasi, um subúrbio de Jacarta, e a sua congregação foram atacados por uma multidão que atirava pedras quando tentaram realizar uma Missa de Natal na rua em frente à igreja. Desde então, o edifício foi encerrado pelas autoridades. A congregação dispersou e fugiu, e uma multidão tentou atacar o pastor, que afirmou que tinha estendido as mãos «num gesto» que lhes dizia para pararem. Foi então escoltado a casa pela polícia. No dia seguinte, foi acusado de espancar o líder da multidão, Ustad Abdul Aziz, e enfrentou acusações por parte da polícia. Embora o tribunal tenha rejeitado o caso, este é apenas um exemplo de uma tendência crescente de casos falsos apresentados contra as minorias religiosas. Ao mesmo tempo, o Reverendo Palti recebeu inúmeras ameaças, incluindo o aviso de um líder islâmico local, Abdul Aziz Bin Naimum, que lhe disse: «Vou cortar a sua garganta», fazendo um gesto em volta do pescoço.⁸¹⁶

O Pastor Bernhard Maukar, da igreja pentecostal em Rancaekek-Jatinangor, Java Ocidental, passou três meses na prisão em 2013 porque estava a gerir uma igreja não licenciada, embora se tivesse candidatado a uma autorização e aceitado pagar uma multa. A sua igreja foi atacada por multidões islâmicas radicais em várias ocasiões e ele foi ameaçado. Durante um dos ataques, a multidão gritou: “Vá-se embora, Reverendo, vamos matá-lo. Você é uma Igreja do diabo.”⁸¹⁷

Para além do encerramento de igrejas cristãs, e ataques e assédio a pastores, outras minorias religiosas experimentaram também violência grave e perseguições, nomeadamente as comunidades ahmadiyya e muçulmana xiita. Em 2013, uma mesquita xiita em Bekasi foi encerrada e selada, e aproximadamente vinte ahmadis escolheram permanecer nas instalações da mesquita para a proteger da destruição. Três mesquitas em Cianjur, Java Ocidental, foram encerradas em Abril de 2013 e os ahmadis na área receberam ameaças de morte. A 5 de Maio de 2013, uma multidão de 200 pessoas atacou a comunidade ahmadiyya em Tasikmalaya, Java Ocidental. Tem havido um crescimento no padrão de violência anti-ahmadiyya, após ataques aos Ahmadis nos anos anteriores em Lombok, Cikeusik, Cisolada e outras localizações. Um ahmadi em Tasikmalaya disse: «Que o mundo lá fora saiba que já não estamos seguros nas nossas casas. Já não somos livres de acreditar no que queremos, para viver uma vida normal, porque há sempre alguém que quer forçar-nos a não acreditar naquilo em que queremos acreditar.» Outro ahmadi disse: «Não me sinto seguro. Só preciso de uma coisa: de me sentir seguro.»⁸¹⁸

Em 2011 e 2012, uma série de ataques à comunidade xiita em Sampang, Java Oriental, deixou várias centenas de xiitas deslocados. Um clérigo xiita, Tajul Muluk, foi preso de acordo com as leis da blasfémia da Indonésia. Em 2013, uma madrassa sufi no sul de Aceh foi atacada.⁸¹⁹

Os Budistas também experimentaram violência, sobretudo em 2013 após a perseguição de muçulmanos na Birmânia. Islâmicos radicais lançaram uma série de ataques a templos budistas na Indonésia em resposta à violência anti-muçulmana na Birmânia.⁸²⁰

⁸¹⁵ *The Washington Post*, «Indonesian Muslims protest Christmas in Aceh», 20 de Dezembro de 2013

⁸¹⁶ *The Jakarta Globe*, «Man Faces Three Months in HKBP Philadelphia Death Threat Case», 25 de Julho de 2013

⁸¹⁷ Entrevista ao Christian Solidarity Worldwide, 2013

⁸¹⁸ *The Wall Street Journal*, «Indonesia's Religious Repression», Benedict Rogers, 8 de Agosto de 2013

⁸¹⁹ www.hrw.org/news/2013/08/15/sufi-muslims-feel-heat-Indonesia-s-rising-intolerance

⁸²⁰ www.pharosobservatory.com/c/asia/INDONESIA/Indonesia-alarming-bomb-attack-in-a-buddhist-temple-in-jakarta-en

A tradição indonésia de pluralismo está consagrada na ideologia estatal conhecida como *pancasila*. No entanto, embora a *pancasila* seja muitas vezes apresentada como um exemplo de liberdade religiosa, as suas garantias são limitadas. Apenas seis religiões são reconhecidas oficialmente na Indonésia: Islamismo, Protestantismo, Catolicismo, Budismo, Hinduísmo e Confucionismo. Para os membros das religiões não reconhecidas, sobretudo os sistemas de crença indígenas tradicionais, a discriminação afecta cada aspecto da vida, desde o acesso à educação até ao emprego, passando pelos direitos de enterro. A coluna da religião no bilhete de identidade deixa duas hipóteses aos membros de outras religiões fora das seis religiões oficialmente reconhecidas: identificarem-se como pertencendo a uma das seis religiões reconhecidas, ou deixarem a coluna em branco, o que resulta em discriminação. «O problema para os nossos membros começa quando nascem e continua até morrerem», disse o membro de uma religião tradicional indígena.⁸²¹

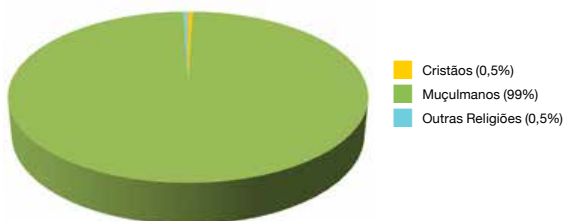
O Arcebispo Ignatius Suharyo Hardjoatmodjo de Jacarta afirmou: «O futuro depende do Governo.» Disse também que se o Governo defendesse a lei e a ordem, «os radicais não teriam força». Mas acrescentou: «Enquanto o Governo usar a religião como um instrumento de poder, receio que isto se vá tornar pior. A situação pode facilmente piorar, mas deveria melhorar.» O Arcebispo receia a ‘paquistanização’, uma expressão cada vez mais usada na Indonésia para alertar sobre a direcção que o país pode estar a seguir. A Indonésia não é o Paquistão. Mas se não forem tomadas medidas para conter os Muçulmanos, mudar os termos do debate público, rever as leis discriminatórias, proteger as comunidades vulneráveis, trazer os autores da violência perante a lei e defender a liberdade religiosa para todos, o pluralismo da Indonésia vai estar em grande perigo e o mundo terá perdido o papel deste país como democracia pluralista com uma maioria muçulmana progressiva.

⁸²¹ Entrevista ao *Christian Solidarity Worldwide*, 2013

IRÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
77.447.168	1.628.750 km ²	857.354	75.043	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Estrutura do Estado e liberdade religiosa

A Constituição promulgada após a revolução islâmica de 1979 afirma que «a religião oficial do Irão⁸²² é o Islamismo e a vertente seguida é a de Ja'fari, o Xiismo». O Estado está subordinado à autoridade do clero xiita, que governa através do Rahbar, o líder religioso vitalício nomeado pela Assembleia de Especialistas (oitenta e seis teólogos eleitos pelo povo para um mandato de oito anos). O Rahbar ou Grande Ayatollah preside ao Conselho dos Guardiães da Constituição, constituído por doze membros (seis nomeados por ele e seis nomeados pela autoridade judicial). Este conselho exerce controlo sobre as leis e os órgãos governativos do Estado, incluindo o presidente da República, que é eleito por sufrágio directo para um mandato de quatro anos e apenas pode exercer no máximo dois mandatos.

Desde a morte de Ruhollah Khomeini, o fundador e inspiração ideológica da revolução iraniana, o guia supremo tem sido o Ayatollah Ali Khamenei. A subordinação das instituições estatais às autoridades religiosas torna o Irão num estado teocrático, baseado no Islamismo, no qual as outras comunidades religiosas são aceites como dhimmi, ou minorias subordinadas sob a protecção da ummah islâmica.

A primazia do Islamismo afecta todos os sectores da sociedade. Os donos de lojas não-muçulmanos que vendem alimentos são obrigados a indicar a sua filiação religiosa na fachada das suas lojas.⁸²³ Os membros de todas as religiões são obrigados a observar as normas islâmicas em relação ao vestuário, e à segregação de homens e mulheres em público. O Artigo 144 afirma que «o exército da República Islâmica do Irão deve ser um exército islâmico... vinculado a uma ideologia islâmica», enquanto os futuros recrutas devem ser «pessoas que têm fé nos objectivos da revolução islâmica». O documento mantém «total respeito pelas outras denominações islâmicas» e reconhece Zoroastrianos, Cristãos e Judeus como religiões pré-islâmicas do país e como as únicas «minorias religiosas protegidas». O Ministério dos

⁸²² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/iran

População: <http://2001-2009.state.gov/p/nea/ci/ir/75231.htm>

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Iran> (República Islâmica do Irão)

Refugiados: www.unhcr.org/pages/49e486f96.html

⁸²³

Serviços Secretos e Segurança (MOIS) supervisiona toda a actividade religiosa.⁸²⁴ Os indivíduos que pertençam às minorias religiosas não são obrigados a registar-se, mas o Governo controla todas as actividades das comunidades, organizações, escolas e qualquer outro tipo de organização religiosa e cultural que não esteja inserida na esfera do Islamismo Xiita.

A vitória do Ayatollah Hassan Rouhani nas eleições presidenciais de 14 de Junho de 2013 constituiu uma viragem reformista nas relações entre o Irão e os seus interlocutores, em particular os Estados Unidos, e abriu uma nova esperança para a liberdade religiosa e de pensamento no país. A 27 de Setembro de 2013, o novo chefe de Estado iraniano falou ao telefone com o presidente Barack Obama, pondo assim um fim ao congelamento de relações entre os dois países que tinha durado desde 1979. O momento alto desta reaproximação entre o Irão, os Estados Unidos e o Ocidente aconteceu a 24 de Novembro de 2013, em Genebra, com a assinatura de um acordo entre Teerão, o Conselho de Segurança da ONU e a Alemanha (5+1) em relação ao controverso programa nuclear iraniano.⁸²⁵ No final de Setembro de 2013, o presidente Rouhani chegou inclusivamente a abrir uma conta pessoal no Twitter (que é proibido no Irão), prometendo aliviar a censura aos meios de comunicação e à Internet. Libertou igualmente onze presos políticos e, antes de partir para a Assembleia Geral da ONU, anunciou que haverá no futuro voos directos de Teerão para Nova Iorque, para permitir que os mais de 400 mil emigrantes iranianos nos Estados Unidos tenham melhores contactos com o seu país de origem.⁸²⁶ Pequenas aberturas estão também a surgir em relação à liberdade de imprensa. Após a eleição do presidente reformista, a comunicação social iraniana, que durante mais de uma década foi vítima da censura pelos serviços secretos, conseguiu publicar fotografias dos políticos dissidentes que tinham sido detidos, fazer a cobertura de debates sobre sanções norte-americanas e responsabilidades dos políticos, e também ter ligações com jornais estrangeiros. Um exemplo destas mudanças é a história de Ali Aalaei, o editor do jornal diário *Iran Etemaad* que em Outubro de 2013 conseguiu publicar a história de Mohsen Safaei Farahani, um dissidente detido em 2009 e condenado a seis anos de prisão por ter desafiado a vitória eleitoral de Ahmadinejad.

Restrições às minorias religiosas

A natureza confessional da República Islâmica do Irão e o poder dos seus órgãos de segurança interna, o *pasdaran* e o *bajji*, deixam o país dependente das autoridades religiosas xiitas, com graves repercussões não apenas nas minorias religiosas mas em todos os que se opõem e criticam as políticas restritivas impostas pelo governo e pelo Líder Supremo. Os relatórios publicados em 2012 pela ONU, pelo UK Foreign and Commonwealth Office (FCO) e pela Campanha Internacional para os Direitos Humanos no Irão (ICHRI na sigla inglesa) falam de violações das liberdades religiosas.

No Irão, um dos principais obstáculos à liberdade religiosa total é o crime de apostasia. A conversão do Islamismo a outra religião não é explicitamente proibida na Constituição, mas mesmo assim é tratada como um crime, por causa da poderosa tradição islâmica no país e da ordem jurídica baseada na lei islâmica. Para todos os casos não referidos explicitamente na Constituição, os juízes têm a opção, segundo o Artigo 167, de se referir às leis corânicas. A condenação de casos de apostasia – incluindo penas de morte – insere-se neste detalhe técnico legislativo.

⁸²⁴ <http://iranpresswatch.org/post/4649/> and www.state.gov/j/drl/rls/irf/2010_5/168264.htm

⁸²⁵ *AsiaNews.it*, «Teheran festeggia l'accordo di Ginevra. Per Israele è 'un errore storico'», 25/11/2013.

⁸²⁶ *AsiaNews.it*, «Teheran, scampaiono i manifesti anti-Usa. Ma le aperture di Rouhani dividono il Paese», 28/10/2013.

A maior parte dos Cristãos no Irão pertence a denominações protestantes. A Igreja Católica no Irão está presente com seis dioceses – Awhaz (caldeia), Ispahan (arménia), Ispahan (latina), Salmas, Teerão, Urmya (todas caldeias). O número total de fiéis católicos não excede os 20 mil.

Desde 2010, pelo menos 300 cristãos sofreram prisões e detenções. Em Fevereiro de 2012, as autoridades iranianas levaram a cabo detenções sistemáticas para fazer cumprir a lei de 2010 que requer o encerramento das igrejas cristãs que realizam os seus serviços religiosos na língua nacional, o farsi, para pôr fim às conversões ao Cristianismo.

Desde a revolução islâmica de 1979, os Bahá'í no Irão foram perseguidos, considerados como sendo um braço 'herege' do Islamismo xiita e uma ameaça social e política. No seu relatório «Violência com impunidade, actos de agressão contra a comunidade bahá'í no Irão», publicado em Março de 2013, a Comunidade Internacional Bahá'í documentou pelo menos cinquente e dois casos de detenção e tortura dos seus membros, do ano 2005 até ao final de 2012. Actualmente, há 115 fiéis bahá'í que ainda estão detidos em prisões iranianas por «terem posto em perigo a segurança nacional» e por se terem envolvido em propaganda contra o regime.

Cerca de 9% da população iraniana é constituída por muçulmanos sunitas. A maior parte destes vive no Curdistão, Azerbeijão Ocidental, Golestão, Sistão e Baluquistão, e no norte e sul do Khorasan. Pertencem a minorias étnicas de turcomanos, árabes, balúchis e curdos. Estes grupos estão geralmente concentrados em regiões no sudoeste, sudeste e noroeste do país. As autoridades religiosas iranianas consideram os sunitas como «irmãos», mas com uma fé incompleta e conseqüentemente impõem restrições a estas comunidades. Estas minorias também contribuem para o clima de desconfiança, as quais estão a distorcer os seus próprios números de crescimento populacional em proveito próprio – com uma alegação específica, largamente divulgada entre sunitas, de que até 2030 eles constituirão a maioria da população. Nas regiões fronteiriças, sobretudo as que ficam perto do Afeganistão e do Iraque, a presença de movimentos extremistas islâmicos é muito forte, sobretudo salafistas, que muitas vezes lideram revoltas contra o Governo central. As revoltas mais graves ocorreram no Sistão e no Baluquistão em Outubro de 2013, quando grupos separatistas mataram catorze guardas de fronteira. O Governo iraniano reagiu enforcando dezasseis rebeldes.⁸²⁷

Concluindo, a eleição do presidente reformista Hassan Rouhani aumentou o âmbito para uma melhoria na liberdade religiosa. Contudo, para já nenhuma dessas mudanças foi concretizada e são mudanças que apenas se relacionam com declarações feitas por ele durante um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque a 25 de Setembro de 2013.

O Irão tem um compromisso constitucional para com a liberdade religiosa. No país, o que é entendido acima de tudo por liberdade religiosa é a liberdade de culto – algo que é garantido exclusivamente a zoroastrianos, cristãos e judeus, que são considerados como membros das religiões tradicionais que existiam antes do advento do Islamismo. Embora a liberdade de expressar a própria fé em público não exista, o Irão é um dos únicos seis países no mundo onde a condição das minorias religiosas melhorou nos últimos dois anos, de acordo com a análise realizada pelos editores do presente Relatório.

⁸²⁷ www.al-monitor.com/pulse/originals/2013/12/iranian-government-builds-bridges-to-sunni-minority-hedsum-app-b.html

IRAQUE



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
32.665.000	435.244 km²	188.555	409.181	993.188

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Desde 2005, o Iraque⁸²⁸ tem sido governado por uma Constituição que proclama o Islamismo como a «religião oficial» e que estipula que «nenhuma lei pode ser aprovada se estiver em contradição com a lei islâmica» (Artigo 2.1a). A Constituição acrescenta que o Estado defende os direitos religiosos e garante os direitos administrativos, políticos, culturais e educativos dos diferentes grupos étnicos iraquianos. Afirma igualmente os direitos à liberdade de crença e prática religiosa de todos os indivíduos, como por exemplo os Cristãos, os Yezidis e os Sabeus-mandeu (Artigos 2.1b e 2.2). A Constituição reconhece duas línguas oficiais: o árabe e o curdo, e proclama «o direito dos iraquianos de instruírem os seus filhos na sua língua materna, como por exemplo o turco, o sírio e o arménio, em estabelecimentos educativos públicos» (Artigo 4). Estas línguas são também autorizadas nas zonas administrativas locais.

O Iraque tem cerca de 32,6 milhões de habitantes. A maioria são xiitas árabes (60%), enquanto cerca de 38% são muçulmanos sunitas (divididos entre árabes e curdos), com os restantes 2% constituídos por cristãos e yezidis. A população cristã diminuiu acentuadamente e agora pensa-se que não tem mais de 350 mil membros.

A representação extremamente baixa de cristãos no Parlamento federal após as eleições de 2005 (apenas três lugares em 275) significa que não têm possibilidade de influenciar o voto em relação à elaboração das leis. Além disso, uma vez que a filiação religiosa continua a ser um aspecto do estatuto civil e que aparece publicamente em todos os documentos de identificação de cada cidadão, os Cristãos são facilmente identificáveis, o que significa que são vítimas de grandes injustiças e de tratamento desigual.

Considera-se automaticamente que as crianças seguem a mesma religião do pai. Mas se o pai se converteu do Islamismo ao Cristianismo, a criança é sempre registada oficialmente como muçulmana.

O representante da maior comunidade cristã no Iraque, o Patriarca caldeu (católico) Louis Raphael I Sako de Bagdade disse: «O único critério para a coexistência é a cidadania. Sou um cidadão, independentemente da minha religião, seja cristão ou muçulmano. Para que isto aconteça, é necessário separar religião e política. Se os Muçulmanos aceitassem, por

⁸²⁸ População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Iraq>

exemplo, retirar todas as referências religiosas da Constituição, da sua política e também do ordenamento das relações entre cidadãos, deixaria de haver quaisquer problemas. Da mesma forma, no passaporte não deveria ser necessário escrever ‘cristão’ ou ‘muçulmano’, porque isto cria problemas (...). Há também legislação que limita o papel político e social dos Cristãos.»⁸²⁹

De acordo com o Arcebispo caldeu Bashar Warda de Erbil, no Curdistão iraquiano, «a liberdade religiosa é garantida pela Constituição, mas a liberdade de consciência não o é.... A lei islâmica considera outras religiões, mas não existe o direito de mudar de religião, excepto quando se trata de uma conversão ao Islamismo. Mas os Cristãos continuam a sofrer por serem Cristãos, mesmo que a situação no Curdistão esteja claramente melhor do que noutras partes do país.»⁸³⁰ Um sacerdote da região relata que «é, sem dúvida, mais difícil praticar a nossa fé cristã hoje em dia do que era há cinquenta anos atrás.»⁸³¹

O Governo autónomo do Curdistão tem de obedecer à Constituição iraquiana, mas a sua autonomia dá-lhe algum espaço de manobra. Por isso, os Cristãos estão comparativamente mais bem representados no Parlamento regional, com cinco lugares em 111 (enquanto apenas representam no máximo 2 ou 3% da população do Curdistão). O Governo curdo tornou esta região autónoma num refúgio para minorias perseguidas, sobretudo os Cristãos, que de facto participam ou participaram no Governo. Por exemplo, Sarkis Aghajan, o ministro da Economia e Finanças do primeiro Governo regional do Curdistão, que foi eleito em 2006, é cristão assírio. Os Yezidis têm dois ministros no Governo autónomo. Em Erbil há inclusivamente um bairro inteiro reservado aos cristãos. Ankawa é um bairro autónomo. Os não-cristãos não podem instalar-se aqui, a não ser que sejam originários deste lugar. A 11 de Junho de 2012, o Governo regional do Curdistão decretou a neutralidade religiosa das escolas. Enquanto as principais religiões irão a partir de agora ficar em pé de igualdade, os ensinamentos nas escolas serão regidos por exames que vão ser necessários para obter o diploma. O conhecimento dos preceitos islâmicos, que até agora foram essenciais para obter um diploma, já não são necessários.

Apesar disso, o Curdistão é uma entidade política que ainda está em construção, na qual os partidos que governam, legitimados durante décadas pela «luta de libertação», estão a tornar-se cada vez mais ferozmente contestados, nomeadamente por uma oposição que defende o Islamismo político. O aumento de poder desta última força complica ainda mais a cena política curda e traduz-se na prática no desenvolvimento de uma forma preocupante de intolerância religiosa.

A 11 de Junho de 2014, o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL) tomou de assalto Mossul. Nos dias que se seguiram, os militantes wahabitas tomaram vilas e cidades, avançando para sul em direcção a Bagdade, numa aparente tentativa de criar um califado que se estende do Iraque ao norte da Síria, onde nos meses anteriores garantiu a tomada do território. Para todos os grupos religiosos, incluindo os muçulmanos moderados, o EIL representou a ameaça mais grave. Enquanto comunidade maioritária no Iraque, os xiitas eram quem mais tinha a temer. A 15 de Junho, o EIL alegou que tinha massacrado centenas de xiitas das forças de segurança do Iraque que tinha em cativeiro.⁸³² Os líderes cristãos falaram da ameaça do EIL às suas comunidades. O Arcebispo caldeu Amel Nona de Mossul descreveu a forma como, à medida que o EIL avançava, os últimos cristãos fugiam de uma cidade que apenas onze

⁸²⁹ *Oasis*, 20 de Novembro de 2013

⁸³⁰ *La Vie*, 11 de Abril de 2013

⁸³¹ *Ibidem*

⁸³² *New York Times*, 15 de Junho de 2014

anos antes tinha 35 mil fiéis.⁸³³ O Bispo Auxiliar Saad Syrop de Bagdade disse à *ACN News*, a 18 de Junho, que temia uma guerra aberta com consequências potencialmente danosas para a própria sobrevivência do Cristianismo no Iraque.⁸³⁴

O número de cristãos tem estado a cair a pique no Iraque, sobretudo após a queda do presidente Saddam Hussein, em 2003. Cerca de 1,2 milhões de cristãos viviam no Iraque durante a década de noventa, mas durante a última década muitos emigraram depois das suas comunidades terem sido vítimas de uma série de ataques contínuos. Na Primavera de 2014, o Patriarca Caldeu Louis Raphael I Sako, a maior comunidade cristã no Iraque, dizia que a hemorragia do número de fiéis era um desastre para a Igreja. Numa entrevista a 25 de Abril, disse: «A migração diária de cristãos do Iraque é terrível e muito preocupante.» E acrescentou: «A Igreja enfrenta um desastre e se a situação continuar por este caminho, os nossos números nos próximos dez anos vão ser pouco mais de uns milhares.» O patriarca considerou que o êxodo se devia ao agravar da segurança e ao extremismo religioso, e descreveu as ameaças de morte contra os Cristãos e a apreensão forçada das suas propriedades.⁸³⁵

Nos dois anos a partir de meados de 2012, os Cristãos continuaram a viver actos de violência e intimidação, mas os incidentes não foram tão numerosos nem, em geral, tão graves como no pico da insurgência pós-Saddam de 2006-8. A 16 de Setembro de 2012, a Catedral caldeia de Kirkuk foi alvo de um ataque à bomba. A bomba explodiu do lado de fora da porta após a Missa vespertina, causando danos materiais.⁸³⁶ Em Janeiro seguinte, foi descoberto o corpo de uma professora católica caldeia de Mossul. Tinham-lhe cortado a garganta.⁸³⁷ Na véspera de Natal desse mesmo ano, trinta e quatro pessoas morreram numa série de ataques a bairros cristãos em Bagdade.⁸³⁸ A 29 de Janeiro de 2014, militantes armados entraram em fúria em Bagdade, matando três pessoas no distrito maioritariamente cristão de Camp Sarah.⁸³⁹

A violência resultante deste confronto entre xiitas e sunitas colocou os Cristãos numa posição difícil. O Monsenhor Pascal Gollnisch, director-geral da organização francesa *Oeuvre d'Orient*, explicou: «Os Cristãos são apanhados no fogo cruzado entre os dois principais adversários, os sunitas e os xiitas. Os sunitas estavam mais protegidos no tempo de Saddam Hussein, enquanto os xiitas eram marginalizados. Agora os xiitas tomaram o poder. Além da presença de grupos violentos que são responsáveis pelos ataques, os Cristãos são explorados pelos grupos de todos os lados da divisão sectária e política. Além disso, há inúmeros movimentos anti-cristãos.»⁸⁴⁰

Finalmente, a comunidade muçulmana sunita, que está em minoria no Iraque, queixa-se de estar a ser empurrada para fora, após a vitória da maioria xiita na sequência da derrota do regime de Saddam Hussein. Grande parte do conflito no Iraque resulta de um confronto cada vez mais profundo entre sunitas e xiitas, com frequentes explosões de bombas e outro tipo de violência. Enquanto o presidente do Iraque, Jabal Talabani, um curdo sunita, vive fora do país por razões de saúde, o primeiro-ministro Nouri El-Maliki tem liberdade para mostrar favoritismo pela comunidade xiita. El-Malaki, que é xiita, oferece aos seus correligionários posições de topo no Governo e nas finanças. Isto levou, alegadamente, a uma radicalização

⁸³³ *ACN News*, 11/6/14

⁸³⁴ *ACN News*, 18/6/18

⁸³⁵ *Arab News/AFP*, sexta-feira, 25 de Abril de 2014 – «Christians face 'disaster' in Iraq»

⁸³⁶ *Zenit*, 18/9/2012

⁸³⁷ *Reconquête*, Fevereiro de 2013

⁸³⁸ *Reuters*, 25/12/13

⁸³⁹ *Reuters*, 29/01/14

⁸⁴⁰ *Zenit*, 13 de Janeiro de 2012

entre muçulmanos sunitas, com um regresso da Al Qaeda. Durante o ano de 2013, a violência sectária entre xiitas e sunitas alcançou níveis recorde, causando a morte a 6.650 pessoas nas duas comunidades.⁸⁴¹

Embora a violência específica contra os Cristãos tenha diminuído nos dois anos a partir de meados de 2012, a situação em relação à liberdade religiosa piorou manifestamente durante o período em análise. No momento em que escrevemos, a ameaça do EIL é muito grave. A Constituição de 2005 não foi clara sobre o lugar da religião na lei e no Governo. Isto faz parte de uma luta crescente em que os extremistas religiosos, sejam eles sunitas ou xiitas, procuram ganhar ascendência à custa de outros grupos religiosos. O êxodo de cristãos, que não revela sinais de diminuir, representa um voto de não-confiança da parte dos que têm mais a perder caso o país mude da democracia para algo semelhante a uma teocracia. A perspectiva é, por isso, extremamente sombria, a não ser que se adoptem mudanças drásticas, promovendo a causa da segurança e da liberdade não apenas para os grupos religiosos poderosos, mas também para as minorias.

⁸⁴¹ RFI, 27/12/13

IRLANDA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
4.526.000	69.825 km ²	6.327	9	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Considerações gerais

A liberdade religiosa na Irlanda⁸⁴² é apoiada na actual Constituição, que foi aprovada em 1937 e que tem sido revista em diversas partes ao longo dos anos. Há outras leis que também contribuem para a prática livre da religião. O Artigo 44 diz que «é devida uma homenagem de culto público a Deus Todo-Poderoso. O Seu Nome será tido em reverência e a religião será respeitada e honrada». A isto segue-se a garantia de que «a liberdade de consciência e a livre profissão e prática da religião estão sujeitas à ordem e moral públicas, garantidas a cada cidadão». Todas as denominações religiosas têm direito a comprar e a manter institutos educativos e caritativos, e a gerir os seus próprios negócios e bens. Não há referência a uma religião do Estado e a discriminação religiosa nas escolas é proibida, tal como também é proibido promover uma religião em detrimento de outra.⁸⁴³

A educação religiosa nas escolas públicas é permitida (mas não obrigatória) por lei. A maior parte das escolas primárias e secundárias tem uma denominação específica. O Departamento de Educação deve, nos termos da Constituição, disponibilizar financiamento igual às escolas de diferentes denominações religiosas, incluindo as escolas islâmicas e judaicas. Os pais podem isentar os filhos da instrução religiosa na escola, embora esta faça parte integral do currículo na maior parte das escolas.

As escolas ligadas à Igreja estão legalmente autorizadas a recusar a admissão de um aluno que não faça parte do seu grupo religioso. Isto foi declarado em 2003 pela Autoridade para a Igualdade, mas apenas é autorizado desde que a escola possa provar que recusar um aluno é essencial para a manutenção do *ethos* da escola. Um exemplo será o ter demasiados alunos muçulmanos numa escola católica, por isso poder impedir a escola de ter um *ethos* cristão. Mas não parece haver muitos relatos de alunos a serem recusados por esta razão. Uma escola religiosa pode também seleccionar o seu pessoal com base nas suas crenças religiosas.

⁸⁴² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/ireland

População e Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Ireland>

⁸⁴³ www.Constitution.ie/Constitution-of-ireland/default.asp

Incidentes que afectam os Cristãos

Em 2011, após a publicação do Relatório Cloyne, houve tensões entre o Governo e o Vaticano. O relatório foi preparado por uma comissão de inquérito sobre o abuso de crianças por membros do clero que ocorreram na Diocese de Cloyne. Num discurso à Câmara dos Deputados, o primeiro-ministro acusou o Vaticano de ter instruído o bispo irlandês para encobrir o escândalo. Com base no respeito mútuo, e embora reafirmasse o seu compromisso para com o diálogo construtivo e a cooperação com o Governo irlandês, a Santa Sé negou veementemente esta acusação.⁸⁴⁴

Ao longo dos últimos dois anos, tem havido um número crescente de casos de discriminação de cristãos na Irlanda, sobretudo relacionados com a liberdade de consciência.⁸⁴⁵

Em Junho de 2013, o Conselho de Ministros irlandês chegou a um consenso na elaboração do Projecto-lei de 2013 para a Protecção da Vida durante a Gravidez. A lei proíbe as objecções com base na consciência: «nenhuma instituição, organização ou terceiro pode recusar disponibilizar a interrupção legal de uma gravidez a uma mulher com base na objecção de consciência». Além desta cláusula, a lei que vai regulamentar o aborto na Irlanda é bastante restritiva quando comparada com a legislação relativa ao aborto noutros países europeus.

O Governo irlandês informou um hospital católico, em Agosto de 2013, que não poderá optar pela não aplicação da nova lei que legaliza o aborto e que os hospitais são obrigados a realizar o procedimento. O ministro da Saúde respondia a comentários de um membro da direcção do Hospital Universitário *Mater Misericordiae*, em Dublin, que afirmava que o hospital não iria cumprir a nova lei do aborto. O Hospital Mater é uma das vinte e cinco instituições referidas na chamada Lei da Protecção da Vida durante a Gravidez em que os abortos devem ser realizados. O Padre Kevin Doran, membro da direcção do hospital, disse: «A questão vai para além do aborto. O que está a acontecer é que o ministro está a dizer que os hospitais não têm direito a ter um *ethos*.»

O Senado irlandês (Seanad) e a Câmara aprovaram a lei em Julho de 2013, criando excepções à proibição do aborto no país católico, incluindo a disposição legal para mães que ameaçam suicidar-se que, segundo os apoiantes pró-vida, pode ser mal usada para justificar legamente qualquer aborto em qualquer fase da gravidez, uma vez que as questões legislativas não têm limites temporais.⁸⁴⁶

Liberdade religiosa nos locais públicos

Devido a «queixas do público», em Setembro de 2013, o antigo relógio e os sinos da Igreja de São Bartolomeu, em Dublin, foram desligados. A igreja tinha cumprido a obrigação de encontrar uma solução para que os sinos deixassem de tocar à noite, mas não conseguiu fazê-lo por duas vezes devido a problemas técnicos. Para evitar o pagamento de uma multa muito elevada de 3 mil euros, o pároco local, Padre Andrew McCroskery, decidiu desligar permanentemente os sinos históricos.

Outras religiões

Não há incidentes reportados que afectem especificamente outras religiões.

⁸⁴⁴ Zenit.org, Setembro de 2011: www.zenit.org/article-33358?l=english

⁸⁴⁵ Os casos seguintes foram disponibilizados pelo Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos: www.intoleranceagainstchristians.eu/

⁸⁴⁶ Agradecemos à *Life Site News* por reportar o assunto:

www.lifesitenews.com/news/ireland-senate-follows-house-lead-takes-major-step-toward-legalizing-abortion

ISLÂNDIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
324.000	103.000 km ²	67	2	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Um referendo no Outono de 2012 aprovou a nova Constituição, que prevê total liberdade religiosa no Artigo 18. A Constituição anterior e outras leis e políticas já protegiam a liberdade religiosa. A nova Constituição também prevê que cada indivíduo tem direito a formar associações religiosas e a praticar a religião de acordo com as crenças pessoais. A Constituição proíbe ensinamentos e práticas prejudiciais para a boa moral e a ordem pública.

Os cidadãos pertencentes a denominações religiosas registadas podem pagar impostos para a sua denominação preferida ou, se não pertencerem a qualquer grupo religioso, devem entregar o dinheiro à Universidade da Islândia. Os direitos civis e nacionais não podem perder-se por causa da religião de uma pessoa, embora a pessoa não possa recusar qualquer dever cívico por razões religiosas. Durante este período não foram relatadas quaisquer mudanças institucionais. Contudo, houve alguns incidentes relativos à dimensão social da liberdade religiosa.

Em Janeiro de 2012, descobriu-se que uma pessoa tinha enterrado carcaças de porcos, sangue e entranhas de porco num local planeado para uma mesquita. Em Junho de 2012, uma pessoa distribuiu panfletos alegando que a construção de uma mesquita na Islândia⁸⁴⁷ iria incentivar actividades terroristas e ser um incómodo geral. Em Fevereiro de 2012, o Centro Simon Wiesenthal apelou ao Centro Islandês de Radiodifusão (RUV) que descontinuasse a sua emissão anual de uma colecção de cinquenta textos poéticos do sacerdote e poeta islandês Hallgrímur Petursson, que alegadamente incluíam inúmeras referências anti-semitas. Em resposta, o Director-Geral do RUV, Pall Magnusson, considerou que a «interpretação rígida» das alegadas referências anti-semitas nos hinos não tinham justificação. Magnusson descreveu os hinos de 350 anos como uma parte valiosa e querida da história cultural e do património da Islândia e referiu que o RUV iria continuar a emití-los num «contexto adequado e relevante».⁸⁴⁸

Outras religiões

Não há incidentes reportados que afectem outras religiões em específico.

⁸⁴⁷ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/iceland

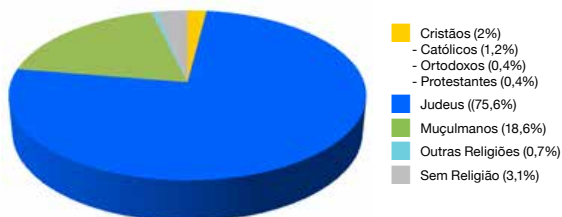
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Iceland>

⁸⁴⁸ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper

ISRAEL



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
8.000.000	22.072 km ²	48.325	1.054	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Uma vez que o Estado de Israel⁸⁴⁹ não tem Constituição formal, é necessário referir a Declaração de Independência de 1948 para as disposições legais relativas à liberdade religiosa. De acordo com o texto desta declaração, «o Estado de Israel será aberto à imigração judaica e à reunião dos exilados... vai garantir total igualdade de direitos sociais e políticos a todos os seus habitantes, independentemente de religião, raça ou sexo; vai garantir a liberdade religiosa, de consciência, de língua, de educação e cultura; vai salvaguardar os Locais Sagrados de todas as religiões; e vai ser fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas.»⁸⁵⁰

O Judaísmo não é a religião estatal de Israel. As instituições estatais são seculares e funcionam de acordo com o modelo das democracias ocidentais. Mesmo assim, as disposições legais específicas ao Judaísmo são predominantes na prática social, como por exemplo a observação do sábado, os alimentos puros segundo a lei judaica, etc. Isto cria tensões entre os judeus praticantes e os judeus não-praticantes.

Os cidadãos não-judeus têm, em teoria, os mesmos direitos e obrigações que os cidadãos judeus. E, na prática, podem participar em eleições, pertencer a partidos políticos e ser eleitos para o Parlamento (actualmente, o Knesset tem nove representantes árabes, tanto cristãos como muçulmanos, num total de 120 deputados). Mesmo assim, o seu papel é insignificante na vida política e, com algumas excepções – nomeadamente os drusos –, não são chamados para prestar serviço militar. Contudo, o actual primeiro-ministro Benjamin Netanyahu favorece a admissão automática dos Cristãos no exército israelita.⁸⁵¹

Dentro deste Estado, que segundo o Departamento Central de Estatística tinha em 2013 oito milhões de habitantes, há 1.656.600 árabes (82% muçulmanos, 10% cristãos e 8% drusos), ou seja 20,7% da população. Em relação à população total de Israel, 2% são cristãos, a maior parte dos quais árabes, embora exista também uma minoria de cristãos e arménios

⁸⁴⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/israel

População: De acordo com o Departamento Central de Estatística: www1.cbs.gov.il/reader/?Mlval=%2Fcw_usr_view_SHTML&ID=705

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Israel>

⁸⁵⁰ www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/declaration%20of%20establishment%20of%20state%20of%20israel.aspx

⁸⁵¹ www.haaretz.com/news/national/.premium-1.539957

que falam hebraico, e um bom número de trabalhadores imigrantes das Filipinas, Índia e outros países. Apesar disso, tudo o que se relaciona com a identidade judaica goza de uma proeminência efectiva, uma situação que traz consigo certas desigualdades em relação aos cidadãos muçulmanos e cristãos, sobretudo os de etnia árabe. Estas desigualdades incluem certos tipos de empregos, que são proibidos a não-judeus, e também subsídios estatais. Além disso, o cônjuge palestino de um cidadão israelita não tem direito nem a residir em território israelita nem a adquirir nacionalidade israelita. Esta disposição legal, que tem estado em vigor desde 2002, foi introduzida juntamente com a Lei da Cidadania adoptada pelo Knesset em Janeiro de 2012 e confirmada pelo Supremo Tribunal israelita.⁸⁵²

Deve também ser feita referência às inúmeras restrições de viagem colocadas aos residentes dos territórios palestinos. Por exemplo, os Muçulmanos palestinos acima dos 50 anos e as mulheres acima dos 35 anos podem visitar normalmente a Mesquita Al Aqsa, em Jerusalém, enquanto os cristãos têm de pedir uma autorização formal para ir a Jerusalém visitar os lugares sagrados, mesmo para grandes celebrações como a Páscoa, ou para participarem em sessões ou encontros de formação religiosa. Estas medidas aplicam-se não apenas aos leigos, mas também a sacerdotes e religiosas. As autoridades israelitas são também extremamente relutantes a conceder vistos de residência a pessoal religioso dos países vizinhos.

Quanto ao clero e seminaristas da Jordânia, os vistos obtêm-se agora mais facilmente. Os vistos são dados por um ano e, por vezes, por dois anos, incluindo múltiplas entradas. Isto facilita a vida dos seminaristas jordanos a receberem formação para o Patriarcado Latino cuja jurisdição abrange Israel, os territórios da Palestina, a Jordânia e o Chipre. Os seminaristas palestinos têm imensas dificuldades em obter autorizações para entrarem em Jerusalém para participarem nas diferentes cerimónias do Santo Sepúlcro para além do patriarcado. A razão é a sua idade. Aconteceu muitas vezes que seminaristas palestinos foram impedidos de passar nos postos de controlo, não sendo reconhecidos os salvo-condutos do Vaticano emitidos pela Embaixada do Vaticano.

Há um ponto positivo a referir. As escolas privadas em Israel receberam subsídios do Governo israelita que podem abranger 70% das despesas gerais das escolas intermédias e 100% das escolas secundárias. Esta é uma grande ajuda para as escolas católicas, que normalmente não sofrem de défices graças a estes subsídios. Contudo, o Governo está a pensar em deixar cair esta ajuda, o que vai criar uma situação difícil para os pais dos alunos, que vão ser obrigados a enviar os seus filhos para as escolas públicas, que são mais baratas.

Há outra questão relativa às autorizações de construção. O Bispo William Shomali, Vigário do Patriarca Latino de Jerusalém, disse: «A legislação israelita afirma que todos os cidadãos são iguais e reconhece a liberdade religiosa, mas temos grande dificuldade em obter vistos para o clero e os terrenos que pertencem à Igreja são expropriados ou classificados como áreas de construção proibida, para conter o desenvolvimento demográfico dos Cristãos.»⁸⁵³

A 20 de Outubro de 2013, um edifício num terreno que pertencia ao Patriarcado Latino de Jerusalém desde antes da criação do Estado de Israel e que alojava uma família de catorze pessoas foi demolido por ordem das autoridades israelitas. Segundo o Patriarca, o Arcebispo Fouad Twal: «O ministro (israelita) do Interior e o município (israelita) de Jerusalém sabiam muito bem que este terreno pertencia ao Patriarcado.» Esta demolição, que se realizou sem aviso prévio pelas autoridades israelitas, é considerada por Monsenhor Fouad Twal como «um acto

⁸⁵² www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/.premium-1.580463

⁸⁵³ *La Croix*, 13 de Setembro de 2012

de vandalismo que é contrário à lei israelita e contrário à lei internacional» e também como «o sinal do agravamento da situação, que de modo nenhum ajuda ao processo de paz.» O Patriarca anunciou a sua intenção de recorrer para os tribunais israelitas e internacionais.⁸⁵⁴

Houve também ataques a locais religiosos cristãos e muçulmanos por membros do movimento *price tag*, jovens extremistas israelitas que têm como alvo indivíduos e instituições que vêem como opositores ou pessoas que não apoiam na totalidade a colonização judaica dos territórios palestinianos.⁸⁵⁵ Foi registado um número esporádico de incidentes:

- A 7 e novamente a 20 de Fevereiro de 2012, em Jerusalém Ocidental, foram encontrados os seguintes *graffitis* nas paredes do mosteiro ortodoxo grego da Santa Cruz e nas paredes de uma igreja baptista: «Vamos crucificar-vos», «Morte ao Cristianismo», «Morte aos Cristãos», «Maria era uma prostituta». Um cemitério protestante no Monte Sião foi também vandalizado.⁸⁵⁶
- A 4 de Setembro de 2012, a porta da abadia trapista de Latroun foi incendiada por desconhecidos, que assinaram a sua acção pintando na paredes as palavras «Jesus é um macaco».⁸⁵⁷

Em Agosto de 2013, um *cocktail molotov* foi atirado contra o convento das Irmãs de Belém, em Beit Jamal. Foram desenhados *graffitis* hebraicos nas paredes, declarando: «Morte aos *goyim*» [não-judeus].⁸⁵⁸

Durante o mês de Dezembro de 2013, uma mesquita na aldeia israelita árabe de Baka al-Gharbiyye, no norte de Israel, tinha *graffitis* pintados nas paredes, incluindo a frase «Maomé é um porco».⁸⁵⁹

Durante a noite de 31 de Março para 1 de Abril de 2014, foram pintados *graffitis* em hebraico nas paredes exteriores de um santuário de Nossa Senhora Rainha da Palestina, em Deir Rafat, incluindo a frase «Jesus é um símio e Maria é uma vaca».⁸⁶⁰

Além disto, na Cidade Velha de Jerusalém, alguns judeus ultra-ortodoxos cuspiram sobre membros do clero cristãos quando viram a cruz.⁸⁶¹

Diversos líderes da Igreja reagiram aos actos de agressão e profanação acima referidos. Em Fevereiro de 2012, o Padre franciscano Pierbattista Pizzaballa, Custódio da Terra Santa, escreveu ao presidente israelita Shimon Peres, pedindo-lhe que pusesse fim a este tipo de comportamento. «Infelizmente», escreve, «ao longo dos anos aprendemos a ignorar provocações e a continuar com a nossa vida diária. Mesmo assim, parece que desta vez foi ultrapassado o limite e não podemos permanecer em silêncio. Estes *slogans* chocantes pintados em locais de oração cristãos, sobretudo em Jerusalém, ferem os sentimentos de todos os Cristãos em Israel, independentemente do seu credo... Seria bom que o Senhor Presidente usasse todo o seu poder e influência junto das autoridades para que este padrão perigoso de acção seja erradicado e estas acções sejam travadas, antes de se tornarem habituais na vida cristã em Israel.»⁸⁶² O gabinete de Shimon Peres informou que o presidente estava a tratar o pedido «com muita seriedade» e que estava a trabalhar pessoalmente sobre este assunto.⁸⁶³

⁸⁵⁴ *Alenteia*, 6 de Novembro de 2013

⁸⁵⁵ www.palestinemonitor.org/details.php?id=e406ixa1099y1w0m6mjhm

⁸⁵⁶ www.timesofisrael.com/right-wing-extremists-target-jerusalem-monastery/

⁸⁵⁷ www.jewishpress.com/news/yoris-daily-news-clips/migrans-price-tag-latrun-monastery-door-set-on-fire-jesus-called-monkey/2012/09/04/0/?print

⁸⁵⁸ www.ewtnnews.com/catholic-news/World.php?id=8305#ixzz2dGHnzOmf

⁸⁵⁹ www.jpost.com/National-News/Mosque-vandalized-with-anti-Muslim-slogans-in-apparent-price-tag-attack-334308

⁸⁶⁰ www.catholicnewsagency.com/news/jerusalem-patriarch-condemns-monastery-vandalism/

⁸⁶¹ *La Croix*, 13 de Setembro de 2012

⁸⁶² *Zenit*, 1 de Março de 2012

⁸⁶³ *AP*, 27 de Fevereiro de 2012

Os bispos católicos da Terra Santa também denunciaram estes ataques: «O que é que está a acontecer na sociedade israelita para que os Cristãos se tornem bodes expiatórios e alvos de actos de violência? Que espécie de ensino de desdém contra os Cristãos está a ser transmitido nas escolas? Porque é que os responsáveis nunca são detidos ou levados perante a justiça?»⁸⁶⁴

De facto, a educação levantou preocupações. Alguns manuais escolares usados em escolas religiosas judaicas ortodoxas são polémicos e hostis para com o Cristianismo e os Cristãos. De acordo com o Padre jesuíta David Neuhaus, da Prefeitura para os Católicos Falantes de Hebraico, esses livros «apresentam Jesus como um sedutor e os cristãos como perseguidores ao longo da história».⁸⁶⁵

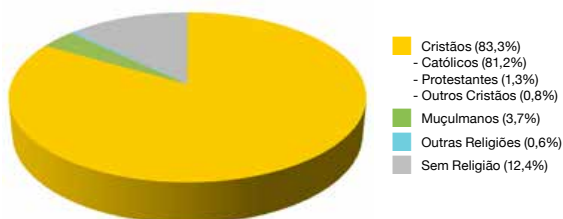
⁸⁶⁴ *Le Figaro; Zenit*, 5 de Setembro de 2012

⁸⁶⁵ *La Croix*, 13 de Setembro de 2012

ITÁLIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
59.394.207	301.336 km ²	64.779	62	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Enquadramento jurídico

A liberdade religiosa é garantida pela Constituição, que cobre todos os assuntos relativos a esta questão. A forma como o Estado⁸⁶⁶ regulamenta as suas relações com as comunidades religiosas no território italiano pretende salvaguardar os direitos consagrados na Constituição.

Os artigos da Constituição que se relacionam directamente com a liberdade religiosa são os n.ºs 3, 7, 8, 19 e 20. As disposições neles contidas expressam os princípios da não-discriminação por razões religiosas (Artigo 3), da igualdade de todas as confissões perante a lei (Artigo 8) e da liberdade de professar o próprio credo, seja individual ou colectivamente, para promovê-lo e divulgá-lo e para celebrar o culto religioso em público ou em privado, desde que estes direitos não entrem em conflito com os bons costumes (Artigo 19). A proibição de todas as formas de discriminação e da imposição de impostos onerosos especiais sobre as associações religiosas individuais ou instituições com base na sua adesão confessional está abrangida pelo Artigo 20. Além disso, há outros artigos que relatam indirectamente a questão da liberdade religiosa, por exemplo o Artigo 2, que reconhece e garante os direitos invioláveis do ser humano (incluindo obviamente a liberdade religiosa e a liberdade de culto), e os Artigos 17, 18 e 21 que garantem a liberdade de expressão, a liberdade de assembleia e a liberdade de organizar associações religiosas.

A Constituição também abrange certos aspectos específicos da liberdade religiosa. Por exemplo, o Artigo 7 afirma que o Estado e a Igreja Católica são, cada um dentro da sua própria esfera, independentes e soberanos, e que as suas relações são governadas pelos Acordos de Latrão (tal como revistos em 1984 na revisão do acordo), enquanto o Artigo 8, alínea 3 estabelece um Instrumento de Entendimento (*Intesa*), um mecanismo para regulamentar as relações do Estado com as outras confissões religiosas para além da Igreja Católica. Uma disposição legal final importante está contida no Artigo 117, alínea 2c, que reserva à autoridade legislativa exclusiva do Estado a responsabilidade pelas relações com as confissões religiosas. Isto acontece porque se trata de uma questão estritamente ligada ao exercício de

⁸⁶⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/italy

População: http://demo.istat.it/bil2012/index_e.html

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Italy>

uma liberdade fundamental, em relação à qual o Estado tem a responsabilidade de garantir um «nível de aplicação» uniforme em todo o território nacional.

Finalmente, há dois outros aspectos legais a ter em conta, nomeadamente por um lado a lei da União Europeia (Artigos 10, 21 e 22 da Carta dos Direitos Fundamentais da UE e os Artigos 10 e 17 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), e por outro as disposições administrativas dos Governos autónomos locais e em particular regionais.

Comunidades religiosas com um Instrumento de Entendimento

Antes de uma denominação religiosa poder iniciar o procedimento para este acordo, tem primeiro que tudo de obter reconhecimento prévio da sua personalidade jurídica por parte do Ministério do Interior, de acordo com a Lei n.º 1159 de 24 de Junho de 1929 (a chamada lei das religiões permitidas que, desde que entrou em vigor em 1930, ainda governa as relações entre o Estado e as religiões que não têm um documento de entendimento). Cabe ao Governo iniciar os procedimentos. Os órgãos religiosos em questão devem apresentar o pedido adequado.

A versão preliminar do documento de entendimento, redigida por ambas as partes, é submetida a avaliação por um Comité Consultivo para a Liberdade Religiosa constituído por especialistas e académicos. Este órgão tem a responsabilidade de verificar quaisquer problemas possíveis relacionados com a preparação do próprio documento de entendimento e de disponibilizar directivas gerais para as suas disposições. Após a conclusão das negociações, o texto resultante é submetido e examinado pelo Conselho de Ministros e – após assinatura pelo presidente do Conselho de Ministros e pelo representante da entidade religiosa em questão – o projecto para aprovação da *Intesa* é encaminhado para o Parlamento.

Entre as entidades aprovadas desta forma ao longo dos anos e que agora estão totalmente legais em termos estatutários estão as seguintes: União das Comunidades Judaicas Italianas, União Cristã Baptista Evangélica de Itália, Confederação das Igrejas Metodistas e Waldesianas, União Italiana dos Adventistas do Sétimo Dia e Igreja Apostólica em Itália. Os acordos mais recentes – cuja legislação relevante foi aprovada no final de 2012 – foram estabelecidos com a União Budista Italiana e a União Hindu Italiana. Estes foram de facto os primeiros acordos com órgãos religiosos que não têm origem judaico-cristã.

Um grupo religioso que ainda não está entre os que assinaram este tipo de entendimento com o Estado italiano é a Comunidade Islâmica, apesar do facto de representar a maior comunidade não-católica em Itália. Até hoje não foram iniciadas quaisquer negociações, sobretudo devido ao carácter de diversidade do mundo islâmico e à falta de um órgão, reconhecido por todos, com quem essas negociações possam ser conduzidas. Deve também referir-se que as relações entre o Estado italiano e as Testemunhas de Jeová ainda não foram regulamentadas por lei, embora o projecto-lei relativo a este documento de entendimento esteja de facto quase a concluir os procedimentos parlamentares.

Comunhões religiosas sem um entendimento

Em relação à religiões que não têm este documento de entendimento, a lei que lhes diz respeito vai depender de terem ou não obtido reconhecimento da sua pessoa jurídica. As que o fizeram vão gozar de maior liberdade do que as que não o fizeram, pois estas não são consideradas como pessoas jurídicas na lei italiana. Contudo, em todos os casos, a ambas as categorias é mesmo assim garantida liberdade religiosa, tanto ao nível constitucional em relação aos seus direitos básicos, como ao nível jurídico, segundo a Lei n.º 1159 de 24 de Junho de 1929, acima referida.

Liberdade religiosa e a lei da ‘homofobia’

A 19 de Setembro de 2013, foi aprovada na câmara baixa do Parlamento Italiano uma proposta de lei (o projecto-lei Scalfarotto-Leone contra a «homofobia e a transfobia») por 228 votos a favor e 108 contra, com cinquenta e sete abstenções. Esta proposta de lei está a gerar uma amarga controvérsia na sociedade e na cultura italianas, baseada sobretudo no facto de a legislação proposta parecer ter como objectivo não a protecção contra a violência, mas sim a mudança da opinião pública em relação à homossexualidade.

Muitos líderes seculares e religiosos queixaram-se que esta iniciativa é uma tentativa de amordaçar a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, e referiram-se ao seu óbvio preconceito ideológico. Além disso, os líderes dizem também que as leis existentes relativas aos crimes contra a pessoa já são suficientemente adequadas para punir os tipos de comportamentos que a proposta Scalfarotto-Leone procura criminalizar.

A motivação ideológica é evidente pelo facto de, caso este projecto-lei seja aprovado, na realidade impedir tanto as associações privadas como os cidadãos individuais de se oporem, com argumentos civis e fundamentados, a medidas propostas como por exemplo o ‘casamento’ homossexual ou a adopção de crianças por casais do mesmo sexo. Qualquer pessoa que argumente a favor da natureza única da família como união natural entre um homem e uma mulher pode na prática ser acusada de ‘homofobia’ e ser punida com pena de prisão. Mesmo a simples expressão de uma opinião crítica da homossexualidade pode ser encarada como ‘homofobia’. O impulso ideológico por detrás do projecto-lei ainda é mais reforçado pelo facto de, entre as penas consideradas, após a conclusão de uma pena de prisão que pode ir de seis meses a um ano, haver ainda mais um requisito de trabalhar «em nome das associações e dos indivíduos homossexuais». Uma das vozes mais críticas entre os eclesiásticos tem sido a do Arcebispo de Ferrara-Comacchio, Monsenhor Luigi Negri, que afirmou que esta iniciativa legislativa podia criar «uma crise democrática real e genuína, dado que o que está em jogo são os direitos constitucionais da livre expressão do pensamento e da liberdade religiosa».⁸⁶⁷ Outra declaração importante feita na perspectiva das confissões religiosas foi a de Guido Guastalla, que falou como representante da comunidade judaica na manifestação «Manif Italia», em oposição à proposta de lei. Guastalla referiu que, se esta lei for aprovada, será então necessário introduzir outra lei contra a ‘heterofobia’ e em defesa da liberdade de expressão. Na esfera secular, entre as críticas mais fortes esteve a de Piero Ostellino, um cronista do *Corriere della Sera*, que a 10 de Agosto de 2013 escreveu que esta proposta de lei confundia «ética com direitos», criando assim condições para um «crime de opinião». Também crítica foi a posição de Franca Sozzani, editora da *Vogue Italia*, que escreveu no seu editorial de 23 de Julho de 2013, uns dias após a aprovação do projecto-lei na câmara baixa, que esta lei resultava «da sujeição cultural da maioria aos éditos caprichosos do politicamente correcto, que alguns estão a procurar estabelecer como uma religião do Estado».

Entre os muitos movimentos que se opuseram a esta iniciativa esteve a «*Manif Italia*», uma iniciativa espontânea, apolítica e não-confessional com ligações estreitas a um movimento com motivações semelhantes em França, *La Manif Pour Tous*, e o grupo *Sentinelle in piedi* (uma vez mais inspirado por um movimento francês com um nome semelhante, *Veilleurs debout*), que se manifestaram em muitas das principais cidades, em especial no norte de Itália, «pelo direito a expressar-se ainda e sempre livremente».⁸⁶⁸ Na altura da elaboração do presente relatório, o projecto-lei ainda está a ser examinado pelo Senado italiano.

⁸⁶⁷ <http://lanuovaferrara.gelocal.it/cronaca/2014/01/04/news>

⁸⁶⁸ www.sentinelleinpedi.it

Mudanças no código de ética médica: a liberdade religiosa (e a liberdade de consciência) em risco?

No âmbito do projecto de reforma do código de ética médica, que se espera que seja aprovado no ano de 2014, um aspecto que tem assumido importância considerável em relação ao respeito pela liberdade religiosa do médico é a revisão do Artigo 22, relacionado com a objecção de consciência. De acordo com Renato Caviglia, médico e vice-presidente da Associação Médica Judaica-Italiana, estas mudanças «irão obrigar os médicos a aderirem escrupulosamente às directivas impostas pelos órgãos científicos internacionais, seguindo cegamente os ditames da sua ética científica e da sua tecnologia. A tendência é para confinar os médicos a limitações rígidas, deixando-lhes muito pouca liberdade de decisão».⁸⁶⁹

É importante referir que a questão da objecção de consciência tem estado há alguns anos no centro de um debate aceso, sobretudo em relação ao aborto.⁸⁷⁰ O direito à objecção de consciência, que está frequente e estreitamente ligado às convicções religiosas pessoais, está novamente a ser desafiado por uma proposta de alteração da Lei n.º 194, através da qual é estipulado (Artigo 9) que um mínimo garantido de 70% do pessoal médico ao serviço nas instalações médicas relevantes não pode ser objector de consciência.

A fé católica e a remoção de símbolos religiosos dos locais públicos

Um aspecto a ser considerado neste contexto é o facto de os símbolos da fé católica ainda terem – mesmo para uma sociedade maioritariamente secularizada – um valor que, embora certamente religioso, é também cultural. Em Itália, tal como em muitos outros países, estes símbolos são também reconhecidos como uma expressão da história, das tradições e da cultura de um país. Foi precisamente este ‘reconhecimento’ que, até à poucos anos, os colocou acima de qualquer conflito ideológico.

Em Itália, o debate relativo à exibição de símbolos religiosos focou-se essencialmente em torno da existência de crucifixos em salas de aula, assembleias de voto público e salas de tribunais – tendo os conflitos sido iniciados por indivíduos privados ou por associações ateias. Contudo, é importante sublinhar o facto de começar a emergir uma distinção – juntamento com o alargar da controvérsia sobre o assunto – entre locais institucionais públicos, isto é edifícios públicos (escolas, hospitais, câmaras municipais, etc.), e espaços públicos urbanos (ruas, praças, parques, etc.).⁸⁷¹

Entre os incidentes reportados em relação a este assunto, o mais controverso foi a remoção do crucifixo do grande átrio da Universidade de Florença, em que o crucifixo que sempre ali esteve pendurado não foi substituído após ser retirado para obras de renovação. De acordo com um relato na edição local do *Corriere della Sera*,⁸⁷² o Reitor Alberto Tesi decidiu que era «adequado que o grande átrio, sendo cada vez mais um local de encontro e intercâmbio, não devesse incluir a presença de símbolos confessionais». Como comentou causticamente o Arcebispo de Florença, Monsenhor Giuseppe Betori: «Se os crucifixos são considerados ofensivos nos espaços seculares da nossa cultura, então devíamos talvez removê-los, juntamente com as Nossas Senhoras e os santos, da Galeria Uffizi e de outros museus.»

⁸⁶⁹ http://it.radiovaticana.va/news/2013/11/26/modifiche_al_codice_deontologico_medico:_in_pericolo_lobiezione_di/it1-750273

⁸⁷⁰ Cf. http://huffingtonpost.it/2013/07/19/aborto-m5s-modifica-194_n_3623780.html?utm_hp_ref=italy

⁸⁷¹ Cf. http://statoechiese.it/images/stories/2014.01/colaianni_simboli.pdf

⁸⁷² <http://corrierefiorentino.corriere.it/firenze/notizie/cronaca/2013/10-maggio-2013/rettore-toglie-croccifisso-aula-magna-rettorato-2121067975541.shtml>

Actos de vandalismo

Muitos países europeus testemunharam actos de violência contra símbolos e locais religiosos, e em Itália eles também parecem estar a aumentar. Em inúmeras ocasiões, este fenómeno tem sido trazido à atenção da OSCE e do seu Gabinete para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos (ODIHR), que expressou preocupação não apenas com a gravidade objectiva mas também com o significado simbólico desses actos de vandalismo e a profanação de locais de culto, cemitérios e monumentos religiosos. O ODIHR tem frequentemente apelado a que os Governos não autorizem que tais actos de violência, danos à propriedade e ameaças fiquem impunes.⁸⁷³ Em Itália, se nos confinarmos aos casos reportados mais evidentes, houve cerca de doze ataques deste tipo no ano passado, maioritariamente contra estátuas da Virgem Maria ou contra crucifixos.

Outros crimes gratuitos contra a fé católica: o concerto do Dia de Maio

Um exemplo gritante deste tipo de violência ocorreu no tradicional concerto do Dia de Maio, em Roma, em 2013. Luca Romagnoli, vocalista do grupo pop *Post-Operative Pain Management* fez um gesto blasfemo – descrito por uma fonte noticiosa *online* como o «epifenómeno da cristianofobia»⁸⁷⁴ – como sacrilégio directo contra a Eucaristia católica, segurando um preservativo no ar numa paródia deliberada da elevação da Hóstia Sagrada e das palavras de consagração na Missa católica. Depois disto, despiu-se em palco. Um representante dos organizadores do concerto, Marco Godano, expressou a sua indignação para com este segundo acto e disse que iriam mesmo tomar medidas legais contra a ofensa e a descortesia do gesto. Mas não houve condenação imediata ou explícita da blasfémia deliberada e gratuita, que foi claramente dirigida contra a fé católica. O Vigário-Geral Cardeal Agostino Vallini expressou a sua «dor pelo facto de exhibições deste tipo, animadas por uma hostilidade para com a religião» [serem permitidas]. «É intolerável», continuou, «ter de testemunhar gestos que ofendem a sensibilidade de milhões de crentes em relação a assuntos que são preciosos e muito queridos para eles, e que ferem o sentido mais autêntico de viver em comunhão pacífica. E é doloroso testemunhar o silêncio dos organizadores e promotores destes espectáculos, que proporcionam o cenário para estas exhibições, tão lamentavelmente desprovidas de inteligência, bom gosto e respeito pelos outros.» Na realidade, a 7 de Maio de 2013, o advogado Gianfranco Amato, enquanto presidente da Associação de Advogados pela Vida (*Associazione Giuristi per la Vita*), apresentou uma queixa formal ao Ministério Público do tribunal em Roma, alegando a violação dos Artigos 404 e 527 do código penal.

Outras comunidades religiosas

Digno de nota, neste contexto, foi o apelo lançado pela Federação de Igrejas Evangélicas em Itália para o estabelecimento de uma lei orgânica sobre liberdade religiosa e liberdade de consciência. A necessidade de uma lei desse tipo foi expressa pelo presidente desta federação, o Pastor Massimo Aquilante, durante uma reunião com a presidente do Parlamento italiano (câmara baixa), Laura Boldrini, a 28 de Dezembro de 2013. Aquilante expressou a esperança de que a lei proposta «ultrapassasse as normas desactualizadas sobre ‘religiões aprovadas’,⁸⁷⁵ e expressasse e tornasse reais os princípios constitucionais de um Estado secular e o reconhecimento desse pluralismo religioso que constitui um aspecto cada vez mais importante da sociedade italiana de hoje em dia».⁸⁷⁶

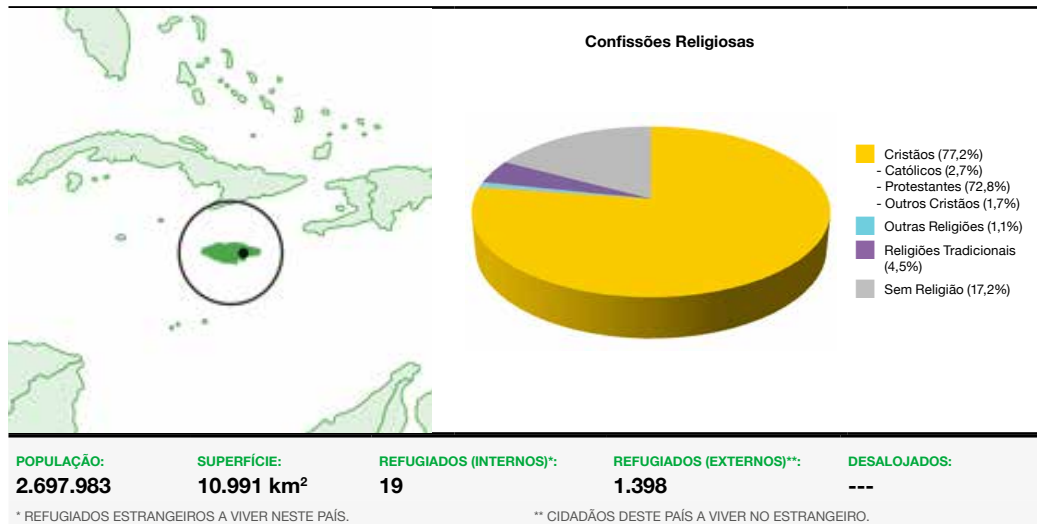
⁸⁷³ Cf. Relatório da OSCE 2012

⁸⁷⁴ <http://libertaepersona.org/wordpress/2013/05/avvisaglie-di-cristianofobia/>

⁸⁷⁵ Lei n.º 1159 de 24 de Junho de 1929

⁸⁷⁶ <http://vociprotestanti.it/2013/09/29/la-presidente-boldrini-riceve-massimo-aquilante-fcei/>

JAMAICA



Informação geral⁸⁷⁷

A língua oficial é o inglês e o sistema político é uma democracia parlamentar. Calcula-se que existam 18 mil imigrantes no país.⁸⁷⁸

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição afirma que ninguém pode ser prejudicado em relação à liberdade de consciência, incluindo a liberdade de pensamento e religião, a liberdade para mudar as suas crenças e para manifestar e propagar a própria religião, seja em público ou em privado, individual ou colectivamente. Nenhuma pessoa pode igualmente ser obrigada a frequentar aulas de instrução religiosa ou a participar numa cerimónia religiosa de uma religião que não a sua. A constituição de um grupo religioso não pode ser mudada sem o consentimento da liderança desta denominação e nenhuma denominação religiosa pode ser impedida de oferecer instrução religiosa aos seus membros. Nenhuma pessoa pode ser obrigada a prestar um juramento contrário, ou de forma contrária, à sua religião.⁸⁷⁹

Os grupos religiosos podem procurar o registo no Parlamento, embora este não seja obrigatório. Contudo, o registo inclui certos benefícios, como por exemplo isenções fiscais e o direito a visitar os seus membros na prisão.⁸⁸⁰

Acontecimentos durante o período em análise

Durante o ano de 2012, alguns grupos de rastafarianos queixaram-se de discriminação por cristãos, embora haja uma aceitação crescente destes grupos. Afirmaram também que alguns aspectos da sua religião, como por exemplo usar rastas e fumar marijuana, tendiam a impedi-los de encontrarem trabalho e obterem estatuto profissional.

⁸⁷⁷ www.globalreligiousfutures.org/countries/jamaica
<http://statinja.gov.jm/PressReleases/pressreleasecensus.aspx>; Recenseamento de 2011
<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Jamaica>

⁸⁷⁸ www.nationmaster.com/country/jm-jamaica/imm-immigration

⁸⁷⁹ www.wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file_id=214629

⁸⁸⁰ www.state.gov/documents/organization/208702.pdf

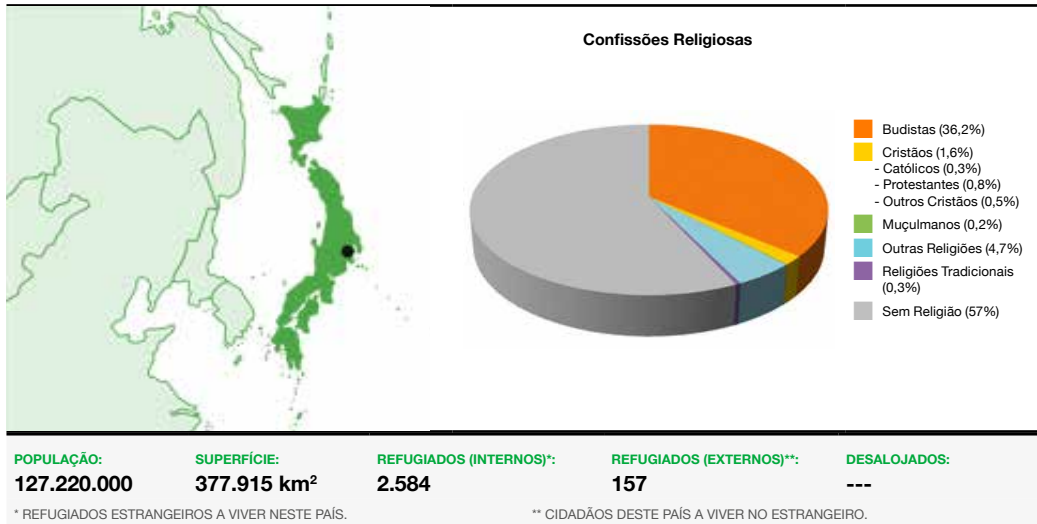
Um grupo rastafariano, chamado Igreja de Haile Selassie I, continuou os seus esforços para obter reconhecimento legal no registo de grupos religiosos. Contudo, o reconhecimento foi-lhes novamente negado. Os deputados argumentaram que algumas das suas práticas religiosas, incluindo o uso de marijuana, eram ilegais. O grupo protestou, afirmando que apenas usava ervas legais.⁸⁸¹

Em Novembro de 2012, a empresa estatal de autocarros da Jamaica proibiu pregadores cristãos de pregarem nos seus veículos. O chefe da empresa afirmou que muitos dos seus clientes se tinham queixado de serem abordados por pregadores que evangelizavam em voz alta dentro dos autocarros.⁸⁸²

⁸⁸¹ www.state.gov/documents/organization/208702.pdf

⁸⁸² www.acontecercristiano.net/2012/11/prohiben-predicar-en-transporte-publico.html

JAPÃO



O Japão⁸⁸³ é uma monarquia constitucional (estabelecida como um império) governada por um Governo parlamentar. A Constituição e as leis actuais garantem a liberdade religiosa e isso é totalmente respeitado na prática.

De acordo com o Centro Berkley de Religião, Paz e Assuntos Mundiais da Universidade de Georgetown, Washington D.C., «o Japão tem uma ausência total de conflitos religiosos e uma das taxas mais baixas de intervenção estatal nos assuntos religiosos. Tem sido assim desde a separação entre a religião xintoísta e o Estado japonês após a Segunda Guerra Mundial. O Governo continua empenhado em garantir a liberdade de consciência e culto. Os grupos religiosos devem registar-se de modo a receberem benefícios fiscais, mas o processo não é discriminatório.»⁸⁸⁴ Existem 221.189 organizações religiosas registadas no Japão hoje em dia.⁸⁸⁵

⁸⁸³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/japan

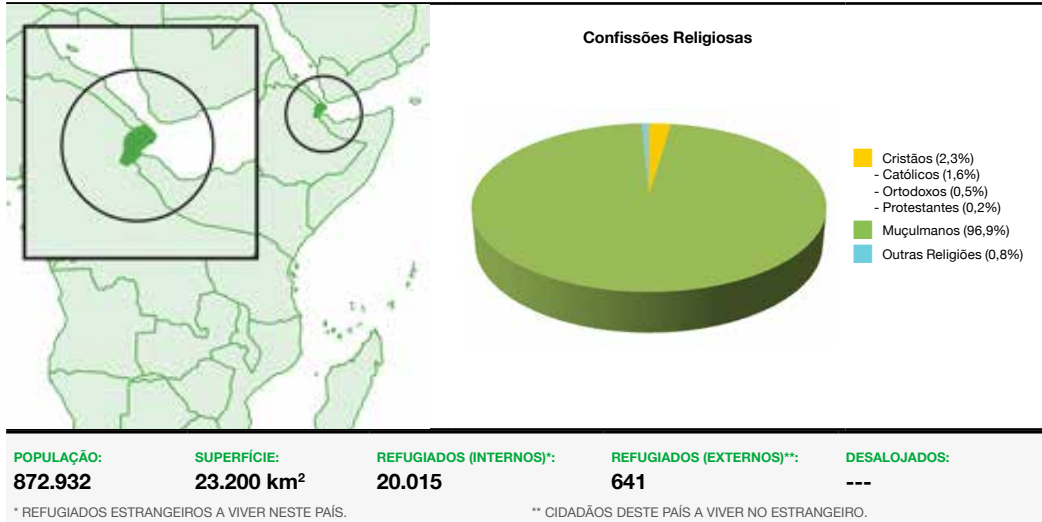
População: www.stat.go.jp/english/index.htm

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e488196&submit=GO

⁸⁸⁴ <http://berkeleycenter.georgetown.edu/essays/religious-freedom-in-japan>

⁸⁸⁵ www.stat.go.jp/english/data/nenkan/1431-23.htm

JIBUTI



A Constituição⁸⁸⁶ do Jibuti⁸⁸⁷, datada originalmente de 1992, foi revista em 2010 e agora inicia com estas palavras: «Em nome de Deus, o Todo-Poderoso», seguida das palavras: «O Islamismo é a religião do Estado». Independentemente disso, nos Artigos 1 e 3 proclama a igualdade de todos os cidadãos «sem distinção de língua, origem, raça, sexo ou religião». Desde a elaboração original da Constituição que os partidos políticos estão proibidos «de se identificarem com uma raça, grupo étnico, sexo, religião, seita, língua ou religião» (Artigo 6). O Artigo 11 afirma: «Cada pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência, religião, culto e opinião, no respeito pela ordem estabelecida pela lei e pelos regulamentos.» Em teoria, a Constituição não proíbe explicitamente o proselitismo e as leis ordinárias não estabelecem sanções para os que não observam os preceitos islâmicos ou que professam outra religião.

Uma lei aprovada em Outubro de 2012 dá ao Ministério dos Assuntos Religiosos amplos poderes para controlar as mesquitas no país e o conteúdo das orações. Daí que a autoridade do ministério abranja todas as questões relacionadas com o Islamismo e as instituições islâmicas: mesquitas, escolas privadas religiosas (que também são da responsabilidade do Ministério da Educação) e celebrações religiosas. O Conselho Superior Islâmico do ministério pode emitir declarações formais sobre todas as questões relacionadas com os Muçulmanos, além de coordenar todas as ONG islâmicas (as não-islâmicas estão sob a responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros). É costume o presidente e outras autoridades governamentais (incluindo os magistrados) fazerem um juramento usando uma fórmula religiosa, mas não há sanções específicas quando o juramento não é realizado. Para colocar este aspecto no seu contexto global deve referir-se que uma pequena minoria de responsáveis estatais não são muçulmanos.

Os códigos legislativos também incorporam elementos da lei islâmica: assim, no que diz respeito aos Muçulmanos, as questões domésticas e da lei de família são resolvidas por tribunais islâmicos, que aplicam estas leis para além das leis civis. O casamento religioso é

⁸⁸⁶ A versão original da Constituição e as posteriores revisões podem ser visualizadas em: <http://presidence.dj/>

⁸⁸⁷ Confissões Religiosas: [www.globalreligiousfutures.org/countries/djibouti](http://data.worldbank.org/country/djibouti)

População: <http://data.worldbank.org/country/djibouti>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): <http://unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e483836&submit=GO>

a única forma de casamento permitida. Entre os impedimentos «provisórios» ao casamento, o Código da Família de 2002 refere especificamente «o casamento entre uma mulher muçulmana e um homem não-muçulmano».⁸⁸⁸ Para os não-muçulmanos, as questões familiares são tratadas na sua totalidade por tribunais civis (geridos pelo Estado). Por isso, para eles, tal como para os estrangeiros, o casamento civil é possível. A educação religiosa não está incluída no currículo das escolas estatais. No entanto, há dezenas de escolas islâmicas no país.

Todos os grupos religiosos são obrigados a registar-se no Ministério do Interior. Quando o pedido de registo é recebido, segue-se uma investigação por parte do ministério, um facto que, acrescido às ineficiências burocráticas, torna todo o processo muito lento. Os grupos religiosos estrangeiros devem além disso submeter um segundo pedido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Se este pedido for aprovado, é seguido da assinatura de um acordo no qual as actividades do grupo são especificadas e que é válido por dois anos. A actividade missionária é permitida tanto para os estrangeiros muçulmanos como cristãos. Alguns cristãos somalis foram autorizados a vender livros sagrados e a envolverem-se em trabalho humanitário, enquanto vários grupos missionários estrangeiros receberam fundos para abrirem orfanatos. No entanto, os missionários ocidentais não se envolveram directamente em actividades de proselitismo.

Em geral, os missionários estrangeiros não-islâmicos conseguem entrar no país com um simples visto de turismo e registar organizações não governamentais.⁸⁸⁹ Em relação à Igreja Católica, o Jibuti é uma sede episcopal e actualmente o seu bispo, Monsenhor Giorgio Bertin, também cumpre o papel de administrador apostólico de Mogadíscio. Os Cristãos Católicos, a maior parte dos quais franceses, e a Igreja Ortodoxa da Etiópia estão presentes no Jibuti há cerca de um século. Em relação à liberdade para evangelizar, esta não é de facto exercida por missionários ocidentais. O controlo ministerial traduz-se igualmente numa limitação no sentido institucional. Contudo, pertencer a outra religião que não a religião do Estado não parece ser um impedimento para exercer uma profissão.

A lei que alarga os poderes governamentais em relação às mesquitas faz parte de uma estratégia de combate ao terrorismo.⁸⁹⁰ Dada a fragilidade das suas fronteiras e também da sua posição geográfica, o Jibuti está muito exposto à infiltração por guerrilhas somalis do grupo islamista al-Shabaab. Para evitá-lo, foram também tomadas iniciativas que envolvem alguns dos jovens mais pobres, entre os quais houve um aumento de violência. As leis que governam as mesquitas permitem que o Governo imponha restrições ao conteúdo dos sermões para prevenir o incitamento à violência, e o Ministério dos Assuntos Religiosos pode também ditar os assuntos para discussão - uma vez mais, com o objectivo de limitar a actividade política nos locais de oração. Nalgumas ocasiões, os imãs foram interrogados ou detidos pelas autoridades depois de pregarem os seus sermões, mas foram rapidamente libertados sem quaisquer procedimentos contra eles. No final de 2012, o Conselho Superior Islâmico solicitou o boicote ao grupo islâmico al-Ahbash, que tem seguidores sobretudo entre a comunidade etíope, acusando-os de promoverem uma versão «corrompida» do Islamismo. Como consequência, o al-Ahbash foi forçado a encerrar as suas escolas islâmicas (madrassas) e o Conselho nomeou um novo imã para a sua mesquita. Deve referir-se que na Etiópia o al-Ahbash tem estado no centro da controvérsia nos últimos anos. Este grupo é considerado por muitos muçulmanos como um grupo promovido pelo Governo etíope por

⁸⁸⁸ <http://presidence.dj/jo/2002/loi152an02.php>

⁸⁸⁹ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dliid=208142

⁸⁹⁰ www.state.gov/j/ct/rls/crt/2012/209979.htm

razões políticas.⁸⁹¹ Estas preocupações são referidas pela *Freedom House*⁸⁹² na sua avaliação de que o Jibuti «não é livre».

Concluindo, com excepção do grupo al-Ahbash (numericamente marginal entre os grupos islâmicos), nenhuma comunidade religiosa como tal foi discriminada ou perseguida. A lei sobre as mesquitas, que dá ao Governo amplos poderes de controlo sobre estes locais de culto, e a sua aplicação na prática são, em conjunto, aspectos que levaram a uma redução da liberdade religiosa no país. Em relação às religiões não-islâmicas no país, a situação manteve-se substancialmente inalterada. Em termos de atitudes sociais, as conversões do Islamismo não são incentivadas, embora tenham de facto ocorrido nalguns casos. As situações de hostilidade para com os Cristãos foram poucas e isoladas.

⁸⁹¹ <http://africanarguments.org/2012/11/16/ethiopia-government-increasingly-intolerant-of-islam-risks-radicalization-of-muslim-population-%E2%80%93-by-alemayehu-fentaw-weldemariam/>

⁸⁹² www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2013/djibouti-0

JORDÂNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
6.330.000	89.328 km²	613.104	1.588	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

De acordo com a Constituição de 1952 da Jordânia⁸⁹³, que ainda está em vigor, o Islamismo é a religião do Estado e o árabe é a língua oficial (Artigo 2). Contudo, o Reino Hachemita também reconhece certas minorias étnicas (nomeadamente os Circassianos) e minorias religiosas (cristãs), sendo os Drusos considerados como muçulmanos e os Bahá'í como não tendo religião. A Constituição declara: «O povo Jordano é igual perante a lei. Não há distinção entre pessoas em relação aos seus direitos e deveres, seja com base na raça, na língua ou na religião.» (Artigo 6).

O número de cristãos vai até aos 250 mil– ou cerca de 4% da população. Estão representados nas instituições estatais, no Parlamento (nove lugares segundo o sistema de quotas), no Governo e em diversos outros postos oficiais. Desde 2010, os Cristãos detiveram seis dos sessenta lugares da Câmara Alta, cujos membros são todos nomeados pelo rei. Desde 2013 que os Cristãos detêm nove dos 150 lugares que constituem a Câmara Baixa, que é um órgão eleito.

Desde 21 de Janeiro de 2009 que várias denominações cristãs se juntaram no Conselho de Igrejas da Jordânia, que é constituído pelos responsáveis das onze comunidades reconhecidas, incluindo não apenas as Igrejas cristãs orientais tradicionais e os Católicos do rito latino, como também três comunidades protestantes. Este conselho é um órgão consultivo do Governo para todos os assuntos relacionados com os Cristãos. Enquanto órgão administrativo, trabalha em coordenação com os ministérios no que diz respeito à construção de igrejas, à abertura de escolas e à concessão de autorizações de residência e trabalho. Entre si, as diversas Igrejas e comunidades religiosas gerem noventa e três estabelecimentos de ensino. Destes, quarenta e quatro são católicos. Entre estes estabelecimentos católicos, vinte e quatro pertencem ao Patriarcado Latino de Jerusalém. Estas escolas aceitam muitos alunos muçulmanos.⁸⁹⁴

A 8 de Maio de 2009, durante a sua peregrinação à Jordânia, o Papa Bento XVI visitou a Madaba e colocou a primeira pedra de uma universidade católica sob o patrocínio do Patriar-

⁸⁹³ Confissões Religiosas: www.thearda.com/internationalData/countries/Country_119_2.asp

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Jordan>

⁸⁹⁴ <http://en.lpj.org/the-diocese/schools/>

cado Latino de Jerusalém. No Outono de 2013, esta universidade tinha 1.222 estudantes de diferentes nacionalidades, incluindo diversos muçulmanos. Agora chama-se Universidade Americana de Madaba.⁸⁹⁵

Apesar do respeito de que gozam na sociedade, os Cristãos lamentam a falta de qualquer referência ao Cristianismo nos livros de história das escolas públicas que abrangem o período até ao século VII (a época da conquista islâmica). Os manuais escolares passam directamente do Império Romano para a tomada de poder pelo Islamismo.

Os Cristãos gozam de autonomia estatutária na gestão dos seus assuntos internos, como o ensino e o trabalho social, e têm a sua própria jurisdição em questões relacionadas com o direito pessoal (casamento, heranças, etc.). Mas nenhuma mulher muçulmana é autorizada a casar com um homem cristão, de acordo com o Corão (cf. a segunda Sura, verso 221). Por outro lado, uma mulher cristã pode casar com um homem muçulmano. Esta lei existe tendo em conta que os filhos seguem a religião do pai.⁸⁹⁶

A Constituição reconhece a liberdade de culto sob todas as formas, excepto quando esta é incompatível com a ordem pública e a decência (Artigo 14). Contudo, um muçulmano não está autorizado a converter-se ao Cristianismo. O sistema legal baseia-se na *sharia* para resolver quaisquer possíveis questões a este respeito.

A presença no Parlamento de grupos extremistas, incluindo a Irmandade Muçulmana – e a influência dos fundamentalistas salafistas –, significa que a agenda islâmica está a crescer na sociedade e esta é uma preocupação crescente para os Cristãos.⁸⁹⁷ Por exemplo, em Maio de 2012, uma mulher cristã contratada pelo Banco Islâmico do Dubai na Jordânia foi despedida por se ter recusado a usar o véu islâmico, tal como requerido por um novo regulamento interno.⁸⁹⁸

O rei Abdullah II expressou a sua intenção de mostrar boa vontade para com os Cristãos, não apenas os da Jordânia mas também os dos países árabes vizinhos. A 3 e 4 de Setembro de 2013, convidou representantes de todas as Igrejas cristãs nestes países para que viessem a Amã e pediu-lhes que falassem sobre a sua situação numa altura em que a sua existência está cada vez mais ameaçada. O título do congresso foi ‘Os desafios que os Cristãos árabes enfrentam’. Os participantes conseguiram expressar-se com total liberdade.⁸⁹⁹

É muito provável que estes desafios aumentem. Em meados de 2014 havia relatos de mais de 600 mil refugiados sírios na Jordânia. Representando 10% da população, os novos refugiados estavam a colocar cada vez mais pressão na economia já frágil do país. Com o desemprego até 30% e preocupações com a perda de empregos para os refugiados, muitos comentadores políticos alertaram para os tempos difíceis no futuro próximo, sobretudo se as populações nativas se revoltarem à medida que abrem espaço para os 500 mil recém-chegados que invadem os centros urbanos.⁹⁰⁰ Profundamente conscientes de que o Governo é um dos poucos que sobreviveu à Primavera Árabe, expressaram-se receios de que cresça o apoio por parte de grupos extremistas intolerantes em relação às minorias religiosas e outras. No *New York Times*, a comentadora Marisa L. Porges escreveu: «Num país há muito tempo considerado como um dos mais estáveis da região, os problemas socioeconómicos [da Jordânia] são suficientemente preocupantes... Os Jordanos estão a começar a acreditar que

⁸⁹⁵ <http://aum.edu.jo/en/and/vaticaninsider.lastampa.it/en/world-news/detail/articolo/universita-giordania-cattolici-universidad-jordania-catolicos-university-jordan-roman-cath/>

⁸⁹⁶ http://jordan.usembassy.gov/acs_marriage_jordan.html

⁸⁹⁷ www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/salafi-jihadists-on-the-rise-in-jordan

⁸⁹⁸ cf. Antoine Fleifel, *Géopolitique des chrétiens d'Orient*, éd. L'Harmattan, 2013, p. 89

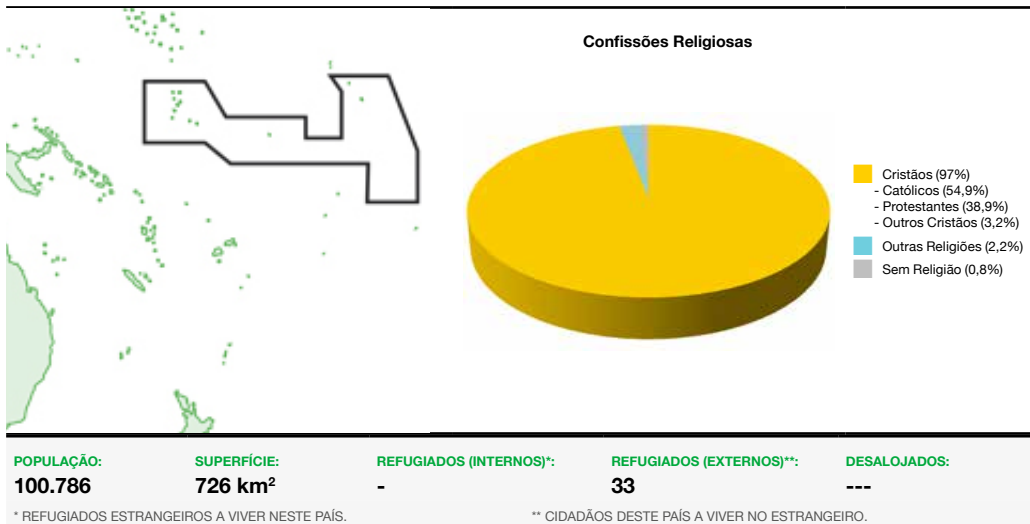
⁸⁹⁹ cf. Annie Laurent, «Une réunion inédite», in *La Nef*, n.º 253, Novembro de 2013

⁹⁰⁰ *Al Jazeera*, 17 de Abril de 2014

o seu Governo (e a comunidade internacional) está a ajudar os refugiados sírios à sua custa. Embora estas tensões ainda não tenham levado a tumultos e a uma violência generalizada, observadores locais temem que esta situação possa não durar... os refugiados podem trazer para a Jordânia uma 'nova Primavera Árabe'. Esse tipo de agitação seria devastadora para a Jordânia.»⁹⁰¹

⁹⁰¹ *New York Times*, 17 de Março de 2014, Marsia L. Porges

KIRIBATI



Kiribati⁹⁰², formalmente conhecido como Ilhas Gilbert, tornou-se num protectorado britânico em 1892. Anexada pelo Japão em 1941, voltou a estar sob controlo do Reino Unido após a Segunda Guerra Mundial. O país ganhou a independência em 1979, assumindo então o nome de Kiribati.

Embora os Católicos estejam em maioria no país, estão concentrados nas ilhas a norte, enquanto os Protestantes constituem a maioria nas ilhas a sul. O clero católico expatriado (maioritariamente francês) tem sido largamente substituído por padres e religiosas de Kiribati. Os catequistas locais orientam a Liturgia da Palavra na maior parte das ilhas, entre visitas ocasionais de um sacerdote. Os ministros protestantes são todos originários de Kiribati. Os sacerdotes da religião tradicional da ilha interpretaram profecias e fizeram ofertas aos deuses que descem de tempos a tempos, instalando-se em pilares de coral calcário e outros santuários ou assumindo formas de animais. O *site everyculture.com* informou que há médiuns espíritas que provavelmente ainda estão activos e são vistos com grande ambivalência.

Não existe religião estatal. A influência do Cristianismo é visível na Constituição, cujo preâmbulo afirma: «nós, o povo de Kiribati, reconhecendo Deus como Pai Todo-Poderoso em quem confiamos e com fé no valor duradouro da nossa tradição e património, concedemo-nos agora esta Constituição...». A maior parte das reuniões e eventos governamentais começam e terminam com uma oração cristã conduzida por um sacerdote ou outro responsável da Igreja. O Governo observa a Páscoa, o Natal e o Dia Nacional do Evangelho como feriados nacionais.

A Constituição de 1979⁹⁰³ estabeleceu total liberdade religiosa. O capítulo II, secção 11 explica que a liberdade de consciência não pode ser violada e que a consciência inclui o pensamento e a religião. A secção 11 fornece detalhes adicionais para as formas como as organizações religiosas podem operar e como a instrução religiosa pode ser realizada. Kiribati tem um sistema de registo de grupos religiosos. Para conseguir o registo oficial, os grupos religiosos devem ter um número mínimo de membros. Na prática, contudo, não são impedidos

⁹⁰² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/kiribati
População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Kiribati>

⁹⁰³ <http://parliament.gov.ki/content/constitution-kiribati>

de levar a cabo as suas operações se não se registarem e, até ao momento, nenhuma comunidade de fé foi penalizada. Segundo o Instituto da Religião e das Políticas Públicas, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias não está registada, mas funciona livremente. A Constituição concede explicitamente às comunidades religiosas o poder de manterem instalações educativas como um direito cedido constitucionalmente.

O relatório norte-americano sobre a Liberdade Religiosa Internacional relatou problemas ocasionais com os grupos religiosos que são considerados como estando fora do sistema e que quiseram fazer proselitismo nalgumas aldeias e nas ilhas exteriores. Para evitar conflitos, alguns destes grupos não tentaram fazer proselitismo nas aldeias onde não se sentiram acolhidos. Apesar de tudo, não tem havido confrontos ou violência.

Os missionários estrangeiros estão presentes e fazem o seu trabalho livremente.

KOSOVO



Confissões Religiosas



- Cristãos (6,1%)
 - Católicos (1,5%)
 - Ortodoxos (4,5%)
 - Protestantes (0,1%)
- Muçulmanos (93,8%)
- Outras Religiões (0,1%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.807.106	10.887 km²	-	---	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A liberdade religiosa no Kosovo⁹⁰⁴ é protegida pela Constituição e por outras leis.⁹⁰⁵ A lei afirma o direito à liberdade de expressão, consciência e religião para todos os cidadãos, independentemente das suas convicções religiosas. Prevê também direitos iguais para todos os grupos religiosos. O país não tem uma religião oficial. É proibida a discriminação com base na religião. Não há legislação a permitir que os grupos religiosos se registem e obtenham estatuto legal.

A liberdade religiosa continua a ser exercida no Kosovo. Há três religiões – Islamismo, Cristianismo Ortodoxo e Catolicismo – que coexistem há bastante tempo neste país. Os contactos entre os líderes religiosos da Igreja Católica Albanesa do Kosovo, os líderes islâmicos e os líderes ortodoxos sérvios têm sido mais frequentes e as relações têm melhorado.

A religião não é um factor que contribua significativamente para a divisão entre kosovares albaneses e sérvios. Pelo contrário, os líderes religiosos conseguem desempenhar um papel fundamental ao facilitarem a reconciliação entre os diferentes grupos. Em Setembro de 2013, o Kosovo celebrou 1.700 anos do Édito de Milão⁹⁰⁶, o importante documento sobre tolerância religiosa publicado em 313 a.C. pelo Imperador Romano Constantino o Grande. Constantino era originário dos Balcãs, tendo nascido em Naissus (a moderna Niš) de um pai com origens na Dardânia, região que representa basicamente o Kosovo actual.

Apesar de haver melhores relações entre responsáveis, inúmeros lugares religiosos históricos foram sujeitos a pequenos roubos e vandalismo,⁹⁰⁷ incluindo igrejas ortodoxas sérvias, e cemitérios ortodoxos e muçulmanos. Em Fevereiro de 2013, a profanação alargada de cemitérios ortodoxos sérvios revelou à comunidade sérvia a vulnerabilidade desses lugares durante as épocas de tensão política. Os líderes protestantes queixam-se da sua incapacidade em construir um cemitério ou uma igreja em Deçani e Pristina. Alegam que os municípios ignoraram os seus pedidos para um espaço a fim de construir um cemitério.

⁹⁰⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/kosovo

População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

⁹⁰⁵ www.rks-gov.net

⁹⁰⁶ www.reuters.com/article/2013/10/06/us-serbia-christianity-idUSBRE99506O20131006

⁹⁰⁷ www.eparhija-prizren.com/en and www.islamicpluralism.org/1951/denounce-vandalism-of-jewish-graveyard-in-kosova

Organizações não-governamentais de orientação muçulmana relataram que as escolas públicas tinham impedido algumas alunas de usarem lenços na cabeça e de frequentarem as aulas. As escolas tinham aplicado uma directiva administrativa de 2010 do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia que proibia as alunas do ensino primário e secundário de usarem lenços na cabeça dentro das instalações da escola. Em Gnjilane, uma cidade a leste do Kosovo, catorze alunas que usaram lenços na cabeça foram expulsas de uma escola pública. Mais tarde, o ministro da Educação e o presidente da câmara concordaram que as raparigas podiam regressar temporariamente à escola usando os lenços na cabeça.

Em Julho de 2012, uma faculdade islâmica aderiu formalmente à Universidade de Pristina⁹⁰⁸ e tornou-se no único programa de ensino superior em estudos religiosos acreditado no país.

A maioria dos 1,8 milhões de habitantes do Kosovo são muçulmanos, pelo menos nominalmente. Estes incluem albaneses, eslavos muçulmanos (actualmente definidos como goras e bósnios), ciganos e turcos. Os Albaneses do Kosovo são moderadamente religiosos e frequentam cerimónias religiosas sobretudo nos feriados religiosos, casamentos e funerais. Apenas cerca de 12% participam nas orações de sexta-feira. O Kosovo é um centro da seita sufi de Bektashis, uma seita não-ortodoxa do Islamismo que está espalhada pela Albânia, Macedónia e entre os albaneses do Sul da Sérvia. Os seus membros bebem bebidas alcoólicas em público e os seus rituais podem ser conduzidos por mulheres, que não cobrem a cabeça e são tratadas como iguais.

Na era pré-otomana, o Kosovo era cristão, com um forte sentido de família e raízes étnicas, o que teve como consequência a longa resistência albanesa ao domínio turco e uma relutância em assumir uma identidade islâmica. A prática islâmica foi desencorajada durante a segunda metade do século XX sob o regime comunista e a ocupação sérvia.

Hoje em dia, os centros de devoção islâmica são mesquitas e casas de encontro espiritual (dervixe) conhecidas como teqes. Havia 560 mesquitas no Kosovo antes da guerra de 1998-99. Todas as grandes cidades tinham mesquitas. As sessenta teqes situavam-se no sul do Kosovo, nas cidades de Prizren, Đakovica, Peć e Orahovac. As mulheres albanesas kosovares têm tido considerável acesso à educação desde há uma geração e muitas estão representadas nas profissões. As mulheres são subordinadas nos papéis familiares em resultado de uma tradição cultural patriarcal e não da crença religiosa.

Apenas um pequeno número de mulheres mais jovens adoptou a cabeça coberta islâmica. A propaganda fundamentalista não é amplamente divulgada. Um certo grau de influência fundamentalista entrou no Kosovo através de actividades de alguns grupos de ajuda humanitária do Médio Oriente. Ainda é evidente no Kosovo uma considerável resistência ao fundamentalismo entre os Muçulmanos albaneses. A população extremamente jovem é orientada para o Ocidente e procura a influência cultural da Europa Ocidental.

A ortodoxia no Kosovo é associada à etnia sérvia. A maior parte dos sérvios considera que pertence à comunidade ortodoxa sérvia no sentido cultural, histórico e religioso. Para eles, o Kosovo e os seus mosteiros ortodoxos permanecem como os símbolos fundamentais da sua identidade étnica. Estes incluem 1.400 locais apresentados como importantes em termos de património cultural para o povo Sérvio, incluindo 500 monumentos culturais e 162 locais classificados como património cultural de extrema importância. Três locais em particular são fundamentais para a história sérvia. São eles Peć, o Patriarcado Ortodoxo Sérvio para o período medieval e otomano inicial; o Mosteiro Dečani, que aloja o sarcófago do governante

⁹⁰⁸ www.setimes.com/cocoon/setimes/xhtml/en_GB/features/setimes/features/2012/10/22/feature-02

sérvio do século XIV Stefan Decanski; e Prizren, o local onde repousa o filho de Decanski, o Imperador Stefan Dušan.

Os responsáveis governamentais do Kosovo confirmaram o seu apoio à reconstrução de locais da Igreja Ortodoxa Sérvia. A polícia do Kosovo tem assumido a responsabilidade de proteger os locais históricos e religiosos através da KFOR, a força de paz liderada pela NATO no Kosovo. Até à data, apenas o Mosteiro Visoki Dečani permanece sob protecção da KFOR. A protecção do Patriarcado de Peć foi transferida da KFOR para a polícia kosovar em Agosto. O seminário ortodoxo funciona bem nas suas instalações em Prizren.

Cerca de 65 mil albaneses kosovares são católicos e constituem cerca de 1,5% da população do Kosovo. Além disso, há ciganos católicos e pequenas comunidades de católicos croatas. A Igreja Católica tem vinte e três paróquias, com trinta e cinco sacerdotes. A Igreja Católica no Kosovo é liderada pelo Bispo Dodde Gjergji, que está sediado em Pristina. Existem há bastante tempo congregações católicas croatas e ciganas nas áreas de Janjevo, em tempos uma próspera cidade croata kosovar, e em Letnica, o lugar de devoções à Virgem Maria, embora ambas tenham diminuído significativamente em número devido à emigração.

Os Católicos desempenham um papel público fundamental nas comunidades onde têm uma grande representação, como por exemplo Đakovica. A maior parte dos sacerdotes católicos albaneses kosovares são irmãos da ordem franciscana. A maioria estudou na Bósnia-Herzegovina, nas instalações da Província Franciscana Bosna Srebrena, cuja sede é em Sarajevo. Outros estudaram na Croácia e na Eslovénia. Quase todo o clero católico albanês mantém uma ligação com a Bósnia e Herzegovina ou a Croácia.

A 17 de Fevereiro de 2008, o Kosovo declarou a sua independência em relação à Sérvia. Até à data, o Kosovo foi reconhecido por 104 estados-membros da ONU, incluindo vinte e três estados-membros da União Europeia. A KFOR tem continuado a ajudar a garantir a segurança no Kosovo. Em Janeiro de 2013, a KFOR tinha 5.134 soldados. O EULEX, que opera segundo a Política de Segurança e Defesa Europeia da UE, monitoriza e aconselha o Governo do Kosovo em todas as questões relacionadas com o estado de direito, especificamente a polícia, os tribunais, os funcionários aduaneiros e as prisões. O mandato do EULEX terminou em Junho de 2014. Desde Janeiro de 2013, as reuniões dos primeiros-ministros da Sérvia e do Kosovo têm-se focado no norte do Kosovo. Estas discussões resultaram no 'Primeiro acordo sobre os princípios que governam a normalização das relações', assinado a 19 de Abril. Este sucesso representa uma mudança fundamental nas relações entre os dois lados.

O Kosovo tem dado passos significativos para uma melhoria visível e permanente das relações com a Sérvia.⁹⁰⁹ A 8 de Março, o EULEX deu início a uma operação conjunta⁹¹⁰ com a polícia do Kosovo e a KFOR para parar uma série de ataques com granadas de mão em Mitrovica, no Norte. Foi relatada mais agitação após o início do acordo de 19 de Abril. Algumas pessoas na liderança sérvia kosovar apelaram a que fosse realizado um referendo ao acordo e ameaçaram boicotar a sua implementação. A contenção e a abordagem inclusiva de Pristina, em conjunto com o papel positivo desempenhado por Belgrado, impediram o agravamento da situação. Contudo, ocorreram diversos incidentes de segurança no norte do Kosovo. A 19 de Setembro de 2013, um membro do EULEX foi morto num ataque a uma caravana do EULEX no Norte do Kosovo. Os líderes do Kosovo e da Sérvia condenaram o ataque com veemência.

⁹⁰⁹ http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2013/sr_spring_report_2013_en.pdf

⁹¹⁰ www.eulex-kosovo.eu/en/pressreleases/0416.php

No início de Novembro de 2013 foram realizadas no Kosovo eleições locais fundamentais,⁹¹¹ supervisionadas por mais de 28 mil observadores eleitorais. Mais de 5.000 polícias foram destacados para guardar as assembleias de voto. Embora o processo eleitoral tenha sido observado de perto por observadores da União Europeia, ocorreu um incidente durante a tarde quando um grupo de cerca de trinta homens com máscaras invadiu a assembleia de voto na vila etnicamente dividida de Mitrovicas, destruindo janelas e rasgando os materiais de voto. Como consequência, as eleições nesta vila foram realizadas novamente a 17 de Novembro de 2013.

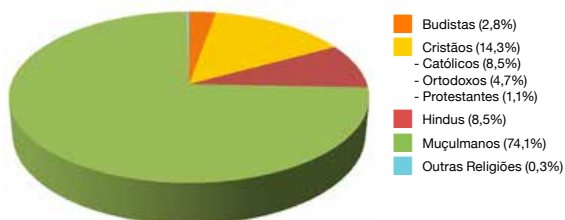
A participação de sérvios minoritários do Kosovo, que até agora rejeitaram a autoridade de Pristina e constituíam a maioria no norte do Kosovo, foi vital para o sucesso das eleições. A comissão eleitoral relatou que a participação entre os votantes sérvios no norte foi de apenas cerca de 13%. Sérvios nacionalistas da linha dura fizeram campanha activa contra o voto, apelando ao boicote.

⁹¹¹ www.eueom.eu/kosovo2013/home?LANG=en

KUWAIT



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
2.818.000	17.818 km ²	534	935	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Antecedentes e situação legal

A Constituição de 1962, que ainda está em vigor, declara que o Islamismo é a religião do Estado e que a *sharia* é a «principal fonte de legislação» (Artigo 2). Declara também: «Todos os homens são iguais na sua dignidade humana, e nos seus direitos e deveres públicos perante a lei, sem distinção de raça, origem, língua ou religião.» (Artigo 29). Proclama igualmente que «a liberdade de consciência é absoluta» e que «o Estado protege o exercício da prática religiosa em conformidade com os costumes prevalecentes, sob condição de isso não afectar a ordem pública e a moralidade» (Artigo 35). Esta liberdade de consciência não se estende, no entanto, à liberdade de os Muçulmanos renunciarem ao Islamismo.

O emirado do Kuwait⁹¹² é governado por uma dinastia sunita, cujo representante actual é o emir Sabah El-Ahmed El-Jaber El-Sabah. No entanto, o país também tem uma minoria xiita de cerca de 30% da população, que tem direito a participar na vida pública, e especificamente a ter assento no Parlamento, e que tem um total de cinquenta lugares. Nas últimas eleições parlamentares, em Julho de 2013, os xiitas ganharam oito lugares. Na assembleia anterior tinham tido dezassete lugares.⁹¹³

A população cristã, em grande parte constituída por não-cidadãos, é calculada em mais de 45 mil.⁹¹⁴ Praticamente todos são estrangeiros. Quatro Igrejas cristãs são reconhecidas oficialmente pelo Estado, nomeadamente a Igreja Católica, a Igreja Protestante, a Igreja Evangélica Nacional e a Igreja Anglicana. A comunidade católica na cidade do Kuwait tem uma grande catedral dedicada à Sagrada Família. Quatro outras Igrejas ou comunidades eclesiais gozam de reconhecimento efectivo. Os líderes de todas estas Igrejas têm direito a solicitar autorizações para construir locais de culto e também para trazerem pessoal religioso do estrangeiro. A Igreja tem direito a gerir as suas próprias escolas, mas ao mesmo tempo é

⁹¹² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/kuwait
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Kuwait>

⁹¹³ *Le Monde*, 28 de Julho de 2013

⁹¹⁴ Relatório norte-americano de 2012 sobre a Liberdade Religiosa Internacional

obrigada a ensinar o Islamismo, mesmo que apenas um aluno muçulmano se tenha inscrito. É proibido ensinar o catecismo aos Cristãos.⁹¹⁵

Desenvolvimentos recentes

A 16 de Fevereiro de 2012, um grupo de deputados muçulmanos liderado pelo deputado Osama El-Munawer propôs uma moção que iria proibir a construção de quaisquer igrejas e outros locais de culto não-islâmicos dentro do país, com base no facto de que «o Kuwait já tem demasiadas igrejas em comparação com a sua minoria cristã».⁹¹⁶ El-Munawer tinha inicialmente apelado a que todas as igrejas cristãs no território do Kuwait fossem destruídas (embora mais tarde tenha sido forçado a retratar-se). A sua proposta foi apoiada publicamente pelo Grande Mufti da Arábia Saudita, o xeque Abdul-Aziz ibn Abdullah, num discurso feito a uma delegação que visitava o Kuwait. O xeque Abdullah apelou à destruição de todas as igrejas cristãs na península da Arábia, alegando que a eliminação destas igrejas estaria de acordo com a antiga norma de que o Islamismo era a única religião autorizada a ser praticada na península da Arábia.⁹¹⁷

A 3 de Maio de 2012, a Assembleia Nacional do Kuwait aprovou uma lei de alteração do Código Penal que permitia a imposição de penas graves, incluindo a pena de morte, por blasfémia proferida em público contra Deus, o Corão ou os profetas (sobretudo o Profeta Maomé ou as suas mulheres). A pena prevista de acordo com as alterações não pode ser inferior à pena perpétua para os Muçulmanos ou dez anos para os não-muçulmanos. Esta alteração, que aplicaria a pena de morte apenas para os Muçulmanos, teve o apoio de quarenta membros do Parlamento, enquanto seis deputados se opuseram, pouco mais do que na sua versão anterior. Contudo, a 6 de Junho de 2012, o Emir do Kuwait, cuja aprovação é necessária para que as revisões se transformem em leis, rejeitou as alterações.⁹¹⁸

O crescimento do Islamismo entre a população sunita do país deu azo a receios de uma radicalização que não será um bom sinal para os Cristãos. De acordo com o Bispo Paul Hinder, responsável pela Prefeitura Apostólica da Arábia do Sul, «a situação dos Cristãos no Kuwait tornou-se muito crítica. Não há dúvidas de que estamos todos a ser vigiados.»⁹¹⁹

Em Agosto de 2012, a Igreja Católica anunciou que iria transferir a sede da Prefeitura da Arábia do Norte (que inclui Kuwait, Barém, Catar e Arábia Saudita e cuida de 2,5 milhões de católicos na região) para fora do Kuwait. O Bispo Camillo Ballin, que deveria continuar a liderar a Prefeitura, afirmou: «Depois de cuidadosa consideração e a conclusão de uma nova igreja católica no reino, o Barém vai hospedar a Prefeitura como testemunho da abertura religiosa e cultural do reino.»⁹²⁰

Um jovem xiita, Hamad El-Naqi, de 23 anos, foi detido em Março de 2012 e acabou por ser condenado em Outubro de 2013 a dez anos de prisão por colocar tweets considerados «blasfemos» e «com probabilidade de provocar tensão sectária». Um juiz considerou-o culpado de insultar o Profeta Maomé, a mulher e os companheiros do profeta, de gozar com o Islamismo, de provocar tensões sectárias e de insultar os governantes da Arábia Saudita e do Barém.⁹²¹

⁹¹⁵ www.zenit.org/en/articles/retired-nuncio-west-needs-to-better-understand-islam

⁹¹⁶ *Website AED*, 17 de Outubro de 2012

⁹¹⁷ *Fides*, 28 de Setembro de 2013

⁹¹⁸ *U.S Library of Congress*, 18 de Junho de 2012 (www.loc.gov/lawweb/servlet/lloc_news?disp3_l205403199_text); e Reuters, 3 de Maio de 2012 (www.reuters.com).

⁹¹⁹ *APIC*, 30 de Abril de 2012

⁹²⁰ *DOHA News*, 15 de Agosto de 2012

⁹²¹ *Le Monde*, 28 de Outubro de 2013

A 18 de Novembro de 2013, Mussab Shamsah foi condenado a cinco anos de prisão depois de ser condenado por insultar o Profeta Maomé no Twitter. Khalil Ahmed, o seu advogado, disse à Reuters que Shamsah não tinha querido provocar nenhuma ofensa contra o profeta. «O veredicto é muito duro e vamos apresentar recurso», disse.⁹²² No mês anterior, o Tribunal de Recurso do Kuwait manteve uma pena de dez anos de prisão para o bloguista Hamad al-Naqi, que foi condenado por insultar o profeta e os reis da Arábia Saudita e do Barém no Twitter.⁹²³

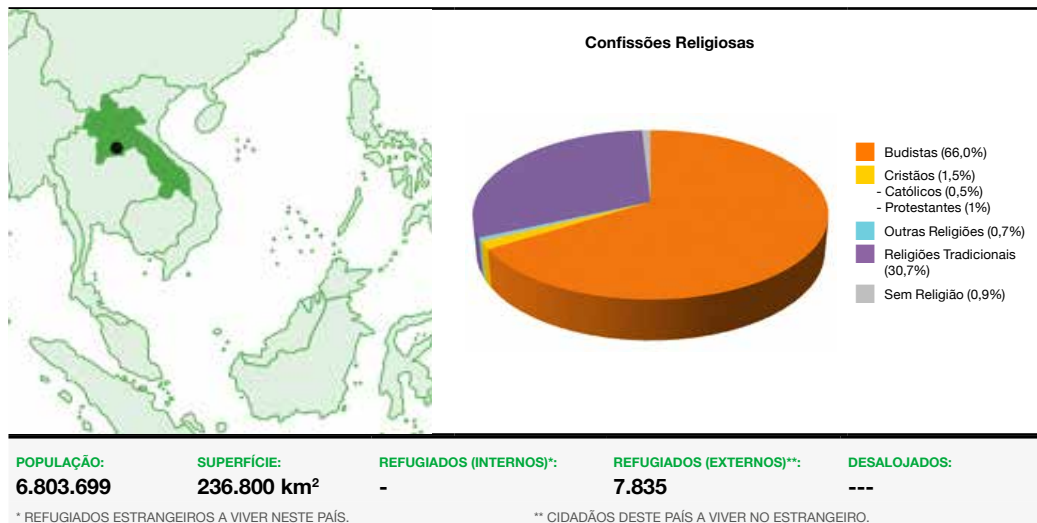
Em Dezembro de 2013, o deputado kuwaitiano Hamdan al-Azmi apelou à repressão das celebrações do Natal no país, dizendo que a promoção de ocasiões estrangeiras no país representava o «escárnio» da cultura islâmica. O deputado afirmou que «permitir actividades que promovem ocasiões que são estranhas à nossa sociedade islâmica é ridículo e é uma ofensa aos nossos ensinamentos religiosos», disse ele. E acrescentou que celebrar estes eventos era «desadequado» num estado islâmico e alertou as autoridades para que impedissem quem quer que se aproveitasse dessas actividades.⁹²⁴

⁹²² *Reuters*, 19 de Novembro de 2013

⁹²³ *BBC online news*, 20 de Novembro de 2013

⁹²⁴ *Al Arabiya News*, 16 de Dezembro de 2013

LAOS (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DO LAOS)



Neste país⁹²⁵, a filiação religiosa tende a alinhar-se com as etnias. Cerca de 55% da população⁹²⁶ do grupo étnico Lao é maioritariamente budista. A restante população está dividida entre os Khmou (11%), os Hmong (8%) e mais de 100 outras minorias étnicas. É acima de tudo entre as minorias étnicas que se encontra 1,5% dos cristãos. Destes cristãos, aproximadamente metade (0,5% do total) são católicos. No entanto, no geral, 66% da população professa o Budismo Theravada.

Desde que os comunistas chegaram ao poder em 1975, com a subsequente expulsão de todos os missionários estrangeiros, a minoria cristã no Laos tem estado sujeita a fortes controlos estatais e há evidentes limites à liberdade religiosa. Os casos mais frequentes de perseguição religiosa tendem a situar-se nas comunidades cristãs protestantes. De facto, o cerco foi ainda mais apertado desde Abril de 2011, após a violenta repressão dos protestos iniciados por certos grupos pertencentes à minoria étnica Hmong.

A Constituição e a actual legislação defendem supostamente a protecção da liberdade religiosa, mas ao nível local algumas políticas discriminam os fiéis de todas as religiões. A nível nacional, embora não reconheça oficialmente qualquer religião do Estado, o Governo apoia financeiramente o Budismo e por vezes chega mesmo a promovê-lo.

Uma das poucas religiosas autorizadas pelas autoridades a viver no norte do Laos, em Vientiane, numa área onde a vida cristã é difícil, é a Irmã Marie Bruno. Esta religiosa católica descreveu recentemente a sua missão (que consiste num apostolado discreto entre crianças pobres e deficientes num instituto estatal em Luang Prabang) durante um evento realizado em Paris a 12 de Abril de 2013, organizado pelo secretariado nacional francês da Ajuda à Igreja que Sofre. A Irmã Marie Bruno disse neste encontro: «No norte do país, a situação é particularmente difícil, porque cada expressão exterior da fé é proibida – incluindo lugares de culto, cruzes, imagens, livros sagrados e quaisquer palavras ou gestos que possam ser interpretados como proselitismo.»

⁹²⁵ Os dados são retirados do Calendário Atlante De Agostini 2013

⁹²⁶ www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/la.html

As palavras desta religiosa católica foram confirmadas por vários acontecimentos durante o ano de 2013. Três pastores protestantes foram detidos a 5 de Fevereiro na província de Savannakhet por terem «divulgado a fé cristã através de CDs».⁹²⁷ Os três tinham ido juntos a uma loja onde pediram que fosse feita uma cópia de um DVD sobre o ‘Fim dos Tempos’ e, para confirmar que estava a funcionar, inseriram o disco num leitor de CDs na loja. Um polícia entrou por acaso na loja e testemunhou a cena. Chamou os seus colegas e deteve os presentes por ‘proselitismo ilegal’.

A 30 de Agosto, as autoridades da aldeia de Nongdaeng ameaçaram ‘expulsar’ cerca de cinquenta cristãos locais «por não terem abandonado a sua fé».⁹²⁸ O chefe da aldeia tinha convocado onze famílias cristãs na área a participarem num ritual animista e a renunciarem às suas crenças cristãs, «sob pena de consequências graves». Os cristãos responderam que as leis «lhes davam o direito de professar qualquer fé» e, após uma disputa dentro da aldeia, solicitaram, em vão, protecção policial.

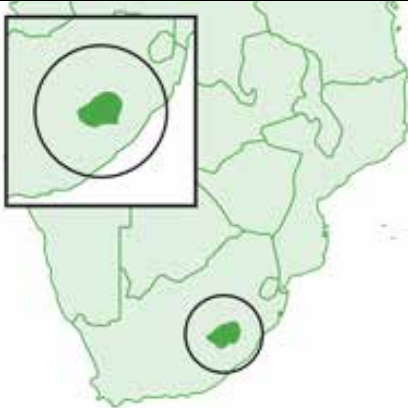
Em todo o caso, a situação global parece ter melhorado em geral, graças em parte ao envolvimento da comunidade budista, que apelou ao Governo para que «respeite a fé de todos».

Conclusão: Desde 2012, a liberdade religiosa não tem sofrido mudanças significativas. Certa de 100 cristãos protestantes foram sujeitos a violações dos seus direitos, que mesmo assim não podem ser descritas como perseguição. Os Budistas são, na sua maior parte, livres, enquanto em relação às outras religiões existe um clima de suspeição, mais ligado à questão nacional do que à religião propriamente dita.

⁹²⁷ *Human Rights Watch* sobre a liberdade religiosa no Laos, 7 de Fevereiro de 2013

⁹²⁸ *ibid.* 3 de Setembro de 2013

LESOTO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
2.194.000	30.355 km ²	34	12	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição⁹²⁹ de 1993 do Lesoto⁹³⁰, revista várias vezes até 2004, garante a cada cidadão, «qualquer que seja a sua raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra», os direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de «consciência», «expressão» e a «liberdade de discriminação». O Artigo 13 afirma especificamente que a liberdade de consciência inclui a «liberdade de pensamento e de religião, a liberdade de alterar a sua religião ou crença e a liberdade, seja sozinho ou em comunidade com outros, e tanto em público como em privado, de manifestar e propagar a sua religião ou crença através do culto, ensinamento, prática e observância». A liberdade de associação, incluindo de associação religiosa, está detalhada no Artigo 16. Uma vez mais, de acordo com o Artigo 13, cada comunidade religiosa «tem direito, às suas próprias custas, a estabelecer e manter locais de educação... e nenhuma comunidade será impedida de disponibilizar instrução religiosa às pessoas dessa comunidade». Por outro lado, sem o seu consentimento ou o do seu encarregado de educação, «nenhuma pessoa que frequente qualquer local de educação será obrigada a receber instrução religiosa ou a frequentar ou participar em qualquer cerimónia ou observância religiosa se essa instrução, cerimónia ou observância se relacionar com outra religião que não a sua». E «nenhuma pessoa será obrigada a prestar qualquer juramento que seja contrário à sua religião ou crença». Estas liberdades só podem ser limitadas em relação às iguais liberdades dos outros, ou devido ao interesse público.

Durante o ano de 2012, na campanha para as eleições gerais, um dos partidos que a partir daí constituiu a coligação governativa expressou o seu acordo com a proposta – publicitada por uma estação de rádio local – de inserir uma referência específica ao Cristianismo na Constituição. No entanto, até hoje o Governo não submeteu quaisquer propostas de reformas constitucionais relacionadas com este assunto.⁹³¹ O registo não é obrigatório para os grupos religiosos, apesar de a maioria dos presentes no país o terem solicitado. No entanto, não há sanções para os que não se registarem. Os requisitos legais para os grupos que se registem

⁹²⁹ www.eisa.org.za/WEP/les5.htm

⁹³⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/lesotho

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Lesotho>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e485586&submit=GO

⁹³¹ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dliid=208162

de facto são os mesmos que para todos os grupos, de qualquer natureza, nomeadamente ter estatutos e uma liderança. A presença de comunidades religiosas é particularmente importante no sector educativo, tanto que o número de escolas primárias e secundárias geridas pelas diversas denominações cristãs representa aproximadamente 90% do total. As escolas católicas só por si constituem mais ou menos 40%. As qualificações e os salários de todos os professores são definidos pelo Ministério da Educação, que também exige que todas as escolas, sejam elas religiosas ou estatais, sigam o mesmo currículo escolar.

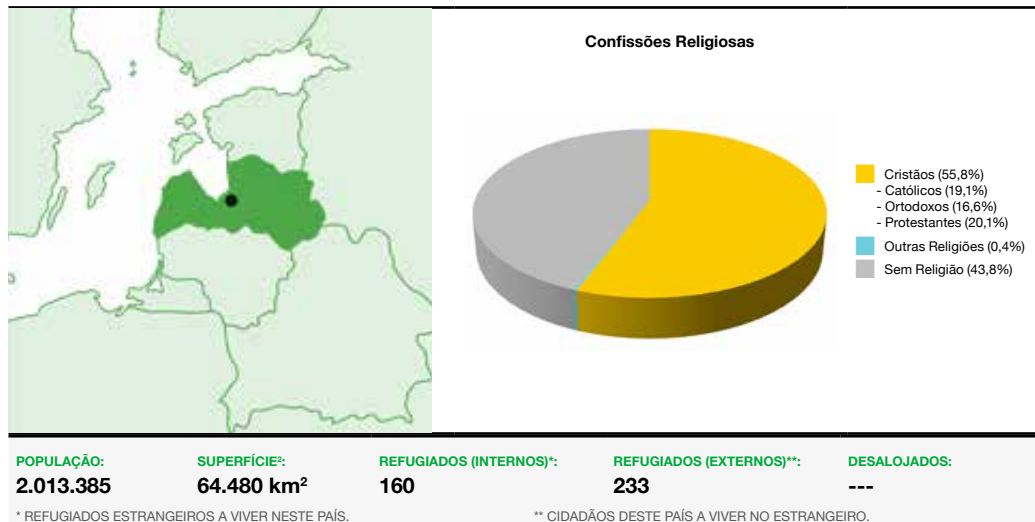
O Lesoto é classificado como «livre» pela organização *Freedom House* e, de facto, as autoridades não interferiram de forma nenhuma na liberdade religiosa.⁹³² Também em termos de atitudes sociais, não tem havido quaisquer problemas entre as várias denominações cristãs e, de facto, o diálogo ecuménico tem produzido bons resultados em termos de cooperação em vários problemas sociais. Em relação às religiões não-cristãs, a emigração para a África do Sul tem levado à queda do número de Hindus e Muçulmanos, enquanto a comunidade judaica, embora esteja presente no país, tem o seu local de culto apenas fora das fronteiras deste pequeno enclave dentro da África do Sul.

É difícil determinar o número exacto dos que continuam a seguir as religiões tradicionais africanas, em parte porque, em muitos casos, os que se consideram cristãos não abandonaram na totalidade estas práticas.

Concluindo, a situação relativa à liberdade religiosa tem permanecido estável tanto em termos do quadro legislativo como na prática. Não houve situações de perseguição.

⁹³² www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2013/lesotho

LETÔNIA



A situação da liberdade religiosa

A Constituição Letã⁹³³ garante a liberdade religiosa e não apoia qualquer religião⁹³⁴ em detrimento de outra. Em 1923, o Estado letão assinou uma Concordata com a Igreja Católica, dando-lhe totais direitos de autonomia e controlo sobre os seus assuntos. Recentemente, a Igreja Ortodoxa na Letónia propôs a data de 7 de Janeiro como feriado nacional para celebrar o Natal ortodoxo. A proposta foi submetida ao Parlamento pelo grupo na oposição, Centro da Harmonia (*Saskaņas Centrs*), mas foi derrotada por uma maioria muito escassa. Contudo, doze meses antes, o Parlamento tinha aprovado planos para permitir que os cidadãos gozassem um feriado por ano num dia à sua escolha, o que permitia que a Igreja Ortodoxa celebrasse o seu Natal a 7 de Janeiro. Os dias 24, 25 e 26 de Dezembro já são feriados públicos, o que permite que os Cristãos ocidentais celebrem o Natal. O ministro das Finanças letão criticou a iniciativa desta «celebração religiosa» escolhida livremente, alegando que isso criava problemas para as finanças estatais e ofendia os sentimentos dos não-crentes.⁹³⁵

A comunidade judaica pediu aos políticos letões que considerassem restaurar cinco antigos locais religiosos judaicos em Riga e Jurmala, bem como o novo cemitério judaico em Riga. O seu pedido foi apoiado em Setembro de 2013 pelo embaixador especial da ONU para as questões do Holocausto, Douglas Devinson, durante a sua terceira visita à Letónia. Devinson disse que a comunidade judaica tinha sido a única a não receber nada na sequência do programa de privatização dos últimos vinte anos, porque o seu estatuto legal não era claro. A comunidade judaica apelou à União Europeia para que reaja após os evidentes actos

⁹³³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/latvia

População: <http://data.worldbank.org/country/latvia>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48ddf6&submit=GO

⁹³⁴ Há mais de 1.000 comunidades religiosas registadas: 300 igrejas luteranas, 250 igrejas católicas, 122 igrejas ortodoxas, noventa e três igrejas baptistas, sessenta e seis igrejas ortodoxas dos antigos crentes, cinquenta e duas igrejas pentecostais, dezoito igrejas adventistas do sétimo dia, quinze comunidades muçulmanas e sete comunidades judaicas. A comunidade Hare Krishna, o Exército de Salvação, cultos pagãos e outras associações religiosas estão também presentes no país, incluindo dez comunidades 'Nova Geração', quinze grupos de testemunhas de Jeová e cinco grupos budistas.

⁹³⁵ *Newsru.com*, Setembro de 2013

pró-nazis, incluindo um incidente num jogo de hóquei em Riga, quando alegadamente foi desfraldada uma bandeira com uma cruz suástica.⁹³⁶

Em Setembro de 2013, o ministro dos Negócios Estrangeiros russo pediu à União Europeia que investigasse a discriminação contra cidadãos de língua russa na Letónia e na Estónia, sobretudo na corrida para as eleições de 2014 para o Parlamento Europeu, na qual seria negado o direito a votar aos «não-cidadãos». O ministro alegou igualmente que os russos na Letónia eram vítimas de discriminação nas escolas e faculdades, bem como de intolerância religiosa.⁹³⁷

A liberdade religiosa na Letónia é considerada como dignidade igual para todas as religiões e total liberdade de consciência para o indivíduo. A liberdade religiosa parece não ter mudado no país desde 2012. Ninguém sofre discriminação religiosa, embora a minoria russa enfrente intolerância social.

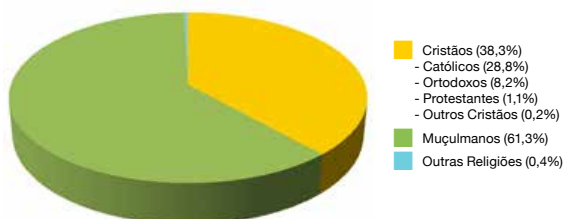
⁹³⁶ *Jews.lv*, Setembro de 2013

⁹³⁷ *Ruvr.ru*, Novembro de 2013

LÍBANO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
4.259.000	10.452 km ²	577.212	3.652	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Líbano⁹³⁸ é uma república parlamentar com separação entre os poderes legislativo, executivo e judicial que não tem religião oficial, nem é um estado secular formal. O sistema político confessional atribui os cargos públicos mais elevados a várias comunidades de acordo com critérios bem definidos: a presidência da república cabe a um cristão maronita,⁹³⁹ a presidência do conselho de ministros cabe a um muçulmano sunita e a liderança parlamentar cabe a um xiita. As comunidades religiosas estão também representadas no Parlamento de acordo com quotas fixas.

O país respeita a liberdade religiosa. Este princípio, que ainda se mantém hoje em dia, foi estabelecido pela primeira vez na Constituição de 1926: «A liberdade de consciência é absoluta. Ao prestar homenagem ao Altíssimo, o Estado respeita todas as confissões, e garante e protege o seu livre exercício, sob condição de não haver atentados à ordem pública. O Estado garante igualmente aos seus povos, qualquer que seja o rito religioso a que eles possam pertencer, o respeito pelo seu estatuto pessoal e pelos seus interesses religiosos.» (Artigo 9).

A igualdade é também respeitada, mas no âmbito de uma confissão religiosa e não individualmente. O direito privado (casamento, parentesco, herança) recai sob a jurisdição de cada uma das dezoito comunidades religiosas reconhecidas pelo Estado (doze cristãs, cinco muçulmanas e uma judaica). Estas têm as suas próprias jurisdições e gerem as suas próprias organizações de assistência social e instituições educativas. Algumas outras comunidades religiosas no Líbano (Yezidis, Bahá'í, Budistas e Testemunhas de Jeová) não são reconhecidas legalmente e por isso não têm direitos enquanto grupos institucionais.

Os membros de comunidades religiosas não reconhecidas e os que não têm religião podem realizar um casamento civil no estrangeiro, após o qual a sua união é então validada no Líbano. Mas neste caso a lei relativa ao seu casamento e os seus efeitos são os do país onde o seu casamento civil foi celebrado.

Uma inovação jurídica foi introduzida a este respeito. Em Novembro de 2012, após uma batalha legal, Nidal Darwiche, um sunita, e Kholoud Sukkarieh, uma xiita, tornaram-se no

⁹³⁸ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/lebanon>

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Lebanon>

⁹³⁹ A Igreja Maronita é uma Igreja Católica do Oriente.

primeiro casal a casar através de um casamento civil no Líbano,⁹⁴⁰ depois de terem apagado as suas religiões dos registos oficiais. Conseguiram obter o reconhecimento da sua união invocando o Artigo 25 do Decreto 60 LR (Leis e Regulamentos) de 1936, que foi adoptado durante a vigência do mandato francês. Este artigo, que permite que todos os cidadãos libaneses realizem um casamento civil no seu país, nunca foi abolido. Como consequência, o seu primeiro filho, Ghadi Darwiche, que nasceu a 30 de Setembro de 2013, foi inscrito no registo civil sem qualquer referência à religião. Mas nenhuma lei foi ainda aprovada no Parlamento libanês a estabelecer formalmente o casamento civil e o estatuto civil pessoal.⁹⁴¹ Contudo, em Janeiro de 2014 foi submetida ao Parlamento uma proposta relativamente a este assunto. Na ausência de casamento civil (e segundo a lei islâmica), uma mulher muçulmana não pode casar com um homem judeu ou cristão, a não ser que ele se torne muçulmano.⁹⁴²

A garantia da liberdade de consciência segundo o Artigo 9 da Constituição é contudo limitada pelos direitos dados a cada religião de aplicar o seu próprio direito privado. A lei islâmica proíbe os Muçulmanos de renunciarem à sua religião. Daí que seja muito difícil para eles mudarem de religião. Na prática, tudo depende da atitude das suas famílias e dos que os rodeiam. Assim, por exemplo, em Maio de 2012, Banine Kataya, uma jovem mulher xiita de 24 anos, que tinha sido baptizada três anos antes em Baalbek de acordo com o rito maronita pelo Padre Elie Gharios, o pároco da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, foi raptada e feita prisioneira pela sua família, que queria forçá-la a casar com um parente muçulmano. Banine conseguiu escapar. Quanto ao sacerdote, foi raptado, torturado e depois libertado umas horas mais tarde.⁹⁴³

Para além disso, os Cristãos, que estão agora em minoria (não mais de 40% numa população total de cerca de 4,25 milhões), estão a ser colocados sob grande pressão por alguns movimentos islâmicos, como por exemplo o Partido do Hezbollah Xiita. Por isso, nas regiões de Byblos e Kesrouan, onde há uma maioria cristã, os xiitas estão a apropriar-se ilegalmente de terras pertencentes ao Patriarcado Maronita. No sul do Líbano, militantes islamitas atacam regularmente cafés e restaurantes que servem bebidas alcoólicas.⁹⁴⁴

Em Março de 2012, um grupo de trinta e sete xiitas que estudavam na Universidade Católica de Baabda, que é gerida pela ordem maronita de Santo António, organizou deliberadamente um encontro de oração no pátio interior da universidade, mesmo em frente da igreja. As autoridades da universidade já lhes tinham recusado autorização para realizarem o encontro, baseando a sua decisão no carácter religioso da instituição e no respeito devido à sua identidade. Depois disso, a administração respondeu publicando um comunicado lembrando aos leitores que a universidade era «um estabelecimento privado, cristão, católico, maronita, antonino e aberto, acolhendo alunos de todas as religiões e esferas sociais, mas não comprometendo as constantes da sua identidade e do seu património monástico».⁹⁴⁵

Vários locais de culto cristãos foram alvo de ataques violentos durante o ano de 2012:

Em Akkar, no norte do Líbano, foram colocados panfletos religiosos sobre o altar da Igreja de Nossa Senhora a ameaçarem a população cristã de Kobayate uns dias antes da visita pastoral do patriarca maronita, o Cardeal Béchara Raï. Pensa-se que foi obra de muçulmanos salafistas.⁹⁴⁶

⁹⁴⁰ www.aljazeera.com/indepth/features/2013/04/20134309242619227.html

⁹⁴¹ *L'Orient-Le Jour*, Beirut, 18 e 19/07/2013; 28/10/2013

⁹⁴² Uma proibição do Corão, ver 2.^a sura, 221

⁹⁴³ *L'Orient-Le Jour*, 09, 11, 14 e 16/05/2012

⁹⁴⁴ *L'Orient-Le Jour*, 23/03/2012

⁹⁴⁵ *L'Orient-Le Jour*, 21/03/2012

⁹⁴⁶ *L'Orient-Le Jour*, 28/07/2012

Em Zalka, no distrito de Matn, assaltantes desconhecidos desfiguraram ícones religiosos e partiram uma estátua de Santa Rita na Igreja Católica Arménia da Cruz.⁹⁴⁷

Em Baalbek, foram disparados tiros contra uma escola pertencente à congregação das Irmãs do Sagrado Coração e foram escritos nas paredes insultos contra a sua directora, a Irmã Emilie Tannous. É possível que os autores destas acções estivessem a protestar contra o facto de a escola abrir à sexta-feira, o que é habitual em todas as escolas da congregação.⁹⁴⁸

Em Trípoli, a Catedral Ortodoxa Grega de São Jorge foi atacada com granadas. Duas pessoas ficaram feridas.

Em Miryata, na maior parte da região maronita de Zghorta, um cemitério público foi profanado e diversos túmulos foram partidos.⁹⁴⁹

Contudo, os ataques aos cristãos não acabaram em 2012 e em Janeiro de 2014 a biblioteca cristã Al-Saeh em Trípoli foi incendiada, destruindo-se dois terços da sua colecção de 80 mil livros e manuscritos. Um panfleto a insultar o Islamismo e o profeta Maomé foi encontrado dentro de um dos livros, mas o Padre Ibrahim Surouj, o sacerdote grego ortodoxo proprietário da biblioteca, reuniu com líderes islâmicos locais e foi cancelado um protesto planeado. No entanto, na sequência disto, assaltantes desconhecidos incendiaram o edifício.

A viagem do Papa Bento XVI ao Líbano, de 14 a 16 de Setembro de 2012, – durante a qual reuniu com líderes de todas as Igrejas Católicas do Médio Oriente para proclamar formalmente a sua exortação apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Medio Oriente* (após o sínodo especial dos bispos do Médio Oriente em Roma em Outubro de 2010) – ocorreu num clima de unidade excepcional. Representantes de todos os ramos do Islamismo no Líbano (sunitas, xiitas, sufis, druzos e alauítas) estiveram presentes no aeroporto internacional de Beirute para dar as boas-vindas ao Santo Padre. Participaram também na maior parte dos encontros organizados durante a sua visita, incluindo a Missa solene celebrada pelo Papa em Beirute no domingo, 16 de Setembro.

Durante o ano de 2013 houve ataques a grupos religiosos que parecem ser extensões do conflito na vizinha Síria. Embora devam ser vistos no contexto do conflito sírio e do apoio dos partidos no Líbano a ambos os lados do conflito – por exemplo, houve também inúmeros bombardeamentos destinados a membros do Hezbollah e de outras forças políticas em 2013 – os seguintes incidentes demonstram que estas tensões estão a transformar-se em violência sectária contra adeptos religiosos sem ligações a essas organizações.

Trípoli, em particular, viveu ataques sectários:

A 23 de Agosto de 2013, dois carros bomba explodiram no exterior de duas mesquitas sunitas no final das orações de sexta-feira. A primeira explodiu a cerca de quarenta e cinco metros dos portões da mesquita Taqwa. Especulou-se que este ataque tinha sido desencadeado pelo seu pregador resistente, o Xequê Salem al-Rafei, por ter falado contra o Hezbollah e ter dito aos crentes que apoiassem os esforços para derrubar o presidente muçulmano alauíta da Síria, Bashar al-Assad. A segunda bomba explodiu perto da mesquita Al-Salam.⁹⁵⁰

Em Outubro de 2013 houve ataques a negócios de cristãos e alauítas no bairro de Zahrieh durante a noite de 24 para 25. Os ataques foram realizados por homens armados não identificados que incendiaram diversas lojas.⁹⁵¹

⁹⁴⁷ *L'Orient-Le Jour*, 14/09/2012

⁹⁴⁸ *Ibidem*

⁹⁴⁹ *L'Orient-Le Jour*, 30/01/14

⁹⁵⁰ www.nytimes.com/2013/08/24/world/middleeast/lebanon-bomb-attacks.html?_r=0

⁹⁵¹ www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2013/Oct-28/235960-christians-and-alawites-target-of-tripoli-attacks.ashx#ixzz30wzVSEwu

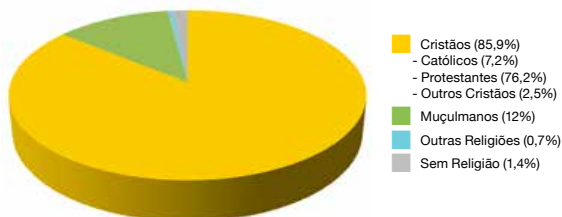
A 2 de Novembro, um autocarro foi mandado parar por homens armados quando passava pelo bairro sunita de Bab al-Tabbaneh. Os homens – um sírio e três libaneses – arrastaram seis alauítas do bairro de Jabal Mohsen para fora do autocarro, agrediram-nos e feriram-nos.⁹⁵² Um dos homens levou um tiro numa perna.

⁹⁵² www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2013/Nov-03/236649-four-arrested-over-sectarian-attack-in-north-lebanon.ashx#ixzz311n91J59

LIBÉRIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE**:	REFUGIADOS ⁹⁵³ (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
4.294.077	111.370 km ²	53.253	17.576	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Em muitos aspectos, a Libéria⁹⁵³ é uma espécie de exceção na África Ocidental. Ao contrário de muitos outros países na região, esta antiga colônia de escravos americanos libertados, estabelecida pela primeira vez em 1820, nunca foi dominada pelo Islão. Cerca de 85% da população⁹⁵⁴ de 4,3 milhões da Libéria professa alguma forma de Cristianismo e as comunidades cristãs enfrentaram menos dificuldades aqui do que noutros lugares.

A Constituição e as leis da Libéria garantem total liberdade religiosa, que é respeitada e protegida na prática pelo Estado.⁹⁵⁵ No geral, há um clima de tolerância e coexistência pacífica em relação à religião, tanto entre as diferentes denominações cristãs como entre cristãos e muçulmanos. Isto não mudou durante o período abrangido por este relatório. Entre os grupos mais proeminentes estão as Igrejas Pentecostais Carismáticas, muitas vezes de origem norte-americana, seguidas dos Protestantes e dos Católicos (com a capital, Monróvia, como sede da Arquidiocese católica). Ao todo, 12% são muçulmanos e cerca de 2% praticam religiões tradicionais africanas, embora este último número tenha variado consideravelmente. Há duas grandes organizações religiosas englobadoras, o Conselho de Igrejas Protestantes da Libéria e o Conselho Muçulmano Nacional da Libéria.

Todos os grupos religiosos são obrigados a registar-se, embora não haja relatos de qualquer desses pedidos ter sido recusado ou de qualquer discriminação contra os candidatos. Os grupos religiosos tradicionais africanos não são habitualmente obrigados a registar-se. As escolas privadas, muitas das quais são geridas por cristãos e muçulmanos, recebem apoio financeiro do Governo. Não há alterações institucionais nem grandes incidentes em relação à liberdade religiosa durante o período deste relatório.

Um grande desafio que permanece, tanto para o Estado como para as comunidades religiosas na Libéria, é a reconstrução do país após a guerra civil. Entre 1989 e 2003, mais de 200 mil pessoas perderam as suas vidas, e a certa altura havia mais de um milhão de refugiados, incluindo várias centenas de milhares de deslocados internos. Embora a maior

⁹⁵³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Liberia

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e484936&submit=GO

⁹⁵⁴ <http://data.worldbank.org/country/Liberia>

⁹⁵⁵ Departamento de Estado norte-americano, Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012

parte destes refugiados tenha entretanto regressado às suas antigas casas, ou se tenha instalado permanentemente no seu lugar de refúgio, o problema dos refugiados ainda está longe de estar resolvido. Agora é a instabilidade política do país vizinho a leste da Libéria, a Costa do Marfim, que ameaça actualmente a segurança no país.⁹⁵⁶ Como consequência desta instabilidade, há depósitos de armas secretas e também gangues armados que vagueiam em ambos os lados da fronteira, criando medo e pânico. Há confrontos frequentes, que dificultam o trabalho de ajuda humanitária de emergência realizado pelos grupos religiosos. Num ataque a aldeias costa-marfinenses, lançado a partir da Libéria em Setembro de 2011, foram mortas pelo menos dezoito pessoas, um acontecimento traumático que ainda ensombra o país.

⁹⁵⁶ Perfil de operações de país da Libéria em 2013 pelo UNHCR

LÍBIA



Confissões Religiosas



Budistas (0,3%)
Cristãos (2,7%)
- Católicos (1,5%)
- Ortodoxos (1%)
- Protestantes 0,1%)
- Outros Cristãos (0,1)
Muçulmanos (96,6%)
Sem Religião (0,4%)

POPULAÇÃO: 6.423.000	SUPERFÍCIE: 1.759.540 km²	REFUGIADOS (INTERNOS)*: 25.561	REFUGIADOS (EXTERNOS)**: 53.579	DESALOJADOS: 59.425
---------------------------------------	---	---	--	--------------------------------------

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

No seguimento da queda do regime de Muammar Kadhafi, a Líbia⁹⁵⁷ ainda se encontra em estado de transição institucional. As autoridades provisórias enfrentam enormes dificuldades em manter a lei e a ordem, inclusive dentro da própria capital, Trípoli. Em todo o país, inúmeras milícias armadas continuam activas. Muitas delas já estavam envolvidas na guerra civil que começou em 2011. Os ataques às minorias religiosas tiveram início em Outubro de 2011 e continuaram ao longo de 2012 e 2013.

Enquanto aguarda a eleição dos sessenta membros da Assembleia Constituinte, o país é neste momento governado pelos princípios da Declaração Constitucional Interna promulgada a 3 de Agosto de 2011 pelo Conselho Nacional de Transição (CNT). O preâmbulo deste documento invoca o «espírito islâmico» e o Artigo 1 declara que «o Islamismo é a religião do Estado e a principal fonte de legislação é a jurisprudência islâmica (*sharia*)»⁹⁵⁸. Contudo, acrescenta ainda: «O Estado garantirá aos não-muçulmanos a liberdade de praticarem rituais religiosos.» O Artigo 6 afirma que «Os líbios são iguais perante a lei. Gozam de direitos civis e políticos iguais, têm as mesmas oportunidades e estão sujeitos aos mesmos deveres e obrigações públicas, sem discriminação devido a religião, doutrina, língua, riqueza, raça, parentesco, opiniões políticas e estatuto social, lealdade tribal, de distinção ou familiar.» Esta protecção 'constitucional' da liberdade religiosa é a primeira deste tipo no país desde 1969. No entanto, muitas das leis promulgadas por Kadhafi *que restringem a liberdade religiosa mantêm-se em vigor. Contudo, de acordo com o relatório da liberdade religiosa do Departamento de Estado Norte-Americano*, o Governo não as aplicou com rigor desde a queda do antigo líder.⁹⁵⁹

Perante a ausência de qualquer lei relativa às conversões religiosas, o proselitismo entre os Muçulmanos pode resultar em detenções, como já aconteceu desde a queda de Kadhafi. Além disso, o Governo tem sido frequentemente acusado de falta de acção após ataques a locais de culto não-islâmicos. Em relação aos institutos educativos, todas as escolas que

⁹⁵⁷ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/libya/#/?affiliations_religion_id=0&affiliations_year=2010®ion_name=All%20Countries&restrictions_year=2012

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Libya>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e485f36&submit=GO

⁹⁵⁸ <http://documenti.camera.it/leg16/dossier/testi/es0892.htm>

⁹⁵⁹ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208402

estão abertas aos cidadãos líbios, quer sejam estatais ou privadas, são obrigadas a incluir aulas de religião islâmica no currículo escolar e não são disponibilizadas formas alternativas de educação religiosa. Há diversos locais de culto não-islâmicos no país, incluindo locais de culto católicos, russos, greco-ortodoxos e ucranianos ortodoxos, evangélicos e seguidores da Igreja da Unidade. A comunidade judaica foi reduzida a uma mão-cheia, sendo que a maior parte dos judeus deixou o país entre 1948 e 1967. Os representantes judeus afirmaram que ainda não é possível voltar a entrar no país para reabrir a sinagoga em Trípoli devido a preocupações de segurança.

A Igreja Católica está presente em diversas partes da Líbia e o seu clero e religiosos continuam a trabalhar em hospitais, orfanatos, e com os idosos e os deficientes.

Em relação aos Muçulmanos, o Ministério da Preservação e dos Assuntos Islâmicos, uma organização islâmica pan-africana quase caritativa, tem autoridade sobre as mesquitas, supervisiona o clero e garante que as práticas religiosas se coadunam com as regulamentações governamentais. Esta mesma entidade disponibiliza aos imãs os textos dos seus sermões, textos que muitas vezes contêm questões de natureza política e social. Contudo, as forças de segurança religiosa que anteriormente tinham a tarefa de verificar o comportamento dos cidadãos em termos religiosos foram dissolvidas pelas novas autoridades em 2011 e não voltaram a ser restabelecidas. Daí que tenham cessado as práticas de detenção de imãs que não obedecessem ao texto dos sermões impostos pelo Governo, ou de detenção de crentes muçulmanos que participassem nas orações de madrugada (visto durante o regime de Kadhafi como um sinal de extremismo). De qualquer forma, deve referir-se que o Governo ainda faz uso de milícias privadas, vestidas com o uniforme das forças de segurança, o que tem como consequência que estes indivíduos podem agora fazer detenções ‘oficiais’.

Desde 2012, sob iniciativa do Conselho Nacional de Transição (CNT), foi criado o gabinete do Grande Mufti. Este é o clérigo que tem o poder de emitir interpretações autoritativas (*fatwa*) sobre assuntos religiosos. As suas declarações não têm maior estatuto legal do que qualquer uma das opiniões dadas pelos vários clérigos islâmicos que foram autorizados a estabelecer grupos independentes. Para os muçulmanos, a lei doméstica e familiar, que cobre assuntos como as heranças, o divórcio e os direitos de propriedade, é administrada segundo a *sharia*. Uma mulher não-muçulmana que case com um homem muçulmano não é obrigada a converter-se (mesmo que na prática seja comum fazê-lo); mas um homem não-muçulmano, pelo contrário, deve converter-se ao Islamismo caso queira casar com uma mulher muçulmana. O Ministério para os Assuntos Islâmicos também administra a lei familiar para não-muçulmanos, mas neste caso segue diferentes normas baseadas sobretudo em precedentes legais dos países vizinhos.

Em relação à liberdade de expressão, as normas impostas pelas novas autoridades parecem ser menos estritas do que no tempo de Kadhafi, tal como indicado no relatório da *Freedom House* sobre a liberdade *online*.⁹⁶⁰ Contudo, parece que muitos jornalistas e bloguistas, embora estejam mais dispostos do que no passado a usarem os seus nomes verdadeiros na Internet, estão ainda preocupados em enfrentar directamente os temas religiosos, entre outros, não tanto por receio do Estado, mas mais como preocupação com a reacção dos grupos de milícias extremistas no país.

Os Repórteres Sem Fronteiras relataram além disso⁹⁶¹ que Mansour Ati, o editor do jornal independente *Akhbar Ajdabiya*, sediado na vila de Ajdabiya, na região leste do país, foi forçado

⁹⁶⁰ <http://refworld.org/docid/52663ae414.html>

⁹⁶¹ <http://en.rsrf.org/libya-growing-threats-to-safety-of-libya-26-04-2013,44443.html>

em Março de 2013 a pedir desculpas oficiais ao Ministério para os Assuntos Islâmicos por ter publicado um poema que o ministério considerou «apóstata». O editor acabou por ser obrigado a demitir-se após ter recebido ameaças de alegados membros da milícia *Ansar al-Sharia*, cujos combatentes destruíram os escritórios editoriais do jornal uns dias mais tarde. A 25 de Agosto de 2013, Nabil Shebani, o director do canal televisivo *al-Assema*, foi interrogado durante várias horas pelo Comité Supremo de Segurança do Ministério do Interior em relação à cobertura por parte da *al-Assema* da destruição das mesquitas e túmulos sufis em Trípoli.⁹⁶² Mais tarde, foi libertado sem acusação.

Foi feita uma acusação de blasfémia contra dois membros dirigentes do Partido Nacional Líbio, devido a algumas das frases dos seus cartazes usados durante a campanha eleitoral de 2012. Ali Tekbali, que foi responsável pela campanha eleitoral, e Fathi Sager, o secretário-geral do partido, arriscam potencialmente a pena de morte. Entre outras coisas, foram acusados de «instigação à divisão» e «insulto à religião», duas acusações que na lei líbia podem incorrer na pena capital. O ataque feito pelas forças de segurança que respondem nominalmente perante o Ministério do Interior ocorreu quatro meses após as eleições. A *Human Rights Watch* descreveu a legislação a este respeito como «uma ferramenta para eliminar a liberdade de opinião».⁹⁶³

Tem havido inúmeros ataques à comunidade cristã. Entre os mais sérios esteve o ataque à igreja ortodoxa copta de Misrata a 29 de Dezembro de 2012, o primeiro ataque deste tipo direccionado especificamente a um local de culto cristão desde a revolução de 2011. Foi detonada uma bomba no exterior da igreja que matou duas pessoas e feriu outras três. Os responsáveis governamentais condenaram o ataque e prometeram uma investigação dos acontecimentos. Contudo, a identidade dos atacantes e os seus motivos permanecem desconhecidos e até hoje não foram feitas quaisquer detenções em relação a este assunto.

Em Fevereiro de 2013, quatro cidadãos não-líbios – um americano de origem sueca, um sul-africano, um egípcio e um sul-coreano – foram detidos por suspeita de serem missionários cristãos e imprimirem e distribuírem livros cristãos. Segundo a lei do tempo de Kadhafi, que não foi de facto revogada,⁹⁶⁴ esta acusação de proselitismo – que eles negaram com vigor – poderá em teoria implicar a pena de morte. Foram detidos pelo grupo auto-intitulado Segurança Preventiva, essencialmente um grupo de milícias que responde teoricamente perante o Ministério da Defesa. Quando o jornal britânico *The Guardian* o questionou, o Reverendo Vaishar Baikaran, ministro da Igreja Anglicana de Trípoli, explicou que as principais Igrejas cristãs no país tinham evitado esse tipo de problemas no passado graças a um acordo tácito para não realizar proselitismo ou distribuir literatura religiosa. A libertação de um dos quatro homens foi confirmada em Abril pelo jornal *Libya Herald*.⁹⁶⁵ No dia anterior, num caso separado, quatro coptas egípcios foram também libertados sem acusação – em troca da extradição de dois altos funcionários do tempo de Kadhafi libertados da prisão no Egipto⁹⁶⁶ – depois de inicialmente serem mantidos na prisão durante mais de um mês com acusações semelhantes.

No final do mesmo mês, Fevereiro, houve novo ataque a uma igreja ortodoxa copta, desta vez em Benghazi. Nesta ocasião, dois sacerdotes coptas foram atacados, tal como foi confirmado pelas autoridades através da sua agência noticiosa oficial, LANA.⁹⁶⁷ O ataque ocorreu pouco tempo após a detenção de quarenta e oito coptas egípcios sob acusação de proselitismo. Estes comerciantes dos mercados locais foram acusados de ter na sua posse

⁹⁶² www.amnesty.org/en/region/libya/report-2013

⁹⁶³ <http://hrw.org/news/2013/06/20/libya-blasphemy-charges-over-election-posters-0>

⁹⁶⁴ <http://theguardian.com/world/2013/feb/17/libya-arrests-suspected-foreign-missionaries>

⁹⁶⁵ <http://libyaherald.com/2013/04/12/another-christian-released/#axzz2lhV5VKA5>

⁹⁶⁶ <http://libyaherald.com/2013/04/11/egyptian-christians-released/#axzz2lhV5VKA5>

⁹⁶⁷ *Reuters*, 3 de Março

Bíblias, panfletos cristãos e imagens do falecido Papa Copta Shenouda III. Foram detidos com base em acusações de «actividades suspeitas» e foram mais tarde expulsos do país, apesar do facto de as acusações terem sido retiradas, excepto uma acusação de «entrada ilegal» no país.⁹⁶⁸ De regresso ao Egipto, dois dos antigos detidos falaram à *Associated Press*, referindo a forma como tinham sido torturados ou tinham testemunhado outros cristãos coptas a serem torturados enquanto estavam detidos. Culparam igualmente a milícia Libya Shield One pelas detenções, uma das milícias mais poderosas de Benghazi, sob o comando de um ex-rebelde islâmico, Wassam Bin Hemad. Os atiradores tinham de facto identificado os homens como cristãos quando procuraram tatuagens de cruces nos seus pulsos.⁹⁶⁹

A 14 de Março de 2013, a igreja ortodoxa copta de Benghazi foi novamente atacada.⁹⁷⁰ Desta vez os atacantes incendiaram o edifício depois de forçarem os crentes a saírem. Durante as celebrações da Páscoa foram tomadas medidas de segurança para proteger as igrejas cristãs e os seus fiéis, incluindo a colocação de polícias no exterior da Catedral de Tripoli. A comunidade anglicana, por seu lado, decidiu não realizar a tradicional procissão do Domingo de Ramos pelas ruas da cidade.⁹⁷¹ Noutra acto de intimidação, o pároco da Igreja católica de São Francisco em Dahra, Tripoli, foi atacado por um homem que abriu fogo sobre ele com uma Kalashnikov.

Em meados de Março houve inúmeros ataques na cidade de Benghazi. Um desses ataques fez cerca de quinze vítimas e foi aparentemente levado a cabo por grupos jihadistas. De acordo com o testemunho do Arcebispo Martinelli, Vigário Apostólico de Tripoli, outro ataque foi dirigido à Igreja da Imaculada Conceição de Derna (Cirenaica). Foi colocada uma bomba perto da entrada da igreja. O Arcebispo Vincent Landel de Rabat, presidente da Conferência Episcopal do Norte de África, relatou que, em vez de tomarem medidas para lidar com estes actos de violência e com o clima de insegurança, «as autoridades pediram às comunidades religiosas que deixassem o país».⁹⁷² Na prática, na parte ocidental do país (Cirenaica) muitas congregações religiosas foram forçadas a abandonar os seus conventos entre 2012 e 2013 - num caso após quase um século de presença constante, como lembrou o Arcebispo Martinelli.⁹⁷³

Mas não são apenas as comunidades cristãs que são alvo de ataques e abusos por parte dos fundamentalistas islâmicos. Em 2013, tal como em 2012, muitos locais sagrados para os muçulmanos sufis foram atacados pela segunda vez. A 29 de Março, extremistas atacaram um dos maiores símbolos desta corrente islâmica, o mausoléu do século XV de Sidi Mohamed Landoulsi, no subúrbio de Tajura em Tripoli. Este túmulo, já designado como monumento nacional, foi bombardeado por um grupo de fundamentalistas islâmicos, num acto condenado pelo responsável pelo Conselho de Tripoli como «contrário ao Islão».⁹⁷⁴ Entre Fevereiro e Maio de 2013, o santuário sufi de Hamid Hudairi em Sebha foi também atacado por duas vezes. Durante o segundo ataque, uma bomba causou danos graves na estrutura.⁹⁷⁵

Além disso, vários grupos islâmicos divergentes sofreram ataques violentos e/ou detenções por 'proselitismo'. Em Dezembro de 2012, cinco paquistaneses da comunidade muçulmana de

⁹⁶⁸ <http://lefigaro.fr/flash-actu/2013/03/01/97001-20130301FILWWW00453-50-chretiens-arretes-a-benghazi.php>

⁹⁶⁹ <http://usatoday.com/story/news/world/2013/03/15/coptic-christians-tortured-libya/1991753/>

⁹⁷⁰ http://fides.org/it/news/41197-AFRICA_LIBIA_Data_alle_fiamme_la_chiesa_copta_di_Bengasi#.UpcOduLe6EY

⁹⁷¹ http://terrasanta.net/tsx/articolo.jsp?wi_number=5004&wi_codseq=%20%20%20%20%20%20&language=it

⁹⁷² <http://asianews.it/notizie-it/Libia-in-balia-di-islamisti-e-criminali.-Il-governo-chiede-alla-Chiesa-di-lasciare-il-Paese-29290.html>

⁹⁷³ http://fides.org/it/news/40906-AFRICA_LIBIA_Due_comunita_religiose_costrette_ad_abbandonare_la_Cirenaica_Mons_Martinelli_Nei_prossimi_giorni_si_prevedono_momenti_difficili#.UpPPfuLe6EY

⁹⁷⁴ <http://asianews.it/notizie-it/Tripoli,-estremisti-islamici-distruggono-un-mausoleo-sufi-del-XV-secolo-27528.html>

⁹⁷⁵ Relatório da *Asylum Research Consultancy*, disponível em: <http://refworld.org/docid/51de77c24.html>

Ahmadiyya foram detidos num subúrbio de Trípoli, enquanto um cidadão líbio era procurado na mesma operação e outro foi detido aparentemente por se ter convertido. A 15 de Janeiro de 2013, o pregador muçulmano Sheikh Fakri Hussein Jahani foi assassinado num ataque à granada no exterior de uma mesquita de Misrata. Considerado em grande medida como um «salafista moderado», nos seus sermões Jahani tinha condenado os «falsos salafistas» e a prática de chamar a outros muçulmanos «infiéis».⁹⁷⁶

Em conclusão, teoricamente garantida pela Constituição apesar de estarmos perante uma religião estatal islâmica, a liberdade religiosa provou na prática ser um direito extremamente limitado. A principal preocupação aqui é a proibição do proselitismo e as graves penalizações que podem seguir-se. A liberdade de participar em serviços religiosos e noutras manifestações públicas de fé tem estado gravemente comprometida. A liberdade de expressão tem igualmente sido afectada, em parte devido à auto-censura de muitos comentadores.

Em termos gerais, o estado da liberdade religiosa na Líbia piorou durante o período em análise. Houve um aumento dos ataques a lugares de culto, sobretudo aos cristãos. Isto acontece por causa dos vários grupos de milícias, muitos dos quais milícias islâmicas radicais, que exercem controlo de facto sobre grande parte do país. É uma situação na qual o Governo tem tido pouca capacidade, ou falta de vontade de acordo com outros, para intervir de modo a proteger as minorias religiosas.

A violência alargada a todo o país – e acima de tudo o convite das autoridades a que os grupos religiosos minoritários deixem o país – significa que a esmagadora maioria dos Cristãos, e em especial os estrangeiros, enfrentam o risco de violência. Outra tendência geral parece ser a dos ataques violentos aos muçulmanos sufis e às suas mesquitas e locais sagrados.

⁹⁷⁶ *Briefing* do Gabinete Alemão de Migrações e Asilo, disponíveis em: <http://refworld.org/docid/51408db22.html>

LIECHTENSTEIN



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:

37.000

SUPERFÍCIE:

160 km²

REFUGIADOS (INTERNOS)*:

105

REFUGIADOS (EXTERNOS)**:

DESALOJADOS:

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Sistema de governo: Monarquia constitucional hereditária

Línguas nacionais: alemão, dialecto alemânico

Há uma transformação profunda em curso nas leis fundamentais do Principado do Liechtenstein⁹⁷⁷. Embora não tenha havido violações dentro do principado em relação aos direitos individuais ou às comunidades religiosas, mesmo assim, a 15 de Dezembro de 2012, o Parlamento em Vaduz introduziu uma alteração histórica ao aprovar, no contexto da lei da liberdade religiosa, uma revisão que introduz uma separação substancial entre o Estado e a Igreja Católica, que até agora era considerada como a Igreja nacional e que ainda representa mais de 76% da população.⁹⁷⁸

Actualmente, as denominações protestantes recebem financiamento em função dos seus números. As comunidades religiosas nacionais que se propõe reconhecer segundo a nova disposição legal incluem a Igreja Evangélica, a Igreja Luterana Evangélica (à qual pertence 11% da população) e a Comunidade Islâmica (calculada em 3% da população), constituída pela *Islamische Gemeinschaft* e pela *Türkischer Verein*. O sistema de financiamento público vai também mudar e ser gerido através de um imposto que o contribuinte individual pode designar de acordo com a sua escolha pessoal. O montante total do financiamento previsto, calculado em menos de 3 milhões de euros anuais, corresponde a aproximadamente 2% da receita tributária nacional.

Juntamente com esta reforma das relações institucionais entre as autoridades civis e religiosas, a lei também prevê uma abordagem diferente ao ensino da religião nas escolas primárias, que já não será obrigatória. Anteriormente, era garantida a todos os cidadãos uma forma de instrução religiosa nas escolas secundárias à escolha das famílias, enquanto

⁹⁷⁷ Os dados que se seguem são retirados de *The World Factbook*: www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ls.html; UNHCR, *Global Trends 2012* <http://unhcr.org/51bacb0f9.html>

⁹⁷⁸ Maria Teresa Pontara Pederiva, «Decisioni nuove in merito alla libertà religiosa», 22 de Novembro de 2012, <http://vaticaninsider.lastampa.it/nel-mondo/dettaglio-articolo/articolo/liechtenstein-laicita-19967/>

«Katholische Kirche nicht mehr ‚Landeskirche‘ in Liechtenstein – 2013 endgültige Verfassungsänderung», 22 de Dezembro de 2012, <http://katholisches.info/2012/12/22/katholische-kirche-nicht-mehr-landeskirche-in-liechtenstein-2013-endgultige-verfassungsanderung/>

Katholisches Nachrichten-Agentur, «Katholische Kirche verliert Status als Landeskirche in Liechtenstein», 23 de Dezembro de 2012, <http://kath.net/news/39433>

actualmente oito escolas primárias oferecem aulas de educação islâmica em língua alemã a cerca de setenta estudantes muçulmanos com idades entre os 7 e os 13 anos.⁹⁷⁹

Todas as alterações introduzidas em relação a assuntos religiosos vão, além disso, ter de ser incluídas no texto de uma futura Concordata entre o principado e a Santa Sé. Entretanto, contudo, as discussões diplomáticas entre os dois lados permanecem em suspenso, uma vez que dependem das respectivas autonomias.

De acordo com o príncipe Nikolas do Liechtenstein, embaixador do país na Santa Sé, o equilíbrio de forças mudou, em parte devido a uma «perspectiva mais materialista» da sociedade e em parte devido à «grande influência» dos «países vizinhos bastante seculares», exercida «sobretudo através dos meios de comunicação social». Este processo, que teve como consequência que «a posição tradicional da Igreja» se tenha de muitas formas «enfraquecido, tal como aconteceu em toda a Europa», levou também a uma quebra na «prática da fé». Este fenómeno é evidente, disse o príncipe, «embora a maior parte das pessoas ainda se veja como pertencendo à Igreja Católica», muitas pessoas «não querem fazer parte de uma estrutura institucional e vivem uma forma de religião individualista, que muitas vezes significa o empobrecimento da vida religiosa e do conhecimento que isso implica».⁹⁸⁰ Esta mesma desorientação na opinião pública foi também evidente no referendo de Junho de 2011, sobre uma proposta governamental para os casais homossexuais que, de muitas formas, lhes deu os mesmos direitos que às pessoas casadas. Esta proposta teve a oposição da Igreja Católica, mas foi apoiada pela maioria do eleitorado. Mesmo assim, o povo do Liechtenstein continuou a rejeitar a legalização do aborto noutra referendo em Setembro de 2011.

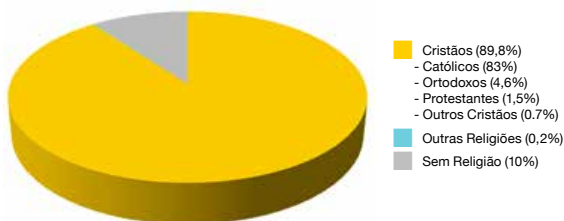
⁹⁷⁹ Departamento de Estado norte-americano, Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Relatório da Liberdade Religiosa Internacional, Liechtenstein, <http://state.gov/documents/organization/208546.pdf>

⁹⁸⁰ *Inside the Vatican*, Entrevista com Nikolas von Liechtenstein, Maio de 2012, <http://insidethevatican.com/interview/interview-with-nikolas-von-liechtenstein>

LITUÂNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
2.956.121	65.300 km ²	916	254	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Na Lituânia⁹⁸¹ há uma separação rigorosa entre a Igreja e o Estado. Embora a vasta maioria da população seja católica, nenhuma Igreja goza do privilégio de uma religião estatal. De acordo com a Constituição da República da Lituânia, cada cidadão tem a liberdade de escolher a própria religião e de a professar individualmente ou em conjunto, de se envolver no culto religioso e de participar em serviços religiosos. As Igrejas e as comunidades religiosas são livres de pregar as suas próprias doutrinas, disponibilizar instrução religiosa aos seus membros e abrir locais de culto e iniciativas caritativas, bem como de disponibilizar centros de formação para os seus pastores. A Lei de 1995 sobre as Comunidades e Associações Religiosas, com as posteriores modificações, garante o exercício do direito constitucional à liberdade religiosa e define as relações legais entre as organizações religiosas, a sociedade e o Estado lituano. O Estado tem o direito de apoiar as comunidades religiosas por si reconhecidas como tradicionais e que constituem a herança histórica, espiritual e social da Lituânia. Outras associações religiosas podem também ser reconhecidas pelo Estado, desde que tenham apoio dentro da sociedade e que as suas doutrinas não entrem em contradição com as leis e a moralidade. Para adquirir o estatuto de religião reconhecida pelo Estado, estas organizações precisam de existir há pelo menos vinte e cinco anos desde o seu registo inicial.

A situação da liberdade religiosa no país

Em 2013 houve uma iniciativa por parte da Acção Eleitoral, um partido político maioritariamente polaco na Lituânia, que propôs que o ensino da religião deveria ser obrigatório nas escolas. Contudo, o primeiro-ministro lituano Algirdas Butkivicius expressou a perspectiva de que esta iniciativa é um «excesso político», enfatizando que isso deveria ser deixado à livre escolha das crianças e dos pais em questão.

Os líderes das principais comunidades cristãs – Católicos, Ortodoxos, Protestantes Evangélicos e Luteranos – expressaram as suas perspectivas em relação aos valores «da vida, da identidade de género, do casamento e da família como valores fundamentais da

⁹⁸¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Lituânia

População: <http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48de86&submit=GO

sociedade humana». Numa declaração conjunta a 27 de Novembro de 2013,⁹⁸² avisaram contra as ameaças e tentativas a que está sujeita a instituição da família, sobretudo pondo em causa a pertença natural a um sexo específico, da natureza do casamento como união entre um homem e uma mulher, do direito a nascer e do direito natural dos pais educarem os seus filhos de acordo com as suas próprias convicções religiosas. Na Lituânia não houve qualquer legalização das uniões homossexuais, mas o Tribunal Constitucional assumiu a perspectiva de que a família também pode ser criada fora do matrimónio. O Parlamento está actualmente a analisar uma proposta de lei que proíbe o aborto (que actualmente é legal até às doze semanas), excepto nos casos em que a saúde da mãe está em perigo ou quando a gravidez resulta de violação.

Os representantes da comunidade muçulmana na Lituânia expressaram a sua indignação com a representação de uma mesquita nas janelas de um casino na capital, Vilnius. Os crentes alegam que os cartazes publicitários que cobrem as janelas do casino representam a silhueta da famosa Mesquita Azul de Istambul, a mesquita de Sultanakhmet. Consideram esta uma ofensa grave às sensibilidades religiosas dos Muçulmanos, sobretudo porque o Islamismo proíbe todas as formas de jogo.

Na Lituânia, a liberdade religiosa permaneceu estável durante o período em análise. Não tem havido perseguições por razões religiosas, embora a minoria russa se queixe por vezes de discriminação social. A liberdade religiosa é compreendida como a liberdade total para professar as próprias convicções e para se envolver em actividades comunitárias nas comunidades registadas de acordo com os procedimentos governamentais.

⁹⁸² news.rambler.ru/22388067/

LUXEMBURGO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:

516.000

SUPERFÍCIE:

2.586 km²

REFUGIADOS (INTERNOS)*:

2.910

REFUGIADOS (EXTERNOS)**:

1

DESALOJADOS:

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Sistema de governo: Monarquia constitucional

Línguas nacionais: luxemburguês; e também alemão e francês (línguas administrativas)

Durante o período abrangido por este relatório houve uma deterioração no estado da liberdade religiosa no Luxemburgo⁹⁸³.

«No Grão-Ducado do Luxemburgo, as actuais relações entre o Estado e as comunidades religiosas têm uma base constitucional. Elas estão consagradas no espírito de uma Concordata e são inspiradas pelo direito dos tratados, uma vez que o Artigo 22 da Constituição estipula que a intervenção do Estado na proposta e nomeação de líderes religiosos, a forma de nomeação e revogação de outros ministérios religiosos, a liberdade de cada um comunicar com os seus superiores e publicitar as suas acções, e também as relações da Igreja com o Estado devem ser objecto de acordos a serem submetidos à Câmara dos Deputados em relação às medidas que requerem a sua intervenção. Foi com base neste artigo que foram acordadas convenções com um certo número de comunidades religiosas, nomeadamente a arquidiocese católica, as comunidades judaicas do Luxemburgo, a Igreja Protestante Reformada do Luxemburgo, a Igreja Protestante do Luxemburgo, a Igreja Grega Ortodoxa do Luxemburgo, as Igrejas Ortodoxas Romena e Sérvia do Luxemburgo, e a Igreja Anglicana do Luxemburgo.»⁹⁸⁴

Estes foram os antecedentes, em resumo, de um relatório de 3 de Outubro de 2012 por um grupo de especialistas encarregados pelo Governo – através do seu Departamento de Assuntos Religiosos e com base numa moção para este efeito, aprovada a 7 de Junho de 2011 pela Câmara dos Deputados – de reflectir sobre a evolução futura das relações entre as autoridades civis e as comunidades religiosas ou filosóficas, sobretudo abordando duas questões principais. A primeira questão foi formulada da seguinte forma: «Será que os actuais acordos, baseados no Artigo 22 da Constituição, ainda correspondem às realidades sociais

⁹⁸³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/luxembourg

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Luxembourg>

Refugiados (internos): ACNUR, *Global Trends 2012*, www.unhcr.org/51bacb0f9.html

⁹⁸⁴ *Rapport du Groupe d'experts chargé de réfléchir sur l'évolution future des relations entre les pouvoirs publics et les communautés religieuses ou philosophiques au Grand-Duché de Luxembourg*. (Relatório sobre possíveis mudanças futuras em relação às comunidades religiosas e filosóficas no país). Publicado pelo Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo, Ministério do Estado, Departamento de Assuntos Religiosos, Outubro de 2012.

e culturais do Luxemburgo dos dias de hoje e ao princípio do tratamento igual e do respeito pelos direitos humanos estabelecido pelo Conselho da Europa?» A segunda questão é a seguinte: «Quais podem ser, em última análise, as alternativas ao desenvolvimento de relações entre as autoridades públicas e as comunidades religiosas, tendo em conta especificamente as experiências e práticas de outros Estados-membros do Conselho da Europa?»

Entrando em detalhes, o relatório refere que o Artigo 106 da Constituição prevê expressamente que o Estado assuma os salários e pensões dos ministros religiosos. E continua a sublinhar o facto de que para a Igreja Católica há também algumas disposições muito antigas, nomeadamente o Decreto de 30 de Dezembro de 1809, o que «permite que a Igreja Católica beneficie de apoio financeiro dos municípios para o tecido da igreja e locais de culto, bem como para a provisão de presbitérios ou, na ausência destes, de outro tipo de alojamento ou do pagamento de despesas de alojamento».⁹⁸⁵

Em relação às minorias religiosas, «o regime que governa as religiões no Luxemburgo distingue entre as que são governadas por essas convenções e as comunidades não reconhecidas por uma convenção. Entre as comunidades ‘com convenção’, a Igreja Católica beneficia de um estatuto privilegiado», continua o relatório, acrescentando que «a questão das relações entre o Estado e a comunidade religiosa tornou-se novamente numa questão central no debate público dentro do Grão-Ducado em relação ao alargamento do pluralismo religioso e à secularização da sociedade do Luxemburgo. Este debate tem sido sustentado pela acção de diversas organizações para defender a natureza secular do Estado.»⁹⁸⁶ Foi este debate que, de facto, levou ao debate parlamentar em Junho de 2011, acima referido, que solicitou o referido relatório.

Contudo, num documento de 23 de Novembro de 2012, a Igreja Católica refuta radicalmente os argumentos deste grupo de especialistas e sublinha o facto de este caso resultar do despojamento dos bens da Igreja relacionado com a Revolução Francesa, e posteriormente durante a era napoleónica, em que a Igreja «foi privada dos seus próprios recursos independentes e foi isto que levou ao actual sistema no Luxemburgo, ao qual as outras religiões descritas como ‘com convenção’ foram associadas por analogia e num espírito de solidariedade.» O documento refere a inconsistência da argumentação apresentada pelos autores do relatório governamental, que afirma: «O princípio da igualdade em assuntos religiosos não impõe às autoridades públicas o dever de aplicar o mesmo tratamento a todas as religiões. É adequado tratar de forma semelhante o que é semelhante e de forma diferente o que é diferente. Por outro lado, proíbe tratamentos diferenciados injustificados. Esses tratamentos diferenciados são mesmo assim justificados, desde que o Estado em questão tenha posto em prática procedimentos que autorizem as religiões não-reconhecidas ou não-apoiadas a beneficiarem, quando satisfizerem certas condições necessárias, de prerrogativas acordadas pelo Estado à religião ou religiões privilegiadas.» Os autores da Igreja comentam: «Perante esta leitura, todas as religiões com convenção beneficiam do mesmo estatuto de ‘religiões privilegiadas’, mesmo que o direito de todas estas religiões derive, na realidade, da situação histórica e do quadro legal estabelecido apenas para lidar com a situação da religião católica.»⁹⁸⁷

Numa resposta conjunta – assinada a 17 de Novembro de 2012 pelo Arcebispo católico Jean-Claude Hollerich, pelo Grande Rabino Alain Nacache da comunidade judaica, pelo Pastor Titular Volker Strauß e por Julian Presber, presidente do Consistório da Igreja Pro-

⁹⁸⁵ *Ibidem*

⁹⁸⁶ *Ibidem*

⁹⁸⁷ *Rapport d'experts - la position de l'Église catholique* (resposta da Igreja Católica do Luxemburgo ao relatório acima referido): www.cathol.lu/article2547, 23 November 2012

testante do Luxemburgo, pelo Pastor Karl Georg Marhoffer da Igreja Protestante Reformada do Luxemburgo (Esch-sur-Alzette), pelo Metropolita Pantéleimon, Arcebispo da Bélgica e Exarca para a Holanda e o Luxemburgo do Patriarcado Ecuménico de Constantinopla, pelo Reverendo Christopher Lyon da Igreja Anglicana e à qual os representantes dos Muçulmanos no Grão-Ducado do Luxemburgo também se associaram –, os membros destas religiões ‘com convenção’ sublinharam acima de tudo o seguinte facto: «De acordo com o Artigo 10 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, e para nos protegermos contras os grupos de pressão e vozes que desejam reprimir a realidade religiosa e restringir a sua expressão exclusivamente à esfera privada, é necessário proteger o direito à liberdade religiosa tal como é apresentado na Constituição do Luxemburgo. Tal como com outros artigos da Constituição que estão a ser revistos, foi proposta a seguinte formulação: ‘A liberdade de pensamento, consciência e religião são garantidas’.»⁹⁸⁸

Os signatários continuam: «Uma vez que este direito é respeitado dentro do Grão-Ducado do Luxemburgo e uma vez que a sua aplicação também está contida nos textos constitucionais, cada poupança feita nestes artigos pelo legislador vai necessariamente ser interpretada como um possível abandono deste direito, garantido a nível internacional.» E, por isso, propõem «incluir as convenções como um instrumento de aplicação do direito à liberdade religiosa» e inserir a seguinte frase no novo artigo que garante a liberdade religiosa: «As relações do Estado com as várias comunidades religiosas são objecto de convenções de acordo com os princípios orientadores estabelecidos pela lei e no quadro das obrigações nacionais e internacionais existentes.»⁹⁸⁹

Os signatários concluem: «Finalmente, as religiões com convenção que desejem continuar o seu relacionamento com o Estado do Luxemburgo sob a forma de uma parceria ou contrato declaram a sua vontade de trabalhar em conjunto nos esforços para elaborar um tipo de convenção que preveja a igualdade de tratamento das religiões com convenção em todas as esferas aberta à Igreja Católica, nomeadamente no acesso à educação religiosa nas escolas públicas, no acesso às capelanias, no direito ao uso dos edifícios públicos destinados à utilização pelas respectivas religiões e no direito ao alojamento dos ministros religiosos ordenados.» Acrescentam ainda que não têm qualquer objecção a incluir nestas discussões preparatórias o órgão representativo das comunidades muçulmanas estabelecidas no Grão-Ducado do Luxemburgo.

⁹⁸⁸ *Position commune des cultes conventionnés par rapport aux réponses de ces cultes au rapport du Groupe d'experts* (resposta conjunta das comunidades religiosas ao relatório do Governo): www.cathol.lu/article2545, 17 de Novembro de 2012

⁹⁸⁹ *Ibidem*

MACEDÓNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
2.106.000	25.700 km²	-	---	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Macedónia⁹⁹⁰ situa-se no centro-sul da península dos Balcãs. A capital é Skopje. O país tem um número substancial de grupos étnicos diferentes: Macedónios (64,2%), Albaneses (25,2%), Turcos (3,9%), Ciganos (2,7%), Sérvios (1,8%) e outros (2,2%). Faz fronteira com a Albânia, Bulgária, Grécia, Kosovo e Sérvia. Há uma correlação geral entre etnia e filiação religiosa. A maior parte dos crentes ortodoxos são etnicamente macedónios. A maior parte dos crentes muçulmanos são etnicamente albaneses. Os outros grupos religiosos incluem católicos, várias denominações protestantes e judeus.

A liberdade religiosa na lei e na prática é geralmente respeitada na Macedónia. Os procedimentos de registo para as organizações religiosas melhoraram. Foi registado outro grupo religioso, a Comunidade Ehlibejska Bektashi da Macedónia (Kicevo), segundo a Lei do Estatuto Legal das Igrejas, Comunidades Religiosas e Grupos Religiosos, o que eleva o número total de registos para trinta. Foram rejeitados cinco pedidos de registo. A comunidade Bektashi de Tetovo permanece como não registada. Esta comunidade apresentou uma acção judicial no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos relacionada com as restituições de propriedades. O Arcebispado Ortodoxo Grego do Patriarcado de Pec (Arcebispado Ortodoxo de Ohrid), a Igreja da Unidade Ortodoxa, a Igreja dos Cristãos Ortodoxos Verdadeiros e a Comunidade Monástica Verdadeira foram rejeitados. A Igreja Ortodoxa Macedónia dominante mantém-se como o único grupo ortodoxo que está registado.

A restituição das propriedades religiosas⁹⁹¹ expropriadas pela antiga Jugoslávia ainda não está totalmente resolvida na Macedónia.

A Igreja Ortodoxa Macedónia proibiu o seu clero de usar o *Facebook* para se proteger contra abusos e conversas íntimas com jovens. A decisão foi tomada em Outubro de 2013 após uma queixa de um bispo.

⁹⁹⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/republic-of-macedonia
População: <http://data.worldbank.org>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

⁹⁹¹ <http://m.state.gov/md27852.htm>

A 12 de Dezembro de 2011, o antigo sacerdote ortodoxo macedónio Jovan Vraniskovski foi encarcerado⁹⁹² na prisão de Idrizovo, perto de Skopje. Foi condenado a três anos de prisão por ter desviado 250 mil euros da Igreja Ortodoxa Macedónia. Este sacerdote tinha formado a Arquidiocese Ortodoxa de Ohrid, paralela e não registada, que era apoiada pela Igreja Ortodoxa Sérvia.

A Igreja Ortodoxa Macedónia tem dez eparquias (sete na Macedónia e três no estrangeiro), dez bispos e cerca de 350 sacerdotes. Tem cerca de 1.200 igrejas. Os bispos constituem o Sínodo Sagrado dos Bispos, encabeçado pelo Arcebispo de Ohrid e da Macedónia. Fora da Macedónia, a Igreja tem um milhão de crentes sob a sua jurisdição.

A Comunidade Islâmica da Macedónia acusou o clérigo Ramadan Ramadani de propagar o Islamismo radical através dos seus sermões na mesquita de Isa Beg e suspendeu-o. Em Julho de 2012, a Comunidade Islâmica anunciou que «wahabitas radicais» controlavam quatro mesquitas em Skopje.⁹⁹³ Pediram ao Governo e a todos os diplomatas estrangeiros na Macedónia que tomassem medidas contra estas estruturas radicais. O clérigo Ramadani negou quaisquer ligações com grupos islâmicos radicais.

A reconstrução da mesquita de Prilep, que foi destruída durante o conflito de 2001, e a construção da mesquita na aldeia Bitola de Lazhec, não tiveram início como esperado devido a questões de propriedade não resolvidas.

Não houve desenvolvimentos na acção judicial apresentada pelos bektashi em 2004 contra a Comunidade Islâmica pela apreensão em 2002 de parte do recinto de Tetovo pelos seus membros armados. A Comunidade Islâmica da Macedónia continuou a ocupar a área.

Os Muçulmanos na Macedónia constituem, grosso modo, um terço da população total do país. As maiorias muçulmanas estão nas regiões noroeste e ocidental do país. Uma grande maioria dos Muçulmanos são de etnia albanesa. Os muçulmanos macedónios são em grande parte descendentes dos eslavos cristãos ortodoxos que se converteram ao Islamismo durante os séculos em que o Império Otomano dominava sobre os Balcãs. Mais de 300 mesquitas foram construídas na última década na Macedónia, das quais só oitenta e oito estão entre Skopje e Tetovo, a principal cidade de maioria étnica albanesa, a noroeste da Macedónia.

A Igreja Católica na Macedónia⁹⁹⁴ é muito pequena, mas ao mesmo tempo é muito dinâmica. A Igreja tem 20 mil fiéis. Estes são constituídos por 15 mil católicos do rito oriental e 5.000 católicos do rito latino, que é menos de 1% da população total da Macedónia. Existe um total de treze igrejas católicas, cinco das quais pertencem à tradição do rito oriental e oito à tradição do rito latino. Situam-se sobretudo no sudeste da Macedónia, dentro e à volta das cidades de Strumica e Gevgelija. As comunidades de jesuítas e lazaristas são também activas na Macedónia. Os Católicos na Macedónia não são homogéneos em termos étnicos. Os de etnia macedónia são sobretudo uniatas. Têm as suas fidelidades com a nação e o Estado macedónio. A maior parte dos católicos do rito latino são albaneses que se mudaram de Prizren no Kosovo para a capital macedónia durante os últimos 100 anos. A Igreja Católica na Macedónia goza de boas relações com as outras duas principais religiões no país: Igreja Ortodoxa e Islamismo.

As pequenas comunidades e grupos religiosos na República da Macedónia têm cerca de 3.000 crentes. A maior parte pertence a Igrejas protestantes, enquanto um número mais pequeno segue as Religiões Islâmica e Hindu. Com excepção da Igreja Metodista Evangélica, que existe há mais de 100 anos, outras pequenas comunidades religiosas têm origem

⁹⁹² www.balkaninsight.com/en/article/Macedónia-arrests-renegade-priest-vraniskovski

⁹⁹³ <http://almanac.afpc.org/Macedónia> and www.state.gov/documents/organization/171707.pdf

⁹⁹⁴ www.zenit.org/en/articles/discovering-the-catholic-church-in-Macedónia

recente. Em relação às comunidades religiosas islâmicas, para além da Comunidade Islâmica da República da Macedónia, a maior é a comunidade religiosa de Taricate – os Dervishi. O número de crentes da Comunidade Islâmica Bectashe é de cerca de cinquenta e a sua sede é em Tetovo.

No período de 1945-1991, a religião na Macedónia, bem como nas outras repúblicas da Jugoslávia, foi formalmente autorizada até certo ponto, mas esteve sempre sob controlo do Estado. A queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991 abriu a Europa Oriental e Central, e os Balcãs ao mundo. O caminho para a independência em relação à antiga Jugoslávia seguiu vários anos difíceis de guerra para a maior parte dos países, mas a Macedónia foi uma excepção.

Depois da independência da Macedónia em relação à Jugoslávia em 1991 e das primeiras eleições democráticas, as comunidades religiosas ganharam total liberdade. De acordo com o Artigo 19 da nova Constituição da República da Macedónia, a liberdade de crença religiosa é garantida.

A Constituição afirma que a Igreja Ortodoxa Macedónia e outras comunidades religiosas são separadas do Estado e são iguais perante a lei.

A história da Macedónia ao longo dos séculos tem sido frequentemente violenta. Contudo, o século XX foi um dos mais violentos. Os Cristãos sob o Império Otomano islâmico sofreram focos de perseguições graves. Em 1454, todos os Cristãos ortodoxos foram colocados sob a jurisdição do Patriarcado de Constantinopla por ordem do sultão e mais tarde a Igreja Ortodoxa Macedónia independente, o Arcebispado de Ohrid, foi suprimida.

Com o crescimento do nacionalismo no século XIX, a Grécia e a Sérvia conseguiram a independência do domínio turco. A Igreja Ortodoxa Grega, num esforço para afirmar a sua autoridade perante as sublevações e o crescente sentimento nacional macedónio, começou a introduzir o grego na liturgia e no sistema de ensino, causando frustração no seio da Igreja Macedónia local.

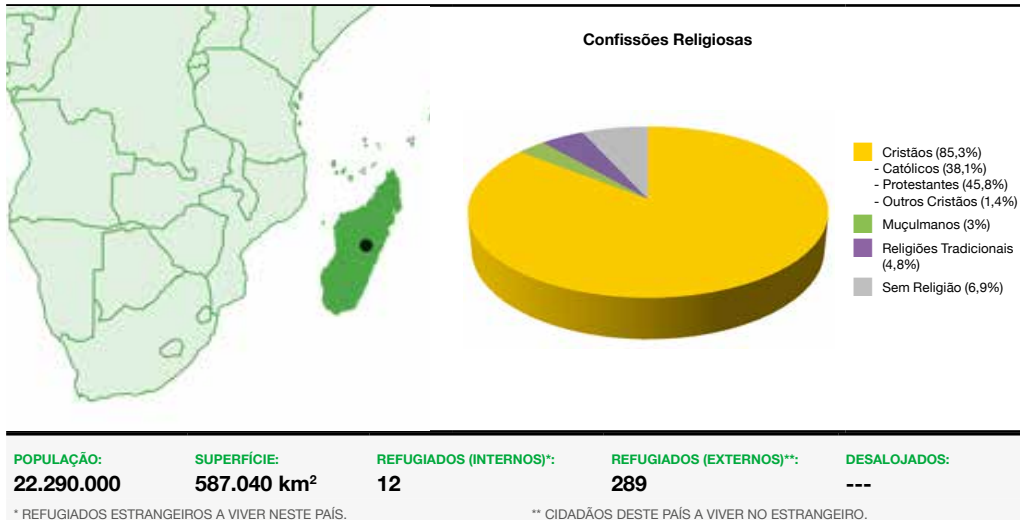
Os líderes da Igreja Macedónia recorreram ao Papa, procurando manter a liturgia na língua dos seus antepassados. O Papa Pio IX aceitou o seu pedido e permitiu que eles mantivessem as suas celebrações litúrgicas tradicionais, com a condição de reconhecerem o Papa como chefe da Igreja. Com isto, em 1859, a Igreja Católica Macedónia do rito oriental entrou em total comunhão com Roma. Nos anos que se seguiram, a Igreja viveu um crescimento substancial: foram criadas duas dioceses, tinha o seu próprio seminário e a sua primeira congregação religiosa feminina e, no final do século, os fiéis eram mais de 70 mil.

Hoje em dia, a Macedónia enfrenta novos desafios, como por exemplo uma elevada taxa de desemprego e o constante bloqueio da Grécia⁹⁹⁵ desde 1995 em resultado de um desacordo sobre o seu nome constitucional. A disputa com a Grécia sobre o nome continuou a protelar o progresso do país para aderir à NATO e à UE. A Grécia opõe-se ao uso do nome 'Macedónia' porque tem uma província com o mesmo nome. A Grécia tem forçado a Macedónia a adoptar o nome 'Antiga República Jugoslava da Macedónia'.

Em 2001, forças de segurança da Macedónia estiveram envolvidas num curto conflito armado com rebeldes albaneses. O conflito terminou nesse mesmo ano com a assinatura de um acordo de paz que deu maiores direitos aos Albaneses.

⁹⁹⁵ www.setimes.com/cocoon/setimes/xhtml/en_GB/features/setimes/features/2013/04/19/feature-01

MADAGÁSCAR



As leis e a Constituição da República de Madagáscar⁹⁹⁶ (revista e submetida a referendo popular pela última vez em 2010) defendem a liberdade religiosa e proíbem a discriminação com base na fé do indivíduo. A Constituição estabelece uma separação clara entre as esferas política e religiosa, mas na realidade as duas coincidem frequentemente e confrontam-se na vida pública, muitas vezes de forma problemática.

A liberdade religiosa está consagrada no Artigo 10, juntamente com a liberdade de opinião e expressão garantida por lei. No Artigo 6, as crenças religiosas são apresentadas como uma das razões pelas quais não é permitido discriminar nenhum indivíduo. Esta questão é também abrangida pelo Artigo 28, no qual se afirma que ninguém pode ser discriminado no seu trabalho ou carreira devido a razões relacionadas com a religião. O Artigo 2 expressa claramente o carácter secular do Estado e a separação entre o Estado e a religião: «O Estado afirma a sua neutralidade em relação às diferentes religiões. O carácter secular da República repousa no princípio da separação dos assuntos do Estado em relação aos assuntos das instituições religiosas e seus representantes. O Estado e as religiões proíbem respectivamente qualquer interferência nas suas próprias esferas. Nenhum líder das instituições nem qualquer membro do Governo podem participar nos órgãos de governo de qualquer instituição religiosa, sob pena de serem depostos pelo Tribunal Constitucional ou demitidos do seu mandato ou função.»⁹⁹⁷

Tal como acontece no caso de outros países da África Austral, as estatísticas religiosas de Madagáscar são uma questão controversa. De acordo com o PEW-Forum «Global Religious Futures»,⁹⁹⁸ os Cristãos representam 85% da população. De acordo com o antigo reitor do Instituto Católico de Madagáscar, o Padre Jean-Germain Rajoelison, os Cristãos representam cerca de 60% do povo Malgaxe (as estatísticas oficiais colocam os católicos nos 33,1%), os membros das religiões tradicionais são 4,8% e os Muçulmanos são 3%.⁹⁹⁹ As quatro principais denominações cristãs (Igreja Católica, Igreja de Jesus Cristo de Madagáscar (FJKM¹⁰⁰⁰),

⁹⁹⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/madagascar

População: www.worldbank.org/en/country/madagascar

⁹⁹⁷ https://www.constituteproject.org/constitution/Madagascar_2010.pdf

⁹⁹⁸ www.globalreligiousfutures.org/countries/madagascar

⁹⁹⁹ KTO TV, 29 de Fevereiro de 2012 (www.youtube.com/watch?v=6VeZSN01aO4)

¹⁰⁰⁰ *Fiangonan 'i Jesoa Kristy eto Madagasikara*

Igreja Luterana e Igreja Anglicana) são representadas pelo Conselho de Igrejas Cristãs em Madagáscar (FFKM).

As comunidades religiosas são obrigadas a registar-se no Ministério do Interior caso desejem poder receber donativos e legados. Para se registar precisam de ter pelo menos 100 membros e um conselho administrativo eleito com um máximo de nove membros, que deve ser totalmente constituído por cidadãos malgaxes. Se a hierarquia ou a maioria dos membros do grupo forem estrangeiros, podem formar uma associação registada, considerada como «estrangeira», que deve solicitar periodicamente a renovação da sua autorização e que pode também ter de cumprir com condições adicionais. Além disso, os grupos religiosos que não solicitem o registo como tal podem registar-se como simples associações, que são autorizadas a realizar projectos sociais mas não serviços religiosos ou outras actividades.

Os feriados nacionais reconhecidos são as festas cristãs da Páscoa, Ascensão, Pentecostes, Assunção, Todos os Santos e Natal.

O serviço de televisão estatal (TVM) emite programas religiosos produzidos pelas Igrejas filiadas no FFKM, pelos Adventistas do Sétimo Dia e pela comunidade muçulmana.

Na prática, a liberdade religiosa é largamente respeitada no país e não houve mudanças em relação ao passado. Em 2013, tal como já tinha acontecido nos quatro anos anteriores, a única denominação religiosa que teve problemas com as autoridades estatais foi a Igreja (Reformada Protestante) de Jesus Cristo de Madagáscar (FJKM), que foi acusada de realizar grandes serviços religiosos ao ar livre que eram na realidade manifestações políticas camufladas,¹⁰⁰¹ seja directamente ou através do seu associado Movimento Eclesiástico (HMF), em parques, estádios e grandes propriedades privadas.¹⁰⁰² Os organizadores foram detidos em conexão com estes eventos religiosos em locais públicos, que a polícia considerou como sendo eventos políticos. A FJKM é a Igreja à qual pertence o presidente deposto, Marc Ravalomanana. Este foi acusado de favorecer a sua própria denominação religiosa durante o seu mandato como presidente, que foi encurtado por um golpe de estado em 2009. Ravalomanana combinava o seu papel de presidente com o papel de vice-presidente leigo da FJKM, um posto para o qual foi novamente confirmado em 2012, apesar de estar exilado no estrangeiro. Durante o golpe de estado, outro homem detido brevemente foi o Pastor Lala Rasendrasahina, representante máximo desta Igreja e primo da mulher de Ravalomanana. A estação de rádio Fahazavana, que foi patrocinada pela FJKM, foi encerrada em 2010 e permaneceu igualmente fechada ao longo do ano de 2013.

Desde esta altura, os serviços religiosos ao ar livre, seja em locais públicos ou privados, têm agora de obter autorização prévia da polícia, enquanto antigamente isso não era necessário.

A minoria muçulmana queixa-se de discriminação em relação ao acesso a serviços públicos e a prestações sociais, concessão de bilhetes de identidade e registo de ONG.

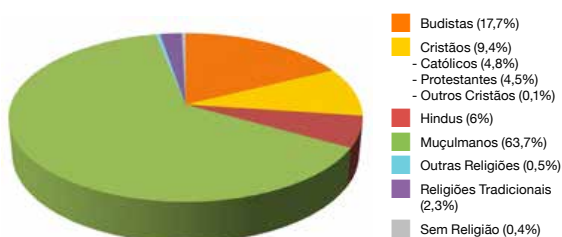
¹⁰⁰¹ Esta questão está muito politizada em ambos os lados. O actual Governo é considerado internacionalmente como sendo inconstitucional e também tem um grande interesse em atacar a FJKM, que é a principal base de apoio do presidente derrubado, Ravalomanana.

¹⁰⁰² *Madagascar Tribune*, 23 de Maio de 2013.

MALÁSIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
29.716.965	330.803 km ²	97.513	505	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Antecedentes e situação legal

A Malásia¹⁰⁰³ é um país multicultural e multiconfessional com mais de 29,7 milhões de habitantes¹⁰⁰⁴, a maior parte dos quais professa o Islamismo, que é também reconhecido como religião do Estado. O Governo promove a propagação do Islamismo sunita. Qualquer ensinamento que se desvie da doutrina sunita oficial é ilegal, não sendo autorizadas outras formas de Islamismo.

Embora a Constituição garanta teoricamente a liberdade religiosa, o Islamismo permanece como religião oficial da federação, bem como oficialmente a fé de todos os cidadãos de origem étnica malaia. Por lei, os cidadãos de origem malaia não são autorizados a renunciar ao Islão. Os muçulmanos que vivem no país que não sejam da etnia malaia são obrigados a solicitar autorização formal dos tribunais da *sharia* para se converterem a uma religião diferente. É extremamente raro que esta autorização seja concedida a alguém. Em todas estas questões, o Governo financia líderes e instituições islâmicos e mantém-se vigilante para garantir a estrita observância do Islamismo sunita. O Governo proíbe qualquer publicação que possa encorajar as divisões ou a discórdia entre as diferentes etnias e religiões, e frequentemente apelou a que as questões de natureza religiosa confessional não fossem discutidas em público, tendo em conta a natureza extremamente delicada dessas questões. Ao mesmo tempo, os partidos no Governo e na oposição procuraram, inclusive nas eleições políticas mais recentes de Maio de 2013, ganhar a aprovação da franja islâmica e esforçaram-se por usar as mesquitas como cenário ideal para os seus encontros públicos e discursos políticos.

A liberdade religiosa está teoricamente consagrada na Constituição no Artigo 11, que afirma: «Cada pessoa tem o direito a professar e praticar a sua religião», embora ao mesmo tempo conceda ao Estado e ao Governo federal o poder de «controlar ou restringir a propagação de qualquer doutrina religiosa ou crença entre pessoas que professem a religião do Islão». Além disso, no Artigo 3, afirma que «o Islamismo é a religião da federação» e acrescenta que o Parlamento pode, por lei, criar disposições para regulamentar os assuntos religiosos

¹⁰⁰³ www.globalreligiousfutures.org/countries/malaysia

¹⁰⁰⁴ <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Malaysia>

islâmicos. Finalmente, o Artigo 160 define um «malaio» como «uma pessoa que professa a religião do Islão...». Assim, embora garantida em teoria – apesar de certas limitações –, a liberdade religiosa está de facto sujeita a graves restrições. Isto inclui a liberdade individual de escolher a própria fé em vez de esta lhe ser imposta por leis e tradições.

Em geral, no entanto, as relações entre as diferentes religiões são marcadas pela tolerância e o Estado também reconhece algumas celebrações entre os feriados nacionais não incluídas no calendário islâmico, como por exemplo o Natal. A religião, a política, a etnicidade e a sociedade estão profundamente entrelaçadas, e há protecções e salvaguardas até mesmo para as minorias religiosas, embora isso implique um custo para o poder e influência mínimos na vida pública da nação. Tudo isto é feito em nome da estabilidade política, que é vista como o bem supremo a ser defendido e a servir de aspiração – inclusivamente ao ponto de os valores garantidos pela Constituição, como por exemplo a liberdade de expressão, estarem na prática sujeitos a restrições poderosas. Enquanto muitos departamentos governamentais continuam a defender uma forma inclusiva e tolerante do Islamismo, a liberdade religiosa é cada vez mais limitada na prática. Os grupos religiosos não-islâmicos estão proibidos de fazer proselitismo junto dos Muçulmanos.

Esta discriminação também atingiu a comunidade muçulmana de minoria xiita, que foi alvo dos meios de comunicação malaios (muitos dos quais são total ou parcialmente propriedade do Governo) em 2012 e atacada como sendo «infiel», fonte de «ensinamentos desviantes» e acusada de ser uma «ameaça séria».

Tem havido relatos detalhados de abusos e discriminação contra quem quer que expresse as suas crenças pessoais, incluindo as que dizem respeito ao culto religioso. O Governo deteve e condenou os que se desviaram da doutrina sunita oficial, enviando-os para centros de ‘reabilitação’ onde são sujeitos a lições intensivas sobre o Islamismo. Noutros casos, aprisiona os que considera terem blasfemado ou os que expressaram críticas à doutrina oficial.

Desenvolvimentos recentes

Em Dezembro de 2012, o Governo de Kuala Lumpur retirou as restrições aos cristãos que viajam para a Terra Santa – que tinham caído sob uma restrição global às viagens a Israel imposta pelo Governo. Esta decisão chegou no final de um longo período de disputa sobre esta questão entre o Governo e as minorias religiosas. De acordo com a Federação Cristã Malaia, até então tinha havido uma quota de 700 vistos e cada Igreja tinha autorização para organizar apenas um único grupo, com o máximo de quarenta pessoas. Numa carta de 28 de Novembro de 2012, o Governo do primeiro-ministro Najib Razak afirmou que as restrições já não seriam aplicadas, embora haja um limite de vinte e um dias à duração autorizada da estada.

Em Janeiro de 2013, a Rádio Vaticano¹⁰⁰⁵ relatou que o grupo islâmico *Malaysian Islamic Development Department* (Jakim) tinha ameaçado «queimar Bíblias». Isto veio em resposta a uma indignação pelo facto de os textos sagrados e o semanário católico *The Herald* terem usado a palavra ‘Alá’ para descrever Deus. O Jakim considera ‘Alá’ com um termo que apenas pode ser usado no âmbito do Islão. Foram distribuídos panfletos anónimos após Ibrahim Ali, o líder do grupo *Perkasa* – que luta pela supremacia do grupo étnico malaio – ter apelado aos seus membros para que queimassem quaisquer versões da Bíblia em língua malaia. Ibrahim Ali tinha feito a sua proposta após ouvir rumores alegando que os Cristãos tinham estado a violar leis estatais ao distribuírem Bíblias em malaio a estudantes muçulmanos em Jelutong.

¹⁰⁰⁵ Rádio Vaticano, 28/01/2013

Em Julho de 2013, durante o mês sagrado do Ramadão, emergiram novos sinais de intolerância e discriminação em relação às minorias religiosas. De acordo com a *AsiaNews*,¹⁰⁰⁶ as crianças não-muçulmanas de uma escola primária foram forçadas a comer nos vestiários e no edifício das casas de banho enquanto os seus colegas muçulmanos faziam o jejum do Ramadão. A escola em questão, Seri Pristana, situa-se nos arredores de Kuala Lumpur. O artigo também cita o caso de um casal chinês na Malásia que foi acusado de sedição por ter colocado *online* uma saudação de Ramadão na qual estavam aparentemente a comer porco, que é proibido pelo Islamismo.

O jovem poeta e escritor saudita Hamza Kashghari caiu em desgraça perante as autoridades pelos seus textos, que foram considerados sacrílegos, e ele próprio foi considerado culpado de apostasia. Tal como relatado no *Wall Street Journal*,¹⁰⁰⁷ foi detido pelas autoridades em Kuala Lumpur e em Fevereiro de 2012 foi extraditado para Jeddah, onde foi acusado de blasfémia. A organização Advogados pela Liberdade alegou que as autoridades malaias tinham violado a lei internacional ao não permitir que Kashgari tentasse obter asilo político. Este passou vinte meses na prisão e foi finalmente libertado no final de Outubro de 2013.

Controvérsia em relação ao uso da palavra ‘Alá’

A questão que trouxe o assunto da liberdade religiosa para o centro na Malásia foi a controvérsia em relação ao uso do nome ‘Alá’ para descrever o Deus cristão, tanto nos meios de comunicação social como nos textos religiosos. Esta história tinha rebentado pela primeira vez em 2008. Em meados de Outubro de 2013, o tribunal de recurso decidiu que os não-muçulmanos não podem usar a palavra ‘Alá’ para se referirem a Deus, anulando assim a decisão de um tribunal anterior tomada a 31 de Dezembro de 2009 que tinha decidido a favor dos Cristãos. A primeira decisão tinha desencadeado controvérsia e foi seguida de ataques a igrejas e outros edifícios religiosos por parte de extremistas. Os juízes do tribunal de recurso alegaram que «o uso da palavra vai causar confusão na comunidade».

Em resposta, o Padre Lawrence Andrew, editor do *The Herald*, jornal no centro da controvérsia, disse que estava «desiludido e consternado» com a decisão e que apelava agora ao tribunal federal para que procurasse corrigir a situação. «É um passo atrás no desenvolvimento de legislação em relação à liberdade religiosa fundamental das minorias religiosas», declarou, acrescentando que na Indonésia e no Médio Oriente a palavra ‘Alá’ é usada simultaneamente por cristãos e muçulmanos. Apelou aos Cristãos «para que continuem a rezar pela justiça». Insistiu que a Igreja não irá ceder a um julgamento injusto, mas avançará com o recurso.¹⁰⁰⁸

No dia a seguir ao julgamento, tal como relatado pela agência *Fides*,¹⁰⁰⁹ o Governo interveio para explicar que a proibição de uso da palavra ‘Alá’ se aplicava apenas ao semanário católico *The Herald* e não a qualquer outra publicação cristã ou à Bíblia em língua malaia, conhecida como ‘*Al-kitab*’ e usada em larga medida nos estados de Sabah e Sarawak.

Independentemente disso, nos dias imediatamente a seguir ao veredicto viram-se as primeiras implicações práticas. Apesar da garantia do Governo de que a decisão se aplicava apenas ao jornal *The Herald*, a 25 de Outubro de 2013 funcionários do Ministério do Interior apreenderam 2.000 cópias da *newsletter* da Arquidiocese Católica de Kuala Lumpur. Representantes do ministério justificaram a confiscação precisamente com base no veredicto dos juízes, dizendo que era necessário verificar se a publicação estava «em conformidade»

¹⁰⁰⁶ *AsiaNews.it*, 24/07/2013

¹⁰⁰⁷ *Wall Street Journal*, 29/10/2013

¹⁰⁰⁸ *AsiaNews.it*, 14/10/2013

¹⁰⁰⁹ *Fides*, 18/10/2013

com as decisões do magistrado e se «não havia uso ilegítimo da palavra ‘Alá’». Numa nota oficial, emitida na sua própria página do Facebook, o Ministério do Interior malaio confirmou a apreensão como medida de precaução, sublinhando que «após inspecção tinha sido descoberto que não havia uso ilegítimo... na publicação» e que, por isso, tinha sido dada ‘luz verde’ para a posterior distribuição.

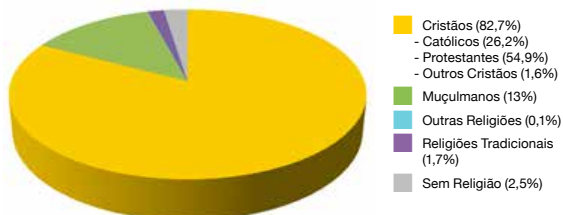
Em Novembro de 2013, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas também condenou a decisão do tribunal e incitou o Ministério do Interior malaio a tomar «medidas imediatas» para revogar a decisão e garantir a liberdade de opinião e de expressão no *The Herald*.

Conclusão: a liberdade religiosa continuou a deteriorar-se. Em relação à controvérsia em torno da palavra ‘Alá’, a comunidade católica sofreu ataques graves, tanto por parte do Governo como por parte de grupos islâmicos extremistas. O Islamismo mantém-se como religião oficial do país e os muçulmanos de origem malaia não estão autorizados a converter-se a outras religiões. Na prática, há limitações, restrições e outras condições injustas impostas às minorias religiosas.

MALÁUI



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
16.362.567	118.480 km ²	5.796	275	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição do Maláui¹⁰¹⁰, aprovada pela primeira vez em 1994, foi revista por diversas vezes,¹⁰¹¹ sendo a revisão mais recente de 2001.¹⁰¹² O Artigo 13 estipula a eliminação de qualquer forma de «intolerância... religiosa» entre os «objectivos nacionais». O Artigo 20 proclama a igualdade de todos os cidadãos e proíbe a discriminação seja por que razão for, incluindo razões religiosas. O direito à liberdade «de consciência, religião e pensamento» está consagrado no Artigo 33. E mesmo para os presos está consagrado o direito de receberem visitas de um «conselheiro religioso» à sua escolha. O direito à liberdade religiosa está entre os que, segundo o Artigo 44, não podem ser sujeitos a «derrogação, restrições ou limitação». A Constituição também prevê explicitamente (Artigo 68) a inclusão no Senado estatal, entre outros, de representantes das «principais religiões no Maláui», detalhando a sua nomeação por um comité específico do Senado, cuja nomeação deve ser ratificada por uma maioria de dois terços da totalidade do próprio Senado.

A Lei das Emissões de Rádio e Televisão faz também referência às emissões sobre assuntos religiosos e afirma que «os detentores de licenças de emissão não emitirão qualquer material que seja indecente, obsceno ou ofensivo para a moral pública (incluindo linguagem abusiva ou insultuosa), ou ofensivo para as convicções religiosas de qualquer parte da população».¹⁰¹³ Este é também manifestamente o caso quando «os jornalistas *online* têm habitualmente cuidado no tratamento de histórias associadas a minorias étnicas, raciais ou religiosas».¹⁰¹⁴

Os grupos religiosos são obrigados a solicitar formalmente o registo no Ministério da Justiça, indicando a estrutura e os objectivos do grupo na sua candidatura. Há também uma taxa nominal para este procedimento. No ano de 2012, o último ano para o qual há dados disponíveis, o número de grupos religiosos registados foi oitenta e quatro. Os missionários

¹⁰¹⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/malawi

População: <http://data.worldbank.org/country/malawi>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4856b6&submit=GO

¹⁰¹¹ https://www.constituteproject.org/constitution/Malawi_1999

¹⁰¹² www.eisa.org.za/WEP/mal5.htm

¹⁰¹³ www.state.gov/j/drl/rls/irf/2012/af/208168.htm

¹⁰¹⁴ www.refworld.org/docid/52663ae3d.html

estrangeiros, por sua vez, têm de obter um visto de trabalho, mas, tal como os trabalhadores das agências humanitárias, pagam uma taxa reduzida por este visto.

A educação religiosa está incluída no currículo escolar, mas não é obrigatória nas escolas estatais. Os alunos podem escolher entre educação religiosa de uma tendência cristã geral (como por exemplo «estudos bíblicos») ou aulas que se focam na «educação moral e religiosa» (esta também contém informação sobre o Islamismo, a religião Bahá'í e o Hinduísmo, para além do Cristianismo). Não há aulas dedicadas exclusivamente ao Islamismo, embora alguns representantes das comunidades muçulmanas tenham solicitado que as aulas de natureza exclusivamente cristã devam ser suprimidas e se mantenham apenas as aulas mais gerais sobre «educação moral e religiosa».

Não há relatos de violações à liberdade religiosa por parte do Governo, que cumpriu todas as leis designadas para a sua protecção. Além disso, com a chegada ao poder da presidente Joyce Banda, as relações entre os líderes religiosos e as instituições estatais acalmaram consideravelmente. Durante o Governo do predecessor de Banda, Binguwa Mutharika, muitas decisões governamentais relativas à economia, e, acima de tudo, à liberdade e aos direitos humanos tinham originado protestos – incluindo, entre outros, por parte dos líderes religiosos. Perante o aproximar das eleições gerais em 2014, a Conferência Episcopal Católica lançou um programa de educação cívica através da sua Comissão de Justiça e Paz. Este programa vai durar um ano (do final de Junho de 2013 até Julho de 2014) e abrange os vinte distritos do país.¹⁰¹⁵ O objectivo do programa é incentivar o eleitorado a participar no voto e sobretudo incentivar as mulheres a votarem. Com a ajuda de emissões de rádio, os cidadãos vão poder colocar questões aos candidatos e ouvir os debates.

Em relação aos grupos religiosos para além dos Cristãos, a pequena comunidade rastafariana repetiu alegações feitas anteriormente, protestando contra a percepção de discriminação no local de trabalho. De acordo com o líder desta comunidade, os seus seguidores foram na prática discriminados em relação ao emprego no sector do Estado (embora não no sector privado). Alguns membros do grupo alegaram também discriminação nas escolas.

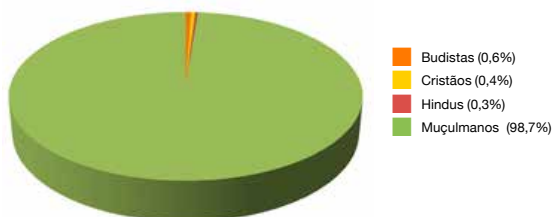
O respeito pela liberdade religiosa permaneceu inalterado. Não há registos de situações de perseguição ou violência contra as minorias religiosas. A liberdade religiosa garantida pela Constituição tem sido respeitada pelas autoridades na prática em relação a todos os principais aspectos deste direito. Os grupos religiosos são obrigados a registar-se, um processo que inclui o pagamento de uma taxa nominal.

¹⁰¹⁵ <http://fr.radiovaticana.va/fr2/Articolo.asp?c=740435>

MALDIVAS



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
345.023	300 km ²	31	22	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Características únicas

As Maldivas¹⁰¹⁶ são um arquipélago constituído por 1.192 ilhas, das quais apenas 188 são habitadas. É o país mais baixo do mundo, com uma elevação média de apenas 1,5 metros acima do nível do mar. O Governo anunciou no passado um plano para comprar novos terrenos nos países vizinhos, devido à possibilidade de inundação proveniente da subida do nível do mar.

As Maldivas, que seguem um sistema de governo presidencial, tornaram-se numa democracia multipartidária em 2008, após trinta anos de presidência de Maumoon Abdul Gayoom. Mohamed Nasheed, o primeiro presidente eleito democraticamente, foi deposto num alegado golpe de estado em Fevereiro de 2012. Na eleição presidencial de 2013, Nasheed perdeu a segunda volta por uma margem curta contra o meio-irmão de Gayoom, Abdulla Yameen, que foi empossado como presidente a 17 de Novembro de 2013.

Disposições legais sobre liberdade religiosa

O Artigo 10 (alínea a) da Constituição de 2008 afirma que «a religião do Estado das Maldivas é o Islamismo»,¹⁰¹⁷ e diz igualmente que «o Islamismo é uma das bases de todas as leis das Maldivas». A alínea b afirma ainda: «Nenhuma lei contrária a qualquer princípio do Islão será consagrada nas Maldivas.»

O Artigo 9 (alíneas d e a) declara que «um não-muçulmano não pode tornar-se cidadão das Maldivas». Esta é a razão pela qual as Maldivas alegam ter uma população 100% muçulmana¹⁰¹⁸.

O Artigo 19 lida com a limitada liberdade de contenção, afirmando: «Um cidadão é livre de se envolver em qualquer conduta ou actividade que não seja expressamente proibida pela *sharia* islâmica ou por lei», e depois diz que «nenhum controlo ou contenção pode ser exercido sobre qualquer pessoa, excepto se expressamente autorizado por lei».

O Artigo 27 prevê o direito à liberdade de pensamento e à liberdade de opinião e expressão, mas «de maneira que não seja contrária a qualquer princípio do Islão».

¹⁰¹⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/maldives

População: <http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e487756&submit=GO

¹⁰¹⁷ Constituição, tradução oficial em língua inglesa: www.presidencymaldives.gov.mv/Documents/ConstitutionOfMaldives.pdf

¹⁰¹⁸ O Artigo 9 (alínea d e a) da Constituição de 2008 afirma que «um não-muçulmano não pode tornar-se cidadão das Maldivas».

O Artigo 67 (alínea *f* e *g*) afirma que é responsabilidade dos cidadãos «promover valores e práticas democráticos de maneira que não seja incoerente em relação a qualquer princípio do Islão»; e «preservar e proteger a religião estatal islâmica, a cultura, língua e património do país».

O presidente e vice-presidente do país podem ser depostos por uma resolução no Parlamento em caso de «violação directa de um princípio do Islão», de acordo com o Artigo 100. Fazer um juramento para os lugares públicos implica jurar «em nome de Alá Todo-Poderoso» e afirmar que «vou respeitar a religião do Islão».

Até a educação é usada para promover o Islamismo. O Artigo 36 (alínea *c*) afirma: «A educação esforçar-se-á por inculcar obediência ao Islamismo, incutir o amor ao Islamismo, promover o respeito pelos direitos humanos e a compreensão, tolerância e amizade entre todas as pessoas.»

De acordo com o Artigo 70 (alínea *c*), o Parlamento «não aprovará nenhuma lei que entre em contravenção com qualquer princípio do Islão».

O Artigo 142 requer que os juízes considerem a *sharia* islâmica quando decidirem assuntos sobre os quais a Constituição ou a lei são omissas.

A Constituição define «princípio do Islão» como: «O Corão sagrado e os princípios da *sharia* cuja proveniência não seja disputada entre os que se encontram na Suna do Profeta Nobre, bem como os princípios derivados destes dois alicerces.» E a «*sharia* islâmica» é definida como: «O Corão sagrado e as formas preferidas dos eruditos dentro da comunidade e dos seguidores da Suna em relação aos assuntos criminais, civis, pessoais e outros encontrados na Suna.»

Além das restrições apresentadas na Constituição, a Lei de Protecção da Unidade Religiosa de 1994 procura unir a prática e a pregação do Islamismo, bem como restringir a prática e a expressão das outras religiões para além do Islamismo sunita.

Conforme o regulamento desta lei, publicado no diário governamental em Setembro de 2011, e de acordo com a Cláusula 2, é obrigatória autorização por parte do Governo para fazer sermões e palestras islâmicas e divulgar informação sobre princípios islâmicos.¹⁰¹⁹ De acordo com a Cláusula 4, estes sermões, palestras ou literatura não devem contradizer o Islão ou o acordo geral alcançado entre académicos islâmicos, o Corão, a Suna ou o Hadith.

A Cláusula 4 também proíbe a pregação por parte de outras religiões.

A Cláusula 6 afirma: «É ilegal nas Maldivas propagar qualquer fé para além do Islamismo ou envolver-se em qualquer esforço para converter qualquer pessoa a qualquer outra religião para além do Islamismo. É também ilegal afixar em público quaisquer símbolos ou frases pertencentes a qualquer religião para além do Islamismo, ou criar interesse por esses artigos.»

De acordo com a Cláusula 7, é igualmente ilegal nas Maldivas «transportar ou mostrar em público livros sobre outras religiões (para além do Islamismo), livros e textos que promovam e propaguem outras religiões, e a tradução para a língua dhivehi desses livros e textos sobre outras religiões».

A Cláusula 9 diz: «É ilegal que não-muçulmanos vivam nas Maldivas, é ilegal que não-muçulmanos visitem as Maldivas para expressarem os seus *slogans* religiosos de tal forma que a acção seja realizada em público, e é ilegal realizar essas actividades religiosas formando grupos e realizando essas actividades em locais públicos e envolvendo quaisquer habitantes das Maldivas em actividades desse tipo.»

A Cláusula 10 afirma ainda: «É ilegal possuir, distribuir e publicitar programas, textos, obras de arte e anúncios sobre religiões que não sejam o Islamismo.»

¹⁰¹⁹ De acordo com uma tradução não oficial do Regulamento n.º R-40/2011, tal como disponibilizado pela *Minivan News*.

A pena por violar as normas, tal como prescrita na Cláusula 12, são dois a cinco anos de prisão para os habitantes das Maldivas. Os estrangeiros que as violem «serão entregues ao Departamento de Imigração e Emigração para deportação».

Liberdade religiosa no terreno

Não há liberdade de conversão do Islamismo a outra religião, ou liberdade para expressar a descrença no Islamismo. Para além do Islamismo sunita, nenhuma outra religião pode ser ensinada no país. As Maldivas alegam que os estrangeiros no país podem praticar a sua religião em privado, mas diversos estrangeiros cristãos foram detidos ou deportados no passado por terem participado em cultos em casas privadas.¹⁰²⁰ Todos os que visitam as Maldivas são obrigados a assinar o formulário da imigração dizendo que não trazem consigo material pornográfico, ídolos, álcool, produtos de carne de porco ou «materiais contrários ao Islamismo».¹⁰²¹

A evangelização é proibida e é uma ofensa punível. Nenhum grupo religioso estrangeiro pode iniciar uma instituição ou uma sucursal local no país. O estabelecimento de locais de culto, excepto as mesquitas islâmicas sunitas, não é permitido.

Não existe autorização para criticar a versão estatal do Islamismo seja de que forma for, tanto devido às disposições legais como aos factores sociais.

Até mesmo pregar ou ensinar o Islamismo só pode ser feito por pessoas autorizadas pelo Ministério dos Assuntos Islâmicos ou obtendo autorização por parte das autoridades.

Intolerância

Zakir Naik, um pregador televisivo islâmico indiano de visita às Maldivas, falou num encontro na capital das Maldivas a 28 de Maio de 2010. Durante o evento, um cidadão das Maldivas, Mohamed Nazim, disse-lhe perante uma multidão de cerca de 11 mil participantes locais que, embora tivesse sido criado como muçulmano, estava a ter dificuldade em acreditar na religião. Isto enfureceu a multidão, que apelou a que ele fosse espancado e morto. A polícia retirou-o do local e libertou-o apenas após ele ter confessado publicamente na televisão nacional a sua fé no Islamismo.¹⁰²²

A tolerância religiosa é considerada por muitos no país como indesejável e perigosa para a identidade religiosa da nação.

Por exemplo, o juiz presidente Ahmed Faiz Hussein criticou um protesto silencioso feito por cidadãos que apelavam à tolerância religiosa no país a 10 de Dezembro de 2011.¹⁰²³ Disse que este protesto «chocou a nação» e apontou como causa o enfraquecimento da fé islâmica do país. O protesto pacífico realizou-se depois de símbolos da SAARC (Associação do Sul da Ásia para a Cooperação Regional) representando as religiões do Sul da Ásia terem sido criticados¹⁰²⁴ e mais tarde vandalizados.¹⁰²⁵ As faixas com os símbolos fizeram parte de uma cimeira da SAARC que se realizou nas Maldivas.

Em 2012, as autoridades nas Maldivas detiveram um cristão do Bangladesh por trazer literatura cristã¹⁰²⁶ para o país. Os funcionários da alfândega encontraram Jathish Biswas – director executivo da *Way of Life Trust*, uma agência cristã de desenvolvimento social e

¹⁰²⁰ *Compass Direct News*, «Prospects of Religious Freedom Appear Grim in Islamic Maldives», 12 de Agosto de 2010

¹⁰²¹ *ibidem*

¹⁰²² <http://haveeru.com.mv/news/30405>

¹⁰²³ *Minivan News*, «Calls for religious tolerance 'shocked the nation': Chief Justice Faiz», 1 de Janeiro de 2012

¹⁰²⁴ *Minivan News*, «Jesus on SAARC banners, reports Sun Online», 7 de Novembro de 2011

¹⁰²⁵ *Minivan News*, «Sri Lankan SAARC monument vandalised as PPM file case over import of 'idols'», 16 de Novembro de 2011

¹⁰²⁶ <http://morningstarnews.org/2012/11/christian-deported-from-maldives-for-bringing-in-literature/>

económico – com onze livros sobre o Cristianismo em língua dhivehi. Detido a 27 de Setembro no aeroporto internacional Ibrahim Nasir em Male, a capital do país, foi deportado a 19 Outubro, depois de ser mantido na prisão durante vinte e três dias. Um cidadão norte-americano, que não foi identificado, foi mais tarde detido e deportado por alegadas ligações a Biswas.

O presidente Abdulla Yameen disse numa entrevista que não havia procura de liberdade religiosa por parte da população do país. «Se fizermos uma sondagem pública, 99% dos cidadãos vão dizer ‘não’ à liberdade religiosa», disse ele alegadamente.¹⁰²⁷ Quando lhe perguntaram se os indivíduos tinham quaisquer direitos, ele respondeu: «Não.»

¹⁰²⁷ Compass Direct News, «Prospects of Religious Freedom Appear Grim in Islamic Maldives», 12 de Agosto de 2010

MALI



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
15.301.650	1.240.000 km ²	14.425	182.780	353.455

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Antecedentes e situação legal

A natureza secular do Estado está consagrada na Constituição. As pessoas e os grupos são livres de praticarem a sua religião. Os Muçulmanos convertem-se ao Cristianismo e vice-versa. Há casamentos mistos entre Cristãos e Muçulmanos, embora a lei corânica apenas permita o casamento de um homem muçulmano com uma mulher cristã e não o contrário.

O secularismo é consagrado no Artigo 2 da Constituição de 1992: «Todos os malianos nascem e permanecem livres e iguais em direitos e deveres. Toda a discriminação baseada na origem social, cor, língua, raça, sexo, religião ou opinião política é proibida.» O Artigo 4 também afirma: «Cada indivíduo tem direito à liberdade de pensamento, consciência, religião, culto, opinião, expressão e criação no respeito pela lei.» E o Artigo 26 afirma: «O Mali é uma república independente, soberana, indivisível, democrática, secular e social.» Daí que a Constituição não possa ser mais clara ao estipular que o Mali¹⁰²⁸ é um Estado secular que garante a liberdade religiosa dos crentes de todas as confissões, e a expressão destas crenças através do culto pessoal e comunitário. Nos debates que precederam a elaboração e a adopção desta Constituição, durante a conferência nacional de Agosto de 1991, umas quantas vozes discordantes queriam um estado confessional muçulmano. Nessa altura estavam claramente em minoria.

Até muito recentemente, o Mali era conhecido como um país de paz e tolerância religiosa, para não falar num exemplo para os países vizinhos e de facto para todo o mundo islâmico-cristão. Desde Janeiro de 2012, com a rebelião no norte do Mali e, na sua esteira, a tomada de controlo por parte de grupos islâmicos de mais de dois terços do território, esta imagem foi abalada.

Ataques islâmicos de 2012 e suas consequências

Os Cristãos estiveram entre os que mais tinham a temer na Primavera de 2012 quando o norte do Mali foi invadido por uma das campanhas militares islâmicas mais ferozes dos

¹⁰²⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/mali

População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Mali>

tempos modernos. Militantes apoiados pela Al-Qaeda impuseram a lei de linha dura da *sharia* com punições, incluindo flagelação, amputações e execuções. Em Agosto desse ano, fontes principais da Igreja relataram que 200 mil cristãos do norte do Mali tinham fugido para a vizinha Argélia e Mauritània.¹⁰²⁹ Os números continuaram a crescer nos meses que se seguiram. Os relatos referiram cristãos a serem escondidos pelos seus vizinhos muçulmanos e grupos militantes a atacarem as igrejas. Foi dito que os islâmicos andavam «à caça de sacerdotes e religiosos».¹⁰³⁰ Na parede de um local de culto estava pintada a mensagem «Alá é único» e dentro do edifício havia balas espalhadas pelo chão.¹⁰³¹

Os Muçulmanos convencionais também sofreram. Sete monumentos religiosos e vários túmulos de muçulmanos importantes foram destruídos, com os islâmicos a condenarem-nos como idolatria.¹⁰³² A ONU disse que o número de deslocados internos tinha chegado aos 250 mil, com um imã a afirmar: «Somos todos vítimas destes terroristas. Somos todos malianos e todos fugimos em conjunto. Quando a minha família chegou aqui, trouxemos connosco uma família cristã e emprestámos-lhes algumas das nossas roupas tradicionais para que os terroristas os deixassem viajar sem problemas.»¹⁰³³

Este tipo de cooperação entre a maioria muçulmana moderada e os cristãos do país era esperado num país onde a Constituição, revista em 1999, tinha estabelecido a liberdade de pensamento, consciência, religião e culto (Artigo 4), e definia o Mali como uma república secular (Artigo 25) que proíbe os partidos políticos religiosos (Artigo 28).

Contudo, os islâmicos tinham a firme intenção de pôr fim à longa tradição de coexistência religiosa no Mali. Conseguiram capitalizar o desencanto geral no país, descrito como um dos mais pobres do mundo.¹⁰³⁴ No Verão de 2012, o grupo extremista *Ansar al-Din* e o seu aliado *Al-Qaeda no Magrebe Islâmico* pegaram nos rebeldes tuaregues que tinham invadido o norte do Mali uns meses antes e declararam a independência. E quando, em Dezembro de 2012, o primeiro-ministro do Mali, Xequé Modibo Diarra, se demitiu, alegadamente sob pressão do seu alto comando militar, especialistas em assuntos africanos emitiram avisos de que o país se estava a tornar num «estado falhado» como a Somália, um país dominado por muçulmanos. Os apelos à intervenção internacional aumentaram quando os combatentes islâmicos capturaram a cidade central de Konna e começaram a planear um assalto à capital.

Quando em Janeiro de 2013 o presidente Traore pediu a ajuda da França, a antiga potência colonial do Mali reagiu rapidamente, capturando Gao e Timbuktu. No final de Janeiro, caiu Kidal, a última maior cidade detida pelos rebeldes. Após uma retirada das tropas francesas em Abril de 2013 e uma garantia internacional de 2,9 mil milhões de euros para reconstruir o Mali, o Governo do país assinou um acordo com os rebeldes nacionalistas que preparou o caminho para as eleições.

Mas a ameaça islâmica manteve-se e o exército recusou-se a autorizar «trabalhadores pastorais» cristãos a regressarem a certas zonas do país, dizendo que estavam em sério risco de serem raptados pelos terroristas. E os relatos no Verão de 2013 afirmavam que não havia cristãos no norte ou no leste do país, com poucas perspectivas de aí voltarem no futuro próximo.

¹⁰²⁹ *Catholic World News/L'Osservatore Romano*, 26/10/12

¹⁰³⁰ *Fides* 03/04/12.

¹⁰³¹ *All Africa/ICC*, 13/03/13.

¹⁰³² *CNN*, 19/10/12.

¹⁰³³ *All Africa/ICC*, 13/03/13.

¹⁰³⁴ *BBC Country Profile: Mali* (www.bbc.co.uk/news/world-africa-13881370).

Desenvolvimentos recentes

Janeiro de 2013: Numa carta à Ajuda à Igreja que Sofre, após a libertação da cidade de Diabally, o Padre Zacharie Sorgho, pároco em Niuro du Sahel, noroeste do Mali, descreveu a forma como os fundamentalistas tinham «imposto leis e espalhado o terror entre os povos do norte, amputando mãos, flagelando, cometendo violência sexual contra as mulheres e as raparigas.» Acrescentou que os extremistas «queriam mesmo impor a *sharia* em todo o país». ¹⁰³⁵

Janeiro de 2013: O Pastor Daniel Konate preparou-se para a sua Primeira Missa após a libertação de Diabally, descrevendo como, durante a ocupação, a sua igreja tinha sido usada como base militar. Encontrou *graffitis* na parede da igreja: «Alá é único». Disse que durante a ocupação ele e a sua família tinham fugido para uma aldeia a 20 km de distância. Acrescentou que a sua igreja parece um edifício normal e que a população local deve ter dito aos muçulmanos que era um local de culto cristão. ¹⁰³⁶

Janeiro de 2013: No auge da tomada de poder islâmico no norte do Mali, o Bispo católico Augustin Traore de Segu descreveu a forma como a sua diocese estava no caminho dos combatentes extremistas que avançavam. Disse: «Embora as nossas igrejas ainda estejam intactas, as pessoas estão a começar a ter medo de entrar nelas. Toda a nossa cultura católica vai estar claramente em perigo se este conflito se arrastar por muito tempo.» O bispo avisou que, se o conflito não fosse travado, as igrejas seriam destruídas. Acrescentou que as relações entre cristãos e a maioria muçulmana se mantiveram «boas ao nível local» e que as pessoas de todas as religiões estavam «fortemente comprometidas» a manterem a natureza secular do país. ¹⁰³⁷

Abril de 2013: Frei Edmond Dembele, secretário da Conferência Episcopal do Mali, destacou a enorme luta para reconstruir as vidas das pessoas e renovar as infra-estruturas do país após o caminho de destruição deixado pelos combatentes islâmicos em retirada. ¹⁰³⁸

Maio de 2013: Um grupo de ajuda e defesa cristã descreveu a criação de «várias casas de refúgio» no sul do Mali, onde se alojam muçulmanos convertidos ao Cristianismo e forçados a fugir das suas comunidades «devido a ameaças graves que punham em perigo as suas vidas, feitas por membros das suas próprias famílias muçulmanas. Quando fugiram dos militantes no norte, a maior parte deixou as suas posses para trás, incluindo as suas Bíblias.» ¹⁰³⁹

Agosto de 2013: Os Malianos participaram numa eleição pacífica, onde um grande número de habitantes votou para eleger um novo presidente. Ibrahim Boubacar Keita, popularmente conhecido como 'IBK', teve uma vitória estrondosa numa eleição presidencial que foi forçada pela comunidade internacional. Antes da eleição, IBK recebeu apoio aberto de líderes islâmicos moderados, bem como dos militares. ¹⁰⁴⁰

Outubro de 2013: Dezoito meses depois de terem sido deslocados das suas casas, centenas de cristãos malianos regressaram à cidade de Timbuktu e Gao, onde conseguiram também reunir-se para prestar culto. Embora tenham sonhado regressar a casa durante meses, os crentes ainda enfrentam um futuro muito incerto. A electricidade é limitada a três horas por dia, o acesso diário a alimentos é difícil e as famílias enfrentam a difícil tarefa de restaurarem os bens perdidos e os seus modos de vida. Continua insegurança e violência mantêm-se como uma grande preocupação. ¹⁰⁴¹

¹⁰³⁵ ACN News, 21/01/13.

¹⁰³⁶ ICC, 13/03/13.

¹⁰³⁷ *Ibidem*, 17/01/13.

¹⁰³⁸ Fides, 10/4/13.

¹⁰³⁹ ICC, 02/05/13.

¹⁰⁴⁰ BBC Online News (www.bbc.co.uk/news/world-africa-23734922), 16 de Agosto de 2013

¹⁰⁴¹ *Partners International* (www.partnersintl.org/displaced-malian-christians-return-to-timbuktu/)

Outubro de 2013: Supostamente, militantes islâmicos fizeram explodir uma ponte perto da cidade de Gao, disse o exército. A ponte sobre o afluente do rio Níger perto de Bentia era o único caminho entre Gao e o vizinho Níger. O ataque ocorreu pouco depois de terem caído bombas sobre Gao, também da parte do mesmo grupo islâmico.¹⁰⁴²

Dezembro de 2013: Um carro bomba explodiu na cidade de Kidal, matando pelo menos dois soldados da ONU e também causando inúmeros feridos graves entre as fileiras da Guarda Nacional Maliana e outras forças da paz da ONU. O incidente não estava relacionado com a liberdade religiosa, mas destaca os níveis perigosos de violência ainda perpetrados no Mali.

Dezembro de 2013: O Governo maliano está a tentar criar uma comissão de «verdade e reconciliação» para congregar as comunidades. Esta entidade será encarregada de investigar os ataques às minorias e fazer propostas de reparação, sobretudo em relação a edifícios religiosos e monumentos culturais que foram destruídos. Os Malianos gostariam de compreender como é que a sua tradição de tolerância religiosa falhou, diz Bakary Sambe da Universidade Gaston Berger no Senegal. O Mali está a viver um confronto entre um Islamismo tolerante – que entrou há séculos, e coexistiu com o Cristianismo e as religiões animistas – e um Islamismo importado que traz consigo uma ideologia política militante, diz Sambe.¹⁰⁴³

Janeiro de 2014: Os cristãos numa cidade do norte do Mali, que já tinham sido forçados a realizar serviços religiosos numa sala de aula porque a sua igreja tinha sido saqueada e não estava pronta para encontros, receberam uma ameaça de bomba quando o pessoal militar que patrulhava a área em Gao descobriu explosivos perto da escola. O pessoal do exército francês conseguiu desarmar em segurança os aparelhos e as autoridades procederam à investigação, mas o incidente deixou os membros da igreja chocados. O pastor da igreja, cuja identidade é mantida em segredo para proteger a sua segurança, disse ao *World Watch Monitor* que de momento há «insegurança em todos os aspectos da vida», mas que a sua congregação se recusava a entrar em pânico. «Não posso garantir que a bomba se destinava a ferir-nos a nós, cristãos», disse ele. «Apenas sei que a sua localização era mesmo ao lado do nosso local de culto e também era um caminho frequentemente usado pelos militares.»¹⁰⁴⁴

Abril de 2014: Um dos grupos jihadistas de topo do Mali disse que um refém francês que tinham raptado em Novembro de 2012 estava morto. O *Movement for Oneness and Jihad in West Africa* (MUJAO), um grupo dissidente do ramo regional da Al-Qaeda, disse à AFP que Gilberto Rodrigues Leal «está morto, porque a França é nossa inimiga». Yoro Abdoul Salam, um porta-voz do grupo, não deu detalhes sobre a data ou as circunstâncias da morte de Rodrigues Leal. Pressionado para revelar provas perante a ausência de quaisquer imagens do corpo de Leal, disse que «em nome de Alá, ele está morto» antes de desligar o telefone.¹⁰⁴⁵

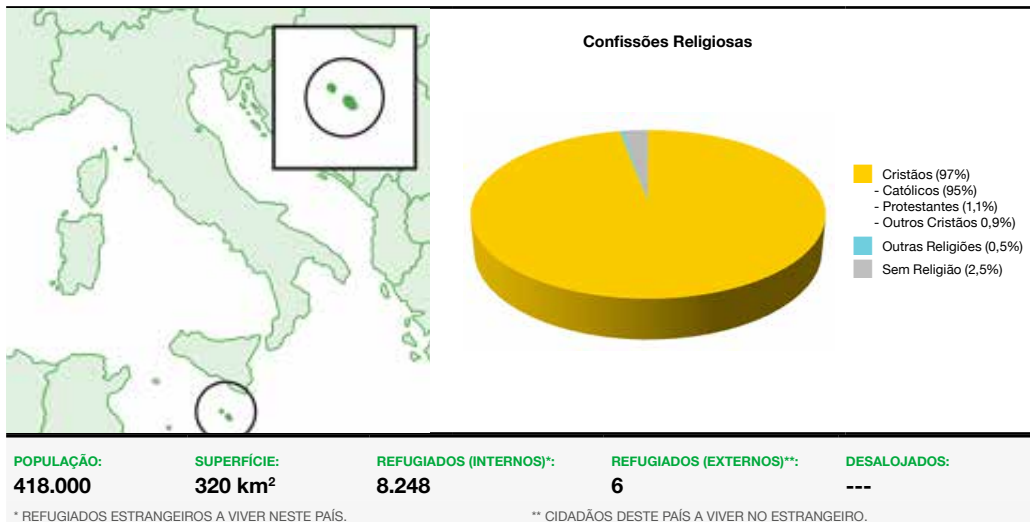
¹⁰⁴² *BBC Online News*, 8 de Outubro de 2013 (www.bbc.co.uk/news/world-africa-24441634)

¹⁰⁴³ *USA Today*, 26 de Dezembro de 2013 (www.usatoday.com)

¹⁰⁴⁴ *World Watch Monitor*, 16 de Janeiro de 2014 (www.worldwatchmonitor.org)

¹⁰⁴⁵ *Digital Journal*, 22 de Abril de 2014 (www.digitaljournal.com)

MALTA



Segundo o Artigo 2.1 da Constituição, o Catolicismo é a religião oficial da República de Malta¹⁰⁴⁶. Assim, o Artigo 2.2 afirma que as autoridades da Igreja Católica têm «o dever e o direito de ensinar quais os princípios que estão certos e quais os que estão errados». O ensino da fé católica deve ser incorporado no currículo de todas as escolas estatais de acordo com o Artigo 2.3. Contudo, os alunos são autorizados a optarem por não frequentar essas aulas.

Segundo o Artigo 32, a todos os cidadãos são concedidos os direitos e liberdades individuais básicos sem olhar a raça, origem, opinião política, cor ou sexo, e desde que o interesse público seja respeitado. Entre estes direitos individuais básicos encontra-se o direito à «vida, liberdade, segurança, gozo dos bens e protecção da lei, liberdade de consciência, liberdade de expressão e liberdade de assembleia, bem como associação pacífica e respeito pela vida privada e familiar».

Não há relatos de quaisquer mudanças institucionais ou outros acontecimentos dignos de nota em relação à liberdade religiosa.

¹⁰⁴⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/malta

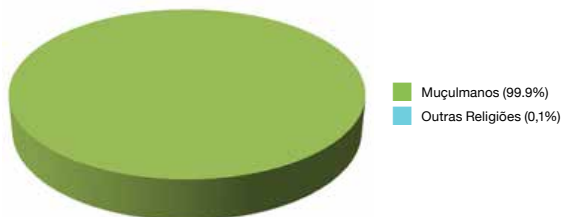
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Malta>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

MARROCOS



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
33.008.150	446.550 km ²	874	1.093	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Em Marrocos¹⁰⁴⁷, a nova Constituição adoptada em Julho de 2011 reafirmou que «o Islamismo é a religião do Estado, que garante a todos o exercício livre do culto» (Artigo 3). Mas na prática os Cristãos apenas podem beneficiar desta liberdade de culto com duas condições: não serem marroquinos e não procurarem promover a sua religião.

Mais de 99% da população do país é muçulmana sunita. Os grupos que em conjunto constituem menos de 1% da população incluem cristãos, judeus, muçulmanos xiitas e bahá'ís. De acordo com os líderes da comunidade judaica, calcula-se que haja 3.000 a 4.000 judeus. A comunidade de residentes estrangeiros cristãos, predominantemente católica e protestante, é constituída por 5.000 membros praticantes, embora alguns sacerdotes protestantes e católicos calculem que o número chegue aos 25 mil. Diversos líderes cristãos locais calculam que há mais de 4.000 cidadãos cristãos (sobretudo da etnia Amazigh) que participam regularmente em igrejas 'domésticas' e vivem predominantemente no sul. Alguns líderes cristãos calculam que deve haver cerca de 8.000 cidadãos cristãos em todo o país, mas muitos alegadamente não se encontram com regularidade por receio da vigilância governamental e da perseguição social.¹⁰⁴⁸ Os cristãos estrangeiros que vivem em Marrocos não têm falta de igrejas. Estas são edifícios que foram construídos durante o período do protectorado francês. A página de Internet da Diocese de Rabat afirma que há 25 mil católicos baptizados em Marrocos.

Conversão do Islamismo

O Artigo 220 do código civil e penal estipula penas de seis meses a três anos de prisão, mais uma multa de 100 a 500 *dirhams* para qualquer pessoa que use «meios de sedução com o objectivo de converter um muçulmano a outra religião, seja explorando a sua fraqueza ou as suas necessidades, seja usando estabelecimentos de ensino, estabelecimentos de saúde, lares de idosos ou orfanatos para este fim».

Em 2010, o Governo expulsou vários cristãos estrangeiros que tinha acusado de proselitismo. Não voltou a haver casos semelhantes durante o período deste relatório.

¹⁰⁴⁷ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/morocco
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Morocco>
Superfície: *ibidem*

¹⁰⁴⁸ Relatório norte-americano sobre a liberdade religiosa internacional, 2012

Uma questão sobre a liberdade religiosa foi colocada pelo ministro dos Habous e dos Assuntos Islâmicos ao Conselho Superior dos Ulemas Marroquinos (cujo presidente é o rei Mohammed VI). Em resposta à questão, em Abril de 2012, o Conselho publicou várias *fatwas*. O seu veredicto era que «o muçulmano que muda a sua crença merece a pena de morte».¹⁰⁴⁹

A 28 de Agosto de 2013, um trabalhador agrícola de 30 anos que se tinha convertido ao Cristianismo sete anos antes, foi detido por proselitismo em Aïn-Aïcha, na região de Taounate. Os investigadores apreenderam exemplares da Bíblia na sua casa.¹⁰⁵⁰ Convocado para aparecer em tribunal em Taounate, foi condenado a dois anos e meio de prisão, e a uma multa de 1.500 *dirhams*.¹⁰⁵¹

A 6 de Fevereiro de 2014, um juiz de um tribunal de recurso em Marrocos inverteu uma condenação contra um cristão convertido do Islamismo que tinha sido condenado a trinta meses de prisão por alegado proselitismo. O juiz rejeitou o caso contra Mohamed El Baladi, de 31 anos, por falta de provas. A 28 de Agosto de 2013, na vila de Aïn-Aïcha, na província de Taounate, oficiais de segurança tinham detido El Baladi por alegado proselitismo de dois muçulmanos após alguém ter apresentado queixa à polícia sobre uma conversa que tinha tido com eles sobre a sua fé. Durante a detenção, a polícia insultou El Baladi por abandonar o Islamismo e tentou forçá-lo a revelar os nomes de outros convertidos ao Cristianismo.¹⁰⁵² Mais tarde, numa audiência a 3 de Setembro de 2013, El Baladi foi colocado na prisão durante dois anos e meio, e multado em 5.000 *dirhams* (475 euros) por «abalar a fé de um muçulmano».¹⁰⁵³

Outros desenvolvimentos recentes

Um endurecimento dos regulamentos *kefala* relativamente ao cuidado de crianças marroquinas órfãs surgiu após o Partido Islâmico de Justiça e Desenvolvimento ter subido ao poder em 2011. Uma circular de 19 de Setembro 2012, assinada pelo ministro da Justiça Mustapha Ramid, foi enviada a todos os gabinetes dos procuradores públicos no reino avisando-os contra os riscos da aplicação excessivamente condescendente da legislação, que requer «que a família na qual as crianças são colocadas seja uma família muçulmana ou deva incluir pelo menos uma mulher muçulmana». Quanto ao ministro da Justiça, se a verificação da religião da família não for feita correctamente, isto vai significar que 20 mil a 30 mil crianças marroquinas podem estar em risco de se afastarem do Islamismo e de irem em direcção ao Cristianismo nos próximos vinte anos.¹⁰⁵⁴

Além disso, se a mulher cristã de um homem marroquino mantiver a sua religião cristã, a lei proíbe-a de receber ou passar uma herança de ou para um muçulmano. Como consequência, ela não pode herdar nada do seu marido caso fique viúva e também não pode deixar nada aos seus filhos, pois estes são considerados automaticamente como muçulmanos.

Em Agosto de 2012, dezenas de túmulos cristãos no cemitério europeu de Rabat foram vandalizados por desconhecidos.¹⁰⁵⁵

A 27 de Julho de 2013, um jovem de 18 anos foi detido e preso por fumar em público em Rabat durante o Ramadão. A 30 de Julho de 2013, foi condenado por um tribunal em Salé a três meses de prisão sem liberdade condicional.¹⁰⁵⁶ Isto é reflexo de uma restrição geral do policiamento desde 2011 em relação à observância estrita dos ritos muçulmanos.

¹⁰⁴⁹ *Reconquête*, Junho de 2012

¹⁰⁵⁰ Telquel, Casablanca, 6-12 de Setembro de 2013

¹⁰⁵¹ yabiladi.com, 4 de Setembro de 2013

¹⁰⁵² *Christian Post*, 9 de Fevereiro de 2014 (de *Morning Star News*)

¹⁰⁵³ *World Watch Monitor*, 9 de Setembro de 2013 (www.worldwatchmonitor.org/2013/09/2693395/)

¹⁰⁵⁴ Akhbar Alyoum, 30 de Outubro de 2013, publicado novamente no *website* Panoramarc

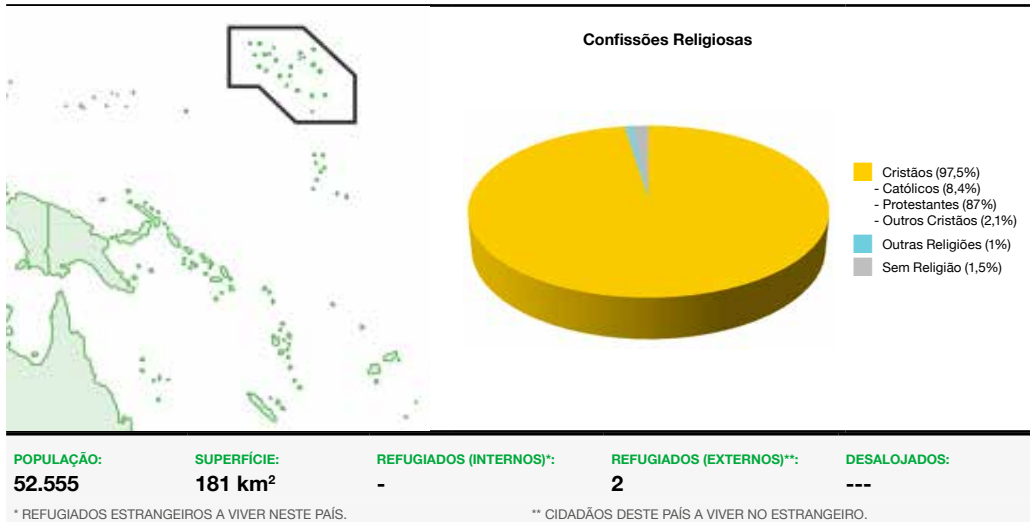
¹⁰⁵⁵ *Le Figaro*, 27 de Agosto de 2012

¹⁰⁵⁶ Agência espanhola *EFE*, publicado novamente no *website* Panoramarc

O rei Mohammed VI, presidente do comité de Jerusalém na Organização de Cooperação Islâmica, escreveu ao Papa Francisco e ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em Dezembro de 2013 expressando preocupação com uma revisão de um acordo de 1993 assinada entre o Vaticano e Israel sobre o património da Igreja Católica em Jerusalém. O rei reforçou que «é provável que este movimento impeça os esforços feitos para manter um clima adequado ao sucesso das conversações de paz (israelo-palestinianas).» O monarca urgiu os líderes globais a não assinarem um acordo que iria «dar legitimidade à ocupação israelita de Jerusalém e atizar mais de mil milhões de muçulmanos em todo o mundo».¹⁰⁵⁷

¹⁰⁵⁷ Globalpost.com, 5 de Dezembro de 2013 (das agências noticiosas *Xinhua* e *MAP*)

ILHAS MARSHALL



Antiga colónia espanhola e alemã, as Ilhas Marshall¹⁰⁵⁸ tornaram-se independentes em 1986 segundo um Pacto de Livre Associação com os Estados Unidos que disponibilizam a defesa. A 23 de Abril de 1993, o Papa João Paulo II dividiu a Diocese de Carolines-Marshalls na Prefeitura Apostólica das Ilhas Marshall e na Diocese das Ilhas Caroline. A primeira mesquita da comunidade muçulmana ahmadiyya foi inaugurada em Majuro, a capital das Ilhas Marshall, por Falah Shams e pelo Imã Matiullah Joyia, presidente nacional dos ahmadiyyas.¹⁰⁵⁹ Em Julho de 2013, a comunidade também deu início à publicação dos seus diários 'A Voz do Islão na Micronésia'.¹⁰⁶⁰

O *site* Everyculture.com documentou um panteão politeístico tradicional que incluía divindades principais representadas por constelações. Outras divindades são associadas a santuários locais, incluindo cabeças de coral e coqueiros. Embora o Cristianismo seja a religião maioritária, os videntes e curandeiros ainda são comuns. O maior acontecimento ritual é o Ku-rijmoj, a celebração local do 'Natal', que envolve muitas semanas de cânticos, competições de dança e festas.

A Constituição das Ilhas Marshall garante a liberdade religiosa e de crença. O Artigo 2 (Carta dos Direitos) da Constituição de 1979 prevê o exercício livre da religião e protecção igual perante a lei, independentemente das crenças religiosas. Não há restrições legislativas às práticas religiosas. Os grupos religiosos não são obrigados a registar-se. Na realidade, não há critérios para o registo de grupos religiosos, nem há penalizações por não realizar o registo.

Embora não haja religião estatal oficial, o Cristianismo é a influência dominante a nível social e cultural. Não há educação religiosa nas escolas públicas e não há orações de abertura ou encerramento durante o dia escolar. Contudo, o Relatório norte-americano sobre a Liberdade Religiosa Internacional referiu que a maior parte dos eventos escolares extracurriculares começam e terminam com uma oração cristã inter-confessional.

Os missionários estrangeiros estão presentes. Os principais grupos da Igreja gerem as suas próprias escolas. Não há relatos de discriminação religiosa.

¹⁰⁵⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/marshall-islands

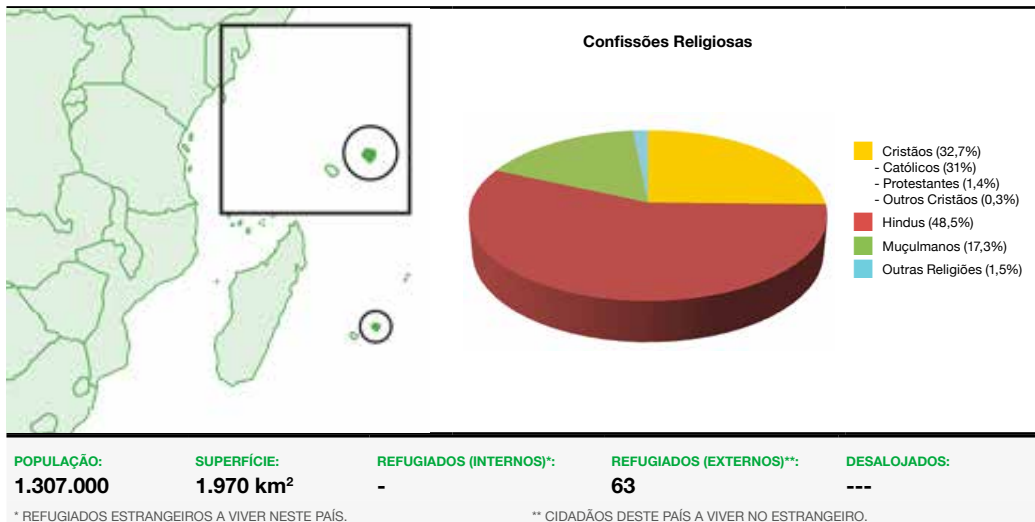
População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: [http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Marshall Islands](http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Marshall+Islands)

¹⁰⁵⁹ www.themuslimtimes.org/2012/09/uncategorized/first-mosque-opens-in-marshall-islands

¹⁰⁶⁰ <http://ahmadiyyatimes.blogspot.de/2013/07/marshall-islands-micronesias-muslims.html>

MAURÍCIAS



A Constituição das Maurícias¹⁰⁶¹ de 1968, revista em 2011, dedica todo o Artigo 11 à liberdade de consciência: «Excepto com o seu próprio consentimento, nenhuma pessoa pode ser prejudicada no gozo da sua liberdade de consciência», uma liberdade que inclui «liberdade de pensamento e de religião, liberdade para mudar a sua religião ou crença, e liberdade, seja sozinho ou em comunidade e tanto em público como em privado, de manifestar e propagar a sua religião ou crença através do culto, do ensinamento, da prática e da observância.»¹⁰⁶² O mesmo artigo também afirma que «nenhuma pessoa que frequente qualquer local de educação será obrigada a receber instrução religiosa ou a frequentar ou participar em qualquer cerimónia religiosa ou observância se [estas] se relacionarem com uma religião que a pessoa não professa». Ao mesmo tempo, reconhece o direito de os grupos religiosos educarem os seus próprios crentes na sua religião «por pessoas em situação legal nas Maurícias» e também o direito a não ser forçado a prestar juramentos contrários à própria fé.

Os únicos limites impostos em relação à liberdade religiosa são os que são «do interesse da defesa, da segurança pública, da ordem pública, da moral pública ou da saúde pública» e os que protegem os direitos dos outros cidadãos (incluindo o próprio direito à liberdade religiosa). O Artigo 14 afirma o direito das comunidades religiosas a abrirem escolas «à sua custa» e o direito a não serem impedidas de as frequentarem ou de enviarem os seus filhos para essas escolas. Deve referir-se que há muitas congregações católicas envolvidas neste sector e, de facto, na segunda metade de 2013 a Igreja Católica conseguiu lançar um programa de evangelização de três anos intitulado 'Kleopas', que também está centrado nas escolas. O Bispo Maurice Piat de Port Louis enfatizou a necessidade de as escolas católicas «construírem a unidade nacional dentro da diversidade de culturas e religiões, e de disponibilizarem um quadro moral aberto às vantagens da modernidade».¹⁰⁶³

O reconhecimento legal dos grupos religiosos é tratado de duas formas diferentes. Primeiro, as religiões presentes no país antes da independência (incluindo os Católicos e

¹⁰⁶¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/mauritius

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Mauritius>

¹⁰⁶² www.gov.mu/portal/site/AssemblySite/menuitem.ee3d58b2c32c60451251701065c521ca/

¹⁰⁶³ <http://ilsismografo.blogspot.it/2013/07/maurizio-isole-osservatore.html>

várias outras denominações cristãs, além dos Hindus e dos Muçulmanos) são reconhecidas automaticamente, por decreto parlamentar, e é-lhes também concedido um subsídio anual de montante fixo com base no seu número de membros, tal como indicado pelo recenseamento. Segundo, os outros grupos religiosos (que devem ter pelo menos sete membros) são obrigados a registar-se e são-lhes assim concedidos benefícios fiscais pelo Ministério das Finanças.

As actividades dos missionários são avaliadas caso a caso pelas autoridades, mesmo que em teoria não haja limites legais ao proselitismo ou à sua presença no país. Contudo, cada missionário tem de obter uma autorização de residência ou um visto de trabalho e em cada caso é o gabinete do primeiro-ministro que toma a decisão final. As autorizações de residência para os missionários são válidas por três anos e não podem ser prolongadas. Além disso, há limites na prática (embora não oficiais) ao número de missionários a quem serão concedidos os documentos necessários. Os representantes das comunidades cristãs e islâmicas queixaram-se da «interferência» por parte dos Hindus – que dominam os níveis mais elevados do Governo – no sistema de promoção para funções governamentais e queixaram-se que o seu acesso às posições de nível mais elevado no Governo é bloqueado. Em geral, os Cristãos e os Muçulmanos protestam alegando que estão sub-representados, e que os Hindus estão sobre-representados, no Governo.¹⁰⁶⁴

Quanto às relações entre os vários grupos religiosos dentro da sociedade, a ligação estreita entre a etnia e a religião dificulta a classificação das tensões que, segundo a *Freedom House*, ainda persistem hoje dia entre Hindus e Muçulmanos. Estas devem-se em parte a razões históricas (tal como foi destacado há alguns anos atrás pela comissão local de justiça e paz) e em parte também ao nível diferente de participação dos Hindus e dos não-hindus na vida política e económica do país.¹⁰⁶⁵

Por fim, um grupo de mulheres islâmicas protestou contra o facto de algumas empresas privadas se recusarem a contratar mulheres muçulmanas que usem o véu islâmico (o *hijab*).¹⁰⁶⁶

Em conclusão, a liberdade religiosa permaneceu inalterada. Não há perseguição no sentido estrito. Há contudo queixas de discriminação e tensões, em geral vindas dos sectores não-hindus da comunidade. A liberdade religiosa, tal como definida nos textos constitucionais, inclui todos os principais aspectos deste direito. Contudo, na prática há alguns limites em relação ao proselitismo ou ao trabalho missionário (por exemplo, o limite não oficial para o número de missionários admitidos) e tem havido também queixas relativas à percepção do acesso privilegiado dos Hindus a certas profissões. Em relação também aos grupos religiosos mais recentes no país, aplicam-se critérios diferentes para obter o reconhecimento.

¹⁰⁶⁴ www.state.gov/j/drl/rls/irf/2012/af/208174.htm

¹⁰⁶⁵ O texto do relatório está disponível em www.usip.org/publications/truth-commission-mauritius

¹⁰⁶⁶ Cf. nota 3

MAURITÂNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
3.889.880	1.030.700 km²	92.767	34.257	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O estado da Mauritânia¹⁰⁶⁷ na África Ocidental fica quase inteiramente dentro da região do Sara, é vasto e pouco povoado (1.030.700 km²¹⁰⁶⁸ para apenas 3,8 milhões de habitantes¹⁰⁶⁹). Descreve-se a si próprio como uma república islâmica, o que revela muito sobre a forma como se vê a si mesmo. Para as pessoas de outras religiões, há pouco espaço para viverem a sua fé ou expressarem-na, pelo menos na esfera pública. Assim, por exemplo, a Constituição de 2006 não faz qualquer referência à liberdade religiosa, o que é significativo, mas estipula que o presidente do país deve ser muçulmano.¹⁰⁷⁰

De acordo com a organização *Open Doors*, os salafistas, uma facção ultraconservadora dentro do Islamismo, estão a ganhar influência na Mauritânia através dos seus esforços para impor normas morais rigorosas.¹⁰⁷¹

A lei islâmica ou *sharia* é aplicada em todo o país. Ela impõe castigos máximos aos que se convertem do Islamismo (apostasia). Assim, os muçulmanos que se convertem a outras religiões enfrentam a ameaça da pena de morte, segundo o Artigo 306 do Código Penal, pelo crime de apostasia (*ridda*), embora até à data esta não tenha de facto sido aplicada. Segundo números oficiais, o povo tradicionalmente nómada da Mauritânia é 100% muçulmano (quase exclusivamente sunitas).¹⁰⁷²

Há, no entanto, um pequeno grupo de alguns milhares de cristãos no país, a maior parte dos quais são católicos. Na prática são pouco visíveis, pois as leis proíbem qualquer expressão exterior e esta provocaria, sem dúvida, forte oposição entre os muçulmanos fundamentalistas. Ao mesmo tempo, tanto as autoridades estatais como o Conselho Superior Islâmico da Mauritânia levam muito a sério o seu papel de guardiões de um Islão omnipresente. A base para isso reside no Artigo 5 da Constituição, que afirma o seguinte: «O Islamismo é a religião

¹⁰⁶⁷ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Mauritania

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e486026&submit=GO

Refugiados (externos): *Ibidem*

¹⁰⁶⁸ <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

¹⁰⁶⁹ <http://data.worldbank.org/country/Mauritania>

¹⁰⁷⁰ www.mpil.de/files/pdf1/constitution_english_2006.pdf

¹⁰⁷¹ www.opendoors.de

¹⁰⁷² CIA-*The World Factbook*

do povo e do Estado.» Embora a formulação não expresse directamente este facto, esta disposição legal tem um efeito restritivo poderoso, pois é interpretada de forma alargada como um requisito para impedir que os não-muçulmanos expressem livremente a sua fé.

É verdade que há igrejas católicas na capital, Nouakchott, em Atar, Zouérate, Nouadhibou e em Rosso. E há também uma Diocese de Nouakchott, com o Bispo alemão Martin Albert Happe, um missionário dos Padres Brancos, como seu bispo. Mas todas as formas de trabalho missionário cristão são estritamente proibidas.

Nestas circunstâncias, as oportunidades para que a minúscula minoria cristã expresse a sua fé são limitadas, embora não sejam ineficazes. A Igreja Católica na Mauritânia dedica-se acima de tudo a projectos sociais e caritativos. Por exemplo, o Bispo Happe – que é conhecido pela sua abordagem ao Islamismo muito aberta e sem preconceitos– dedicou-se ao cuidado dos refugiados africanos, que estão a receber abrigo nas igrejas da Mauritânia, e também ao enterro das ‘pessoas dos barcos’ que morrem afogadas e cujos corpos aparecem muitas vezes nas costas da Mauritânia. Há relatos de que na Mauritânia há «muçulmanos ‘com palas’, que não pensariam nunca em falar de forma amigável com um bispo católico; olham deliberadamente para o outro lado ou fazem comentários muito pouco amigáveis». Contudo, o bispo disse que, na sua experiência de mais de dezassete anos no país, a maior parte das pessoas trata geralmente a fé cristã com respeito.¹⁰⁷³

Mesmo assim, até ao momento esta situação não levou a quaisquer grandes liberdades ou direitos adicionais para a população não-muçulmana. A distribuição de Bíblias e de outros textos religiosos não-islâmicos continua a ser proibida. A instrução religiosa islâmica é obrigatória nas escolas e a lei islâmica ou *sharia* é norma nos assuntos relacionados com a família e outros assuntos domésticos.

Durante o período deste relatório não houve mudanças institucionais nem incidentes relevantes relativos à liberdade religiosa. Contudo, um ponto que vale a pena referir é o encerramento das vinte e duas embaixadas norte-americanas no mundo islâmico no início de Agosto de 2013. Este encerramento seguiu-se a um aviso de possíveis ataques por parte da rede terrorista islâmica Al-Qaeda.¹⁰⁷⁴ Entre as embaixadas norte-americanas a encerrar estava a de Nouakchott, a capital da Mauritânia.

Refugiados: De acordo com a organização Médicos Sem Fronteiras, em 2013 havia aproximadamente 75 mil refugiados da guerra civil no Mali a viverem na Mauritânia (no campo de refugiados de Mbéra). *Liberdade religiosa:* Tal como descrito, existe apenas até certo ponto. Não mudou durante o período abrangido por este relatório de 2013. Os não-muçulmanos enfrentam diversos graus de rejeição, embora não em todo o lado. *Cristãos:* Os dados variam. Existem entre cerca de 4.500 (*Open Doors*) e de 10 mil (Arquivo Munzinger, um máximo de aproximadamente 0,3% da população).

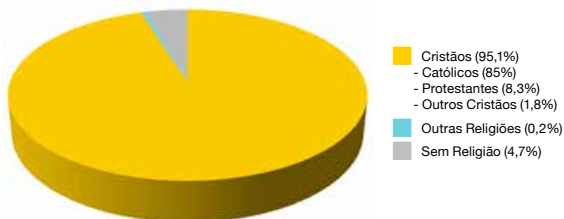
¹⁰⁷³ Carta pastoral do Natal de 2012 do Bispo Martin Happe de Nouakchott

¹⁰⁷⁴ www.zeit.de datado de 06.08.13

MÉXICO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
112.337.000	1.964.375 km ²	1.688	8.420	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A população total do país¹⁰⁷⁵ é constituída por 112.336.538¹⁰⁷⁶ e a área abarca 1.964.375 km². A língua oficial é o espanhol e o sistema político é o de uma república representativa democrática federal, constituída por estados federais que são livres e soberanos em termos dos seus assuntos internos, mas unidos numa federação nacional.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante que cada pessoa tem direito à liberdade das suas convicções éticas, à liberdade de consciência e religião, além do direito a escolher a religião da sua preferência. Esta liberdade inclui o direito a participar, individual ou colectivamente, em público ou em privado, em actos de culto. Ao mesmo tempo, estabelece que os actos religiosos de culto público sejam normalmente celebrados dentro de igrejas ou templos, e que os que forem, de forma extraordinária, celebrados fora desses edifícios sejam sujeitos às regulamentações da lei.¹⁰⁷⁷

A Lei das Associações Religiosas e do Culto Público define que o Estado mexicano garante o direito individual a adoptar uma crença religiosa, a liberdade de se abster de praticar os direitos religiosos que não pertençam à própria religião e o direito a não ser objecto de discriminação por causa das suas crenças religiosas. Não podem ser usadas razões religiosas para impedir que qualquer pessoa exerça o seu trabalho, nem pode uma pessoa ser obrigada a contribuir para o apoio a uma Igreja. Esta lei também especifica o direito a não ser sujeito a inquéritos judiciais por manifestar ideias religiosas e o direito a associar-se para fins religiosos.¹⁰⁷⁸

As reformas da Constituição nas últimas duas décadas trouxeram maior, embora não total, liberdade religiosa à Igreja Católica e a outras Igrejas. O Artigo 24 proibia todo o culto fora das igrejas. Isto foi modificado em 1992, mas as Igrejas ainda são obrigadas a notificar o Governo antes de realizarem qualquer encontro (ver mais abaixo). O Artigo 27 impedia todas as religiões de serem donas de propriedades (todos os bens da Igreja eram considerados como bens do país). Este artigo foi modificado em 1992 para permitir que as Igrejas adquirissem,

¹⁰⁷⁵ www.globalreligiousfutures.org/countries/Mexico

¹⁰⁷⁶ www.inegi.org.mx/sistemas/olap/proyectos/bd/consulta.asp?p=17118&c=27769&s=est#

¹⁰⁷⁷ www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/1.pdf

¹⁰⁷⁸ <http://Mexico.justia.com/federales/leyes/ley-de-asociaciones-religiosas-y-culto-publico/titulo-primer/>

fossem proprietárias e gerissem apenas a quantidade suficiente de bens para alcançarem os seus objectivos. O Artigo 130 impedia que todas as entidades religiosas tivessem direito a qualquer personalidade jurídica. Este artigo foi modificado em 1992 para lhes permitir o reconhecimento legal como associações religiosas, desde que se registem de acordo com a lei. No entanto, todas as igrejas no país construídas antes desta revisão mantêm-se como propriedade do Estado. Além disso, os sacerdotes estão ainda proibidos por lei de criticarem quaisquer figuras políticas, leis governamentais ou instituições.

Em Março de 2012, o Parlamento aprovou a reforma do Artigo 40 da Constituição, inserindo a palavra «secular» (*laíca*) na definição da República mexicana. A promulgação formal ocorreu em Novembro do mesmo ano.

Todos os grupos religiosos são obrigados a obter uma autorização especial do Governo para construírem novos edifícios ou modificarem os existentes. Cada edifício religioso construído antes de 1992 é considerado como fazendo parte do património nacional, detido pelo Estado e isento de impostos. Os edifícios construídos depois de 1992 são propriedade do grupo religioso que os construiu.

As associações religiosas que desejem realizar celebrações religiosas fora dos locais de culto oficialmente autorizados são ainda obrigadas a notificar o Governo (ver acima e abaixo).

Os grupos religiosos são também proibidos de ter ou gerir estações de rádio e televisão. Caso desejem emitir qualquer programa religioso, têm de obter uma autorização governamental.

Toda a educação pública é secular, mas os grupos religiosos estão autorizados a manter escolas privadas.¹⁰⁷⁹

Práticas governamentais e outros incidentes durante o período em análise

Em Outubro de 2012, a polícia no estado de Michoacan, no sudoeste do país, deteve o líder da seita religiosa Nova Jerusalém, cujos seguidores tinham atacado e destruído uma escola na vila local. A seita tinha sido originalmente fundada em 1973 por um antigo sacerdote católico, após alegadas visões de Nossa Senhora na região. O líder, Cruz Cárdenas Salgado, foi acusado de ter ordenado a destruição da escola, porque se opunha à educação secular. O grupo não é reconhecido pela Igreja Católica.¹⁰⁸⁰

Em Dezembro de 2012, um grupo de protestantes queixou-se de terem sido encarcerados por católicos na comunidade de Pahuatlan, por se terem recusado a participar na festa tradicional de Nossa Senhora e noutras tarefas. Tinham sido acusados de terem quebrado um acordo feito em Abril anterior, no qual tinham prometido trabalhar em nome do povo. Foram ameaçados de expulsão da comunidade, mas foram feitas tentativas de estabelecer um diálogo para evitar a expulsão. Houve outros confrontos semelhantes durante o ano que passou.¹⁰⁸¹

Em Janeiro de 2013, diversas Igrejas no México reportaram uma série de ataques criminosos e roubos às suas igrejas e clero. O presidente de uma organização protestante que fazia campanha pela liberdade religiosa afirmou que, no ano anterior, trinta e dois pastores tinham sido vítimas destes crimes, incluindo o rapto para fins de extorsão, ou ameaças para forçá-los a pagar dinheiro de protecção a organizações criminosas. Outras religiões no México confirmaram igualmente estes incidentes. Por vezes, membros das próprias famílias dos pastores eram raptados e era então extorquido dinheiro sob a forma de resgate. Um exemplo foi o de um pastor em Monterey que se preparava para iniciar um encontro com

¹⁰⁷⁹ www.state.gov/documents/organization/208704.pdf

¹⁰⁸⁰ <http://infocatomica.com/blog/infories.php/1210201054-detienen-en-Mexico-a-un-lider>

¹⁰⁸¹ www.acontecercristiano.net/2012/12/catolicos-expulsan-evangelicos-de-su.html

cerca de 25 mil pessoas. Os criminosos ordenaram-lhe que pagasse 35 mil pesos e se não o fizesse colocariam granadas no local.¹⁰⁸²

Em Fevereiro de 2013, tinham passado dez meses sobre a aprovação de mais uma reforma da liberdade religiosa, mas a medida – a reforma do Artigo 24 da Constituição que estabelecia que as Igrejas já não tinham de notificar o Governo sobre as celebrações religiosas fora das igrejas – ainda não tinha sido promulgada. Fora introduzida em 2010 e aprovada por ambas as câmaras em Março de 2012, mas sem o apoio de um número suficiente de Governos regionais (isto é, um mínimo de dezassete legislaturas estaduais regionais; até ao momento, apenas tinha sido aprovada por dezasseis, com seis que se opunham). Os seus opositores alegavam que isso iria ofender a natureza secular do Estado.¹⁰⁸³

Em Março de 2013, realizou-se em Tijuana a 13.^a Marcha pela Vida, a Paz e a Liberdade Religiosa. Foi organizada pela Arquidiocese católica de Tijuana e apoiada por 25 mil pessoas da vila. O arcebispo e outros manifestantes estavam acompanhados por Adriana Padilla Mendoza, a directora dos Assuntos Religiosos da Secretaria-Geral do Governo.¹⁰⁸⁴

Em Abril de 2013, realizou-se um festival da liberdade religiosa na região de Chiapas. Mais de 25 mil pessoas participaram. Os oradores elogiaram as melhorias dos últimos anos em relação à liberdade de consciência, numa região onde tinha havido uma história de perseguição e hostilidade contra alguns grupos.¹⁰⁸⁵

Em Junho de 2013, a presidente da câmara de Monterrey participou numa cerimónia pública em que «entregou as chaves da cidade a Jesus Cristo», declarando-o como «a mais alta autoridade da cidade». Fê-lo, disse, por causa da mudança positiva que tinha notado na cidade ao abrir as portas a Deus. As suas afirmações provocaram reacções críticas em relação à natureza secular do Estado e das suas instituições.¹⁰⁸⁶

¹⁰⁸² www.noticiacristiana.com/sociedad/persecuciones/2013/01/iglesias-de-Mexico-denuncian-que-sufren-constantemente-ataques-criminales.html

¹⁰⁸³ <http://Mexico.cnn.com/nacional/2013/02/12/la-reforma-sobre-libertad-religiosa-cumple-10-meses-sin-ser-promulgada> (acedido em 19/09/2013)

¹⁰⁸⁴ <http://uniradioinforma.com/noticias/tijuana/articulo178753.html>

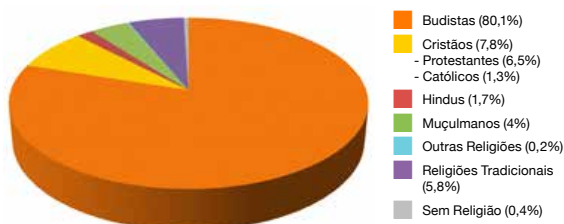
¹⁰⁸⁵ <http://irla.org/friendship-and-religious-freedom-in-southern-Mexico>

¹⁰⁸⁶ *Boletín Jurídico CELIR*, www.periodistadigital.com/religion/america/2013/06/11/la-alcaldesa-de-monterrey-entrega-la-ciudad-a-jesucristo-religion-iglesia-Mexico.shtml

MIANMAR



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
55.000.000	676.600 km ²	-	415.373	632.000

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Em 2011, o Presidente de Mianmar¹⁰⁸⁷, Thein Sein, anunciou uma nova era de reforma. Parecia que o país voltava as costas a décadas de opressão, entre as quais se destaca a mudança de nome do país de Birmânia para Mianmar realizada pela junta militar em 1989, uma alteração repudiada pelos Estados Unidos, o Reino Unido e outros países que se opunham ao regime. As mudanças introduzidas pelo presidente Thein Sein a partir de 2011 incluíram a libertação da maior parte dos presos políticos, progressos no sentido do estabelecimento de tréguas com a maior parte dos grupos étnicos de resistência armada, aumento do espaço concedido à sociedade civil, aos meios de comunicação social, e aos indivíduos e grupos políticos, bem como liberdade de expressão limitada mas bem-vinda. Numas eleições em Abril de 2012, a líder democrática birmanesa Aung San Suu Kyi ganhou um lugar no Parlamento, juntamente com quarenta e dois dos seus colegas da Liga Nacional para a Democracia. Ao mesmo tempo, contudo, a intolerância religiosa aumentou drasticamente, com o aumento do nacionalismo budista militante. Isto afectou em primeiro lugar a comunidade muçulmana, mas há sinais de que poderá ter cada vez mais impacto nos Cristãos. Além disso, nos estados étnicos onde os Cristãos constituem uma parte significativa da população, as violações da liberdade religiosa apoiadas pelo Estado continuaram.

Em 2012, a violência explodiu no estado de Arakan, dirigida predominantemente ao povo muçulmano Rohingya, a quem é negada a cidadania, apesar de viverem em Mianmar há gerações, ficando assim como apátridas. Pelo menos 130 mil pessoas ficaram deslocadas em resultado da violência, centenas foram mortas e dezenas de milhares de pessoas fugiram do país. A *Human Rights Watch* descreveu a situação como próxima da 'limpeza étnica'.¹⁰⁸⁸

Em 2013, uma onda de violência anti-muçulmana varreu Mianmar, começando em Meikhtila no centro do país, e espalhando-se por vilas e cidades ao longo do país, incluindo Lashio e Oakkan.¹⁰⁸⁹ Foram pilhadas e queimadas casas, foram mortos muçulmanos e milhares

¹⁰⁸⁷ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/burma-myanmar

População: www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bm.html

¹⁰⁸⁸ Human Rights Watch, *All You Can Do Is Pray: Crimes Against Humanity and Ethnic Cleansing of Rohingya Muslims in Burma's Arakan State*, www.hrw.org/reports/2013/04/22/all-you-can-do-pray

¹⁰⁸⁹ Physicians for Human Rights, *Patterns of Anti-Muslim Violence in Burma*, <http://physiciansforhumanrights.org/library/reports/patterns-of-anti-muslim-violence-in-burma.html>

ficaram deslocados. Formou-se um movimento nacionalista budista militante conhecido como '969' e o conhecido monge budista U Wirathu pregou sermões e deu entrevistas apelando à intolerância religiosa. Monges budistas militantes realizaram manifestações regulares contra Tomas Ojéa Quintana, o Relator Especial da ONU para os Direitos Humanos em Mianmar, por ter falado contra a intolerância religiosa. Em Agosto de 2013, o seu carro foi atacado por uma multidão de 200 pessoas enquanto visitava Meikhtila, e a polícia não conseguiu protegê-lo.

A 3 de Maio de 2013, o Arcebispo Charles Maung Bo de Rangum emitiu uma «declaração pessoal» apelando à paz e ao fim do ódio religioso. Disse: «Estou seriamente preocupado que, se continuar a violência que vimos esta semana em Oakkan e noutros lugares, e previamente em Meikhtila e no estado de Rakhine, a nossa frágil liberdade que está apenas a começar a emergir possa ser arrancada das nossas mãos e Mianmar possa cair num ciclo vicioso de ódio, violência e agitação.»¹⁰⁹⁰ O Arcebispo Bo tem sido um precursor de iniciativas de diálogo inter-religioso e tem sido o autor de vários artigos e declarações apelando à calma.¹⁰⁹¹ Em Junho de 2013, a Conferência Episcopal Católica de Mianmar emitiu uma declaração pública, apelando à 'unidade na diversidade' e à harmonia religiosa.¹⁰⁹²

Embora o foco do movimento budista militante tenha sido sobretudo a comunidade muçulmana, há indicações de que poderá ter também impacto nos Cristãos. Literatura e DVDs vários, distribuídos pelo '969', referem-se ao Cristianismo como uma 'religião convidada'. E, em Novembro de 2013, os baptistas de Kachin que viajavam de comboio para Rangum para o bicentenário do primeiro missionário baptista na Birmânia, Adoniram Judson, foram alegadamente atacados com pedras.¹⁰⁹³

Para além do movimento budista militante que surgiu em 2013, existe também a situação que se mantém nos estados étnicos não birmaneses. Nos estados de Kachin e Chin, no norte de Mianmar, o Cristianismo é a religião predominante e, nos estados de Karen e Karenni, no leste de Mianmar, existe uma população cristã considerável e influente. As identidades étnica e religiosa estão interligadas e, nos seus esforços para suprimir as minorias étnicas, o Governo e o exército de Mianmar atingiram a religião. Mianmar sofreu mais de sessenta e cinco anos de guerra civil, desde que os Karen e outras minorias étnicas iniciaram uma luta armada pela autonomia e por direitos iguais após a independência da Birmânia do domínio colonial britânico. Desde Janeiro de 2012, foram acordadas tréguas preliminares entre o Governo e os grupos étnicos de resistência armada, mas estes acordos permanecem frágeis e ainda não levaram a um processo de paz genuíno envolvendo um diálogo político. Ao mesmo tempo, em Junho de 2011, o exército birmanês violou um cessar-fogo de dezassete anos com os Kachin, um dos maiores grupos étnicos, e a violenta ofensiva militar continuou, resultando na deslocação de mais de 100 mil pessoas. Embora o conflito seja sobretudo político e étnico, existe uma dimensão religiosa. Pelo menos 200 aldeias e sessenta e seis igrejas foram alegadamente destruídas ou danificadas no conflito.¹⁰⁹⁴

A 16 de Outubro de 2011, por exemplo, soldados do exército birmanês assumiram o controlo de uma igreja católica na aldeia de Namsan Yang, no distrito de Waimaw, onde vinte

¹⁰⁹⁰ Uma declaração pessoal de Sua Santidade o Arcebispo Charles Maung Bo, 3 de Maio de 2013 - www.burmacampaign.org.uk/images/uploads/Statement_by_Archbishop_Bo.pdf

¹⁰⁹¹ Arcebispo Charles Maung Bo e Benedict Rogers, «Myanmar's religious diversity: Dialogue trumps violence», *The Myanmar Times*, 23 August 2013 - www.mmimes.com/index.php/national-news/7918-myanmar-s-religious-diversity-dialogue-trumps-violence.html

¹⁰⁹² www.catholicmyanmar.org/hot-news-1/cbcmstatement

¹⁰⁹³ «Kachin Baptists pelted with stones on train to Rangoon», Kachin News Group, 28 de Novembro de 2013 - www.kachinnews.com/news/2601-kachin-baptists-pelted-with-stones-on-train-to-rangoon.html

¹⁰⁹⁴ «Kachin Baptist Convention says 66 churches and over 200 member villages destroyed», Janeiro de 2013, <http://kachinlandnews.com/?p=23047>

e três fiéis, sobretudo mulheres e idosos, se tinham reunido para uma Missa às 8 horas da manhã. Os fiéis refugiaram-se do tiroteio atrás do santuário mariano. Quando as tropas os viram, dispararam vários tiros para o santuário. O assistente do sacerdote, Jangma Awng Li, decidiu falar às tropas em birmanês. Bateram-lhe na cabeça com a coroa da espingarda, ferindo-o quando caiu e embateu numa parede de betão. Ele e quatro outros homens foram algemados e detidos pelos soldados.

A 2 de Setembro de 2013, soldados do exército birmanês atacaram a aldeia de Nkha Ga, no estado de Kachin, e torturaram e mataram dois homens. Dez outros aldeões e o pastor, o Reverendo Ram Me, foram presos e torturados, e uma mulher de 29 anos foi violada em frente do marido.¹⁰⁹⁵

A 22 de Outubro de 2013, soldados do exército birmanês atacaram as aldeias de Nam Lim Pa e Mung Ding Pa no distrito de Mansi, estado de Kachin, levando 700 aldeões a procurar refúgio na igreja local. Os soldados fizeram depois os aldeões reféns dentro da igreja, antes de atacarem a aldeia de Mung Ding Pa. Oito aldeões do sexo masculino foram detidos e postos na prisão.¹⁰⁹⁶

A 30 de Outubro de 2013, Sumlut Roi Ja, uma rapariga Kachin de 15 anos, da aldeia de Lu Htawng, foi violada em grupo por vários soldados do exército birmanês.¹⁰⁹⁷

De acordo com a organização *Christian Solidarity Worldwide* (CSW), os prisioneiros políticos Kachin são sujeitos a discriminação religiosa e a perseguições. Um antigo prisioneiro Kachin descreveu a tortura a que foi sujeito durante um interrogatório, incluindo ser pendurado de cabeça para baixo durante um dia e uma noite, espancado e atacado com facas. Disse à CSW: «Eles puseram uma granada na minha boca e ameaçaram tirar a espoleta... depois puseram um saco de plástico sobre a minha cara e deitaram água por cima.» A mulher de um actual prisioneiro Kachin descreveu ter visto o seu marido após ele ter sido torturado. «Estava coberto de sangue e o nariz estava partido... Uma barra de ferro foi esfregada ao longo das pernas dele. Foi forçado a praticar sexo homossexual... Disseram-lhe que, uma vez que ele era cristão, deveria ajoelhar-se sobre pedras muito aguçadas com os braços abertos como Cristo na cruz... Bateram-lhe nas mãos e nos braços.»¹⁰⁹⁸

O Bispo Francis Daw Tang da Diocese de Myitkyina emitiu um comunicado em nome da Igreja de Mianmar em Fevereiro de 2013 que dizia o seguinte: «Enquanto Igreja, caminhamos com o nosso povo deslocado, vemos a sua vida ser destruída, as suas famílias fragmentadas pela vida deprimente nos campos de deslocados. [Nós] estamos profundamente preocupados com a escalada da guerra nas últimas semanas: uso de armamento pesado, bombardeamentos aéreos, cada vez maior falta de clareza sobre zonas de conflito e áreas civis, guerra desigual travada durante [os] dias sagrados da nossa fé, inaceitáveis práticas de conflito que forçam milhares a serem deslocados, expondo crianças e mulheres a doenças que os põem em perigo de vida no pico do Inverno.»

No estado de Chin, a discriminação contra os Cristãos continua. Embora agora haja um cessar-fogo e alguns dos abusos de direitos humanos mais graves pareçam ter diminuído, continuam a existir formas de discriminação religiosa mais subtis. A Comissão Norte-Ame-

¹⁰⁹⁵ www.freeburmarangers.org/2013/11/19/burma-army-captures-villagers-in-kachin-state-torturing-two-men-and-causing-over-2000-villagers-flee/

¹⁰⁹⁶ www.freeburmarangers.org/2013/11/19/burma-army-captures-villagers-in-kachin-state-torturing-two-men-and-causing-over-2000-villagers-flee/

¹⁰⁹⁷ www.freeburmarangers.org/2013/11/19/burma-army-captures-villagers-in-kachin-state-torturing-two-men-and-causing-over-2000-villagers-flee/

¹⁰⁹⁸ Christian Solidarity Worldwide, «Burma: CSW releases new report detailing severe human rights abuses», 13 de Maio de 2013 - <http://dynamic.csw.org.uk/article.asp?t=press&id=1535>

ricana para a Liberdade Religiosa Internacional visitou o estado de Chin em 2013 e, embora refira algumas melhorias em termos de liberdade religiosa, também conclui que «apesar de tudo, continuam a registar-se algumas violações graves da liberdade religiosa. Nos últimos dois anos, foram destruídos lugares religiosos, foram perturbados serviços religiosos e foram repetidamente negadas autorizações para construir ou restaurar edifícios religiosos.»¹⁰⁹⁹ Em 2012, a *Chin Human Rights Organisation* publicou um relatório, *Threats to Our Existence: Persecution of Ethnic Chin Christians in Burma* [Ameaças à nossa existência: perseguição de cristãos da etnia Chin em Mianmar], que apresenta em detalhe novas provas do uso de escolas 'NaTaLa' para converter à força ou coercivamente as crianças cristãs Chin ao Budismo.¹¹⁰⁰ Estas escolas, geridas pelo Ministério das Relações Fronteiriças, alegadamente recrutam crianças cristãs Chin com a promessa de uma educação gratuita ou acessível, mas depois exigem que as crianças rapem o cabelo e se tornem monges budistas noviços, proibindo-as de praticarem a sua fé cristã, e oferecem-lhes uma perspectiva de emprego em serviços do Estado após terminarem a sua formação. De acordo com a Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, funcionários governamentais do estado de Chin garantiram que essas conversões forçadas ou coercivas já não ocorrem, embora essas garantias permaneçam por verificar.¹¹⁰¹

Em todo o Mianmar, Cristãos e Muçulmanos continuam a ser alvo de discriminação, de restrições e, nalgumas partes do país, de perseguições violentas. A discriminação ainda é muito comum na vida pública, em que os não budistas têm dificuldade em ser promovidos para posições no Estado. Embora o culto dominical seja permitido, deve ser procurada e obtida autorização para outros encontros religiosos e os oficiais estatais continuam a ser lentos e por vezes a obstruir, atrasar ou negar aprovações. Continua a ser difícil obter autorização para construir novas igrejas e edifícios religiosos, ou para renovar ou alargar edifícios existentes. O Estado continua a proibir a importação de Bíblias e de outros livros religiosos.

À medida que Mianmar começa a abrir-se, a liberdade religiosa está a tornar-se numa questão central. O Arcebispo Bo de Rangum disse-o por estas palavras: «A verdadeira paz e a verdadeira liberdade... dependem de uma questão que ainda não foi abordada: o respeito pela diversidade étnica e religiosa de Mianmar. A menos e até que um processo de paz genuíno seja estabelecido com as nacionalidades étnicas, envolvendo um diálogo político a nível nacional sobre os arranjos constitucionais para o país, os cessar-fogos vão permanecer frágeis e não vão resultar no fim da guerra... Nenhuma sociedade pode ser verdadeiramente democrática, livre e pacífica se não respeitar, nem celebrar, a diversidade política, racial e religiosa, e se não proteger os direitos humanos básicos de cada pessoa, independentemente da raça, religião ou sexo... A liberdade de pensamento, consciência, religião ou credo, tal como detalhada no Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é talvez a liberdade mais preciosa e básica de todas. Sem liberdade para escolher, praticar, partilhar e alterar as crenças, não há liberdade. Outros direitos básicos, como por exemplo a liberdade de expressão, reunião, associação e movimento, dependem até certo ponto da liberdade de consciência. Por isso, quando ouvimos falar de pessoas que atacam, física ou verbalmente, as pessoas que têm outras crenças, ou que usam plataformas religiosas para pregar o ódio, ficamos profundamente entristecidos. Este tipo de discurso de ódio é totalmente contrário aos

¹⁰⁹⁹ Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, «Burma: Implications of Religious and Ethnic Violence», Agosto de 2013 - [www.uscifr.gov/images/Burma%20Policy%20Brief%20final\(1\).pdf](http://www.uscifr.gov/images/Burma%20Policy%20Brief%20final(1).pdf)

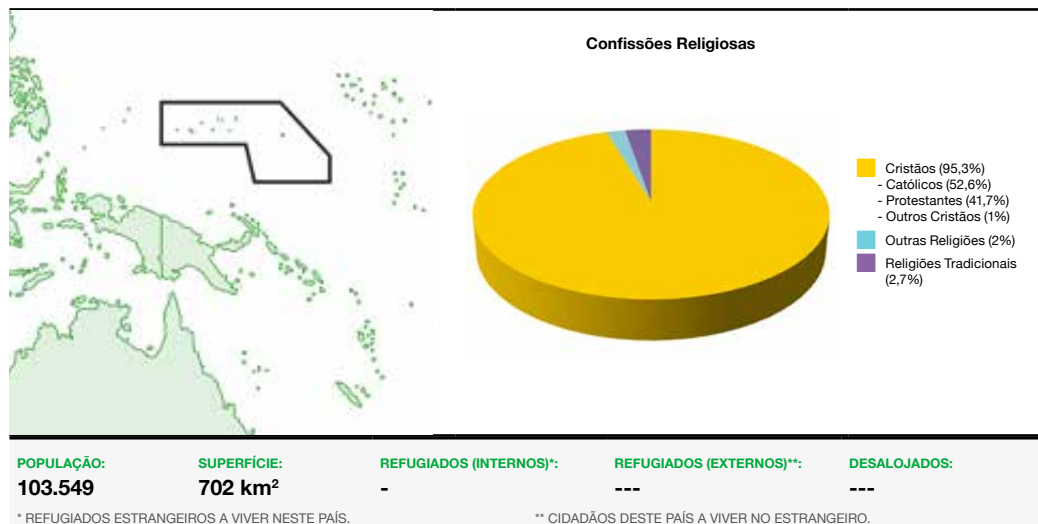
¹¹⁰⁰ Chin Human Rights Organization, *Threats to Our Existence: Persecution of Ethnic Chin Christians in Burma*, 2012, http://chro.ca/images/stories/files/PDF/Threats_to_Our_Existence.pdf

¹¹⁰¹ Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, «Burma: Implications of Religious and Ethnic Violence», Agosto de 2013 - [www.uscifr.gov/images/Burma%20Policy%20Brief%20final\(1\).pdf](http://www.uscifr.gov/images/Burma%20Policy%20Brief%20final(1).pdf)

ensinamentos das grandes religiões mundiais... Apelamos a todos os que têm uma posição de influência – na política, na religião, nos meios de comunicação social, na educação e na sociedade civil – a que usem a sua voz para se manifestarem contra o ódio e a intolerância religiosa. Nas escolas, é necessário garantir que a diversidade religiosa e étnica de Mianmar é correctamente ensinada e celebrada. O currículo da disciplina de educação religiosa deve garantir uma compreensão justa e equilibrada de todas as religiões de Mianmar. Ninguém deve ser forçado a mudar a sua religião, pois isso é uma violação grave dos direitos humanos. A religião e a fé são questões de liberdade pessoal e consciência.»¹¹⁰²

¹¹⁰² Arcebispo Charles Maung Bo e Benedict Rogers, «Myanmar's religious diversity: Dialogue trumps violence», *The Myanmar Times*, 23 de Agosto de 2013 - <http://mmtimes.com/index.php/national-news/7918-myanmar-s-religious-diversity-dialogue-trumps-violence.html>

MICRONÉSIA



Os Estados Federados da Micronésia¹¹⁰³ emergiram como estado independente a 10 de Março de 1979. Foram uma colónia espanhola do século XVI ao século XIX, antes de serem tomados pela Alemanha desde 1889. O controlo foi cedido ao Japão após a Segunda Guerra Mundial, segundo o Mandato da Liga das Nações. Em 1947, foram governados pelos Estados Unidos sob o mandato das Nações Unidas, fazendo parte do Protectorado das Ilhas do Pacífico. A Micronésia assinou um Pacto de Livre Associação com os Estados Unidos, operacional desde 3 de Novembro de 1986. O pacto foi renovado em 2004.

A Constituição¹¹⁰⁴ garante a liberdade religiosa. A Carta de Direitos proíbe qualquer religião estatal e quaisquer restrições governamentais à liberdade religiosa. O Governo disponibiliza subsídios às escolas ligadas às igrejas. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas referiu recentemente a decisão do Governo da Micronésia de assinar várias convenções e documentos das Nações Unidas relacionados com os direitos humanos e os direitos políticos do povo. No encontro de Genebra para a sua Revisão Periódica Universal foi dito à Micronésia que precisava de aceitar convenções, resoluções e outros tratados das Nações Unidas relacionados com os direitos dos cidadãos. O *site* UPR¹¹⁰⁵ refere que o Governo, contudo, ainda não aceitou a sugestão da União Europeia de realizar uma revisão alargada da legislação existente e harmonizar a lei e as práticas consuetudinárias nos quatro estados segundo padrões internacionais.

A demografia religiosa reflecte o curso da sua história. Muitos dos grupos confessionais baseiam-se em identidades de clã. Os congregacionistas americanos criaram as Igrejas Protestantes. Os Protestantes dominam os kosrae em 95%. Os pohnpei têm populações aproximadamente iguais de católicos e protestantes, enquanto os católicos chuuk e yap

¹¹⁰³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/federated-states-of-micronesia

População: Segundo o recenseamento de 2000, existem os seguintes grupos étnicos: chuuk (48,8%), pohnpei (24,2%), kosrae (6,2%), yap (5,2%), yap das ilhas exteriores (4,5%), asiáticos (1,8%), polinésios (1,5%), outros (6,4%), desconhecidos (1,4%).

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Micronesia> (Federated States of)

¹¹⁰⁴ www.fsmlaw.org/fsm/constitution/

¹¹⁰⁵ www.upr-info.org/en

constituem 60% da população. A maior parte dos imigrantes são católicos filipinos. Os missionários de muitas tradições religiosas estão presentes e trabalham livremente.

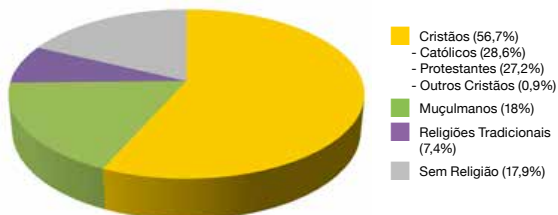
As pessoas participam activamente na vida da Igreja. A Igreja Católica de Pohnpei tem sido particularmente activa no desenvolvimento da liderança local. Segundo Francis X. Hezel no seu trabalho «A Igreja Católica na Micronésia», «o futuro irá destacar ainda mais fortemente a liderança de Pohnpei sobre a sua própria igreja.»

Todas as denominações cristãs estão também activas na sociedade civil. Os grupos religiosos gerem muitas escolas e outras instituições. O Conselho Inter-Confessional aborda as questões sociais. Não há relatos de perseguição religiosa ou étnica, nem de discriminação.

MOÇAMBIQUE



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
25.833.752	799.380 km ²	4.445	63	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição e as leis do país¹¹⁰⁶ reconhecem a liberdade religiosa e os Governos que se têm seguido uns aos outros desde 1990 respeitaram em geral esta liberdade na prática, apesar de o fazerem com algumas limitações. Até essa altura, a prática religiosa era, na melhor das hipóteses, tolerada pelo Governo de inspiração comunista. Contudo, o papel desempenhado pelas Igrejas, em particular pela Igreja Católica, durante o processo de paz entre o Governo da Frelimo e a oposição armada da Renamo, fortaleceu a posição das instituições religiosas. Em Julho de 2013, o Arcebispo Emérito da Beira, D. Jaime Gonçalves, uma figura importante nos Acordos de Paz de 1992, lamentou o facto de antigos combatentes da Renamo ainda não terem sido integrados na força policial, tal como tinha sido estipulado nos acordos de Roma.

A liberdade religiosa é reconhecida no Artigo 54 da Constituição, onde se afirma: «Todos os cidadãos terão liberdade de praticar ou não uma religião. As denominações religiosas têm direito a seguir os seus objectivos religiosos livremente, e a possuir e adquirir bens para realizarem os seus objectivos.»¹¹⁰⁷

Os Protestantes estão representados no Conselho Cristão de Moçambique, que tem vinte e duas Igrejas como membros. Todas as Igrejas e outras organizações religiosas, incluindo as sociedades missionárias, são obrigadas a registar-se no Departamento de Assuntos Religiosos do Ministério da Justiça. Não há privilégios relacionados com o registo estatal e menos ainda quaisquer isenções fiscais. As autorizações de residência para os missionários estrangeiros são concedidas e renovadas sem quaisquer problemas específicos, mesmo que o processo seja trabalhoso. Actualmente, cerca de 1.000 diferentes grupos e organizações religiosas estão registados no Ministério da Justiça.

A Constituição concede às entidades religiosas o direito de obter e possuir bens, terrenos e propriedades, e uma lei recente permite-lhes abrir e gerir escolas. Nas escolas estatais, a instrução religiosa é explicitamente proibida. O Governo não reconhece quaisquer celebrações religiosas como celebrações nacionais, mas o dia 25 de Dezembro é celebrado como festa

¹¹⁰⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Mozambique

População: <http://data.worldbank.org/country/Mozambique>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

¹¹⁰⁷ www.constituteproject.org/constitution/Mozambique_2007

civil e é chamado o 'Dia da Família', o que obviamente coincide com o dia de Natal cristão. Há já algum tempo que os Muçulmanos pedem o reconhecimento da celebração islâmica do Eid al-Fitr como festa nacional, se necessário através do mesmo procedimento oblíquo usado para o Natal cristão. Os Muçulmanos pedem também autorização para que as raparigas usem o véu islâmico na sala de aula, mas as autoridades concederam autorização apenas durante o período do Ramadão, excepto na província de Nampula, onde a proibição já não está em vigor durante os restantes meses do ano escolar. Os Muçulmanos queixam-se também de estar insuficientemente representados no Parlamento e nas outras instituições políticas. Durante o ano de 2013 houve pedidos repetidos dos Muçulmanos na província de Nampula para que as mulheres fossem autorizadas a aparecer nas fotografias dos seus documentos de identidade usando o véu.

O ministro do Trabalho permite geralmente que os feriados sejam gozados pelos trabalhadores que o solicitam, de modo a celebrarem as principais festas religiosas cristãs e muçulmanas. A Sexta-feira Santa, a véspera de Natal e a festa de Nossa Senhora Mãe de Deus (1 de Janeiro) são as celebrações cristãs onde isto é permitido, tal como o Eid al-Fitr para os Muçulmanos.

A Igreja Católica continuou as suas negociações com o Governo para a restituição das inúmeras propriedades nacionalizadas na altura da independência de Portugal em 1975. Estas negociações estão a ser levadas a cabo ao nível do Departamento de Assuntos Religiosos do Ministério da Justiça, enquanto as restituições são geridas pelos Governos provinciais. Foram devolvidos bens à Igreja Católica nas províncias de Inhambane, Maputo, Niassa e Zambézia. Contudo, o Governo manteve o controlo de escolas e hospitais que foram nacionalizados no passado. De facto, a Igreja não tem dado seguimento aos seus pedidos de devolução destas instituições, declarando em vez disso que não tem actualmente os recursos para garantir o seu funcionamento.

Não tem havido registos de situações de violência em relação a questões religiosas, ou de acções repressivas contra a liberdade religiosa por parte das instituições estatais. Em Janeiro de 2013, na vila de Guilundo, distrito de Zavala, um indivíduo pegou fogo a duas capelas da Igreja Apostólica em protesto contra os seus pastores que, segundo ele, estavam a aceitar ofertas dos fiéis prometendo-lhes milagres que depois não aconteciam.

Em Julho desse ano, a polícia interveio a pedido de um grupo de pais na vila de Magoanine para libertar trinta adolescentes que tinham sido levados para longe das suas famílias pela seita 'Ministério Geração com Propósito' e que estavam agora confinados num grupo de palhotas. Durante o decorrer do ano, a tensão política entre a Frelimo e a Renamo alcançaram níveis até então desconhecidos desde os acordos de paz de Roma de 1992, com algumas situações de confrontos armados e algumas vítimas. A Igreja Católica e o Conselho Cristão de Moçambique insistiram fortemente em negociações directas entre a liderança do Estado, representada pelo presidente Armando Guebuza, e o líder da oposição, Afonso Dhlakama.

O Bispo católico de Nampula, D. Tomé Makhweliha, acusou a Frelimo de ser o partido responsável pelos ataques aos escritórios e aos símbolos do partido da oposição, Renamo, por pessoas desconhecidas, uma vez que estes ataques eram o «resultado do mau ensinamento das pessoas no campo da educação social, moral e civil» que as leva a cometer «acções anti-democráticas, como consequência da total ignorância destas pessoas».

Em Junho de 2013, o Bispo João Nunes, porta-voz da Conferência Episcopal de Moçambique e Bispo Auxiliar de Maputo, reiterou que «o diálogo genuíno e aberto é o único caminho para a preservação da paz, que é um bem que pertence a todos os Moçambicanos e não pode

ser feito refém pelos políticos. Em todas as nossas cartas pastorais apelámos à consciência das pessoas, pela necessidade imperativa de justiça, juntamente com a necessidade de reconciliação sincera entre a classe política.»

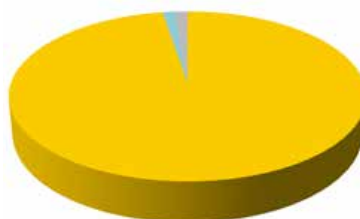
A 31 de Outubro de 2013, milhares de pessoas das cidades de Maputo, Beira e Quelimane participaram numa marcha pela paz¹¹⁰⁸ no país e pediram maior protecção governamental dos civis contra os ataques e roubos, quer da parte da Renamo quer de criminosos comuns.

¹¹⁰⁸ www.reuters.com/article/2013/10/31/us-Mozambique-protests-idUSBRE99U10P20131031

MOLDÁVIA



Confissões Religiosas



■	Cristãos (97,4%)
-	- Ortodoxos (94,5%)
-	- Protestantes (1,3%)
-	- Outros Cristãos (1,6%)
■	Outras Religiões (1,2%)
■	Sem Religião (1,4%)

POPULAÇÃO:
3.583.288

SUPERFÍCIE:
33.850 km²

REFUGIADOS (INTERNOS)*:
214

REFUGIADOS (EXTERNOS):**
2.192

DESALOJADOS:

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Numa perspectiva legal, o Estado da Moldávia¹¹⁰⁹ é obrigado a mostrar neutralidade religiosa estrita. Não existe por isso religião estatal. Na prática, contudo, a Igreja Ortodoxa Moldava¹¹¹⁰ é tratada com preferência e o seu papel específico na história e na cultura do país é fortemente enfatizado. Em Maio de 2012, foi aprovada uma nova lei da igualdade¹¹¹¹ que supostamente previne a discriminação de qualquer tipo, incluindo a discriminação religiosa. Segundo esta lei, todos os grupos religiosos, quer estejam registados ou não, são autorizados a praticar livremente a sua religião e podem também usar os espaços públicos para este fim. Se as comunidades religiosas desejarem ser reconhecidas como entidades civis legais e gozar de isenções fiscais, devem no entanto registar-se, um processo que não raras vezes falha devido aos obstáculos burocráticos.

Segundo o relatório do Departamento de Estado Norte-Americano de 2012 sobre a Liberdade Religiosa Internacional, as duas Igrejas Ortodoxas (Igreja Ortodoxa Moldava - MOC – e Igreja Ortodoxa da Bessarábia - BOC) tiveram tratamento preferencial. Assim, por exemplo, os sacerdotes ortodoxos são autorizados a fazer visitas prisionais sem autorização prévia, um privilégio que não é concedido a outros grupos religiosos. Os responsáveis locais são muitas vezes relutantes em conceder espaço para que as minorias religiosas criem locais de enterro nos cemitérios. Estes são geralmente administrados pelas comunidades ortodoxas locais. As Testemunhas de Jeová e os Pentecostais relataram dificuldades em garantir a autorização para construir ou renovar locais de culto. Também as regulamentações que governam a instrução religiosa nas escolas são problemáticas. Em princípio, nas escolas primárias estatais há uma aula obrigatória de ‘instrução moral e espiritual’, quer seja religiosa ou secular. Na prática, contudo, os grupos religiosos minoritários queixam-se que a perspectiva vigente é

¹¹⁰⁹ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/moldova>

População: <https://cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/md.html>

¹¹¹⁰ A Igreja Ortodoxa na República da Moldávia pós-soviética está dividida entre duas jurisdições paralelas pertencentes à Igreja Ortodoxa Russa (Patriarcado de Moscovo) e à Igreja Ortodoxa Romena. Segundo um recenseamento de 1989, 98,5% dos 4,3 milhões de cidadãos da Moldávia são cristãos ortodoxos nominais, embora etnicamente estejam divididos entre romenos (65%), ucranianos (14%), russos (13%), gagaúzes e búlgaros.

¹¹¹¹ www.lawyer-moldova.com/2012/10/law-on-equal.html

a da Igreja Ortodoxa Moldava, que é responsável pelos manuais educativos e detém uma posição privilegiada nas escolas.

A Igreja Ortodoxa também foi tratada com favorecimento em relação à restituição de propriedades confiscadas durante a época comunista. Ficou provado que era muito mais difícil conseguir o retorno de propriedades roubadas à Igreja Católica e à Igreja Luterana, que o tentaram, muitas vezes em vão.

O relatório do Departamento de Estado Norte-Americano também apresenta relatos das Testemunhas de Jeová de obstrução, agressão e até ameaças de violência contra os seus membros, nalguns casos instigada por sacerdotes ortodoxos, que também pressionam as autoridades locais para os discriminarem a eles e a outros grupos evangélicos pentecostais.

Ainda mais precária é a situação da liberdade religiosa na região separatista da Transnístria,¹¹¹² que tem sido de facto independente mas não é reconhecida por nenhum membro das Nações Unidas, excepto a Rússia desde 1990 e onde a Igreja Ortodoxa Moldava é dominante. O registo das comunidades religiosas é tratado de forma arbitrária. São proibidas de se tornarem politicamente envolvidas ou de trabalharem juntamente com grupos políticos. Os 'grupos estrangeiros' não registados não podem nem envolver-se em actividades missionárias nem exercer a liberdade de culto. Além disso, não há isenção do serviço militar por razões de consciência.

¹¹¹² www.spiegel.de/international/europe/transnistria-soviet-leftover-or-russian-foothold-in-europe-a-965801.html

MÓNACO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:

35.000

SUPERFÍCIE:

2 km²

REFUGIADOS (INTERNOS)*:

37

REFUGIADOS (EXTERNOS)**:

3

DESALOJADOS:

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Artigo 9 da Constituição do Principado estabelece que a religião católica apostólica romana é a religião do Estado. O Artigo 17 garante que todos os monegascos – cidadãos do Mónaco¹¹¹³ – são iguais perante a lei e que não há privilégios individuais entre eles.

O Artigo 23 garante «liberdade religiosa, o seu exercício público, bem como a liberdade de expressar as próprias opiniões sobre todos os assuntos», com exceção da «repressão de crimes cometidos durante o exercício desta liberdade», garantindo igualmente que «ninguém pode ser obrigado a participar em actividades e cerimónias de uma religião ou a observar os seus dias de descanso». Não houve relatos de mudanças institucionais significativas ou de incidentes significativos relacionados com a liberdade religiosa desde 2012.

Outras religiões

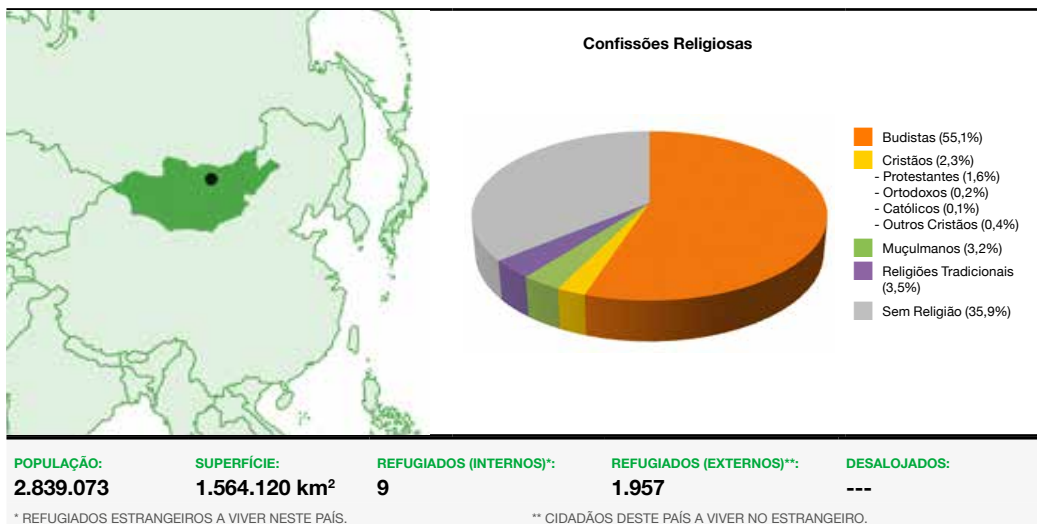
Os líderes religiosos das várias denominações participam periodicamente em serviços religiosos e eventos culturais conjuntos para promover um maior entendimento e tolerância religiosa mútua. O Governo convidou representantes de todos os grupos religiosos reconhecidos pelo Estado para participarem em celebrações estatais na Catedral do Mónaco.¹¹¹⁴ Não há relatos de incidentes sobre qualquer minoria religiosa, ou de outros problemas ou desenvolvimentos negativos em relação à liberdade religiosa neste país.

¹¹¹³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Mónaco

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Mónaco>

¹¹¹⁴ www.state.gov/documents/organization/208558.pdf

MONGÓLIA



A Mongólia¹¹¹⁵ é uma democracia parlamentar desde as primeiras eleições multipartidárias em 1990. O país apenas emergiu de uma ‘tutagem’ soviética há cerca de vinte anos.

Embora a Constituição¹¹¹⁶ e as leis garantam total liberdade religiosa, na realidade esta liberdade é obstruída por uma série de regulamentos internos que requerem que os grupos religiosos e todas as ONG se registem junto das autoridades locais e centrais. Este registo é válido por apenas doze meses e é usado sobretudo como instrumento de controlo – acima de tudo em relação às minorias religiosas – e igualmente como forma de recenseamento religioso.

Contudo, durante o período em consideração, não houve violações específicas da liberdade religiosa. Na realidade, a situação geral em relação à liberdade religiosa mantém-se praticamente inalterada desde o último relatório de Outubro de 2012.

Os Católicos chegavam aos 960, nas palavras do Prefeito Apostólico de Ulaanbaatar, o Bispo Venceslau Padilla.¹¹¹⁷ Com o tempo, as instituições católicas conseguiram responder à falta de cuidados de saúde criando e expandindo centros para órfãos, sem-abrigo e idosos, bem como clínicas, escolas e institutos técnicos.

Até à década de noventa, não havia paróquias no país. Em 1992, os primeiros missionários estrangeiros, a maior parte dos quais eram filipinos, conseguiram finalmente entrar no país – entre eles o futuro Prefeito Apostólico, o Bispo Venceslau Padilla, da Congregação do Imaculado Coração de Maria. A Igreja cresceu e agora há seis paróquias ‘autorizadas’ pelo Estado, duas das quais receberam luz verde nos últimos meses de 2013.¹¹¹⁸ Numa carta pastoral a comemorar vinte anos da Igreja Católica na Mongólia, o Bispo Padilla afirmou que a prefeitura apostólica no país tinha agora oitenta e um missionários de vinte e duas nacionalidades diferentes. Disse ainda que os primeiros dois seminaristas nascidos na Mongólia estavam a estudar para o sacerdócio em Daejeon, na Coreia do Sul.

¹¹¹⁵ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/mongolia
População: <http://data.worldbank.org/>
Superfície: *ibidem*

¹¹¹⁶ www.conscourt.gov.mn/index.php/en/legislation/the-law-on-constitutional-tsets

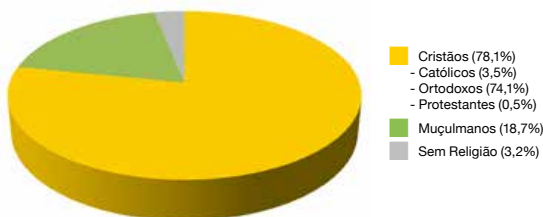
¹¹¹⁷ Durante uma visita recente à sede internacional da AIS; www.catholicchurch-mongolia.mn/

¹¹¹⁸ *AsiaNews.it*, 31/10/2012

MONTENEGRO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
632.000	13.812 km²	10.133	440	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Montenegro¹¹¹⁹ situa-se no sudeste da Europa. Faz fronteira com a Croácia, a Bósnia-Herzegovina, a Sérvia, o Kosovo e a Albânia. A minúscula república inclui uma linha de costa no Adriático, planícies e montanhas altas.

O Montenegro foi fundado como um estado com o actual nome no século XV. Durante os três séculos que se seguiram, a República de Veneza dominou a maior parte da zona costeira. Após a invasão otomana, muito do Montenegro actual caiu sob controlo otomano, excepto a zona de costa, que permaneceu sob controlo veneziano. Com a ajuda da Rússia, o Montenegro central (a área onde se fala eslavo) conseguiu manter a sua quase independência ao mesmo tempo que fazia parte do Império Otomano. A sua independência foi formalmente reconhecida no Congresso de Berlim em 1878, que também trouxe uma expansão substancial do seu território às custas da Albânia. Depois da Primeira Guerra Mundial, foi absorvido no Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, e mais tarde tornou-se no Reino da Jugoslávia em 1929. O Montenegro também fez mais tarde parte da Jugoslávia.

A Constituição¹¹²⁰ e outras leis protegem a liberdade religiosa no Montenegro e não existe religião do Estado. A legislação do país reconhece as comunidades religiosas. Há quatro comunidades religiosas principais: a Igreja Ortodoxa Sérvia, a Igreja Ortodoxa Montenegrina, a Igreja Católica e a comunidade muçulmana. As outras principais comunidades religiosas registadas são a Igreja Evangélica, a Igreja Adventista do Sétimo Dia e as Testemunhas de Jeová.

As relações entre o Estado e as comunidades religiosas são regulamentadas pela Comissão Governamental para o Sistema Político, e Política Interna e Externa. Quando uma comunidade religiosa é fundada, deve registar-se na polícia local no prazo de quinze dias, de modo a tornar-se numa entidade legal.

Estão disponíveis fundos oficiais para apoiar as comunidades religiosas. São usados sobretudo para restauro de santuários e a disponibilização de pensões do clero e seguros de invalidez. As comunidades religiosas estão isentas de prestar contas do rendimento e de

¹¹¹⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/montenegro

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Montenegro>

¹¹²⁰ www.dri.co.me/1/

pagar IVA se prestarem os seus serviços aos seus ‘membros’ ou prestarem serviços orientados para o mercado que não excedam 18 mil euros anuais.

Os estudos religiosos não estão incluídos nos currículos escolares da primária e do secundário. A escola teológica da Igreja Ortodoxa Sérvia em Cetinje e a escola secundária islâmica em Tuzi não estão incluídas no sistema educativo nacional.

A devolução das propriedades religiosas confiscadas pelo antigo Governo jugoslavo após a Segunda Guerra Mundial continua a ser um problema no Montenegro. A Igreja Ortodoxa Sérvia e a Igreja Ortodoxa Montenegrina tinham pedidos pendentes de restituição de propriedades. A Igreja Católica e a comunidade muçulmana também invocaram reivindicações de propriedades em várias localizações.

As relações entre os principais grupos religiosos (Ortodoxos, Islâmicos e Católicos) são geralmente tolerantes no Montenegro. Contudo, as tensões de longa data entre a Igreja Ortodoxa Sérvia e a Igreja Ortodoxa Montenegrina permanecem como um problema constante. Ambos continuam a discutir por causa de propriedades e lutam pelo domínio, alegando serem a ‘verdadeira’ Igreja Ortodoxa no país.

No ano passado, a polícia bloqueou a entrada da Igreja da Transfiguração perto de Cetinje para impedir confrontos entre membros da Igreja Sérvia e da Igreja Montenegrina.¹¹²¹ A acção judicial relativa à posse da Igreja de São João Baptista em Bajice, perto de Cetinje, continua por resolver.

A Igreja Sérvia e a Igreja Montenegrina são geralmente críticas sobre a alegada prática governamental de favorecer um lado em relação ao outro.

A Igreja Montenegrina foi fundida na Igreja Sérvia em 1920 depois de o Montenegro ser absorvido na Jugoslávia. Em Outubro de 1993, a Igreja Montenegrina foi restabelecida. A Igreja Sérvia não considera os Montenegrinos como uma nacionalidade distinta dos Sérvios e por isso considera que a Igreja Montenegrina faz parte da Igreja Sérvia. Além disso, quando a Igreja Montenegrina reivindicou propriedades da Igreja Sérvia, que esta última tinha adquirido através da abolição da Igreja Montenegrina, a coexistência das duas Igrejas tornou-se difícil. Como consequência, as relações entre as Igrejas e os seus seguidores têm sido tensas, com confrontos a surgirem frequentemente em celebrações paralelas do Natal.

Alguns líderes políticos usaram o conflito para fins políticos. O estado do Montenegro é em grande parte secular, mas a religião tem influência significativa na política e na tomada de decisões. Ambas as Igrejas Ortodoxas no Montenegro têm apoiantes entre o povo e no sistema político. Ambas gozam de apoio político significativo. A Igreja Sérvia recebe apoio da Sérvia, enquanto a Igreja Montenegrina é apoiada pelas estruturas políticas dominantes.

Os 110 mil Muçulmanos do Montenegro são predominantemente sunitas, embora seja popular uma seita derviche introduzida em 1974. São sobretudo muçulmanos bósnios e albaneses por etnia, mas alguns também são muçulmanos declarados por nacionalidade. Os eslavos que se converteram ao Islamismo durante o reinado do Império Otomano podiam declarar-se oficialmente como etnicamente muçulmanos.

A Comunidade Islâmica no Montenegro tem oitenta e cinco mesquitas e quarenta e cinco outros edifícios. Há um ano atrás, mais de 600 residentes locais assinaram uma petição contra a construção de uma mesquita e de um cemitério islâmico em Tivat, uma cidade costeira no sudoeste do país. O Mufti da Comunidade Islâmica no Montenegro acusou as autoridades municipais de privarem a comunidade muçulmana do seu direito a receber terrenos para construir uma mesquita e um cemitério.

¹¹²¹ www.state.gov/documents/organization/171712.pdf

Uns meses mais tarde, assaltantes não identificados atiraram tijolos e telhas contra uma casa usada pela Comunidade Islâmica em Tivat. Este ataque seguiu-se a um incidente em que as instalações da comunidade muçulmana em Dumidran, no município de Tivat, foram profanadas. Duas pessoas foram acusadas de ‘provocação de ódio nacional, racial ou religioso’ pelo Gabinete do Procurador-Geral.

O Montenegro tem uma pequena comunidade católica, sobretudo constituída por pessoas de origem albanesa e croata que vivem na costa. O Montenegro tornou-se no primeiro país com uma maioria cristã ortodoxa a reconhecer o estatuto jurídico da Igreja Católica.¹¹²² Isto aconteceu após o encontro do Presidente do Montenegro com o Papa Bento XVI em 2012, quando ratificaram oficialmente um acordo. A Concordata, que foi assinada em 2011, destaca a liberdade de culto e a ‘liberdade de acção’ na educação, cultura, cuidado pastoral e obras de caridade.

Este não foi o primeiro contacto diplomático entre os dois lados. Segundo os historiadores, o primeiro rei do Montenegro, Mihailo, foi coroado pelo Papa Gregório VII em 1077, e o Principado do Montenegro foi o primeiro estado balcânico a assinar uma concordata com a Santa Sé em 1886.

A Igreja Católica do Montenegro incorpora a Arquidiocese de Bar e a Diocese de Kotor, que fica geograficamente localizada no Montenegro mas é administrada a partir da Croácia. Os fiéis da Arquidiocese de Bar são sobretudo albaneses. Vivem em agregados populacionais relativamente compactos ao longo da fronteira entre o Montenegro e a Albânia, que se estende por vezes mais para o interior, para a periferia leste da capital montenegrina de Podgorica. Os Católicos albaneses do Montenegro chamam a esta região Malësia (a missão). A cidade de Tuzi é o principal agregado populacional católico na região. Há uma pequena comunidade católica de albaneses em Ulcinj, uma cidade na costa do Adriático.

A Arquidiocese de Bar é uma das mais antigas da península balcânica. Existe desde 1089. No passado, tinha treze bispos subordinados. Contudo, com o crescimento do Islamismo e a forte pressão ortodoxa, os Cristãos reduziram em número ao longo de muitos anos. Hoje em dia, está sob a jurisdição directa de Roma. O actual arcebispo, Zef Gashi, chegou à Arquidiocese de Bar a partir de Skadar, na vizinha Albânia. A Arquidiocese é constituída por dezanove paróquias e tem cerca de 15 mil fiéis e doze sacerdotes.

Estabelecida no século V, a Diocese de Kotor tem vinte e três paróquias e um total de 10 mil crentes, sobretudo de origem croata. A baía de Kotor é também conhecida como a Baía dos Santos. São Leopoldo Mandic, as Beatas Gracija de Muo e Hossana de Kotor, e a Serva de Deus Irmã Ana Marija Marović nasceram perto da Baía de Boka Kotorska. Durante séculos, a cidade de Kotor esteve na fronteira entre o Leste e o Oeste, e o seu padroeiro, São Trifão, tornou-se no símbolo da coexistência e do diálogo entre as religiões, culturas e povos do Montenegro.

Hoje em dia há 148 igrejas católicas e setenta edifícios católicos no Montenegro. As relações actuais entre os católicos minoritários e a maioria ortodoxa são estáveis.

O Montenegro foi a única república jugoslava que preferiu continuar a fazer parte de um estado conjunto com a Sérvia no início da década de noventa. O estado comum foi dominado de facto pela Sérvia, tanto económica como politicamente. A 21 de Maio de 2006 realizou-se um referendo e mais de 55% dos cidadãos montenegrinos votaram a favor da independência. Após esta declaração de independência, o Montenegro aderiu às Nações Unidas e a diversos outros órgãos internacionais como estado soberano. A sua orientação

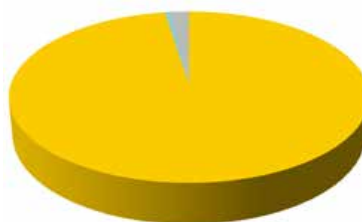
¹¹²² www.balkaninsight.com/en/article/pope-ratifies-agreement-on-catholic-church-in-montenegro

européia foi reafirmada em Junho de 2006 depois dos estados-membros da União Europeia terem reconhecido a independência do país. O Montenegro submeteu o seu pedido de adesão à UE em Dezembro de 2008.

NAMÍBIA



Confissões Religiosas



- Cristãos (97,5%)
 - Católicos (23,4%)
 - Protestantes (73,2%)
 - Outros Cristãos (0,9%)
- Outras Religiões (0,6%)
- Sem Religião (1,9%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
2.324.000	824.268 km ²	2.332	1.070	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição da Namíbia¹¹²³ reconhece a liberdade religiosa e, no Artigo 10, defende o indivíduo em relação à discriminação religiosa. O Artigo 21 (alínea c) reconhece «a liberdade de praticar qualquer religião e de manifestar essa prática em público». O Artigo 19, que se refere às liberdades culturais, afirma: «Cada pessoa tem direito a gozar, professar, manter e promover qualquer cultura, língua, tradição ou crença religiosa dentro dos termos desta Constituição.» Todos os grupos religiosos são reconhecidos perante a lei e nenhum precisa de se registar. As comunidades religiosas que desejem ficar isentas de encargos fiscais e do imposto sobre o rendimento devem registar-se como associações benevolentes no Ministério da Saúde e Serviços Sociais. As organizações religiosas que se envolvam em projectos de geração de rendimento devem a registar-se como associações sem fins lucrativos no Ministério do Comércio e Indústria. Para obterem terra e bens enquanto associações de caridade, as Igrejas são obrigadas a submeterem ao Ministério do Governo Local, Alojamento e Desenvolvimento Rural provas do seu registo junto do Ministério da Saúde, juntamente com os seus estatutos e documentos de filiação no Conselho das Igrejas da Namíbia (CCN).¹¹²⁴ Os órgãos religiosos que não forem filiados no CCN podem alternativamente registar-se como ONG.

Não tem havido relatos de violações da liberdade religiosa envolvendo o Governo, que consulta periodicamente os líderes dos principais grupos religiosos. Também não tem havido quaisquer situações de discriminação ao nível da sociedade, nem qualquer sinal de que a liberdade religiosa está em declínio por comparação com anos anteriores.

Os feriados nacionais incluem a Sexta-feira Santa, a Segunda-feira de Páscoa, o dia da Ascensão e o dia de Natal.

Na primeira metade de 2013 houve um debate público sobre a reintrodução ou não da Educação Moral e Religiosa (EMR) nas escolas estatais. Algumas partes consideravam que esta EMR deveria focar-se especificamente nos valores cristãos, com ênfase nos estudos bíblicos. Historicamente, antes da independência em 1990, havia um forte conteúdo cristão

¹¹²³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Namibia

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Namibia>

¹¹²⁴ «O Conselho das Igrejas da Namíbia (CCN) é a organização-mãe de todas as grandes Igrejas na Namíbia. Os nossos dezoito membros representam cerca de 1,5 milhões de namibianos ou 90% da população, dando assim ao CCN uma importante voz e responsabilidade.» (<http://ccnNamibia.org>)

no currículo nacional. Contudo, após a independência, este foi substituído por uma forma mais geral que incluía EMR, que não era uma disciplina obrigatória. Ao longo dos anos, a EMR deteriorou-se, com a perda de interesse por parte de alunos e professores.

Durante alguns anos, o CCN tem apelado a que o conteúdo cristão seja trazido de volta como parte integral do currículo escolar. Contudo, em Abril de 2013, o ministro da Educação David Namwandi reiterou que a educação religiosa, e especificamente a educação religiosa cristã, não podia ser introduzida nas escolas estatais por causa da natureza secular do Estado, tal como definida na Constituição. O CCN respondeu dizendo que, apesar da recusa por parte do Governo em considerar a sua proposta, iria continuar a fazer trabalho de pressão para a reintrodução dos estudos bíblicos nas escolas, uma vez que 90% dos cidadãos do país se consideram como cristãos.

No mês seguinte (Maio de 2013), o ministro da Educação David Namwandi convidou algumas das melhores escolas no país, geridas por Igrejas, a partilharem a sua experiência com o Governo. Namwandi disse que os melhores alunos vêm das escolas religiosas e que, por isso, sentiu que estas escolas deviam partilhar o segredo do seu sucesso. «Vamos permanecer em dívida para convosco porque subiram a fasquia em termos de educação e qualidade», disse Namwandi aos líderes religiosos que convidou para o encontro. Nos exames do 12.º de 2012, a maior parte dos candidatos com melhores resultados vieram do Colégio de São Bonifácio na região de Kavango (católico), do Colégio de São Paulo em Windhoek (católico), da Escola Secundária Privada de Windhoek, da Escola Secundária Luterana Evangélica de Oshigambo na região de Oshikoto e da Escola Católica de Canisianum na região de Omusati.

Despejo de Igrejas das escolas

Em Fevereiro de 2014, o Ministério da Educação, através do Ministério das Obras e Transportes, começou a dar ordem de despejo a Igrejas que funcionavam em instalações escolares em Windhoek (a capital da Namíbia). A iniciativa surgiu dois anos após o Ministério da Educação ter enviado uma comunicação instruindo as escolas a não permitirem que as Igrejas funcionassem a partir das suas instalações. Pelo menos cinco igrejas foram forçadas, por funcionários do Ministério das Obras, a abandonarem as suas sessões e a saírem das escolas nas três últimas semanas do mês. Algumas das igrejas funcionavam a partir da Escola Secundária Hage Geingob, da Escola Primária da Namíbia e da Escola Primária de Mandume.

O secretário permanente da Educação Alfred Ilukena confirmou que estavam a fazer cumprir uma decisão de há dois anos atrás. Ilukena disse que o seu ministério tinha avisado os directores das escolas em 2012 para que não arrendassem as suas instalações a serviços de culto. Procurando dar garantias, o Ministério da Educação emitiu um comunicado: «O Ministério não se opõe à liberdade religiosa, mas gostaria de ter um olhar mais atento à forma como estas práticas religiosas não controladas estão a contribuir [para as nossas] comunidades [e] instituições.»

Agnes Simon, fundadora da Associação de Líderes Religiosos em África, disse que as novas Igrejas vêm muitas vezes as baixas rendas nas escolas como forma de se estabelecerem. A associação tem mais de setenta Igrejas que são membros na Namíbia. Agnes Simon afirmou: «Muitas Igrejas recorreram ao arrendamento de instalações escolares porque simplesmente não podem pagar os terrenos, uma vez que os requisitos para obter terra são demasiado elevados.»

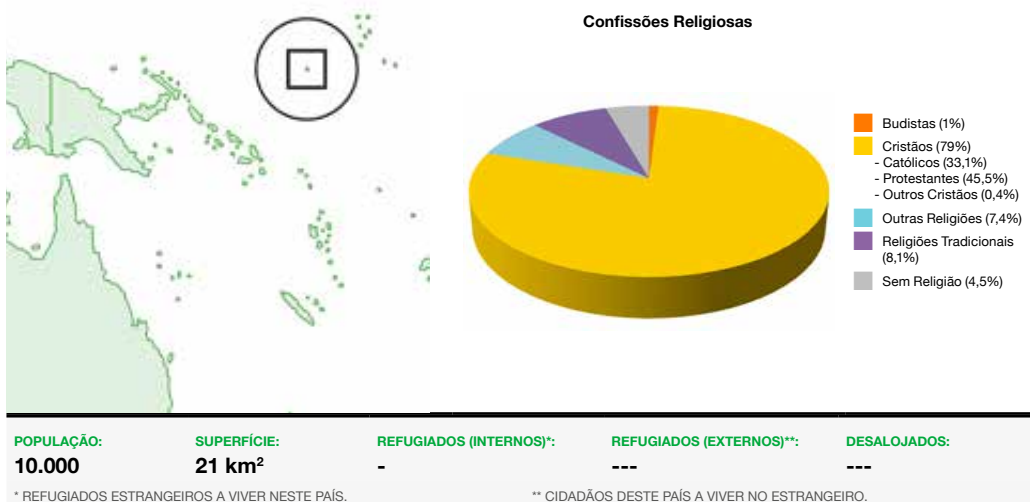
Em resumo: No geral, não tem havido casos de violações da liberdade religiosa envolvendo o Governo. Nem tem havido quaisquer situações de discriminação ao nível da sociedade,

nem qualquer sinal de que a liberdade religiosa esteja em declínio quando comparada com anos anteriores.

Entretanto, a Organização Nacional de Estudantes da Namíbia, principal órgão representativo dos estudantes no país, manifestou-se a favor da educação religiosa nas escolas, mas apenas sob a forma de estudos sobre a história e os ensinamentos de todas as religiões.¹¹²⁵

¹¹²⁵ *The Namibian Sun*, 13 de Maio de 2013

NAURU



Esta pequena ilha¹¹²⁶ era uma colónia alemã no final do século XIX e, depois da Primeira Guerra Mundial, foi administrada pela Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido segundo um mandato da Liga das Nações. Foi ocupada pelos japoneses na Segunda Guerra Mundial. Nauru tornou-se independente em 1968.

Não existe religião estatal. A maior parte dos funcionários governamentais são membros da Igreja Protestante de Nauru. A Constituição de 1968¹¹²⁷ garante o direito à liberdade de consciência, expressão, assembleia e associação. Contudo, também afirma que estas liberdades podem ser restringidas por qualquer lei «que seja razoavelmente necessária... no interesse da defesa, segurança pública, ordem pública, moral pública ou saúde pública». O Departamento de Estado Norte-Americano referiu que não havia indicações de discriminação social geral contra denominações religiosas específicas.

No passado, os Mórmones e as Testemunhas de Jeová foram os principais a sofrer o impacto de políticas governamentais sobre liberdade religiosa. A atitude do Governo está enraizada no facto de os dois grupos obterem os seus convertidos entre trabalhadores estrangeiros na indústria de fosfatos do país, que praticam religiões diferentes das dos cidadãos nascidos na ilha. Tem havido resistência por parte de alguns elementos da Igreja Protestante de Nauru em relação aos Mórmones e às Testemunhas de Jeová. Eles temem que o proselitismo realizado por estes grupos possa criar tensões nas famílias.

Os convertidos realizam serviços religiosos nas casas da empresa onde trabalham. Este tipo de culto foi impedido no passado, embora não haja relatos de que as restrições continuam. O Governo também informou os líderes de ambos os grupos que, segundo as disposições legais da portaria sobre o nascimento, a morte e o casamento, as suas Igrejas devem registar-se junto do Governo para operarem oficialmente. Até que este registo aconteça, não podem construir igrejas nem realizar serviços religiosos. A Igreja Católica, a Igreja Congregacional de Nauru e a Igreja Protestante de Kiribati são as únicas oficialmente registadas.

¹¹²⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/nauru
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Nauru>
Superfície: *Ibidem*

¹¹²⁷ www.constituteproject.org/constitution/Nauru_1968

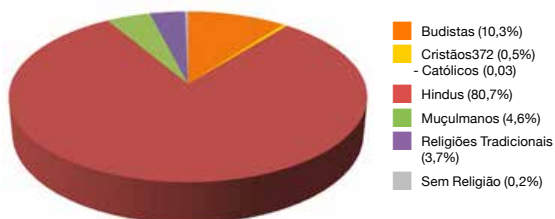
Mas os missionários de vários outros grupos cristãos estão activos no país e trabalham livremente. Durante o período em análise, não houve acontecimentos significativos relacionados com violações da liberdade religiosa. Contudo, as tensões sociais têm estado a aumentar. O relatório anual do Departamento de Estado Norte-Americano para o país referiu que os problemas económicos resultantes da redução da receita na importante indústria de extracção de fosfatos do país levaram a algumas tensões sociais.

Uma nova fonte de tensões sociais vem do controverso centro australiano de detenção de imigrantes que se localiza em Nauru, segundo um acordo com a Austrália. O jornal *Sydney Morning Herald* reportou que 543 tâmile, iraquianos, sudaneses e iranianos estão no centro de detenção. Os detidos protestaram repetidamente contra as condições de vida nos seus campos. Enquanto no passado havia ampla solidariedade para com os detidos, em Outubro de 2013 houve uma luta entre os detidos e alguns membros da população local. O jornal *Greenleft Weekly* reportou que um habitante local, identificado como trabalhador do Exército de Salvação, atacou um detido libanês que precisou de levar pontos numa ferida na cabeça. No entanto, isto não foi visto como um incidente de violência relacionado com a religião.

NEPAL



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESLOCADOS:
27.797.457	147.181 km ²	46.305	7.323	-

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Antecedentes

O Nepal¹¹²⁸ foi o único reino hindu no mundo até Maio de 2008, quando se tornou oficialmente numa república secular. Até 1991, quando as políticas democráticas foram introduzidas dentro da monarquia, os não-hindus eram frequentemente colocados na prisão por evangelizarem.

Os rebeldes maoístas levaram a cabo uma guerra civil de décadas, com início em 1996, contra a monarquia, o que levou à morte de mais de 12 mil pessoas e ao deslocamento de mais de 100 mil pessoas. Posteriormente, isto resultou num acordo de paz e na abolição da monarquia em 2008. Contudo, a instabilidade política continua e ainda não foi elaborada uma nova Constituição para finalizar a transição do país para uma democracia secular. A população do Nepal elegeu uma nova Assembleia Constituinte em Novembro de 2013.

Disposições legais sobre liberdade religiosa

A Constituição interina de 2007, sobre a qual o Governo do Nepal se continua a apoiar, identifica o Nepal como um Estado secular e promove uma liberdade religiosa limitada.

O Artigo 23 (alínea 1) afirma: «Cada pessoa tem o direito de professar, praticar e preservar a sua própria religião tal como lhe foi transmitida desde os tempos antigos, prestando especial atenção às tradições culturais e sociais.» Este artigo acrescenta que é proibido converter outros: «Desde que nenhuma pessoa tenha o direito de converter alguém de uma religião para outra, e nenhuma pessoa actue ou se comporte de maneira a poder infringir as normas da religião de outros.»

A Cláusula 2 do mesmo artigo diz: «Cada denominação religiosa tem o direito a manter a sua existência independente e, para tal, a gerir e proteger os seus locais religiosos e encargos religiosos, de acordo com a lei.»

¹¹²⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/nepal

Alguns cristãos locais alegaram existirem 2,5 milhões de cristãos. Assist News, «Census in Nepal Reportedly Labels 2.3 Million Christians as Hindus», 29 de Dezembro de 2012 População: <http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL>
<http://directory.ucanews.com/country/nepal/23>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/pages/49e487856.html

Deslocados: www.internal-displacement.org/countries/nepal

A Lei do Serviço Público de 2007 reserva 45% dos empregos estatais para as mulheres, as minorias e os *dalits* (a casta mais baixa na hierarquia das sociedades hindus).

A Lei da Discriminação (Ofensa e Punição) Baseada nas Castas e da Intocabilidade de 2011 proíbe a discriminação contra os *dalits* e prevê ação penal contra os funcionários públicos culpados de discriminarem os *dalits*.

O *Manusmriti* ou *Código de Manu*, uma antiga escritura hindu, afirma que uma sociedade ideal deve ter quatro classes endogâmicas e hierárquicas: os *brâmanes* (sacerdotes), os *kshatriyas* (guerreiros), os *vaishyas* (comerciantes) e os *sudras* (trabalhadores). Esta escritura diz que o criador supremo Brahma deu origem aos *brâmanes* através da sua boca, aos *kshatriyas* através dos seus ombros, aos *vaishyas* através das suas coxas, e aos *sudras* através dos seus pés.¹¹²⁹

A liberdade religiosa no terreno

Mantém-se a oposição social e política ao direito a propagar a própria religião. Grupos hindus e monárquicos no Nepal alegam que os Cristãos usam subornos em dinheiro e outros benefícios materiais para converter os Hindus aos Cristianismo.¹¹³⁰ A anterior Assembleia Constituinte – que foi eleita em 2008 para elaborar a nova Constituição mas foi dissolvida em Maio de 2012 – propôs a manutenção da proibição de proselitismo.

A Cláusula 11 da versão preliminar da Constituição preparada pelo Comité de Direitos Fundamentais e Princípios Directivos, que incluiu membros de todos os principais partidos políticos, propôs o seguinte: «Cada pessoa tem a liberdade de professar, praticar e preservar a sua religião de acordo com a sua fé, ou de não ter qualquer religião. Desde que nenhuma pessoa tenha direito a agir contra a saúde pública, o comportamento decente e a moralidade, a envolver-se em actividades que ponham em causa a paz pública ou a converter alguém de uma religião para outra, e nenhuma pessoa aja ou se comporte de tal forma que possa infringir a religião de outras pessoas.»¹¹³¹

Apesar de a Constituição conceder a todos os grupos religiosos o direito de gerirem os seus próprios assuntos, os grupos minoritários não podem registar-se como instituições religiosas devido a uma falta de disposições legais para o fazerem. Isto impede-os de serem proprietários de terrenos para construir locais de culto ou cemitérios. Nos sítios onde as minorias estabeleceram locais de culto, estes funcionam como organizações não governamentais ou bens pessoais.

Não existem requisitos de registo legal para os grupos religiosos. Contudo, isto impede-os de serem proprietários de terrenos e muitas vezes leva a inseguranças legais em termos de posse de terra.¹¹³² Apesar desta situação, funcionam no país hospitais missionários, organizações de caridade e escolas cristãos, e os relatos de interferência governamental são negligentes. Embora as igrejas e as mesquitas não sejam obrigadas a registar-se junto das autoridades governamentais, os seminários islâmicos ou *madrassas* devem registar-se nos Gabinetes Distritais de Educação, de acordo com uma decisão governamental de 2002.

Quando os Cristãos enterram os seus mortos em terrenos privados, os túmulos são muitas vezes profanados e apreendidos.¹¹³³ Em 2009, os Cristãos tiveram acesso ao terreno do Templo Hindu Pashupatinath em Katmandu para usarem como cemitério. Contudo, em 2011, as autoridades do templo impediram-nos de enterrarem os seus mortos, alegando

¹¹²⁹ *Lapido Media*, «Hope springs eternal for Nepal's Dalits», 1 de Outubro de 2013

¹¹³⁰ *The Wall Street Journal*, «In Newly Secular Nepal, Votes for Hinduism», 18 de Novembro de 2013

¹¹³¹ Não é claro se a mesma versão preliminar vai ser usada pela nova Assembleia Constituinte eleita em Dezembro de 2013.

¹¹³² *Compass Direct News*, «Nepal Churches Live Under Constant Threat», 19 de Agosto de 2011

¹¹³³ *AsiaNews*, «Kathmandu: Christians have no right to a cemetery», 3 de Setembro de 2013

falta de terrenos para novos túmulos.¹¹³⁴ Os Cristãos realizaram protestos nas ruas exigindo terrenos para cemitérios. O Governo não tinha cumprido a sua promessa de encontrar um terreno para um cemitério cristão a partir de Setembro de 2013.¹¹³⁵

O Nepal não revogou o seu 'código civil geral', o *Muluki Ain* de 1962, que procura proteger os valores tradicionais hindus e pode ser visto como análogo à lei anti-blasfémia. No entanto, raramente o código é imposto.¹¹³⁶

Violência sobre minorias cristãs

A vizinha Índia, que também tem uma maioria hindu, tem uma influência considerável sobre o Nepal. Os nacionalistas hindus indianos são alegadamente activos no Nepal por procuração. Isto foi testemunhado em Setembro de 2009 quando o grupo hindu nepalês de direita Nepal Defence Army (NDA) fez explodir uma bomba na Catedral católica da Assunção em Katmandu, matando um adolescente e uma mulher acabada de casar.¹¹³⁷ O líder do NDA, Ram Prasad Mainali, disse aos meios de comunicação que o seu equipamento tinha sido financiado por líderes hindus indianos de direita numa conferência em Nova Deli, na Índia, e que recebia deles apoio financeiro mensal.¹¹³⁸

Em 2013, nove pessoas não identificadas queimaram uma igreja protestante e as casas de quatro convertidos na aldeia de Kichet, no distrito ocidental de Dhading, perto de Katmandu, a 23 de Dezembro.¹¹³⁹ Além disso, Debalal Sardar, de 36 anos, membro da Igreja dos Crentes Protestantes na aldeia de Balarda, no distrito sudeste de Saptari, foi morto com uma barra de ferro e uma faca, alegadamente por um homem hindu, identificado como Kumar Sardar, a 20 de Outubro.¹¹⁴⁰ O homem hindu tinha convidado o membro da Igreja a rezar por ele. Foram encontradas feridas de facadas na garganta, orelhas, face, peito, braços, pernas e costas do cristão.

Discriminação e ataques contra *dalits*

De acordo com o recenseamento de 2011, os *dalits* constituem 13,6% (3,6 milhões) da população do Nepal. Alguns grupos *dalit* alegam que o número pode estar acima dos 20%.¹¹⁴¹ De acordo com a Comissão Nacional *Dalit* do Nepal, cerca de 80% dos mais pobres no país são *dalit* e continuam a estar sub-representados nos órgãos decisores.

As organizações da sociedade civil *dalit* afirmaram que há ainda uma desigualdade alargada. Em Maio de 2013 disseram: «Os *dalits* ainda enfrentam a pior forma de discriminação com base na casta em todas as esferas da vida. Os direitos não se concretizaram: as práticas na sociedade não mudaram significativamente, os *dalits* enfrentam abusos e ataques brutais ao mesmo tempo que tentam gozar dos seus direitos e da liberdade consagrada pela Constituição.»¹¹⁴²

A 7 de Junho de 2013, uma multidão constituída por membros de uma casta dominante atacou uma povoação *dalit* na aldeia de Pipariya, distrito de Rautahat, deixando dezoito *dalits* feridos e sessenta e cinco casas danificadas. O ataque seguiu-se a uma disputa sobre o uso de um templo hindu local, onde os *dalits* foram alegadamente impedidos de entrar.¹¹⁴³

¹¹³⁴ *Ibidem*

¹¹³⁵ *Ibidem*

¹¹³⁶ *The One Art Journal*, «Nepali artist charged with blasphemy», 26 de Setembro de 2012

¹¹³⁷ *Zenit*, «Nepal Church Bomb Kills 2, Injures 8», 25 de Maio de 2009

¹¹³⁸ *Republica*, «Indian groups funded church, mosque attack: report», 30 de Dezembro de 2009

¹¹³⁹ *AsiaNews*, «Fundamentalists set fire to a church just before Christmas», 30 de Dezembro de 2013

¹¹⁴⁰ *Morning Star News*, «Killing of Christian Leader in Nepal Appears Religiously Motivated», 12 de Novembro de 2013

¹¹⁴¹ De acordo com a Rede Internacional de Solidariedade *Dalit*

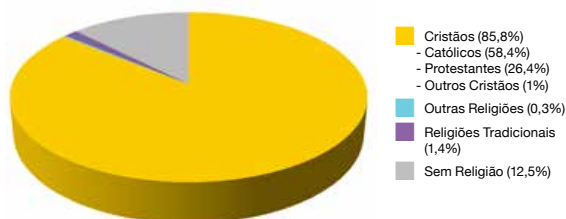
¹¹⁴² Rede Internacional de Solidariedade *Dalit*, «Nepal: Dalits campaign for equal rights», 30 de Maio de 2013

¹¹⁴³ Rede Internacional de Solidariedade *Dalit*, «Nepal: Attack on Dalit village condemned», 13 de Junho de 2013

NICARÁGUA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.142.098	130.373 km ²	172	1.529	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

A língua oficial da Nicarágua¹¹⁴⁴ é o espanhol e o sistema político é uma república democrática, com a divisão de poderes entre o poder legislativo, executivo, eleitoral e judicial.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante a cada indivíduo o direito à liberdade de consciência e pensamento, e o direito a não professar nenhuma religião. Da mesma forma, afirma que nenhuma pessoa pode ser objecto de medidas coercivas destinadas a circunscrever os direitos do indivíduo, nem pode ser obrigada a declarar o seu credo. A Constituição também proíbe a discriminação por razões religiosas.¹¹⁴⁵

O Governo requer o registo dos grupos religiosos, tal como o requer para as ONG. A Assembleia Nacional é responsável por aprovar os pedidos de registo dos grupos religiosos, que devem registar-se no ministério governamental sob a forma de associação ou fundação.¹¹⁴⁶

Práticas governamentais e outros assuntos

Desde 2012, ano que marcou o aniversário da criação da córdoba como a moeda oficial da Nicarágua, que foi cunhada uma moeda de cinco córdobas, segundo ordens governamentais, sem a tradicional frase «En Dios confiamos» (Em Deus confiamos). Um bispo católico criticou a medida na televisão local. Em vez destas, a moeda inclui as palavras 'Centenário da córdoba'.¹¹⁴⁷

Em Abril de 2013, falando através do presidente da Conferência Episcopal Católica, a Cáritas da Nicarágua condenou um bloqueio a bens para assistência humanitária por parte do Governo sandinista, realizado através das suas autoridades alfandegárias. A situação durou mais de seis meses. O porta-voz atribuiu o bloqueio a uma forma de vingança contra

¹¹⁴⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Nicaragua

População: www.inide.gob.ni/censos2005/VolPoblacion/Volumen%20Poblacion%201-4/Vol.I%20Poblacion-Characterísticas%20Generales.pdf

¹¹⁴⁵ www.ineter.gob.ni/Constitucion%20Politica%20de%20Nicargua.pdf

¹¹⁴⁶ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208494#wrapper

¹¹⁴⁷ www.acontecercristiano.net/2013/05/gobierno-de-Nicaragua-quita-la-frase-en.html

os bispos, que tinham sido críticos para com o Governo do presidente Daniel Ortega. Alguns dos bens eram medicamentos fora do prazo de validade e por isso inseguros para serem usados. Os bispos referiram que era injusto fazer com que os pobres e os necessitados pagassem as consequências das tensões políticas do país.¹¹⁴⁸

A 22 de Junho de 2013, na capital Manágua, uma multidão de 300 homens encapuzados usando camisas da Frente Sandinista de Libertação Nacional no poder e armados com bastões de *baseball*, atacaram um protesto pacífico de pessoas idosas que estavam a acampar na rua e a apelar a um aumento das suas pensões. Os manifestantes, que tinham estado a acampar durante cerca de uma semana, foram espancados, retiraram-lhes os telemóveis e outras posses, e os seus acampamentos improvisados foram destruídos pelos bandidos armados. A polícia nicaraguense esteve no local, mas alegadamente apoiou e assistiu. Os bispos condenaram os ataques e disseram que a Igreja não iria «permanecer em silêncio» perante a injustiça. Os atacantes refugiaram-se entre os idosos e os jovens na Catedral de Manágua por receio de represálias. Dois bispos foram ao local da manifestação para conversarem com a multidão e acabarem com os ataques. Muitas pessoas vieram à catedral, trazendo água, alimentos e medicamentos para os idosos e outros manifestantes.¹¹⁴⁹

Em Julho de 2013, os líderes católicos e de outras religiões estavam profundamente preocupados com a forma como o presidente Ortega estava a explorar os símbolos e a imagética religiosa para fins políticos, descrevendo a Nicarágua nas suas campanhas políticas como ‘cristã, socialista e solidária’. Ortega e a sua mulher Rosario fizeram discursos nos quais misturaram linguagem revolucionária com alusões religiosas e místicas. Além disso, por ocasião da comemoração do 34.º aniversário da revolução sandinista, esteve também destacadamente em exibição o antigo opositor implacável de Ortega, o agora emérito Cardeal Miguel Obando y Bravo. Os líderes católicos e protestantes queixaram-se do uso continuado por parte do Governo da retórica e dos símbolos cristãos, num esforço para influenciar as pessoas.¹¹⁵⁰

Os líderes católicos e protestantes também relataram que o Governo estava a usar pressão financeira para exercer influência política, nomeadamente a tática de conceder e retirar apoio financeiro a grupos religiosos específicos, conforme a sua filiação política. Os representantes católicos também relataram que o Governo tinha retido subsídios a escolas católicas desfavorecidas.¹¹⁵¹

¹¹⁴⁸ <http://infocatolica.com/?t=noticia&cod=17441>

¹¹⁴⁹ www.religionenlibertad.com/articulo.asp?idarticulo=29927

¹¹⁵⁰ http://internacional.elpais.com/internacional/2013/07/24/actualidad/1374627776_933672.html

¹¹⁵¹ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dliid=208494#wrapper

NÍGER



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE ³⁸¹ :	REFUGIADOS ³⁸² (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
17.831.270	1.267.000 km ²	57.661	733	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição da República do Níger¹¹⁵², promulgada em 2010, estabelece a separação entre Estado e religião, dá protecção a todas as formas de fé, e garante a liberdade religiosa e a expressão das crenças.¹¹⁵³ A lei proíbe os partidos políticos baseados em filiação étnica, regional ou religiosa.¹¹⁵⁴ Os grupos religiosos são obrigados a registar-se, mas em geral este processo tem provado não ser problemático. Durante o período deste relatório até 2013 não há relatos de quaisquer pedidos de registo terem sido rejeitados.

O Níger é um país muçulmano, com 98% da população a professar o Islamismo.¹¹⁵⁵ Destes muçulmanos, 95% são sunitas e aproximadamente 5% são xiitas. Há uma pequena comunidade católica e também alguns bahá'ís. A instrução religiosa é proibida nas escolas estatais. Foi nomeado um ministro dos Assuntos Religiosos em 2007 que é responsável pelas questões relativas ao diálogo religioso no Níger, além de representar as posições religiosas em relação às políticas governamentais.

A minúscula comunidade católica no país, sob alçada do seu bispo na capital Niamey, é muito apreciada pelo seu envolvimento em trabalho social e caritativo. A Igreja Católica gere inúmeros jardins de infância, centros médicos – incluindo um hospital de leprosos –, escolas e um orfanato. As relações entre os muçulmanos e outras comunidades religiosas são geralmente caracterizadas por um clima de coexistência pacífica.

Durante o período deste relatório, não foram relatadas alterações significativas em relação à questão da liberdade religiosa. Há contudo um enorme problema social no alojamento, alimentação e integração dos milhares de refugiados da guerra civil do vizinho Mali. Ao todo, cerca de 50 mil pessoas fugiram do Mali para o Níger como consequência da guerra.

O fundamentalismo islâmico vindo dos países vizinhos representa uma ameaça crescente à segurança, às relações inter-religiosas e, a longo prazo, muito possivelmente à liberdade

¹¹⁵² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Niger

População: <http://data.worldbank.org/country/Niger>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e484ee6&submit=GO

¹¹⁵³ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom

¹¹⁵⁴ *Ibidem*

¹¹⁵⁵ *Ibidem*

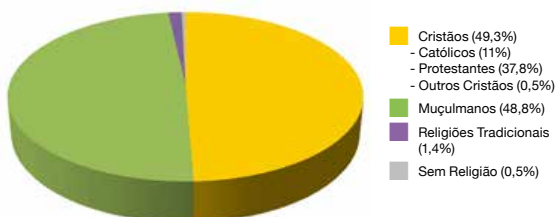
religiosa no Níger. A Al-Qaeda, por exemplo, tem atacado deliberadamente os ocidentais no país, procurando raptá-los.¹¹⁵⁶ Ao mesmo tempo, há um perigo real em relação às organizações terroristas islâmicas no norte da Nigéria, sobretudo o Boko Haram e o Ansaru. Não é possível prever neste momento em que medida este fundamentalismo islâmico irá influenciar o desenvolvimento do Níger e da região em geral.

¹¹⁵⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão

NIGÉRIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
175.000.000	923.768 km ²	1.849	17.735	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Principais grupos étnicos: Hausa-fulani (norte); yoruba (oeste); igbo /ijaw (sul/sudeste)

Sistema político

A Nigéria¹¹⁵⁷ é uma república federal baseada no modelo dos Estados Unidos. O seu lema oficial é «Unidade e Fé, Paz e Progresso». O estado é encabeçado por um presidente, à semelhança dos Estados Unidos ou de França. Desde Abril de 2011, o presidente da República é Goodluck Ebele Jonathan, um cristão; o vice-presidente é Namadi Sambo, um muçulmano. A cada eleição há uma rotação de papéis, o que significa que em 2015 é suposto o presidente ser um muçulmano e o vice-presidente um cristão, mas há uma preocupação generalizada de que nessa altura esta norma não seja aplicada. A situação é um mau presságio para os próximos meses e anos.

Tal como acontece em tantos outros países, na Nigéria há um grande fosso entre o que está consagrado na Constituição e o que acontece na prática no país. As principais razões para isto são as seguintes: a) o poder efectivo está nas mãos dos reinos menores (*obas*) que têm a última palavra no terreno; b) os principados tribais, cimentados sob o regime colonial britânico (1860-1960), na realidade raramente aceitam as leis impostas pelo Governo central; c) as rivalidades religiosas e entre partidos políticos, expressas através de 'acertos de contas entre clãs antigos', tornam difícil a implementação de medidas viáveis; d) e os níveis elevados de corrupção dentro de todas as classes políticas – e nalguns casos também dentro de comunidades religiosas – frustram qualquer esforço para aplicar normas democráticas. Há uma discussão em curso ao nível nacional sobre se a democracia é a forma correcta de estrutura política para este país, que é o mais densamente povoado de África.

Comunidades de fé

Cristãos

De 1999 a 2012 houve um aumento rápido das actividades dos grupos pentecostais carismáticos, sobretudo da Igreja Redimida de Deus, da Capela dos Vencedores, da Igreja

¹¹⁵⁷ Confissões Religiosas: Números oficiais desde Outubro de 2013

Refugiados (internos): Refugiados desde 2009: aprox. 268.000 (predominantemente cristãos) do norte e do sul.

Presbiteriana da Nigéria e da Igreja Evangélica da África Ocidental. Estes grupos ganharam milhares de novos membros, sobretudo através de pessoas que abandonaram as denominações cristãs tradicionais (Católicos e Protestantes).¹¹⁵⁸

Comunidades muçulmanas

A esmagadora maioria (90%) são muçulmanos sunitas (maliquitas, shafi'itas, salafistas). Contudo, o ensino e a prática do Islamismo são também influenciados por minorias, como por exemplo muçulmanos sufis e xiitas. É cada vez maior a influência de grupos dissidentes muçulmanos como a Irmandade Mouride, os Coranistas e os Muçulmanos Ahmadiyya.

O líder espiritual de todos os Muçulmanos oficialmente reconhecido é o 20.º Sultão de Sokoto, Sa'adu Abubakar. Contudo, a influência do sultão é enfraquecida pela sua localização no extremo noroeste do país, onde as temperaturas são elevadas e as estradas são más em certos locais. Os problemas são agravados por más ligações de Internet. Num esforço para servir a causa da paz entre religiões, as declarações e instruções do sultão, muitas vezes contraditórias, causam frequentemente mais confusão do que harmonia entre os diversos crentes. Mesmo para quem está por dentro, é difícil compreender exactamente que posições entre as várias frentes políticas e religiosas são abraçadas pelo actual sultão, que foi educado em Oxford. Isto tem enormes consequências para a estabilidade dentro do país.

Enquanto estimativa geral alargada da distribuição dos movimentos religiosos de todos os tipos e formas, em relação à geografia do país, pode dizer-se o seguinte:¹¹⁵⁹

O Norte: 80% de muçulmanos de natureza predominantemente radical – isto inclui o grupo terrorista Boko Haram, Maitatsine (um pregador islâmico radical, 1971-84), o Darul Islam (Verdadeiro Islão) e, desde 2012, o Hezbollah, controlado a partir do Irão e do Líbano, bem como vários outros grupos baseados em aspectos do Islamismo. O terror e a opressão desencadearam uma redução rápida dos católicos e protestantes que abandonaram a região. Desde 2012 que tem havido uma deterioração rápida da situação.

Cintura Central da Nigéria: Uma área mista de católicos, protestantes, muçulmanos e grupos minoritários. Recentemente, os grupos pentecostais (redentores e curadores) tornaram-se mais activos. Nesta região também tem havido um aumento da radicalização islâmica, com inúmeros ataques terroristas.

O Oeste (Yoruba Land): Os cerca de 35 milhões de yorubas muito piedosos, além de praticarem o Cristianismo e o Islamismo, seguem também as suas próprias religiões tradicionais. A mais importante destas religiões é o culto orisha (uma mistura de religiões pagãs e céus mitológicos). É desta região que vêm a maior parte dos líderes pentecostais. Contribuíram significativamente para propagar este novo tipo de religiões de 'hipnose em massa'.

O Sul e o Sudeste: Os igbos e os ijaws que vivem nesta região fértil à volta do Delta do Níger são predominantemente cristãos. Cerca de 60% são católicos e 30% são anglicanos da Igreja da Nigéria. Esta região tem o maior número de judeus (1,2%). Além disso, o antigo culto odinani igbo está presente, sob a forma rudimentar, nas igrejas e mesquitas. Também aqui houve um aumento radical da influência muçulmana, como consequência da atractividade financeira dos recursos minerais (reservas de petróleo).

Uma situação de segurança altamente instável

A Nigéria tem tantos Governos quantas as tribos, dialectos e religiões – 3 mil no total. Isto é particularmente óbvio nos seus esforços para combater a violência, o crime de gan-

¹¹⁵⁸ Fonte: Associação Nacional de Estatística

¹¹⁵⁹ Estatísticas da CIA, Associação de Estatísticas Religiosas, *Pew Research Institute*

gues e o terrorismo de origem religiosa. Uma vez que a polícia e o exército são, em muitos casos, corruptos e estão envolvidos com os terroristas, tem sido difícil até agora combater a violência. Em muitos dos ataques a comunidades cristãs, muitos membros da polícia e do exército estavam claramente envolvidos. Por exemplo, em Julho de 2012, o responsável do departamento anti-terrorismo foi detido num campo de treino da Al-Qaeda no Paquistão.

Como consequência, as acções de terrorismo islâmico contra cristãos, e também cada vez mais contra muçulmanos liberais, são raramente investigadas de forma adequada. As provas mostram a forma como os suspeitos são apreendidos apenas para serem depois secretamente libertados em troca de um pagamento. Noutros casos, as pessoas são colocadas em pseudo-prisões, das quais os seus camaradas conseguem libertá-los com facilidade. De Julho de 2012 a Agosto de 2013 houve relatos de trinta e um casos deste tipo.¹¹⁶⁰

Prática religiosa e intolerância religiosa

Embora o Artigo 38 da Constituição nigeriana proclame inequivocamente a liberdade religiosa e seja proibida qualquer religião dominante (Artigo 10), quase todas as disposições da lei são subvertidas na prática, seja em relação ao local de residência, à frequência escolar, ao serviço público ou a aspectos da liberdade individual, como o vestuário, o beber cerveja (ou qualquer tipo de álcool), etc. Durante 2012 e 2013 houve quarenta e quatro ataques de terroristas islâmicos a restaurantes com jardim, *pubs* ou bares onde era servida cerveja. Cerca de 104 pessoas foram mortas (o número de feridos quase nunca é registado estatisticamente). As investigações foram suspensas por ‘falta de provas’.

Quando se trata do preenchimento de cargos-chave divulgados publicamente, praticamente os únicos candidatos que se apresentam são muçulmanos.

A conversão ao Cristianismo de um homem ou de uma mulher muçulmanos pode ser fatal. No mínimo, a pessoa em questão é ostracizada pela comunidade e habitualmente tem de abandonar a área.

Embora a lei da *sharia* seja teoricamente, e segundo a Constituição, destinada a ser aplicada apenas a muçulmanos, ela é também aplicada de forma encoberta a não-muçulmanos. As queixas raramente têm sucesso, pois os juizes e advogados são eles próprios muçulmanos radicais ou funcionários corruptos que foram comprados.

A chamada ‘lei da blasfémia’ é especialmente perigosa para os muçulmanos moderados e para os cristãos de todas as denominações. Ela pode ser usada para atacar quase todo o indivíduo inconveniente e colocá-lo efectivamente numa situação de ilegalidade. Durante o ano de 2012, nas regiões dominadas pelo Islamismo, houve (de acordo com estimativas aproximadas da *Human Rights Watch*) mais de 200 ‘julgamentos’ sumários por blasfémia, na sua maior parte realizados a nível local. Mais de 1.400 *fatwas* foram emitidas por imãs (apelando ao ostracismo ou mesmo à morte de indivíduos por suposto ‘comportamento anti-islâmico’).

Flagrantemente óbvia é a opressão drástica de cristãos, sobretudo nas províncias nortenhas de Bauchi, Kano, Borno, Adamawa, Gombe, Kaduna, Katsina e outras.¹¹⁶¹ Em Outubro de 2012, um ataque suicida durante a Missa da manhã na Igreja de Santa Rita, em Kaduna, fez quatro mortos e 160 feridos. Em Junho seguinte, quatro igrejas foram incendiadas num ataque, aparentemente levado a cabo pelo Boko Haram, no estado de Borno. Quase seis semanas mais tarde, no mesmo estado, extremistas islâmicos foram acusados de cortar a garganta a quarenta e quatro pessoas, a maior parte das quais eram aldeões cristãos, num raide à aldeia

¹¹⁶⁰ Estatísticas da CIA, *Human Rights Watch* – Quênia/EUA

¹¹⁶¹ «Persecuted and Forgotten? A Report on Christians oppressed for their Faith 2012/3», Fundação AIS, Outubro de 2013, p.

de Dumba. Em Março de 2014, pelo menos 100 pessoas foram mortas em ataques a aldeias cristãs perto de Kaduna, aparentemente levados a cabo por combatentes muçulmanos.

Relatos em primeira-mão destes e de muitos outros incidentes de violência e opressão contra os Cristãos destacam a escala do sofrimento. Segundo um testemunho, um homem deficiente do norte da Nigéria falou do seu horror depois de ter sido forçado a ver os extremistas realizarem uma série de atrocidades. Este homem, que andava de cadeira de rodas, foi deixado para trás quando o pessoal e os estudantes do Seminário Menor de S. José em Shuwa, no estado de Adamawa, fugiram para salvar a sua vida quando combatentes suspeitos do Boko Haram os atacaram. Descoberto rapidamente pelos atacantes, o homem deficiente foi colocado na sua cadeira de rodas e levado com eles enquanto os edifícios eram incendiados. Perguntaram ao homem se ele abandonaria a sua fé cristã e fizeram-no observar impotentemente enquanto quatro seguranças eram mortos a tiro. O homem disse depois à agência noticiosa AIS: «O Boko Haram deixou muito claro... que estavam a combater os Cristãos e o Governo.»¹¹⁶²

Rapto de raparigas nigerianas em idade escolar

Na noite de 14 para 15 de Abril de 2014, militantes do Boko Haram atacaram a escola feminina pública em Chibok, no estado de Borno, no nordeste da Nigéria, e raptaram mais de 300 raparigas. Nos dias que se seguiram, cerca de cinquenta raparigas conseguiram escapar e regressaram à segurança, algumas delas tendo saltado dos camiões que as tinham levado para longe. A maior parte das raparigas eram cristãs e, num vídeo difundido pelo Boko Haram quase um mês após o seu rapto, elas são vistas a recitarem versos do Corão e algumas dão um passo em frente e anunciam a sua conversão ao Islamismo. E o líder do Boko Haram, Abubakar Shekau, aparece a afirmar que as raparigas se tornaram muçulmanas. O Boko Haram afirmou que queria realizar uma troca de raparigas que não se tinham convertido ao Islamismo pela libertação de combatentes militantes que estavam presos. Entre as crescentes críticas à alegada reacção medíocre ao rapto por parte do Governo do presidente Goodluck Jonathan, houve apelos internacionais cada vez mais fortes para que fossem tomadas medidas para garantir a libertação das raparigas. Esta crise foi vista como mais uma prova da incapacidade do Governo em combater a ameaça islâmica na Nigéria e o compromisso contínuo do Boko Haram para com os seus objectivos, que incluem expulsar o Cristianismo do norte do país, procurando eliminar escolas ocidentais e, neste processo, demonstrando a sua supremacia em relação ao regime do presidente Jonathan.¹¹⁶³

Tentando explicar os conflitos inter-religiosos

Por uma questão de falta de espaço, apenas apresentamos aqui indicadores gerais.

Inerente à crise está o ódio sem fundamento da outra religião, um ódio enraizado em:

- > Ignorância sobre a verdadeira mensagem das outras religiões.
- > Falsas informações deliberadas da parte de clérigos radicais cristãos e muçulmanos.
- > Alienação causada por missionários estrangeiros, sobretudo movimentos pentecostais, que geralmente ofendem os Muçulmanos através dos seus *slogans* esmagadoramente provocativos. O Irão, a Arábia Saudita e o Sudão estão a enviar pregadores radicais para propagarem falsidades e ódio contra os cristãos (porque alegadamente prestam culto a ídolos e ‘distorceram’ a mensagem da Bíblia).

¹¹⁶² ACN News, 3 de Março de 2014

¹¹⁶³ www.bbc.co.uk/news/world-africa-27373287; <http://theguardian.com/world/2014/may/14/nigeria-launches-military-operation-to-find-kidnapped-girls>

> Ligação entre interesses religiosos e económicos. Programas de ajuda económica e sócio-caritativa como forma de ‘exercer pressão e preparar novos mercados’ por parte da China, dos EUA, do Irão e também – tendo aumentado em massa desde 2005 – da Turquia.

> Problemas não resolvidos de direitos de terra desde a era colonial, que na realidade NÃO têm qualquer origem religiosa, mas que causam danos aos crentes de um tipo ou outro.

Um problema central não apenas para a Nigéria mas para a maior parte da região circundante é um plano estratégico ideologicamente orientado para impor o Islamismo de linha dura em toda a África Subsariana, especialmente impulsionado por dinheiro do petróleo saudita e outros estados islâmicos de linha dura. Evidências de toda a região apontam para uma política deliberada para impor a lei da *sharia* (em todos os estados do norte) e alimentar de forma deliberada o ódio religioso (como meio de alcançar um fim) ou simplesmente expulsar os Cristãos e estabelecer um estado islâmico (o objectivo específico do Boko Haram e outros). Esta é a chave para compreender a crise na Nigéria. A escala dos armamentos usados pelos grupos islâmicos, e o aumento drástico do Islamismo e da intolerância em comunidades anteriormente pacíficas são apenas alguns dos sinais das enormes alterações, que reflectem tendências regionais e mesmo globais.

Todos estes factores explicam porque é que uma discórdia aparentemente menor pode resultar numa resposta aparentemente desproporcionada. Isto tem consequências trágicas para as pessoas e para a sociedade. E estes focos de agitação, por sua vez, tornam-se na base para ataques vingativos.

Número crescente de grupos terroristas e actividades terroristas

Para além do já famoso Boko Haram (traduzido livremente como ‘A educação ocidental é um pecado’), o Darul Islam e o Hezbollah também estão activos. O Boko Haram é responsável, segundo a sua própria ‘admissão’, por pelo menos 32 mil assassínios e agressões, para além de fogos postos em 120 igrejas cristãs de todas as denominações. A esmagadora maioria das vítimas eram cristãos. Contudo, recentemente houve também um aumento nos ataques a muçulmanos e clérigos muçulmanos, e a destruição de mesquitas, actos estes que são considerados avisos.

O grupo terrorista Darul Islam e o Hezbollah especializaram-se sobretudo nas inúmeras emboscadas, e ataques a bancos e estabelecimentos de segurança do Estado (depósitos de armas, polícia e bases militares). Estes ataques, que ocorreram desde meados de Julho de 2012 até Outubro de 2013, envolveram o assassinio de cerca de 400 pessoas. Quanto aos terríveis custos materiais, há apenas estimativas.

Quase todos os dias, a polícia e outras forças de segurança fazem declarações repetidas alegando que têm sob controlo a ameaça terrorista, mas uma e outra vez os acontecimentos provam o contrário. Os habitantes da região em crise indicaram que a sua confiança no sistema de segurança do país foi completamente quebrada.

A frustração dos Cristãos transborda

Apesar de todos os apelos dos líderes espirituais para não ripostar com violência, muitos cristãos das regiões afectadas parecem ter perdido a paciência. Vários, talvez sobretudo os jovens, sentem que não têm outra opção que não seja fazerem justiça pelas suas próprias mãos. Em Dezembro de 2013, o Conselho Supremo da *sharia* acusou os Cristãos de estarem em guerra contra a religião islâmica. Alegando que vários cristãos realizaram crimes, incluindo alguns crimes contra igrejas, o secretário-geral do Conselho, Dr. Ibrahim Datti Ahmad, disse: «Durante algum tempo, houve inúmeros casos de cristãos envolvidos em actos relacionados

com terrorismo, mas esses casos nunca são investigados pela polícia... mesmo em circunstâncias em que foram apanhados em flagrante pela polícia.»¹¹⁶⁴

Diálogo inter-religioso e esforços para promover a paz e a harmonia

Juntamente com o aumento da violência, tem também havido inúmeros esforços para verificar situações de violência por motivos religiosos. Contudo, os poucos sucessos ocorridos a este respeito foram apenas parciais e apenas ao nível local. «A criação de uma paz religiosa duradoura na Nigéria requer muito tempo para a reconciliação», escreveu o académico de Oxford Dr. Ahmed Lehm. ¹¹⁶⁵ Eis uns quantos exemplos positivos típicos entre muitos outros:

O Conselho Religioso Nigeriano (NIREC) é uma associação de dignitários cristãos e muçulmanos (cinquenta de cada) sob a presidência conjunta da Associação Cristã da Nigéria (CAN na sigla inglesa) e o Sultão de Sokoto.

A CAN está a passar por uma crise de identidade. Os católicos envolvidos, liderados pelo presidente da Conferência Episcopal, o Arcebispo Ignatius Kaigama, acusam a associação de ser pouco eficaz e minada por seitas, e exigem reformas.

A Rede Muçulmana de Organizações Islâmicas para a Paz é eficaz. Encontros de trabalho regulares, destinados a estabelecer pontes entre Cristãos e Muçulmanos, estão a começar a ter sucesso entre as populações rurais. No estado do Níger, a tensão inter-religiosa foi alegadamente reduzida na sequência do trabalho em prol da paz realizado pelo Xequo Dr. Ahmed Lehm e o seu filho Nurudeen.

A 6 de Fevereiro de 2012, em resposta a uma atrocidade particularmente horrenda por parte do Boko Haram que ceifou centenas de vidas em ambos os lados, Cristãos e Muçulmanos realizaram uma série de vigílias de oração em Kano, no norte. Numa tentativa de cortar o mal pela raiz, os serviços de segurança do Estado começaram a monitorizar os sermões nas mesquitas e igrejas. E os próprios pregadores têm de obter uma autorização estatal. Espera-se que, com estas medidas de controlo, se consiga impedir a propagação de mensagens que de outra forma poderão incitar ao conflito religioso. ¹¹⁶⁶

A situação relativa à liberdade religiosa piorou comprovadamente no período em análise. A perseguição de cristãos varia de região para região. Nos estados do norte (especialmente Kano, Kaduna, Bauchi, Gombe e Katsina), praticamente todos os cristãos estão a sofrer com o terror islâmico ou estão em constante perigo de serem assassinados, expulsos das suas casas, roubados ou raptados. Mais para sul, esta tendência é menos marcada, com excepção do estado de Nassarawa. A perseguição não faz distinções entre denominações, o importante é elas serem cristãs. Entre 2001 e Outubro de 2013, 32 mil cristãos foram alegadamente mortos. Destes, 12 mil cristãos morreram só entre 2011 e Outubro de 2013. ¹¹⁶⁷

¹¹⁶⁴ *Daily Post*, jornal online da Nigéria, 5 de Dezembro de 2013

¹¹⁶⁵ *Islam News*

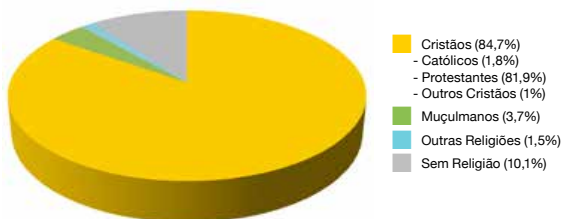
¹¹⁶⁶ <http://fides.org/en/news/30946>

¹¹⁶⁷ Nações Unidas, Novembro de 2013

NORUEGA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.084.190	323.800 km ²	46.106	9	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Sistema de governo: Monarquia constitucional

Línguas nacionais: norueguês, lapão (sami – oficial em cinco municípios)

A liberdade religiosa é garantida de acordo com a Constituição da Noruega¹¹⁶⁸. A Igreja Luterana Evangélica é reconhecida como a religião do Estado. Todas as comunidades religiosas recebem subsídios estatais em função do número de membros.

Em 2010, antes do massacre levado a cabo em Utøya, a 22 de Julho de 2011 por Anders Behring Breivik, o Governo realizou um «estudo sobre valores» em todo o país, cujos resultados foram apresentados num relatório intitulado *The Society open to Spirituality – A holistic Religion and Belief Policy*, publicado em 2013.¹¹⁶⁹ As principais conclusões do relatório estão resumidas em oito títulos: «Garantia generalizada de liberdade religiosa e cosmovisão, a prática da fé individual e a cosmovisão não devem ser ofensivas para as liberdades e direitos dos outros. Não-discriminação. O Estado não pode sujeitar nenhum indivíduo, com base na sua religião ou cosmovisão, a tratamento discriminatório indiscriminado ou arbitrário. A todos os cidadãos deve ser activamente garantido o direito de praticarem a sua própria religião e a sua própria cosmovisão. Igualdade de oportunidades. O Estado deve lutar por garantir que cada cidadão recebe, tanto em princípio como na prática, o mesmo nível de apoio para o exercício do seu credo e da sua cosmovisão. A expressão das políticas estatais em relação à religião e às cosmovisões deve ser avaliada com base em valores partilhados, nomeadamente a democracia, o estado de direito, os direitos humanos, a não-discriminação e a igualdade de oportunidades. O exercício organizado da religião e cosmovisão que receba apoio público deve estar preparado para demonstrar vontade de abertura e para demonstrar o mesmo respeito pelo exercício da religião e cosmovisão dos outros que os próprios esperam e de que

¹¹⁶⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/norway

População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: *Ibidem*

Refugiados (internos): www.unhcr.org/51bacb0f9.html

¹¹⁶⁹ Norges offentlige utredninger, «Det livssynsårpe samfunn. En helhetlig tros og livssynspolitikk», www.regjeringen.no/nb/dep/kud/dok/nouer/2013/nou-2013-1.html?id=711212

gozam. Todas as pessoas devem aceitar serem expostas à prática da religião ou cosmovisão dos outros na esfera pública.»¹¹⁷⁰

Na vida diária, contudo, a relevância social da religião é limitada.¹¹⁷¹ Agir de acordo com as próprias convicções pode ser prejudicial para a vida profissional e para a carreira da pessoa. Desde Outubro de 2011, os médicos que fazem objecção de consciência a certas práticas foram sujeitos a pressão política por parte do Governo. As autoridades impedem efectivamente aqueles que se recusam a fazer abortos de estarem na profissão médica. O Departamento de Saúde norueguês em particular, na sua circular I-4, estipula que [os fundos fiduciários] não estão autorizados a isentarem os médicos dos deveres prescritos pela lei de 1978, que permite o aborto. Assim, não podem criar acordos que permitam aos praticantes de medicina geral a liberdade de não realizarem certos procedimentos por razões de consciência.¹¹⁷² Independentemente disso, desde que foi aprovada em 1978, a lei sobre o término da gravidez prevê explicitamente o direito à objecção de consciência para o pessoal médico, de enfermagem e assistente. Como consequência, diversos médicos assinaram um apelo no qual reafirmam a necessidade de respeito pelos seus direitos.¹¹⁷³

A imprensa norueguesa também fez a cobertura das críticas expressadas pela delegação da OSCE (a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) após a sua visita ao país no Verão de 2012. Especificamente, a delegação identificou em algumas posições tomadas sobre o conflito israelo-palestiniano o risco potencial de anti-semitismo e de «demonização» do Estado de Israel, mas também alguns preconceitos anti-islâmicos. A delegação indicou que a polícia presta pouca atenção aos crimes de ódio.¹¹⁷⁴ Um relatório oficial da polícia posterior, relacionado com a área urbana de Oslo, referiu que o número de crimes de ódio relatados durante o ano de 2012 totalizava quarenta e sete, dos quais trinta tinham sido registados formalmente. Contudo, o relatório aceitava que os números podiam variar consideravelmente se os casos não reportados também fossem tidos em consideração.¹¹⁷⁵

Novas fontes também relataram a condenação de um clérigo islâmico a doze meses de prisão por ameaças feitas na Internet. Em 2012, um tribunal de Oslo considerou Najmaddin Faraj Ahmad, também conhecido como Mulá Krekar, culpado de ter apelado ao assassinio e rapto de cidadãos noruegueses.¹¹⁷⁶

Ao mesmo tempo, segundo o comité parlamentar norueguês de monitoria das informações, que supervisiona os serviços secretos, diversos muçulmanos foram mantidos ilegalmente sob vigilância, com base na sua religião.¹¹⁷⁷

¹¹⁷⁰ Cf. Departamento Cultural do Reino da Noruega, comunicado de imprensa NOU 2013: 1 Det livssynsårne samfunn. En helhetlig tros og livssynspolitikk, 7 de Janeiro de 2013, www.regjeringen.no/nb/dokumentarkiv/stoltenberg-ii/kud/Nyheter-og-pressemeldinger/Pressemeldinger/2013/nou-2013-1-det-livssynsårne-samfunn-en-h.html?id=711620

¹¹⁷¹ Knut Olav Mykland, «Bønn må tilbake i grunnskolen», *Vårt Land*, 3 de Abril de 2013, www.verdidebatt.no/debatt/post381341.zrm

¹¹⁷² Edvin Schei, «Totalitære vibrasjoner når fastleger fratras reservasjonsrett», *Bergens Tidende*, 6 de Fevereiro de 2012, <http://verdidebatt.no/eschei/>

¹¹⁷³ Ingjerd Våge, «Samvittighetsleger gir ikke opp kampen», *Vårt Land*, 15 de Fevereiro de 2012, www.vl.no/samfunn/samvittighetsleger-gir-ikke-opp-kampen/#cxrecs_s

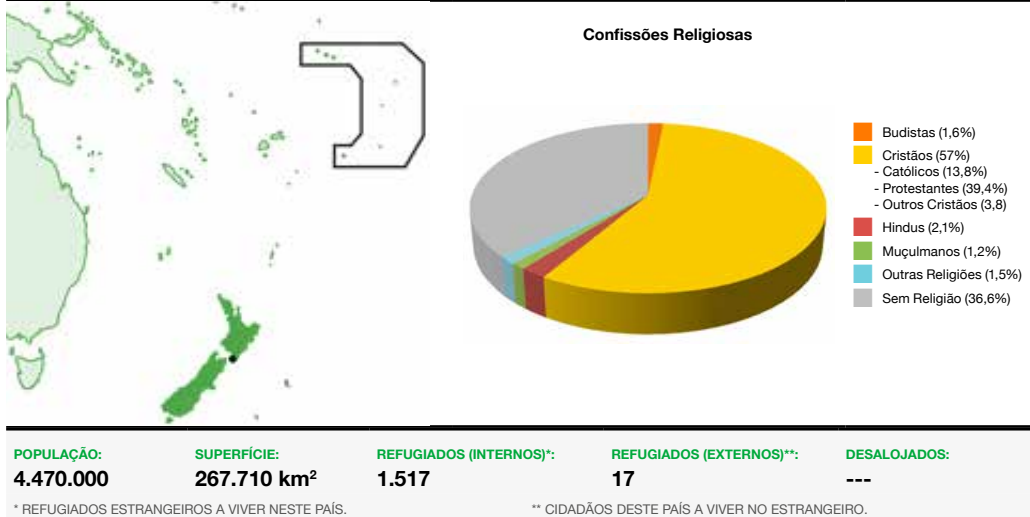
¹¹⁷⁴ OSSE: – Norge viser intoleranse mot jøder og muslimer, www.nrk.no/norge/osse_-_norge-viser-intoleranse-1.8366234

¹¹⁷⁵ «Hatkriminalitet. En drøfting av temaet, og gjennomgang av anmeldelser i Oslo 2012», Strategisk stab Oslo Politidistrikt, Abril de 2013 https://www.politi.no/vedlegg/lokale_vedlegg/oslo/Vedlegg_2144.pdf

¹¹⁷⁶ «Islamic Cleric in Norway Convicted of Web Threats», Associated Press, 29 de Agosto de 2012, <http://abcnews.go.com/International/islamic-cleric-norway-convicted-web-threats/comments?type=story&id=17103920>

¹¹⁷⁷ Julie Rylland, «Muslims in Norway Under Illegal Surveillance», *The Norway Post*, 25 de Abril de 2013, www.norwaypost.no/index.php/news/latest-news/28452

NOVA ZELÂNDIA



Considerações gerais

De acordo com o Relatório sobre Liberdade Religiosa Internacional de 2012, não houve relatos de abuso governamental da liberdade religiosa neste país¹¹⁷⁸. Nas palavras deste relatório: «A Constituição e outras leis e políticas protegem a liberdade religiosa. Desde que as práticas religiosas não infrinjam a paz, a expressão religiosa não tem restrições.»¹¹⁷⁹

Embora a lei proíba a educação religiosa nas escolas primárias estatais, mesmo assim é permitido ter «instrução e observância religiosa nas escolas primárias estatais dentro de certos parâmetros». Por exemplo: «Se o comité escolar, em consulta com o director ou o professor principal, assim o decidir, qualquer sala de aula pode ser fechada em qualquer altura do dia para que seja dada instrução religiosa por instrutores voluntários.»¹¹⁸⁰ Isto não é obrigatório para todos os alunos, respeitando-se o direito de a pessoa escolher se deseja participar em actividades religiosas.

Os Anglicanos perderam um grande número de fiéis, colocando agora o Catolicismo quase em pé de igualdade.¹¹⁸¹ Mesmo assim, de acordo com uma fonte, um recenseamento de 2013 mostra que o Cristianismo está em terreno movediço, com uma maioria muito menos estável do que nos últimos seis anos, perdendo muitos dos seus fiéis para outras religiões, como por exemplo o Islamismo e o Hinduísmo. Segundo Paul Morris, professor de estudos religiosos na Universidade de Victoria, «Pela primeira vez desde 1901, os Cristãos não estão em clara maioria.»¹¹⁸²

A partir de 19 de Agosto de 2013, a Lei da Alteração do Casamento entrou em vigor, legalizando os casamentos homossexuais, bissexuais e transsexuais na Nova Zelândia. A alteração especifica que «nenhum celebrante que seja ministro religioso reconhecido por uma entidade religiosa enumerada na Secção 1, e nenhum celebrante que seja nomeado para

¹¹⁷⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/new-zealand

População: <http://data.worldbank.org/country/new-zealand>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

¹¹⁷⁹ www.state.gov/documents/organization/208466.pdf

¹¹⁸⁰ *Ibidem*

¹¹⁸¹ www.nzherald.co.nz/nz/news/article.cfm?c_id=1&objectid=10837744

¹¹⁸² www.stuff.co.nz/national/9501270/Census-points-to-non-religious-NZ

solenizar casamentos por uma organização aprovada é obrigado a solenizar um casamento se a solenização desse casamento transgredir as crenças religiosas da entidade religiosa ou as crenças religiosas, ou convicções filosóficas ou humanitárias da organização aprovada».¹¹⁸³

No entanto, este assunto pode não ficar por aqui. Max Harris, um estudante de Direito da Universidade de Oxford e antigo co-presidente do grupo *Just Speak Steering Group*, resume algumas das principais questões que devem ser colocadas. Nomeadamente, «o que é que significa transgredir as ‘crenças religiosas da entidade religiosa’? Se este requisito for interpretado objectivamente, como é que as ‘crenças religiosas’ (que supostamente se afastam activamente do casamento entre pessoas do mesmo sexo) podem ser avaliadas por um tribunal? E se a avaliação não for exclusivamente objectiva, como é que um tribunal vai pesar entre a própria concepção de um celebrante ou ministro religioso e as crenças da sua entidade religiosa?»¹¹⁸⁴ Estas questões ainda não foram respondidas.

Discriminação religiosa

Durante o ano de 2012, a Comissão de Direitos Humanos recebeu cinquenta e três queixas de discriminação ilegal baseada na crença religiosa.

O Ministério Público também deduziu acusação contra trinta empresas por violarem as leis laborais que proíbem as empresas que não estão na indústria de fornecimentos essenciais, itens de conveniência ou alimentos e bebidas de trabalharem nos dias feriados oficiais, ou seja, Páscoa, Sexta-feira Santa e Natal.

Crimes de ódio

Em Outubro de 2012, um cemitério judaico na Nova Zelândia foi profanado com suásticas e mensagens de intolerância. Três homens foram acusados deste crime.¹¹⁸⁵

¹¹⁸³ Citação da lei alterada em <http://ohrh.law.ox.ac.uk/?p=1672>

¹¹⁸⁴ <http://ohrh.law.ox.ac.uk/?p=1672>

¹¹⁸⁵ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
2.846.000	309.500 km²	134	24	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Cerca de 67% da população total de Omã¹¹⁸⁶ são cidadãos nacionais e, desses cidadãos (incluindo o Sultão Qaboos), cerca de 75% são muçulmanos ibadhi, que é uma forma de Islamismo distinta da praticada por xiitas e sunitas. Cerca de 20% dos cidadãos nacionais são muçulmanos sunitas, enquanto os muçulmanos xiitas constituem menos de 5% de todos os cidadãos de Omã.¹¹⁸⁷

Os grupos religiosos não-ibadhi constituem cerca de 18% da população total e incluem muçulmanos sunitas e xiitas e grupos de Cristãos, Hindus, Budistas, Sikhs e Bahá'ís. A maioria dos não-muçulmanos são trabalhadores estrangeiros do Sul da Ásia.¹¹⁸⁸

Os grupos cristãos incluem congregações de católicos do rito latino, ortodoxos e protestantes. Há mais de sessenta grupos cristãos diferentes, irmandades e assembleias activas na área metropolitana de Muscat. Há também três templos hindus oficialmente reconhecidos e dois templos sikhs em Muscat, bem como outros templos localizados em campos de trabalhadores estrangeiros.¹¹⁸⁹

Há igualmente um número considerável de cristãos e hindus não-residentes em Omã. Segundo o Centro de Investigação PEW, havia 180 mil cristãos em Omã em 2010 e 150 mil hindus. Há também uma pequena comunidade budista em Omã.¹¹⁹⁰

As comunidades protestante e católica são reconhecidas pelo Ministério dos Assuntos Religiosos. Há quatro paróquias católicas em Omã (duas em Muscat, uma em Sohar e uma em Salalah), e estas paróquias estão sob a jurisdição do Prefeitura Apostólica do Sul da Arábia (AVOSA na sigla inglesa). Um funcionário da AVOSA disse à AIS que calcula-se que haja 80 mil católicos em Omã.

¹¹⁸⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Omã

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Omã>

¹¹⁸⁷ Relatório norte-americano da Liberdade Religiosa Internacional 2012; e percentagens extrapoladas.

¹¹⁸⁸ *Ibidem*

¹¹⁸⁹ *Ibidem*

¹¹⁹⁰ www.globalreligiousfutures.org

Situação legal

A Constituição de 1996 declara: «A religião do Estado é o Islamismo e a *sharia* islâmica é a base para toda a legislação.» (Artigo 2). Afirma igualmente que «todos os cidadãos são iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos e deveres públicos. Não há discriminação entre eles com base no sexo, origem, cor, língua, religião, seita, domicílio ou estatuto social.» (Artigo 17).

É crime difamar qualquer fé. Há uma pena máxima de dez anos de prisão por incitar às lutas religiosas ou sectárias. Há uma pena máxima de três anos de prisão e uma multa de 500 rials (960 euros) para quem quer que «blasfeme em público contra Deus ou os Seus profetas», cometa uma afronta a grupos religiosos através da palavra falada ou escrita, ou infrinja a paz de um encontro religioso legal. Usar a Internet de forma que «possa prejudicar a ordem pública ou os valores religiosos» traz consigo uma pena até um ano de prisão e multas de pelo menos 1.000 rials.¹¹⁹¹

A lei proíbe o proselitismo público por parte de qualquer grupo religioso, embora o Governo permita que os grupos religiosos pratiquem o proselitismo em privado dentro de casas de culto registadas legalmente.¹¹⁹²

Os grupos não-muçulmanos podem praticar a sua religião de acordo com os seus valores, costumes e tradições sem interferências, podendo apenas fazê-lo em terrenos especificamente doados pelo sultão para fins de culto colectivo. O Governo não permite encontros para fins religiosos em casas privadas ou em qualquer localização que não sejam as casas de culto aprovadas pelo Estado.¹¹⁹³

A apostasia não é uma ofensa criminal ou civil, mas um pai que se converter ao Islamismo perde todos os direitos paternais sobre os seus filhos.

Desenvolvimentos mais recentes

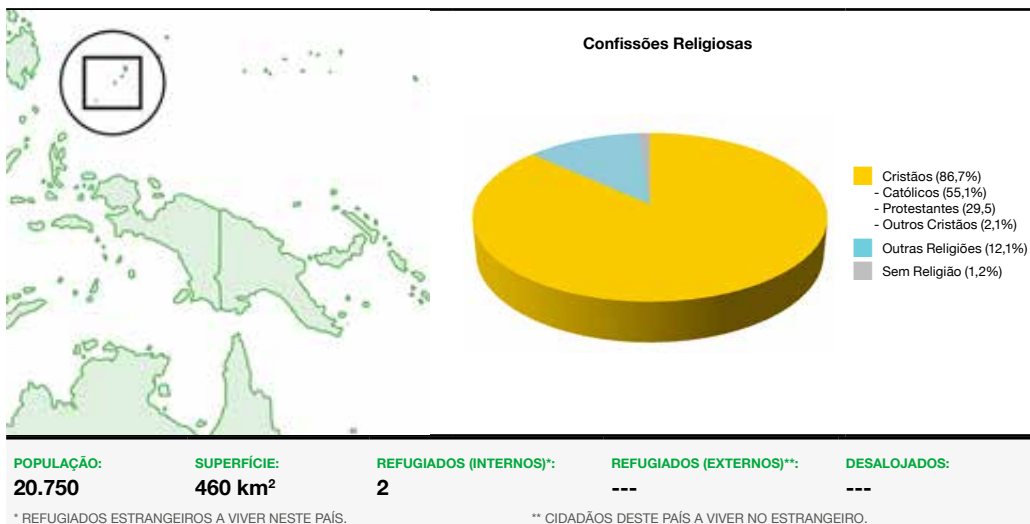
No período deste relatório não há relatos de abusos da liberdade religiosa por parte do Governo ou da sociedade.

¹¹⁹¹ *Ibidem*

¹¹⁹² Relatório norte-americano da Liberdade Religiosa Internacional 2012

¹¹⁹³ *Ibidem*

PALAU



Em tempos fazendo parte das Índias Orientais Espanholas, as ilhas Palau¹¹⁹⁴ foram vendidas à Alemanha Imperial em 1899, conquistadas pelos japoneses na Primeira Guerra Mundial e libertadas por tropas norte-americanas para fazerem parte do território fiduciário de administração norte-americana, juntamente com outras ilhas do Pacífico. Palau ganhou total soberania em 1994 e tem um Acordo de Livre Associação com os EUA, que cuidam da sua defesa e subsidiam os serviços sociais.

O Cristianismo é praticado por 75% da população. Muitos dos Católicos são imigrantes das Filipinas. Os Muçulmanos são trabalhadores do Bangladesh. Nos últimos anos, o número de imigrantes aumentou após terem sido trazidos para as ilhas os muçulmanos uigures da China que falam turco, inicialmente como medida temporária, num acordo com os EUA depois de serem libertados da prisão norte-americana em Guantanamo. Mas Palau é conhecido pela fé Modekngai, ou Ngar Modekngai,¹¹⁹⁵ que é professada por 8,8% dos habitantes. Este movimento religioso monoteísta fundado em 1915 por Temedad, um originário da ilha de Babeldaob, é considerado como um híbrido de antigos costumes palauanos e Cristianismo, com os seus seguidores a aceitarem Jesus Cristo ao mesmo tempo que seguem antigas deusas palauanas. A religião foi em tempos politicamente importante como oposição não-violenta à ocupação japonesa na Primeira Guerra Mundial. Muitos palauanos identificam-se fortemente com as suas tradições e ritos, concretizados numa tradição oral de cânticos chamados *keskes*.

A Constituição¹¹⁹⁶ garante a liberdade religiosa (Artigo 4). Mas os grupos religiosos devem registar-se como organizações sem fins lucrativos. Está disponível ajuda financeira do Governo para escolas da Igreja.

Os uigures muçulmanos enfrentam dificuldades na procura de emprego. A *Associated Press* reportou que o Governo cortou os apoios dados à comunidade, criando-lhes dificuldades económicas. O Governo diz que pressões por parte da China, que diz que os uigures são

¹¹⁹⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/palau

População: <http://data.worldbank.org/country/palau>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e489196&submit=GO

¹¹⁹⁵ www.encyclo.co.uk/define/Modekngai and <http://en.wikipedia.org/wiki/Modekngai>

¹¹⁹⁶ www.constituteproject.org/constitution/Palau_1992

terroristas apesar da sua libertação, estão a tornar impossível que estes povos encontrem refúgio noutros locais. «O meu Governo não está em situação financeira para lidar com eles aqui», diz o Presidente de Palau, Remengesau. «Culturalmente, eles pura e simplesmente não se adaptam. A sua religião é diferente de 99% dos habitantes de Palau. Esta não tem sido uma situação totalmente estável para nós. Eles não estão felizes. Se pudessem escolher, preferiam estar noutra lugar.»¹¹⁹⁷

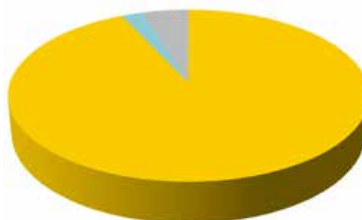
Palau não reportou qualquer incidente violento baseado em diferenças ou antagonismos religiosos.

¹¹⁹⁷ <http://timesleader.com/apps/pbcs.dll/article?avis=TL&date=20130317&category=news&lopenr=303179949&Ref=AR>

PANAMÁ



Confissões Religiosas



- Cristãos (93%)
 - Católicos (75,3%)
 - Protestantes (16,3%)
 - Outros Cristãos (1,4%)
- Outras Religiões (2,2%)
- Sem Religião (4,8%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
3.406.000	77.082 km²	17.467	105	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

«Os grupos religiosos de menor dimensão encontram-se sobretudo na Cidade do Panamá ou em zonas urbanas alargadas. Estes grupos incluem os Adventistas do Sétimo Dia, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmones), as Testemunhas de Jeová, os Hindus, os Budistas e os Rastafarianos. Há também grupos activos de evangélicos e mórmones nas pequenas cidades. Baptistas, Metodistas e Luteranos conseguem a adesão dos seus membros em grande parte nas comunidades afro-antilhanas e expatriadas.»¹¹⁹⁸

Informações gerais

De acordo com o recenseamento de 2010, a população total é de 3.405.813¹¹⁹⁹. A área geográfica do país¹²⁰⁰ é de 77.082 km². A língua oficial é o espanhol e o sistema político é um Governo republicano democrático representativo, com os habituais três poderes. A composição étnica da população revela um total de 417.559 habitantes de origem indígena e 313.289 de descendência africana.¹²⁰¹

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

Segundo a Constituição, cada cidadão é livre de professar a própria religião e de exercer o seu culto religioso, sem qualquer outra limitação para além do respeito pela moral cristã e a ordem pública. A Igreja Católica é reconhecida como religião maioritária.

Todas as associações religiosas têm capacidade jurídica, e direito a ordenar e administrar os seus bens dentro dos limites da lei.¹²⁰²

A Constituição também requer o ensino da fé católica nas escolas estatais. Contudo, caso o desejem, os pais têm o direito de não colocar os seus filhos nestas aulas.¹²⁰³

A maior parte dos trabalhadores estrangeiros pode obter vistos de trabalho temporários até dois anos, renováveis para um total de seis anos. Os sacerdotes e religiosas católicos, e os rabinos judeus têm direito a um visto automático especial de seis anos. As organizações

¹¹⁹⁸ <http://estadisticas.contraloria.gob.pa/Resultados2010/Tabulados.aspx>

¹¹⁹⁹ <http://estadisticas.contraloria.gob.pa/Resultados2010/cuadros.aspx>

¹²⁰⁰ www.globalreligiousfutures.org/countries/panama

¹²⁰¹ www.state.gov/documents/organization/208708.pdf

¹²⁰² www.asamblea.gob.pa/main/LinkClick.aspx?fileticket=fDgmRvYW8cY%3D&tabid=123

¹²⁰³ www.state.gov/documents/organization/208708.pdf

religiosas, tal como as outras organizações, podem obter personalidade jurídica junto do Ministério do Governo. Isso dá-lhes o direito de se candidatarem aos mesmos benefícios fiscais que as outras organizações sem fins lucrativos.¹²⁰⁴

Incidentes e acontecimentos durante o período em análise

Em Janeiro de 2013, o líder da Frente para a Democracia, Mariano Mena, descreveu a Igreja Católica como um «instrumento do Governo». Em resposta, o secretário das Comunicações Estatais descreveu esta afirmação como um ataque lamentável à Igreja do Panamá, acrescentando que as Igrejas são guias espirituais que promovem acções de fé e valores cívicos e morais, promovendo a compreensão, o amor e a paz. Daí que o seu papel não incluisse o apoio nem ao Governo nem à oposição.¹²⁰⁵

Em Maio de 2013, a 34.ª assembleia ordinária do CELAM, o Conselho de bispos da América Latina, realizou-se no Panamá com a participação de aproximadamente setenta bispos. O seu objectivo era analisar a situação eclesial e social dos países da América Latina e das Caraíbas. O encontro também elaborou planos para apoiar programas de justiça e paz, para emigrantes, novos grupos religiosos, a Missão Continental e outros assuntos relacionados com o plano global do CELAM. Depois de encerrar a assembleia, foi enviado um relatório ao Papa Francisco. O encontro também coincidiu com as celebrações do 500.º aniversário do estabelecimento da primeira arquidiocese católica em solo do Panamá.¹²⁰⁶

Em Julho de 2013, a Igreja Católica apelou a uma campanha política positiva à luz das eleições vindouras. Um documento publicado pelos bispos sugeria que havia uma desconfiança crescente entre as pessoas e que a Igreja Católica podia oferecer caminhos de paz e reconciliação entre os habitantes do Panamá. Os bispos incentivaram os políticos a assinarem um «pacto ético e uma promessa aos cidadãos», como mecanismo para encorajar os que procuram liderar o país a observarem o mínimo de normas de respeito e tolerância.¹²⁰⁷

Em Setembro de 2013, o 3.º Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano da organização mundial Religiões para a Paz ocorreu na Cidade do Panamá. Foi organizado pela secção latino-americana e caribenha da organização Religiões para a Paz, juntamente com grupos de Espanha. O seu objectivo era reflectir sobre a situação e disponibilizar recomendações das comunidades religiosas e organizações de fé, e os valores que sustentam a sociedade.¹²⁰⁸

Em Outubro de 2013, um sacerdote católico foi assassinado em plena luz do dia, em frente à casa do Bispo Emérito de Colón-Kuna Yala. Posteriormente, pensou-se que o assassinio estava relacionado com um simples assalto numa região particularmente violenta do país. O sacerdote, Padre Ánibal Gómez, tinha 67 anos e era originário de Espanha. Estava a ajudar o arcebispo durante esse ano.¹²⁰⁹

¹²⁰⁴ *Ibidem*

¹²⁰⁵ www.prensa.com/uhora/locales/mariano-mena-iglesia-catolica-luis-camacho-ataque/151028

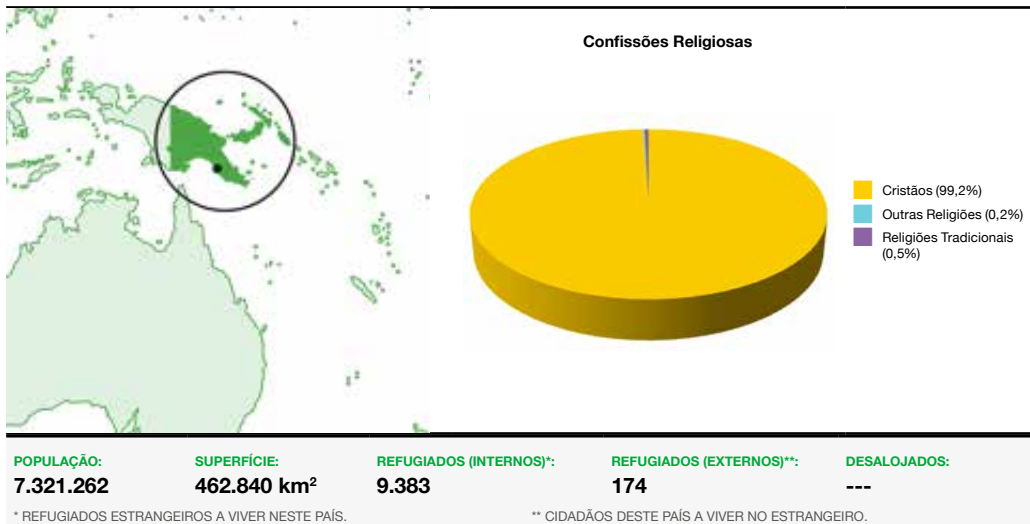
¹²⁰⁶ www.zenit.org/es/articles/los-obispos-de-america-latina-reunidos-en-Panama

¹²⁰⁷ www.zenit.org/es/articles/iglesia-en-Panama-exhorta-a-realizar-una-campana-politica-positiva

¹²⁰⁸ www.zenit.org/es/articles/Panama-concluye-el-encuentro-interreligioso-iberoamericano-de-religiones-por-la-paz

¹²⁰⁹ www.lne.es/sucesos/2013/10/31/asesinan-un-sacerdote-origen-asturiano/1492408.html

PAPUA-NOVA GUINÉ



Sistema de governo: Monarquia constitucional com democracia parlamentar. A Rainha Isabel II é a Chefe de Estado e actua através do governador-geral.

A Papua-Nova Guiné¹²¹⁰ tornou-se independente em 1975. Não existe religião do Estado e oficialmente os cidadãos são livres de praticarem uma religião à sua escolha. O Cristianismo é a religião predominante e tem impacto em todas as facetas da vida. Contudo, quase 34% da população continua a praticar alguma forma de crença tradicional, ao mesmo tempo que se intitula como cristã.

Tem havido alegações de feitiçaria e de violência contra pessoas acusadas de serem feiticeiras. Há alguns anos atrás, duas mulheres foram decapitadas por multidões que as acusavam de ser feiticeiras. A polícia salvou muitas outras mulheres de serem igualmente linchadas.

Tem havido também evidências de um aumento da intolerância para com as religiões não-cristãs, tanto no plano público como no plano político, tal como declarado por altos cargos políticos. Recentemente, uma proposta para proibir as religiões não-cristãs foi apresentada no Parlamento pelo governador de uma das vinte e duas províncias do país. O governador Anderson Agiru disse que o compromisso nacional na Constituição afirma específica e inequivocamente que a Papua-Nova Guiné é um país cristão. Ele afirmou: «No final de contas, quero ver se as pessoas, as Igrejas e todos concordam que todas as formas das outras religiões que não são cristãs devem ser banidas da Papua-Nova Guiné. Somos um país rico e no entanto ainda temos pedintes e pessoas famintas nas ruas. Há pessoas a morrer em todo o lado. Penso que está na hora de unirmos este país perante Deus.» A moção foi aprovada com o apoio unânime de ambos os lados da Câmara. Em 2000, o então ministro do Interior Andrew Kumbakor tinha dito que o Governo estava a trabalhar para mudar a lei que controla a emergência de religiões não-cristãs. Os seus comentários «foram simultaneamente islamofóbicos e alarmantes», relatou a organização *Islamic People Worldwide*.

A movimentação mais recente foi condenada pela Conferência Episcopal Católica. A 17 de Julho de 2013, o porta-voz dos bispos católicos da Papua-Nova Guiné, Frei Giorgio Licini,

¹²¹⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/papua-new-guinea
População: <http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL>

disse: «Não é banindo outras religiões que nos tornamos mais cristãos. O Cristianismo pode muito bem definir algum tipo de identidade cultural para a Papua-Nova Guiné moderna e para as suas 850 tribos. Mas nunca esqueçam que a verdadeira fé é algo muito para além das disposições constitucionais, dos livros de leis e mesmo das práticas diárias. E ninguém pode ser impedido de professar as suas crenças tanto em privado como em público.»

Esta controvérsia tornou-se internacional quando o primeiro-ministro australiano Kevin Rudd assinou um acordo com o Governo para instalar na Papua-Nova Guiné refugiados e requerentes de asilo que chegavam à Austrália. Os críticos disseram que os refugiados de diversas origens religiosas não podiam ser instalados num país que estava a planear legislar contra os não-cristãos.

A 23 de Dezembro de 2013, no que poderia levar a um agravamento da liberdade religiosa e de crença na ilha, o presidente do Parlamento Theo Zurenuoc causou indignação depois de destruir intrincados painéis de madeira e artefactos em torno do Parlamento.¹²¹¹ O jornal *The Telegraph* citou-o dizendo que os artefactos representavam deuses «maléficos» não-cristãos de feitiçaria e idolatria. O jornal comparou esta situação a «uma purga cristã evangélica» que lembra «a destruição talibã das estátuas de Buda em Bamiyan, no Afeganistão».

Zurenuoc estava também a planear a remoção de um mastro totémico de nove metros de altura e quatro toneladas do grande átrio do Parlamento. Queria substituí-lo por um 'Pilar da Unidade' que contivesse uma Bíblia, um exemplar da Constituição, uma chama eterna e uma inscrição com a afirmação 'A Palavra de Deus'. Houve pedidos imediatos para que o presidente do Parlamento se demitisse ou fosse despedido. O ministro dos Serviços Públicos PukaTemu disse que ele «não pode trazer os seus valores cristãos unilaterais» e impô-los a uma «democracia jovem e dinâmica». Mas, o *The Telegraph* relatou que Zurenuoc recebeu apoio do Reverendo Joseph Walters, um proeminente líder religioso que afirmou que as faces no mastro totémico não eram da Papua-Nova Guiné e não tinham lugar no Parlamento.

¹²¹¹ www.telegraph.co.uk/news/worldnews/australiaandthepacific/papuanewguinea/10534323/Evangelical-Christian-speaker-of-Papua-New-Guineas-parliament-destroys-evil-pagan-carvings.html

PAQUISTÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
196.174.380	796.100 km ²	1.616.507	48.867	975.478

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Estrutura do Estado

A República Islâmica do Paquistão¹²¹² é uma república federal e é membro da Commonwealth britânica. Foi criada em 1947 em resultado da partição da antiga Índia britânica. A 16 de Março de 2013, o Governo liderado pelo Partido Popular do Paquistão (PPP) terminou o seu mandato e foram realizadas eleições no país, a primeira transição ‘democrática’ de poder após décadas de ditaduras e golpes militares. As eleições foram ofuscadas pela ameaça de violência dos talibãs e de outros extremistas islâmicos. Nalguns casos, as ameaças foram concretizadas. Cinco candidatos eleitorais foram assassinados e houve uma série de ataques à bomba.¹²¹³ Independentemente disso, as eleições foram realizadas e as pessoas foram às urnas de voto a 11 de Maio de 2013 para reeleger o Parlamento e as quatro assembleias provinciais de Khyber Pakhtunkhwa, Punjab, Sindh e Baluchistão.

O voto resultou na vitória de Nawaz Sharif¹²¹⁴ e da *Pakistan Muslim League-Nawaz* (PML-N ou Liga Islâmica). Sharif deu assim início ao seu mandato como primeiro-ministro, depois de ter sido deposto por um golpe militar em 1999 e de ter passado sete anos no exílio, na Arábia Saudita. Embora seja considerado próximo dos fundamentalistas islâmicos, nomeou um cristão, Kamran Michael, como ministro Federal dos Portos e Transportes Marítimos. Em comentário a esta nomeação, Sharif descreve-a como «uma mensagem clara às minorias de que a PML-N procura defender e garantir direitos iguais para todos».¹²¹⁵ Na prática, contudo, o país continua a testemunhar inúmeros ataques contra as minorias e sobretudo contra os Cristãos. Há ataques por parte dos talibãs, actos de agressão contra muçulmanos xiitas e uma atitude geral de discriminação em relação aos grupos étnicos minoritários. O clima de ‘apoio renovado’ ao fundamentalismo islâmico já tinha sido previsto num estudo feito pelo

¹²¹² Confissões Religiosas: www.thearda.com/internationalData/countries/Country_172_1.asp

População: www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pk.html

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e487016&submit=GO

¹²¹³ www.theguardian.com/world/2013/may/11/pakistani-elections-bomb-blast-karachi

¹²¹⁴ *AsiaNews*, 5 de Junho de 2013

¹²¹⁵ *AsiaNews*, 20 de Junho de 2013

British Council, especificamente em relação às eleições políticas que se aproximavam.¹²¹⁶ Numa amostra de 5 mil jovens paquistaneses, com idades entre os 11 e os 29, a maioria declarou que acreditava que a *sharia*, a lei islâmica, era «um sistema de lei e governo melhor do que a democracia», enquanto mais de metade dos entrevistados afirmou que «o modelo democrático não beneficiou o país». Ao mesmo tempo, 70% dos entrevistados expressaram a sua confiança no exército.¹²¹⁷

População, demografia religiosa e legislação

De acordo com o Artigo 2 da Constituição, o Islamismo é a religião do Estado. O principal grupo étnico é constituído pelos punjabi (52,6%), seguido dos pashtun (13,2%), dos sindhi (11,7%) e de outros. A língua oficial é o urdu, embora este seja falado por apenas 8% da população. A língua mais falada é o punjabi (48%), seguida do sindhi (12%), do saraiki (10%), do pashtu (8%) e de outras. O inglês, enquanto língua franca da elite paquistanesa e da maioria dos ministros, é considerado como uma segunda língua oficial, embora seja falado por apenas 8% da população. Dos 2,9 milhões de refugiados, originários do Afeganistão¹²¹⁸ e a viverem no país, apenas 1,9 milhões foram de facto registados. O restante milhão não foi oficialmente documentado. Os deslocados internos são na sua maior parte resultantes do conflito de 2009 nas Áreas Tribais de Administração Federal (FATA) e na província de Khyber-Paktunkwa.¹²¹⁹

O sistema legal baseia-se na lei comum inglesa, mas a *sharia* tem uma influência muito forte e é livremente aplicada nalguns distritos. A Constituição garante total liberdade religiosa, tal como afirmado no preâmbulo e nos Artigos 20, 21 e 22. Mesmo assim, em termos gerais, a estrutura constitucional, legal e política do Paquistão não trata as minorias religiosas como cidadãos iguais. Para citar exemplos de artigos específicos da Constituição, o Islamismo é a religião estatal (Artigo 2); o chefe de Estado deve ser muçulmano (Artigo 41.2); o primeiro-ministro deve ser muçulmano (Artigo 91.3); o tribunal federal da *sharia* tem poder para declarar inválida qualquer lei, caso esta seja contrária ao Islamismo, e para sugerir alterações (Artigo 203E).¹²²⁰

Da mesma forma, as chamadas leis da blasfémia no Código Penal paquistanês (Artigos 295B, 295C, 298A, 298B e 298C) limitam, na prática, a liberdade religiosa e de expressão. Profanar o Corão e insultar o Profeta Maomé são crimes puníveis com prisão perpétua ou mesmo com a pena de morte. Na vida diária, contudo, estas leis são frequentemente usadas como um instrumento de perseguição contra as minorias religiosas. Apesar dos apelos feitos ao longo de muitos anos para que sejam revogadas, nenhum partido político ou Governo ousou tocar-lhes. Alguns dos que propuseram alterações – como por exemplo o governador do Punjab, Salman Taseer, e o ministro das Minorias, Shahbaz Bhatti (um católico) – foram assassinados. Em 2012 houve doze casos registados de cristãos vítimas das leis da blasfémia. A legislação governamental prevê um Ministério dos Assuntos Religiosos – ou Ministério dos Assuntos Religiosos e da Harmonia Inter-Religiosa, para lhe dar o nome completo –, que tem a tarefa de garantir a liberdade religiosa. O seu logótipo oficial, no entanto, proclama este verso do Corão: «O Islamismo é a única religião aceitável por Deus».

¹²¹⁶ www.nextgeneration.com.pk/next-generation-goes-to-the-ballot-box/index.php

¹²¹⁷ *Ibidem*

¹²¹⁸ Os números citados são retirados de *Atlante de Agostini 2013* e *The World Factbook* da CIA.

¹²¹⁹ www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e487016&submit=GO

¹²²⁰ «Human Rights Monitor 2012-2013, A report on the Religious Minorities in Pakistan»

De acordo com o relatório da Comissão Nacional para a Justiça e a Paz da Conferência Episcopal Paquistanesa, os Cristãos foram a minoria religiosa mais atacada pelos fundamentalistas durante o ano de 2012, com vinte e cinco pessoas mortas pelos extremistas islâmicos.¹²²¹

Rimsha Masih e outras alegações de blasfémia

Um dos casos mais conhecidos que ocorreram em 2012 foi o de Rimsha Masih, uma rapariga cristã de 14 anos com dificuldades de aprendizagem. Em Agosto, o Imã Khalid Jadoon Chishti acusou-a de ter queimado páginas que continham versos do Corão. Outras três pessoas também alegaram ter testemunhado o acontecimento e a rapariga foi colocada numa prisão de segurança máxima, depois de ter sobrevivido (juntamente com a sua família) a uma tentativa de linchamento levada a cabo por uma multidão de fundamentalistas islâmicos. Dada a sua juventude e compreensão limitada, certificada por médicos especialistas, foi libertada sob caução por um tribunal local. Posteriormente, as três ‘testemunhas’ confessaram ter acusado a rapariga sob pressão do imã com a intenção secreta de expulsar as famílias cristãs para fora da aldeia e de tomar posse das suas casas. Graças a uma campanha persistente do Bispo Rufin Anthony de Islamabad, juntamente com Paul Bhatti, o então conselheiro especial para a harmonia nacional, e algumas personalidades muçulmanas, um tribunal de instância superior acabou por rejeitar as acusações de blasfémia contra Rimsha, a 20 de Novembro de 2012. O caso foi definitivamente resolvido a 16 de Janeiro de 2013, quando o Supremo Tribunal do Paquistão rejeitou o recurso do imã e confirmou a absolvição da rapariga cristã de todas as acusações contra ela. No entanto, durante os meses entre as acusações iniciais e a declaração final de inocência, Rimsha e a sua família foram sujeitas a constantes ameaças de morte e forçadas a esconder-se.¹²²²

Embora em geral sejam sobretudo as minorias religiosas o alvo destas chamadas ‘leis negras’, há também vítimas muçulmanas. A 22 de Dezembro de 2012, uma multidão de mais de 200 pessoas espancou brutalmente e depois queimou vivo um muçulmano. O incidente ocorreu na aldeia de Seeta, na província de Sindh. Segundo o testemunho do imã local, o homem estava a passar pela aldeia em viagem e pediu hospedagem, por uma noite, na mesquita. Na manhã seguinte, algumas pessoas descobriram que algumas páginas do Corão tinham sido queimadas e acusaram o viajante de ser o responsável. Algumas pessoas levaram-no à esquadra de polícia local, onde foi acusado de blasfémia. A notícia espalhou-se rapidamente e uma multidão de mais de 200 pessoas invadiu a esquadra e arrastou a vítima para a morte.¹²²³

A blasfémia continua a desencadear violência com consequências fatais, como foi evidente em Maio de 2014 quando três pessoas entraram numa loja perto de Lahore e acusaram o comerciante de exibir uma placa depreciativa para os ahmadis. Foi-lhe pedido que retirasse a placa, mas ele recusou. No calor da discussão que se seguiu, o comerciante acusou Khalil Ahmed, um dos três queixosos, de blasfémia. Ahmed foi detido para interrogatório. Enquanto estava detido, um rapaz de 15 anos visitou a esquadra e matou-o a tiro. O rapaz foi imediatamente preso pela polícia.¹²²⁴

Pressão para a conversão ao Islamismo

Há situações frequentes nas quais os Cristãos e as pessoas de outras minorias religiosas são intimidadas e, por vezes, mortas por se recusarem a converter ao Islamismo. Uma destas

¹²²¹ «Human Rights Monitor 2012-2013, A report on the Religious Minorities in Pakistan»

¹²²² www.bbc.com/news/world-asia-23112180

¹²²³ www.asianews.it/news-en/Pakistan,-not-just-Asia-Bibi:-Muslim-lynched-and-burned-alive-for-blasphemy-26700.html

¹²²⁴ *AsiaNews*, 17 de Maio de 2014

situações envolveu um pai cristão de 22 anos chamado Haroon, que foi morto no seu local de trabalho, em Lahore, a 18 de Abril de 2014. A morte de Haroon ocorreu dois dias depois de ter aceite um emprego como empregado de limpeza num banco. Este pai de dois filhos foi morto a tiro no seu local de trabalho por um guarda chamado Umer Farooq. Alegadamente, o guarda matou o jovem Haroon depois de ele ter recusado o segundo convite de Farooq para se tornar muçulmano. Numa primeira ocasião, o guarda tinha-lhe oferecido uma vida de luxo e um casamento com uma mulher muçulmana rica caso ele se convertesse. Segundo os relatos, depois de disparar sobre Haroon, Umer Farooq alegou que este estava deprimido e que se tinha tentado suicidar. O jornal *Paquistán Christian Post* relatou que «Farooq [tinha] gozado todos os dias com a fé de Haroon». O pai de Haroon, Halder Masih, disse que o seu filho não tinha mostrado quaisquer sinais de depressão.¹²²⁵

O caso de Malala

Malala Yousafzai, uma jovem muçulmana, tornou-se famosa em 2009 devido ao seu blogue, escrito anonimamente através da edição em urdu da *BBC*. No seu diário *online*, contou a sua vida sob o regime talibã no Paquistão e falou dos ataques às escolas de raparigas, destinados a impedir o acesso das raparigas à educação. Aos 15 anos, Malala foi vítima de um ataque talibã. Aconteceu a 9 de Outubro de 2012, quando entrava para um autocarro escolar no Vale de Swat, Khyber Pakhtunkhwa, no Norte do Paquistão. Foi atingida a tiro duas vezes, na cabeça e no pescoço, mas graças à rápida intervenção dos médicos e à posterior transferência para um hospital no Reino Unido, Malala recuperou sem qualquer dano permanente. Todos os principais Governos mundiais e líderes políticos em Islamabad condenaram o ataque sem reservas. No entanto, o porta-voz dos talibãs, Ehsanullah Ehsab, defendeu o ataque, considerando que era uma forma de castigar uma rapariga que era «contra os talibãs» e que promovia um «estilo de vida secular». Considerou que o seu activismo em nome da educação das mulheres era uma «obscenidade». Em Outubro de 2013, Malala recebeu o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento, atribuído pelo Parlamento Europeu.¹²²⁶

Saque e incêndio do bairro cristão em Lahore

A 9 de Março de 2013, uma multidão muçulmana enfurecida atacou o bairro cristão conhecido como Joseph Colony, em Lahore.¹²²⁷ Queimaram e destruíram pelo menos 160 casas, dezoito pequenos negócios e duas igrejas, uma católica e uma adventista do sétimo dia. O ataque foi desencadeado por uma acusação de blasfémia contra um dos seus residentes, Sawan Masih, centrando-se nos acontecimentos que ocorreram no dia anterior. O jovem cristão de 26 anos tinha tido uma discussão com um barbeiro muçulmano, Imran Shahid, o dono da barbearia que se tinha recusado a servi-lo. Pouco depois, o barbeiro foi à esquadra mais próxima juntamente com outros muçulmanos e fez uma acusação formal de blasfémia contra Masih, alegando que ele tinha bebido e insultado o Profeta Maomé. A polícia deteve Masih, mas a raiva da comunidade muçulmana não acalmou e no dia seguinte atacaram o bairro de Joseph Colony. Ao mesmo tempo que este incidente ocorria, vândalos atacaram noutra área de Lahore, destruindo o memorial a Shahbaz Bhatti, o ministro das Minorias assassinado em 2011.¹²²⁸ O seu retrato foi desfigurado com tinta pulverizadora e a placa em sua honra arrancada. As flores e as velas perto do seu retrato também desapareceram. O

¹²²⁵ *The Blaze TV*, 19 de Abril de 2014

¹²²⁶ www.europarl.europa.eu/news/en/news-room/content/20131009IPR21810/html/
Malala-Yousafzai-winner-of-the-Sakharov-Prize-2013

¹²²⁷ *AsiaNews*, 9-11-13 de Março de 2013

¹²²⁸ *AsiaNews*, 13 de Março de 2013

memorial foi restaurado a 15 de Março de 2011 por membros da Aliança das Minorias de Todo o Paquistão.¹²²⁹

Os ataques em Peshawar

A 22 de Setembro de 2013, dois bombistas suicidas fizeram-se explodir no exterior da Igreja Protestante de Todos os Santos, em Peshawar, a capital da província de Khyber Pakhtunkhwa no norte do Paquistão.¹²³⁰ Mais de 140 crentes foram mortos e 161 ficaram feridos. A explosão ocorreu quando os crentes saíam da igreja, depois de participarem no culto de domingo. Na realidade, nesse momento havia quase 700 pessoas na área. Os autores do ataque pertenciam a um grupo extremista islâmico chamado Jandullah, já famoso no passado por causa dos seus ataques à minoria xiita. O ataque foi unanimemente condenado como «cobarde» tanto pelos líderes cristãos e muçulmanos como pelo Governo, sobretudo por causa do significado histórico da igreja. Contruída em 1883, a igreja tinha sido alinhada com Meca e pretendia-se que fosse um símbolo de promoção da paz, da harmonia e da coexistência pacífica entre a maioria muçulmana e a minoria cristã. O elevado nível de tensão nesta cidade paquistanesa foi mantido por um novo ataque à bomba umas semanas mais tarde,¹²³¹ agora destinado a um mercado local, perto da Igreja de Todos os Santos. Desta vez, um carro bomba explodiu no pico da hora de ponta, matando trinta e três pessoas e ferindo outras setenta. No momento da explosão, estava a ser celebrada uma Missa na igreja em memória das vítimas do ataque anterior.

Violência contra muçulmanos xiitas

O ano de 2012 foi também um ano terrível para a minoria muçulmana xiita, que sofreu no total mais de 400 mortes numa série de ataques extremistas, vinte e cinco dos quais só na província do Baluchistão, onde há uma forte presença hazara (os hazara são um grupo étnico muçulmano xiita com origem no Afeganistão). A violência contra eles também não cessou durante o ano de 2013. Entre Janeiro e Fevereiro, grupos de talibãs e extremistas sunitas realizaram uma série de ataques assassinos, sobretudo em Quetta, a capital da província do Baluchistão. Num destes ataques, a 16 de Fevereiro, no mercado do bairro hazara da cidade, pelo menos oitenta e nove pessoas foram mortas e outras 200 ficaram feridas. Um mês antes, uma explosão numa sala de bilhar provocou oitenta e um mortos e 120 feridos.¹²³²

A 21 de Janeiro de 2014, pelo menos vinte e duas pessoas foram mortas e trinta e duas ficaram feridas quando uma explosão destruiu totalmente um autocarro que transportava peregrinos xiitas no distrito de Mastung, província do Baluchistão. O ministro Provincial do Interior, Asadur Rehman Gilani, disse que os investigadores acreditavam que tinham sido usados oitenta quilos de explosivos nesta explosão. O grupo militar banido, Lashkar-i-Jhangvi, reivindicou a responsabilidade pela explosão. O incidente ocorreu três semanas após outro veículo carregado de explosivos ter atacado um autocarro de passageiros que transportava peregrinos xiitas na área de Hazar Ganji em Quetta, matando uma pessoa e ferindo outras trinta e quatro.¹²³³

¹²²⁹ *AsiaNews*, 15 de Março de 2013

¹²³⁰ *AsiaNews*, 22 de Março de 2013

¹²³¹ *AsiaNews*, 30 de Setembro de 2013

¹²³² *AsiaNews*, 11 de Janeiro de 2013

¹²³³ *Dawn.com*, 21 de Janeiro de 2014

Os talibãs e a campanha anti-poliomielite

Em Setembro de 2012, sob pressão de alguns grupos talibãs nas regiões tribais do Waziristão do Norte e do Sul, o Governo paquistanês suspendeu a distribuição de vacinas contra a poliomielite. Os extremistas tinham bloqueado este programa sanitário em protesto contra ataques norte-americanos com *drones*. Os fundamentalistas também afirmavam que as vacinas eram um disfarce para a esterilização de crianças muçulmanas. A campanha teria ajudado pelo menos um milhão de crianças nas Áreas Tribais de Administração Federal (FATA). Uns meses mais tarde, em Dezembro de 2012, alguns fundamentalistas atacaram trabalhadores voluntários que iam de casa em casa oferecendo a vacina. O Paquistão é um dos três países no mundo onde a poliomielite ainda é endémica. Em 2011 houve 198 casos, o número mais elevado do mundo. Graças aos programas de saúde da ONU, o número de casos caiu para cinquenta e oito em 2012. Nos primeiros meses de 2013 já havia vinte e sete novos casos.¹²³⁴

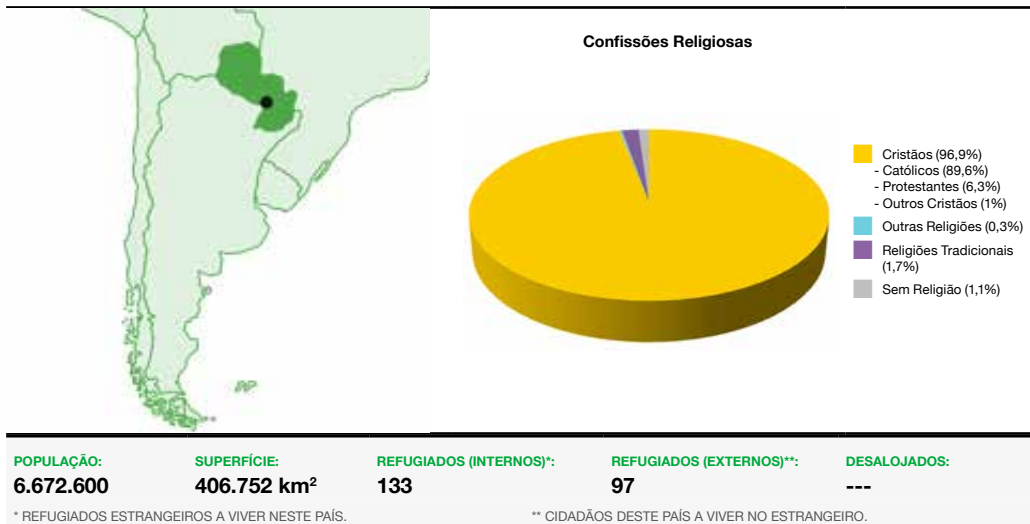
Não só os muçulmanos xiitas mas também os ahmadi estão a ser alvo dos ataques de fundamentalistas islâmicos. De acordo com o relatório acima referido, publicado pela Comissão Nacional para a Justiça e a Paz da Conferência Episcopal Paquistanesa, pelo menos vinte e quatro membros desta comunidade morreram às mãos dos extremistas durante o ano de 2012.¹²³⁵

Tudo isto aponta para a inevitável conclusão de que a situação relativamente à liberdade religiosa se agravou no Paquistão durante o período em análise.

¹²³⁴ www.irinnews.org/report/97743/battling-militants-ban-on-polio-vaccines-in-pakistan-s-north-waziristan

¹²³⁵ «Human Rights Monitor 2012-2013, A report on the Religious Minorities in Pakistan»

PARAGUAI



No Paraguai¹²³⁶, a língua oficial é o espanhol e o sistema político é constituído por uma república presidencial democrática com os habituais poderes legislativo, executivo e judicial.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição reconhece a liberdade religiosa, de culto e de ideologia, e afirma que nenhum grupo de fé tem estatuto oficial. Além disso, afirma que as relações entre o Estado e a Igreja Católica se baseiam na independência, na cooperação e na autonomia, garantindo igualmente a independência e autonomia das outras confissões religiosas, sem outras limitações que não sejam as impostas pela Constituição e pela lei. Nenhuma pessoa pode ser investigada ou obrigada a testemunhar com base nas suas crenças.¹²³⁷

Fazer comentários discriminatórios em público – seja num discurso, seja nos meios de comunicação social – contra a fé de uma pessoa é considerado como ofensa punível, de acordo com o Artigo 223 das Ofensas contra a Tolerância Religiosa. Isto aplica-se se a ofensa pretender causar agitação social e pode resultar até três anos de prisão.

Segundo a secção Danos a Itens de Interesse Comum (Artigo 158), também é considerada ofensa a destruição total ou parcial de um objecto venerado por comunidades religiosas reconhecidas pelo Estado, ou de um item destinado a uso no culto.¹²³⁸

A lei reconhece o direito à objecção de consciência ao serviço militar com base na crença religiosa. O Governo apoia o programa de capelania da Igreja Católica nas Forças Armadas e também, desde 2011, um programa de capelania evangélica do mesmo tipo. Os partidos políticos baseados numa religião específica são permitidos pelo Governo, mas o presidente, o vice-presidente e os membros do Congresso devem ser leigos.

Todos os grupos religiosos são obrigados a registar-se junto do Ministério da Educação e Cultura. Devem certificar-se que são organizações sem fins lucrativos e fornecer informações sobre antecedentes financeiros e criminais.¹²³⁹

¹²³⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Paraguay

População: www.dgeec.gov.py/#nogo; 2011 census

¹²³⁷ <http://pdba.georgetown.edu/constitutions/Paraguay/para1992.html>

¹²³⁸ www.mre.gov.py/v1/Adjuntos/Privacidad/Ley1160.pdf

¹²³⁹ www.state.gov/documents/organization/208710.pdf

Incidentes e acontecimentos durante o ano em análise

Na sequência de uma visita ao Paraguai em Março de 2011, o relator especial da ONU para a liberdade religiosa ou de crença produziu um relatório referindo que, embora o Paraguai seja oficialmente um Estado secular, ainda permanecem vestígios do antigo tratamento preferencial ao Catolicismo. Por exemplo, nalgumas cerimónias da polícia e do exército, os membros de outras religiões não são obrigados a participar. Alguns grupos protestantes queixaram-se que a Universidade Católica beneficiou de apoio do Estado, enquanto uma nova Universidade Protestante não beneficiou do mesmo apoio. A Igreja Católica está isenta da obrigação de registo anual, a que estão obrigadas todas as outras comunidades religiosas. Membros de grupos religiosos não-católicos sentiram que isso era discriminatório e também se opuseram ao processo pesado e burocrático envolvido. Consideraram também ofensivo serem obrigados a apresentar um certificado de boa conduta emitido pela polícia para conseguirem renovar o registo.¹²⁴⁰

Em Agosto de 2013, a Associação da Liberdade Religiosa Internacional realizou o seu primeiro congresso internacional sobre liberdade religiosa no Paraguai. Participaram mais de 600 líderes religiosos. O congresso foi organizado pelo Vice-Ministério do Culto, inserido no Ministério da Educação e Cultura, em conjunto com o Fórum Permanente para o Diálogo Inter-Religioso no Paraguai, a Universidade Adventista do Paraguai e a Universidade Católica de Nossa Senhora da Assunção. Os delegados discutiram as suas experiências com especialistas no campo da liberdade religiosa, que sugeriram ideias para a revisão e actualização da legislação em relação ao culto e à educação.¹²⁴¹

Nalgumas partes da região de Chaco, a principal fonte de emprego são as empresas e negócios detidos por menonitas. Houve queixas de que os empregadores davam preferência aos trabalhadores menonitas. Houve também queixas de que alguns grupos missionários protestantes exerciam pressão psicológica para persuadir os trabalhadores indígenas a converterem-se ao Cristianismo.¹²⁴²

Em Novembro de 2012, a Conferência Episcopal Paraguaia publicou uma carta pastoral após a sua 196.^a Assembleia Plenária. Entre outros assuntos, os bispos referiram que as famílias cristãs se queixaram que as escolas estatais não disponibilizavam educação religiosa. Consideraram que a responsabilidade estava na «discriminação secularista» contra os que o solicitavam. Argumentaram que a separação entre Igreja e Estado não devia ser usada como razão para deixar de haver educação religiosa nas escolas.¹²⁴³

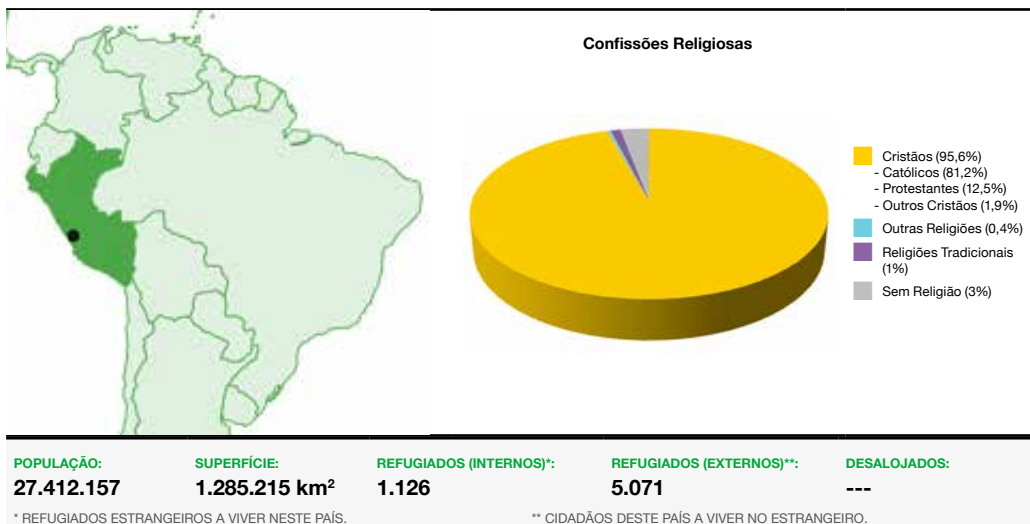
¹²⁴⁰ http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?m=86

¹²⁴¹ <http://adlr.org/2013/09/24/n-e-Paraguai-celebra-la-libertad-religiosa/>

¹²⁴² www.state.gov/documents/organization/208710.pdf

¹²⁴³ *Boletín Jurídico CELIR*, www.episcopal.org.py/nota/916/carta-pastoral-el-ano-de-la-fe-renueva-a-las-familias-y-a-la-iglesia-quotlos-apostoles-dijeron-al-senor-aumentanos-la-fe-quot-1c-175.html

PERU



A língua oficial do Peru¹²⁴⁴ é o espanhol e o sistema político é uma república presidencial, com o poder executivo representado pelo presidente da República, que é o chefe de Estado e de Governo. Existem também os poderes legislativo e judicial independentes.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição reconhece o direito à liberdade de consciência e religião, tanto individualmente como em associação com outros. E proíbe a perseguição associada à crença religiosa ou à opinião. A Constituição também estabelece a separação entre a Igreja e o Estado. No entanto, reconhece o papel que a Igreja Católica desempenhou no desenvolvimento histórico e cultural do país.¹²⁴⁵

A Lei n.º 29.635 sobre liberdade religiosa proíbe a discriminação por razões religiosas e afirma que cada indivíduo é livre de professar a crença religiosa à sua escolha, ou de abandonar a qualquer momento. Reconhece igualmente o direito a praticar as próprias crenças individualmente, ou em conjunto com outros, em público ou em privado. E reconhece o direito a não ser forçado a prestar um juramento contrário às próprias convicções e o direito a abster-se de prestar um juramento, com a opção de realizar uma promessa alternativa. Há também o reconhecimento do direito individual de receber um enterro de acordo com os ritos e tradições da própria fé.¹²⁴⁶

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos implementa leis e interage com os crentes religiosos através do Gabinete dos Assuntos Católicos e do Gabinete dos Assuntos Inter-Religiosos, através dos quais dialoga sobre questões de liberdade religiosa com a Igreja Católica e com outros grupos religiosos organizados. Todos os locais de culto estão isentos de impostos e os rendimentos do trabalho dos bispos e sacerdotes católicos estão isentos do imposto sobre o rendimento. De acordo com a Concordata de 1980 assinada

¹²⁴⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/peru. O recenseamento de 2007 (<http://censos.inei.gov.pe/cpv2007/tabulados>) apresenta os seguintes números: Católicos: 16.956.722; igrejas cristãs evangélicas: 2.606.055; outras religiões (incluindo Adventistas, Mórmons, Testemunhas de Jeová, Baptistas, Assembleias de Deus, Judeus, Bahá'í, Hare Krishnas e Muçulmanos): 679.291; sem religião: 608.434

População: (<http://censos.inei.gov.pe/cpv2007/tabulados/#> - acedido em 04/11/2013)

¹²⁴⁵ www.tc.gob.pe/legconperu/constitucion.html

¹²⁴⁶ www2.minedu.gob.pe/digesutp/formacioninicial/wp-descargas/normatividad/ley/Ley_N_29635_libertad_religiosa.pdf

com a Santa Sé, o clero sénior da Igreja Católica recebe ajuda financeira do Governo e a remuneração financeira é também dada a outros membros do clero católico que trabalham em áreas específicas (cerca de 1/8 do total). O Governo também paga um subsídio mensal a cada diocese católica. Segundo a actual lei, apenas o clero católico pode ser capelão nas Forças Armadas. Todas as escolas devem disponibilizar educação religiosa como fazendo parte do currículo escolar, que nas escolas estatais deve ser católica, embora «sem violar a liberdade de consciência dos alunos, pais ou professores».

A Lei da Liberdade Religiosa de Dezembro de 2010 (Lei n.º 29.635 acima referida) permitiu que muitos grupos religiosos registados tivessem acesso aos mesmos benefícios fiscais anteriormente concedidos à Igreja Católica. No entanto, a mesma lei, implementada em Julho de 2011, requer que estes grupos renovem o registo no espaço de 360 dias. O registo não é obrigatório, mas é necessário para obter isenções fiscais, administrar escolas religiosas e receber donativos. A lei foi largamente criticada porque estabelece um número mínimo de 10 mil membros para que o grupo religioso se qualifique para o registo e requer que a lista de membros seja certificada pela Comissão Nacional de Eleições, uma medida considerada por alguns como inconstitucional, uma vez que infringe o direito constitucional à privacidade em relação às crenças religiosas individuais. Novas revisões a esta lei, em Outubro de 2011, procuraram abordar algumas das críticas dos grupos religiosos minoritários, que consideravam a lei como discriminatória.¹²⁴⁷

Incidentes e acontecimentos durante o ano em análise

Em Julho de 2012, houve grande controvérsia em torno da Universidade Católica Pontifícia do Peru, após um decreto do Vaticano que proibiu a universidade de usar os nomes 'Pontifícia' e 'Católica'. O Vaticano interveio depois de a universidade se ter recusado a rever os seus estatutos de acordo com a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*. A universidade continuou a desafiar os bispos peruanos e as autoridades do Vaticano, e abraçou posições manifestamente contrárias ao ensinamento católico. A Conferência Episcopal Católica peruana também emitiu uma declaração em Julho de 2012, apelando a que a universidade obedecesse ao decreto do Vaticano e aderisse ao Direito Canónico. Em 1976, a universidade tinha introduzido alterações legais radicais. De acordo com o advogado da Arquidiocese de Lima, em 1994 a universidade tinha «abandonado completamente [a sua] identidade católica» e eliminado o direito legal da arquidiocese ter assento no Conselho Directivo. Três anos antes surgiu também a informação de que a universidade tinha removido unilateralmente o actual Arcebispo de Lima, Cardeal Juan Luis Cipriani, do seu Conselho Directivo, uma medida que o Supremo Tribunal do Peru considerou depois como ilegal.¹²⁴⁸

Também em Julho de 2012, a Igreja Cristã Evangélica condenou a nova proposta de lei que procurava descriminalizar as relações sexuais consensuais com adolescentes. Os representantes evangélicos avisaram que era provável que isso incentivasse a pedofilia e também que dificultasse a acusação de pessoas por prostituição infantil. Em Dezembro de 2012, o Tribunal Constitucional do Peru considerou a lei «inconstitucional», considerando que era «incompatível com os direitos fundamentais dos adolescentes ao livre desenvolvimento da sua personalidade...».¹²⁴⁹

¹²⁴⁷ www.state.gov/documents/organization/208712.pdf

¹²⁴⁸ *Boletín Jurídico CELIR*, www.periodistadigital.com/religion/americas/2012/07/24/la-asamblea-de-la-pcup-deplora-que-roma-les-prohibe-ser-pontificia-y-catolica-religion-iglesia-peru-educacion-universidad.shtml

¹²⁴⁹ *Boletín Jurídico CELIR*, www.poderygloria.net/2012/07/noticias/iglesia-peruana-contra-la-legalizacion-del-sexo-con-menores/

Em Outubro de 2012, uma exposição controversa na cidade de Miraflores foi condenada como «sacrílega» por inúmeros grupos religiosos. Estes grupos ficaram escandalizados com o facto de as figuras de Cristo e de vários santos católicos serem representados nus. Houve pedidos para que a exposição fosse encerrada e apelos para que fossem impedidos projectos que «ofendem a fé católica e ferem os sentimentos religiosos da população local». A exposição foi finalmente encerrada pelo presidente da câmara, que aceitou as críticas, e o director da galeria foi demitido. Houve queixas de vários artistas, alegando censura e falta de liberdade de expressão.¹²⁵⁰

Em Maio de 2013, a Dra. Gizella Orjeda, presidente do Conselho Nacional para a Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica proibiu a exibição de imagens religiosas nos edifícios do Conselho, ordenando que as imagens existentes fossem retiradas no prazo de uma semana. Esta decisão baseou-se no facto de a ciência exigir pensamento crítico e evidências avaliadas, e que as crenças religiosas pertenciam exclusivamente à esfera humana pessoal. A Dra. Gizella Orjeda alegou que os seus argumentos se baseavam na Constituição, que estabelece que a Igreja e o Estado são independentes e autónomos.¹²⁵¹

O Movimento Nacional-Socialista do Peru Andino, um minúsculo grupo anti-semita com apenas setenta membros, pediu a expulsão de todos os judeus do Peru e fez declarações negando o Holocausto. A comunidade judaica apresentou queixa ao Governo, pedindo que este impedisse os esforços do movimento de incitamento ao ódio racial e religioso.¹²⁵²

¹²⁵⁰ <http://elcomercio.pe/espectaculos/1485223/noticia-polemica-exposicion-miraflores-tildada-sacrilega-grupos-catolicos>

¹²⁵¹ *Boletín Jurídico CELIR*, <http://limanorte.wordpress.com/2013/04/30/presidenta-del-concytec-prohibe-imagenes-religiosas-en-la-institucion/>

¹²⁵² www.state.gov/documents/organization/208712.pdf

POLÓNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
38.300.000	312.000 km²	16.438	1.654	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição da República da Polónia¹²⁵³ refere-se no seu preâmbulo à responsabilidade perante Deus e também à herança cristã do país. O Artigo 25 lida com a liberdade religiosa. As primeiras três sub-alíneas deste artigo abrangem a igualdade das comunidades religiosas perante a lei, a obrigação do Governo de demonstrar neutralidade religiosa e facilitar o exercício da religião, e a garantia da autonomia das religiões. A alínea 25.4 define o acordo entre o Governo e a Igreja Católica como base das relações mútuas, enquanto a alínea seguinte abrange a relação com as outras religiões, com base nas mesmas questões. O Artigo 18 define o casamento como a união entre um homem e uma mulher, e compromete o Estado com a protecção especial da família. O Artigo 48 garante aos pais o direito de educarem os seus filhos de acordo com as suas convicções e consciência.¹²⁵⁴

Há quinze comunidades religiosas diferentes que formalizaram acordos com o Estado. É-lhes assim garantido, por exemplo, o direito a realizarem serviços de casamento sem quaisquer formalidades civis adicionais, na conservatória do registo civil. Outras 158 comunidades religiosas registadas não têm estes acordos jurídicos específicos com o Estado, que se compromete a disponibilizar igual protecção a todas as comunidades religiosas registadas. O registo não é obrigatório e o livre exercício da religião é garantido, independentemente do registo. A obrigação do registo inclui um mínimo de 100 membros e a apresentação de certas informações relativas a actividades, crenças e estruturas da comunidade.

Desde a assinatura da Concordata em 1998, os representantes da Igreja Católica encontram-se com regularidade com os representantes governamentais para discutir as relações entre a Igreja e o Estado. Segundo esta Concordata, a religião é ensinada nas escolas públicas. Todos os professores de educação religiosa, cerca de metade dos quais são religiosos e sacerdotes católicos, recebem um salário regular do Estado. A educação religiosa é organizada de acordo com a confissão religiosa. As escolas estão legalmente obrigadas a disponibilizar a instrução religiosa adequada, desde que pelo menos sete alunos expressem o desejo de

¹²⁵³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/poland

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Poland>

Refugiados (internos): www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pl.html

¹²⁵⁴ <http://legislationline.org/documents/action/popup/id/16804/preview>

frequentar essas aulas. A forma exacta como isto acontece é deixada ao critério da religião em questão. Há também a opção de frequentar aulas de ética não-religiosa.

O Código Penal proíbe os discursos públicos que ofendam os sentimentos religiosos. As infracções a esta lei podem ser punidas com uma pena na ordem dos 1.400 euros ou até dois anos de prisão. Em Outubro de 2012 foram criadas novas directivas para abranger o discurso de ódio na Internet por motivos raciais, nacionais ou religiosos.¹²⁵⁵

Durante alguns anos houve uma intensificação acentuada dos conflitos entre as comunidades religiosas (especialmente a Igreja Católica) e os expoentes de uma sociedade secularista. A comunicação social em particular está a criar um clima agressivo e a procurar tornar o anti-clericalismo num fenómeno socialmente aceitável, alega-se. Um dos exemplos mais flagrantes é o do jornalista Tomasz Lis, o editor-chefe desde 2012 da revista semanal *Newsweek Polska*, que é publicada pela empresa alemã de comunicação social *Axel Springer Verlag*. Esta revista tem actualmente em circulação uma edição em polaco de 170 mil a 200 mil exemplares e em 2010 foi líder de mercado entre as revistas semanais. A revista é famosa entre outros aspectos pelas suas capas extremamente ofensivas, cujos alvos favoritos são ou o político da oposição polaca Kaczynski ou a religião católica. Recentemente, foi nomeada pela Associação de Jornalistas Polacos como a «hiena do ano» – uma distinção negativa devido ao seu jornalismo particularmente desonesto. A razão específica para esta distinção foi a sua capa da edição n.º 9/13, que sugere a sedução pedófila de um rapaz por um sacerdote.¹²⁵⁶ Não pode haver dúvidas de que estas ilustrações da capa fazem parte de uma campanha deliberadamente anti-clerical. Uma delas tinha como tema as crianças ilegítimas filhas de sacerdotes, enquanto outra mostrava sacerdotes homossexuais a beijarem-se.¹²⁵⁷ Outra ainda mostrava uma figura sinistra, de capuz, semelhante a um monge. Outra imagem de capa, juntamente com os artigos dentro da revista, sugeria uma teoria da conspiração por parte do Opus Dei na Polónia. A implicação era que o movimento exercia amplo controlo sobre a sociedade e a política polacas, e era altamente secreto em relação aos seus membros. Foram accionados procedimentos legais contra a revista e esta foi forçada a retratar-se destas insinuações infundadas.¹²⁵⁸

Um antecessor de Tomasz Lis é Jerzy Urban, o antigo porta-voz governamental do antigo líder comunista agora acusado criminalmente, o General Wojciech Jaruzelski. Desde 1990 que tem publicado a revista satírica anti-clerical *NIE* (Não), que, com uma circulação na altura de até 600 mil exemplares semanais, estabeleceu as bases de uma plataforma anti-religiosa na sociedade.¹²⁵⁹ A revista continua a ser publicada até aos dias de hoje. Em Junho de 2013, Jerzy Urban foi acusado de ofender sentimentos religiosos. Numa ilustração de capa, Cristo é desenhado dentro de um sinal de «Proibido».¹²⁶⁰ Uma terceira revista anti-clerical é a revista publicada pelo antigo sacerdote católico Roman Kotliński, intitulada *Fakty i Mity* (Factos e Mitos), que se vê a si própria como a porta-voz do movimento anti-religioso dentro da Polónia. Um exemplo dos seus artigos foi a sua edição especial de Junho de 2011, cujo título era «A Igreja contra o Povo». Nela o clero é denegrado como o «agrupamento mais criminoso de todos os tempos». Exemplos dos títulos dos artigos individuais incluem «Eles não semeiam

¹²⁵⁵ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208354#wrapper

¹²⁵⁶ <http://media2.pl/media/101475-Tomasz-Lis-nominowany-do-Hienu-Roku-za-obrazce-uczuc-religijnych.html>

¹²⁵⁷ <http://wpolityce.pl/dzienniki/dziennik-marzeny-nykiel/47903-ile-urbana-w-lisie-czyli-kto-jest-naczelnym-newsweeka-kolejna-antykatolicka-okladka-nie-pozostawia-zludzen-czas-na-realny-bojkot>

¹²⁵⁸ <http://wpolityce.pl/wydarzenia/65291-newsweek-przegral-w-sadzie-tygodnik-lisa-musi-sprostowac-insynuacje-o-niejawnej-dzialalnosci-opus-dei>

¹²⁵⁹ www.polityka.pl/kraj/analizy/1520916,1,zywa-tradycja-polskiego-antyklerikalizmu.read

¹²⁶⁰ www.wprost.pl/ar/407038/Urban-oskarzony-o-obrazce-uczuc-religijnych/

nem ceifam, mas mesmo assim têm», «Cruz, sangue e lágrimas», «Crucificado pelo sexo», e «Salvé Primata».¹²⁶¹

A divulgação de opiniões anti-clericais parece andar de mãos dadas com as tentativas de restringir o acesso católico aos meios de comunicação social. Em Abril de 2012, uma multidão de mais de 20 mil pessoas manifestaram-se em Varsóvia contra a recusa do conselho da rádio estatal de conceder uma frequência terrestre à estação televisiva católica *Trwam*, que é crítica do actual Governo. A razão dada para a recusa foi a alegada insegurança financeira da estação televisiva. No entanto, tanto os proprietários da estação como o Partido Lei e Justiça criticaram a decisão como um ataque à democracia e à religião.¹²⁶² De acordo com o portal *online* católico *gosc.pl*, mais de 2,5 milhões de pessoas até agora assinaram um apelo contra a decisão do conselho da rádio.¹²⁶³

O sentimento anti-religioso incitado pela comunicação social tem resultado em actos de violência verbal e física, e em actos de vandalismo. Em Dezembro de 2012, um homem de 58 anos atirou uma bomba de tinta ao ícone da Nossa Senhora Negra de Czestochowa, um dos santuários religiosos mais importantes da Polónia, numa tentativa de o destruir. Graças ao vidro blindado que o protege, o ícone da Idade Média não foi danificado.¹²⁶⁴

Um processo judicial em curso relacionado com uma ofensa pública contra sentimentos religiosos tem a ver com o conhecido músico de *rock* e satanista Adam Darski, que rasgou uma Bíblia num concerto dos *Death Metal*. Darski também descreveu o Cristianismo como «a seita mais assassina do mundo». O músico ganhou o caso na audiência inicial, uma vez que o tribunal decidiu que insultar o Cristianismo era uma forma de liberdade de expressão artística. Contudo, o caso continuou em Janeiro de 2013. Em Junho de 2013, Darski foi novamente absolvido e a acusação anunciou a sua intenção de recorrer da decisão.¹²⁶⁵

De acordo com o *site* alemão *Deutsche Wirtschafts Nachrichten*, a Comissão Europeia também interveio neste caso, em defesa do acusado (embora de facto não tivesse autoridade nestes assuntos). A Comissão repreendeu o sistema de justiça polaco pelas suas leis e descreveu-as como contraditórias em relação aos valores europeus.¹²⁶⁶ Outro caso semelhante que fez manchetes foi o de uma cantora de música *pop*, Dorota Rabczewska, que, ao falar sobre a Bíblia, disse numa entrevista em 2009 que era «difícil acreditar em algo escrito por pessoas que bebiam demasiado vinho e fumavam cigarros de ervas». Em Janeiro de 2012, foi condenada e multada em 5.000 zloty (cerca de 1.400 euros). Em Junho de 2012, o seu recurso foi igualmente rejeitado.¹²⁶⁷

Em Dezembro de 2011, um sacerdote católico na vila de Suwalki foi atacado e espancado. Segundo o Relatório da Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado Norte-Americano, o ataque teve aparentemente motivos religiosos, uma vez que os seus atacantes levaram o seu livro de orações mas não o seu dinheiro.¹²⁶⁸ Outro caso escandaloso ocorreu em Novembro de 2013 quando um indivíduo bêbado urinou sobre um grupo de jovens católicos que estavam a rezar abertamente pela conversão dos homossexuais. Antes, este

¹²⁶¹ http://wyborcza.pl/1,76842,10563666,_Fakty_i_Mity____czyli_cep_antyklerykalny.html

¹²⁶² http://religionv1.orf.at/projekt03/news/1204/ne_120423_polen.html

¹²⁶³ <http://gosc.pl/doc/1449445.2-5-mln-podpisow-za-TV-Trwam>

¹²⁶⁴ www.polskieradio.pl/5/3/Artykul/741185,Czestochowa-probowal-zniszczyc-obraz-Matki-Bozej

¹²⁶⁵ <http://polen-heute.de/nergal-triumphiert/>

¹²⁶⁶ <http://deutsche-wirtschafts-nachrichten.de/2012/12/15/eu-verteidigt-christen-beleidigung-in-polen-kunst-soll-schocken/>

¹²⁶⁷ www.rp.pl/artykul/21,894222-Doda-skazana-za-obraze-uczuc-religijnych.html

¹²⁶⁸ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/#wrapper

mesmo grupo tinha sido atacado com ovos podres enquanto protestava contra as parcerias civis homossexuais registadas.¹²⁶⁹

A perspectiva anti-religiosa de uma parte da população levou em 2010 à formação de um partido auto-proclamado anti-clerical e anti-religioso, o *Ruch Palikota* (Movimento Palikot), em homenagem ao seu fundador, Janusz Palikot. Durante as eleições parlamentares de 2011, este partido de protesto, que chamou a atenção sobre si próprio através de 'acontecimentos' obscenos, ganhou 10% dos votos na sua primeira tentativa, e assim entrou no Parlamento como a terceira maior força política.¹²⁷⁰ Palikot foi famoso entre outras coisas por uma conferência de imprensa grotesca, na qual brincou com um vibrador, e pelos seus comentários insultuosos sobre políticos conservadores. O seu partido exige uma exclusão radical dos líderes religiosos do espaço público, a abolição da instrução religiosa nas escolas e do apoio estatal às igrejas, a inseminação artificial financiada pelo Estado, abortos gratuitos, a legalização das drogas, privilégios para homossexuais e a divulgação da ideologia de género. As suas afirmações e acções provocadoras levaram à deterioração da cultura política na Polónia e, de alguma forma, tornaram socialmente aceitáveis os ataques grosseiros à religião, alega-se.¹²⁷¹ Uma das exigências políticas feitas pelo seu partido, que se auto-nomeou *Twój Ruch* (O Vosso Movimento) em 2013, foi a remoção de um crucifixo do edifício do Parlamento. Em Dezembro de 2013, o seu pedido foi finalmente recusado pelos tribunais por se considerar que o crucifixo não ofendia as sensibilidades dos não-crentes. É importante dizer que as sondagens de opinião sugerem que nos últimos tempos o apoio a este partido caiu de novo drasticamente.¹²⁷²

Existe actualmente uma proposta no Parlamento, promovida pela Esquerda, de proibição de declarações políticas e sociais por parte do clero católico. O secretário-geral da Conferência Episcopal Polaca, Wojciech Polak, descreveu esta proposta como um ataque à autonomia das Igrejas consagrada na Constituição. Segundo ele, essa proibição tornará impossível que a Igreja fale abertamente sobre problemas sociais.¹²⁷³

Houve também situações ocasionais de incidentes e declarações anti-semitas na sociedade. As perspectivas anti-semitas são por vezes levadas a cabo por fãs de futebol radicais e muitas vezes de extrema direita. Por exemplo, em Maio de 2012, um hooligan do futebol gritou slogans anti-semitas através de um megafone num jogo de futebol em Bialystok. Foi detido pouco depois e acusado de incitamento ao ódio. Em Outubro do mesmo ano, vândalos pintaram slogans anti-semitas nas paredes de um estádio de futebol, em Rzeszow.¹²⁷⁴

Ao mesmo tempo, o anti-semitismo é por vezes apresentado entre as pessoas da ala esquerda do espectro político sob a forma de crítica à política israelita. Um exemplo desses foi uma declaração de um conhecido sociólogo, Zygmunt Baumann, em Agosto de 2011, que comparou o muro que estava a ser construído entre Israel e a Cisjordânia às paredes dos guetos construídos pelos nazis. Os seus comentários provocaram uma onda de indignação e revolta em Israel, sobretudo entre os sobreviventes do Holocausto. Baumann, que no pós-guerra esteve muito ligado ao regime estalinista e aos seus crimes, é hoje em dia considerado como um dos teóricos pós-modernos mais importantes e como um proeminente intelectual

¹²⁶⁹ www.gazetawroclawska.pl/artykul/1040253,wroclaw-pijany-meczczyna-obsikal-modlaczych-sie-na-rynku-film,id,t.html

¹²⁷⁰ <http://static.presspublica.pl/red/rp/pdf/sejm.pdf>

¹²⁷¹ <http://orf.at/stories/2083550/2083580/>

¹²⁷² <http://polen-heute.de/kreuz-bleibt-sejm-31228/>

¹²⁷³ <http://wpolityce.pl/wydarzenia/67794-lewicowy-knebel-dla-kosciola-przepychany-w-sejmie-bp-polakkosciol-ma-prawo-wypowiadac-sie-na-tematy-spoleczne>

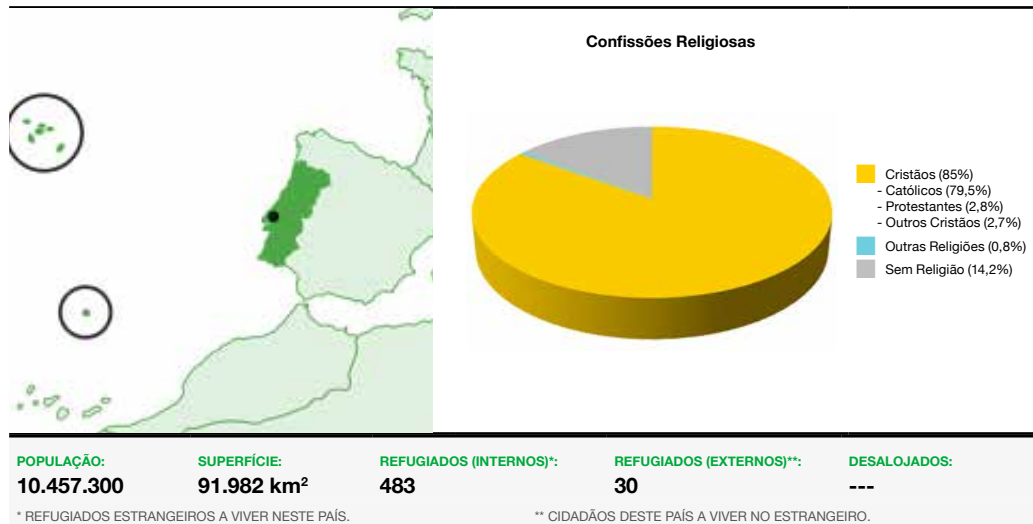
¹²⁷⁴ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208354#wrapper

de esquerda.¹²⁷⁵ Apesar das suas perspectivas, foi-lhe atribuído o Prémio Theodor Adorno e um doutoramento honoris causa pela Universidade de Breslau (Wrocław).¹²⁷⁶

¹²⁷⁵ www.rp.pl/artykul/711448.html?print=tak

¹²⁷⁶ www.welt.de/print/die_welt/kultur/article119301822/Ehrendoktor-mit-Hindernissen.html

PORTUGAL



A Constituição portuguesa prevê e garante a liberdade religiosa dos seus cidadãos, e o Governo respeita este direito na prática. O Governo tenta proteger este direito a todos os níveis, não tolerando o seu desrespeito, quer por agentes governamentais quer por agentes privados. A Constituição proíbe a discriminação com base na religião. O Governo é secular. Para além da Constituição, os dois documentos mais relevantes relacionados com a liberdade de religião são a Lei da Liberdade Religiosa de 2001 e a Concordata com a Santa Sé. Foi criada uma Comissão da Liberdade Religiosa como órgão independente e consultivo do Parlamento e do Governo (Artigo 52 da Lei n.º 16/2001). De acordo com o Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012: «O único requisito de registo para os grupos religiosos é o estabelecimento no país há pelo menos trinta anos ou o reconhecimento internacional há pelo menos sessenta anos.»¹²⁷⁷

Segundo o mesmo relatório: «A Igreja Católica mantém um acordo separado com o Governo nos termos da Concordata de 1940 assinada com a Santa Sé, revista em 2004 para ficar em conformidade com legislação subsequente.»¹²⁷⁸ A outras religiões é também dada a devida liberdade e a lei «requer o acolhimento razoável das práticas religiosas dos trabalhadores. Estes são autorizados a gozar o seu dia santo e os feriados religiosos, mesmo que estes não sejam feriados observados a nível nacional. A lei permite que cada grupo religioso negocie com o Governo o seu próprio acordo, à semelhança da Concordata.»¹²⁷⁹ Direitos como por exemplo o reconhecimento do casamento, e o direito a assistência espiritual e religiosa nas prisões, nas forças armadas, nos hospitais, etc. também se alargam às denominações minoritárias.

As escolas secundárias públicas disponibilizam aulas gerais opcionais sobre as religiões no mundo, dadas por professores leigos, e os grupos religiosos podem disponibilizar formação religiosa opcional nas escolas, desde que haja dez ou mais alunos dessa religião a participarem e desde que as aulas sejam dadas por um professor leigo. O representante do

¹²⁷⁷ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?dliid#wrapper

www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+total+e+por+sexo-6

Centro de Estudos de Religiões e Cultura da UCP. www.agencia.ecclesia.pt/dlds/bo/Inquirito2011_Resumo.pdf

¹²⁷⁸ *Ibidem*

¹²⁷⁹ *Ibidem*

grupo religioso tem direito a aprovar os professores que vão dar estas aulas.¹²⁸⁰ Da mesma forma, «todas as escolas, tanto públicas como privadas, são obrigadas a acolher as práticas religiosas dos alunos, incluindo a remarcação de testes se necessário».¹²⁸¹

No ano de 2013 iniciou-se a “suspensão” de dois feriados religiosos em Portugal, o do Corpo de Deus (que se assinala em Junho, em data móvel) e o de Todos os Santos (dia 1 de Novembro).

A “suspensão”, acordada por um período de cinco anos entre o Estado Português e a Santa Sé, ao abrigo da Concordata, é uma consequência das medidas impostas pela Troika (FMI, BCE e EU) no âmbito do resgate financeiro a Portugal.

Inicialmente, o Governo pretendia a “supressão” dos feriados, mas acabaria por ficar decidida apenas a sua “suspensão” pelo período referido.

Em 2004, o Governo criou um Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-Religioso, com vista à promoção do diálogo multicultural e multi-religioso entre os governantes e a sociedade. Dentre os seus objectivos destacam-se a promoção da tolerância pela diversidade religiosa, a promoção dos estudos inter-religiosos e a participação em eventos religiosos aos níveis nacional e internacional.

Na altura em que escrevemos este relatório não tinha havido casos significativos de discriminação por razões religiosas ou abusos da liberdade religiosa por parte do Governo.

¹²⁸⁰ *Ibidem*

¹²⁸¹ *Ibidem*

QUÊNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
43.852.900	581.313 km ²	550.506	8.759	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Artigo 32 da Constituição, promulgado a 27 de Agosto de 2010, consagra o direito à liberdade religiosa.¹²⁸² Embora o Quênia¹²⁸³ não tenha uma religião estatal e nominalmente permita a liberdade de culto, o Governo requer que todas as novas Igrejas procurem registar-se.¹²⁸⁴ Historicamente, a legislação queniana também permite, com certas limitações, a intervenção dos tribunais islâmicos *kadhis* para certos casos relacionados com estatuto pessoal, casamento, divórcio ou herança, desde que todas as partes professem a religião muçulmana.

No Quênia há liberdade para os grupos religiosos realizarem as suas actividades, construírem locais de culto e para as pessoas se converterem a outras religiões. Há respeito pelo papel que a religião desempenha nas vidas das pessoas, como por exemplo as orações para dar início a eventos sociais. Não é permitida nenhuma discriminação com base na religião.

Apesar disso, a população nas zonas costeiras e no norte do país, que são esmagadoramente muçulmanas, alegam que são discriminadas e esquecidas. Dizem que tem havido pouco investimento na área e que os serviços disponíveis são fracos. Por exemplo, afirma-se que estas regiões têm o rácio mais baixo de escolas por população. Alguns muçulmanos alegam que as forças de segurança os visam por causa das suas convicções religiosas. Os grupos

¹²⁸² Artigo 32 (1) Cada pessoa tem direito à liberdade de consciência, religião, pensamento, crença e opinião. (2) Cada pessoa tem direito, seja individualmente ou em comunidade, em público ou em privado, a manifestar qualquer religião ou crença através do culto, da prática, do ensinamento ou observância, incluindo observância de um dia de culto. (3) A ninguém pode ser negado o acesso a qualquer instituição, emprego ou instalações, ou o gozo de qualquer direito, por causa da crença ou religião da pessoa. (4) Ninguém será obrigado a agir, ou envolver-se em qualquer acto, que seja contrário à crença ou religião da pessoa.

¹²⁸³ Confissões Religiosas: Fonte: *Mundo Negro África* 2013 (número especial de uma revista especializada em África, dos Missionários Combonianos, com estatísticas actualizadas de todos os países africanos), Abril-Maio de 2013. Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Kenya>

¹²⁸⁴ A situação após a aprovação da nova Constituição permanece basicamente igual à apresentada no relatório de 2011 do Departamento de Estado norte-americano. «O Governo requer que as novas organizações religiosas se registem na Conservatória do Registo Comercial, que reporta ao Gabinete do Procurador-Geral. O Governo permite que as organizações religiosas indígenas se registem, embora muitas escolham não o fazer. Após o registo, as organizações religiosas podem candidatar-se ao estatuto de isenção fiscal, incluindo isenção de pagamento de impostos sobre bens importados. Em geral as organizações religiosas receberam tratamento igual por parte do Governo. Contudo, alguns pequenos grupos dissidentes tiveram dificuldade em registar-se quando o Governo as considerou como uma ramificação de uma organização religiosa maior. O Governo proibiu e recusou-se a registar a seita Mungiki, considerando-a como uma organização criminal quase religiosa.» Relatório de 2011 do Governo dos EUA: www.state.gov/j/drl/rls/irf/2010_5/168413.htm

islâmicos alegam que a acção policial é destinada a livrar-se de pregadores muçulmanos controversos. Daí que digam que o Governo central é desprezado e que os grupos extremistas sejam bem sucedidos a recrutar jovens para treinar como defensores ‘mujahidin’ do Islão. Os Muçulmanos acreditam que a sua liberdade de culto está sob ameaça. É manifesto que o extremismo religioso está a aumentar.

Nas zonas urbanas costeiras, incluindo Mombaça, Malindi e Lamu, as tensões em 2013 revelaram marcas claras de um ataque directo à liberdade religiosa. Os radicais ameaçaram os ‘infiéis’ nas redes sociais. Há receios de que os Cristãos possam ser atacados a qualquer momento. Em muitos casos, os crentes foram revistados por empresas de segurança antes de participarem nos serviços religiosos. Assim, as conversões do Islamismo para o Cristianismo são raras e acontecem em segredo.

Iniciativas simples relativas a controversas questões sociais e de segurança foram levadas a cabo por grupo inter-religiosos, como por exemplo o Conselho Inter-Religioso do Quénia, o Conselho Superior dos Muçulmanos do Quénia e o Conselho Nacional das Igrejas do Quénia. Algumas das afirmações destes líderes inter-religiosos ajudaram a reduzir as tensões e a prevenir ataques de retaliação.

As tensões étnicas e religiosas foram ainda mais exacerbadas pelas eleições presidenciais de Março de 2013 e pela campanha crescente do Exército queniano contra as forças islâmicas Al-Shabaab na vizinha Somália. As forças de segurança dentro do país são acusadas de tratamento agressivo contra cidadãos e suspeitos muçulmanos, em especial após os graves ataques contra civis e grupos religiosos realizados pelos seguidores muçulmanos do Al-Shabaab.¹²⁸⁵

Por causa da situação política na região, o Quénia tem um grande número de refugiados da Somália. A maior parte destes estão em Dadaab, onde cerca de 500 mil somalis têm vivido num dos maiores campos de refugiados do mundo, criado na década de noventa.

A 21 de Setembro de 2013 ocorreu um enorme ataque terrorista contra o centro comercial Westgate, parcialmente propriedade de israelitas, no bairro rico de Westlands. Os atacantes pareciam ser jovens de origem somali de diferentes países. Pelo menos sessenta e sete pessoas foram mortas. Foi relatado que vários reféns foram mortos quando não conseguiram dizer o nome da mãe do Profeta Maomé ou recitar qualquer verso do Corão. Isto sugere que os cidadãos não-muçulmanos eram os alvos intencionais¹²⁸⁶ do ataque, que teve como objectivo punir o Governo queniano pelo seu apoio à missão AMISOM sob a direcção da União Africana.

Outros incidentes

Em Agosto-Setembro de 2012 ocorreram tumultos na vila de Mombaça após o assassinio do Xequé Aboud Rogo, um líder muçulmano acusado de ter ligações como o Al-Shabaab através de um grupo local chamado Al-Hijra.¹²⁸⁷ Houve destruição geral de bens e cinco pessoas perderam a vida (três polícias e dois civis). Os líderes muçulmanos implicaram a polícia queniana nas mortes,¹²⁸⁸ embora alguns tenham apelado abertamente à contenção. Apesar

¹²⁸⁵ Não é a primeira vez que se faz este tipo de acusações de violação dos direitos fundamentais e de uso indiscriminado de violência contra somalis e muçulmanos. Ver mais em www.hrw.org/reports/2012/05/04/criminal-reprisals e <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/counterterrorism-human-rights-abuses-kenya-uganda-20121127.pdf>

¹²⁸⁶ Estas histórias de não-muçulmanos a serem visados foi apresentada por diferentes agências noticiosas e jornalistas. Ver um exemplo em www.cbsnews.com/8301-202_162-57604591/al-shabab-says-it-singled-out-non-muslims-in-kenya-mall-attack/

¹²⁸⁷ Em Julho de 2012, tinha sido colocado pelos EUA na sua lista de sanções por recrutamento e angariação de fundos para o Al-Shabaab. Além disso, o Conselho de Segurança da ONU colocou uma proibição de viagem e congelou os bens por causa do «apoio financeiro, material, logístico e técnico ao Al-Shabaab».

¹²⁸⁸ Infelizmente, nos últimos anos (ver este relatório de 2008 da Comissão Nacional Queniana de Direitos Humanos – KNHR – http://marsgroupkenya.org/pdfs/2009/03/KNCHR_crimes-against-humanity-extra-judicial-killings-by-kenya-police-

destes pedidos, foi atacado no átrio do Exército de Salvação, perto da mesquita de Rogo, e seis igrejas. Mais tarde, realizaram-se orações em igrejas em memória do xeque assassinado.

A 30 de Setembro de 2012 houve um ataque à granada levado a cabo por alegados muçulmanos contra a Igreja Anglicana de S. Policarpo (em Pangani, um dos subúrbios de Nairobi), durante uma missa dominical. Foi morta uma criança e três outras ficaram feridas. Em resposta a este ataque, as pessoas expressaram a sua raiva contra os cidadãos de origem somali que viviam na área e feriram treze somalis. O ataque ocorreu pouco depois de as forças de defesa quenianas que lutavam contra grupos islâmicos na Somália terem tomado o porto estratégico de Kismayu.

A 18 de Novembro de 2012, somalis muçulmanos na área de Eastleigh (apelidado de ‘pequena Mogadíscio’ por causa dos somalis que vivem na área), na cidade de Nairobi, foram visados em resposta a um ataque a um pequeno autocarro no qual foram mortas sete pessoas.

Não houve mudanças extraordinárias no ano passado, embora tenha sido uma época decisiva (eleições presidenciais, etc.) para o futuro próximo do país. O envolvimento das forças quenianas a combater o Al-Shabaab e os seus sucessos militares, tomando algumas localizações estratégicas e portos na Somália, afectou todo o cenário político e social, com os órgãos de segurança no Quênia a monitorizarem de perto as actividades dos cidadãos de origem somali em particular e os crentes muçulmanos em geral. Há uma clara tendência para a radicalização de grupos pequenos mas muito activos que tentam recrutar jovens para actividades violentas ou angariação de fundos.

Uma e outra vez, os Muçulmanos sentem que são vítimas de uma conspiração geral do Estado. Qualquer incidente ou detenção realizados pelos órgãos de segurança desencadeiam reacções violentas em poucas horas. Os Muçulmanos apercebem-se de uma grande luta interna entre grupos radicais que defendem a ‘jihad’ contra os infiéis na região e líderes mais moderados que querem viver em harmonia e diálogo com os outros.

Os cristãos nas zonas costeiras temem que os elementos radicais (como os que trabalham na ilha de Zanzibar, na Tanzânia) estejam a minar a tolerância religiosa na área. Isto segue-se a relatos de muçulmanos a incitarem à violência contra não-muçulmanos. Daí que os Cristãos estejam cada vez mais preocupados com a sua segurança.¹²⁸⁹ Os seus líderes dizem que muitos cristãos vivem numa atmosfera de medo.

Durante o período coberto por este relatório, a situação piorou claramente. Outro líder muçulmano e dois pastores foram mortos em ataques separados e em cada caso as circunstâncias das mortes estão longe de ser claras. Uma igreja foi incendiada após tumultos desencadeados pela morte de um clérigo muçulmano. A tensão dentro e à volta de Mombaça mantém-se extremamente elevada.

A região enfrenta movimentos separatistas, alguns dos quais são motivados por razões religiosas. Um dos grupos que promove estes movimentos é o Conselho Republicano de Mombaça (MRC). Estes movimentos¹²⁹⁰ estão ligados a certos grupos islâmicos que estão a tentar cortar as ligações com as autoridades centrais acusadas de os discriminarem e de discriminarem a sua cultura.

exposed.pdf) tem havido fortes suspeitas de que as agências de segurança podem ter estado envolvidas em execuções extrajudiciais em diferentes partes do país. Estas suspeitas contínuas alimentam a sensação desses líderes muçulmanos que se vêm como alvo permanente da polícia e de outras agências de segurança que podem agir com total impunidade. Ver <http://allafrica.com/stories/201306300053.html> e <http://allafrica.com/stories/201310070074.html>

¹²⁸⁹ Um exemplo da situação dominante: www.kenyan-post.com/2013/09/security-alert-intelligence-briefs.html

¹²⁹⁰ <http://allafrica.com/stories/201210210216.html> e <http://capitalfm.co.ke/news/2012/04/secession-not-in-kenya-kibaki-warns-mrc/>

QUIRGUISTÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.719.500	199.949 km²	4.994	2.068	172.000

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O principal obstáculo à liberdade religiosa neste país¹²⁹¹, que tem uma larga maioria muçulmana, é o clima de intensa hostilidade social em relação aos que se convertem a religiões consideradas como não-tradicionais. No entanto, no último ano tem também havido algumas medidas legais específicas adoptadas que, conforme forem aplicadas nos anos que se seguem, podem levar a um agravamento geral da liberdade religiosa.

A Lei da Religião, adoptada em 2009, embora em teoria reconheça a igualdade de todos perante a lei, coloca muitas restrições à liberdade religiosa, sobretudo a obrigação de cada grupo se registar junto do Estado. Coloca também uma proibição ao «proselitismo», à «actividade missionária ilegal» e à distribuição de material religioso em locais públicos. E proíbe o envolvimento de menores em actividades religiosas.

Embora não apoie oficialmente qualquer religião, o Governo concedeu ao Islamismo e à Igreja Ortodoxa Russa, no decreto de 6 de Maio de 2006, o estatuto de «grupo religioso tradicional». As celebrações religiosas reconhecidas a nível nacional são o Kurman Ait (Eid al-Adha), o Orozo Ait (Eid al-Fitr) e o Natal ortodoxo russo.

Mudanças na legislação

A 7 de Dezembro de 2012, o presidente Almazbek Atambayev assinou uma alteração à Lei da Religião do Quirguistão que aumenta o controlo governamental sobre a literatura religiosa e todos os outros materiais religiosos. O novo parágrafo acrescentado ao Artigo 22 especifica: «Que o controlo sobre a importação, produção, aquisição, transporte, transferência, armazenamento e distribuição de materiais impressos, filmes, fotografias, produções áudio e vídeo, bem como de outros materiais contendo ideias de extremismo religioso, separatismo e fundamentalismo, seja levado a cabo pelos órgãos estatais plenipotenciários para os Assuntos Religiosos, a Segurança Nacional e os Assuntos Internos.»

Na lei de 2009 foi previsto o possível exame da literatura religiosa por parte das autoridades estatais, mas não houve imposição de um regime de censura preventiva. A nova disposição já foi criticada pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)

¹²⁹¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/kyrgyzstan
População: <http://data.worldbank.org>

enquanto ainda estava na fase de consulta.¹²⁹² A OSCE apelou às autoridades quirguizes para que reconsiderassem as alterações propostas, dado o direito de cada indivíduo e de cada comunidade de produzir e distribuir material religioso sem interferência estatal e dada a falta de clareza na definição de termos, como por exemplo «extremismo religioso, separatismo e fundamentalismo». A falta de clareza, avisou, pode levar a «um risco significativo de aplicação arbitrária da lei». A OSCE concluiu a sua avaliação com a observação de que as medidas propostas «são demasiado vagas e desproporcionalmente restritivas para estarem em conformidade com os padrões internacionais. Deve lembrar-se que o separatismo violento e o terrorismo se combatem melhor através da lei penal normal, ou então através de leis específicas relacionadas com a segurança nacional, em vez de através de leis relacionadas com a liberdade religiosa – embora essas leis ainda não devam ser usadas como pretexto para limitar uma liberdade religiosa legítima.»¹²⁹³

No final de 2012, o Parlamento quirguiz começou a considerar outras alterações em relação à liberdade religiosa. Estas incluíram a obrigação de as organizações religiosas terem pelo menos 200 membros fundadores numa dada vila ou cidade (e não ao nível nacional, como previamente requerido pela lei de 2009), de modo a conseguirem solicitar o registo. Será também proibida a instrução religiosa dos jovens no estrangeiro, excepto nos casos em que obtenham uma autorização estatal específica e o acordo prévio da instituição educativa estrangeira. A ausência da autorização estatal adequada também tornará impossível que quaisquer estrangeiros exerçam livremente a sua religião. Uma análise realizada por especialistas do grupo *Egalitee* refere que «essas alterações restritivas à liberdade religiosa ou de crença, combinadas com o aumento dos poderes governamentais – sobretudo o poder de as autoridades locais decidirem que comunidades são autorizadas a existir – poderão levar a um crescimento do conflito na sociedade, em vez de contribuírem para a estabilização social».¹²⁹⁴

Em Março de 2013, a vice-primeira-ministra Kamila Taliyeva anunciou que o Governo estava também a trabalhar numa proposta de lei sobre a educação religiosa. «Há muitas pessoas com um nível de escolaridade muito reduzido entre os professores nas escolas islâmicas, que estão a propagar o fanatismo e o extremismo religioso... É necessário restabelecer a ordem, para proibir a propaganda agressiva e criar uma atmosfera favorável à educação religiosa», explicou Taliyeva.¹²⁹⁵

Em 2012, a Comissão Estatal para os Assuntos Religiosos, apoiada por membros da polícia de segurança nacional, propôs diversas alterações ao Código de Infracções Administrativas que terão aumentado o leque de infracções puníveis e a quantidade de multas relacionadas com elas (nalguns casos mais de dez vezes a quantidade anteriormente estipulada). Contudo, por agora a consideração destas alterações parece ter sido posta na prateleira, como foi confirmado pelo Departamento de Elaboração Legislativa do Ministério da Justiça.¹²⁹⁶

Obstáculos à liberdade da prática religiosa: o requisito de registo e a hostilidade na sociedade

A Lei da Religião requer que todos os grupos religiosos, incluindo as escolas, se registem na Comissão Estatal para os Assuntos Religiosos. A actividade religiosa não-registada é proibida. No entanto, muitos grupos conseguem operar sem interferência governamental mesmo que não tenham o reconhecimento estatal. Contudo, nos casos em que uma comunidade religiosa

¹²⁹² OSCE, 22 de Março de 2012

¹²⁹³ *Forum 18 News Service*, 29 de Junho de 2012

¹²⁹⁴ *Forum 18 News Service*, 19 de Dezembro de 2012

¹²⁹⁵ *Interfax*, 5 de Março de 2013

¹²⁹⁶ *Forum 18 News Service*, 8 de Abril de 2013

tem o seu centro administrativo no estrangeiro ou tem cidadãos estrangeiros dentro dos seus órgãos administrativos, é classificada como uma ‘missão’ e é obrigada a renovar o registo todos os anos, não tendo igualmente estatuto judicial.

Obter o registo estatal é frequentemente um processo difícil para os grupos religiosos minoritários, devido à falta de clareza na definição dos procedimentos necessários para submeter o pedido, ou devido à dificuldade em obter as 200 assinaturas de cidadãos quirguizes adultos que queiram afirmar-se como membros fundadores (há uma hostilidade considerável para com os muçulmanos que se converteram a outras religiões e, como consequência, muitos têm receio de declarar publicamente a sua nova fé, por medo de represálias). Outras dificuldades resultam de as autoridades locais (*keneshe*) se recusarem a conceder as necessárias aprovações aos grupos religiosos em questão. Essas recusas tornam impossível que estes grupos religiosos convidem missionários ou outros crentes a virem do estrangeiro.

A 7 de Agosto de 2013, o Supremo Tribunal confirmou as decisões dos tribunais de primeira e segunda instância, banindo a Igreja de Mun San Men, «para prevenir as actividades de seitas totalitárias e cultos destrutivos dentro do território da República, que representam uma ameaça à moral e à saúde dos seus cidadãos e são uma afronta aos direitos humanos, à dignidade e à liberdade». O gabinete do procurador-geral também deu início a procedimentos para banir a Comunidade Islâmica Ahmadi com base no facto de esta ser «extremista». A comunidade Ahmadi contestou a decisão da Comissão Estatal para os Assuntos Religiosos em recusar a renovação do registo às quatro comunidades solicitadas. O seu recurso foi rejeitado pelo Tribunal Económico Interdistrital de Bishkek e por isso o grupo apresentou recurso ao Tribunal da Cidade. As Testemunhas de Jeová esgotaram todas as vias legais disponíveis na sua tentativa de contestar a recusa da Comissão Estatal para os Assuntos Religiosos em conceder a renovação do registo das suas quatro comunidades no país. Em resposta a isto, as Testemunhas de Jeová levaram o caso ao Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Outro poderoso obstáculo à liberdade religiosa no país é que muitos muçulmanos são hostis para com os crentes da sua religião que se convertem. Na sua primeira visita ao país, o alto comissário da ONU Navi Pillay referiu: «No Quirguistão, a perseguição aos crentes vem sobretudo da família, dos amigos e da comunidade. Em especial nas zonas rurais, os crentes de origem muçulmana enfrentam enormes pressões para renegarem a sua nova fé.»¹²⁹⁷ Pillay afirmou igualmente que «a discriminação, sobretudo com base em razões étnicas, religiosas e similares, mantém-se como um problema profundo».¹²⁹⁸ Por exemplo, em 2013 houve grande contestação quando um casal quirguiz espancou e torturou a sua filha depois de descobrir que ela se tinha convertido ao Cristianismo.¹²⁹⁹

Em muitos outros incidentes, os membros dos grupos religiosos minoritários foram vítimas de agressão por parte dos seus próprios concidadãos. Este foi o destino de cinco baptistas, que foram atacados a 11 de Abril de 2012 pelo imã local, juntamente com alguns dos seus estudantes, enquanto tentavam distribuir material humanitário na aldeia de Ak-Kyia, na região de Naryn. Os agressores atacaram as duas viaturas com pedras e alguns dos baptistas tiveram de receber tratamento hospitalar por causa dos ferimentos que sofreram. Os cristãos locais reportaram o ataque à polícia local, mas não foi feita nenhuma tentativa para investigar o assunto. Mesmo antes deste episódio, o Imã Abashakirov tinha ameaçado outros membros do grupo. A 18 de Maio de 2012, um Salão do Reino das Testemunhas de Jeová no sudoeste

¹²⁹⁷ *Open Doors, World Watch List 2013*

¹²⁹⁸ *International Christian Concern*, 25 de Dezembro de 2012

¹²⁹⁹ *Bos News Life*, 18 de Dezembro de 2012

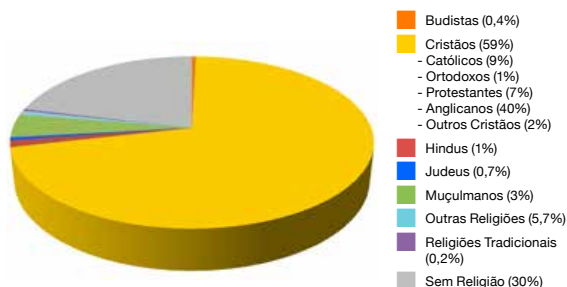
da região de Jalal-Abad foi incendiado pela segunda vez (o primeiro incidente tinha ocorrido em 2010) por um grupo de pessoas que tinham feito ameaças prévias e espancado membros deste grupo religioso. Tal como no caso precedente, nem a polícia, nem as autoridades judiciais fizeram qualquer coisa para levar os responsáveis a responderem perante a justiça. Comentando sobre os ataques contra pessoas de comunidades religiosas minoritárias, o responsável da Comissão Estatal para os Assuntos Religiosos afirmou: «Não estou interessado [em] quem acredita em quê, mas não podemos proteger os direitos da minoria à custa da maioria.»¹³⁰⁰

¹³⁰⁰ *Forum 18 News Service*, 15 de Junho de 2012

REINO UNIDO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
63.400.000	230.762 km ²	126.055	142	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Reino Unido¹³⁰¹ é signatário de convenções internacionais sobre direitos humanos que o vinculam a compromissos em relação à liberdade religiosa e de crença, como por exemplo a Convenção Europeia dos Direitos Humanos. A convenção, que sublinha o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião (Artigo 9), foi integrada na lei britânica através da Lei dos Direitos Humanos (1988), embora apenas tenha entrado em vigor na totalidade no ano 2000.

A Igreja de Inglaterra, enquanto Igreja estabelecida, tem dominado a vida religiosa pública há mais de 450 anos e ainda é privilegiada pela lei de diversas formas. Por exemplo, vinte e seis bispos têm assento na Câmara dos Lordes do Parlamento britânico. Embora a maioria da população britânica ainda se identifique com o Cristianismo, a investigação indica que a frequência regular da igreja caiu drasticamente durante o final do século XX.¹³⁰² A imigração e as alterações demográficas contribuíram para o crescimento de outras religiões, nomeadamente o Islamismo.

Discriminação contra os Cristãos

A 15 de Janeiro de 2013, foram apresentados os veredictos por parte do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos para Nadia Eweida, Shirley Chaplin, Lillian Ladele e Gary McFarlane, que argumentaram que a lei britânica não protegia suficientemente os seus direitos à liberdade religiosa e à liberdade de discriminação no trabalho.¹³⁰³ Das quatro reivindicações, apenas uma foi confirmada, a de Nadia. Tanto Nadia, funcionária da British Airways, como Shirley, enfermeira geriátrica, se queixaram que os seus empregadores as tinham impedido de usarem cruces cristãs visíveis enquanto trabalhavam. Em 2006, Nadia, uma cristã copta, foi informada que deveria deixar de exibir uma pequena cruz, pois a política da companhia aérea apenas

¹³⁰¹ Confissões Religiosas: Devido a muitos factores, é difícil encontrar dados demográficos religiosos exactos para o Reino Unido. Muitas pessoas não indicam a sua denominação religiosa no formulário do recenseamento. Além disso, é frequente as pessoas serem consideradas como membros de uma Igreja apenas se a frequentarem regularmente, Cf. *guardian.co.uk*, 11 de Dezembro de 2012

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48f166&submit=GO

¹³⁰² Alasdair Crockett e David Voas, «Generations of Decline: Religious Change in 20th-Century Britain», in *Journal for the Scientific Study of Religion*, 45 (2006), pp. 567-584; *BBC News (online)*, 07/05/13: www.bbc.co.uk/news/uk-22426144.

¹³⁰³ Esta e toda a informação que se segue, excepto se especificada, é disponibilizada pelo Observatório da Intolerância e Discriminação dos Cristãos: www.intoleranceagainstchristians.eu/.

permitia símbolos religiosos que fossem obrigatórios por parte da religião do indivíduo, como por exemplo o *hijab* ou a *kippa*.¹³⁰⁴ O pedido de recurso de Nadia foi confirmado porque o tribunal considerou que a política empresarial não era uma razão suficiente para a impedir de usar uma cruz. Contudo, o pedido de recurso de Shirley foi rejeitado porque o tribunal considerou que o pedido do seu empregador se justificava por razões de saúde e segurança.

Lillian, uma conservadora do registo civil, e Gary, um conselheiro de relacionamentos, queixaram-se que tinham sido despedidos por se recusarem a cumprir deveres que, segundo eles, eram tolerantes para com actos homossexuais.¹³⁰⁵ Em 2007, Gary McFarlane, que trabalhava para a *Relate*, uma organização nacional que lida com questões de relacionamentos, informou o seu gestor da «dificuldade de consciência em lidar com práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo e em cumprir o seu dever de seguir os ensinamentos da Bíblia». Foi despedido por «falta grave de discriminação».¹³⁰⁶ Embora Lillian Ladele tenha perdido o seu caso no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, dois juízes divergentes fizeram a seguinte observação:

“É (...) pertinente observar que, quando [Ladele] entrou (...) no London Borough of Islington em 1992 e quando se tornou conservadora do registo de civil de nascimentos, falecimentos e casamentos em 2002, o seu trabalho não incluía a celebração de cerimónias de parceria entre pessoas do mesmo sexo. Não há nada que sugira (...) que seria de esperar (...) que os conservadores do registo civil tivessem que celebrar estas cerimónias no futuro. Tanto a lei (Lei da Parceria Civil de 2004) como a prática de outras autoridades locais permitiram a possibilidade de compromissos que não forçassem os conservadores do registo civil a agirem contra as suas consciências. No caso de [Ladele], contudo, uma combinação de traições por parte dos seus colegas e correcção política cega do bairro de Islington (que claramente favoreceu os direitos dos homossexuais em relação aos direitos humanos fundamentais) acabaram por levar à sua demissão.”¹³⁰⁷

As Leis sobre o Discurso de Ódio foram usadas para deter pregadores cristãos. De acordo com a Secção 5 da Lei da Ordem Pública (1986), é considerado crime o uso «de palavras ou comportamentos insultuosos» com «probabilidade de causarem assédio, inquietação ou angústia». Esta disposição levou à detenção e acusação de pregadores de rua cristãos (ver exemplo a seguir). A campanha «Reformem a Secção 5» foi lançada para retirar a palavra «insultuoso». O Governo concordou em retirar esta palavra da Secção 5 da Lei da Ordem Pública após a alteração ter sido votada pela Câmara dos Lordes em Dezembro de 2012. A alteração entrou em vigor em Fevereiro de 2014.

Em Julho de 2013, a polícia deteve um pregador de rua em Wimbledon, no sudoeste de Londres, sob suspeita de ofensas segundo a Lei da Ordem Pública por usar um discurso alegadamente homofóbico. Tony Miano, um cidadão norte-americano, foi detido depois de um membro do público ter chamado a polícia e foi levado para a esquadra local. Depois de mais de sete horas detido, o agente que conduzia a investigação disse a Tony que tinham

¹³⁰⁴ «Christian BA employee to take legal action over suspension for wearing cross», in *Daily Mail*: www.dailymail.co.uk/news/article-410299/Christian-BA-employee-legal-action-suspension-wearing-cross.html.

¹³⁰⁵ Dr. Grégor Puppink, *Observations relating to third party intervention submitted to the Fourth Section of the European Court of Human Rights in the case of Lillian Ladele and Gary McFarlane vs. The United Kingdom* (Petições n.º 51671/10 e 36516/10)

¹³⁰⁶ Observatório da Intolerância e Discriminação dos Cristãos, *Europe: Legal Restrictions Affecting Christians 2012: Cases of Intolerance or Discrimination against Christians*, p. 16: www.intoleranceagainstchristians.eu/fileadmin/user_upload/reports/Legal_Limitations_Affecting_Christians_as_well_as_Cases_of_2012_Webversion_of_Report_by_OIDAC.pdf.

¹³⁰⁷ Mark Hill, «Lillian Ladele is the real loser in Christian discrimination rulings», in *Guardian*, 17/01/13 www.theguardian.com/commentisfree/belief/2013/jan/17/lillian-ladele-loser-christian-discrimination-rulings.

decidido libertá-lo sem qualquer acusação. Tony foi libertado à meia-noite. Eis o que disse sobre o incidente:

“Não falei só sobre a homossexualidade como uma forma de imoralidade sexual, mas também sobre qualquer tipo de sexo fora do casamento entre um homem e uma mulher, bem como sobre pensamentos lascivos. (...) Foi muito angustiante ser detido e interrogado por expressar abertamente as minhas profundas crenças cristãs. (...) Quando teve início o interrogatório, tornou-se óbvio que este era mais do que sobre o incidente que tinha ocorrido na rua, mas sim sobre aquilo em que eu acreditava e a forma como eu pensava. (...) Surpreendeu-me que aqui, num país que produziu a Magna Carta, uma pessoa em geral cumpridora da lei possa perder a sua liberdade porque outra pessoa se sentiu ofendida pelo conteúdo do meu discurso.”¹³⁰⁸

Em Janeiro de 2014, Tony foi detido novamente por pregar no centro da cidade de Dundee e foi acusado de cometer uma infracção à paz por usar linguagem homofóbica. Deverá apresentar-se em tribunal a 22 de Abril de 2014.¹³⁰⁹

Crimes de ódio contra os Cristãos

Um relatório oficial do Governo escocês revelou um aumento de 26% nos crimes religiosos agravados durante o período de 2011-12, com 876 acusações a serem apresentadas. O Catolicismo e o Protestantismo foram o alvo dos abusos mais frequentes. A divisão proporcional das religiões que foram alvo de ataques foi semelhante à dos anos anteriores: 58,1% em 2011-12 para o Catolicismo; e 40,3% para o Protestantismo. De acordo com os relatórios da polícia, 31% dos incidentes estiveram directamente ligados com o futebol, o que sugere que o sectarismo continua a ser uma questão no desporto escocês.¹³¹⁰

Legislação sobre igualdade

Os membros dos grupos religiosos vivenciaram conflitos entre as suas crenças e a legislação sobre igualdade. A Lei da Igualdade (2010) proíbe a discriminação por diversas razões, incluindo a orientação sexual, na prestação de bens e serviços. Mike e Susanne Wilkinson, cristãos praticantes e donos de uma pousada, perderam uma acção judicial e foram multados em mais de 4.460 euros em Outubro de 2012 por negarem um quarto duplo a um casal homossexual. E perderam um recurso em Julho de 2013.¹³¹¹ Mike e Susanne tinham uma política apenas para casais casados e recusaram-se a disponibilizar aos dois homens uma cama de casal, alegando que eles não eram casados. Os tribunais consideraram que esta era uma discriminação indiscreta.

Uma potencial infracção da mesma lei está entre as inúmeras razões pelas quais Lorde Nash, do Departamento de Educação, informou a Escola Muçulmana Al-Madinah em Derby que tinham infringido as condições do seu acordo de financiamento.¹³¹² As preocupações específicas em relação às infracções à igualdade tiveram a ver com o facto de a escola ter insistido que os membros femininos do pessoal usassem um *hijab* e com a segregação dos

¹³⁰⁸ Site da *Christian Concern*: www.christianconcern.com.

¹³⁰⁹ Alan Wilson, «US street preacher 'looking forward to day in Court' after Dundee arrest», *Courier*, 10/01/14: www.thecourier.co.uk/news/local/dundee/us-street-preacher-looking-forward-to-day-in-court-after-dundee-arrest-1.174785.

¹³¹⁰ *Religiously Aggravated Offending in Scotland 2011-12*: www.scotland.gov.uk/Publications/2012/11/7685.

¹³¹¹ Hayley Dixon, «Christian B&B owner ordered to compensate gay couple takes fight to Supreme Court», *Telegraph* 09/07/13: www.telegraph.co.uk/news/uknews/law-and-order/10168643/Christian-BandB-owner-ordered-to-compensate-gay-couple-takes-fight-to-Supreme-Court.html.

¹³¹² Outros pontos suscitados por Lord Nash: que a escola não conseguiu garantir a segurança das crianças; que prestou um nível de educação inaceitavelmente fraco; e que não conseguiu cumprir os seus deveres e responsabilidade em relação ao órgão governativo.

alunos por sexo, obrigando as raparigas a sentarem-se na parte de trás das salas de aula.¹³¹³ Em relação à obrigação de o pessoal feminino usar *hijabs*, o director da escola Fasal Hussain disse: «Nunca recebemos queixas do nosso pessoal.» O responsável de estudos islâmicos, Mohammad Burhaan, acrescentou que os lenços na cabeça faziam parte das normas de vestuário da escola. O Governo ordenou que a escola contactasse todos os membros femininos do pessoal dizendo-lhes que não tinham de usar um *hijab* caso isso entrasse em conflito com a sua religião ou crenças.¹³¹⁴

Em Julho de 2013, a Lei do Casamento (entre pessoas do mesmo sexo) recebeu a Aprovação Real e entrou em vigor, apesar de preocupações de alguns grupos religiosos. De acordo com o Governo: «Um 'quádruplo bloqueio' das protecções legais vai garantir que todas as organizações religiosas possam agir de acordo com as suas doutrinas e crenças».¹³¹⁵ As organizações religiosas precisam de optar por realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, a lei não permite que o clero da Igreja de Inglaterra, ou do seu órgão associado, a Igreja do País de Gales, case pessoas do mesmo sexo, mesmo que tenham uma lei comum para casar paroquianos de sexos opostos. Embora as alterações na Câmara dos Lordes tenham fortalecido a protecção para os grupos religiosos, a Baronesa Warsi, uma muçulmana e ministra de Estado para a Fé e as Comunidades, expressou mesmo assim dúvidas sobre se a nova lei incluiria suficiente protecção. Disse que não tinha votado a favor da lei por causa de «reservas» sobre como é que as cláusulas concebidas para impedir que os grupos religiosos fossem processados por se recusarem a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo irão funcionar na prática.¹³¹⁶ Apesar das salvaguardas na nova lei, em Agosto de 2013 o milionário Barrie Drewitt-Barlow anunciou a sua intenção de interpor um recurso destinado a permitir-lhe casar com o seu parceiro Tony pela Igreja de Inglaterra.¹³¹⁷ O clero anglicano está autorizado a disponibilizar, ao seu critério, uma cerimónia informal de oração, caso os casais do mesmo sexo o desejem.

Discriminação contra os Muçulmanos

Os muçulmanos que procurem trabalho podem enfrentar discriminações, de acordo com uma investigação secreta realizada pela *BBC*, o serviço de radiodifusão nacional. Dois repórteres brancos disfarçados procuraram informações sobre quarenta ofertas de emprego anunciadas em montras de lojas em Bristol. Um dos homens chamava-se Ian. O outro era um recém-convertido ao Islamismo que tinha mudado o seu nome de Zoltan para Mohammed e que usava um tradicional *shalwar kameez* (camisa e calças), habitualmente usado nos países de maioria muçulmana no subcontinente asiático, nomeadamente no Paquistão. Apesar de terem currículos semelhantes, Ian foi quatro vezes mais bem-sucedido em entrevistas do

¹³¹³ Site da *British Humanist Association*: <https://humanism.org.uk/2013/10/09/first-muslim-free-school-threatened-closure-breach-funding-agreement/>.

¹³¹⁴ *BBC (online)* 14/10/13: www.bbc.co.uk/news/uk-england-derbyshire-24517131.

¹³¹⁵ Site do Governo do Reino Unido: www.gov.uk/government/news/equal-marriage. São elas as seguintes: 1) Nenhuma organização religiosa ou ministro individual pode ser obrigado a casar pessoas do mesmo sexo ou a permitir a realização desses serviços nas suas instalações; 2) É ilegal para as organizações religiosas ou para os seus ministros casarem pessoas do mesmo sexo, a não ser que o órgão governativo da sua organização tenha optado expressamente por isso; 3) No caso da Igreja de Inglaterra e da Igreja do País de Gales, isto é especificamente ilegal, a não ser que seja alterada a Lei Canónica; 4) a Lei da Igualdade de 2010 foi revista para garantir que não possam ser apresentadas alegações de discriminação contra organizações religiosas ou ministros que se recusem a casar pessoas do mesmo sexo; www.mirror.co.uk/news/uk-news/gay-marriage-church-of-england-will-not-1484855#ixzz2v6VSIHQH.

¹³¹⁶ *Telegraph*, 12/12/13: www.telegraph.co.uk/news/politics/10514629/Baroness-Warsis-concern-over-effect-of-gay-marriage-laws-on-religious-groups.html.

¹³¹⁷ *Daily Mail*, 02/08/13: www.dailymail.co.uk/news/article-2383686/Millionaire-gay-fathers-sue-Church-England-allowing-married-church.html#ixzz2uLmRULkh.

que Mohammed. A Baronesa Warsi disse: «Preocupa-me que as oportunidades de alguém estejam distorcidas por causa da religião que essa pessoa parece seguir.»¹³¹⁸

Em Março de 2013 rebentou uma tempestade mediática depois de um clube estudantil muçulmano no *University College* de Londres ter realizado um debate com o título 'Islamismo ou Ateísmo: O que é que faz mais sentido?'. Neste debate, os membros da audiência foram segregados. Alegadamente, os participantes foram estritamente divididos entre homens e casais à frente, e mulheres solteiras atrás. Após investigações da comunicação social, soube-se que a segregação estava a ser aplicada, ou muito fortemente incentivada, em encontros de estudantes muçulmanos noutros *campus* universitários. A *Universities UK*, uma organização que representa os vice-reitores de instituições de ensino superior do país, defendeu inicialmente o direito dos órgãos estudantis de terem lugares segregados nos encontros, afirmando que isso representava «as crenças religiosas genuínas» dos participantes, mas mais tarde retirou o princípio, na sequência da cobertura mediática que era maioritariamente crítica em relação a esta prática. Isto incluiu uma manifestação de estudantes no exterior da sede da *Universities UK* em Tavistock Square, Londres (que atraiu cerca de 100 alunos); e uma intervenção do primeiro-ministro David Cameron discordando da orientação. A opção de segregação nas instalações da universidade foi retirada após o conselho da Comissão de Igualdade e Direitos Humanos ter dito que, embora a lei permitisse a segregação por sexo em instalações usadas para fins religiosos, ela não era autorizada num encontro académico ou numa palestra aberta ao público. Contudo, a *Universities UK* acrescentou que, se os participantes não se importassem de se sentar em grupos separados, isso deveria igualmente ser permitido, desde que não fosse causada qualquer desvantagem. Com outros grupos religiosos, como por exemplo os judeus ortodoxos, que também separam tradicionalmente os encontros religiosos por sexos, a questão expõe as tensões entre a prática religiosa e as noções contemporâneas de igualdade de género na sociedade, bem como o grau segundo o qual diferentes conjuntos de valores podem resultar em conflitos.¹³¹⁹

O crime de ódio contra os Muçulmanos, sobretudo os imãs, está a aumentar e permanece como uma questão complexa na sociedade. Cuspiram sobre um imã em Birmingham simplesmente por causa da sua «aparência muçulmana». Um grupo de jovens disse a outro imã, que orientava orações num parque automóvel, que ele era «escumalha muçulmana». Houve também incidentes com mulheres muçulmanas a quem foram retirados os lenços da cabeça. As mulheres foram muitas vezes vítimas de islamofobia por causa do seu vestuário distintivo.¹³²⁰ Em Setembro de 2012, Paige Bain, de 16 anos, e a sua tia Eileen Kennedy, de 28 anos, atacaram Umami Musa, uma mulher grávida de cinco meses originalmente do Darfur, no Sudão, batendo-lhe e puxando-lhe o *hijab*, depois insultando-a a ela e a uma amiga em Royston, Glasgow. O incidente foi captado em câmaras de vídeo de rua e ambas as mulheres foram presas por participarem no ataque.¹³²¹

¹³¹⁸ BBC: www.bbc.co.uk/news/uk-england-bristol-24584855.

¹³¹⁹ *Daily Mail*, 16/04/12: www.dailymail.co.uk/news/article-2309737/Leicester-University-probing-Muslim-group-forced-male-female-students-sit-separate-areas.html; *Independent*, 12/12/13: www.independent.co.uk/voices/comment/as-a-muslim-i-oppose-gender-segregation-in-universities-but-its-advocates-have-every-right-to-their-opinion-9000088.html; *Guardian*, 13/12/13: www.theguardian.com/education/2013/dec/13/universities-uk-withdraws-advice-gender-segregation; *Godlessness in Theory* (blogue) 28/12/13: <http://freethoughtblogs.com/godlessness/2013/12/28/gender-segregation-on-campus-a-timeline-of-opposition-in-uk-media/>.

¹³²⁰ Aljazeera (*online*): www.aljazeera.com/indepth/opinion/2013/12/from-radical-clerics-victims-hate-201312248633129987.html.

¹³²¹ *Daily Mail*, 22/01/13: www.dailymail.co.uk/news/article-2266398/Teenage-girl-Paige-Bain-16-pulled-hijab-Muslim-womans-head-punched-mother-racist-attack.html#ixzz2uKsrLaP7.

Houve um aumento nos ataques a mesquitas e a muçulmanos após o assassinio do soldado britânico Lee Rigby, a 22 de Maio de 2013, por dois homens muçulmanos de descendência nigeriana. Nos cinco dias que se seguiram, houve mais de 190 relatos de ataques a muçulmanos e dez ataques a mesquitas e centros islâmicos.¹³²² Isto incluiu o bombardeamento com fogo do Centro Cultural Islâmico Grimsby por dois antigos soldados, Stuart Harness, de 33 anos, e Gavin Humphries, de 37. Cada um deles foi preso por seis anos depois de serem apanhados nas câmaras de vídeo de rua a deitarem bombas caseiras feitas com gasolina para a mesquita. Pensavam que as câmaras estavam desligadas.¹³²³ Embora nem sempre directamente atribuível ao caso Rigby, o número de ataques aumentou após o assassinio. Em Junho, intrusos iniciaram um incêndio à Escola Islâmica Darul Uloom em Chislehurst, a cerca de 10 km de Woolwich, onde Rigby foi morto.¹³²⁴

Incidentes anti-semitas afectaram toda a comunidade judaica, desde os judeus ortodoxos aos judeus reformados e mesmo judeus que não praticam a religião. Um relatório do *Community Security Trust* revelou um aumento de 5% em 2012 em comparação com 2011. Os dois totais mensais mais elevados de 2012 ocorreram em Março e Novembro, com setenta e cinco e oitenta e dois incidentes anti-semitas respectivamente, ambos incluindo 'picos' temporários de incidentes registados causados por reacções a acontecimentos externos: o tiroteio terrorista na Escola Judaica de Ozar Hatorah em Toulouse, França, em Março; e o aumento do conflito no sul de Israel e Gaza em Novembro.¹³²⁵ Foram registados 529 incidentes anti-semitas em 2013, uma diminuição de 18% em relação aos 649 incidentes registados em 2012. Os incidentes violentos em 2013 incluíram três estudantes judias ortodoxas em Gateshead que foram atacadas por um grupo de jovens em Janeiro. O grupo ameaçou as estudantes antes de empurrar e arrastar duas delas para a estrada de onde vinha o trânsito.

Escolas religiosas

O Governo de coligação conservadora/liberal democrata introduziu normas que ditam que as as novas escolas ou academias religiosas gratuitas devem admitir pelo menos 50% dos seus alunos de religiões diferentes da religião professada pela escola quando tiverem excesso de procura. Isto tem um impacto nas escolas religiosas, pois, segundo a Lei da Educação (2011), as autoridades locais em Inglaterra devem procurar propostas para o estabelecimento de uma academia se for necessário criar uma nova escola. A Igreja Católica em Inglaterra e no País de Gales anunciou que não vai criar quaisquer novas escolas ou academias gratuitas por causa do limite nas admissões baseadas na fé. Este movimento do Governo trouxe críticas por parte de alguns políticos. O Deputado Mark Hoban do Partido Conservador disse:

O Acordo de Coligação matou a perspectiva de novas academias e escolas gratuitas católicas. O acordo diz: «Vamos garantir que todas as novas academias seguem uma política de admissões inclusiva. Vamos trabalhar com os grupos religiosos para permitir mais escolas religiosas e facilitar as políticas de admissão inclusivas em tantas escolas quanto possível.» Isto traduziu-se num limite à proporção de lugares que podem ser atribuídos a crianças cuja fé é a mesma da academia ou escola gratuita... Social e eticamente, as escolas católicas

¹³²² *Guardian*, 28/05/13: www.theguardian.com/uk/2013/may/28/woolwich-murder-200-islamophobic-incidences.

¹³²³ *Guardian*, 20/12/13: www.theguardian.com/uk-news/2013/dec/20/soldiers-firebombed-mosque-lee-rigby-murder-jailed.

¹³²⁴ *Guardian*, 09/06/13: www.theguardian.com/uk/2013/jun/09/islamic-boarding-school-fire-bromley-suspicious; *Evening Standard*, 10/06/13: www.standard.co.uk/news/london/fire-at-london-islamic-school-four-teenagers-arrested-as-police-step-up-security-8651586.html?origin=internalSearch.

¹³²⁵ O contexto e os pormenores dos incidentes 'extra' registados durante estes dois picos sugerem que foram guiados por diferentes fenómenos: o pico de Março reflecte um aumento temporário nas taxas de relato por parte da comunidade judaica britânica e não um aumento no número de incidentes ocorridos; enquanto o pico de Novembro pareceu mostrar um aumento genuíno no número de incidentes ocorridos.

são muito inclusivas: têm uma proporção mais elevada de alunos de minorias étnicas e de zonas desfavorecidas do que a média das escolas, e estes alunos não são exclusivamente católicos... É difícil manter um conjunto partilhado de valores e um *ethos* se metade dos alunos não subscreverem as crenças e práticas da fé católica.¹³²⁶

O comentador político católico Chris Whitehouse referiu que mais de 30% dos alunos que frequentam escolas católicas, ou seja, mais de 240 mil alunos, não são católicos.¹³²⁷

Em Outubro de 2012, o Supremo Tribunal aprovou um pedido de revisão judicial de uma decisão de abrir duas escolas católicas selectivas no bairro londrino de Richmond-upon-Thames. O caso foi submetido em conjunto pela *British Humanist Association* e pela Campanha Escolas Inclusivas em Richmond. O município de Richmond aprovou a abertura das escolas católicas com pagamento voluntário e não como escolas ou academias gratuitas.¹³²⁸ O município argumentou que não pensava que houvesse uma «necessidade» (no sentido legal do termo na legislação) de qualquer nova escola na zona, e por isso não se sentia no dever de solicitar propostas para escolas ou academias gratuitas. O tribunal rejeitou o pedido e a primeira destas escolas, *St. Richard Reynolds Catholic College*, abriu em Setembro de 2013.¹³²⁹

No seguimento deste caso, houve oposição geral às escolas religiosas e, em Junho de 2013, a Campanha Admissões Justas foi lançada para pressionar todas as escolas em Inglaterra e no País de Gales financiadas pelo Estado «a abrirem igualmente para todas as crianças, sem olharem à religião ou credo», ou seja, procura pôr fim às escolas que seleccionam os alunos de acordo com critérios de religião. De acordo com o Professor Ted Cantle, um dos principais defensores da campanha, as escolas com requisitos de admissão religiosa são «automaticamente uma fonte de divisão».¹³³⁰ Falando em Novembro, o Arcebispo de Cantuária Justin Welby falou da necessidade de uma maior inclusividade nas escolas religiosas, ao mesmo tempo que apoiava «a actual política para que as escolas criem os seus próprios critérios de admissão, incluindo o critério da fé».¹³³¹

¹³²⁶ Site da Conservative Home: www.conservativehome.com/platform/2014/02/from-markhobanmp-the-cap-on-admissions-to-faith-schools-should-be-scraped.html.

¹³²⁷ Chris Whitehouse, «Send Gove a Message over Catholic Schools», *Universe*, 18/02/14: www.thecatholicuniverse.com/send-gove-message-catholic-schools/.

¹³²⁸ Site da *British Humanist Association*: <https://humanism.org.uk/2012/10/04/news-1122/>.

¹³²⁹ Blogue da *UK Human Rights*: <http://ukhumanrightsblog.com/2012/12/15/high-court-rejects-humanist-associations-challenge-to-faith-school-proposals-in-richmond/>.

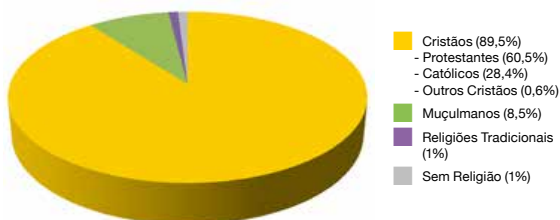
¹³³⁰ Site da *Fair Admissions Campaign*: <http://fairadmissions.org.uk/about/>.

¹³³¹ *Daily Mail*, 14/11/13: <http://dailymail.co.uk/news/article-2506970/Archbishop-Canterbury-says-faith-tests-CofE-schools-longer-best-way-choose-students.html>.

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
4.616.417	622.984 km ²	14.322	252.865	206.000

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informações gerais¹³³² e situação legal

O Artigo 8 da antiga Constituição de 27 de Dezembro de 1994 garantia a liberdade de consciência, assembleia e culto. Esta Constituição foi suspensa pouco depois da tomada violenta do poder pela coligação rebelde Séléka em Março de 2013 (ver abaixo ‘Formação do Séléka’). Independentemente disso, a Constituição foi substituída a 23 de Julho de 2013 pela Carta da Transição, promulgada pelo Conselho Nacional de Transição. Esta lei, que funciona como Constituição interina, garante a liberdade religiosa no Artigo 11 (que reproduz todo o texto do Artigo 8 da anterior Constituição). Os partidos políticos estão proibidos de aderir formalmente a uma religião específica e todas as formas de fundamentalismo religioso e intolerância religiosa são proibidas.

Todos os grupos religiosos devem registar-se junto do Estado. Existe um assessor religioso presidencial no Governo. Todas as denominações religiosas têm direito a emitir um programa semanal na rádio estatal e a ter as suas próprias estações de rádio. A Rádio *Notre Dame*, católica e sediada em Bangui, e a Rádio *Nehemie*, protestante, são as principais estações de rádio religiosas. Algumas outras estações católicas pararam as suas emissões após as violentas acções do Séléka nas cidades onde costumavam emitir. É o caso da Rádio *Siriri*, em Bouar, e da Rádio *Maria Be Africa*, em Bossangoa. Apesar da situação de instabilidade, a Rádio *Maria* conseguiu organizar-se para começar a emitir em Bangui no final de 2013.

A educação religiosa não é obrigatória, mas está disponível na maior parte das escolas. A Igreja Católica tem uma rede de escolas em todas as nove dioceses e gere escolas coordenadas pelo gabinete do ECAC (acrónimo francês para ‘Ensino Católico’), com um memorando de entendimento assinado com o Ministério da Educação. Entre os seus 60 mil alunos há um número relativamente pequeno de protestantes e muçulmanos.

¹³³² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/central-african-republic
População: <http://databank.worldbank.org>
Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Central African Republic>
Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e45c156&submit=GO

As principais celebrações religiosas, tanto cristãs como muçulmanas, são feriados públicos. Em Abril de 2013, o Governo liderado pelo Séléka acrescentou a festa do nascimento do Profeta Maomé.

Formação do Séléka

O 'Séléka', uma aliança de facções de milícias rebeldes, foi formado em Setembro de 2012 por quatro grupos rebeldes que tinham assinado diferentes acordos de paz com o anterior regime, mas cujos combatentes nunca foram desmobilizados.¹³³³ O grupo foi inicialmente liderado por Michel Dlotodia, que mais tarde foi instaurado como o presidente da República Centro-Africana.

A maior parte dos combatentes nas suas fileiras são muçulmanos de grupos étnicos do norte, sobretudo Gula e Runga, entre os quais os sentimentos de marginalização pelos regimes políticos anteriores datam de há décadas. A eles juntaram-se também milhares de mercenários estrangeiros do Chade e do Sudão (Darfur).

O Séléka, que não é abertamente um grupo religioso embora seja constituído sobretudo por muçulmanos, levou a cabo actos violentos desde a sua formação, sobretudo contra propriedades dos cristãos (incluindo igrejas), bem como contra os apoiantes do antigo presidente François Bozizé.

Violência e perseguição

Pouco depois da formação do Séléka, rapidamente se desenvolveu um padrão comum de destruição arbitrária de propriedades de cristãos ou animistas, em muitos casos com a cooperação dos seus vizinhos muçulmanos e de pastores nómadas muçulmanos da etnia Peul. Estes ataques contra cristãos e instituições da Igreja começaram em Dezembro de 2012. O Séléka começou a sua ofensiva no nordeste e ocupou cidade após cidade antes de irromper pela capital adentro em Março de 2013.

A 6 de Janeiro de 2013, durante a ocupação de Bambari, dezenas de rebeldes do Séléka saquearam e danificaram a catedral, diversas comunidades religiosas, a rádio diocesana *Be Oke* e a casa episcopal. O Bispo Edouard Mathos, de Bambari, foi repetidamente espancado e sofreu graves ferimentos na cabeça.

A 16 de Janeiro de 2013, o Séléka saqueou e destruiu parte das instalações da sede diocesana, incluindo a residência do bispo. Uns dias mais tarde, o bispo teve de organizar a evacuação de uma comunidade de religiosas ruandesas em Mbrès, depois de as irmãs terem recebido diversas ameaças.

Bangassou caiu nas mãos do Séléka a 11 de Março. Várias instalações diocesanas católicas foram saqueadas, como por exemplo, a garagem, o armazém, um dispensário e uma maternidade. Também a residência dos Padres do Espírito Santo, a comunidade das Irmãs Franciscanas, a casa dos trabalhadores humanitários, o seminário menor e a escola do ECAC foram saqueados. Foram roubados ou destruídos todos os trinta e nove veículos da diocese.

Em Março de 2013, foi quebrado um acordo de paz que tinha sido assinado no mês anterior. Depois de dias de combate, a 24 de Março o Séléka capturou Bangui, forçando o presidente François Bozizé a fugir do país. O Séléka instaurou Michel Dlotodia como o primeiro presidente muçulmano da República Centro-Africana.

¹³³³ O Séléka foi formado pelos seguintes grupos: *Union des Forces Démocratiques pour le Rassemblement* (UFDR), *Convention des Patriotes pour la Justice et la Paix* (CPJP), *Convention Patriotique du Salut du Kodro* (CPSK) e a *Front Démocratique du Peuple Centrafricain* (FDPC).

No mesmo dia em que o Séléka realizou o seu golpe de Estado, rebeldes do movimento invadiram a Catedral da Imaculada Conceição durante a Missa de Domingo de Ramos, disparando tiros para o tecto e exigindo que os crentes assustados entregassem as chaves de todas as motorizadas e outras viaturas estacionadas no exterior. Invadiram também a residência dos padres nas vizinhanças, dispararam tiros para dentro da casa e saquearam os quartos dos sacerdotes. Regressaram nove vezes ao longo dos dias seguintes e continuaram a saquear outros lugares, como por exemplo a casa de hóspedes da igreja e a comunidade das Irmãs Missionárias do Espírito Santo.

A maior parte das instituições da Igreja em Bimbo, uma povoação nos arredores de Bangui, foram atacadas: a Paróquia de Santo António de Pádua, as Irmãs Dominicanas, as Irmãs de São Paulo de Chartres, o instituto religioso *Apôtres de Jésus Crucifié* e o Seminário Maior de São Marcos. No bairro de Damala, o Séléka assassinou dezassete pessoas durante a noite de 27 de Março. Nesse mesmo dia, alguns combatentes do movimento invadiram a comunidade dos Salesianos de Dom Bosco e, depois de saquearem os seus quartos, intimidaram os padres disparando tiros à queima-roupa. Como consequência, um sacerdote sofreu ferimentos graves num dos tímpanos. Outro sacerdote, da Paróquia de Santa Ana, foi esfaqueado na mão e nas coxas quando confrontou os rebeldes que saqueavam a casa da paróquia.

A comunidade protestante também sofreu inúmeros ataques. A 13 de Abril, um veículo militar que transportava combatentes do Séléka atropelou um cortejo fúnebre na ponte de Ngaragba, perto do bairro de Ouango, nos arredores de Bangui, enquanto as pessoas transportavam o corpo do falecido a caminho do cemitério próximo. Alguns reagiram atirando pedras contra o veículo. Os rebeldes chamaram reforços. Novos veículos com homens armados chegaram e dispararam sobre a multidão, matando dezoito pessoas. Um pastor que se aproximou dos rebeldes do Séléka brandindo uma Bíblia e apelando à calma foi atingido a tiro à queima-roupa várias vezes e foi morto.¹³³⁴ No dia seguinte, durante uma operação de desarmamento no bairro de Boy-Rabe, um míssil disparado pelo Séléka caiu numa igreja evangélica durante um serviço religioso. Morreram três pessoas e treze ficaram gravemente feridas, entre as quais várias crianças.

A 18 de Abril, o Séléka saqueou o Seminário Menor de São João, na Diocese de Bossangoa. Os sacerdotes que trabalhavam no seminário receberam ameaças de morte e foram forçados a transportar alguns dos itens saqueados para a base militar dos rebeldes. As restantes dioceses católicas da República Centro-Africana, como por exemplo Alindao, Bouar, Berberati e M'Baiki, também sofreram ataques semelhantes.

A 21 e 22 de Abril, o Séléka atacou a vila de Ouango e, depois de incendiar 900 casas, saqueou a casa paroquial e a comunidade das irmãs, e profanaram o edifício da igreja.¹³³⁵

A 2 de Junho, alguns rebeldes interromperam as celebrações da Eucaristia na Paróquia de Notre-Dame d'Afrique, em Bangui, ameaçaram a congregação à pistola e gritaram que alguns dos crentes lhes deviam dinheiro. Apenas a intervenção atempada da patrulha da FOMAC (a força de intervenção multinacional) impediu que este incidente degenerasse num banho de sangue. Dois dias mais tarde, o Arcebispo Dieudonné Nzapalainga de Bangui escreveu uma carta aberta de protesto ao presidente Djotodia e instruiu os sacerdotes de Bangui a lerem-na em todas as Missas do domingo seguinte.

A 16 de Setembro de 2013, o Padre Aurelio Gazzera, um carmelita italiano que trabalhava para a Diocese de Bouar, foi esbofetado e recebeu ameaças de morte por parte de um coronel

¹³³⁴ www.hrw.org/reports/2013/09/18/i-can-still-smell-dead-0

¹³³⁵ Entrevista do autor com o Bispo de Bangassou.

do Séléka quando o sacerdote entrou na base militar de Bazoum para exigir a libertação de um jovem que tinha sido detido arbitrariamente e torturado.¹³³⁶ Os rebeldes do Séléka tinham exigido um resgate de 150 mil CFA (equivalentes a 220 euros) dos pais do jovem. Uns dias antes, alegadamente, o Séléka tinha pegado fogo a mais de 1.000 edifícios residenciais em Bohong, uma aldeia localizada a uns quilómetros de Bazoum. Durante essa incursão, o Séléka realizou ataques de fogo posto contra cinco edifícios de igrejas (quatro protestantes e uma católica) e profanou a capela de uma comunidade de religiosas.

A 28 de Setembro de 2013, rebeldes armados do Séléka ataram e amordaçaram o Padre Benjamin Gusmeroli, um missionário italiano, e o Diácono Martial Mengue na sua missão de Nossa Senhora de Fátima, em Bouar. Durante o ataque, os sacerdotes receberam ameaças de morte e a maior parte das suas posses foram apreendidas.¹³³⁷

Sob forte pressão internacional, o presidente Djotodia tomou medidas para restaurar a lei e ordem em Setembro e Outubro de 2013, e foi ao ponto de declarar oficialmente o Séléka como dissolvido. Com a violência a continuar em todo o país, Djotodia acabou por ser pressionado pelos líderes regionais a demitir-se e deixou o seu cargo a 10 de Janeiro de 2014.

Avaliação destes acontecimentos

A Nunciatura Apostólica em Bangui calcula que bens no valor de 4,4 milhões de euros foram saqueados de instituições católicas entre Dezembro de 2012 e Setembro de 2013.

A Conferência Episcopal da República Centro-Africana denunciou consistentemente estes ataques e os inúmeros abusos perpetrados contra a população civil. No final da sua assembleia plenária, realizada em Bimbo, a 12 e 13 de Junho de 2013, os dez bispos católicos emitiram uma mensagem que foi lida em todas as igrejas no domingo, dia 23 de Junho. A mensagem continha uma exortação a todos os fiéis para que «sejam fortes na fé». «Nunca vimos nada assim no nosso país», afirmava a mensagem. «Nunca, em momento algum, conhecemos um conflito de tal gravidade, nunca um levantamento político-militar se propagou com tanta violência no nosso território.» À medida que reflectiam sobre a natureza sistemática dos ataques realizados contra os Cristãos e as instituições da Igreja, os bispos perguntavam-se se as novas autoridades poderiam possivelmente ter tido «uma agenda escondida» para o país.¹³³⁸

Esforços de mediação

O Arcebispo Dieudonné Nzapalainga, de Bangui, presidente da Conferência Episcopal da República Centro-Africana, desempenhou um papel proeminente no trabalho de pressão e mediação. O seu trabalho de mediação teve o seu auge a 28 de Agosto de 2013 quando milhares de pessoas ocuparam a pista de aterragem do aeroporto internacional de Bangui para protestar contra as incursões do Séléka nos seus bairros. Após a sua intervenção, um comité de manifestantes encontrou-se com o presidente Djotodia e este tomou medidas para pôr fim à violência.

Este padrão de mediação realizada através de líderes religiosos começou em Dezembro de 2012 quando o Arcebispo Nzapalainga deu início a um grupo de paz inter-religiosa juntamente com o Imã Oumar Kobine Layama, presidente da Comunidade Islâmica, e o Reverendo Nicolas Guerekoyame, presidente da Associação das Comunidades Evangélicas. Desde essa altura, estes três líderes religiosos de topo realizaram diversas missões de boa vontade nalgumas

¹³³⁶ www.rjdh-rca.net/actulites/droit-de-l-homme-et-justice/bozoum-un-religieux-gifle-et-menace-a-mort-par-un-officier-de-l-ex-seleka.html

¹³³⁷ www.fides.org/es/news/36124-AFRICA_REP_CENTROAFRICANA_La_mision_de_Nuestra_Senora_de_Fatima_en_Bouar_saqueada#.Um95LV0t3XA

¹³³⁸ www.cecarca.org/topic/message-au-people-de-centrafrique.pdf

zonas de crise do país, organizando encontros de paz e diálogo, e sessões de formação conjunta de mediação para religiosos das três principais denominações. Enviaram igualmente uma delegação a Nova Iorque, a 24 e 25 de Setembro 2013, integrada na missão de pressão da sociedade civil, por ocasião da Assembleia Geral da ONU.

Em muitos casos, estas intervenções conjuntas conseguiram acalmar situações muito tensas, como aconteceu em Setembro de 2013, durante confrontos armados entre o Séléka e grupos de «auto-defesa» em Bossangoa e algumas aldeias vizinhas, que ceifaram centenas de vidas em ambos os lados. Durante os confrontos violentos em Bossangoa, houve relatos de ataques de retaliação contra muçulmanos, incluindo casos em que estes foram queimados vivos nas suas casas.

Ocorreram também confrontos violentos entre cristãos e muçulmanos em Bangassou no início de Outubro de 2013, mas estes não se propagaram graças à rápida e atempada intervenção de uma força da FOMAC. O Arcebispo Nzapalainga, o Reverendo Nicolas Guerekoyame e o Imã Oumar Kobine Layama tentaram servir de mediadores em Bangassou durante os confrontos entre cristãos e muçulmanos. Houve momentos de muita tensão e o Imã Kobine Layama escapou por pouco a ser linchado por uma multidão em fúria. O Bispo católico local, Juan José Aguirre, interveio rapidamente e conseguiu salvar-lhe a vida.

Os relatos sugerem que a iniciativa teve a oposição de altos responsáveis do Séléka. A 5 de Agosto de 2013, o Imã Oumar Kobine Layama foi convocado pelo General Nouredine Adam (considerado o número dois da coligação e então ministro da Segurança) e foi repreendido por estar demasiado próximo dos líderes cristãos.¹³³⁹ No dia seguinte, o Reverendo Nicolas Guerekoyame foi detido e levado ao Departamento Central de Repressão do Banditismo, uma unidade de detenção no centro de Bangui. O Arcebispo Nzapalainga apareceu rapidamente e exigiu ver o Reverendo Guerekoyame, afirmando que não sairia dali até ele ser libertado, o que ocorreu umas horas mais tarde.¹³⁴⁰ Num sinal de que a colaboração inter-religiosa estava a ser cada vez mais reconhecida, a 24 de Outubro de 2013 os líderes cristãos e religiosos foram nomeados membros de uma recém-criada Comissão Nacional para o Diálogo e Reconciliação, com um mandato para mediar conflitos em todo o país.¹³⁴¹

Renúncia do líder do Séléka e continuação da violência

O fim 'oficial' do regime do Séléka foi marcado pela renúncia do seu líder, Michel Djotodia, em Janeiro de 2014. Contudo, apesar da sua saída oficial, os seus membros continuaram a cometer crimes, como por exemplo saques, violações e assassínios. Na altura em que escrevemos este relatório, ainda controlam uma grande área do norte da República Centro-Africana, bem como algumas zonas do centro. Os seus membros ainda estão envolvidos em combates com os principais membros das milícias anti-balaka.

Ataques anti-balaka contra comunidades muçulmanas

Nas semanas antes da renúncia de Michel Djotodia, acredita-se que os rebeldes anti-balaka foram responsáveis por um ataque selvagem «de vingança» ao grupo étnico Peul, em Boali, a cerca de 95 km da capital, Bangui. Membros dos Peul, predominantemente muçulmanos, foram acusados de apoiar vários ataques do Séléka a casas de cristãos e animistas. A BBC e outras fontes noticiosas descreveram os anti-balaka como uma «milícia cristã» e falaram de «violência sectária». Mas uma declaração da Conferência Episcopal em Janeiro de 2014

¹³³⁹ Entrevista do autor ao Imã Kobine Layama

¹³⁴⁰ Entrevista do autor ao Arcebispo Dieudonné Nzapalainga

¹³⁴¹ <http://centrafrique-presse.over-blog.com/2013/10/rca-autorit%C3%A9s-et-chefs-religieux-tentent-d-apaiser-les-tensions.html>

rejeitou estas descrições: «Não aceitamos as generalizações que apresentam os anti-balaka como uma milícia cristã... reiteramos que nem todos os anti-balaka são cristãos e que nem todos os cristãos são anti-balaka. O mesmo se passa com os ex-Séléka e os muçulmanos. A linguagem desadequada que considera os anti-balaka como uma milícia cristã tem de ser corrigida. Esta generalização... leva as pessoas a atribuírem um carácter sectário a uma crise que é acima de tudo política e militar.»

A renúncia de Michel Djotodia em Janeiro de 2014 foi marcada pelo aumento dos ataques em todo o país contra os Muçulmanos por parte destas milícias ‘anti-balaka’. Em Bangui, bairros inteiros foram esvaziados de muçulmanos e a sua presença foi quase apagada da cidade. As mortes violentas de muçulmanos nalguns bairros de Bangui foram realizadas em plena luz do dia por rebeldes anti-balaka juntamente com civis não-muçulmanos e as suas propriedades foram saqueadas ou destruídas.

Tanto a Amnistia Internacional como a *Human Rights Watch* registaram relatos em primeira mão de ataques em larga escala a civis muçulmanos. O ataque mais letal documentado pela Amnistia ocorreu a 18 de Janeiro de 2014, em Bossemptele, onde pelo menos 100 muçulmanos foram mortos. Entre os mortos estavam mulheres e homens idosos. Ao longo de todo o mês de Janeiro e da primeira semana de Fevereiro, milhares de famílias das cidades com populações muçulmanas consideráveis – Bossangoa, Bozoum, Bouca, Yaloké, Mbaiki, Bossembélé e outras – fugiram aos ataques. Antes do conflito, Yaloké, um grande centro de comercialização de ouro, tinha uma população muçulmana estimada em 30 mil pessoas e oito mesquitas. Quando a *Human Rights Watch* visitou a cidade, no início de Fevereiro de 2014, restavam menos de 500 muçulmanos e uma mesquita.¹³⁴²

Resumo e situação actual

De acordo com a *BBC News*, o conflito deslocou cerca de 25% da população de 4,5 milhões de pessoas da República Centro-Africana. A União Africana, a França e a União Europeia têm cerca de 7 mil tropas envolvidas na resolução do conflito.¹³⁴³ O actual primeiro-ministro do país, André Nzapayekehas, afirmou que o Séléka está a criar um exército e uma força policial paralelos. E acrescentou: «Estes actos não são mais do que uma tentativa de partição do país». Entre receios de genocídio, a ONU prometeu enviar cerca de 12 mil capacetes azuis para a República Centro-Africana.

Fontes:

Conferência Episcopal. Comissão Nacional Justiça e Paz.

Entrevistas com dois bispos católicos, o presidente da Aliança dos Evangélicos na República Centro-Africana e o presidente da Comunidade Islâmica na República Centro-Africana.

Rede de Jornalistas pelos Direitos Humanos (www.rjdh-rca.net)

Mundo Negro magazine (Missionários Combonianos, Madrid, Espanha)

Radio France International (www.rfi.fr)

Human Rights Watch (Relatório «I can still smell the dead», 18 de Setembro de 2013)

Amnistia Internacional. República Centro-Africana – Crise de Direitos Humanos em Espiral fora de Controlo. 29 de Outubro de 2013.

OCHA Nações Unidas e UNHCR.

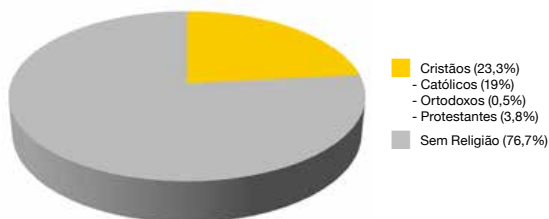
¹³⁴² *The Guardian online*, quarta-feira, 12 de Fevereiro de 2014 (<http://theguardian.com>)

¹³⁴³ www.bbc.co.uk/news/world-africa-27485051

REPÚBLICA CHECA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
10.534.000	78.865 km ²	3.184	945	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

As comunidades religiosas podem registar-se na República Checa¹³⁴⁴ em duas fases. Primeiro, para obter certas isenções fiscais, uma comunidade precisa de demonstrar inicialmente que tem pelo menos 300 membros. Para isto, o Estado requer um relatório anual de actividades. Passados dez anos, as comunidades religiosas podem candidatar-se a uma segunda fase. Para isso, precisam de provar que têm pelo menos 0,1% da população (actualmente cerca de 10.500 pessoas) como membros. Uma comunidade religiosa totalmente registada recebe subsídios estatais, pode nomear capelães militares e disponibilizar instrução religiosa nas escolas estatais, desde que pelo menos sete crianças numa dada turma pertençam a essa confissão religiosa.

Durante o período deste relatório, houve inúmeros incidentes anti-semitas e anti-muçulmanos sob a forma de ataques verbais e difamação por parte de grupos radicais de direita pequenos mas bem organizados, que estão a obter cada vez mais simpatia na sociedade. Nas cidades de Hradec Kralove e Brno, as autoridades locais opuseram-se à construção de novas mesquitas.¹³⁴⁵

Existe um conflito em curso entre o Estado e as Igrejas em relação à questão da restituição de bens da Igreja roubados durante a ocupação nazi e o subsequente regime comunista. Antes das eleições regionais em 2012, o Partido Social-Democrata checo e os comunistas fizeram campanha em conjunto contra qualquer devolução de bens da Igreja. Os seus cartazes eleitorais mostravam duas mãos: a de um sacerdote com vestes ornamentais e a de um político (presumivelmente conservador) a entregar-lhe um grande saco de dinheiro. A campanha foi condenada pela Igreja Católica e pelas comunidades judaicas, que os compararam aos cartazes anti-religiosos e aos panfletos das eras nazi e comunista. Em resposta a isto, os socialistas acusaram a Igreja de ter desempenhado um papel negativo na Eslováquia durante a Segunda Guerra Mundial.¹³⁴⁶ Os conservadores favoreceram a restituição dos bens, considerando o

¹³⁴⁴ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/czech-republic>

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Czech Republic>

Refugiados (internos): <http://unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48dc56&submit=GO>

¹³⁴⁵ <http://state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208306#wrapper>

¹³⁴⁶ <http://intoleranceagainstchristians.eu/case/restitution-of-property-to-catholic-church-in-czech-republic-accompanied-with-dirt-campaign-against-the-church.html>

assunto como devolução de bens roubados. Foi alcançado um acordo no qual, a longo prazo, o Estado vai deixar de pagar salários aos sacerdotes. Desta forma, a restituição também é vista como um meio de realizar a separação entre Igreja e Estado, tal como previsto na Constituição.¹³⁴⁷ Durante o ano de 2012, o Governo de Petr Necas decidiu que os bens da Igreja devem ser gradualmente devolvidos à Igreja nos próximos trinta anos, e que devem ser pagas indemnizações por bens danificados ou por bens que não podem ser restituídos. Os social-democratas, os comunistas e os apoiantes do partido do presidente Milos Zeman, que já não está representado no Parlamento desde as eleições de 2013, continuaram a exigir uma revisão do programa de restituições,¹³⁴⁸ embora não seja certo se isto vai acontecer ou não.¹³⁴⁹ Só no final de Janeiro de 2014 é que um novo Governo de coligação, constituído por social-democratas, cristãos democratas e o partido de protesto ANO, foi formado sob a liderança do social-democrata Bohuslav Sobotka.

¹³⁴⁷ <http://welt.de/politik/ausland/article108569362/Wenn-die-Kirche-in-Tschechien-Klassenfeind-wird.html>

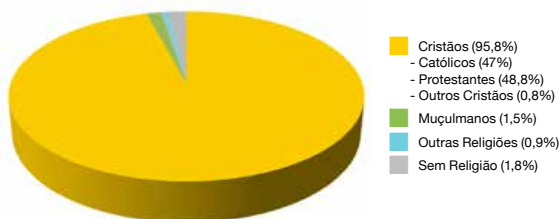
¹³⁴⁸ http://diepresse.com/home/politik/aussenpolitik/1447736/Tschechien_Zeman-will-KirchenRestitution-revidieren

¹³⁴⁹ <http://radio.cz/de/rubrik/tagesecho/sozialdemokratenchef-sobotka-mit-regierungsbildung-beauftragt>

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
67.513.677	2.344.860 km²	113.362	499.541	2.963.799

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Artigo 13 da Constituição de 2006 proíbe todo o tipo de discriminação com base na origem étnica, na denominação religiosa ou na opinião.

Da mesma forma, o Artigo 22 garante o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião: «Cada pessoa tem o direito de manifestar a sua religião ou convicções, sozinha ou em grupo, em público ou em privado, através do culto, ensino, prática, observância de ritos e do estado da vida religiosa, em coerência com o respeito pela lei, a ordem pública e os direitos das outras pessoas.»

A República Democrática do Congo¹³⁵⁰ respeita o princípio da natureza secular do Estado, com respeito pelo pluralismo religioso. Todos os grupos religiosos devem estar registados e os seus estatutos têm de ser aprovados pelo Ministério da Justiça. Devem também declarar a lista dos seus membros activos e apresentar todos os anos um relatório anual das suas actividades.

A Igreja Católica goza de um estatuto de isenção fiscal relativamente à importação de veículos e medicamentos, bem como na contratação de pessoal estrangeiro.

Todos os grupos religiosos têm total liberdade para se envolver em proselitismo, catequização e evangelização, actividades que alguns pregadores realizam em locais tão estranhos como os mercados, os cruzamentos e os autocarros públicos. Até mesmo à noite, as igrejas são livres de realizarem eventos religiosos ou de culto, ou actividades de formação. Por causa do fenómeno conhecido como '*koluna*' (criminalidade jovem), deslocar-se à noite pode ser perigoso em Kinshasa e nalgumas outras cidades. Para evitar este risco, os fiéis de diferentes denominações podem passar toda a noite nas suas igrejas, até de madrugada.

Há liberdade para construir igrejas e para angariar fundos dentro e fora do país. No entanto, na província do Kivu do Sul registaram-se inúmeros casos de conflitos de terras envolvendo propriedades da Igreja Católica. A este respeito, alguns sacerdotes queixaram-se

¹³⁵⁰ População: <http://data.worldbank.org/country/congo-dem-rep>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e45c366&submit=GO

do não cumprimento de decisões dos tribunais por parte de alguns indivíduos que queriam apropriar-se indevidamente de terrenos da Igreja.¹³⁵¹

Existe um memorando de entendimento entre o Estado e a Igreja Católica relativamente à gestão das escolas. A educação religiosa é ensinada nas escolas. A Igreja Católica e outras denominações religiosas gerem um vasto leque de instituições, como por exemplo escolas, centros de saúde, obras sociais como orfanatos e órgãos de comunicação social. Na realidade, a maior parte dos canais televisivos e estações de rádio em Kinshasa pertencem a alguma igreja.

Em Setembro de 2013, o Pastor Denis Lessie, fundador da Igreja Arca de Noé foi condenado a dez anos de prisão, embora as acusações contra ele fossem de fraude e não tivessem nada a ver com qualquer questão religiosa.¹³⁵²

Algumas estações de rádio geridas pelas chamadas 'églises de réveil' (igrejas do despertar) emitiram diversas mensagens que atacaram directamente a Igreja Católica pouco depois da renúncia do Papa Bento XVI, argumentando que este era um sinal claro de que o Catolicismo tinha chegado ao fim.

O leste do país continuou a sofrer com as ondas de violência que têm assolado as províncias de Kivu do Norte e do Sul desde meados da década de noventa, com dezenas de ataques levados a cabo por mais de vinte grupos armados diferentes. Houve também ataques realizados por congolese a grupos armados estrangeiros nas províncias Oriental e de Katanga. Na Província Oriental, os rebeldes do Exército de Libertação do Senhor, do Uganda, continuaram a atacar a população civil. Alguns religiosos foram também alvo da violência presente nestas áreas. O incidente de maior destaque ocorreu a 10 de Outubro de 2012, quando três sacerdotes assuncionistas foram raptados na paróquia onde estavam a trabalhar, em Mbau, perto de Beni (Kivu do Norte). Os Padres Anselme Kakule, Edmond Kisughu e Jean Pierre Ndulai foram raptados, presumivelmente por milicianos do ADF-NALU, um grupo rebelde ugandês conhecido pelo seu carácter islâmico radical que tem estado activo a realizar ataques em Beni e nas zonas vizinhas durante o ano de 2013.¹³⁵³ Alguns dos superiores da ordem dos assuncionistas foram contactados, em diferentes momentos, por homens que alegavam falar em nome dos raptadores e pediam resgates substanciais. Este facto tornou-os suspeitos de que pudessem ser vigaristas que quisessem tirar partido da situação. Na altura em que encerrámos a recolha de dados para este relatório (Novembro de 2013) não havia notícias de confiança relativas ao paradeiro destes três sacerdotes ou ao seu bem-estar.

Os muçulmanos que vivem em Beni, a maior parte dos quais estão envolvidos no comércio, queixaram-se de assédio por parte dos seus vizinhos, que muitas vezes os classificam como simpatizantes ou colaboradores do ADF-NALU.

Outros ataques contra algumas instituições religiosas na República Democrática do Congo parecem estar relacionados com criminalidade comum e não com ódio religioso. A 22 de Setembro de 2013, um gangue de homens armados invadiu uma escola de carmelitas de Vedruna, no bairro 13 de Kinshasa. Depois de drogarem o guarda, os atacantes roubaram dinheiro que as irmãs guardavam para pagamento dos professores do jardim-de-infância, um computador e três rádios.¹³⁵⁴

A situação da liberdade religiosa na República Democrática do Congo permanece estável desde a publicação do último relatório da liberdade religiosa.

¹³⁵¹ Entrevista a um sacerdote da Arquidiocese de Bukavu

¹³⁵² www.laprosperteonline.net/affi_article.php?id=411

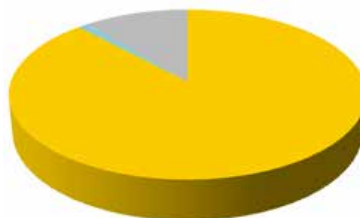
¹³⁵³ www.news.va/fr/news/afriquerd-congo-demande-de-rancon-pour-la-liberati

¹³⁵⁴ www.cenco.cd/actualite6.php

REPÚBLICA DOMINICANA



Confissões Religiosas



- Cristãos (88%)
 - Católicos (66,5%)
 - Protestantes (20,7%)
 - Outros Cristãos (0,8%)
- Outras Religiões (1,1%)
- Sem Religião (10,9%)

POPULAÇÃO:

10.056.000

SUPERFÍCIE:

48.671 km²

REFUGIADOS (INTERNOS)*:

714

REFUGIADOS (EXTERNOS)**:

265

DESALOJADOS:

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informação geral

De acordo com as Nações Unidas, a população da República Dominicana¹³⁵⁵ tem 10.056.000 habitantes¹³⁵⁶ e o país tem 48.671 km². A língua oficial é o espanhol e o sistema político é uma democracia parlamentar presidencial representativa, com os habituais três poderes: legislativo, executivo e judicial. Em relação à imigração, o recenseamento nacional indica que 5,4% da população é constituída por imigrantes, provenientes de um total de sessenta países diferentes, a maior parte dos quais do Haiti.¹³⁵⁷

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

De acordo com a Concordata de Trujillo, uma concordata assinada com o Vaticano, a fé católica é definida como a religião oficial e a Igreja Católica tem por isso certos privilégios, incluindo o reconhecimento oficial do seu direito canónico, o uso de fundos públicos para financiar algumas das suas despesas e a total isenção de taxas alfandegárias.¹³⁵⁸ No entanto, não existe uma religião estabelecida e a Constituição reconhece e protege a liberdade de consciência e religião, indicando que o Estado garante esta liberdade, embora com a devida atenção à ordem pública e aos bons costumes.¹³⁵⁹ A Constituição permite agora que inúmeras religiões celebrem casamentos com validade legal (ver abaixo). Contudo, estes grupos devem estar registados.¹³⁶⁰

A lei estipula que a Bíblia deve ser lida nas escolas estatais. No entanto, esta lei não é cumprida na totalidade e as escolas privadas não estão sujeitas a ela. O Governo reconhece vários dias de celebrações católicas, incluindo Natal, Epifania, Sexta-feira Santa, Corpo de Deus e duas outras celebrações específicas do país: Nuestra Señora de la Altagracia (Nossa Senhora das Graças) e Nuestra Señora de las Mercedes (Nossa Senhora das Mercês).¹³⁶¹

¹³⁵⁵ www.globalreligiousfutures.org/countries/dominican-republic

¹³⁵⁶ <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Dominican Republic>

¹³⁵⁷ www.one.gob.do/index.php?module=articles&func=display&aid=2905

¹³⁵⁸ www.state.gov/documents/organization/208686.pdf

¹³⁵⁹ republica-dominicana.justia.com/nacionales/constitucion-de-la-republica-dominicana/titulo-ii/capitulo-i/seccion-i/#articulo-45

¹³⁶⁰ www.state.gov/documents/organization/208686.pdf

¹³⁶¹ *ibidem*

Incidentes durante o ano em análise

Em Outubro de 2012, alguns muçulmanos queixaram-se de terem sido discriminados por causa da sua religião quando procuravam emprego, alegando preconceitos contra as suas crenças. Existe uma mesquita em Santo Domingo, sob a direcção do Imã Hamdi.¹³⁶²

Em Janeiro de 2013, na sequência de confrontos internos violentos entre apoiantes de duas facções dentro do principal partido político, o Partido Revolucionário Dominicano (PRD na sigla inglesa), Monsenhor Agripino Núñez Collado, reitor da Universidade Católica Pontifícia na capital Santo Domingo, ofereceu-se para mediar os dois lados, mas apenas sob condição de deixarem de apelar aos seus próprios militantes. Monsenhor Collado referiu que a mensagem que eles estavam a enviar via meios de comunicação através dos confrontos entre duas facções era prejudicial para os seus apoiantes e para a sociedade.¹³⁶³

Em Julho de 2013, grupos evangélicos protestaram contra as acções de James Brewster, embaixador norte-americano na República Dominicana, por ter levado o seu ‘parceiro’ homossexual a uma recepção oficial em honra do presidente da República. A união entre pessoas do mesmo sexo ainda é ilegal na República Dominicana e sentiu-se que o corpo diplomático não deveria ter sido envolvido. A Igreja Cristã de Alabanza apelou a uma ‘Segunda-feira Negra’ na qual todos os que se opusessem deveriam vestir-se de preto como forma de protesto. No entanto, a iniciativa teve pouco apoio. Pretendia-se usá-la como demonstração de que o povo Dominicano nunca aceitará ou reconhecerá uma união homossexual como um ‘casamento’.¹³⁶⁴

Em Agosto de 2013, teve lugar o primeiro casamento oficial não-católico na República Dominicana, graças a uma lei que permite agora que esses casamentos tenham efeitos legais. A lei foi de facto aprovada no ano anterior, mas por razões burocráticas só agora entrou em vigor. O casamento ocorreu entre testemunhas de Jeová, uma das três comunidades religiosas que estão agora também autorizadas a celebrar casamentos juridicamente vinculativos. As outras duas são a Igreja Cristã e a Igreja Palavra de Vida. No total, trinta e dois ministros e pastores de diferentes congregações estão agora registados para realizarem casamentos oficiais.¹³⁶⁵

¹³⁶² www.lalupa.com.do/2012/10/musulmanas-en-rd-de-frente-a-los-prejuicios

¹³⁶³ www.noticiassin.com/2013/01/iglesia-catolica-dispuesta-a-medar-en-crisis-del-prd-pero-si-desisten-de-convocatorias

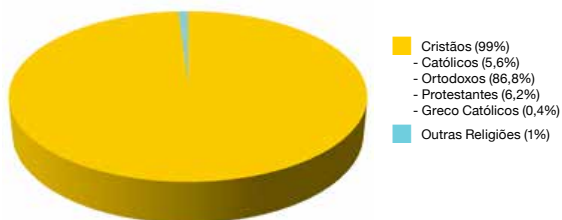
¹³⁶⁴ www.cristianodigital.net/protesta-evangelicos-no-es-contra-brewster-sino-contra-lo-que-el-representa

¹³⁶⁵ www.protestantedigital.com/ES/Internacional/articulo/17137/Primera-boda-oficial-no-catolica-en-rep-dominicana

ROMÉLIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
21.437.000	238.391 km ²	2.329	1.770	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Segundo a lei romena¹³⁶⁶, os grupos religiosos estão divididos em três categorias distintas. As «comunidades religiosas» que não são reconhecidas oficialmente e não podem receber nem apoio estatal nem isenções fiscais; as «sociedades religiosas» que são reconhecidas pelo Estado, mas não recebem subsídios estatais, podendo no entanto obter certas isenções fiscais; e as «religiões» – actualmente há dezoito grupos religiosos registados que têm direito a financiamento do Estado, que podem estabelecer escolas, ensinar religião nas escolas estatais, emitir programas religiosos de rádio e televisão, manter os seus próprios cemitérios e gozar de isenções fiscais. Os critérios para os subsídios estatais estão contudo escritos de forma vaga e a maior parte desses subsídios vão para a Igreja Ortodoxa Romena.

As relações entre a Igreja Ortodoxa Romena e a Igreja Greco-Católica são tensas. Estão em disputa por causa da restituição de bens da Igreja Greco-Católica, que foram confiscados em 1948 pelo regime comunista da altura e transferidos para a Igreja Ortodoxa Romena. Há uma lei que prevê a restituição dos bens roubados entre 1940 e 1989. Contudo, não abrange a devolução dos bens da Igreja acima referidos. Os protestos da Igreja Greco-Católica dirigidos ao Estado são frequentemente minados pela Igreja Ortodoxa Romena. Devido ao seu número reduzido de membros, a Igreja Greco-Católica tem de se sujeitar a um papel de subordinação. A validade das estatísticas oficiais (relativas ao número exacto de fiéis greco-católicos) é questionada pela Igreja Greco-Católica.

Por norma, em ocasiões oficiais de Estado, apenas são convidados dignitários da Igreja Ortodoxa e não de outras Igrejas ou religiões. Os grupos religiosos não-ortodoxos têm igualmente dificuldade em obter autorizações de construção. Por exemplo, a Igreja Greco-Católica tem estado, em vão, a tentar construir uma nova igreja em Sapintia desde 2003.

Apesar das decisões jurídicas relativas à devolução de bens à Igreja Greco-Católica, houve novamente confrontos durante o período em análise. É frequente que as decisões dos tribunais sejam ignoradas ou deliberadamente atrasadas. Por exemplo, de acordo com o relatório do Departamento de Estado Norte-Americano, a comunidade greco-católica em Budesti teve de esperar vinte anos, até Outubro de 2012, pela devolução da sua igreja. As

¹³⁶⁶ Confissões Religiosas: www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dld=208358#wrapper
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Romania>

propostas por parte da Igreja Greco-Católica para que haja cooperação entre as duas Igrejas, por exemplo através do uso alternado de igrejas pelas duas comunidades, foram ignoradas. Pelo contrário, na vila de Pesceana, os fiéis greco-católicos foram impedidos inclusivamente de entrarem no cemitério local.¹³⁶⁷

A Igreja Ortodoxa Romena também tem uma posição dominante em relação à educação. Numa queixa, membros da comunidade bahá'í protestaram contra um manual escolar da religião ortodoxa no qual as Testemunhas de Jeová, os Mórmones e os Bahá'í são descritos como seitas perigosas e a Igreja Greco-Católica é descrita como resultante do «proselitismo católico» no século XVIII.

Outro ataque contra a posição preponderante da Igreja Ortodoxa Romena veio de outro meio. Em Setembro de 2012, a Associação Humanista Secular (ASUR) opôs-se à presença da Igreja nas escolas estatais. Um dos regulamentos aos quais a associação se opôs foi a prática de registar automaticamente os alunos em aulas de instrução religiosa, mesmo que fosse possível retirá-los mais tarde. Os humanistas também criticaram o conteúdo dos manuais escolares, afirmando que palavras como 'inferno', 'pecado' e 'diabo' deviam ser retiradas. O Governo prometeu discutir estas objecções com representantes da Igreja Ortodoxa. Em Outubro de 2012, vinte e seis ONG escreveram ao ministro da Educação e pediram-lhe que autorizasse um debate público.

Durante o período deste relatório houve situações de perspectivas anti-semitas e ultranacionalistas expressas em programas televisivos de entrevistas e na Internet, e ocasionalmente de pessoas a negarem o Holocausto. Alguns dos comentários referiam-se à chamada 'Guarda de Ferro', um movimento fascista que se desenvolveu na Roménia antes da Segunda Guerra Mundial. Entre outros que expressaram as suas opiniões estava Corneliu Vadim Tudor, que até Julho de 2013 era o presidente do partido nacionalista 'Partidul România Mare' (PRM). Este partido não está representado no Parlamento romeno, mas está presente no Parlamento europeu. Noutra ocasião, em Março de 2012, Dan Sova, ministro das Infra-estruturas e membro do Partido Social Democrata (PSD), quando entrevistado na televisão, questionou o assassinio dos judeus em território romeno. Entre outras coisas, negou o massacre em Iasi no final de Junho de 1941, que ceifou 13 mil vítimas. Os comentários de Dan Sova foram duramente criticados pelo Centro Simon Wiesenthal em Nova Iorque. Quando confrontado com os factos, Dan Sova pediu desculpas e repudiou publicamente as suas afirmações. Em 2013, duas cidades romenas concederam a liberdade da cidade a antigos líderes da Guarda de Ferro.

Em Junho de 2013, o Governo romeno expressou o seu desejo de trabalhar a nível internacional pela defesa da liberdade religiosa e anunciou a sua intenção de trabalhar em conjunto com o Instituto Internacional para a Liberdade Religiosa (IIRF na sigla inglesa).

¹³⁶⁷ O sacerdote ortodoxo converteu-se após uma viagem a Roma.

RUANDA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
11.776.522	26.340 km²	73.349	83.937	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição do Ruanda¹³⁶⁸, promulgada em 2003 e revista por diversas vezes até 2010,¹³⁶⁹ garante a «liberdade de pensamento, opinião, consciência, religião, culto e suas manifestações públicas, de acordo com as condições definidas pela lei» (Artigo 33). O Artigo 54 proíbe o estabelecimento de «organizações políticas que sejam baseadas na raça, grupo étnico, clã, região, religião ou qualquer outra divisão que possa dar origem a discriminação».

Introduzido em Maio de 2012 no âmbito de uma mudança do Código Penal, o crime de perturbação de um serviço religioso é punível até sete anos de prisão e multas de entre 100 mil a um milhão de francos ruandeses (117 a 1.165 euros). O mesmo Código Penal também impõe multas por ataques físicos ou verbais a líderes religiosos e actos de desrespeito (sacrilégio) relativos a ritos ou símbolos religiosos. A política do Governo permite que as pessoas expressem a identidade religiosa (mas não étnica) através de vestuário específico em fotos oficiais para passaportes, cartas de condução e outros documentos oficiais.

Segundo a nova lei que governa os grupos religiosos, promulgada em 2012 (Lei n.º 06/2012, publicada no Diário Oficial da República do Ruanda), todos os grupos «cujos membros partilhem as mesmas crenças, culto e prática» devem registar-se no Gabinete de Governação do Ruanda para obterem estatuto legal. Apenas os grupos não-registados são obrigados a obter autorização para organização de eventos religiosos.¹³⁷⁰ Os grupos oficialmente reconhecidos não têm restrições em relação à realização das suas actividades pastorais, à organização da catequese, à construção de locais de culto, à posse e gestão de órgãos de comunicação social (sobretudo rádios) e à angariação de fundos realizada dentro e fora do país.

Todos os estudantes das escolas primárias e dos primeiros três anos da educação secundária devem frequentar uma aula de religião que abrange uma variedade de religiões. Os pais podem inscrever os seus filhos em escolas religiosas privadas.

¹³⁶⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Ruanda

População: <http://data.worldbank.org/country/Ruanda>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e45c576&submit=GO

Refugiados (externos): *Ibidem*

¹³⁶⁹ www.constituteproject.org/constitution/Ruanda_2010

¹³⁷⁰ www.state.gov/j/drl/rls/irf/2012/af/208184.htm

O Bispo católico de Cyangugu é conhecido por ter sido pressionado a tomar medidas contras os sacerdotes no estrangeiro que gerem o *site* www.leprophete.fr, que é crítico do Governo ruandês. O Padre Émile Nsengiyumva, um sacerdote da Arquidiocese de Kigali, passou dezanove meses na prisão (de Julho de 2011 a Janeiro de 2013) depois de ser considerado culpado de ‘destabilizar’ o país. O Padre Nsengiyumva apelou aos fiéis da sua paróquia para que participassem num plano do Governo para destruir as casas de pessoas pobres em bairros degradados. Isto ocorreu antes de os residentes receberem alojamento adequado alternativo noutra local.¹³⁷¹

Outros abusos da liberdade religiosa incluíram restrições impostas pelo Governo que afectaram membros de grupos religiosos minoritários, nomeadamente as Testemunhas de Jeová. Os responsáveis locais tomavam medidas ocasionais contra as Testemunhas de Jeová que se recusassem a cantar o hino nacional na escola ou a participar em patrulhamento comunitário nocturno, e formação civil e militar de ‘solidariedade’ obrigatória patrocinada pelo Governo.¹³⁷²

Tem havido um crescimento gradual e significativo do número de muçulmanos nos últimos anos, embora ainda constituam uma pequena minoria. Este facto está a ser relacionado com o prestígio que o Islamismo adquiriu no Ruanda durante o genocídio de 1994, quando os muçulmanos hutu e tutsi se apoiaram uns aos outros e foram menos afectados pelos assassínios. Além disso, os grupos de neo-pentecostais continuam a propagar-se, muitas vezes desenvolvendo fortes laços com a Frente Patriótica, o partido no poder desde 1994.¹³⁷³ Os pastores de diferentes grupos religiosos continuaram em privado a relatar que agentes do Governo tinham participado em serviços religiosos para monitorizar os seus sermões e seguir os seus movimentos. Expressaram igualmente receios em relação a repercussões por falarem contra os abusos por parte de pessoas em posições de poder.¹³⁷⁴

¹³⁷¹ [Entrevista com um sacerdote ruandês](#)

¹³⁷² www.state.gov/j/drl/rls/irf/2012/af/208184.htm

¹³⁷³ Entrevista do autor a um jornalista espanhol

¹³⁷⁴ Por causa da sua posição delicada, a identidade destas pessoas permanece confidencial.

RÚSSIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
142.836.000	17.098.240 km ²	3.309	75.033	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

De acordo com as estatísticas oficiais, a população russa¹³⁷⁵ é constituída por 142,8 milhões de pessoas¹³⁷⁶. Contudo, não há consenso em relação às estatísticas religiosas. Por exemplo, segundo as estatísticas estatais oficiais, em 2010 a comunidade judaica tinha um total de 150 mil crentes, enquanto fontes judaicas calculam que poderá haver cerca de 750 mil judeus no país.

Segundo a agência noticiosa *RIA Novosti*,¹³⁷⁷ um estudo com 1.063 pessoas realizado pelo Centro Levada¹³⁷⁸, em 2013, constatou que 76% da população russa adere formalmente a uma religião (ortodoxos: 68%; muçulmanos: 7%; católicos: 1%; protestantes: 1%), enquanto 19% disseram não ter qualquer crença religiosa.

De 1988 a 2008, o crescimento da Igreja Ortodoxa Russa tem sido exponencial. Durante este período passou de 6.893 paróquias para 29.263, de 6.674 sacerdotes para 27.216 e de vinte e dois mosteiros para 804.

Legislação relativa à liberdade religiosa

A Constituição de 12 de Dezembro de 1993 declara que o Estado russo é não-confessional e garante a liberdade religiosa. Além disso, afirma que cada pessoa é livre de professar uma religião à sua escolha, desde que isso não interfira com a ordem pública. Mas, na prática, outras leis e políticas públicas restringem severamente esta liberdade. De acordo com a Lei da Liberdade de Consciência e Associações Religiosas de 2007, o Estado apenas reconhece o Cristianismo Ortodoxo Oriental, o Judaísmo, o Islamismo e o Budismo como «religiões tradicionais» da Rússia. Consequentemente, ignora o papel histórico da Igreja Católica e das comunidades protestantes na Rússia desde o século XVI. Esta situação dá à Igreja Ortodoxa Russa uma posição de acesso privilegiado às autoridades públicas e, ao mesmo tempo, torna incerta a posição dos grupos religiosos que, não sendo reconhecidos pela Constituição, têm direitos limitados.

¹³⁷⁵ www.globalreligiousfutures.org/countries/russia

¹³⁷⁶ <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Russian Federation>

¹³⁷⁷ <http://en.ria.ru/russia/20131224/185903098/Orthodox-Christian-Belief-Rises-among-Russians--Poll.html>

¹³⁷⁸ www.levada.ru/books/obshchestvennoe-mnenie-2012-eng

De acordo com a lei, há três categorias oficiais segundo as quais as religiões são registadas, com diferentes níveis de estatuto legal e privilégios: grupos, organizações locais e organizações centralizadas. Uma organização religiosa local precisa de ter pelo menos dez membros para se registar e deve ser, ou uma sucursal de uma organização religiosa centralizada ou existir na localidade como grupo religioso há pelo menos quinze anos. Tendo estatuto legal, podem abrir contas bancárias, possuir propriedades, emitir cartas de convite a hóspedes estrangeiros, publicar literatura, obter benefícios fiscais e levar a cabo serviços de culto em instituições estatais, como por exemplo prisões e hospitais. Uma organização religiosa centralizada é um órgão nacional constituído por pelo menos três organizações religiosas locais. Os grupos só podem realizar serviços de culto e ensinar a religião aos seus membros. As religiões em todas estas categorias podem ser dissolvidas e privadas do estatuto legal por decisão do tribunal, por razões que se prendem, por exemplo, com a violação dos padrões estabelecidos na Constituição e violações da segurança pública. Além disso, não podem participar em actividades políticas. De acordo com o Ministério da Justiça, há 25.705 grupos ou organizações registadas a funcionar no país.¹³⁷⁹

As minorias religiosas também tendem a ser alvo da Lei Anti-Extremismo de 2002. A posse de material 'extremista' pode levar ao cumprimento de penas de duas semanas na prisão. Em 2012, a lista de textos deste tipo chegou a um total de 1.589 títulos. Não há, de facto, nenhum procedimento legal para retirar essas obras da lista de livros considerados como 'extremistas', mesmo que um tribunal decida que uma determinada obra já não deve ser incluída nesta categoria. De acordo com a Lei Penal, os indivíduos podem ser punidos por qualquer acção de incitamento ao ódio ou por humilharem uma pessoa, ou um grupo de pessoas, com base numa «atitude perante a religião... levada a cabo em público ou através da comunicação social». As penas vão desde multas entre o equivalente a 3 mil e 9 mil euros, até às penas de prisão até três anos ou a trabalhos forçados durante dois anos. A lei também tem o poder de requerer que as associações religiosas forneçam os nomes e números de passaporte dos seus membros. De facto, podem ser encerradas se não fornecerem estes documentos. Podem também ser impostas multas até 30 mil euros aos que organizarem manifestações não autorizadas pela lei.

Em 2010 foi concluído um acordo entre a Igreja Ortodoxa Russa e o Governo para apoiar o trabalho social do Patriarcado de Moscovo. Um decreto presidencial de 2012 permite igualmente que os recrutas do exército que já são diáconos ou sacerdotes fiquem isentos do serviço militar. O Governo russo reconhece certas celebrações cristãs como feriados públicos, por exemplo o Natal ortodoxo russo. Em certas regiões onde há uma maioria muçulmana, como por exemplo o Tartaristão ou a Chechénia, o Governo reconhece as celebrações islâmicas como feriados públicos.

Atitudes e práticas do Governo em relação às minorias religiosas

Diversas publicações referem o aumento crescente na população russa de uma poderosa tendência anti-clerical. É difícil atribuir números a esta tendência. Mesmo assim, ela precisa de ser recordada quando consideramos a discrepância crescente entre os que se descrevem como ortodoxos e os que de facto participam no culto religioso ortodoxo.¹³⁸⁰

Em Junho de 2012, o conselho de muftis da região de Moscovo queixou-se de lhe estar a ser negado o direito a construir oito das doze mesquitas que tinha planeado construir na área de Moscovo. Em Setembro de 2013, um tribunal de Novorossisk ordenou a destruição

¹³⁷⁹ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208360#wrapper

¹³⁸⁰ A. Malachenko, S. Filatov, *Pravoslavnaia Tserkov pri Novym Patryarkhom*, Moscovo, ROSSPEN, 2012.

de traduções do Corão de acordo com a Lei Anti-Extremismo. Mas, de forma mais geral, a comunidade muçulmana na Federação Russa queixa-se do aumento da violência contra os seus membros. O *site penserlarussie.org* dá alguns exemplos: «O assassinio de um jovem russo em Outubro de 2013, em Biriouliovo, um subúrbio da classe trabalhadora de Moscovo, foi atribuído a um homem de ‘características não-eslavas’ e desencadeou acima de tudo uma onda de agitação entre a população local e depois verdadeiros massacres.» A organização SOVA, uma ONG que luta contra a discriminação, reportou um aumento do número de crimes de ódio, com vinte pessoas feridas e três pessoas assassinadas a 25 de Outubro, por comparação com 168 pessoas feridas e dezanove homicídios, no total, desde o início de 2013.¹³⁸¹

Por sua vez, a Igreja Católica relata ter boas relações com a Igreja Ortodoxa Russa. O Cardeal Kurt Koch, que visitou a Rússia em Dezembro de 2013, relatou as boas relações entre as duas Igrejas sobre temas como a batalha contra a secularização, e a defesa da família tradicional e dos valores morais. Mesmo assim, o *site risu.org.ua* reportou que a Igreja Católica do rito latino foi pressionada para não reconhecer o Exarcado Católico Ucrainiano na Rússia, que é anterior à Segunda Guerra Mundial. A Igreja Católica Ucrainiana continua a afirmar que há um número significativo de católicos ucranianos a viverem na Rússia que não têm as estruturas básicas que lhes permitam organizarem-se eclesiasticamente.¹³⁸²

Os Antigos Crentes Russos Ortodoxos, que se afastaram da hierarquia da Igreja Ortodoxa Russa em 1666, ainda não conseguiram persuadir as autoridades estatais a devolver-lhes as igrejas que lhes foram confiscadas durante a era soviética.

Há liberdade religiosa na Rússia?

Não há consenso na Rússia em relação ao «conceito de liberdade religiosa», embora tenha havido um debate considerável sobre esta questão na sociedade russa desde 2008, quando o documento «Bases do ensinamento da Igreja Ortodoxa Russa sobre a dignidade, a liberdade e os direitos humanos» foi adoptado pelos líderes da Igreja.¹³⁸³ Os especialistas referiram que a Igreja Ortodoxa Russa coloca os direitos comunitários acima dos direitos individuais. A liberdade é, por isso, entendida como a participação pessoal num projecto global, e não uma escolha individual num dado momento.¹³⁸⁴ Em grande medida, o debate sobre a liberdade religiosa na Rússia anda em torno desta definição.

Dada esta divergência de perspectivas sobre o que é que constitui a liberdade religiosa, tanto dentro da própria sociedade russa como entre observadores externos, as conclusões sobre o estado da liberdade religiosa na Rússia são necessariamente diferentes. Para alguns, sobretudo os líderes da Igreja Ortodoxa Russa, há total liberdade religiosa no país. A Igreja Russa está particularmente agradada com as leis que foram adoptadas durante a presidência de Dmitry Medvedev, em Julho de 2009, sobre o ensino das bases da cultura ortodoxa e

¹³⁸¹ <http://penserlarussie.org/>

¹³⁸² www.risu.org.ua

¹³⁸³ <https://mospat.ru/fr/documents/dignity-freedom-rights/>: «A referência aos direitos humanos dá com demasiada frequência às pessoas a desculpa para porem em prática princípios que contradizem as próprias bases da fé cristã. Os Cristãos estão restringidos pelas estruturas políticas e sociais, de forma coerciva, a agirem e, na realidade, a pensarem de forma contrária aos mandamentos divinos. Isto coloca um obstáculo no caminho da realização do objectivo essencial de toda a vida humana: libertarmo-nos do pecado e chegarmos à salvação. Neste contexto, a Igreja, baseando-se nas Sagradas Escrituras e na Tradição Sagrada, tem uma vocação que é relembra a natureza essencial dos ensinamentos cristãos sobre a pessoa humana, para expandir a sua compreensão da teoria dos direitos do homem e da maneira como esta teoria é posta em prática.»

¹³⁸⁴ Antoine Arjakovsky, «Essai de théologie du politique en Russie, Ukraine et Bélarus», *Perspectives et Réflexions, Œuvre d'Orient*, Paris, n.º1, 2013, pp. 85-97.

Cf. também: http://portal.unesco.org/shs/en/files/5020/108539091911JMS_2-2_Rousselet_fr.pdf/IJMS%2B2-2%2BRousselet%2Bfr.pdf

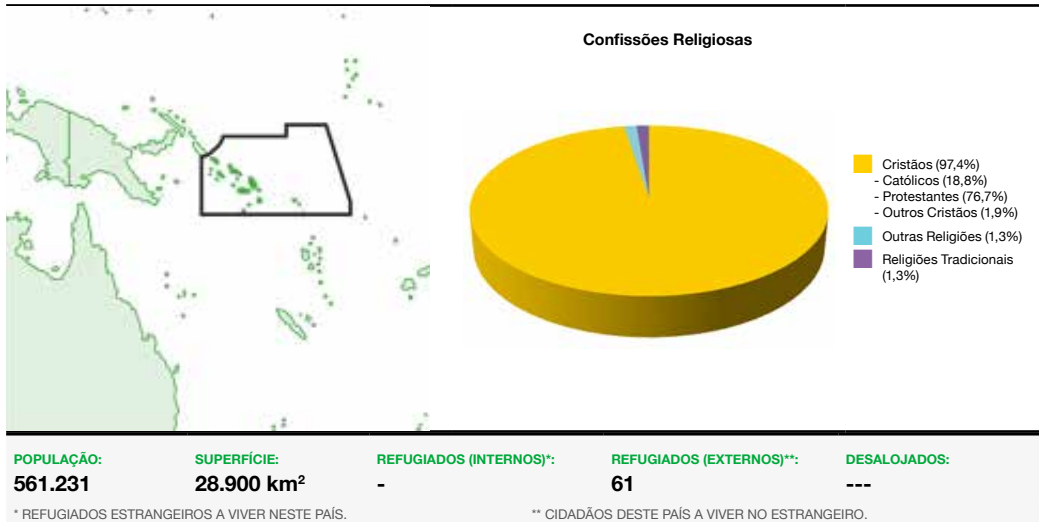
sobre os capelães militares. A lei sobre o ensino da cultura religiosa dá aos pais a escolha de uma educação numa das quatro religiões 'tradicionais' ou em aulas de ética. A lei dos capelães militares garante a qualquer grupo que constitua pelo menos 10% de uma unidade um capelão à sua escolha entre as quatro religiões 'tradicionais' reconhecidas. Esta liberdade continuou a melhorar desde que Vladimir Putin foi reeleito como presidente da Federação Russa, a 24 de Março de 2012.

Tendo isto em consideração, o número dos que sofrem perseguições vai depender do ponto de vista. No que diz respeito à Igreja Ortodoxa Russa, não tem havido situações reais de perseguição ou discriminação. Mas outros especialistas identificaram muitos incidentes de discriminação sofridos pelas minorias religiosas, nomeadamente em relação ao Islamismo. Alexis Malachenko, do Centro Carnegie em Moscovo, expressou uma preocupação particular em relação ao aumento da islamofobia na Rússia. Outras ONG, como por exemplo a *Religious Freedom Watch*, foram críticas em relação ao trabalho de Alexander Dvorkin, que se especializa em combater seitas.¹³⁸⁵ Em 2009, Dvorkin foi nomeado presidente da Comissão para a Implementação de Especialização Estatal em Ciências Religiosas do Departamento de Justiça. A *Religious Freedom Watch* acusou-o de comparar organizações religiosas internacionalmente reconhecidas com seitas. Os representantes da maior parte das religiões também condenaram a lei de Dezembro de 2010, assinada pelo presidente Medvedev a 27 de Dezembro de 2010, que proíbe as associações religiosas de convidarem especialistas estrangeiros e de se associarem às suas actividades.¹³⁸⁶

¹³⁸⁵ <http://religiousfreedomwatch-ru.org/religious-extremists/alexander-dvorkin/religious-extremism-of-alexander-dvorkin>

¹³⁸⁶ www.portal-credo.ru/site/?act=news&id=81634

SALOMÃO



As Ilhas Salomão¹³⁸⁷ na Oceânia tornaram-se num protectorado britânico na década de noventa do séc. XIX. As ilhas alcançaram a autonomia de Governo em 1976 e a independência veio dois anos mais tarde com uma Constituição que garantia a liberdade religiosa. A lei protege este direito contra abusos, seja por parte do Governo ou de outros.

O Cristianismo é a religião dominante e maioritária, e permeia todas as facetas da vida nacional.¹³⁸⁸ A liberdade religiosa foi mantida apesar da violência étnica e política nas décadas de 1980 e 1990. Em Junho de 2003, o primeiro-ministro Sir Allan Kemakeza procurou o apoio da Missão de Apoio Regional liderada pela Austrália, que repôs a lei e a ordem e desarmou as milícias étnicas.

As instituições religiosas são obrigadas a registarem-se junto do Governo. A nenhum grupo foi negado o registo. O Governo não subsidia a religião ou as suas instituições. Em geral, os responsáveis públicos fazem o seu juramento de posse sobre a Bíblia.

Os grupos religiosos são livres de gerirem as suas próprias instituições educativas e de saúde. A Igreja Católica, a Igreja Anglicana da Melanésia, a Igreja Metodista Unida e a Igreja Evangélica dos Mares do Sul criaram escolas e hospitais. O currículo da escola pública inclui uma hora diária de instrução religiosa, cujo conteúdo é acordado com as Igrejas cristãs. Os alunos têm a possibilidade de não participar nestas aulas de religião.

Alguns missionários estrangeiros, sobretudo católicos, continuam a trabalhar no país.

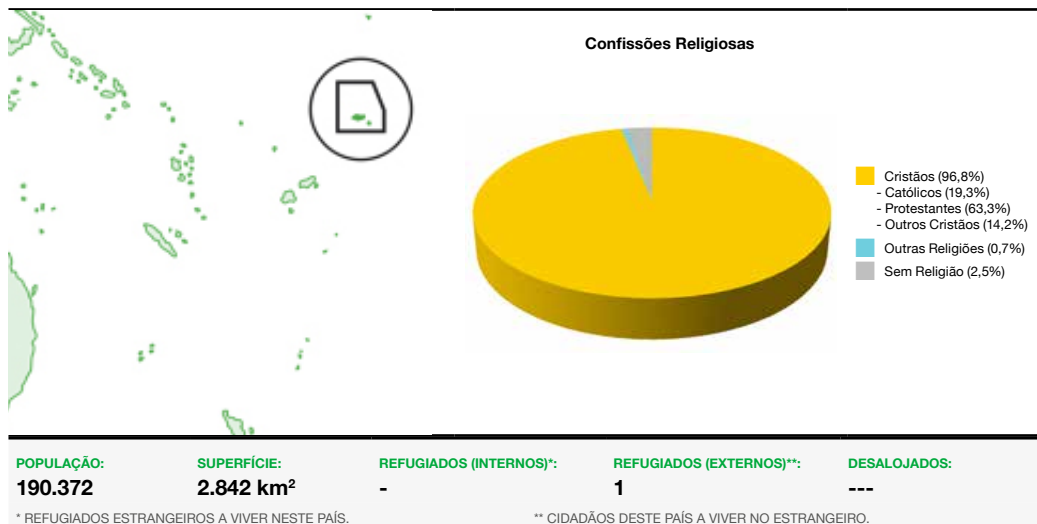
Não houve mudanças na situação da liberdade religiosa nas Ilhas Salomão. Nos anos anteriores, algumas aldeias ordenaram que os serviços de culto para os Cristãos se realizassem apenas aos domingos. Mas no período em análise não há relatos de violência religiosa ou discriminação. O país não tem presos por questões religiosas.

¹³⁸⁷ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/solomon-islands>

População: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

¹³⁸⁸ <http://pmc.gov.sb/content/statement-prime-minister-luncheon-hosted-honour-ps-ted-wilson-and-his-delegation-mendana-hot>

SAMOA



A Samoa¹³⁸⁹ é uma democracia parlamentar, «um estado independente baseado nos princípios cristãos, e nos costumes e tradições samoanos».¹³⁹⁰ A maior parte da população é cristã. As religiões não-cristãs constituem uma minoria muito pequena, mas os Bahá'í têm um grande centro de oração. A Samoa tornou-se independente em 1962 e evoluiu para um país predominantemente cristão. O Artigo 11 da Constituição da Samoa de 1960 garante a liberdade religiosa. Este direito inclui um direito individual de alterar a religião ou crença.

As religiões não têm de se registar. A Constituição também prevê a liberdade de não querer educação religiosa nas escolas e dá a cada grupo religioso o direito de criar as suas próprias escolas. Não há informação sobre as recomendações feitas por uma comissão de 2010 para rever questões constitucionais relativas à liberdade religiosa à luz das novas religiões introduzidas nas ilhas.

Embora não haja relatos de perseguição religiosa significativa de denominações cristãs ou outras religiões minoritárias, a forte ênfase no Cristianismo tradicional, sobretudo nos Governos das aldeias, tem-se feito ressentir em algumas seitas e nos Bahá'í. Têm sido relatadas tensões ocasionais entre os fa'a samoana, uma crença tradicional, e grupos religiosos individuais nas aldeias.¹³⁹¹

Em 2013, Elder James J. Hamula, presidente da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias para a Área do Pacífico, reuniu com altos líderes católicos e discutiu a necessidade de as igrejas estarem juntas na defesa da liberdade religiosa, para que as pessoas de fé possam ser livres de prestar culto e praticar a sua religião de acordo com os ditames da sua consciência.¹³⁹²

¹³⁸⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/samoa

População: <http://databank.worldbank.org>

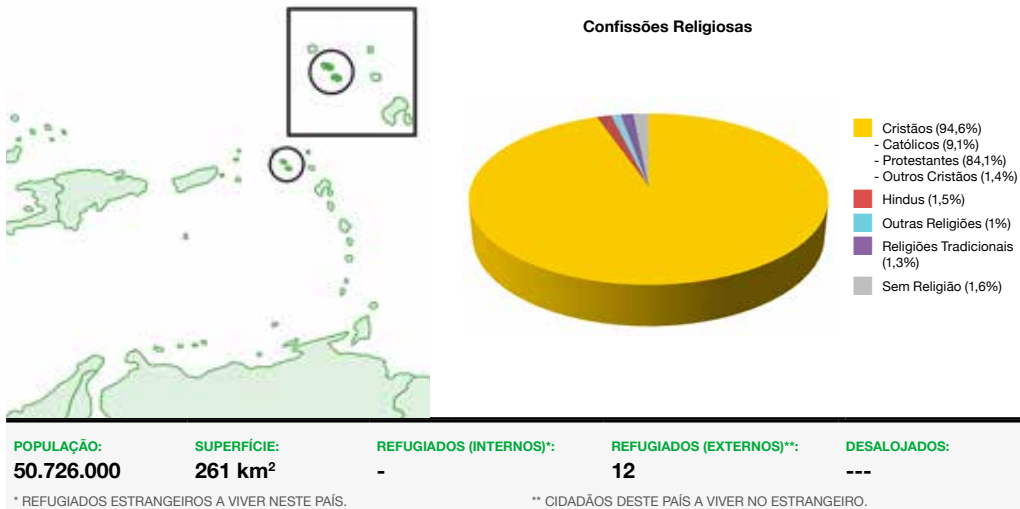
Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Samoa>

¹³⁹⁰ www.parliament.gov.ws/index.php/14-the-parliament-of-samoa-contents/90-constitution-of-the-independent-state-of-samoa

¹³⁹¹ www.samoanews.com/?q=node/7538

¹³⁹² www.mormonnewsroom.org.nz/article/mormon-and-catholic-leaders-discuss-religious-liberty

SÃO CRISTÓVÃO E NEVES



Considerações gerais

A língua oficial é o inglês e o país¹³⁹³ é membro da Commonwealth britânica, sendo a Rainha a chefe de Estado. O sistema político é constituído por uma monarquia constitucional com um sistema parlamentar democrático.

Aspectos constitucionais e legais relacionados com a liberdade religiosa

Segundo a Constituição, ninguém pode ser privado da liberdade de consciência, que inclui a liberdade de pensamento e religião, a liberdade para mudar de religião e a liberdade para manifestar a própria religião, seja sozinho ou em conjunto, em público ou em privado. Da mesma forma, nenhuma pessoa pode ser obrigada a receber instrução religiosa ou a participar em cerimónias religiosas de uma religião que não seja a sua. Nenhuma pessoa pode igualmente ser obrigada a prestar um juramento contrário ou de forma contrária à sua própria religião. A Constituição garante também a cada comunidade religiosa o direito de estabelecer os seus próprios locais de educação e instrução religiosa.¹³⁹⁴ Os grupos religiosos não são obrigados a registar-se, mas podem fazê-lo. O registo permite que o Governo mantenha contacto com os grupos religiosos e lhes divulgue informação. Há duas escolas católicas no país e uma escola adventista que não recebem apoio do Estado.

Acontecimentos e incidentes durante o ano em análise

Um grupo de rastafarianos queixou-se de uma proibição do uso de marijuana – incluindo para fins religiosos¹³⁹⁵ – alegando que ela faz parte integrante dos seus ritos religiosos. Disseram que estavam a ser marginalizados e que eram vítimas de intolerância religiosa. Em Agosto de 2012, um grupo rastafariano conhecido como *Nyabinghi Theocracy Order*, organizou uma marcha e uma manifestação de protesto em Basseterre, São Cristóvão. O primeiro-ministro reiterou que o Governo não tinha a intenção de legalizar a marijuana. Os Rastafarianos também referiram discriminação no local de trabalho, sobretudo nas escolas.¹³⁹⁶

¹³⁹³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/st-kitts-and-nevis

População: www.gov.kn/about-skn?q=our-country

Superfície: [http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Saint Kitts and Nevis](http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Saint+Kitts+and+Nevis)

¹³⁹⁴ www.sknvibes.com/politics/constitution.cfm?Sz=3&Csz=11

¹³⁹⁵ www.state.gov/documents/organization/208714.pdf

¹³⁹⁶ www.state.gov/documents/organization/208714.pdf

SÃO MARINHO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
32.500	61.2 km ²	-	---	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Considerações gerais

São Marinho¹³⁹⁷ não tem religião oficial do Estado. No entanto, não é pouco comum ver símbolos religiosos católicos em instituições estatais.¹³⁹⁸ Segundo a lei de São Marinho, é ilegal discriminar por filiação religiosa. De acordo com o Relatório Internacional da Liberdade Religiosa de 2012, «O Estado subsidia a Igreja Católica com dinheiro proveniente do imposto sobre o rendimento. Os contribuintes devem solicitar que 0,3% dos seus pagamentos do imposto sobre o rendimento sejam atribuídos à Igreja Católica ou a 'outras instituições de caridade', incluindo outros grupos religiosos.»¹³⁹⁹ Não existem escolas religiosas privadas, mas as escolas oferecem instrução religiosa católica, embora qualquer aluno possa escolher não participar nessas aulas.

Durante o período abrangido por este relatório não houve relatos de abusos da liberdade religiosa.

¹³⁹⁷ Confissões Religiosas: O Governo não realiza qualquer recenseamento da filiação religiosa dos seus cidadãos. Contudo, esta é uma estimativa dos responsáveis governamentais incluída no Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012. Este relatório também afirma: «Outros grupos religiosos incluem pequenos números de testemunhas de Jeová, bahá'ís, muçulmanos, judeus, cristãos ortodoxos e membros da Igreja Waldesiana. Nos últimos anos, o número de membros da Igreja Ortodoxa aumentou significativamente devido à imigração da Europa de Leste.» www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?dclid#wrapper

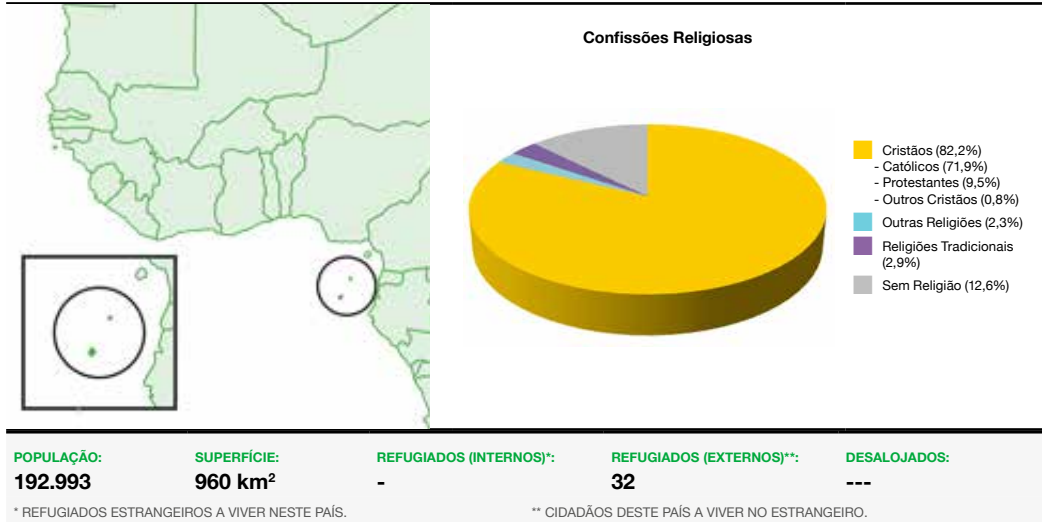
População: De acordo com a estimativa do Gabinete Nacional de Estatística usada no Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012: www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?dclid#wrapper

O Governo não realiza qualquer recenseamento da filiação religiosa dos seus cidadãos. Contudo, esta é uma estimativa dos responsáveis governamentais incluída no Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012. Este relatório também afirma: «Outros grupos religiosos incluem pequenos números de testemunhas de Jeová, bahá'ís, muçulmanos, judeus, cristãos ortodoxos e membros da Igreja Waldesiana. Nos últimos anos, o número de membros da Igreja Ortodoxa aumentou significativamente devido à imigração da Europa de Leste.» www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?dclid#wrapper

¹³⁹⁸ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?dclid#wrapper

¹³⁹⁹ *ibidem*

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



A Constituição de São Tomé e Príncipe¹⁴⁰⁰ de 1975, recentemente revista em 2003,¹⁴⁰¹ declara a igualdade de todos os cidadãos perante a lei (Artigo 15) e «sem distinção de origem social ou racial, sexo, tendências políticas, crenças religiosas ou convicções políticas». O Artigo 27 define como «inviolável» a liberdade «de consciência, religião e culto» e também afirma que «nenhuma pessoa pode ser perseguida, privada dos seus direitos ou isenta dos seus deveres e obrigações devido às suas convicções ou práticas religiosas». De acordo com o mesmo artigo, a recolha de informação relativa à religião dos indivíduos é autorizada apenas para fins estatísticos e a recusa em dar essa informação pessoal não pode de forma alguma ter consequências adversas. Além da garantia de liberdade de culto, aos grupos religiosos são também concedidos direitos relativos à educação. Apesar de se definir como «secular... em relação a todas as instituições religiosas» (Artigo 8 – uma definição que, de acordo com o Artigo 154, não pode ser objecto de revisão constitucional), o Estado nega-se o direito a «programar a educação e a cultura segundo princípios filosóficos, políticos, ideológicos ou religiosos específicos» (Artigo 31).

Os grupos religiosos são obrigados a registar-se,¹⁴⁰² um procedimento que envolve a submissão de um pedido ao Ministério da Justiça e dos Assuntos Parlamentares. Quando a autorização é concedida, o nome do grupo e os estatutos devem ser escritos num registo especial para evitar a duplicação de nomes. Durante o período deste relatório, não houve qualquer situação de recusa desses registos ou de o Estado ter impedido os grupos religiosos de se envolverem nas suas actividades.

Um sinal da medida de liberdade de expressão das comunidades religiosas surgiu quando o Bispo Manuel António dos Santos, de São Tomé, falou durante a crise política que se seguiu à demissão do Governo do primeiro-ministro, Patrice Trovoada, em Dezembro de 2012. O

¹⁴⁰⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/sao-tome-and-principe
População: <http://data.worldbank.org/country/sao-tome-and-principe>
Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>
Refugiados (externos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e485056&submit=GO

¹⁴⁰¹ www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=180006

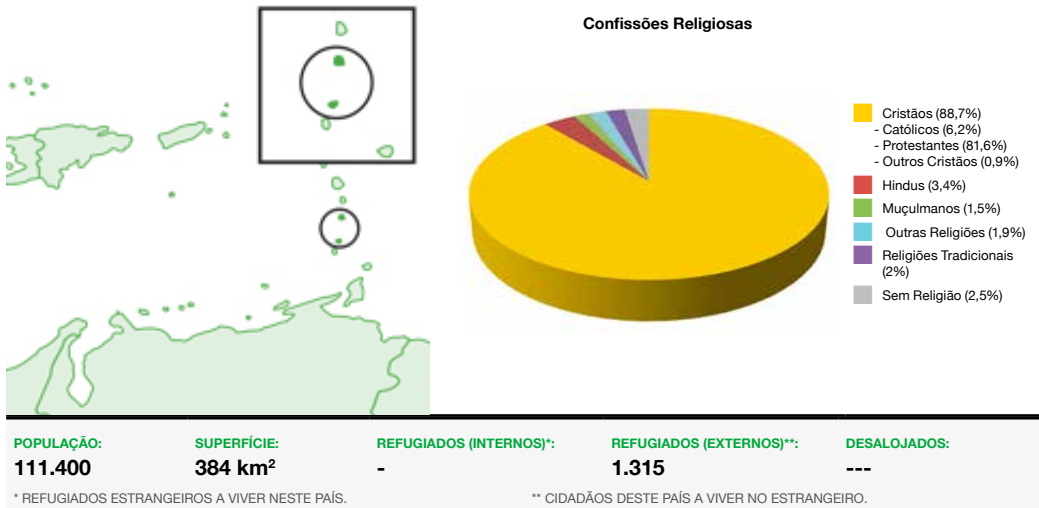
¹⁴⁰² www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dclid=208186

bispo apelou aos políticos do país para que usassem apenas meios «democráticos, pacíficos e legais» para resolver a crise.¹⁴⁰³

Concluindo, a situação relativa à liberdade religiosa no país permaneceu largamente inalterada durante o período em análise e não houve relatos de situações de perseguição ou discriminação religiosa. A liberdade religiosa garantida pela Constituição inclui todos os aspectos relevantes deste direito, embora os grupos religiosos sejam obrigados a registar-se junto do Estado.

¹⁴⁰³ www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=93622

SÃO VICENTE E GRANADINAS



Informação geral

A língua oficial de São Vicente e Granadinas¹⁴⁰⁴ é o inglês e o sistema político é constituído por uma democracia parlamentar.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante a liberdade de consciência e o direito a mudar de religião, bem como o direito a expressar a própria religião em público, a ensiná-la, a praticá-la e a observar as suas disposições. Nenhuma pessoa pode ser forçada a participar em qualquer instrução ou cerimónia religiosa contra a sua vontade, seja na escola, na prisão ou nas Forças Armadas. As comunidades religiosas têm o direito de estabelecer e manter os seus próprios centros educativos. Ninguém pode ser forçado a prestar um juramento contrário ou de forma contrária à sua religião ou crenças.¹⁴⁰⁵

Outros detalhes

A educação religiosa baseada no Cristianismo faz parte do currículo das escolas públicas e normalmente são rezadas orações nas assembleias escolares. Contudo, os alunos não são obrigados a participar. O uso de marijuana é proibido, incluindo por razões religiosas. Alguns grupos rastafarianos queixaram-se, alegando que a marijuana faz parte integrante das suas cerimónias religiosas. Queixaram-se também de discriminação, sobretudo em relação ao emprego e nas escolas.

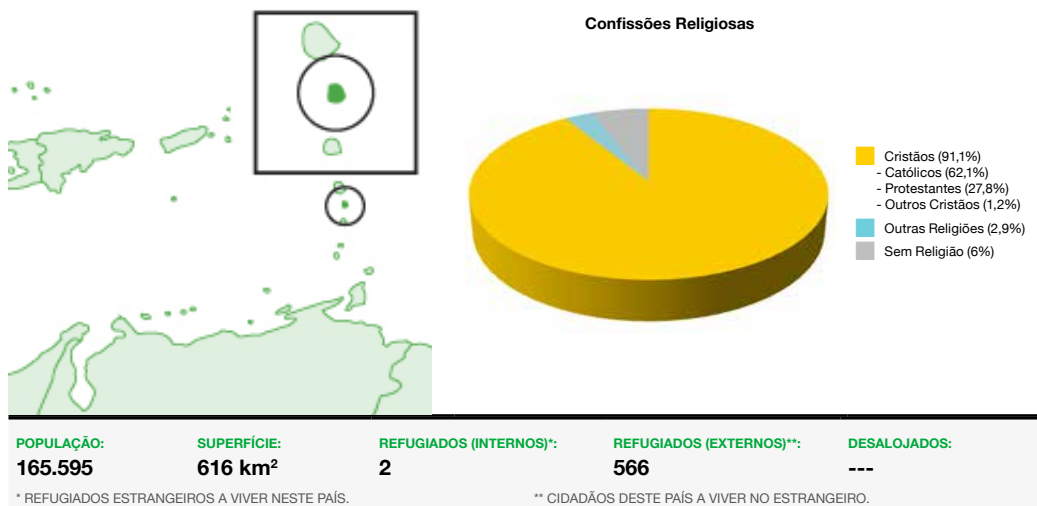
O Governo reconhece o Natal, a Páscoa, a Sexta-feira Santa e o dia de Pentecostes como feriados públicos. Ocasionalmente, o Governo organiza serviços religiosos inter-denominacionais através do Conselho Cristão, uma organização que inclui as Igrejas Anglicana, Católica e Metodista, bem como o Exército de Salvação.¹⁴⁰⁶

¹⁴⁰⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/st-vincent-and-the-grenadines
População: www.gov.vc/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=101

¹⁴⁰⁵ www.state.gov/documents/organization/208718.pdf

¹⁴⁰⁶ *Ibidem*

SANTA LÚCIA



Informações gerais

A língua oficial de Santa Lúcia¹⁴⁰⁷ é o inglês e o sistema político é constituído por uma democracia parlamentar integrada numa monarquia constitucional de que a Rainha Isabel II é chefe de Estado.

Disposições legais relativas à liberdade religiosa

A Constituição garante a protecção da liberdade de consciência, que inclui o direito de cada indivíduo gozar da liberdade de pensamento e religião, da liberdade de mudar de religião e de manifestar a sua religião ou crenças, bem como de ensiná-la a outros. Nenhum indivíduo deve ser obrigado a participar numa cerimónia de uma religião que não seja a sua, seja na prisão, na escola ou noutra instituição educativa.

Cada comunidade religiosa tem o direito de estabelecer e manter as suas próprias escolas e outros centros educativos. Ninguém pode ser forçado a prestar juramento contrário ou de forma contrária à sua religião.¹⁴⁰⁸

O Governo proíbe o uso de marijuana, incluindo para fins religiosos. Existe um Conselho Cristão, constituído por representantes da Igreja Católica e das principais denominações protestantes, que mantém relações com o Governo. Os grupos religiosos registados têm direito a privilégios, como por exemplo importações livres de impostos. A educação cristã é disponibilizada nas escolas públicas. Contudo, os alunos não-cristãos não são obrigados a participar. Além disso, há escolas privadas geridas pela Igreja Católica, pela Igreja Adventista e pela Igreja Anglicana.¹⁴⁰⁹

Incidentes durante o ano em análise

Em Agosto de 2012, uma contabilista sénior que trabalhava para a companhia de electricidade de Santa Lúcia há vinte e cinco anos foi demitida por se recusar a trabalhar num sábado. Esta mulher era membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia há dezanove anos e, de

¹⁴⁰⁷ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/st-lucia

População: <http://204.188.173.139:9090/stats/index.php/statistics/population>; 2010 census

¹⁴⁰⁸ www.stluciaparliament.com/the-constitution-of-saint-lucia

¹⁴⁰⁹ www.state.gov/documents/organization/208716.pdf

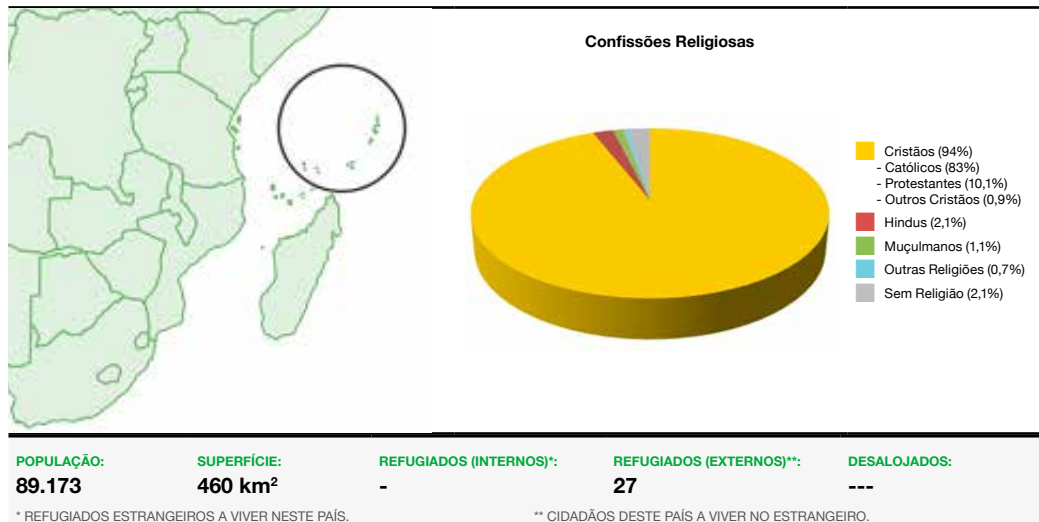
acordo com as suas crenças religiosas, o sábado era um dia de descanso, tendo-se queixado de discriminação religiosa. Contudo, a empresa respondeu que, segundo o seu contrato, ela era obrigada a estar disponível para trabalhar quando necessário.¹⁴¹⁰

Alguns grupos rastafarianos queixaram-se de discriminação em relação à proibição do uso de marijuana, que alegam fazer parte integrante das suas cerimónias religiosas.¹⁴¹¹

¹⁴¹⁰ <http://news.stluciarstar.com/lucelec-defends-firing-of-employee>

¹⁴¹¹ www.state.gov/documents/organization/208716.pdf

SEICHELES



A Constituição das Seicheles¹⁴¹² foi promulgada em 1993 e desde então foi revista por diversas vezes até 2011.¹⁴¹³ O Artigo 21 proclama a liberdade de consciência, que «inclui a liberdade de pensamento e religião, liberdade para mudar de religião ou crença, e liberdade para, sozinho ou em comunidade com outros, e em público ou em privado, manifestar e propagar a religião ou crença através do culto, ensino, prática e observância». Contudo, esta liberdade «pode estar sujeita a limites, como os que podem estar prescritos na lei e os que sejam necessários numa sociedade democrática». Mais concretamente, estes limites podem ocorrer «no interesse da defesa, da segurança pública, da ordem pública, da moral pública ou da saúde pública. Ou para fins de protecção dos direitos ou liberdades de outras pessoas».

Segundo o mesmo artigo, os que «frequentarem qualquer local educativo não podem ser obrigados a participar ou receber instrução religiosa, ou a participar ou frequentar qualquer cerimónia ou observância religiosa», ao mesmo tempo que ninguém pode ser obrigado a «prestar qualquer juramento que seja contrário à [sua] religião ou crença... ou de forma que seja contrária a essa crença». Da mesma maneira, uma pessoa «não será obrigada a professar qualquer religião como forma de se qualificar para uma posição pública», nem nenhuma lei poderá «prever o estabelecimento de qualquer religião ou a imposição de qualquer observância religiosa». Contudo, ao mesmo tempo, nada no artigo acima referido deverá «impedir que qualquer comunidade ou denominação religiosa disponibilize instrução religiosa» aos seus membros.

Através de outras medidas, o Governo concedeu o reconhecimento formal à Igreja Católica, bem como aos Anglicanos, aos Adventistas do Sétimo Dia, às mesquitas e ao centro local da religião Bahá'í. Outros grupos religiosos, embora não reconhecidos como legais, estão registados como associações, num registo especial que também inclui associações laicas. No total, são cinquenta e quatro associações. O número mínimo de membros para obter o

¹⁴¹² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/seychelles

População: <http://data.worldbank.org/country/seychelles>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4859f6&submit=GO

¹⁴¹³ www.wipo.int/wipolex/en/details.jsp?id=9115

reconhecimento são sete, mas, à exceção desta exigência, não há obstáculos burocráticos ao registo. Um registo posterior junto do Ministério das Finanças confere benefícios fiscais.¹⁴¹⁴

Embora aos grupos religiosos seja garantido tempo de antena para transmissão de emissões na estação de rádio nacional, o Governo não permite a transmissão directa desses programas, com excepção das emissões ao vivo de certas cerimónias religiosas (tanto católicas como anglicanas) em domingos alternados. Os programas gravados antecipadamente têm de ser examinados e aprovados pela Entidade Emissora das Seicheles. As maiores atribuições de tempo de antena para este tipo de emissão foram concedidas às Igrejas Católica e Anglicana, mas aos Muçulmanos, aos Hindus, aos Adventistas do Sétimo Dia e aos grupos bahá'í também foi concedido tempo específico de emissão.

A *Freedom House* descreve as Seicheles como «parcialmente livres»¹⁴¹⁵ no que diz respeito à liberdade de imprensa. A organização também refere que as Igrejas falaram muitas vezes em prol da defesa dos direitos humanos e de maior democracia.

Não tem havido situações de discriminação com base em razões religiosas e os funcionários públicos são habitualmente autorizados, sem quaisquer excepções específicas, a gozarem de dias feriadados pagos para celebrar as principais festas religiosas.

Concluindo, a situação relativa à liberdade religiosa no país permaneceu estável durante o período em análise e não houve situações relatadas de perseguição, violência ou discriminação. A liberdade religiosa, apesar de garantida pela Constituição em todos os aspectos principais, estabelece restrições em relação à divulgação da fé religiosa, pelo menos em relação à necessidade de aprovação governamental para a transmissão de emissões religiosas.

¹⁴¹⁴ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2012&dliid=208190

¹⁴¹⁵ www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2013/seychelles

SENEGAL



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE**:	REFUGIADOS** (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
14.133.280	196.720 km ²	14.247	19.884	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Há bastante tempo que o Senegal¹⁴¹⁶ é referenciado quanto ao seu respeito pela liberdade religiosa e pelas relações harmoniosas que existem entre os grupos religiosos do país. Esta situação não mudou durante o período em análise neste relatório até 2013. Uma base para esta coexistência pacífica entre pessoas e religiões é a Constituição, que declara esta república da África Ocidental como Estado secular.¹⁴¹⁷ Além disso, o Artigo 24 da Constituição prevê a liberdade organizacional e administrativa sem restrições para as comunidades religiosas. A religião dominante é o Islamismo, professada por cerca de 96,4% da população. Os Cristãos estão em número comparativamente inferior, o mesmo que as religiões africanas tradicionais do país. A maior parte dos Muçulmanos pertencem às várias irmandades sufis, que tendem a estar concentradas no Norte do país, enquanto há mais cristãos a viverem no Sudoeste do país, sobretudo católicos. A maior parte dos membros das crenças africanas tradicionais tendem a viver no Sudeste do país.

O domínio claro de um grupo de fé não parece ameaçar as relações harmoniosas entre as diferentes religiões. Este espírito de respeito mútuo é também evidente na vida diária. Os Muçulmanos podem, por exemplo, escolher entre a lei da *sharia* e a lei civil na resolução das questões domésticas e familiares contenciosas. Nas escolas primárias estatais estão previstas até quatro horas de instrução religiosa por semana, podendo os pais escolher entre instrução muçulmana ou cristã.¹⁴¹⁸

A seguinte situação pode servir de exemplo: Quando Serigne Mouhammadou Mansour Sy, o Califa geral da irmandade de Tijani (Tijaniyya), faleceu no final de 2012, foi honrado pelo seguinte tributo do Cardeal Theodore Adrien Sarr, Arcebispo de Dakar: «Era um homem aberto ao diálogo, um homem de Deus, cuja sabedoria tornou clara a forma grandiosa como Deus vivia dentro dele. Que as gerações futuras possam encontrar nele um incentivo para um compromisso ardente pela paz social e uma personalidade orientadora, que levou

¹⁴¹⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/senegal

População: <http://data.worldbank.org/country/senegal>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4850e6&submit=GO

¹⁴¹⁷ www.constituteproject.org/constitution/Senegal_2009

¹⁴¹⁸ www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm

constantemente as pessoas para longe dos caminhos do fundamentalismo radical que está a abalar o mundo moderno.»¹⁴¹⁹

Outro sinal positivo desta coexistência pacífica entre as religiões é o compromisso dos jesuítas, que estão a procurar alargar o seu âmbito pastoral no Senegal, tal como anunciado em Agosto de 2013. Há muito que o Cardeal Sarr estava envolvido pessoalmente na tentativa de trazer os jesuítas para Dakar.¹⁴²⁰ Uma característica central do novo centro de estudos que está actualmente a ser estabelecido em Mbour, a sul de Dakar, vai ser a ênfase na doutrina social católica. Dados os seus princípios abrangentes de subsidiariedade e solidariedade, a doutrina social católica transcende as diferenças religiosas e, por isso, espera-se que seja também atractiva para os não-cristãos.

Refugiados

O problema dos refugiados está a ter um impacto tríplice no Senegal. Por um lado, é uma fonte de crise potencial, nomeadamente na província de Casamance a sul, onde há alguns anos que há um conflito contínuo entre o Estado e os combatentes rebeldes pela independência. Como consequência desta agitação, cerca de 15 mil pessoas fugiram para os países vizinhos da Gâmbia e da Guiné-Bissau. Em segundo lugar, o Senegal é um país de trânsito para os refugiados que procuram fugir de África por barco em direcção à Europa. Em terceiro lugar, é um país de acolhimento, sobretudo para os milhares de refugiados da Mauritânia, a caminho do norte.

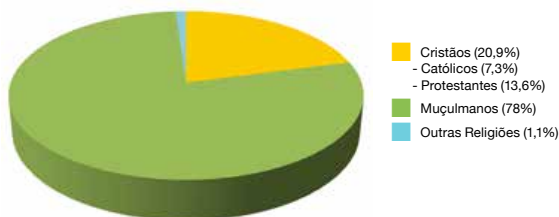
¹⁴¹⁹ Agência de notícias *Fides*, 10.12.12

¹⁴²⁰ http://de.radiovaticana.va/news/2013/08/20/senegal:_jesuiten_bald_auch_in_dakar/te-d-721123

SERRA LEOA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE**:	REFUGIADOS** (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
6.092.075	71.740 km ²	2.814	5.320	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Apesar da sua grande riqueza mineral, a República da Serra Leoa¹⁴²¹ é um dos países mais pobres do mundo. Após onze anos de guerra civil extremamente violenta por causa dos chamados ‘diamantes de sangue’, este pequeno país da África Ocidental tem vindo a estabilizar lentamente desde 2002. Contudo, o país continua profundamente marcado pela deslocação de centenas de milhares de pessoas e pela memória dos massacres, das crianças-soldado e da luta desesperada de muitas pessoas para fugirem da violência e da agitação. Perante este pano de fundo, pode parecer surpreendente que o direito básico da liberdade religiosa nunca tenha de facto estado ameaçado na Serra Leoa. O Artigo 24 da Constituição reconhece o direito de cada cidadão a professar a própria fé e a vivê-la, seja em privado ou comunitariamente na vida pública, a promovê-la e também a mudar de religião. Ninguém pode ser obrigado a prestar um juramento que seja contrário à sua religião ou a outras convicções pessoais.¹⁴²² A lei permite que a instrução religiosa seja dada nas escolas das comunidades religiosas. Os alunos são livres de escolher se participam ou não. Basicamente, as relações entre as diversas comunidades religiosas são boas. Os casamentos entre Cristãos e Muçulmanos não são de forma nenhuma pouco comuns e há inúmeras famílias nas quais membros de diferentes religiões ou denominações vivem em conjunto sob o mesmo tecto.¹⁴²³ Mais de três quartos da população é muçulmana, sendo os restantes maioritariamente cristãos, constituídos por protestantes, católicos e membros das comunidades pentecostais. Há também seguidores das religiões africanas tradicionais, bem como Bahá’ís, Hindus e Judeus. Entre os Cristãos, as comunidades evangélicas são particularmente populares. Muitos muçulmanos e cristãos também praticam ao mesmo tempo formas de culto africanas tradicionais. O Conselho Inter-Religioso, que tem representantes cristãos e muçulmanos, desempenha um papel importante na promoção da coexistência religiosa pacífica. A Igreja Católica também goza de total liberdade em relação ao seu apostolado missionário. Durante o período deste relatório não houve mudanças institucionais significativas nem incidentes a referir em relação à liberdade religiosa no país.

¹⁴²¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/sierra-leone

População: <http://data.worldbank.org/country/sierra-leone>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e485186&submit=GO

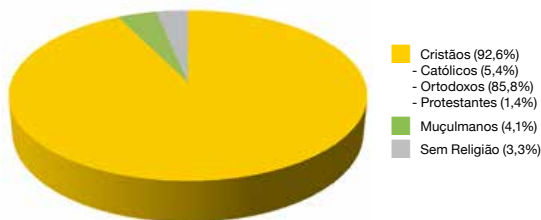
¹⁴²² www.sierra-leone.org/Laws/constitution1991.pdf

¹⁴²³ Departamento de Estado norte-americano, Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2013

SÉRVIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
7.163.976	88.360 km ²	57.083	48.693	227.585

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Sérvia¹⁴²⁴ fica na Península dos Balcãs, no cruzamento entre a Europa Central e a Europa do Sul. A sua capital é Belgrado. Os principais grupos étnicos são os Sérvios, os Húngaros e os Bósnios.¹⁴²⁵ Faz fronteira com a Hungria, a Roménia, a Bulgária, a Macedónia, a Croácia, a Bósnia-Herzegovina, o Montenegro e o Kosovo.

A Constituição sérvia¹⁴²⁶ de 2006 garante a liberdade religiosa e proíbe a discriminação religiosa. O Artigo 11 proíbe qualquer religião estatal estabelecida, enquanto o Artigo 44 garante a igualdade das comunidades religiosas e a sua separação em relação ao Estado. Os refugiados religiosos têm o direito constitucional de receber asilo na Sérvia. Os cidadãos nacionais de origem estrangeira só podem ser expulsos do país se não forem alvo de qualquer ameaça de perseguição religiosa no seu país de origem.

A Lei da Religião¹⁴²⁷ distingue entre comunidades religiosas ‘tradicionais’ e ‘não-tradicionais’. As comunidades religiosas ‘não-tradicionais’ devem passar por um longo e detalhado processo de registo, mesmo nos casos em que tenham gozado anteriormente de reconhecimento legal durante décadas.

Os sete grupos religiosos considerados ‘tradicionais’ por lei são a Igreja Ortodoxa Sérvia, a Igreja Católica, a Igreja Cristã Reformada, a Igreja Evangélica Eslovaca, a Igreja Cristã Evangélica, a Comunidade Islâmica e a Comunidade Judaica. Além destes grupos, o Governo também garante o estatuto “tradicional” à Diocese da Igreja Ortodoxa Romena Dácia Felix, com assentos na Roménia e em Vrsac, na província de Voivodina.

As comunidades religiosas não-tradicionais registadas na Sérvia são: a Igreja Adventista do Sétimo Dia, a Igreja Metodista Evangélica, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmones), a Igreja Evangélica na Sérvia, a Igreja do Amor de Cristo, a Igreja Espiritual de Cristo, a União das Igrejas Baptistas Cristãs na Sérvia, a Comunidade Religiosa Cristã

¹⁴²⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/Sérvia

População: <http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL>

Superfície: www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ri.html

Refugiados (internos): <http://unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48d9f6&submit=GO>

¹⁴²⁵ www.minorityrights.org/4028/Sérvia/Sérvia-overview.html

¹⁴²⁶ www.srbija.gov.rs/cinjenice_o_srbiji/ustav.php?change_lang=en

¹⁴²⁷ <http://berkleycenter.georgetown.edu/essays/religious-freedom-in-Sérvia>

do Nazareno, a Igreja de Deus na Sérvia, a Comunidade Cristã Protestante na Sérvia, a Igreja dos Irmãos de Cristo na Sérvia, a Igreja Livre de Belgrado, as Testemunhas de Jeová, a Comunidade Religiosa Cristã, a Igreja do Sacramento Sionista, o Movimento da União Reformada Adventista do Sétimo Dia e o Centro Espiritual da Igreja Evangélica Protestante.

O recenseamento de 2002 conclui que há sessenta e três grupos e denominações religiosas diferentes presentes na Sérvia. Geograficamente, o maior número de comunidades religiosas encontra-se em Voivodina, onde há uma grande diversidade por razões históricas. Esta província acolhe a maior parte dos crentes católicos, luteranos e da Igreja Reformada.

A Igreja Ortodoxa Sérvia recebe tratamento preferencial do Governo. O regime subsidia os salários do clero ortodoxo sérvio noutros países. Outros benefícios, como por exemplo cuidados de saúde e pensões, são disponibilizados pelo Governo ao clero de diversas Igrejas com base em acordos individuais com o Estado. Aos grupos religiosos são concedidos reembolsos dos impostos sobre o valor acrescentado e isenções fiscais sobre os bens.

As Igrejas protestantes pediram ao Governo que revogasse partes da lei que categorizam as religiões como tradicionais ou não-tradicionais.

O Ministério da Justiça rejeitou novos pedidos de registo por razões processuais à Nova Igreja Apostólica, à Comunidade Evangélica Protestante de Roma Sob a Tenda e à Igreja do Gólgota.

As Igrejas Ortodoxas Macedónia e Montenegrina, cuja independência a Igreja Ortodoxa Sérvia não reconhece, também permaneceram sem registo.

Embora as Igrejas Ortodoxas Grega e Russa não estejam registadas, funcionam livremente.

As sete religiões tradicionais são autorizadas a disponibilizar aulas nas escolas primárias e secundárias.

Os líderes protestantes e as ONG opuseram-se ao ensino da religião nas escolas públicas. Alguns líderes dos grupos religiosos não-tradicionais expressaram insatisfação por não serem autorizados a disponibilizar aulas de religião nas escolas públicas. As crianças que pertençam a grupos religiosos não-tradicionais frequentam habitualmente aulas de educação cívica.

Continua a processar-se a devolução dos bens religiosos apreendidos durante o regime comunista na Sérvia. Mais de 30% dos 3.049 pedidos apresentados foram correspondidos através da devolução de terras e de outras propriedades, sobretudo à Igreja Ortodoxa Sérvia, à Igreja Católica, à Igreja Cristã Evangélica e à Comunidade Judaica.

A presença da Igreja Ortodoxa Sérvia é maior no centro e no sul da Sérvia. O território da Igreja Ortodoxa Sérvia está dividido em seis arquieparquias lideradas por metropolitans, trinta e uma eparquias ou dioceses lideradas por bispos e uma arquieparquia autónoma (arquidiocese, arcebispado) liderada por um arcebispo, o Arcebispado Autónomo de Ohrid.

O Patriarca da Sérvia funciona como um primeiro entre iguais na sua Igreja. O actual Patriarca é Sua Santidade Irinej. Também está à frente (como metropolitano) da Arquieparquia de Belgrado e Karlovci. Calcula-se que existam entre 6,5 e 7,5 milhões de fiéis na Igreja Ortodoxa Sérvia. O principal instituto educativo para a fé ortodoxa na Sérvia é a Faculdade de Teologia Ortodoxa, em Belgrado.

Sob a alçada da Arquieparquia de Belgrado e Karlovci existem mais de setenta igrejas e sete mosteiros. O principal local de culto é a Catedral de São Miguel Arcanjo, que é comumente conhecida apenas como *Sabornackva* (A Catedral) entre os residentes da cidade.

Embora a Igreja Ortodoxa Sérvia não goze do estatuto de religião estabelecida, foi-lhe oferecido um estatuto especial como Igreja da nação sérvia. Após o colapso da Jugoslávia, o equilíbrio demográfico no novo estado que sobrou da Jugoslávia mudou radicalmente. Os

Ortodoxos Sérvios tornaram-se na religião majoritária, à medida que muitos croatas e húngaros (maioritariamente católicos e protestantes) deixaram o país, no início da década de noventa, como consequência da pressão que viveram. Ao mesmo tempo, ondas de refugiados e de deslocados internos, maioritariamente ortodoxos, entraram no país vindos da Croácia, Bósnia e Kosovo, fortalecendo a vantagem numérica da Igreja Ortodoxa Sérvia.

Na Sérvia, as identidades religiosa e nacional estão interligadas. A Igreja alega igualmente ser a defensora dos valores nacionais. A Igreja Ortodoxa Sérvia alcançou o estatuto de Igreja autocéfala (independente) em 1219 sob a liderança de São Sava. A Igreja Ortodoxa Sérvia moderna foi restabelecida em 1920.

Há cerca de 350 mil católicos na Sérvia. São predominantemente de étnica húngara e croata no norte de Voivodina. Um pequeno número de pessoas de origem étnica alemã, eslovena, checa, polaca, eslovaca, bunjevci e cigana é também membro do Cristianismo católico de rito latino. Mais de 70% dos católicos vivem no centro da Sérvia e estão instalados em Belgrado. A Igreja Católica na Sérvia está organizada em quatro dioceses: a Arquidiocese de Belgrado e as Dioceses de Subotica, Zrenjanin e Srijem. Há mais de 230 igrejas, com mais de 200 paróquias e mais de 170 sacerdotes.

O Arcebispo Metropolitano Stanislav Hocevar de Belgrado foi presidente da Conferência Episcopal Internacional de São Cirilo e Metódio desde 2011 e é agora o seu vice-presidente.¹⁴²⁸ Esta Conferência Episcopal abrange as comunidades católicas de rito latino em diferentes países, como por exemplo a Sérvia, o Montenegro e a Macedónia. Existem as seguintes instituições educativas: o Seminário Teológico de Santo Agostinho, o Instituto Teológico-Catequético, e o Liceu Diocesano Clássico e Seminário de São Paulo, todos eles sediados em Subotica, uma cidade a apenas 10 km da fronteira com a Hungria.

Há dezasseis paróquias e igrejas sob a alçada da Arquidiocese de Belgrado. A Catedral da Assunção da Virgem Maria em Belgrado é o principal local de culto católico na Sérvia.

A Igreja Católica disponibiliza educação religiosa nas igrejas e não nas escolas, devido ao número reduzido de católicos nas escolas públicas. A Igreja continua a pedir que o dia do 'Natal ocidental' seja observado como feriado nacional a 25 de Dezembro.

Há cerca de 280 mil muçulmanos na Sérvia. O Islamismo tem uma forte adesão histórica nas regiões do sul da Sérvia, sobretudo no sul de Raška, um antigo estado medieval dos Sérvios. Os Muçulmanos incluem bósnios (muçulmanos eslavos) em Sandžak (uma região ao longo das fronteiras com o Montenegro e o Kosovo), albaneses no sul e ciganos localizados em todo o país.

A Comunidade Islâmica funciona sob duas autoridades separadas: a Comunidade Islâmica da Sérvia com sede em Belgrado e a Comunidade Islâmica na Sérvia com sede em Novi Pazar, uma cidade no sudoeste da Sérvia. As duas comunidades têm disputado a legalidade uma da outra desde 2007. Em várias ocasiões, a disputa deu origem a conflitos violentos no terreno. A Comunidade Islâmica da Sérvia é uma entidade coordenadora das mesquitas, de centros educativos islâmicos e de outras instituições. A principal mesquita em Belgrado é a histórica Mesquita Bajrakli, que data de 1575.

Há cerca de 190 mesquitas na Sérvia, incluindo 120 em Sandžak e sessenta no sul da Sérvia. Várias mesquitas estão em construção. Os alunos e o reitor da Faculdade de Estudos Islâmicos em Novi Pazar continuam a protestar contra a exclusão da universidade, por parte do antigo Ministério da Religião, do concurso anual para bolsas de estudo. Afirmaram que os

¹⁴²⁸ www.ceicem.org/aboutus.html

termos do concurso davam tratamento preferencial aos alunos de origem sérvia provenientes da Sérvia, da República de Srpska na Bósnia-Herzegovina e de outros países vizinhos.

Quase todos os muçulmanos sérvios são sunitas que seguem a escola hanafita de direito islâmico. O Islamismo começou a propagar-se nos territórios da Sérvia com a conquista otomana no final do século XIV e partes da Sérvia permaneceram sob domínio otomano durante cinco séculos.

A religião desempenhou um papel determinante no desenvolvimento da identidade nacional sérvia.¹⁴²⁹ Depois de se converter ao Cristianismo nos séculos VII a IX e de estabelecer a Igreja Ortodoxa Sérvia autocéfalas no século XIII, a Sérvia passou quase cinco séculos sob ocupação do Império Otomano até à formação do Reino da Jugoslávia, em 1918.

Desde 1990, a Igreja Ortodoxa Sérvia tem tentado restabelecer a posição que tinha antes da Segunda Guerra Mundial. Nas zonas rurais foram construídas muitas igrejas novas, e na capital Belgrado foi inaugurada em 2004 a maior igreja ortodoxa dos Balcãs e a terceira maior do mundo, a Igreja de São Sava. Esta igreja está localizada no maior monte da capital e é considerada simultaneamente como símbolo nacional e religioso.

No tempo de Slobodan Milosevic, a religião na Sérvia era usada como forma de mobilizar a comunidade sérvia ortodoxa contra os croatas católicos, os bósnios muçulmanos e os albaneses muçulmanos.

A Igreja Ortodoxa Sérvia é politizada, o que é muito óbvio em relação à questão do Kosovo.¹⁴³⁰ Foi aqui que teve origem o mito político e religioso da Sérvia como defensora do Cristianismo contra o Islamismo, materializando-se na Batalha de Kosovo Polje, em 1389, que os Sérvios perderam contra os Turcos. Esta batalha tornou-se no símbolo central da identidade nacional sérvia. Os inúmeros mosteiros ortodoxos nesta área são também símbolos das reivindicações sérvias em relação a este território.

A Sérvia tornou-se numa república soberana independente no Verão de 2006, depois de o Montenegro ter votado em referendo a sua independência em relação à União da Sérvia e do Montenegro.

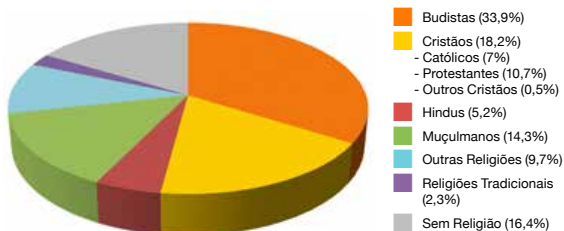
¹⁴²⁹ www.ceupress.com/books/html/ServianOrthodox.html

¹⁴³⁰ http://serborth.org/saopstjenjekosovo_208.html

SINGAPURA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.399.200	714 km ²	3	66	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição da República de Singapura¹⁴³¹ – uma cidade-estado soberana – garante a liberdade religiosa em teoria, mas tanto as leis como as políticas governamentais restringem este direito na prática. O Governo apela e incentiva o que chama de ‘harmonia religiosa’, inclusive ao ponto de proibir conversações ou iniciativas que possam eventualmente ser uma fonte de divisão ou discórdia inter-religiosa. Ao mesmo tempo, não tem havido casos graves e documentados de discriminação ou situações de intolerância baseada na religião ou no culto religioso. Com uma população de aproximadamente 3,3 milhões, não existe religião do Estado oficialmente reconhecida como tal.

Embora os Budistas sejam de longe o maior grupo de fé, a sua influência é restrita pelo facto de representarem pouco mais de um terço do total da população. Existe um corte transversal alargado de grupos religiosos, incluindo pequenos grupos de sikhs, judeus e zoroastrianos.

A religião é cuidadosamente regulamentada em Singapura. Cada grupo religioso com mais de dez membros é obrigado a registar-se de acordo com a Lei das Sociedades. Ao mesmo tempo, a lei prevê a possibilidade de excluir (e assim declarar ilegal) qualquer grupo religioso considerado pelo Estado como sendo perigoso ou potencialmente passível de perturbar a harmonia e a ordem públicas, ou o bem-estar dos cidadãos. Hoje em dia, apenas dois desses grupos religiosos foram declarados ilegais pelo Governo. As Testemunhas de Jeová foram declaradas ilegais em 1972, sendo seguidas uma década mais tarde pela Igreja da Unificação, fundada pelo coreano Reverendo Sun Myung Moon. Há anos que os fiéis de ambos os grupos não são autorizados a praticar o seu culto.

Embora o Islamismo não seja a religião mais praticada dentro do território deste estado, com o tempo tem emergido uma instituição islâmica – o Conselho Religioso Islâmico de Singapura (MUIS na sigla inglesa) – que mantém relações ‘semi-oficiais’ com o executivo. O objectivo desta entidade é a promoção e a protecção dos «interesses políticos, educativos, religiosos, económicos, sociais, culturais e linguísticos» dos seus cidadãos muçulmanos. Entre as áreas sujeitas a especial jurisdição para os fiéis muçulmanos (com base na Lei do Direito Muçulmano) está a área do matrimónio: dos trinta e três pedidos feitos em 2012 para

¹⁴³¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/singapore

População: <http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL>

obter autorização para uniões polígamas, oito foram aprovados, enquanto os restantes foram recusados, abandonados ou ainda estão pendentes enquanto aguardam julgamento.

A salvaguarda das minorias, tanto religiosas como étnicas, é a tarefa do Conselho Presidencial para os Direitos das Minorias, uma organização que verifica a aplicação efectiva da protecção e dos direitos iguais de cada grupo minoritário. Esta entidade tem a tarefa de analisar e aconselhar sobre questões ou problemas relacionados com a etnia e a religião, e é composta por dezasseis membros, dos quais seis são permanentes. O seu presidente é o representante da autoridade legislativa em Singapura e os seus membros incluem o primeiro-ministro, o procurador-geral e o Arcebispo católico de Singapura, Monsenhor Nicolas Chia, uma confirmação do valor colocado na presença católica na cidade-estado. Existe também um Conselho Presidencial para o Respeito e Manutenção da Harmonia Inter-religiosa, dois terços de cujos membros representam as principais religiões do país. Esta entidade reporta directamente ao Ministério do Interior ou ao Parlamento e qualquer tentativa de adquirir maior 'peso' ou 'visibilidade' dentro deste órgão é vista em si mesma como uma 'violação da harmonia religiosa'.

De acordo com a actual legislação, o Governo não permite o ensino da religião nas escolas estatais, embora esta proibição não se aplique às escolas privadas. Em relação à evangelização, os missionários e figuras religiosas pertencentes a grupos e movimentos aprovados pelo Governo podem dar testemunho, publicar e distribuir material de carácter religioso. Um exemplo é a iniciativa relatada pela *AsiaNews*¹⁴³² de um grupo católico que, para marcar o Ano da Fé, criou uma página na Internet¹⁴³³ onde as pessoas podem aceder a uma variedade de materiais religiosos, incluindo, por exemplo, a carta apostólica *Porta Fidei* do Papa Bento XVI. Dito isto, a lei sobre a salvaguarda da harmonia religiosa dá ao ministro do Interior poderes para emitir decretos restritivos contra pessoas ou grupos que se oponham aos princípios acima definidos, ou que criem divisões, conflitos e tensões entre grupos religiosos. Contudo, confere igualmente o poder de impor sanções contra quaisquer actividades políticas consideradas 'subversivas' ou passíveis de despertar sentimentos de hostilidade para com as autoridades - incluindo, e na realidade acima de tudo, onde estes motivos de descontentamento estão cobertos pelo manto da religião.

Embora o culto religioso seja permitido, e outras actividades religiosas sejam autorizadas sob certas circunstâncias, existe ainda uma proibição para a «importação e distribuição» de material religioso por parte das Testemunhas de Jeová, da Igreja da Unificação, dos Filhos de Deus, de grupos satânicos e dos cientologistas. Para quem quer que viole estas leis e seja encontrado na posse de material ligado a estes grupos, há multas de até 1.190 euros doze meses de prisão.

Tal como em anos anteriores, não tem havido casos óbvios de conversões forçadas ou outros abusos cometidos em nome da religião. O princípio de separação da religião em relação ao Estado ainda se mantém, como é frequentemente afirmado por representantes governamentais. As políticas do Governo devem ser baseadas em noções que são 'seculares, racionais e de interesse público'. Da mesma forma, as escolas e os edifícios públicos devem estar abertos a pessoas de todas as religiões. Contudo, a liberdade religiosa não pode ser igualada ao direito de falar ou agir de formas que sejam «para detrimento da nação e da coesão social», nem pode dar origem a «divisões entre o nosso povo». Daí que as pessoas

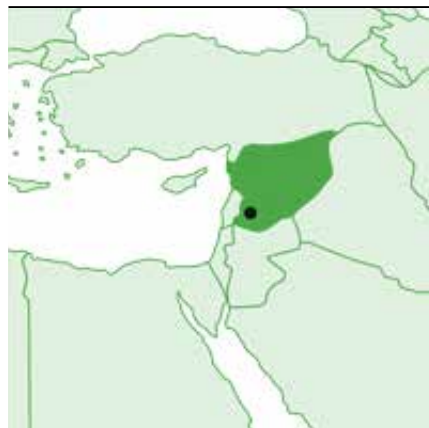
¹⁴³² *AsiaNews.it*, 11/09/2013

¹⁴³³ <http://yof.risenchristmedia.org>

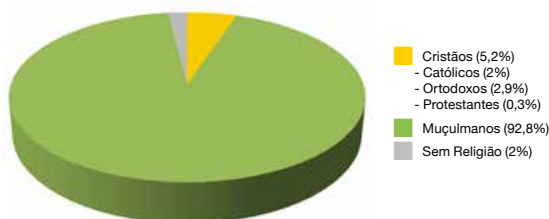
sejam livres de professar a sua fé, mas ao mesmo tempo conscientes de que esta é uma liberdade (religiosa) condicional.

Concluindo, não houve mudanças significativas em relação à liberdade religiosa nos últimos dois anos. Os dois grupos que foram proibidos há muitos anos e cujo culto religioso é proibido são as Testemunhas de Jeová e a Igreja da Unificação. Esta proibição mantém-se, apesar da declaração da Constituição em defesa da liberdade religiosa. No entanto, as políticas governamentais impuseram, nalguns casos, restrições significativas.

SÍRIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESLOCADOS:
20.766.000	185.180 km ²	149.709	2.600.000	6.500.000

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Em Fevereiro de 2012, um ano após o levantamento armado na Síria¹⁴³⁴, o regime adoptou uma nova Constituição aprovada num referendo por 90% dos votos. O novo texto mantém muitas das disposições legais da antiga Constituição. Estas incluem a obrigação de o presidente do país ser um muçulmano (Artigo 3.1) e de a principal fonte de legislação ser a jurisprudência islâmica (Artigo 3.2). A Constituição de 2012 também afirma: «O Estado respeita todas as religiões e garante o livre exercício de todos os direitos religiosos, sob condição de estes não perturbarem a ordem pública.» (Artigo 3.3). Da mesma forma, «o estatuto civil das comunidades religiosas é protegido e respeitado» (Artigo 3.4), «os cidadãos são iguais em direitos e deveres, sem discriminação em termos de religião ou confissão» (Artigo 33.3), e «a liberdade de culto é protegida por lei» (Artigo 42.1).

A principal inovação da nova Constituição é o reconhecimento do pluralismo político (Artigo 8.1). Anteriormente, o Partido Baath detinha o monopólio da representação política. Tirando isto, a nova Constituição, tal como a anterior, não prevê qualquer sistema de quotas confessionais no Parlamento ou no Governo, aos quais os representantes das comunidades minoritárias (Alauitas, Drusos, Cristãos e Xiitas) poderiam ter acesso. Além disso, embora o texto não faça qualquer declaração formal em relação à liberdade de consciência, a conversão dos Muçulmanos a qualquer outra religião continua a ser proibida, uma vez que se considera que isso é contrário à lei islâmica, que é definida como a principal fonte de legislação.

Os grupos de fé minoritários foram excluídos do processo político, situação referida por líderes cristãos e observadores de direitos humanos. O chamado 'Governo interino' rebelde, formado por nove ministros e instituído em Istambul no Outono de 2013, não incluía um delegado dos representantes (sírios e assírios) cristãos da Coligação Nacional Síria, o grupo da oposição reconhecido como oposição legítima por parte dos poderes ocidentais. Estes membros protestaram contra a sua «marginalização» e «exclusão deliberada».¹⁴³⁵ A lealdade

¹⁴³⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/syria
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Syrian Arab Republic>
Deslocados: www.usaid.gov/crisis/syria

¹⁴³⁵ *Fides*, 13/11/2013

política dos grupos minoritários é diversa. Alguns apoiam o regime do presidente Bashar al-Assad, enquanto outros – incluindo alguns alauitas e cristãos – apoiam os grupos da oposição.

Mesmo assim, a ‘confessionalização’ do conflito coloca estes grupos religiosos numa situação extremamente precária. A focalização directa em comunidades religiosas individuais foi um factor crítico do êxodo em massa de pessoas. Em Março de 2014, o alto comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) afirmou que, passados três anos de conflito, a Síria «ficou no topo da lista mundial de [pessoas] deslocadas à força», com 6,5 milhões de deslocados na Síria e 2,5 milhões a viverem como refugiados no estrangeiro.¹⁴³⁶ Cada vez mais, é evidente uma agenda islâmica aberta nas acções dos grupos militantes. Um esforço concertado dos extremistas para islamizar os bairros colocando pressão física e psicológica nos grupos minoritários tornou-se num tema recorrente ao longo do período deste relatório. Por exemplo, no grande subúrbio de Douma em Damasco, trinta e seis *ulemas* (sábios e intelectuais muçulmanos) emitiram uma *fatwa* em Setembro de 2013 legitimando o direito dos fiéis muçulmanos sunitas de apreenderem e se apropriarem de bens, casas e propriedades pertencentes a cristãos, drusos e alauitas e a todos os que «não professam a religião sunita». A *fatwa* enfatiza que as propriedades confiscadas serão usadas em parte para «obter armas».¹⁴³⁷ Num ambiente tão tóxico de violência quase constante, ficou no entanto muitas vezes pouco claro se o motivo principal para um ataque a uma comunidade religiosa era o ódio religioso ou se estava ligado à percepção de lealdade política do grupo. Na maior parte dos casos, parece que ambos os factores estavam presentes na violência endémica que não poupou nenhuma comunidade, independentemente da sua identidade religiosa.

Os muçulmanos de diferentes tradições têm também sofrido actos terríveis de opressão. A maioria sunita relatou repetidamente estar sob o fogo das forças de Assad ou dos leais ao regime. A Shabiha, uma milícia sombria alegadamente mantida pelo Governo, tem sido considerada responsável pela violência, pelas armas e pela extorsão, muita da qual levada a cabo por alauitas, sendo os sunitas considerados extremistas e por isso alvos principais. O impacto da Shabiha tem sido aumentado pelos exércitos xiitas – o Houthi e o Hezbollah – e pelo alegado apoio militar do Irão a Assad. Por sua vez, os Alauitas sofreram violência grave levada a cabo por grupos que se opunham ao regime de Assad. À medida que 2014 avançava, as comunidades religiosas ao longo do espectro religioso expressaram cada vez maior preocupação com o surgimento do Estado Islâmico do Levante e do Iraque (ISIL na sigla inglesa), um grupo de militantes islâmicos sunitas influenciados pelo movimento wahabitas, com ambições de criar um califado estendendo-se do Iraque à Síria. As comunidades muçulmanas moderadas e os grupos religiosos minoritários descreveram os abusos de direitos humanos que sofreram à medida que o ISIL tomava regiões-chave no norte da Síria, incluindo Ar-Raqqah, Idib e Aleppo, bem como Mossul, Tikrit e outros grandes centros no Iraque.

Num conflito onde o partidarismo político e as divisões sectárias (religiosas) se tornaram intimamente ligados, as comunidades sunitas reportaram graves perseguições às mãos do presidente Assad e das forças leais ao regime. Perante este cenário, o regime foi acusado de ataques com armas químicas a civis, levando os Governos internacionais a considerarem a possibilidade de uma intervenção directa na Síria no final do Verão de 2013. Embora grande parte da violência contra os sunitas tenha sido vista como tendo motivações políticas ou estratégicas, outro tipo de violência foi apercebido como tendo por base sobretudo inimizades religiosas, especialmente nos casos em que foram atacados civis não armados. Um incidente,

¹⁴³⁶ ACNUR, 14/3/14 <http://unhcr.org/5321cda59.html>

¹⁴³⁷ <http://fides.org/en/news/34375>

descrito como um ataque deliberado a sunitas não armados e aparentemente inocentes, ocorreu na vila costeira de Baniyas. Aí, a 3 de Maio de 2013, forças leais ao presidente Assad mataram pelo menos sessenta e duas pessoas e deixaram corpos ensanguentados nas ruas. Pouco depois, foram colocados nas redes sociais vídeos das mortes. Estas ocorreram dois dias depois de as forças estatais e as milícias pró-Assad terem morto pelo menos cinquenta sunitas na vila de Baida, nas proximidades. Da mesma forma, em Setembro de 2013, quinze pessoas foram mortas em Sheikh Hadid, uma aldeia muçulmana sunita a noroeste da cidade de Hama. O Observatório Sírio de Direitos Humanos disse que uma mulher e duas crianças estavam entre os mortos num ataque nocturno à aldeia. O ataque foi considerado pelos observadores como um ataque a comunidades sunitas inocentes.¹⁴³⁸ Noutros casos, sunitas foram atacados pelos seus correligionários por apoiarem Assad, uma atitude vista como traição à sua fé. Em Março de 2013, uma explosão destruiu uma mesquita em Damasco, matando um importante clérigo sunita pró-governamental, o xeque Mohammed Said. Foi alegado que na altura ele estava a dar aulas elementares de Islamismo.¹⁴³⁹

Para os grupos minoritários, o impacto do conflito tem sido sério, embora até certo ponto os drusos pareçam ter sido poupados até agora. Tanto os Alauitas (10% da população) como os Cristãos das diferentes denominações (5-10%) sofreram violência grave. As suas vidas, e as suas casas, e outras posses foram atacadas por causa da sua identidade religiosa.

Os Alauitas relataram actos flagrantes de perseguição. Os incidentes mais notáveis de violência, alegadamente destinados especificamente a alauitas, ocorreram na cidade de Latakia, em Março de 2013. Um enorme ataque foi montado pelo Exército Livre da Síria e pelos seus apoiantes, que incluíam os descendentes de Aisha, Mãe dos Crentes, com o objectivo declarado de conquistar a cidade de Al Haffah, mas um efeito colateral aparentemente calculado pode ter sido a faísca que desencadeou mais violência sectária na Síria, levando a cabo um ataque a uma área de maioria alauita. Durante o ataque, as forças rebeldes capturaram alegadamente treze aldeias, mataram quase 200 civis e levaram mais de 200 reféns. As mulheres foram alegadamente levadas em camiões para serem violadas pelos combatentes rebeldes. O Observatório Sírio de Direitos Humanos relatou que um clérigo alauita raptado foi morto pela Frente Al Nusra.¹⁴⁴⁰

Outro ataque significativo à comunidade alauita da Síria ocorreu em Fevereiro de 2014 em Maan, uma aldeia maioritariamente alauita na província de Hama. Rebeldes islâmicos extremistas invadiram Maan e mataram quarenta pessoas. Metade das vítimas do ataque eram civis, incluindo mulheres, e os restantes eram combatentes da aldeia que defendiam as suas casas. Um vídeo, adicionado pelos rebeldes da Brigada Jund al-Aqsa, que alegadamente tinham invadido a aldeia, mostrava homens de barbas longas agitando um jihadista negro sobre a aldeia.¹⁴⁴¹

Uma cristã que testemunhou um ataque do Exército Livre da Síria a Ras al-Ain, uma vila no nordeste da Síria, na fronteira com a Turquia, disse que os Alauitas eram os mais afectados num ataque em que uma grande variedade de comunidades de fé tinham sido atingidas. A mulher, que pediu que o seu nome não fosse referido por razões de segurança, disse que imediatamente após o ataque, a 8 de Novembro de 2012, Cristãos, Curdos e outros foram forçados a fugir. Mas disse também: «Os Alauitas tiveram o pior destino: foram mortos porque eram alauitas. Um deles foi um professor que durante muitos anos ensinou as crianças de

¹⁴³⁸ *The Guardian*, 21/09/13

¹⁴³⁹ *RT News*, 21/3/14

¹⁴⁴⁰ *Le Parisien*, 11/10/13

¹⁴⁴¹ *Associated Press*, 10 de Fevereiro de 2014

todas as famílias. Alguns militantes encontraram-no, capturaram-no e mataram-no em frente à sua mulher e filhos.¹⁴⁴²

Durante o período em análise, as comunidades cristãs em toda a Síria sofreram violência sistemática. Os motivos por detrás dos ataques são complexos. Em muitos casos, estas comunidades foram atacadas sobretudo por causa da sua fé e noutras situações a questão foi evidentemente a percepção da sua lealdade política. Talvez o efeito mais significativo da violência tenha sido a emigração em massa. Em Outubro de 2013, o Patriarca Greco-Católico Melquita Gregório III dizia à *BBC* que mais de 450 mil cristãos, numa população de 1,75 milhões anterior à guerra, tinham sido deslocados ou tinham deixado o país.¹⁴⁴³ No prazo de dois anos, a cidade de Aleppo, que anteriormente acolhia a maior comunidade cristã na Síria, perdeu mais de 65% dos Cristãos. As organizações que observam a perseguição indicaram que o êxodo de cristãos da Síria é uma repetição ‘acelerada’ do que aconteceu ao longo dos últimos 10-20 anos no Iraque, onde a comunidade cristã caiu a pique de mais de um milhão para pouco mais de 300 mil pessoas. Em entrevistas, os líderes cristãos, incluindo o Patriarca Gregório, insistiram que as comunidades da Igreja irão sobreviver à violência, apesar de não haver um fim óbvio à vista do conflito.¹⁴⁴⁴ A emigração das comunidades cristãs não foi necessariamente pior – proporcionalmente falando – do que a de outros grupos religiosos, mas pode ser mais catastrófica por causa dos seus números já reduzidos.

As comunidades cristãs reportaram raptos e mortes generalizados de bispos e sacerdotes. Em Outubro de 2012, o Padre Fadi Jamil Haddad, pároco greco-ortodoxo no subúrbio de Qattana em Damasco, foi encontrado na cidade de Damasco com a garganta cortada. Tinha estado a tentar obter a libertação de um médico cristão cujos raptos estavam a exigir um resgate de 414.048 euros.¹⁴⁴⁵ A 22 de Abril de 2013, dois prelados de Aleppo, o Arcebispo greco-ortodoxo Boulou Yazigi e o Arcebispo sírio-ortodoxo Yohanna Ibrahim foram raptados enquanto regressavam da fronteira turca, onde tinham ido negociar a libertação de dois sacerdotes, o Padre católico-arménio Michel Kayyal e o Padre greco-ortodoxo Maher Mahfouz, raptados a 9 de Fevereiro de 2013. O condutor do seu carro, o Diácono Fatha Kabboud, foi assassinado pelos raptos. Até agora, nenhum grupo reivindicou a responsabilidade pelo rpto.¹⁴⁴⁶ Em Julho de 2013, o Padre jesuíta italiano Paolo dall’Oglio, fundador do Mosteiro de Mar Moussa, na Diocese de Homs, desapareceu perto da vila de Raqqa, junto à fronteira turca. Há relatos que alegam que foi raptado pelo ISIL na sequência da movimentação destes para se apropriarem da região.¹⁴⁴⁷ Muitos dos incidentes ocorreram em Aleppo e na região noroeste que rodeia esta cidade, para onde os Cristãos fugiram em grande número. Líderes cristãos noutras regiões da Síria também foram vítimas de violência. Em Abril de 2014, o Padre jesuíta Frans van der Lugt, de 75 anos, foi morto passados quase quarenta anos de trabalho pastoral junto do povo de Homs.

A Cidade Velha de Homs foi um dos principais centros onde os edifícios das igrejas sofreram sistemática violência e profanação. Em Homs, terceira cidade da Síria, todas as igrejas cristãs foram destruídas. Em Damasco, as paróquias cristãs nos subúrbios tiveram de fechar as portas. Em Maio de 2013, a aldeia cristã de El-Duwair (província de Homs) foi atacada e parcialmente destruída por muçulmanos aliados ao Exército Livre da Síria. Muitos

¹⁴⁴² *Fides*, 30 de Novembro de 2012

¹⁴⁴³ *BBC News Middle East*, «Syria conflict: Christians ‘fleeing homes’», 16/10/13

¹⁴⁴⁴ *Op. cit.*

¹⁴⁴⁵ *Fides*; *La Croix*, 26/10/12

¹⁴⁴⁶ *La Croix*, 6 de Maio de 2013

¹⁴⁴⁷ *Zenit*, 6/8/13

dos habitantes foram massacrados.¹⁴⁴⁸ A 7 de Setembro de 2013, os muçulmanos da Frente Al-Nusra atacaram a cidade santuário de maioria cristã de Maaloula, onde os habitantes falam uma língua bíblica, o aramaico. Os assaltantes deitaram abaixo as cruzes do Mosteiro de São Sérgio e rodearam o Convento de Santa Tecla, forçando as religiosas a recuarem para dentro do convento. Forçaram a entrada em muitas das casas gritando: «Estamos aqui para vos levar, adoradores da cruz.» Numa das casas, deram ordens a três homens greco-católicos melquitas para que se convertessem ao Islamismo, sob pena de morte caso não o fizessem. Um deles, Sarkis El-Zakhm, respondeu: «Sou cristão e se quiser matar-me porque sou cristão, então mate.» Foi morto juntamente com os outros dois.¹⁴⁴⁹ No total, mataram vinte civis e raptaram outros quinze. Nenhuma das casas muçulmanas foi tocada.¹⁴⁵⁰ Nesse mês de Dezembro, membros da Frente Al-Nusra ainda com o controlo de Maaloula raptaram doze religiosas ortodoxas do Mosteiro de Mar Thekla e levaram-nas para Yabroud.¹⁴⁵¹ As irmãs foram libertadas ilesas em Março de 2014. Maaloula foi posteriormente tomada novamente pelas forças de Assad antes da Páscoa de 2014. Desde então, outras cidades maioritariamente cristãs sofreram violência grave, incluindo Saddad onde, num cerco islâmico, quarenta e cinco pessoas foram mortas e uma família foi morta e deitada por um poço abaixo, inclusive dois adolescentes e três dos seus avós.

Os Yezidis, uma comunidade de fé minoritária, também sofreram no período em questão. O ISIL atacou al-Talilya, perto de Ras al-‘Ayn, num ataque alegadamente destinado aos Yezidis, a comunidade de fé maioritária na aldeia. Os rebeldes jihadistas alegadamente executaram de forma sumária quinze civis, incluindo seis crianças. Os residentes avançaram dois possíveis motivos para este ataque: a vingança do ISIL nos aldeões, suspeitando que eles apoiavam os seus opositores; o facto de o ISIL considerar os Yezidis como infiéis.¹⁴⁵²

Embora a guerra civil na Síria, que atravessou todo o período em análise, signifique que a violência e outras violações dos direitos humanos sofridas pelas comunidades religiosas foram em grande medida políticas, o ódio religioso desempenhou claramente um papel importante. O sectarismo religioso subjacente ao conflito ficou claro com a profanação generalizada de igrejas e mesquitas, os raptos e mortes de imãs, bispos e outros líderes religiosos, o foco deliberado nos civis e, talvez acima de tudo, pela deslocação em massa de comunidades urbanas e rurais. Neste sentido, a liberdade religiosa na Síria, juntamente com os direitos humanos fundamentais como um todo, entrou em declínio acentuado durante o período em análise.

¹⁴⁴⁸ *Observatoire de la Christianophobie*, 24/7/13

¹⁴⁴⁹ *Fides*, 12/9/13

¹⁴⁵⁰ *Site: Egalité-Réconciliation*, 9/9/13

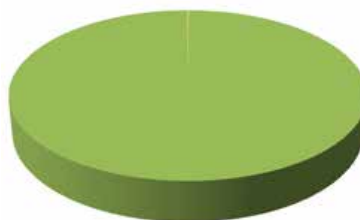
¹⁴⁵¹ *La Croix*, 3/12/13

¹⁴⁵² *Human Rights Watch*, 14/6/14

SOMÁLIA



Confissões Religiosas



- Cristãos (0,1%)
 - Protestantes (0,09%)
 - Católicos (0,01%)
- Muçulmanos (99,8%)
- Outras Religiões (0,1%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
10.195.134	637.660 km²	2.425	1.121.738	1.122.559

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Durante o ano de 2013, a Somália¹⁴⁵³ permaneceu politicamente dividida em quatro áreas separadas controladas por quatro grupos diferentes: no norte do país, os Governos separatistas da Somalilândia e da Puntlândia, que não são reconhecidos internacionalmente; o Governo federal da Somália reconhecido internacionalmente (que foi estabelecido a 20 de Agosto de 2012, após o fim do mandato interino do Governo Federal de Transição ou GFT); e o grupo armado islâmico radical al-Shabaab no centro e sul do país. Contudo, por comparação com os anos anteriores, as forças do Governo federal ganharam território, enquanto as áreas sob o controlo do al-Shabaab diminuíram.

A liberdade religiosa continua a não existir no país para a minúscula minoria cristã, que é fortemente perseguida. Isto também é verdade em relação à maioria muçulmana nas regiões sob controlo dos radicais islâmicos do al-Shaabaab, que continuam a impor a sua visão extremista do Islamismo.

A partir de Agosto de 2012, depois de o Governo federal da Somália ter substituído o GFT, uma Constituição Provisória da República Federal da Somália substituiu a antiga Constituição de Transição. O novo texto reconhece a liberdade religiosa, mas ao mesmo tempo define o Islamismo como religião do Estado, proibindo o proselitismo por parte de qualquer religião para além do Islamismo e afirmando a supremacia da *sharia*, a lei corânica, à qual todas as leis específicas do país são obrigadas a adaptar-se.

O Artigo 2 da Constituição declara que «o Islamismo é a religião do Estado. Nenhuma religião para além do Islamismo pode ser propagada no país. Nenhuma lei pode ser promulgada se não for compatível com os princípios gerais da *sharia*.» O Artigo 3 define a natureza islâmica do Estado: «A Constituição da República Federal da Somália baseia-se nos alicerces do Corão Sagrado e da *sunna* do nosso Profeta Maomé e protege os objectivos superiores da *sharia* e da justiça social. A República Federal da Somália é um país muçulmano que é membro das nações árabe e africana.»

O Artigo 11 estipula que todos os cidadãos, sem ter em consideração a sua religião, têm os mesmos direitos e deveres perante a lei e que não podem ser discriminados, entre outros por causa da sua fé religiosa. O Artigo 17 lida com a liberdade religiosa e de crença, e afirma: «Cada pessoa

¹⁴⁵³ Confissões Religiosas: www.thearda.com/internationalData/countries/Country_205_2.asp

População: <http://data.worldbank.org/country/somalia>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e483ad6&submit=GO

é livre de praticar a sua própria religião. Nenhuma outra religião para além do Islamismo pode ser propagada na República Federal da Somália.»

Nos artigos que se seguem, a *sharia* é referida por diversas vezes: para justificar a proibição do aborto (Artigo 15), como ponto de referência para a interpretação de direitos fundamentais (Artigo 40), como objectivo de cuja promoção a Comissão de Direitos Humanos se deve ocupar (Artigo 41) e como critério para a selecção dos juizes do Tribunal Constitucional, que devem ser especialistas na *sharia*.

O Artigo 88 afirma que todos os candidatos à Presidência da República devem, entre outros, ser muçulmanos. Contudo, a Constituição não proíbe explicitamente a apostasia, como acontece com as Constituições da Puntlândia e da Somalilândia.

A Constituição da Somalilândia (datada do ano 2000) lida com a apostasia no Artigo 33, o artigo dedicado à liberdade religiosa: «Cada pessoa tem direito à liberdade religiosa e não pode ser obrigada a adoptar outra crença. A *sharia* islâmica não permite que um muçulmano renuncie às suas crenças.» O Artigo 5 reconhece o Islamismo como religião do Estado, proíbe a divulgação de outras religiões e declara que a *sharia* é a base do sistema jurídico: «O Islamismo é a religião do Estado na Somalilândia e a promoção de qualquer outra religião que não o Islamismo dentro do território da Somalilândia é proibida. As leis do país baseiam-se na *sharia* e não podem ser contrárias a ela.» O Artigo 313 do Código Penal apresenta as penas para os muçulmanos que procurem mudar de religião. Os Artigos 41 e 82 da Constituição afirmam expressamente que o presidente, o vice-presidente e o presidente do Parlamento devem ser muçulmanos. O Artigo 15 afirma que a educação islâmica é obrigatória a todos os níveis e que a promoção das escolas corânicas é da responsabilidade do Estado. As actividades dos grupos políticos são restritas aos preceitos da doutrina islâmica.

A Constituição da Puntlândia, adoptada a 18 de Abril de 2012, afirma que ninguém pode ser obrigado a aderir a uma fé que não esteja de acordo com as suas convicções. Ao mesmo tempo, proíbe a apostasia por parte dos Muçulmanos e a propagação das religiões para além do Islamismo. A actual interpretação deste ditame constitucional específico é de que a conversão dos muçulmanos a outras religiões é proibida.

Tal como acontece com a Constituição federal, a Constituição da Puntlândia estipula que o chefe de Estado deve ser um muçulmano e que todas as leis devem basear-se na *sharia*. Na prática, o sistema legal nestas três partes da Somália é uma mistura de direitos consuetudinários tradicionais (os *xeer*), a *sharia* e o Código Penal de 1963. Dentro do território da República Federal da Somália, as comunidades religiosas são obrigadas a registar-se junto do Ministério da Justiça, Bens Eclesiais e Assuntos Religiosos. Na prática, muitos grupos funcionam sem registo. Na Puntlândia, as escolas religiosas e as mesquitas são obrigadas a obter autorização do Ministério da Justiça e Assuntos Religiosos para conseguirem funcionar. Na Somalilândia são obrigadas a obter esta autorização do Ministério da Religião.

O Artigo 30 da Constituição relaciona-se com a educação e estipula que o ensino da religião islâmica é obrigatório em todas as escolas, tanto públicas como privadas, com excepção das que são propriedade de não-muçulmanos (ou seja, as escolas geridas pelas embaixadas dos países estrangeiros). Da mesma forma, a Puntlândia e a Somalilândia declaram o ensino religioso islâmico como obrigatório em todas as escolas. Deve ter-se em mente que, devido à instabilidade prolongada, quase todas as escolas na Somália são privadas, patrocinadas por organizações religiosas, a maior parte das quais de tendência salafista.

Nas áreas controladas pelo al-Shabaab, as escolas são obrigadas a ensinar que a *jihãd* é obrigatória. Noutras áreas, a Universidade de Mogadíscio, a Universidade da África Oriental na

Puntlândia e muitas escolas secundárias na capital são financiadas e geridas pela Fundação Al-Islah, o equivalente somaliano à Irmandade Muçulmana.

O Governo federal e as autoridades na Puntlândia e Somalilândia observam como celebrações nacionais as festas islâmicas do Eid al-Fitr, do Eid al-Adha, do Muharam (o Ano Novo islâmico) e do Mi'raaj.

Nos territórios controlados pelo al-Shabaab não há Constituição formal, mas na prática é aplicada uma versão radical da *sharia* que não dá espaço para a prática de qualquer outra religião para além do Islamismo, nem para a prática do Islamismo somaliano tradicional, de origem sufi, que é considerado como herege. Quaisquer pessoas suspeitas de terem abandonado o Islamismo em favor do Cristianismo são executadas sem julgamento ou mantidas na prisão por longo períodos sem quaisquer salvaguardas legais. O apedrejamento mantém-se como castigo para o adultério, as mãos são cortadas no caso de roubo e um número variável de chicotadas são especificados para violações menores da lei. Nos territórios controlados pelo al-Shabaab, os antigos cemitérios e santuários sufis foram destruídos, os cinemas públicos e exibições musicais foram banidos, tal como fumar, ter cortes de cabelo considerados como 'ocidentais', jogar futebol, cantar e dançar em casamentos, ver programas televisivos em locais públicos e sobretudo eventos desportivos. A forma de vestir islâmica rígida foi imposta às mulheres e envolve o véu completo e uma proibição de usar sutiãs. As mulheres não podem envolver-se em qualquer actividade comercial que as coloque em contacto com clientes do sexo oposto, por exemplo vender chá. Não estão autorizadas a viajar nos mesmos veículos que os homens ou a dar-lhes apertos de mão como forma de cumprimento. Os homens estão proibidos de cortar a barba ou de usar calças que passem abaixo do tornozelo. Os cinemas foram encerrados, os mercados onde era vendido *khat*, uma droga tradicional somaliana, foram incendiados, todos os toques de telemóvel foram proibidos excepto os que contêm versos do Corão, todos os jogos de vídeo foram também proibidos, tal como toda a música não-islâmica. As estações de rádio que não obedeceram a esta ordem foram encerradas. Todas as actividades comerciais têm de ser interrompidas na altura das cinco orações diárias.

Durante o ano de 2013, a perseguição às minúsculas comunidades cristãs no país continuou sem interrupção. Dois militantes do al-Shabaab são suspeitos de terem morto a tiro Ahmed Ali Jimale, um farmacêutico cristão de 42 anos e pai de quatro filhos, a 18 de Fevereiro na aldeia de Alanley, perto de Chisimaio.¹⁴⁵⁴

A 23 de Março de 2013, em Bullo Marer, na região de Baixo Shebelle, militantes do al-Shabaab raptaram Hassan Gulled, um cristão de 25 anos que tinha regressado recentemente do Quênia, onde se tinha convertido ao Cristianismo. O homem foi torturado na prisão e o seu destino é desconhecido.¹⁴⁵⁵

Depois de ser interceptada numa barricada na estrada perto da vila de Bulodbarde, a 20 km de Belet Uein no centro da Somália, Fartun Omar, uma viúva cristã de 42 anos, foi separada dos seus cinco filhos, que viajavam de autocarro com ela. Foi depois morta a tiro a 13 de Abril. Era mulher de Mursal Isse Siad, um cristão de 55 anos que tinha sido morto por dois homens com máscaras, a 8 de Dezembro de 2012, na vila de Belet Uen.¹⁴⁵⁶

A 7 de Junho, Hassan Hurshe, outro cristão de 28 anos, foi morto com um tiro na cabeça numa execução pública em Jilib, distrito de Jamaame. Tinha sido raptado no início do ano e levado para lá por elementos armados do al-Shabaab que o acusaram de se ter convertido ao Cristianismo enquanto era refugiado no Quênia, de onde tinha regressado em 2010.¹⁴⁵⁷

¹⁴⁵⁴ *Morning Star News*, 28 de Fevereiro de 2013

¹⁴⁵⁵ *Ibidem*, 16 de Abril de 2013

¹⁴⁵⁶ *Ibidem*, 23 de Abril de 2013

¹⁴⁵⁷ *Ibidem*, 30 de Junho de 2013

A 5 de Agosto, em Bulo Marer, militantes suspeitos do al-Shabaab raptaram e violaram uma mulher de 28 anos chamada Shamsa Enow Hussein, mãe de dois filhos, por causa da sua fé cristã. Depois deixaram mensagens telefónicas ao seu marido, ameaçando-o de morte pela mesma razão. O destino desta mulher não é conhecido.¹⁴⁵⁸

A 1 de Setembro, em Belet Uen, militantes suspeitos do al-Shabaab mataram dentro da sua própria casa uma mulher cristã de 35 anos chamada Fatuma Isak Elmi, mãe de uma criança de 4 anos. Nessa manhã, o marido tinha encontrado uma nota com ameaças à família. Depois do assassinio, o marido fugiu da área juntamente com o filho.¹⁴⁵⁹

A 3 de Setembro, na vila de Koriolei, a sul, na região do Baixo Shebelle, militantes do al-Shabaab usando máscaras raptaram Mustaf Hassan, de 13 anos, filho de um casal cristão que o tinha confiado a parentes muçulmanos antes de se esconder. O rapaz é também sobrinho de Fartun Omar, uma viúva cristã assassinada pelo al-Shabaab, a 13 de Abril, depois de o seu marido ter sido assassinado pela mesma organização a 8 de Dezembro de 2012.¹⁴⁶⁰

A 15 de Março de 2014, extremistas islâmicos das milícias rebeldes al-Shabaab decapitaram publicamente Sadia Ali Omar, de 41 anos e mãe de duas filhas, e o seu primo Osman Mohamoud Moge, de 35 anos, em Barawa, sudeste da Somália, depois de descobrirem que eles eram cristãos. As filhas de Sadia, de 8 e 15 anos, testemunharam a carnificina, diz uma fonte, enquanto a mais nova gritava e pedia que alguém salvasse a mãe. Um amigo ajudou as raparigas, cujos nomes não são revelados, a fugirem.

Os extremistas tinham vindo para Barawa dez dias antes e tinham apelado aos locais para que viessem e testemunhassem as execuções. Antes de as matar, um militante do al-Shabaab alegadamente anunciou: «Sabemos que estas duas pessoas são cristãs que regressaram recentemente do Quênia. Queremos eliminar quaisquer cristãos que vivam na clandestinidade dentro da área dos *mujahidin* [jihadistas]», de acordo com um residente da área cujo nome não é divulgado por razões de segurança. O al-Shabaab – que jurou libertar o país das irmandades cristãs que se reúnem secretamente, uma vez que abandonar o Islamismo na Somália é punível com a morte – suspeitou de Omar e Moge devido à sua frequência irregular nas orações de sexta-feira na mesquita, disse uma fonte.¹⁴⁶¹

Tal como em muitos casos de número crescente de assassinios de cristãos na clandestinidade na Somália, os extremistas islâmicos do grupo rebelde al-Shabaab foram suspeitos de ter disparado a 16 de Março de 2014 contra Abdishakur Yusuf, em plena luz do dia, nos arredores da capital, Mogadíscio. O homem era líder de cinco grupos clandestinos num país onde a conversão a partir do Islamismo é punível com a morte. «Tristeza e pesar recaíram sobre a nossa comunidade quando o nosso querido irmão Abdishakur Yusuf foi impiedosamente assassinado, em Mogadíscio, por atiradores desconhecidos», disse uma fonte ao *Morning Star News* depois de pedir o anonimato. «Foi encontrado no exterior da sua casa, estendido sobre uma poça de sangue.» Yusuf deixa uma viúva e três filhos, com 8, 5 e 11 anos. Foram transferidos para fora do distrito.¹⁴⁶²

Outras fontes: Os dados relativos às religiões na Somália são retirados do anterior Relatório da Liberdade Religiosa da AIS. Os dados sobre os números de católicos são retirados do *Annuario Statisticum Ecclesiae 2011*. Os dados da população são retirados de *countrymeters.info*. Os dados sobre refugiados e requerentes de asilo são do ACNUR.

¹⁴⁵⁸ *Christian Today Australia*, 30 de Agosto de 2013

¹⁴⁵⁹ *Morning Star News*, 9 de Setembro de 2013

¹⁴⁶⁰ *Ibidem*, 9 de Setembro de 2013

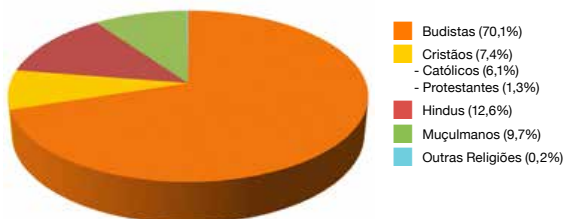
¹⁴⁶¹ *Morning Star News*, 14 de Março de 2014

¹⁴⁶² *Morning Star News*, 23 de Maio de 2014

SRI LANKA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESLOCADOS:
21.045.000	65.610 km ²	122	124.438	80.216

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Governo

Os militares do Sri Lanka¹⁴⁶³ derrotaram o grupo rebelde Liberation Tigers of Tamil Eelam (Tigres Tamil) em Maio de 2009, após duas décadas e meia de campanha militar, pondo assim fim à guerra civil. De acordo com estimativas da ONU, cerca de 100 mil pessoas, muitas das quais civis, foram mortas durante esta guerra, sobretudo durante a sua fase final.¹⁴⁶⁴

Desde que o Governo do Sri Lanka ganhou a guerra, tem havido um ressurgimento do nacionalismo budista cingalês. De acordo com o alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay: «O Sri Lanka, apesar da oportunidade disponibilizada pelo fim da guerra de construir um novo país dinâmico e abrangente, mostra sinais de se encaminhar cada vez mais numa direcção autoritária.»¹⁴⁶⁵

Disposições legais para a liberdade religiosa

A Constituição do Sri Lanka prevê a liberdade religiosa. O Artigo 9 concede ao Budismo «o lugar de vanguarda» e mandata o Estado «a proteger e acolher o Buda Sasana [derrogação], ao mesmo tempo que garante a todas as religiões os direitos concedidos», de acordo com outras disposições da Constituição.

Segundo o Artigo 10, «Cada pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, incluindo a liberdade para ter ou para adoptar uma religião ou crença à sua escolha.»

O Artigo 12 afirma que todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a protecção igual por parte da lei. O mesmo artigo proíbe a discriminação de qualquer pessoa «com base na raça, religião, língua, casta, sexo, opinião política, lugar de nascimento ou qualquer outra razão deste tipo.» E acrescenta que ninguém será «sujeito a qualquer incapacidade, responsabilidade, restrição ou condição em relação ao acesso a lojas, restaurantes públicos, hotéis, locais de entretenimento público e locais públicos de culto da sua própria religião.»

¹⁴⁶³ Confissões Religiosas: De acordo com o Recenseamento oficial de 2012

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Sri Lanka>

Deslocados: De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

¹⁴⁶⁴ *Australian Broadcasting Corporation*, «Up to 100,000 killed in Sri Lanka's civil war: UN», 21 de Maio de 2009

¹⁴⁶⁵ *Independent*, «Sri Lanka turning authoritarian, says UN human rights chief Navi Pillay», 31 de Agosto de 2013

O Artigo 14 afirma que cada cidadão tem direito a certas liberdades, incluindo a liberdade de «manifestar a sua religião ou crença sob a forma de culto, observância, prática ou ensinamento». E esta liberdade pode ser exercida «por si próprio ou em associação com outros, e em público ou em privado».

O Sri Lanka também tem um Ministério de Buda Sasana e dos Assuntos Religiosos, com departamentos separados para os grupos budistas, hindus, muçulmanos e cristãos. De acordo com a legislação que define os seus mandatos, cada departamento deve formular e implementar programas que incutam valores religiosos e promovam uma «sociedade virtuosa».¹⁴⁶⁶

Liberdade religiosa na prática

Embora a lei permita que os cidadãos se convertam à religião da sua escolha, há uma forte oposição social e política às conversões religiosas do Budismo para outras religiões, que são vistas por alguns como consequência de coerção e força ou um ataque à fé budista.

Um grupo budista poderoso, o *Bodu Bala Sena* («poder budista»), que diz procurar proteger a natureza cingalesa-budista do país, tem sido um forte oponente às conversões do Budismo ao Cristianismo.¹⁴⁶⁷

O *Jathika Hela Urumaya* (traduzido por vezes como «Frente de Libertação Nacional» e outras vezes como «Partido do Património Nacional»), um partido político liderado por monges budistas que faz parte da coligação governamental, também se opôs às conversões religiosas. Este partido introduziu no Parlamento, em 2009, um projecto-lei para legislar as conversões «pouco éticas» e apelou novamente à sua introdução em 2011.¹⁴⁶⁸ Contudo, o projecto-lei não foi aprovado.

Em geral, as minorias não enfrentam restrições ou oposição ao ensino da sua fé aos seus membros. Contudo, embora seja legal propagar a própria religião a outros, o exercício desta liberdade por parte das minorias resulta frequentemente em oposição violenta. Por exemplo, a 8 de Setembro de 2013, um monge budista identificado como Pitipana Seelawansa Thero, do templo de Padukka Puraanas Viharaya, e os seus quatro subordinados, identificados como Rangana Jayarathna, Chandrapala, Sunil Perera e Damith Nilanga, lideraram um ataque por parte de uma multidão à Igreja Jeevana Diya na área de Meegoda do distrito de Colombo. A multidão espancou o pastor da igreja até este cair inconsciente e destruiu bens da igreja. Os atacantes acusaram o pastor de converter budistas à força.¹⁴⁶⁹

O registo de grupos religiosos não é obrigatório no país. Embora tenha vantagens, como por exemplo a realização de transacções financeiras e a abertura de contas bancárias, as religiões devem ser incorporadas através de um acto do Parlamento ou enquanto sociedade segundo a Lei das Empresas. Embora a maior parte das instituições pertencentes à Igreja Católica Romana ou ao Conselho Mundial de Igrejas tenham sido reconhecidas através de actos do Parlamento ou como fundos ou sociedades, muitos grupos evangélicos estão registados de acordo com a Lei das Empresas devido à falta de alternativas para eles.¹⁴⁷⁰

Em Junho de 2012, Declaração de Colombo sobre a Igreja no Sri Lanka, a Parceria para a Liberdade Religiosa – que é um grupo internacional de organizações cristãs – manifestou preocupações nesta área. Apelou ao reconhecimento dos cristãos protestantes evangélicos

¹⁴⁶⁶ Departamento de Estado norte-americano, www.state.gov/j/drl/rls/irf/2010_5/168252.htm

¹⁴⁶⁷ *The Sunday Times*, «The Bodu Bala Sena launches campaign against unethical conversions», 26 de Junho de 2013

¹⁴⁶⁸ *Fides*, «Proposal for an 'anti-conversion law'; Christians discriminated in building permits», 17 de Dezembro de 2011

¹⁴⁶⁹ *Morning Star News*, «Buddhist Nationalism Fuels Attacks on Christians in Sri Lanka», 26 de Setembro de 2013

¹⁴⁷⁰ Departamento de Estado norte-americano, www.state.gov/j/drl/rls/irf/2010_5/168252.htm

por parte do Governo «como cidadãos iguais, com o devido respeito e direitos acordados às outras comunidades religiosas no país».¹⁴⁷¹

Em 2012, muitas comunidades evangélicas relataram que tinham recebido uma circular do Governo afirmando a necessidade de aprovação prévia do Ministério dos Assuntos Religiosos para todas as novas construções ou para a continuação dos locais de culto.¹⁴⁷² Quando os líderes cristãos questionaram este assunto, as autoridades recusaram-se alegadamente a dar mais pormenores.

Tem também havido oposição à existência de mesquitas nalgumas áreas. De acordo com a *BBC News Asia*, em Agosto de 2013 em Colombo uma mesquita foi encerrada após um ataque por parte de uma multidão budista.¹⁴⁷³

O Ministério dos Assuntos Religiosos propôs uma nova lei de acção contra as publicações, impressas e *online*, que difamem os ensinamentos originais e tradições das principais religiões do país. De acordo com o projecto-lei elaborado pelo ministério, será formado um Conselho Regulador das Publicações Budistas, com autoridade para regulamentar qualquer publicação que difame o Budismo, a sua filosofia ou tradições.¹⁴⁷⁴

Alguns hindus tamil também se queixaram de discriminação, pois o Governo construiu diversos templos e santuários budistas em áreas predominantemente hindus tamil no norte.¹⁴⁷⁵

Violência contra cristãos

Entre Janeiro e Setembro de 2013, pelo menos sessenta e quatro ataques a cristãos e igrejas foram registados, de acordo com a Aliança Cristã Evangélica Nacional do Sri Lanka.¹⁴⁷⁶ Em 2012, foi relatado um total de cinquenta e dois ataques a cristãos.

Por exemplo, a 2 de Setembro, um grupo de pessoas não identificadas tentou queimar a casa de um pastor da Igreja da Assembleia de Deus na área de Agunukolapalassa, distrito de Hambanthota. Lançaram garrafas de plástico cheias de querosene e gasolina para a casa do pastor. Ao ouvirem o barulho, o pastor e a sua mulher acordaram, e a multidão fugiu. O pastor tinha já recebido ameaças antes deste ataque.

A 24 de Dezembro de 2013, três igrejas no sul do Sri Lanka foram atacadas por multidões: a Igreja da Assembleia de Deus em Angunukolapalassa, a Igreja da Assembleia de Deus em Hikkaduwa e a Igreja do Farol em Hikkaduwa.¹⁴⁷⁷

A maior parte dos ataques a cristãos foram realizados com impunidade, de acordo com a Aliança Cristã Evangélica Nacional do Sri Lanka.¹⁴⁷⁸ O alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, também referiu «o aumento da intolerância religiosa e a falta de acção rápida contra os responsáveis.»¹⁴⁷⁹

Também em 2012, mais de trinta bispos da Conferência Episcopal Católica do Sri Lanka, incluindo o Bispo de Mannar, apelaram à implementação da Comissão de Reconciliação e Lições Aprendidas (LLRC na sigla inglesa), uma comissão de inquérito nomeada pelo presidente Mahinda Rajapaksa em Maio de 2010 para investigar os alegados crimes de guerra durante

¹⁴⁷¹ <http://jubileecampaign.org/wp-content/uploads/2012/06/RLP-Colombo-Statement-2012-06.pdf>

¹⁴⁷² Comissão de liberdade Religiosa da Aliança Mundial Evangélica, «Protestant Churches Could be Next on Target in Sri Lanka», 22 de Março de 2012

¹⁴⁷³ <http://bbc.com/news/world-asia-23662907>

¹⁴⁷⁴ *Daily Mirror* [do Sri Lanka], «New law to prohibit publications defamatory of the major religions», 16 de Agosto de 2013

¹⁴⁷⁵ *The Diplomat*, «Tamil Struggle Continues», 2 de Dezembro de 2013

¹⁴⁷⁶ <http://nceasl.org/category/religious-liberty/incident-reports/>

¹⁴⁷⁷ <http://nceasl.org/three-churches-attacked-on-christmas-eve/>

¹⁴⁷⁸ *Fides*, «Indifference on behalf of the government with regards to the increasing number of attacks against Christians», 6 de Dezembro de 2013

¹⁴⁷⁹ *Ibidem*

a fase final da guerra civil. Como consequência disso, o *Jathika Hela Urumaya* apelou à sua acusação.¹⁴⁸⁰ O Bispo Rayappu Joseph de Mannar foi também visitado pela polícia, que o interrogou longamente sobre a sua apresentação à LLRC dos problemas enfrentados pelo povo Tamil e do desaparecimento de mais de 140 mil pessoas durante as últimas fases da guerra civil.¹⁴⁸¹

Violência contra muçulmanos

Os ataques contra os Muçulmanos aumentaram desde o fim da guerra e chegaram a um novo patamar, após um encontro do *Bodu Bala Sena* em Fevereiro de 2013, em Colombo, ter apelado a uma força policial civil contra o «extremismo» muçulmano e ter emitido uma resolução com dez pontos, que incluía um apelo ao fim da certificação *hala*.¹⁴⁸²

De acordo com um relatório do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, só entre Janeiro e Julho de 2013 as ONG locais registaram 227 incidentes de ataques religiosos, ameaças e incitamento ao ódio contra muçulmanos.¹⁴⁸³

A 28 de Março de 2013, uma multidão de cerca de 500 pessoas, alegadamente lideradas por monges budistas do *Bodu Bala Sena*, vandalizaram um armazém de roupas de um muçulmano, o Fashion Bug perto de Colombo, e espancaram pelo menos seis pessoas.¹⁴⁸⁴

Em Maio de 2013, Azath Salley, líder da recém-formada Aliança Nacional Tamil Muçulmana e antigo vice-presidente da câmara de Colombo, foi preso durante oito dias ao abrigo da Lei de Prevenção do Terrorismo, que permite que as autoridades detenham um suspeito durante dezoito meses sem acusação formal. Salley foi detido sem uma ordem do tribunal por alegadamente incitar à desarmonia religiosa.¹⁴⁸⁵

Em Abril de 2012, alguns monges budistas protestaram contra a presença de uma mesquita na vila de Dambulla e apelaram à sua destruição. Subsequentemente, o Governo ordenou que a mesquita fosse demolida e transferida para outro local. Esta disputa continua pendente.¹⁴⁸⁶

Em Janeiro de 2012, o Sri Lanka ordenou que 161 pregadores muçulmanos estrangeiros abandonassem o país por pregarem o Islão em violação dos regulamentos de vistos.¹⁴⁸⁷ O Governo encurtou as autorizações de trabalho para o clero estrangeiro de cinco anos para um ano em 2012, e por isso muitos entraram como turistas, de acordo com a organização *Freedom House* sediada nos EUA.

¹⁴⁸⁰ <http://jubileecampaign.org/wp-content/uploads/2012/06/RLP-Colombo-Statement-2012-06.pdf>

¹⁴⁸¹ *The Sunday Leader*, «Rayappu Joseph, Bishop Of Mannar And Others In Danger», 20 de Maio de 2012

¹⁴⁸² *Bangkok Post*, «Sri Lanka's Ugly Side», 3 de Junho de 2013

¹⁴⁸³ *India Today*, «UN rights panel chief Navi Pillay slams Sri Lankan government on war atrocities», 1 de Outubro de 2013

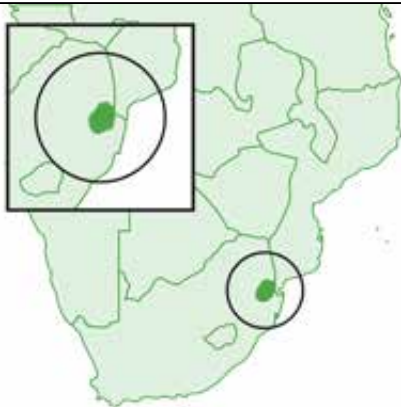
¹⁴⁸⁴ *BBC*, «Sri Lanka crowd attacks Muslim warehouse in Colombo», 29 de Março de 2013

¹⁴⁸⁵ *Bangkok Post*, «Sri Lanka's Ugly Side», 3 de Junho de 2013

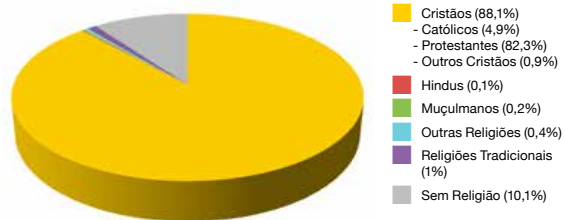
¹⁴⁸⁶ *BBC*, «Sri Lanka government orders removal of Dambulla mosque», 22 de Abril de 2012

¹⁴⁸⁷ *BBC*, «Sri Lanka 'expels 161 foreign Muslim preachers'», 22 de Janeiro de 2012

SUAZILÂNDIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.237.000	17.360 km ²	505	65	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição da Suazilândia¹⁴⁸⁸ de 2006 reconhece e protege a liberdade religiosa. A alínea 2 da secção 20 afirma: «Para que seja evitada qualquer dúvida, uma pessoa não pode ser discriminada com base no sexo, raça, cor, origem étnica, tribo, nascimento, credo ou religião, situação social e económica, opinião política, idade ou deficiência.» A alínea 3 afirma: «Para os fins a que se destina esta secção, ‘discriminar’ significa dar tratamento diferente a pessoas diferentes...». A secção 23, alínea 1 afirma: «Uma pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência ou religião.» A Constituição também protege «a liberdade de culto, sozinho ou em comunidade». Da mesma forma, as leis e costumes tradicionais, interpretados pelos tribunais tradicionais e pelos 360 líderes locais, protege o direito ao culto, incluindo o das religiões não-cristãs. Mas os líderes locais são autorizados a pressionar as suas comunidades a favor de uma forma de culto específica em detrimento de outra, definindo-a como mais ou menos próxima das tradições locais.

As denominações religiosas são obrigadas a obter autorização do Governo para a construção de novos edifícios religiosos em áreas urbanas e a obter autorização do líder local nas zonas rurais.

O registo só é obrigatório para os grupos religiosos e Igrejas de origem recente. As comunidades que se descrevem como cristãs devem apresentar este pedido através de uma das três associações nacionais inter-denominacionais – a Liga das Igrejas, a Conferência de Igrejas da Suazilândia ou o Conselho de Igrejas da Suazilândia – de modo a serem recomendadas ao Governo. Assim que esta recomendação tiver sido recebida, o Ministério da Justiça irá registar a organização. Para os grupos de origem local, tudo o que é necessário para o registo é a existência de um líder, uma comunidade e um local de culto. As Igrejas e os grupos organizados estão isentos de imposto sobre o rendimento. Os que estão filiados no Conselho de Igrejas da Suazilândia incluem anglicanos, católicos (como observadores), menonitas, episcopalianos e metodistas. A Liga das Igrejas representa a Igreja Sionista e as

¹⁴⁸⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/swaziland

População: Os números da população vêm de: countrymeters.info, números de refugiados do ACNUR; os números de católicos são tirados de *Annuarium Statisticum Ecclesiae 2011*, o anuário estatístico da Igreja.

Superfície: <http://data.worldbank.org>

outras Igrejas africanas independentes. A Conferência de Igrejas da Suazilândia representa os Evangélicos. Estes três órgãos colaboram em projectos de desenvolvimento rural e em questões gerais de missionação. Também emitem declarações sobre eventos actuais, incluindo questões em discussão entre eles. Na proposta mais recente de revisão da Constituição solicitaram conjuntamente o reconhecimento da liberdade religiosa.

A educação religiosa é obrigatória nas escolas primárias, e opcional nas escolas secundárias e superiores. O currículo de educação religiosa prevê um ensino que tem em conta todas as religiões, embora na prática a religião nas escolas seja ensinada numa perspectiva geralmente cristã. Os únicos clubes religiosos de juventude nas escolas são os cristãos e em muitas escolas públicas há grupos de voluntários que orientam semanalmente as orações públicas e as liturgias.

Os feriados públicos nacionais oficiais incluem a Sexta-feira Santa, a Segunda-feira de Páscoa, o dia da Ascensão e o dia de Natal.

Muitas das actividades religiosas cristãs organizadas são apoiadas pelo Governo e pela família real. As autoridades cobrem sobretudo os custos de transporte dos peregrinos e as visitas a santuários religiosos.

A rádio e os serviços de televisão estatais emitem programas religiosos cristãos, um facto que deu origem a protestos por parte dos grupos não-cristãos, que não gozam do mesmo tempo de antena na rádio pública e nos meios televisivos.

Ocasionalmente, foram reportados casos de discriminação com base na religião, sobretudo entre as comunidades rurais e em relação aos grupos não-cristãos. Nalgumas ocasiões, estudantes muçulmanos não foram autorizados a sair da escola a tempo de participarem nas orações de sexta-feira na mesquita.

A principal controvérsia no ano passado em relação à religião teve a ver com a «mensagem divina» que o rei Mswati III alegou ter recebido durante uma tempestade, na sequência da qual anunciou o estabelecimento de um sistema político de «democracia monárquica». Alguns membros da oposição protestaram, alegando que se tratava simplesmente da imposição de um sistema de monarquia absoluta que sempre tinha prevalecido no país e contestando que «Não devíamos permitir que Mswati desempenhasse o papel de Deus nas nossas vidas».¹⁴⁸⁹

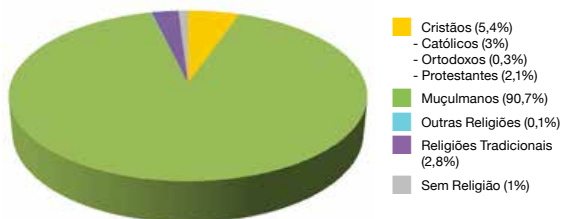
Em conclusão, a situação em relação à liberdade religiosa não se alterou desde o último relatório.

¹⁴⁸⁹ *Eyewitness News* (África do Sul), 3 de Setembro de 2013

SUDÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
37.289.000	1.879.358 km²	155.910	632.014	1.873.300

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Embora a Constituição Nacional Provisória do Sudão¹⁴⁹⁰ defenda a liberdade religiosa e reconheça a diversidade cultural e religiosa do país,¹⁴⁹¹ consagra a *sharia* como fonte da legislação.¹⁴⁹² A Constituição foi adoptada em 2005, o ano do Acordo Global de Paz entre o Governo de Cartum e os rebeldes do Exército de Libertação do Povo Sudanês (SPLA na sigla inglesa), um acordo que pôs fim a mais de vinte anos de guerra civil. O texto da Constituição reflecte o espírito aberto da altura e a vontade de incluir as minorias e aceitar a diversidade. Contudo, tudo isto mudou quando o sul do país se separou do resto do Sudão e se tornou num país independente em Julho de 2011, após um referendo. Desde então, as políticas do Partido do Congresso Nacional (NCP) do Sudão no Governo rejeitaram o espírito de pluralismo e tolerância religiosa.¹⁴⁹³ O Governo é um acérrimo apoiante do Islamismo político. O Presidente do Sudão, Omar al-Bashir, líder do NCP, defende um retorno ao Islamismo e a diversas posições políticas assumidas pelo Governo durante a guerra civil. O Governo anunciou publicamente planos para uma nova Constituição Nacional que seja «100% islâmica».¹⁴⁹⁴ O Governo parece decidido a regressar a atitudes mais repressivas e intolerantes contra grupos considerados como anti-islâmicos e pró-ocidentais. Os protestos populares que se opõem a estas políticas encontraram uma resistência intransigente por parte do Governo.

A discriminação contra não-muçulmanos e políticas que se oponham ao pluralismo religioso tiveram continuidade e nalguns casos foram intensificadas. Há uma clara hostilidade

¹⁴⁹⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/sudan

População: República do Sudão, Gabinete Central de Estatísticas: www.cbs.gov.sd/en/

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

¹⁴⁹¹ Constituição, Capítulo 1, Artigos 1, 6 e 38

¹⁴⁹² Artigo 5 (alínea 1): A legislação nacional promulgada com efeito apenas em relação aos estados do norte do Sudão terá como suas fontes a legislação islâmica da *sharia* e o consenso do povo.

¹⁴⁹³ O Governo sudanês joga constantemente um jogo duplo de charme diplomático perante os observadores e as organizações internacionais e de exercício extremamente limitado das liberdades na prática. Por exemplo, nestas declarações do ministro da Orientação e das Doações Religiosas reforça a necessidade de construir igrejas perante o representante do WCC, mas a realidade é completamente diferente. Cf. <http://oikoumene.org/en/press-centre/news/sudanese-churches-an-important-voice-in-rebuilding-nation>. Ver também o ponto 5 sobre a construção de igrejas.

¹⁴⁹⁴ «Queremos apresentar uma Constituição que sirva como modelo para os que nos rodeiam. E o nosso modelo é claro, uma Constituição 100% islâmica, sem comunismo ou secularismo ou [influências] ocidentais», disse Al Bashir. Mais em <http://gulfnnews.com/news/region/sudan/al-bashir-sudan-statute-to-be-100-islamic-1.1046029>

contra as pessoas de origem étnica do Sudão do Sul que ainda vivem no Sudão e que são imediatamente consideradas como cristãos. Além disso, a Igreja é considerada como tendo sido um dos promotores da separação do Sudão do Sul e é conseqüentemente olhada como uma influência negativa dentro do país. O decréscimo do número de cristãos é agora usado pelo Governo para forçar a redução do clero e de outro pessoal oficial. O Governo tomou medidas para 'reassumir' edifícios e terrenos da Igreja que «já não são usados». ¹⁴⁹⁵ Para além disso, o Governo afirmou claramente que não serão concedidas licenças para novas igrejas. As actividades das Igrejas cristãs permanecem por isso altamente comprometidas. São constantemente monitorizadas e visadas por órgãos de segurança, que acabam por tomar medidas para perturbar as actividades educativas e de evangelização. ¹⁴⁹⁶

Esta opressão contra os Cristãos, que também inclui destruição de locais de culto e materiais religiosos, e assédio de indivíduos, está a causar grande receio e uma sensação de vulnerabilidade e ansiedade entre as pequenas minorias cristãs que ainda estão no país. ¹⁴⁹⁷ Alguns proeminentes representantes das alas mais radicais do Islamismo pedem publicamente ao Governo que 'faça mais' para diminuir a presença dos cristãos e expôr os convertidos ou outros envolvidos em trabalho missionário. ¹⁴⁹⁸ Uma das questões demográficas que tem estado presente no país desde a separação do sul em 2011 tem sido o grande número de sudaneses do sul (a maior parte dos quais cristãos) que, não conseguindo meio de transporte para regressarem às suas terras ancestrais, ficaram retidos em diferentes partes do norte e se tornaram de repente refugiados. ¹⁴⁹⁹

O regime sudanês está ameaçado por divisões internas e dissensão política. Nem todos concordam com as suas políticas intolerantes e a falta de verdadeiras liberdades civis. O aparelho de segurança monitoriza cuidadosamente os movimentos religiosos de qualquer tipo que possam abrigar, promover ou espalhar críticas contra o Governo. Além disso, as mesquitas e os locais de encontro das irmandades religiosas sufis são regularmente monitorizados por pessoal de segurança. Entre os muçulmanos no Sudão existe uma antiga tradição de 'irmandades' sunitas ou ordens sufis. São por vezes consideradas pelo Islão 'oficial' como heterodoxas, pois não apoiaram o Islamismo político intransigente promovido pelo presidente Bashir e pela Frente Islâmica Nacional.

As conversões do Islamismo ao Cristianismo, em especial as que ocorrem entre os cidadãos de origem árabe, são altamente controversas e podem ter conseqüências graves para as pessoas envolvidas. Isto inclui serem afastados à força da família e dos amigos, os pais perderem a custódia dos seus filhos, detenções e também violência física e psicológica. Uma 'Lei de Apostasia' muito fraca protege os direitos dos crentes muçulmanos e deixa a porta aberta à punição dos convertidos, incluindo a anulação do casamento em que um convertido ou um cristão casa com uma mulher muçulmana. Alguns convertidos escolhem abandonar o país. ¹⁵⁰⁰

¹⁴⁹⁵ Foi observado que alguns membros corruptos do Governo estão a aproveitar-se de algumas situações para obter ganhos em actividades imobiliárias, fazendo-o impunemente e sem vergonha.

¹⁴⁹⁶ Uma descrição alargada da actual situação dos cristãos pode ser vista em <http://in.reuters.com/article/2013/02/27/us-sudan-christians-idINBRE91Q0QQ20130227>

¹⁴⁹⁷ Cf. <http://reuters.com/article/2013/02/27/us-sudan-christians-idUSBRE91Q0QQ20130227>. O secretário de Estado norte-americano destacou o Sudão como um «país de particular preocupação» desde Agosto de 2011, no âmbito da Lei Internacional da Liberdade Religiosa (IRFA na sigla inglesa).

¹⁴⁹⁸ Cf. <http://sudantribune.com/spip.php?article46577>; <http://mnnonline.org/article/18571>

¹⁴⁹⁹ Ocorreram algumas iniciativas para sensibilizar o público para a sua situação e em última análise para angariar fundos para o seu transporte para o sul. Ver <http://canadafreepress.com/index.php/article/51409>.

¹⁵⁰⁰ Cf. um caso de perda de custódia em <http://persecution.org/2013/02/27/christian-convert-in-sudan-loses-right-to-see-children/> e outro de um exílio forçado em <http://persecution.org/2013/07/15/christian-convert-in-sudan-flees-country-because-of-persecution/>. Ver outro caso de violência contra convertidos em <http://morningstarnews.org/2013/09/sudanese-woman->

Os regulamentos em relação ao vestuário e à moral (em especial o Artigo 152 do Código Sudanês da Ordem Pública) foram aplicados com renovado vigor.¹⁵⁰¹ Isto desencadeou um aumento da resistência por parte de grupos da oposição, incluindo nas redes sociais.

Há áreas de particular preocupação, como por exemplo as Montanhas Nuba e a região Sul do Nilo Azul.¹⁵⁰² Nestas áreas onde existe uma situação de graves necessidades humanitárias, o regime de Cartum está a levar a cabo uma guerra de baixa intensidade contra as populações locais (que são acusadas de rebelião contra o Governo central). Os Cristãos são um duplo alvo, por causa da sua origem étnica e do seu credo não-muçulmano.¹⁵⁰³

O Conselho de Igrejas do Sudão trabalhou para promover o ecumenismo.¹⁵⁰⁴ O facto de diferentes Igrejas e denominações estarem a sofrer a mesma situação de perseguição e discriminação promove uma unidade e solidariedade fortalecidas entre os diferentes grupos cristãos.

Incidentes de perseguição religiosa, opressão e/ou discriminação

Em Dezembro de 2012, dois sacerdotes ortodoxos coptas foram detidos por forças de segurança após alegadamente terem ajudado uma mulher (alegadamente a filha de um líder salafista) a converter-se ao Cristianismo.¹⁵⁰⁵ Um dos sacerdotes, das Montanhas Nuba, foi alvo de abusos psicológicos e espancamentos. O outro, sendo de origem egípcia (árabe), foi preso.

Uma igreja pertencente à Igreja Pentecostal Sudanesa em Soba Al Aradi, um subúrbio de Cartum, foi destruída a 2 de Janeiro de 2013 por representantes do Ministério das Infra-estruturas acompanhados pela polícia. A demolição ocorreu sem aviso prévio. Os representantes ministeriais alegaram que o local «pertencia a uma Igreja cujos membros eram sudaneses do sul, mas que já não eram cidadãos do Sudão». Os representantes também destruíram a casa vizinha pertencente ao pastor da Igreja Presbiteriana. A 15 e 16 de Janeiro, sete outros edifícios em Cartum e um centro de saúde gerido pelo Conselho de Igrejas do Sudão foram destruídos, uma vez mais no seguimento de declarações de que os sudaneses do sul já não eram cidadãos sudaneses. Os edifícios pertenciam à Igreja Católica, à Igreja Presbiteriana do Sudão, à Igreja do Interior de África, à Igreja Episcopal do Sudão, à Igreja Pentecostal do Sudão e à Igreja Adventista do Sétimo Dia.¹⁵⁰⁶

A 25 de Fevereiro de 2013, forças de segurança confiscaram livros da livraria da Igreja Anglicana em Bahri (Norte de Cartum) e encerraram um centro na zona central de Cartum.

faces-ordeal-as-convert-from-islam/. Há também a questão do clero islâmico que pede uma 'solução final' para os esforços de cristianização no país devido às muitas apostasias registadas pelo Centro Islâmico de Pregação e Estudos Comparados. Ver <http://sudantribune.com/spip.php?article46577>

¹⁵⁰¹ http://huffingtonpost.com/2013/09/10/woman-sudan-hijab-flogging_n_3894950.html

¹⁵⁰² De acordo com números da ONU, 450.000 pessoas foram afectadas pelo conflito no Sul do Nilo Azul e um milhão de pessoas no Cordofão do Sul (Montanhas Nuba). Notícias de bombardeamentos, especialmente nas Montanhas Nuba, foram recorrentes durante este período. Ver <http://amnesty.org/en/news/sudan-indiscriminate-bombing-exacerbates-humanitarian-crisis-southern-kordofan-2013-04-17>. Estes ataques aéreos tanto no Sudão como no Sudão do Sul foram confirmados por meio de vigilância através de satélite. Ver <http://satsentinel.org/>. Um registo exaustivo de todos os ataques recentes à bomba até Setembro de 2013 pode ser encontrado em <http://sudanbombing.org/reports/sept-13-bombing-update.docx>

¹⁵⁰³ O Conselho de Igrejas do Sudão não hesitou em descrever as operações militares em curso contra civis nas Montanhas Nuba como limpeza étnica. Ver <http://catholicradionetwork.org/?q=node/9480>; <http://canadafreepress.com/index.php/article/51409>. Estas acusações de limpeza étnica foram inclusivamente corroboradas por outras fontes noticiosas não religiosas. Ver <http://gulfnews.com/news/region/sudan/ethnic-cleansing-going-on-in-south-of-sudan-1.1134347>; <http://allafrica.com/stories/201301190002.html>; <http://independent.co.uk/news/world/sudan-accused-of-ethnic-cleansing-of-nuba-people-1473727.html>

¹⁵⁰⁴ A 27 de Julho de 2013, dois anos após a independência do sul, foram criadas duas entidades ecuménicas, o Conselho das Igrejas do Sudão (SCC) e o Conselho das Igrejas do Sudão do Sul (SSCC), uma decisão tomada após a 20.ª Assembleia do SCC. Cf. <http://oikoumene.org/en/press-centre/news/two-ecumenical-bodies-established-for-sudan-and-south-sudan>

¹⁵⁰⁵ <http://english.alarabiya.net/articles/2012/12/20/256122.html>

¹⁵⁰⁶ Cf. <http://us6.campaign-archive2.com/?u=7ec6d7eb2533a90581f839110&id=f53df08622&e=4dd4dd3cf1>

Detiveram Philemon Hassan, um conhecido cantor e compositor de canções cristãs que vem da região das Montanhas Nuba.¹⁵⁰⁷ Alguns dias antes foi confiscado material do Centro de Literatura Evangélica pertencente à Igreja Evangélica Presbiteriana do Sudão e um líder religioso foi espancado por tirar fotografias.¹⁵⁰⁸

De acordo com um relatório de Fevereiro de 2013 da organização de direitos humanos *Christian Solidarity Worldwide*, as forças de segurança detiveram cinquenta e cinco cristãos. Estes não foram acusados, mas foram colocados na prisão durante duas semanas.¹⁵⁰⁹ Foram depois acusados de receberem dinheiro de países estrangeiros, incluindo Israel.

Em Abril de 2013, um sacerdote católico do Sudão do Sul a trabalhar na Conferência Episcopal Católica do Sudão foi expulso do país.¹⁵¹⁰ Foram também expulsos dois irmãos religiosos De La Salle de França e do Egipto, a quem foram dados três dias para saírem.¹⁵¹¹ O Governo alegou que estavam a ocorrer actividades ilegais no centro onde eles trabalhavam. O edifício tinha sido usado como centro para aulas de língua árabe para missionários estrangeiros, mas, sem novo pessoal da Igreja a ser autorizado a entrar no país, os dois irmãos religiosos estavam a usá-lo para ajudar crianças a prepararem-se para o Certificado sudanês.

Quatro pastores e voluntários da Igreja Evangélica Presbiteriana do Sudão (SPEX na sigla inglesa) foram detidos em Cartum a 17 de Julho de 2013.¹⁵¹² A 23 de Fevereiro de 2014, pessoal do Gabinete de Investigação Criminal do Sudão entrou no espaço da Igreja Evangélica de Omdurman e deteve o pastor da SPEX, o Reverendo Yahya Abdelrahim Halu, como parte de um plano do Governo para assumir bens da Igreja.¹⁵¹³ Os relatórios afirmavam que o Ministério Federal da Orientação e das Doações Religiosas procurou substituir o Reverendo Halu, o líder máximo da Igreja e o moderador do sínodo da SPEX por um comité nomeado pelo Governo que favorecesse a entrega dos bens da SPEX ao Governo. O Reverendo Halu foi mantido na esquadra de polícia de Cartum Central durante dois dias.

As organizações de direitos humanos denunciaram relatos de que os médicos no Sudão estavam a ser forçados a realizar punições desumanas em prisioneiros baseadas na *sharia*. Estas incluíram amputações cruzadas (da mão direita e do pé esquerdo) realizadas segundo ordens do Governo sudanês.¹⁵¹⁴

Representantes do Governo, em particular o ministro da Orientação e das Doações Religiosas, reforçaram publicamente que «não são necessárias nenhuma novas igrejas no Sudão», devido ao facto de o Sudão do Sul se ter tornado independente. Disse também que não seriam concedidas novas licenças para construir igrejas.¹⁵¹⁵ Além disso, relatórios confidenciais descreveram que muitas escolas religiosas ou paroquiais e instituições educativas propriedade da Igreja em Omdurman, Cartum Bahri e Cartum Central seriam confiscadas ou encerradas pelo Governo.¹⁵¹⁶

¹⁵⁰⁷ Cf. <http://catholicradionetwork.org/?q=node/9463>

¹⁵⁰⁸ Cf. <http://us6.campaign-archive2.com/?u=7ec6d7eb2533a90581f839110&id=f53df08622&e=4dd4dd3cf1>

¹⁵⁰⁹ Cf. <http://assistnews.net/Stories/2013/s13020113.htm>

¹⁵¹⁰ Sacerdotes etnicamente originários do Sudão do Sul, mesmo que tenham nascido no Sudão, não recebem a nacionalidade sudanesa ou um visto de residência e, caso deixem o país, não podem regressar.

¹⁵¹¹ O sacerdote foi o Frei Santino Maurino, secretário-geral da Conferência Episcopal Católica do Sudão em Cartum. Cf. <http://voanews.com/content/south-sudanese-priest-expelled-sudan/1642226.html>

¹⁵¹² O relatório em árabe pode ser consultado em <http://hurriyatsudan.com/?p=117930>

¹⁵¹³ Relatório da *International Christian Concern* 2014/03/02 em <http://persecution.org/2014/03/02/pastor-in-sudan-arrested-by-government-authorities/>

¹⁵¹⁴ Cf. <http://hrw.org/news/2013/02/27/sudan-doctors-perform-amputations-courts>

¹⁵¹⁵ Cf. <http://wnd.com/2013/04/sudan-no-new-churches-necessary/> e <http://charismanews.com/world/39178-amid-christian-persecution-sudan-government-proclaims-religious-freedom>

¹⁵¹⁶ O famoso 'Comboni Playground' é um espaço amplo e de grande valor no meio de Cartum que foi encerrado sem qualquer ordem escrita. Ver <https://radiotamazuj.org/en/article/security-close-comboni-fields-khartoum>. Uma breve lista de centros

Tornou-se cada vez mais difícil obter vistos e autorizações de trabalho/residência para pessoal ligado à Igreja (missionários, trabalhadores de desenvolvimento de organizações de base religiosa, voluntários). Isto vem na sequência de afirmações do Governo de que não valia a pena manter oportunidades de educação e trabalho pastoral para pessoas de origem sudanesa do sul, pois eles estavam a abandonar o país em massa. Alguns missionários estiveram alegadamente a trabalhar sem a documentação adequada. Outros que passaram alguns anos a trabalhar no Sudão foram agora impedidos de regressar ao país. O pessoal ligado à Igreja, incluindo bispos, foi interrogado nos departamentos governamentais e questionado sobre as suas actividades.

Há relatórios que descrevem igrejas, escolas e edifícios religiosos nas Montanhas Nuba a serem intencionalmente destruídos por bombardeamento aéreo em inúmeras ocasiões.¹⁵¹⁷

Percepções sobre melhoria ou deterioração da liberdade religiosa

O cenário relativo à liberdade religiosa no Sudão após a independência do Sudão do Sul parece sombrio. Após alguns anos de condescendência (desde a assinatura do acordo de paz em 2005 até à independência do sul em 2011), o Governo está a regressar às políticas de 'intolerância de baixa intensidade' para com as pessoas das religiões não-islâmicas. Isto significa não fazer um braço de ferro ou assumir uma posição violenta contra as minorias religiosas, mas obstruir lentamente as suas actividades através de diversos meios administrativos ou coercivos.

A separação do Sudão do Sul despertou um sentimento anti-cristão por parte dos líderes sudaneses, em especial os islâmicos. Para além de denunciarem frequentemente 'infiéis', culpam os Cristãos de incentivarem as pessoas a votar a favor da independência do Sudão do Sul. Esta tensão levou a uma quebra nas liberdades civis para os grupos minoritários. Em Setembro de 2013 ocorreram protestos e revoltas alargados nas ruas de todas as principais cidades e os órgãos de segurança esmagaram-nos impiedosamente.¹⁵¹⁸ Acusadas de apoiar os poderes no Ocidente, as minorias religiosas sofreram opressão tanto por parte do Governo como das forças de segurança. A tendência actual aponta para um aumento das dificuldades em relação à vida diária de muitas minorias religiosas. Enfrentam renovado assédio, opressão e nalguns casos perseguição aberta. Grupos consideráveis de habitantes com origem no sul que aguardam o repatriamento para o seu novo país sofreram condições humanitárias muito duras e a indiferença do Governo em relação à sua situação, embora esta não seja inteiramente resultante do ódio religioso.

Clivagens dentro do Governo de Omar al-Bashir, bem como a indicição do presidente por crimes de guerra por parte do Tribunal Penal Internacional podem explicar o aumento da intolerância do Governo para com os grupos considerados como ameaças ao seu regime. É provável que os abusos sociais e a discriminação religiosa continuem ou mesmo se intensifiquem num futuro próximo.

educativos e instituições encerrados que pertencem a Igrejas pode ser consultada (em árabe) em <http://hurriyatsudan.com/?p=117930>

¹⁵¹⁷ Cf. <http://christiantoday.com/article/christians.killed.in.sudan.bombing/31194.htm>; <http://catholicradionetwork.org/?q=node/8582>; <http://catholicradionetwork.org/?q=node/9227>; <http://persecution.org/2012/12/15/sudans-christians-facing-bombings-arrests-starvation/>; <http://combonisouthsudan.org/index.php/428-khartoum-blasts-heiban-catholic-church>. E mesmo uma mesquita foi destruída por bombas Antonov. Ver <http://catholicradionetwork.org/?q=node/8473>

¹⁵¹⁸ «...os relatórios mais comoventes sugerem um número de quase 1.000 mortos ou feridos, com mais de 1.000 detidos. Este último é um número que continua a aumentar rapidamente», Asharq Al-Awsat [Cartum e Londres], 30 de Setembro. Mais em <http://allafrica.com/stories/201310020436.html?viewall=1>

Outros comentários

O Sudão está em grande agitação por razões económicas, sociais e políticas. Enormes incertezas rodeiam a sobrevivência do presidente Omar al-Bashir e do seu regime, cuja autoridade parece repousar apenas na segurança e na repressão policial e não em qualquer forma de apoio popular diversificado. Após um período comparativamente breve de maior abertura aos 'do sul' – maioritariamente cristãos – entre 2005 e 2011, as minorias estão sob pressão crescente agora que o Governo de Omar al-Bashir não conseguiu ganhar o seu apoio na tentativa de alcançar um Sudão unido.

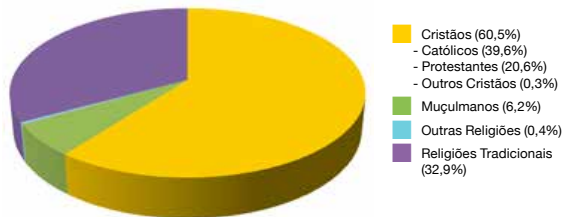
Tradicionalmente, o povo Sudanês era muito tolerante em relação às minorias religiosas. A chegada do regime de Omar al-Bashir em 1989 marcou uma mudança radical nas atitudes do Governo. Nos anos que se seguiram, a tortura e as execuções extra-judiciais por parte dos órgãos de segurança ocorreram com total impunidade. O Governo do Sudão foi muito mais tolerante em relação aos grupos religiosos que não eram nem socialmente activos nem possuíam um zelo missionário. O regime queria que os grupos religiosos se limitassem às actividades nas suas igrejas e, por isso, comunidades como os Ortodoxos e os Coptas foram alvo de mais tolerância do que os Católicos ou os Anglicanos. O regime apenas compreendeu a liberdade religiosa em termos litúrgicos e espirituais, e assumiu uma perspectiva hostil em relação aos grupos religiosos que promoviam a educação, que realizavam trabalho caritativo, de desenvolvimento social e de consciência cívica.

No passado, o Governo do Sudão não hesitou em usar a força, inclusive a força mortal, contra os seus opositores. A decisão do Governo de bloquear as entidades estrangeiras que disponibilizam ajuda de emergência às regiões ameaçadas, como por exemplo o Cordofão do Sul, as Montanhas Nuba e o Sul do Nilo Azul, demonstra até que ponto o regime está preparado, mesmo no presente, para fazer as pessoas sofrerem a fim de atingir os seus objectivos. No futuro, parece que o regime não vai hesitar em levar a cabo uma repressão brutal.

SUDÃO DO SUL



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
10.837.527	644.330 km ²	223.636	102.651	401.433

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Lei da Liberdade Religiosa

A Constituição transitória, ratificada pela Assembleia Legislativa do Sudão do Sul¹⁵¹⁹ a 7 de Julho de 2011 e promulgada a 9 de Julho de 2011, consagra a separação entre religião e Estado (Artigo 8.1) e declara que todas as religiões devem ser tratadas de forma igual e que a religião não deve ser usada para fins de divisão (Artigo 8.2). A Constituição enumera diversos direitos religiosos que são garantidos pela lei no Artigo 23.¹⁵²⁰

A prática e a posição das minorias religiosas

Durante o período em análise, o Sudão do Sul fazia parte de um único país, o Sudão, cujo Governo era islâmico fundamentalista. Foi uma das regiões do mundo que mais sofreu com as consequências da perseguição e da intolerância religiosa. Durante vários anos, a lei islâmica foi imposta a todos os habitantes, independentemente da sua filiação religiosa, e também houve perseguição religiosa em diversas ocasiões. Um plano muito ambicioso de arabização e islamização foi levado a cabo para facilitar a expansão do Islamismo do Norte do Sudão para o resto do continente subsariano. Estas políticas levaram a diferentes formas de opressão social, económica e cultural, discriminação e mesmo violência contra os cidadãos do sul que resistissem à conversão ao Islamismo ou à aceitação dos hábitos e tradições árabes. Mesmo nos tempos mais recentes, o presidente reconheceu a pressão sentida pelo novo país independente por parte de alguns elementos radicais no regime de Cartum.¹⁵²¹ Há um medo justificado de que elementos islâmicos, sobretudo depois de terem ‘perdido’ aquela vasta região, possam querer provocar animosidade religiosa dentro do país.

Por causa destes antecedentes históricos, os cidadãos do Sudão do Sul valorizam a tolerância religiosa de forma muito especial, pois ela esteve em grande parte ausente das suas vidas durante muitos anos. Actualmente, no novo contexto de independência e paz, as pessoas podem seguir diferentes denominações e Igrejas com total liberdade e sem

¹⁵¹⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/south-sudan

População: <http://data.worldbank.org/country/south-sudan>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

¹⁵²⁰ www.constituteproject.org/constitution/South_Sudan_2011

¹⁵²¹ «South Sudan president regrets lack of regional support to stop Islamisation», www.sudantribune.com/spip.php?article42611

quaisquer restrições. Os grupos religiosos conseguem fazer trabalho missionário, aceitar novos membros, produzir as suas próprias publicações e distribuir materiais religiosos. O Governo aceita o pluralismo religioso e louva o papel das Igrejas na reconstrução da nação e da sua fibra moral.¹⁵²²

As iniciativas inter-religiosas e ecuménicas são comuns e juntam diferentes secções da comunidade.¹⁵²³ Historicamente, as Igrejas e os líderes religiosos desempenharam um papel muito importante durante os piores anos da guerra civil e do conflito interno dentro do Sudão do Sul¹⁵²⁴, e têm grande autoridade moral no seio da sociedade. Neste contexto, a iniciativa do Comité de Salvação Nacional, Paz e Reconciliação,¹⁵²⁵ criado por um decreto do presidente Salva Kiir, é particularmente relevante.¹⁵²⁶ Este comité iniciou finalmente o seu trabalho em Julho de 2013, depois de alguns atrasos decepcionantes no processo de formação. Os membros deste comité foram escolhidos para lidar com as questões de paz e reconciliação tanto ao nível nacional como nos diferentes estados. Os membros representam todas as principais Igrejas, bem como a comunidade muçulmana.

Embora os Muçulmanos no Sudão do Sul independente estejam em minoria, estão bem representados nas posições de poder e no serviço público. Há muito poucos relatos de discriminação ou violência contra grupos religiosos. Embora tenha havido confrontos muito graves e mesmo confrontos armados, com imensos civis mortos e feridos em várias regiões do país durante o último ano, todos eles ocorreram por razões políticas ou étnicas e não por motivos religiosos.¹⁵²⁷

Descrição de perseguições religiosas, opressão e/ou discriminação

Dois membros da Igreja Presbiteriana no Sudão do Sul, o Reverendo Idris Nalos Kida e o Pastor em formação David Ganyinmay foram detidos sem acusação. A detenção ocorreu a 19 de Maio de 2013 e foi alegadamente realizada por forças de segurança. Itens pertencentes ao Reverendo Idris, incluindo telemóveis, computadores portáteis e outros documentos, foram confiscados. A Amnistia Internacional denunciou o incidente a 28 de Maio de 2013.¹⁵²⁸

¹⁵²² www.oikoumene.org/en/press-centre/news/south-sudan-president-expresses-appreciation-for-churches2019-contribution-to-the-new-nation

¹⁵²³ Em 2013, foram criados dois órgãos ecuménicos, o Conselho das Igrejas Sudanesas (para o Sudão) e o Conselho das Igrejas do Sudão do Sul (para o Sudão do Sul), uma decisão tomada dois anos após a independência do sul. Ver www.oikoumene.org/en/press-centre/news/two-ecumenical-bodies-established-for-sudan-and-south-sudan. Para um exemplo de como os líderes da Igreja são solicitados pelas autoridades civis para contribuírem para a resolução de questões sociais e políticas difíceis, consultar: www.sudantribune.com/spip.php?article45021 (este refere-se à questão de Abyei, mas há muitas outras iniciativas sociais e de construção de paz nas quais os grupos religiosos estão envolvidos).

¹⁵²⁴ Este papel foi reconhecido nos últimos anos por várias entidades internacionais, incluindo a ONU: <http://catholicradionetwork.org/?q=node/6750> e os líderes da Igreja receberam prémios de paz internacionais por causa do seu trabalho a favor da construção da paz.

¹⁵²⁵ Por vezes chamado apenas de Comité de Reconciliação.

¹⁵²⁶ Ordem republicana n.º 05/2013 de 22 de Abril de 2013. Este comité é presidido pelo Arcebispo Daniel Deng Bul da Igreja Episcopal do Sudão (anglicana) e o vice-presidente é o Bispo Emérito Paride Taban (católico). Os membros são pessoas de diferentes Igrejas históricas e representantes da comunidade muçulmana: <http://sudantribune.com/spip.php?article46472> e www.afjn.org/focus-campaigns/other/other-crisis-areas/132-sudan-darfur/1174-the-committee-for-national-healing-peace-and-reconciliation.html. Este comité organizou um Dia Nacional de Oração pela Reconciliação a 8 de Julho de 2013, na véspera das celebrações da independência.

¹⁵²⁷ Neste contexto específico, embora a motivação religiosa não esteja identificada, os líderes religiosos das diferentes denominações intervieram, e tentaram acalmar a situação crítica e pôr um fim à continuação da perda de vidas e de bens. Um exemplo: <http://anglicannews.org/features/2013/08/violence-not-acceptable-means-of-solving-disputes-primete-tells-south-sudan-rebel-leader.aspx>. Além disso, o Comité de Salvação Nacional, Paz e Reconciliação emitiu uma declaração forte a 29 de Julho de 2013, cujo texto está disponível em <https://groups.google.com/forum/#!msg/sudan-john-ashworth/SbkYq4hSOv4/ccmyBibzdbo.j>.

¹⁵²⁸ No entanto, nos actuais registos *online* da Amnistia Internacional não há nenhum seguimento ou resolução final para este caso. A história é apresentada em <http://sudantribune.com/spip.php?article46848>

Um relatório de direitos humanos do Governo norte-americano refere questões de discriminação sutil contra pessoas de origem árabe ou de fé muçulmana, sobretudo em casos de pedidos de cidadania e outros documentos oficiais.¹⁵²⁹ No entanto, não se constatou que isto fosse uma tendência consistente em todos os departamentos governamentais.

Meriam Yahia Ibrahim Ishag, mãe grávida, condenada à morte por apostasia.

No Sudão, a pena de morte pronunciada a Meriam Yahia Ibrahim Ishag a 5 de Maio de 2014 criou uma onda de protestos a nível internacional. Ela foi considerada culpada de apostasia ao Islamismo, um crime punível com a morte segundo a lei islâmica da shari'a. Meriam insistia que tinha sido sempre cristã, enquanto a acusação argumentava que ela devia ter seguido o Islamismo, a religião do seu pai. Em sua defesa, Meriam afirmava que o seu pai tinha abandonado a família cedo, deixando a sua mãe, uma ortodoxa etíope, a criar Meriam sozinha. Apresentou provas que mostravam que se tinha casado com um cristão chamado Daniel Wani na Catedral católica de São Mateus, em Cartum. O juiz deu a Meriam três dias para se converter ao Islamismo, mas ela recusou, dizendo que não podia em consciência abandonar a sua fé. Enviada para a Prisão Federal Feminina de Omdurman, perto de Cartum, com o seu filho de 20 meses, Martin Wani, deu à luz uma rapariga a 27 de Maio de 2014. As autoridades disseram que a pena de morte não seria concretizada até terem passado dois anos após o nascimento do seu bebé. A 31 de Maio, os responsáveis sudaneses disseram inicialmente à BBC que ela seria libertada, mas isto foi depois negado. O seu marido Ishag negou ter sido informado da sua libertação.¹⁵³⁰ Numa carta ao The Times de Londres datada de 31 de Maio de 2014, John Pontifex da Ajuda à Igreja que Sofre descreveu o tratamento dado a Meriam pelos tribunais como «uma chamada de atenção oportuna para nós no Ocidente sobre a escala dos abusos aos direitos humanos no Sudão». Disse que «é quase como se [os cristãos e outras minorias] fossem não-pessoas e não tivessem quaisquer direitos».¹⁵³¹

Percepções sobre melhoria e deterioração da liberdade religiosa

Não há alterações visíveis em comparação com anos anteriores e os poucos incidentes relacionados com a liberdade religiosa parecem ser ocorrências isoladas e não fazer parte de qualquer estratégia organizada ou premeditada. Contudo, a violência prevalente no país (em especial nas áreas do estado de Jonglei e na área disputada de Abyei) pode ter repercussões sérias nas liberdades civis em geral.¹⁵³²

As tensões com o Sudão ainda são evidentes e não está à vista uma solução política para as disputas entre ambos os países (vários acordos violados não conseguiram facilitar as relações entre os países). A continuação das hostilidades militares ou verbais pode também perpetuar a desconfiança dos Sudaneses do sul contra os árabes e outros grupos popularmente associados a eles (muçulmanos, somalis, etc.). Contudo, é pouco provável que assistamos a uma radicalização generalizada de atitudes na sociedade como consequência do extremismo religioso.

¹⁵²⁹ www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2012&dclid=204169

¹⁵³⁰ BBC News, 01/06/14

¹⁵³¹ The Times, 25/6/14

¹⁵³² Sobretudo na área disputada de Abyei, o conflito territorial é causado por direitos de pasto juntamente com questões de acesso a áreas ricas em petróleo. As partes envolvidas são as tribos misseriya (nómadas de origem árabe que vêm do norte e que são seguidores do Islamismo, apoiados pelo Governo de Cartum) por um lado e os dinga gok (africanos negros, originalmente da área, sobretudo seguidores do Cristianismo ou de religiões africanas tradicionais, apoiados pela República do Sudão do Sul) por outro lado. Especialmente aqui podíamos ter um cenário de lutas entre seguidores de diferentes religiões. Um exemplo desta situação pode ser encontrado em www.persecution.org/2012/11/22/christians-in-sudan-suffer-because-of-border-dispute/

Novos desenvolvimentos: a guerra civil está a deslocar milhões de pessoas

A violência contínua nos últimos seis meses no Sudão do Sul é, em termos gerais, o resultado de uma luta de poder entre rivais políticos no Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM na sigla inglesa), o partido no poder.¹⁵³³ O alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, comentou: «Uma luta política tornou-se num conflito étnico quando os líderes antagónicos reuniram apoios nas linhas étnicas. Rapidamente os nuers estavam a combater os dinka [os dois maiores grupos étnicos do Sudão do Sul] a uma escala muito maior do que antes, atacando deliberadamente alvos civis e voltando-se contra vozes moderadas nas suas próprias comunidades.»¹⁵³⁴ Os combates eclodiram no estado do Nilo Superior, em Fevereiro de 2014, violando o acordo de paz assinado no mês anterior. Em Março, ocorreram evacuações em massa em regiões dos estados de Unity, Nilo Superior e Jonglei, no seguimento da violência envolvendo forças rebeldes. O Monsenhor Roko Taban, Administrador Apostólico de Malakal, descreveu a forma como a diocese tinha sido «completamente destruída», acrescentando: «Perdemos tudo, todos os nossos bens. Muitas das nossas igrejas, casas, etc., foram arrasadas e foi tudo saqueado.»¹⁵³⁵ Depois de meses de combates e violência, milhares de pessoas foram mortas e mais de um milhão de pessoas ficaram deslocadas.¹⁵³⁶ Os 8.500 capacetes azuis da ONU no país tiveram dificuldade em controlar o conflito. Em Maio de 2014, os chefes das duas partes, o presidente Salva Kiir e o vice-presidente Riek Machar, assinaram novamente um acordo de paz, que ainda se mantinha na altura do presente relatório ser impresso.¹⁵³⁷

O Sudão do Sul é um país muito jovem com enormes necessidades administrativas e estruturais. Muitos dos seus líderes políticos ainda são antigos responsáveis militares do SPLA (Exército de Libertação do Povo do Sudão, um grupo rebelde que lutou contra o regime de Cartum) com competências muito limitadas em termos de serviço público e administração civil. Este sistema da ‘velha guarda’ impede que cidadãos mais jovens (muitos dos quais educados no Canadá, na Austrália ou nos Estados Unidos) tenham acesso a posições de responsabilidade no Governo.

A corrupção é prevalente em todos os níveis do Governo, apesar dos esforços para a erradicar. O nepotismo é galopante e há pouca transparência nas estruturas e procedimentos governamentais. A prestação de serviços ainda é altamente deficitária e a produção de petróleo apenas complica uma situação que já é extremamente complexa devido a factores políticos e sociais, tanto internos como externos.

De acordo com as organizações de direitos humanos, o registo nacional de direitos civis básicos deixa em geral muito a desejar, sobretudo por causa de violações flagrantes de direitos por parte da polícia, do exército e, em alguns casos, de militares/grupos de milícias. Os direitos das pessoas detidas não são respeitados e grupos como o dos jornalistas correm o risco de serem assediados pelas autoridades por causa da sua ‘cobertura desfavorável’ das notícias (as críticas à autoridade podem ser facilmente vistas como ofensas legais ou como infracção das leis de segurança). As pessoas detidas podem ficar incomunicáveis durante longos períodos de tempo.

¹⁵³³ www.theguardian.com/commentisfree/2014/jan/14/south-sudan-divided-oil-ethnicity-violence

¹⁵³⁴ www.unhcr.org/538d801d6.html; www.theguardian.com/world/2013/dec/23/south-sudan-state-that-fell-apart-in-a-week

¹⁵³⁵ www.bbc.co.uk/news/world-africa-26238849; <http://acnuk.org/news.php/482/south-sudan-we-have-lost-everything>

¹⁵³⁶ www.nytimes.com/2014/05/20/world/africa/food-crisis-worsens-in-south-sudan-as-civil-war-is-displacing-millions.html?_r=0

¹⁵³⁷ www.bbc.com/news/world-africa-27352902

SUÉCIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
9.441.000	450.295 km ²	92.872	20	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Sistema de governo: Monarquia constitucional

Língua nacional: sueco (com minorias que falam finlandês e lapão)

A Constituição garante a liberdade religiosa. Além da Igreja Luterana da Suécia¹⁵³⁸, mais vinte e dois grupos religiosos gozam de iguais direitos perante a lei. Cada cidadão tem o direito de apresentar a sua situação a um provedor de justiça em caso de alegada discriminação religiosa.

Durante o período abrangido por este relatório, a situação relativa à liberdade religiosa manteve-se inalterada.

O Código Penal sueco inclui um crime de «agitação contra um grupo nacional ou étnico» e qualquer pessoa culpada desta acusação pode enfrentar um máximo de dois anos de prisão. Quatro pessoas foram de facto punidas segundo esta lei, após uma longa batalha legal que teve início em 2004. Tinham tentado iniciar um debate sobre a falta de objectividade do sistema escolar sueco e distribuído folhetos sobre uma alegada «agenda homossexual». O Supremo Tribunal, embora reconhecendo o direito das pessoas expressarem a sua opinião, considerou que as suas reivindicações tinham sido «inutilmente ofensivas». Como consequência, três delas acabaram por receber uma pena suspensa, juntamente com uma multa, enquanto a quarta pessoa foi condenada a um período de liberdade condicional. A 9 de Fevereiro de 2012, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos decidiu que a lei, segundo a qual tinham sido condenados, não violava o seu direito à liberdade de expressão.¹⁵³⁹

Quanto à liberdade de os pais darem uma educação adequada aos seus próprios filhos, esta tem sido gravemente restringida desde a aprovação de uma Lei da Educação, em 2010, que tornou o ensino doméstico ilegal. Argumenta-se que o Estado sueco pisou o direito das famílias de fazerem escolhas relativamente à formação humana e espiritual dos seus

¹⁵³⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/sweden
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Sweden>

¹⁵³⁹ Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Quinta Secção, Caso de Vejdeland e outros contra Suécia, Processo n.º 1813/07, Julgamento, Estrasburgo, 9 de Fevereiro de 2012, <http://hudoc.echr.coe.int/sites/eng/pages/search.aspx?i=001-109046>

filhos.¹⁵⁴⁰ Como consequência, diversas famílias cristãs deixaram a Suécia e transferiram-se para a Finlândia.

Fontes:

Conselho Missionário Sueco, *Input to the drafting process of EU guidelines on the Freedom of Religion or Belief*. Setembro de 2012.

¹⁵⁴⁰ «Swedish Home-Schoolers Flee 'Parental Inquisition'», CBN News, 10 de Abril de 2012, www.cbn.com/cbnnews/world/2012/April/Swedish-Home-Schoolers-Flee-Parental-Inquisition/

SUIÇA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
8.081.482	41.280 km ²	52.464	13	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Durante o período abrangido por este relatório não houve quaisquer alterações em relação à liberdade religiosa. A Constituição federal de Dezembro de 1998 garante a liberdade religiosa e de consciência, a liberdade de escolha em assuntos de religião ou convicções filosóficas, o direito a professar estas convicções individualmente ou em comunidade, e também o «direito a aderir a uma comunidade religiosa, para fazer parte dela e para seguir um ensinamento religioso» (Artigo 15).

As relações entre o Estado e as confissões religiosas são regulamentadas de forma independente por cada cantão, com o apoio económico de cada cantão a pelo menos uma das três religiões tradicionais, nomeadamente a Igreja Católica, a Igreja (Protestante) Reformada Suíça e a Antiga Igreja Católica, com fundos recolhidos através dos impostos sobre os crentes destas Igrejas.

Na altura do recenseamento de 1960, cerca de 99% da população que vivia no território da Suíça¹⁵⁴¹ pertencia a uma das quatro religiões «estabelecidas» no país, a Igreja (Protestante) Reformada Suíça, a Igreja Católica, a Antiga Igreja Católica e a Comunidade Judaica. Contudo, hoje em dia, estas quatro religiões, que há cinquenta anos atrás constituíam praticamente a totalidade da população suíça, representam agora apenas cerca de 70% da população total, de acordo com o recenseamento mais recente (2010). A maior queda em números ocorreu na comunidade protestante, que agora foi ultrapassada pela Igreja Católica – que, embora também a cair em termos de percentagem, se tornou agora no grupo religioso maioritário no país, graças sobretudo aos efeitos da imigração.¹⁵⁴²

O crescimento mais significativo em números é o dos que não têm filiação religiosa, um número que duplicou numa década, de 2000 a 2010, e que indica uma tendência acentuada

¹⁵⁴¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/switzerland

População: <http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): ACNUR: www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48f0d6&submit=GO

¹⁵⁴² Roger Husstein, *Migration und Religion in der Volkszählung 2010*, Schweizerisches Pastoral Soziologisches Institut, Saint-Gall, Dezembro de 2012, www.spi-stgallen.ch/documents/volkszahlung%202010%20migration%20und%20religion.pdf.

para a indiferença geral em relação à religião,¹⁵⁴³ num contexto cultural e social marcado pela negação da existência de uma verdade objectiva e no qual a tentativa de comunicar as próprias convicções religiosas é olhada com suspeição.¹⁵⁴⁴

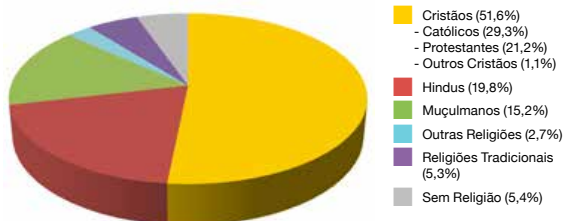
¹⁵⁴³ Jean-François Mayer, «Quelques observations sur l'évolution des appartenances religieuses et le déclin du nombre de réformés en Suisse», <http://orbis.info/2013/11/quelques-observations-sur-levolution-des-appartenances-religieuse-et-le-declin-du-nombre-de-reformes-en-suisse/>

¹⁵⁴⁴ Michael Mutzner, «Liberté religieuse en Suisse; Liberté de propager ses croyances et liberté de critiquer, au regard du droit international», Conferência de 26 de Abril de 2008, Assembleia-Geral da Rede Evangélica

SURINAME



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
492.000	163.820 km ²	-	14	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Considerações gerais

A população total do Suriname¹⁵⁴⁵ é de aproximadamente 492 mil pessoas¹⁵⁴⁶ e a área total do país é de 163.820 km²¹⁵⁴⁷. A língua oficial é o holandês e o sistema político é constituído por uma democracia parlamentar representativa, baseada na soberania e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição garante o direito de cada indivíduo à liberdade religiosa e de crença. Os cidadãos são também livres de escolher ou mudar a sua religião e a liberdade religiosa é classificada como um direito pessoal que, perante qualquer infracção, pode ser defendido nos tribunais. Ninguém pode ser sujeito a discriminação por motivos religiosos.¹⁵⁴⁸

O Governo não favorece qualquer religião em particular e as leis civis e penais do país não reflectem dogmas de qualquer religião específica.

Os grupos religiosos não são obrigados a registar-se e não há requisitos específicos para o seu reconhecimento. A instrução religiosa não é autorizada nas escolas estatais, mas estas celebram diversos feriados religiosos. Alguns grupos religiosos administram as suas próprias escolas primárias e secundárias, onde são dadas aulas de religião.

Há também algumas escolas estatais estabelecidas e geridas por grupos religiosos. Estas escolas são financiadas sobretudo por grupos religiosos interessados, mas também recebem subsídios limitados do Governo, sobretudo para os salários dos professores, que são classificados como funcionários públicos. A capelania das Forças Armadas disponibiliza ao pessoal militar capelães hindus, muçulmanos, protestantes e católicos para os fiéis das várias religiões.¹⁵⁴⁹

¹⁵⁴⁵ www.globalreligiousfutures.org/countries/suriname

¹⁵⁴⁶ www.gov.sr/sr/over-suriname/demografie.aspx

¹⁵⁴⁷ <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Suriname>

¹⁵⁴⁸ www.suriname.nu/101alg/grondwet06.html

¹⁵⁴⁹ www.state.gov/documents/organization/208720.pdf

Acontecimentos relacionados com a liberdade religiosa

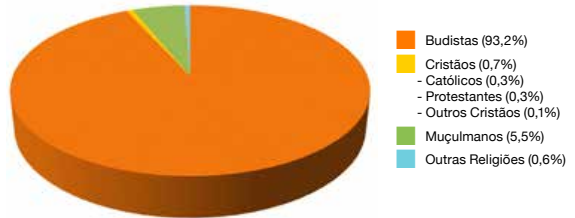
Todos os meses, os membros do Conselho Inter-Religioso reúnem-se. Este conselho inclui representantes de dois grupos hindus, de dois grupos muçulmanos e da Igreja Católica. Discutem os planos de actividades inter-religiosas e as suas posições em relação às políticas governamentais.¹⁵⁵⁰

¹⁵⁵⁰ *Ibidem*

TAILÂNDIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
69.519.000	513.100 km ²	136.499	214	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Estado e povo

A Tailândia¹⁵⁵¹ é uma monarquia constitucional e uma democracia parlamentar. Após anos de regime militar e instabilidade política, as eleições democráticas de 2011 entregaram a vitória a Yingluck Shinawatra, o líder do Partido Tailandês Puea. A actual primeira-ministra é irmã de Thaksin Shinawatra, um multimilionário e ele próprio antigo primeiro-ministro, actualmente no exílio para escapar a uma condenação a dois anos de prisão por corrupção. Esta relação de família contribuiu para um clima geral de descontentamento, com movimentos anti-governo e partidos a acusarem frequentemente a primeira-ministra de ser um mero fantoche controlado pelo seu irmão. Em Novembro de 2013 ocorreram confrontos quando a oposição pediu a demissão da primeira-ministra na sequência de uma lei da amnistia proposta pelo Governo que, entre outras coisas, iria abrir o caminho para o regresso do exílio de Thaksin Shinawatra.¹⁵⁵²

O maior grupo étnico do país é o povo Tailandês (75%), seguido do povo Chinês (14%). A língua oficial é o tailandês, juntamente com o inglês, que é considerado como uma língua de elite. A principal religião é o Budismo da escola de Theravada.¹⁵⁵³ De acordo com o Departamento de Assuntos Religiosos, a comunidade cristã é constituída por 351.987 fiéis, a maior parte dos quais são protestantes.¹⁵⁵⁴

Legislação e liberdade religiosa

A Constituição tailandesa garante a cada cidadão «total liberdade para professar uma religião, denominação religiosa ou credo e observar os preceitos religiosos ou exercer uma forma de culto de acordo com a sua crença», bem como a protecção «de qualquer acto por parte do Estado que seja prejudicial para os seus direitos ou em detrimento dos seus benefícios por razões religiosas» (Artigo 37). Além disso, a Constituição garante a igualdade de todos os cidadãos sem distinções quanto a «origem, raça, língua, sexo, idade, condições

¹⁵⁵¹ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/thailand>

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Thailand>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e489646&submit=GO

¹⁵⁵² *AsiaNews*, Novembro de 2013

¹⁵⁵³ *The World Fact book of Central Intelligence Agency*

¹⁵⁵⁴ Departamento de Estado norte-americano, Relatório sobre a liberdade religiosa internacional

físicas ou saúde, estatuto económico ou social, crença religiosa, educação ou perspectiva constitucionalmente política» (Artigo 30). O Estado também promete «apoiar e proteger a religião budista, que a maior parte do povo Tailandês pratica há muito tempo, e outras religiões, promovendo o bom entendimento e a harmonia entre os seguidores de todas as religiões» (Artigo 79).¹⁵⁵⁵ Não tem havido casos de perseguição ou discriminação por razões religiosas.

Confrontos entre budistas e muçulmanos

Nas províncias de Pattani, Narathiwat e Yala no sul (na fronteira com a Malásia), a maior parte da população é constituída por malaios e, portanto, muçulmanos. De acordo com o Departamento de Assuntos Religiosos, há 3.567 mesquitas registadas na Tailândia. Destas, 2.289 encontram-se nas cinco províncias do sul. Durante décadas, tem havido uma guerra de guerrilha nesta região, conduzida por grupos islâmicos extremistas, que criaram tensões entre comunidades budistas e muçulmanas. Embora a violência tivesse um pico em 2004, os confrontos continuaram, sobretudo com ataques a forças de segurança e bombas colocadas em carros. Entre 2004 e 2012, pensa-se que foram mortas 5.243, das quais 4.363 eram civis.¹⁵⁵⁶ No entanto, as estimativas disponibilizadas pelo Centro Administrativo das Províncias da Fronteira Sul diferem consideravelmente. O Centro contabilizou 3.380 mortes – 2.316 civis, 372 soldados, 278 polícias, 250 guerrilheiros, 157 professores e sete monges budistas.¹⁵⁵⁷

Entre Janeiro e Setembro de 2013, registaram-se cinco ataques, com um total de trinta e quatro mortes, entre os quais um rapaz de 2 anos.¹⁵⁵⁸ Em Fevereiro de 2013, a pedido da Malásia, foram realizadas novas conversações de paz em Kuala Lumpur. Entre os convidados para a mesa de negociações estava Hassan Taib da Barisan Revolusi Nasional (Frente Nacional Revolucionária, um dos movimentos separatistas) e o Tenente General Paradon Pattanatabut, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, que foi enviado pela primeira-ministra Shinawatra como representante do Governo. Kasturi Mahkota, o líder no exílio da Organização de Libertação Unida Pattani (outro movimento separatista), tinha declarado que os ataques iriam continuar se o seu grupo não fosse convidado a participar nas negociações. Pattanatabut respondeu dizendo que a Tailândia não concederia independência e não autorizaria qualquer outra violação da Constituição, mas iria fazer todos os esforços para discutir os níveis possíveis de autonomia e uma possível amnistia com os rebeldes.¹⁵⁵⁹

Em geral, a liberdade religiosa melhorou durante os dois anos em análise e não há casos reportados de perseguição. Todos os grupos conseguem praticar a sua fé.

¹⁵⁵⁵ Constituição tailandesa, aprovada em 2007

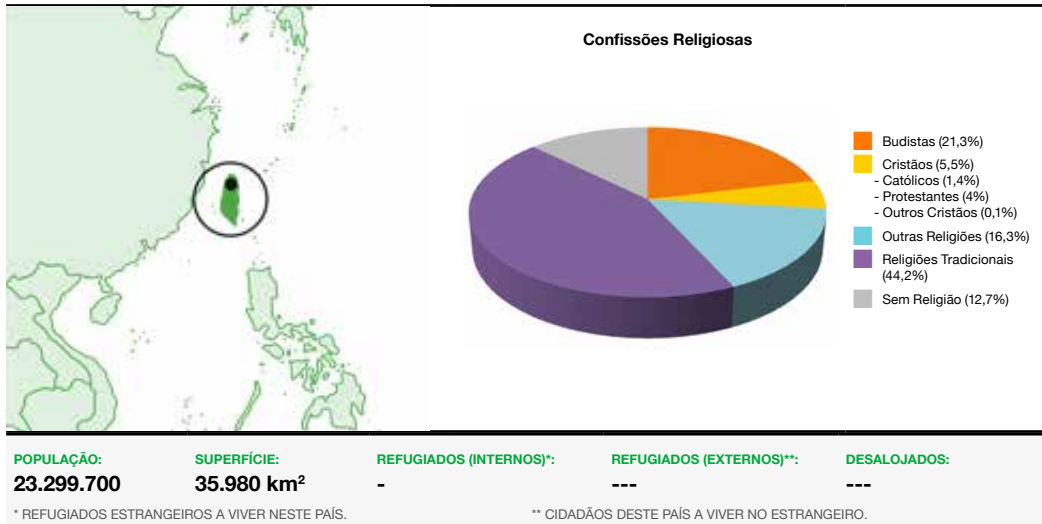
¹⁵⁵⁶ *Bangkok Post*, 5 de Janeiro de 2012

¹⁵⁵⁷ *SRA News*, 4 de Janeiro de 2013

¹⁵⁵⁸ *Fox News*, 1 de Maio de 2013

¹⁵⁵⁹ *Al-Jazeera*, 28 de Junho de 2013

TAIWAN



Do ponto de vista legislativo, a Constituição e as leis de Taiwan¹⁵⁶⁰ garantem total liberdade religiosa aos habitantes e na prática as autoridades respeitam estes direitos. Numa perspectiva de relações inter-religiosas, não há relatos de tensões.

A 19 de Março de 2013, o presidente de Taiwan Ma Ying-jeou tornou-se no primeiro presidente de Taiwan a encontrar-se com o Papa. O presidente e a sua mulher participaram na Missa inaugural do pontificado do Papa Francisco na Praça de S. Pedro e encontraram-se com o Papa após a Missa, quando este recebeu os representantes estatais. O Vaticano é o único país europeu que tem relações diplomáticas com Taiwan. A ilha tem relações diplomáticas completas com apenas vinte e três países no mundo.

Foram feitos progressos em relação à liberdade religiosa quando, em Junho de 2012, numa mudança da política de atribuição de vistos, o Governo começou a conceder vistos missionários a outro tipo de trabalhadores religiosos para além dos padres e das religiosas. Esta mudança concedeu a todas as ordens religiosas masculinas (padres, irmãos, monges) e ordens religiosas femininas (irmãs) elegibilidade para obtenção de vistos para realizar trabalho religioso. No entanto, a lei de imigração não tem uma disposição formal para vistos missionários para indivíduos que não tenham a categoria de padre ou religiosa dentro das respectivas ordens religiosas (o que inclui trabalhadores cristãos, muçulmanos e budistas).¹⁵⁶¹

Finalmente, um debate nacional sobre a potencial legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo pode criar um precedente que indica o lugar da consciência religiosa em Taiwan e noutros países da região, uma vez que a campanha do 'não' inclui muitos que actuam com uma perspectiva de fé. Actualmente, as alterações ao Código Civil para permitir que as pessoas do mesmo sexo se casem estão a ser revistas pelo poder judicial da legislatura e pelo Comité de Leis Orgânicas e Estatutárias.

A 30 de Novembro de 2013, realizou-se uma manifestação de apoio à família tradicional, em Taipei, com mais de 250 mil pessoas presentes. O Frei Louis Aldrich, professor na Universidade

¹⁵⁶⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/taiwan
População: www.indexmundi.com/taiwan/population.html
Superfície: www.indexmundi.com/taiwan/area.html

¹⁵⁶¹ Relatório norte-americano sobre a liberdade religiosa internacional, 2012

Católica de Fu Jen em New Taipei, que esteve entre os presentes, disse: «A grande afluência mostra que muitas pessoas estão conscientes da importância da estabilidade na vida da família tradicional... Com base na grande afluência, podemos constatar que não estamos sozinhos. Podemos constatar como são muitas as pessoas que apoiam estes valores...»¹⁵⁶²

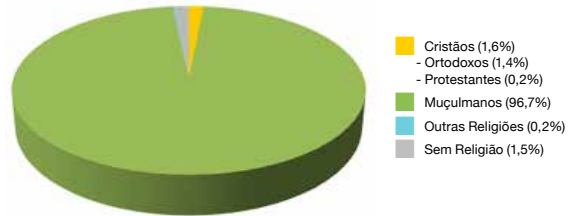
O debate em Taiwan ainda está muito em aberto, por causa do processo legislativo que é longo e complicado, e vai implicar diálogo com os que são a favor ou contra a nova lei proposta.

¹⁵⁶² *Asianews.it* (11th Dec 2013)

TAJIQUISTÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
8.207.834	142.550 km ²	2.048	661	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Na tentativa de consolidar o poder do Estado, o Tajiquistão¹⁵⁶³ continua a apertar o controlo a todas as formas de actividade religiosa que caíam fora do controlo governamental directo, sobretudo a fé muçulmana. As únicas celebrações religiosas nacionais reconhecidas são as celebrações islâmicas do Eid al-Fitr e Eid al-Adha.

A Lei da Religião de 2009, e as revisões adicionais ainda mais restritivas em 2011, proíbe a actividade de grupos religiosos não-registados, impõe requisitos estritos para o pedido de reconhecimento pelo Estado, limita o número e o tamanho das mesquitas, proíbe a educação religiosa privada e o 'proselitismo', e impõe o controlo estatal à publicação e importação de literatura religiosa. A lei também proíbe todas as pessoas com menos de 18 anos de participarem em actividades religiosas públicas.

Em 2012, a Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF) acrescentou o Tajiquistão à sua lista de países de «nível 1» ou Países de Particular Preocupação (CPCs na sigla inglesa). O país permaneceu nesta lista em 2013. O relatório afirmou: «O Tajiquistão obteve uma classificação potencialmente baixa devido à política de repressão governamental de todas as actividades religiosas não directamente controladas pelo Governo. A administração tem como alvo principal a maioria muçulmana, mas não consegue deixar de ter mão pesada sobre outras religiões, sobretudo os Protestantes e as Testemunhas de Jeová. O Islamismo não oficial manteve-se como o alvo principal e cerca de cinquenta mesquitas não-autorizadas foram encerradas no último ano.»¹⁵⁶⁴

Mudanças na legislação

Em Junho de 2012, o Parlamento tajique aprovou algumas alterações ao Código Penal e Administrativo que foram depois promulgadas a 3 de Julho pelo presidente Emomali Rahmon. As autoridades governamentais consideraram que as alterações eram necessárias para combater o terrorismo. Elas assumem a forma de um aumento do controlo estatal sobre as

¹⁵⁶³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/tajikistan

População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: *Ibidem*

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4872e6&submit=GO

¹⁵⁶⁴ *Vatican Insider, La Stampa*, 5 de Abril de 2012

actividades religiosas de todos os grupos religiosos no país e implicam pesadas multas para os que forem apanhados a infringir a lei religiosa do país. Um respeitado observatório das violações de direitos humanos contra os Cristãos comentou as alterações afirmando: «É uma estratégia disfarçada, largamente usada na região, para sufocar a actividade religiosa em nome de uma guerra contra o extremismo islâmico. Embora a ameaça terrorista seja credível, os relatos sugerem que a verdadeira guerra é contra todas as religiões e que os verdadeiros alvos do braço opressivo da lei são os Cristãos e outras minorias religiosas.»¹⁵⁶⁵ A nova legislação acrescentou três novas cláusulas ao Artigo 474 já existente (sobre violações da lei religiosa) do Código Administrativo. A nova alínea 2 estipula multas para os que infringirem a legislação sobre educação religiosa. Estas vão de 50 a 100 vezes o indicador financeiro (que é igual a 40 somonis, ou aproximadamente 7 euros), ou 10 a 20 vezes o salário mínimo mensal. O Artigo 8 da Lei da Religião, com a revisão de 2011, estipula que nenhum cidadão tajique pode viajar para o estrangeiro para obter educação religiosa sem ter já realizado um curso semelhante de educação disponibilizado por uma instituição autorizada pelo Estado. Dado que actualmente não há nenhum seminário autorizado ou escola bíblica no Tajiquistão, isto significa que os Cristãos tajiques não têm possibilidade de obter uma educação teológica, seja dentro ou fora do país. A nova alínea 3 é destinada a todos os que se envolvam em actividades de 'propaganda religiosa', seja em escolas ou em casas privadas. O Artigo 474, alínea 4, pune todas as ligações internacionais não aprovadas entre as comunidades religiosas no país e organizações religiosas no estrangeiro.¹⁵⁶⁶ E o Artigo 474 tem agora um novo requisito, punindo qualquer actividade religiosa que vá para além do âmbito e das responsabilidades estabelecidas nos estatutos da organização religiosa em causa.¹⁵⁶⁷ Juntamente com estes novos requisitos, a responsabilidade por punir quaisquer violações deste tipo passa também, pela primeira vez, para o Comité Estatal para os Assuntos Religiosos, que pode agora intervir directamente sem qualquer necessidade de investigação por parte da polícia ou de procedimentos legais em tribunal. A organização *International Christian Concern* referiu: «A estratégia parece destinar-se a criar um campo minado de restrições para que os Cristãos e outros grupos religiosos sejam mantidos afastados da prática da sua fé por receio de arriscarem uma violação ou atraírem uma pesada multa sobre os seus magros recursos financeiros.»¹⁵⁶⁸

Restrições aos grupos religiosos

As autoridades governamentais estão a tentar manter um controlo rigoroso sobre todos os grupos muçulmanos no país. Estão a dar continuidade à sua política de supressão de escolas islâmicas não autorizadas e encerramento de mesquitas não registadas. Em Julho de 2012, a administração cívica de Dushanbedis permitiu o uso de megafones para o *azan* (o chamamento islâmico à oração) e instruiu a polícia para que criasse um sistema de vídeo-vigilância para impedir a frequência de menores nas mesquitas. No mês seguinte, as autoridades locais na região de Khalton instalaram câmaras de vídeo nas mesquitas para monitorizar as orações, o conteúdo dos sermões e a possível presença de menores. Na mesma região, na primeira metade de 2012, as autoridades encerraram mais de 100 mesquitas por estas alegadamente não terem as autorizações de construção adequadas. O objectivo parece ser converter estes edifícios em escolas, centro médicos e outros edifícios públicos.¹⁵⁶⁹

¹⁵⁶⁵ *International Christian Concern, Special report*, 13 de Março de 2013

¹⁵⁶⁶ *Interfax*, 6 de Junho de 2012

¹⁵⁶⁷ *Forum 18 News Service*, 28 de Agosto de 2012

¹⁵⁶⁸ *International Christian Concern, Special report*, 23 de Fevereiro de 2013

¹⁵⁶⁹ Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, Relatório de 2013

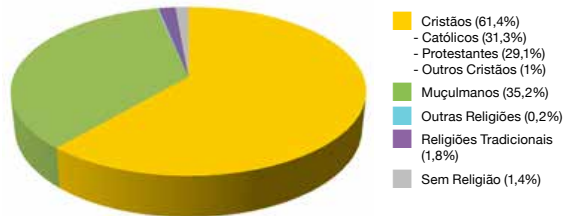
Em Outubro, o Supremo Tribunal tajique rejeitou um recurso de testemunhas de Jeová contra a recusa de registarem a sua comunidade. Em Abril, um grupo de testemunhas de Jeová foi detido por alegadamente terem realizado um serviço religioso num pequeno autocarro. Mais tarde foram libertadas pela polícia. Contudo, em 2012 a Igreja Católica no Tajiquistão celebrou o 15.º aniversário da sua presença e da missão católica *sui juris* no país. Hoje em dia há três paróquias e cerca de vinte trabalhadores pastorais, incluindo sacerdotes, religiosos e três seminaristas de nacionalidade tajique.¹⁵⁷⁰

¹⁵⁷⁰ *AsiaNews*, 29 de Setembro de 2012

TANZÂNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
49.253.126	945.087 km ²	102.099	1.142	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Antecedentes e situação legal

A actual Constituição da República Unida da Tanzânia¹⁵⁷¹, aprovada em 1977, reconhece a liberdade religiosa como o direito de cada indivíduo ter uma fé à sua escolha e não ser discriminado com base nas convicções religiosas, o direito a praticar a sua fé em associação com outros e mudar de religião caso o deseje. A Constituição proíbe os partidos políticos cujo programa envolva a promoção de interesses de um grupo religioso específico.¹⁵⁷² A Constituição de Zanzibar – que desde 1964 faz parte da República Unida da Tanzânia, mas que tem um Governo autónomo com o seu próprio presidente e parlamento – também contém as mesmas garantias de liberdade religiosa.

Em relação à filiação religiosa, dois estudos norte-americanos recentes de 2009 e 2012 (do *US Bureau of Democracy, Human Rights and Labor* e *Pew Research Centre*, respectivamente) calculam que os Cristãos formam uma maioria absoluta de cerca de 62%, enquanto os Muçulmanos representam cerca de 35% e os restantes 3% da população estão divididos entre as religiões tradicionais e outras religiões. Oficialmente, os Católicos representam 30,6% da população. Na ilha de Zanzibar, contudo, os Muçulmanos constituem a esmagadora maioria, com cerca de 97% dos seus quase dois milhões de residentes.

Todas as organizações religiosas são obrigadas a registar-se junto do Ministério do Interior na Tanzânia continental e junto do principal Gabinete Geral de Registo governamental em Zanzibar. Para o registo, são necessários os nomes de pelo menos dez membros, juntamente com os estatutos escritos, os currículos dos líderes e uma carta de recomendação do prefeito do seu distrito de origem. Além disso, as organizações muçulmanas são obrigadas a produzir

¹⁵⁷¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/tanzania

População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=United Republic of Tanzania>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e45c736&submit=GO

¹⁵⁷² O Artigo 19 afirma: «Cada pessoa tem direito à liberdade de consciência, ou fé, e escolha em matéria de religião, incluindo a alteração da sua religião ou fé.» O Artigo 20 afirma que «não é legal para qualquer partido político ser registado... com o objectivo de promover ou fomentar os interesses de qualquer fé ou grupo religioso.» Os Artigos 9 e 13 lidam com a igualdade de todos os cidadãos e proibem a discriminação, ou seja, o tratamento diferenciado das pessoas, entre outros com base na sua religião. O Artigo 67 esclarece que a fé religiosa pessoal não impede uma pessoa de ser candidata à função de Presidente da República da Tanzânia.

prova de autorização do Conselho Muçulmano Nacional da Tanzânia (*Bakwata*), ou uma autorização semelhante do mufti local, caso estejam sediadas em Zanzibar.

O ensino da religião nas escolas estatais é permitido, embora apenas como disciplina extra-curricular. As aulas devem ser aprovadas pela direcção da escola ou por associações de professores e pelos pais, e são disponibilizadas gratuitamente pelos pais ou por outros voluntários. As escolas religiosas e as universidades são legais, e existem em grande quantidade, quer sejam cristãs (tanto católicas como protestantes) ou islâmicas.

As organizações cristãs são obrigadas a apresentarem uma carta de acreditação da hierarquia da sua própria denominação ao Ministério do Interior. As celebrações religiosas nacionais reconhecidas incluem as festas cristãs da Sexta-feira Santa, Segunda-feira de Páscoa e dia de Natal, e as festas muçulmanas de Maulid, Eid al-Fitr e Eid al-Hajj.

Desenvolvimentos recentes

Desde 2011, quando diversas igrejas protestantes foram incendiadas nas ilhas de Zanzibar e Pemba, a Tanzânia viveu uma situação de considerável tensão entre comunidades religiosas, como consequência sobretudo do aumento do Islamismo radical.

Nos últimos anos, a organização muçulmana Uamsho (suáli para «re-despertar») tornou-se cada vez mais activa. A Uamsho foi fundada em 2001 como ONG muçulmana e no passado distribuiu folhetos a ameaçar a vida de líderes cristãos em Zanzibar. Ao longo de 2011 e 2012, as manifestações da Uamsho viram um aumento da frequência e os discursos populistas solidificaram ainda mais a organização, transformando-a num movimento de massas. A Uamsho está agora numa fase crítica de desenvolvimento, estando a adquirir uma posição política mais forte. O seu líder, o xeque Farid Hadi Ahmed, apelou a um código de vestuário para todos os estrangeiros de visita ao país, à imposição de restrições ao consumo de álcool e exigiu um estado zanzibariano independente com uma constituição baseada na lei da *sharia*. Em Maio de 2012, centenas de apoiantes da Uamsho entraram em confrontos violentos que arrasaram duas igrejas.¹⁵⁷³

Ao longo de 2013 e no início de 2014, a situação na Tanzânia continuou a deteriorar-se.

Incidentes no continente

A 11 de Fevereiro de 2013, na aldeia de Buseresere, no norte da Tanzânia continental, o Pastor Mathayo Kachili das Assembleias de Deus foi decapitado no pico de um ataque a cristãos por uma multidão de extremistas muçulmanos. Os Cristãos tinham abatido animais num terreno da igreja sem observarem os procedimentos *halal*. Na Tanzânia, as normas oficiais determinam que os animais mortos para consumo humano devem ser aprovados por um veterinário num matadouro local, a maior parte dos quais são geridos por muçulmanos. A morte do pastor levou o Governo a formar um comité inter-religioso encarregado de rever as actuais leis sanitárias. Contudo, entretanto, os Cristãos vão ser proibidos de abater animais para venda e consumo humano fora dos matadouros.¹⁵⁷⁴

No início de Abril, numa vila de Tunduma, uma multidão de jovens cristãos atacou e destruiu uma mesquita que estava em construção, como retaliação pela proibição que reservava o abate dos animais apenas aos Muçulmanos. Um pastor luterano foi detido em ligação com estes acontecimentos.¹⁵⁷⁵

¹⁵⁷³ *Analysis Africa*, 13 de Março de 2013

¹⁵⁷⁴ *Christianity Today*, 22 de Fevereiro de 2013

¹⁵⁷⁵ *Sabahi*, 4 de Abril de 2013

A 5 de Maio de 2013, uma bomba explodiu no exterior da igreja católica de São José, em Arusha, matando três pessoas e ferindo outras sessenta. No funeral das vítimas, o Arcebispo Tarcisius Ngalalekumwta de Iringa denunciou a crescente perseguição do Cristianismo na Tanzânia, afirmando que «vários sinais anteriores tinham servido de aviso para estes actos», que eram «selvagens, vergonhosos e indignos do nosso país. Além disso, tem havido... ameaças que foram seguidas de incêndios de igrejas, ataques e assassinios de líderes da Igreja.»¹⁵⁷⁶

Em Junho de 2013, um grupo de extremistas islâmicos armados com catanas atacou o Pastor Robert Ngai das Assembleias de Deus Evangélicas dentro da sua própria casa, em Geita, no nordeste da Tanzânia.¹⁵⁷⁷

Incidentes na ilha de Zanzibar

Na véspera de Natal de 2012, o sacerdote católico Padre Amos Mkenda foi gravemente ferido quando regressava a casa, em Timondo, vindo da Paróquia de Mpendae, a 5 km da cidade de Zanzibar.¹⁵⁷⁸

A 17 de Fevereiro de 2013, o sacerdote católico Padre Evarist Mushi estava a preparar-se para celebrar Missa numa igreja na cidade de Zanzibar quando foi morto a tiro por dois homens que o tinham seguido numa motorizada.¹⁵⁷⁹

A 19 de Fevereiro, a Igreja Protestante Piscina de Siloé foi incendiada por assaltantes desconhecidos na vila de Kianga, na ilha de Zanzibar. A igreja estava em processo de reconstrução depois de ter sido destruída num fogo posto anterior, em Janeiro de 2012.¹⁵⁸⁰

A 23 de Fevereiro, um clérigo islâmico, Ali Khamis Ali, de 65 anos, foi esfaqueado até à morte por desconhecidos na sua quinta, em Zanzibar.¹⁵⁸¹

Em Agosto, dois homens atiraram ácido para cima de duas adolescentes britânicas judias, Kirstie Trup e Katie Gee (ambas com 18 anos), desfigurando-as gravemente. Alguns líderes religiosos na ilha foram citados como acreditando que os homens responsáveis poderiam ser seguidores da Uamsho. A organização, cujos líderes estavam na altura na prisão aguardando julgamento por incitarem à violência religiosa, estava por detrás dos panfletos anti-cristãos distribuídos em Zanzibar quinze dias antes. Mkadam Khamis, o comissário regional de polícia, afirmou que os seus detectives estavam a explorar «muitas vias de investigação, incluindo a Uamsho».¹⁵⁸²

A 13 de Setembro de 2013, um sacerdote católico idoso, o Padre Joseph Anselmo Mwangambwa, foi atacado numa rua de Stone Town, a histórica Cidade Velha de Zanzibar, por assaltantes desconhecidos que lhe atiraram ácido, queimando com gravidade o seu rosto e peito.¹⁵⁸³

Em Fevereiro de 2014, extremistas islâmicos suspeitos bombardearam três igrejas diferentes, tendo uma das explosões ferido vários cristãos.¹⁵⁸⁴

Em Março de 2014, dez líderes da Uamsho foram libertados sob fiança da prisão em Zanzibar, onde tinham permanecido durante dezassete meses, acusados de incitarem à violência em 2012. O tribunal reviu as condições de fiança, exigindo que cada suspeito pagasse uma fiança de 25 milhões de xelins (11.386 euros) e que apresentasse duas garantias. Os líderes

¹⁵⁷⁶ *Fides*, 22 de Maio de 2013

¹⁵⁷⁷ *Charisma News*, 17 de Junho de 2013

¹⁵⁷⁸ *Analysis Africa*, 13 de Março de 2013

¹⁵⁷⁹ *Bos News Life*, 17 de Fevereiro de 2013

¹⁵⁸⁰ *JPP Media*, 20 de Fevereiro de 2013

¹⁵⁸¹ *All Africa*, 25 de Fevereiro de 2013

¹⁵⁸² *The Telegraph*, 9 de Agosto de 2013

¹⁵⁸³ *Catholic Online*, 16 de Setembro de 2013

¹⁵⁸⁴ *Morning Star News*, 3 de Março de 2014

da Uamsho foram proibidos de viajar para fora de Zanzibar. Todos negaram as acusações contra eles.

Clérigo controverso

Na Tanzânia continental, a perspectiva islâmica radical é promovida sobretudo pelo xeque Ponda Issa Ponda, o líder do *Jumuiya na Taasisi za Kiislamu* (Conselho de Organizações Islâmicas) que apela à «libertação muçulmana». Ponda continuou a encher as manchetes dos jornais ao longo de 2012 e 2013.

Em Outubro de 2012, o xeque Ponda foi detido depois de manifestantes muçulmanos terem pegado fogo a cinco igrejas na cidade de Dar es Salaam. A violência seguiu-se a rumores de que um rapaz cristão tinha urinado sobre o Corão. O incidente foi um dos piores casos de conflito religioso que a Tanzânia presenciou.¹⁵⁸⁵ Foram igualmente detidos cinquenta seguidores do xeque Ponda. Perante a sua detenção, o xeque enfrentou também quatro outras acusações relacionadas com incidentes anteriores separados, e foi mantido sob custódia até ao seu julgamento.¹⁵⁸⁶ No julgamento, em Maio de 2013, Ponda foi condenado por uma das quatro acusações que enfrentava e foi-lhe dado um ano de pena suspensa, tendo sido ordenado a restringir as suas actividades de incitamento.¹⁵⁸⁷

Em Agosto de 2013, o xeque Ponda foi admitido no hospital depois de ter sofrido ferimentos no braço por tiros disparados pela polícia, após ter resistido a ser detido em Morogoro. A polícia disse que estava a seguir o clérigo por este ter infringido a sua ordem de proibição.¹⁵⁸⁸ Apoiantes de Ponda alegaram que o seu líder estava a ser perseguido para enfraquecer o Islamismo no país e avisaram que qualquer ataque a ele seria considerado como um ataque a todos os muçulmanos. O xeque Ponda foi depois acusado de incitamento.¹⁵⁸⁹

Em Março de 2014, após uma decisão do Tribunal Superior, foi decidido que Ponda seria devolvido a Morogogo para ser julgado por três acusações, incluindo uma por desobediência.¹⁵⁹⁰

Iniciativas de paz

Alguns órgãos cristãos tomaram a iniciativa de tentar verificar a escalada de tensões e violência. A Igreja Luterana iniciou um diálogo inter-confessional entre Cristãos e Muçulmanos que resultou na formação do *Tuwwamuta*, um programa para a resolução de conflitos que pretende construir uma relação de confiança entre Cristãos e Muçulmanos.

O Bispo Bernadin Francis Mfumbusa de Knodou, Tanzânia central, disse à AIS que «o diálogo inter-religioso na Tanzânia está a ocorrer a diferentes níveis. Ao nível nacional, há um comité multi-religioso que junta líderes de todas as religiões. Mesmo aqui na minha diocese, Kondoia, há um comité que está a tentar abordar os problemas inter-religiosos. Além disso, a Igreja convida todas as pessoas a usarem as suas instituições, como por exemplo escolas, universidades, hospitais, etc.» Contudo, embora o Bispo tenha afirmado que a liderança cristã se mantém em contacto com os líderes muçulmanos e que «a grande maioria dos Muçulmanos são pacíficos», também referiu que «os líderes muçulmanos que parecem estar do lado dos próprios Cristãos tornam-se eles mesmos vítimas da violência extremista».

¹⁵⁸⁵ *BBC News* (África), 17 de Outubro de 2012

¹⁵⁸⁶ *Sabahi Online*, 19 de Outubro de 2012

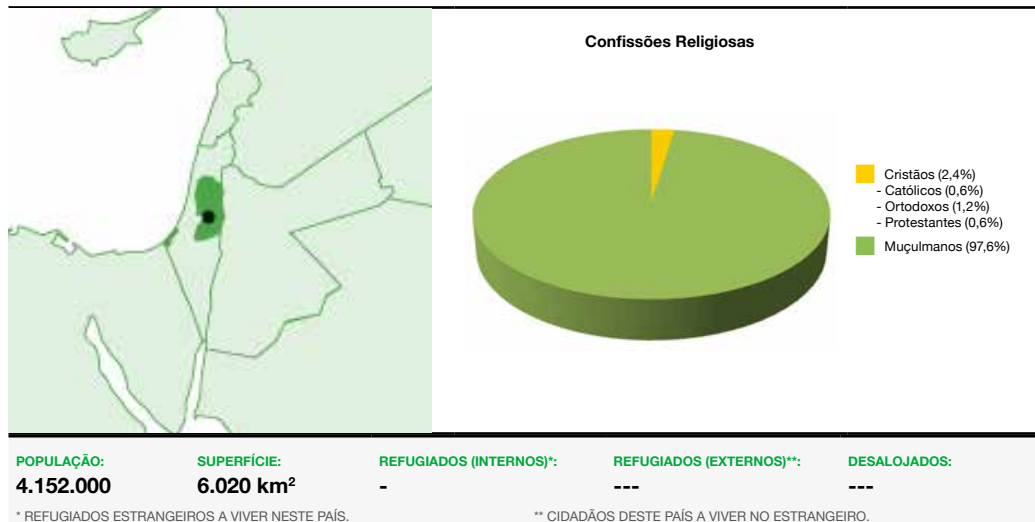
¹⁵⁸⁷ *Daily News* (Tanzânia), 9 de Agosto de 2013

¹⁵⁸⁸ *IPP Media*, 12 de Agosto de 2013

¹⁵⁸⁹ *Africa Review*, 19 de Agosto de 2013

¹⁵⁹⁰ *Daily News* (Tanzânia), 19 de Março de 2014

TERRITÓRIOS PALESTINIANOS



Os Territórios Palestinos¹⁵⁹¹ (a Cisjordânia e Gaza) estão teoricamente sob o controle da Autoridade Palestina, que foi estabelecida em 1994 sob os Acordos de Oslo assinados um ano antes. Contudo, na prática, desde Junho de 2007 que Gaza tem estado sob o controle do grupo rebelde Hamas ('Harakat al-Muqāwamah al-Islamiyyah', movimento de resistência islâmica), que tomou a área num conflito com o grupo opositor, a Fatah, liderada pelo actual presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas.

A situação em relação à liberdade religiosa é diferente dentro destas duas partes separadas dos Territórios Palestinos.

Cisjordânia

A 29 de Novembro de 2011, após uma votação na Assembleia Geral das Nações Unidas, a ONU reconheceu formalmente a Autoridade Palestina como estado observador não-membro, sob o nome «Estado da Palestina». No entanto, esta decisão não foi seguida da adopção de uma Constituição para substituir a Lei Básica de 2003, que por isso ainda está em vigor até ao reconhecimento pleno de uma nova Constituição pelo estado Palestino.¹⁵⁹²

A Lei Básica define a Autoridade Palestina, com sede em Ramallah na Cisjordânia, como uma «democracia participativa». A lei não reconhece o Islamismo como religião oficial do Estado, mas afirma que a *sharia* é a inspiração para a legislação. Os Cristãos participam nas instituições públicas, nomeadamente no Governo (com dois ministérios, o das Finanças e o do Turismo) e há também lugares reservados para as minorias no Conselho Legislativo Palestino (seis lugares para os Cristãos e um para os samaritanos). A liberdade de prática religiosa é garantida. Os Cristãos podem construir novas igrejas e escolas e até organizar procissões públicas.

Antes de 1994 havia dez câmaras municipais lideradas por cristãos. Yasser Arafat confirmou esta situação para que nessas dez cidades ou vilas o presidente da câmara se mantivesse

¹⁵⁹¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/palestinian-territories

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=State of Palestine>

¹⁵⁹² www.palestinianbasiclaw.org/basic-law/2003-permanent-constitution-draft

um cristão, mesmo que pudesse ser menos privilegiado pelos votos. Esses dez lugares são Belém, Beit Sahour, Beit Jala, Ramallah, Taybeh, Zababdeh, Jifna, Ain Arik, Birzeit e Aboud. No entanto, as posições de liderança nas instituições governamentais estão a ser tomadas por muçulmanos. Assim, por exemplo, o lugar de directores de educação e saúde, bem como a função de director do hospital estatal em Belém já não pertencem a cristãos. A situação começou a inverter-se desde 1994, quando os Muçulmanos ficaram em maioria.

Além disso, os manuais escolares oficiais ignoram completamente a história do país antes do nascimento do Islamismo e também não fazem qualquer referência ao Cristianismo durante esse período. Em Setembro de 2013, o Secretariado-Geral das Escolas Cristãs da Terra Santa apelou à Autoridade Palestiniana para que corrigisse este fosso de sete séculos nos seus manuais escolares.¹⁵⁹³ O Governo palestiniano promete levar esta questão a sério.

Os alunos cristãos nas escolas públicas não são obrigados a frequentar aulas obrigatórias de estudo do Corão, mas várias outras disciplinas,¹⁵⁹⁴ incluindo as aulas de língua árabe, referem-se com frequência a citações do Corão. Nas escolas onde o número de alunos cristãos é considerado suficiente, estes alunos têm acesso a aulas de educação religiosa cristã.

No entanto, em geral, a crescente re-islamização da população traduz-se de várias formas. Os alunos muçulmanos nas escolas cristãs e os seus pais estão a pressionar a direcção da escola para que os autorize a usar o véu islâmico durante o ano escolar e para a cerimónia de formatura. Muitos cristãos na zona de Belém queixam-se de as suas terras estarem a ser-lhes retiradas à força por uma máfia das terras pertencente à maioria, que forja documentos falsos. O sistema judicial não é suficientemente forte para pôr fim a estas alegações. Uma jovem cristã que se case com um muçulmano é geralmente convertida ao Islamismo e os filhos devem ser muçulmanos. Um jovem cristão que queira casar com uma muçulmana deve converter-se e nunca pode regressar à sua fé originária.

Oficialmente, não há penalização para um muçulmano que se converta a outra religião, mas na prática a *sharia* serve como referência para os juizes. Contudo, mais frequentemente do que se pensa, são as famílias envolvidas que fazem justiça com as suas próprias mãos e que aplicam os castigos que consideram adequados.

A jornalista italiana Francesca Paci relatou que a oposição aos casamentos inter-religiosos entre muçulmanos e cristãos se intensificou durante o período em análise. O efeito dominó em relação a esta questão é que os casais não casados têm cada vez maior probabilidade de abandonarem quaisquer bebés que tenham para evitar o estigma social.¹⁵⁹⁵

Faixa de Gaza

Em Gaza, o movimento islâmico Hamas impõe uma ordem islâmica a todos os habitantes. O grupo inspira-se na ideologia da Irmandade Muçulmana e descreve-se a si próprio como um ramo palestiniano. A sua Carta, adoptada em 1988, apela à criação de «um estado islâmico na Palestina no lugar de Israel e dos Territórios Palestinos». Os Cristãos (tanto greco-ortodoxos como católicos do rito latino) têm um estatuto social muito mais baixo do que os membros do grupo religioso dominante. Na realidade, a sua situação é tão difícil que resultou num êxodo constante e contínuo. Ao longo dos últimos cinco anos, o número de Cristãos caiu de 3.500 para 1.500, dos quais apenas 185 são católicos, numa população total de 1,7 milhões de habitantes.¹⁵⁹⁶

¹⁵⁹³ <http://en.lpj.org/2012/12/10/meeting-of-directors-of-the-christian-schools-of-palestine-and-jerusalem/>

¹⁵⁹⁴ www.al-monitor.com/pulse/originals/2013/02/palestinian-education-standards.html#

¹⁵⁹⁵ John L. Allen Jr., «Politics and Christians in the Holy Land», *National Catholic Reporter*, 14 de Junho de 2013, <http://ncronline.org/blogs/all-things-catholic/politics-and-christians-holy-land>

¹⁵⁹⁶ www.reuters.com/article/2012/07/26/us-palestinians-christians-conversion-idUSBRE86P0J420120726

A Igreja Ortodoxa em Gaza queixa-se de pressões impostas pelos muçulmanos para que os Cristãos se convertam ao Islamismo. De acordo com o departamento de comunicações desta Igreja, «um grupo islâmico está a tentar persuadir homens e mulheres cristãos jovens a converterem-se ao Islamismo... Este movimento está a usar métodos obscuros e desonestos, incluindo medo, pressão e chantagem». O comunicado refere ainda especificamente «o uso de substâncias químicas para controlar e aterrorizar».¹⁵⁹⁷

Em Junho de 2013, as autoridades governamentais do Hamas decidiram alargar a proibição das escolas mistas¹⁵⁹⁸ a partir dos 9 anos. Esta medida, que já é aplicada em todas as escolas estatais, será alargada para incluir também as escolas privadas. Isto significará que, a partir dos 10 anos, não é permitido que professores do sexo masculino e feminino dêem aulas a alunos do sexo oposto.

O Patriarca Católico Latino Fouad Twal descreveu esta medida, que vai envolver as cinco escolas cristãs (três católicas e duas ortodoxas) na região, como inaceitável. Na prática, isto representa uma ameaça séria ao futuro das escolas, uma vez que as obrigará a adquirir novas instalações e a criar postos de trabalho adicionais para professores, para os quais simplesmente não têm recursos financeiros. Além disso, irá arruinar a perspectiva de uma coexistência islâmica-cristã, uma vez que estas escolas acolhem actualmente uma maioria de crianças muçulmanas. O Patriarca disse ainda: «Através destas escolas e através da presença dos alunos – tanto rapazes como raparigas – há, por assim dizer, um verdadeiro canal de comunicação com os pais. Desta forma, temos conseguido construir amizades com inúmeras famílias em Gaza, quer sejam cristãs ou muçulmanas... Acreditamos na importância da educação nas escolas enquanto lugar para aprender a ser aberto aos outros».¹⁵⁹⁹ Em resposta a esta abordagem do Patriarca Twal, a liderança do Hamas concordou com uma moratória de um ano antes de impor a educação segregada nas escolas.¹⁶⁰⁰

¹⁵⁹⁷ *L'Orient-Le Jour*, Beirute, 17 de Julho de 2012

¹⁵⁹⁸ www.al-monitor.com/pulse/originals/2013/04/gaza-education-law-gender-segregation.html

¹⁵⁹⁹ <http://en.ipj.org/2013/06/26/christian-schools-in-gaza-risk-closure> e *L'Eglise dans le monde*, n.º 165, Outubro de 2013

¹⁶⁰⁰ <http://en.ipj.org/2013/09/26/gaza-christian-schools-back-to-normal/>

TIMOR-LESTE



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
1.178.252	14.919 km ²	-	---	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Timor-Leste¹⁶⁰¹ é governado por uma democracia secular. Existe uma variedade de grupos étnicos: descendentes de povos Malaio-Polinésios e Melanésios/Papuanos como os Tétum, os Mambae, o Tukudede, os Galoli, os Kemak, os Baikeno (20 mil), os Bunak (50 mil), os Fataluku e os Makasae. Existe uma população de pessoas de origem mista portuguesa e de Timor-Leste, conhecidos em português como mestiços. Existe ainda uma pequena minoria chinesa Hakka.

Antiga colônia portuguesa, Timor-Leste foi invadido pela Indonésia em 1975, dias após a declaração de independência da Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste (Fretilin), partido de esquerda. No meio de abusos alargados de direitos humanos por parte do exército indonésio e das milícias a ele aliadas, mais de 250 mil pessoas foram mortas. Perante a pressão internacional, foram finalmente realizadas eleições em 1999, com um número esmagador de votos a favor da independência. Esta foi oficialmente concedida em Maio de 2002. Em Agosto de 2006, as Nações Unidas nomearam a Missão Integrada da ONU para Timor (UNMIT) para ajudar o Governo na «consolidação da estabilidade, fortalecimento de uma cultura de governação democrática e facilitação do diálogo político e da reconciliação». Em 2012, o Major General José Maria Vasconcelos foi eleito presidente em eleições gerais. A missão da Força Internacional de Estabilização liderada pela Austrália (ISF na sigla inglesa) retirou-se em Abril de 2013. O pessoal da UNMIT deixou Timor a 31 de Dezembro de 2012, transferindo total responsabilidade para a Polícia Nacional de Timor-Leste em Outubro. A 1 de Janeiro de 2013, referindo o regresso à paz, a secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton disse que Timor-Leste «tinha mostrado ao mundo como é que estados frágeis podem estabilizar e tornar-se membros produtivos da comunidade internacional».

Timor-Leste é um estado secular. A Constituição¹⁶⁰² separa o Estado da Igreja e garante a liberdade religiosa. Não há ameaças significativas à liberdade religiosa ou confrontos entre grupos religiosos. Nenhum incidente de violência foi reportado em 2013.

¹⁶⁰¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/timor-leste

População: <http://databank.worldbank.org>

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Timor-Leste>

¹⁶⁰² <http://timor-leste.gov.tl/>

A Igreja Católica, que tem três dioceses – Díli, Maliana e Baucau – exerce uma influência política considerável. As agências norte-americanas dizem que a influência forte e alargada da Igreja Católica pode afectar por vezes as decisões dos responsáveis governamentais. Antes da adopção do Relatório do Grupo de Trabalho UPR sobre Timor-Leste, representantes dos Franciscanos Internacionais reuniram com Joaquim Fonseca, o embaixador de Timor-Leste, para partilharem as suas principais preocupações, incluindo o diálogo inter-religioso, o acesso à informação e os meios de comunicação social, bem como questões de língua.

Uma lei sobre imigração e asilo de 2003 tem dois artigos sobre religião. O primeiro requer que as associações religiosas se registem no Ministério do Interior, caso a maior parte dos seus membros sejam estrangeiros. O registo implica entregar documentos com objectivos, estatutos, regulamento interno e uma lista de membros. Um grupo protestante referiu que tinha tido problemas no registo por causa de obstrução burocrática. Em 2005, o Governo criou um órgão consultivo sobre educação religiosa nas escolas públicas constituído por membros do Governo e organizações religiosas, mas este órgão não relatou quaisquer resultados concretos até agora.

Contudo, uma das questões que ainda assombra o país é a migração de um grande número de muçulmanos malaios após a independência e a agitação, durante vários anos, que se seguiu à independência. De acordo com estatísticas governamentais, a população muçulmana diminuiu de cerca de 5% em 1992 para 0,5% actualmente.

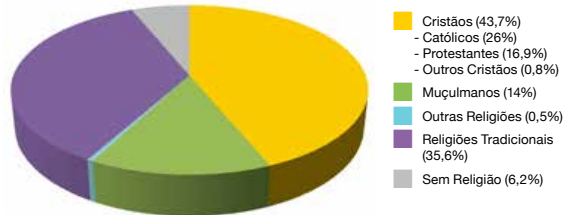
Uma controvérsia internacional recente teve a ver com a situação de refugiados Rohingya que fugiam da perseguição e violência em Mianmar. Uma rede noticiosa australiana relatou em Julho de 2013¹⁶⁰³ o sofrimento dos muçulmanos Rohingya de Mianmar que tentavam procurar asilo na Austrália e que tinham sido alegadamente recusados por Timor-Leste. Os refugiados foram orientados para uma ilha indonésia distante, perto da fronteira de Timor-Leste, alegadamente enquanto esperavam por uma possibilidade de continuarem a sua viagem até à Austrália. Tinham desembarcado numa ilha de Timor-Leste depois de o seu barco ter tido problemas. Timor é signatário de convenções internacionais sobre refugiados e não é claro se negou entrada aos Rohingyas.

¹⁶⁰³ www.abc.net.au/news/2013-07-18/rohingya-muslims-seeking-asylum-in-australia-turned-away-by-/4829342

TOGO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
6.816.982	56.790 km²	20.613	10.347	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A República do Togo¹⁶⁰⁴, um dos países mais pequenos da África Ocidental, é um estado autoritário e estritamente secular. A Constituição proíbe explicitamente o estabelecimento de partidos políticos baseados na religião, em grupos étnicos ou regiões.¹⁶⁰⁵ No entanto, a Constituição reconhece em princípio a liberdade religiosa e esta é em geral respeitada na prática pelas autoridades.

Não há números exactos relativos à filiação religiosa da população. De acordo com uma estimativa da Universidade de Lomé em 2004, os membros das religiões animistas tradicionais (como por exemplo o vodun) estão em maioria com 35% da população, seguidos dos católicos com 26%.¹⁶⁰⁶ Estas fronteiras são, no entanto, algo fluidas e muitos cristãos e muçulmanos também estão envolvidos em ritos e práticas africanas tradicionais.

O Catolicismo, o Protestantismo e o Islamismo são reconhecidos pelo Estado como religiões oficiais. As outras comunidades religiosas são obrigadas a registar-se como associações. Este registo e reconhecimento oficial permite-lhes obterem isenções de impostos de importação para projectos humanitários e caritativos. Para obter o registo, o grupo deve primeiro submeter informação sobre os seus estatutos e ensinamentos, os nomes e moradas dos seus líderes, e prova das suas qualificações religiosas. Deve igualmente apresentar detalhes sobre a sua situação financeira e submeter uma planta da sua sede e pormenores sobre o seu contrato de utilização das instalações. As acções do grupo são também cuidadosamente escrutinadas e não pode haver qualquer perturbação da ordem pública (por exemplo, celebrações ruidosas durante a noite).

Não há instrução religiosa nas escolas públicas. Contudo, há muitas escolas católicas, protestantes e islâmicas no Togo que são reconhecidas pelo Estado e cujo pessoal é pago pelo Estado.

¹⁶⁰⁴ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/togo

População: <http://data.worldbank.org/country/togo>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2>

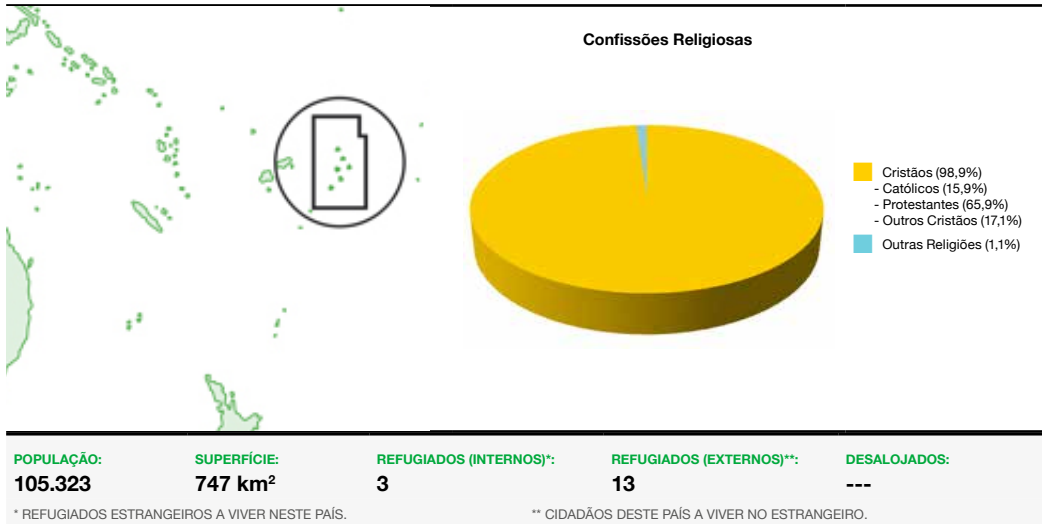
Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4851f6&submit=GO

¹⁶⁰⁵ Departamento de Estado norte-americano, Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2012

¹⁶⁰⁶ *Ibidem*

Durante o período abrangido por este relatório não há alterações institucionais significativas, nem quaisquer outros incidentes importantes em relação à liberdade religiosa.

TONGA



O Reino de Tonga¹⁶⁰⁷, uma ilha-nação no Pacífico Sul, é uma monarquia constitucional com liberdade religiosa garantida pelos estatutos. De acordo com dados do Governo, 98% dos habitantes são tonganeses, polinésios por etnia com uma mistura muito pequena de melanésios. Cerca de 1,5% são tonganeses mistos e os restantes são europeus, sobretudo britânicos, ou europeus e habitantes de outras ilhas do Pacífico. Há alguns chineses, mas os seus números reduziram grandemente, pois a maior parte emigrou após os motins anti-chineses em 2006.¹⁶⁰⁸

O Rei tonganês, Tupou VI, é membro da Igreja Metodista Wesleyan.

A vida diária da população é profundamente influenciada pela sua fé cristã. O Cristianismo em Tonga incorporou elementos da cultura tonganesa. O dia de descanso é observado em todo o país, com toda a actividade cultura e comercial a ser interrompida desde a meia-noite de sábado até à meia-noite de domingo. De acordo com a Constituição,¹⁶⁰⁹ «O domingo será mantido como dia sagrado em Tonga e nenhuma pessoa praticará o seu ofício ou profissão, ou realizará qualquer actividade comercial no dia de descanso, excepto de acordo com a lei. E qualquer acordo feito ou testemunhado nesse dia será considerado nulo e sem qualquer efeito legal.» De acordo com a *Freedom House*, embora a liberdade religiosa seja respeitada em geral, o Governo requer que todas as referências religiosas nos meios de comunicação social se conformem às crenças cristãs principais.

Os missionários estão presentes e activos em Tonga, e todos os grupos são autorizados a trabalhar sem registo. Quase todas as escolas são geridas por grupos religiosos. No ano em análise não houve relatos de casos que tenham envolvido violações da liberdade religiosa.

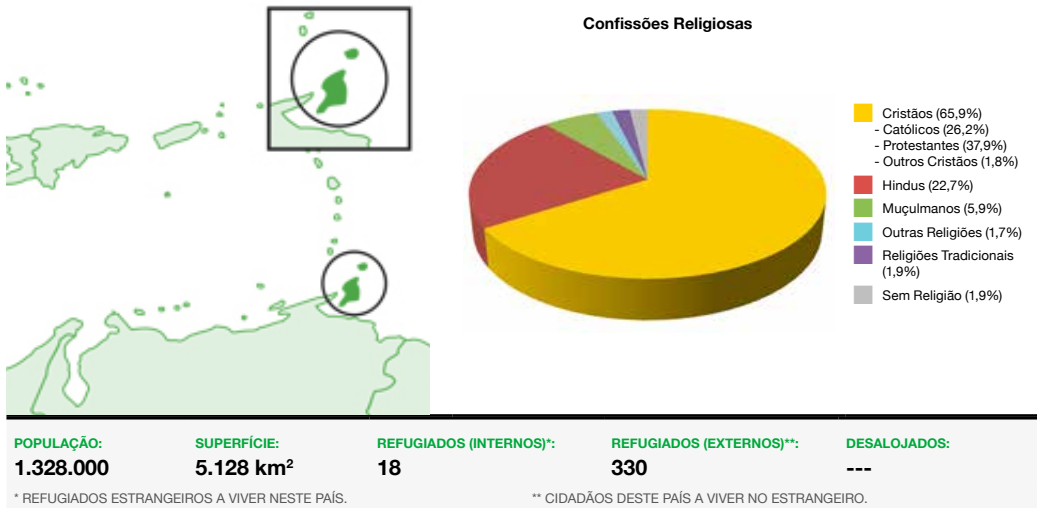
¹⁶⁰⁷ Confissões Religiosas: <http://globalreligiousfutures.org/countries/tonga> Não existe uma religião do Estado; há total liberdade religiosa, mas a Constituição declara o domingo como o dia sagrado para sempre.

População: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

¹⁶⁰⁸ <http://theepochtimes.com/news/6-11-2/48386.html>

¹⁶⁰⁹ http://wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=200829

TRINIDAD E TOBAGO



Informações gerais

De acordo com o recenseamento de 2011, a população total de Trinidad e Tobago¹⁶¹⁰ é de 1.328.019¹⁶¹¹. A superfície é constituída por 5.128 km². A língua oficial é o inglês e o sistema político é constituído por uma democracia parlamentar.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição proíbe a discriminação por motivos religiosos e reconhece a liberdade de consciência e de crença religiosa como liberdades fundamentais.¹⁶¹² A lei proíbe qualquer acto que possa ofender ou insultar uma pessoa por causa da sua religião e também a profanação de locais de culto. O Governo disponibiliza subsídios tanto para as escolas públicas não-denominacionais como para as escolas públicas com filiação religiosa geridas por grupos religiosos, como por exemplo católicos, hindus e muçulmanos. A educação religiosa é permitida nas escolas públicas, embora não seja obrigatória e os pais e os alunos sejam livres de escolher a religião na qual são educados. Os grupos religiosos são obrigados a registar-se junto do Governo para obterem insenções fiscais e conseguirem celebrar casamentos legais. São obrigados a demonstrar que são organizações sem fins lucrativos.¹⁶¹³

Acções do Governo e outros eventos durante o ano em análise

Após a declaração do estado de emergência em 2011, quando dezasseis homens muçulmanos foram detidos sob suspeita de estarem a preparar o assassinato do primeiro-ministro e mais tarde libertados sem acusação, os Muçulmanos queixaram-se de discriminação e detenção ilegal. O Governo limitou posteriormente o número de missionários religiosos estrangeiros a trinta e cinco para cada grupo religioso, embora na prática isto não seja cumprido de forma rigorosa. O Governo não apoiou oficialmente os programas de diálogo inter-religioso, mas apoiou as actividades da Organização Inter-Religiosa, um comité de coordenação entre

¹⁶¹⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/trinidad-and-tobago

¹⁶¹¹ www.cso.gov.tt

¹⁶¹² <http://rgd.legalaffairs.gov.tt/Laws2/Constitution.pdf>

¹⁶¹³ www.state.gov/documents/organization/208722.pdf

religiões que disponibilizou líderes religiosos para diversos eventos oficiais, como por exemplo a abertura do Parlamento e o mandato anual do tribunal.¹⁶¹⁴

¹⁶¹⁴ *Ibidem*

TUNÍSIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
10.594.000	163.610 km ²	730	1.371	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Os Cristãos na Tunísia¹⁶¹⁵ são uma minúscula minoria de 25 mil pessoas. A maior parte dos Cristãos são estrangeiros e pertencem à Igreja Católica, que tem várias igrejas paroquiais no país e gere diversas escolas privadas, além de uma clínica em Tunis. Pensa-se que haverá cerca de 1.500 cristãos tunisinos. No entanto, o *site Direct Info*¹⁶¹⁶ coloca o número de cristãos que se converteram ao Cristianismo nos 12 mil (31/12/2013). Há também uma pequena e antiga comunidade judaica na Tunísia, provavelmente com 1.500 pessoas. Têm a sua própria sinagoga em Djerba e o rabino principal é pago pelo Governo tunisino.

Após a queda do regime do presidente Ben Ali, em Janeiro de 2011, a Assembleia Nacional Constitutiva conseguiu elaborar uma nova Constituição. Esta foi aprovada pelo Parlamento, a 26 de Janeiro de 2014, por 200 votos em 216, e entrou oficialmente em vigor a 7 de Fevereiro. Este texto resulta de um compromisso entre os muçulmanos do movimento Ennahda (renascimento), que ganhou as eleições legislativas em 2011, e os militantes liberais e seculares. A sua adopção ocorreu ao mesmo tempo que o Governo dominado pelo Ennahda se demitiu e foi substituído por um Governo constituído sobretudo por democratas.

O preâmbulo da Constituição enfatiza o compromisso do povo Tunisino «para com os ensinamentos do Islamismo», e também para com a sua «herança cultural e para com os sucessos universais da civilização humana».

A Constituição define a identidade da Tunísia da seguinte forma: «A Tunísia é um estado livre, independente e soberano. O Islamismo é a sua religião, o árabe a sua língua e a república a sua forma de governo» (Artigo 1), seguindo-se o Artigo 2 que afirma: «A Tunísia tem a natureza de um estado civil, baseado na cidadania, na vontade do povo e no primado da lei.» A *sharia* não é referida como fonte da lei.

No que diz respeito à liberdade religiosa, a Constituição apresenta o Estado como guardião da religião e protector do sagrado, enquanto garante a liberdade de crença e consciência, e também o exercício livre do culto religioso (Artigo 6). Os muçulmanos tentaram introduzir

¹⁶¹⁵ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/tunisia

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Tunisia>

Refugiados (externos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e486166&submit=GO

¹⁶¹⁶ <http://directinfo.webmanagercenter.com/>

um crime de apostasia, mas foi rejeitado pela Assembleia Constitutiva. No entanto, o texto constitucional permanece ambíguo. Uma vez que o Islamismo é descrito como a religião da Tunísia, é altamente discutível se os Muçulmanos que queiram converter-se a outra religião terão a liberdade para o fazer, bem como a protecção do Estado.

Até 2011, a Tunísia não impôs quaisquer sanções penais aos convertidos (pensa-se que quase 1.000 se tornaram cristãos), embora estas pessoas fossem forçadas a praticar a sua nova fé em segredo. Por isso, o futuro permanece incerto a este respeito. Uma professora universitária em Tunis afirmou: «O texto da Constituição não é suficiente por si próprio para garantir estas liberdades. É necessário criar protecções jurídicas e institucionais adicionais, e mecanismos de controlo.»¹⁶¹⁷

Apesar disso, desde a vitória eleitoral do Partido Ennahda que as hostilidades contra o Cristianismo têm crescido, um facto que torna difícil a vida dos cristãos convertidos. Yassine, um cristão de Carago, confidenciou: «Não é possível falar da própria religião sem ser rejeitado, no local de trabalho, pela própria família. Sob o regime de Ben Ali, as condições de facto não eram boas, mas tínhamos um certo grau de liberdade para praticar a nossa fé. Agora temos medo.»¹⁶¹⁸

¹⁶¹⁷ Asma Noura, uma professora da Universidade de El-Manar em Tunis, *La Croix*, 28 de Janeiro de 2014

¹⁶¹⁸ *Valeurs actuelles*, 13/6/2013

TURCOMENISTÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
5.105.000	488.100 km²	46	539	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O actual presidente, Gurbanguly Berdymukhamedov, que assumiu o poder em 2007, após a morte do anterior líder, Saparmurat Niyazov (um antigo comunista que governou como líder absoluto após a dissolução da União Soviética e criou um poderoso culto da personalidade), também «mantém um poder incontestado e o Turcomenistão permanece como um dos países mais repressivos do mundo. O país está literalmente fechado ao escrutínio independente, os meios de comunicação social e as liberdades religiosas estão sujeitas a restrições draconianas e os defensores dos direitos humanos e outros activistas enfrentam uma ameaça constante de represálias por parte do Governo.»¹⁶¹⁹ Não é de surpreender, por isso, que o Turcomenistão¹⁶²⁰ seja um dos quatro 'Países de Particular Preocupação' (CPCs na sigla inglesa) no Relatório de 2013 da Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional, que enfatiza que desde a independência o Governo tem «violado sistemática e flagrantemente a liberdade religiosa ou de crença».¹⁶²¹ O país está em terceiro lugar a contar do fim (177.º em 179 países) no Índice de 2013 da Liberdade de Imprensa dos Jornalistas Sem Fronteiras, apenas acima da Eritreia e da Coreia do Norte.¹⁶²²

No Turcomenistão, todas as organizações religiosas são obrigadas a registar-se. Quando não têm reconhecimento estatal estão proibidas de se envolver em quaisquer actividades religiosas, de participar em encontros, de distribuir literatura religiosa ou de falar sobre a sua fé. A educação religiosa é proibida, mesmo em privado e mesmo dentro da própria comunidade de fé. Durante a Revisão Periódica Universal (RPU) do Turcomenistão no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas houve críticas ao país pelas suas inúmeras violações da liberdade religiosa, apelos à introdução de uma lei que permita a objecção de consciência e a consequente libertação dos que foram presos por se recusarem ao recrutamento militar obrigatório, e apelos ao fim das restrições impostas às actividades dos grupos não registados e à proibição da educação religiosa e da importação de materiais. Contudo, numa resposta em

¹⁶¹⁹ *Human Rights Watch*, Relatório de 2013

¹⁶²⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/turkmenistan

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Turkmenistan>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

¹⁶²¹ *International Christian Concern*, Relatório Especial, 13 de Março de 2013

¹⁶²² Índice de Liberdade de Imprensa de 2013, *Jornalistas Sem Fronteiras*

Genebra, a 22 de Abril de 2013, o vice-ministro da Justiça, Begmurat Mukhamedov, rejeitou todas as objecções feitas, afirmando que as leis turcomanas respeitam os compromissos internacionais feitos pelo país e que «o Turcomenistão é um estado secular, respeita as outras culturas e considera que é importante alcançar o entendimento mútuo, a tolerância e o respeito em questões de liberdade de prática religiosa».¹⁶²³

As celebrações muçulmanas sunitas do Oraza-Bairam (Eid al-Fitr) e do Gurban Bairam (Eid al-Adha) são reconhecidas como festas nacionais. A Igreja Católica conseguiu finalmente obter o registo como comunidade religiosa em Março de 2010. O primeiro pedido de registo tinha sido entregue em 1997, quando os primeiros dois sacerdotes católicos chegaram a Ashgabat e começaram o seu trabalho missionário no país.

Alterações na legislação governamental

A 1 de Janeiro de 2014, entrou em vigor um novo Código de Infracções Administrativas no Turcomenistão. Unanimemente aprovado pelo Parlamento a 29 de Agosto de 2013, estabelece mais e mais rigorosas penalizações por violações à Lei da Religião.¹⁶²⁴ Outro decreto presidencial de 18 de Janeiro de 2013 impôs ainda mais sanções estatais em relação aos donativos do estrangeiro. O decreto afirma que os subsídios estrangeiros para o financiamento de projectos de caridade e actividades de ONG e organizações religiosas devem ser aprovados previamente por um comité constituído por representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério da Segurança Estatal e do Gabinete do Procurador-Geral.¹⁶²⁵

Perseguição de grupos religiosos

A pressão e a violência contra os grupos minoritários, em especial os Cristãos, continua a ser grave. O regime é ditatorial e altamente repressivo, a corrupção é generalizada e os convertidos estão sujeitos a discriminação social alargada. Entre as violações sistemáticas da liberdade religiosa podemos enumerar a proibição de toda a actividade não registada, que caminha lado a lado com a imensa dificuldade em obter o reconhecimento estatal, sobretudo para os grupos minoritários; um sistema de registo que parece ter sido criado especialmente para facilitar a vigilância dos diversos grupos religiosos; as intrusões por parte das forças de segurança durante o decorrer das actividades religiosas, tanto no caso dos grupos registados como no dos não registados; o medo de falar livremente sobre violações de direitos humanos; as restrições à liberdade de movimentos, com a existência de uma lista negra que impede certas pessoas de deixarem o país; a censura rigorosa do material religioso; o controlo estatal exercido sobre a liderança das comunidades religiosas; as restrições em relação à educação religiosa; a proibição da actividade missionária realizada por estrangeiros; os presos de consciência, incluindo objectores de consciência, que estão na prisão por terem tentado exercer o seu direito à liberdade religiosa; e a ausência ao nível judicial de julgamentos livres e credíveis.

Estas restrições à liberdade religiosa andam de mãos dadas com outras restrições no campo dos direitos humanos e permitem que o regime mantenha o controlo total sobre todos os aspectos da sociedade.¹⁶²⁶ Houve inúmeras multas impostas por razões relacionadas com a liberdade da prática religiosa, quase todas devido a violações do Artigo 205 do Código Administrativo (ofensas contra a Lei das Organizações Religiosas) e equivalentes a cerca de uma ou duas vezes o salário mensal médio (que é equivalente a aproximadamente 100 euros).

¹⁶²³ *Forum 18 News Service*, 23 de Maio de 2013

¹⁶²⁴ *Ver Forum 18 News Service*, 17 de Setembro de 2013

¹⁶²⁵ *Ver Forum 18 News Service*, 23 de Maio de 2013

¹⁶²⁶ *Ver Forum 18 News Service, Religious Freedom Survey*, 8 de Março de 2012

As minorias religiosas continuam a ser os grupos mais expostos à perseguição por parte do Estado e pela sociedade. «Por causa da sua fé, os Cristãos perderam os seus empregos e foram despejados das suas casas. Os seus filhos foram humilhados em público e até mesmo ameaçados com a expulsão da escola (...). A população de minoria cristã sofre igualmente intimidação psicológica regular por parte da maioria muçulmana. Os Protestantes de etnia turcomana são frequentemente convocados perante a comunidade, acusados de traírem a sua 'fé ancestral' e pressionados a renunciar ao Cristianismo.»¹⁶²⁷

Na região oriental de Lebap, a situação é particularmente difícil para os Cristãos, que foram sujeitos a extrema pressão por parte das autoridades locais, apoiada por líderes islâmicos. Na aldeia de Galkynysh, uma mulher cristã alegadamente encontrada a ler materiais religiosos no trabalho, foi multada em aproximadamente 200 euros, juntamente com o líder da sua comunidade. Noutra aldeia, os membros de um grupo cristão foram difamados em público durante encontros com os residentes locais, funcionários do Estado e anciãos da comunidade, que escreveram ao presidente Berdymukhamedov pedindo-lhe que pusesse fim à actividade deste grupo religioso e punisse o seu líder, Rahim Borjakov, que descreveram como «muito perigoso para a sociedade».¹⁶²⁸ Na segunda metade de 2012, na mesma região, outros cinco protestantes¹⁶²⁹ foram multados em três julgamentos separados por se terem envolvido em actividades religiosas não autorizadas. Num caso, numa aldeia do distrito de Serdarabad, Almagul Nazarova, o vice-chefe da administração responsável pela cultura, Annaoraz Repov, o imã regional de Lebap, imãs locais e *aksakals* (anciãos) convocaram uma reunião com todos os residentes. Ameaçaram ostracizar ou expulsar todos os protestantes locais. Avisaram-nos também de que, assim que a escola reabrisse a 1 de Setembro, todas as crianças protestantes seriam mantidas sob especial observação. Durante o ano de 2013, outros grupos protestantes na região foram também convocados e interrogados pelo conselho cívico, inclusive na presença de membros do Conselho dos Assuntos Religiosos, o *Gengesh*.¹⁶³⁰

Numa busca de funcionários estatais à cidade nortenha de Dashoguz, a 23 de Setembro, que ocorreu durante um encontro religioso dominical da Igreja Caminho de Fé (que ainda aguarda uma resposta ao seu terceiro pedido de registo, após rejeição dos dois primeiros pedidos), Begjan Shirmedov, o ancião de 75 anos, dono da casa, e a sua mulher foram espancados, e onze dos presentes foram posteriormente multados no equivalente a 200 euros cada (um deles era um estudante de apenas 17 anos).¹⁶³¹ Toda a literatura religiosa descoberta durante a busca à casa foi confiscada. Em Fevereiro de 2012, Shirmedov tinha tentado publicar um texto poético cristão escrito por ele, mas as autoridades confiscaram todos os exemplares que ele conseguiu imprimir. Num incidente duas semanas antes, aparentemente não relacionado, as autoridades tinham também feita uma busca a um outro encontro de protestantes, multando três dos participantes num montante equivalente a cerca de 200 euros cada. Um dos três, Oleg Piyashev, um turcomano residente na Rússia desde 2003 com a sua mulher e filhos, tinha regressado para uma breve visita à sua família e foi impedido de deixar o país nas duas semanas que se seguiram. A polícia, que realizou buscas no seu apartamento, encontrou um vídeo contendo uma entrevista na qual Begjan Shirmedov falava sobre o texto cristão que tinha escrito.

¹⁶²⁷ *International Christian Concern*, Relatório Especial, 27 de Janeiro de 2013

¹⁶²⁸ *Forum 18 News Service*, 17 de Maio de 2013

¹⁶²⁹ *Ver Forum 18 News Service*, 5 de Setembro de 2012

¹⁶³⁰ *Ver Forum 18 News Service*, 14 de Fevereiro de 2013

¹⁶³¹ *Ver Forum 18 News Service*, 27 de Setembro de 2012

Em Fevereiro de 2012, quatro protestantes de Ashgabat foram também multados, depois de terem sido encontrados na posse de Bíblias, após uma busca ao seu apartamento por parte das autoridades. Cada um foi multado no equivalente a cerca de 95 euros por uma infracção à Lei das Organizações Religiosas.¹⁶³² A 30 de Agosto de 2012, um protestante de Turkmenabad foi multado no equivalente a 340 euros depois de ser preso pela polícia, juntamente com outros membros do grupo, e acusado de realizar um encontro religioso ilegal.¹⁶³³

A polícia também realizou buscas a um campo de Verão organizado por uma comunidade baptista para crianças na área da vila de Maria. As crianças envolvidas foram interrogadas durante mais de três horas e a comunidade foi forçada a pagar pesadas multas, de 200 euros e 80 euros respectivamente, por infringirem a lei sobre a organização de encontros religiosos e por infracção do regulamento de saúde pública.¹⁶³⁴

Apesar das tentativas continuadas por parte das autoridades governamentais de isolar as comunidades religiosas minoritárias dos seus correligionários no estrangeiro (tem havido episódios de deportações forçadas de estrangeiros por terem participado em encontros religiosos e episódios de obstáculos que impedem os membros do estrangeiro de entrarem no país), duas comunidades religiosas conseguiram de facto obter vistos de entrada para os seus correligionários, a comunidade ortodoxa russa e a Igreja Católica,¹⁶³⁵ que a meio de Maio de 2013 conseguiram convidar o Arcebispo de Washington, Cardeal Theodore McCarrick. Da mesma forma, a Igreja Apostólica Arménia mostrou-se mais esperançada em conseguir retomar as suas actividades no país desde 30 de Novembro de 2012, quando o presidente Berdymukhamedov, durante uma visita oficial à Arménia, convidou os católicos karekin a visitarem o Turcomenistão (a última visita ao país de um clérigo arménio data do final da década de noventa, quando foi concedido um visto de entrada). A comunidade arménia espera também conseguir que lhe seja devolvida a sua igreja, que foi confiscada durante os anos do domínio soviético, parcialmente destruída em 2005 e ainda não restaurada até hoje.¹⁶³⁶

A dificuldade em obter a restituição de locais de culto que foram previamente confiscados, ou mesmo autorização para construir novos locais de culto – uma dificuldade também referida pelo Patriarca Kirill da Igreja Ortodoxa Russa num discurso aos bispos ortodoxos em Moscovo – tornou a situação ainda mais crítica para a comunidade de oração baptista em Turkmenbashi depois de a sua igreja ter sido destruída pelo fogo durante a noite de 10 para 11 de Novembro de 2012. A causa do fogo ainda é incerta, mas o facto de este ter aparentemente começado em dois locais diferentes, em lados opostos da igreja, sugere fortemente a possibilidade de fogo posto. A comunidade, que é um ramo da Igreja Baptista registada em Ashgabat, permanece até hoje sem local de culto.¹⁶³⁷

Outra questão em aberto no Turcomenistão é a ausência do direito de objecção de consciência. Apesar dos compromissos assumidos pelo país a nível internacional, o serviço militar ainda é olhado como um «dever sagrado» e não há qualquer tipo de alternativa de serviço social disponível para os que por razões políticas ou religiosas se recusam a participar. Apesar do Artigo 18 da Lei Religiosa garantir o direito à objecção de consciência, cada homem turcomano entre os 18 e os 27 anos é obrigado a prestar serviço militar no exército durante pelo menos dois anos, sob pena de prisão até dezoito meses. Desde o início de 2012, pelo menos dez testemunhas de Jeová foram presas por se terem recusado a prestar serviço

¹⁶³² Ver *Forum 18 News Service*, 27 de Março de 2012

¹⁶³³ Ver *Forum 18 News Service*, 5 de Setembro de 2012

¹⁶³⁴ Ver *Forum 18 News Service*, 29 de Agosto de 2013

¹⁶³⁵ Ver *Forum 18 News Service*, 23 de Maio de 2013

¹⁶³⁶ Ver *Forum 18 News Service*, 25 de Fevereiro de 2013

¹⁶³⁷ Ver *Forum 18 News Service*, 23 de Maio de 2013

militar no exército.¹⁶³⁸ Outras quatro estão a servir penas suspensas. Três num grupo de dez foram condenados por duas vezes pelo mesmo crime e dois deles, Dovran Matyakubov e Matkarim Aminov, tendo já servido a pena total de dezoito meses, foram agora condenados a mais dois anos na prisão.¹⁶³⁹ Em Abril de 2013, Atamurat Suvkhanov, de 26 anos, foi novamente detido. Foi preso pelo mesmo crime de Dezembro de 2004 até Abril de 2005, com uma pena de nove meses posteriormente reduzida para seis. Em Dezembro de 2012, a poucos meses de chegar aos 27 anos, quando teria ficado isento do serviço militar, este jovem foi novamente condenado a um ano na prisão. Além disso, embora sofresse de graves problemas de fígado e coração, que o obrigaram a recuperar antes de ser preso, não lhe foi concedida qualquer isenção. Desde o final de 2012 até ao início de 2013, cerca de quinze testemunhas de Jeová queixaram-se às Nações Unidas de maus-tratos a detidos na prisão e no campo de trabalho de Seydi, onde foram sujeitos a inúmeros episódios de violência e a detenção em celas de punição.

O controlo estatal sobre os grupos religiosos ainda é mais evidente no caso das comunidades muçulmanas. Em Janeiro de 2013, o Governo alterou toda a liderança da administração islâmica, nomeando Myrat Akyev como Supremo Mufti e também nomeando novos imãs regionais, e alegando que «continua o sistema de rotação estatal regular de responsáveis introduzido no tempo do agora falecido presidente Saparmurat Niyazov na década de noventa».¹⁶⁴⁰ Até mesmo os sermões dados pelos vários imãs são sujeitos a influência governamental, uma vez que o *Gengesh* aconselha os imãs sobre os assuntos a mencionar e os assuntos a evitar. O mesmo é verdade para a peregrinação a Meca, o *Haji*, que se espera que cada muçulmano realize pelo menos uma vez na sua vida. O Governo decide quem participa e este ano apenas 188 fiéis muçulmanos foram autorizados a embarcar nesta viagem através de um voo estatal. Os nomes dos peregrinos são cuidadosamente escolhidos depois de verificações cruzadas realizadas pela polícia secreta, pelo Conselho para os Assuntos Religiosos, pela administração sunita do estado muçulmano (o *muftiato* controlado pelo Estado), pelas administrações locais e pelo Governo central. Embora em teoria seja possível organizar a peregrinação em privado, na prática é quase impossível que a Arábia Saudita emita o visto necessário sem que o indivíduo em questão esteja na lista aprovada pelo Governo turcomano.¹⁶⁴¹

Conclusão: o controlo estatal sobre os vários grupos religiosos mantém-se muito apertado. A liberdade religiosa é vista como uma potencial ameaça à continuação da manutenção deste regime absolutista no poder. Há uma evidente hostilidade social em relação aos que abandonam o Islamismo e se convertem a outras religiões.

¹⁶³⁸ Ver *AsiaNews*, 2 de Setembro de 2013

¹⁶³⁹ Ver *Forum 18 News Service*, 18 de Fevereiro de 2013

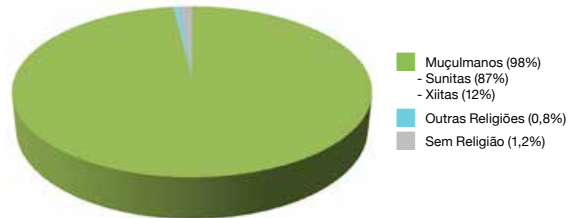
¹⁶⁴⁰ *Forum 18 News Service*, 25 de Fevereiro de 2013

¹⁶⁴¹ Ver *Forum 18 News Service*, 31 de Outubro de 2012

TURQUIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
73.640.000	783.562 km ²	511.936	68.998	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Apesar de ser oficialmente um estado secular – o legado do primeiro presidente, Mustapha Kemal Atatürk (1923-38) – a Turquia¹⁶⁴² é dominada pelo Islamismo.

A comunidade judaica (cerca de 15 mil pessoas) e duas comunidades cristãs (o Patriarcado Ecuménico de Constantinopla e o Patriarcado Apostólico Arménio) são reconhecidas pelo Tratado de Lausanne de 1923 como «minorias protegidas». Os fiéis Greco-Ortodoxos (Patriarcado de Constantinopla) são constituídos por cerca de 3 mil pessoas, todas a viverem em Istambul. O Patriarcado Arménio tem cerca de 70 mil fiéis. A maior parte destes também estão em Istambul, mas há igualmente comunidades noutras partes do país. Os alauitas, um ramo divergente do Islamismo xiita, só são reconhecidos como variante cultural, apesar do facto de esta comunidade ter muitos seguidores (entre 15 e 20 milhões).

Cristãos

No início de 2013, vários actos de agressão foram direccionados contra mulheres arménias idosas em Samatya, o bairro arménio histórico em Istambul. Uma das mulheres, Turfanda Asik, de 88 anos, foi atacada por ladrões que lhe roubaram 50 liras turcas (22 euros). Turfanda ficou cega de um olho e passou duas semanas nos cuidados intensivos. Outra vítima das agressões morreu dos ferimentos.¹⁶⁴³

Apesar das promessas feitas nos últimos anos às autoridades gregas-ortodoxas e apostólicas arménias, o Governo de Ankara ainda não autorizou a reabertura dos seminários teológicos destas duas Igrejas, que foram encerrados arbitrariamente em 1971. Na ausência de um seminário no país, os futuros sacerdotes destas duas comunidades religiosas são forçados a estudar no estrangeiro. No final de Julho de 2013, num encontro no gabinete do Mufti de Istambul, o Patriarca Ecuménico greco-ortodoxo Bartolomeu I renovou uma vez mais o seu pedido.¹⁶⁴⁴

A Igreja de Santa Sofia, em Iznik (Niceia), tornou-se numa mesquita em 2011. Em Julho, a Igreja de Santa Sofia em Trabzon, que tinha sido transformada num museu por Atatürk, foi

¹⁶⁴² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/turkey

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Turkey>

¹⁶⁴³ *New York Times*, 3 de Abril de 2013

¹⁶⁴⁴ *Zenit*, 26 de Julho de 2013

também registada como mesquita. Foram erguidas telas para proteger os crentes da iconografia cristã que ainda adorna o interior do edifício. O vice-primeiro-ministro turco, Bülent Arınç, também fez saber o seu desejo de alterar a mundialmente famosa Hagia Sofia de Istambul do estatuto de museu novamente para o de mesquita. Esta igreja teve o estatuto de mesquita sob o Império Otomano, embora obviamente tenha sido construída como basílica cristã e tenha mantido este estatuto até ao momento da conquista muçulmana de Constantinopla, em 1453. O director turco do museu também declarou que «a mesquita de [Hagia] Sofia vai muito em breve sorrir novamente».¹⁶⁴⁵

Em Setembro de 2013, pela primeira vez em 100 anos, houve baptismos no Lago Van, no leste da Turquia, após uma cerimónia religiosa na Catedral Arménia da Santa Cruz na ilha de Akdamar, uma igreja construída no século X e restaurada entre 2005 e 2007. Entre os que receberam o baptismo estavam descendentes de famílias que tinham sido islamizadas na altura do genocídio da população arménia, de 1915 a 1923.¹⁶⁴⁶ Há alguns anos, vários indivíduos que descobriram a identidade cristã dos seus antepassados pediram para ser baptizados.¹⁶⁴⁷

Em Março de 2014, os assassinos confessos de três cristãos foram libertados sob fiança segundo uma nova lei. Uma lei reformada e assinada pelo presidente Abdullah Gul para entrar em vigor a 6 de Março reduziu o período permitido de prisão preventiva de dez anos para cinco. No dia seguinte, os cinco suspeitos do massacre de 2007 da Editora Zirve, em Malatya, foram libertados da prisão depois de anos de tácticas dilatórias por parte da sua equipa de defesa e possivelmente outras. Perante a pressão pública, as autoridades puseram efectivamente os homens em prisão domiciliária, exigindo-lhes que usassem dispositivos de monitoria electrónica. A 18 de Abril de 2007, os cinco suspeitos tinham entrado nos escritórios de três andares da Editora Zirve e tinham atado Necati Aydin, Ugur Yuksel e Tilmann Geske. Os suspeitos torturaram e interrogaram os três homens sobre as suas actividades cristãs e depois, quando a polícia estava a chegar, cortaram-lhes a garganta e fugiram, de acordo com um testemunho no tribunal.¹⁶⁴⁸

Nas primeiras horas do dia 21 de Março de 2014, muçulmanos ligados à Al-Qaeda passaram a fronteira turca para o território sírio e lançaram uma ofensiva sobre a vila cristã/arménia de Kessab. Entre outros actos, «atiradores-furtivos atacaram a população civil e lançaram ataques de morteiro à vila e às aldeias que a rodeavam». Os confrontos levaram a que a maior parte dos 2 mil residentes da cidade fugissem para cerca de 57 km de distância, para a cidade de Latakia, esvaziando uma vila que se vangloriava das suas igrejas católica, ortodoxa e protestante. Os atacantes alegadamente atravessaram a fronteira turca para a Síria sem qualquer resistência por parte do exército turco e mais tarde transportaram os seus próprios feridos de volta para a Turquia para serem assistidos.¹⁶⁴⁹

Judeus

Durante os tumultos anti-Governo que ocorreram em muitas vilas e cidades turcas entre Maio e Junho de 2013, a comunidade judaica de Istambul, que tem a única sinagoga do país, ficou profundamente preocupada com as propostas defendidas por muitos líderes do Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP), o partido no poder. O partido declarou que a culpa das manifestações era dos judeus, bem como da comunicação social mundial. Besir Atalay – um dos vice-primeiros-ministros da Turquia – apontou o dedo à «diáspora judaica», enquanto o

¹⁶⁴⁵ *Le Figaro*, 19 de Novembro de 2013.

¹⁶⁴⁶ *L'Orient-Le Jour*, 8 de Setembro de 2013.

¹⁶⁴⁷ Cf. Laure Marchand e Guillaume Perrier, *La Turquie et le fantôme arménien*, éd. Solin/Actes Sud, 2013.

¹⁶⁴⁸ *Morning Star News*, 17 de Março de 2014.

¹⁶⁴⁹ *Christian Post* (www.christianpost.com), 27 de Março de 2014; e Associated Press (AP), 28 de Março de 2014.

presidente da Câmara de Ankara, Melik Gökçek, culpou «o envolvimento do *lobby* judaico». Por sua vez, o diário islâmico *Takvim* considerou também que os Judeus eram responsáveis pelos acontecimentos.¹⁶⁵⁰

Alauitas

Os alauitas são considerados hereges e como tal não lhes é concedido o estatuto de religião. Em Julho de 2012, o Tribunal de Recurso Turco, após um recurso apresentado por um grupo de alauitas, decidiu que as *cemevis* ou casas de oração dos alauitas não tinham o estatuto de local de culto e por isso não beneficiavam do apoio financeiro do Estado. Algumas semanas antes, o Parlamento turco tinha recusado incluir uma *cemevi* no edifício do Parlamento, embora incluía uma mesquita. Pouco tempo depois, o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan descreveu uma das *cemevis* em Istambul como uma «monstruosidade».¹⁶⁵¹

Depois de as aulas de Islamismo sunita se terem tornado obrigatórias nas escolas públicas, um tribunal recusou a uma família alauita o direito de obter uma dispensa para os seus filhos. Os representantes dos alauitas acusaram o Governo de perseguir uma política de assimilação sunita.¹⁶⁵²

A 29 de Maio de 2013, o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan presidiu à cerimónia de abertura oficial de um novo projecto de construção de uma ponte sobre o Bósforo. A ponte vai ter o nome do Sultão Yavuz Selim, o governante otomano que ordenou enormes massacres dos alauitas no século XVI. A escolha deste nome foi considerada uma provocação deliberada e um gesto de desprezo em relação aos alauitas.¹⁶⁵³

Em Outubro de 2013, esperava-se que o reconhecimento dos direitos religiosos dos alauitas fosse incluído entre as reformas e o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan afirmou que esse passo podia ser dado, mas que a questão precisava de ser estudada. Contudo, o pacote democrático de Erdogan incluiu poucas reformas para os alauitas, para além de voltar a dar o nome de uma figura histórica alauita a uma universidade estatal. Cengiz Aktar, um cientista político e jornalista do jornal turco *Taraf*, disse que o preconceito religioso estava por detrás da falta dessas reformas: «Nada foi feito, a não ser o nome de uma universidade, porque eles não consideram e não querem considerar os alauitas como uma religião. Consideram que são um desvio.»¹⁶⁵⁴ Um mês mais tarde, dezenas de milhares de membros da comunidade alauita realizaram protestos em Istambul, exigindo maiores liberdades e alegando que tinham sido ignorados no pacote de reformas. Alauitas de várias cidades reuniram-se no porto de Kadikoy em Istambul, no lado asiático da cidade, para gritarem *slogans* pela igualdade e liberdade religiosa, e denunciarem políticas destinadas a assimilá-los.¹⁶⁵⁵

O primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan e o seu Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP) mantiveram o poder, obtendo quase 45% dos votos nas eleições municipais de 30 de Março de 2014.

¹⁶⁵⁰ *Le Figaro*, 11 de Julho de 2013.

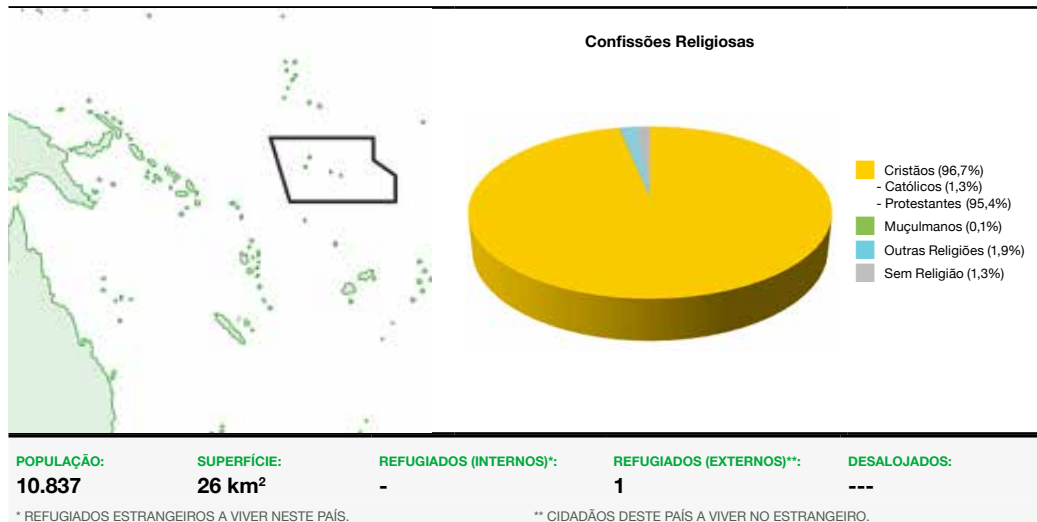
¹⁶⁵¹ *La Croix*, 29 de Agosto de 2012.

¹⁶⁵² *La Croix*, 29 de Agosto de 2012.

¹⁶⁵³ *Le Figaro*, 13 de Outubro de 2013.

¹⁶⁵⁴ *Voice of America News* (www.voanews.com), 22 de Outubro de 2013.

¹⁶⁵⁵ *The Daily Star Lebanon*, 3 de Novembro de 2013.



Estado independente fundado sobre princípios cristãos, no Estado de Direito e nos costumes e tradições de Tuvalu¹⁶⁵⁶.

Tuvalu, antigas Ilhas Ellice, é um grupo de nove atóis de coral pequenos e de baixa altitude, e de ilhas de terra no Pacífico Sul. Tornou-se independente do Reino Unido em 1978. Os habitantes de Tuvalu são um povo Polinésio que vive da agricultura de subsistência e da pesca.

Cerca de 91% dos habitantes são membros da Igreja Cristã Congregacional¹⁶⁵⁷ de Tuvalu (*Te Ekalesia Kelisiano Tuvalu*). Os nove líderes tradicionais são membros da Igreja de Tuvalu. Os Bahá'í vivem sobretudo na ilha de Nanumea.

A Constituição tem uma Carta de Direitos que protege a liberdade religiosa e de crença. Não existe religião do Estado e a Constituição prevê a separação entre a Igreja e o Estado. Mas a abertura oficial do Parlamento e de outras organizações estatais tem início com orações cristãs oficiadas pelo clero. Qualquer novo grupo religioso com mais de cinquenta membros deve registar-se. A ausência de registo pode resultar numa acção penal.

No período em análise não foram relatados quaisquer actos de discriminação ou perseguição, seja por parte do Estado ou por parte de denominações maioritárias. Mas há um passado de perseguição contra a Igreja dos Irmãos, uma organização religiosa registada. A Revisão Periódica Universal de Tuvalu realizada sob a égide do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, em 2013, registou uma queixa por parte da Igreja dos Irmãos de Tuvalu. Em Junho de 2003, Mase Teonea, pastor desta Igreja, foi para a ilha de Nanumaga e converteu quarenta pessoas entre a população total de 800 pessoas que viviam na ilha. No mês seguinte, o conselho de Tuvalu em Falekaupule proibiu novos grupos de fé. O Pastor Teonea levou o seu caso ao tribunal superior e mais tarde ao tribunal de recurso, sendo que este decidiu em seu favor. Entretanto, o pastor deixou Tuvalu e tornou-se cidadão de Fiji. Apesar da decisão do tribunal de recurso, o Pastor Teonea ainda não foi autorizado a viajar até à ilha.

¹⁶⁵⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/tuvalu

População: Recenseamento de 2012.

Superfície: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Tuvalu>

¹⁶⁵⁷ Igreja Cristã Congregacional de Tuvalu (*Te Ekalesia Kelisiano Tuvalu*, EKT): 91%

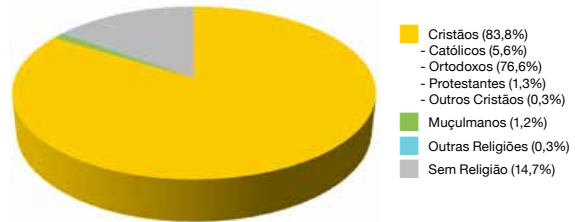
O Parlamento de Tuvalu aprovou uma nova lei, intitulada Lei da Restrição das Organizações Religiosas, a 13 de Agosto de 2010.¹⁶⁵⁸ Esta lei insiste na aprovação por parte da Ilha de Falekaupule como condição para o estabelecimento de qualquer religião em qualquer ilha de Tuvalu. Falekaupule reserva-se o direito de retirar a aprovação se considerar que as crenças e práticas da organização religiosa ameaçam directamente os valores e a cultura da comunidade, ou são ofensivos para a população. Qualquer pessoa que use as suas instalações para encontros religiosos não autorizados pode ser multada até 395 euros e quem quer que assista ou participe em quaisquer encontros não autorizados arrisca-se a ser multado até 160 euros.

¹⁶⁵⁸ www.tuvalu-legislation.tv/cms/images/LEGISLATION/PRINCIPAL/2010/2010-0007/ReligiousOrganisationsRestrictionAct_1.pdf

UCRÂNIA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESLOCADOS:
45.190.000	603.500 km ²	2.968	5.172	260.000

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Ucrânia¹⁶⁵⁹ está a passar por mudanças políticas e sociais radicais, que possivelmente terão enormes implicações em relação à liberdade religiosa no país. A queda do Governo de Yanukovich, em Fevereiro de 2014, e a subsequente anexação da Crimeia pela Rússia causaram tensões contínuas e preocupação internacional. Nas províncias orientais de Luhansk e Donetsk, separatistas armados que reivindicaram a independência depois de realizarem referendos locais, alegadamente perturbaram as eleições e destruíram urnas de voto.¹⁶⁶⁰ Em movimentações que se espera que causem oposição por parte da Rússia, no Verão de 2014, o recém-eleito Presidente ucraniano Petro Poroshenko assinalou a sua determinação em renovar a reivindicação do seu país à Crimeia e procurou novos laços económicos com a Europa. Até mesmo a 'paisagem religiosa' complicada do país pode mudar.¹⁶⁶¹ O Bispo Bohdan Dzyurakh, secretário-geral da Conferência Episcopal Ucraniana, disse acreditar que o novo chefe de Estado, um cristão, será «compreensivo para com os Católicos e aberto a todas as confissões».

A principal denominação cristã na Ucrânia é a Igreja Ortodoxa do Patriarcado de Moscovo, seguida da Igreja Ortodoxa do Patriarcado de Kiev e da Igreja Greco-Católica Ucraniana. Outras denominações cristãs são a Igreja Ortodoxa Independente, que reconhece a jurisdição do Patriarcado de Constantinopla, a Igreja Católica do rito latino e várias denominações protestantes.

A Ucrânia é tradicionalmente um país cristão, historicamente ligado, sobretudo na sua capital, Kiev, ao baptismo do antigo Principado de Kiev no ano de 988, de onde derivam as tradições religiosas e históricas da Ucrânia, da Rússia e da Bielorrússia. Por isso, não é surpreendente que a esmagadora maioria da população professe alguma forma de Cristianismo. Contudo, ao mesmo tempo, a constituição denominacional do Cristianismo na

¹⁶⁵⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/ukraine

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?cname=Ukraine>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e48d4d6&submit=GO

Deslocados: www.unhcr.org/540590ae9.html

¹⁶⁶⁰ *Catholic Herald*, 27 de Maio de 2014

¹⁶⁶¹ www.economist.com/blogs/erasmus/2014/02/ukraines-changing-churches

Ucrânia é particularmente fragmentada, uma vez que o país se encontra na fronteira entre o Cristianismo oriental e ocidental.

De acordo com a Associação de Arquivos de Dados Religiosos, ‘alguns líderes muçulmanos’ calcularam que há 2 milhões de muçulmanos no país, embora as estimativas do Governo e de grupos de reflexão independentes coloquem este número nos 500 mil. A maioria são tártaros da Crimeia que chegam aos 300 mil elementos, constituindo o terceiro maior grupo étnico na Crimeia.¹⁶⁶²

De acordo com o Artigo 7 da Lei de 1991 sobre a Liberdade de Consciência e as Associações Religiosas, as organizações religiosas apenas se podem registar a nível local, enquanto entidades religiosas individuais. Não há possibilidade de uma entidade religiosa se registar a nível nacional.

Desde 1996 que tem havido um Conselho de Igrejas e Organizações Religiosas de Toda a Ucrânia, que é um órgão consultivo que representa interesses comuns e une as organizações religiosas num esforço comum para o renascimento espiritual da Ucrânia.

Em relação à situação da liberdade religiosa no país, a 4 de Junho de 2013, Valeriya Lutkovska, a Comissária Parlamentar ucraniana para os Direitos Humanos, apresentou um relatório sobre a liberdade religiosa em que identificou certas áreas problemáticas, sobretudo no registo das comunidades religiosas e na renovação do registo dos seus estatutos.

Uma nova lei, n.º 10221, assinada em Novembro de 2012 pelo presidente Yanukovich, introduziu alterações que confirmaram o duplo processo de registo para as associações religiosas, que é necessário para que obtenham o estatuto de personalidade jurídica e para modificarem os seus próprios estatutos. O principal problema é que os dois procedimentos não estão de forma nenhuma coordenados, o que cria uma série de complicações e contradições entre as várias entidades nomeadas para implementar as decisões políticas no campo da religião, embora tanto o Ministério da Justiça como o Ministério da Cultura tenham proposto legislação para corrigir esta situação.

O relatório da comissária identifica situações em que a liberdade religiosa foi violada. E enfatiza a necessidade de garantir a liberdade de realizar pacificamente celebrações públicas no exterior das igrejas ou locais de culto. O relatório afirma ainda que, em vez da prática recorrente de procurar autorização, deve ser suficiente notificar simplesmente as autoridades relevantes. A comissária também propôs legislação que legaliza a recusa de prestação do serviço militar por razões de consciência e por razões religiosas.¹⁶⁶³

A 12 de Novembro de 2013, funcionários aduaneiros no aeroporto de Lviv recusaram a entrada a Norbert Neuhaus, o antigo vice-presidente da câmara da cidade alemã de Trier. Aparentemente, nenhuma razão foi dada para esta recusa. Neuhaus devia apresentar um seminário para jovens em Zarvanytsia sobre os valores da democracia cristã, um assunto sobre o qual tinha escrito um livro que tinha sido largamente divulgado na Europa Central e de Leste, e traduzido para ucraniano e russo.

A 13 de Novembro de 2013, Karl-Gustav Severin, um missionário e pregador da Igreja sueca carismática Palavra de Deus, foi também detido no aeroporto ucraniano de Borispol durante o controlo de passaportes e enviado de volta para a Suécia sem lhe ser dada qualquer razão para esta acção. Severin pretendia participar numa celebração em Kiev e numa conferência pastoral em Pavlograd.¹⁶⁶⁴

¹⁶⁶² www.thearda.com/internationalData/countries/Country_231_2.asp

¹⁶⁶³ *Ombudsman.gov.ua*, Junho a Dezembro de 2013

¹⁶⁶⁴ *Catholic-info.at.ua*, Novembro de 2013

A 28 de Outubro, responsáveis locais em Evpatoriya embargaram a construção de uma igreja ortodoxa do Patriarcado de Kiev. Respondiam a pedidos dos crentes. M. A. Vedmetskaya, um responsável local, explicou que o trabalho de construção era ilegal e que as autoridades tinham por isso ordenado a demolição do edifício, que já estava em avançado estado de construção. Alegou que a construção tinha começado sem as necessárias autorizações.¹⁶⁶⁵

Em Novembro houve tensões em torno da Igreja ucraniana greco-católica de São Pedro e São Paulo, em Lviv, onde um grupo de católicos ucranianos que se autodenominavam ‘Verdadeiros Crentes’ (*Pravovernye*) organizaram manifestações no exterior da igreja greco-católica oficial. O pároco, o Padre Stepan Sus, apelou às autoridades para que impedissem a manifestação, alegando que os membros desta ‘seita’ se estavam a reunir nos momentos do culto para realizarem as suas próprias contra-celebrações. Os fundadores dos ‘Verdadeiros Crentes’ são um grupo de antigos sacerdotes católicos excomungados pelo Vaticano: o ucraniano Markian Gitjuk e os cidadãos checos Antonij Dognal, Robert Oberhauser e Richard Spirzhik. Representantes deste movimento dissidente anunciaram que continuariam a organizar celebrações de protesto e outras manifestações de rua.¹⁶⁶⁶

De acordo com Alena Ljasheva, uma analista do Centro Social de Investigação, durante o ano de 2013 houve mais de sessenta protestos de comunidades de crentes na Ucrânia em relação a violações ou falta de respeito pelo direito à liberdade religiosa. Durante o ano houve manifestações contra o aborto e o ‘casamento’ entre pessoas do mesmo sexo. Algumas manifestações realizadas por minorias foram também em parte motivadas por preocupações religiosas e étnicas.¹⁶⁶⁷

Na noite de 9 de Maio de 2014, perto de Slavyansk, o Arcebispo Pavel Zhuchenko da Igreja Ortodoxa Ucraniana (Patriarcado de Moscovo) foi morto a tiro. Prestava serviço na Igreja de São Dmitry Donskoy na cidade de Druzhkovka (região de Donetsk). Na altura em que escrevemos este relatório, as circunstâncias da sua morte são desconhecidas. O Arcebispo Pavel não foi considerado como fazendo parte do pessoal de uma paróquia específica e não há informação detalhada sobre a sua morte. Os responsáveis diocesanos advertiram contra a sua canonização prematura. Svetlana Ohrimenko, secretária diocesana de Imprensa, disse: «O Arcebispo Pavel estava vestido com roupas civis. O que aconteceu exactamente ainda está a ser analisado pelas autoridades responsáveis pela aplicação da lei.»¹⁶⁶⁸

Conclusões

A liberdade religiosa na Ucrânia deteriorou-se desde 2012.

Várias centenas de milhares de cidadãos ucranianos enfrentam perseguições de diversos tipos em diferentes conflitos locais entre denominações maioritárias e minoritárias.

A liberdade religiosa na Ucrânia é muitas vezes comprometida pela luta para equilibrar as necessidades de diferentes grupos religiosos. Há também o problema do favoritismo a nível local, apoiado pelas autoridades civis.

¹⁶⁶⁵ *Glavnoe.ua*, Dezembro de 2013

¹⁶⁶⁶ *Ver Kpunevs.ru*, Março a Setembro de 2013

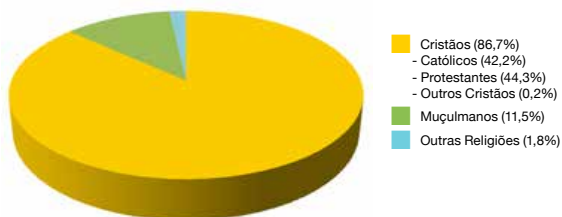
¹⁶⁶⁷ *Religii.rbc.ua*, Outubro de 2013

¹⁶⁶⁸ www.pravmir.com/orthodox-priest-killed-donbas-region-ukraine/

UGANDA



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
34.509.000	241.550 km²	220.555	8.177	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A liberdade de culto está consagrada no Artigo 29 (álínea c)¹⁶⁶⁹ da Constituição da República do Uganda¹⁶⁷⁰, e é também protegida na lei e nas políticas governamentais. Em geral, o Governo demonstra respeito pela liberdade religiosa e tem uma atitude tolerante para com as minorias religiosas. Os partidos políticos não podem ter uma base religiosa. O Governo regulamenta os grupos religiosos e o seu estatuto legal. As comunidades religiosas têm de se registar junto de um Conselho de ONG (os principais grupos religiosos estabelecidos há mais tempo registam-se através da Lei dos Curadores). Contudo, muitas comunidades religiosas conseguem começar e ser activas sem registo adequado (embora possam ser suspensas se forem levadas à atenção das autoridades).¹⁶⁷¹ As datas importantes nos calendários cristão e muçulmano são observadas como feriados nacionais: Sexta-feira Santa, Segunda-feira de Páscoa, Eid al-Fitr, Eid al-Adha e Natal. Até ao momento, há tribunais islâmicos informais que não foram adequadamente regulamentados ou oficializados pelo Governo, mas espera-se que isso aconteça em breve.

Os membros dos grupos de fé são livres de prestar culto e de sensibilizar outros para as suas crenças. Em geral, as actividades que pertencem a diferentes crenças são respeitadas desde que cumpram com as leis fundamentais do país e não ponham em perigo a segurança nacional. Os grupos religiosos têm os seus próprios meios de comunicação social e são livres de funcionar no país, divulgar as suas ideias, imprimir e distribuir materiais e aceitar novos membros.

¹⁶⁶⁹ Artigo 29 (c) «[Cada pessoa tem direito à]... liberdade para praticar qualquer religião e manifestar essa prática, que deve incluir o direito a pertencer e participar nas práticas religiosas de qualquer órgão ou organização religiosa de forma coerente com esta Constituição.»

¹⁶⁷⁰ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/uganda

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Uganda>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e483c06&submit=GO

¹⁶⁷¹ A história do Uganda demonstrou claramente quão grande é o perigo de cultos religiosos desequilibrados e não-monitorizados, como é o caso do culto religioso 'Movimento para a Reposição dos Dez Mandamentos de Deus', liderado por Joseph Kibwetere, sob cuja liderança centenas de pessoas perderam a vida num rito de suicídio em massa em Março de 2000. Kibwetere parece ter morrido no suicídio em massa, mas ainda não há a certeza e, assim, permanece como uma das pessoas mais procuradas no Uganda: www.newvision.co.ug/news/629685-kibwetere-is-uganda-s-most-wanted-man.html

Em relação à questão dos certificados de casamento e outras actividades de regulamentação, o Governo decidiu encerrar uma lacuna jurídica para evitar casos de fraude ou representação abusiva. Selecionou os grupos religiosos e autorizou apenas certas igrejas a emitirem certificados de casamento. Isto forçou milhares de casais a voltarem a fazer os seus votos de casamento, entre Junho de 2011 e Dezembro de 2012, para que os seus casamentos fossem legalizados.¹⁶⁷²

As forças armadas ugandesas estão presentes na Missão da União Africana na Somália (AMISOM na sigla inglesa). Como consequência, o país foi alvo dos militantes do al-Shabaab que procuram atacar cidadãos e interesses ugandeses. Por diversas vezes, no final de 2013, o país esteve em alerta em resposta a relatos de muçulmanos radicais a preparar-se para ataques terroristas.¹⁶⁷³ Alguns grupos muçulmanos extremistas ou visitas de origem árabe estão por isso sob apertada vigilância de segurança. Os representantes muçulmanos queixam-se de força excessiva por parte das agências de segurança, incluindo detenções, assédio e espancamentos.¹⁶⁷⁴ Além disso, algumas escolas islâmicas (madrassas) foram encerradas por suspeita de promoverem interpretações extremistas e violentas do Corão. Certos grupos muçulmanos são acusados de apoiarem movimentos rebeldes anti-Governo como as Forças Democráticas Aliadas (ADF na sigla inglesa) no Uganda ocidental.¹⁶⁷⁵ Todas estas medidas de segurança e intervenções fazem com que os muçulmanos acusem o Governo de promover a islamofobia sob o pretexto de estar a combater o terrorismo ou a defender a segurança nacional.¹⁶⁷⁶

Houve uma controvérsia entre líderes muçulmanos e a Autoridade da Cidade de Kampala em relação à proposta de proibição da primeira chamada para as orações (*adhan*) das mesquitas no centro de Kampala. Dizia-se que o *adhan* era demasiado barulhento ou dito demasiado cedo de manhã, sendo acusado de estar a contribuir para a poluição sonora na cidade.¹⁶⁷⁷ Não foi ainda tomada nenhuma decisão em relação a este assunto.

As organizações inter-religiosas, como por exemplo o Conselho Inter-Religioso do Uganda, assumem posições sobre questões sociais e políticas de um ponto de vista humanitário e social¹⁶⁷⁸, e tomam a iniciativa para ajudar a reduzir possíveis tensões entre grupos de fé ou a sociedade em geral.¹⁶⁷⁹

Nos últimos anos, houve disputas graves dentro da comunidade muçulmana ugandesa entre os apoiantes do Mufti xeque Shabaan Mubajje, sedado em Kampala, e a facção sedada em Kibuli liderada pelo Supremo Mufti xeque Zubair Kayongo. Estas divisões internas foram

¹⁶⁷² Mais tarde, alguns líderes de Igrejas evangélicas queriam ver esta restrição retirada, para incluir até os grupos religiosos que não estivessem totalmente registados junto do Ministério dos Assuntos Internos. Cf. <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=54962>

¹⁶⁷³ Cf. www.newvision.co.ug/news/642091-police-issue-terror-alert.html <http://allafrica.com/stories/201304290023.html>

¹⁶⁷⁴ Cf. HRW Report 2012 <http://hrw.org/world-report-2012/world-report-2012-uganda>, www.onislam.net/english/news/africa/462111-terrorism-laws-victimize-uganda-muslims.html. Memorando da Human Rights Watch para a União Europeia: <http://hrw.org/news/2013/11/18/memorandum-priorities-african-union-european-union-dialogue-human-rights>

¹⁶⁷⁵ Cf. <http://allafrica.com/stories/201309300046.html>

¹⁶⁷⁶ Cf. www.observer.ug/index.php?option=com_content&task=view&id=24638&Itemid=114. A organização 'Muçulmanos para os Direitos Humanos' refere o caso famoso de sete muçulmanos de origem queniana que, depois de serem extraditados ilegalmente para o Uganda, estão ainda na prisão, três anos depois de terem sido acusados de realizarem ataques terroristas, em Julho de 2010, sem qualquer acusação para o seu caso. www.the-star.co.ke/news/article-127674/7-kenyans-still-uganda-jail-3-years-after-arrest. O advogado da organização foi detido e mantido na prisão durante um ano, quando tentou pela primeira vez visitar e obter informação em primeira mão sobre estes prisioneiros.

¹⁶⁷⁷ Cf. <http://allafrica.com/stories/201309301256.html?viewall=1>

¹⁶⁷⁸ Por exemplo, o Conselho Inter-Religioso do Uganda (IRCU) emitiu um comunicado de imprensa sobre a questão controversa e sempre recorrente da corrupção: www.ircu.or.ug/index.php?option=com_content&view=article&id=176:press-statement-on-corruption-in-uganda&catid=41:latest-news&Itemid=50

¹⁶⁷⁹ Além deste papel, os membros do IRCU trabalham juntos em vários programas de desenvolvimento, como por exemplo programas de VIH-sida e paz, justiça e governação.

muitas vezes replicadas nas cidades mais pequenas, com grupos beligerantes a tentarem tomar o comando de mesquitas ou edifícios em nome da sua facção.¹⁶⁸⁰

Incidentes e ataques à liberdade religiosa

Em Janeiro de 2013, um grupo religioso chamado ‘Enjiriya Jesu’ (ugandês para o Evangelho de Jesus) foi banido localmente pela polícia «por perturbar os programas governamentais».¹⁶⁸¹ Outros membros do grupo foram detidos noutras regiões do Uganda por porem em perigo um programa de vacinação.¹⁶⁸² Outros grupos, como por exemplo a ‘Fé de Unidade’, foram ameaçados de despejo pelas autoridades locais.¹⁶⁸³

Em várias ocasiões, a polícia encerrou a Igreja de Todos os Santos, em Kabale, em resposta a disputas dentro da Igreja do Uganda (anglicana), no seguimento de acusações de desvio de fundos por um sacerdote anglicano. Pouco tempo depois, a casa do sacerdote foi incendiada por assaltantes não identificados.¹⁶⁸⁴

A 8 de Junho de 2013, a polícia invadiu e encerrou duas igrejas que forjaram licenças em Kabale.¹⁶⁸⁵ Numa delas, o pastor foi encontrado com treze crianças que estavam ilegalmente em sua casa. Um líder e onze membros de outro grupo religioso foram detidos na mesma área, em parte por não conseguirem funcionar legalmente.¹⁶⁸⁶ Outros grupos religiosos mais recentes ainda são monitorizados pela polícia enquanto esta investiga alegações de crianças que não são enviadas para a escola por motivos religiosos ou casos semelhantes de desobediência civil.¹⁶⁸⁷

Tal como indicado acima, em 2013 houve relatos de vários confrontos entre facções muçulmanas.¹⁶⁸⁸ Estes ocorreram em diferentes locais, fora da capital. A polícia agiu para prevenir danos a vidas humanas e bens.

Tanto dentro do país como fora, tem havido grande controvérsia em relação à proposta de lei anti-gay (por vezes chamada de lei ‘matem os gays’). A proposta de lei foi apresentada no Parlamento em Outubro de 2009 e, depois de ser chumbada, foi novamente apresentada em Fevereiro de 2012. Esta proposta levou à criminalização (e nalguns casos à perseguição) dos homossexuais e das lésbicas. A questão da homossexualidade tem estado na agenda da liberdade religiosa de vários grupos. Ela tornou recentemente o Uganda no centro das atenções para as Igrejas norte-americanas de direita, que estão a intensificar o trabalho missionário no país numa tentativa de preservar ‘os valores da família’. As Igrejas evangélicas fora do Uganda são acusadas de alimentarem os movimentos anti-gay através das suas congregações parceiras dentro do país e através do seu poder financeiro: diz-se que os

¹⁶⁸⁰ Estas divisões reportam a um caso em 2006, no qual Mubajje foi acusado de fraude imobiliária em Kampala e repudiado por um grupo de fiéis muçulmanos que não o consideraram digno de representar o Islamismo. Como consequência, surgiu uma nova facção sediada na área de Kibuli em Kampala e que escolheu o seu próprio líder sem aprovação do Conselho Muçulmano Supremo do Uganda. O Governo ugandês tentou mediar e resolver o conflito, até agora sem sucesso: www.statehouse.go.ug/media/news/2012/05/05/president-calls-muslim-leaders-resolve-wranglers. Além disso, estas duas facções parecem ser apoiadas por grupos diferentes. Diz-se que o antigo grupo de Kampala foi apoiado pela Líbia, Irão e Paquistão, enquanto o grupo de Kibuli está muito próximo dos grupos sauditas wahabi.

¹⁶⁸¹ Eles impedem os seus seguidores de usarem telemóveis, de enviarem os filhos para a escola e de vacinarem os filhos. Cf. <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=48987>

¹⁶⁸² Cf. <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=56610>

¹⁶⁸³ Cf. <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=48643>. As pessoas estão a insistir que o governo tome medidas estritas contra eles, mas a polícia diz que apenas podem ser tomadas medidas quando tiver sido cometido um crime.

¹⁶⁸⁴ Cf. <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=48982> e <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=49112&PHPSESSID=6b1f068c3ccedf252d7ea908ef2cb>

¹⁶⁸⁵ Cf. <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=53262>

¹⁶⁸⁶ Cf. <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=56186>

¹⁶⁸⁷ Cf. <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=43831>

¹⁶⁸⁸ Além de Kampala, foram reportados confrontos em Masaka, Luweero e Hoima, entre outros.

donativos em todo mundo de Igrejas ocidentais triplicaram depois de a lei anti-gay ter sido apresentada no Parlamento.¹⁶⁸⁹

Apesar dos problemas acima destacados, a liberdade religiosa parece estar segura no Uganda. A interação entre o Governo e os grupos religiosos parece ser extensa e produtiva.¹⁶⁹⁰ Os líderes religiosos são, em geral, respeitados como tendo forte autoridade moral e são livres de falar sobre questões controversas. Sobretudo em áreas recentemente afectadas pelo conflito armado, como o norte do Uganda, continuam a trabalhar muito pela reconciliação e o desenvolvimento.¹⁶⁹¹ Há preocupações sobre repressão do terrorismo, que tem levado a que os Muçulmanos se sintam alegadamente vitimizados, assediados e perseguidos por agências de segurança. Apesar disso, não há preocupações sérias no país e não há sinais de que isto possa mudar no futuro próximo. Um enorme ataque terrorista levado a cabo pelo al-Shabaab contra o centro comercial de Westgate em Nairobi em Setembro de 2013 e outro em Maio de 2014 desencadearam receios de um incidente semelhante em Kampala.¹⁶⁹² É provável que estes ataques intensifiquem a procura de terroristas nacionais e internacionais – somalianos árabes e muçulmanos de outras origens – no Uganda e isso pode levar a pôr cada vez maior pressão sobre os cidadãos muçulmanos.

¹⁶⁸⁹ [Os grupos evangélicos] estão a focar-se em África e nas Caraíbas. O Uganda é popular junto dos evangélicos norte-americanos hoje em dia, porque já é um país religioso, com uma estimativa de 85% da população a identificar-se como cristã, e porque tem a população mais jovem do mundo, com 50% de pessoas abaixo dos 15 anos.' O IHOP chama ao Uganda 'a pérola de África' e os seus missionários incentivam os Ugandeses a acreditarem que o seu país é a nação mais importante em África – ou que pode vir a ser, se os Ugandeses se ativerem aos princípios bíblicos estritos. 'Eles dizem que o Uganda vai acabar por mandar no mundo': <http://dailymaverick.co.za/article/2013-09-16-african-new-colonists-rabid-anti-gay-american-evangelical-christians/#.Uphr4-J7D8t>. Há um relatório interessante de um pastor anglicano zambiano sobre a influência do direito cristão norte-americano nos valores africanos e na política sexual, focando-se em sete países africanos, sendo o Uganda um deles. Cf. www.sxpolitics.org/wp-content/uploads/2012/08/colonizingafricanvaluespra.pdf. Um documentário intitulado 'God loves Uganda' sobre esta questão controversa foi divulgado em Outubro de 2013: <http://godlovesuganda.com/>

¹⁶⁹⁰ Cf. www.ircu.or.ug/index.php?option=com_content&view=article&id=205:speaker-kadaga-pledges-support-to-religious-leaders&catid=41:latest-news&Itemid=50

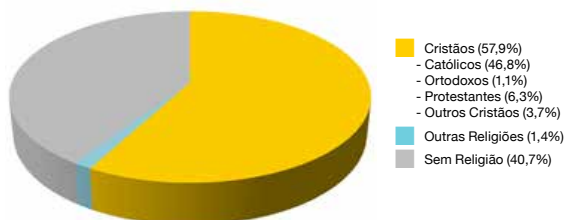
¹⁶⁹¹ Por exemplo, o Grupo de Líderes Religiosos Acholi defende uma Comissão de Verdade e Reconciliação para lidar com os assuntos relacionados com a insurreição e as consequências sociais do LRA (Exército de Libertação do Senhor): <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=49664>. Outra iniciativa de reconciliação na sub-região de Lango: <http://ugandaradionetwork.com/a/story.php?s=56601>

¹⁶⁹² www.theguardian.com/world/2013/oct/18/uganda-raises-terror-threat-level and www.examiner.com/article/u-s-warns-uganda-of-imminent-terrorist-attack-by-al-shabaab

URUGUAI



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
3.251.654	176.215 km ²	203	146	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informações gerais

De acordo com o recenseamento de 2011, a população total do Uruguai¹⁶⁹³ é de 3.251.654¹⁶⁹⁴. A superfície é de 176.215 km². A língua oficial é o espanhol e o sistema político é constituído por uma república parlamentar democrática com um sistema presidencial e a habitual separação de poderes entre o poder legislativo, executivo e judicial.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição afirma que todos os grupos religiosos são livres e que o Estado não apoia nenhuma religião. A discriminação por motivos religiosos é proibida. O Governo reconhece a jurisdição da Igreja Católica sobre todas as suas igrejas e isenta os edifícios religiosos de todas as religiões de pagarem imposto sobre imóveis.¹⁶⁹⁵

O Código Penal proíbe os maus-tratos a grupos étnicos, religiosos e outros grupos minoritários.

A instrução religiosa é proibida nas escolas públicas, mas os alunos dos grupos religiosos minoritários estão autorizados a ausentarem-se da escola para celebrarem as suas festas religiosas.

Os trabalhadores muçulmanos podem obter um cartão de identidade opcional que certifica a sua filiação religiosa e que os autoriza a saírem mais cedo do trabalho às sextas-feiras.¹⁶⁹⁶

Práticas governamentais e outros incidentes

Em Setembro/Outubro de 2012, por uma margem de um único voto, numa decisão que dividiu o país, o Parlamento urguaiouo descriminalizou o aborto durante as primeiras doze semanas de gravidez. A nova lei afirma que «a interrupção (*sic*) da gravidez não vai ser penalizada» e os antigos artigos do Código Penal «não serão aplicáveis», «desde que a mulher cumpra com os requisitos dos artigos que se seguem e que o procedimento seja

¹⁶⁹³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/uruguay

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4930c6&submit=GO

¹⁶⁹⁴ www.ine.gub.uy/censos2011/resultadosfinales/pais%20poblacion.html

¹⁶⁹⁵ www.rau.edu.uy/uruguay/const97-1.6.htm#2

¹⁶⁹⁶ www.state.gov/documents/organization/208724.pdf

realizado antes da 12.^a semana de gravidez». Em Janeiro de 2013, em resposta a esta medida, representantes dos médicos emitiram uma declaração exigindo respeito pelo seu direito de objecção de consciência.

Em 2008, o presidente Tabaré Vázquez vetou uma lei de discriminação do aborto que ia ainda mais longe. Entre outras coisas, o presidente vetou a lei porque ela não dava suficiente espaço para a objecção de consciência e, assim, discriminava os médicos que não podiam em consciência realizar abortos, por exemplo por não permitir o livre exercício de consciência para os que mudaram de opinião e decidiram não continuar a realizá-los. Violava igualmente a liberdade de acção e associação de instituições médicas cujos estatutos, aprovados segundo a lei uruguaia, incluíam a oposição ao aborto entre os seus princípios fundamentais.

Em Abril de 2013, o Uruguai tornou-se no segundo país da América Latina depois da Argentina a fazer passar uma lei que aprovava «o casamento entre pessoas do mesmo sexo». A lei, que teve a oposição da Igreja Católica, mas foi aprovada por uma maioria considerável, afirma que a instituição do matrimónio «implica a união entre duas partes contratantes, independentemente da identidade de género ou orientação sexual das duas partes, nos mesmo termos e com efeitos e formas de dissolução iguais aos estabelecidos até agora pelo Código Civil». Os líderes da Igreja Católica apelaram aos representantes não-católicos para que não votassem por uma iniciativa que ia contra «os planos de Deus».¹⁶⁹⁷

Houve relatos de actos isolados de anti-semitismo, como por exemplo o desfigurar de um memorial judaico e a colocação de comentários anti-semitas na Internet. A polícia colaborou com os líderes judeus na investigação destes incidentes.¹⁶⁹⁸

¹⁶⁹⁷ www.20minutos.es/noticia/1783142/0/uruguay-aprueba/matrimonio/homosexual/

¹⁶⁹⁸ www.state.gov/documents/organization/208724.pdf

USBEQUISTÃO



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
27.760.000	447.400 km ²	141	9.531	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O sistema de governo é constituído por uma república presidencial. A liberdade religiosa no Usbequistão¹⁶⁹⁹ está sujeita a limitações e restrições constantes, uma tendência que se manteve em geral inalterada nos últimos anos. O Governo procura controlar o crescimento e o nível da vida religiosa na sociedade, impondo uma «secularização forçada da consciência pública».¹⁷⁰⁰ A Lei restritiva da Liberdade de Consciência e das Organizações Religiosas, promulgada em 1998, criminaliza toda a actividade religiosa não-registada, proíbe a produção e distribuição de publicações religiosas não-oficiais e impede que os menores pertençam a organizações religiosas. A educação religiosa é seriamente limitada, sendo restrita às escolas reconhecidas pelo Estado. Uma das razões citadas pelo Governo para justificar as restrições à liberdade religiosa é a necessidade de combater o extremismo e o terrorismo, um pretexto que nos últimos dez anos tem levado à detenção e encarceramento, até vinte anos, de milhares de crentes que se recusam a aceitar o controlo estatal sobre a sua prática religiosa.

O Usbequistão tornou-se ao longo dos anos no detentor de inúmeros recordes relativos à negação e à infracção da liberdade religiosa. No Relatório Anual de 2013 da Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF na sigla inglesa), o Governo em Tashkent aparece entre os quinze países de «nível 1», que surgem na lista do Departamento de Estado Norte-Americano como «Países de Particular Preocupação» (CPC na sigla inglesa). Foi o sétimo ano consecutivo em que o Usbequistão gozou desta distinção dúbia. A organização internacional *Open Doors* também compila uma «World Watch List» na qual o Usbequistão surge em 16.º lugar entre os estados mais repressivos do mundo. A pressão sobre os Cristãos mantém-se elevada. O relatório de 2013 da *Open Doors* afirma: «Nenhumas actividades religiosas fora das instituições controladas pelo Estado são autorizadas... As igrejas vivem no medo dos raids, do cancelamento dos serviços, da confiscação de literatura e da imposição de pesadas multas, que são frequentes e estão a aumentar.»¹⁷⁰¹ Em Junho de 2012, o Comité das Nações Unidas contra a Tortura (CAT na sigla inglesa) constatou que

¹⁶⁹⁹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/uzbekistan
População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Uzbekistan>

¹⁷⁰⁰ *Vatican insider, La Stampa*, 12 de Maio de 2013

¹⁷⁰¹ *Open Doors*, Relatório de 2013

tinha ficado «suficientemente estabelecido» que o Usbequistão tem um «padrão de violações graves, flagrantes ou em massa dos direitos humanos e [um] risco significativo de tortura ou outro tratamento cruel, desumano ou degradante (...), em particular para os indivíduos que praticam a sua fé fora da estrutura oficial.»¹⁷⁰² E, uma vez mais, na sua Revisão Periódica Universal sobre o Usbequistão, realizada em Genebra, a 24 de Abril de 2013, as Nações Unidas criticaram a posição do Governo usbeque em relação à liberdade religiosa, julgando-o por não estar alinhado com os padrões internacionais.¹⁷⁰³ O Usbequistão, contudo, rejeitou muitas das recomendações da ONU, considerando-as como infundadas, incluindo a recomendação para descriminalizar a actividade missionária, para eliminar restrições injustificadas do seu direito à liberdade religiosa e para impedir a perseguição por causa da sua actividade religiosa pacífica.¹⁷⁰⁴

O controlo governamental rigoroso sobre os crentes islâmicos

O Estado usbeque mantém um controlo muito apertado sobre a religião muçulmana, num esforço para impedir a propagação do extremismo islâmico. O órgão através do qual o Governo exerce este controlo é o *muftiato*, a autoridade espiritual muçulmana, que preside à nomeação e ao despedimento de todos os líderes islâmicos, que verifica o conteúdo das suas orações e pregações, e que determina o número de mesquitas. As comunidades islâmicas que funcionam fora, ou que não estão em conformidade com esta autoridade oficial, são frequentemente designadas como extremistas e as suas actividades são criminalizadas. A acusação de extremismo levou milhares de muçulmanos a serem colocados na prisão, onde são impedidos de exercer até mesmo as mais básicas actividades religiosas, como a oração ou a leitura dos textos sagrados. Além disso, há casos frequentes de tortura dos detidos. Em Fevereiro de 2012, por exemplo, Abdurahmon Sagdiev morreu na prisão por espancamentos recebidos em circunstâncias que ainda permanecem pouco claras. Tinha sido condenado em 1999 a dezasseis anos de prisão por ser membro do grupo Hizb-ut-Tahrir.

As principais acusações contra os muçulmanos envolvidos em actividades religiosas não-autorizadas relacionam-se com ofensas contra o Código Penal, em particular os Artigos 152, 242 e 244, que punem, respectivamente, actividades anti-constitucionais, a organização de sociedades criminosas e o envolvimento em extremismo, separatismo ou fundamentalismo religioso ou outras organizações proibidas.

A 22 de Novembro, um tribunal na região de Tashkent condenou nove muçulmanos que se tinham reunido para ler o Corão, para falarem sobre a sua fé e para orarem. Dois deles, Gayrat Khusanov e Shuhrat Yunusov, foram condenados a sete anos de prisão cada, enquanto os outros seis receberam penas suspensas de três anos. O Tribunal de Recurso, ao qual os nove apresentaram um recurso, confirmou a decisão do tribunal inferior. Três familiares dos homens condenados, que se tinham manifestado contra o julgamento em nome dos seus familiares, foram multados no equivalente a vinte vezes o salário mínimo.¹⁷⁰⁵

Em Junho de 2013, um pai que tinha ensinado o Corão ao seu filho, que agora está em idade escolar, foi acusado de violar a proibição de ensinar a religião às crianças. Mirmuhiddin Mirbayzaiyev vai enfrentar o tribunal penal em Okkurgan e enfrenta uma possível sentença de até três anos na prisão.¹⁷⁰⁶ Nalgumas áreas, sobretudo na região de Kashkadarya, as autoridades impuseram pesadas restrições aos fiéis durante o mês do Ramadão. Na realidade, a polícia

¹⁷⁰² Relatório da Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, 2013

¹⁷⁰³ Cf. www.upr-info.org/IMG/pdf/recommendations_and_pledges_uzbekistan_2013.pdf

¹⁷⁰⁴ Cf. *Forum 18 News Service*, 24 de Outubro de 2013

¹⁷⁰⁵ *Forum 18 News Service*, 20 de Dezembro de 2012

¹⁷⁰⁶ *Forum 18 News Service*, 11 de Julho de 2013

impediu até alguns muçulmanos de participarem no *iftar*, a refeição que marca o fim do jejum diário durante o mês sagrado. A gravidade destes controlos alargou-se inclusivamente aos locais de culto, com a polícia a fazer buscas aos fiéis quando estes entram nas mesquitas.¹⁷⁰⁷

Restrições à liberdade religiosa: raides, sanções e confiscação de literatura religiosa

Os raides policiais, as buscas, ameaças, detenções e multas punitivas são dificuldades de todos os dias para muitas das comunidades religiosas não-registadas, sobretudo as minoritárias, que funcionam dentro do Usbequistão. Na maior parte dos casos, as acusações relacionam-se com o Artigo 240 (infracções à lei relacionadas com a religião) e o Artigo 241 (infracções ao regulamento relacionado com a educação religiosa) do Código Administrativo. As multas impostas podem por vezes ser tão altas quanto 100 vezes o salário mínimo mensal de 72.355 soms, ou seja cerca de 30 euros. Em geral, além destas multas, os tribunais ordenam a destruição de toda a literatura religiosa encontrada durante as buscas, enquanto outros itens, como computadores, gravadores, DVDs, etc. são confiscados e não são devolvidos.

Rasulon Ahmedov, um baptista, foi multado no equivalente a vinte vezes o salário mínimo por ter falado sobre assuntos religiosos aos seus vizinhos.¹⁷⁰⁸ Quatro protestantes – Gennady Chen, Vladimir Zhikhar, Aleksandr Lokshev e Gennady Timoyev – foram multados cada um no equivalente a cinquenta vezes o salário mínimo após um raide policial, a 1 de Dezembro de 2012, durante um encontro de oração de oitenta cristãos em férias numa estância de Simurg, na região de Tashkent.¹⁷⁰⁹ Duas outras fiéis baptistas, Natalya Akhmedova e Anna Serina, foram multadas cada uma em 1.500 euros, sob acusação de terem infringido a lei em relação ao «proselitismo» religioso depois de a polícia ter encontrado uma Bíblia e outros textos religiosos na mala de uma das duas mulheres.¹⁷¹⁰

Várias testemunhas de Jeová foram também multadas por terem exercido o seu direito a praticarem livremente a sua religião. A 8 de Abril de 2013, em Tashkent, Dinara Hosiyeva foi multada no equivalente a 1.200 euros.¹⁷¹¹ Após um raide a uma casa privada, os tribunais decidiram pela primeira vez uma pena de prisão de quinze dias e uma multa (1.300 euros cada) para três testemunhas de Jeová – Pavel Toporov, Dmitri Kozlov e Ivan Lebedev – que foram acusados de terem organizado um encontro religioso não autorizado e de estarem na posse de material religioso ilegal. Quatro mulheres detidas durante o mesmo raide – Svetlana Dyachkova, Svetlana Toporova e as suas duas filhas Lyudmila e Anna – foram multadas no equivalente a 2.600 euros cada uma.¹⁷¹²

Muitos cristãos foram condenados a multas elevadas por violação da Artigo 184 do Código Administrativo, que penaliza a posse de material religioso ilegal. Em teoria, a lei usbeque define como «literatura religiosa ilegal» apenas o que está ligado ao extremismo ou ao incitamento ao ódio. Contudo, é muito frequente os «especialistas» encarregados de examinar os textos definirem quaisquer livros sobre religião como «extremistas». «Muitos crentes vivem agora aterrorizados. Têm tanto medo de guardar textos sagrados ou objectos religiosos nas suas casas que alguns destruíram estes textos com as suas próprias mãos.»¹⁷¹³ Num caso flagrante, Sharofat Allamova, uma mulher protestante cristã de Urgench, na região noroeste de Khorezm,

¹⁷⁰⁷ *AsiaNews*, 6 de Agosto de 2013

¹⁷⁰⁸ Cf. *Forum 18 News Service*, 12 de Abril de 2013

¹⁷⁰⁹ Cf. *Forum 18 News Service*, 31 de Janeiro de 2013

¹⁷¹⁰ Cf. *Forum 18 News Service*, 21 de Maio de 2013

¹⁷¹¹ Cf. *Forum 18 News Service*, 24 de Outubro de 2013

¹⁷¹² *Forum 18 News Service*, 13 de Fevereiro de 2012

¹⁷¹³ Rádio Vaticano, 6 de Agosto de 2013

foi condenada a dezoito meses de trabalhos forçados correctivos pela posse de Bíblias e materiais religiosos.¹⁷¹⁴ Em Junho de 2013, Naziya Ziyatdinova, uma mulher baptista cristã de 76 anos, que sofria da doença de Parkinson, foi acusada de posse ilegal de livros cristãos e condenada a pagar uma multa de aproximadamente 300 euros, uma soma astronómica para ela, dado que a sua minúscula pensão quase não cobria os custos dos medicamentos de que precisava.¹⁷¹⁵ A 20 de Janeiro de 2014, o departamento de polícia anti-terrorismo de Tashkent invadiu o apartamento de Natalya Gaiyner, uma baptista que foi acusada da «posse de alguns livros não-autorizados» que foram confiscados. Raushan Zakirov, que liderou a busca policial, recusou-se a dizer como é que as autoridades souberam que ela tinha livros religiosos.¹⁷¹⁶

Em Janeiro de 2014, as restrições à liberdade religiosa no Usbequistão foram tornadas mais rigorosas, com a imposição de um novo decreto governamental que proibia livros, filmes, *sítes* e outros materiais considerados como promoção do proselitismo. A lei impõe controlos à produção e exportação desses materiais e proíbe a sua distribuição.¹⁷¹⁷

Nos casos em que os crentes eram simplesmente incapazes de pagar as multas impostas, os tribunais, nalguns casos, ordenaram a confiscação de bens pessoais das suas casas. Foi esse o caso de Artur e Irina Alpayev, na região de Navoi, a quem em Setembro de 2012 as autoridades confiscaram um frigorífico, uma máquina de lavar a roupa e uma mesa de jantar, depois de o casal se ter recusado a pagar uma multa de 1.230 euros que lhes fora imposta a 9 de Junho por posse de textos cristãos.¹⁷¹⁸

No distrito de Bostanlyk, na região de Tashkent, as autoridades confiscaram um terreno da União Baptista registada (este terreno tinha sido comprado legalmente no ano 2000), alegando certas irregularidades formais no procedimento de venda. A área, que era usada pela comunidade para fazer acampamentos de Verão, foi invadida em Junho de 2013 pela polícia, que expulsou as famílias ali reunidas e confiscou todos os materiais religiosos.¹⁷¹⁹

O Usbequistão tenta frequentemente garantir a extradição dos indivíduos que foram condenados segundo as suas leis religiosas, mas que deixaram o país, procurando refúgio no estrangeiro. Foi este o caso de Makset Djabbarbergenov, um pastor protestante de 32 anos e pai de cinco filhos, que procurou refúgio no Cazaquistão em 2007 para escapar às acusações de ensino ilegal e distribuição de materiais religiosos. A 5 de Setembro de 2012, Djabbarbergenov, a quem tinha anteriormente sido concedido o estatuto de refugiado pelas Nações Unidas, foi detido pelas autoridades cazaques, depois de o Usbequistão ter emitido um mandado de captura internacional em seu nome. Libertado novamente pelas autoridades cazaques no início de Dezembro, conseguiu fugir do Cazaquistão ao embarcar num voo para Frankfurt.¹⁷²⁰

Houve também casos de deportação forçada de testemunhas de Jeová, consideradas culpadas por terem partilhado as suas crenças religiosas com outros. A 25 de Julho de 2012, Yelena Tsyngalova foi deportada para a Rússia, juntamente com as suas duas filhas. Tsyngalova, que já tinha sido condenada a duas multas pesadas, em 2011, por razões relacionadas com a sua fé, e tinha adquirido dupla nacionalidade russa e usbeque, um acto que não é permitido pelas autoridades em Tashkent.¹⁷²¹

¹⁷¹⁴ *AsiaNews*, 25 de Maio de 2013

¹⁷¹⁵ *AsiaNews*, 13 de Junho de 2013

¹⁷¹⁶ *International Christian Concern*, 7 de Fevereiro de 2014

¹⁷¹⁷ *International Christian Concern*, 2 de Fevereiro de 2014

¹⁷¹⁸ *Forum 18 News Service*, 18 de Setembro de 2012

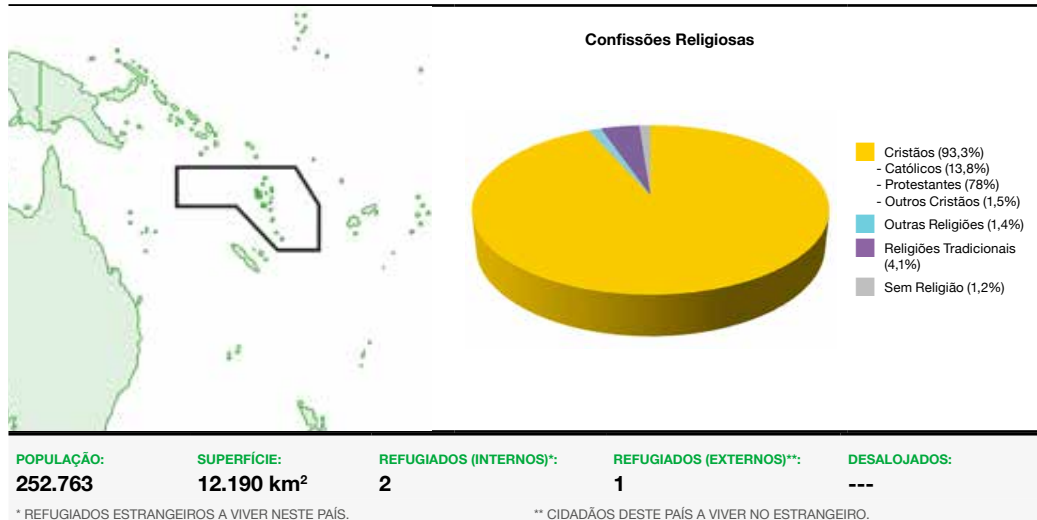
¹⁷¹⁹ *Forum 18 News Service*, 24 de Outubro de 2013

¹⁷²⁰ *Forum 18 News Service*, 5 de Dezembro de 2012

¹⁷²¹ *Forum 18 News Service*, 25 de Julho de 2012

Não há nenhuma perspectiva imediata de melhoria no Usbequistão, seja em relação aos direitos humanos em geral ou em relação à liberdade de expressão religiosa em particular. Uma mentalidade absolutista e o medo da perspectiva de uma possível expansão do extremismo islâmico estão a levar o Governo a acabar com a liberdade de expressão religiosa e a não permitir quaisquer actividades religiosas fora das entidades autorizadas e controladas pelo Governo.

VANUATU



A Constituição desta ilha¹⁷²² do Pacífico garante a liberdade religiosa e de crença da sua população, constituída maioritariamente por melanésios. Não se registaram grandes interferências, embora o Governo requeira que os grupos religiosos se registem junto das autoridades.

O Governo reconhece e apoia o Conselho Nacional Cristão, que foi formado como organização-mãe pelos três maiores grupos religiosos. As denominações cristãs mais pequenas foram mantidas fora deste Conselho e, até certo ponto, são privadas do apoio governamental. O Estado financia escolas cristãs, mas não financia escolas geridas por outras religiões. Contudo, todas as escolas são autorizadas a disponibilizar instrução religiosa nas escolas que gerem.

Houve alguma controvérsia por causa do apoio do Governo ao Conselho quando, segundo a *Rádio New Zealand International* reportou, a 25 de Abril de 2013, que o primeiro-ministro Moana Carcasses prometeu ao Conselho Cristão de Vanuatu que o seu Governo ia começar a pagar um dízimo anual de 10% do orçamento nacional, o que poderia chegar aos 15,5 milhões de euros. O anúncio evocou uma reacção mista, tendo o presidente do Conselho, o Bispo James Ligo, afirmado que essa quantia de dinheiro era astronómica e que esperava que não fosse usada para impedir as Igrejas de falarem sobre os assuntos. O vice-presidente do Conselho, o Bispo John Bosco, afirmou que o Governo não tinha dinheiro para pagar o «dízimo».

As comunidades melanésias de Vanuatu decidem se permitem que novas denominações, ou Igrejas independentes, sejam estabelecidas. Contudo, os grupos negociam pacificamente para serem autorizados a existir. Não foi reportada qualquer tensão ou violência.

¹⁷²² Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/vanuatu

População: <http://data.worldbank.org/country/vanuatu>

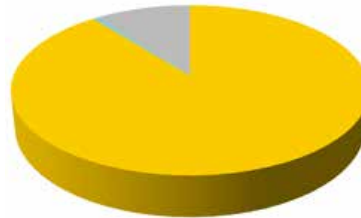
Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e489956&submit=GO

VENEZUELA



Confissões Religiosas



- Cristãos (89,3%)
 - Católicos (77,6%)
 - Protestantes (10%)
 - Outros Cristãos (1,7%)
- Outras Religiões (0,7%)
- Sem Religião (10%)

POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
27.227.930	916.445 km²	204.340	8.395	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

Informações gerais

A língua oficial da Venezuela¹⁷²³ é o espanhol e o sistema de governo é constituído por um estado federal com o nome oficial de República Bolivariana da Venezuela.

Disposições legais em relação à liberdade religiosa

A Constituição estabelece que o Estado garante a liberdade religiosa e de culto. Além disso, cada pessoa tem o direito de professar a sua fé e credo religioso, e de manifestar as suas crenças em privado ou em público, através do ensino e de outras práticas, desde que isso não contradiga a moralidade e a ordem pública. A Constituição afirma que cada pessoa tem direito à liberdade de consciência e o direito de a manifestar. No entanto, um indivíduo não pode invocar o direito à objecção de consciência para evitar o cumprimento da lei ou para impedir outros de exercerem os seus direitos.¹⁷²⁴

A Lei da Liberdade de Culto afirma que «a liberdade religiosa é uma parte essencial das liberdades civis, que a própria Constituição garante ao povo Venezuelano e aos estrangeiros que venham morar na República.»¹⁷²⁵

As relações com a Igreja Católica são governadas pela Concordata de 1964 assinada entre o Governo e a Santa Sé. Este documento forma a base para os subsídios à Igreja Católica. Os grupos religiosos devem registar-se junto da Direcção de Justiça e Religião do Ministério do Interior para adquirirem estatuto legal. A direcção é também responsável por atribuir fundos às organizações religiosas e por promover a consciência e o entendimento entre as comunidades religiosas.¹⁷²⁶

¹⁷²³ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/venezuela

População: www.redatam.ine.gob.ve/Censo2011/index.html

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e493166&submit=GO

¹⁷²⁴ www.analitica.com/bitlioteca/anc/constitucion1999.asp#t3

¹⁷²⁵ www.analitica.com/bitlioteca/venezuela/cultos.asp

¹⁷²⁶ www.state.gov/documents/organization/208726.pdf

Acções governamentais e outros incidentes durante o período em análise

No seguimento das grandes cheias no ano de 2011, a população local que ficou desalojada ocupou capelas mórmones e escolas nas vilas de Ocumare del Tuy e La Grita, a sul da capital, Caracas. Isto foi feito sem autorização dos Mórmones, mas com o apoio do Governo. Em Outubro de 2012, após a profanação de uma sinagoga judaica em Caracas, em 2009, uma sétima pessoa envolvida no incidente foi condenada a uma pena de prisão. Outros quatro arguidos permaneceram em julgamento. Oito dos onze homens indiciados eram membros da polícia ou dos serviços secretos. O ataque ocorreu depois de o presidente Hugo Chávez ter cortado relações diplomáticas com Israel na sequência da ofensiva militar israelita em Gaza.¹⁷²⁷

No seu relatório de 2013, a Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF) expressou preocupação com o anti-semitismo e em particular a retórica anti-judaica em relação ao líder da oposição, Henrique Capriles Radonski, um católico de origem judia polaca. Referiu igualmente as tensões de longa data com a Igreja Católica, que tinha falado claramente contra a natureza não-democrática do Governo de Chávez. No geral, contudo, as tensões aliviaram desde os violentos ataques à Nunciatura Apostólica em 2008 e 2009, e esta melhoria teve continuidade após a morte de Chávez em Março de 2013.¹⁷²⁸

Em Fevereiro de 2013, membros da comunidade judaica denunciaram a linguagem anti-semita usada ao atacar Henrique Capriles. Entre outras coisas, a estação nacional de rádio controlada pelo Estado tinha emitido declarações afirmando que o Sionismo era uma «ideologia do terror» que «ameaça a destruição do planeta em que vivemos». Em Julho de 2013, em dois ataques sucessivos no espaço de duas semanas, os escritórios da Conferência Episcopal Venezuelana foram assaltados e muitos itens foram roubados, incluindo computadores impressoras, arquivos e outro equipamento.¹⁷²⁹

Em Setembro de 2013, o pároco de uma igreja em Caracas e outro sacerdote que trabalhava na paróquia foram atados e espancados por ladrões que assaltaram o centro paroquial, para roubar a colecta de domingo e outras ofertas em géneros doadas por fiéis católicos. Os assaltantes também roubaram o camiã da paróquia e vários documentos, cartões de crédito e livros de cheques.¹⁷³⁰

A 9 de Abril de 2014, o Governo da Venezuela convidou formalmente o secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Pietro Parolin, a agir como mediador nas conversações com a oposição destinadas a conter a violência que tinha feito dezenas de mortos nos distúrbios mais violentos do país no período de uma década. Numa carta, o Governo do presidente Nicolas Maduro pediu que o Cardeal Parolin, antigo enviado à Venezuela, fosse nomeado como «testemunha de boa fé» para um diálogo acordado após dois meses de protestos. Um porta-voz do Vaticano confirmou a vontade da Igreja Católica em mediar, mas não adiantou pormenores. No entanto, os manifestantes radicais não estão contentes com as conversações e dizem que não deveria haver negociações enquanto outro líder da oposição, Leopoldo Lopez, e outros permanecerem na prisão. O envolvimento do Cardeal Parolin nas conversações é visto como potencialmente fundamental na melhoria das relações entre a Igreja Católica na Venezuela e o Estado, que tinham caído para novos mínimos com o presidente Chávez.

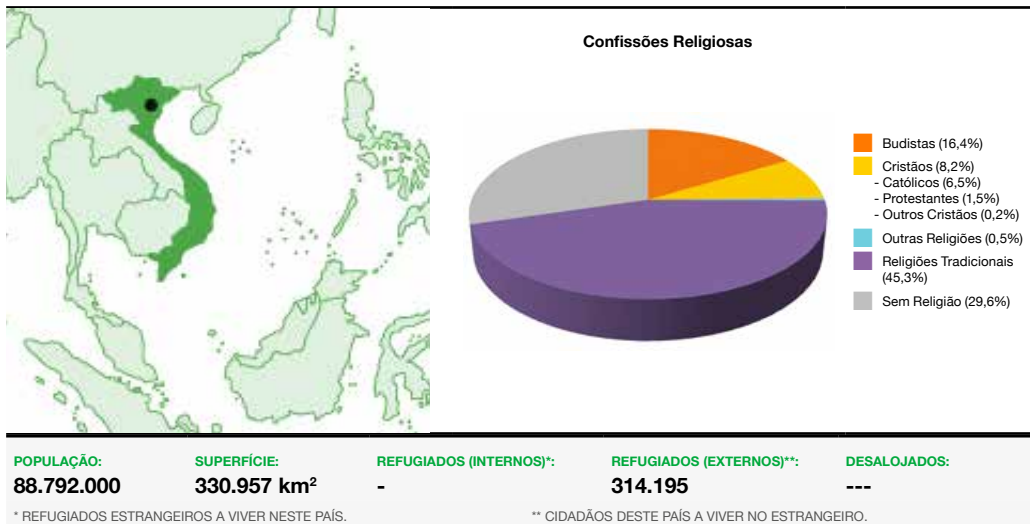
¹⁷²⁷ www.state.gov/documents/organization/208726.pdf

¹⁷²⁸ www.uscirf.gov/reports-and-briefs/annual-report/3988-2013-annual-report.html

¹⁷²⁹ www.aciprensa.com/noticias/nuevo-ataque-en-dos-semanas-a-sede-de-obispos-de-venezuela-63988/#.Up5TONLuK2U

¹⁷³⁰ www.aciprensa.com/noticias/golpean-y-amordazan-a-sacerdotes-en-venezuela-para-robar-donaciones-de-fieles-69095/#.Up5TatLuK2U

VIETNAME



A 1 de Janeiro de 2013, o Vietname¹⁷³¹ introduziu uma nova lei sobre fé e liberdade religiosa, o Decreto sobre as Religiões 92/2012 ND-CP ou simplesmente Decreto 92. O decreto pretende fornecer uma clarificação legal e interpretativa da lei de 2005. Os seus promotores alegam que o decreto protege a liberdade religiosa e define claramente o contexto e os meios de aplicação das orientações anteriormente estabelecidas pelos legisladores. Na realidade, de acordo com os especialistas e críticos, é uma confirmação do desejo evidente do Governo de Hanói de controlar todas as religiões, com particular atenção aos Cristãos (e aos Católicos), em relação a quem no último ano tem havido muitos incidentes registados de abusos, violência, detenções arbitrárias de indivíduos e ataques a comunidades inteiras. De 2004 a 2005, as autoridades do Partido Comunista abandonaram a luta ideológica contra as religiões – que estavam em crescimento contínuo dentro do país após anos de marxismo e doutrina ateísta impostos pelo Estado. Contrariamente a isto, as autoridades adoptaram uma abordagem mais gerida e controlada, explorando a necessidade de registo e autorização de culto como forma de ligar os crentes e as organizações ao controlo governamental. Para algumas pessoas, esta mudança pareceu oferecer uma maior liberdade e de facto não impediu o renascimento religioso. Hoje em dia no Vietname, numa população de 87 milhões, 65% adere a uma religião reconhecida.

O Decreto 92, que entrou em vigor no início de 2013, rapidamente pareceu ser uma tentativa de sufocar a liberdade religiosa. Tal como relatado pela Rádio *Free Asia*,¹⁷³² os primeiros sinais de alarme foram dados por membros do Gabinete Internacional de Informação Budista (IBIB na sigla inglesa), uma organização sediada em Paris. O novo decreto, avisaram eles, é uma fonte de «profunda preocupação» porque restringe as actividades dos cidadãos e permite que as autoridades tenham uma «margem de manobra mais alargada» no ataque a quem quer que não queira submeter-se às orientações deste estado de partido único. Para os líderes budistas, a nova lei «acrescenta uma camada de legitimidade» a uma política de

¹⁷³¹ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/vietnam

População: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Viet Nam>

Refugiados (externos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4899d6&submit=GO

¹⁷³² Rádio *Free Asia*, 29/11/2012

«repressão religiosa, planeada pelas mais altas esferas do Partido Comunista e do Estado». O seu objectivo, acrescentaram, é colocar as religiões «sob o controlo estrito do Partido Comunista». Preocupações semelhantes foram expressas pela comunidade católica local, tal como corroborado por inúmeros testemunhos recolhidos no início de Dezembro de 2013 pela *AsiaNews*.¹⁷³³ Um jovem católico sublinhou o facto de o Vietname estar a assumir «a política da China» como seu modelo em relação às religiões.

O Decreto 92, que foi elaborado sem qualquer consulta junto das associações religiosas ou dos seus líderes, é constituído por cinco capítulos, e quarenta e seis artigos. Há secções no decreto que regulamentam as «organizações religiosas» e as «actividades religiosas». Foram estes dois aspectos que causaram a maior preocupação entre os crentes. Na prática, estão escritos usando terminologia «vaga» e expressando conceitos «ambíguos» que podem ser interpretados de inúmeras formas. Ao mesmo tempo, requerem que os sacerdotes e os religiosos se submetam a um «programa educativo» sobre a história do Vietname e suas leis, pensado e dado por representantes dos Ministérios do Interior, Justiça e Educação. Finalmente, os membros do clero são obrigados a submeter-se a um pedido formal caso desejem viajar para o estrangeiro para participar em conferências e devem solicitar «autorização» das autoridades para se transferirem para uma região diferente do país. Isto representa um apertar ainda mais dos controlos numa área – a da religião – que durante décadas Hanói sujeitou a constante vigilância.

O Governo vietnamita reconhece actualmente trinta e uma organizações religiosas, representando onze religiões diferentes, incluindo Budistas, Católicos, Protestantes e religiões tradicionais locais, entre as quais se encontra o Cao Dai e o Hoa Hao. Contudo, os grupos religiosos «ilegais» como as casas de oração cristãs e a Igreja Budista Unificada do Vietname, que é filiada no IBIB, permanecem banidas e o seu culto vai contra a lei do país. De acordo com a organização budista internacional em Paris, Hanói está a procurar impor «as orientações do Partido Comunista de modo a aumentar o controlo estatal sobre as actividades religiosas». A confirmação foi feita no relatório da Comissão Vietnamita Nacional Justiça e Paz da Igreja Católica e relatada na *Catholic Culture*.¹⁷³⁴ Este documento revela que a situação de direitos humanos, liberdades individuais e progresso em direcção à democracia dentro do país, longe de ter melhorado, parece pelo contrário ter-se deteriorado gradualmente, afectando assim os sectores político, económico e financeiro, bem como as relações internacionais e, de facto, a própria sociedade vietnamita. Numa análise crítica do conceito de direitos humanos na sociedade vietnamita, o relatório olha de perto para o sistema educativo nacional, denuncia a corrupção alargada e as principais violações dos direitos humanos. A nota mais sombria relaciona-se precisamente com a liberdade religiosa, que, embora garantida pela Constituição, é de facto aplicada e concedida «de maneira inteiramente arbitrária».

Durante o ano passado, Hanói procurou maior legitimidade ao nível internacional, patrocinando encontros entre altas figuras do Governo e do Partido Comunista, e a Santa Sé (a Rádio Vaticano)¹⁷³⁵ e outras fontes deram considerável proeminência à visita ao Vaticano no final de Janeiro de 2013 de Nguyễn Phú Trọng, o secretário-geral do Partido Comunista vietnamita). No entanto, ao mesmo tempo atacou fortemente os que dentro do país procuram liberdade religiosa e respeito pelos direitos humanos. Uma campanha de repressão direccionada, violência e ataques físicos foi dirigida contra católicos, protestantes, budistas, membros de religiões não reconhecidas e também activistas e bloguistas individuais. E, tal como relatado pela

¹⁷³³ *AsiaNews.it*, 03/12/2012

¹⁷³⁴ *Catholic Culture*, 15/11/2012

¹⁷³⁵ Rádio Vaticano, 22/01/2013

AsiaNews,¹⁷³⁶ esta questão ainda ganhou mais significado desde Janeiro de 2013, quando um grupo de intelectuais – incluindo alguns bispos e religiosos católicos – assinaram uma petição apelando a reformas constitucionais para pôr fim ao sistema de partido único comunista.

No início de Janeiro de 2013, tal como relatado pelo *New York Times*,¹⁷³⁷ realizou-se o julgamento de um grupo de catorze activistas católicos de Nghe An, no fim do qual os juízes os condenaram a sentenças que iam desde os três aos treze anos de prisão. O julgamento durou apenas dois dias e terminou com a prisão dos activistas acusados de «subversão». Foram acusados de pertencerem a um grupo conhecido como Viet Tan, um movimento pró-democracia não violento que as autoridades classificaram como uma organização «terrorista». Testemunhas relataram que os acusados tinham frequentemente insistido que o seu trabalho tinha como objectivo único ajudar as pessoas, divulgando notícias e críticas sobre corrupção entre figuras do partido e do Governo, e a forma como estes enriqueceram durante a crise financeira.

Dois dias mais tarde, a 11 de Janeiro, a *AsiaNews*¹⁷³⁸ relatou que as autoridades em Hanói começaram a trabalhar na demolição da igreja e do mosteiro carmelita com 100 anos na capital, que estiveram no centro de uma longa disputa entre o Governo e a liderança da Igreja. De acordo com as autoridades, as alegações por parte do Arcebispo Nguyen Van Nhon de que a igreja e o mosteiro pertencem à Igreja Católica não têm fundamento, porque o terreno pertence ao Estado. Pelo contrário, os documentos provam que a propriedade do terreno do mosteiro está nas mãos da arquidiocese há mais de 100 anos. Em resposta aos abusos, os Padres Redentoristas da cidade de Ho Chi Minh iniciaram a celebração de uma Missa especial em cada último domingo do mês ao longo de 2013.

A abordagem de braço de ferro por parte das autoridades acabou também por atingir activistas e cidadãos, que têm lutado em defesa da terra e do seu próprio trabalho. Em meados de Fevereiro, a Federação Internacional de Direitos Humanos¹⁷³⁹ (FIDH) e o Comité Vietnamita para os Direitos Humanos (VHCR na sigla inglesa) publicaram em conjunto um relatório que revela que as autoridades detiveram, prenderam e condenaram mais de trinta activistas por fazerem comentários ou observações sobre as acções das autoridades locais e do Governo central. Em Abril, os juízes condenaram a cinco anos de prisão Peter Doan Van Vuon, líder da «família da coragem», que se tinha atrevido a resistir às autoridades. Ao anunciar a sentença, o juiz sublinhou que as acções da família tinham impedido «as actividades normais dos departamentos estatais» e causado «danos à ordem social».¹⁷⁴⁰

Abusos e violência semelhantes afectaram igualmente a comunidade budista «não oficial». Tal como relatado pela *AsiaNews*,¹⁷⁴¹ a 1 de Maio as forças de segurança vietnamitas rodearam um pagode clandestino pertencente a um grupo budista não reconhecido e impediram os monges de deixarem o edifício. Este raide policial foi em parte uma resposta ao apoio dado pelos monges aos frequentes protestos vietnamitas contra o «imperialismo» de Pequim no Mar do Sul da China. O Pagode Giac Hoa na cidade de Ho Chi Minh, que pretence à Igreja Unificada Budista do Vietname (UBCV) não reconhecida, foi também alvo de ataque.

Em Julho, Hanói manifestou a sua irritação em relação à causa pela beatificação do Cardeal Francisco Xavier Nguyễn Văn Thuận, impedindo que o crítico literário Nguyễn Hoàng Duc, uma testemunha principal no processo, viajasse para Roma. O incidente ocorreu quando este

¹⁷³⁶ *AsiaNews.it*, 25/01/2013

¹⁷³⁷ *New York Times*, 09/01/2013

¹⁷³⁸ *AsiaNews.it*, 11/01/2013

¹⁷³⁹ *Fidh*, 05/09/2013

¹⁷⁴⁰ *Huffington Post*, 05/04/2013

¹⁷⁴¹ *AsiaNews.it*, 08/05/2013

foi convidado para a cerimónia formal de encerramento do inquérito diocesano no Vaticano. Apesar do convite oficial, foi impedido de embarcar no avião por responsáveis dos serviços de segurança.

No início de Setembro, ocorreu um incidente que foi provavelmente o pior e o mais sintomático do clima de perseguição aberta e violenta contra a comunidade católica. Começou com a detenção ilegal e arbitrária de dois paroquianos de My Yen, na província de Nghe An, na região costeira nortenha do país, e acabou por envolver tanto as autoridades religiosas como os fiéis católicos. Tal como relatado na *Ucanews*,¹⁷⁴² a 5 de Setembro a polícia esmagou de forma brutal e sangrenta uma manifestação de centenas de pessoas que tinham ido para as ruas para protestar contra a detenção arbitrária de dois católicos, Ngo Van Khoi e Nguyen Van Hai – que estavam presos há meses sem acusação. Cerca de 1.000 polícias atacaram os manifestantes, disparando munições reais e espancando-os. Dias antes, as autoridades tinham de facto assegurado as pessoas de que os dois seriam libertados, porque não tinham cometido qualquer crime. O Bispo Paul Nguyen Thai Hop de Vinh interveio então em defesa da comunidade católica, com o apoio da Conferência Episcopal e dos líderes das principais religiões do país. Acusou as autoridades de Nghe An de táticas «desleais e sem escrúpulos». Nos dias que se seguiram, o Bispo Paul fez um apelo à comunidade internacional através da *AsiaNews*,¹⁷⁴³ expressando a sua «preocupação» com os ataques do regime e pedindo «apoio» perante uma «situação perigosa e preocupante» para os Cristãos. Nas semanas que se seguiram, esta posição granjeou-lhe uma série de ataques sustentados por parte dos meios de comunicação vietnamitas e das autoridades locais, que organizaram contra ele uma campanha de difamação.

A 23 de Outubro, os juízes de um tribunal local de Vinh, a capital provincial de Nghe An, condenaram dois paroquianos de My Yen a vários meses na prisão, no seguimento de uma audiência à porta fechada da qual nem sequer as suas próprias famílias foram notificadas. Em resposta, e independentemente das ameaças, a Diocese de Vinh emitiu um duro comunicado, atacando a farsa dos procedimentos que tinham acabado num «veredicto injusto e equívoco». Dias depois, outros líderes religiosos vietnamitas – budistas Hao Hao, budistas da Igreja Unificada do Vietname, líderes religiosos Ca Dao, pastores protestantes e sacerdotes católicos – emitiram uma declaração comum sobre as leis religiosas do Governo. Longe de serem «instrumentos da lei» destinados a garantir a liberdade religiosa, disseram, as leis emitidas pelo Governo comunista nos últimos anos tinham-se tornado num instrumento de repressão, subordinação e opressão por parte do Estado.

Independentemente disto, numa atmosfera caracterizada por violações e abusos, a comunidade católica continua a crescer. Estão a ser abertos novos locais de culto e cada vez mais jovens estão a solicitar a admissão aos seminários e conventos. Durante o ano de 2013, de acordo com a *Ucanews*,¹⁷⁴⁴ houve um número recorde de pedidos para entrar no seminário maior de Vinh. E, no entanto, esta é uma das dioceses mais directamente atacada pelas autoridades. Mas a Igreja Vietnamita, como tantas vezes sublinhado pelos seus líderes e testemunhado pelos seus fiéis, é mais forte do que as perseguições.

Concluindo, a liberdade religiosa esteve cada vez mais ameaçada durante o período em análise. A introdução do Decreto 92 por parte do Governo impôs maiores controlos e restrições à liberdade religiosa. O conceito de liberdade religiosa está inteiramente ligado aos ditames e directrizes do Governo e do Estado comunista de partido único. A comunidade católica,

¹⁷⁴² *Ucanews*, 05/09/2013

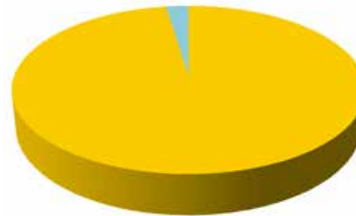
¹⁷⁴³ *AsiaNews.it*, 18/09/2013

¹⁷⁴⁴ *Ucanews*, 05/09/2013

e em particular os fiéis católicos de Vinh, têm sido vítimas de violência, detenções e prisão arbitrária. Tem havido incidentes de perseguição anti-cristã grave e aberta.



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESALOJADOS:
14.076.000	752.610 km ²	26.978	233	---

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTE PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

O Artigo 19 da Constituição da Zâmbia¹⁷⁴⁵ consagra a liberdade religiosa, o direito a mudar a própria fé religiosa, o direito a expressar a própria fé em público e a converter outros. Uma revisão introduzida em 1996 no seu preâmbulo afirma que a Zâmbia¹⁷⁴⁶ é um país cristão que respeita o direito à liberdade de consciência e culto dos seus cidadãos. Embora seja um estado confessional «Cristão», a Constituição garante a protecção para os não-cristãos, que têm direito a seguir a sua religião. Não há outras leis no país que limitem esta liberdade religiosa.

Os grupos religiosos são obrigados a registar-se junto do Registo das Sociedades. As Igrejas podem solicitar um certificado de isenção fiscal, que é normalmente aplicável a organizações sem fins lucrativos.

Tal como garantido por lei, os cidadãos são livres de se converter a uma fé à sua escolha, as Igrejas são livres de evangelizar abertamente, de construir locais de culto, de realizar trabalho pastoral e catequético, e de angariar fundos dentro do país, bem como de solicitar e receber fundos do estrangeiro. Não foram reportados quaisquer casos de discriminação deliberada no emprego em postos governamentais por motivos religiosos.

O único incidente que vale a pena referir aconteceu a 31 de Maio de 2013, quando alguns quadros políticos do partido no Governo, a Frente Patriótica, atacaram um encontro pacífico de várias organizações da sociedade civil dentro da capela da *Bible Gospel Outreach Church in Africa* (BIGOCA), situada no bairro de Matero, em Lusaca. Estas organizações estavam num encontro de oração para protestarem contra o cancelamento de subsídios governamentais à farinha de milho, à agricultura e ao combustível.¹⁷⁴⁷

Durante o período abrangido por este relatório, a liberdade religiosa na Zâmbia permaneceu estável, sem qualquer deterioração.

¹⁷⁴⁵ www.constituteproject.org/constitution/Zambia_2009

¹⁷⁴⁶ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/zambia

População: <http://data.worldbank.org/country/zambia>

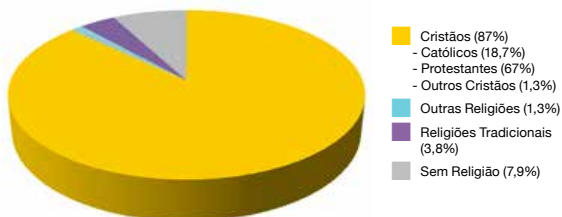
Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e485ba6&submit=GO

¹⁷⁴⁷ www.zambianwatchdog.com/oasis-forum-condemns-pf-attack-at-bigoca/



Confissões Religiosas



POPULAÇÃO:	SUPERFÍCIE:	REFUGIADOS (INTERNOS)*:	REFUGIADOS (EXTERNOS)**:	DESLOCADOS:
14.149.648	390.760 km²	6.389		60.139

* REFUGIADOS ESTRANGEIROS A VIVER NESTE PAÍS.

** CIDADÃOS DESTA PAÍS A VIVER NO ESTRANGEIRO.

A Constituição do Zimbabué¹⁷⁴⁸, que no seu preâmbulo reconhece «a supremacia de Deus Todo-Poderoso em cujas mãos reside o nosso futuro»¹⁷⁴⁹ e implora a sua orientação, reconhece «os valores religiosos diversos do país» e os direitos dos grupos religiosos. Além disso, garante o direito à liberdade de consciência, que inclui «a liberdade de pensamento, opinião, religião ou crença; e a liberdade para praticar e propagar, e dar expressão ao próprio pensamento, opinião, religião ou crença, seja em público ou em privado e sozinho ou em conjunto» (Artigo 60). A Constituição afirma ainda: «Nenhuma pessoa pode ser obrigada a prestar um juramento que seja contrário à sua religião ou crença, ou a prestar um juramento de um modo que seja contrário à sua religião ou crença.»

A lei suprema afirma também que «os pais e tutores... têm o direito de determinar, de acordo com as suas crenças, a educação moral e religiosa dos seus filhos, desde que não prejudiquem os direitos dos seus filhos segundo esta Constituição, incluindo os seus direitos à educação, saúde, segurança e bem-estar.» E reconhece ainda o direito das comunidades religiosas de «estabelecerem instituições onde possa ser disponibilizada instrução religiosa, mesmo que a instituição receba um subsídio ou outra forma de assistência financeira por parte do Estado».

A Lei da Ordem Pública e Segurança de 2002 (POSA na sigla inglesa) restringe efectivamente a liberdade de assembleia e associação. Embora a POSA isente as actividades religiosas e os eventos, na prática o Governo classifica como «político» qualquer tipo de encontro, incluindo os encontros religiosos, que interpreta como críticos da União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF na sigla inglesa), o partido no poder. A POSA foi invocada para justificar a perturbação, por parte da polícia, de um encontro pacífico organizado pela Aliança Cristã do Zimbabué (ZCA na sigla inglesa) em meados de Novembro

¹⁷⁴⁸ Confissões Religiosas: www.globalreligiousfutures.org/countries/zimbabwe

População: <http://data.worldbank.org/country/zimbabwe>

Superfície: <http://data.worldbank.org/indicator/AG.SRF.TOTL.K2>

Refugiados (internos): www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e485c66&submit=GO

Deslocados: *Ibidem*

¹⁷⁴⁹ www.constituteproject.org/constitution/Zimbabwe_2013

de 2012, em Kezi. Nessa ocasião, a polícia alegou que os organizadores não tinham obtido autorização das autoridades.¹⁷⁵⁰

Não há uma lei que obrigue os grupos religiosos a registarem-se oficialmente junto do Estado. Contudo, os grupos religiosos que gerem escolas ou instalações de saúde devem registar-se junto do ministério adequado. Qualquer denominação religiosa pode solicitar o estatuto de isenção fiscal e os privilégios de isenção de impostos alfandegários junto do departamento alfandegário. Esses pedidos são geralmente concedidos sem muitas complicações.

O Governo observa a Páscoa e o Natal como feriados nacionais.

Em princípio, não há restrições à liberdade de culto, embora a pregação e certas actividades realizadas por certas instituições religiosas, particularmente a Cáritas e a Comissão de Justiça e Paz (da Igreja Católica), são muitas vezes olhadas com suspeição pelas autoridades, sobretudo em tempos de crise.

Na altura em que escrevemos o presente relatório, a Arquidiocese Católica de Harare estava a criar a Rádio *Chiedza*, uma iniciativa comunitária, e espera receber uma licença por parte do Governo.¹⁷⁵¹

Tal como em muitas outras regiões de África, há muitas situações em que as pessoas frequentam as principais Igrejas cristãs ao mesmo tempo que seguem as crenças tradicionais, ou pelo menos algumas das suas práticas. Mesmo assim, calcula-se que entre 15% a 26% dos habitantes do Zimbabué aderem exclusivamente a crenças tradicionais. Os Muçulmanos constituem 3% da população. A maior parte são imigrantes vindos de Moçambique ou do Malawi. Há também algumas religiões minoritárias, como Grecos-Ortodoxos, Judeus, Hindus, Budistas e Bahá'í. Os grupos islâmicos, hindus e judaicos gerem escolas primárias e secundárias em grandes áreas urbanas como Harare e Bulawayo. As principais Igrejas, nomeadamente a Igreja Católica, gerem escolas primárias em todo o país, nas áreas urbanas e rurais.

Em Novembro de 2012, no seguimento de um caso jurídico de seis anos, o Bispo Anglicano de Harare ganhou uma batalha em tribunal contra o antigo bispo excomungado Nolbert Kunonga, líder de uma facção dissidente da Igreja Anglicana no Zimbabué. O Supremo Tribunal do Zimbabué decidiu que a Igreja da Província Central de África era a proprietária legal de todos os bens da Igreja diocesana. O Dr. Kunonga e os seus seguidores tinham tido apoio das autoridades devido à proximidade desta facção ao ZANU-FP.¹⁷⁵² Mesmo assim, a polícia colaborou na implementação das ordens de despejo. Três meses mais tarde, em Fevereiro de 2013, o Supremo Tribunal do Zimbabué decidiu uma vez mais a favor da Igreja Anglicana da Província Central de África num caso semelhante envolvendo outro líder cismático da mesma facção dissidente, Elson Jakazi, antigo bispo da Diocese Anglicana de Manicaland. Em 2007, ele e os seus apoiantes ocuparam ilegalmente a catedral, bem como diversas igrejas e outras propriedades pertencentes à Igreja Anglicana de Manicaland.¹⁷⁵³ Também neste caso, a polícia colaborou na implementação da decisão do tribunal, apesar do facto de o grupo de Jakazi ser muito próximo do partido ZANU-PF.

A cooperação do Governo na implementação destas decisões do tribunal foi um dos sinais de que a situação relativa à liberdade religiosa tinha melhorado no Zimbabué durante o período em análise. Outras indicações de progresso incluem menos perturbação por parte da POSA nos encontros religiosos e menos situações de intimidação governamental contra a Igreja.

(Footnotes)

¹⁷⁵⁰ <http://relzim.org/news/5711/>

¹⁷⁵¹ www.thetablet.co.uk/latest-news/5772

¹⁷⁵² <http://allafrica.com/stories/201210240223.html>

¹⁷⁵³ www.anglicannews.org/news/2013/02/victory-for-manicaland-in-long-awaited-judgment.aspx



FUNDAÇÃO AIS

ORGANIZAÇÃO DEPENDENTE DA SANTA SÉ

AO SERVIÇO DOS CRISTÃOS QUE SOFREM EM SILÊNCIO

A Fundação Ajuda à Igreja que Sofre (AIS) é uma Fundação Pontifícia, depende directamente da Santa Sé e, a pedido do Santo Padre, ajuda os cristãos onde quer que eles se encontrem perseguidos, refugiados ou ameaçados.

Para além da sede na Alemanha existem secretariados em 20 países espalhados pela Europa, América e Austrália. Anualmente chegam à sede central quase 10 mil projectos com pedidos de ajuda vindos de todo o mundo. Missionários, sacerdotes, leigos, religiosas e catequistas dependem do apoio da Fundação AIS para subsistirem e poderem levar uma mensagem de esperança aos que mais precisam.

Em Portugal, a Fundação AIS começou em 1995, com a abertura de um pequeno secretariado em Lisboa e, mais tarde, uma casa em Fátima.

PRECISAMOS DE SI

Sempre que lançamos uma campanha, precisamos de benfeitores, mas principalmente de pessoas que rezem connosco, por estas pessoas e necessidades. Cada um de nós é convidado a ser um colaborador da Fundação AIS. Colaborar é ajudar. No seu prédio, na sua rua, na sua terra, no emprego, na escola, no mercado, todos podemos ajudar a divulgar a Fundação. Pedimos-lhe ajuda para ajudar.

COMO FAZER UM DONATIVO

Através do seu donativo poderá ajudar qualquer um dos projectos ou campanhas apoiadas pela Fundação AIS. Basta enviar o seu donativo através de cheque ou vale postal passado à ordem da Fundação AIS ou através de uma transferência bancária para o NIB 0032.010900200029160.73 do Banco Barclays.

Poderá também ajudar os Sacerdotes mais carenciados através do envio de Estipêndios de Missa (10 euros por cada Missa ou 350 euros por cada Trintário Gregoriano; se este valor for superior ao da sua Paróquia, fica ao seu critério o Estipêndio a enviar).

BENEFÍCIOS FISCAIS

A Fundação AIS é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de utilidade pública por Declaração de 28 de Agosto de 2000, publicada no Diário da República, de 26 de Novembro de 2001, N.º 274, III Série. Os donativos feitos à Fundação AIS são dedutíveis em sede de IRS nos termos do Artigo 56º – E, n.º 2 e em termos de IRC nos termos do Artigo 56º – D, n.º 3, alínea a) dos Estatutos dos Benefícios Fiscais.

Para mais informações, contacte a Fundação AIS e ser-lhe-á enviada documentação gratuita.

FUNDAÇÃO AIS
R. Prof. Orlando Ribeiro, 5 D
1600-796 Lisboa

Tel.: 217 544 000 | Fax: 217 544 001

fundacao-ais@fundacao-ais.pt
www.fundacao-ais.pt

DOMUS PATER WERENFRIED
Rua Francisco Marto, 205
2495-448 Fátima

Tel.: 249 534 956
www.werenfried.pt

